



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rejane Carolina Hoeverler

**(Neo)liberalismo, democracia e “diplomacia empresarial”**: a história do *Council of the Americas* (1965-2019)

Niterói

2020

Rejane Carolina Hoeverler

**(Neo)liberalismo, democracia e “diplomacia empresarial”**: a história do *Council of the Americas*  
(1965-2019)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História  
Social da Universidade Federal Fluminense para a obtenção do  
título de Doutora em História  
Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Fontes

Niterói  
2020

Rejane Carolina Hoeverler

**(Neo)liberalismo, democracia e “diplomacia empresarial”**: a história do *Council of the Americas* (1965-2019)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em  
História Social da Universidade Federal Fluminense  
para a obtenção do título de Doutora em História  
Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Fontes

Niterói

2020

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

H693( Hoeverler, Rejane Carolina  
(Neo)liberalismo, democracia e ?diplomacia  
empresarial? : a história do Council of the Americas (1965-  
2019) / Rejane Carolina Hoeverler ; Virgínia Fontes Fontes,  
orientador.  
Niterói, 2020.

646 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Nite-  
rói, 2020.

1. Imperialismo. 2. Neliberalismo. 3. Conselho das  
Américas. 4. Diplomacia empresarial. 5. Produção intelec-  
tual. I. Fontes, Virgínia Fontes, orientador. II. Universidade  
Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

Gerada com informações fornecidas pelo au-  
tor

Bibliotecário responsável: Sandra Lopes Coelho - CRB7/3389

Rejane Carolina Hoeverler

**(Neo)liberalismo, democracia e “diplomacia empresarial”**: a história do *Council of the Americas* (1965-2019)

O presente trabalho em nível de doutorado foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil, e foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:



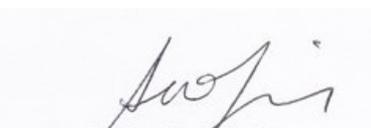
---

Prof. Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos (UFRJ)



---

Prof. Dr. Rolando Álvarez (USACH)



---

Profª. Dra. Ana Saggioro Garcia (UFRRJ)



Prof. Dr. Gilberto Calil (UNIOESTE)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em História Social, em banca examinadora realizada no dia 22 de julho de 2020, de maneira virtual.



Prof. Alexandre Carneiro Cerqueira Lima  
Coordenador  
Programa de Pós-Graduação em História  
UFF-IHT  
MAT SIAPE. 1525186

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFF



Profª. Dra. Virgínia Fontes (PPGH-UFF), Orientadora

A meu pai, Enio Remi Hoelder (1949-2019), in memoriam.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Virgínia Fontes, que muito além da orientação deste trabalho (e também de minha dissertação de mestrado), representa uma referência intelectual e política e fonte inesgotável de inspiração.

Agradeço aos professores que gentilmente aceitaram participar das Bancas de Qualificação e Defesa: Martina Spohr, Gilberto Calil, Renato Lemos, Ana Saggiaro Garcia, Rolando Álvarez, Sebastião Velasco e Cruz.

Agradeço ao CNPq pelo apoio prestado em forma de uma bolsa de estudos, sem a qual esta pesquisa teria sido realizada em condições bastante mais desfavoráveis. Com votos de que esta agência científica resista à crescente onda de ataques obscurantistas. Agradeço aos gentis e atenciosos funcionários do *Rockefeller Archive's Center* (RAC), especialmente Tom Rosenbaum.

Agradeço enormemente meus colegas do Grupo de Trabalhos e Orientação (GTO), coordenado por Virgínia Fontes, do qual tenho o prazer de participar há sete anos: Ana Carolina Reginatto, Anderson Tavares, Diego Martins Dória Paulo, João Paulo Moreira, Thiago Ribeiro, Lísia Cariello, Ingrid Linhares, Camila Pinheiro, Carla Luciana Silva, Claudia Trindade, Danilo Caruso, Danilo George, Vicente Ribeiro, André Guiot, Carlos Tautz, André Vieira, Daniela Albrecht, Hugo Belluco, Victor Neves, entre outros brilhantes pesquisadores.

Agradeço a Elaine Bortone e Tatiana Poggi, que acompanharam toda a trajetória desta pesquisa, desde o início, e me prestaram inúmeras formas de apoio ao longo desses quatro anos. Agradeço também especialmente a Pedro Cassiano e Gabriel Lecznieski Kanaan, que gentilmente se disponibilizaram para revisões, correções e comentários que se mostraram fundamentais sobre este material no tenso momento final de sua elaboração. Agradeço especialmente a Demian Bezerra de Melo, meu mais longo parceiro e também um dos melhores historiadores brasileiros de minha geração.

Agradeço os colegas de outros grupos de pesquisa e investigação que se mostraram parceiros valiosos, entre eles, Pedro Campos, Leonardo Britto, Rafael Brandão, Jussaramar da Silva, entre outros membros do Grupo de Estudos sobre Empresariado e Ditadura; ao NIEP-Marx (UFF); e a pesquisadores e professores com os quais tive a sorte de trocar valiosas referências, parcerias e reflexões, como Tiago Francisco Monteiro, Vicente Gil da Silva, Diego Ferrari, Danilo Martuscelli, Hernán Ramírez, João Márcio Mendes Pereira, Sílvia Miskulin, Marcelo Badaró Mattos, Henrique Carneiro, Carlos Zacarias, Lucas Duarte, Valério Arcary, Álvaro Bianchi, Daniela Mussi, Ary Minella, Julián Castro-Rea, Hugo J. Castro Valdebenito, Matías Manriquez, Christian Gatica, Melanie Grob, Marcelo Mansilla, Pablo Rubio Apiazzola, Alejandro Jasinski, Victoria Basualdo, Luciana Lombardo, Eduardo Perondi, Pedro Doto, Rodolfo Machado, Elisabeth Cancelli,

Felipe Amorim, Rafael Vieira, Elidio Borges, Felipe Demier, Sara Granneman, Juliana Fiúza Cislighi. À Joana Salém Vasconcellos, linda amizade e parceria. Às queridas amigas Mirna Aragão de Medeiros e Fernanda Moura. A Kathy Swart e Marcos Arruda, pelas sempre frutíferas parcerias.

Agradeço a Fernando Fórton González pelo incansável apoio em momentos difíceis.

Finalmente, agradeço à minha mãe, Regina Iara da Luz Hoeveler, e a minha irmã, Érica Lais Hoeveler, por todo o apoio ao longo do período em que esta tese foi escrita.

## RESUMO

Esta tese trata da história do *Council of the Americas* (COA) desde sua fundação, em 1965, sob a iniciativa de David Rockefeller (e inicialmente sob o nome de *Council for Latin America* - CLA), até os dias atuais. O Conselho das Américas é, desde sua criação, a principal entidade privada que organiza a ação política empresarial do capital estadunidense na América Latina. Busca-se identificar os principais atores, empresariais, políticos e intelectuais, que estiveram no centro da atuação deste aparelho ao longo dessas mais de cinco décadas de existência. Procuramos compreender continuidades e rupturas ideológicas que pautaram as modalidades de ação do Conselho, e a partir de matriz teórica marxiana e gramsciana, demonstrar a inserção deste aparelho privado de hegemonia tanto na sociedade civil como na sociedade política (Estado ampliado), e tanto nos Estados Unidos como nos mais diversos cenários nacionais latino-americanos – portanto, em âmbito transnacional (hemisférico). Inquirimos como, da colaboração com as ditaduras militares latino-americanas dos anos 1960 e 1970 – com destaque para a participação do Conselho na campanha que levou ao golpe de 1973 no Chile e as íntimas ligações com o regime instalado no Brasil após 1964 – à defesa de democracias restritas sob a batuta neoliberal, o discurso do Conselho sempre envolveu uma mistificação ideológica sobre uma suposta identidade de interesses comuns “hemisféricos”. Entendemos que, como propulsor do “livre comércio” interamericano e impulsionador de outros aparelhos empresariais, o Conselho faz uso de um conjunto de modalidades de ação que vai da propaganda para o grande público à estreita colaboração com agências de inteligência, constituindo-se como co-elaborador e co-operador privado central na política externa estadunidense para a América Latina. Analisamos, por fim, que além da propaganda positiva da “livre empresa” ou do “empreendedorismo” (associada a ferrenho anti-comunismo, e contrária a tudo que fosse considerado como lesivo ao capital imperialismo, desde expropriações à direitos sociais universais); e mais que precursora da chamada “responsabilidade social corporativa”, o Conselho das Américas atua como um intelectual coletivo que busca “educar” as classes dominantes latino-americanas.

**Palavras-chave:** Conselho das Américas. Neoliberalismo. Democracia. Capital-imperialismo.

## ABSTRACT

This thesis deals with the history of the Council of the Americas (COA) since its foundation in 1965, under the initiative of David Rockefeller (and initially under the name of Council for Latin America - CLA), until the present day. The Council of the Americas has been, since its creation, the main private entity that organizes the corporate political action of the American capital in Latin America. It seeks to identify the main players, businesses, politicians and intellectuals who have been at the center of the performance of this apparatus throughout these more than five decades of existence. We seek to understand ideological continuities and ruptures that guided the Council's modalities of action, and, based on a Marxian and Gramscian theoretical framework, demonstrate the insertion of this private apparatus of hegemony both in civil and political society (enlarged state), not only in the United States, but also in the various Latin American national scenarios, therefore, at the transnational (hemispheric) level. We seek to explain how, from the collaboration with the Latin American military dictatorships of the 1960s and 1970s - with emphasis on the participation of the Council in the campaign that led to the 1973 coup in Chile and the close links with the regime installed in Brazil after 1964 - to the defense of restricted democracies under the neoliberal baton, the Council's speech has always involved an ideological mystification of a supposed identity of common "hemispheric" interests. We understand that, as a driver of inter-American "free trade" and of other business apparatus, the Council makes use of a set of modalities of action ranging from advertising to the general public to close collaboration with intelligence agencies, constituting itself as co - central private developer and co-operator in the US foreign policy for Latin America. We analyzed how, in addition to the positive propaganda of "free enterprise" or "entrepreneurship" (associated with staunch anti-communism, and contrary to everything that was considered to be harmful to the imperialist capital, from expropriations to universal social rights); and more than a precursor to the so-called "corporate social responsibility", the Council of the Americas acts as a collective intellectual that seeks to "educate" the dominant Latin American classes.

**Keywords:** Council of the Americas. Neoliberalism. Democracy. Capital-imperialism.

## RESUMEN

Esta tesis aborda la historia del Council of the Americas (COA) desde su fundación en 1965, bajo la iniciativa de David Rockefeller (e inicialmente bajo el nombre de Council for Latin America - CLA), hasta nuestros días. El Consejo de las Américas es, desde su creación, la principal entidad privada que organiza la acción política corporativa del capital estadounidense en América Latina. Busca identificar a los principales actores, empresas, políticos e intelectuales, que han estado en el centro del desempeño de este dispositivo durante estas más de cinco décadas de existencia. Buscamos comprender las continuidades y las rupturas ideológicas que guiaron las modalidades de acción del Consejo, y basadas en una matriz teórica marxista y gramsciana, demuestran la inserción de este aparato privado de hegemonía tanto en la sociedad civil como en la sociedad política (Estado ampliado), tanto en los Estados Unidos como en los escenarios nacionales latinoamericanos más diversos, por lo tanto, a nivel transnacional (hemisférico). Buscamos explicar cómo, desde la colaboración con las dictaduras militares latinoamericanas de los años sesenta y setenta, con énfasis en la participación del Consejo en la campaña que condujo al golpe de estado de 1973 en Chile y los estrechos vínculos con el régimen instalado en Brasil después de 1964, hasta la defensa de las democracias restringidas bajo el bastón neoliberal, el discurso del Consejo siempre ha implicado una mistificación ideológica sobre una supuesta identidad de intereses comunes "hemisféricos". Entendemos que, como impulsor del "libre comercio" interamericano y como impulsor de otros dispositivos comerciales, el Consejo utiliza un conjunto de modalidades de acción que van desde la publicidad al público en general hasta la estrecha colaboración con las agencias de inteligencia, constituyéndose como co - desarrollador privado central y cooperador en política exterior de Estados Unidos para América Latina. Analizamos cómo, además de la propaganda positiva de "libre empresa" o "emprededurismo" (asociado con un anticomunismo acérrimo y contrario a todo lo que se consideraba perjudicial para el capital imperialista, desde las expropiaciones hasta los derechos sociales universales); y más que un precursor de la llamada "responsabilidad social corporativa", el Consejo de las Américas actúa como un intelectual colectivo que busca "educar" a las clases dominantes de América Latina.

**Palabras-clave:** Consejo de las Américas; Neoliberalismo; Democracia; Capital-imperialismo.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACLA – Associação das Câmaras de Comércio na América Latina (Association of American Chambers of Commerce in Latin America)  
ABA – Asociación de Bancos de la Argentina  
ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural  
ABDIB – Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Indústrias Básicas  
ABIMAQ – Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas e Equipamentos  
ABIN – Agência Brasileira de Inteligência  
ABAPPRA – Asociación de Bancos Públicos y Privados de la República Argentina  
ACB – Ação Comunitária do Brasil  
ACDI/Voga (ADCI/VOCA) – Agricultural Cooperative Development International – Volunteers in Overseas  
ACREFI – Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento  
ACRJ – Associação Comercial do Rio de Janeiro  
ADECIF – Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento  
ADELA – Atlantic Community Development Group for Latin America  
ADR – Resolução Alternativa de Disputa (Alternative Dispute Resolution)  
AEA – Asociación Empresaria Argentina  
AFL-CIO – American Federation of Labor and Congresso of Industrial Organizations AFP – Administradora de Fondos de Pensiones (Fundos Privados de Pensão)  
AID – Associação Internacional de Desenvolvimento (Agency for International Development)  
AIE – Aparelhos Ideológicos de Estado  
AIFLD – American Institute for Free Labor Development  
ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio  
ALCA – Acordo de Livre Comércio das Américas  
ALPRO – Aliança para o Progresso  
AmCham – Cámara de Comercio de los Estados Unidos en Argentina  
AMCHAM-Rio - Câmara de Comércio Americana  
AMF – American Machine Foundry  
AMFORP – American and Foreign and Power  
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações  
ANDIB – Associação Nacional de Bancos de Investimentos e Desenvolvimento  
Anubra – Associação das Nações Unidas – Brasil  
AP – Associated Press  
APC – Autoridade de Promoção do Comércio  
APD – Acción para el Desarrollo  
APH – Aparelho Privado de Hegemonia  
APOD – Acción para el Desarrollo  
AQ – Americas Quarterly  
ARA – Assuntos Interamericanos  
ARENA - Alianza Republicana Nacionalista  
AS-COA – Americas Society/Council of the Americas  
ASI – Adam Smith Institute  
ATTAC – Associação para uma Taxação das Transações Financeiras e Apoio dos Cidadãos  
BC – Banco Central  
BCBA – Bolsa de Comercio de Buenos Aires  
BEDEL – Bases Esenciales de la Empresa Libre  
BGLA – Business Group for Latin America  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
CAFTA – Central American-Dominican Republic-United States Free Trade Agreement  
CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia  
CBP – Consórcio Brasileiro de Produtividade  
CCPIC – Comissão da Política Industrial e Comercial

CECLA – Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana  
CEJA – Centro de Estudios de Justicia de las Américas  
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais  
CENICAFE - Centro Nacional de Investigación de Café  
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe da ONU  
CESVI – Cooperazione e Sviluppo's  
CFR – Conselho de Relações Exteriores (Council on Foreign Relations)  
CIA – Agência Central de Inteligência  
CIAP – Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso  
CIAR – Conselho de Relações Interamericanas  
CICYP – Conselho Interamericano de Comércio e Produção  
CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo  
CLA – Conselho para América Latina (Council for Latin America)  
CLP – Centro de Liderança Pública  
CM – Correio da Manhã  
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil  
CNI – Confederação Nacional da Indústria  
COA – Conselho das Américas (Council of the Americas)  
COMAP – Commerce Committee for the Alliance  
CONCLAP – Conferência Nacional das Classes Produtoras  
CORFO – Corporación de Fomento de la Producción  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPS – Center for Policy Studies  
CSIS - Center of Strategic and International Studies  
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional  
CT – Comissão Trilateral  
CV – Comando Vermelho  
DEA – Drug Enforcement Administration  
DEM – Democratas  
DHCM – Dicionário Histórico-Crítico do Marxismo  
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social  
EAI – Iniciativa para as Américas (Enterprise for American Initiative)  
EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações  
EPA – Environmental Protection Agency  
ESG – Escola Superior de Guerra  
EXIMBANK – Export-Import Bank  
FAS – Fundo de Ação Social  
FBI – Federal Bureau of Investigation  
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos  
FED – Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos  
FEE – Foundation for Economic Education  
FEPADE - Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo  
FEPRANAL – Federación Nacional del Sector Privado para la Acción Comunal  
FEPRINCO – Federación de la Producción la Indústria y el Comercio  
FFAA – Forças Armadas  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FMLN - Farabundo Martí para la Liberación Nacional  
FNAS – Fundo Norte Americano de Assistência Social  
FNC – Federação Nacional de Cafeteiros da Colômbia  
FOE – Fundo de Operações Especiais  
FUNDE – Fundación Nacional para el Desarrollo  
GATT – General Agreement on Tariffs and Trade

GM – General Motors  
 GSI – Gabinete de Segurança Institucional  
 HCE – Hospital Central do Exército  
 IA-ECOSOC - Inter-american Economic and Social Council  
 IAPA – International Au Pair Association  
 IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
 IBC – Instituto Brasileiro do Café  
 IBEC – International Association for Economic and Social Development  
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
 IBM – International Business Machines  
 ICHES – Instituto Chihuahuense de Estudios Sociales  
 ICOMI – Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas  
 IEA – Institute of Economic Affairs  
 IESP-RJ – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro  
 ILEA – International Law Enforcement Academy  
 INSAFORP - Instituto Salvadoreño de Formación Profesional  
 IPC – International Petroleum Company  
 IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais  
 IPIES – Instituto Privado de Investigaciones Económico-Sociales  
 ITAM - Instituto Tecnológico Autónomo de México  
 ITCA - Instituto Tecnológico Centroamericano  
 ITT – International Telephone & Telegraph Corporation  
 JID - Junta Interamericana de Defensa  
 LAIC – Latin American Information Committee  
 LyD – Libertad y Desarrollo  
 MATT - Mexicanos y Americanos Trabajando Juntos  
 MBC – Movimento Brasil Competitivo  
 MBL – Movimento Brasil Livre  
 MEC – Ministério da Educação e Cultura  
 Mexfam – Fundación Mexicana para la Planeación Familiar  
 MIT - Massachusetts Institute of Technology  
 MUDES – Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social  
 NACLA – North American Congresso on Latin America  
 NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte (North American Free Trade Agreement)  
 NED – National Endowment for Democracy  
 NYT – The New York Times  
 OAS-ECOSOC – UN Economic and Social Council’s Operate Activities for Development Segment  
 OCA – Organização das Cooperativas das Américas  
 OEA – Organização dos Estados Americanos  
 OIT - Organização Internacional do Trabalho  
 OLPC - One Lap Top per Child  
 ONG – Organização Não Governamental  
 ONU – Organização das Nações Unidas  
 OPIC – Overseas Private Investment Corporation  
 PC – Partido Comunista  
 PCC – Primeiro Comando da Capital  
 PDT – Partido Democrático Trabalhista  
 PFL – Partido da Frente Liberal  
 PISA - Program for International Student Association  
 PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
 POETA - Partnership in Opportunities for Employment through Technology  
 PPS – Partido Popular Socialista  
 PROBIDE - Asociación Pro Bienestar y Desarrollo  
 PROESA - Promocion de Exportaciones e Inversiones de El Salvador  
 PSD – Partido Social Democrático

PSL – Partido Social Liberal  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PUC – Pontifícia Universidade Católica  
SENA – Servicio Nacional de Aprendizaje  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SIMNSA - Sistemas Médicos Nacionales, S.A. de C.V.  
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura  
SINDIMINA – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Propecção, Pesquisa e Extração de Minérios no Estado do Rio de Janeiro  
SRB – Sociedade Rural Brasileira  
SOFOFA – Sociedade de Fomento Fabril  
SPA – Sector Privado de las Américas  
SRG – Senior Review Group  
STEM –  
STF – Supremo Tribunal Federal  
SUNAB – Superintendência Nacional de Abastecimento  
SURSAN – Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro  
TCE-MG – Tribunal de Contas da União de Minas Gerais  
TFP – Tradição, Família e Propriedade  
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca  
UCA - Universidad Centroamericana José Simeón Cañas  
UFF – Universidade Federal Fluminense  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UIA – Unión Industrial Argentina  
UIP – Unión Insdutrial Paraguaya  
UMS - Unidade Móvel de Saúde  
UNAM - Universidad Nacional Autónoma de México  
UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Childrens’s Fund)  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
USAID – United State of America International Development  
USIA – United State Information Agency  
USIS – United States Information Services

## SUMÁRIO

RESUMO.....	VIII
ABSTRACT.....	IX
RESUMEN.....	X
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	XI
SUMÁRIO.....	XV
PREFÁCIO.....	1
INTRODUÇÃO.....	5
Hipóteses centrais.....	7
“Diplomacia empresarial”.....	11
O atual AS-COA: abrangência empresarial, diretoria e programas.....	12
O estado atual da questão: balanço da historiografia.....	18
Fontes e metodologia.....	22
Periodização e divisão dos capítulos.....	26
1 APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA TRANSNACIONAIS, DEMOCRACIA, CAPITAL-IMPERIALISMO E NEOLIBERALISMO.....	28
1.1 O conceito de aparelho privado de hegemonia a partir de Antonio Gramsci.....	29
1.1.1 O aparato egemonico na lavra gramsciana.....	29
1.1.2 O aparelho hegemônico e seus intérpretes.....	33
1.1.3 Aparelhos privados de hegemonia na pesquisa histórica.....	38
1.1.4 Imperialismo e capital-imperialismo.....	41
1.1.5 Cosmopolitismo e liberalismo.....	45
1.1.6 A contribuição de René Dreifuss.....	48
1.2 As teorias liberais sobre a democracia.....	53
1.2.1 Antigos e modernos.....	57
1.2.2 Republicanos e federalistas.....	60
1.2.3 O liberalismo adere à democracia.....	64
1.2.4 Liberalismo social e neoliberalismo.....	67
1.2.5 O procedimentalismo e o abandono da soberania popular.....	69
1.2.6 A “crise da democracia”.....	74
1.2.7 Accountability, rule of law e a nova crise da democracia.....	76
1.2.8 A matriz rockefelleriana sobre democracia: “O poder da ideia democrática” (1960) .....	82
1.3 Neoliberalismo: de que estamos falando.....	86
1.3.1 A formação intelectual e acadêmica de David Rockefeller e o pensamento neoliberal.....	90
1.4 A historiografia conservadora sobre as relações América Latina-Estados Unidos.....	95
2 OS PRIMÓRDIOS DO CONSELHO DAS AMÉRICAS (1965-1969).....	100
2.1. Introdução.....	100
2.2. David Rockefeller e a América Latina.....	107
2.3. A grande fusão: a atuação empresarial estadunidense na ALPRO e o nascimento do Conselho das Américas.....	111
2.4. As primeiras ações do CLA na América Latina (Abril-Outubro de 1965).....	120
2.5. “Relações públicas”.....	125
2.6. “Relações comunitárias”.....	128
2.7. Criando uma relação junto ao Estado estrito – Estados Unidos.....	134
2.8. O mercado comum latino-americano.....	138
2.9. O maio de 1968 do Conselho das Américas.....	140

2.10. O Relatório Rockefeller de 1969.....	151
2.11. Filantropia como investimento e contra-revolução preventiva: a matriz Rockefeller .....	157
2.12. Capital e Estado-Nação: ideologias empresariais pós e anti-1968.....	161
<b>3 O CONSELHO DAS AMÉRICAS E O CICLO DITATORIAL NA AMÉRICA LATINA (1969-1979).....</b>	<b>164</b>
3.1. Os personagens centrais do COA: homens de confiança de David Rockefeller e agen- tes da CIA.....	167
3.2. O CLA dentro do Estado ampliado nos Estados Unidos: atuação na sociedade política e na sociedade civil.....	170
3.2.1. Relações com organizações multilaterais dirigidas pelos Estados Unidos.....	172
3.3. Campanha pró-abertura comercial.....	175
3.4. Engajamento empresarial e publicidade pró-empresa privada.....	180
3.5. Espionagem do movimento estudantil e dos intelectuais críticos nos Estados Unidos .....	183
3.6. A reorganização interna do Conselho: nome, estatuto, financiamento.....	187
3.7. Articulação de interesses e imperialismo.....	192
3.8. O relatório May.....	194
3.9. A batalha do Conselho das Américas contra o Código Andino.....	202
3.10. Um Conselho para a América Latina dos anos 1970.....	207
3.11. O Conselho das Américas no Brasil do fastígio ditatorial empresarial-militar.....	209
3.11.1 A rede ligada ao Conselho das Américas no Brasil pós-golpe de 1964: FAS, Ação, AMCHAMs, ACRJ, ex-IPES.....	211
3.11.2. Os estreitos laços entre o Conselho das Américas e o regime ditatorial brasileiro .....	220
3.11.3 João Paulo dos Reis Velloso no Conselho das Américas.....	226
3.11.4. O CLA e as origens do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos.....	228
3.11.5. O Conselho das Américas, o empresariado brasileiro e a abertura política.....	234
3.12. Chile: as múltiplas formas de intervenção política do Conselho das Américas pré e pós-golpe de 1973.....	235
3.12.1 Uma carta para Allende.....	238
3.12.2. O Conselho das Américas como co-autor da política estadunidense para o Chile .....	242
3.12.3. A confissão de David Rockefeller.....	246
3.12.4. O apoio do Conselho das Américas ao regime neoliberal de Pinochet.....	250
3.13. O depoimento de Enno Hobbing à Comissão Church (março de 1973).....	261
3.14. Outros tentáculos latino-americanos do Conselho.....	263
3.15. A política de “direitos humanos” do governo Carter, a contragosto do Conselho das Américas.....	273
<b>4 NEOLIBERALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÕES RESTRITAS: O CONSELHO DAS AMÉRICAS NAS ERAS REAGAN E BUSH (1981-2000).....</b>	<b>281</b>
4.1 Ronald Reagan e o Conselho das Américas.....	288
4.2 A “Iniciativa para o Caribe” e a ofensiva estadunidense na América Central.....	291
4.3 O Conselho das Américas e a CIA: colaborações e tensões.....	296
4.4 Tensões diplomáticas: Argentina (Malvinas) e Venezuela (Otto Reich).....	298
4.5 Dívida, dependência e neoliberalização da América Latina.....	303
4.6 Um receituário de neoliberalização pela Americas Society (1986).....	311
4.7 O Brasil da década de 1980 no Conselho das Américas.....	322
4.8 Tensões e comparações.....	329
4.9 Resistência argentina.....	331

4.10	Receitas de democracia restrita.....	333
4.11	O Conselho das Américas e a Área de Livre Comércio nas Américas (ALCA).....	345
4.11.1	Lobby pelo fast-track no Congresso americano.....	348
4.12.	Os interesses econômico-corporativos e o cenário latino-americano em 1990.....	356
4.12.1.	Procter & Gamble.....	356
4.12.2.	Texaco.....	357
4.12.3.	IBM.....	359
4.12.4.	Goodyear.....	360
4.12.5.	Arnold & Porter/Kissinger Associates.....	361
4.12.6.	Bell Helicopter Textron Inc.....	363
4.12.7.	Johnson & Johnson.....	363
4.12.8.	W. R. Grace & Co.....	364
4.12.9.	AACCLA.....	365
4.12.10.	GTE Corporation.....	366
4.12.11.	3M Company.....	367
4.12.12.	Eli Lilly International Corporation.....	367
4.12.13.	Ford Company.....	367
4.13.	Fernando Collor no Conselho das Américas.....	369
4.14.	Fernando Henrique Cardoso no Conselho das Américas.....	374
4.15.	Lula no Conselho das Américas.....	379
4.16.	Itamar Franco, Armínio Fraga e um duelo no Conselho das Américas.....	383
4.17.	Bill Clinton no Conselho das Américas.....	385
5	O NOVO CONSELHO DAS AMÉRICAS (2000-2019).....	388
5.1.	Assegurar a propriedade capitalista internacional através da Justiça: a defesa da <i>rule of law</i> na América Latina.....	389
5.1.1.	A definição de <i>rule of law</i> e os sistemas de Justiça.....	391
5.1.2.	<i>Rule of law</i> , reformas pró-mercado e redemocratizações na América Latina....	395
5.1.2.1.	A “administração” da Justiça.....	397
5.1.2.2.	Flexibilização de marcos regulatórios.....	399
5.1.2.3.	Direito à propriedade como pré-condição para a cidadania.....	403
5.1.2.4.	O “papel do setor privado” no “fortalecimento da <i>rule of law</i> ”.....	406
5.2.	O Conselho das Américas e as diretrizes para a “Segurança hemisférica” (2004)....	407
5.3.	Uma “agenda de crescimento” para o hemisfério (2009).....	415
5.4.	A “nova” Responsabilidade Social Corporativa e as políticas sociais empresariais do Conselho das Américas (2010-2015).....	419
5.4.1.	Elaborando políticas públicas neoliberais: trabalho, saúde e educação.....	421
5.4.1.1.	Disciplinarização da juventude latino-americana para o mercado de trabalho.....	422
5.4.1.2.	Colômbia e Peru.....	423
5.4.1.3.	México e El Salvador.....	430
5.4.2.	Saúde.....	440
5.4.2.1	Colômbia e México.....	444
5.4.3.	Segurança: o caso de El Salvador.....	447
5.4.4.	Educação.....	454
5.5.	O Conselho das Américas perante os governos “progressistas” latino-americanos....	458
5.6.	A Argentina de Macri.....	469
5.7.	O Conselho das Américas e as eleições de 2018 no Brasil.....	471
5.7.1.	O debate sobre as eleições brasileiras de 2018 no Conselho das Américas: convergências e divergências entre intelectuais orgânicos.....	474
5.7.2.	O Conselho das Américas e o “RenovaBR”.....	478

5.7.3. Entre a moral liberal e o pragmatismo do mercado.....	488
5.7.4. Sérgio Moro, o “adulto no escritório”.....	491
5.7.5. <i>Can Paulo Guedes deliver?</i> ? O ceticismo do mercado.....	496
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	502
REFERÊNCIAS.....	512
Referências bibliográficas.....	512
Obras de referência.....	522
Notícias de jornal.....	523
Documentos governamentais.....	526
Documentos de organizações.....	526
APÊNDICE A – Agentes do <i>Council for Latin America</i> em 1969.....	529
APÊNDICE B – Agentes do <i>Council of the Americas</i> em 1980.....	533
APÊNDICE C – Diretoria do <i>Council of the Americas</i> em 2017.....	545
APÊNDICE D – Setor e território das empresas do <i>Council of the Americas</i> em 2017.....	550
APÊNDICE E – Membros corporativos 1968-2016.....	557
APÊNDICE F – Equipe editorial da <i>Americas Quarterly</i> em 2019.....	564
APÊNDICE G – Conselho editorial da <i>Americas Quarterly</i> em 2019.....	566
ANEXO A – Memorandum da CIA para Kissinger sobre Chile – 1970.....	572
ANEXO B – Palestra de David Rockefeller na CIA – 1978.....	602
ANEXO C – Carta de Samuel Hayden (COA) para William Casey (CIA) – 1982.....	612
ANEXO D – Carta de Casey para Hayden – 1982.....	616
ANEXO E – Artigo sobre a indicação de Otto Reich para embaixador Venezuela – 1986.....	617
ANEXO F – Anúncio do nascimento do CLA – 1965.....	618
ANEXO G – Discurso de David Rockefeller sobre as “relações dos Estados Unidos com a América Latina” – 1971.....	620
ANEXO H – The economic importance of Latin America for the United States: Hearing before the Joint Economic Committee Congress of the United States – 22 de maio de 1990.....	622
ANEXO I – Opinião – Isto é o Council of the Americas – 1975.....	625
ANEXO J – FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1969–1976, VOLUME XXI, CHILE, 1969–1973. Chile—Status Report on Implementation of NSDM 93, p.462.....	627
ANEXO K – POPPER, David. Visit of study group from Council of the Americas. <i>US Embassy in Santiago</i> para <i>Department of State</i> , 10 de abril de 1975, <i>Unclassified. Canonical ID: 1975SANTIA02159_b</i> . Disponível em: < <a href="https://wikileaks.org/plusd/cables/1975SANTIA02159_b.html">https://wikileaks.org/plusd/cables/1975SANTIA02159_b.html</a> >.....	629
ANEXO L – Pinochet no almoço do COA – 1977.....	634
ANEXO M – Orlando Sáenz – 1973.....	638
ANEXO N – Greve no Chile – 1978.....	643
ANEXO O – Relatório Herbert May, RAC, Folder 818, Box 128, p. 9.....	647
ANEXO P – Carta de Jack Wyant, RAC, Folder 818, Box 128, p. 46-7.....	648
ANEXO Q – Carta de Berent Friele, RAC, Folder 818, Box 128, p. 48.....	650
ANEXO R – Carta para Allende, RAC, Folder 818, Box 128, p. 290-4.....	651
ANEXO S – Mudança de nome do Conselho, RAC, Folder 818, Box 128, p. 378.....	656
ANEXO T – Form 990.....	657

ANEXO U – Ronald Reagan recebendo a insígnia de ouro de David Rockefeller e George Landau – 1987.....	658
ANEXO V – FOTO David Rockefeller com Arturo Sarukhan, Malu Edwards e Maria Elena Lagomasino e Peter Johnson em festa de primavera da Americas Society.....	659
ANEXO W – David Rockefeller com Patricia Phelps de Cisneros e Amalia Lacroze de Fortabat.....	660

## PREFÁCIO

“Que levantem mais cedo”. Assim respondeu o ex-ministro da Economia do Chile, Juan Andrés Fontaine, quando perguntado sobre o aumento de 30 pesos nas tarifas do metrô no período de pico. “Ninguém protesta quando sobe o preço pão ou do tomate”, afirmou Juan Enrique Coeyma, membro do comitê de “expertos” que decidiu pelo aumento das tarifas e “casualmente” diretor de um fundo de pensão, a AFP Modelo – acusando que haveria “política” por trás dessas manifestações. Andrónico Luksic, um dos homens mais ricos do Chile e do mundo, e não à toa um dos três chilenos partícipes da diretoria da AS-COA (os outros dois são Eliodoro Matte e Malú Edwards), tuitou contra o “vandalismo” – naquilo que era o discurso oficial de todas as esferas do governo, junto com a grande mídia, nos primeiros dias dos protestos em Santiago do Chile em outubro de 2019. Enquanto esta tese era finalizada, um processo de ruptura social marcada por um profundo questionamento, mais ou menos conscientemente, ao neoliberalismo – ou pelo menos às consequências sociais deste modelo – explodiu no país que foi seu laboratório.

Analisando o tipo de sujeitos políticos e sociais responsáveis pelas primeiras reações aos protestos neste país, podemos avaliar em que medida estes personificam tão bem determinadas continuidades históricas. O ex-ministro do Interior Andrés Chadwick (UDI), por exemplo, foi da juventude pinochetista (Frente Juvenil de Unidad Nacional) e membro da comissão legislativa da Junta Militar de Governo do general Pinochet. Em julho de 2005, descobriu-se que ele foi um dos políticos de direita que tinham acesso livre à tristemente famosa Colônia Dignidad (campo de concentração erigido pelo nazista Paul Schafer durante a ditadura de 1973). Quando eclodiu o movimento de outubro, então braço direito do presidente Piñera um antigo fã de ditadores, amigo de nazistas e cúmplice de crimes contra a humanidade. Por sua vez, Javier Iturriaga, o general que declarou o Estado de Emergência, filho de torturador, sobrinho de torturador, já era oficial do Exército de Pinochet na ditadura, nos anos 1980 e esteve a cargo da repressão aos mapuches em Temuco e Cautin (sul do Chile) nos anos 2000.

As transições democráticas chilena e brasileira, cada uma à sua maneira, mantiveram satisfeitos os grandes beneficiários dos regimes ditatoriais<sup>1</sup>. No Chile, apesar de uma punição relativamente maior aos agentes de Estado responsabilizados, é simbólica a manutenção, hoje em xeque, da própria Constituição da ditadura, com todos seus mandamentos neoliberais. Na prática, todas as reivindicações presentes nas manifestações (saúde, transporte, educação, direitos trabalhistas, previdência, serviços públicos) se chocam, objetivamente, com o modelo

---

<sup>1</sup> BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna & SMART, Sebastián (eds.). *Complicidad económica con la ditadura chilena*. Um país desigual a la fuerza. Santiago: LOM, 2019. BRASIL: Relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), 2014, volume 2, Texto 8: “Os civis que colaboraram com a ditadura”. Disponível em: <[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_2\\_digital.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf)>.

implementado pela ditadura de 1973 e, em essência, continuado pelos governos da *Concertación*. Portanto, ainda que isto se expresse de diferentes formas e em diferentes níveis de consciência, podemos identificar um signo anti-neoliberal nesta verdadeira explosão social.

A direita (neo)liberal, tanto no governo como na mídia empresarial, alguns dias depois da eclosão da revolta, já começou a tentar disputar a narrativa sobre o motivo do descontento (tentando, assim, estabelecer a agenda para uma acomodação conservadora). Sendo parte deste espectro político, os intelectuais orgânicos da AS-COA passaram a construir uma narrativa explicativa dos protestos descartando o neoliberalismo e suas consequências como uma causa do inesperado levante no “oásis” latino-americano.

Eric Farnsworth, diretor da AS-COA em Washington, logo do cancelamento da APEC e da COP25 (ambos eventos que seriam realizados em Santiago, no final de 2019, e foram cancelados devidos aos protestos), deu uma entrevista ao portal da *Americas Quarterly* (revista quadrimestral da AS-COA) avaliando os “custos” do cancelamento de tais eventos. Em suas palavras:

O custo indireto é que as pessoas podem não mais olhar para o Chile da mesma maneira com que olhavam, e que foi uma baliza de esperança em alguns sentidos para a América Latina. Meu argumento é que o Chile desde [o fim d]a ditadura teve um modelo político e econômico que funcionou para o país, que aumentou o crescimento econômico eficientemente, era basicamente centrista em sua política, possuía um profundo respeito pela democracia, e onde a pobreza estava sendo aliviada. Você tinha um modelo que os outros na região podiam olhar para isso e dizer, ‘Wow, se eles podem fazer isso, porque nós não podemos?’. E alguns países na verdade se ressentiam do sucesso do Chile, eles queriam ir para uma direção diferente. Mas aqueles que buscavam modelos que funcionassem na América Latina inevitavelmente tinham que olhar para o Chile. Talvez isso não seja tão exato nos dias atuais pois a questão real é se os benefícios do modelo chileno realmente foram para todos os seus cidadãos. O que pensam muitas pessoas é, ‘agora veja, nós temos este modelo econômico, que todo mundo nos disse quão maravilhoso era, nós somos a estrela da América Latina, e, no entanto, os ônibus não funcionam, o sistema de educação não é ótimo, e meu emprego não é tão maravilhoso. O que deu errado? É uma quebra de expectativas. Eu rejeito a ideia de que é sobre a desigualdade’.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> The indirect cost is that people may not look at Chile quite the same way that they used to, which was the beacon of hope in some ways for Latin America. My point is that Chile since the dictatorship had an economic and political model that worked for the country, that increased economic growth effectively, was broadly centrist in terms of its politics, had a deep respect for democracy, and where poverty was being alleviated. You had a model that others in the region could look at and say, ‘Wow, if they can do it, why can’t we?’ And some countries actually resented Chile’s success, they wanted to go in a different direction. But those who were looking for models that worked in Latin America inevitably had to look at Chile. Maybe that becomes a little bit less certain these days because the real question is whether the benefits of the Chilean model have really gone to all of their citizens. I would argue that they have. The expectations of the Chilean citizens maybe haven’t been met, particularly in the middle class. What drives many people is, ‘you know look, we have this economic model that everybody told us how wonderful we are, we are the stars of Latin America and yet the buses don’t work, the education system isn’t great, and my job is not that wonderful. I’m not getting the benefits of growth that everybody says that we should’. What went wrong? It’s a failure of expectations. I reject this idea about it being about inequality.’ AS/COA Insider: Eric Farnsworth on the cancellation of APEC and COP25. Disponível em: <https://www.as-coa.org/articles/ascoa-insider-eric-farnsworth-cancellation-apec-and-cop25>>.

Por sua vez, em um texto de Patricio Navia, acadêmico chileno que foi apoiador de Piñera e é do Conselho Editorial da revista *Americas Quarterly* – publicado ainda em 21 de outubro – lemos que o modelo econômico neoliberal e suas desigualdades não foram as reais causas desta ruptura social, e tal explicação é colocada no mesmo patamar de validade heurística das teorias conspiratórias levantadas pela extrema-direita sobre a “conspiração venezuelana” ou cubana (que chegaram a ser propagados por grandes meios como o jornal *La Tercera*, de propriedade de Álvaro Saieh e parte do grupo COPESA.<sup>3</sup> Segundo Navia, “o argumento de que os chilenos estão descontentes com o modelo econômico e querem uma mudança radical não é consistente com os fatos. Os chilenos estão melhor hoje do que em qualquer outro momento de sua História”.<sup>4</sup>

Analisando os textos publicados na *Americas Quarterly* e no próprio site da AS-COA sobre o tema, percebemos como não apenas é escondida a gravidade da repressão do Estado, como também se procura disputar uma narrativa, mas também perfazer normativas compatíveis com a restituição da ordem. É notável o gigantesco esforço em desassociar o levante chileno do questionamento ao neoliberalismo, reafirmado como o “modelo” a ser seguido na América Latina, e entende-se os protestos como fruto de pequenas distorções na aplicação deste modelo, como, por exemplo, uma suposta “falta de implementação total da meritocracia”<sup>5</sup>; ou uma resposta política inicial “inadequada” do governo Piñera; ou mesmo uma “esquerda pouco propícia ao compromisso democrático”.<sup>6</sup>

\*\*\*

Entramos no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) no ano de 2016, porém com outro projeto, o de estudar o *Council on Foreign Relations* e sua revista *Foreign Affairs*. Tratava-se de desdobramento de nossa pesquisa de mestrado, que versou sobre os primórdios da Trilateral Commission (1973-1979),

---

<sup>3</sup> Agradeço ao professor Rolando Álvarez pela informação.

<sup>4</sup> NAVIA, Patricio. “Chile’s riots: frustration at the gate of the promised land”. *Americas Quarterly*, 21 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://www.americasquarterly.org/content/chiles-riots-frustration-gate-promised-land>>. Acesso em: 4 de novembro de 2019.

<sup>5</sup> Nas palavras de Farnsworth, “unkept promise of meritocracy and equal opportunity” (promessa não cumprida de meritocracia e oportunidades iguais”. FARNSWORTH, *op. cit.*

<sup>6</sup> Nas palavras de Oliver Stuenkel, “The squabble does not bode well for the left’s capacity to work together in coming years, as Chile edges closer to drafting a new constitution.” STUENKEL, Oliver. “How Chile can avoid Brasil’s fate”. *Americas Quarterly*, 13 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www.americasquarterly.org/content/chile-protests-brazil-2013>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2020.

defendida no mesmo programa, em 2015, e também sob orientação da profa. Virgínia Fontes. A pesquisa que está aqui refletida e condensada começou efetivamente, porém, em setembro de 2016, pouco depois que assumiu no Brasil o presidente Michel Temer, após um golpe parlamentar e jurídico. Naquela ocasião, pouco após ser empossado, junto com Henrique Meirelles e mais sete ministros, buscando legitimidade do capital estadunidense, o presidente brasileiro comparece a um almoço promovido às pressas pelo Conselho das Américas em Nova York. Na ocasião, Meirelles, um ex-executivo do *Citi* e conhecido dos membros do Conselho, garante a aprovação da emenda constitucional que imporá um “teto de gastos” e promete uma desvinculação total dos gastos orçamentários em áreas como saúde e educação, um dos principais pilares da Constituição de 1988, unanimemente execrada entre os participantes do evento. Foram anunciadas ali 34 privatizações que seriam abertas para o capital estrangeiro. Único ambiente internacional onde Temer foi bem recebido, o evento teve repercussão importante na imprensa brasileira, e me despertou para a relevância política atual deste aparelho privado de hegemonia, que de resto eu já tinha conhecimento, pela pesquisa do mestrado.

Esta pronunciada relevância política, somada ao fato de que não havia em toda literatura internacional nenhuma pesquisa dedicada à história do Conselho das Américas (com exceção do trabalho de René Dreifuss, que é nosso ponto de partida), me levaram a mudar de tema no primeiro ano do doutorado.

A contribuição que o leitor tem em mãos é fruto de um trabalho coletivo, faz parte de uma agenda de pesquisa de veia crítica, ativista, e dialoga intensamente com trabalhos recentes realizados no tema Empresariado e Ditaduras, bem como no tema de aparelhos empresariais no capitalismo contemporâneo. Trata-se de parte de uma agenda de pesquisa que busca aliar fundamentação teórica rigorosa e riqueza de pesquisa. Esperamos estar à altura de tais requisições, já que o ineditismo do objeto é insuficiente para dar a qualidade do trabalho, avaliação que fica a cargo do leitor.

## INTRODUÇÃO

O Conselho das Américas é uma das maiores associações empresariais dos Estados Unidos, reunindo as 250 maiores empresas do país além de outras nove entidades menores, como o Conselho Interamericano de Comércio e Produção, a Câmara de Comércio dos Estados Unidos e o Conselho Nacional de Comércio Exterior.

Oficialmente, o “Council é o porta-voz dos interesses dos investidores norte-americanos na América Latina” ou “uma organização de serviços para atender e prestar assessoria a suas associadas em programas e projetos de expansão de seus negócios” ou também, segundo o Jornal do Brasil do último dia 2 de agosto [1976], um instrumento “capaz de desencasular o empresário multinacional fazendo-o participar de forma menos misteriosa da vida nacional”.

Como a realidade não se esgota na aparência, porém, o Council é certamente muito mais do que isso. Em dezembro de 71, seu vice-presidente executivo, Esteban Ferrer, 50 anos, advogado, refugiado cubano, ex-funcionário da Shell International Petroleum Corporation, ex-diretor do Comitê de Informação da América Latina, dizia que “o Council é o fórum de debates e decisões de desenvolvimento empresarial em todos os países do continente”. Definição mais precisa ainda foi dada na mesma ocasião – um luxuoso banquete de fim de ano no hall room do Hotel Plaza em Nova York – pelo senador democrata Mike Mansfield a um jornalista brasileiro: “os Estados Unidos são um país com diversos governos. O do poder econômico é um deles, possivelmente o mais poderoso e sua capacidade de ação está hoje concentrada no *Council of the Americas*, que reúne mais de 90% do capital das corporações norte-americanas”.

O mesmo jornalista, ainda atônito pelo rol de celebridades que desfilavam à sua frente, pôde concluir, depois de ouvir opiniões semelhantes à do parlamentar democrata, que o Council participa não só da formulação das políticas das principais empresas estadunidenses no continente como também das diretrizes que o próprio governo dos Estados Unidos estabelece para a América Latina: “o Council parece ser o ponto de referência mais importante no jogo de relações econômicas do continente”, escrevia ele no insuspeito *Boletim Cambial* de 14 de dezembro de 1971. [...]

Seria, portanto, uma injustiça com o Council of the Americas considerá-lo apenas um “porta-voz” de interesses privados norte-americanos. **Ele decide também quais são os interesses, quais os meios mais adequados para defendê-los e, sobretudo, participa das ações que colocam em prática as políticas definidas. Como tal, é um núcleo de ideias e de operações, um centro de inteligência econômica e uma escola de pragmatismo político.**

O caráter múltiplo e versátil do Council está bem expresso no discurso de seu ex-presidente, José de Cubas, também presidente da *Westinghouse Electric Co.*, durante seu encontro anual da entidade em dezembro de 1970.

Preocupado, ele se dirigiu ao plenário: “Até que ponto nós compreenderemos bem as realizações e o potencial deste conselho? Será que nós entendemos quão único ele é? Será que entendemos que ele é uma agência publicitária que nos ajuda, nós, seus clientes, a vender a coisa que nos é mais preciosa, o sistema de empresa privada? Nós percebemos que, por assim dizer, o conselho produz os comerciais para a livre empresa mas cabe a nós pô-los no ar?”

A exortação era dispensável. [...]

O aspecto político e operacional do Council é, porém, apenas uma de suas muitas faces. [...] Em outras palavras, além de um centro de pressões não institucionais sobre os governos latino-americanos, o Conselho arrega para si as funções de um núcleo de **formulação ideológica** e de **política econômica pragmática**, que constitui uma visão bastante especial do que seja *desenvolvimento* para o continente. [...]

No terreno das ideias, a principal contribuição do Council talvez seja a de alardear o conceito de uma economia para as Américas, ou seja, uma economia supracontinental, sem fronteiras, onde o planejamento possa ser extensivo aos vários Estados, acima de barreiras nacionais e sob o comando norte-americano.

A reedição ligeira do pan-americanismo da Doutrina Monroe (a América para os americanos) implica, como nos textos originais, duas considerações básicas: a demonstração da necessidade de uma liderança e o paternalismo condescendente com as “particularidades dos vários países”. [...]<sup>7</sup>

O trecho em epígrafe é uma reportagem do jornal *Opinião*, de 08 de agosto de 1975. O jornal *Opinião* era um dos mais relevantes periódicos da assim chamada “imprensa alternativa” nos anos 1970, em plena ditadura empresarial-militar.<sup>8</sup> Com excelentes colaboradores, muitos dos quais, por óbvio, tinham que manter suas identidades clandestinas, o *Opinião* foi o veículo que trouxe a mais acurada descrição e interpretação sobre o que foi o Conselho das Américas.

Entidade de caráter privado, fundada por empresários estadunidenses em 1965, o Conselho das Américas já teve vários nomes, e mesmo após a morte recente de David Rockefeller, seu principal ideólogo e personagem central desta história, encontra-se em prolífera atividade. Apesar de sua importância, reconhecida pelos mais altos funcionários da diplomacia, por uma quantidade significativa de grandes empresários latino-americanos e pelas mais importantes corporações multinacionais que atuam na América Latina, o Conselho das Américas nunca recebeu a devida atenção na historiografia.

O autor que mais se dedicou a estudá-lo foi o cientista político uruguaio, radicado no Brasil, René Dreifuss. Em *A Internacional Capitalista*, uma obra prima publicada em 1986, Dreifuss dedicou todo um capítulo àquilo que chamou de “uma bilateral para as Américas”. Nesta obra, Dreifuss analisava, a partir do conceito de elite orgânica transnacional – essencialmente com referências gramscianas e poulantzianas – alguns dos principais aparelhos privados empresariais de atuação transnacional, principalmente em seu eixo anglófono (a partir de Estados Unidos e Inglaterra).

---

<sup>7</sup> OPINIÃO. Isto é o Council of the Americas. *Opinião*, 08 de agosto de 1975, p. 9-10.

<sup>8</sup> Adotamos aqui o termo cunhado por René Dreifuss para designar o caráter do regime ditatorial instalado a partir de 1964 no Brasil. DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: 1984.

A presente tese busca, antes de mais nada, contar a história do Conselho das Américas. Como se originou, quem foram e são seus personagens centrais, como se portou e atuou em diferentes contextos históricos. Foi visando contar essa história que optamos arriscadamente por um alargamento da periodização. Evidentemente a quantidade de lacunas possíveis será necessariamente grande: um amplo escopo de análise não oferece, segundo a conhecida metáfora epistemológica, um panorama da floresta, mas não nos permite ver os detalhes das árvores que a compõem.

O leitor terá em mãos uma narrativa tecida sobre as fontes nas quais nos debruçamos, as quais esperamos nos ajudar para, numa perspectiva “indiciária”, como disse Ginzburg, bem como num paradigma “incendiário”, se quisermos seguir as diretrizes de Walter Benjamin, “escovar a História a contrapelo”.<sup>9</sup> Não temos a pretensão de um estilo literário exigido por uma visão anti-científica da História, tampouco a obsessão positivista do esgotamento do conhecimento sobre o objeto. Trazemos uma contribuição que explicita seus pressupostos teóricos, metodológicos, filosóficos e políticos. Em tempos macartistas de ataques às Humanidades e à produção de conhecimento das universidades públicas; tempos nos quais “não ter viés ideológico” não é visto como algo igualmente “ideológico”, é fundamental apontá-lo.

## HIPÓTESES CENTRAIS

Nossos objetivos nesta pesquisa, conforme explicitamos no projeto de pesquisa entregue ao PPGH em fevereiro de 2017, eram: analisar a posição da AS-COA no posto de importante *think-tank* de política externa dos EUA para a América Latina, tanto no que se refere à irradiação de opinião quanto à sua inter-relação com o Estado estrito, atuando nos interstícios do Departamento de Estado e do Departamento de Comércio (“diplomacia privada”); relacionar os debates sobre a política externa norte-americana e o papel dos EUA no sistema internacional e a atuação política da AS-COA, o que inclui identificar seus atores e sua orientação política e ideológica, assim como suas possíveis posições dentro da sociedade política estadunidense;<sup>10</sup> e pesquisar as relações entre as posições defendidas dentro da AS-COA com interesses econômico-corporativos e interesses políticos da classe dominante e do capital imperialismo de maneira mais abrangente, levando em consideração a autonomia relativa do debate

---

<sup>9</sup> GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” IN *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 13.

<sup>10</sup> Ver quadro teórico.

político-intelectual e de suas formas ideológicas. Acreditamos ter atingido esses três objetivos centrais ao longo da pesquisa, e esperamos expô-lo de maneira satisfatória.

Nossas hipóteses, na época, eram de que os serviços prestados pelo *Council* não se limitam à obtenção de produtos específicos, como relatórios ou *lobbying* pela aprovação de determinadas legislações ou “favores”, mas de um conjunto de modalidades de pressão, cooptação, propaganda e produção de informação que ultrapassa os interesses imediatos das companhias a ele associadas, o que possibilita compreendê-lo como um aparelho privado de hegemonia. Como subhipóteses, tínhamos que o *Council* representa a unidade orgânica entre sociedade civil e sociedade política nos Estados Unidos, atuando com especial força no que diz respeito à política externa deste país para a América Latina: promove os interesses empresariais americanos relativos ao continente no Congresso, no Departamento de Estado e de Comércio, possuindo relações, também, com a comunidade de inteligência; e por fim, que o *Council* se constitui como um fórum de articulação entre interesses do grande capital operante na América Latina, de diversas origens nacionais mas todos de larga escala – capital-imperialismo. Também conforma entre intelectuais orgânicos ligados a esses grupos empresariais certo consenso em relação a investimentos em políticas públicas neoliberais e projetos filantrópicos no continente.

Em outras palavras, a hipótese que buscamos provar aqui é a de que o Conselho das Américas organizou uma ação política de classe de caráter hemisférico calcada nos interesses de frações dominantes do empresariado estadunidense em associação com frações do empresariado latino-americano, e tal ação, como buscaremos demonstrar, foi orientada por determinada visão política formulada/incorporada pelos dirigentes do Conselho. Como aparelho privado de hegemonia, o Conselho das Américas atuou/atua tanto na sociedade civil quanto na sociedade política (Estado *strictu sensu*, na teoria de Gramsci), e o faz de maneira transnacional: dentro dos Estados Unidos e dentro dos Estados Nacionais latino-americanos (sempre aqui entendidos a partir do conceito de Estado ampliado ou integral). O Conselho é o intelectual coletivo de uma fração de classe, porém, devido ao fato de que a orientação política que o conduz (e aqui o papel individual de David Rockefeller é importante), ele pretende e vai além da defesa de interesses econômico-corporativos, embora não deixe de defendê-los.

Veremos que o caso da Anaconda no Chile é ilustrativo de como em nenhum momento o Conselho deixou de atender aos interesses econômico-corporativos individuais bem específicos. Porém, o que marca a atuação histórica do Conselho, em especial a partir dos anos 1970, quando há a mais importante mudança de nome (de *Council for Latin America* - CLA

– para *Council for the Americas* – COA), é sua, digamos, “pretensão hegemônica”: estamos falando de intelectuais orgânicos que estão preocupados não apenas com seus negócios, mas em moldar o mundo ao redor deles. Seu ativismo não apenas é inegavelmente classista, como possui uma orientação política de horizonte amplo, no sentido de ser uma potente força política na própria mediação dos conflitos sociais.

O ano de 1970 é particularmente importante para transformações internas no Conselho, que passou, em junho daquele ano, de “para a América Latina”, para “das Américas”. Trata-se de uma operação linguística de enorme carga simbólica. Como nos lembra Carlos Porto Gonçalves, “dar nome próprio é apropriar-se. É tornar próprio um espaço pelo nome que se atribui aos rios, às montanhas, aos bosques, aos lagos, aos animais, às plantas e por esse meio um grupo social se constitui como tal, constituindo seus mundos de vida, seus mundos de significação e tornando seu um espaço – um território”.<sup>11</sup>

O Conselho das Américas logrou, em primeiro lugar, organizar os interesses das companhias norte-americanas que possuíam capital na América Latina, isso no contexto do capitalismo monopolista do pós-guerra e da expansão das atividades das filiais latino-americanas dos anos 1950 e 1960 – contexto igualmente marcado pela guerra fria e pelo **anticomunismo**.<sup>12</sup> Em segundo lugar, o Conselho foi estabelecendo sólidas alianças com setores importantes do empresariado latino-americano em seus supostos “objetivos em comum”: a propaganda da empresa privada, dos valores do individualismo, da meritocracia e do capitalismo; a luta contra a “subversão comunista” em todas as suas formas; e a criação de um “ambiente de negócios” apropriado, incluía-se aí desde a filantropia politicamente orientada do *Acción* peruano dos anos 1970 ou do “Ação Comunitária” do Brasil dos anos 1960 até as mais modernas formas de disciplinarização da força de trabalho via ONGs e igrejas, embaladas no marketing sobre “responsabilidade social empresarial” na pobre El Salvador de 2010.

Trataremos de como o Conselho atuou na chamada “crise da dívida” dos anos 1980, sempre tendo atenção às transformações do capitalismo contemporâneo. É importante assina-

---

<sup>11</sup> O pequeno texto trata da retomada, nas lutas dos povos originários da atualidade, do termo *Abya Yala*, que era sinônimo de “América” na língua do povo Kuna, do norte da Colômbia; e sobre como o termo América foi “enunciado pelas elites criollas para se afirmarem perante/contra as metrópoles europeias, a geografia aqui servindo para afirmar uma territorialidade própria, que se distinguiu daquela do Velho Mundo”. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidade”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

<sup>12</sup> Este será um traço permanente na história do Conselho, bem como a opção preferencial por estratégias de contra-revolução preventiva, fossem estas “a quente” ou “a frio”, para usar a expressão de Florestan Fernandes. Importante pontuar que não desenvolveremos aqui uma análise pormenorizada do conceito de anticomunismo. Uma boa e atual síntese desse debate pode ser encontrada em SILVA, Vicente Gil. Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964). Tese em História na UFRJ, 2020.

lar que uma situação de crise não significa paralisia, esgotamento do capitalismo, tampouco colapso; ao contrário, pode significar um ponto a partir do qual as relações capitalistas se expandem, aprofundando ainda mais seu desenvolvimento desigual.<sup>13</sup> Em segundo lugar, partimos do pressuposto que, por mais organizadas e poderosas que sejam as classes capitalistas, elas estão igualmente sujeitas às contradições do capitalismo, não possuindo nenhum poder especial de se pôr acima destas.

Outra questão que nos é cara é compreender a relação entre o discurso público e a prática do Conselho, que apoiou ditaduras contanto que estas fossem pró-capital/investimentos/empréstimos externos, particularmente dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, ao longo dos anos 1980, período em que se desencadearam algumas das principais redemocratizações na América Latina, o Conselho atuou no sentido de pautar uma democracia restrita, “forte” suficiente para implementar as contrarreformas neoliberais. Assim, buscamos associar as ondas de neoliberalização com o processo de redemocratização, muito distintos entre os vários países, porém todos pautados pelo signo da contra-revolução preventiva. Os casos de Chile e Brasil são os mais eloquentes em termos de manutenção da ordem anterior, e mesmo assim com muitas diferenças: o Brasil construiu uma nova e progressista Constituição em 1988, enquanto o Chile só hoje, após um gigantesco *estallido* social, vive uma possibilidade real de uma nova Constituição. Entretanto, enquanto o Chile puniu agentes da ditadura, no Brasil, por conta da anistia de 1979, mantém um sistema repressivo extremamente continuísta, como mostram as práticas das polícias militares e milícias.

Aqui cabe uma reflexão que trataremos no primeiro capítulo. Tratado pelo discurso liberal corrente como praticamente sinônimos, a verdade é que a relação entre democracia e liberalismo é mais problemática do que parece, como o demonstraram cabalmente autores como Crawford B. Macpherson,<sup>14</sup> Ellen M. Wood<sup>15</sup> e Domenico Losurdo.<sup>16</sup> Autores fundadores da tradição liberal como John Locke, Immanuel Kant e Benjamin Constant<sup>17</sup> se opuseram fortemente à extensão dos direitos políticos aos grupos sociais sem propriedade e mulheres, quando hoje qualquer definição minimamente aceita para o regime democrático inclui a extensão do direito ao voto ao conjunto dos cidadãos maiores de idade. Movimentos capitais

<sup>13</sup> “(...) o fato de a lógica capitalista lançar a humanidade em crises sucessivas e cada vez mais profundas não significa que o capitalismo esteja em processo de recuo ou de estreitamento de suas bases sociais”. FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. Rio de Janeiro: EdUFRJ/Fiocruz, 2010, p. 42.

<sup>14</sup> MACPHERSON, C.B. *A democracia liberal*. Origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

<sup>15</sup> WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>16</sup> LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo?* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: Ed.UNESP, 2004.

<sup>17</sup> Não confundir com seu homônimo brasileiro, o militar positivista Benjamin Constant.

para a extensão dos direitos políticos como o Cartismo na Inglaterra entre 1838-1848, e a primeira onda do feminismo, o sufrágio, são em geral obliteradas nas narrativas laudatórias do liberalismo. Sem falar que questões como a participação cidadã no processo político é via de regra enquadrado “ameaça à democracia” por liberais como J. L. Talmon, que chegou a enquadrar Jean-Jacques Rousseau – para quem a participação cidadã era cara – como “precursor do totalitarismo”.<sup>18</sup>

Em 1976, era inaugurado o *Brazil-US Business Council*, o Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, cuja cerimônia de lançamento ocorreu em Brasília entre 16 e 18 de agosto de 1976. “Os homens de negócios americanos”, como declarou certa vez o *Council of the Americas*, “organizam os empresários nacionais” através da *US-Brazil Business Council*, “que se tornou o principal porta-voz de todo o setor privado, tanto interno quanto externo no Brasil”.<sup>19</sup>

O atual AS-COA desenvolve um amplo conjunto de programas em todos os países da América Latina, constituindo uma das mais importantes entidades das elites orgânicas em atuação no continente. Edita e publica uma revista trimestral intitulada *Americas Quarterly*. O Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos também existe até hoje, sob a sigla CEBEU, e funciona nas instâncias da Confederação Nacional da Indústria, CNI.<sup>20</sup>

#### “DIPLOMACIA EMPRESARIAL”

Henry R. Geylin, vice-presidente do Conselho das Américas nos anos 1970, escrevendo sobre o “papel diplomático da empresa multinacional”, descrevia a “diplomacia empresarial” como “um fenômeno novo e muito interessante, no qual teremos que investir esforços crescentes.”<sup>21</sup>

Chamar de “diplomacia empresarial” as ações destes empresários nos anos 1970 em países como Chile ou Brasil é no mínimo um eufemismo, já que muitas dessas ações, como a campanha de desestabilização do governo Allende ou a propaganda pelo golpe contra João Goulart, eram clandestinas e violentas. A campanha pelo fechamento do Correio da Manhã foi um ataque à liberdade de imprensa. A sabotagem à produção e os *lockouts* da classe patronal

<sup>18</sup> De acordo com Carlos Nelson Coutinho, o pensador liberal brasileiro José Guilherme Merquior se opôs a essa caracterização de Talmon tachando-o de “último difamador influente de Rousseau”. COUTINHO, Carlos Nelson. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 27.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 97. Documentos de seminários do CEBEU podem ser encontrados nos apêndices de DREIFUSS, *op. cit.*

<sup>20</sup> Ver <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canal/cebeu/>.

<sup>21</sup> *Ibid.*

no país andino obviamente extrapolam em muito qualquer conceito de diplomacia, que (em teoria) supõe um papel de mediação e de polidez. O que estas empresas estão fazendo é política, por todos os meios, inclusive a guerra – uma guerra de classes por vezes explícita, por vezes mistificada. E é este o motivo de utilizarmos aspas neste termo, por se tratar de uma expressão que tomamos diretamente da fonte, das palavras do vice-presidente do Conselho das Américas justamente nos anos 1970.

Desta forma, já advertimos ao leitor de que não se trata de um conceito que procuramos desenvolver, e sim de uma expressão que tomamos das próprias fontes do objeto estudado e que é ilustrativo de como os atores em questão tratavam a sua própria ação. Evidentemente tal discurso exige um tratamento crítico de nossa parte. Nosso debate teórico é mais bem centrado no conceito de aparelho privado de hegemonia, capital-imperialismo e neoliberalismo, e sobre estes trabalharemos a fundo no primeiro capítulo.

## O ATUAL AS-COA: ABRANGÊNCIA EMPRESARIAL, DIRETORIA E PROGRAMAS

A linguagem ascética e vaga que a AS-COA usa para se apresentar nos permite apenas entrever seu *hall* de ações, que se concentram, desde sua fundação até o presente, em três funções básicas: 1. defender os interesses dos investidores privados norte-americanos na América Latina, fazendo marketing de seus benefícios; 2. promover iniciativas educacionais voltadas para a capacitação de uma força de trabalho altamente capacitada, mas barata e dócil; e 3. prestar consultoria para os seus membros sobre o ambiente para os negócios nos diversos países latino-americanos, informando-os sobre seu cenário social, político e militar.

Conforme explica Dreifuss, os serviços prestados pelo *Council* não se limitam à obtenção de produtos específicos, como relatórios ou *lobbying* pela aprovação de determinadas legislações ou “favores”, mas de um conjunto de modalidades de pressão, cooptação, propaganda e produção de informação que ultrapassa os interesses imediatos das companhias a ele associadas, o que reforça o seu entendimento como um aparelho privado de hegemonia.

O próprio conselho se define como “a primeira organização empresarial internacional cujos membros compartilham um comprometimento comum com o desenvolvimento econômico e social, mercados abertos, império da lei, e democracia no hemisfério ocidental”. Ainda segundo sua própria auto-descrição, “a participação no Conselho consiste de companhias internacionais líderes representando um amplo espectro de setores incluindo

bancos e finanças, serviços de consulta, bens de consumo, energia e mineração, manufatura, mídia, tecnologia, e transporte”.<sup>22</sup> Não sabemos quando tal auto-descrição foi adotada pela entidade.

A AS-COA é isenta de impostos, de acordo com a norma 501 c 6 do Código de imposto de renda de 1986, e como tal exerce atividades de *lobbying* no interesse de seus membros. Conforme podemos verificar na declaração do imposto de renda nos Estados Unidos, através do *Form 990*, a informação pública disponibilizada pelo sistema estadunidense de imposto de renda, a *Americas Society* movimentou entre 2012 e 2014 montantes em torno de 43 milhões de dólares; sendo ela própria uma investidora em mercados de capitais, principalmente *private equity*. A fonte dos recursos é bastante multifacetada, destacando-se as contribuições individuais, contribuições de agências estatais, além da arrecadação com eventos e assinatura de periódicos.

Analisando a declaração da *Americas Society* ao Imposto de Renda dos Estados Unidos (obtivemos os *Form 990*, como se chama a declaração para organizações isentas de impostos que também têm que declarar, para os anos de 2012, 2013 e 2014), observamos que de “ativos líquidos ou saldos de fundos”, a entidade declara ter 44 milhões, 654 mil e 382 dólares. Este montante, no entanto, nos parece pequeno se observarmos todas as atividades, tendo em conta que a entidade frequentemente realiza leilões, recebe doações e vende arte latino-americana nos países centrais. Não obtivemos acesso a outros documentos sobre este tema (financiamento e lucros auferidos pela entidade), portanto qualquer suspeita nessa área fica em um âmbito meramente especulativo. O *Form 990* da *Americas Society* de 2014 (que ademais é bastante parecido ao de 2012 e 2013) encontra-se em anexo nos apêndices.

O atual AS-COA desenvolve um amplo conjunto de programas em todos os países da América Latina, constituindo uma das mais importantes entidades das elites orgânicas em atuação no continente. Edita e publica uma revista trimestral intitulada *Americas Quarterly*.

Entre as iniciativas recentes em andamento em 2017, encontramos:

***Americas Quarterly*** (2007): revista quadrimestral, com 38 números desde 2007, que aborda temas de interesse empresarial e temas voltados para políticas públicas;

<sup>22</sup> “Council of the Americas (COA) is the premier international business organization whose members share a common commitment to economic and social development, open markets, the rule of law, and democracy throughout the Western Hemisphere. The Council’s membership consists of leading international companies representing a broad spectrum of sectors including banking and finance, consulting services, consumer products, energy and mining, manufacturing, media, technology, and transportation.” Disponível em: <<https://www.as-coa.org/about/about-ascoa>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

**Latin American Cities Conference:** encontros periódicos realizados em diferentes cidades da América Latina, reunindo empresários e representantes governamentais. Realizado, nessa ordem, em Bogotá, Buenos Aires, Mexico City, San José, Santiago, São Paulo e Brasília.

**Latin American Business Conference:** encontros periódicos entre empresários das Américas.

**Miami Programs** (encontros informais, *off-the-record*, com empresários, diplomatas, burocratas e personalidades.

**Women's Hemispheric Network:** rede de mulheres posicionadas em altos cargos corporativos.

**Music of the Americas:** promove e divulga artistas musicais da América Latina, em especial música clássica e corais.

**Young Professionals of the Americas:** programa de treinamento e interação voltado para os jovens empregados em corporações.

**Visual Arts Program:** programa de artes visuais, promove e divulga artistas plásticos da América Latina.

**Cuba Working Group:** grupo de estudos e ação voltado para Cuba.

**Energy Action Group:** grupo de estudos e ação voltado para questões energéticas, especialmente petróleo e gás.

**Trade Advisory Group:**<sup>23</sup> grupo de estudos e ação voltado para questões comerciais inter-americanas.

**Education Initiative:** grupo de estudos e ação voltado para educação.

Os grupos de estudos e ação (*working groups*) com temas específicos, como saúde, educação e segurança, são patrocinados por alguns grupos de empresas, e geralmente desenvolvidos em parceria com outras entidades e fundações, como a Fundação Ford. Em geral, os eventos da AS-COA também são realizados em parceria com entidades como a AMCHAM (*American Chamber of Commerce*), o NED (*National Endowment for Democracy*), a *Carnegie Endowment*, o CFR (*Council on Foreign Relations*) e com as mais diversas associações empresariais locais da América Latina.

A filiação na AS-COA é feita por empresa. No sítio eletrônico da entidade, podemos encontrar uma lista das empresas associadas atualmente. O atual presidente da entidade é também o presidente da AES, Andrés Gluski.<sup>24</sup> Nela, podemos encontrar representados

---

<sup>23</sup> Segundo o relatório de 2015, “*TAG delegations met with U.S. legislators to discuss the importance of the Trans-Pacific Partnership as a driver of hemispheric trade expansion*”.

<sup>24</sup> No Brasil, AES representa 13% do mercado de distribuição e é a segunda maior geradora privada, com 7 milhões de clientes. É dona da AES Eletropaulo e AES Sul (distribuidoras), da AES Tietê (geradora) e a térmica Uruguaiana.

diversos setores econômicos, com destaque para seis setores econômicos fundamentais. Dentro deles, destacamos as seguintes empresas (alertando o leitor que se trata de uma seleção; a lista completa das empresas membros da AS-COA encontra-se nos apêndices):

1. Bancos, seguros, investimentos e administração de capital:

*AdCap Securities; American Express Company; Banco Bradesco S.A.; Banco Ciudad de Buenos Aires; Banco de la Nación Argentina; Banco do Brasil; Banco Santander; **Bank of America; Barings; BNP Paribas; Citigroup, Inc.; Crédit Agricole Corporate and Investment Bank; Deutsche Bank; European InterAmerican Finance, LLC; Goldman Sachs; Interaudi Bank; Itaú Unibanco Holding, S.A.; Japan Bank for International Cooperation; J.P. Morgan; MasterCard; Mercantil Servicios Financieros, C.A.; Mizuho Bank, Ltd; HSBC Securities (USA) Inc.; Sudameris Bank; Sumitomo Mitsui Banking Corporation; AIG; Greylock Capital Management; UBS; Philip Morris International, Latin America and Canada; Sancor Seguros; Visa International; Marathon Asset Management; Mason Capital Management, LLC; LCA Capital LLC; Libra Capital US, Inc.; IRSA Inversiones y Representaciones S.A.; Societe Generale Corporate Investment Banking; Principal Financial Group; VR Capital Group; Agências de classificação: Fitch Ratings.***

2. Energia e petróleo:

*The AES Corporation; Andes Energia plc; Chevron Corporation\*; Exxon Mobil Corporation; Grupo Luz y Fuerza; IC Power Nicaragua, S.A; YPF; Repsol; Sempra Energy International; Shell.*

3. Agências de advocacia e consultoria:

*Berkemeyer Attorneys and Counselors; The Boston Consulting Group; FTI Consulting, Inc.; Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados; Moody's.*

4. Grandes corporações agro-industriais e alimentícias:

*The Coca-Cola Company; Caterpillar Inc.; Celulosa Arauco y Constitución (Arauco); Cargill, Incorporated; Colombian Coffee Federation, Inc.; Continental Grain Company; Kellogg Co.; Monsanto Company; PepsiCo; McDonald's Corporation.*

5. Setor automobilístico, aeroviário, transportes:

BMW GROUP; *Ford Motor Company*; *Aeropuertos Argentina 2000*; ***The Boeing Company***; Bombardier Business Aircraft; *General Motors South America*; ***FedEx Express***; Hamburg Sud; Lockheed Martin.

#### **6. Telecomunicações, mídia e informática:**

Apple Inc.; *Bloomberg*; Editora Latin Trade; *Financial Times*; *DirecTV Latin America, LLC*; ***Discovery Communications***; *Google Inc.*; *Grupo Televisa, S.A.B.*; *HBO Latin America*; *IBM Corporation*; *Microsoft Corporation*; News Corp / Fox; *Time Warner/Turner*; *Telefónica, S.A.*; ***Television Association of Programmers Latin America***; Twitter.

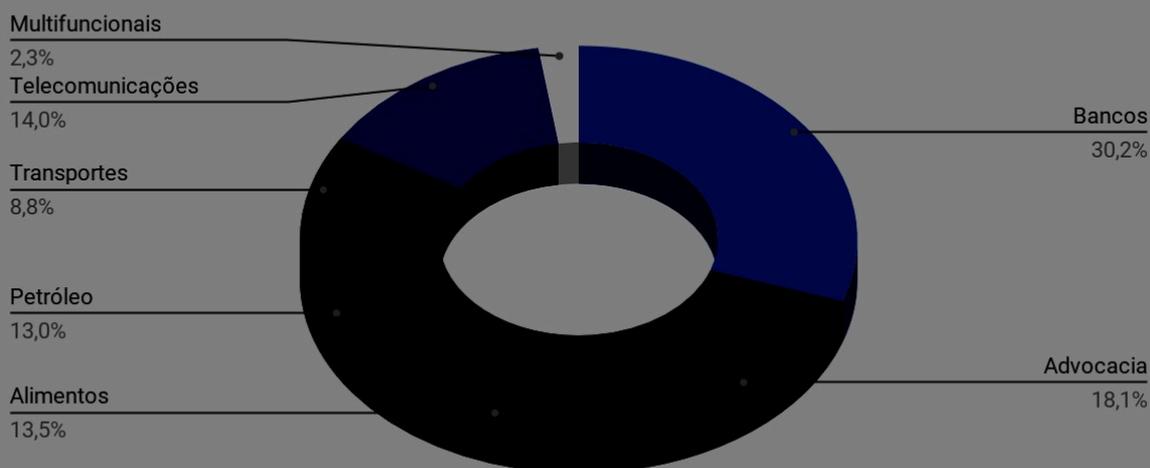
A atual diretoria da *Americas Society* está composta por: Andrés Gluski, presidente; Alan J. Stoga, Vice-presidente; Susan L. Segal, presidente e CEO; George B. Weiksner, tesoureiro; diretores eméritos: William R. Rhodes e John D. Negrofonte; presidente emérito: George Landau; diretores: Alfonso de Angoitia; Richard Burns; Patricia Phelps de Cisneros; Ned Cloonan; Gina Diez Barroso de Franklin; J. Pepe Fanjul; Antonio O. Garza; Carlos N. Guimarães; Peter J. Johnson; Timothy M. Kingston; Thomas F. McLarty III; Ali Moshiri; Enrique Norten; Richard de J. Osborne; Alejandro F. Reynal; Erica Roberts; Alejandro Santo Domingo; Arturo Srukhan; Clifford Sobel; G. Richard Thoman; Alexander G. van Tienhoven; e Pilar Arosemena de Aleman (temporariamente afastada por ocupar cargo público).

Fonte: Universidade Federal do Paraná (1996)

Figura 1

## Setores de atuação das empresas da AS/COA em 2017

Fonte: [www.as-coa.org/content/coa-corporate-members](http://www.as-coa.org/content/coa-corporate-members)



A diretoria, diretores e presidentes eméritos do COA são os mesmos. Mas os *Corporate Directors* são outros, mas existem alguns que ocupam os dois cargos. Tal como apresentados no sítio eletrônico da entidade, são eles: Guillermo Azuero, presidente regional de América Latina, Pfizer; Donald Baker, Sócio e diretor para América Latina, White & Case LLP; José A. Bastos, Diretor, Merck Brazil; Jordi Botifoll, presidente do Latin America Theater, Cisco; Daniel Calhman de Miranda, sócio da Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados; Juan N. Cento, Regional Presidente regional da Divisão de América Latina e Caribe da FedEx Express; Andrés Cerisola, sócio diretor, FERRERE; Cesar Cernuda, Presidente, Microsoft Latin America; Terrence J. Checki, ex-vice-presidente executivo, Federal Reserve Bank of New York; Ned Cloonan, Presidente, Ned Cloonan Associates; Antonio Del Pino, sócio, Latham & Watkins; Dirk Donath, sócio majoritário, Catterton Aimara Latin America; Sonia Dulá, vice-presidente de América Latina do Bank of America Merrill Lynch; Barry Engle, Presidente da General Motors América do Sul; Jose W. Fernandez, sócio, Gibson, Dunn & Crutcher; Antonio Ferreira, Vice-presidente internacional, Janssen Latin America, Johnson & Johnson; Jane Fraser, CEO Latin America, Citigroup; Sergio J. Galvis, sócio, Sullivan & Cromwell; Andrés Gluski, Presidente e CEO, The AES

Corporation; Nicolas Grabar, sócio, Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP; Evan G. Greenberg, presidente e CEO, CHUBB; Susan Greenwell, SVP e Chefe de Relações Governamentais Internacionais, MetLife, Inc.; Boris Hirmas Said, presidente, Tres Mares Group; Donna Hrinak, Presidente de América Latina e Caribe, Boeing; W. Russell King, vice-presidente sênior, International Relations and Federal Affairs, Freeport-McMoRan; Adriano Koelle, presidente para América Latina e diretor executivo, Brasil, BNY Mellon; Carlos Lopez Blanco, diretor global, questões regulatórias e públicas e membro do Comitê Executivo da Telefonica S.A.; Brian Malnak, vice-presidente e Relações Governamentais – América, Shell; Martin Marron, diretor Executivo, América Latina, JPMorgan; e Gerardo Mato, presidente de Global Banking e Mercados americanos, HSBC Securities (USA) Inc.

## O ESTADO ATUAL DA QUESTÃO: BALANÇO DA HISTORIOGRAFIA

Os primeiros autores a chamar atenção para o Council of the Americas foram os pesquisadores americanos Richard Muller e Ronald Barnet, em seu livro *Global Reach: the power of the multinational corporations*, de 1974.<sup>25</sup> Segundo Muller e Barnet, o *Council of the Americas* estava engajado em uma espécie de engajamento empresarial (termos dos autores) preocupado com a imagem das empresas transnacionais num contexto em que o poder das corporações multinacionais estava sendo questionado. Os autores mostraram que diversos eventos organizados pelo Conselho ou com sua participação, no início dos anos 1970, dedicaram-se ao tema da “anti-empresa”. O conselho aparece na obra de Muller e Barnet apenas de maneira esparsa, trazendo exemplos para as teses dos autores.

O historiador americano Lars Shoultz<sup>26</sup> trouxe uma contribuição fundamental para a análise do Conselho, mostrando que nos anos 1970, ele era uma das principais entidades a fazer *lobby* contrário às sanções impostas pelo Departamento de Estado acerca das violações de direitos humanos na América Latina. O papel de inteligência desenvolvido pelo *Council* também é destacado, dado que os diretores do COA informavam detalhadamente a situação dos mais diversos países latino-americanos antes das viagens dos representantes oficiais. Sobre a opinião pública estadunidense acerca das ditaduras, uma obra incontornável é a de James Green, publicada recentemente no Brasil, e que nos ajuda a entender o porquê de nos

---

<sup>25</sup> MULLER, R. & BARNET, R. *Global Reach*. The Power of the multinational corporations. Nova York: Simon and Schuster, 1974.

<sup>26</sup> SHOULTZ, Lars. *Human Rights and United States Policy toward Latin America*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014 [1981].

anos 1970 o Conselho ter fechado seus escritórios e atuado através de outras organizações, como as Câmaras de Comércio estadunidenses espalhadas pela América Latina.<sup>27</sup>

O autor mais importante no Brasil que tratou do objeto em tela é certamente o cientista político uruguaio René Dreifuss, que em sua obra de 1987, *A Internacional Capitalista*, traçou um panorama de aparelhos privados de hegemonia transnacionais (utilizando o conceito por ele desenvolvido de *elites orgânicas*).<sup>28</sup> No capítulo 7 da referida obra, intitulado “Uma bilateral para a América Latina?”, o autor descreveu a origem do Conselho, mencionou alguns personagens importantes como José de Cubas e Henry Geyelin, além de descrever sucintamente alguns projetos do Conselho dos anos 1970 e sua estrutura organizativa interna. Através do conceito de elite orgânica transnacional – com o qual também trabalhamos, ainda que secundariamente – o autor entendeu esses aparelhos privados como instâncias nas quais é constituída uma ação coletiva de classe, com relativa autonomia, no entanto, frente aos interesses econômico-corporativos individuais.

No livro *O Jogo da Direita*,<sup>29</sup> o cientista político volta a analisar o Conselho como a mais importante entidade empresarial privada inter-americana no contexto da transição democrática no Brasil. Entretanto, dada a amplitude das entidades estudadas pelo autor e a abrangência temporal de sua pesquisa em *A Internacional Capitalista*, não há nele uma análise mais profunda sobre alguns aspectos importantes, como financiamento, relação com setores da sociedade política nos Estados Unidos, como congressistas, ou análises sobre os resultados dos projetos mencionados. Somado ao fato de que a obra data de 1987, encontramos uma grande lacuna na história do Conselho nos anos 1990 e 2000.

Acerca do tema mais geral da relação entre entidades privadas como o *Council of the Americas* e a política externa nos Estados Unidos, a tese de Tatiana Teixeira, *Os think-tanks e sua influência na política externa dos EUA: a arte de pensar o impensável*,<sup>30</sup> embora não mencione diretamente o Conselho das Américas, traz uma análise sobre os mecanismos através dos quais aparelhos privados de distintas matizes ideológicas e bases sociais influenciam a elaboração de política externa nos Estados Unidos na história contemporânea.

Sobre a história recente da política externa norte-estadunidense, nos baseamos na obra de referência de Cristina Pecequillo, *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou*

<sup>27</sup> GREEN, James Naylor. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>28</sup> DREIFUSS, René. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

<sup>29</sup> DREIFUSS, René. *O jogo da direita*. São Paulo: Vozes, 1989.

<sup>30</sup> TEIXEIRA, Tatiana. *Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA: a arte de pensar o impensável*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

*mudança?*,<sup>31</sup> onde a professora da USP estabelece uma tipologia e uma periodização muito útil sobre a política externa estadunidense, embora por vezes excessivamente generalizadora e sem atenção às relações privadas de atores políticos como os empresários.

No que diz respeito às relações entre Estados Unidos e o Brasil no contexto do golpe de 1964 e ao longo da ditadura civil-militar que o seguiu, já são bastante conhecidas as pesquisas do historiador Carlos Fico,<sup>32</sup> que esmiuçou os episódios centrais da relação de militares, políticos e diplomatas americanos no golpe. Entretanto, o tema das relações empresariais e das entidades privadas não é mencionado em sua obra.

O mesmo ocorre com a maioria dos estudos sobre as relações entre Estados Unidos e América Latina a partir dos anos 1960, como por exemplo no livro do jornalista Mathias Spektor, em seu livro *Kissinger e o Brasil*.<sup>33</sup> Uma importante exceção é o trabalho Ruth Leacock em *Requiem for revolution*.<sup>34</sup> Para a autora, diferente do que afirma Dreifuss, o ativismo empresarial não teria sido determinante nas relações entre Estados Unidos e Brasil no contexto do golpe, já que teriam sido os intelectuais e burocratas das administrações Kennedy e Johnson os principais construtores do projeto anti-comunista de “nation-building”. Ainda assim a autora traz um quadro informativo bastante útil sobre o tema. Já o vasto e denso estudo de Seymour M. Hersh sobre a era Kissinger,<sup>35</sup> por outro lado, dá um papel destacado às entidades empresariais que se envolveram no golpe de Estado que derrubou o presidente Salvador Allende no Chile em 1973, mencionando diretamente o Conselho das Américas como um dos fóruns envolvidos.

No tema das relações político-empresariais entre Brasil e Estados Unidos no contexto do golpe, a contribuição recente mais importante é certamente o trabalho da pesquisadora Martina Spohr Gonçalves, que levantou as relações entre uma enorme gama de empresários estadunidenses e brasileiros, ambos inseridos nas sociedades civis e políticas de seus respectivos países, no contexto do golpe de 1964. Entretanto, a autora não avança na análise sobre o *Council* nos anos 1970 em diante, sendo esta uma importante lacuna nos estudos sobre as relações político-empresariais entre a América Latina e os Estados Unidos hoje.<sup>36</sup>

---

<sup>31</sup> PECEQUILO, Cristina. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: UFRGS, 2003.

<sup>32</sup> FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>33</sup> SPEKTOR, Mathias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

<sup>34</sup> LEACOCK, Ruth. *Requiem for revolution: United States and Brazil, 1961-69*. Kent: Kent State University Press, 1990.

<sup>35</sup> HERSH, Seymour. *The price of power: Kissinger in the Nixon White House*. Londres: Faber, 1983.

<sup>36</sup> GONÇALVES, Martina Spohr. *American way of business: empresariado brasileiro e norteamericano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2016.

A tese de doutorado do argentino Hernán Ramírez, *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*, menciona apenas brevemente o CLA, mas tem o mérito de mapear as organizações empresariais de forma comparativa e num largo espaço temporal.<sup>37</sup> Na literatura argentina, destaca-se a menção ao Conselho das Américas feita por Jorge Taiana em seu capítulo no livro *Cuentas pendientes*, organizado por Horacio Verbitsky e Juan Pablo Bohoslavsky, que trata da relação entre os empresários, os Estados Unidos e a ditadura argentina de 1976-1983.<sup>38</sup>

Como se vê, existe por um lado uma abundância de menções ao Conselho das Américas em diversas obras de História e Relações Internacionais, mas uma ausência de estudos monográficos sobre o Conselho das Américas, onde a história da entidade seja aprofundada. Entretanto, os estudos realizados por autores como René Dreifuss, Ruth Leacock, Lars Shultz, Martina Spohr, Hernán Ramírez, entre outros, nos propiciam uma base de informações consolidadas sobre o objeto pesquisado, ainda que não compartilhem de todas as suas conclusões.

Duas questões relativas à abordagem receberão tratamento prioritário nesta pesquisa: os temas do imperialismo e do neoliberalismo. Muitos autores críticos do imperialismo estadunidense, como Laurence Shoup,<sup>39</sup> tendem a reduzir o fenômeno do imperialismo a uma “política” do Estado mais poderoso. Não apenas ausenta-se desse tipo de análise as teorias clássicas do imperialismo (que o entendem não como uma política, mas como algo relacionado ao desenvolvimento do capitalismo),<sup>40</sup> como também os debates recentes sobre o “novo imperialismo” que procuram compreendê-lo a partir das mutações trazidas, por exemplo, pela interpenetração de capitais, pelas desigualdades geográficas no desenvolvimento capitalista, pelo papel das opressões de raça e gênero, entre muitos outros aspectos.<sup>41</sup>

---

<sup>37</sup> RAMÍREZ, Hernán. *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

<sup>38</sup> TAIANA, Jorge. La geopolítica internacional de los apoyos económicos. In: VERBITSKY, Horacio & BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. *Cuentas pendientes*. Los cómplices económicos de la dictadura. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2013.

<sup>39</sup> SHOUP, Laurence. *Wall Street's think tank: The Council on Foreign Relations and the empire of neoliberal geopolitics*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2015.

<sup>40</sup> Neste ponto, nos embasaremos na tese de CORREA, Hugo Figueira de Souza. *Teorias do imperialismo no século XXI: (in)adequações do debate no marxismo*. Tese de doutorado em Economia. Universidade Federal Fluminense, 2012.

<sup>41</sup> HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004 [2003]. WOOD, Ellen. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014 [2003]. FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EdUFRJ/EPSJV-Fiocruz, 2010.

## FONTES E METODOLOGIA

Partindo dos conceitos discutidos no quadro teórico, a metodologia da pesquisa se pautou pela busca da articulação entre interesse de classe, posição dentro do Estado restrito e ideologia política. Assim sendo, buscamos fontes relacionadas tanto às relações diplomáticas *strictu sensu*, quanto às relações empresariais de forma ampliada.

O corpus principal de fontes foi composto pelos relatórios, textos e documentos, internos e públicos, produzidos pela própria AS-COA em suas diversas fases de existência. Listamos aqui o conjunto de fontes analisado. Procuramos selecionar os documentos mais relevantes e realizar uma minuciosa análise de discurso deles. Porém, é importante listar aqui toda a documentação a que tivemos acesso e sobre a qual pudemos, efetivamente, trabalhar sobre, ainda que não estejam todas referenciadas ao longo do texto final.

**a) *Americas Quarterly*:** revista quadrimestral da Americas Society/Council of the Americas (AS-COA), por nós assinada. Possui 39 edições entre 2007 e 2017, às quais tivemos acesso na íntegra via assinatura da revista.

**b) *Sítio eletrônico da AS-COA (as-coa.org)*:**

- Relatórios dos anos 2000: Temas: “Desenvolvimento regional” (2004); “Império da lei: crescimento econômico e prosperidade” (2007); “Construindo uma agenda de crescimento hemisférico” (2009); “Trazendo os jovens ao mercado” (2011); “Trazendo a juventude para dentro do mercado de trabalho” (2012); “Inclusão social na saúde” (2012); “Segurança e América Central” (2012) “Criação de empregos” (2012); “Educação na América Latina” (2015).

- Presidents of the Americas: fotos e breves sínteses dos encontros realizados anualmente com presidentes latino-americanos entre 2006 e 2009.

- Washington Conferences: relatórios com fotos dos encontros anuais em Washington, de 2008 a 2016 (excetuando os anos de 2008 e 2010); discursos de figuras proeminentes em alguns encontros.

- Annual Reports: relatórios anuais, em geral escritos na metade do ano, que trazem sínteses de todas as atividades públicas do conselho. Disponíveis de 2003 a 2016, exceto os anos de 2004 e 2005. Os relatórios de 2006, 2007, 2008, 2011, 2012 e 2013 contam também

com um segundo relatório, mais sintético, intitulado “End of year”. Para o ano de 2014 só encontramos disponível o “End of year”.

- Miami Programs: encontros privados, *off-the-record*, com empresários, militares, políticos e burocratas de Estado. Apenas disponíveis algumas fotos dos encontros de 2006, 2008 e 2009 (pela natureza mesma do encontro).

- Latin American Cities Conferences: conferências com empresários e políticos locais, realizadas em grande cidades da América Latina, muitas das quais estão em vídeo no canal da AS-COA no YouTube; programa existente desde 2006. Relatórios disponíveis para os anos de 2006, 2007, 2008, 2011.

- Outros encontros: Mesas redondas e encontros privados com os representantes de governos do continente (majoritariamente ministros de comércio exterior e finanças); militares; Embaixadores; representantes de instituições internacionais como BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e FMI (Fundo Monetário Internacional), premiações (*Bravo Business Awards*), debates sobre democracia e *rule of Law*; *Investment Conferences* e outros eventos sobre perspectivas para investimentos, negócios, cenários econômicos.

**c) Acervo Delfim Netto (FEA-USP)**: Discurso do Prof. João Paulo dos Reis Velloso, ministro do Planejamento e Coordenação Geral, no jantar oferecido pelo Conselho das Américas em Nova York em 25 de maio de 1971; palestra de Fernando Henrique Cardoso no COA em 1992.

**d) National Security Agency**: documentos liberados pelo FOIA (*Freedom of Information Act*) e disponíveis gratuitamente no sítio eletrônico da agência: 29 documentos, entre 1970 e 1986. Constituem-se basicamente de *Intelligence Memos* (relatórios de diversas agências de inteligência) e de agendas presidenciais onde se observam encontros de membros do COA com agentes da comunidade de informações e outros eventos, como uma palestra de David Rockefeller sobre América Latina na CIA, em 1978. Disponível em: <http://nsarchive.gwu.edu>.

**e) Congressional Records**: 35 documentos, em sua maioria debates na Câmara e no Senado dos Estados Unidos, e registros diversos relacionados ao Conselho das Américas no *Congressional Records* (os anais do Congresso dos Estados Unidos) sendo dois de 1965, referentes ao então *Council for Latin America*, e 33 datados de

1980 a 2014. A maior parte contém discursos de membros do Conselho das Américas em sessões plenárias ou comitês da Câmara e do Senado, bem como os debates que se seguiram aos discursos (também disponíveis online), além de relatórios que mencionam a participação da AS-COA em diversos comitês da Câmara e do Senado. Parte importante desse corpus documental de debates congressuais refere-se ao debate acerca da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), nos anos 1990. Disponível em: <https://www.congress.gov/congressional-record>.

**f) Departamento de Estado** (*Office of the historian*): 6 documentos entre 1969 e 1980, em sua maioria relatos de reuniões do Departamento de Estado com a presença do *Council of the Americas*, em sua maioria tratando do papel dos empresários ligados ao Conselho no processo político chileno nos anos 1970. Disponíveis em: <https://history.state.gov/>.

**g) National Archives** (*Presidential Archives*): 32 documentos, em sua maioria discursos de presidentes dos Estados Unidos em conferências do Conselho das Américas, indicações de Embaixadores por vezes indicando sua participação no Conselho como credenciais; agendas presidenciais nas quais constam encontros regulares dos presidentes com o Conselho, entre 1974 e 2008. Disponíveis em: <https://www.archives.gov/>.

**h) Wikileaks**: 176 documentos, em sua totalidade *cables* (telegramas) (comunicados entre Embaixadas latino-americanas entre si e com o Departamento de Estado dos Estados Unidos), entre 1973 e 1978; 43 documentos diversos entre 2003 e 2016, em sua maioria relatos a autoridades diplomáticas e militares sobre encontros do Conselho, incluindo também análises oficiais de Embaixadas e consulados dos Estados Unidos na América Latina da repercussão desses encontros na imprensa latino-americana e estadunidense. Disponíveis em: <https://wikileaks.org/>.

**i) Brown University Repository** (*Projeto Opening the Archives*): 20 documentos relacionados ao *Council for Latin America* e ao *Council of the Americas* entre 1965 e 1969. Em sua maioria correspondências de entidades brasileiras como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) com o Conselho das Américas, materiais publicitários

produzidos pelo então *Council for Latin America* (CLA), correspondências entre membros do conselho e burocratas de Estado norte-americanos, entre outros. Disponíveis em: <[https://repository.library.brown.edu/studio/collections/id\\_644/](https://repository.library.brown.edu/studio/collections/id_644/)>.

**j) Library of Congress:** 15 documentos, em sua maioria entrevistas com ex-Embaixadores, adidos e outros ocupantes de cargos diplomáticos oficiais dos Estados Unidos na América Latina, como George Landau e Otto Reich, que mencionam o papel Conselho das Américas em diferentes contextos históricos entre os anos 1970 e os anos 1990. Disponíveis em: <<https://www.loc.gov/>>.

**k) Imprensa:**

- Brasileira. Acervos próprios: Folha de São Paulo; Revista Veja; Estado de São Paulo; Revista do empresário (publicação mensal da Associação Comercial do Rio de Janeiro ACRJ); entre outros.
- Estadunidense: New York Times; Washington Post; Time Magazine.

Fontes consultadas nos Estados Unidos:

**l) Rockefeller's Archives Center (RAC)**, Westchester, NY. Pudemos acessar *in loco* (desde que o arquivo não disponibiliza online) o fundo sobre o Conselho das Américas, classificado como parte dos fundos do IBEC (International Basic Economic Corporation), uma das empresas do grupo Rockefeller atuantes na América Latina e profundamente envolvida nas atividades do Conselho. Trata-se em sua maior parte de correspondências internas do Conselho no início dos anos 1970. A visita ao arquivo foi realizada em maio de 2019.

É importante notar que o presente trabalho, ainda que não desenvolva as teorias e metodologias da chamada História Transnacional, pelo escopo do tema, isto é, por se tratar de entidade que opera e funciona de maneira transnacional, naturalmente traz uma história transnacional. Outra questão teórico-metofológica importante que não abordaremos, embora esteja subjacente à própria análise do objeto, diz respeito à problematização entre agência e estrutura. Afinal, o Conselho das Américas foi resultado de transformações nos quadros do capitalismo e imperialismo contemporâneos, ou é agente destas mesmas mudanças? Na verdade, a resposta a tal questão tal como desenvolvemos no trabalho é de que ambas coisas

são simultâneas e inseparáveis: tanto o Conselho é formado por conta de uma mudança estrutural no capitalismo e no imperialismo, tanto quanto é um agente dessas próprias mudanças.<sup>42</sup>

## PERIODIZAÇÃO E DIVISÃO DOS CAPÍTULOS

Propomos aqui uma interpretação histórica do Conselho das Américas, entendendo-o, a partir do aparato teórico gramsciano, como um aparelho privado de hegemonia. Este, o arsenal conceitual gramsciano, é o objeto de nosso primeiro capítulo, que também traz criticamente os pressupostos liberais da concepção de democracia, que nos será essencial para a compreensão de algumas das principais inflexões do Conselho das Américas.

O capítulo 2 trata dos primórdios dessa entidade, traçando o quadro geral ao redor do nascimento dessa entidade, mostrando onde ela se localizava no espectro empresarial, político e ideológico dos Estados Unidos de meados da década de 1960 e quais foram seus primeiros projetos e ações na América Latina. Localizamos quais eram os personagens que se destacaram na projeção do Conselho e quais eram as formas de inserção da entidade na sociedade política dos Estados Unidos.

O capítulo 3 versa sobre as intensas atividades do Conselho a partir da virada da década de 1960 para a década de 1970. Procuramos entender a trajetória do Conselho em três dimensões: 1) em sua relação estreita com a política externa dos Estados Unidos; 2) em sua relação com empresários e governos latino-americanos, isto é, na articulação de interesses intra-burgueses nos marcos do imperialismo<sup>43</sup>; 3) e finalmente com os tipos de regimes políticos na América Latina. No caso do período deste capítulo, estamos falando do ciclo ditatorial que atingia a maior parte dos países da América Latina nos anos 1970. Analisaremos principalmente a atuação do Conselho no Brasil e no Chile. A propaganda profissional da livre iniciativa, a “luta anti-protecionista” dentro dos Estados Unidos e contra as iniciativas latino-americanas como o Código Andino, são dois traços marcantes deste período.

O capítulo 4 busca compreender qual foram as orientações políticas do Conselho no quadro da política externa do governo Reagan, dirigida à América Central, e da chamada “crise da dívida”, ambas tendo por marco histórico o ano de 1979, ano da revolução

---

<sup>42</sup> Agradecemos essas duas sugestões e comentários ao professor Rolando Álvarez.

<sup>43</sup> Entendido aqui não como política externa de um Estado, mas sim como um estágio na historicidade do capitalismo com características históricas próprias: exportação de capitais não sendo a única, porém um critério importante.

nicaraguense, do “choque Volcker” e da ascensão da nova direita nos Estados Unidos. Aqui buscamos analisar o papel que coube ao Conselho das Américas na construção da neoliberalização latino-americana dos anos 1980, que combinou contrarreformas e privatizações massivas, sob a batuta do mecanismo da dívida, com a construção de regimes democráticos já entendidos nos marcos de uma democracia restrita. O ano de 1990 é importante pois marca o auge do *lobby* do Conselho das Américas no Congresso dos Estados Unidos pela aprovação do *fast track* para a aceleração da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas, um antigo sonho do Conselho, que antes levava o nome de ALALC).

E aqui neste capítulo o tema das interpretações liberais sobre democracia volta à tona: a defesa da “democracia” (minimalista e instrumental, sem direitos sociais) associada ao livre mercado pelo Conselho das Américas – que na verdade pode ser tomado como representativo do pensamento dominante de uma época cujo marco é o fim da URSS e a queda do Muro de Berlim e o deserto do pensamento único neoliberal.

O capítulo 5 e último contém uma apresentação das atividades de um Conselho modernizado, que ganha uma revista, uma equipe profissional pública, e que passa a atuar, de maneira geral, mais publicamente a partir dos anos 2000. A *Americas Quarterly* é lançada em 2007, os fóruns de empresários e governos são frequentes e de divulgação pública, e a ASCOA dá seu nome e endereço a todos que a queiram conhecer. Destacamos aqui os relatórios sobre a implementação da *rule of law* como garantidora dos contratos e do mercado na América Latina; e sobre políticas sociais (saúde, educação, emprego, segurança), nos quais é invariavelmente invocado “o papel do setor privado” na mediação dos conflitos sociais. Terminamos com uma análise mais detida do momento contemporâneo, quase que jornalística, ou uma história do tempo presente, da atuação do Conselho das Américas nas cruciais eleições de 2018 no Brasil, que aconteceram enquanto esta tese era produzida. Trata-se do ponto aonde o distanciamento histórico pesa negativamente, porém optamos por deixar uma análise extensa sobre este tema porque ele pode ser revelador para o entendimento da relação entre o Conselho das Américas com a democracia, ou pelo menos com aquilo que a entidade roga defender, a *rule of law*.

A partir dos anos 2010 fica ainda mais ressaltado o papel, que é constitutivo do *Council* desde seus primórdios, de “educador” intra-burguês das burguesias latino-americanas que tem os Estados Unidos como espelho, buscando sempre identificar, em seu discurso, seus interesses de classe com os interesses gerais do “hemisfério”, a mais moderna versão da pedagogia empresarial internacional.

## **1 APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA TRANSNACIONAIS, DEMOCRACIA, CAPITAL-IMPERIALISMO E NEOLIBERALISMO**

*Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para grande pesar dos reacionários, ela retirou a base nacional da indústria. As indústrias nacionais tradicionais foram, e ainda são, a cada dia destruídas. São substituídas por novas indústrias, cuja introdução se tornou essencial para todas as nações civilizadas. Essas indústrias não utilizam mais matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das regiões mais distantes, e seus produtos não se destinam apenas ao mercado nacional, mas também a todos os cantos da Terra. Ao invés de necessidades antigas, satisfeitas por produtos do próprio país, temos novas demandas supridas por produtos dos países mais distantes, de climas os mais diversos. No lugar da tradicional auto-suficiência e do isolamento das nações surge uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. (...) A estreiteza e o isolamento nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais surge uma literatura mundial.*

MARX & ENGELS, 1848

Neste capítulo devemos explicitar os conceitos essenciais para a análise do Conselho das Américas nos quadros do capital-imperialismo contemporâneo, utilizando como instrumental básico a teoria de Antonio Gramsci, em especial o conceito de aparelho privado de hegemonia, conceito central que utilizaremos para compreender a atuação do Conselho simultaneamente na sociedade civil e na sociedade política e de forma transnacional. O capítulo procura oferecer um tratamento histórico das diferentes teorias liberais sobre a democracia, de maneira a embasar nossa caracterização sobre a história da atuação do Conselho das Américas com relação a este tema, fio que vai perpassar todos os capítulos da tese. Por fim, explicitaremos em que quadros conceituais entendemos o neoliberalismo, tema incontornável na história do aparelho que estamos estudando.

## 1.1 O CONCEITO DE APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA A PARTIR DE ANTONIO GRAMSCI

O conceito de aparelho hegemônico ou aparelho privado de hegemonia parece hoje ser um dos mais fecundos conceitos gramscianos como instrumento heurístico para investigação histórica. A atuação de diversos tipos de entidades, associações e instituições, ligadas seja aos dominantes seja aos subalternos, é cada vez mais objeto de investigação por pesquisadores nas ciências sociais brasileiras, em especial historiadores, que se utilizam do arcabouço teórico marxista e gramsciano. Nem sempre, no entanto, é realizada uma reflexão teórica mais aprofundada sobre o conceito.

No Brasil, são incontornáveis os trabalhos das historiadoras Virgínia Fontes<sup>44</sup> e Sônia Regina de Mendonça<sup>45</sup> e do cientista político Alvaro Bianchi,<sup>46</sup> sendo ambos também orientadores de diversas pesquisas que se utilizam do conceito de aparelho privado de hegemonia (APH). O objetivo deste breve introito teórico, partindo das contribuições desses autores e de outros importantes intérpretes de Gramsci, como Christinne Buci-Glucksmann,<sup>47</sup> Gianni Francioni,<sup>48</sup> Guido Liguori<sup>49</sup> e Peter Thomas<sup>50</sup> é o de avançar na reflexão teórica sobre o que significam os APHs, desenvolvendo alguns apontamentos metodológicos úteis para nossa pesquisa.

### 1.1.1 O aparato egemonico na lavra gramsciana

De acordo com o verbete “*Hegemonic Apparatus*” do Dicionário Histórico-Crítico do Marxismo (DHCM), verbete escrito por S. Bollinger e J. Koivisto, *apparatus*, em latim, significa formulação, preparação, decoração, equipamento litúrgico ou simplesmente “equipamento”.<sup>51</sup> Ao longo do século XVIII, o sentido germânico do termo foi ampliado para

<sup>44</sup> FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005. \_\_\_\_\_. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História*. Rio de Janeiro: EdUFRJ-Fiocruz, 2010.

<sup>45</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. “O Estado ampliado como ferramenta metodológica”. *Marx e o Marxismo*, v.2, n.2, jan/jul 2014.

<sup>46</sup> BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci*. Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008.

<sup>47</sup> BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 [1975].

<sup>48</sup> FRANCONI, Gianni. *L'Officina Gramsciana*. Nápoles: Bibliopolis, 1984.

<sup>49</sup> LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

<sup>50</sup> THOMAS, Peter. *The Gramscian Moment: Phylosophy, hegemony and marxism*. Leiden/Boston: Brill, 2009.

<sup>51</sup> BOLLINGER, Stefan; KOIVISTO, Juha. Hegemonic Apparatus (Verbetes). *Historical-Critical Dictionary of Marxism*. Londres: Brill, 2009, p. 301-308.

a totalidade das pessoas e arranjos necessários para o cumprimento de alguma tarefa; mas era mais correntemente usado para designar “equipamento”, de onde surge a tendência a interpretar “aparato” ou “aparelho” no sentido de “máquina”, subestimando a dimensão ativa, sensorial, do termo.

Gramsci utiliza o termo *apparato* – cuja tradução corrente em língua portuguesa é “aparelho” – já desde seus escritos pré-carcerários, para se referir a diversas coisas, como “aparelho econômico”, “aparelho político”, “aparelho sindical”, “aparelho nacional de produção”, ou “aparelho militar-burocrático”.

Consultando o verbete “apparato egemonico”, escrito por Guido Liguori no *Dizionario Gramsci*, vemos que desde as primeiras notas dos *Quaderni del Carcere* em que usa o termo “hegemonia”, Gramsci faz referência ao termo “aparelho hegemônico”.<sup>52</sup> Segundo Liguori, trata-se de uma expressão não muito frequentemente usada nos cadernos, mas presente em vários deles, como nos cadernos 1,6,7, 10 e 13, escritos em datas diversas, incluindo dois de segunda escrita (Q 10, parte II, § 12 e Q 13, § 37). No caso do caderno 10, o termo não aparecia no respectivo texto A (Q 4, § 38). Como se sabe, as notas presentes nos cadernos carcerários de Gramsci são classificados em A, B e C de acordo com o critério de se foi reescrito ou não.<sup>53</sup>

Gramsci começa a elaborar seu conceito de hegemonia, novo em relação àquele utilizado nos escritos pré-carcerários, no final do caderno 1 (1929-1930), especialmente no § 44. Nesse mesmo *Primo Quaderni*, no § 47, intitulado *Hegel e l'associazionismo*, começa a tomar forma um novo conceito de Estado:

A doutrina de Hegel sobre os partidos e as associações como trama “privada” do Estado. Ela derivou historicamente das experiências políticas da Revolução Francesa e devia servir para dar um caráter mais concreto ao constitucionalismo. Governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: **o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente.** Assim, em certo sentido, Hegel já supera o puro constitucionalismo e teoriza o Estado parlamentar com seu regime dos partidos. Sua concepção da associação não pode deixar de ser ainda vaga e primitiva, entre o político e o econômico, segundo a experiência histórica da época, que era muito restrita e dava um só exemplo acabado de organização, o “corporativo” (política enxertada na economia)<sup>54</sup> (grifo nosso).

<sup>52</sup> LIGUORI, Guido. Apparato egemonico (Verbete). LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dizionario Gramsci*. Roma: Carocci, 2009.

<sup>53</sup> As notas A são de primeira escrita, retomados em textos C; e as notas B são de escrita única.

<sup>54</sup> GRAMSCI, Antonio. Caderno 1, § 47. In: *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 119. Para todas as citações de Gramsci, utilizaremos aqui a edição brasileira organizada por

No § 48 do mesmo Caderno 1, Gramsci trabalha sobre o conceito de hegemonia a partir da história política francesa, dando-lhe uma versão fundamental, que ganharia uma reescritura na famosa passagem do conhecido § 37 do Caderno 13 – um texto C, datado de 1932-1934:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos **chamados órgãos da opinião pública** — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados<sup>55</sup> (grifo nosso).

Algumas linhas abaixo desse trecho, aparece novamente a expressão “aparelho hegemônico”: “no período do pós-guerra, o aparelho hegemônico se estilhaça e o exercício da hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatório.”<sup>56</sup>

Segundo Liguori, o aparelho hegemônico aparece agora como um elemento essencial para o exercício da hegemonia: sua quebra corresponde à crise do último. O conceito de aparelho de hegemonia é um elo entre o conceito de hegemonia e a noção, ainda em formação àquela altura dos escritos de Gramsci, de “Estado integral”, oferecendo uma base material para o conceito gramsciano de hegemonia, não assimilável a uma concepção idealista, culturalista ou liberal.<sup>57</sup> O termo “aparelho hegemônico” aparece no Caderno 1, no §48, relacionado à opinião pública, mas não a uma vaga e volátil “batalha das ideias”, e sim a um *estrutura* precisa.<sup>58</sup>

A partir do Caderno 6, a ideia de “aparelho hegemônico” é coligada à articulação estatal propriamente dita:

*Organização das sociedades nacionais.* Assinalei de outra feita que, numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e **partido num sentido amplo, e não formal.** Nesta multiplicidade de **sociedades particulares, de caráter duplo** — natural e contratual ou voluntário —, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), **base do Estado**

---

Carlos Nelson Coutinho.

<sup>55</sup> *Id.* Caderno 13, § 37. In: *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 95.

<sup>56</sup> *Ibid.*

<sup>57</sup> LIGUORI, *op cit*, p. 45.

<sup>58</sup> Em alguns momentos Gramsci fala de uma “estrutura ideológica” para indicar tudo o que forma a “opinião pública”. *Ibid.*

**compreendido estritamente como aparelho governamental-coercivo.**<sup>59</sup>  
(grifos nossos).

O aparelho hegemônico é entendido, assim, como uma sociedade particular (formalmente privada), que se torna o correspondente do aparelho governativo-coercitivo. Força e consenso, as duas metades indissociáveis da dominação, as duas metades do Centauro maquiaveliano, ambas desenvolvem seus respectivos “aparelhos”. O Estado integral é, já, unidade-distinção da sociedade civil e Estado “tradicionalmente entendido”, ou Estado *strictu sensu*.

Segundo Liguori, um passo posterior é realizado no Caderno 7, onde fica mais explícita a problemática do Estado:

A discussão sobre a força e o consenso demonstrou como está relativamente avançada na Itália a ciência política e como em seu tratamento, mesmo por parte de estadistas responsáveis, existe uma certa franqueza de expressão. Esta discussão é a discussão da “filosofia da época”, do motivo central da vida dos Estados no período do pós-guerra. Como reconstruir o aparelho hegemônico do grupo dominante, aparelho que se desagregou em razão das conseqüências da guerra em todos os Estados do mundo? Desde logo, por que se desagregou? Talvez porque se tenha desenvolvido uma forte vontade política coletiva antagonica? Se tivesse sido assim, a questão teria sido resolvida em favor de tal antagonista. Ao contrário, desagregou-se por causas puramente mecânicas, de tipo variado: 1) porque grandes massas, anteriormente passivas, entraram em movimento, mas num movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade política coletiva; 2) porque classes médias que tiveram na guerra funções de comando e de responsabilidade foram privadas disto com a paz, ficando desocupadas justamente depois de fazer uma aprendizagem de comando, etc.; 3) porque as forças antagonicas se revelaram incapazes de organizar em seu proveito esta desordem de fato. O problema era reconstruir o aparelho hegemônico destes elementos antes passivos e apolíticos, e isto não podia acontecer sem a força: mas esta força não podia ser a “legal”, etc. Como em cada Estado o conjunto das relações sociais era diferente, diferentes deviam ser os métodos políticos de emprego da força e a combinação das forças legais e ilegais. Quanto maior é a massa de apolíticos, tanto maior deve ser a contribuição das forças ilegais. Quanto maiores são as forças politicamente organizadas e educadas, tanto mais é preciso “resguardar” o Estado legal, etc.”<sup>60</sup>

Segundo o verbete do *Dizionario Gramsci*, a referência mais madura ao conceito de aparelho hegemônico, no entanto, aparece no Caderno 10, § 12.<sup>61</sup> Aqui, a ideia de aparelho hegemônico é articulada à uma concepção nova de ideologia. Um “aparelho” serve para criar

<sup>59</sup> GRAMSCI, Antonio. Caderno 6, § 136. In: *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 253.

<sup>60</sup> *Id.* Caderno 7, § 80. In: *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 264.

<sup>61</sup> LIGUORI, *op cit*, p. 46.

um “novo terreno ideológico”, ao afirmar uma “reforma filosófica”, uma “nova consciência do mundo”:

A proposição contida na introdução à Crítica da economia política, segundo a qual os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias, deve ser considerada como uma afirmação de valor gnosiológico e não puramente psicológico e moral. (...) A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico.<sup>62</sup>

Vemos aqui que a instalação de um aparelho hegemônico é equivalente a uma “reforma filosófica”: na medida em que cria um novo terreno ideológico, efetua uma reforma na consciência e nos métodos de conhecimento. Como ressalta Liguori, a luta entre diferentes hegemonias está aberta, mas o papel que joga o Estado na passagem do primeiro decênio do século XX está delineado em toda a sua centralidade.

Como aponta o DHCM, o termo “aparelho hegemônico” também aparece, em Gramsci, referido como a “estrutura material da superestrutura”<sup>63</sup>, como “complexo de trincheiras e defesas”, como “estrutura ideológica de uma classe dominante”, ou, mais extensamente, como “organização material com o propósito de manter, defender e desenvolver o ‘front’ teórico e ideológico”.<sup>64</sup>

### 1.1.2 O aparelho hegemônico e seus intérpretes

Vejamos agora como alguns dos melhores intérpretes de Gramsci analisaram a questão dos aparelhos privados de hegemonia, começando por aquela que foi uma obra pioneira em trazer à tona a importância desse conceito: *Gramsci e o Estado*, de Christinne Buci-Glucksmann.<sup>65</sup> Segundo Guido Liguori,<sup>66</sup> o debate levantado por Buci-Glucksmann e outros autores promoveram, nos anos 1970, um salto de qualidade no debate sobre hegemonia. Ela assinala a incompatibilidade entre hegemonia e “legitimidade” entendida de forma weberiana, escrevendo que “Gramsci evita os tropeços de um institucionalismo à la Weber (primado das instituições sobre as práticas), pois o aparelho de hegemonia é marcado pela primazia da luta de classes”.<sup>67</sup>

<sup>62</sup> GRAMSCI, Caderno 10, § 12. In: *Cadernos do Cárcere...* p. 157-8.

<sup>63</sup> *Id.* Caderno 4, § 12 & Caderno 11, § 29. In: *Cadernos do Cárcere...* p. 157-8.

<sup>64</sup> HAUG, W. F. et al. Historical-Critical Dictionary of Marxism. *Historical Materialism*, n. 17, 2009, p. 304.

<sup>65</sup> BUCI-GLUCKSMANN, *Gramsci e o Estado...*

<sup>66</sup> LIGUORI, *Roteiros para Gramsci...* p. 211.

<sup>67</sup> BUCI-GLUCKSMANN, *Gramsci e o Estado...* p. 70.

Buci-Glucksmann defende que o conjunto dos aparelhos privados, através dos quais uma classe ou um bloco de classes luta pela hegemonia e pela direção político-moral, não pode ser entendido de forma descolada ou oposta à sociedade política (os aparelhos militares e burocráticos de dominação e de coerção). E mostra que, embora o conceito de aparelho de hegemonia apareça, em algumas passagens, igualado a “estrutura ideológica da classe”, Gramsci não reduzia seu papel a uma mera difusão de ideologia descolada da “base”, da mesma forma como seu conceito de hegemonia ultrapassava o de ideologia (fosse como “falsa consciência” ou conjunto de ideias).

A autora afirma que a constituição do aparelho hegemônico, em Gramsci, não se reduz ao momento cultural, e nem à função dos intelectuais, e liga o surgimento do conceito de aparelho hegemônico com a análise que Gramsci fez do *Risorgimento* italiano. Em suas palavras, “é a partir de uma abordagem historicamente diferenciada dos aparelhos de hegemonia que Gramsci procede”.<sup>68</sup> no caso, da análise da revolução passiva (revolução sem jacobinismo). Aqui, a burguesia não consegue instaurar uma hegemonia nova, que permite aos subalternos certa liberdade de organização, pois não consegue atingir um consenso ativo, mas apenas passivo. As condições para uma classe se tornar hegemônica são econômicas, políticas e culturais, em conjunto.<sup>69</sup>

Também para Gianni Francioni, autor de uma das mais detalhadas pesquisas que se preocuparam em entender e evidenciar a evolução interna na obra de Gramsci, já nos anos 1980, o conceito de aparelho hegemônico é essencial para compreender completamente a hegemonia e precisar seu significado. Tanto como não existe, nos Cadernos, hegemonia sem crise de hegemonia, também não existe hegemonia sem aparelho de hegemonia.<sup>70</sup>

Para Francioni, “um aparelho hegemônico pode ser definido como qualquer instituição, espaço ou agente que organize, medie e confirme a hegemonia de uma classe sobre outras”.<sup>71</sup> Francioni entende que a importância crescente dos aparelhos hegemônicos pode se expressar em uma crescente subalternidade de “muitos” em relação a “poucos”. De acordo com Francioni, entretanto, é provável que o conceito de “estrutura material da ideologia”, correlato ao de aparelho hegemônico, representasse para Gramsci apenas uma formulação muito inicial e provisória, portanto insatisfatória.<sup>72</sup>

---

<sup>68</sup> *Ibid.*, p. 77.

<sup>69</sup> *Ibid.*, p. 86-8.

<sup>70</sup> FRANCIONI, *L'Officina...* p. 176.

<sup>71</sup> *Ibid.*, p. 175.

<sup>72</sup> *Ibid.*, p. 179.

Francioni procura mostrar que, se é verdade que em toda a primeira fase dos trabalhos do cárcere a atenção de Gramsci é voltada para a problemática da construção e da expansão da classe burguesa, a problemática da hegemonia não se restringe à análise da burguesia, mas da constituição da classe em geral.<sup>73</sup> Com o conceito de aparelho hegemônico, no entanto, é diferente: somente na segunda escritura ele será plenamente integrado ao conceito de hegemonia. Hegemonia e aparelho hegemônico aparecerão agora incluídos, como elementos essenciais, na problemática do Estado.<sup>74</sup>

Uma redefinição da concepção de superestrutura e do conceito de ideologia aparece na primeira das três séries das notas de filosofia (Cadernos 4, 7 e 8), escritas em maio de 1930. Através do conceito de aparelho hegemônico delineado no primeiro caderno, Gramsci adentra no problema das ideologias, que define como um problema crucial do materialismo histórico. O combate entre hegemonias distintas não é, entretanto, apenas um confronto entre ideologias. Gramsci nota como certas formas de instrumento técnico são, ao mesmo tempo, estrutura e superestrutura, como no caso da indústria tipográfica, que, nas palavras de Gramsci, atingiu uma importância inaudita.<sup>75</sup>

O grande pioneiro nos estudos de Gramsci no Brasil, Carlos Nelson Coutinho, destacou em seu estudo do pensamento político de Gramsci o fato de que os aparelhos privados de hegemonia são organismos coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. Esse, segundo ele, é o principal elemento que afasta a noção gramsciana de APH do conceito althusseriano de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), no que estamos de acordo com Coutinho.

Coutinho vê os aparelhos privados de hegemonia gramscianos como uma espécie de reedição das corporações em Hegel, adicionada à dimensão contratualista presente em Rousseau. Por um lado, Gramsci teria recolhido de Hegel a ideia de que as vontades são determinadas no nível dos interesses materiais e econômicos, passando por um processo de universalização que leva à formação de “sujeitos coletivos”. Por outro lado, na medida em que Gramsci entende como “consensual” a adesão a tais “aparelhos de hegemonia”, colocando-os no seio do Estado “ampliado”, o marxista sardo teria introduzido uma “dimensão contratual” no coração da esfera pública, retomando uma noção rousseauiana abandonada por Hegel.<sup>76</sup>

---

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 177.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 178.

<sup>75</sup> *Ibid.*, p. 179.

<sup>76</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *De Rousseau à Gramsci*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 248-9. Essa aproximação que Coutinho faz da concepção gramsciana de aparelho de hegemonia da base contratualista

Essa interpretação está intimamente ligada à concepção de Coutinho sobre a sociedade civil, na qual é nítida certa positividade. Essa tendência à positividade da sociedade civil na leitura “hegemônica” de Gramsci foi muito bem criticada por Alvaro Bianchi, em *O Laboratório de Gramsci*, que destaca, em seu comentário sobre os aparelhos de hegemonia, que

Os cortes classistas e as lutas entre os diferentes grupos sociais atravessam os aparelhos hegemônicos e contrapõem uns a outros. Este alerta se justifica na medida em que, no vocabulário político hodierno, um conceito tocquevilliano de sociedade civil tornou-se preponderante. Neste conceito, sociedade civil passou a significar um conjunto de associações situadas fora da esfera estatal, indiferenciadas e potencialmente progressistas, agentes da transformação social e portadoras de interesses universais não contraditórios.<sup>77</sup>

De forma semelhante, Guido Liguori, em seus incontornáveis *Roteiros para Gramsci*, havia destacado a conexão entre o conceito de Estado integral e o de aparelhos privados de hegemonia:

A sociedade civil é entendida como conjunto de “organizações ditas privadas”. Aqui retorna uma expressão semelhante àquela já vista e, Q 12, §1, (“organismos designados vulgarmente como ‘privados’”) e que é possível encontrar em várias passagens dos Cadernos. O uso de aspas [...] ou do advérbio “vulgarmente” [...] assim como a expressão “ditas”, que precede “privadas”, são sinais e índices da maior importância: dizem-nos que, para Gramsci, **tais aparelhos hegemônicos, aparentemente “privados”, na realidade fazem plenamente parte do Estado** e, portanto, nos permitem falar de “Estado ampliado”.<sup>78</sup>

*The Gramscian Moment*, de Peter Thomas (2009), segue de perto a interpretação de Buci-Glucksmann no que diz respeito à importância dos aparelhos hegemônicos na constituição da classe.<sup>79</sup> Para Buci-Glucksmann, o aparelho de hegemonia é “um conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes (entre os quais os ‘intelectuais’)” que “só encontra sua unificação através da análise da *expansão* de uma classe”.<sup>80</sup>

Para Thomas, teríamos em Gramsci não a noção de *um* aparelho hegemônico, no singular, mas de *aparelhos hegemônicos*, no plural – toda uma série de aparelhos hegemônicos que se relacionam e se unificam no nível político pela capacidade dos elementos de um grupo ou classe social particular fazerem a “tradução” entre diferentes práticas

---

de Rousseau nos parece questionável, na medida em que o autor parece assim negligenciar que, mesmo dentro dos aparelhos de adesão voluntária, estamos tratando de uma relação geral de *dominação*, na qual essa adesão é condicionada, e não livre, como pressupõe o contratualismo.

<sup>77</sup> BIANCHI, *Laboratório de Gramsci*... p. 179.

<sup>78</sup> LIGUORI, *Roteiros para Gramsci*... p. 21.

<sup>79</sup> THOMAS, *The Gramscian Moment*...

<sup>80</sup> BUCI-GLUCKSMANN, *Gramsci e o Estado*... p. 70.

hegemônicas entre diferentes campos da sociedade. Para o autor, enquanto o conceito de Estado integral procura delinear as formas e modalidades pelas quais uma classe estabiliza e torna mais ou menos durável seu poder político-institucional na sociedade política, o conceito de um “aparelho hegemônico” tenta mapear os modos pelos quais ela ascende ao poder através de uma “intrincada rede de relações sociais na sociedade civil.”<sup>81</sup>

Importante destacar que se trata de um processo que não ocorre de uma vez por todas; ao contrário, é preciso ser repetido cotidianamente se um projeto de classe quer permanecer capaz de se reproduzir no poder institucional. O aparelho hegemônico de classe constitui “o horizonte dentro do qual um projeto de classe é elaborado e dentro do qual ela procura interpelar e integrar seus antagonistas”. Ainda segundo Thomas, o conceito gramsciano de aparelho hegemônico pode ser compreendido como uma “tradução realista” dos temas que têm sido mais recentemente tratados na tese do “biopoder” e da “biopolítica” (tese de Foucault que, segundo ele, era marcada por uma concepção que obscurece a natureza específica do poder de classe).<sup>82</sup>

O interessante do conceito de aparelho hegemônico, segundo Thomas, é que ele atravessa as fronteiras do chamado público (pertencente ao Estado) e privado (sociedade civil), para incluir “todas as iniciativas pelas quais uma classe concretiza seu projeto hegemônico num sentido integral”.<sup>83</sup>

Em termos poulantzianos, esses aparelhos são a “condensação material de uma relação de forças” dentro de uma classe ou aliança de classes que permite a ela confrontar o seu antagonista num nível propriamente político.<sup>84</sup> O poder político é concebido em sentido específico: a capacidade que uma classe desenvolve para *agir como uma classe* em relação às demais classes, o que pressupõe uma determinada habilidade das iniciativas de uma classe na sociedade política ligar-se adequadamente a sua “base social” na sociedade civil. O potencial de uma classe para o poder político, assim, depende de sua habilidade para encontrar as formas institucionais adequadas a seu projeto hegemônico particular.

Nesses termos, Thomas entende que, para Gramsci, o poder político é imanente não apenas ao Estado como uma condensação de relações de poder (relações entre classes), como foi para Poulantzas; antes, é imanente aos projetos hegemônicos por meio dos quais as classes *se constituem como tais* (relações intra-classes), e podem se tornar ou não capazes de exercer

---

<sup>81</sup> THOMAS, *The Gramscian Moment...* p. 224-5.

<sup>82</sup> *Ibid.*, p. 225.

<sup>83</sup> *Ibid.*, p. 226.

<sup>84</sup> *Ibid.*

poder político – isto é, quando deixam de ser uma massa incoerente de interesses corporativos confinados no terreno da sociedade civil.<sup>85</sup>

### 1.1.3 Aparelhos privados de hegemonia na pesquisa histórica

As formulações teóricas de Gramsci sobre os aparelhos de hegemonia decorreram de sua própria pesquisa histórica. Foi analisando a política francesa pós-1870 que Gramsci notou como as mais importantes iniciativas não emergiram de organismos políticos que eram baseados no voto, mas de organismos privados ou escritórios da alta burocracia relativamente desconhecidos. Disso ele concluiu, àquela altura, que “o conceito comum de Estado é unilateral e leva a graves erros”; daí a necessidade de entender aparelhos privados de hegemonia, ou “sociedade civil”, como parte do Estado.<sup>86</sup>

O estudo do papel dos intelectuais na formação do Estado nacional italiano também levou o marxista sardo a essa conclusão. Afinal, naquele processo histórico – diferente do francês – os elementos político moderados foram capazes de estabelecer o aparelho (aqui, Gramsci equivale “aparelho” a “mecanismo”) de sua “hegemonia política, moral e intelectual”. Para tanto, se valeram principalmente da iniciativa individual, “molecular”, “privada” – ao invés, por exemplo, de um programa partidário formal, elaborado e constituído anteriormente à prática e ação organizativa.<sup>87</sup>

Outro ponto digno de nota é a análise de Gramsci, no seu Caderno 22, de 1934, intitulado *Americanismo e Fordismo*, e nos Cadernos miscelâneos correlatos, sobre o *Rotary Club*. Como se sabe, em *Americanismo e Fordismo*, Gramsci analisou a particular combinação entre força e persuasão no solo americano, que combinava as condições históricas para o surgimento de uma produção completamente “racionalizada”, a qual ensejava a busca pela formatação de um modo de vida e um tipo social a ela adequado. Tendo utilizado diversas fontes da imprensa sobre esse organismo, ele escreveu que

parece que seu programa essencial é a difusão de um novo espírito capitalista, ou seja, a ideia de que a indústria e o comércio, antes de serem um negócio, são um “serviço social”; ou, mais precisamente, “são e podem ser um negócio na medida em que são um ‘serviço’”<sup>88</sup>

---

<sup>85</sup> *Ibid.*, p. 226-7.

<sup>86</sup> GRAMSCI, Caderno 6, § 137. *In: Cadernos do Cárcere*

<sup>87</sup> *Id.*, Caderno 19, § 24. *In: Cadernos do Cárcere*

<sup>88</sup> *Id.*, Caderno 5, § 2. *In: Cadernos do Cárcere...* p. 295.

Gramsci chama atenção para o fato de que o *Rotary* organizou uma campanha de notável importância nos Estados Unidos do início do século: a campanha pelo *open shop* – a prática empresarial de contratar exclusivamente empregados não-sindicalizados. Uma das principais reivindicações do movimento operário nos Estados Unidos era o estabelecimento por lei do *closed shop*, obrigando os capitalistas a contratarem trabalhadores sindicalizados.<sup>89</sup> Inexiste, em Gramsci, uma pesquisa mais extensiva sobre o tema; mas fica indicado, ainda que indiretamente, o papel desse organismo no processo de formação da classe dominante nos Estados Unidos e na correlação de forças entre as classes.

Citando um trecho de um rotariano publicado numa revista italiana, Gramsci notou, no caderno 5, datado de 1930-1932, a importância de entender essa “nova figura do homem de negócios que sabe associar, em todas as atividades profissionais, industriais e comerciais, seu interesse pessoal com o interesse geral”.<sup>90</sup> Cita também um artigo publicado no *Corriere della Sera* de 22 de junho de 1928, que dizia que o *Rotary* estava entre “as instituições internacionais que visam, ainda que pela via da negociação, à solução dos problemas econômicos e industriais comuns”.<sup>91</sup> A questão da ação política da classe dominante e da ideia precoce de forjar instituições internacionais que lidassem com os “problemas econômicos e industriais comuns” entre os países capitalistas é explicitamente indicada.

Gramsci nos traz aqui uma análise histórica primorosa sobre o papel de um aparelho privado de hegemonia, embora, curiosamente, não tenha usado esse termo para se referir a ele. Entendendo o *Rotary* como um aparelho difusor do americanismo e como uma organização que “não se quer nem confessional, nem maçônica”, Gramsci distinguiu o caráter dessa entidade afirmando que “o *Rotary* é organização das classes altas e só se dirige ao povo indiretamente. É um tipo de organização essencialmente moderna”.<sup>92</sup>

Essa distinção que Gramsci traz nos parece bastante útil para a pesquisa histórica de aparelhos privados de hegemonia. A quem ele se dirige, que base social organiza, quais objetivos se propõe, eis uma questão primordial na análise de um APH. Algumas perguntas iniciais são fundamentais na análise de qualquer APH. Trata-se de um APH da classe dominante voltado para a própria classe dominante? Trata-se de um APH da classe dominante orientado para uma atuação política voltada para as grandes massas? Ou ainda, trata-se de um

---

<sup>89</sup> *Id*, Caderno ???, § ???. In: *Cadernos do Cárcere...* p. ???.

<sup>90</sup> *Id*, Caderno 5, § 2. In: *Cadernos do Cárcere...* p. 297.

<sup>91</sup> *Ibid.*

<sup>92</sup> *Ibid.*, p. 298.

APH forjado pela classe trabalhadora e seus aliados, que eventualmente se converteu em APH funcional para a dominação burguesa?

É particularmente nesse último sentido que a pesquisa recente de Virgínia Fontes tem muito a iluminar. Os APHs são um tema central de seu mais recente livro, *O Brasil e o capital-imperialismo*. Entendendo os APHs como atravessados pela luta de classes, Fontes afirma que seu ponto fulcral

remete para a organização e, portanto, para a produção coletiva, de visões de mundo, da consciência social, de formas de ser adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a este terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária (“regulada”) na qual a eticidade prevaleceria, como o momento eticopolítico da contra-hegemonia”.<sup>93</sup>

Partindo dessa concepção, a historiadora desenvolverá uma chave interpretativa não apenas para o papel diferencial dos APHs na constituição daquilo que ela chamou de “capital-imperialismo”, como também para a “conversão mercantil-filantrópica” em massa de ONGs no Brasil recente – entre elas, algumas que surgem das lutas operárias, camponesas, estudantis, etc, e se tornam esteios da dominação burguesa ao abraçar os pressupostos do capital-imperialismo. Valorizando a contribuição pioneira de René Dreifuss na temática, e indo muito além, Fontes traça um mapa ilustrativo dos diversos tipos de APHs brasileiros das últimas quatro décadas, relacionando o florescimento e expansão dos mesmos com a dinâmica da luta de classes e da inserção do Brasil no sistema internacional.

Fontes chama atenção para o fato de que muitos dos APHs, como jornais e partidos, se apresentam como totalmente descolados da organização econômica e política, como desconectados de interesses de classe, seja como porta-vozes de uma unidade nacional ou de uma neutralidade informativa, e isso é um dos elementos que podemos aferir como uma diferença específica (se compararmos, por exemplo, com associações de caráter econômico-corporativo).<sup>94</sup> Trata-se de um alerta metodológico fundamental a qualquer pesquisador que esteja interessado no procedimento científico fundamental de criticar as fontes das quais se serve.

A análise teórica e histórica de Fontes também nos abre um caminho interessante para pensar em aparelhos privados de hegemonia que se constituem cada vez mais no plano internacional, especialmente com a ideia, proveniente do trabalho de René Dreifuss, de “frentes móveis de ação internacional”:

---

<sup>93</sup> FONTES, *O Brasil e o capital-imperialismo*... p. 133.

<sup>94</sup> *Ibid.*, p. 134.

O que Gramsci analisou para os Estados Unidos e a Europa de seu tempo, a constituição de aparelhos privados de hegemonia, se tornaria a **forma cosmopolita por excelência da política do capital**, organizada tanto nos diferentes planos nacionais quanto em agências e entidades internacionais. Verdadeiras **frentes móveis de ação internacional** se multiplicavam, ao mesmo tempo procurando capturar as reivindicações igualitárias no plano internacional e reconvertê-las em formas anódinas ou, mais grave, em espaços de atuação lucrativa”.<sup>95</sup>

Muito próxima à problemática de Fontes sobre a sociedade civil, e compartilhando da interpretação de Bianchi, a historiadora Sônia Regina de Mendonça desenvolveu um método de pesquisa com base no conceito de Estado integral ou ampliado, chamando atenção para ambas as direções da relação entre o Estado *strictu sensu* e os APHs. Em seu método, é necessário olhar tanto para a imbricação da classe no Estado, via APH, quanto o reforço que o Estado faz do próprio APH. Em seu extenso trabalho sobre a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), Mendonça trabalha essas duas direções desses APHs, localizando precisamente a quais setores de classe elas estão ligadas, quais suas relações com a sociedade política ou Estado *strictu sensu*, e que iniciativas desenvolveram ao longo de sua história de modo a conquistar consentimento para seus projetos.<sup>96</sup>

#### 1.1.4 Imperialismo e capital-imperialismo

Embora formado no interior da tradição marxista da Internacional Comunista, tributário do impacto da Revolução Russa de 1917 em sua formação intelectual,<sup>97</sup> Antonio Gramsci não deixou apontamentos originais sobre o fenômeno do imperialismo. Não obstante a influência notável que Lenin exerceu em sua geração, o fenômeno do imperialismo não figura com destaque em seus escritos. Como assinalou Fontes,

Surpreendentemente, o imperialismo não constitui uma temática central em Gramsci, ao menos de maneira direta: não há entrada para o conceito no índice temático geral da tradução brasileira dos *Cadernos do Cárcere*, que figura no volume seis. Embora mencionado algumas vezes ao longo dos *Cadernos do Cárcere*, o termo figura em Gramsci mesclado de diversas outras considerações, em especial de cunho cultural.”<sup>98</sup>

---

<sup>95</sup> *Ibid.*, p. 309.

<sup>96</sup> MENDONÇA, 2014, *op cit.*

<sup>97</sup> DEL ROIO, Marcos. *Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)*. São Paulo: Xamã, 2005.

<sup>98</sup> FONTES, *O Brasil e o capital-imperialismo*, *op cit.*, p. 115.

Contudo, Gramsci não negligenciou a importância das relações internacionais, do sistema inter-estatal mundial e a questão das grandes potências em seus *Cadernos do Cárcere*. A própria questão da hegemonia, embora predominantemente referente à dominação estatal em sociedades nacionais, não deixou de considerar a própria posição do Estado analisado no âmbito das relações internacionais:

As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Indubitavelmente seguem. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações *absolutas e relativas* no campo internacional, através de suas expressões técnico-militares. Até mesmo a posição geográfica de um Estado nacional não precede, mas segue (logicamente) as inovações estruturais, ainda que reagindo sobre elas numa certa medida (exatamente na medida em que as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia, etc.). De resto, as relações internacionais reagem passiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos). Quanto mais a vida econômica imediata de uma nação se subordina às relações internacionais, tanto mais um determinado partido representa esta situação e a explora para impedir o domínio dos partidos adversários (...)<sup>99</sup>

Em sua elaboração do conceito de hegemonia a noção de *grande potência* parece conter boa parte dos elementos do mesmo, afinal esta consistiria num

(...) Estado que — tendo ingressado num sistema de alianças para uma guerra (e hoje toda guerra pressupõe sistemas de forças antagônicas) — consegue, no momento da paz, conservar uma tal relação de forças com os aliados que se torna capaz de assegurar a manutenção dos pactos e das promessas feitas no início da campanha (...)<sup>100</sup>

Não por acaso, muitos autores críticos do campo disciplinar das Relações Internacionais inspirados nessa lavra identificam a noção de *hegemon* a partir destes critérios.<sup>101</sup>

Segundo Gramsci, dentro da metáfora maquiaveliana do Centauro (metade homem, metade fera), hegemonia é a relação equilibrada entre coerção e consenso.<sup>102</sup> Aqui é importante, como apontaram alguns intérpretes de Gramsci, o cuidado de não tomarmos essa relação de maneira algébrica (pode haver, num determinado regime, máximo de consenso e

---

<sup>99</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 20.

<sup>100</sup> *Ibid.*, p. 85-86.

<sup>101</sup> FONTANA, Benedetto. Hegemonia e nova ordem mundial. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 113-125. GILL, Stephen (org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

<sup>102</sup> GRAMSCI, *Cadernos do Cárcere*, v. 3, *op cit*, p. 23.

máximo de coerção, simultaneamente).<sup>103</sup> Mas, para se tornar uma classe *dirigente*, além de dominante, a burguesia precisa justamente conquistar a hegemonia, e para isso o Estado cumpre a função precípua de educador, nas palavras do autor, de “adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção”.<sup>104</sup>

O Estado, para Gramsci, é “o organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’”.<sup>105</sup> Mas o Estado não é aqui entendido meramente como as instituições políticas oficiais e o aparelho de coerção; mas sim como o conjunto mais amplo de organismos através dos quais é exercida a dominação.

O que Gramsci denomina sociedade civil, ao contrário da concepção liberal, é o conjunto dos aparelhos privados através dos quais uma classe ou um bloco de classes luta pela hegemonia e pela direção político-moral, não pode ser entendida de forma descolada ou oposta à sociedade política (os aparelhos militares e burocráticos de dominação e de coerção). O conceito de Estado integral, que ficaria mais conhecido na literatura gramsciana como Estado ampliado, é o que possibilita entender o Estado em sua função “educadora”, que transcende e complementa seu aspecto coercitivo. Segundo o historiador M. B. Mattos, para Gramsci, a ampliação do Estado é marcada “pelo ‘nexo dialético de unidade-distinção’ entre o exercício da direção hegemônica desde a sociedade civil e o exercício da dominação, da qual nunca se descarta uma dimensão coercitiva, através do controle da sociedade política”.<sup>106</sup>

O marxista sardo não rejeitou o uso das categorias de estrutura e superestrutura, porém produziu nova interpretação para elas: em primeiro lugar, diferenciou os movimentos que, dentro da estrutura, podem ser considerados movimentos orgânicos (permanentes) daqueles movimentos conjunturais (ocasionais). Além disso, utilizou um terceiro conceito para

---

<sup>103</sup> A imagem do Centauro é forte e serve para destacar a unidade orgânica entre a coerção e o consenso. É possível separar a metade fera da metade homem sem que ocorra a morte do Centauro? É possível separar a condição de existência do poder político de sua condição de legitimidade? É possível haver coerção sem consenso? Mas tais questões podem induzir a um erro. Nessa concepção unitária, que era de Maquiavel, mas também de Gramsci, não é apenas a coerção que não pode existir sem o consenso. Também o consenso não pode existir sem a coerção.” BIANCHI, 2008, *op cit*, p. 190.

<sup>104</sup> GRAMSCI, *Cadernos do Cárcere*, v. 3, *op cit*, p. 23.

<sup>105</sup> *Ibid.*, p. 40-2. Poulantzas aprofundaria a ideia de que o Estado só consegue fazer cumprir seu papel de classe na condição de se apresentar como instância neutra.

<sup>106</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Qualificando a intervenção: conceitos de Gramsci, análise histórica da sociedade brasileira e projeto político socialista. In: MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009, p. 76.

sintetizar dialeticamente as noções de estrutura e de superestrutura, que é o de “bloco histórico”. A única forma de resolução de uma crise orgânica (que pode durar décadas, como segundo Gramsci foi o caso da França) seria a emergência de um novo “bloco histórico”.<sup>107</sup>

Gramsci distingue entre relações de forças sociais, políticas e político-militares. Na relação de forças políticas, encontramos três níveis de consciência coletiva. O primeiro e mais elementar é o da consciência econômico-corporativa, relacionado diretamente com a ocupação profissional; o segundo é o da solidariedade de interesses, quando membros de dois ou mais grupos de diferentes ocupações solidarizam-se em prol de um objetivo comum, mas ainda no campo econômico. Somente o terceiro momento é o momento propriamente político,

que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.”<sup>108</sup>

Esses “momentos” da consciência de classe podem ser aplicados tanto para a classe dominante quanto para os subalternos. O partido político é o organismo que unifica de forma coerente o conjunto de vontades sociais com o objetivo de conquistar a hegemonia. O partido não precisa existir de forma jurídico-formal, podendo se constituir em diversas formas de organização.

Embora se referisse à sociedade civil basicamente em termos nacionais, Gramsci referiu-se mais de uma vez à ideia de partido em nível internacional. Na passagem a seguir, fica claro que Gramsci, analisando o papel de organizações internacionais, considerava a possibilidade de um partido político internacional:

Uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações. A religião, por exemplo, sempre foi uma fonte dessas combinações ideológico-políticas nacionais e internacionais; e, com a religião, as outras formações internacionais; e, com a religião, as outras formações internacionais, como a maçonaria, o *Rotary Club*, os judeus, a diplomacia de carreira, que sugerem recursos políticos de origem histórica diversa e os fazem triunfar em determinados países, funcionando como *partido político internacional* que atua em cada nação com todas as suas forças internacionais concentradas; mas religião, maçonaria, Rotary, judeus, etc, podem ser incluídos na categoria social dos ‘intelectuais’, cuja função, em escala internacional, é a

<sup>107</sup> GRAMSCI, Caderno 13. Em *Cadernos do cárcere*, v. 3, p. 26; 36-37.

<sup>108</sup> GRAMSCI, *Cadernos do cárcere*, op. cit., p. 41.

de mediar entre os extremos, de ‘socializar’ as descobertas técnicas que fazem funcionar cada tipo de direção, de imaginar compromissos e alternativas para soluções extremas.”<sup>109</sup> (grifo nosso).

As categorias de Gramsci têm sido bastante utilizadas para análise de diversas temáticas relacionadas à cultura, aos intelectuais, a diversos tipos de aparelhos privados de hegemonia, e, desde os anos 1980, foram retomadas por autores identificados com a disciplina de Relações Internacionais.

O “capital-imperialismo”, segundo Fontes, seria caracterizado pelo predomínio do capital monetário, pela dominação da “pura propriedade” capitalista e por um “impulso expropriador” avassalador, gerando transformações que alteram dramaticamente o conjunto da sociabilidade. Fontes destaca que o processo de internacionalização do capital e da teia de entidades capital-imperialistas simultâneo de crescente encapsulamento das lutas dos trabalhadores em suas esferas nacionais. Em suas palavras,

Falar (...) de capital-imperialismo é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica.<sup>110</sup>

Uma das principais preocupações de Fontes é entender, a partir do aparato conceitual gramsciano, os processos contemporâneos daquilo que ela chamou de conversão mercantil-filantrópica da militância, dentro do contexto de multiplicação de aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil, especialmente no Brasil, mas dentro de um processo que é, sem dúvida, internacional. Os conceitos de Gramsci nesta leitura parecem iluminar diversos fenômenos contemporâneos de uma “pedagogia da hegemonia” composta por múltiplos mecanismos de captura das lutas sociais.<sup>111</sup>

### 1.1.5 Cosmopolitismo e liberalismo

---

<sup>109</sup> GRAMSCI, *op. cit.*, p. 42.

<sup>110</sup> *Ibid.*, p. 149.

<sup>111</sup> A feliz expressão “pedagogia da hegemonia” foi proposta e desenvolvida em NEVES, Lucia M.W. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

Do ponto de vista histórico, o cosmopolitismo é muito mais antigo do que o nacionalismo. Na Grécia Antiga, cosmopolita era o “cidadão do mundo”. Na idade média, a Igreja herdou e transmitiu o cosmopolitanismo dos estóicos, em especial de Cícero (106-43 a.C.), com quem Santo Agostinho (354-430 d.C.) dialoga ao justificar a ideia do Papa como um candidato para dirigir um “império mundial”. Os primeiros conflitos entre o cosmopolitismo da Igreja e o proto-nacionalismo se deram já nos séculos XIII e XIV, quando a soberania dos príncipes disputa com o poder papal. Mas mesmo aí, os críticos do poder temporal do Papa ainda eram adeptos da ideia de uma ordem política universal.<sup>112</sup>

Os elementos do cosmopolitismo permearam o Iluminismo. A Revolução Francesa, se por um lado ajudou a erguer a ideia moderna de nação, que conflitava com o cosmopolitismo, por outro lado colocou em prática alguns dos princípios iluministas cosmopolitas, como a ideia de direitos humanos universais. Com o Iluminismo, o cosmopolitismo do debate grego clássico se transforma: agora ele implica a noção de que todos os seres humanos, sendo iguais e racionais, têm capacidade de buscar o bem comum, assim como seus interesses.

O liberalismo clássico, a partir da ideia de contrato social e dos direitos naturais do homem, prezava pela busca dos indivíduos livres à felicidade e à riqueza, entendendo que essa busca individual produziria um resultado coletivamente positivo. Uma das principais funções do Estado, a garantia da segurança dos cidadãos contra ameaças externas, poderia entrar em contradição com as aspirações políticas desses mesmos cidadãos, na medida em que a guerra provoca uma situação na qual o poder estatal é reforçado. Nesse sentido, seria do interesse geral que o sistema internacional se tornasse cooperativo ao invés de conflituoso, e a história do pensamento liberal no quesito das relações entre os Estados girou, em grande parte, em torno à questão de como atingir esse objetivo.

Desde o Manifesto Comunista (1848), Karl Marx havia afirmado o caráter internacional do capitalismo, demonstrando posteriormente, n’*O Capital*, por que este sistema é intrinsecamente expansivo em sua dinâmica de reprodução ampliada. Com a Lei geral da acumulação capitalista, Marx demonstra como a centralização e a concentração do capital são movimentos imanentes à sua reprodução, o que explica o caráter internacional e expansionista desse modo de produção. Marx sempre contrapôs ao sistema do capital e seu cosmopolitismo uma união internacional da classe trabalhadora, entendida por ele como a única classe capaz de abolir a própria sociedade de classes. Tendo explicado o caráter capitalista do colonialismo

---

<sup>112</sup> CONVERSI, Daniele. “Cosmopolitanism and nationalism”. In LEOUSSI, Athena (Ed). *Encyclopaedia of Nationalism*. Oxford: Transaction Books, 2000, p. 34-39.

moderno, e o caráter expansionista do capital, Marx propiciou a base sobre a qual se construiriam as teorias marxistas do imperialismo no século XX.

Por sua vez, em seus *Cadernos do Cárcere*, Antonio Gramsci entendia a modernização capitalista como cosmopolita por natureza, e oposta ao internacionalismo proletário. Analisando o papel dos intelectuais e a cultura na Itália, o filósofo marxista entendia a especificidade histórica de sua base era uma continuação do “cosmopolitismo” medieval, ligado à Igreja e ao Império, concebidos universalmente. De acordo com o Dicionário Gramsciano, “cosmopolitismo” forma, na obra de Gramsci, um par dialético com “nacional-popular”. Para Gramsci, os intelectuais italianos são cosmopolitas e por isso não nacionais-populares, mas ao mesmo tempo o orgulho de sua origem universalista foi a base para um nacionalismo “chauvinista e retórico”. Assim, essa condição cosmopolita “anacrônica” assumiu a forma ilusória nos projetos políticos dos intelectuais italianos. Gramsci insiste que o cosmopolitismo era a a “forma própria do espírito nacional italiano”, que se forma a partir de uma casta de intelectuais excludente das massas populares.<sup>113</sup>

Conforme aponta Virgínia Fontes,

Gramsci emprega a expressão cosmopolitismo em diversos contextos. Diferentemente do internacionalismo, o cosmopolitismo derivaria do papel de centralização medieval desempenhado pela Igreja. Em seguida, adotaria um perfil idealizado, adotado por elites dominantes internamente, porém incapazes de forjar um espírito nacional-popular efetivamente internacionalista.”<sup>114</sup>

Ora entendido como oposto ao nacionalismo, ora entendido como seu complemento, o cosmopolitismo hoje é muito mais analisado em termos culturais ou ideológicos do que em termos políticos e econômicos.<sup>115</sup> Grande parte do debate contemporâneo sobre cosmopolitismo encontra-se no bojo das matrizes teóricas pós-coloniais, que apontam para o cosmopolitismo como um elemento ideológico do imperialismo, mas ao mesmo tempo identifica todo tipo de “universalismo”, inclusive o marxista, como “imperial”.<sup>116</sup> Mas não é nosso objetivo aqui realizar um balanço sistemático acerca da literatura sobre o tema, e sim

<sup>113</sup> DURANTE, Lea. “Cosmopolitismo”. In LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale (orgs). Dicionário Gramsciano (1926-1937). São Paulo: Boitempo, 2017, p. 153-156.

<sup>114</sup> FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. Rio de Janeiro: EdUFRJ/EPSJV-Fiocruz, 2010, p. 123.

<sup>115</sup> FINE, Robert. *Cosmopolitanism: key ideas*. New York/London: Routledge, 2007; BOWDEN, Brett. “Nationalism and cosmopolitanism: irreconcilable differences or possible bedfellows?”. *National Identities*, vol.5, n.3, p. 235-249, 2003. Para uma discussão sobre cosmopolitismo na teoria marxista, ver ACHCAR, Gilbert. *Marxism, orientalism, cosmopolitanism*. London: Saqi Books, 2013.

<sup>116</sup> Para uma obra de referência que abarca diferentes teorias e diferentes aspectos, ver SCHILLER, Nina Glick & IRVING, Andrew. *Whose cosmopolitanism? Critical perspectives, relationalities and discontents*. New York: Berghahn Books, 2014.

procurar elucidar algumas questões centrais relativas ao cosmopolitismo burguês contemporâneo a partir de um estudo de caso.

Se o capital tende a atravessar fronteiras, a associatividade empresarial internacional acompanha esse movimento de maneira mais complexa e com distintos matizes ideológicos. Embora seja muito difícil estabelecer quando surgem os primeiros modernos aparelhos privados de hegemonia empresariais transnacionais, a pesquisa seminal do cientista político uruguaio René Dreifuss nos proporciona os marcos gerais desta história.

### 1.1.6 A contribuição de René Dreifuss

A pesquisa de Dreifuss sobre o golpe de 1964 tornou-se uma das mais influentes no Brasil logo após sua publicação, em 1981. Com o título de *1964 – a conquista do Estado*, que, em suas 814 páginas, trazia quase a metade de documentos inéditos.<sup>117</sup> Versão em português de sua tese de PhD na Universidade de Glasgow, *State, class and the organic elite: the formation of the entrepreneurial order in Brazil, 1961-1965*, o livro de Dreifuss defendia que a coalizão vitoriosa em 1964, articulada em torno ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), organizava os interesses sócio-políticos do capital multinacional e associado – implantado fortemente já durante os anos Juscelino Kubitschek (1956-1960) no ramo da indústria de bens duráveis – e, após se instalar no poder em 1964, teria conformado aquilo que o autor denominou de “ordem empresarial” (“*entrepreneurial order*”).

Dreifuss é reconhecidamente um autor fundador, no Brasil, dos chamados estudos estratégicos, estando no centro da fundação tanto do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense como do Instituto de Estudos Estratégicos da Unicamp.<sup>118</sup> Como é sabido, a sua tese foi elaborada entre 1976 e 1980 com base em farta documentação do IPES, hoje acessível ao público em geral no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, nos fundos “IPES” e “Paulo Assis Ribeiro”, constituindo o principal corpus documental de *1964, A conquista do Estado* (doravante, *1964*).

Dreifuss analisa empiricamente a ascendência do que ele chamou de capital multinacional-associado, baseando-se em três valiosas fontes: os informes do *Report to the Subcommittee on Multinational Corporations*, do *Committee on Foreign Relations* do Senado

---

<sup>117</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964 – a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

<sup>118</sup> Em 2006, o NEE-Unicamp produziu um dossiê Dreifuss, que compôs o primeiro número da revista e-premissas (revista de estudos estratégicos), com contribuições de diversos autores. *E-premissas*, n° 01 – junho/ dezembro – 2006 (disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/epremissas/01.htm>).

dos EUA – relatório preparado por Richard Newfarmer e William F. Mueller para a famosa comissão criada em 1975 que investigou a atuação das multinacionais no Brasil e no México; o trabalho pioneiro de Maurício Vinhas de Queiroz, Luciano Martins e José Antonio de Queiroz, sobre “Grupos multibilionários, grupos bilionários nacionais e grupos bilionários estrangeiros”, o primeiro mapeamento sistemático que engloba, dentre outros dados, origens, controle e abrangência das maiores empresas que atuavam no Brasil<sup>119</sup>; e o *Research Memorandum of the Bureau of Intelligence and Research*, relatório encomendado pelo Departamento de Estado dos EUA e entregue em fevereiro de 1963.

Um conceito importante em *1964, a conquista do Estado* é o de capital multinacional-associado, fortemente influenciado pelos trabalhos dos marxistas norte-americanos Paul Baran e Paul Sweezy<sup>120</sup>.

Do ponto de vista da teoria marxiana, é preciso notar que alguns termos conceituais se revelam imprecisos, como “setor secundário” e “capital financeiro”. Não podemos deixar de observar também que encontram-se na obra de Dreifuss alguns conceitos estranhos ao marxismo, como o conceito de “ideologia tutelar” (a qual teria sido abraçada por Vargas e pela burguesia industrial brasileira das décadas de 1930 e 1940), de Samuel Huntington e Clement Moore – acepção da ciência política conservadora<sup>121</sup>; e o conceito de “Estado cartorial” ou “Estado patrimonial”, proveniente da matriz weberiana<sup>122</sup>. Para os propósitos deste trabalho, nos interessa basicamente mencionar o conceito de elite orgânica, que é, em nossa opinião, o conceito mais importante na obra de Dreifuss, já que todos esses mencionados constituem basicamente menções secundárias em seu texto, não fazendo parte do cerne de sua explicação nem de seu quadro teórico.

É importante notar que aqui, a “sociedade civil” não figura simplesmente como um espaço da liberdade, mas como um campo de lutas pela hegemonia onde se articulam interesses privados de natureza classista. Trata-se de um uso mais adequado do ponto de vista do léxico gramsciano, especialmente se compararmos com a lavra de notórios comentadores da obra do marxista sardo.<sup>123</sup> Como aponta a historiadora Virgínia Fontes, enquanto na leitura

<sup>119</sup> Artigos publicados na Revista do Instituto de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1965. Cabe observar que muitos desses grupos tiveram seu patrimônio multiplicado durante a ditadura, mas ainda está por se fazer um estudo comparativo sistemático.

<sup>120</sup> SWEEZY, *The theory of capitalist development*. London, P. Dobson Ltd., 1962; BARAN & SWEEZY, BARAN, P. & SWEEZY, P., *Monopoly capital*. Grã-Bretanha, Pelican Books, 1965.

<sup>121</sup> DREIFUSS, *1964...* p. 39.

<sup>122</sup> *Ibid.*, p. 43.

<sup>123</sup> Como têm anotado recentemente alguns dos mais instigantes escafandristas de Gramsci, autores como Norberto Bobbio popularizaram tal leitura positivadora da sociedade civil, mais afeita à formulação de Alexis de Tocqueville. Ver LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2007.p. 39-57; e BIANCHI, *O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.

canônica de Carlos Nelson Coutinho (1979), por exemplo, feita nas condições políticas do enfrentamento à ditadura militar, o conceito de sociedade civil aparece “referido, de modo quase exclusivo, às formas de organização popular, deixando em segundo plano as modalidades organizativas dos grupos dominantes”, Dreifuss investiga as diversas articulações de associações empresariais na formulação e promoção de seus interesses de classe.<sup>124</sup>

No caso brasileiro, Dreifuss discerne, em termos gramscianos, entre a solidariedade de interesses desse novo bloco econômico, consolidada em formas organizacionais básicas, e as formas de associação que representam um nível diretamente político-militar de uma consciência de classe dessa fração. No primeiro nível, da solidariedade de interesses, se encontrariam basicamente três tipos de estruturas: escritórios de consultoria tecno-empresarial (como a CONSULTEC, a CBP – Consórcio Brasileiro de Produtividade e a APEC – Análise e Perspectiva Econômica); diversos tipos de associações de classe empresariais, tanto algumas mais antigas porém renovadas ao longo dos anos 1950, como FIESP, CIESP e as *Amchams* – *American Chambers of Commerce*), quanto novas, como a ABDIB – Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Indústrias Básicas, criada em 1955, e outras associações mais abrangentes como a CONCLAP; e por fim os variados grupos de ação que expressam esses mesmos interesses, como o IBAD, os quais já representariam a passagem da solidariedade econômica ao ativismo político propriamente dito.<sup>125</sup>

O caso do complexo IPES/IBAD/ESG é o dispositivo da elite orgânica mais central em 1964; no entanto, nessa mesma obra, Dreifuss já chama bastante atenção para entidades transnacionais como a ADELA – *Atlantic Community Development Group for Latin America*, entidade formada em 1962 com o propósito de organizar os interesses dos capitais forâneos na

---

p. 179.

<sup>124</sup> Ver FONTES, V. *Reflexões Impertinentes*. Rio de Janeiro: Bomtexto, 2005. p. 217-218. Nas palavras de Caio Navarro de Toledo, “No debate ideológico recente, tem-se concebido a *sociedade civil* como um espaço privilegiado e virtuoso; por excelência, seria ela a portadora de valores *progressistas* e de ideais *libertadores* e *democráticos*. O golpe de 1964 em nada comprovou esta tese, de fundo liberal, que hoje tem ampla acolhida, inclusive nos setores da chamada “esquerda democrática”. TOLEDO, C.N. “A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964”. Em *E-premissas*. Revista do Instituto de Estudos Estratégicos (Unicamp). Dossiê Dreifuss. Nº 01. junho/ dezembro – 2006. p. 129. sobre isso, o historiador M.B. Mattos afirma que “o resultado dessa perspectiva é a diluição do sentido de classe dos movimentos e organizações com origem classista”, o que faz com que, com uma fachada gramsciana, a dicotomia Estado-sociedade civil volta ao centro das explicações, retirando a centralidade da luta de classes tão cara a Gramsci. MATTOS, *op. cit.*, p. 84. Devemos notar, no entanto, que no próprio Dreifuss, no capítulo final de *A Internacional Capitalista*, aparece uma vez uma referência positivadora de sociedade civil, o que em nossa opinião, no entanto, não compromete aquilo que afirmamos sobre a sociedade civil como espaço de articulação dos interesses burgueses na obra de Dreifuss. Ver DREIFUSS, *A Internacional...* p. 274.

<sup>125</sup> *Ibid.*, p. 82-83.

América Latina; ou o CICYP (*Consejo Interamericano de Comercio y Producción*), presidido aliás por Roberto Campos de 1968 a início dos anos 1970, entidade que será bastante mencionada nesse trabalho.

Inspirados e ligados ao IPES brasileiro, em outros países latino-americanos surgiram entidades como o chileno *Instituto Privado de Investigaciones Económico-Sociales* (IPIES) e os argentinos *Foro de la Libre Empresa* e a *Acción Coordinadora de las Instituciones Empresariales Libres*, que tiveram destacada atuação nas respectivas ditaduras empresarial-militares nos anos 1960 e 1970.

O suporte, não apenas financeiro mas também de *know-how*, dado pela conexão transnacional do IPES foi uma das descobertas de Dreifuss, que conseguiu comprovar essa que era uma forte desconfiança da esquerda brasileira desde, pelo menos, a CPI do IBAD – a qual não logrou comprovar a conexão do IPES com suas conexões internacionais justamente por conta de sua extraordinária discrição e do conjunto de medidas de segurança adotado pela entidade (como diversas formas de “limpar” as contribuições financeiras, principalmente as internacionais, já que elas eram consideradas crime).

A questão da conexão transnacional do IPES talvez tenha sido exatamente o ponto de partida para um estudo muito mais amplo das entidades burguesas de caráter transnacional.

É na obra *A Internacional Capitalista*, de 1987, que Dreifuss expôs os resultados de sua extensa pesquisa acerca de entidades privadas do empresariado de caráter transnacional existentes desde 1918. O objetivo dessa obra era analisar a ação política das classes dominantes não apenas em momentos excepcionais, como em golpes, mas na “normalidade”, isto é, “no dia a dia da intervenção ‘fria’ e persistente no conflito de classes, na ação diária, constante, sistemática, nos campos ‘frios’ da política”.<sup>126</sup>

Nessa obra, o autor pretendia estabelecer uma espécie de radiografia das entidades privadas atuantes como centros de articulação de interesses, pressão política e planejamento estratégico das classes dominantes desde 1918 até os anos 1980, trazendo uma análise, como sempre recheada de recursos empíricos, das mais importantes formas organizativas do empresariado transnacional. No contexto latino-americano, a entidade que mais recebeu destaque na obra de Dreifuss é certamente o Conselho das Américas, e não por casualidade essa organização foi tema de todo um capítulo na *Internacional Capitalista*, intitulado “Uma Bilateral para as Américas?”

---

<sup>126</sup> *Ibid.*, p. 22.

Ressaltando o conceito de “frente móvel” em sua análise sobre a teia de entidades proliferadas no pós-segunda Guerra, Virgínia Fontes notou que

Agir enquanto entidades privadas não diretamente lucrativas, sem carregar o fardo das decisões governamentais de seus próprios países, permitia a difusão cosmopolita de certos interesses, de certas formas de agir e certas maneiras de pensar muito mais ampla e extensa do que se estivessem atadas aos acordos políticos internacionais ou às legislações nacionais que incidiam sobre atividades diretamente econômicas, vigentes para a instalação de empresas. (...) O americanismo assinalado por Gramsci ganhava uma dimensão muito mais vasta e complexa, de caráter cosmopolita e, embora predominassem entidades de origem estadunidense, não se limitava unicamente a ela. Fomentavam entidades similares em terceiros países, atuavam como formadoras para entidades patronais locais, ainda que algumas vezes também experimentando tensões e contradições com as organizações burguesas locais e com governos de países dependentes. (...) Ademais, [essas entidades] atuavam como centros internacionais de formação intelectual para uma crescente variedade de quadros necessários para a atuação econômica que, doravante, abrangia áreas muito mais extensas do que os padrões nacionais, envolvia culturas diferentes, ritmos diferenciados, que deveriam ser modificados ou integrados, configurando um aprendizado *in situ* de novo tipo, moldando comportamentos, ajustando-os aos padrões dominantes ou incorporando elementos originais de maneira seletiva.”<sup>127</sup>

Para Dreifuss, enquanto “estado-maior”, a elite orgânica não apenas se encarrega do planejamento estratégico da ação política, “à luz da razão fria, organizando a paixão social e classista em forma de reflexão deliberada e de racionalidade política”, mas articula e operacionaliza um “conjunto de ações táticas e manobras”, de modo a otimizar as suas “condições, meios e recursos” para “reduzir o imponderável a zero, através da antecipação e intervenção precisa e oportuna”. Evidentemente, essa ação estratégica não pode ser delineada a todo tempo em detalhes, até porque em grande parte depende do movimento do adversário, mas a função da elite orgânica é justamente tentar antecipar esses movimentos. Como anotou Dreifuss,

Ao constituir-se como tal, a elite orgânica se diferencia do conjunto das classes dominantes e mesmo dos interesses representados no bloco de poder do qual faz parte, lidera e viabiliza, operando assim como fator de poder num nível especificamente político. Embora organicamente vinculada ao seu universo sócio-econômico e cultural, esta diferenciação é imprescindível

<sup>127</sup> FONTES, *op. cit.*, p. 174-175. Ainda segundo Fontes, “a partir de certa escala de atuação, mais do que um Estado, tais entidades visam à conformação de Estados. Atuam no sentido de aprofundar mecanismos e regras comuns a seus interesses, ainda que aprofundando a dependência e a desigualdade entre Estados; mediam e procuram converter a cifras calculáveis os conflitos burgueses interpaíses; treinam, educam e incorporam de maneira desigual setores burgueses de diferentes países e, finalmente, para neutralizar os setores populares e as lutas (muitas vezes similares) que emergem nos diferentes países, estabelecem protocolos de atuação, tanto para o convencimento quanto para a repressão, assim como procuram redirecionar tais reivindicações.” *Ibid.*, p. 176.

para uma intervenção política eficaz e eficiente, na medida em que a classe dominante é uma na sua diversidade de unidades de acumulação competitivas – seja no nível da composição de capital, no plano da produção setorial ou no universo dos grupos econômicos -, às quais correspondem essencialmente percepções e atitudes corporativas ou de solidariedade (e não atitudes ‘políticas’), expressas em associações, sindicatos ou federações de classe. As elites orgânicas agem, na realidade, como mediadoras na formação de blocos de poder ou de frentes móveis de ação, isto é, predispõem a classe dominante para a luta política. É através das elites orgânicas que se dá a unidade real da classe (em si) – na imagem gramsciana, a articulação do momento corporativo-solidário dos interesses materiais com o momento político-ideológico-coercitivo – e a sua expressão na ação de classe (para si), visando a dimensão estatal e a sua intervenção no conflito social, com senso de Estado. Diríamos, portanto, que a elite orgânica procura ‘traduzir’ (relacionar, transpor) as exigências da esfera da produção (necessidades econômicas) para o plano da ação política, onde busca a sua realização institucional.”<sup>128</sup>

## 1.2 AS TEORIAS LIBERAIS SOBRE A DEMOCRACIA

*Assim como as classes dominantes buscaram diversas maneiras de limitar na prática a democracia de massa, elas também adotaram estratégias ideológicas que visavam estabelecer limites para a democracia na teoria. E, assim como ‘domesticaram’ as teorias revolucionárias – por exemplo, as classes dominantes francesa, americana e até mesmo a inglesa -, também se apropriaram da democracia e a naturalizaram, incorporando seu significado aos bens políticos que seus interesses particulares podiam tolerar. A reformulação do conceito de democracia pertence, pode-se dizer, ao novo clima de hipocrisia e duplicidade políticas.*

WOOD, 2003

A história das diferentes definições de democracia só pode ser escrita a partir dos embates teóricos e políticos entre diferentes concepções de sociedade, dos projetos políticos vinculados a essas concepções. A relação entre posição política e concepção de democracia é análoga àquela descrita por Josep Fontana entre análise do passado e projeto social.<sup>129</sup>

Em primeiro lugar, para poder debater as diferentes concepções sobre a democracia na história do pensamento liberal, é necessário pontuar que estamos entendendo democracia como um regime político, o que não se confunde com a concepção de Estado ou de governo.

<sup>128</sup> DREIFUSS, *A Internacional...* p. 24-5.

<sup>129</sup> FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: Edusc, 1998.

O liberalismo clássico, a partir da ideia de contrato social e dos direitos naturais do homem, prezava pela busca dos indivíduos livres à felicidade e à riqueza, e essa busca individual produziria um resultado coletivamente positivo.<sup>130</sup> A razão humana, em suma, poderia fazer com que as instituições da sociedade garantissem o equilíbrio e a auto-regulação.

O Estado, no caso, seria o principal mecanismo para garantir a defesa de direitos fundamentais como o direito à propriedade. No entanto, a relação do liberalismo com o Estado seria sempre um tanto ambígua, considerando-o como uma espécie de mal necessário, a ser visto com desconfiança, especialmente suas possíveis tendências autoritárias.<sup>131</sup>

De acordo com a síntese da historiadora Sônia Regina de Mendonça,

O conceito de Estado na matriz liberal parte de dois princípios-chave. O primeiro, que seu estudo deve decorrer do direito e o segundo, que esse direito, fundamento do próprio Estado, pertence ao domínio da natureza, assim como os demais fenômenos sociais. Em teoria, os homens abririam mão de sua liberdade e suas prerrogativas individuais em nome de um governante – exterior e acima deles – que refrearia as conseqüências funestas do “estado natural” (...) O Estado assumia, assim, um aspecto ambivalente. Por um lado, ele regulava a todos da mesma forma, de modo “neutro” e acima dos interesses particulares que haviam prevalecido até então. Dessa forma, tornava-se uma espécie de “Sujeito”, pairando acima e fora da sociedade como um todo tornando-se Estado e governo “naturalmente” sinônimos.<sup>132</sup>

Uma das principais funções do Estado, a garantia da segurança dos cidadãos contra ameaças externas, poderia entrar em contradição com as aspirações políticas desses mesmos

---

<sup>130</sup> Segundo a clássica proposição de Locke, por exemplo, o ser humano, seguindo seus instintos, isto é, sua essência natural – por mais hedonista que esta possa ser – leva à boa convivência e prosperidade geral, com manutenção completa da liberdade. Haveria, aqui, um mecanismo da própria sociedade civil capaz de transformar vícios individuais em benefícios públicos (mecanismo este que, para Adam Smith, seria o mercado).

<sup>131</sup> Vale lembrar que, embora o termo liberalismo só apareça no início do século XIX, o contexto de nascimento do pensamento liberal é justamente o da crítica iluminista aos regimes absolutistas na Europa. Estamos tratando de “liberalismo” aqui neste sentido histórico, e não no sentido político-ideológico particular que nos EUA o termo assume.

<sup>132</sup> MENDONÇA, Sônia Regina. “Estado”. (verbetes) Em CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). *Dicionário da Educação no campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2012. Nas palavras de Fontes, “abandonando as formas saturadas de pensamento religioso que perduravam na reflexão sobre a origem do poder político (embora já existissem diversas manifestações de pensamento laico sobre o exercício do poder, como Maquiavel), Hobbes a explicaria a partir dos dolorosos atributos – que definiu como *naturais* – da humanidade, e que a impeliriam a conter-se, a dominar-se através de um acordo tão ou mais violento do que a violência que o pacto deveria conter. Tratando-se de um contrato, era, portanto, realizado entre homens e sem intervenção de princípios ou agentes externos à humanidade. Esse acordo, decorrendo de uma natureza humana agressiva e marcada pela escassez (a fome e a insegurança), outorgaria a um dentre os homens (o Soberano) o atributo singular do exercício da violência e deveria assegurar a pacificação entre eles pela demarcação nítida de um único poder que deveria pairar – e exercer-se – sobre todos.” FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Edufrj/EPSJV, 2010. p. 124

cidadãos, na medida em que a guerra provoca uma situação na qual o poder estatal é reforçado. Nesse sentido, seria do interesse geral que o sistema internacional se tornasse cooperativo ao invés de conflituoso, e a história do pensamento liberal no quesito das relações entre os Estados girou, em grande parte, em torno à questão de como atingir esse objetivo.

Segundo João Pontes Nogueira e Nizar Messari, embora do ponto de vista das teorias propriamente de RI só se poderia falar em uma teoria liberal a partir do século XX, mais especificamente após a Primeira Guerra Mundial, é fato que todo o debate dos liberais, mesmo em suas vertentes mais recentes e menos “otimistas”, remete aos fundamentos e aos dilemas de alguns autores liberais clássicos.

Messari e Nogueira destacam três pontos fundamentais entre aqueles que foram historicamente prezados pelos liberais na busca por um sistema internacional harmônico. O primeiro deles é a defesa do livre comércio. O pensamento liberal, desde o século XIX, defende a ideia de uma incompatibilidade fundamental entre o comércio e a guerra. Partindo do pressuposto daquilo que economista político inglês David Ricardo (1772-1823) chamou de “vantagens comparativas”, o comércio internacional beneficiaria a todas as nações, e como elemento central para a prosperidade, também possibilitaria a criação de laços intensos entre as sociedades, diminuindo sua propensão a guerrear entre si.<sup>133</sup> É nesse sentido que os liberais seriam críticos do mercantilismo e do protecionismo, encarando-os como políticas que favoreciam apenas os grupos interessados em aumentar o seu próprio poder econômico através do Estado, e assim ampliando sua tendência à guerra.<sup>134</sup>

O segundo ponto diz respeito a outra ideia forte do liberalismo: a república como antídoto à guerra entre as nações, expressa por Kant. Para Kant, a república moderna,

---

<sup>133</sup> RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 [1817].

<sup>134</sup> Normalmente se pensa o mercantilismo como pensamento necessariamente oposto ao liberalismo; no entanto, segundo Maurício C. Coutinho, o mercantilismo pressupunha um Estado “forte” (hobbesiano, se quisermos), que garante a ordem política e a livre concorrência internas, ao mesmo tempo em que se projeta para o mundo, nos interesses do Rei e da Nação (que aqui coincide *Ibid.*); e por isso defendia, grosso modo, uma política *protecionista, para fora*, e uma política *liberal, para dentro*. Nessa visão, o modelo mercantilista, mesmo sendo amplamente baseado num forte protecionismo, não é fundamentalmente contraditório com o liberalismo, muito embora tenha sido na crítica às posições mercantilistas que se fortaleceu o liberalismo econômico. Para Coutinho, é partir de então que a reflexão econômica passará lentamente de uma ciência do “bom governo”, enquanto disciplina administrativa, de preocupação com a “boa fiscalidade”, etc, para o tema da “riqueza da nação” entendida já em termos privados. Em suas palavras, “os economistas mercantilistas, ou ao menos os de formação filosófica e científica mais forte, assumiram os pressupostos da filosofia jusnaturalista e das ciências da natureza que viriam a caracterizar a economia política clássica. (...) Não obstante – e em grau diverso – não conseguiram libertar-se inteiramente da forte presença do Estado nacional, e de um conceito de riqueza monetária bastante permeável ao estabelecimento da confusão entre poder nacional e progresso”. COUTINHO, Mauricio Chalfin. *Lições de Economia Política Clássica*. São Paulo: Hucitec; Campinas (SP): Ed. Unicamp, 1993, p. 35.

entendida como um regime de governo no qual há a representação de diversos interesses coletivos, consolidado por um Estado de Direito, era uma forma de governo que dificultava a entrada de um país numa guerra. A origem das guerras estaria, assim, nas formas imperfeitas de governo; sua crítica era dirigida especialmente contra os Estados monárquicos absolutistas, que como tais não deviam satisfações a seus povos em decisões de política externa.

Embora Kant e os liberais de seu tempo não tivessem nenhum apreço por aquilo que se convencionaria chamar de democracia no século XX, o discurso liberal sobre esse regime frequentemente defende o mito de uma linha contínua de defesa da democracia. De acordo com a nova versão dessa proposição, os Estados democráticos tendem a manter relações pacíficas entre si, e, quanto mais Estados caminham para regimes democráticos, a probabilidade das guerras automaticamente diminuiria, já que a decisão de partir para a guerra seria muito mais difícil em regimes nos quais o poder está baseado na representação de múltiplos interesses.<sup>135</sup> Nesse sentido, a chamada “opinião pública”, nacional e internacional, teria uma influência importante sobre as decisões tomadas no âmbito estatal.<sup>136</sup>

Uma terceira ideia de força no pensamento liberal é a de que as instituições fortes podem ajudar a conciliar as obrigações de Estado com relação aos habitantes das demais nações. Com o Iluminismo, ganhou força o cosmopolitismo (termo resgatado do debate grego clássico) e sua noção de que todos os seres humanos, sendo iguais e racionais, têm capacidade de buscar o bem comum assim como seus interesses.<sup>137</sup>

Tratado pelo discurso liberal corrente como praticamente sinônimos, a verdade é que a relação entre democracia e liberalismo é mais problemática do que parece, como veremos agora.

Particularmente desde que o pensamento liberal abraçou a democracia, em meados do século XIX, o conceito sobre o que a constitui e define sempre foi alvo de disputas. A interpretação sobre o que significaram as experiências democráticas grega clássica e

---

<sup>135</sup> Nesse ponto, a retomada do pensamento de Kant é clara, especialmente a partir de sua noção de “federação pacífica”. KANT, I. *A paz perpétua*. Porto Alegre: L&PM, 1989 [1795]. Por outro viés, Kant defenderia a construção de um edifício jurídico internacional e cosmopolita no qual os imperativos éticos inerentes à Razão se manifestariam.

<sup>136</sup> Para uma crítica a esta acepção de “opinião pública”, ver BOURDIEU, Pierre. “A opinião pública não existe”. Em THIOLENT, Michel. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1981. p. 137-151.

<sup>137</sup> Gramsci produziu interessantes reflexões sobre o cosmopolitismo na Itália, diferenciando-o do internacionalismo proletário. Sobre isso, Fontes explica que “Gramsci emprega a expressão cosmopolitismo em diversos contextos. Diferentemente do internacionalismo, o cosmopolitismo derivaria do papel de centralização medieval desempenhado pela Igreja. Em seguida, adotaria um perfil idealizado, adotado por elites dominantes internamente, porém incapazes de forjar um espírito nacional-popular efetivamente internacionalista.” FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*, op. cit., p. 123.

estadunidense moderna; a extensão do sufrágio e a “tirania da maioria”; a inclusão ou não de direitos sociais e econômicos como parte da democracia; as sucessivas “crises” da democracia; e, mais recentemente, os mecanismos procedimentais e “técnicos” da democracia liberal, foram alguns dos temas mais quentes nas sucessivas batalhas semânticas em torno da democracia.

Nosso objetivo, nesta parte fundamental para o embasamento teórico a este trabalho, é mapear alguns dos momentos centrais nesses embates, levando em conta as rupturas e continuidades do pensamento liberal em relação ao tema da democracia, e relacionando-as aos projetos políticos subjacentes e aos contextos históricos nos quais estiveram imersas. Começaremos pelas concepções clássicas de Benjamin Constant e J.J. Rousseau, para em seguida compreender a relevância da experiência estadunidense e do debate entre Thomas Jefferson e os federalistas, com destaque para a apreensão de Alexis de Tocqueville sobre o mesmo. Depois, veremos como as concepções do século XX se desenvolveram, com destaque para a ruptura que o pensamento “procedimentalista” de Joseph Schumpeter. Ao final, veremos como o debate mais contemporâneo sobre democracia, que se inicia nos anos 1980 e 1990, responde às questões trazidas pelo pensamento liberal clássico reconfigurando completamente as balizas de tal debate e influenciando a ação política de aparelhos privados de hegemonia como o Conselho das Américas.

### **1.2.1 Antigos e modernos**

No século XVIII, o pensamento predominante na França e na Inglaterra era explicitamente anti-democrático. Na França da Grande Revolução, não faltaram aqueles que condenaram seus “excessos” democráticos, especialmente suas medidas relativas à estrutura social que tocavam a questão da propriedade. É o caso do suíço protestante Benjamin Constant (1767-1830), cuja distinção entre duas formas de liberdade, já de princípios do século XIX, e retomada pelo historiador Isaiah Berlin (1909-1997), em 1958, se tornaria fórmula consagrada no pensamento liberal no século XX. As proposições de Constant estão profundamente marcadas pelos acontecimentos da Revoluções Francesa e Estadunidense.

Para Constant, a liberdade dos antigos consistiria em exercer diretamente o poder político; mas o preço de exercer diretamente a soberania popular seria a submissão do indivíduo à autoridade do todo, inclusive em assuntos privados. Já a liberdade dos modernos seria um conjunto de franquias constitucionais que incluem igualdade perante a lei, direito de

opinião e de reunião, liberdade religiosa e de “influir sobre a administração do governo”, seja pela nomeação de todos ou de certos funcionários, as quais a autoridade é “mais ou menos obrigada” a levar em consideração.<sup>138</sup>

Constant estava imbuído de uma visão idílica sobre a sociedade comercial (capitalista), afirmando que ela tende inerentemente a uma situação de paz entre as nações, a prosperidade dos povos, e a abolição da escravidão. O comércio teria um papel fundamental em “incentivar nos homens o amor pela independência individual”.<sup>139</sup>

“não podemos mais desfrutar da liberdade dos antigos a qual se compunha da participação ativa e constante do poder coletivo. Nossa liberdade deve compor-se do exercício pacífico da independência privada”.<sup>140</sup>

A condenação do período jacobino da revolução (1793-1794) rapidamente se transformou na crítica a Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), o pensador colocado no panteão revolucionário pelos jacobinos. Rousseau seria uma das figuras mais detratadas no pensamento liberal do século XX, tendo seu pensamento associado ao totalitarismo por neoliberais como J. L. Talmon (1916-1980).<sup>141</sup> Um dos maiores “crimes” de Rousseau, no olhar dos críticos liberais, foi sua posição em relação à propriedade privada e à liberdade individual.

Segundo J.G. Merquior, entretanto, Rousseau nunca cogitou que a democracia ferisse a liberdade; e a sua exaltação da liberdade democrática em detrimento da liberdade liberal tinha os olhos voltados à destruição dos particularismos.<sup>142</sup> É forte no pensamento liberal, como veremos, a ideia de que a revolução francesa constituiu um modelo que desemboca em autoritarismo por se concentrar no *exercício* “ilimitado” do poder popular; em contraste com a estadunidense, que teria desembocado em uma democracia mais sólida justamente por sua preocupação em *limitar* esse poder.<sup>143</sup>

---

<sup>138</sup> O objetivo dos antigos era a partilha do poder social entre todos os co que cidadãos de uma mesma pátria. Era isso o que eles denominavam liberdade. O objetivo dos modernos é a segurança dos privilégios privados; e eles chamam liberdade as garantias concedidas pelas instituições a esses privilégios”. CONSTANT, Benjamin. “A liberdade dos antigos e a liberdade dos modernos”. Em *Filosofia Política II*. Porto Alegre: LPM/Uicamp/UFRGS, 1985 [1819], p. 3.

<sup>139</sup> Nota-se nesse ponto que Constant assume também uma posição liberista, afirmando que a autoridade estatal não deve interferir de forma alguma nos negócios privados. “O comércio inspira nos homens um forte amor pela independência individual. O comércio atende a suas necessidades, satisfaz seus desejos, sem a intervenção da autoridade. Esta intervenção é quase sempre, e não sei porque digo quase, esta intervenção é sempre incomoda. Toda vez que os governos pretendem realizar negócios, eles o fazem menos bem e com menos vantagens do que nós”. (CONSTANT, *op. cit.*, p. 3). A diferença entre liberalismo e liberismo, a defesa do livre comércio e da não-interferência do Estado nos negócios privados, foi utilizada pela primeira vez pelo filósofo italiano Benedetto Croce (1886-1952).

<sup>140</sup> *Ibid.*, p. 3.

<sup>141</sup> COUTINHO, *De Rousseau à Gramsci...* p. 27.

<sup>142</sup> MERQUIOR, José Guilherme. *Liberalismo – antigo e moderno*. 2ª ed. São Paulo: É Realizações, 2014, p. 54.

Em sua conferência de 1819, Constant critica fortemente Rousseau, mas também do abade de Mably (1709-1785), outro grande inspirador de 1789. Segundo Constant, os “excessos” da Revolução teriam sido causados “desconhecimento” dessa distinção entre as duas formas de liberdade. Diferentemente dos antigos, entre a liberdade individual e a liberdade política, os modernos prefeririam abdicar da segunda para preservar a primeira.

Impressionado pelo sistema inglês, Constant chamava atenção para o fato de que as instituições são importantes para garantir o “sistema representativo”, mas introduzia um alerta sobre aquilo que seria um perigo desse sistema: a renúncia exagerada ao direito de participar do poder político – preocupação que, como veremos, desapareceria da tradição liberal, dando lugar a uma celebração da apatia política.<sup>144</sup>

Como lembra o filósofo marxista Domenico Losurdo, Constant se posicionou contra as medidas adotadas na fase jacobina da Revolução relativas ao campo econômico, como o imposto progressivo, denunciado-o como um atentado ao direito de propriedade. Bem como outro deputado da França, Alexis de Tocqueville (1805-1859), que foi claramente contrário a qualquer tipo de redistribuição de renda, tendo alertado diversas vezes contra um sistema eleitoral que pudesse vir a favorecer esse tipo de medida.<sup>145</sup> Ademais, tanto Constant como Tocqueville recusavam a ideia de uma representação política autônoma de quem eles chamavam de “classes inferiores” e “elementos vulgares”, por vezes assimilando-os a estrangeiros, que por definição não compartilhariam com o resto da sociedade os interesses nacionais.

Sobre os trabalhadores imigrantes, inclusive, Tocqueville era límpido quando afirmava que um dos maiores perigos que corriam os Estados Unidos era a “introdução de homens estranhos à raça inglesa”, e mesmo reconhecendo o tratamento cruel dado aos índios americanos e aos negros, considerava a América o exemplo mais perfeito e acabado de democracia. Curiosamente, a escravidão é evocada para condenar a democracia ateniense, mas é tranquilamente ignorada quando se trata dos Estados Unidos.<sup>146</sup> Para o *Founding Father* Alexander Hamilton (1757-1894), assim como para Constant e boa parte da tradição interpretada como liberal, os trabalhadores manuais eram equivalentes a crianças, e por terem

---

<sup>143</sup> Esse pensamento aparece em Hanna Arendt, em sua afirmação de que a revolução estadunidense foi a única que não “devorou seus filhos” ARENDT, Hanna. *Da Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1963].

<sup>144</sup> CONSTANT, *op cit*, p. 6. Segundo Merquior, Constant teria colocado, além da questão da liberdade moderna, outro tema importante: o da limitação institucional da autoridade. MERQUIOR, *op. cit.*, p. 115.

<sup>145</sup> LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo*. São Paulo: Ed.UNESP; Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2004, p. 16-17.

<sup>146</sup> *Ibid.*, p. 29-31.

suas vontades representadas por outros elementos da sociedade, não “precisavam” do direito ao voto para ter suas vontades consideradas.<sup>147</sup>

### 1.2.2 Republicanos e federalistas

A redefinição norte-americana de soberania popular e governo representativo seria capítulo fundamental da história da democracia moderna. Foi no contexto do pós-guerra de independência, a partir de 1783, que teve lugar um debate crucial sobre o formato da nova Nação. Duas concepções opostas em muitos sentidos, embora concordantes em outros, marcaram o debate acerca do formato da democracia estadunidense: a dos federalistas, representada por Hamilton, James Madison (1751-1836) e John Jay (1745-1829) e a republicana, que encontrou expressão em Thomas Jefferson (1743-1826). A Convenção da Filadélfia, também conhecida como Convenção Constitucional, presidida por George Washington (1732-1799), se deu entre maio e setembro de 1787 e resultou na Constituição estadunidense que, em grande parte, subsiste até os dias atuais.

Em primeiro lugar, é preciso notar que, como lembra a historiadora canadense Ellen Wood, quando Hamilton defendia a democracia representativa e uma grande república, ele o fazia explicitamente para aumentar a distância entre representantes e representados, funcionando a representação como uma espécie de filtro.<sup>148</sup> E este raciocínio era comum a Jefferson, que também defendia que “para se conseguir uma república justa [...], é preciso que ela tenha tal amplitude de modo a que egoísmos locais jamais atinjam a maior parcela”.<sup>149</sup> Também para Jefferson, na “impossibilidade de haver uma república pura”, na qual todos os cidadãos pudessem participar diretamente dos negócios do Estado, a representação era a melhor forma de garantir o republicanismo.<sup>150</sup>

Entretanto, Jefferson se diferenciava do pensamento federalista em alguns temas fundamentais. Uma diferença central entre o pensamento de Jefferson para o dos federalistas parece estar no tratamento das questões sociais. Embora também estivesse bastante comprometido com a defesa da propriedade privada, Jefferson chega a escrever que “Onde existem em qualquer país terras não cultivadas e pobres desempregados, é claro que as leis da

---

<sup>147</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>148</sup> WOOD, Ellen M. *Democracia ou capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>149</sup> JEFFERSON, Thomas et al. *Os federalistas e outros textos* (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril, 1973, p. 10.

<sup>150</sup> Para uma visão que enfatiza as similaridades, ver HOFSTADTER, Richard. *La tradición política norteamericana y los hombres que la formaron*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1984 [1948].

propriedade se estendam, de tal forma, a ponto de violarem o direito natural” –<sup>151</sup> atribuindo uma função social à propriedade.

Contradizendo o medo da “tirania da maioria” presente em seus oponentes no debate, ele dizia que “a lei da maioria é a lei natural de toda sociedade humana”<sup>152</sup> e que “a consideração com o povo era, pois, nosso princípio; o temor e a desconfiança com ele, o do outro partido”.<sup>153</sup> De fato, na concepção de Hamilton, o povo é “turbulento”, “inconstante”, “invejososo” e “propenso a atacar a propriedade”.

Um episódio de rebelião popular é ilustrativo dessa diferença. A revolta que marca profundamente o debate constitucional se deu entre 1786 e 1787, foi protagonizada por camponeses pobres e endividados, e liderada pelo ex-coronel e ex-combatente na guerra Daniel Shays. A reivindicação do movimento era basicamente contra a venda em leilão de bens dos devedores, e contra sua condenação à prisão, que era massiva na época.<sup>154</sup> A troca de cartas que se seguiu entre John Jay e Washington, assim que estoura a revolta, revela o espanto de ambos com uma “catástrofe” que preocupava mais do que a própria guerra, e que exigia a imposição de um governo forte e eficaz, uma “Constituição liberal e enérgica” que evitasse a “anarquia e o caos”.<sup>155</sup>

Comentando a rebelião de Shays, Jefferson afirma que ela “causou muito mais alarme do que penso devesse ter proporcionado”, e que

as agitações que ocorreram na América, tanto quanto delas tenho conhecimento, nada oferecem de ameaçador. Constituem prova de que o povo tem suficiente liberdade, e eu não poderia desejar-lhe menos do que tem. Se se pode assegurar a liberdade da massa do povo a expensas de uma pequena tempestade, vez ou outra, ou mesmo de um pequeno derramamento de sangue, será isso preciosa aquisição”.<sup>156</sup>

Jefferson afirma que “a meu ver, uma pequena rebelião, de vez em quando, é boa medida e tão necessária no mundo político quanto tempestades no mundo físico”.<sup>157</sup> E escreveu ainda que “Nossa convenção ficou demasiado impressionada com a insurreição de Massachussets e, precipitadamente, está soltando um gavião para amedrontar as aves”.<sup>158</sup>

Em contrapartida, da posição dos federalistas nessa questão, nada é tão ilustrativo quanto um capítulo nos *Federalist Papers* intitulado “Da utilidade da União como

<sup>151</sup> JEFFERSON, *op. cit.*, p. 11.

<sup>152</sup> *Ibid.*, p. 32.

<sup>153</sup> *Ibid.*, p. 26.

<sup>154</sup> LOSURDO, *Democracia ou bonapartismo*, *op. cit.*, p. 96.

<sup>155</sup> *Ibid.*, p. 97.

<sup>156</sup> JEFFERSON, *op. cit.*, p. 21.

<sup>157</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>158</sup> *Ibid.*, p. 21.

preservativo contra as facções e insurreições”, onde Madison afirma claramente que a distribuição da propriedade é a causa mais comum de “facções”, pois “os interesses dos proprietários tem sempre sido diferentes dos interesses daqueles que não são”. Declarando que não há como resolver esta causa fundamental, só restaria ao modelo constitucional mitigar seus efeitos. Atacando os defensores da “pura democracia”, que segundo ele pregariam o falso princípio de que a “perfeita igualdade de direitos políticos” traria consigo a “igualdade de propriedades, de opiniões e de paixões”, Madison esclareceu sua concepção de democracia como segue:

A república aparta-se da democracia em dois pontos essenciais; não só a primeira é mais vasta e muito maior o número de cidadãos, mas os poderes são nela delegados a um pequeno número de indivíduos que o povo escolhe. O efeito desta segunda diferença é de depurar e de aumentar o espírito público, fazendo-o passar para um corpo escolhido de cidadãos, cuja prudência saberá distinguir o verdadeiro interesse da sua pátria e que, pelo seu patriotismo e amor da justiça, estarão mais longe de o sacrificar a considerações momentâneas [...] Outra circunstancia que favorece mais as repúblicas federativas que as democracias é que as primeiras podem compreender maior número de cidadãos e um território mais vasto do que as últimas; e é precisamente esta circunstância que torna os planos dos facciosos menos temíveis naquelas.<sup>159</sup>

A solução federativa era de que os interesses gerais seriam geridos pela legislação nacional, enquanto os particulares e locais, pelos Estados.<sup>160</sup> Segundo Merquior, Hamilton e Madison tinham consciência que a solução federalista significava uma despedida do republicanismo clássico.<sup>161</sup> O clássico estudo de David Epstein (1984) procurou mostrar como o pensamento federalista fundou-se numa psicologia realista que compreende não apenas os impulsos econômicos, mas também os políticos, dos indivíduos.<sup>162</sup>

É perceptível que uma das coisas que Tocqueville realmente mais admirava nos Estados Unidos era a sua estabilidade política, lograda, segundo ele, principalmente pelo fato de que conseguiam, mesmo com amplo alcance eleitoral, garantir que os organismos

<sup>159</sup> MADISON, *Os federalistas*... p. 104.

<sup>160</sup> A influência dos chefes facciosos pode talvez acender o fogo da discórdia nos seus Estados particulares, mas nunca ocasionar um incêndio geral nos outros; uma seita religiosa pode muito bem degenerar em facção política numa parte da mesma Confederação, mas a variedade de seitas espalhadas na superfície põe o Conselho Nacional a salvo de todo perigo a este respeito; o furor pelo estabelecimento do papel-moeda, pela abolição das dívidas, pela divisão das propriedades, ou outro projeto igualmente absurdo e desastroso, pode mais facilmente invadir um dos membros isolados do que o corpo inteiro da União” MADISON, *op. cit.*, p. 105. É claramente de Shays que Madison se refere quando fala em “chefes facciosos”.

<sup>161</sup> MERQUIOR, *op. cit.*, p. 103. “Enquanto Jefferson sonhava com a virtude agrária no interior de uma autarquia na Arcádia de Rousseau, Hamilton aprofundava a apreensão psicológica do liberalismo, e Madison tratava de inventar uma maquinaria republicana que se adaptava à moral múltipla de uma sociedade comercial” MERQUIOR, *op. cit.*, p. 103.

<sup>162</sup> EPSTEIN, David. *The political theory of “The Federalist”*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

representativos fossem protegidos da “excessiva influência” das massas populares. Vendo um movimento irresistível em direção à democracia, que ele entendia como completamente ligado a um “nivelamento social” que extingiria toda a diferença entre ricos e pobres, Tocqueville procurou em sua viagem pela América tirar lições úteis para uma autocrática Europa.<sup>163</sup>

Originalmente instruído a estudar o sistema prisional americano, ele ficou impressionado tanto com a aplicação do puritanismo como teoria política pelos emigrados ingleses na Nova Inglaterra, quanto com o nível intenso de participação política dos cidadãos comuns no nível local, e discorreu sobre a relação entre religião, costumes e atividade política, analisando em detalhes a formatação jurídica, constitucional e partidária ali encontrada. Tocqueville enalteceu alguns princípios fundamentais daquilo que seria chamado de *rule of law*, como o fato de os funcionários do governo serem responsáveis perante os tribunais. Ele falou sobre as vantagens da eleição indireta para a presidência, criticou acridamente o instituto da reeleição presidencial, por “aumentar a dependência do presidente em relação ao povo”, e elogiou a criação do Senado como uma instância mais nobre, que contrabalança o poder da Câmara dos Representantes – nas palavras do próprio Madison, uma forma de “evitar que o povo abusasse da própria liberdade”.<sup>164</sup>

Dissertando sobre os partidos, que ele considerava um “mal necessário” aos governos livres, Tocqueville enxergou basicamente dois grandes partidos na história estadunidense, o dos federalistas, e o Republicano (ou Democrático), que chega ao poder com a presidência de Jefferson entre 1801 e 1809.<sup>165</sup> Embora, segundo Tocqueville, estivessem em acordo sobre as questões essenciais – pois nenhum dos dois queria “abalar a estrutura social” – distinguiam-se nitidamente acerca da restrição ou extensão do poder popular. Embora o partido dos federalistas tenha se dissolvido, Tocqueville considera suas marcas indelévelis:

---

<sup>163</sup> Merquior assinala uma duplicidade do termo “democracia” na obra de Tocqueville: ora como sistema representativo, ora como sociedade igualitária. *Ibid.*, p. 120.

<sup>164</sup> MADISON, *op. cit.*, p. 154. “Não reelegível, o presidente não seria independente do povo, pois não cessaria de ser responsável diante dele; os favores do povo não lhe seriam tão necessários a ponto que devesse inclinar-se diante de todas as suas necessidades. Reelegível [...] o presidente dos Estados Unidos nada mais é do que um dócil instrumento nas mãos da maioria” TOCQUEVILLE, *Os federalistas e outros textos*, *op. cit.*, p. 214. Por sua vez, o federalista John Jay afirma que “nada mais certo do que a indispensável necessidade de um governo; porém, não é menos certo que, para que esse governo possa ter a força necessária para obrar, é preciso que o povo sacrifique em seu favor uma parte de sua independência” JAY, *Os federalistas e outros textos*, *op. cit.*, p. 96.

<sup>165</sup> O partido democrata-republicano, também conhecido como Partido Republicano Antigo ou Partido Republicano de Jefferson, foi fundado em 1791. Interessante notar como a noção de “pequeno partido” e “grande partido” de Tocqueville é análoga à de “grande política” e “pequena política” de Antonio Gramsci: o “grande partido” (ou “grande política”) como fundação de novos Estados; e a “pequeno partido” (ou “pequena política”) como questões menores relativas à conservação de um determinado estado de coisas.

A estadia dos federalistas no poder é, em meu entender, um dos acontecimentos mais felizes que acompanharam o nascimento da grande nação americana. Os federalistas lutavam contra a inclinação irresistível do século e do país. [...] a Constituição Federal, que ainda subsiste hoje em dia, é um monumento durável a sua sabedoria e a seu patriotismo<sup>166</sup>

Segundo Wood, com a participação ativa da população no processo de independência dos Estados Unidos, foi impossível aos federalistas ter uma vitória completa. O ineditismo do modelo americano seria ter estabelecido “uma definição de democracia em que a transferência do poder para os ‘representantes do povo’ constituiu não somente uma concessão necessária ao tamanho e a complexidade, mas a própria essência da democracia em si”.<sup>167</sup>

### 1.2.3 O liberalismo adere à democracia

Segundo a clássica tipologia do cientista político canadense C.B. Macpherson, todas as definições de democracia de antes do século XIX, com a única exceção de Madison – cujo modelo, para ele, não pode ser considerado como democrático – pressupunham uma sociedade de classe única, ou não dividida em classes. Tanto na obra de autores como o humanista Thomas More (1478-1535) ou do reformador protestante Gerrard Winstanley (1609-1676), quanto em nomes como J.J. Rousseau e mesmo Jefferson, a democracia *era*, ou implicava, uma sociedade sem classes ou de classe única.<sup>168</sup>

Segundo Macpherson, a partir do XIX, a tradição que pode ser chamada propriamente de “liberal-democrática” surge principalmente a partir de Jeremy Bentham (1748-1832) e James Mill (1723-1836), concebendo-se a democracia basicamente como uma maneira de adaptar um modelo político a uma sociedade de classes. Bentham e James Mill, segundo Macpherson, teriam sido os primeiros a deduzir sua definição de democracia a partir do modelo de homem burguês maximizante, princípio do qual seguia a ideia de que a defesa da propriedade interessava a todos os homens. Segundo Merquior, Bentham é, junto com o filósofo girondino Marquês de Condorcet (1743-1794) e com o revolucionário Thomas Paine (1737-1809) um dos três nomes da promoção da democracia no interior do liberalismo em seus princípios.<sup>169</sup>

---

<sup>166</sup> TOCQUEVILLE, *op. cit.*, p. 223.

<sup>167</sup> WOOD, *op. cit.*, p. 187.

<sup>168</sup> MACPHERSON, C.B. *A democracia liberal*. Origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 17-22.

<sup>169</sup> MERQUIOR, *op. cit.*, p. 107.

Para Bentham, a segurança da propriedade era mais importante do que a igualdade. A garantia da propriedade é, na verdade, a própria condição de sua defesa da democracia. Segundo Macpherson,

O conceito de democracia liberal só se tornou possível quando os teóricos – a princípio uns poucos, e depois a maioria dos teóricos liberais- descobriram as razões para acreditar que ‘cada homem um voto’ não seria arriscado para a propriedade, ou para a continuidade das sociedades divididas em classes.<sup>170</sup>

A temática sobre a qual ele e James Mill elaboraram dizia respeito basicamente sobre o grau das franquias democráticas: dispositivos como o voto secreto, eleições periódicas e freqüentes, liberdade de imprensa, e outros que garantiriam a “expressão transparente” dos desejos do votante.<sup>171</sup> Ela respondia às questões colocadas na Inglaterra da época: o debate sobre a extensão do sufrágio, que culminaria na proposta de reforma eleitoral de 1832.<sup>172</sup> Embora tenha tido diversas modificações em suas posições políticas e teóricas, James Mill esclareceu em sua obra madura que para ele o governo era uma coisa para os ricos, e o que distinguia um governo bom de um mau eram os meios, benéficos ou condenáveis, de obtê-lo.<sup>173</sup>

Já para Wood, é apenas na segunda metade do século XIX, quando se torna inevitável a participação das massas operárias na política, que as vantagens ideológicas da redefinição da democracia se tornam mais evidentes. A detração da democracia, típica do século XVIII (quando a democracia era ainda largamente vista em seu significado grego original, de governo pelo povo), dá lugar a uma aceitação de sua necessidade e, ao mesmo tempo, de uma forte disputa sobre seu sentido.

Representativo dessa mudança a que se refere Wood é o pensamento de John Stuart Mill, um “moralista liberal” de raízes românticas-expressivistas, nas palavras de Merquior,<sup>174</sup> que também compartilhava o medo do perigo que uma “legislação de classe”, de “baixa inteligência política”, se impusesse assim que a maioria dos votantes de uma sociedade fosse dos “trabalhadores manuais”. Em J.S. Mill, a outra face da moeda do princípio liberal de “No taxation without representation” era o de “No representation without taxation”, isto é, não mereciam representação política aqueles pobres demais para serem pagadores de impostos.<sup>175</sup>

---

<sup>170</sup> MACPHERSON, *op. cit.*, p. 17.

<sup>171</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>172</sup> O *Reform Act* de 1832, também conhecido como Primeira ou Grande Reforma, foi liderado pelos Whigs e resultou numa ampliação do corpo eleitoral, mas manteve as restrições censitárias.

<sup>173</sup> *Ibid.*, p. 46.

<sup>174</sup> MERQUIOR, *op. cit.*, p. 90.

<sup>175</sup> LOSURDO, *op. cit.*, p. 33.

Wood lembra que J.S. Mill invocou os supostos valores liberais da democracia ateniense, e repudiou seus aspectos mais literalmente democráticos, como a extensão da cidadania às “classes inferiores”.<sup>176</sup>

Vale destacar que o modelo de democracia que John Stuart Mill desenvolveria, incorporava a ideia de que o homem, mesmo o das classes inferiores, poderia aprender e educar-se para a democracia, e era basicamente isso o que permitiria a extensão, em algum futuro, universal das franquias democráticas. Macpherson chamou-o de “democracia desenvolvimentista”, por incorporar um objetivo moral de desenvolvimento humano. Para o autor, foi esse modelo que predominou na teoria liberal democrática, ao menos no mundo anglo-americano, ao longo de toda a primeira metade do século XX.<sup>177</sup>

Entretanto, mesmo fazendo elogios ao sufrágio universal, e defendendo o direito de voto para as mulheres – defesa um tanto incomum entre outros liberais contemporâneos e mesmo posteriores –, Mill não conseguiu superar totalmente a lógica da discriminação censitária, o que ficou bastante claro em sua proposta do voto plural, segundo o qual os “melhores e mais inteligentes” mereceriam influenciar mais as decisões políticas na sociedade. Os melhores e mais inteligentes eram os empresários, os profissionais liberais, os banqueiros, e nunca os “trabalhadores manuais”.<sup>178</sup> Enquanto o sufrágio universal era algo para o futuro, as restrições ao mesmo seriam necessárias no presente.

A subsistência de restrições censitárias e raciais diversas à franquia do voto é um sintoma de como os países de tradição liberal mais consolidada até o século XX não eram plenamente democráticos nem nas definições mais minimalistas. Na verdade, a extensão dos direitos democráticos ocorreu basicamente sob a pressão de revoluções sociais, em particular as de 1789, 1848 e 1917, revoluções que estão associadas, na maior parte do pensamento liberal, ao “autoritarismo” (em particular, como vimos, a fase jacobina da Revolução Francesa e a Revolução Russa).

Todos esses exemplos mostram como a leitura segundo a qual o liberalismo teria se desenvolvido espontaneamente em direção à democracia, que de alguma forma se faz presente tanto em Merquior (2014), como em Norberto Bobbio (1993 [1988], p. 42-43), faz parte de uma *mitografia* que o próprio desenvolvimento recente do pensamento liberal veio a demolir, admitindo a separação entre liberalismo e democracia. Como veremos na última seção,

---

<sup>176</sup> WOOD, *op. cit.*, p. 196-197.

<sup>177</sup> MACPHERSON, *op. cit.*, p. 53.

<sup>178</sup> LOSURDO, *op. cit.*, p. 36.

quando finalmente admitida, a separação entre liberalismo e democracia viria a legitimar o abandono dos princípios democráticos mais básicos, como as eleições.

#### 1.2.4 Liberalismo social e neoliberalismo

Na primeira metade do século XX, surgiram teorias da democracia classificadas por muitos autores como um “liberalismo social”. A tônica, o ideal e as justificações de autores como Ernest Barker (1874-1960), A.D. Lindsay (1879-1952), MacIver (1882-1970) – adeptos da tradição filosófica idealista – ou Leonard T. Hobhouse (1864-1929) – que parte do utilitarismo mas o modifica –, eram bastante similares ao de John Stuart Mill, e por isso Macpherson considera-os como variantes dentro de seu “modelo desenvolvimentista”.<sup>179</sup>

Convém notar que, quando analisa as teorias de MacIver e John Dewey (1859-1952), Macpherson interpreta que eles já aceitaram “inconscientemente” a imagem do processo político democrático como um mercado em que tudo operava para a “vantagem maior” de todos (ou para a “mínima desvantagem” de todos). Não teriam feito explicitamente a analogia com o mercado porque era demasiado grosseira, e porque sustentaram ainda a herança de J.S. Mill do ideal democrático de desenvolvimento do indivíduo, mas já adotavam certa analogia com o mercado que implicava a estreita busca do interesse imediato,<sup>180</sup> que como veremos a seguir seria o ponto de partida de Schumpeter.

A derrota do nazi-fascismo, a existência de um sistema alternativo ao capitalismo, ainda que com muitos defeitos, e principalmente as próprias lutas da classe trabalhadora, trouxeram importantes conquistas sociais, com a extensão do sufrágio feminino em países como Itália e França; decretaram o fim do que ainda restava do “voto plural”, com a generalização do princípio de “uma cabeça, um voto”; além de certa generalização da política de pleno emprego e segurança social nos países centrais. Os chamados direitos sociais e econômicos consagraram-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Embora esse movimento tenha sido bastante desigual nos diferentes quadrantes do globo, o signo da época foi de uma aceitação generalizada, mesmo entre os liberais, de uma regulação estatal que garantisse certo conjunto de direitos sociais e econômicos, além dos direitos políticos e civis.

É nesse bojo histórico que as teorias democráticas de autores como T.S. Marshall (1893-1981) e Gunnar Myrdall (1898-1987), de contornos social-democratas, ganham

<sup>179</sup> MACPHERSON, *op. cit.*, p. 72-79.

<sup>180</sup> *Ibid.*, p. 79.

influência. Longe de compartilhar qualquer visão socialista, a história dos direitos civis, políticos e sociais de Marshall mostrava como a cidadania impôs modificações no sistema de classes, alterando o padrão de desigualdade social sem colocar em risco o sistema capitalista. O sociólogo britânico procurou mostrar como o poder político no século XIX abriu caminho para o desenvolvimento do sindicalismo e de uma “cidadania industrial secundária”, *conquistada* pelos movimentos de trabalhadores. Em sua interpretação, ainda que as contradições profundas entre o mercado capitalista e a cidadania não tivessem sido resolvidas, era certo que enquanto o século XVIII fora o dos direitos civis, e o século XIX, o dos direitos políticos, o século XX seria o século dos direitos sociais.<sup>181</sup> O espírito predominante no período levava a crer que as conquistas sociais seriam duradouras, e que a democracia era o melhor modelo para apaziguar os conflitos sociais.

Mas, enquanto autores como Daniel Bell (1980 [1960]) via o “fim da ideologia”, outros viram nesse movimento histórico, em especial a intervenção estatal para garantir os direitos sociais, um caminho inevitável para o totalitarismo. Em seu famoso panfleto *O caminho da servidão* (1944), Friedrich A. Von Hayek (1899-1992) procurou explicitamente se contrapor à ampliação dos direitos sociais como algo constitutivo da democracia, e, na verdade, como uma estrada para a tirania. Com uma posição liberista intransigente, seria uma das vozes mais radicais do liberalismo do pós-Guerra, e embora não abrisse mão do termo “democracia”, sua problemática era voltada para a questão da liberdade individual.

Impressionados pelo movimento emancipatório de conquista de direitos sociais, alguns liberais começam a lançar uma contra-ofensiva intelectual. O Colóquio Walter Lippman, ocorrido em Paris, em agosto de 1938, foi a primeira iniciativa de alguns desses intelectuais que procurariam, diante da crise do liberalismo, a refundação do pensamento liberal em novas bases. Reunindo os neo-austríacos Hayek e Ludwig von Mises, mas também uma corrente alemã conhecida como “ordoliberal”, o Colóquio é tido pelos especialistas do pensamento neoliberal como o ponto de partida da famosa Sociedade Mont Pelerin, fundada em 1947, e da qual participou o filho de prósperos judeus luteranos de Viena Karl Popper (1902-1994).<sup>182</sup>

Popper viu seu *A sociedade aberta e seus inimigos* (escrito entre 1938 e 1945) se tornar uma das obras mais influentes no campo das direitas políticas anglo-saxãs, procurou, assim como Hayek, atacar a soberania popular como um elemento essencial da democracia, definindo-a pela via negativa, como “forma de rejeitar pacificamente um governo”. Para ele, a

---

<sup>181</sup> MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

<sup>182</sup> DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

teoria da soberania popular, especialmente a de Rousseau, era a origem do desenfreado “positivismo ético” que abre caminho para um “Estado ilimitado”. Não deixa de ser curioso que Popper veja os Estados Unidos de antes de 1865 como uma democracia, por constituir uma sociedade na qual os presidentes e partidos “se alternam pacífica e ordeiramente”. Tal como para Tocqueville, o instituto da escravidão não é um problema para tal classificação.

Bem como J.S. Mill, o combatente do historicismo vai buscar em Atenas um liberalismo e um individualismo fundado na atividade comercial, em contraposição ao “coletivismo” e tirania de Esparta. E tal como Schumpeter, que trataremos a seguir, Popper desloca a questão de “quem deve governar” e coloca em seu lugar o *conjunto de regras* que deve definir a democracia. O “governo representativo”, como ele preferia chamar no lugar de “democracia”, servia basicamente para “colocar freios ao poder”.<sup>183</sup> Segundo Merquior, Popper “mantém sua ideia de democracia demasiado próxima de uma noção procedimental, não diferente da famosa redefinição de Joseph Schumpeter”.<sup>184</sup>

Como notou Przeworski (1999),<sup>185</sup> a definição minimalista de Popper é bastante compatível com a definição da obra madura de Bobbio, na qual se considera democracia qualquer regime que pressuponha que o poder decisório seja atribuído a “um número muito alto de membros” da coletividade (sem determinar o quanto abrangente deve ser o número dentro da coletividade que necessitaria estar habilitado a tomar decisões); e no qual as decisões no âmbito do grupo sejam efetuadas com base na regra da maioria.<sup>186</sup>

### 1.2.5 O procedimentalismo e o abandono da soberania popular

Joseph A. Schumpeter (1883-1950) começou a escrever seu *Capitalismo, socialismo, democracia* ainda nos anos 1930, após a conclusão de sua tese sobre os ciclos econômicos no capitalismo (*Business Cycles*, 1938). Ele dizia ser um livro mais descontraído e para público mais amplo, onde exporia suas visões sobre o socialismo. O tom melancólico da obra

---

<sup>183</sup> Um dos argumentos de Popper contra o marxismo, visto por ele como um historicismo econômico que embasava uma utopia totalitária, era o de que a “sociedade aberta” (democrática e capitalista), que atenuou as desigualdades sociais, tinha trazido a “liberdade em face da pobreza” que Marx afirmava que só o comunismo faria.

<sup>184</sup> MERQUIOR, *op. cit.*, p. 216.

<sup>185</sup> PRZEWORSKI, Adam. Minimalist conception of democracy a defense. In SHAPIRO, Ian & HACKER-CORDÓN, Casiano. *Democracy's value*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

<sup>186</sup> LOSURDO, *op. cit.*, p. 271.

provinha da noção, relativamente difundida na época da Grande Depressão, de que o capitalismo pereceria para dar lugar ao socialismo.<sup>187</sup>

Macpherson chama o modelo inaugurado por Schumpeter, e desenvolvido por muitos outros teóricos, como “democracia de equilíbrio” ou “elitista-pluralista”. De “equilíbrio” porque apresenta o processo democrático como capaz de fornecer um equilíbrio entre a procura e a oferta de bens políticos; “pluralista” porque pressupõe a sociedade como um conjunto de indivíduos que tem interesses diferentes; e “elitista” porque atribui a função central do processo político a grupos auto-escolhidos de dirigentes.<sup>188</sup>

O procedimentalismo inaugura uma mudança teórica de monta nas teorias liberais sobre a democracia. Em primeiro lugar, porque os teóricos associados a esse modelo, ao contrário dos influenciados pelo modelo de J.S. Mill, passam a afirmar que a ideia básica de que a democracia não tem fins morais próprios. Aqui, os eleitores são os “consumidores” e os políticos são os “fornecedores” de bens políticos; e a democracia é um mecanismo de mercado pelo qual se “registra” a “demanda efetiva” dos votantes. Tal como no modelo econômico de equilíbrio clássico, todos os indivíduos são maximizadores racionais do próprio bem, e agem em condições de livre concorrência, funcionando a soberania do consumidor.<sup>189</sup>

A própria crítica ao sufrágio como direito subjetivo irrenunciável é um dos pontos de partida de Schumpeter, que trata o sufrágio não propriamente como um direito, mas como uma “função social”.<sup>190</sup> Nesse aspecto, seu primeiro argumento é quanto à “variabilidade da definição de povo”, que pode excluir escravos, estrangeiros e estabelecer uma série de gradações na cidadania. O autor argumenta que a discriminação nunca estará totalmente ausente, e que existiram nações em que elas existiam e que podem ser consideradas democráticas. Para ele, a desqualificação por motivos de situação econômica, religião ou sexo “fazem parte da mesma classe de desqualificações que todos nós consideramos compatíveis com a democracia”.<sup>191</sup>

---

<sup>187</sup> Note-se que a rápida industrialização da atrasada Rússia, promovida após 1917, impressionou muitos os analistas ocidentais, que procuraram incorporar lições sobre a intervenção estatal. Era comum que consultores e economistas de agências estadunidenses como a National Bureau of Economic Research (NBER), criado ainda nos anos 1920, lessem autores russos como Ivguêni Preobrajenski (1886-1937) e outros economistas marxistas russos.

<sup>188</sup> MACPHERSON, *op. cit.*, p. 81.

<sup>189</sup> Nos anos 1970, o influente cientista político Robert Dahl (1915-2014) também assumiria explicitamente este pressuposto do modelo procedimental, afirmando que “um homem sensato aplicará” e “na vida real todos aplicam” a qualquer sistema de autoridade, “o critério da Economia”: equilibrar o custo da participação política com o lucro esperado. DAHL, Roberto. *After the revolution? Authority in a good society*. New Heaven e Londres, 1970.

<sup>190</sup> SCHUMPETER, *Capitalismo, socialismo e democracia*, *op. cit.*, p. 246-7.

<sup>191</sup> *Ibid.*, p. 298.

Em segundo lugar, Schumpeter se dedica explicitamente a demonstrar porque a definição de democracia não pode ser “governo pelo povo”, tal como na Antiguidade, e de que não existe um “bem comum”, tal como aquilo que ele chamou de “teoria clássica da democracia” pregava.<sup>192</sup> Macpherson mostra como os defensores desse modelo procuraram desenvolvê-lo em contraste com o que chamaram de “modelo clássico” de democracia, de modo geral uma confusa mistura entre as diversas teorias.

O economista austríaco se distinguia de grande parte da tradição liberal quando destacava que a ignorância do cidadão comum e falta de bom senso em assuntos de política interna e externa ocorre mesmo no caso de pessoas “bem educadas” e “muito ativas em esferas não políticas”. Segundo o autor, independente da posição social, o pensamento do “cidadão típico” no campo político seria “primitivo” e de “caráter associativo”, “infantil” e “afetivo”.<sup>193</sup>

A democracia é um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa) e, por isso mesmo, incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas” (...) “A democracia não significa nem pode significar que o povo realmente governa em qualquer dos sentidos tradicionais das palavras povo e governo. A democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão.”<sup>194</sup>

A democracia se define pela concorrência livre entre os líderes pelo voto do eleitorado; ela é o governo dos políticos profissionais, e as condições para que funcione bem passam a ser: 1. que haja “um bom material humano” para as lideranças; 2. que haja “limitação no campo de ação do Estado”, isto é, das decisões políticas; 3. que haja um “bom treinamento da burocracia” e, por fim, mas não menos importante, que haja um “auto-controle democrático”. A oposição deve ser “responsável”, apresentar suas opiniões “sem causar desordem”, e os eleitores comuns “devem respeitar a divisão de trabalho ente si e os políticos que elegem”.<sup>195</sup> Não apenas não são admissíveis os métodos de instruir diretamente os governantes, como fizeram os eleitores dos Estados gerais franceses em 1789, como mesmo o costume de mandar cartas e telegramas do Congresso devem ser proibidas.<sup>196</sup>

---

<sup>192</sup> Curiosamente, como lembra Losurdo, a ideia de “bem comum” retorna para justificar o poder discricionário do Estado em “situações adversas”.

<sup>193</sup> *Ibid.*, p. 318-9.

<sup>194</sup> *Ibid.*, p. 295-6, 346.

<sup>195</sup> *Ibid.*, p. 357.

<sup>196</sup> “O método democrático não pode funcionar suavemente a menos que todos os grupos importantes da nação esteja dispostos a aceitar todas as medidas legislativas, enquanto estiverem em vigor, e todas as ordens do governo, desde que emitidas por autoridades competentes” (SCHUMPETER, 1942, p. 358).

Macpherson afirma que todos os expoentes desse modelo implicam, quando não declaram explicitamente, uma justificação do mesmo, e não apenas uma descrição, no que estamos plenamente de acordo.<sup>197</sup> Mas é importante estabelecer algumas distinções importantes entre a teoria de Schumpeter e os adeptos posteriores do modelo procedimental.

Schumpeter evoca explicitamente a teoria das elites, incorporando em sua teoria o alerta de Vilfredo Pareto (1848-1923) sobre o “elemento irracional” do comportamento político, que, segundo o economista austríaco, não estavam limitadas às “turba enfurecida nas estreitas ruas de cidades latinas”.<sup>198</sup>

Em sua teoria, Schumpeter dava um peso importante àquilo que podemos chamar, grosso modo, de ideologia: a vontade nunca é plenamente genuína, mas sempre fabricada em algum grau, e por isso é o resultado e não a causa primeira do processo político. Esse elemento crítico na teoria de Schumpeter seria totalmente abandonado entre teóricos posteriores, que tratariam as “escolhas” políticas do eleitorado como decisões racionais e legítimas, apenas necessitando serem “bem informadas”. Losurdo, comentando sobre a democracia schumpeteriana, afirmou corretamente que

os teóricos do regime político que hoje triunfou procederam a uma redefinição e a uma redução drástica da democracia, da qual foi expurgada qualquer ideia de emancipação e até somente de participação dos cidadãos nas decisões e nas escolhas políticas.<sup>199</sup>

Outra diferença significativa é a compreensão, existente em Schumpeter, sobre o funcionamento do capitalismo. Em sua refutação à leitura marxiana, ele desenvolveu uma teoria bastante original sobre os ciclos econômicos, marcada por uma visão dialética – menos em seu conceito de “empresário empreendedor”, e mais em seu conhecido conceito de “destruição criadora”. Essa compreensão mais profunda sobre o capitalismo daria lugar, nos modelos procedimentalistas posteriores, a meras variáveis estatísticas de PIB e renda per capita ou a um conceito estático-evolucionista de “desenvolvimento”. O contexto histórico é outro elemento considerável, pois Schumpeter desenvolve sua teoria no momento de intensa luta ideológica entre sistemas sociais antagônicos (capitalismo e socialismo), enquanto os procedimentalistas dos anos 1980 em diante tomam o futuro capitalista universal como pressuposto.

---

<sup>197</sup> MACPHERSON, *op. cit.*, p. 88.

<sup>198</sup> SCHUMPETER, 1961, *op. cit.*, p. 313.

<sup>199</sup> LOSURDO, *op. cit.*, p. 300. O conceito de “bonapartismo soft” defendido por Losurdo, no entanto, é excessivamente generalista, além de o autor não desenvolver propriamente uma discussão teórica mais profunda sobre bonapartismo, o que é injustificável, visto tratar-se de um rico debate dentro do marxismo.

É interessante notar, por fim, que a teoria de Schumpeter remonta a um tema antigo na teoria democrática. Segundo Wood, Protágoras (487 a.C. - 412 a.C.) defendia a democracia com o argumento de que a virtude é universal e pode ser aprendida, motivo pelo qual todos os cidadãos livres poderiam opinar e participar da política.<sup>200</sup> O sofista afirmava que quando se tratava de definir algo relativo ao governo do país, qualquer homem poderia ser conselheiro, independentemente da profissão e da origem. A resposta de Platão, que se opunha à democracia, era que a política deve ser deixada nas mãos de “especialistas” em política, e cada homem deveria se ocupar apenas de sua especialidade profissional.

Nos anos 1950, o modelo de Schumpeter seria utilizado por grandes referências liberais no debate sobre democracia, como o sociólogo estadunidense Seymour Martin Lipset, que em sua famosa coletânea *Political Man* (1959) apresentou uma refinada teoria, muito pautada em Tocqueville e Weber, e uma ampla pesquisa empírica sobre sistemas eleitorais no mundo<sup>201</sup>. Lipset retomava a ideia aristotélica segundo a qual a melhor base social para a democracia é a classe média, mas sua definição de democracia é totalmente baseada em Schumpeter.<sup>202</sup>

As duas ideias de força de Lipset, talvez as mais influentes no pensamento liberal posterior, são de que 1. as classes inferiores são mais propensas ao pensamento autoritário, por conta de seu baixo nível educacional, de seu horizonte de curto prazo e de características psicológicas<sup>203</sup>; e 2. Um grau de apatia política e eleitoral poderia representar um bem a democracia, na medida em que refletisse um conformismo com o sistema político. A preocupação de Constant com a participação do cidadão na política, no sistema representativo, dava lugar a uma posituação da não-participação. Outra ideia importante seria a sua correlação entre desenvolvimento econômico e democracia, bastante lastreada em sua

---

<sup>200</sup> WOOD, *op. cit.*, p. 166-167.

<sup>201</sup> Em grande parte desenvolvida com apoio da Fundação Ford.

<sup>202</sup> “A democracia, numa sociedade complexa, pode-se definir como um sistema político que fornece oportunidades constitucionais regulares para a mudança dos funcionários governantes, e um mecanismo social que permite a uma parte – a maior possível – da população influir nas principais decisões mediante a sua escolha entre os contedores para cargos políticos” LIPSET, Seymour Martin. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967 [1959], p. 45.

<sup>203</sup> Esse foi o tema da comunicação de Lipset em uma Conferência intitulada “O futuro da liberdade”, ocorrida em Milão, na Itália, em 1955, sob os auspícios do Congresso para a Liberdade Cultural, e do qual participaram F.A. Hayek, Arthur Schlesinger Jr., Raymond Aron, Sidney Hook, entre outros intelectuais e políticos de diferentes tendências. No interessante posfácio de *Political Man*, Lipset descreve a concordância quase geral, com a única exceção de Hayek, que havia entre os delegados de que a tradicional divisão entre esquerda e direita havia terminado dado o nível de satisfação das classes trabalhadora, ao menos nos países ocidentais, e sobre o fato de que a intervenção estatal não acarretava um declínio da liberdade democrática. LIPSET, *op. cit.*, p. 425-6.

pesquisa empírica, cujos resultados mostraram que países com renda per capita mais baixa eram menos propensos à democracia.

Lipset seria uma referência intelectual de muitos procedimentalistas mais contemporâneos, como Adam Przeworski. Em um conhecido texto de 1999, Przeworski defende as concepções de democracia de Lipset, Schumpeter e de Popper, dando razão a este último em sua definição da democracia como método de “mudar governos sem violência”. As condições para a durabilidade da democracia, não previstas por Popper, mas colocadas por Lipset, são as condições econômicas de um país (calculada em termos de PIB, renda per capita, etc) e o grau de adequação das instituições.<sup>204</sup>

Segundo o raciocínio de Przeworski, a perspectiva de alternância no poder induziria a moderação tanto daqueles que estão no poder quanto da oposição, que acredita que pode chegar pacificamente a ele. Basicamente, todas as forças políticas relevantes calculariam que os “custos da rebelião” seriam mais altos do que a “moderação” de seu comportamento. Nesse sentido a fonte última da estabilidade seriam os custos da ação “motinesca”. A democracia seria legítima no sentido de que o povo está disposto a aceitar as decisões cujo conteúdo não é previamente determinado, desde que tenha participado do processo.<sup>205</sup>

### 1.2.6 A “crise da democracia”

Nos anos 1970, Lipset seria, juntamente com Schumpeter, uma referência em um debate sobre a “crise da democracia”.<sup>206</sup> Em *Crisis of Democracy*, um conhecido relatório escrito para a Comissão Trilateral<sup>207</sup>, Samuel Huntington, Michel Crozier e Joji Watanuki diagnosticavam um período sombrio para a democracia. Apoiando-se nas contribuições tanto de Schumpeter como de Lipset, o relatório pregava uma redução da democracia. Em seu capítulo sobre a democracia nos Estados Unidos, Huntington escreveu que “em si mesma, a marginalidade de parte de alguns grupos é inerentemente anti-democrática, mas também tem sido um dos fatores que tem permitido a democracia funcionar apropriadamente”.<sup>208</sup>

<sup>204</sup> Outra das principais referências teóricas de Przeworski nesse texto é Dennis Muller (1979), considerado um dos pais da teoria da escolha pública, junto com James Buchanan. Tal teoria tem como cerne a transposição da tradicional análise que a economia marginalista faz as instituições de mercado às instituições da política.

<sup>205</sup> PRZEWORSKI, 1999, *op. cit.*, p. 14-15.

<sup>206</sup> É também uma referência da National Endowment for Democracy, que todos os anos realiza com grandes acadêmicos as “Lipset lecturer series” com temas relativos a democracia no mundo.

<sup>207</sup> Entidade privada que reunia grandes empresários e políticos americanos, japoneses e europeus.

<sup>208</sup> HUNTINGTON, Samuel P.; CROZIER, Michel & WATANUKI, Joji. *The crisis of democracy: report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*. New York: New York University Press, 1975, p. 114.

De acordo com o relatório, a “vaga democrática” dos anos 1960 envolveu uma cidadania politicamente mais ativa, trazendo tanto uma maior consistência ideológica em questões públicas quanto uma perda de confiança nas instituições públicas e líderes. Em suas palavras, “A vitalidade da democracia nos anos 1960 (conforme manifestada em crescente participação política) produziu os problemas para a governabilidade nos anos 1970”.<sup>209</sup> Em essência, nesse diagnóstico, a crise da democracia, na verdade, era a crise de *governabilidade* democrática, isto é, da manutenção da dominação social e da ordem social capitalista, inerentemente geradora de desigualdade, dentro de um regime democrático.

Nas palavras de Huntington, “negros, índios, ‘chicanos’, grupos brancos étnicos, estudantes e mulheres, assim como do sindicalismo de categorias como professores, funcionários públicos, técnicos e profissionais de burocracias públicas ou privadas”.<sup>210</sup> Os movimentos e grupos que desafiam a ordem política; os “partidos irresponsáveis”; aqueles não comprometidos com o status *quo* – era daí que vinha uma “pressão insuportável” para o regime político, que representava, em sua opinião, uma “ameaça” à democracia.

O debate sobre crise da democracia aparecia pela primeira vez relacionado não à ascensão de algum poder fascista, como nos anos 1930, mas sim por causa da perigosa ameaça da “tirania da maioria” rejuvenescida pela Nova Esquerda.<sup>211</sup> A luta por direitos, agora acrescida a reivindicações de democracia dentro das fábricas, das universidades, e até mesmo dentro das Forças Armadas, despertou uma contra-ofensiva das classes dominantes, da qual fizeram parte diversas iniciativas intelectuais. Não por acaso, foi também no início dos anos 1970 que a *Freedom House*, organização fundada ainda nos anos 1940 por Eleanor Roosevelt e Wendell Wilkie<sup>212</sup> para defender a “sociedade aberta” contra os totalitarismos fascista e comunista, passou a fazer o seu influente ranking que pontua os sistemas políticos dos países de acordo com uma série de critérios liberais. O próprio relatório da Trilateral recomendava um fortalecimento do Executivo; uma ação enérgica nas universidades, e até mesmo uma restrição à mídia.

A “crise da democracia” também seria tratada por Hayek, que em sua obra madura sobre filosofia política e direito, de 1979, corroborou a visão minimalista, que ele chamava de “realismo crítico”, de Schumpeter, ressaltando a incapacidade do cidadão comum tomar boas

---

<sup>209</sup> *Ibid.*, p. 76.

<sup>210</sup> *Ibid.*, p. 61.

<sup>211</sup> A primeira vez que a expressão “crise da democracia” ganhou repercussão foi quando de seu uso pelo liberal-socialista Harold Laski (1933).

<sup>212</sup> Wendell Wilkie (1892-1944) foi o candidato pelo Partido Republicano nas eleições de 1940, vencidas por F.D. Roosevelt. Advogado corporativo e membro da ala liberal do Partido Republicano, atuou contra o *New Deal*, mas depois foi trazido por Roosevelt para dentro da administração como *ambassador-at-large*.

decisões políticas – embora parecesse considerá-la insuficiente para combater de maneira profunda os males da “tirania da maioria”.<sup>213</sup> Segundo Merquior, Hayek foi obrigado a rever seu alarmante prognóstico em “O caminho da servidão”, já que, de uma forma ou de outra, a democracia tinha sobrevivido ao Estado social. Mas o prognóstico continuou pessimista, e sua teoria sobre a democracia, extremamente anti-democrática, ou, nas palavras mais gentis de Merquior, “cada vez menos entusiasta” em relação a ela.<sup>214</sup>

Procurando consolidar um aparato intelectual que pudesse ser utilizado na crise da democracia,<sup>215</sup> ele passou a admitir a tirania como um desenvolvimento “natural” da democracia, mesmo nos países, como na Inglaterra, onde uma sólida tradição de Estado de Direito impedisse o abuso de poder:

Parece ser o curso normal do desenvolvimento da democracia que, após um primeiro período glorioso em que é compreendida e atua efetivamente como salvaguarda da liberdade pessoal por aceitar as limitações de um *nomos* superior, ela venha mais cedo ou mais tarde a ser arrogar o direito de decidir qualquer questão específica de qualquer maneira que a maioria determine [...] Ao que parece, sempre que deixaram de ser restringidas pela tradição do Estado de Direito, as instituições democráticas conduziram não só a “democracia totalitária” como também, no decorrer do tempo, a uma “ditadura plebiscitária”<sup>216</sup>

Curiosamente, Hayek atribuía aos Mill, pai e filho, o “engano fatídico” de julgar que os procedimentos democráticos dispensassem as outras limitações ao poder governamental, e elogiava no modelo americano a rejeição da soberania parlamentar inglesa. Considerando a “justiça social” como um mito no qual os representantes eleitos inventam uma justificativa moral para a concessão de benefícios a grupos organizados, o que tornava os resultados do processo a que chama-se “vontade da maioria” não correspondes a uma vontade majoritária sobre o que é certo ou errado.<sup>217</sup>

### 1.2.7 Accountability, rule of law e a nova crise da democracia

---

<sup>213</sup> Hayek usa como referências na definição de democracia: Schumpeter, Ludwig von Mises, Karl Popper e Robert Dahl. As principais referências políticas de Hayek aqui são os velhos Whigs e as Cato’s Letters – conjunto de ensaios ingleses escritos entre 1720 e 1723, que circularam muito na América colonial HAYEK, F. A. *Direito, legislação e liberdade*. Uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. São Paulo: editora Visão, 1985, p. 7 – e que inspiraram o nome da fundação neoliberal Cato Institute.

<sup>214</sup> MERQUIOR, *op. cit.*, p. 227.

<sup>215</sup> O presente volume pretende fornecer uma espécie de equipamento intelectual de emergência para o momento – talvez não muito distante – em que o colapso das instituições existentes se tornar inequívoco e tal equipamento poderá, assim o espero, apontar uma saída.” HAYEK, 1979, *op. cit.*, p.XV.

<sup>216</sup> *Ibid.*, p. 2-6.

<sup>217</sup> *Ibid.*, p. 12-13.

Nos anos 1980, com o alastramento das reformas neoliberais, e principalmente nos anos 1990, com o fim da URSS, a promoção da democracia tornou-se um mantra das políticas das chamadas democracias ocidentais avançadas. Os processos de democratização que se avolumam já a partir de meados dos anos 1970 levam Samuel Huntington a caracterizar uma “terceira onda” democrática, num entusiasmado livro de 1991.<sup>218</sup> Nesse período, surgem diversas entidades privadas voltadas para a promoção da democracia liberal pelo mundo, com destaque para o National Endowment for Democracy, criado diretamente por Ronald Reagan e seus assessores em 1981, e que dirige um centro de pesquisas próprio, o International Forum for Democratic Studies (que publica o *Journal of Democracy*), e fomenta o *World Movement for Democracy*.

O substancial incremento orçamentário, estatal e privado, para a “promoção da democracia”, especialmente nos Estados Unidos, abriu campo para toda uma especialidade acadêmica, majoritariamente composta por cientistas políticos que se vinculam diretamente a estas entidades às quais fornecem dados e teorias, tornando-se, reconhecidamente, teóricos/agentes da democracia liberal. A importância dos rankings da Freedom House se acentua de forma mais evidente já em meados dos anos 1990. Também surgem iniciativas inter-governamentais como a “Comunidade das Democracias”, criada no ano 2000.

O debate dos anos 1990 parece inaugurar um novo ciclo na teoria liberal da democracia. Enquanto a ideologia do pós-Segunda Guerra do mundo capitalista ocidental era uma democracia que, só se contrapor ao socialismo, prometia atenuar a desigualdade, nos anos 1990, passa a ser em torno de termos como *rule of law* e *accountability*. Como veremos no capítulo 4, esses dois conceitos serão basilares para a atuação política do Conselho das Américas a partir de fins dos anos 1990.

Embora, como mostra Merquior, a “prestação de contas” pelo governo fosse um velho tema *Whig*,<sup>219</sup> o desenvolvimento teórico contemporâneo da ideia de *accountability* veio fortemente ligado ao neoliberalismo na administração pública.<sup>220</sup> A *accountability* aplicada ao sistema político reza que os representantes eleitos devem “prestar contas” aos seus eleitores. Na distinção muito citada de O’Donnell, a *accountability* vertical é a obrigação dos líderes políticos eleitos responderem por suas decisões políticas quando perguntados por eleitores ou

---

<sup>218</sup> HUNTINGTON, Samuel. *The third wave: democratization in the late twentieth century*. Norman, OK: University of Oklahoma Press, 1991.

<sup>219</sup> MERQUIOR, *op. cit.*, p. 106.

<sup>220</sup> DARDOT; LAVAL, *A nova razão do mundo, op. cit.*, p. 302.

órgãos constitucionais; e a *accountability* horizontal é a obrigação dos líderes eleitos se comportarem dentro da lei perante os outros poderes.<sup>221</sup>

Segundo Guillermo O'Donnell, o que faz da *rule of law* uma democracia é que o sistema legal defende os direitos políticos e os procedimentos da democracia; garante os direitos civis a todos e reforça a autoridade de outras agências de *accountability* horizontal, as quais asseguram a legalidade e a propriedade das ações oficiais. Numa perspectiva mais crítica, Brian Tamanaha explica a *rule of law* em perspectiva histórica, relacionando-a à ascensão da burguesia no contexto de destruição da *common law* – as leis consuetudinárias.<sup>222</sup>

É importante pontuar que há um vasto debate sobre o conceito de *rule of law*, sua história e interpretações, com contribuições de autores como Harry W. Jones, Marcelo Campos Galuppo, Gianluigi Palomella, Jeremy Waldron, Emilio Santoro, Andrei Maror, Elisabeth Zoller, entre outros.<sup>223</sup> Apesar de tratar-se de debate denso e relevante, não trataremos dele aqui.

Przeworski é um dos autores que vai entender as eleições basicamente como um mecanismo de *accountability* vertical, que recompensam ou punem os governos incumbentes de forma condicional a suas ações em ofício. Segundo o teórico polonês, a democracia não pode existir a menos que a *rule of law* seja seguida – nomeadamente, aquela que regule quem deve ocupar a administração, dados os resultados das eleições.<sup>224</sup>

Um dos pontos mais relevantes desse debate se deu ainda no final dos anos 1990. Em um polêmico artigo de 1997 na revista *Foreign Affairs*, o já conhecido escritor Fareed Zakaria falava sobre um alarmante alastramento das “democracias iliberais”. Segundo Zakaria, o liberalismo, tanto como concepção de liberdade política quanto como doutrina de política econômica, pode até “ter coincidido” com a democracia, mas nunca foi indubitavelmente ou imutavelmente ligada à sua prática. Agora, num processo de separação, enquanto a

---

<sup>221</sup> O'DONNELL, Guillermo. “Accountability Horizontal e novas poliarquias”. *Lua Nova*, São Paulo, nº 44, 1998.

<sup>222</sup> TAMANAHA, Brian Z. *On the rule of law*. History, politics, theory. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

<sup>223</sup> Agradecemos ao professor Renato Lemos pelas indicações bibliográficas.

<sup>224</sup> PRZEWORSKI, Adam; & MARAVALL, José María [Eds]. *Democracy and the Rule of Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 9. O exemplo sobre uma situação de crise fiscal colocado em outro texto de Przeworski é emblemático do sentido normativo e justificativo de uma concepção de democracia na qual se supõe que os eleitores não estariam aptos a decidir sobre grandes questões políticas. Aqui ele afirma que diante de uma situação de crise fiscal, o governo pode “saber de coisas que os eleitores não sabem” ou “não tem capacidade para entender”, e pode ter que “se desviar do mandato para o bem dos eleitores”. Przeworski concorda com a afirmação do economista neoliberal Patrick Minford, segundo quem “se os eleitores têm pouca informação, devem preferir deixar o governo ter completa discricção, independentemente da falta de credibilidade, no lugar de tê-lo em suas mãos” (MINFORD, 1995, p. 105, *apud* PRZEWORSKI, MANIN & STOKES, 2003, p. 119).

democracia estaria florescendo, o liberalismo constitucional estaria estagnado ou até retrocedendo.<sup>225</sup> No ano seguinte, o Council on Foreign Relations (CFR), o mais tradicional *think-tank* de política externa nos EUA, realizava um debate com Zakaria, Huntington e Carl S. Gershman, fundador e então presidente do National Endowment for Democracy, com o sintomático título “Democracy: is it for everyone?”<sup>226</sup>

Segundo Zakaria, a visão de democracia como processo de seleção dos governantes, articulada desde Tocqueville, até Schumpeter, passando por Robert Dahl e Samuel Huntington, não apenas “é a mais usual hoje”, como “ir além dessa definição minimalista” e só etiquetar um país como democrático se ele garantir “um catálogo enorme de direitos sociais, políticos, econômicos e religiosos” tornaria a palavra democracia uma “distinção de honra”, ao invés de uma categoria descritiva.<sup>227</sup> Enquanto o liberalismo constitucional versa sobre a limitação de poder, a democracia fala sobre sua acumulação e uso:

O liberalismo constitucional [...] não é sobre os procedimentos para selecionar os governos, mas sobre os objetivos dos governos. Refere-se a tradição, profunda na história ocidental, que procura proteger uma autonomia e dignidade pessoal contra a coerção, seja de qual fonte for – o Estado, a igreja, a sociedade. O termo casa duas ideias conectadas. É liberal porque descende de um ramo filosófico que começou com os gregos, que enfatiza a liberdade individual. É constitucional porque repousa na tradição, que começou com os romanos, da *rule of law*. O liberalismo constitucional se desenvolveu na Europa ocidental e nos EUA como uma defesa do direito individual a vida e propriedade, e liberdade de religião e de expressão. Para assegurar esses direitos, enfatizou os checks sobre o poder de cada ramo do governo, equidade sob a lei, cortes imparciais e tribunais, e separação entre Igreja e Estado. Suas figuras canônicas incluem o jurista William Blackstone, homens de estado como Thomas Jefferson e James Madison, e filósofos como Thomas Hobbes, John Locke, Adam Smith, Barão de Montesquieu, John Stuart Mill e Isaiah Berlin.<sup>228</sup>

Os países que se tornaram liberais constitucionalistas no século XIX só conheceriam a democracia mesmo após a Segunda Guerra Mundial, e por isso o “modelo ocidental”, seria melhor simbolizado “não pelo plebiscito de massa, mas pelo júri imparcial”.<sup>229</sup> Segundo Zakaria, como historicamente, os fatores mais proximamente relacionados com as democracias liberais são “capitalismo”, “burguesia” e “um alto PIB per capita”, a liberalização econômica é crucial para promover tanto o crescimento quanto a democracia

<sup>225</sup> O relatório da *Freedom House* de 1996-97 havia pela primeira vez colocado rankings separados para liberdades políticas e liberdades civis, as quais correspondem, respectivamente, à democracia eleitoral e ao liberalismo constitucional. Metade dos países foram melhor classificados em liberdades políticas do que em liberdades civis, sendo classificadas por Zakaria como democracias iliberais.

<sup>226</sup> Transcrição disponível em: <http://www.cfr.org/democratization/democracy-everyone/p47>.

<sup>227</sup> ZAKARIA, Fareed. “The rise of illiberal democracy”. *Foreign Affairs*, vol.76, n.6, Nov-dez 1997, p. 25.

<sup>228</sup> *Ibid.*, p. 26.

<sup>229</sup> *Ibid.*, p. 27.

liberal.<sup>230</sup> Sem o *background* do liberalismo constitucional, a introdução da democracia em sociedades divididas apenas fomentou o nacionalismo, o conflito étnico, e mesmo a guerra. O corolário da visão de Zakaria era que governos e organizações não-governamentais, como a NED e a USAID (United States Agency for International Development), deveriam promover o *liberalismo constitucional*, sem se preocupar tanto com eleições. Em sua intervenção no mencionado debate do CFR, Zakaria afirmou mesmo que “as eleições podem ser um passo errado” em determinadas situações, e esclareceu que seu modelo de sistema político, bem como para Dahl, é o madisoniano.

Zakaria não foi o único a ver a ascensão de “democracias iliberais”. Larry Diamond, um importante teórico que trabalha como consultor tanto a *National Endowment for Democracy* como consultor do tradicional centro neoconservador Hoover Institution, e também do já referido “Comunidade das Democracias”, foi outro dos principais propositores da ideia.

Em uma passagem esclarecedora sobre sua posição acerca da relação entre democracia e direitos sociais, Diamond e L. Morlino afirmam que:

A democracia não demanda políticas econômicas ou sociais substantivas, apesar de pressupor um grau de equidade política que é virtualmente impossível se as inequidades de status ou riqueza se tornam muito extremas. Uma solução crescentemente popular – se as novas constituições são indicativos – é mitigar as iniquidades ao declarar certos bens (saúde, educação, renda mínima, e talvez outros) 'direitos sociais'. A dificuldade é que ao contrário dos direitos civis e políticos de 'primeira geração', os quais podem ser assegurados pela “negativa” (com o Estado deixando as pessoas em paz em ficando dentro dos limites da lei), os direitos sociais e econômicos sobrecarregam o Estado com demandas positivas pesadas para alcançar objetivos materiais custosos. Vontade política à parte, os principais requisitos para os direitos sociais se referem à afluência suficiente para financiar as políticas sociais, e estratégias inteligentes para atingir os objetivos igualitaristas sem destruir a liberdade e a eficiência que tornam a prosperidade possível em primeiro lugar. A eficiência requer que os recursos disponíveis vão o máximo possível para investimentos em infra-estrutura física e especialmente capital humano (educação e saúde pública) que aumentarão a produtividade os pobres ao longo do tempo. Isso exige controle da corrupção, e portanto instituições fortes de accountability horizontal.<sup>231</sup>

Diamond também está no centro de uma controvérsia mais recente sobre o “declínio da democracia”, que ficou ainda mais quente com a recente eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, e da possível eleição de Marine Le Pen na França. O tema da crise da

---

<sup>230</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>231</sup> DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. “The quality of democracy: an overview”. *Journal of Democracy*. Vol.15, n.4, p. 20-31, outubro/2004, p. 27.

democracia, nos termos do Huntington dos anos 1970, já tinha sido retomado por Zakaria em 2012, na *Foreign Affairs*, no contexto em que o presidente Barack Obama não conseguia aprovar o orçamento federal no Congresso. Aqui, a crise da democracia é um cenário no qual o sistema político é “desfuncional” e o governo comanda “menos autoridade do que nunca”.<sup>232</sup>

Ainda nos anos 1990, diversos analistas observavam problemas nas democracias ocidentais, notando a fugacidade da alegria com a queda do muro de Berlim.<sup>233</sup> No ano 2000, uma coletânea de artigos publicada pela Universidade de Princeton, prefaciada por ninguém menos que Samuel Huntington, retomava o debate de *Crisis of Democracy*, analisando os atuais distúrbios que afetam as democracias.<sup>234</sup>

Em 2015, o debate sobre o “declínio da democracia” incluiu uma controvérsia, no *Journal of Democracy*, entre Francis Fukuyama e Philippe Schmitter. O motivo desse declínio, segundo o primeiro, era a incapacidade institucional; a definição de democracia, para ele, sendo basicamente a soma entre *rule of law* e *accountability*; e para Schmitter “um regime no qual os governantes prestam contas por suas ações na esfera pública a cidadãos, agindo indiretamente por meio de competição e cooperação de seus representantes eleitos”.<sup>235</sup> Embora tivessem prognósticos diferentes, pode-se ver que a definição de democracia é muito similar.

Nos dias atuais, uma gama maior de autores tem se referido a um colapso da democracia no mundo, englobando, na maioria das vezes, tanto fenômenos como Donald Trump e Marine Le Pen, como o que eles chamam de “populismo autoritário” de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa.<sup>236</sup> Em um recente artigo na *Foreign Affairs*, Diamond afirma que os Estados Unidos não têm promovido a democracia eficazmente, já que mesmo dentro de casa a democracia estaria em declínio.<sup>237</sup> Recentemente, a imprensa estadunidense foi palco de um debate sobre a “desconsolidação democrática”, a partir de análises de

---

<sup>232</sup> ZACARIA, Fareed. “Can America be fixed? The new crisis of democracy”. *Foreign Affairs*, vol. 92, n.1, jan/fev de 2013.

<sup>233</sup> Cf. MAIER, Charles. “Democracy and its discontents”. *Foreign Affairs*, vol.73, n.4, julho-agosto de 1994. SCHLESINGER, Arthur. “Has democracy a future?”. *Foreign Affairs*, vol. 76, n.5, set-out 1997.

<sup>234</sup> PHARR, Susan J & PUTNAM, Robert D. *Disaffected democracies*. What's troubling the trilateral countries?. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

<sup>235</sup> FUKUYAMA, Francis. “Por que o desempenho da democracia tem sido tão ruim?” *Journal of Democracy*, vol. 26, n.1, janeiro de 2015. SCHMITTER, Philippe. “Crise e transição, mas não declínio”. *Journal of Democracy*, vol.26, n.1, janeiro de 2015.

<sup>236</sup> DIAMOND, Larry. “Facing up to the democratic recession”. *Journal of Democracy*, vol.26, n.1, janeiro de 2015.

<sup>237</sup> O autor se dedicou a elaborar uma escala de transparência e rule of law que foi adotada pela Freedom House. Um debate sobre os critérios adotados pela Freedom House pode ser encontrado em TILLY, 2007.

pesquisas de opinião acerca da confiança na democracia em diferentes partes do mundo.<sup>238</sup> Os diagnósticos sobre a nova crise da democracia<sup>239</sup> variam, mas a presunção acerca da democracia liberal e liberista típica dos anos 1990 segue mais forte do que nunca.

Com esta base histórica sobre a relação entre liberalismo e democracia é que podemos dispor das ferramentas analíticas para compreender onde se localiza a visão sobre democracia impressa particularmente por David Rockefeller no Conselho das Américas desde sua fundação em 1965.

### **1.2.8 A matriz rockefelleriana sobre democracia: “O poder da ideia democrática” (1960)**

O livro *The Power of the democratic Idea* é assinado pela Rockefeller Brothers Fund Inc e publicado nos Estados Unidos em 1960.<sup>240</sup> Dividido em seis partes, o pequeno livro trata de “Ideais da democracia”; do “Consenso em uma sociedade democrática”; das “condições sociais de um consenso democrático”; do “Consenso dos governados”, do “setor privado” e finalmente do “poder da ideia democrática”. O livro analisava basicamente a própria democracia nos Estados Unidos.<sup>241</sup> E aqui encontramos muito evidente o mito de que nos Estados Unidos, a liberdade e a democracia teriam eliminado diferenças de classes, o que constituiria a grande diferença da democracia nesse país:

A democracia americana obteve grande êxito tirando os homens da pobreza, livrando-os das incômodas diferenças de categorias e classes, abrindo perspectivas para as aptidões, e tornando a realização e não a herança a chave para as posições dos homens na vida.<sup>242</sup>

Analisando este estudo, elaborado muito mais como forma de propaganda de um determinado ideal de democracia defendido pelos Rockefeller, observamos que ali se busca firmar um compromisso com a ideia de que, se por um lado, a democracia deve garantir por exemplo o respeito por diversidades (em diversos momentos o livro defende por exemplo os direitos civis plenos para os negros nos Estados Unidos), por outro lado a democracia deve

---

<sup>238</sup> FOA, Roberto Stefan & MOUNK, Yascha. “The signs of deconsolidation”. *Journal of Democracy*, janeiro 2017.

<sup>239</sup> Segundo Zakaria, seria um prolongamento da crise dos anos 1970. ZACARIA, 2013, *op. cit.*

<sup>240</sup> O livretinho foi traduzido para o português por Luiz Fernandes e publicado pela Editora Record, Rio de Janeiro, em 1963. Agradecemos a Diego Martins Dória Paulo por esta fonte.

<sup>241</sup> “Este estudo não pretende descrever a democracia como ela é ou deva ser em qualquer outra parte do mundo; é uma tentativa para ajudar os americanos a apreciarem o que estão fazendo em sua própria democracia”. ROCKEFELLER BROTHERS FUND. *O poder da ideia democrática*. Rio de Janeiro: Record, 1963, p. 9.

<sup>242</sup> *Ibid.*, p. 21.

estar compatibilizada com um sistema econômico que “permita a prosperidade individual”, garantindo a propriedade privada e a mobilidade social, em outras palavras, com o capitalismo. Na verdade, o pressuposto não explícito é que somente no capitalismo é possível um sistema democrático. “Será uma sociedade variável sem barreias de classe estabelecidas, oferecendo oportunidade às aptidões individuais e fornecendo uma arena na qual vários seres podem batalhar pela concretização de seus objetivos.”<sup>243</sup> Mais à frente, afirma-se: “O fim é o indivíduo – sua autopercepção, suas capacidades pessoais, a felicidade de sua vida”.

Na visão aqui analisada, os conflitos sociais são inerentes às sociedades modernas, e um papel central da democracia seria o de prover um eficaz sistema de amortização: “o princípio eficaz de uma democracia é enfrentar tais conflitos, expressando-os abertamente e provendo-lhes uma estrutura legal e social”.<sup>244</sup>

Na tradição americana, o ‘consenso do governado’ tem significado muita coisa. Significava, de início, que a orientação pública deve ser sujeita à ampla discussão pública, que os líderes políticos devem ser escolhidos em eleições livres onde exista competição honesta de votos, e que ninguém é punido ou coibido, legal ou extralegalmente, por trabalhar pela causa política de sua escolha sem violências ou insurreição.<sup>245</sup>

É defendido que a democracia somente pode funcionar, nas sociedades modernas, através da representação, no que o livro dos Rockefeller é bastante jeffersoniano:

A observação de Jefferson atinge ambos os lados da fé democrática. A democracia não espera que os homens sejam anjos; mas não se propõe, contudo, a tratá-los como ovelhas. O grande repto no qual ela apóia seu destino é de que o indivíduo imperfectível pode ser melhorado. E acredita que a melhor forma de melhorá-lo é deixar que ele se aperfeiçoe por si mesmo [...]. Os governo democráticos foram criados para dar passos positivos para libertar o indivíduo de empecilhos evitáveis de modo que possa competir em bases justas com os outros.<sup>246</sup>

Para isso, seria preciso “respeito às regras do jogo” democrático, bem como da formação de um “consenso efetivo” para a democracia, onde a *concessão* toma um papel fundamental. Os cidadãos devem ter acesso à distribuição do poder e “oportunidade na comunidade” de maneira a explorar seus talentos individuais:

A ética da concessão não exige que eles [os diversos grupos sociais] abandonem a luta pelos seus objetivos finais. Exige deles apenas que prossigam em sua luta em todas as ocasiões dentro do processo democrático. Eles se utilizarão dos tribunais, da imprensa, de demonstrações públicas

---

<sup>243</sup> ROCKEFELLER BROTHERS FUND, *op. cit.*, p. 15.

<sup>244</sup> *Ibid.*, p. 15.

<sup>245</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>246</sup> *Ibid.*, p. 15-16.

pacíficas, greves, e eleições; não deverão usar de violência, calúnia, ameaças pessoais, ou subornos.<sup>247</sup>

A principal ameaça à democracia estaria nos diversos “totalitarismos”, sendo mais recorrente a identificação de “totalitarismo” com o comunismo. Aqui fica transparente a questão, quase nunca explicitamente colocada, da guerra fria; no item “questões que a democracia deve enfrentar”, o relatório afirma que era um problema a ser enfrentado “manter o clima de liberdade, na sua terra e no mundo, durante um prolongado período de tensão internacional”<sup>248</sup>. Em vários pontos do texto, podemos observar críticas mais ou menos explícitas ao macartismo, entendido como algo prejudicial à democracia nos EUA. Outra questão que a democracia deveria enfrentar seria a “revolução de crescentes expectativas”, que estaria “incitando milhões de pessoas no exterior e criando para seus governos tremendos encargos na prosperidade econômica, educação e comunicações”. Este tema seria recorrente em muitas organizações privadas dirigidas por David Rockefeller, como a *Trilateral Commission*.<sup>249</sup>

O relatório defendia a laicidade do Estado como pressuposto para a coesão social necessária à democracia: “a coesão é conquistada numa sociedade democrática em primeiro lugar removendo-se cautelosamente certas questões da esfera política, separando-se as coisas que são de César das que são de Deus”.<sup>250</sup> A democracia seria o método que se auto-reforma com a complexificação da sociedade, e a estrutura básica dentro da qual os conflitos sociais são “resolvidos”:

Numa sociedade democrática espera-se que os homens sustentem diferentes objetivos e ideias e que esses objetivos e ideias algumas vezes entrem em choque. Se orientações comuns são conseguidas e reforçadas em tal sociedade e se os cidadãos aceitam pacificamente a derrota de suas esperanças em arena pública, a razão é que eles preferem em última análise submeter-se e deixar para lutar mais tarde em lugar de sacrificar as regras que determinam tal batalha. Numa democracia, a preservação dessas regras normalmente tem prioridade sobre a conquista de qualquer finalidade social.<sup>251</sup>

---

<sup>247</sup> *Ibid.*, p. 32.

<sup>248</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>249</sup> Em nossa dissertação de mestrado, analisamos como os relatórios da Comissão Trilateral nos anos 1970 tinham essa noção, desenvolvida por intelectuais conservadores como Daniel Bell, Zbigniew Brzezinski e Samuel Huntington, como base para explicar o que eles mesmos classificavam como “crise da democracia” em meados daquela década. HOEVELER, Rejane. As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da Trilateral Commission (1973-1979). Dissertação de Mestrado. Niterói: PPGH/UFF, 2015.

<sup>250</sup> ROCKEFELLER BROTHERS FUND, *O poder da ideia democrática*, op. cit., p. 29.

<sup>251</sup> *Ibid.*, p. 29.

Embora o livro não traga referências, desde que escrito em forma de panfleto, sem um formato acadêmico, podemos perceber duas grandes influências: a das teorias pluralísticas da ciência política estadunidense (que entende a sociedade como dividida em grupos de interesse); e a da concepção schumpeteriana de democracia – quando defende por exemplo que para haver um governo democrático eficiente é necessário formar “Boas lideranças”.<sup>252</sup>

O relatório/panfleto dos Rockefeller busca traçar uma linha divisória entre “Estado” e “Sociedade”, observando entretanto as “constantes modificações” das relações entre o “setor público e setor privado”, com destaque para o papel público que pode exercer este último.

O reconhecimento de que certas associações privadas beneficiam decisivos interesses sociais que devem receber apoio público é refletida, por exemplo, no suprimento das leis do imposto de renda que tornam dedutíveis em parte do imposto as contribuições a instituições de caridade e educacionais. [...] Durante a última geração surgiram por todos os cantos novos híbridos – corporações públicas independentes, corporações privadas que são criadas com a finalidade de executar exclusivamente trabalhos governamentais, centros de pesquisa operados por grupos particulares e financiados por fundos públicos. Poucas dessas atividades enquadra-se em categorias simples e banais que separam o ‘privados’ e o ‘público’.<sup>253</sup>

Assim sendo, segundo o relatório, “uma sociedade democrática defronta-se periodicamente com o problema de onde traçar a linha divisória entre o público e o privado, e ela não pode ser estabelecida definitivamente”.<sup>254</sup>

Na única menção feita à América Latina neste relatório, lemos que:

É sabido, embora não ainda suficientemente, que os povos das nações subdesenvolvidas necessitam de muitas formas de auxílio dos Estados Unidos, das quais a assistência econômica é apenas uma, se desejarem realizar suas aspirações dentro de uma estrutura de liberdade. É menos entendido que tal cooperação em que se empenham os Estados Unidos dificilmente atingirá seus propósitos, a menos que os americanos ampliem em grande escala a capacidade de se projetarem através dos setores culturais.<sup>255</sup>

Como veremos ao longo da tese, estas ideias matrizes não serão incompatíveis com as versões neoliberais da concepção de democracia; sendo David Rockefeller um neoliberal precoce. Mas antes disso, precisamos definir do que estamos tratando quando falamos em “neoliberalismo”.

---

<sup>252</sup> *Ibid.*, p. 63.

<sup>253</sup> *Ibid.*, p. 75-76.

<sup>254</sup> *Ibid.*, p. 76.

<sup>255</sup> *Ibid.*, p. 88-89.

### 1.3 NEOLIBERALISMO: DE QUE ESTAMOS FALANDO

Embora não seja nosso conceito mais central na tese, e mesmo sabendo da larga confusão em torno da definição de neoliberalismo, uma análise do que é o neoliberalismo se faz premente, desde que é uma temática que se desprende diretamente do objeto: não apenas David Rockefeller foi orientando de Hayek como isto imprimiu uma orientação neoliberal na atuação do Conselho das Américas desde suas origens.

O termo neoliberalismo se banalizou de tal modo no vocabulário da esquerda latino-americana e europeia, e há tanta bibliografia produzida a respeito, que nos obriga a estabelecer, em primeiro lugar, do que se está falando. Em primeiro lugar, trata-se de uma ideologia de classe, calcada nos interesses das classes proprietárias e que encontra-se imersa num movimento de ideias que buscou reafirmar posições do liberalismo clássico a partir de uma perspectiva anti*bid.*ocrática.<sup>256</sup>

Entre as revoluções burguesas na Inglaterra do século XVII e na França no fim do XVIII, o liberalismo se consolida a partir de três eixos principais: a teoria dos direitos naturais (dos direitos humanos); o constitucionalismo, que de certo modo é um desdobramento da sentença anterior na medida em que trata os indivíduos como portadores de direitos naturais, de dignidade e do direito à liberdade e à propriedade, de modo que um governo legítimo deve ser um governo que represente esse modo de vida; e por fim, o liberalismo econômico.<sup>257</sup> Ora, esse modo de vida se generaliza justamente no contexto de expansão da forma mercadoria e numa sociedade de indivíduos possessivos que devem ter garantias para o exercício das operações de compra e venda. A forma ideológica mais acabada de defesa dessa forma social mercantil é o liberalismo econômico, especialmente a partir da formulação de Adam Smith (1723-1790), desdobrada em autores como David Ricardo (1772-1823), Jean-Baptiste Say (1767-1832), John Stuart Mill (1806-1873), pois prefigura uma sociedade onde os sujeitos sociais portadores de mercadorias realizam suas trocas livremente, sem intervenções indevidas do Estado que, ao contrário, aparece como garantidor da troca mercantil.

Contudo, como vimos no capítulo 1, no século XIX, desenvolve-se uma complexa relação entre os defensores do liberalismo e a questão da democracia. Enquanto a linhagem

---

<sup>256</sup> Cf. DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *Capital Resurgent. Roots of the Neoliberal Revolution*. Harvard University Press, 2004. SAAD FILHO, Alfredo; JOHNSTON, Deborah (org.). *Neoliberalismo. A critical reader*. Londres: Pluto Press, 2005. HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008. COUTINHO, Carlos Nelson. A Época Neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? *Novos Rumos*, Marília (SP), v.49, n.1, pp. 117-126, Jan.-Jun. 2012.

<sup>257</sup> MERQUIOR, José Guilherme. *Liberalismo – antigo e moderno*. 2ª Ed. São Paulo: É Realizações, 2014.

utilitarista de Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill entende a ampliação das franquias políticas como realização da liberdade, e daí que Mill tenha também defendido o direito das mulheres ao voto, uma linhagem exemplificada por Herbert Spencer (1820-1903) caminhará na direção contrária a democracia, praticamente acusando a ampliação dos direitos políticos das pessoas comuns como ameaça à liberdade. Pois bem, como sugeriu Michael Foucault, na genealogia do neoliberalismo há o pensamento de Spencer,<sup>258</sup> e daí que não seja difícil encontrar entre seus principais autores uma crítica à democracia. Mas vejamos com maior detalhe as linhas gerais da história do pensamento neoliberal.

Seguindo o estudo de Daniel Stedman Jones, é possível localizar três grandes fases da trajetória do neoliberalismo: a primeira seria a de sua conceituação, entre os anos 1920-1940; a segunda, já voltada para a organização dos chamados *think-tanks* de primeira geração, entre os anos 1940 até 1970; e a terceira, que compreende a organização de *think-tanks* de segunda geração e a chegada ao aparelho de Estado dos primeiros governos e regimes políticos comprometidos com tal agenda, desde a ditadura militar chilena iniciada em setembro de 1973, além, é claro, os governos de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos.<sup>259</sup>

Originalmente, o chamado neoliberalismo resultou da confluência de correntes do pensamento econômico que se opuseram à chamada *Revolução Keynesiana* e ao Socialismo, dando a esse termo uma definição tão elástica ao ponto de perceber o keynesianismo como uma variante supostamente “socialista”. O cerne dessa concepção se definiu entre os anos 1920 e 1930 naquilo que ficaria conhecido como Debate do Cálculo Socialista,<sup>260</sup> que consistiu na crítica feita por Ludwig von Mises (1881-1973) às propostas de planejamento econômico expressas por autores como Enrico Barone (1859-1924), que no início do século passado realizou, sob inspiração do paradigma walrasiano, cálculos onde afirmou a natureza racional de uma proposta socialista.<sup>261</sup>

Nos anos 1930, um discípulo de Barone, o polonês Oskar Lange (1904-1965) voltou ao assunto, no que foi contrariado por Friedrich von Hayek (1899-1992), que à época era

---

<sup>258</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

<sup>259</sup> JONES, Daniel Stedman. *Masters of the Universe: Hayek, Friedman, and the Birth of Neoliberal Politics*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

<sup>260</sup> Sobre o lugar dessa controvérsia na Escola Austríaca, cf. FEIJÓ, Ricardo. *Economia e Filosofia na Escola Austríaca – Menger, Mises, Hayek*. São Paulo: Nobel, 2000.

<sup>261</sup> Cabe lembrar que a tal proposta socialista teorizada por Barone não tem qualquer relação com o marxismo, e nem mesmo com o debate sobre a planificação econômica desenvolvido na URSS na década de 1920.

professor na *London School of Economics and Political Science*. Mises e Hayek pertenceram às chamadas terceira e quarta geração da Escola Econômica Austríaca que se notabilizou por uma defesa fundamentalista da economia de mercado. Em boa parte do século XX, especialmente após o triunfo da Revolução Keynesiana, a Escola Austríaca encontrou-se marginalizada. Contra o próprio John Maynard Keynes (1893-1946), a propósito, Hayek dirigiu suas baterias na década de 1930.<sup>262</sup>

A crise global do capitalismo, especialmente após o *crash* de 1929 e a Grande Depressão, num contexto em que este modo de produção era desafiado pelo modelo da União Soviética, impulsionou a revisão dos paradigmas da ciência econômica. O keynesianismo se apresentou, assim, como uma forma de salvar o capitalismo dos capitalistas, recomendando que a prioridade na política econômica fosse o pleno emprego, e não o equilíbrio das contas públicas, como quer o liberalismo econômico. O livro *Teoria Geral do Emprego, Juro e Renda* de 1936 consolidou teoricamente as ideias que Keynes vinha defendendo no debate público desde os anos 1920. Em resposta, em 1938 foi convocado um encontro em Paris, que ficou conhecido como Colóquio Walter Lippmann, e que reuniu uma série de pensadores interessados em uma renovação do pensamento liberal. Mises e Hayek no encontro se notabilizaram pela defesa intransigente do livre mercado.<sup>263</sup>

Outra corrente fundamental do pensamento neoliberal foram os Ordoliberalis alemães, oriundos também do campo jurídico e defensores da necessidade de intervencionismo estatal para garantir o livre mercado. Seus principais teóricos foram Wilhelm Röpke (1899-1966), Walter Eucken (1891-1950), Franz Böhm (1895-1977), Alfred Müller-Armack (1901-1978) e Alexander Rüstow (1885-1963).<sup>264</sup> Em terceiro lugar, confluindo para a formação do neoliberalismo esteve a chamada Escola Monetarista de Chicago (ou simplesmente Escola de Chicago), que teve entre seus principais animadores Henry Simons (1899-1946), Gary Becker (1930-2014) e Milton Friedman (1912-2006). O antológico encontro numa estação de esqui na Suíça em 1947, que deu origem à Sociedade de *Mont Pelerin*, reuniu essas três correntes do pensamento econômico e é por isso que é possível afirmar que o que se chama *neoliberalismo* agrupa essas vertentes.<sup>265</sup>

<sup>262</sup> Para um resumo do debate entre Hayek e Keynes, cf. WAPSHOTT, Nicholas. *Keynes X Hayek*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

<sup>263</sup> Uma apreciação mais apurada do lugar desse Colóquio na conformação do pensamento neoliberal pode ser lida em DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

<sup>264</sup> Trata-se portanto de uma concepção distinta do intervencionismo keynesianos e outras formas de planejamento econômico.

<sup>265</sup> Dessas três vertentes surgiram também desdobramentos que posteriormente se integraram ao pensamento neoliberal, como a Teoria da Escolha Pública de Gordon Tullock e James Mc Gill Buchanan, assim como

É nesta segunda fase da história do neoliberalismo, de acordo com Jones, que há uma intensificação da militância doutrinária dos intelectuais neoliberais na animação de aparelhos privados de hegemonia como o *Foundation for Economic Education* (FEE), criado nos Estados Unidos em 1946, e *Institute of Economic Affairs* (IEA), criado na Inglaterra em 1955. Estes últimos foram criados por iniciativa de círculos ligados respectivamente à Von Mises, radicado em Nova York desde 1940, e Friedrich Hayek, na Inglaterra desde 1931. É dessa fase a publicação do panfleto *The Road to Serfdom* [O caminho da servidão], de Hayek (1944), uma espécie de “Manifesto Neoliberal”.

O planejamento econômico e a proposta de criação de um Estado de Bem-Estar Social na Inglaterra é basicamente interpretado por Hayek como uma ameaça totalitária análoga ao nazismo. Não obstante a imagem hiperbólica (e no mínimo desonesta), o panfleto hayekiano teve algum sucesso, embora não pudesse deter a vaga keynesiana que nos países capitalistas foi o paradigma dominante até os anos 1970. Na década de 1970, com a crise estrutural do capitalismo, os neoliberais apressaram-se em culpar os gastos “irresponsáveis” com o Estado Social, as empresas estatais, o planejamento econômico etc. como responsáveis pela crise.

Por uma série de mecanismos descritos por Stedman Jones, os neoliberais conseguiram hegemonizar a agenda econômica dos partidos conservadores decisivos do mundo anglo-saxão, os Conservadores no Reino Unido, e os Partido Republicano nos Estados Unidos. Nessa nova fase teve destaque a atuação de uma segunda geração de *think-tanks* que atuaram diretamente na disputa interna desses partidos, à exemplo da *Heritage Foundation* e o *Cato Institute* no que toca aos republicanos americanos, e o o *Adam Smith Institute* (ASI) em 1976; e o *Center for Policy Studies* (CPS) no que se refere aos conservadores britânicos.

A emergência das primeiras experiências concretas de implementação da agenda neoliberal (privatizações, desmontagem dos sistemas de saúde pública, educação e seguridade social) datam da ditadura militar chilena de Augusto Pinochet e dos governos de Thatcher e Reagan no Atlântico Norte. A contrarrevolução neoliberal a partir daí espalhou-se pelo mundo.

No que se refere à América Latina, se foram justamente no Chile após 1973 e na Argentina após 1976 que se observam as experiências pioneiras do neoliberalismo, a contrarrevolução neoliberal generalizou a partir do contexto da crise da dívida da década de 1980. Evidenciava-se, assim, uma característica estrutural do capitalismo neoliberal que é a sua capacidade de converter situações de crise em oportunidades para ciclos de

---

a Economia Novo Clássica de Robert Lucas podem ser entendidas como desdobramentos da Escola de Chicago. Enquanto o Anarcocapitalismo pode ser entendido como desdobramento da Escola Austríaca.

neoliberalização.<sup>266</sup> Em suma, a complexidade do processo de expansão da contrarrevolução neoliberal pelo globo obedeceu a importantes contingências históricas. Como afirmou Sebastião Velasco e Cruz:

Em alguns países, a experiência de reformas radicais nessa direção precede de muito o movimento global: na América Latina este é o caso do Chile e, cabe lembrar, o da Argentina sob a ditadura militar (1976-1983); em outros países, reformas segundo o figurino neoliberal ocorreram de forma muito limitada e muito tardiamente – a Índia é um bom exemplo. A grande maioria fica em algum ponto intermediário, mais ou menos próximo de um ou outro desses extremos. E há ainda os casos curiosos da Coreia e de Taiwan, em torno dos quais defensores e críticos das ditas reformas vêm há muito travando intensa batalha de palavras e números, ambos os lados reivindicando essas experiências exitosas para apoiar seus argumentos.<sup>267</sup>

### 1.3.1 A formação intelectual e acadêmica de David Rockefeller e o pensamento neoliberal

Embora David Rockefeller esteja longe de ser um intelectual acadêmico como principal atividade, ele teve acesso aos cursos de Economia mais prestigiados do mundo, tendo estudado por muitos anos com nomes muito importantes no pensamento neoliberal. De fato, em suas Memórias, há todo um capítulo intitulado “Aprendendo com os grandes economistas” aonde ele relata sua experiência como estudante.

David Rockefeller, seguindo segundo ele os desejos de sua mãe, e apesar de sua dislexia, entrou em Harvard com 17 anos. É de se imaginar como o mais jovem dos Rockefellers teriam as portas abertas e as vidas facilitadas em qualquer universidade estadunidense ou europeia de prestígio, e com vasto acesso a viagens e a intelectuais, pois toda a família Rockefeller era bastante intelectualizada, portanto David podia respirar uma atmosfera extremamente erudita, o que ele deixa bastante evidenciado em seu livro. Em Harvard, ele destaca os cursos de História que realizou com E. O. Matthiessen sobre literatura inglesa; outro Charles McIlwain sobre história constitucional britânica; e outro sobre a poesia de Coleridge e Wordsworth com John Livingston Lowes. David Rockefeller menciona

<sup>266</sup> De acordo com Alfredo Saad Filho, “assim como as crises oferecem a oportunidade de restaurar o equilíbrio da acumulação na sociedade capitalista, as crises desempenham um papel construtivo – e até mesmo *constitutivo* – no neoliberalismo. Elas justificam a transição neoliberal, reforçam a disciplina de política econômica sobre os governos, e obrigam os capitalistas, os trabalhadores e o próprio setor financeiro a se comportarem de maneira condizente com a reprodução intensificada do neoliberalismo. Perversamente, as crises econômicas e financeiras resolvem desajustes de várias ordens e sintonizam o funcionamento do sistema econômico.” SAAD FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: uma análise marxista. *Marx e o Marxismo*, v.3, n.4, jan/jun 2015, p. 68-69.

<sup>267</sup> VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Ed. UNESP – Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2007, p. 21.

também o curso de história econômica da Inglaterra de 1750 a 1860, com Abbott Payson Usher, e afirmou sobre este que “anos depois, quando enfrentei difíceis problemas de desenvolvimento econômico e mudança social na América Latina e em outras partes do mundo, com frequência lembrava da análise do professor Usher a respeito do processo complexo pelo qual se desenrola a história”.<sup>268</sup>

É muito interessante notar que David Rockefeller teve acesso e contato com algumas das maiores figuras do pensamento econômico do século XX, como Keynes e Schumpeter. Isso mostra que existia um esclarecimento considerável acerca dos debates entre keynesianos e neoliberais para ele. A tese de conclusão de graduação de David Rockefeller em Direito foi sobre o socialismo fabiano, e se intitulou “A destituição pelos olhos de Fabian”. Nas palavras de Rockefeller,

O ensaio assinalava o fato de que a abordagem européia tradicional à pobreza se baseava no preceito cristão de expiar os pecados pela doação de esmolas aos pobres. O foco estava mais nos benefícios da vida após a morte do doador do que na ideia de que os indivíduos têm obrigação social de dar assistência às pessoas necessitadas. Os socialistas fabianos, sob a liderança de Beatrice e Sidney Webb, tinham uma visão oposta a essa. Eles viam a provisão de um padrão mínimo de vida pra todos como um direito fundamental de todos os cidadãos e uma responsabilidade inerente ao governo. Os conceitos elaborados pelos Webb e outros fabianos estabeleceram as bases para o trabalho de Sir William Beveridge.<sup>269</sup>

Segundo suas Memórias, David Rockefeller optou por fazer um doutorado em Economia por influência de um antigo conselheiro de seu pai, William Lyon Mackenzie King:

Ao longo dos anos, passei a admirar William Lyon Mackenzie King, que se tornou amigo íntimo de meu pai durante o trabalho que realizaram juntos após a greve de Ludlow [...] Durante nossas longas horas de conversa sobre minhas opções e interesses, ficou claro que uma carreira no governo ou em bancos internacionais faria mais sentido pra mim. De qualquer forma, o Sr King achava que seria útil fazer um doutorado em economia [...]; Não apenas seria bom ser educado em um campo de conhecimento útil para os sistemas governamentais e bancários, como isso também me daria credibilidade com as pessoas que poderiam achar que qualquer emprego que eu tivesse era resultado da influência de minha família.

É evidente que a breve carreira acadêmica de David Rockefeller não teria sido possível sem a influência de sua origem de classe, porém é interessante notar, como é recorrente em suas *Memórias*, que o personagem David Rockefeller sempre busca ressaltar sua própria meritocracia, como seria de se esperar.

---

<sup>268</sup> ROCKEFELLER, David. *Memórias*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 77.

<sup>269</sup> *Ibid.*, p. 83.

De forma a “adquirir a formação mais ampla possível”, David Rockefeller fez o seu mestrado na Harvard School of Business com Joseph Schumpeter, mas depois realizou seu doutorado tanto na London School of Economics quanto na Universidade de Chicago. Tendo sido colega de turma de Paul Samuelson, a quem descreveu como “renomado economista por mérito próprio” e “matemático soberbo”, David Rockefeller conta ter tido intimidade suficiente com Schumpeter para saber de seus *hobbies* e práticas.<sup>270</sup> Ele teria tirado um “A-” com o professor Schumpeter. E com ele aprendeu a compartilhar o temor de que “o keynesianismo viesse a substituir permanentemente o controle governamental nas operações normais e saudáveis do mercado”.<sup>271</sup>

Tendo ingressado na LSE (London School of Economics) em 1937, David Rockefeller se mostrava enojado com a influência persistente, na escola, de Harold Laski, a quem classificou de “flautista de Hamelin da esquerda” de “retórica marxista eloquente” que “parecia mais propaganda do que pedagogia”. Sua influência na LSE a encobria de uma fama como “viveiro do socialismo e do radicalismo”.

Ainda sobre Laski, David Rockefeller demonstrou guardar extremo rancor por não ter sido por ele bem recebido, apesar do pedido e da carta de apresentação de um professor de Harvard ao professor britânico, o que segundo Rockefeller “revelou algo de seu verdadeiro caráter”, juntamente com sua atitude de apoio a uma greve de policiais que houve em Boston em 1919, classificada por David Rockefeller como “vergonhosa”, o que teria feito de Laski *persona non grata* em Harvard.

Porém, para a satisfação do doutorando David Rockefeller, “os economistas da LSE eram muito mais conservadores do que o resto da faculdade”. Ele não teve dúvidas em escolher como orientador na LSE **Friedrich von Hayek**, que segundo Rockefeller, “como Schumpeter”, “confiava no mercado, acreditando que com o tempo, mesmo com suas muitas imperfeições, ele proporcionaria meios mais confiáveis de distribuir os recursos de forma eficiente e garantir um saudável crescimento econômico.”<sup>272</sup>

Vejamos as palavras do próprio quanto a este pensador:

Hayek estava no final dos trinta anos quando o conheci. Inquestionavelmente brilhante, ele carecia da centelha e do carisma de Schumpeter. Era um professor monótono, muito germânico e metódico. Seus escritos eram tediosos e quase impossíveis de ler – ou pelo menos não nos mantinham

---

<sup>270</sup> “Preparado, bem-vestido e de comportamento aristocrático, Schumpeter competiu em corridas de cavalos quando era mais novo. Também era um grande admirador do sexo feminino [sic] e havia rumores de que teve muitos elegant amours. Certa vez, disse em aula que tinha três metas na vida: tornar-se o maior economista, o maior amante e o maior cavaleiro de sua geração [...]”. *Ibid.*, p. 86.

<sup>271</sup> *Ibid.*

<sup>272</sup> *Ibid.*, p. 90.

acordados quando os líamos. Todavia, eu descobri que estava de pleno acordo com sua filosofia econômica básica. Pessoalmente, era um homem gentil que eu respeitava muito.”<sup>273</sup>

Entretanto, seu “professor favorito” na LSE era mesmo Lionel Robbins, mais tarde barão Robbins de Clare Market, que era chefe do Departamento de Economia da faculdade quando Rockefeller nela ingressou. Segundo este,

Robbins era um firme defensor do livre mercado e dedicado oponente da intervenção governamental. Mas era muito menos dogmático e mais eclético que a maioria dos outros economistas neoclássicos que conheci na época. Ele enfatizava a lógica e o raciocínio em detrimento da nova moda da econometria.<sup>274</sup>

Mais tarde entretanto, Robbins teria se arrependido de seu conflito com Keynes e teria segundo Rockefeller “se juntado às fileiras daqueles que defendiam um papel maior do Estado na administração da vida econômica”. Apesar disso, David manteve amizade com ele e em suas Memórias tece inúmeros elogios a Robbins.

Foi também em seu período na LSE que David Rockefeller conheceu o empresário e economista peruano **Pedro Gerardo Beltrán**, que àquela altura, nos anos 1930, era diretor do banco central peruano. Proveniente de uma família de proprietários de terra peruanos e dono e editor do influente jornal de Lima *La Prensa*, Beltrán seria Embaixador do Peru nos Estados Unidos na era Roosevelt, quando o presidente dos Estados Unidos deu toda liberdade a Nelson Rockefeller como coordenador do Escritório de Assuntos Interamericanos (*Office of Interamerican Affairs*).<sup>275</sup> A socialização escolar comum de dois herdeiros de propriedade facilitou, neste caso, laços políticos.

Para sua banca de doutorado, David Rockefeller convidou Oskar Lange, Frank Knight e Jacob Viner, teórico do comércio internacional, defensor do livre mercado. Lange era um autoproclamado “socialista de mercado”; judeu, erudito refugiado da Polônia e naturalizado estadunidense em 1942, foi abrigado pela Fundação Rockefeller na Universidade de Chicago, e portanto tinha dívida de gratidão com esta família. “Lange era um homem educado, gentil e eminentemente adorável, e não um demagogo como Lanski”, escreveu Rockefeller.<sup>276</sup> Knight, por sua vez, era um ferrenho crítico do *New Deal*, mas acreditava que os capitalistas deveriam se preocupar com aos “Problemas sociais”.

---

<sup>273</sup> *Ibid.*, p. 90-91.

<sup>274</sup> *Ibid.*, p. 91.

<sup>275</sup> *Ibid.*, p. 93.

<sup>276</sup> *Ibid.*, p. 97.

A tese de doutorado de David Rockefeller, intitulada "Recursos não utilizados e desperdício econômico", lidava, conforme resume o autor, em uma questão ampla, que é a de que

se devemos depender principalmente das forças de mercado ou da intervenção governamental para corrigirmos os níveis extraordinários de desemprego e a subutilização de capacidade industrial que caracterizaram a era da Grande Depressão.<sup>277</sup>

Como resultado da depressão, apontava Rockefeller, muitas fábricas ficaram ociosas ou passaram a operar com bem menor capacidade, o que levou a uma ampla defesa de que o Estado deveria, mediante obras públicas, compensações aos desempregados, etc aumentar o nível da renda e estimular a atividade industrial, como era o *New Deal*. Aqui Rockefeller mostra uma profunda discordância com um estudo com este tipo de orientação, que considerava o subconsumo como algo sistêmico que portanto merecia atenção governamental. Ele cita um estudo da Brookings Institution, instituição ligada ao Partido Democrata (a família Rockefeller fazia parte do grupo dos chamados republicanos liberais, eram portanto, rivais também políticos). É interessante notar que em sua tese David Rockefeller buscava provar, a partir das premissas neoliberais não muito explícitas, que "não era desperdício" as milhares de fábricas com máquinas paradas. Rockefeller alegava que poderia ser um desperdício na verdade mantê-las em funcionamento (na prática, deixando que se complete o ciclo da crise):

Concluí que o fracasso no uso de um recurso econômico per se não é evidência de desperdício. Em termos políticos práticos, isso significa que citar a existência de fábricas ociosas como justificativa para políticas governamentais intervencionistas pode levar a atitudes inadequadas e resultados contraproducentes. Por outro lado, também deixei claro que em uma circunstância extrema, como uma recessão econômica que reduz gravemente a demanda agregada, a injeção de moeda não era somente defensável, mas necessária.

Na verdade, de um ponto de vista rigorosamente marxiano, estes recursos realmente não podem ser considerados (meramente) como "desperdício": ela é o resultado fenomênico da dinâmica das crises cíclicas inerentes ao capitalismo. Porém, é óbvio que Rockefeller não seguia esta linha de interpretação: sua proposta era simplesmente justificar a não-intervenção do Estado, o deixar o mercado resolver seus problemas – admitindo, porém, sua atuação para resgatar em última instância o capitalismo de sua própria crise, porém, com mera injeção de

---

<sup>277</sup> *Ibid.*, p. 102.

*moeda*, isto é, mudança na política monetária, e não com programas amplos como o *New Deal*.

Para Marx, a crise é o momento no qual o capital promove sua auto-depuração, é aí o momento precípua no qual capitais de menor produtividade são “queimados” ou são engolidos por outros capitais maiores, o que, tendencialmente, exerce uma função “saneadora” com a falência de muitos capitais menores em detrimento do fortalecimento do capital mais concentrado e mais centralizado. Portanto, para entender numa leitura marxista este problema, teríamos que considerar esses recursos ociosos como um fenômeno da “queima” de capital, que é queima de trabalho morto, que é a *destruição* de capital.

Nesse sentido, David Rockefeller seguiu bastante bem seus orientadores e colegas neoliberais, porém talvez com menos ortodoxia e uma visão mais prática, como bem cabe a um intelectual orgânico. É por esse motivo que o Conselho das Américas, a AS-COA, é uma precursora propagandista e difusora do pensamento neoliberal nos Estados Unidos e na América Latina; veremos no capítulo 4 o caso de uma importante publicação por esta entidade patrocinada em 1986.

#### 1.4 A HISTORIOGRAFIA CONSERVADORA SOBRE AS RELAÇÕES AMÉRICA LATINA-ESTADOS UNIDOS

Ainda que não seja nosso propósito trazer aqui um levantamento sistemático sobre a vasta literatura acerca das relações entre Estados Unidos e América Latina, é importante ressaltar que a interpretação desenhada ao longo deste trabalho se opõe frontalmente a determinadas visões bastante populares e mainstream sobre este tema. Seleccionamos para isso uma obra que é bastante representativa de determinados mitos e chavões muito alastrados na literatura: o recente livro de Joseph Tulchin, *América Latina x Estados Unidos*, publicado em 2016.<sup>278</sup> Gozando de credibilidade acadêmica e apresentada como isenta politicamente, trata-se da última obra deste professor de Harvard.<sup>279</sup>

A narrativa de Tulchin se inicia no nascimento das repúblicas estadunidenses, comparando semelhanças e diferenças nos processos de independência política no continente. O ponto mais importante aqui é a comparação que o autor faz sobre a importância que a “aten-

---

<sup>278</sup> TULCHIN, Joseph S. *América Latina x Estados Unidos: uma relação turbulenta*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

<sup>279</sup> Joseph Tulchin é PhD em História pela Universidade Harvard com especialização em América Latina, tendo sido professor das Universidades de Yale e Carolina do Norte; além de ter dirigido o tradicional Programa Latino-americano do *Woodrow Wilson International Center for Scholars*, em Washington

ção no processo político” teria recebido ao Norte e ao Sul, e é precisamente sobre este ponto que podem ser levantadas as primeiras críticas acerca dessa leitura.

Segundo o autor, enquanto nos Estados Unidos uma preocupação com a “prestação de contas” ao povo levou a um foco no processo político entendido como um processo que devia ser “transparente”, na América Latina os líderes dos movimentos de independência “não buscaram evitar as armadilhas de uma formulação autoritária do processo político”.<sup>280</sup> Uma certa tendência ao autoritarismo fica, assim, implícita na leitura de Tulchin sobre a formação política na América Latina, em contraste com a suposta “vibrante democracia” dos Estados Unidos.<sup>281</sup>

Essa diferença histórica nos processos de independência teria gerado duas “culturas de política” externa muito distintas. Enquanto nas treze colônias do Norte teria se consolidado desde o início uma visão “pragmática” e “realista” de política externa, na qual já se entendia o novo país como uma peça importante no jogo mundial, entre os líderes das independências latino-americanas teria predominado uma “ideia universalista de uma irmandade de homens”, oriunda da revolução francesa.<sup>282</sup>

Embora utilize várias vezes os termos “hegemonia” e “imperialismo” para se referir à relação histórica entre EUA e América Latina, o autor não chega a conceituar ou mesmo a adotar uma conceitualização explícita acerca deles, como também é muito comum na literatura sobre este tema. Em algumas passagens, Tulchin a reduz a uma espécie de acusação indevida dos latino-americanos contra os Estados Unidos.<sup>283</sup>

Outras vezes, a “hegemonia” aparece como um fato incontestado, mas não porque tenha sido “imposta” e sim adquirida/conquistada, seja por conta de estratégias políticas mais inteligentes dos EUA, seja por conta de certo imediatismo ou mesquinhez política das elites latino-americanas, que muitas vezes procuraram simplesmente manipular suas relações nacionais com os EUA para manter ou conquistar posições políticas internas. Uma suposição bastante questionável dessa explicação é que a relação com a América Latina nunca teria sido muito importante na política dentro dos EUA, não havendo nenhum comentário mais detido sobre esse aspecto em todo o livro.

---

<sup>280</sup> TULCHIN, *op. cit.*, p. 23.

<sup>281</sup> É de se notar que quando trata da independência dos Estados Unidos o autor se utiliza frequentemente de tons apoloéticos, como quando discorre sobre a “civildade” e “sabedoria” de figuras como Jefferson e Madison, a “racionalidade” e o “realismo” de Washington e Hamilton, ou quando ressalta a tolerância como uma característica central da “cultura de povoamento” estabelecida nas 13 colônias. *Ibid.*, p. 23, 16.

<sup>282</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>283</sup> “Segundo a versão latino-americana dessa narrativa, os Estados Unidos impuseram uma hegemonia sobre a América Latina”. *Ibid.*, p. 27).

Outro ponto bastante enfatizado por Tulchin é sobre o “engano” histórico que teria sido cometido pela “versão” latino-americana acerca da Doutrina Monroe, como uma primeira asserção do imperialismo norte-americano no continente. Em sua explicação, Tulchin dá mais peso a esse “engano” do que ao fato de que a Doutrina Monroe fora usada posteriormente para a justificação de intervenções imperialistas, como ele mesmo reconhece. Contrapondo-se a uma visão sobre a relação dos EUA com a América Latina que se centra na questão da dominação, Tulchin enfatiza uma “dificuldade em exercer protagonismo” por parte dos governos latino-americanos, a maior parte da qual pode ser atribuída a estes mesmos, como sua suposta “inabilidade de priorizar os interesses nacionais e de imaginar uma identidade nacional”.<sup>284</sup>

Segundo Tulchin, “a diferença entre Norte e Sul era que os EUA, apesar de sua fraqueza, sentiam que tinham algum poder no sistema internacional, e nunca deixaram de exercer seu protagonismo”.<sup>285</sup> Nesse sentido, vale destacar que Tulchin apoia-se na visão do diplomata chileno Heraldo Muñoz, segundo a qual, mais importante do que o poder de uma nação, seria “como ela explora sua cota de poder para potencializar seus interesses nacionais”.<sup>286</sup>

Os capítulos sobre a Guerra Fria trazem informações interessantes acerca da formulação de política externa em Washington, com enfoque nas relações políticas e, por vezes, pessoais entre diplomatas estadunidenses e líderes latino-americanos. Pouco ou nenhum espaço é dado, entretanto, a uma análise da relação dessas políticas com interesses econômicos, mesmo nos momentos em que o livro trata de golpes militares que sabidamente foram dados com o apoio de empresas estadunidenses.

A orientação teórica e política do autor fica ainda mais clara quando este trata da CEPAL, da teoria da dependência e da história econômica da América Latina entre os anos 1930 e 1990, quando coloca a economia do Brasil sob Vargas e da Argentina sob Perón sob a rubrica de “economias de semi-comando” que estavam fadadas ao fracasso devido a uma visão “estatista” e ultrapassada das relações econômicas internacionais. Nesse ponto, é possível observar, em primeiro lugar, que o autor confunde a teoria da dependência com a teoria da CE-

---

<sup>284</sup> *Ibid.*, p. 30.

<sup>285</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>286</sup> Note-se que “interesses nacionais” são tomados pelo autor como homogêneos e em nenhum momento são colocadas mais profundamente questões relativas a classes ou frações sociais. MUÑOZ, Heraldo.

PAL, tratando-as como se fossem a mesma corrente, e obliterando o debate crítico que existiu entre essas diferentes escolas de pensamento.<sup>287</sup>

Segundo Tulchin, “Com o tempo, a ineficácia dessa economia, juntamente a níveis exorbitantes de corrupção, ao protecionismo sindical e a tomadas de decisão de curto prazo, tornou-a não competitiva”,<sup>288</sup> atribuindo à crise da dívida, dos anos 1980, as características inerentes ao modelo “estatista”, sem nenhuma referência a elementos factuais largamente entendidos como relevantes na crise da dívida, como a alta dos juros do Banco Central americano em 1979.

Não é difícil perceber que esse é precisamente o diagnóstico do discurso neoliberal que predominou no pensamento econômico e nas instituições multilaterais mais importantes durante a década de 1990.<sup>289</sup> Segundo esse discurso, a “abertura” comercial e econômica da América Latina era inevitável; o fracasso da política de substituição de importações era “previsível”; a causa das crises econômicas latino-americanas estaria quase sempre em algum tipo de “excesso de intervenção” do Estado, e a única saída possível para ela seria estar mais aberta ao mercado internacional. Outro elemento central nessa visão está na identificação entre nacionalismo e autoritarismo, enquanto a “governança democrática” está necessariamente associada a uma “economia de livre mercado”.<sup>290</sup> A “competitividade”, termo usualmente empregado no lugar de “capitalismo”, é encarada como um valor básico, natural e inquestionável. Note-se também que a problemática da *accountability*, que é um aspecto central da análise de Tulchin sobre a independência estadunidense, emerge justamente nesse período, geralmente deslocando a questão da participação popular na análise de vários temas sociais.

Dessa forma, não surpreende que os capítulos dedicados ao pós-Guerra Fria sejam abertamente apologéticos da entrada dos países da América Latina na chamada “globalização”, com “políticas econômicas que os tornavam mais transparentes e mais competitivos no mercado internacional”,<sup>291</sup> e com o “entusiasmo na América Latina por um

---

<sup>287</sup> TULCHIN, *op. cit.*, p. 77-8. É sabido na literatura especializada que tanto em sua vertente estrutural-funcionalista de Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, como em sua vertente marxista (Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, entre outros), a teoria da dependência criticava abertamente o modelo da CEPAL, vista pelos teóricos dependentistas como dualista. Uma das mais importantes críticas tanto à teoria cepalina quanto à teoria da dependência da versão FHC-Faletto pode ser encontrada em OLIVEIRA (2003).

<sup>288</sup> *Ibid.*, p. 77.

<sup>289</sup> MENDES PEREIRA, João Márcio. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro*, 1944-2008. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. RANGEL, Rubí & GARMENDIA, Ernesto. El Consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina. *Política y cultura*, México, n. 37, 2012.

<sup>290</sup> TULCHIN, *op. cit.*, p. 81.

<sup>291</sup> *Ibid.*, p. 125.

comércio mais livre e por regras trabalhistas e ambientais negociadas”.<sup>292</sup> Entendido este “lugar de fala” do autor, também não chega a causar espanto os elogios rasgados ao economista John Williamson, reconhecido pelo próprio Tulchin como formulador do “Consenso de Washington”; e, até mesmo, aos governos de Fernando Henrique Cardoso [1995-2002], o qual teria tido “sucesso rápido e surpreendente” quando possibilitou a formação de *joint ventures* com a Petrobrás e quando privatizou “uma série de outras companhias públicas que obstaculizavam o desenvolvimento do país”, medidas que fizeram “a economia decolar” e com ela, um “novo protagonismo” brasileiro no mundo.<sup>293</sup> Na época de Fernando Henrique, de acordo com Tulchin, “o país estava no caminho certo, conduzido por uma série de ministros das Relações Exteriores ambiciosos e competentes”.<sup>294</sup>

Ainda que nem todas as leituras conservadoras sobre o tema das relações entre Estados Unidos e América Latina sejam tão apologéticas, é de se notar que tais visões são largamente incorporadas na historiografia sobre o tema; e um dos propósitos deste trabalho é refutar tais leituras, consolidando, refinando e complexificando a compreensão sobre o imperialismo exercido na América Latina, não apenas pelos Estados Unidos.<sup>295</sup>

---

<sup>292</sup> *Ibid.*, p. 135.

<sup>293</sup> *Ibid.*, p. 149.

<sup>294</sup> *Ibid.*, p. 149-50.

<sup>295</sup> Lembramos novamente ao leitor que o termo “imperialismo”, aqui, não está reduzido à política externa de um Estado, e sim a um conjunto complexo de expansão das relações capitalistas e de poder, que inclui exportação de capital e pode ou não incluir um imperialismo de caráter territorialista, que não é o elemento predominante quando tratamos de imperialismo no século XX.

## 2 OS PRIMÓRDIOS DO CONSELHO DAS AMÉRICAS (1965-1969)

*Come writers and critics who prophesize with your pen  
And keep your eyes wide, the chance won't come again  
And don't speak too soon for the wheel's still in spin  
And there's no tellin' who that it's namin'  
For the loser now will be later to win  
For the times they are a-changin'*

*Come senators, congressmen, please heed the call  
Don't stand in the doorway, don't block up the hall  
For he that gets hurt will be he who has stalled  
There's a battle outside, and it is ragin'  
It'll soon shake your windows and rattle your walls  
For the times they are a-changin'*

DYLAN, 1964

Este capítulo versa sobre a relação entre o Conselho das Américas e os regimes militares no Brasil, Chile e Argentina, analisando as conexões dos intelectuais orgânicos membros do conselho junto a órgãos estatais. Também deve ser analisada a relação entre o conselho e a diplomacia oficial norte-americana para a região no período e nas regiões abrangidas. São utilizadas as fontes obtidas no Arquivo Nacional (CLA Report); os 6 documentos do Departamento de Estado (Office of the historian) datados de 1969 a 1980; os dez documentos encontrados no fundo da CIA datados de 1970 a 1980 (Intelligence memos); dois documentos do Congressional Records datados de 1965; os três documentos dos Presidential Archives (National Archives) de 1974 a 1980; e os 176 *cablegates* revelados pelo Wikileaks que abrangem o período de 1973 a 1978.

### 2.1. INTRODUÇÃO

Frederic Jameson sabiamente considera que os chamados anos 1960 se iniciam com a Revolução Cubana de 1959.<sup>296</sup> Se pode haver algum exagero nessa assertiva, no que se refere

---

<sup>296</sup> “Para muitos de nós, o detonador crucial – o novo Ano I, a demonstração palatável de que a revolução não era meramente conceito histórico e peça de museu, mas algo real e atingível – foi proporcionado por um povo cuja sujeição ao imperialismo fizera crescer entre os norte-americanos uma solidariedade e um sentido de fraternidade que nunca tínhamos podido experimentar por outros povos do Terceiro Mundo e suas lutas, exceto de maneira abstrata e intelectual. Contudo, em 1º de janeiro de 1959, a Revolução Cubana permanecia simbolicamente ambígua. Podia ser vista como uma revolução do Terceiro Mundo de tipo diverso, em relação tanto à experiência clássica leninista quanto à experiência maoísta, já que possuía

à história do hemisfério americano, entretanto, é fato que esta corresponde ao evento político sem o qual é impossível entender a dinâmica política daquela década. Uma década onde o horizonte de expectativas ainda prometia um futuro generoso.

Quando os barbudos liderados por Fidel Castro (1926-2016) chegaram ao poder na ilha caribenha não havia ainda a certeza de que aquele processo revolucionário responsável pelo fim da ditadura de Fulgêncio Batista (1901-1973) pudesse inaugurar a primeira experiência de construção do socialismo na América. Mas desde o início o processo cubano inspirou a esperança de uma via autônoma para o desenvolvimento das formações sociais dependentes na América Latina.

Embora já tivesse se emancipado politicamente desde o século XIX, a situação de dependência conectava o destino das populações latino-americanas àquelas que na África e na Ásia lutavam contra o neocolonialismo imperialista europeu. E uma Cuba revolucionária acabava por estabelecer esse vínculo, ao mesmo tempo em que, afirmando seu caminho em direção ao socialismo, tornava a ideia de criação de uma sociedade pós-capitalista algo mais do que um ponto no programa de pequenas organizações de cunho marxista que existiam em todos os países americanos desde as primeiras décadas do século XX.

No sentido mais profundo, com sua reforma agrária radical e a ativa solidariedade aos movimentos de libertação nacional no Sul Global, Cuba corresponderá ao que representou o Haiti no século XIX: o medo da revolução social para as classes dominantes. O contágio cubano seguiu ao menos até o processo que o historiador Peter Winn chamou de “revolução chilena”: o amplo processo de auto-organização operária e camponesa no Chile golpeado de morte em 1973.

Mas seria somente após a fracassada agressão imperialista na Baía dos Porcos em 17 de abril de 1961— onde os revolucionários cubanos derrotaram pela primeira vez o imperialismo estadunidense no continente —<sup>297</sup> que Castro declarou o caráter socialista da Revolução. Assim, a Guerra Fria que havia se distendido desde que Dwight Eisenhower (1890-1969) e Nikita Khrushchev (1894-1971) nos últimos anos da década de 1950 prometeram “coexistência pacífica” entre as superpotências, subiu sua temperatura.<sup>298</sup> Assumindo o poder

---

uma estratégia revolucionária inteiramente própria, a teoria do foco, de que falaremos mais adiante. Esse grande evento também anuncia os anos 60 antes como período de inovações políticas inesperadas do que como de confirmação de antigos esquemas sociais e conceituais.” JAMESON, Frederic. “Periodizando os anos 60”. Em BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 87-88.

<sup>297</sup> A operação foi efetivada por exilados cubanos treinados pela CIA e com o aval completo de Kennedy.

<sup>298</sup> De acordo com Eric Hobsbawm, no início dos anos 1960 houve uma espécie de *détente* na primeira fase da Guerra Fria, embora assinala que tal *détente* tivesse que “sobreviver ao que pareceu um período extraordinariamente tenso de confronto entre os gostos de Khrushchev pelo blefe e os gestos políticos de

em janeiro de 1961, o democrata John Fitzgerald Kennedy (1917-1963) lançou para América Latina o programa Aliança para o Progresso (ALPRO), destinado a conter o comunismo impulsionando o desenvolvimento econômico da região, tudo encoberto na retórica da “defesa do mundo livre contra o totalitarismo”.<sup>299</sup>

Em agosto de 1961, em Punta del Este (Uruguai), quando a ALPRO foi celebrada numa reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), o então ministro das Relações Exteriores de Cuba, Ernesto Guevara (1928-1967), o “Che”, denunciou o projeto como “um veículo destinado a separar o povo de Cuba dos outros povos da América Latina, a esterilizar o exemplo da Revolução Cubana e, depois, a domesticar os outros povos de acordo com as indicações do imperialismo.”<sup>300</sup>

No ano seguinte, Cuba seria excluída da OEA, antes que esquentasse a temperatura da Guerra Fria com a *crise dos mísseis*, em outubro de 1962. Quando a espionagem estadunidense descobriu que a URSS estava instalando mísseis em Cuba, a pouca milhas da Flórida, faltou pouco para uma deflagração bélica. Pesquisas posteriores demonstraram que, segundo Eric Hobsbawm, “a principal preocupação dos dois lados era impedir que gestos belicosos fossem interpretados como medidas efetivas para a guerra”.<sup>301</sup> No mesmo sentido, o historiador Sean Purdy argumenta que:

Novos documentos, liberados somente décadas depois do episódio, revelaram que os líderes políticos e militares dos Estados Unidos, inclusive os irmãos Kennedy, estavam mesmo prontos a começar uma guerra nuclear. A guerra só não ocorreu porque os dois superpoderes acabaram negociando uma saída. Um acordo entre Kennedy e o líder soviético, Krushev, definiu a retirada dos mísseis em troca da promessa de que os Estados Unidos não mais invadiriam Cuba.<sup>302</sup>

Naquela quadra, a política externa praticada pela Argentina até março de 1962 e pelo Brasil até março de 1964 irritava a Casa Branca. Ao se oporem a qualquer medida militar

---

John F. Kennedy”. Não obstante, continua o historiador, “o resultado líquido dessa fase de ameaças e provocações mútuas foi um sistema internacional relativamente estabilizado, e um acordo tácito das duas superpotências para não assustar uma à outra e ao mundo, simbolizado pela instalação da ‘linha quente’ telefônica que então (1963) passou a ligar a Casa Branca ao Kremlin.” HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos*. O breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 240.

<sup>299</sup> Cf. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A formação do império americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. SPOHR, Martina. “*American wayofbusiness*” Empresariado brasileiro e norte-americano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964. Tese de doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

<sup>300</sup> CECEÑA, Ana Esther. Aliança para o Progresso (Verbetes). SADER, Emir; JINKINS, Ivana (org.). *Enciclopédia Latinoamericana*. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/o-progresso> (acesso 02/04/2015)

<sup>301</sup> HOBBSAWM, *Era dos Extremos*, op. cit., p. 226.

<sup>302</sup> PURDY, Sean. *História dos Estados Unidos das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 240.

contra o regime cubano, e mesmo da exclusão de Cuba da OEA, Argentina e Brasil impunha limites à ação imperialista na ilha caribenha. Sem o aval desses dois países chave do Cone Sul as pretensões de Kennedy perdiam legitimidade.

Contudo, no que se refere à Argentina, o golpe militar de 29 de março de 1962, que depôs Arturo Frondrizi (1908-1995) da Unión Cívica Radical (Intransigente) abriu caminho para uma posição mais alinhada com Washington. Frondrizi havia irritado a direita argentina ao permitir que o proscrito peronismo (sob outra legenda) disputasse as eleições provinciais de 1961, vencendo em 10 das 14 províncias, incluindo Buenos Aires. Com a derrubada, assumiu em primeiro lugar José Maria Guido (1910-1975) até outubro de 1963, quando Arturo Umberto Illia (1900-1983) assumiu a presidência, ficando no cargo até o golpe militar de 28 de junho de 1966,<sup>303</sup> que levou instalação de um regime ditatorial inspirado no brasileiro.

O caso brasileiro foi mais complexo. Entre setembro de 1961 e março de 1964, João Goulart (1919-1976) teve um governo constantemente ameaçado pelo golpe de Estado. A política externa independente, herdada de seu antecessor, entrava em choque com os interesses estadunidenses na região e foi um dos motivos para o apoio ostensivo do governo Kennedy à campanha de desestabilização e conspiração contra o governo Goulart.<sup>304</sup> Além da questão cubana, o governo americano se opunha às medidas de cariz nacionalista, de protecionismo econômico (como a lei que regulamentava a remessa de lucros para o exterior) e de caráter social (como a reforma agrária e a extensão da legislação trabalhista para o campo brasileiro) que fizeram parte da agenda política do governo Goulart, além da suposta influência decisiva dos comunistas.<sup>305</sup> A encampação da International Telephone and Telegraph

<sup>303</sup> Illia pertenceu a Unión Cívica Radical del Pueblo, uma cisão da Unión Cívica Radical surgida em 1957 para se opor a ala do partido afeita a negociações políticas com o proscrito peronismo e ao qual pertencia Frondrizi.

<sup>304</sup> PARKER, Philys. 1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Ed UNESP, 2010 [1978]. DREIFUSS, René A. *1964 – a conquista do Estado*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981. FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>305</sup> Não obstante apoiasse criticamente Goulart, a presença de comunistas no governo era irrisória. Contudo é necessário não negligenciar a importância que da militância do Partido Comunista Brasileiro (PCB) junto aos movimentos sociais e à intelectualidade, sem a qual é impossível entender o programa defendido pela maior parte deles, assim como as iniciativas de unidade com setores nacionalista, em especial dos trabalhistas, que conformavam a esquerda da época e levavam o temor da revolução social aos setores conservadores. Nesse sentido, a nova história social do trabalho tem levantado o inventário de inúmeras lutas sociais que marcaram o processo político brasileiro antes do golpe de 1964. P.ex. SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos, direitos e cultura da solidariedade (1937-1968)*. São Paulo: Hucitec; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995. MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. SANTOS, João Marcelo Pereira dos. *Herdeiros de Sísifo*. Ação coletiva dos trabalhadores

Corporation (ITT) pelo governador gaúcho Leonel Brizola (1922-2004) em fevereiro de 1962 aumentou a desconfiança de Washington. Brizola já havia encampado a Bond and Share, companhia de energia elétrica filial da *American Foreign and Power* (AMFORP), de propriedade de capitais americanos, em 1959. Sua simpatia à Revolução Cubana e especialmente seu protagonismo, na condição de governador de um estado brasileiro chave (o Rio Grande do Sul) na resistência a uma tentativa de golpe de Estado em agosto de 1961 o fez inimigo de Washington.

Lincoln Gordon (1913-2009) entre 1961 e 1966 serviu como Embaixador dos Estados Unidos no Brasil quando foi, como se sabe, uma peça chave da conspiração contra João Goulart. Escrevendo para o Departamento de Estado em fins 1963, Gordon defendeu a tese de que Goulart estava empenhado numa manobra golpista ao estilo peronista, mas, uma vez efetuada a mesma, “acabaria perdendo o poder para os comunistas”.<sup>306</sup>

A mesma narrativa estava presente nos conspiradores brasileiros, especialmente em espaços como a Escola Superior de Guerra que ajudou a formular e popularizar a Doutrina de Segurança Nacional, baseada em ensinamentos da contra insurgência de matriz francesa<sup>307</sup> e norte-americana, que fazia a cabeça das elites civis e militares de direita. Confluindo com o tradicional conspiracionismo da extrema-direita católica, mobilizada por organizações como a Tradição, Família e Propriedade (TFP), e catalisadas por aparelhos privados de hegemonia que não se contentaram em participar da campanha de desestabilização e da conspiração contra João Goulart, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o qual Gordon estava organicamente articulado, a narrativa do Embaixador ajudaria a moldar o discurso básico de justificação da ditadura militar implantada em abril de 1964 no Brasil.<sup>308</sup>

---

porto-alegrenses nos anos 1958 a 1963. Dissertação de Mestrado em História. Campinas, Unicamp, 2002. JAKOBY, Marcos André. *A organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre no período de 1960 a 1964*. Dissertação de mestrado em História. UFF, 2008. MELO, Demian Bezerra de. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. Tese de doutorado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2013.

<sup>306</sup> Trata-se do Plano de Contingência, citado por FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

<sup>307</sup> A influência da matriz estadunidense sempre foi mais destacada pela historiografia sobre o pensamento militar latino americano, especialmente após a publicação do livro de Joseph Comblin, *A Ideologia da Segurança Nacional* no fim da década de 1960. Contudo, de acordo com o pesquisador João Roberto Martins Filho foi negligenciada a importância da matriz francesa, formulada com base na experiência da guerra contra os movimentos de libertação colonial na Indochina e na Argélia. Cf. COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional – o Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.23, n.67, junho de 2008. \_\_\_\_\_ . A conexão francesa da Argélia ao Araguaia. *Varia História*, Belo Horizonte, v.28, n.48, jul/dez 2012.

<sup>308</sup> Nesse sentido, a interpretação do golpe de 1964 no Brasil oferecida pelo mencionado livro de René Dreifuss (*1964 – a conquista do Estado*) nos parece a mais adequada, não obstante a série de críticas que a historiografia posterior lhe dirigiu. Sobre nossa posição, ver HOEVELER, Rejane Carolina; MELO, Demian Bezerra. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René A. Dreifuss.

Em suma, como afirmamos há pouco, o temor da “cubanização” era mobilizado em vários níveis para organizar a ação política do imperialismo no subcontinente latino-americano. Serviu em certo sentido para atualizar a visão tradicionalmente apocalíptica com a qual o Departamento de Estado americano encarava o futuro do capitalismo.<sup>309</sup>

Contudo, não obstante seu empenho no combate ao comunismo no plano doméstico Kennedy era acusado pela direita de transigir com a URSS, e não por acaso que existem importantes evidências de que partiu de agrupamentos da extrema-direita o atentado que lhe tirou a vida em 22 de novembro de 1963. A questão é que para a opinião pública estadunidense Kennedy havia sido eficiente, por exemplo, evitando um conflito com a URSS na crise dos mísseis, de sorte que seu sucessor Lyndon Johnson pôde ironizar o opositor republicano Barry Goldwater na campanha eleitoral de 1964 como um extremista de direita que teria optado pela guerra nuclear.<sup>310</sup>

Outro cenário importante de ingerência imperialista foi no Chile, especialmente no processo eleitoral de 1964 quando o democrata-cristão Eduardo Frei ganhou o pleito contra o socialista Salvador Allende. A atuação da CIA para dar suporte à campanha de Frei foi significativa. De acordo com o historiador Peter Winn:

Os Estados Unidos não apenas financiaram mais da metade da campanha presidencial de Frei em 1964, mas as operações da CIA também promoveram e moldaram secretamente a “campanha de terror” da mídia, que insinuava que se Allende fosse eleito a democracia chilena desapareceria, bem como seus oponentes, e as crianças chilenas seriam mandadas para Cuba. Ironicamente, foi quando os oponentes de Allende obtiveram sucesso em sua deposição, em 1973, que os chilenos “desapareceram”, assim como a exaltada democracia do país.<sup>311</sup>

Assim, em países chave da região os Estados Unidos mantiveram sua hegemonia, seja apoiando o colapso da democracia, como no Brasil, ou fazendo pesados investimentos aparentemente por “dentro das regras do jogo”, como no Chile. Mesmo no Brasil, onde a *manu militari* foi adotada houve também o financiamento eleitoral (ilegal) de candidatos de direita, por exemplo, no escândalo das “caixinhas do IBAD” nas eleições legislativas de outubro de 1962. Contudo, como o tom da década foi a da profusão de ditaduras militares na

---

*Tempos Históricos*, Marechal Rondon (PR), v.18, n.1, 2014.

<sup>309</sup> HOBBSAWM, *Era dos Extremos*, *op. cit.*, p. 228-229 e passim.

<sup>310</sup> A campanha de Johnson teve grande sucesso quando fez uma paródia sarcástica de Goldwater: esse usava como slogan “In your heart, you know he’s right” [“No fundo do seu coração você sabe que ele está certo”], no que o marketing democrata utilizou sátiras como “In your heart, you know he might push the nuclear button” [“No fundo do coração você sabe que ele pode apertar o botão nuclear”] e “In your heart, he’s too far right” [“No fundo do seu coração você sabe que ele é muito mais à direita”].

<sup>311</sup> WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo: EdUNESP, 2010, p. 53.

região alguns historiadores acabaram concluindo que a estratégia da Aliança para o Progresso teria “fracassado”, já as frágeis democracias da região foram liquidadas.<sup>312</sup> A verdade é que essa interpretação peca por simplesmente comprar o discurso oficial do imperialismo americano sobre seu suposto compromisso com a democracia e desloca o mais importante: o anticomunismo e a consolidação de uma fronteira para a acumulação capitalista na região. Nesses dois últimos aspectos, ao contrário.

Um cenário importante que acumularia as contradições desse processo que descrevemos até aqui se deu na República Dominicana. Por mais de trinta anos a República Dominicana foi dominada por Rafael Trujillo (1891-1961), apoiado entre 1930 e 1961 pelos Estados Unidos, governando o país como sua propriedade pessoal. Desde 1952 havia transferido seu poder para seu irmão, Hector B. Trijillo (1908-2002), mas na prática mantinha seu domínio político. Em 1961 o ditador que acabaria assassinado, numa ação que embora tivesse características de uma operação inspirada no processo cubano, foi apoiada pela CIA, e não pelo governo cubano. Como explica Ayerbe:

Apesar de antigo aliado dos Estados Unidos, que mantinham importantes interesses econômicos no país, nos anos a excessiva autonomia adquirida pelo ditador, estendendo o raio das suas ações para fora das fronteiras, começava a criar situações incômodas.<sup>313</sup>

Um exemplo desse tipo de ação foi a iniciativa de Trujillo de planejar a tentativa de assassinato do presidente da Venezuela, Rómulo Betancourt(1908-1981), em 1960, que era aliado do principal opositor interno de Trujillo, Juan Bosch (1909-2001). Bosch era membro do Partido Revolucionário Dominicano, e quando do assassinato do antigo ditador Bosch voltou do exílio e venceu o processo eleitoral de 20 de dezembro de 1962. Ele imediatamente buscou apoio de Kennedy, mas a CIA não via com bons olhos o fato de que Bosch, como forma de se opor à articulações da extrema-direita, permitia o desenvolvimento da esquerda (genericamente denominada pela CIA de “comunista”). Ainda de acordo com Ayerbe, a documentação da CIA comprova que, embora essa avaliasse que seu governo era aliado de Washington, havia um “potencial” e “sério” perigo comunista na ilha caribenha. Num memorando de 7 de junho de 1963, citado por Ayerbe, há o seguinte prognóstico:

Dada a presente liberdade de organizar e agitar, os comunistas se tornarão mais bem preparados para explorar alguma oportunidade futura. Se, por ineptidão administrativa, Bosch falhar em satisfazer as expectativas das massas dominicanas, ou se ele for deposto por um golpe reacionário, os

---

<sup>312</sup> Essa é a interpretação, por exemplo, do historiador Carlos Fico. Cf. FICO, *O Grande Irmão*, op. cit.

<sup>313</sup> AYERBE, Luiz Fernando. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Ed.Unesp, 2002, p. 144.

comunistas estarão em posição para tomar a liderança do movimento revolucionário popular.<sup>314</sup>

Pois em setembro do mesmo ano, Bosch é deposto por um golpe reacionário e embora esse não tivesse contado com o apoio do governo americano (e o próprio Kennedy tenha feito um pronunciamento condenando o golpe), o setor privado estadunidense com fortes interesses na ilha participou ativamente da conspiração. Um triunvirato assumiu o poder na República Dominicana, com forte participação do setor empresarial, e liderado por Donald Reid Cabral. O apoio empresarial decorreu do fato de que nos poucos meses do governo Bosch esse, além de encampar as inúmeras propriedades e ativos da família Trujillo, contrariou os interesses de empresas como a Central Romana Sugar Co. e a Standard Oil.

Em 24 de abril de 1965 uma rebelião com apoio de setores das Forças Armadas derruba o triunvirato, convocando uma Assembleia Constituinte e nomeia um presidente provisório até que Juan Bosch pudesse voltar do exílio. No dia seguinte estoura uma guerra civil entre um exército constitucionalista e as forças regulares, e com a derrota destas, em pouco mais de três dias, o governo americano decide usar o pretexto de que o movimento constitucionalista estaria “infiltrado por comunistas” para planejar uma invasão da ilha através da OEA. Assim, em nome da contenção do comunismo, uma violenta intervenção imperialista ocorreu na ilha caribenha com a participação de tropas estadunidenses, brasileiras, paraguaias, hondurenhas, nicaraguenses, costarriquenhas e salvadorenhas.

Porém, o que nos interessa aqui é uma forma de intervenção imperialista que vai para além seja da política externa oficial, seja das *covert actions* de órgãos de inteligência dos Estados Unidos, e sim de uma organização empresarial que não somente serviu como aparato auxiliar na política externa norte-americana, como também buscou reunir apoiadores leais em todos os países da América Latina, principalmente entre empresários e militares. Para adentrar nessa atuação, é necessário recuperar as origens da relação da família Rockefeller com a América Latina.

## 2.2. DAVID ROCKEFELLER E A AMÉRICA LATINA

A primeira vez que David Rockefeller veio ao Brasil, com seus 33 anos, foi em 1948, com seu irmão Nelson<sup>315</sup>. Como descreve em suas *Memórias*, ao longo de suas diversas

---

<sup>314</sup> *Ibid.*, p. 145.

<sup>315</sup> TOTA, Antonio Pedro. *O meu amigo americano*. Nelson Rockefeller e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Nelson foi o coordenador de Relações Interamericanas do presidente Franklin Roosevelt

visitas, David fez variadas amizades no Brasil. Uma delas foi com o banqueiro Walther Moreira Salles, com quem comprou uma fazenda no Mato Grosso, onde passavam longas temporadas juntos caçando onças.<sup>316</sup> Mas, muito além de um bilionário em férias caçando onças, David Rockefeller se tornou não apenas o principal representante dos interesses empresariais americanos no continente, mas também um organizador da ação de classe de um significativo espectro de empresários latino-americanos, num contexto em que o anti-comunismo se agudizou após a vitória da Revolução Cubana (1959).

Através de seu irmão Nelson, ele já tinha embarcado em uma série de projetos no continente, e, além disso, tinha proximidade com diversos empresários americanos com negócios na América Latina. David era diretor da Punta Alegre Sugar Corporation, a segunda maior companhia dos EUA firmada na produção deste que era o principal produto de exportação de Cuba, e é de se imaginar o impacto, em seu círculo próximo, da revolução de 1959.<sup>317</sup> Em maio de 1958, o então vice-presidente dos EUA, Richard Nixon, resolveu agendar uma série de visitas “de cortesia” à América Latina. Na pauta, o anti-comunismo e os *business, as usual*. Em cada uma das capitais visitadas, foi recebido com demonstrações massivas e protestos radicalizados, sendo hostilizado seguidamente na Argentina, Uruguai, Equador, Colômbia, Peru – onde foi atingido por uma pedra por estudantes – e Venezuela, onde trabalhadores ocuparam o aeroporto e o *Panteón Nacional*, e hasteando uma bandeira negra em sinal de luto, impediram que ele prestasse homenagem a Bolívar. O futuro presidente Nixon foi ali obrigado a se refugiar na Embaixada norte-americana em Caracas até que quatro tropas aerotransportadas dos EUA fossem enviadas para resgatá-lo. Era o prelúdio da vertiginosa década de 1960 na América Latina, que só seria aberta, de fato, com a revolução cubana, em 1959, a partir da qual o povo da ilha do açúcar conseguiu a proeza de erguer um regime socialista bem no quintal de *Uncle Sam*.

Mas a relação mais forte de David com a América Latina, entretanto, começa num dos departamentos do Chase Manhattan Bank: o escritório voltado para operações no continente.

Em 1961, David veio ao Brasil tentar abrir uma filial do Chase. Conforme ele próprio confirmou para uma reportagem da *Isto É*, em 2003, o Chase pagou US\$ 3 milhões por 51% do capital do banco Lar, de Antonio Larragoitia, dono da seguradora Sul América. O

---

durante a II Guerra e, em 1944, tornou-se subsecretário de Estado para a América Latina.

<sup>316</sup> ROCKEFELLER, *Memórias...* Outro de seus amigos seria o então presidente do conselho de administração do grupo Brascan, Roberto Paulo Cezar de Andrade; e o industrial Israel Kablin, que chegou a arranjar por aqui a vida de uma filha de Rockefeller, que criou uma ONG de combate à pobreza no Rio de Janeiro.

<sup>317</sup> COLLIER, Peter & HOROWITZ, David. *The Rockefellers. An American dynasty*. Bantam, 1977, p. 412.

investimento foi ampliado vinte anos depois, em 1980, como resultado de uma conversa informal num coquetel na casa de David em Nova York com Carlos Langoni, então presidente do Banco Central do Brasil – ocasião na qual David teria recebido “ok” do BC para comprar as ações restantes do banco Lar, que virou a filial do Chase.<sup>318</sup> A operação do Chase no Brasil foi simultânea e semelhante a outras realizadas na América Latina, como uma *joint venture* com o Banco Mercantil y Agrícola de Caracas, Venezuela. Em pouco tempo, o Chase Manhattan tornaria-se um dos maiores credores individuais da dívida externa brasileira e latino-americana, que multiplicou-se várias vezes no período das ditaduras militares.

Formalizada num encontro em Punta del Este em agosto de 1961, a Aliança para o Progresso visava lançar um pacote de programas sociais com vistas a prevenir que movimentos como o cubano ocorressem em países maiores como o Brasil. Como mostra a recente pesquisa de Martina Sphor, David Rockefeller teve um papel fundamental em pressionar para que o caráter da Aliança estivesse mais intimamente ligado à expansão dos investimentos privados no continente. Ele pessoalmente entrou no Commerce Committee for the Alliance (COMAP), e posteriormente ficou incumbido de fundar o Business Group for Latin America (BGLA) – grupo que em pouco tempo reuniu algumas dúzias de chefes de corporações com operações na América Latina.<sup>319</sup>

O BGLA veio a ocupar o espaço deixado pelo fim do Comitê COMAP, o que não era nada irrelevante, já que, enquanto o COMAP era um braço oficial do Departamento de Comércio, o BGLA era uma organização de caráter privado, oficialmente desligada do Estado

---

<sup>318</sup> “Como se constrói uma lenda”. *Isto É – Dinheiro*, 19 de março de 2003. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/financas/20030319/como-constroi-uma-lenda/19653>.

<sup>319</sup> SPOHR, *American way of business*, op. cit. Faziam parte do BGLA: Presidente- David Rockefeller; vice-presidentes - Fred C. Foy (Koppers Co., Inc.) e John R. White (Standard Oil Co. New Jersey); Membros – William Barlow (Vision, Inc.); Roger M. Blough (United States Steel Corp.); Charles Brinckerhoff (Anaconda Co.), Emilio G. Collado (Standard Oil Co.), John T. Connor (Merch & Co.), Lamot du Pont Copeland (E. I. Du Pont de Nemours & Co.), Henry Ford II (Ford Motor), John F. Gallagher (Sears, Roebuck & Co.), Harold S. Geneen (International Telephone & Telegraph Corp.), James H. Goss (General Electric Co.), Ralph Gow (Norton Co.), J. Peter Grace, Jr. (W. R. Grace & Co., Inc.), W. P. Gullander (National Association of Manufacturers), Edgar Kaiser (Kaiser Industries Corp.), J. Ward Keener (B. F. Goodrich Co.), Donald M. Kendall (Pepsi-Cola), Robert J. Kleberg, Jr. (King Ranch), Augustus G. Long (Texaco, Inc.), Maurice McAsham, Jr. (Anderson, Clayton & Co.), George S. Moore (First National City Bank), John D. J. Moore (W. R. Grace & Co.), Charles G. Mortimer (General Foods Corp.), Henry T. mUdd (Cyprus Mines Corp.); Norman T. Ness (Anderson, Clayton & Co.), Rawleigh Warner, Jr. (Socony Mobil Oil Co.), Robert M. Norris (National Foreign Trade Council), H. Bruce Palmer (National Industrial Conference Board), Robert W. Purcell (IBEC), Henry B. sargent (American & Foreign Power Co., Inc.), James H. Stebbins (W. R. Grace & Co.), Thomas E. Sunderland (United Fruit Co.), A. Thomas Taylor (International Packers), Edwin Thomas (Goodyear Tire & Rubber Co.), Juan Trippe (Pan American Airways System), Arthur K. Watson (IBM World Trade Corp.), Philip Young (United States Council of the International Chamber of Commerce, Inc.), William S. Youngman, Jr. (American International Underwriters Corp.) (US Congress, 1964, p. 1114-1115). Citado por SILVA, Vicente Gil. *Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)*. Tese em História na UFRJ, 2020, p. 535.

americano. Nasce “oficialmente” uma diplomacia privada empresarial, que se sobrepõe às relações estatais bilaterais entre os países. A influência de David na relação dos Estados Unidos com o continente passa a ser igual ou superior à dos mais altos postos diplomáticos, embora ele nunca tenha ocupado nenhum cargo público.

Uma questão central para David era que a instabilidade política dos países influenciava diretamente a entrada de capitais estrangeiros. Como mostra a pesquisa de Spohr, Rockefeller entendia que o maior problema para entrada de capitais norte-americanos nos países da América Latina seria, como ele mesmo disse em um seminário no Brasil em 1962, “a barreira existente nas mentes e emoções de quem precisa de investimento forçando mais. Porque eles erroneamente tendem a compará-lo com o colonialismo”.<sup>320</sup>

Como podemos ver em um artigo de David na revista *Foreign Affairs* em 1966, Rockefeller considerava que era a propaganda comunista o que fermentava, na América Latina, esse “preconceito” com os investidores americanos. Isso tornava maior a responsabilidade política e ideológica das empresas estadunidenses – que se tornou seu grande objetivo político (ROCKFELLER, 1966: 404).

Segundo o pesquisador Vicente Gil da Silva,

Assim que assumiu o governo, Lyndon Johnson reafirmou o interesse da administração em continuar cooperando com esse grupo de empresários: As visões pessoais do presidente traziam bons presságios para tal cooperação: homens que construíram sua própria fortuna com frequência têm um respeito maior pela iniciativa privada do que aqueles que a herdaram. Também era promissora a nomeação de Thomas Mann como secretário de Estado adjunto para a América Latina: Mann era um pragmático e não um ideólogo, em questões econômicas e políticas.<sup>888</sup> O Business Group [BGLA] rapidamente demonstrou sua confiança em Mann, informando esse apoio ao presidente Johnson. Uma das primeiras iniciativas do secretário Mann para afinar o diálogo entre governo e iniciativa privada foi fazer com que o Business Group [BGLA] estabelecesse pequenos subcomitês correspondentes às nove subdivisões da divisão latino-americana do Departamento de Estado (...). Mann gerenciava sua divisão de maneira descentralizada, atribuindo responsabilidades aos oficiais individualmente encarregados da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, etc. Assim, através dos subcomitês do Business Group, os empresários tinham a oportunidade de trocar ideias e recomendações com os oficiais do Departamento de Estado e da AID [Agency for International Development] envolvidos com as questões rotineiras das América Latina. Esses diálogos deram mais conteúdo às discussões políticas necessariamente mais genéricas realizadas entre os oficiais de alto escalão da administração [Johnson] e o Business Group como um todo. O palco estava então preparado para que ocorresse uma síntese dos papéis exercidos pelo setor privado norte-americano e pelo governo dos

---

<sup>320</sup> SPOHR, “*American way of business*”, *op. cit.*, p. 147. Participaram do seminário, realizado na Universidade da Bahia, intitulado “Conferência sobre as Tensões do Desenvolvimento do Hemisfério Ocidental” figuras como Roberto Campos e Lincoln Gordon.

Estados Unidos na América Latina. Ambas as partes tinham concluído que não poderiam trabalhar sozinhas nem em oposição uma a outra, e que deveriam atuar como dois braços (twin arms) dos interesses estadunidenses e latino-americanos. O processo de cooperação entre governo e empresários levaria um longo tempo para ser mais bem desenvolvido e refinado: as partes tinham diferentes temperamentos, prioridades e linguagens; (...) mas o mais importante era que os empresários e o governo tinham concordado em concordar, no máximo que pudessem, e nos maiores níveis, de ambos os lados [...] O passo seguinte era organizar e unir os diferentes grupos da comunidade empresarial norte-americana com interesses na América Latina. No final de 1964, os empresários, segundo Hobbing (1970) estavam prontos “para serem vistos e ouvidos em conjunto novamente”: (...) eles já tinham realizado experiências suficientes no campo da ação cívica, estando convencidos da sua importância e familiarizados com suas técnicas. Seus instintos de organização gerencial lhes diziam que as ineficiências e as duplicações inevitáveis do estágio experimental deveriam ser eliminadas e os projetos de ações cívicas deveriam ser adequadamente coordenados. (...) É importante observar que o governo dos Estados Unidos teve uma grande participação, mesmo que indireta, no movimento de unificação da comunidade empresarial que ocorreu em 1964. A Aliança para o Progresso, apesar de todos os seus problemas e imperfeições, tinha criado o mecanismo intergovernamental e o espírito internacional que deixou os líderes, públicos e privados, dos norte-americanos, mais próximos do que já tinham estado em qualquer outro momento. (...) O interesse e a ação do governo dos Estados Unidos foi o que, mais do que qualquer outra coisa, deu à América Latina um senso de unidade. E isso serviu para a comunidade empresarial também. (...) a unidade do setor privado era dependente das preocupações e liderança norte-americanas. Assim, não surpreendeu que a unificação da comunidade empresarial fosse liderada por dois norteamericanos, George S. Moore, presidente do First National City Bank of New York, e David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank. Em 1964, Moore assumiu a presidência do CICYP (Conselho Interamericano de Comércio e Produção), a organização que acolhia os empresários de todo o hemisfério, com seções em quase todos os países da região.<sup>321</sup>

### 2.3. A GRANDE FUSÃO: A ATUAÇÃO EMPRESARIAL ESTADUNIDENSE NA ALPRO E O NASCIMENTO DO CONSELHO DAS AMÉRICAS

Em 06 de fevereiro de 1965, a seguinte manchete era encontrada no *New York Times*: “Bankers announce the Merger of 3 Latin American Aid Units; BANKERS REPORT AID UNITS MERGE”. A matéria seria lida no mês seguinte no Congresso americano pelo senador republicano por Nova York Jacob Javits.

No dia 1 de março de 1965, Javits anunciava perante seus colegas no Parlamento a formação do CLA, cujo propósito seria “coordenar e fortalecer as relações econômicas,

---

<sup>321</sup> SILVA, Vicente Gil. Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964). Tese de Doutorado em História, Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ, 2020, p. 535-539.

comunitárias e culturais dentro do Hemisfério Ocidental”. Fruto da união de três organizações, o senhor Javits destacava que a nova entidade ajudaria a fortalecer os negócios em um campo mais amplo de atividade, como o “cultural” e o “comunitário”, que seriam “essenciais para a criação de uma atmosfera favorável para o crescimento de um setor privado viável na América Latina”. Ele pede para ser incluso nos Anais do Senado, além da supracitada reportagem, o *release* oficial do CLA – seria o primeiro de muitos – intitulado: “US Business Organizations for Latin America Announce merger aimed at improving hemisphere relations” (“Fusão de organizações empresariais estadunidenses para a América Latina pretende melhorar as relações hemisféricas”).

O Conselho para a América Latina, como seria chamado, abrangeria cerca de 176 corporações estadunidenses, e seria dirigido por David Rockefeller, presidente do *Chase Manhattan Bank*. Ele era o resultado da fusão, na verdade, entre três organizações: o *Business Group for Latin America* (BGLA), formada em 1964 por executivos americanos também sob a liderança de David Rockefeller, e servia como um órgão de informação para o governo americano e outros interessados em América Latina; o *Latin American Information Committee* (LAIC), voltado para “atividades educacionais e culturais” na América Latina; e o United States Inter-American Council (órgão criado em 1943 por corporações estadunidenses com interesse na América Latina, e que representava os EUA no CICYP [*Consejo Interamericano de Comercio y Producción*], então presidido por George S. Moore), que era decorrente da OCIAA (*Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*).

Segundo o pesquisador Vicente Gil da Silva,

em agosto de 1940, o governo dos Estados Unidos decidiu criar uma agência para trabalhar com as questões interamericanas. Ela foi instituída por meio de uma ordem executiva do Conselho de Defesa Nacional (Council of National Defense), como um órgão a ele subordinado. Inicialmente denominada Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics, foi posteriormente conhecida como Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA) ou Office of Inter-American Affairs (OIAA). Seu diretor, que seria chamado de Coordinator, era instruído a cooperar com o Departamento de Estado, mas tinha relação direta com o presidente, a quem deveria enviar relatórios e recomendações. O cargo acabou sendo ocupado por Nelson Rockefeller”.<sup>322</sup>

A fusão teria sido negociada pelos três grupos por vários meses. O primeiro passo formal teria sido no encontro anual de membros do USIAC em dezembro de 1964, quando a fusão teria sido votada, David Rockefeller teria sido eleito presidente do organismo

---

<sup>322</sup> SILVA, *op. cit.*, p. 187.

(sucendo John D. J. Moore, vice-presidente da W.R. Grace & Co), e foi ratificada pelo LAIC e pelo BGLA em reuniões em Nova York no dia anterior ao *release*.

No anúncio público da criação da organização, David Rockefeller teria destacado que pela primeira vez haveria um único órgão unificado preocupado somente com a América Latina, “um centro para levantamento e alocação de fundos; um centro para consulta junto ao governo e a organizações internacionais”. Haveria muitas pessoas, na América Latina, entre empresários e dentro do governo, que ansiavam por um grupo privado unificado com o qual trabalhar. Em áreas nas quais os três grupos atuavam separadamente, agora poderia haver uma ação unificada e coordenada. John Gallagher, da Sears, Roebuck & Co., fora eleito vice-presidente, enquanto Enno Hobbing e John T. Smithies seus vice-presidentes executivos, sendo o primeiro responsável pelos programas de relações comunitárias e educação, e o segundo, encarregado da administração e das relações públicas do conselho.

O artigo do *New York Times* destacou que o anúncio foi feito por dois banqueiros: David Rockefeller e George S. Moore, então presidente do *First National Bank*, que declarou que “tem havido crescimento [econômico] real na América Latina no ultimo ano, mesmo no Brasil, com uma taxa de inflação de 100%, teve um crescimento líquido de 1%”.<sup>323</sup>

David Rockefeller havia voltado de uma viagem para vários países latino-americanos (entre eles, Peru, Colômbia e Chile), após, segundo ele, sete anos sem visitar a região, e disse que encontrou progressos e uma atitude muito amigável frente aos EUA. Ele mencionou particularmente o governo de Eduardo Frei no Chile, que prometeu tomar medidas para controlar a inflação, e com a perspectiva de abrir a indústria do cobre para o setor privado em um futuro próximo.

Pelas declarações de Rockefeller, percebe-se tanto o anti-comunismo, que embasa o tom de ameaça que subjaz à sua convocatória aos colegas empresários, quanto que a necessidade de intervir na ALPRO tinha que ver basicamente com a “venda” de um conceito e de uma ideologia: a da livre iniciativa, do mundo livre. O governo americano não estaria fazendo o seu papel ideológico, daí a necessidade de tal intervenção? Ou a participação empresarial direta seria em si mesma um exemplo de que o setor privado, e não o governo, são a grande solução para os problemas de uma sociedade e a chave para o tão almejado crescimento econômico? Talvez ambas coisas passassem pela cabeça de Rockefeller e seus

---

<sup>323</sup> *New York Times*, “Business announce the merger of 3 latin american AID units; bankers report AID units merge”, 06 de fevereiro de 1965. Disponível a assinantes em: <https://www.nytimes.com/1965/02/06/archives/bankers-announce-the-merger-of-3-latin-american-aid-units-bankers.html>.

colegas do BGLA, porém o que importa é que as relações de suas entidades empresariais com o governo, em especial após a fundação do CLA, eram bastante próximas.

Em suas Memórias, David Rockefeller dedica vários parágrafos para falar sobre a criação do BGLA e sobre as relações com os presidentes Kennedy e Johnson, bem como sobre a participação empresarial na ALPRO (de acordo com a sua versão da história, claro). Escreveu David:

O anúncio do presidente Kennedy da Aliança para o progresso no início de 1961 encontrou uma reação entusiástica em todo o hemisfério. O propósito básico da Aliança – “reunir a energia dos povos e dos governos das repúblicas americanas em um grande esforço de cooperação para acelerar o desenvolvimento social e econômico dos países participantes na América Latina”. Dei forte apoio à iniciativa do presidente, não menos porque isso significava que seria uma resposta enérgica à ameaça representada pelo regime marxista de Castro em Cuba e a subversão comunista em outras partes do hemisfério. Contudo, achei que, para ser bem-sucedida, a Aliança precisava ser uma parceria entre os setores privado, enquanto os arquitetos americanos possuíam uma preferência nítida pelo desenvolvimento econômico dirigido pelo Estado. Eles pressupuseram que as nações da América Latina teriam de alcançar o estágio “auto-sustentado” de crescimento econômico antes que qualquer coisa acontecesse, e a forma mais rápida de chegar a resultados era colocar o governo no controle”.<sup>324</sup>

Com a vantagem de quem sabe o fim da história e obviamente com a intenção de ressaltar a própria atuação, Rockefeller escreveu, sobre como os governos latino-americanos inicialmente responderam à iniciativa da ALPRO, entendida como um “Plano Marshall para a América Latina”:

A grande maioria dos líderes político latino-americanos era simpática a esta abordagem. Os presidentes e primeiros-ministros que compareceram à reunião organizacional da Aliança para o Progresso em Punta Del Este, no Uruguai, em agosto de 1961, ansiosamente adotaram a proposta de Kennedy e a promessa de uma significativa ajuda americana. A única exceção foi meu velho amigo da *London School of Economics*, o premier Pedro Beltrán do Peru.<sup>325</sup>

---

<sup>324</sup> ROCKEFELLER, *Memórias...* p. 454-5.

<sup>325</sup> Segundo Rockefeller, Pedro Beltrán teria pressionado “com prudência diplomática, para ser exato” – por um papel mais forte do setor privado e pela eliminação de restrições sobre o comércio exterior e investimentos impostas por governos latino-americanos, mas teria sido ignorado e as nações do hemisfério, “instadas pelos ‘novos homens da fronteira’ em Washington, apressaram-se a implementar o Plano Marshall para a América Latina”. ROCKEFELLER, *Memórias...* p. 455. O economista e jornalista Pedro Beltrán Espantoso ocupou, entre julho de 1959 e novembro de 1961, os cargos de Presidente do Conselho de Ministros e o cargo de Ministro da Fazenda e do Comércio, no Peru, sob o presidente Manuel Prado Ugarteche. Antes, havia sido presidente da *Sociedad Nacional Agrária* e da *Sociedad Interamericana de Prensa* (1964), tendo ficado conhecido como diretor do diário *La Prensa*. Foi Embaixador do Peru em Washington em 1944. Ver: GUPTE, Pranay. “Pedro Beltrán, 81, ex-prime minister of Peru, dies”. *New York Times*, 18 de fevereiro de 1979. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1979/02/18/archives/pedro-beltran-81-exprime-minister-of-peru-dies-a-nonconformist.html>;

Segue a narrativa de David sobre a ALPRO:

A administração Kennedy, em um esforço para mobilizar a comunidade de negócios em apoio à Aliança e para impedir as críticas do setor privado, criou o Comitê de Comércio para a APLRO (COMAP), sob a liderança do secretário de comércio Luther Hodges. R. Peter Grace, CEO da W. R. Grace and Company e há muito um incentivador da América Latina, foi nomeado presidente, e eu fui um dos cerca de 24 homens de negócios nomeados para o conselho. [...]

Apesar de um imenso esforço de relações públicas, o entusiasmo pela Aliança logo esfriou, e no início de 1962 o pedido do presidente Kennedy ao Congresso de uma verba de 1 bilhão de dólares para financiar programas da Aliança foi cortado pela metade. Em uma tentativa de conseguir apoio, Peter Grace escreveu um belicoso relatório de 140 páginas em nome do COMAP criticando o Congresso e pedindo uma ajuda de US\$ 2,5 bilhões.

David achou que Peter estava exagerando em sua maneira de agir; e junto a Walter Wriston, do *City Bank*, e Emilio Colado, da Standard Oil, também membros do COMAP, redigiu uma declaração de dissensão em relação à posição de Peter, mas pedindo uma reavaliação da ALPRO. Foi assim, agindo em um papel de “mediação”, após o relatório que classificou como “belicoso”, de Peter Grace, que David e seus outros dois colegas conseguiram uma maior influência empresarial na ALPRO. Neste novo documento, escrito a seis mãos, segundo David,

Sugerimos uma reorientação básica do foco da Aliança, ressaltando o papel do ‘investimento e das empresas privadas’ e colocando ‘uma ênfase primária na melhoria do ambiente geral de negócios como um pré-requisito para o desenvolvimento social e a reforma’. Insistimos com os governos de todo o hemisfério para retirar os controles de câmbio estrangeiro, abrandar a inflação e o déficit orçamentário e ‘remover a rede de outros controles, que restringem as empresas e sustentam monopólios locais a um alto custo.

Em conclusão, afirmamos que a livre empresa deve se tornar a base do crescimento econômico real na América latina, e que os ‘Estados Unidos devem mudar seu papel: em vez de enfatizar paliativos econômicos de curto prazo, combinados com recomendações para examinar as reformas econômicas e sociais, deve dar maior destaque às metas de longo prazo para a criação de um ambiente em que a liberdade do mercado seja reconhecida para o que ela se presta – um pilar importante das sociedades livres e prósperas’. Nosso desafio direto à política oficial americana foi criticado claramente na América Latina como uma afronta à soberania nacional e uma cobertura para a penetração econômica dos EUA na região”.<sup>326</sup>

Tratava-se de uma reorientação política de grande significância: de um programa de assistência entre governos de diferentes países, a ALPRO se converteria em um instrumento de chantagem do capital estadunidense sobre os governos latino-americanos, de maneira a vincular a assistência a uma série de requisitos de enorme relevância política e econômica em

<sup>326</sup> ROCKEFELLER, *Memórias...* p. 456.

seus países, como retirar controles, promover aquilo que nos dias de hoje chamaríamos de “ajuste fiscal” para debelar a inflação e equilibrar o orçamento, e remoção de praticamente todos os controles impostos por tais governos a capitais estrangeiros. Isso, segundo David, era um “desafio direto” à política do governo estadunidense, e, como não poderia ser diferente, teve péssima repercussão entre latino-americanos.

Dentre as três organizações, aquela que tinha um perfil mais próximo daquele que seria o CLA era certamente o BGLA, entidade que não era desconhecida nem da imprensa nem do Congresso. No *New York Times*, em 24 de setembro de 1964, uma matéria sobre “livre empresa” entrevistava David Rockefeller, que estaria “avisando” ou “aletando” os empresários americanos que ao menos que passassem a apoiar firmemente a “venda da livre empresa” (“selling free enterprise”) para a América Latina, “estaremos em grave perigo de perder nossos investimentos, nossos mercados e nossos amigos e aliados em um setor crítico do mundo”, teria dito Rockefeller.<sup>327</sup>

O banqueiro teria falado, sobre a Aliança para o Progresso, que ela não poderia mais depender somente do governo”, e que, então, aos empresários foi jogado um papel novo e vital. “Cada companhia individual, operando na América Latina ou comercializando com a América Latina, deve identificar a si mesmo como um fator positivo no desenvolvimento econômico da região”, afirmou ao NYT.<sup>328</sup> “Em alguns casos, ele disse, isso pode significar adaptar-se à ênfase latino-americana em possibilitar maior número de acionistas locais”, dizia a reportagem a partir das declarações feitas em um encontro financeiro.<sup>329</sup> A matéria terminava afirmando que Rockefeller liderava um “grupo empresarial para a América Latina o qual atua como um órgão assessor para *policy-makers* governamentais em problemas hemisféricos” – referindo-se explicitamente ao BGLA.<sup>330</sup>

Em suas Memórias, David escreve que “O BGLA foi formado em 15 de outubro de 1963, com membros do COMAP e “líderes de outros grupos de negócios dos EUA que se voltavam para a América Latina”. Em uma nota de rodapé, David Rockefeller escreve:

---

<sup>327</sup> No original: “we stand in grave danger of losing our investments, our markets and our friends and allies in a critical sector of the world”. *The New York Times*. “Business urged to aid Latin’s Free Enterprise”. 24 de setembro de 1964.

<sup>328</sup> No original: “Each individual company, operating in Latin America or trading with Latin America, must identify itself as a positive factor in the region’s economic development”. *The New York Times*. “Business urged to aid Latin’s Free Enterprise”. 24 de setembro de 1964.

<sup>329</sup> “In some cases, he said, this may mean adapting to the growing Latin-American emphasis on greater stock ownership for local citizens”. *The New York Times*. “Business urged to aid Latin’s Free Enterprise”. 24 de setembro de 1964.

<sup>330</sup> “He heads the business group for Latin America which acts as an advisory body for government policy-makers on hemisphere problems”. *The New York Times*. “Business urged to aid Latin’s Free Enterprise”. 24 de setembro de 1964.

O BGLA tornou-se o Conselho da América Latina em fevereiro de 1965, quando formalmente nos fundimos com a Comissão de Informação da América Latina (LAIC) e o Conselho Interamericano dos EUA. Em 1970, mudamos o nome para Conselho das Américas”.<sup>331</sup>

Em 19 de novembro de 1963, segundo as *Memórias* de David, uma reunião foi agendada com o presidente Kennedy, e o Rockefeller afirma que, nesse encontro, o presidente demonstrava estar pronto para “contemplar mudanças reais em sua política para a América Latina”. Mas, assassinado três dias depois, tudo teria sido “interrompido”, e a promessa da (nova) ALPRO, chegou a um fim.<sup>332</sup>

Segundo consta nas *Memórias* de David, a Casa Branca de Johnson estava “preocupada demais com o Combate à Pobreza e a guerra do Vietnã”, “perdendo o interesse pela América Latina”, apesar dos “melhores esforços” de gente como Thomas Mann, o “hábil” secretário-assistente para a América Latina do governo.

Com a América Latina relegada a um segundo plano em Washington, restou-me recorrer ao setor privado. Em 1965, assumi a presidência do Conselho das Américas e de seu novo adjunto cultural, o Centro de Relações Interamericanas (CIAR). O Conselho teria como meta principal fortalecer o envolvimento do setor privado dos EUA na América Latina e tentaria ampliar a consciência pública nos Estados Unidos sobre a rica herança cultural latino-americana. [...]

Desde o início, o quadro de membros do conselho incluía muitas das maiores e mais importantes corporações americanas, representando cerca de 90% do investimento americano na América Latina. Por causa disso, o conselho rapidamente se impôs como um participante essencial no debate contínuo sobre a política americana para a América Latina. [...]

O CIAR, por sua vez, apresentou aos nova-iorquinos e a outros americanos a diversidade, a beleza e a sofisticação dos artistas, músicos e escritores latino-americanos. Entre outras atividades, o Ciar patrocinou a primeira individual de Fernando Botero em Nova York, o grande pintor colombiano; patrocinou o primeiro leilão em Nova York de arte latino-americana na Sotheby's, que inspirou a Sotheby's e a Christie's começarem seus próprios leilões de arte latino-americana; subsidiou a tradução para o inglês de grandes escritores latinos, inclusive do poderoso *Cem anos de solidão* de Gabriel García Márquez; e publicou a revista *Review*, uma publicação trimestral de literatura que por 25 anos levou escritores latinos de destaque mas pouco conhecidos, à atenção do público americano.”<sup>333</sup>

Pela narrativa embelezadora de David Rockefeller, sua benfeitoria cultural em relação à arte latino-americana (sem mencionar propósito de lucro) teria sido arduamente feita apesar do desinteresse de muita gente. Entretanto, o que podemos ler nas entrelinhas é que o projeto

<sup>331</sup> ROCKEFELLER, *Memórias*... p. 456.

<sup>332</sup> Segundo David Rockefeller, “Na verdade, o governo Kennedy já havia mudado sua ênfase no final de 1963 e estava insistindo com os países latino-americanos para modificarem suas políticas protecionistas”. *Ibid.*, p. 457.

<sup>333</sup> *Ibid.*, p. 458-9.

de David, coletando todo tipo de arte da América Latina e leiloando nos Estados Unidos, era basicamente uma forma inovadora de expropriação revestida de filantropia.

David Rockefeller tomou para si a tarefa do Conselho das Américas e do CIAR, a começar pelo financiamento de ambos e os arranjos para conseguir uma sede para ambas entidades. O que segue agora é a história, contada por David como fruto de um “golpe de sorte”, de como foram conseguidas as sedes dessas entidades – narrativa na qual se percebe que a diferença central entre David e outros ricos de longa data nos Estados Unidos foi a forma com a qual ele soube utilizar suas relações familiares e a herança familiar para financiar seu ativismo empresarial/político.

Em 1965, o conselho e o Ciar adquiriram uma sede permanente no *Upper East Side* de Nova York através de um belo golpe de sorte. Nossa benfeitora foi Margaret de Cuevas, filha de minha tia Bessie Rockefeller. Bessie morreu em 1906 quando Margaret tinha apenas 8 anos, e ela foi criada na Europa por governantas, com pouca supervisão de seu pai ou de outros membros da família. [...] Embora ela fosse quase inte anos mais velha que eu, tornamos bons amigos. [...] Margaret possuía uma casa em Nova York, na East 68th Street, perto do Conselho de Relações Exteriores, mas a visitava com pouca frequência.

Quando procurávamos uma sede para o Ciar e o conselho, soube que Margaret acabara de comprar a bela mansão da 68th Street, em frente a sua casa, para evitar que fosse demolida e substituída por um prédio de apartamentos que teria bloqueado sua luz. Tinha certeza de que ela não precisava de outra casa, então perguntei-lhe se estaria disposta a doar a propriedade ao Ciar. Uma vez que George, que morrera em 1962, era chileno de nascimento, eu esperava que ela tivesse uma opinião favorável a respeito de uma organização dedicada a melhorar as relações com a América Latina. Depois de alguma hesitação, ela concordou com a doação”. p. 460 Levantamos US\$ 1,5 milhão – um terço doado por mim – para reformar a casa e incorporar uma pequena galeria no térreo, onde obras históricas e contemporâneas de arte latina pudessem ser expostas pela primeira vez em Nova York.”<sup>334</sup>

David Rockefeller, como ele mesmo brinca em suas *Memórias*, agia como um diplomata à paisana, sempre informando o governo de suas atividades, destacando, claro, sua relevância para o interesse nacional, e às vezes pedia aprovação oficial direta do presidente para ações do CLA. Distinguir, portanto, o que é a política diplomática oficial e essa diplomacia privada pregada e exercida por Rockefeller se torna virtualmente impossível.

Em 10 de setembro de 1965, uma carta de David Rockefeller ao presidente Lyndon Johnson, declarava que o CLA apoiava os objetivos da ALPRO, definidos como: a “extensão, através do hemisfério, de um clima viável e durável para a liberdade política, econômica e social” (“extension, throughout this hemisphere, of a viable and enduring climate for political,

<sup>334</sup> *Ibid.*, p. 459-460.

economic and social freedom”). Rockefeller, assim, ao mesmo tempo em que garantia ao presidente que o CLA estava agindo em acordo e apoio com a política oficial da ALPRO, também definia os termos da mesma, demarcando um objetivo ideológico de longo prazo.

Os empresários das Américas, declarava David a Johnson, teriam cooperado uns com os outros e com agências governamentais e inter-governamentais em um planejamento conjunto, no estabelecimento de metas, e em “reformular as práticas públicas e privadas” (“reforming public and private practices”):

Conforme essas reformas criam raízes na América Latina, os empresários americanos responderam com ascendentes níveis de investimento, com maior e mais amplo reinvestimentos, e com intensificada assistência técnica e administrativa para o setor privado na América Latina. Esses esforços cooperativos começam a produzir resultados apreciáveis. A estabilidade monetária e fiscal melhorou perceptivelmente. A produtividade está aumentando. As rendas nacionais estão crescendo, na media, e sendo melhor distribuídas. Os investimentos de capital social estão se expandindo”.<sup>335</sup>

Na agenda, estariam problemas como a “expansão de mercados” e a “integração econômica crescente dentro da América Latina”, a “expansão do comércio” e a “estabilização de preços das exportações de *commodities*”, o “desenvolvimento dos sistemas rodoviários e aquaviários”, o “desenvolvimento continental de indústrias fundamentais como de fertilizantes e pesticidas”, e “diversificação de indústrias baseadas na agricultura”; além de uma “expansão mais rápida da moradia urbana e rural”. Tratava-se de um programa completo de relativamente preparado de maneira a atender necessidades sociais de fato presentes na América Latina da época, como também uma forma de atender a diversas frações da burguesia estadunidense, que, se pressupunha, deveriam atuar exatamente nessas áreas.

A curta e elegante resposta de Johnson, datada de 18 de setembro de 1965, não tinha nenhum “porém”: enfatizava que compartilhava a visão de que o setor privado desempenhava um importante papel na ALPRO, e agradecia pela liderança de David e seus colegas nesse esforço.

Desde o princípio, portanto, fica claro que o CLA já conta com representantes no Congresso para soltar seus releases e apoiar as políticas que a entidade defende; e tinha uma comunicação direta com a Presidência, com maior ou menor simpatia nessa relação, através de cartas assinadas pelo próprio “diplomata não-oficial” David Rockefeller ou outros membros do CLA. Ambas conexões se consolidaram no tempo, conforme veremos ao longo dessa tese.

---

<sup>335</sup> COUNCIL FOR LATIN AMERICA. Carta de David Rockefeller a Lyndon Johnson, 10 de setembro de 1965. Disponível no site *Opening the Archives* da Brown University.

## 2.4. AS PRIMEIRAS AÇÕES DO CLA NA AMÉRICA LATINA (ABRIL-OUTUBRO DE 1965)

É no primeiro relatório formal do CLA, datado de outubro de 1965, e que pode ser encontrado no fundo do IPES do Arquivo Nacional, que encontramos uma lista daquelas iniciativas já criadas ou apoiadas pela entidade: o primeiro relatório tinha que já mostrar algum resultado interessante para os empresários que apoiaram a formação e estavam abrindo suas carteiras para esse fundo.

O relatório de 1965 do *Council for Latin America* trazia um resumo das atividades realizadas pelo conselho desde abril. O primeiro relatório do CLA dizia que seu propósito era informar seus membros das atividades desenvolvidas pela entidade na América Latina, mas que não havia o propósito de constituir uma publicação regular, mas sim “de acordo com as necessidades”.

Ele seria apresentado e discutido em um encontro do *Council* em 08 de outubro, no Sheraton-Blackstone Hotel, na cidade de Chicago, onde os membros veriam pela primeira vez o novo filme do conselho, “Let’s set the Record Straight”, a cargo de um sub-“comitê filmográfico”. O curta tinha por finalidade analisar supostos “problemas enfrentados pelas empresas privadas em apresentar uma imagem apropriada na América Latina”; e, claro, sugerindo soluções para dito problema.<sup>336</sup>

O convidado especial deste encontro era o chileno Carlos Urenda, advogado e membro do *Instituto Privado de Investigaciones Económicas y Sociales* (IPIES)<sup>337</sup> que apresentaria uma palestra intitulada “Selling the concept of private enterprise” (“Vendendo o conceito da empresa privada”).<sup>338</sup>

<sup>336</sup> Ainda não encontramos tal peça publicitária.

<sup>337</sup> O IPIES foi criado em 8 de novembro de 1961, no governo Alessandri, com o suposto objetivo, de acordo com seus estatutos, de "realização, promoção e divulgação de pesquisas e estudos relacionados aos problemas econômicos e sociais do momento, com orientação e independente de qualquer influência política, religiosa ou de qualquer ordem ". Sua primeira diretoria foi composta por Sergio Vergara Vergara, Eugenio Heiremans Despouy, Gustavo Ross Ossa, Carlos Urenda Zegers, Walter Siebel Jensen, Enrique Nieto Matta, Joaquín García Navero, Raúl de la Fuente Martínez e Juan Enrique Wilson, todos homens de negócios e homens. da primeira importância do setor financeiro no Chile. O corpo de expressão do "Instituto de Pesquisa Econômica e Social" é a revista "Idea", de circulação privada. Fonte: Biblioteca del Congreso Nacional de Chile/BCN, Labor Parlamentaria. Disponível em: <<https://www.bcn.cl/laborparlamentaria/wsgi/consulta/verLaborParlamentariaPantallaCompleta.py?id=1553>>. Acesso em: 30.01.2020.

<sup>338</sup> Carlos Urenda Zeger, nascido em Viña del Mar em 1916, é filho do proeminente legista Carlos Urenda Trigo. Nos anos 1960, fundou o escritório de advocacia Urenda, Rencoret, Orrego e Dörr, após uma carreira na indústria do sal e no direito comercial. Ele ficou conhecido por assessorar grandes empresas como Edwards Bank, Minera Escondida, General Motors e El Mercurio. EJU.TV. “Chile: A los 96 años

No encontro, os cinco principais comitês do *Council* apresentariam os resultados de suas atividades, e o vice-presidente John F. Gallagher presidiria o encontro e apresentaria o relatório do Comitê de Finanças e de membros. Nos últimos seis meses, relatava-se, importantes companhias haviam aderido ao CLA: Bethlehem Steel Corporation; Canadian International Power Company; Chrysler Corporation; Eaton Manufacturing Company; Hoover Company; Reynolds Metals Company; Whirlpool Corporation e Xerox Corporation.

O encarregado do “Comitê de Relações Comunitárias” (*Community Relations Committee*), Enno Hobbing, apresentaria em seguida seu relatório; A. Thomas Taylor descreveria o trabalho do “Comitê de Contato com Governos e Organizações Internacionais Públicas” (*Committee on Liaison with Government and Public International Organizations*); e George S. Moore apresentaria um relatório sobre os progressos do “Comitê de Contato com Organizações Internacionais Privadas” (*Committee on Liaison with Private International Organizations*). Pode-se vislumbrar aqui esta que foi a primeira divisão de tarefas dentro do Conselho.

Em seguida, o relatório trazia um resumo sobre os avanços das atividades do conselho em diversos países, começando pelo Brasil.

O relatório anunciava que devido à “crescente importância do Brasil”, o CLA estava ajudando os empresários americanos ali a “engajar pessoal profissional para suas relações públicas” e programas comunitários, ampliando o “substancial trabalho” já feito por empresários americanos no país e pelas organizações predecessoras do CLA. O Conselho decidiu incremental o *staff* profissional *full-time* para atividades de relações comunitárias e relações públicas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O CLA relatava ter concordado em pagar parte do salário de Fred Raborg, um executivo da Westinghouse, que serviria como chefe de equipe do Fundo de Ação Social (FAS). O Conselho planejava enviar um membro de seu próprio *staff*, Richard K. Lorden, para trabalhar no Brasil, oferecendo seus serviços à Câmara Americana de Comércio e “outras organizações empresariais no Brasil”.

O relatório mencionava um estudo feito por um especialista de uma companhia filiada que teria sido feito com base em entrevistas com executivos americanos importantes no

---

falleció el conocido abogado Carlos Urenda Zegers”. Disponível em: <<http://eju.tv/2013/02/chile-a-los-96-aos-falleci-el-conocido-abogado-carlos-urenda-zegers/>>. Acesso em: 30.01.2020. Empresas de sua propriedade: Cia. de Acero del Pacífico S. A., Cia. Salitrera Anglo-Lautaro, Cia. Industrial, Cia. de Seguros La Chilena Consolidada S. A., Petro-Dow S. A., Industrias de Rayón Rayonhil S. A., Empresa Nacional de Construcciones S. A. .. Editorial Lord Cochrane S. A., Financiera Deltec.Chile S. A., Cia. Minera Sagasca S. A. Fonte: Revista Punto Final, nº 61, 13.08.68., p. 2.

Brasil. Segundo tal estudo, era “bastante reconhecida a necessidade dos empresários se imporem mais claramente” e “identificar-se mais intimamente com as necessidades e aspirações do Brasil”. Essa necessidade não estaria sendo tratada devido ao fato de que tais executivos não dispunham de “pessoal profissional” suficiente, e também porque estavam eles mesmos ocupados demais com “**responsabilidades administrativas imediatas**”. “Quando o CLA ofereceu a disponibilizar o pessoal profissional necessário, a resposta dos executivos americanos tanto no Rio quanto em São Paulo foi excelente”.<sup>339</sup> Nosso grifo na Citação acima é para chamar atenção para a nitidez como esse conselho empresarial se propunha a mover os empresários locais a dedicarem tempo para tarefas que estavam para além de seus interesses, como diria Gramsci, “econômico-corporativos”.

O relatório mencionava o sucesso de filmes feitos por empresários americanos no Brasil como o “Sermão de Campinas” (“*Sermon of Campinas*”), que teria sido visto por 13 milhões de brasileiros; “O preço da vida” (“*The price of life*”), que teria demonstrado as “contribuições da indústria farmacêutica para a saúde e o bem-estar”; “*Forbidden Land*” (“Terra proibida”), que teria mostrado como o capital privado converteu uma área seca e árida do Nordeste em um “jardim de abundância”; e “*This is my life*” (“Esta é a minha vida”), uma “história real do progresso de um trabalhador atingiu sob a livre iniciativa”.

Segundo o relatório, as companhias estadunidenses teriam recebido por quatro anos apoio da *Inter-american University Foundation* que enviava anualmente 100 estudantes brasileiros, que pareciam ser “futuros líderes”, para os EUA por um mês, onde eles viviam com famílias estadunidenses em New England, recebiam duas semanas de instrução formal em Harvard, visitavam Washington e Nova York – programa que era classificado pela AID (*Agency for International Development*) e pela USIA (*United States Information Agency*), principais patrocinadoras, como o melhor do tipo no mundo.

No dia 30 de julho de 1965, com o apoio do CLA, 97 estudantes brasileiros teriam sido introduzidos ao “*big business*”, começando seu dia na Bolsa de Ações de Nova York, depois, através de Carl M. Mueller, da Loeb, Rhoads & Co, foram apresentados a jovens “*brokers*” promissores, almoçaram na cafeteria da IT&T na *Park Avenue* e na parte da tarde tiveram uma reunião informal para debater “os princípios e práticas da empresa privada” com Donald Kendall, presidente da Pepsi-Cola. A viagem incluiu uma viagem ao *Hall of Free*

---

<sup>339</sup> No original: “When CLA offered to help make the necessary professional personnel available, the response of the U.S. executives in both Rio and São Paulo was excellent”. COUNCIL FOR LATIN AMERICA. Carta de David Rockefeller a Lyndon Johnson, 10 de setembro de 1965. Disponível no site *Opening the Archives* da Brown University.

*Enterprise*, na *World's Fair*. Esses estudantes foram selecionados dentre 1500 candidatos de seis cidades, aos quais foram aplicados seis meses de preparação antes do teste final.

No Brasil, o CLA organizou e pagou por um *tour* dos cientistas políticos e pesquisadores de Nova York Jean McKee e Arthur Renander, especialistas em pesquisas de opinião pública e participação cidadã na política. As palestras teriam sido oferecidas no Centro Industrial no Rio, no Secretariado de Opinião Pública da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no Centro dos Engenheiros Democráticos em São Paulo e na Liga da Mulher Democrática em Belo Horizonte. O propósito seria de “ajudar os brasileiros a ampliar a base de sua democracia”. Isso seria um desenvolvimento de um projeto de 1964 do *Latin American Information Committee* (LAIC), absorvido no CLA, através do qual cinco “Líderes mulheres” brasileiras trabalharam como voluntárias em Nova York nas campanhas presidenciais dos partidos democrata e republicano.

O CLA também teria apoiado um programa de ensino secundário para filhos de membros da Federação dos Trabalhadores Cristãos no Rio, cuja seleção seria preparada por trabalhadores, empregadores e membros da CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), com o propósito de “prestigiar sindicalistas democráticos e melhorar o entendimento entre o trabalho, a administração e as mulheres de mentalidade cívica”.<sup>340</sup>

Percebemos aqui que o CLA menciona vários braços do IPES, mas não o menciona diretamente. Não está claro o porquê disto, porque a essa altura o IPES já funcionava de maneira mais aberta, sem mais tantas cautelas como nos idos de 1961 a 1964, quando estava sendo gestado um golpe militar no Brasil. Podemos trabalhar com a hipótese de que ainda assim o IPES e o CLA concordaram em não associar explicitamente a primeira entidade a uma fonte de possível financiamento privado do exterior. Isso seria do interesse de ambas entidades: o IPES não apareceria como tão ligado ao capital estadunidense, e o CLA não se “queimava” ligando seu nome a um órgão que não apenas fomentou o golpe, como elaborou as principais políticas públicas que estavam sendo implementadas já sob regime ditatorial, sob o governo Castello Branco.

Arranjos foram feitos para uma doação da *American Society* (não encontramos outras menções a dita entidade) do Rio de Janeiro para a construção de um centro comunitário para educação cívica e vocacional na Rocinha, com o propósito de “demonstrar o apoio do

---

<sup>340</sup> No original, “to give prestige to democratic unionists and to improve understanding between labor, management and civic-minded women”. COUNCIL FOR LATIN AMERICA. Carta de David Rockefeller a Lyndon Johnson, 10 de setembro de 1965. Disponível no site *Opening the Archives* da Brown University.

empresário americano para a classe média do futuro” (“to demonstrate U.S. business support for the middle class of the future”). Um acordo foi feito com o SIB, segundo o qual, enquanto o SIB ajudaria a distribuir os materiais de rádio e imprensa do CLA, o CLA distribuiria materiais do SIB em países de língua espanhola.

O relatório anunciava a contratação do economista de Harvard Kenneth Swanberg para melhorar a produção agrícola e desenvolver uma pequena indústria na área de Sumapaz, na Colômbia, que havia “superado” um histórico de “turbulência” e cuja experiência de “pacificação” estaria sendo estendida a outras áreas violentas do país. Isso seria um teste da “teoria do desenvolvimento do mercado nacional”, proposta por economistas. Tendo participado do projeto “Acción” na Venezuela, ele trabalharia na Colômbia junto a Ralph Leal, conselheiro da FEPRANAL (*Federación Nacional del Sector Privado para la Acción Comunal*).

O relatório dizia que, segundo a teoria do desenvolvimento do mercado nacional, existiria um enorme mercado na América Latina, principalmente nas áreas rurais; e de acordo com ela, se a produtividade e o comércio dos produtos agrícolas e da pequena indústria agrícola melhorasse, as populações rurais teriam maior poder de consumo dos produtos industriais urbanos. A tarefa essencial de Swanberg seria testar como a empresa privada poderia efetivamente “desenvolver esse mercado” dessa maneira. Era uma espécie de laboratório em menor escala.

A província de Sumapaz foi escolhida como a “escolha lógica” para ser o *locus* do teste porque, três anos antes, segundo o relatório, “militares colombianos resgataram a área do caos através de uma pequena limpeza das guerrilhas esquerdistas e bandidos que dominavam-na anteriormente” (“the colombian military rescued the área from chãos through a limited mop-up of the leftist guerillas and bandits who had previously dominated it”). No final de 1962, a FEPRANAL instalou-se ali para “prestar assistência” aos moradores de Sumapaz em forma de “organização cívica” e “*self-help*”, de forma a “criar uma coesão social e um espírito de auto-confiança democrática que pudesse imunizar a área contra possíveis apelos radicais posteriores” (“create a social cohesion and a spirit of democratic self-reliance that would immunize the area against further radical appeals”). Segundo o relatório, o trabalho da FEPRANAL teria sido exitoso em “pacificar” e tornar os moradores “confiantes” para melhorar seu próprio padrão de vida.

No país vizinho, o conselho relatava um progresso no trato com o movimento sindical. O presidente da Confederação Venezuelana do Trabalho, José González Navarro, com 1,5

milhão de trabalhadores filiados, representando, segundo o relatório, 82% da força de trabalho do país, foi o convidado de honra de um encontro da Câmara Americana de Comércio de Caracas, juntamente com outros líderes sindicais, inaugurando o primeiro encontro entre a Câmara e líderes sindicais. O senhor Navarro teria afirmado na ocasião que era favorável a uma “conciliação objetiva”, “desapaixonada” e “eqüidistante tanto dos sindicatos quanto dos patrões”, bem na linha do sindicalismo pelego que a AFL-CIO incentivava nos Estados Unidos.

Naquele ano, entre 23 e 27 de outubro, Caracas sediaria o 46º encontro anual do CICYP, que contaria com a participação de Alfred C. Neal, do CED, de representantes oficiais dos EUA, como Jack Hood Vaughn, secretário-assistente de Estado para a América Latina e T. Graydon Upton, vice-presidente executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além do senador americano Jacob K. Javits, como vimos acima, um senador estadunidense próximo a David Rockefeller. O tema do encontro seria “integração econômica”, “investimento de capital privado” e “responsabilidade social empresarial”.

No Peru, o avanço foi na área de estudos. A *Acción para el Desarrollo* (APD), uma associação de 130 executivos peruanos fundada em 1963 e liderada por Federico Costa Laurent, chegou a um acordo com o *Centro Peruano de Estudios y Documentación Económico Social*, e com a Fundação Friedrich Neumann, da Alemanha Ocidental, para lançar uma série de estudos sobre relações trabalhistas, produção alimentar e impostos no Peru. Os estudos seriam apresentados ao governo peruano e ao público como “a visão do setor privado” em importantes áreas da política econômica. Costa estaria particularmente interessado em assegurar a assistência de *experts* americanos nos estudos sobre impostos, no que contaria com o auxílio do CLA.

Desde sua fundação, a APD teria publicado estudos importantes, como “Diretrizes básicas para uma política econômica peruana”; outros com títulos mais diretos, como “Agitação operária: uma análise de suas causas”; entre outros, entregues aos ramos executivo e legislativo do governo, e alguns deles também divulgados em programas de TV, simpósios em universidades e escolas militares. O relatório afirmava que o CLA e seus predecessores trabalham com o APD desde seu início.

## 2.5. “RELAÇÕES PÚBLICAS”

O relatório trazia um sumário dos programas do Comitê de Relações Públicas (“*Public Affairs Committee*”), cujo propósito era “trabalhar com empresários americanos na América Latina para ajudar a apresentar uma melhor imagem para o público latino-americano” (“works with US business in Latin America to help it present a better image to Latin American publics”), por um lado, e por outro, “criar um melhor entendimento, dentro dos EUA do papel dos negócios na América Latina” (“create a better understanding, in the US, of the role of business in Latin America”). O comitê relatava tais atividades em seis pontos:

- 1. Trabalho com grupos empresariais americanos na América Latina:** contato contínuo com americanos ou bi-nacionais em 13 países; formação de novos grupos de empresários americanos, como em Costa Rica e em El Salvador, e em andamento na Bolívia e no Paraguai; assistência cotidiana para os grupos locais de dar ideia sobre novos grupos para projetos relativamente simples e baratos de modo a assistir os grupos estabelecidos com informações e recursos para as atividades maiores; e a realização de um *Private Enterprise Course*, um curso chamado *Bases Esenciales de la Empresa Libre* (BEDEL), desenvolvido por um membro do Conselho estabelecido na Argentina, e que estava então sendo aplicado pela Câmara Americana de Comércio no México e por um grupo de contato na Venezuela. A tradução de BEDEL teria sido completada em São Paulo para isso das Câmaras Americanas do Rio e de São Paulo.<sup>341</sup>
- 2. Trabalho com o CICYP e suas seções locais:** O CLA propôs ao CICYP o estabelecimento de comitês de relações públicas, cujo objetivo seria melhorar a coordenação entre a comunidade de negócios estadunidense representada no *Council* e as comunidades empresariais locais em cada país latino-americano em programas de “relações públicas locais”; e também estaria trabalhando com o CICYP rumo à formação de Conselhos de Propaganda (*Advertising Councils*) na América Latina. Seriam organizações privadas sem fins lucrativos, que canalizariam os talentos de publicitários e os recursos da mídia para programas conjuntos (os quais teriam se mostrado efetivos nos próprios Estados Unidos, no México, no Brasil e na Argentina). Dois estariam sendo lançados naquele momento: Chile e Panamá.

---

<sup>341</sup> Um curso de igual nome é ministrado até hoje pela Câmara de Comercio e Industria de El Salvador, e é descrito em seu site como “A través de una metodología propia involucra a los participantes en un rol empresarial, permitiéndoles conocer de mejor manera la operatividad de una empresa, dentro de un Sistema de Libre Empresa”. Disponível em <http://www.camarasal.com/nuestros-servicios/24-capacitaciones>. Acesso em: 18.11.2019.

- 3. Programas de abrangência ampla:** O CLA estaria realizando seminários de orientação sobre questões públicas para empresários americanos e latino-americanos na América Latina, cujo propósito seria promover a prática de uma boa “cidadania corporativa” (*US Corporate citizenship*) estadunidense nos países recebedores, explorar meios para “melhorar o comportamento corporativo” e discutir “novos métodos para comunicação com os públicos locais”. O *Council* estaria ajudando o *Inter-american Action Committee* de Bogotá na organização de um seminário que seria realizado em novembro na cidade, seminário similar ao que fora realizado pela Câmara Americana de Comércio do México, no qual os membros do *Council* teria tido papel crucial. Também estaria organizando seminários de imprensa (não fica claro o formato).
- 4. Trabalho com estudantes e grupos jovens:** o CLA fez uma lista de faculdades e universidades que receberam 10 ou mais jovens latino-americanos nos Estados Unidos (listaram ao total 14.000 desses estudantes), com o propósito de organizar seminários, planejar visitas e *company tours* para que os estudantes conhecessem a iniciativa privada e sua importância no sistema americano; membros do conselho e de seu staff teriam participado ativamente de seminários sobre América Latina realizados em Pembroke, em março, e em Princeton, em abril. O CLA estaria realizando um calendário de futuras conferências sobre América latina nos EUA para organizar seus membros de modo a participar de todos. O CLA também estaria trabalhando sob a liderança dos Corpos de Paz (*Peace Corps*) em plano para incluir “educação sobre a empresa privada” (“education on private enterprise”) em seus cursos de treinamento para os voluntários.
- 5. Publicações:** revista Intercâmbio (mensal), e *Council Brochure*.
- 6. Filmes:** além do filme já mencionado, um filme em espanhol, do *Hall of Free Enterprise*, estaria sendo completado.<sup>342</sup>

---

<sup>342</sup> O Hall of Free Enterprise é um enorme teatro construído em 1963 por iniciativa da American Economic Foundation, com o objetivo de promover a “empresa competitiva livre, devidamente regulada, não obstruída por interferência” (“free competitive enterprise, properly regulated, unhampered by unwarranted interference”). A *World's Fair* estava sendo realizada em New York desde abril de 1964 e terminou no dia 17 de outubro de 1965.

## 2.6. “RELAÇÕES COMUNITÁRIAS”

O relatório trazia também um resumo das atividades do Comitê de Relações Comunitárias (“*Community Relations Committee*”), cujo objetivo era “trabalhar com grupos cívicos latinoamericanos para auxiliá-los a fortalecer líderes, instituições e atitudes democráticas” (“work with Latin American civi groups to help them to strengthen democratic leaders, institutions and attitudes”).

O sumário incluía tanto projetos de abrangência ampla quanto projetos em países específicos.

Entre aqueles do primeiro tipo, são citados materiais de imprensa e de rádio (segundo o relatório, o CLA enviava de cinco a seis artigos originais para cerca de 100 órgãos de imprensa e rádio na América Latina, artigos com o propósito de “fortalecer atitudes que alimentam o desenvolvimento democrático”, que teria feito sucesso no México, América Central, Colômbia, Equador, Peru e Brasil); cinco séries dramáticas radiofônicas, cada uma com entre 50 e 65 capítulos de meia hora, “contendo uma mensagem pró-democrática com entretenimento”.

Alguns títulos eram: “Flor de Ausencia”; “La senda de la Gloria”, “El despertar de un corazón”, “Tempestad”, e “Uma luz em el Camino”. Elas foram disponibilizadas pelo preço de seis dólares o capítulo pela America’s Productions, Inc (Miami, Florida).

Um documentário de 25 minutos sobre os “eventos na República Dominicana”, produzido por *El Panamericano Productions*, teria sido distribuído pelo CLA para emissoras de televisão em 11 países.

Um catálogo de livros, chamado “Men and Ideas”, teria sido montado pelo CLA com títulos considerados “imprescindíveis”, e teria sido disponibilizado pelo CLA em universidades e centros culturais da América Latina.

Do segundo tipo, os projetos em países, são destacados programas na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela.

Na Argentina, assistência técnica providenciada para o *Instituto Argentino de Investigaciones Religiosas & Sociales*, dirigido pelo padre Justino O’Farrell. Tal instituto estaria desenvolvendo as bases para um programa similar ao venezuelano “Dividendo Voluntario para la Comunidad”.

Na América Central, através de um arranjo do CLA, o especialista americano Andrew Gregg teria se tornado conselheiro do Ministério de Agricultura, Comércio e Indústria do Panamá para desenvolver um programa amplo de “desenvolvimento comunitário”.

O Instituto Nicaragüense de Desenvolvimento, apoiado por líderes empresariais, lançou um projeto de “desenvolvimento comunitário” dirigido por profissionais treinados pelo CLA, teria expandido seu programa de bolsas universitárias com ajuda do CLA, recebendo 30 mil dólares de um contrato com a AID para a “promoção do empresário privado”.

No Chile, “substancial ajuda” teria sido dada ao IPEVE.

Na Colômbia, o CLA apóia o trabalho da FEPRANAL (Federación Nacional Del Sector Privado para la Acción Comunal) e seu conselheiro americano, Ralph Leal.

No Equador, uma revista mensal chamada “Magisterio”, preparada “por e para” professores em Guayaquil e na costa, estava sendo publicada com apoio do CLA.

No México, além dos materiais de imprensa e rádio, largamente usados, o CLA também ajudou a organizar as *Jornadas Sociales* do *Instituto Chihuahuense de Estudios Sociales* (ICHES), que teve como tema central “A responsabilidade social do empreendedor” (“The social responsibility of the entrepreneur”). O ICHES teria financiado a construção de 1000 casas de baixo custo, criado uma cooperativa de consumo, promovido uma “televisão educativa” junto com o governo estadual de Chihuahua, e estabelecido um “instituto estadunidense-mexicano” com 700 estudantes. O relatório destaca que, graças à sensibilidade do Estado com relação à empresa privada, *não tinha havido greves em Chihuahua nos últimos quatro anos* (grifo nosso). O CLA propiciou a participação, no evento, dos venezuelanos Gustavo Vollmer e Hugo Manzanilla, que falou sobre o programa *Dividendo Voluntario para la Comunidad*, desenvolvido com empresários americanos. Os mexicanos teriam ficado “muito impressionados” com o “papel construtivo” dos empresários americanos.

No Peru, o *Instituto Peruano de Fomento de la Comunidad*, que “treinaria” a juventude de Lima em “responsabilidade cívica” e “self-help”, teria recebido o apoio do CLA para publicação de seu programa. O CLA também relatava uma doação de uma fundação estadunidense para o instituto, mas não mencionava qual. Em Arequipa, os “Círculos Sociales”, do Padre Carlos Pozo, teriam construído sua 12ª escola com assistência do CLA.

Na Venezuela, o CLA teria organizado leituras de Eudocio Ravines, em Caracas, e conseguido apoio para os projetos de publicação do “Comité Feminino para Cooperación y ayuda social”.

Anexo ao relatório, encontramos uma edição da revista *Intercâmbio*, que circulou antes da produção de relatório, em julho de 1965, que aparecia como sendo o vol.1, n. 4. Tratava-se de uma síntese do que o CLA estava fazendo, percebe-se que o objetivo central da revista é tanto realizar uma espécie de prestação de contas aos membros corporativos do CLA, buscando sempre entusiasamá-los com resultados rápidos e baratos, quanto parabenizar e fazer propaganda das iniciativas movidas por corporações de maneira individual ou em parceria com outras agências, como a USIA e a AID. Muitas delas se repetem em relação ao que consta no relatório acima analisado. A revista *Intercâmbio*, segundo ela própria, era distribuída aos membros do CLA ou de seus grupos de contatos.

Nessa edição da *Intercâmbio*, encontramos a informação de que “50 companhias privadas de São Paulo lançaram o Fundo de Ação Social (FAS), uma organização “para promover projetos cívicos fora da esfera normal das operações da Câmara de Comércio”<sup>343</sup>. Entre as iniciativas, estavam:

**Comics para camponeses:** a revista relatava a confecção de um *Comic* de 16 páginas da Caterpillar. Intitulado “Camino hacia el futuro”, contava a história de um esforço camponesino-governamental para construir uma estrada em uma pequena vila latino-americana, ligando-o com os objetivos da Aliança para o Progresso e aos tratores Caterpillar. Um milhão de cópias teria sido distribuída através da USIA em 14 países, geralmente em parceria com os vendedores Caterpillar. A reação, segundo a USIA, teria sido “extremamente positiva”. Na Colômbia, 100.000 panfletos teriam sido distribuídos através do programa “Caminos Vecinales”. Destacava-se o baixo custo de produção: apenas 2 centavos a cópia.

**Relações públicas através dos esportes:** a revista anunciava um novo programa de rádio da *Champion Spark Plug Co*, intitulado “Champion’s world of cars and drivers” (O mundo Champion de carros e motoristas), que combinava competição automobilística com informação pública. Produzido em Nova York em língua espanhola, era retransmitido para seis países latino-americanos: Argentina, México, Porto Rico, Uruguai e Venezuela.

---

<sup>343</sup> O Fundo de Ação Social (FAS) foi um dos maiores contribuintes do IPES. Criado em setembro de 1962, em São Paulo, o FAS surgiu depois de uma série de reuniões entre as Embaixadas norte-americanas de São Paulo e Brasília com o Departamento de Estado norte-americano, que começaram em janeiro de 1962, quando ipesianos foram à AMCHAM pedir ajuda financeira para dar continuidade aos seus projetos. Para não aparecer as contribuições da multinacionais e não comprometer as empresas, foi criado o FAS, que recebia o dinheiro e repassava para o IPES. BORTONE, *op. cit.*

A *Intercâmbio* propagandeava o apoio da Philip Morris Int'l a um filme de tributo ao tênis e suas estrelas, que contava a história da empresa. Já a companhia Goodyear do Peru lançou um programa, segundo a revista, “com grande repercussão na imprensa”, sobre segurança no trânsito. Usando um manual intitulado “Bicycle Blue Book”, distribuído por associações de escoteiros – e com apoio do Ministério da Educação, escolas, departamentos de trânsito, *Rotary's Clubs*, polícias e associações de pais – o programa teria gerado um “largo reconhecimento da Goodyear como uma companhia identificada com o bem-estar da comunidade”.

No México, a Merck, Sharp & Dohme Int'l lançou, com apoio do Ministério da Saúde, centros rurais de saúde. A empresa teria doado ao Ministério da Saúde 5 mil dólares para a construção de uma primeira unidade em 1962, “com grande cobertura da imprensa, rádio e televisão”. Destaca-se que a “cooperação em programas de saúde ajuda a construir e manter uma atitude governamental favorável tão vital às companhias farmacêuticas”. No México, assinalava a revista, o governo era responsável pela compra de grandes quantidades de remédios para populações de baixa renda.

Agora tomando a questão de um ponto de vista mais global, a revista relatava que a *Business International* teria realizado uma pesquisa com 30 grandes companhias estadunidenses, em sua maior parte com holdings na América Latina, para um levantamento de todas as “iniciativas de relações comunitárias”. A pesquisa revelou que o principal objetivo dessas ações era “combater a imagem distorcida junto à população local”, combater a “propaganda extremista contra o capitalismo em geral” (“extremist propaganda against capitalism in general”), e também “combater monopólios de competidores locais”. Foi citado como uma armadilha a ser evitada a “ofensa ao governo e aos empresários nacionais com programas que pareçam egoístas” (“offending government and national business interests with programs that appear self-seeking”). Uma firma teria informado aos pesquisadores que utilizava “voluntários locais”, incluindo líderes religiosos, para advertir “sobre o que pode e não pode ser feito nas comunidades”. A maioria das firmas teria declarado que vêem as relações comunitárias “como um esforço de longo prazo” e não apenas limitadas a áreas de interesse comercial. Entre os pontos negativos, foram destacados na pesquisa a falta de maior apoio, envolvimento e financiamento das atividades de relações comunitárias por parte das diretorias, e desacordos dentro delas acerca dos objetivos e métodos a serem adotados.

Por fim a revista trazia uma seção de “Leituras recomendadas”. Nesse número, estavam os livros:

- *Estados Unidos al Microscopio* (versão em espanhol de “The USA Answers”), livro de 1962 que continha respostas a 1800 questões mais freqüentes sobre a vida nos Estados Unidos. Editorial Navarro México S.A., México, D.F.; Manhattan Printing Co., New York, NY.

- *The People’s Sector*, de Richard M. Nixon, uma “eloqüente defesa para um maior envolvimento do setor privado do que das instituições públicas para resolver problemas públicos”. William H. McGaughey, NAM, New Yorkk, NY.

- *As they see themselves*, de Robert Kingsley, coordenador de Relações Públicas da International Petroleum Co. Ltd., “uma exposição da filosofia por trás do amplo e bem estabelecido programa da Esso em apoio às artes na América Latina”. International Petroleum Co., Ltd., Alhambra Circle, Coral Gables, Fla.

E como livro mais destacado com um “necessário agora”, estava o livro *A change posture for business in Latin America*, de William E. Barlow, presidente da Vision, Inc.. Segundo a revista, era “uma crítica severa dos problemas que a livre empresa enfrenta na América Latina”, que o autor classificava como “defeat by default” (“perda por W.O.”), junto a “sugestões de ações para as empresas” e uma descrição detalhada das funções e serviços oferecidos pelo CLA.

Anexado ao relatório do CLA, à revista Intercâmbio, no fundo do IPES, finalmente encontramos uma circular interna entre o CLA e um dos grupos operativos do IPES, o CRC, n.52, datada de 8 de outubro de 1965. Tratava-se de uma circular sobre “Entrega de comentários para a rádio e imprensa”. A circular instruía sobre a distribuição dos artigos, informando que eles poderiam ser utilizados editados ou não, com a assinatura do autor e “preferivelmente adaptado ao estilo local”. Todos os artigos, exceto o Editorial do *The Economist*, foram assinados por Hélio de Moraes Martins, e datados de 8 de outubro de 1965.

Segue uma lista dos artigos com comentários nos artigos que interessam ao que queremos apontar neste capítulo:

1. “O papa e a paz interior”. O artigo fala sobre a visita do Papa Paulo VI a Nova York, e sobre seu discurso sobre a paz, intitulado “Outra guerra jamais”. O artigo mencionava entre as “guerras” do presente as “guerrilhas comunistas” que ameaçariam “emboscadas e assaltos em países como a Venezuela, Colômbia, Guatemala, e Peru”.
2. “A cenoura e a vara”. Trata-se de um editorial, com uma breve apresentação anterior, do jornal inglês *The Economist* de 29 de junho de 1946, que, segundo a apresentação,

“permaneceria atual”. Utilizando a metáfora da cenoura e da vara usadas no asno, o editorial falava sobre como os “melhores estímulos à atividade humana” estariam sendo perdidos “nas duas últimas gerações”. Com tom claramente *libertarian*, provavelmente de inspiração hayekiana, o texto afirmava que a “paixão pela igualdade – excelente em si” acabou por afastar do asno o estímulo da cenoura: as recompensas do sucesso seriam mal vistas, e a “garantia de pleno emprego”, juntamente com a “seguridade social”, recompensaria o “trabalhador preguiçoso”. Segundo o editorial, haveria “uma conspiração geral do trabalho, do capital e do Estado”: este último por causa dos impostos, o capital por não dar suficiente reconhecimento social aos “empreendedores”, e o “trabalho” [classe trabalhadora], por fazer o máximo possível em seus sindicatos “prosperamente estabelecidos” para que as máquinas não substituíssem o esforço humano. Estaria havendo um “nivelamento descendente das rendas e um nivelamento ascendente dos salários”, com uma “série de legislações trabalhistas” existentes “com o propósito deliberado de garantir aos preguiçosos os mesmos salários de um bom trabalhador”. O “descascamento” tanto da cenoura quanto da vara estaria fazendo com que ninguém ganhasse sendo “ativo” e ninguém fosse punido “sendo inativo”. “E ainda assim perguntamo-nos porque o asno não rompe o pasto e não começa a trotar”, concluía o editorial, em tom um tanto ameaçador.

3. “Sukarno no Ocaso”. O artigo compilava pequenos trechos da auto-biografia oficial do presidente Sukarno, da Indonésia, então liderando um governo que estaria “prestes a cair”. Os trechos destacavam as “vigarices”, o egoísmo, a ostentação, o machismo e o autoritarismo de Sukarno, que se aproveitaria das credices populares, como a de que ele teria poderes de cura.
4. “Será isto ainda comunismo?”. O artigo falava sobre como o regime iugoslavo estaria se afastando das doutrinas “rígidas e ortodoxas” do marxismo em direção a uma democracia limitada que reconhece o valor do indivíduo, e no mesmo sentido estariam indo vários países do leste europeu e a própria Rússia; menos a China, que estaria insistindo em um “estigma sub-desenvolvido de marxismo”. O artigo questiona se os esquerdistas da América Latina seguirão o exemplo da China ou se aprenderiam dos “socialistas da Europa ocidental, dos iugoslavos e dos russos a aceitar o inevitável, ou seja, a democracia e a livre empresa”.

5. “Será o terrorismo uma força para o progresso social?”. O artigo afirmava que, segundo um militar argentino, “tropas de assalto castro-comunistas” na Argentina já teriam “mais de 8.000 guerrilheiros treinados”; e que em muitos outros países (Colômbia, Venezuela, São Domingos, Guatemala) haveria grupos similares, ainda que em menor número. O artigo afirmava que, por outro lado, os vietcongues estariam sofrendo grandes deserções, com esgotamento e desespero. Elogiava as medidas do governo Belaunde no Peru, suspendendo as garantias constitucionais, “indicando assim que a campanha governamental contra os guerrilheiros caminha a contento”. Mencionando a Guatemala, que teria “derrubado um regime comunista” 11 anos antes “e que não será difícil fazê-lo novamente se necessário”, o artigo afirmava que o governo venezuelano continuava “forte” e que a “Força Interamericana para a Paz” permanecia em São Domingos [República Dominicana]. O artigo então passa a argumentar que os “terroristas” não representavam uma força progressista, usando como provas disso coisas como a “miserável e caótica” economia de Cuba, cujo principal “técnico guerrilheiro, o *desaparecido* Che Guevara”, teria sido “um fracasso total como Ministro das Indústrias”. Assim, a “natureza” dos guerrilheiros seria “destrutiva” e não “construtiva”, e constituiria um nocivo obstáculo que deveria ser vencido na “caminhada inevitável do povo latino-americano em direção à justiça social”.

## 2.7. CRIANDO UMA RELAÇÃO JUNTO AO ESTADO ESTRITO – ESTADOS UNIDOS

Analisando as fontes primárias encontradas no projeto Opening the Archives, parceria entre a Brown University e a Universidade de Maringá, encontramos o seguimento das atividades do conselho por outros meios. Vemos como o Conselho estabeleceu uma comunicação direta com diversos braços da sociedade política (entendida em sentido gramsciano) dos Estados Unidos: uma comunicação direta de David Rockefeller com o presidente Kennedy e Lyndon Johnson; bem como o apoio de parlamentares, como os senadores Hubert Humphrey (que a partir de janeiro de 1965 é empossado como vice de Johnson) e Jacob Javits. A primeira iniciativa nesse sentido que encontramos dizia respeito aos Advertising Councils, proposto no relatório de outubro de 1965 que analisamos acima.

Uma carta assinada por Thomas E. Russell, do Bureau de Assuntos Inter-americanos (órgão governamental oficial, ligado ao Executivo), dirigida para Henry Wehde Jr, do *The Advertising Council*, datada de 23 de janeiro de 1966. A carta relatava uma reunião com Enno Hobbing, do CLA, e levantava a proposta de obtenção de *plugs* de televisão para os *Peace Corps*. Hobbing esclarecia que “não tinham em mente a promoção de programas de ajuda” americanos na América Latina, nem de “promover atividade inter-governamental”, mas sim de “cultivar no público a ideia de que cada cidadão americano tem interesse na segurança e no progresso do hemisfério”.

Em outra carta, datada de 26 de janeiro de 1966, o então vice-presidente Hubert H. Humphrey relata ao presidente Lyndon Johnson seu encontro com o CLA em 20 de janeiro. Ele descrevia a fala de David Rockefeller no encontro, no qual teria explicado a história do CLA, “como uma fusão das maiores organizações existentes na América Latina”, tornando-se, segundo Rockefeller, “o principal link entre a comunidade de negócios americana e o governo dos Estados Unidos” (“principal link between the American business community and the United States Government”).

David Rockefeller teria dito perante a Humphrey que a maioria dos membros do CLA via “uma mudança substancial na política dos EUA nos últimos dois anos”, em relação ao “investimento privado” na América Latina. Ele teria dito que a maior parte do crédito para essa boa cooperação entre o CLA e o governo dos EUA era de Thomas Mann, ex-Secretário Assistente de Estado para assuntos latino-americanos e agora subsecretário de Estado para assuntos econômicos. Através de inovações tecnológicas e práticas modernas, os empresários vinham sendo um agente verdadeiramente “revolucionário”.

Por sua vez, Humphrey teria falado, em tal encontro, da história do “projeto ADELA”, que ele descreve como uma “companhia multilateral de investimentos” que teria sido fundada com o encorajamento do senador Javits e de Humphrey.

Segundo a carta de Humphrey, David Rockefeller e seus colegas teriam expressado que a indicação de Lincoln Gordon como Secretário Assistente de Estado para Assuntos Latino-americanos (depois de sua participação no golpe de 1964 no Brasil e já após a decretação do AI-2, no Brasil) teria sido “bem recebida” pelo CLA e pela “comunidade de negócios em geral”. “Eles acreditam que o Embaixador Gordon tinha uma visão simpática dos interesses da comunidade de negócios americana no Brasil e que ele traria o mesmo entendimento para sua nova posição”. (“They believe that Ambassador Gordon had taken a very sympathetic view of the interests of the American business community in Brazil and He

would bring the same understanding to the responsibilities of his new position”). David teria acrescentado que uma coluna de Walter Lippman sobre Gordon teria sido equivocada.

Em um *memorandum* de 31 de agosto de 1966, o então secretário de Estado assistente para assuntos interamericanos Lincoln Gordon<sup>344</sup> avisava Walt Rostow, o famoso economista, então conselheiro de Segurança Nacional de Johnson, que Bill Barlow, então chefe executivo do CLA, esperava conseguir agendar a presença do presidente no encontro anual do CLA em Washington, que aconteceria, provavelmente, cerca de dois meses depois, em outubro. Em seguida, encontramos o *memorandum* de Rostow, datado de 5 de setembro de 1966, avisando ao presidente que Lincoln Gordon estava ansioso para que o presidente se encontrasse com o CLA, e enviava a ele a seguinte lista de diretores do conselho:

Presidente: David Rockefeller

Vice-presidente Senior: John F. Gallagher

Presidente: William E. Barlow

Vice-presidentes: Henry W. Balgooyen, Harold S. Geneen, George S. Moore, John d. j. Moore, John R. White (tesoureiro), William S. Youngman, Jr.

Outros membros do comitê executivo: Charles M. Brinckerhoff, Albert L. Cole, Earl C. Daum, S. Maurice McAshan, Jr, Robert W. Purcell (secretário), J. Howard Rambin, Jr, Thomas E. Sunderland, A. Thomas Taylor, Rawleigh Warner, Jr.

A ligação do CLA com Gordon se evidencia em ainda outro memorandum, datado de outubro de 1966, enviado por Bill Moyers para o presidente. Tendo como assunto o mesmo encontro com o CLA, o memorandum avisava que haveria um encontro em Washington em novembro e que eles se encontravam regularmente com Lincoln Gordon.

Provavelmente a primeira vez em que o Conselho das Américas assumiu um papel diplomático mais ativo entre um governo latino-americano e o Estado americano foi quando da visita do General Costa e Silva, então no comando do governo brasileiro. Em um telegrama do Departamento de Estado de 7 de dezembro de 1966, planejando a visita de Costa e Silva nos EUA – que se realizaria em 30 de janeiro de 1967 –, foi agendado um almoço com David Rockefeller e o CLA, e “talvez encontro com brasileiros” (o telegrama não dava nomes). Um representante do Departamento de Estado de sobrenome Kubish se encontrou em 6 de dezembro com representantes do CLA, incluindo Hobbing e Lorden, e ficou acordado que o

---

<sup>344</sup> Em fevereiro de 1966, assumiu o cargo de secretário de Estado assistente para assuntos interamericanos.

Departamento seria responsável por todos os arranjos para a visita nos EUA, mas que poderia requerer “assistência” do CLA, com relação a certos compromissos em Nova York e possivelmente na Califórnia. Lorden autorizou informar a Mário Andreazza que ele consultou o Departamento [de Estado], o qual lidou com todos os arranjos, concordando em agendar tempo livre para os encontros arranjados pelo CLA em Nova York em 30 de janeiro.

Em novembro de 1967, seria a vez da visita do então ministro das Finanças brasileiro Delfim Netto, que esteve em reunião com o CLA na semana entre 03 e 07 de dezembro.<sup>345</sup>

Em outra carta de David Rockefeller ao presidente Johnson, datada de 25 de janeiro de 1966, este relatava um encontro do CLA, realizado cinco dias antes, com o vice-presidente Humphrey, o secretário de comércio, com o subsecretário Thomas Mann, com o secretário-assistente Lincoln Gordon, e com representante da AID. Teria sido, nas palavras de Rockefeller, uma “oportunidade para recolher precisa e ampla informação sobre a política dos EUA para a América Latina” e para esclarecer “quaisquer dúvidas sobre ela”. Ele afirmava a Johnson que muitos “latino-americanos” estariam preocupados que com as exigências feitas pela guerra no Vietnã, e que a América Latina não poderia ser deixada de lado. Por isso, enfatizava a proposta do CLA para que o vice-presidente dos Estados Unidos passasse a ser, de maneira quase institucional, o “porta-voz” estadunidense para a América Latina, proposta que já tinha o aval do próprio Humphrey.<sup>346</sup>

Datada de 08 de março de 1967, circulou uma transcrição da fala do vice-presidente Hubert Humphrey no Board of Trustees do CLA<sup>347</sup>. Teriam estado presentes no encontro, segundo esse documento: Dean Rusk, Lincoln Gordon, Sol Linowitz, e Bill Gaud, junto com outros representantes do BID. O ponto central da fala de Humphrey era exortar o CLA a fazer *lobby* no Congresso e na imprensa. A “força livre” que “realmente contava” era a empresa privada. Em determinado momento, Humphrey comparava o custo da política externa para a América Latina em relação ao gasto da guerra do Vietnã, que segundo ele já custava então cerca de 25 bilhões de dólares por ano, e dizia que o gasto com a América Latina custaria um décimo disso. Dizia que Fidel Castro estava isolado, mas que, como um tecido infectado, era preciso manter os órgãos ao redor saudáveis. O ex-senador fala com conhecimento de casa que poderia dizer os nomes de todos os congressistas que o CLA deveria visitar.

---

<sup>345</sup> Telegrama da Embaixada do Rio de Janeiro ao Departamento de Estado.

<sup>346</sup> Menciona que George Moore teria estendido ao vice-presidente o convite cordial para o vice-presidente participar do encontro do CICYP em junho, no México.

<sup>347</sup> Encontramos este documento no site da Minnesota Historical Society.

É interessante notar que em uma Declaração pública do presidente Johnson dada alguns dias depois, em 14 de março de 1966, por ocasião do quinto aniversário da Aliança para o Progresso, este mencionava ao apoio de grupos privados e agências voluntárias como *Peace Corps*, *Partners for the Alliance*, *Council of the Americas*, AFL-CIO, e outras fundações privadas e universidades. Mencionava em sua declaração “sinais de uma renovação dos investimentos privados de larga escala na América Latina, frequentemente com *joint ventures* com latino-americanos”.

Em 1967, localizamos uma nomeação oficial do Estado americano que está relacionada à sua conexão com o Conselho das Américas. É de 18 de fevereiro de 1967 a matéria da revista *Business Week* sobre a nomeação, por Johnson, do ex-executivo da Xerox, Sol Linowitz, então Embaixador americano para a OAS, para coordenar uma “nova” política para a América Latina. Segundo a reportagem, a identificação de Linowitz com “causas políticas liberais” seria útil para “driblar as críticas ao apoio do governo a regimes autoritários na América Latina”. Linowitz teria como tarefa prioritária a criação de um mercado comum com a América Latina.

## 2.8. O MERCADO COMUM LATINO-AMERICANO

Nos anos de 1967 e 1968, o Conselho das Américas esteve à frente de um amplo esforço para criar um “mercado comum da América Latina”. Encontramos inúmeras evidências de que esta era a tarefa do dia na agenda da entidade, bem como do governo dos Estados Unidos, por meio da influência da agenda do CLA.

Em 23 de março de 1967: o senador Gore inclui nos *Congressional Records* um artigo de Hal Hendrix publicado nos jornais *Scripps-Howard* no dia 22, e uma declaração de David Rockefeller, ambos sobre o mesmo tema: o mercado comum latino-americano.

No artigo, Hal Hendrix dizia que Lincoln Gordon teria prometido a líderes latino-americanos tarifas preferenciais nas negociações de uma área de livre comércio. A promessa seria confidencial para não despertar reações de setores do Congresso americano nem por parte dos latino-americanos, mas seria anunciada publicamente na conferência de Punta Del Este, marcada para abril daquele mesmo ano. Um detalhe é que Gordon havia acabado de deixar seu cargo no Departamento de Estado para ser reitor da Universidade Johns Hopkins, mas ainda assim continuou a cumprir um papel que poderíamos classificar como “diplomático”, na relação EUA-América Latina.

Já a declaração de David Rockefeller enfatiza o papel do setor privado, e recomendava que o Congresso aprovasse verbas maiores para “assistência” à América Latina.

Se por influência do CLA ou não, difícil avaliar com precisão, porém, em julho daquele ano, o Congresso aprovou uma generosa verba para o BID (Banco de Desenvolvimento Interamericano)<sup>348</sup>, fato mencionado em um *memorandum* de Joseph Barr ao presidente Johnson, datado de 5 de julho de 1967. Segundo o *memorandum*, em uma conferência com David Rockefeller, desenhou-se um plano para utilizar o CLA para pressionar parlamentares, e David iria encarregar Henry Geyelin para trabalhar com o governo para identificar membros do CLA que pudessem “falar com membros e grupos de membros do Congresso”. É interessante notar que, entre as recomendações desse mesmo *memorandum*, estava “aprovar o uso de Henry Wilson como coordenador com o CLA” (“approve the use of Henry Wilson as coordinator with the Council for Latin America”). Ao lado, vê-se o carimbo com “*approve*” preenchido, demonstrando que o presidente autorizou as propostas.

Notamos que as boas relações do conselho junto ao Estado estrito não se limitava a uma comunicação direta com a Presidência ou com o Congresso. Os múltiplos órgãos do Estado dedicados a formular a política externa para a América Latina, tanto ligados à segurança quanto ligados a comércio e política econômica.

Verificamos isso analisando a fala de Covey T. Oliver, o novo secretário-assistente de Estado para Assuntos inter-americanos (que sucedeu Lincoln Gordon), quem também acumulava a função de ser o coordenador estadunidense para a ALPRO, em um encontro do CLA recém realizado em Chicago.<sup>349</sup>

Em sua fala, Oliver não poupou elogios ao conselho, classificando-o como o “grande coração da indústria e do comércio” (“Heartland of industry and commerce”), lar do “moderno líder industrial” (“modern business leader”). Ele dizia que, “com justiça ou não”, muitos latino-americanos “ainda associavam” o investimento estrangeiro com conceitos como “exploração” e “imperialismo”, ao invés de “parceria” ou “benefício local”. “O CLA reconhece esse problema e está fazendo algo a respeito”, afirmou.

Segundo o secretário, o “espírito” da ALPRO estava fundamentalmente correto, pois era calcado no *self-help*. O Congresso estaria respondendo bem, aprovando o pedido do presidente Johnson de um maior aporte para o BID, de 250 para 300 milhões de dólares por

---

<sup>348</sup> 5 de julho de 1967: Memorandum de Joseph Barr ao presidente.

<sup>349</sup> Encontramos o *release* à imprensa da palestra de Covey Oliver no CLA anexado a uma circular do Departamento de Estado, circular datada de 13 de setembro de 1967.

ano, por mais três anos; porém, alguns cortes aprovados na ajuda externa atingiram a ALPRO. A previsão, segundo Oliver, era que o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio com a América Latina fosse aprovado em 1985.

Com tom fortemente anti-comunistas, Oliver falou sobre Fidel Castro e sobre seu “intervencionismo” na América Latina, que seria denunciado pela Venezuela na OEA. “Nós devemos fazer isso não apenas por causa de preocupações humanitárias, mas porque nós sabemos que os EUA não podem continuar indefinidamente a ser um palácio de afluência em uma vizinhança de necessidade” (“we must do this not only because of humanitarian concern, but because we know the United States cannot continue indefinitely to be a palace of affluence in a neighborhood of need”). Ele dizia que “experiências recentes”, nos próprios Estados Unidos, teriam mostrado a violência “irracional e destrutiva” que um “senso de frustração e injustiça” levavam. “Uma revolução de suor, ao invés de sangue e lágrimas”, era o que uma nova geração de latino-americanos “em posição de liderança” esperava e teria que construir.

## 2.9. O MAIO DE 1968 DO CONSELHO DAS AMÉRICAS

É bastante recorrente entre os analistas assinalar o curto período entre fins da década de 1960 e início de 1970 como um período central para a compreensão de uma série de características do capitalismo contemporâneo, nas mais diversas searas: economia, política, cultura, ideologia; e as perturbações econômicas que se manifestam com força em 1973 como comparáveis às crises de 1873 e 1929, embora com características muito diferentes.<sup>350</sup>

Os movimentos organizados e os grupos de resistência armada cresceriam? A crise econômica passaria ou se aprofundaria? Haveria petróleo suficiente para a produção industrial nos níveis que os países avançados demandavam? As relações com o chamado bloco comunista esfriariam mais ou recrudesceriam? E as relações entre os principais países capitalistas, poderiam evoluir para uma situação de conflito aberto? O mundo sobreviveria à ameaça nuclear? Estas eram apenas algumas das questões que perturbavam qualquer noção de estabilidade. Acima de tudo, ainda havia a própria noção de que o mundo poderia ser *outro*, coisa que aparentemente ficaria soterrada com a avalanche neoliberal a partir dos anos 1980 – quando, como bem ilustraram o mesmo Jameson e Slavoj Žižek no início dos anos 1990,

---

<sup>350</sup> Eric Hobsbawm, por exemplo, em sua história do século XX localizou justamente aí o fim da “Era de Ouro” e o início do “Desmoronamento”. HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

passou a ser mais fácil imaginar um mundo pós-humano do que um mundo não regido pela mercadoria.<sup>351</sup>

Alguns autores, como A. Argumedo, assinalam que a coincidência entre as mudanças no plano internacional e a crise econômico-financeira assinala o que ela chamou de “crise epocal”, que inclui tanto o mundo ocidental quanto o mundo socialista antagônico, e cuja resolução “assinalará, sem dúvida, uma etapa crucial no devir humano”.<sup>352</sup>

A reorganização do capitalismo em uma situação de crise como aquela dos anos 1960/1970, que não se constituía apenas de uma crise econômica, mas política, ideológica, envolvendo a totalidade social, não poderia se basear simplesmente numa adoção de uma “nova” política econômica. Exigia também, e talvez sobretudo, modificações nas estruturas do Estado, tal como havia ocorrido na última grande depressão (nos anos 1930) em diversas latitudes do planeta.

A década de 1970 começaria no rescaldo de uma onda mobilizatória que varreu o mundo e que teve em 1968 seu momento de auge. Os diversos processos de independência e de luta anti-imperialista no Terceiro Mundo se somaram a uma mobilização estudantil, operária e popular nos países centrais, que adquiriu características particulares em cada país. A mobilização estudantil predominou em muitos lugares, mas verificou-se também a ocorrência de importantes greves pelos direitos dos trabalhadores e lutas anti-capitalistas em geral, como o Maio francês, ou o Outono Quente na Itália em 1969. Surgiram grupos de luta armada no próprio coração do sistema capitalista, nos EUA e na Alemanha Ocidental. Praticamente nenhum país capitalista ocidental escapou dessa onda, que representou também a emergência de novas ideologias.<sup>353</sup>

Para entender a atuação do Conselho das Américas nesse período quente da história mundial recente, é preciso levar em conta a renovação do engajamento empresarial e a emergência da figura da corporação multinacional.

---

<sup>351</sup> “Parece-nos mais fácil hoje imaginar a completa deterioração da terra e da natureza do que a quebra do capitalismo tardio, mesmo que isso se deva a alguma debilidade de nossas imaginações.” JAMESON, Fredric. “Antinomias da pós-modernidade”. Em *A virada cultural*. Reflexões sobre o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 [1991], p. 91. ŽIŽEK, Slavoj. O espectro da ideologia (Introdução). Em ŽIŽEK, Slavoj (org.). *O mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 7.

<sup>352</sup> “Crisis em la posibilidad de lograr consenso para un proyecto de desarrollo económico, social y cultural, que se manifiesta con incrementada fuerza em el escenario mundial(...) La formación misma de la Comisión Trilateral a comienzos de los años setenta (...) es expresión de un proyecto que convoca a sus más lúcidos ‘intelectuales organicos’ para debatir las respuestas posibles ante esta situación crítica.” ARGUMEDO, Alcira. *Los labirintos de la crisis*. America Latina: poder transnacional y comunicaciones. Buenos Aires: Folios Ediciones, 1984.

<sup>353</sup> Sobre o assunto, ver ALI, Tariq. *O poder das barricadas*. São Paulo: Boitempo, 2005; e ROSS, Kristin. *May '68 and its Afterlives*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

Em parte uma resposta à vaga de mobilização estudantil e popular que varreu os continentes e que teve seu ápice no ano de 1968, em parte uma preocupação com a crise econômica que já se fazia sentir, as elites orgânicas transnacionais mexeram-se para combater política e ideologicamente aquilo que era encarado por eles como um novo tempo, que colocava novos desafios para o futuro do mundo capitalista. Destacamos aqui alguns traços ideológicos centrais desse movimento de reorganização das entidades do capital internacional, especialmente a ideologia do fim do Estado-Nação, a qual se fez muito presente nesse movimento de rearticulação da atuação empresarial transnacional.

Segundo F. Jameson, no início dos anos 1970,

A emergência (...) de um novo conceito e termo amplamente difundido e aceito, o de ‘corporação multinacional’, é também um outro sintoma, significando, como sugeriram os autores de *Global Reach*, o momento em que os negócios privados se vêem obrigados a aparecer em público como ‘sujeito da História’ visível, um ator visível no palco do mundo (...) numa ocasião em que o governo norte-americano, gravemente desgastado pelo fracasso da intervenção no Vietnã, mostra-se em geral relutante a empreender outras aventuras desse tipo.”<sup>354</sup>

Quisessem isso conscientemente ou não, as corporações tinham se tornado um ator político fundamental na política doméstica e internacional, e pode-se dizer seguramente que seus intelectuais orgânicos tinham essa percepção. É nessa época que intensifica-se a chamada “diplomacia empresarial” e os setores de relações públicas das grandes companhias ganham peso fundamental dentro delas.

Segundo David Harvey, “durante a década de 1970, o braço político do setor corporativo norte-americano promoveu uma das mais bem elaboradas campanhas de busca de poder na história recente”.<sup>355</sup> Não é difícil encontrar evidências para essa afirmação.

Em 1971, por exemplo, um grupo de administradores de alto nível, incluindo os presidentes de 38 importantes empresas globais, reunidos na Jamaica sob os auspícios da *Business International*, ouviram Atherton Bean, antigo presidente do conselho da *International Multifoods*, fazer uma sombria predição:

As EMNs (empresas multinacionais) despertarão mais atenção a cada ano, à medida que crescerem em importância mundial. Os ataques se tornarão mais fortes. Se não justificarmos nossa existência ante aqueles que podem influenciar e, talvez, controlar nossos destinos, no mínimo nos arrancarão pedaços a bala, se é que não nos liquidarão inteiramente.”<sup>356</sup>

<sup>354</sup> JAMESON, F. “Periodizando os anos 60”, *op. cit.*, p. 120.

<sup>355</sup> HARVEY, D. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008. p. 64.

<sup>356</sup> MULLER, Ronald & BARNET, Richard. *Poder global*. Rio de Janeiro: Circulo do Livro, s/d. p. 50-1. Notas e citações aqui mencionadas foram cotejadas no original: MULLER, R. & BARNET, R. *Global Reach*. The Power of the multinational corporations. Nova York: Simon and Schuster, 1974.

Como parte da resposta a essa ameaça, cresceram muito, no início dos anos 1970, seminários de formação de “consciência de classe” capitalista.<sup>357</sup> A uma taxa de 40000 dólares, o *Hudson Institute*, por exemplo, oferecia uma série sobre meio empresarial futuro em 1975 a 1985. Isso era apenas uma das facetas do intenso ativismo empresarial no início dos anos 1970: o desenvolvimento de projetos dentro das entidades privadas que visavam a formação da própria classe.

“Na década de 40 Wendell Wilkie falou em ‘um mundo só’”,<sup>358</sup> disse Jacques Maisonrouge (1924-2012), presidente da *IBM World Trade Corporation* desde 1967.<sup>359</sup> “Na década de 70, somos inexoravelmente empurrados nessa direção”.<sup>360</sup> Aurélio Peccei (1908-1984), um dos diretores da Fiat, fundador da *Alitalia* e organizador do Clube de Roma<sup>361</sup>, costumava declarar sem reboços que a empresa global “é o mais poderoso dos agentes ora existentes para a internacionalização da sociedade humana”.<sup>362</sup>

De acordo com a visão do presidente da Nabisco, numa entrevista de 1968 para a revista *Forbes*, uma questão chave era a homogeneização do consumo mundial; Lee Bickmore (1908-1986) expôs o sonho da corporação nestas palavras: “Árabes e americanos,

---

<sup>357</sup> *Ibid.*, p. 52.

<sup>358</sup> Wendell Wilkie (1892-1944) foi o candidato pelo Partido Republicano nas eleições de 1940, vencidas por F.D. Roosevelt. Advogado corporativo, internacionalista e membro da ala liberal do Partido Republicano, atuou contra o *New Deal*, mas depois foi trazido por Roosevelt para dentro da administração como *ambassador-at-large*. Em 1943 publicou *One World*, best-seller no qual narrava suas viagens pelos campos aliados durante a Segunda Guerra, especialmente na Rússia e no Irã, e onde discutia as obrigações das Nações Unidas e a possibilidade de um governo mundial. Foi um dos fundadores, junto com Eleanor Roosevelt, em 1941, da *Freedom House*, think-tank cujo objetivo declarado é “promover a democracia” pelo mundo.

<sup>359</sup> Engenheiro de Paris, J. G. Maisonrouge (1924-2012) foi presidente do conselho da IBM entre 1976 e 1984, quando passou para o quadro de conselheiros. Ocupara vários cargos na empresa desde sua entrada como vendedor em 1948. Tornou-se também diretor da *Air Liquide*, da *Philip Morris Inc.* e fez parte do quadro da *Ecole Centrale des Arts et Manufactures* de Paris. Fonte: [http://www-03.ibm.com/ibm/history/exhibits/builders/builders\\_maisonrouge.html](http://www-03.ibm.com/ibm/history/exhibits/builders/builders_maisonrouge.html). Maisonrouge, que também seria parte da diretoria da Air Liquide, Moët-Hennessy e Philip Morris, foi presidente do Centro Francês de Comércio Exterior, ativo no estreitamento de relações com os EUA e na defesa da paz mundial através do incremento do comércio. Fonte: “Jacques Maisonrouge, obituary”. *New York Times*, 27 de janeiro de 2012 (disponível em <http://www.legacy.com/obituaries/nytimes/obituary.aspx?n=jacques-maisonrouge&pid=155655823>).

<sup>360</sup> Ver MAISONROUGE, J. “Growth of the Business World”. 13 de novembro de 1969, *apud* MULLER & BARNET, *op. cit.*, p. 13. segundo os autores, Maisonrouge era o mais articulado e atento dos administradores corporativos globais de sua época.

<sup>361</sup> Peccei foi membro do grupo de resistência anti-fascista *Giustizia e Libertà*, tendo sido preso e torturado em 1944. Funcionário da Fiat desde os anos 1930, quando realizou o primeiro negócio da empresa na China, tornou-se o responsável pelas primeiras operações da Fiat na América Latina, no final dos anos 1940. Em 1958 fundou a *Italconsult*, uma empresa de assessoria que trabalhava para empresas italianas que desejavam se estabelecer na América Latina; foi também membro da ADELA. Peccei tornou-se membro de uma série de organizações ambientalistas como a WWF.

<sup>362</sup> Ver “Will businessmen unite the world?”. Center for the Study of Democratic Institutions, Santa Barbara, California. *Occasional Paper*, abril de 1971, *apud* MULLER & BARNET, *op. cit.*, p. 66.

latinos e escandinavos estarão mastigando biscoitos Ritz tão entusiasticamente quanto eles já bebem Coca Cola ou escovam seus dentes com Colgate”.<sup>363</sup> Afinal, nesses tempos, o marketing, assim como o militarismo, era também considerado uma forma de gerir a mudança social e de vender um estilo de vida, agora facilitado pelo sistema de comunicação de massa.<sup>364</sup> Segundo a *Irving Trust Company*, o sol nunca se põe no mundo das corporações; e, enquanto um banco multinacional, sua tarefa era fazer com que ele sempre brilhasse para os investimentos corporativos.

Em fevereiro de 1973, cerca de 150 altos executivos reuniram-se no *Mayflower Hotel*, em Washington, para discutir a imagem empresarial e o que fazer a seu respeito. A reunião foi parte do que o presidente Phillippe W. Newton, da TRW, chamou de “a poderosa contra-ofensiva da comunidade empresarial” para rechaçar os ataques cada vez mais violentos contra ela.<sup>365</sup>

As técnicas utilizadas para essa campanha conjunta de marketing envolviam desde técnicas de relações públicas consagradas pelo tempo, como a construção de uma visão irresistível, passando pela comercialização do medo (como a ideia de que o protecionismo gerará outra depressão ou que a pressão excessiva dos sindicatos coloca em risco os empregos), até a sugestão sutil de que o antagonista da empresa global é movida por motivos ocultos. James Roche (1906-2004), presidente da *General Motors* entre 1967 e 1971, teria declarado à revista *Newsweek* que realmente havia “uma conspiração”, “por parte de certas pessoas”, para produzir “mudanças tão radicais que, praticamente, destruiriam a livre iniciativa como a conhecemos”.<sup>366</sup> Percebe-se que o apelo a teorias conspiratórias fez parte do próprio discurso empresarial do período. Em 1966, Roche pediu desculpas formais ao então ativista defensor dos direitos do consumidor Ralph Nader pela campanha de difamação levada a cabo pela GM após denúncias suas sobre a insegurança de certas linhas de veículos da empresa. Roche também parecia, na verdade, comprometido com políticas corporativas “responsáveis” dentro da GM com relação a igualdade de direitos raciais e de gênero e

---

<sup>363</sup> SKLAR, *op. cit.*, p. 20. Durante o período de Bickmore na presidência da Nabisco, nos anos 1960, a empresa tinha 47.000 empregados em 16 países.

<sup>364</sup> Os produtos e serviços da RCA, ligada à NBC, estavam disponíveis em 143 países já em 1968; assim como a CBS *Newsfilm Service*, que usando satélites expandiu sua penetração para 95% das televisões do “mundo livre”. Ver SCHILLER, Herbert. *Communications and Cultural Domination*. New York: International Arts and Sciences Press, 1976, p. 4, 10.

<sup>365</sup> Ter-se-ia montado então uma larga operação que envolvia uma lista postal de 14000 fábricas das cem maiores empresas globais estadunidenses englobadas na *National Association of Manufacturers*, contra a aprovação da lei Hartke-Burke, ou “lei do ar puro”, que indiretamente limitava investimentos no exterior. MULLER & BARNET, *op. cit.*, 112.

<sup>366</sup> *Ibid.*, p. 114.

políticas contra o apartheid na África do Sul, no contexto das revoltas urbanas de Detroit de 1968.<sup>367</sup>

David Harvey destacou também a atuação das entidades privadas naquilo que chamou de “construção do consentimento” em relação ao neoliberalismo (tema sobre o qual nos debruçaremos no capítulo 3). O autor nos lembra que em 23 de agosto de 1971, o juiz Lewis Powell Jr (1907-1998), antigo advogado corporativo de empresas de tabaco da Virgínia, prestes a ser nomeado membro da Suprema Corte por Nixon, enviou um *memorandum* confidencial à Câmara de Comércio dos Estados Unidos, intitulado “Ataque sobre o sistema de livre iniciativa americano” (“*Attack on the american free enterprise system*”). Nele, urdia pela vigilância constante aos conteúdos de livros e da TV, a fim de purgá-los de elementos da esquerda. O chamado *Powell Memorandum* alegava que a crítica e a oposição ao sistema norte-americano de livre mercado tinha ido “longe demais” e que tinha chegado “o momento de o saber, a engenhosidade e os recursos dos negócios americanos serem mobilizados contra aqueles que o destruiriam”. A força para isso residiria na “organização, no planejamento e na implementação meticolosos de longo prazo, na coerência da ação durante um período indefinido de anos, na escala de financiamento que só se obtém por meio do esforço conjunto e no poder político que só se obtém por meio da ação unida e da organização de alcance nacional”.<sup>368</sup> Sugestivamente, de 60 mil em 1972, a Câmara em pouco tempo ampliou sua base de empresas para mais de um 250 mil. Em associação com a *National Association of Manufacturers* (Federação Nacional da Indústria, que se mudou para Washington em 1972), reuniu um conjunto de recursos enorme para promover pesquisas e fazer *lobby* junto ao Congresso.<sup>369</sup>

No mesmo ano do *memorandum* do juiz Powell, era fundada a *Business Roundtable*, organização que reunia CEOs “comprometidos com a busca ativa de poder político para as corporações”. As corporações envolvidas na *Business Roundtable* equivaliam a cerca de metade do PIB dos EUA e despendiam perto de 900 milhões de dólares por ano em questões políticas. Ao contrário do CFR, a *Business Roundtable* reunia mais a burguesia emergente do

---

<sup>367</sup> Fontes: “Former General Motors chairman James Roche dies”. USA Today, 06 de julho de 2004 (disponível em [http://usatoday30.usatoday.com/money/autos/2004-06-07-gm-roche\\_x.htm](http://usatoday30.usatoday.com/money/autos/2004-06-07-gm-roche_x.htm)); e verbete “James Michael Roche”, *Encyclopaedia Britannica* (disponível em <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/1015971/James-Michael-Roche>).

<sup>368</sup> HARVEY, *op. cit.*, p. 52. Em sua atuação na Corte, que duraria até 1987, Powell julgou diversos casos favoravelmente a empresas, começando pelo famoso caso *First National Bank v. Bellotti*, em cuja sentença declarou, utilizando a Primeira Emenda, que o direito de influência das corporações financeiras nas eleições através de gastos independentes devia ser protegido tanto quanto os direitos políticos individuais. O *memorandum* foi descoberto pelo jornalista do *Washington Post* Jack Anderson, um ano depois.

<sup>369</sup> HARVEY, *op. cit.*, p. 52-53.

oeste e do meio-oeste, e tinha não tinha o mesmo caráter de instituto de pesquisas que marcava entidades como o CFR e a *Brookings Institution*.<sup>370</sup>

Mais ou menos no mesmo período, de princípios até meados da década de 1970, foram fundadas ou revitalizadas diversas outras entidades a *Heritage Foundation*, o *Hoover Institute*, o *Center for the Study of American Business*, o *American Institute Enterprise Institute*, a *Olin*<sup>371</sup>, o *Smith Richardson*, o *Pew Charitable Trust* e a *Scaife*. Essas em particular estavam comprometidas com o ideário neoliberal e neoconservador, tendo cumprido um papel importante na campanha contra os democratas nas eleições de 1980. A *Scaife*, por exemplo, financiou, em 1977, a versão televisada do livro de Milton Friedman *Free to choose*, transmitida simultaneamente para centenas de países. Segundo a pesquisadora T. Poggi, a candidatura do senador Barry Goldwater à presidência em 1964, assim como a de George Wallace em 1968, estimulou o surgimento desses novos aparelhos, especialmente no caso da *Heritage Foundation* e o *American Enterprise Institute*.<sup>372</sup>

Neste momento, entramos em outra esfera de relações estabelecidas pelo Conselho das Américas, logo nos primeiros anos de sua atividade. Em 1968, estreitam-se as relações do CLA com o CICYP (*Consejo Inter-americano de Comercio y Producción*), um organismo privado do qual participavam empresários de vários países da América Latina, entre eles Brasil, Chile e Argentina. O CICYP também tinha contato direto com o Bureau de Assuntos inter-americanos, do Departamento de Estado, dos Estados Unidos.

Em 19 de fevereiro de 1968, um *memorandum* de Walt Rostow para o presidente tratava exclusivamente da reunião do CICYP que se realizaria em Washington em 28 daquele mês – reunião na qual o próprio presidente participaria. Rostow sugeria que o discurso abordasse as “dimensões johnsonianas” da ALPRO, a integração econômica e das “fronteiras internas” (*inner frontiers*) da América Latina. O *memorandum* de Rostow destacava que o grupo latino-americano do CICYP, então presidido pelo brasileiro Roberto Campos, era de

---

<sup>370</sup> Fundada em 1972, a *Business Roundtable* tinha como objetivo “melhorar a cooperação e diminuir os antagonismos entre os *policy-makers* e a comunidade dos negócios, promover uma economia mais saudável nos EUA e reduzir a intrusão injustificada do governo em questões de negócios e melhor servir o interesse público”. (“The executives who created Business Roundtable believed active CEO participation would foster more cooperation and less antagonism between policymakers and the business community and, therefore, promote a healthier U.S. economy, reduce unwarranted intrusion by government into business affairs and better serve the public interest”). Fonte: <http://businessroundtable.org/studies-and-reports/history-of-business-roundtable>.

<sup>371</sup> Que segundo Josep Fontana financiou diversos intelectuais da direita acadêmica, como Allan Bloom, François Furet e Irving Kristol. FONTANA, Josep. *História dos Homens*. Bauru: Edusc, 2004, p. 415.

<sup>372</sup> POGGI, *op. cit.*, p. 140. Segundo Poggi, a organização paramilitar *National Youth Alliance*, que trabalhava em conjunto com o *Liberty Lobby*, o *Institute for Historical Review* e o *Populist Party*, e que viria a se tornar a *National Alliance* – uma das mais maiores organizações neofascistas nos EUA nos anos 90 – era fruto dos esforços reunidos para a campanha de Wallace. POGGI, *op. cit.*, p. 150-151.

“extrema importância” por causa de “sua influência nas atitudes governamentais em relação à integração econômica”. Três rascunhos de discurso foram elaborados, um por Dick Moose (27 de fevereiro), outro por Benjamin H. Read (28 de fevereiro) e outro por Don Palmer (23 de fevereiro), sendo os dois últimos bastante parecidos, com apenas algumas frases diferentes. Todos eles foram enviados para Walt Rostow.

A proposta de Dick Moose enfatizava o papel da empresa privada, presente tanto na Carta de Punta Del Este, como no último encontro de presidentes americanos, ocorrido na mesma cidade em abril. Apesar de problemas na balança de pagamentos e das recentes regulações adotadas com relação a isto, nossa política básica com relação a encorajar investimentos privados nos países menos desenvolvidos continua a mesma. O CICYP teria um papel fundamental em “dispersar os mitos e dúvidas” ainda existentes em muitos países a respeito do papel da empresa privada no processo de desenvolvimento, e teria que mobilizar os setores privados de todos os países para criar uma “mentalidade de mercado comum”.

Os governos da América Latina precisam reconhecer não apenas que a contribuição externa financeira e técnica é necessária, mas que o investimento precisa ser atraído. Não existe escassez de oportunidades de investimentos e a América Latina precisa competir por escassos investimentos com o resto do mundo”.

Na versão de Don Palmer, “A América Latina precisará competir com o resto do mundo, inclusive os mercados domésticos dos investidores em potencial, para atrair investimentos”.

Em ambos documentos, destacava-se a decisão tomada no encontro dos presidentes americanos de estabelecer progressivamente, começando em 1970, um “Mercado Comum Latino-americano”. Haveria muitas “dificuldades” e problemas complexos teriam que ser resolvidos, e “decisões políticas duras” teriam que ser tomadas, entretanto, era considerado um projeto viável.

Na versão de Don Palmer, havia uma menção a um slogan do então presidente chileno Eduardo Frei, “revolução na liberdade”. “A criação do mercado comum latino-americano proverá a estrutura para a revolução hemisférica na liberdade”. Já no rascunho de Benjamin H Read, menciona-se a reunião que haveria em seqüência com um grupo de agências do governo americano lideradas por Tony Solomon.

Participantes da reunião do CICYP em 28 de fevereiro de 1968:

Comitê executivo: Roberto Campos (Brasil), John P. Phelps, Jr (Venezuela), e Carlos Nos Coteló (Uruguai)

Presidentes do Comitê Assessor: Romulo Ferrero (Peru), John D. J. Moore (EUA), Serio Gutierrez Olivos (Chile)

Membros

Argentina: Alejandro Frers, Ovidio Gimenez, Abraham cheps, Alejandro Orfila

Brasil: José Mindlin, Plinio Salles Souto, Luis Eduardo Campello, Serio P. Mellao, Paulo Ayres Filho, Gilberto Huber, Sebastian Camargo, Geraldo Dannemanos, Jose M. Monteiros, e General Pedro Giraldo de Alneida

Chile: Jorge Ross, Carlos Urenda

Colombia: Manuel Trujillo Vanegas

República Dominicana: Antonio Najri, Manuel Diez, Gustavo Tavares

Honduras: Armando San Martín

Panamá: Eduardo A. Vallarino, Jorge M. Arias, Manuel J. Castillo

EUA: Henry R. Geyelin, William J. Hickey, George S. Moore, Jack D. Neal, Alan E. Hadden, Norman Carignan, George Clark

Uruguai: Jorge Peirano Facio, Victor Paullier

Venezuela: Enrique Sanchez, Carlos Lander

Espanha: Enrique Leon

Pelo CLA: Esteban Ferrer, Marie de Sanctis

Entre 26 e 28 de fevereiro no encontro do Comitê Executivo do CICYP, ao qual compareceram, segundo documentos que encontramos, tanto o presidente Johnson como seu vice Humphrey, além de “muitos membros” do Bureau, entre eles Covey Oliver. No relatório do Bureau, encontramos a seguinte informação: “O membro estadunidense do CICYP é o CLA” (“The US member of CICYP is the Council for Latin America [CLA]”). Essa informação é preciosa, pois então podemos concluir que o CLA, nessa época, ao menos aos olhos oficiais do Departamento de Estado, ainda era associado por demais aos interesses dos empresários estadunidenses. A relação estabelecida com o CICYP foi, portanto, de uma espécie de filiação do CLA a essa entidade.

No mesmo telegrama, encontramos um relato sobre a participação do Bureau também no encontro do *Board of Trustees* do CLA em Washington, na manhã do dia 8 de maio de 1968, onde se teria discutido a implementação das “recomendações” do Secretário Dean Rusk

em relação ao “papel dos investidores privados na mudança social e econômica” na América Latina.

Oliver, Linowitz, o Embaixador Salzman e Gaud e outros membros do Bureau participaram de um painel conjunto da AID com o CLA para debater um relatório intitulado “Promovendo o investimento privado na América Latina” (“Promoting private investment in Latin America”), preparado pelos *trustees* Collado e Sunderland. Menciona-se também a participação do Bureau no encontro anual do CLA, na tarde do mesmo dia, onde a discussão continuou e ampliou-se o escopo de assuntos abordados, incorporando: “arbitragem”, “política de negócios”, “política trabalhista”, um painel com membros do Congresso estadunidense e uma palestra do subsecretário Katzenbach.

Outro encontro, ocorrido em 25 de junho, com representantes do CLA, continuou a discussão sobre o relatório “Promovendo o investimento privado na América Latina”, e também o encontro com subcomitês do CLA. O Bureau de Assuntos Interamericanos relatava que todos os nove subcomitês geográficos do CLA se encontraram pelo menos uma vez com o Departamento de Estado, num total de 12 reuniões, e também mais cinco reuniões específicas de grupos menores sobre aspectos específicos do Brasil.

O CLA teria cooperado com o Bureau em questões como o *Hemisfair* e projetava-se ainda a participação em uma nova reunião dos Trustees do CLA em 3 de outubro para discutir trabalhos sobre treinamento administrativo (management training), de Scarpetta, e política comercial, integração econômica (ambos pelo CICYP) e outros problemas de políticas públicas.

Uma informação relevante aqui é que, segundo essa fonte oficial, o CLA ajudaria a “financiar apresentações culturais americanas” nas Olimpíadas do México.

O ano de 1968 nos Estados Unidos, como sabido, foi marcado por intensas mobilizações contra a guerra do Vietnã e outras agressões imperialistas, incluindo na América Latina, o que se seguiria até pelo menos o final dos anos 1970. O governo Nixon e em especial Henry Kissinger foram os principais alvos dos protestos.

Era sabido que Henry Kissinger teve responsabilidade central em todas as decisões dos EUA relativas à guerra, tanto como assistente de segurança nacional, desde 1969, como enquanto secretário de Estado, de 1973 a 1976. Nesses sete anos, Kissinger presidiu o comitê encarregado de supervisionar todas as operações encobertas (*covert actions*) efetuados pela CIA e por outros órgãos do governo. A mais conhecida atrocidade cometida por Kissinger e Nixon foi, sem dúvida, o bombardeio do Camboja e do Laos, dois países com os quais os

Estados Unidos não estavam formalmente em guerra, e nos quais calcula-se que morreram um milhão de civis, descontadas as mortes posteriores ao bombardeio, decorrentes da calamitosa crise de saúde causada pelo uso de desfolhantes químicos tóxicos. Além disso, sabe-se também do suporte e armas oferecidas ao golpe militar de Bangladesh de 1971, no qual foram chacinados centenas de milhares de hindus; o envolvimento no assassinato de René Schneider, comandante legalista das Forças Armada chilenas, em 1970, e em seguida, do golpe de 1973; e o apoio ao general Suharto na Indonésia quando da invasão ao Timor Leste, em 1975, que teve como resultado pelo menos 200 mil civis mortos.<sup>373</sup>

Comprovou-se, também, que Kissinger e Nixon foram responsáveis diretos pela sabotagem das negociações de paz de 1968, em Paris, quando asseguraram pessoalmente aos dirigentes militares sul-vietnamitas que um futuro governo republicano lhes ofereceria vantagens. A paz era negociada pelo governo do Partido Democrata, e fazia parte da própria plataforma eleitoral de Hubert Humphrey, o vice de Johnson, que seria o candidato democrata nas eleições de 1968. Dessa forma, a junta sul-vietnamita não compareceu, inviabilizando a proposta que os democratas haviam montado para as negociações – quatro anos de mortes depois, Nixon assinaria o fim da guerra nos mesmos exatos termos.<sup>374</sup> Na época, Samuel Huntington era um consultor íntimo de Humphrey, a quem Kissinger chegou a oferecer os arquivos de Nelson Rockefeller, conhecido inimigo de Nixon, com quem Kissinger também estava trabalhando como informante. O jogo de Kissinger era ficar bem com os dois lados (democratas e republicanos), garantindo assim um cargo num possível governo democrata de Humphrey quanto num futuro governo de Nixon. Segundo o jornalista C. Hitchens, Kissinger teria dito a Brzezinski, amigo de Huntington, que odiava Nixon há tempos.<sup>375</sup>

O massacre do Camboja, ordenado sem a autorização do Congresso, foi feito sob o pretexto, deliberadamente falso, de que os vietcongues se escondiam entre as aldeias além das

---

<sup>373</sup> A lista das cinco maiores atrocidades cometidas com o apoio direto, inclusive envio de armas, de Kissinger é detalhadamente escrita pelo jornalista Christopher Hitchens, do *The Nation*, a partir de documentos desclassificados durante os anos Clinton. Apesar de tudo comprovado e de Kissinger ter sido, em 2001, intimado pela justiça francesa, chilena e argentina, Kissinger foi condecorado no Brasil pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na ocasião da comemoração do 65º aniversário da Congregação Israelita Paulista, em 2002, com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta honorificação brasileira para um cidadão estrangeiro. Ver HITCHENS, Christopher. *O julgamento de Kissinger*. São Paulo: Boitempo, 2002.

<sup>374</sup> Segundo Hitchens, nesses quatro anos calcula-se que cerca de 20 mil soldados americanos morreram, assim como a maior parte dos vietnamitas que perderam suas vidas durante a invasão estadunidense.

<sup>375</sup> Como lembra Hitchens, “na verdade, era um final de eleição, virando com uma diferença de cem mil votos, e muitos observadores acreditam que a diferença final se fez quando Johnson ordenou o cessar-fogo em 31 de outubro, e os sul-vietnamitas fizeram com que ele parecesse um tolo, boicotando as negociações de paz no dia seguinte”. *Ibid.*, p. 51.

fronteiras.<sup>376</sup> O bombardeio foi realizado com o objetivo explícito de demonstração de força, e violavam um princípio seguido pelos EUA desde a Segunda Guerra Mundial, de negar o direito de invadir países que mesmo reconhecidamente, dessem abrigo a seus oponentes.<sup>377</sup>

Esses seriam elementos bastante relevantes em um dos documentos mais importantes dos diplomatas Rockefeller, publicado em 1969.

## 2.10. O RELATÓRIO ROCKEFELLER DE 1969

A “subversão” e o “nacionalismo” na América Latina estava na mente de toda a família Rockefeller, em especial os irmãos Nelson e David, os mais ligados a ações políticas e empresariais nessa região, com a qual, segundo eles, a política externa dos Estados Unidos não estava correspondendo ao que deveria. Encontramos nas *Memórias* de David Rockefeller o seguinte relato sobre esse período:

No final da década de 1960, a esperança de cooperação no hemisfério criada pela Aliança para o Progresso foi estilhaçada e substituída por um miasma de confronto e suspeita. As nações da América Latina, com algumas exceções, fecharam suas fronteiras ainda mais a empresas e ao capital estrangeiros, especialmente americanos. O Pacto Andino, por exemplo, formado em 1970 pelo Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, e mais tarde com a presença da Venezuela, restringiu severamente as operações de corporações estrangeiras, e houve várias expropriações completas.

Eu estava tão preocupado com a situação que encontrei-me com o secretário de Estado William P. Rogers e o conselheiro Nacional de Segurança Henry Kissinger para discutir o que podia ser feito. Entre outras coisas, sugeri que o presidente Nixon, como uma indicação da importância que ele dava a melhores relações com a América Latina, pedisse a meu irmão Nelson Rockefeller para viajar à região como seu emissário especial. Tanto Bill quanto Henry gostaram da ideia e convenceram Nixon a pedir à Nelson para ir à América do Sul em uma missão de levantamento de informações. Infelizmente, na época as relações estavam tão ruins que até Nelson encontrou animosidade em toda parte, inclusive em uma grande manifestação antiamericana na Venezuela. Fiquei preocupado com a profundidade da hostilidade que Nelson encontrou. Claramente seria necessário mais que um emissário presidencial, não importando quem fosse, para reparar as relações com o hemisfério.<sup>378</sup>

---

<sup>376</sup> O general Telford Taylor, que havia participado do Conselho de Execução do Julgamento de Nuremberg, descreveria os ataques aéreos contra aldeias suspeitas de abertarem os guerrilheiros vietnamitas como “violações flagrantes da convenção de Genebra sobre proteção civil, que proíbe ‘punições coletivas’ e ‘retaliações contra pessoas protegidas’ e também violam as regras do bem-estar da terra.” O general Taylor afirmou mesmo que se os padrões de Nuremberg fossem aplicados aos estadistas e burocratas norte-americanos implicados na guerra do Vietnã, havia grandes chances de que recebessem o mesmo veredito do chefe militar japonês Yamashita. *Ibid.*, p. 61-65.

<sup>377</sup> O presidente Eisenhower, por exemplo, pressionou fortemente a Grã-Bretanha, França e Israel quando da invasão do Egito em 1956.

<sup>378</sup> ROCKEFELLER, *Memórias...* p. 462.

“Rockefeller Report on Latin America”, Hearing before the Subcommittee on Western Hemisphere Affairs of the Committee on Foreign Relation, United States Senate, Ninety-First Congress, First Session, 20 de novembro de 1969. (Washington: Government Printing Office, 1970), é o nome oficial deste famoso documento que ficou conhecido como Relatório Rockefeller.

Assim que tomou posse, em 1969, o presidente republicano Richard Nixon pediu ao então governador republicano de Nova York Nelson Rockefeller para que preparasse um relatório sobre as Américas. Nelson tinha larga experiência nas Américas, além de boas relações com muitas pessoas do setor privado e da política na América Latina, de maneira que parecia a todos a pessoa certa para fazer essa espécie de (potencialmente perigosa) “*survey*”.

Segundo o relatório, assinado unicamente por Nelson, os EUA teriam se perdido em sua política externa para a América Latina devido a: “interesses corporativos”, a “uma série de outras prioridades políticas”, a “constrangimentos orçamentários”, “emaranhados burocrático”, e uma “retórica bem intencionada mas irrealista” que fez “muitas vezes” tenham feito com que até mesmo “nossos melhores vizinhos” no hemisfério se perguntassem se os Estados Unidos realmente se importam com eles, colocando em risco a “relação especial” dentro do hemisfério. Os Estados Unidos estariam falando sobre parceria, mas praticando pouco.<sup>379</sup>

A situação existente em 1969, segundo o relatório, era marcada por “problemas de população e pobreza”, “urbanização e desemprego”, “analfabetismo e injustiça”, “violência e desordem”. Um fenômeno compartilhado por todas as nações do hemisfério seria o “aumento de expectativas” e “inquietação” entre aqueles homens e mulheres que “não participam de fato dos benefícios da revolução industrial e do padrão de vida melhor que veio com ela”. Mesmo entre aqueles que compartilham tal padrão, existiria uma crescente tendência a perder confiança nesse propósito. Isso tornaria o solo fértil para as sempre presentes “forças destrutivas”, prontas para “explorar” essas “incertezas” e para “agitar os inquietos”.<sup>380</sup>

Como resultado, nos Estados Unidos e “em todo o hemisfério ocidental”, a “legitimidade” do “sistema político democrático” e do “sistema econômico de iniciativa individual” estariam sob “ameaça”. Em todas as partes, os governos estariam lutando para lidar com “demandas conflitantes entre crescimento econômico e reforma social”. O

---

<sup>379</sup> “Rockefeller Report on Latin America”, Hearing before the Subcommittee on Western Hemisphere Affairs of the Committee on Foreign Relation, United States Senate, Ninety-First Congress, First Session, 20 de novembro de 1969. (Washington: Government Printing Office, 1970).

<sup>380</sup> *Ibid.*

nacionalismo seria crescente na maior parte da região, com “fortes tons anti-estadunidenses”. Uma frustração crescente era evidenciada pela “instabilidade política”, pela limitação das “oportunidades econômicas e educacionais”; e pela “incapacidade” ou “vagarosidade das estruturas governamentais existentes” em “resolver os problemas populares”. “Forças subversivas” trabalhando em todo o hemisfério seriam rápidas para “explorar” e “exacerbar” “toda e cada situação”.<sup>381</sup>

Portanto, tal instabilidade social e política, motivada por uma pressão crescente por respostas por ele consideradas “radicais”, junto a uma “crescente tendência a uma independência nacionalista dos Estados Unidos”, dominavam o cenário. “As sementes do niilismo e da anarquia estão se espalhando através do hemisfério”, afirmava.<sup>382</sup>

As forças da mudança, ao mesmo tempo, seriam inevitáveis: a explosão de um “novo conhecimento”, a “aceleração da comunicação”, a “mobilidade massiva de pessoas”, a “multiplicidade de contatos humanos”, o “ritmo e diversidade” da experiência, a natureza crescentemente transitória de todas as relações estariam alterando substancialmente os valores nos quais as diferentes culturas estariam ancoradas. Nenhuma sociedade estariam imune a essas forças de mudança. Dependendo de como lidar com elas, o resultado poderia ser tremendamente construtivo ou tremendamente destrutivo. Os Estados Unidos não poderiam controlar essas forças, mas poderiam entendê-las para melhor lidar com elas.

Por todo o hemisfério, segundo o relatório, embora as pessoas estivessem conseguindo mover-se de forma relativamente constante para fora da pobreza, o *gap* entre os “privilegiados” e os “desprivilegiados” tanto *dentro* das nações como *entre* nações era cada vez mais agudo, e as modernas comunicações apenas pioraram isso.

O rádio teria trazido à tona uma “revolução nas consciências”, ao permitir que os pobres pudessem ver e saber da “opulência dos ricos”, fazendo com que nunca mais fosse aceitável viver nas mesmas condições do passado. As expectativas teriam aumentado muito, e as frustrações estariam se transformando em uma “sensação” de “injustiça” e desilusão”.

As nações americanas latinas, que não compartilhavam a produtividade e os níveis de vida de seus vizinhos do Norte, “enchendo-as de inveja, ressentimento e frustração”, deveriam desenvolver “sistemas efetivos para canalizar a poupança nacional em formação de capital e investimento industrial”, de “leis para proteção dos interesses públicos ao mesmo tempo que encorajem o espírito de empreendedorismo”, e “serviços governamentais para apoiar o crescimento industrial”.

<sup>381</sup> Ibid.

<sup>382</sup> Ibid.

Ao mesmo tempo, essas nações “americanas latinas” deveriam “cuidar do problema da superpopulação”. Sua população extremamente jovem tornava impossível atender tamanha pressão por mais escolas, serviços de saúde, casas e estradas – demandas que estariam aquém da capacidade dos governos em atender. Essa juventude geraria uma “oferta de mão-de-obra impossível de absorver” e “problemas urbanos crescentes”, anulando muito do crescimento econômico alcançado e tornando extremamente difícil, senão impossível, a melhora dos padrões de vida.

Um produto positivo da vida urbana teria sido a “emergência política da mulher”, que já possuía direito ao voto em todo o hemisfério e que estaria provando ser majoritariamente uma “influência centrista” nesse cenário.

Os Estados Unidos seriam um “alvo natural” do “nacionalismo latino-americano” por seu “poder e presença”. Tais “sensibilidades nacionais” seriam afetadas pelo fato de que, em outras repúblicas americanas, o capital, a administração e os produtos diversificados teriam um papel “desproporcionalmente visível”. As “forças do nacionalismo” estariam criando “pressões crescentes contra o investimento privado externo”. O ímpeto por independência frente aos EUA estaria levando a pressões por nacionalização das indústrias estadunidenses, controle local ou participação nas firmas. Muitos economistas e empresários reconheceriam a “clara” “necessidade” de capital e tecnologia estadunidenses, mas eles os almejavam em termos “consistentes com seu desejo por auto-determinação” – a ponto de a legitimidade política dos governos depender do grau de independência em relação aos EUA.<sup>383</sup>

A juventude era um problema central para o relatório de Rockefeller. A participação estudantil, segundo ele, estaria se tornando uma “força política gigantesca” em todos os países; e, por causa de seu próprio “idealismo”, essa juventude seria suscetível à “penetração subversiva” e a ser explorada como um “meio revolucionário para destruição da ordem existente”.

O mesmo fenômeno seria visto na classe trabalhadora, mas, “felizmente”, segundo o relatório, “os maiores grupos no movimento trabalhista no hemisfério” possuíam “lideranças democráticas”; “eles procuram aumentar a produtividade de suas nações e uma parte justa desta produtividade para os trabalhadores e suas famílias”. Mas um “segmento substancial” do trabalho seria liderado pelos comunistas, que estariam preocupados não com a produtividade da nação, mas com a derrubada das instituições existentes, públicas e privadas.

---

<sup>383</sup> *Ibid.*

O relatório ainda apontava mudanças importantes nos Exércitos e na Igreja Católica, duas importantes instituições na América Latina, que por mais de 400 anos teriam ajudado a “manter a estabilidade política”, mas que agora, devido a mudanças demográficas e ideológicas, teriam perdido esse papel em larga medida. Elas estariam caminhando junto com as forças da mudança: no caso da Igreja, com um reconhecimento enorme da responsabilidade para com os pobres, e no caso do Exército, com a entrada de muitos jovens pobres, alterando sua composição social. Por causa de seu novo profundo idealismo, a Igreja, como os jovens, estaria cada vez mais suscetíveis à “penetração subversiva”.<sup>384</sup>

Um novo tipo de homem militar, proveniente de estratos mais baixos da sociedade e visando uma oportunidade educacional e de carreira, estaria emergindo e diante de uma impaciência crescente com a corrupção, a ineficiência, ele estaria preparado para adaptar sua tradição autoritária para os objetivos do progresso econômico e social. Por sua própria origem, esse novo homem militar, ao contrário das elites aristocráticas que dominavam os exércitos no passado, seria mais sensível a questões como a erradicação da pobreza e a melhoria de vida dos oprimidos, tanto no campo como na cidade.

Apesar disso, esse setor estaria muito tentado a “regimes autoritários” que ferem as liberdades civis e políticas individuais, “alem do quê é requerido para a restauração da ordem e do progresso social”, uma “tentação” difícil de “resistir”. Acima de tudo, esses “governos autoritários” seriam intrinsecamente “não confiáveis do ponto de vista ideológico”, e muito “vulneráveis ao nacionalismo extremo”; eles poderiam ir para “praticamente qualquer direção doutrinária:

O teste maior será se esses novos militares conseguirão mover a nação, com planejamento consciente e flexibilidade, em direção a uma transição do controle militar com propósito social para uma forma mais pluralista de governo a qual permita a dignidade e o talento individual florescerem. Ou eles se tornarão radicais, estatistas e anti-EUA?”<sup>385</sup>

Nesse sentido, o relatório alertava para a possível atração que o marxismo poderia ter junto a esse novo homem militar, fosse porque justificaria “através de suas teorias de vanguarda de elite, um governo de um grupo relativamente pequeno ou de uma única instituição (como o Exército)”, fosse porque forneceria uma “*rationale* para sacrifícios impostos pelo Estado para desenvolvimento econômico”.

---

<sup>384</sup> *Ibid.*

<sup>385</sup> Rockefeller Report on Latin America”, Hearing before the Subcommittee on Western Hemisphere Affairs of the Committee on Foreign Relation, United States Senate, Ninety-First Congress, First Session, 20 de novembro de 1969. (Washington: Government Printing Office, 1970).

Uma importante influência contrária a isto seria a propaganda sobre os sucessos fundamentais do modo de vida estadunidense, à qual muitos militares de outros países americanos vinham tendo acesso através dos programas de treinamento militar conduzidos pelos EUA no Panamá (Escola das Américas) e nos próprios EUA.

Por sua vez, a “comunidade de empresários” estaria passando por fenômeno similar: uma dicotomia entre “auto-interesses há muito estabelecidos, atrelados a práticas de paternalismo e monopólio através de altas tarifas protecionistas”, e “novos empresários ou velhos empresários com novos e jovens administradores que trazem consigo uma preocupação social pelos trabalhadores e o público tanto quanto para os acionistas”. “A nova liderança empresarial” seria, assim, uma força “construtiva e promissora”, e deveria assumir um papel maior no desenvolvimento do hemisfério ocidental.

No ponto sobre a “subversão comunista”, o relatório afirma que apesar dos esforços dos governos americanos em combatê-la, Fidel Castro vinha recrutando e treinando muitos guerrilheiros para atuarem nas Américas para “exportar a revolução agrária de tipo comunista-cubano”, o que estaria sendo mais facilmente combatido do que o “terrorismo urbano”, forçando os governos a “utilizar medidas cada vez mais repressivas” para lidar com isto. Assim, um “ciclo de ações terroristas e reações repressivas contrárias” tenderia a “polarizar” a situação política, criando um solo ainda mais fértil para “soluções radicais” entre largos segmentos da população. Agora os castristas estariam juntando forças com os igualmente violentos maoístas em atos de “subversão, terror e violência” nas cidades.

Em 20 de janeiro de 1970, um *memorandum* de Viron P. Vacky para Kissinger sobre um “plano de trabalho para a política latino-americana” afirmava que se estava organizando um grupo sob a direção de Fred Bergsten. No ponto 4 do *memorandum*, afirmava-se que como muitas das ideias seriam “técnicas”, a questão de como montar o *staff* era importante. Vacky afirmava que havia “diversas ferramentas” à disposição, entre elas buscar o “serviço voluntário” de “conselheiros, individuais ou coletivos”, como o *Council for Latin America*. Em seguida, listava-se uma série de propostas sobre temas como mercado de capitais, promoção de exportações, ajuda bilateral, desenvolvimento urbano, etc, e de ações sugeridas especificamente para cada proposta. O CLA e o CIAP apareceram em diversas propostas de “ações sugeridas”, como nos pontos “estrutura multilateral” e “serviço da dívida”.<sup>386</sup>

---

<sup>386</sup> Memorandum de Viron P. Vaky for Dr. Kissinger, Subject: Work-Plan for Latin American Policy. 20 de janeiro de 1970. Desclassificado em 28.05.2013. Número LOC-HAK-3-7-10-9. Acessível digitalmente no site da CIA.

No ponto “investimento privado”, era sugerida uma conferência, “possivelmente organizada pelo CIAP”, para “estabelecer a postura estadunidense” e sugerir as “regras do jogo” regionais e nacionais para: (a) “garantir um clima mais previsível para os investidores” e (b) ter um “entendimento mútuo” para “diminuir o conflito futuro”.

A segunda sugestão do ponto era “prover assistência” ou “encorajar” as firmas estadunidenses que fizessem arranjos para participação local equitativa, como ocorreria no caso Anaconda-México. E no ponto “empresa privada local”, propunha-se estabelecer programas especiais para o desenvolvimento e o treinamento de empreendedores latino-americanos, a ser administrado pela OPIC (*Overseas Private Investment Corporation*), pelo CLA e por outros meios. Esses dois últimos pontos, assim como diversos outros do *memorandum*, teriam sido baseados nas recomendações do Relatório Rockefeller de 1969.

Os anos 1970, para o Conselho, começam com a necessidade, vista na viagem de Nelson Rockefeller pela América Latina, tanto de endurecer contra os “comunistas” (ou “subversivos” em geral) e ao mesmo tempo ter que operar de maneira mais sutil, de forma a não parecer de maneira tão evidente que as atividades do Conselho serviam basicamente para atender os interesses do grande capital estadunidense. Trataremos deste tema no próximo capítulo. Um último tópico encerra este nosso primeiro capítulo, de maneira a deixar que a própria cronologia dos eventos nos ajude a contar essa história do Conselho das Américas: a ideologia que desenvolveu David Rockefeller dentro de sua herança empresarial/familiar e também sua formação educacional, que serão importantes para entender a atuação do Conselho das Américas em todos os capítulos que seguem.

## 2.11. FILANTROPIA COMO INVESTIMENTO E CONTRA-REVOLUÇÃO PREVENTIVA: A MATRIZ ROCKEFELLER

Abrimos um parêntese neste ponto para desenvolver um tema incontornável em um trabalho sobre as atividades de David Rockefeller na América Latina, que é o fato de que este não criou do zero uma ideia de ativismo empresarial, mas aprendeu de suas gerações anteriores, primeiro com seu avô, depois com seu pai. Como se sabe, a fortuna dos Rockefeller vem da criação da Standard Oil, que levou este nome porque uma das inovações trazidas por esta empresa de transporte de petróleo nos Estados Unidos de meados do século XIX foi criar um sistema de padronização nesta atividade (*standard*). Logo a fortuna seria investida nos mais diferentes ramos econômicos incluindo indústria têxtil, mineração, e,

finalmente mas não menos importantes, bancos (o principal deles seria o *Chase Manhattan Bank*).<sup>387</sup>

Lendo as *Memórias* de David Rockefeller, vemos como este incorporou ideologicamente, e defendeu até o fim da vida, um conjunto ideológico bastante definido: a *filantropia como um investimento*; e a propensão para uma *política de prevenção dos conflitos* sociais fundamentais – ou pelo menos de redução de danos que deles pode vir para os “homens de negócios”. Em sua época, isso significou a aliança de um anti-comunismo ferrenho com a propaganda da livre empresa, amparados por “obras” sociais provenientes do próprio “setor privado”. Podemos entender essa segunda faceta a partir da ideia de contra-revolução preventiva, tal como concebida pelo sociólogo brasileiro Florestan Fernandes.<sup>388</sup> Esta seria uma linha mestra ideológica do Conselho das Américas, e para melhor entendê-las, vale a pena resgatar esse histórico.

Quando a *Standard Oil* fundada por John D. Rockefeller foi dissolvida em 1911 pela lei Anti-Truste, ela se fragmentou em mais de trinta outras, entre elas a *ExxonMobil*, a *Chevron*, e a *Amoco*. David Rockefeller, a certa altura de sua larga descrição sobre seu avô, afirma que “muitos economistas dizem que os negócios ‘reagem à demanda do mercado’: mas não era assim que meu avô trabalhava. Ele também *criou* a demanda formando novos canais de distribuição nacionalmente e no exterior”.<sup>389</sup> Nota-se o alto grau de consciência que demonstra David Rockefeller sobre este tema tão importante. Ao mesmo tempo, ele ressaltava como, com a *Standard Oil*, seu avô teria criado a “corporação moderna”, o que é, de fato, inegável para qualquer leitor da história desta época do capitalismo.<sup>390</sup>

Assim descreve David como iniciou a veia filantrópica da família, com seu avô John D.:

Mas meu avô, cada vez mais, depois de se aposentar da Standard Oil em 1897, ocupava-se com uma forma diferente de investimento: a filantropia, que ele denominava a ‘arte de doar’. Com isso, ele teria resultados tão profundos quanto os que teve com a Standard Oil [...]

Ao fazer isso, meu avô estava seguindo a injunção religiosa do dízimo, ou seja, doando a décima parte de sua renda à Igreja e outras boas causas. À

<sup>387</sup> Segundo a apologética descrição de David Landes, “John D. Era o modelo rematado de um empresário protestante ascético, a la Max Weber. Seu objetivo na vida era ganhar dinheiro – honestamente – e depois usá-lo com o máximo de inteligência possível. Sua busca de riqueza foi uma vocação sagrada, com a filantropia e a virtude como recompensas. A abastança erra um sinal da graça de Deus, e a pobreza, um sinal de desaprovação divina.”. LANDES, David. *Dinastias*. Esplendores e infortúnios das grandes famílias empresariais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, p. 213.

<sup>388</sup> FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

<sup>389</sup> ROCKEFELLER, *Memórias*... p. 12.

<sup>390</sup> Uma excelente história deste período pode ser encontrada em PANITCH, Leo & GINDIN, Sam. *The making of Global Capitalism: the Political Economy of American Empire*. London/New York: Verso, 2012.

medida que sua renda crescia, suas doações caritativas aumentavam, em geral alcançando o dízimo para o qual ele se comprometera. [...]

Alguns disseram que meu avô e meu pai, junto com Andrew Carnegie, inventaram a moderna filantropia. Pode ser verdade, mas pode ser também um exagero. O que os dois fizeram foi destacar a necessidade de deixar de usar as atividades caritativas para tratar os sintomas de problemas sociais e passar a compreender as causas subjacentes. Isso os levou a adotar uma abordagem científica e apoiar o trabalho de especialistas em vários campos.<sup>391</sup>

Bastante elucidativo da matriz rockefelleriana de lidar com o conflito social é a atitude que teve John D. Rockefeller no episódio do massacre de Ludlow, em uma de suas fábricas, em 1911, ao qual David Rockefeller se refere como um acontecimento “vergonhoso” da “história do trabalhismo” nos Estados Unidos. Em setembro de 1913, mais de 900 trabalhadores representados pelo sindicato dos Trabalhadores de Carvão decretaram greve em minas do sul do Colorado, incluindo a mina que explorava uma das empresas de mineração de John D., a Colorado Fuel & Iron (CF & I). Depois de um longo impasse, em abril de 1914 um ataque da Guarda Nacional matando dezenas de pessoas, centenas de feridos, incluindo a morte de 11 mulheres e crianças porque os guardas tinham ordens para tocar fogo nas casas. O presidente Woodrow Wilson foi obrigado a enviar tropas federais por causa do episódio.

Foi assim, após tentar uma alternativa coercitiva radical e gerar uma tremenda repercussão negativa para suas empresas, que ademais enfrenavam as leis da chamada “época progressista” nos Estados Unidos da primeira década do século XX, que o pai de David Rockefeller optou por uma abordagem “científica” do problema. Ele contratou William Lyon Mackenzie King, que mais tarde seria Primeiro-ministro do Canadá.

No início, ele [seu pai] assumiu uma posição linha-dura contra os grevistas, indubitavelmente influenciado por Gates [funcionário da empresa], que considerava os grevistas pouco melhores que os anarquistas. Depois de Ludlow, meu pai começou a questionar a opinião de Gates. [...] King se tornou o amigo mais próximo de meu pai e, seguindo suas recomendações, meu pai implementou um ‘plano de representação industrial’ na CF&I que se tornou um marco nas relações trabalhistas. [...] O objetivo de meu pai era melhorar as relações trabalhistas nos Estados Unidos, dando atenção às queixas e convencendo os homens de negócios a reconhecerem seu papel mais amplo na sociedade”.<sup>392</sup>

Até mesmo a apologética leitura de David Landes nos mostra que, para John D.,

não constituía problema pagar bons salários, a melhor maneira de angariar o afeto e a lealdade dos empregados. E a John agradava a ideia de um sindicato na empresa – sem vínculo com o sistema oficial de sindicalização

<sup>391</sup> ROCKEFELLER, *Memórias...* p. 16-17.

<sup>392</sup> *Ibid.*, p. 27.

-, um instrumento de controle e favoritismo e uma forma para excluir baderneiros potenciais. Mas a entrada de um terceiro de fora, disputando a autoridade, já era outra história. A questão envolvia prerrogativas administrativas e os privilégios da hierarquia – em essência, questões de ordem e propriedade [...] Tentativas posteriores do presidente Wilson para promover a conciliação foram recebidas com uma resistência implacável: a questão de trabalhar apenas com empregados sindicalizados estava fora de cogitação, sem chance de discussão. John D. Vi a acampanha anti-sindicalização como um replay da Guerra Revolucionária, uma luta por direito e liberdade”.<sup>393</sup>

É possível tecer algumas relações entre os nomes que compõem a diretoria do Conselho das Américas e o tipo de atuação política que este aparelho desempenhava no contexto do final dos anos 1960. Analisando a composição de nomes do então *Council for Latin America* em 1968 e 1969, percebemos que predominam representantes de empresas multinacionais com sede nos Estados Unidos que não apenas tinham a América Latina como mercado consumidor, mas também como receptora de investimentos e de plantas industriais.

José de Cubas, por exemplo, era presidente da *Westinghouse Electric*, que neste período já é uma empresa exportadora de bens de consumo duráveis, carro-chefe do capital multinacional-associado que aflora especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial. Percebemos também uma quantidade exponencial de representantes de bancos privados norte-americanos, o que mostra que o fenômeno da “financeirização” não é exatamente recente. Trata-se de bancos comerciais que já eram credores de dívidas externas latino-americanas, cujo interesse era o de ampliar os empréstimos para a região. Outro grupo de empresas com muito peso está relacionado ao petróleo. Jack Wyant e Ralf Brent são nomes que remetem à profissionalização da propaganda anti-comunista nos Estados Unidos, principalmente através do rádio.

À parte isso, Eric Shaw e Enno Hobbing representavam a união orgânica do Conselho com a CIA. Por sua vez, Esteban Ferrer é o típico representante de uma classe de indivíduos cuja trajetória é bastante conhecida: exilados cubanos em Miami após a revolução de 1959 que se engajam na política entre Estados Unidos e América Latina. Humberto Cortina é outro

---

<sup>393</sup> LANDES, *op. cit.*, p. 227-228.

exemplo. Estavam ali presentes também indivíduos que ocupavam cargos de Estado, como John F. Gallagher, da Sears, que durante o governo Nixon foi secretário de Estado Adjunto para Assuntos latino-americanos.

É interessante notar que não há nenhuma empresa de origem latino-americana e nenhum executivo latino-americano nessa diretoria. A tabela com breves descrições de alguns dos diretores do *Council* encontra-se nos Apêndices.

## 2.12. CAPITAL E ESTADO-NAÇÃO: IDEOLOGIAS EMPRESARIAIS PÓS E ANTI-1968

A internacionalização do capital não apenas não prescindiu dos Estados nacionais: necessitou destes, de modo a propiciar as estruturas de acumulação e de manejar o trato político com a classe trabalhadora. Podemos entender, com Nicos Poulantzas, que

A internacionalização do capital nem suprime nem curto-circuita os Estados nacionais, nem no sentido de uma integração pacífica de capitais ‘sobre’ os Estados, com cada processo de internacionalização trabalhando sob a dominância de determinado país, nem no sentido de sua extinção sob o super-Estado americano, como se o capital americano pura e simplesmente engolisse outras burguesias nacionais. Mas, de outro ângulo, essa internacionalização tem um profundo efeito nas formas políticas e institucionais destes Estados por sua inclusão num sistema de interconexões as quais não estão de forma alguma limitadas à interação de pressões ‘exteriores’ e ‘recíprocas’ entre estados e capitais justapostos. Os Estados mesmos assumem responsabilidade pelos interesses do capital imperialista dominante em seu desenvolvimento estendido verdadeiramente dentro da formação ‘nacional’, ou seja, em sua complexa interiorização na burguesia interna que domina.”<sup>394</sup>

Para Poulantzas, a relação Estado-Nação é mantida porque a nação conservaria sua própria existência com respeito às “formas nacionais” da luta de classes em toda a complexidade de sua determinação – uma unidade econômica, territorial, lingüística, simbólico-ideológica ligada a uma “tradição”.<sup>395</sup>

“As fronteiras políticas das nações-Estado”, dizia William J. Spencer, presidente da *First National Corporation*, que operava em noventa países, “são estreitas e limitadas demais

<sup>394</sup> POULANTZAS, Nicos. The internationalization of the State. *Economy and Society*, v. 3, p. 145-179, 1974. Primeiramente publicado como L’Internationalisation des relations capitalistes et de l’Etat-Nation. *Le Temps Modernes*, n. 319, fevereiro/1973. Utilizamos aqui a versão publicada em *The Poulantzas Reader*: Londres/Nova York: Verso, 2008, p. 244.

<sup>395</sup> *Ibid.*, p. 250-251.

para definir o escopo e o alcance da empresa moderna”.<sup>396</sup> O empresário francês Jacques Maisonrouge iria ainda mais longe, afirmando que “as estruturas políticas mundiais são inteiramente obsoletas. Não mudaram em pelo menos cem anos e estão lamentavelmente desafinadas com o progresso tecnológico”; e que “o problema crítico de nossa época” seria “o conflito conceptual entre a busca de otimização global de recursos e a independência dos Estados-Nação”.<sup>397</sup> Segundo a *Business International Corporation*, em relatório de 1967, “a nação está se tornando obsoleta: amanhã, em qualquer sentido significativo, estará morta – e o mesmo acontecerá às empresas que permanecerem essencialmente nacionais.”<sup>398</sup>

A internacionalização da administração e da propriedade das multinacionais, juntamente com a centralização de capital, constituiu um processo central ao capitalismo contemporâneo; mas também representou uma tática política do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. “Desamericanizar” algumas empresas, dando a aparência de uma propriedade internacional mediante a venda de pequenos blocos de ação a tomadores estrangeiros muito dispersos, fazendo com que nenhum deles pudesse desafiar os controladores, ao mesmo tempo dando à subsidiária a aura de uma empresa local, era uma estratégia empresarial afinada com o cosmopolitismo.<sup>399</sup>

Se por um lado havia estes que renunciavam o simples fim do Estado-Nação, outros tinham uma postura mais pragmática, defendendo a ideia de que o Estado Nacional apenas teria um conjunto de tarefas diferente do que teve até então – mas que, longe de acabar, continuaria sendo muito importante para o próprio bem-estar dos investimentos.

Os empresários e intelectuais da AS-COA eram também apologetas da operação internacional das empresas, considerada um bem realizado por elas para a humanidade; tais empresários-militantes nunca falaram propriamente em “fim do Estado”, muito menos do fim das nações, mas de uma readequação das funções e estrutura do Estado para atender às necessidades crescentes de um capital mundializado. O supranacionalismo do capital monopolista voltava-se para a formatação de burocracias estatais dos Estados capitalistas em moldes qualitativamente diferentes daqueles construídos no pós-Segunda Guerra, buscando sempre alijar de maneira preventiva e permanente determinados interesses – principalmente, esvaziando de potencialidade a capacidade de influência dos movimentos organizados dos trabalhadores. Nos anos 1960 e 1970, na América Latina, tratava-se de uma ofensiva

---

<sup>396</sup> MULLER, Ronald & BARNET, Richard. *Poder global*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, s/d, p. 19.

<sup>397</sup> Fala de Maisonrouge à *American Foreign Service Association*, 29 de maio de 1969, *apud* MULLER & BARNET, *op. cit.*, p. 19.

<sup>398</sup> MULLER & BARNET, *op. cit.*, p. 19.

<sup>399</sup> *Ibid.*, p. 68.

imperialista moldada pela guerra fria e pela contrarrevolução “a quente”, adornada pelo discurso do liberalismo e da responsabilidade social corporativa.

### 3 O CONSELHO DAS AMÉRICAS E O CICLO DITATORIAL NA AMÉRICA LATINA (1969-1979)

*Certamente nós precisamos ganhar credibilidade junto aos estudantes, mas essa credibilidade será conquistada não resumindo nossos esforços a mudar as atitudes dos estudantes através de propaganda, mas através do velho e honesto conceito bíblico de executar boas ações. Em outras palavras, nós também temos que trabalhar em mudanças nas rígidas atitudes de colegas que operam dentro da estrutura das corporações – para dar a eles uma visão humana e criar uma atmosfera que possa torná-los mais atentos e genuinamente responsivos quanto a seu papel de agentes da mudança.*<sup>400</sup>

MARZULLO, 1970

Em 08 de janeiro de 1970, uma carta de Ralf Brent<sup>401</sup>, assistente do presidente do CLA, para os membros da *Frank Tannenbaum Inter-american Roundtable*<sup>402</sup>, convidava para o almoço das quintas-feiras na sede do CIAP – aquela que seria a primeira dos anos 1970. Todas as quintas, lembra Brent, o CIAP recebia algum convidado para falar sobre temas de interesse do Conselho. A carta não revelava o nome do convidado, mas afirmava que seria um empresário, professor, editor, homem de relações públicas, *expert* em finanças, ou jornalista cujo interesse primordial era relações entre Estados Unidos e América Latina. O tema da palestra seria “A América Latina nos anos 1970”, e abordaria prognósticos sobre “se a

<sup>400</sup> “Certainly we need to gain credibility with the students, but this credibility will be gained not by our confining our efforts to changing students’s attitudes through propaganda but through the old fashioned honest biblical concept of performing good Works. In other words, we also need to work at changing rigid attitudes of colleagues operating within the corporate structure – to give them a human vision and to create an atmosphere which makes them more aware of and genuinely responsive to their roles as agents of change”. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>401</sup> Ralf Brent era dono de uma rádio em Nova York (Radio New York Worldwide – WNYW), e antes disso era diretor Pennsylvania Broadcasting Company, na Filadélfia. Foi agraciado com o prêmio de “Contribuição destacada ao Entendimento Internacional” em 1958, e foi premiado pelo presidente Kennedy durante a crise dos mísseis em Cuba, o que sugere sua atuação política profissional anti-comunista. Fonte: The University of Wyoming, “Biography of Ralf Brent” Em “The Public Television Act of 1967: Hearings. Congress/Senate. Subcommittee of Communications”. US Government Printing Office, Washington, 1967, p. 432.

<sup>402</sup> Não encontramos o que eram tais Roundtables. Porém podemos deduzir algo a partir de quem foi o homenageado. Frank Tannenbaum (1893 - 1969) foi um historiador, sociólogo e criminologista austríaco-americano que fez contribuições significativas para a história moderna do México durante sua carreira na Universidade de Columbia, onde foi professor de história latino-americana. Foi um dos primeiros intelectuais a combinar na análise da Revolução mexicana uma série de inspirações e perspectivas distintas: a tradição radical européia, o populismo norte-americano e uma forte influência de intelectuais mexicanos, que teve um desdobramento importante na forma como os norte-americanos se relacionam com o México. Participou da organização internacional de operários da indústria (Industrial Workers of the World). Engajado na causa operária, liderou manifestações desempregados durante a Primeira Guerra Mundial, resultando na sua prisão em 1915. Fonte: CASTRO. Ana Claudia Veiga. Um americano na metrópole [latino-americana] Richard Morse e a história cultural urbana de São Paulo (1947-1970). Tese (doutorado História e Fundamento da Arquitetura e Urbanismo). FAU USP, 2013.

América Latina teria mais ou menos governos militares; o que aconteceria com o problema populacional, se haveria mais expropriações contra os EUA, e responderia cuidadosamente as questões dos convidados”. O almoço incluía duas doses do líquido de preferência do pagante, que custaria apenas 7 dólares.<sup>403</sup>

Nos anos 1970, o Conselho das Américas encontraria dois grandes inimigos: o nacionalismo terceiro-mundista (suposto ou verdadeiro), na medida em que teria “contaminado” a América Latina (e com ele, o medo real ou imaginário de expropriações); e por outro, os movimentos de juventude e intelectuais que denunciavam o tipo de atividade desempenhada pelo Conselho. Já entre seus aliados, não importava muito o regime político: David Rockefeller e sua trupe eram bastante íntimos de ditadores, que, no período em tela, estavam por todas partes em nosso continente.

Em fins de 1972, como já tinham atentado os pesquisadores Richard Muller e Ronald Barnet, David Rockefeller falou ao conselho sobre seus próprios esforços diplomáticos, ou seja, de uma grande viagem de condecoração, televisada para todo o país, no gabinete do presidente da Colômbia, na presença de três ex-presidentes. “A **democracia dos consumidores é mais importante do que a democracia política**”, teria sugerido ele como lema para os membros do *Council of the Americas*.<sup>404</sup>

Segundo a clássica pesquisa de Muller e Barnet sobre as multinacionais, o *Council of the Americas* estava engajado no mesmo ativismo empresarial, preocupado com a imagem das empresas transnacionais. Não por acaso, dedicou sua reunião anual de 1972 ao tema da “anti-empresa” e à maneira como elas poderiam “explicar-se melhor”. O mesmo tema teria dominado a “Conferência da Casa Branca sobre o mundo em 1990”, também em 1972, quando David Rockefeller teria chocado os presentes observando que, de acordo com um levantamento, três em cada cinco estudantes americanos acreditavam que “as grandes empresas tomaram do Congresso e do governo as rédeas do poder”.<sup>405</sup>

Mais importante que isso, nos anos 1970 o *Council of the Americas* estava profundamente envolvido na *diplomacia empresarial*, regularmente patrocinando a visita de “delegações de alto nível” à Argentina, Venezuela, México e, especialmente, Peru e

<sup>403</sup> Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>404</sup> A fala de Rockefeller para o *Council of the Americas* foi em 5 de dezembro de 1972. MULLER & BARNET, *op. cit.*, p. 96.

<sup>405</sup> O levantamento que seria corroborado por uma pesquisa da Universidade de Michigan que revelara que 59% dos americanos pensavam que o governo era dirigido por “alguns grandes interesses, que apenas cuidam de si mesmos”, e com a pesquisa da *Opinion Research Corporation* segundo a qual 53% dos entrevistados nos EUA julgavam que as empresas estão fazendo pouquíssimo esforço para reduzir a poluição. A fala de David Rockefeller, de 1º de maio de 1972, se intitulava “O futuro da Corporação Multinacional”. MULLER & BARNET, *op. cit.*, p. 25.

Colômbia, dois membros do Mercado Comum Andino. Na Argentina, a finalidade da visita dos executivos era, nas palavras da entidade, “ajudar todo o setor privado do país a tornar a projetada lei para regulamentar os investimentos estrangeiros um instrumento efetivo para o desenvolvimento da Argentina”. Na Colômbia, os representantes do *Council* tentaram fazer com que o governo suspendesse as cláusulas mais rígidas do Código Andino, tornando claro, como diz John Gallagher, que “tomaremos medidas retaliatórias, cortando todos os novos investimentos”.<sup>406</sup>

Ao mesmo tempo, esses “administradores mundiais” falavam cada vez mais na “responsabilidade social” de suas empresas, em especial nos países “subdesenvolvidos”. “As empresas devem participar da solução do grande problema da administração da mudança”, disse Harvey Schwartz, vice-presidente da *International Basic Economic Corporation*, empresa do grupo Rockefeller. Alguns executivos, como John Gallagher, da Sears, defendiam que as companhias globais deveriam dar uma “contribuição cívica” de 2% dos seus lucros líquidos, que poderiam ser investidos em projetos especialmente atraentes para estudantes, militares e outros importantes grupos de interesse os quais poderiam vir a se mostrar hostis aos investimentos estrangeiros. Outra ideia, sugeriu Gallagher, era maior agressividade na ajuda ao país hospedeiro para desenvolver seus mercados externos.<sup>407</sup>

Neste capítulo, veremos como o Conselho renovou sua atuação nos anos 1970, começando por uma ampliação da campanha pró-empresa privada; um estreitamento das relações com o Estado estrito nos Estados Unidos; lutou contra o Pacto Andino e todas as tentativas latino-americanas de solidariedade anti-imperialistas, e a favor de uma área de livre comércio em todo o hemisfério; e como relacionou-se com os regimes políticos ditatoriais latino-americanos dos anos 1970, especialmente Brasil e Chile.

Começemos pelo *front* interno: como o Conselho procurou forjar alianças e construir um terreno favorável para suas políticas no solo estadunidense. Mas antes disso, temos que apresentar devidamente alguns dos personagens centrais deste capítulo, nomes que aparecerão com frequência nas fontes aqui analisadas. Alguns deles já foram citados mas não devidamente apresentados ao leitor.

---

<sup>406</sup> *Council of the Americas, Report*, setembro de 1971, p. 4-5, *apud* MULLER & BARNET, *op. cit.*, p. 92

<sup>407</sup> *Ibid.*, p. 97.

### 3.1. OS PERSONAGENS CENTRAIS DO COA: HOMENS DE CONFIANÇA DE DAVID ROCKEFELLER E AGENTES DA CIA

Sobre **Esteban Ferrer** encontramos pouquíssimas informações. O que sabemos pela imprensa é que é um advogado exilado de Cuba. Foi autor de muitas publicações do Council of the Americas.<sup>408</sup> EM uma publicação do Departamento de Direito da Universidade de Columbia, encontramos que ele foi da turma de 1975. Em 1972, casou-se com a filha de um importante gerente mundial da General Motors, que era também diretora de arte do CIAP, Lelia Nutting<sup>409</sup> Ele trabalhou por 17 anos na firma Stamford, de Connecticut.<sup>410</sup> Já em um documento do Senado americano, datado de 1984, encontramos que Ferrer estava trabalhando na firma *Parmer, Shutts and Bowen*; e que além do *Council of the Americas*, onde estava como presidente do capítulo Miami.<sup>411</sup> Porém a este episódio voltaremos no capítulo 4. O baixíssimo volume de informações, o fato de ser um refugiado cubano anti-comunista, muitos indícios apontam para a hipótese de que, como Enno Hobbing, Ferrer fosse agente da CIA.

**Donald Meads** (1921-2013) passou pelas diretorias de várias empresas, entre elas a CertainTeed Corp e a INA Corp. Donald Meads, nos anos 1980, seria um dos principais nomes empresariais envolvidos no escândalo Irã-Contras em meados dos anos 1980. Ele foi um dos maiores doadores do projeto do general Oliver North de destruir a resistência do clero na Nicarágua. Em 1983, Meads, um ferrenho anti-comunista, publicou cartas em apoio à invasão norte-americana a Granada. Em sua juventude, foi piloto da Marinha, combateu no Pacífico Sul na Segunda Guerra Mundial, pelo que foi condecorado.<sup>412</sup> Sua empresa de consultoria, a Carver Associates, teria ajudado a CIA a tentar recrutar um futuro presidente iraniano como informante pago. Ele teve cargos em muitas empresas, como o próprio IBEC, a

<sup>408</sup> Goldmark, Peter F. , "Comparative tables on Latin American investment legislation" , en Susan S. Holl and y Esteban A. Ferrer (eds.), *Changing legal environment in Latin America: Management implications*; Argentina, Brazil, Columbia, Mexico, Venezuela, vol. 1, Council of the Americas, Nueva York, 1974, pp. 13-31.

<sup>409</sup> "E.A. Ferrer weds Mrs Susan S griggs". *The New York Times*. 16 de abril de 1972. Disponível: <https://www.nytimes.com/1972/04/16/archives/e-a-ferrer-weds-mrs-susan-s-griggs.html>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

<sup>410</sup> *Columbia Law School Magazine*, Winter 2009, p. 75. Disponível: [https://www.law.columbia.edu/sites/default/files/microsites/magazine/files/c\\_winter\\_2009.pdf](https://www.law.columbia.edu/sites/default/files/microsites/magazine/files/c_winter_2009.pdf). Acesso em: 20 de janeiro.

<sup>411</sup> National bipartisan Report on Central America: hearings before the Committee on Foreign Relations. United States Senate. 07-08 de fevereiro de 1984. Disponível em: [https://archive.org/stream/nationalbipartis00unit/nationalbipartis00unit\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/nationalbipartis00unit/nationalbipartis00unit_djvu.txt). Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

<sup>412</sup> MORRISON, John. "Donald E. Meads, 92, businessmen and civic leader". *Inquirer*, 16 de julho de 2013. Disponível em: [https://www.inquirer.com/philly/obituaries/20130716\\_Donald\\_E\\_Meads\\_92\\_businessman\\_and\\_civic\\_leader.html](https://www.inquirer.com/philly/obituaries/20130716_Donald_E_Meads_92_businessman_and_civic_leader.html). Acesso em: 19 de janeiro de 2020.

Singer Corporation, Quaker Oats Company, CIGNA, Perdue Farms, Chicago Milwaukee Corporation e Fidelity Bank (Filadélfia).

**Rodman Clark Rockefeller** (1932-2000) era primo de David Rockefeller, filho de Nelson Rockefeller, e a quem se destinou a direção do IBEC, tendo sido vice-presidente deste empresa entre 1968 e 1972, e posteriormente seria co-fundador do Mexico-United States Business Committee, sendo reconhecido como um dos principais artífices do NAFTA desde esta posição. Uma das atividades do IBEC no México era a construção de moradias de baixo custo. Neste país, foi conecordo em a Ordem da Águia Asteca. Ele também seria presidente da Arbor Acres Farm, empresa sediada em Glastonbury, Connecticut, que assim como o IBEC, trata da comercialização de material genético de plantas e animais. Foi por alguns anos membro do Rockefeller Brothers Fund e depois também do Rockefeller Financial Services. Ele foi trustee do Institute of International Education, e do homas Jefferson Memorial Foundation.<sup>413</sup>

**José de Cubas** era presidente da *Westinghouse Electric International*, S.A., é membro do Conselho desde sua fundação e passa à presidência do mesmo quando David Rockefeller é chamado, em 1970, a ser presidente do CFR (Council on Foreign Relations).<sup>414</sup>

“**Pete**” **Collado** (Emilio Gabriel Collado) era um executivo ligado aos Rockefeller. Ele foi Expert Exocômico do Departamento de Estado; diretor do Banco Mundial pelos Estados Unidos e posteriormente diretor da Standard Oil de New Jersey.<sup>415</sup> Sobre **Jack White**, não encontramos informações confiáveis, porém a própria deocumentação sugere ter sido um funcionário da Standard Oil de New Jersey. “**Al**” (**Alphonse**) **de Rosso** era também funcionário das empresas Rockefeller, tendo sido nos anos 1970 conselheiro de relações públicas da Exxon Corporation, e também da Standard Oil New Jersey.

**C. Jay Parkinson** era o principal homem da poderosa Anaconda, uma das empresas cujo ativismo político se destacou fortemente ao longo da década de 1970, e em especial no Chile, onde foi das principais empresas a patrocinar o golpe que derrubou Allende. Ele já era conhecido nacionalmente nos Estados Unidos desde pelo menos 1971, quando uma reportagem do New York Times traçou um perfil de Parkinson.<sup>416</sup> A reportagem dá a entender

<sup>413</sup> PACE, Eric. “Rodman Rockefeller, 68, dies; active in Latin Trade efforts”. New York Times, 16 de maio de 2000. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2000/05/16/nyregion/rodman-rockefeller-68-dies-active-in-latin-trade-efforts.html>. Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

<sup>414</sup> ENNIS, Thomas W. “Latin Council assails trade Bill”. New York Times, 08 de dezembro de 1970. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1970/12/08/archives/latin-council-assails-trade-bill.html>. Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

<sup>415</sup> The World Bank/IFC Achives. Oral History Program. Columbia University, 13 de julho de 1961.

<sup>416</sup> WALKER, Robert. “A banker for Anaconda”. New York Times, 23 de maio de 1971. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1971/05/23/archives/a-banker-for-anaconda-presidential-choice-surprises->

que Parkinson tinha alguma ligação com o Chase Manhattan Bank sem nenhuma experiência na área de mineração, quando foi apontado para ser o cabeça da Anaconda, o que sugere que seu ativismo político-empresarial e seu posicionamento anti-comunista tenham sido centrais na escolha, desde que o maior problema da Anaconda eram as nacionalizações/expropriações efetuadas pelo Chile. Em 1976, o ex-Embaixador americano no Chile, Edward Korry, entregou documentos relacionados à intervenção da Anaconda no país andino, nos quais era destacada a participação de Parkinson em vários episódios ao longo de 1970, entre eles doações milionárias para políticos chilenos.<sup>417</sup>

Sobre **Henry Geyelin** (1919-1998), também encontramos poucas informações confiáveis. Mas sabe-se que ele era executivo de operações externas do *Chase Manhattan Bank* de Nova York que trabalhou para o Conselho das Américas até 1988, tendo assumido sua presidência em 1969. Quando de sua morte, a imprensa destacou seu papel como organizador das comemorações do Bicentenário da Independência em 1976.<sup>418</sup> Ele seria convocado por um Comitê do Senado americano em 1979, como representante do Conselho das Américas, juntamente com Otto Reich.<sup>419</sup> Segundo um portal norte-americano que trata de Multinacionais, que publicou uma entrevista com Geyelin em 1980, essa foi a consagração de seu ativismo político.<sup>420</sup> É interessante que Geyelin aceita responder questões sensíveis sobre as relações empresariais em países com ditaduras como Brasil e Chile, por isso vale a pena determo-nos um pouco mais nessa entrevista. Após mencionar discursos de David Rockefeller e artigos de Sal Marzullo, o entrevistador pergunta a Geyelin se as corporações que o Council representava preferiam regimes autoritários, como aqueles que estavam em vigor em grande parte da América Latina, ou regimes democráticos:

---

[butte-anaconda.html](#). Acesso em: 16 de janeiro de 2020.

<sup>417</sup> Este seria a primeira evidência que veio a público de que o Council os the Americas foi durante muito tempo “secretamente ativo”, nas palavras do New York Times, “na política na América Latina”, apesar de tal atividade política ser repetidamente negada por seus membros. HERSCH, Seymour M. “U.S. Documents show a secret offer by Anaconda to give money to a 1970 Foe of Allende”. New York Times, 24 de dezembro de 1976. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1976/12/24/archives/us-documents-show-a-secret-offer-by-anaconda-to-give-money-to-a.html>. Acessado em 16 de janeiro de 2020.

<sup>418</sup> SAXON, Wolfgang. “Henry R. Geyelin, 79, organizer of Flotilla for the Bicentennial”. New York Times, 20 de julho de 1998. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1998/07/20/nyregion/henry-r-geyelin-79-organizer-of-flotilla-for-the-bicentennial.html>. Acesso em: 19 de janeiro de 2020.

<sup>419</sup> Hearings, Reports and Prints of the Senate Committee on Armed Services. *United States: Congress; Senate*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1980, p. 490-496.

<sup>420</sup> “Multinationals, development and Democracy – an interview with Henry Geyelin”. *Multinational Monitor*, march 1980, vol.1, n.2. Disponível em: <https://www.multinationalmonitor.org/hyper/issues/1980/03/interview-geyelin.html>. Acesso em: 18 de janeiro de 2020. Acompanhado de Geyelin estava o também membro do Conselho das Américas Samuel Hayden.

MM: [...] As corporações estadunidenses preferem realizar negócios com regimes autoritários ao invés de governos representativos e eleitos democraticamente?<sup>421</sup>

Henry Geyelin – A resposta é não, absolutamente não. Não faz a menor diferença de um ponto de vista corporativo se trata-se de um governo autoritário ou eleito pelo povo, contanto que faça os negócios. Tudo o que você precisa é estabilidade econômica e social. Eu sempre tive uma tese: podem os EUA exportar seu sistema político? Vamos olhar para a formação de nosso país. Tudo envolveu uma coisa chamada auto-disciplina. Você deve lembrar, todos vieram para cá porque queriam fugir de uma disciplina imposta. Eles sentiam que tinham a disciplina interna, sejam os calvinistas, sejam os fugitivos da Justiça. E havia uma auto-disciplina inata neste país. Agora, tomando esta mesma base, olhe para a imigração na América Latina, e eu coloco isto como uma questão. Onde eles viveram sob o sistema de caudillo, sob a Igreja, toda a disciplina era imposta de fora. Se você já parte de duas diferentes bases sociais como pode esperar que tenham os mesmos movimentos ao mesmo tempo dentro dessas sociedades para estabilizá-las?

Este trecho da entrevista é particularmente interessante, pois nos lembra aquela visão conservadora sobre a formação histórica dos Estados Unidos e da América Latina que criticamos no capítulo 1. E é bastante reveladora da visão que o Conselho das Américas levava junto ao Estado e junto à sociedade civil, nos Estados Unidos.

### 3.2. O CLA DENTRO DO ESTADO AMPLIADO NOS ESTADOS UNIDOS: ATUAÇÃO NA SOCIEDADE POLÍTICA E NA SOCIEDADE CIVIL

Uma faceta muito importante de atuação do Conselho das Américas, como vimos, é a interna aos Estados Unidos, o que envolve tanto o clima político geral como os diferentes interesses de classe dentro mesmo do empresariado; a relação com o Congresso é um ponto crítico, o que justifica o investimento no *lobby* (muito embora, sempre importante lembrar, fazer *lobby* profissional – sabidamente legal nos Estados Unidos – está longe de ser a única atividade do Conselho).

Segundo a reportagem do jornal *Opinião* que já trouxemos como epígrafe à Introdução,

---

<sup>421</sup> “MM - Do U.S. corporations prefer to do business with authoritarian regimes rather than democratically elected and representative governments? HG - The answer is certainly no, absolutely no. It doesn't make any difference from a corporate viewpoint whether it is an authoritarian government or a popularly elected government as far as doing business. All that you need is economic and social stability. I've always had a thesis myself: Can the U.S. export its political system? Let's go back to the formation of our country. It all revolved around a thing called selfdiscipline. You must remember, everyone came over here because they wanted to break away from imposed discipline. They felt they had internal discipline, whether it was the Calvinists or fugitives from justice. And there was an innate self-discipline in this country. Now, taking that same basis, look at immigration to Latin America, and I pose this as a question. Where they lived under the caudillo system, under the church, all discipline was imposed from without and not maintained from within. If you start from two different bases of society how long can you expect to take the same moves at the same time within those societies to stabilize them?”

Pouco depois, no início de 1972, o relatório anual do Conselho das Américas, ao descrever suas relações com a Casa Branca, confirmava tudo isso: ‘Durante o ano todo, o escritório do Council em Washington manteve contatos com o Conselho de Política Econômica Internacional e com o Conselho de Segurança Nacional. Foi dispensada atenção especial às estratégias de desenvolvimento na América Latina, às políticas comercial e de ajuda externa dos Estados Unidos e à fixação de padrões aceitáveis para as relações dos governos com todos os tipos de investimentos privados, locais e estrangeiros’.

O então diretor executivo do Conselho de Política Econômica Internacional dos Estados Unidos. Peter Peterson pediu ao Council sua opinião sobre ‘o que poderia ser feito para proteger melhor os investimentos privados norte-americanos no exterior’. Segundo o relatório do Council, suas impressões pesaram bastante nas decisões subsequentes do Conselho de Segurança Nacional.’<sup>422</sup>

No dia 08 de abril de 1970, era enviada uma carta de José de Cubas aos membros do CLA, anunciando o próximo (sexto) encontro anual do *Council* em Washington, que seria realizado no *International Conference Room* do Departamento de Estado, com abertura do secretário de Estado William Rogers e do Secretário Assistente Charles Meyer, bem como o diretor da USIA, Henry Loomis. A sessão da parte da manhã teria como tema “O novo papel do setor privado na América Latina” [*The new role of the private sector in Latin America*]<sup>423</sup>

Ele apontava que naquele momento estavam sendo formadas a *Overseas Private Investment Corporation* (OPIC) e o *Interamerican Development Institute*, cujos diretores já seriam conhecidos até a data do encontro.<sup>424</sup> Também mencionava que esses dois novos instrumentos de assistência e as recomendações da Comissão Peterson<sup>425</sup> prometiam “grandes novas oportunidades” e “novas responsabilidades” para os negócios estadunidenses operantes na América Latina.

Durante a tarde, após a recepção e almoço no Hilton, haveria uma sessão conjunta com congressistas e senadores para discutir planos de unificação da comunidade de negócios na América Latina. Ele dizia que algumas companhias utilizavam esses encontros para introduzir membros de suas equipes executivas nas questões tratadas pelo *Council*, e que isso era muito importante para fortalece-lo. “Queremos impressionar o governo com um conselho bastante representativo”, dizia a carta de Cubas aos demais conselheiros.

<sup>422</sup> Isto é o Council of the Americas”. *Opinião*, 08 de agosto de 1975, p. 9-10.

<sup>423</sup> Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>424</sup> Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970. Segundo seu próprio site, a *Overseas Private Investment Corporation* (OPIC) é o banco de desenvolvimento da América. A OPIC faz parceria com o setor privado para financiar soluções para os desafios mais críticos que o mundo em desenvolvimento enfrenta atualmente. Disponível em: <<https://www.dfc.gov/who-we-are>>. Acesso em: 30.01.2020.

<sup>425</sup> No final dos anos 60, John Davison Rockefeller III foi responsável pela criação da Comissão de Fundações e Filantropia Privada, conhecida como Comissão Peterson, chefiada por Peter G. Peterson.

Em 23 de abril de 1970, ficam confirmados os nomes de congressistas que atenderiam ao encontro anual do Conselho: Dante B. Fascell (Democrata, Florida); John S. Monagan (Democrata, Connecticut); Lee H. Hamilton (Democrata, Indiana); John C. Culver (Democrata, Iowa); William S. Mailliard (Republicano, California); J. Irving Whalley (Repúblicano, Pensylvannia); F. Bradford Morse (Republicano, Massachussets) e Benjamin S. Rosenthal (Democrata, Nova York). Percebe-se a presença tanto de republicanos como de democratas, de variadas partes do país.

Quando escutados nos partidos políticos, os representantes do Conselho deixavam clara sua preferência por uma política para a América Latina que favorecesse a liberalização comercial. José de Cubas falou pelo Conselho das Américas a um subcomitê do Partido Republicano em Washington, em agosto de 1972. Ele afirmou acreditar que a América Latina deveria receber prioridade nos programas de política exterior, seja em que plataforma partidária fosse. Embora saibamos da inclinação pró-republicana explícita de muitos dos membros do Conselho, a começar pelo seu criador e presidente David Rockefeller, o Conselho das Américas não podia declarar apoio a candidaturas específicas, daí a declaração de Cubas ser meio vaga.<sup>426</sup>

Neste ponto, cabe ressaltar que nossa análise aqui converge plenamente com a interpretação desenvolvida por Leo Panitch e Sam Gindin sobre o papel ativo assumido pelo Estado norte-americano na condução do capitalismo global.<sup>427</sup>

### **3.2.1. Relações com organizações multilaterais dirigidas pelos Estados Unidos**

É importante notar também a atuação do Conselho com organismos multilaterais, de caráter oficial, em geral não como representantes dos Estados Unidos, mas como consultores independentes. Em julho de 1970, eram indicados os membros do Comitê do COA para Relação com Organizações públicas internacionais: Hugh Mirray (United Fruit Company); Emilio Collado (Standard Oil Company, New Jersey); Harry Conover (First National Bank); Miles Certez (IBM); Charles S. Dennison (International Minerals and Chemical Corp.); Alphonse de Rosso (Standard Oil Company, N.J.); Cecil Omatami (Texaco, Inc); Wulter A.

---

<sup>426</sup> Lyndon Johnson apoiará candidatos democratas. *Correio da Manhã*, 17 de agosto de 1972, p. 13.

<sup>427</sup> GINDIN, Sam & PANITCH, Leo. *The making of global capitalism: the Political Economy of American Empire*. Nova York: Verso, 2012. Agradecemos o comentário acerca deste tema da professora Ana Saggiore Garcia.

Vala (General Motors); e Enno Hobbing, Herbert May e Michel Miller, pelo próprio *Council of the Americas*.<sup>428</sup>

A relação do Conselho das Américas com o BID era muito próxima e muito importante em várias frentes, principalmente prover financiamento para os projetos “do setor privado” que o Conselho propunha na América Latina.

Em 1971, e desde 1960, o presidente do BID era o economista chileno Felipe Herrera. Ele foi homenageado pela *Pan-American Society* dos Estados Unidos e pelo Conselho das Américas, em fevereiro de 1971. A ocasião era um almoço de despedida promovido pelo Conselho a imediatamente antes da transmissão do cargo ao mexicano Antonio Ortiz Mena.

Ferrera afirmou que no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, a América Latina teria experimentado uma mudança drástica que os “historiadores do continente” chamariam de “Idade Adulta”.<sup>429</sup> Ferrera também afirmou que “a falta de dinamismo nas economias da América Latina para proporcionar trabalho compensador a uma força de trabalho em expansão” estariam criando “tensões sociais, especialmente em centros urbanos”, onde as perspectivas seriam “perturbadoras”.

O novo presidente do BID, Mena Ortiz, não tardou a visitar a sede do Conselho das Américas, Em um discurso realizado em um banquete oferecido pelo Conselho em outubro de 1972, Ortiz comentou sobre a errônea opinião, ainda muito difundida na opinião pública dos países industrializados, segundo a qual a ajuda externa seria uma “doação” ou “dívida sem retorno”.<sup>430</sup>

Ressaltando que os financiamentos concedidos pelo BID aos países membros das organizações financeiras retornam aos doadores, “como pagamento de importações de maquinaria ou serviços”. E, dirigindo-se aos empresários presentes, afirmou que eles, como “cidadãos responsáveis dos Estados Unidos conhecem perfeitamente a verdade e a grande significação desses programas e a sua contribuição a uma comunidade mundial estável”.<sup>431</sup>

A relação do Conselho das Américas a partir dos anos 1970 também se estreitou com o Banco Mundial. Segundo o pesquisador João Márcio Mendes Pereira, a gestão McNamara no Banco Mundial (1968-1981) “dinamizou, inovou e expandiu as operações do banco numa escala inédita, ampliando sua gravitação financeira, política e intelectual e consolidando-o,

---

<sup>428</sup> Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>429</sup> A. Latina vive a Idade Adulta, diz Herrera. *O Estado de S. Paulo*, 25 de fevereiro de 1971. ver também Herrera despede-se do BID prevendo tensões. *Correio da Manhã*, 25 de fevereiro de 1971, p. 7.

<sup>430</sup> “Mena faz críticas aos EUA”. *Correio da Manhã*, 18 de outubro de 1972. Diretor Econômico, p. 1.

<sup>431</sup> *Ibid.*

definitivamente, como uma agência fulcral no âmbito das políticas de desenvolvimento”.<sup>432</sup> Segundo Pereira, foi nos biênios 1973-74 (em meio à reorientação norte-americana em sua política externa) e 1977-78 (já no governo Carter, que melhorou sensivelmente as relações com o Banco) que aumentaram as mensagens políticas do Banco Mundial sobre “pobreza” e “necessidades básicas”. “Naqueles dois momentos, as exortações messiânicas costumeiras de McNamara sobre a necessidade de se aumentar a ajuda externa subiram de tom e os desembolsos para projetos sociais ganharam empurrão adicional”.<sup>433</sup>

Toda sua gestão foi marcada pelo impacto da guerra do Vietnã, já que, a partir da derrota dos EUA, toda a política anterior de assistência condicionada à distensão passou a ser questionada e cresceu a vigilância do Congresso sobre a liberação de recursos para este fim.<sup>434</sup> A mudança de ênfase da ajuda bilateral para a multilateral era vista como uma forma de evitar um desgaste interno, além de despolitizar a assistência e refrear as tensões com os governos do Terceiro Mundo, ao mesmo tempo em que favorecia a administração dos conflitos inter-imperialistas nessa seara. O atraso e a pobreza no Terceiro Mundo era visto como um fator gerador de “aproximação com o comunismo”, daí a necessidade de um amplo “ataque à pobreza”. O caráter contra-revolucionário preventivo dessas políticas é explícito.

É importante destacar também que a atuação do Banco Mundial e das agências que constituem o Grupo Banco Mundial não se resume, de forma alguma, ao mero empréstimo de recursos, constituindo-se, na verdade, como uma intervenção política e intelectual, onde “o dinheiro sempre foi visto como o lubrificante necessário para mover o produto principal: prescrições políticas e ideias – produzidas e avalizadas por ele – sobre o que fazer, como fazer, quem deve fazer e para quem em matéria de desenvolvimento capitalista”.<sup>435</sup> Veremos no capítulo 5 a presença marcante das elaborações do Banco Mundial nos relatórios da ASCOA. Utilizando este critério, podemos afirmar o mesmo sobre o BID a partir de sua relação com o Conselho das Américas.

Naquele final de 1970, o Conselho das Américas se opôs firmemente ao projeto Mills, que segundo constava em informe sobre sua Sexta Reunião Anual, representaria um “afastamento da política americana de ampliar e abrir o comércio internacional”, sugerindo a possibilidade de represálias e de uma “guerra comercial com nossos sócios comerciais no mundo”. Nas palavras desse informe, segundo o CM, “Se essa legislação restritiva for

---

<sup>432</sup> MENDES PEREIRA, *op. cit.*, p. 177.

<sup>433</sup> *Ibid.*, p. 223.

<sup>434</sup> *Ibid.*, p. 180.

<sup>435</sup> PEREIRA, *op. cit.*, p. 474.

aprovada, a retaliação conseqüente no comércio mundial afetaria muitos dos membros do Conselho, que contribuem favoravelmente para a balança comercial e de pagamentos dos Estados Unidos”.<sup>436</sup>

### 3.3. CAMPANHA PRÓ-ABERTURA COMERCIAL

O Conselho pedia frequentemente para Nixon um “acesso mais fácil” ao mercado dos Estados Unidos para as exportações hemisféricas.<sup>437</sup>

Segundo o *Correio da Manhã*, o vice-presidente do Conselho das Américas, Henry Geyelin, diante da Comissão de Finanças do Senado, teria afirmado que o tratamento preferencial era necessário para que produtos manufaturados latino-americanos pudessem superar as dificuldades de ingresso no mercado norte-americano. As exportações latino-americanas ao EUA teriam caído em relação ao resto do mundo nos últimos anos, com o Mercado Comum Europeu e o Japão dando preferência à importação para a América Latina, e isso teria contribuído para o “enfraquecimento das relações econômicas, psicológicas e políticas dessa região com os Estados Unidos”.<sup>438</sup>

Apesar do apoio oficial dado a essas medidas desde 1967, e de declarações de bons propósitos, faltariam medidas eficazes para diminuir a “crescente irritação”, nas palavras de Geyelin, do povo e dos governos da América Latina em relação aos Estados Unidos. Ele reafirmou perante o Senado a criação de um sistema de preferências gerais para a importação de produtos latino-americanos”.<sup>439</sup>

Outra tarefa importante do Conselho nos anos 1970 foi rebater o relatório realizado na Universidade de Wisconsin e apresentado no Senado americano sobre a atuação das multinacionais no Brasil e no México em 1975. O relatório trazia dados sobre a atuação das corporações estadunidenses nesses países, procurando mostrar os abusos perpetrados por tais empresas na América Latina.

Não era para menos alguma reação, já que o relatório, prefaciado pelo próprio Frank Church e densamente embasado em fontes, citava pelo menos oito vezes o Conselho das Américas.<sup>440</sup> Logo no início, o relatório apresentava, em uma nota de rodapé, que o Council of

<sup>436</sup> Empresas dos EUA condenam barreira. *Correio da Manhã*, 10 de dezembro de 1970, p. 10. Ver também Críticas à “lei Mills”. *O Estado de S. Paulo*, 09 de dezembro de 1970, capa.

<sup>437</sup> Conselho solicita preferência para AL. *O Estado de S. Paulo*, 08 de março de 1973, p. 30.

<sup>438</sup> “É difícil a produtos da AL penetrarem nos EUA”. *Correio da Manhã*, 05 de abril de 1974, Diretor Econômico, p. 1.

<sup>439</sup> Ibid.

<sup>440</sup> NEWFARMER, Richard & MUELLER, Willard F. Multinational corporations in Brazil and Mexico: structural sources of economic and noneconomic power : report to the Subcommittee on Multinational Corporations of the Committee on Foreign Relations, United States Senate. Washington: U.S. Govt. Print.

the Americas era “uma das mais proeminentes organizações para as Corporações Multinacionais na América Latina”, e ainda afirmava que cerca de metade daqueles que testemunharam no questionário elaborado pelo Subcomitê Especial de Pesquisa do Senado eram membros corporativos deste Conselho.<sup>441</sup>

O relatório falava explicitamente sobre a ação coletiva dos investidores estadunidenses na América Latina, e o quanto essa ação coletiva potencializava seu peso:

Não apenas as 50 firmas que controlam três quintos de todos os investimentos dos EUA na indústria latino-americana tem poder substancial individualmente, como podem aumentar rapidamente esse poder através de sua ação coletiva.<sup>442</sup>

E, em uma outra nota, o relatório trazia à tona um método de pressão do Conselho das Américas em um caso concreto:

Por exemplo, em 1973 o Council of the Americas – uma organização lobista para multinacionais estadunidenses com investimentos na América Latina – tentou persuadir o governo colombiano para que retivesse a aprovação do artigo 24 do Pacto Andino. Sob o artigo 24, o investimento estrangeiro seria requerido para retirar-se (isto é, transferir propriedade para mãos nacionais) após determinado número de anos. O grupo circulou um relatório criticando a legislação entre policy-makers dos Estados Unidos e da América Latina. Então, em fevereiro de 1971, o presidente do Conselho, José de Cubas, escreveu uma carta para o então presidente da Colômbia, Misael Pastrana Borrero. A carta detakahava como a legislação “desencorajava seriamente novos investimentos, e mesmo eliminaria todos os novos investimentos diretos na região andina”, e foi largamente interpretada nos círculos latinos como uma “ameaça aberta” à ratificação colombiana.<sup>443</sup>

Em uma nota de outubro de 1975, o Conselho das Américas afirmava que:

as implicações que se desprendem do relatório excedem em muito o que consta o seu texto e a própria opinião dos especialistas a respeito do papel e do impacto das multinacionais sobre a América Latina [...] Ao contrário do que afirma o relatório, os dados existentes dão conta de que na América Latina o crescimento das subsidiárias das multinacionais não impede e em muitos casos até estimula o desenvolvimento das indústrias locais.<sup>444</sup>

Em 09 de dezembro de 1971, são publicados nos anais do Senado um discurso de David Rockefeller sobre as relações com a América Latina. É o congressista Javits que propõe a inclusão nos anais do discurso realizado por David Rockefeller, na qualidade de presidente

---

Office, 1975. Disponível em: <<https://catalog.hathitrust.org/Record/007150134>>.

<sup>441</sup> “Among many others such organizations, the Council of the Americas is one of the most prominent for Latin American MNCs. About half respondents to the Subcommittee Special Survey questionnaire were corporate members”. NEWFARMER & MUELLER, *op. cit.*, p. 22.

<sup>442</sup> *Ibid.*, p. 44.

<sup>443</sup> *Ibid.* O mesmo relatório criticaria os dados trazidos pelo relatório May, sobre o qual logo veremos. *Ibid.*, p. 76.

<sup>444</sup> Senado dos EUA vê a atuação das multi. *O Estado de S. Paulo*, 02 de outubro de 1975, p. 34.

do CLA, no dia 6 de dezembro de 1971, sobre o conceito de “Aliança para o Desenvolvimento”.<sup>445</sup> Nesse pronunciamento, David Rockefeller fazia um balanço da ALPRO à luz da nova conjuntura, e aponta para os caminhos possíveis para a relação com a América Latina. Ele começa descrevendo a sua relação com o presidente Kennedy:

Sete anos atrás, eu fazia parte de um grupo de empresários que tinham um compromisso agendado com o presidente dos Estados Unidos. Era pra debater meios através dos quais o BGLA [*Business group for Latin America*] podia ajudar a realizar os objetivos de um ambicioso programa – uma Aliança entre os países livres e independentes do Sul e do Norte da América para assegurar o avanço social e econômico de todos os povos.

O presidente John F. Kennedy não pode comparecer ao encontro, tendo decidido naquele momento ir para Dallas. No dia seguinte, ele encontrou seu trágico fim, portanto nosso grupo nunca chegou a se encontrar com o presidente Kennedy. Entretanto, a ideia de uma cooperação governo-empresários na América Latina foi aceita e ativamente perseguida pelo presidente Johnson e sua administração.

Infelizmente, o impulso principal desta Aliança para o Progresso, que foi lançada com esta promessa, tem sido embotada, desviada e largamente dissipada por uma demanda crescente por nacionalização na América Latina, e, mais recentemente, por uma reversão míope do sentimento de “Fortaleza América” (*Fortress America*) em casa.

A Aliança nos uniu em torno de um propósito único – tornar a existência humana nas Américas algo mais do que meramente arrancar uma comida inadequada do solo ruim das montanhas.<sup>446</sup>

Creemos não ser necessário comentar longamente sobre a última frase, explicitamente carregada de preconceito e desprezo. Ressoando o relatório de seu irmão, publicado dois anos antes, David dedicava bastante tempo a caracterizar o que ele encarava como a exacerbação de uma ideologia manipulada pelos comunistas.

Até certo ponto a sua vontade [dos latino-americanos] por uma auto-identidade e auto-suficiência, embora prematura de um ponto de vista econômico, é compreensível, especialmente quando se leva em conta a extrema juventude do povo dos países latino-americanos. [...] Como disse o ex-presidente do Chile Eduardo Frei Montalvo, “essa massa jovem está em um humor crítico, como seus pares no resto do mundo”, e conseqüentemente, seus “quartéis-generais, tanto para as ideias quanto para mudanças reais, são as universidades e os grupos estudantis”.<sup>447</sup>

Também bastante na linha do Relatório Rockefeller, não perdoando aqueles que não teriam dado tanta importância política à relação com a América Latina, David Rockefeller relacionava essa atitude com os “distúrbios” domésticos. O discurso de David fazia referência

---

<sup>445</sup> *Congressional Records – Senate*. 09 de dezembro de 1971, p. S21016.

<sup>446</sup> *Ibid.*

<sup>447</sup> *Ibid.*

ao que se passava nos Estados Unidos; e não eximia o sistema político representativo de sua culpa:

Se isto soa familiar é porque nos, nos EUA, estamos respondendo ao mesmo envolvimento apaixonado e preocupação política de nossos próprios jovens que estão jogando um crescente papel em questões públicas.[...]

Quando essas nações jovens expressam sua independência de pensamento e propósito através de ações agressivas afetando nossos interesses, nós encontramos entre nossos legisladores muitos tentados a responder com medidas punitivas e retaliatórias [...]

Esta quebra em nossa aliança hemisférica, causada em grande parte pelo crescente espírito de independência na América Latina, é ampliada pela crescente indiferença aqui em casa. Conforme nos aproximamos de 1972, nós estamos preocupados com os problemas de nosso próprio povo e nossa própria nação. A juventude e os radicais entre nós, as minorias desprivilegiadas, os afluentes e os conservadores estão todos perguntando se não deveríamos resolver nossos próprios problemas internos das cidades, da nossa economia, de nossa juventude e de nosso sistema educacional antes de nos preocuparmos com outros fora de nossas fronteiras.

Mas mesmo se fosse possível resolver todos nossos problemas sem preocupação por e em total isolamento do resto do mundo, se provaria uma vitória vazia emergir como uma ilha de prosperidade em um oceano de miséria. A verdade é, é claro, que nós compartilhamos muitos interesses em comum, laços culturais, e dependências mútuas com outras nações (...) queiramos ou não, nós vivemos em um único mundo e devemos agir de acordo.<sup>448</sup>

Com seu tom invariavelmente paternalista, David Rockefeller propunha uma “lição”, que passaria por mediana e razoável, para a relação entre os países latino-americanos e o capital estrangeiro. Afirmou que “nem a expropriação arbitrária e sem compensação de investimentos estrangeiros”, “nem o recurso à violência em retaliação” seriam asserções apropriadas de “auto-determinação”, “no contexto do mundo de hoje”.

Mantendo a coerência, David Rockefeller reafirmava que o “setor privado” deveria assumir “determinadas responsabilidades”, já apresentando o papel do Conselho das Américas:

O que se notou, caso após caso, parece indicar que programas governo-a-governo sozinhos nunca realmente afetam os problemas de raiz do desenvolvimento. O que precisa-se é o total envolvimento de todos os setores...governo e privado.

Nos Estados Unidos, o setor empresarial desde o início tem sido parte integral de nosso altamente bem sucedido desenvolvimento, e portanto, nós entendemos que ele deve jogar um papel comparável em ajudar outras nações agora, em seus processos de desenvolvimento. A fé que isso dá ao Conselho das Américas uma nobre missão não podemos abandonar. Tem sido parte do nosso credo desde o princípio.

---

<sup>448</sup> *Ibid.*

Em meus muitos anos como chairman [do Conselho das Américas], eu vi muitas companhias americanas oferecerem sua ajuda, sua mão-de-obra, sua tecnologia e suas habilidades para governos e povos da América Latina. Eles eram “cidadãos primeiro e empresários depois”. Eles fizeram isso sem publicidade ou anúncios de página inteira gabando-se de seu envolvimento. Ainda que essa modéstia possa ter sido adequada, a falta de publicidade sobre o que as companhias americanas estão fazendo tem frequentemente resultado – mesmo na comunidade de negócios – em ignorância dos fatos. Isso em troca às vezes traz o ceticismo de que talvez o conselho não esteja atendendo sua missão primeira e eu temo que nenhuma prestação de contas detalhada sobre o impacto do investidor americano na América Latina, tal qual o estudo de Herbert May para o Conselho das Américas no ano passado, convencerá os que não estão convencidos. Mas mesmo que mais tenha sido feito do que o que é geralmente reconhecido, eu ainda não acredito que o potencial pleno do setor privado tenha sido atingido – tanto pelos empresários locais como pelos investidores estrangeiros. por esta razão, eu espero que os programas do Conselho para 1972 os quais vocês ouviram nesta manhã sejam perseguidos agressivamente por todos nós. [...]

O programa do conselho para 1972 clama por um aumento das missões empresariais-governamentais e inter-empresariais (business-to-government and business-to-business). Ele não chama um confronto, mas uma cooperação. E planejando para o futuro, ele requer uma genuína apreciação por todos nós dos elementos necessários para o desenvolvimento, e um diálogo contínuo ente aqueles que desejam a assistência para o desenvolvimento e aqueles que acreditam que podem provê-la. Isso clama por uma nova Aliança, se quiserem – não uma proposta por governos, mas uma acordada pelos participantes.<sup>449</sup>

Curiosamente, seguia David, os “países marxistas na órbita soviética” estariam “abrindo suas portas para a tecnologia ocidental”, enquanto, alguns países na América Latina estariam “fechando suas portas contra tal assistência estrangeira” (“capital e o *know-how* ocidental”). A lição para a criança imatura continuou:

muitas nações latino-americanas que admitem abertamente sua necessidade de elementos de livre iniciativa, adotam regulamentos, assinam acordos de investimento mutuo, e criam um clima de incerteza pela expropriação, o que inevitavelmente milita contra os mesmos investimentos que eles admitem precisar. [...]

Os governos latinos, não importa tão jovens ou impetuosos, não devem olhar para os empresários como sinistros e exploradores. Para resolver esses mal-entendidos, eu creio que deve haver uma nova aliança – uma Aliança para o Desenvolvimento. Ela deve abarcar o desenvolvimento político, econômico e social. Para alcançar esse objetivo amplo, deve-se trazer junto empresários e governos, organizações e pessoas, universidades e agências internacionais.<sup>450</sup>

---

<sup>449</sup> *Ibid.*

<sup>450</sup> *Ibid.*

Em suma, na leitura de David Rockefeller, largamente compartilhada entre os intelectuais orgânicos que temos em tela, os países latino-americanos seriam “subdesenvolvidos” porque não teriam entendido essa “lição básica”.

O outro “paradoxo”, segundo ele, era que, embora a América Latina representasse um “enorme mercado potencial e real” para os empresários americanos, havia muitos, “tanto entre empresários como no governo”, que por “negligência” ou “ações desencorajadoras” no comércio, pareciam dispostos a colocar em risco “nosso comércio latino”.

“Eu insisto que vocês se envolvam de todo coração nesta nossa Aliança pelo Desenvolvimento e que vocês apoiem o Conselho das Américas para mostrar o caminho”, finalizava o pronunciamento/conclamação de David Rockefeller.<sup>451</sup>

#### 3.4. ENGAJAMENTO EMPRESARIAL E PUBLICIDADE PRÓ-EMPRESA PRIVADA

Em 06 de março de 1970, encontramos a menção a uma apresentação que teria sido feita por Ralf Brent para Harvey Schwartz, do IBEC, do *Interface for Applied Communication*, sobre a proposta que havia no Conselho de uma campanha publicitária profissional, com anúncios pagos, visando principalmente empresários nacionais latino-americanos<sup>452</sup>. Mas também visava o público interno americano, em especial abalado pelos movimentos de juventude anti-imperialistas. “A resposta das corporações para as pressões dos 1970’s” [*The Corporation’s response to the pressures of the 70’s*]), foi a proposta de campanha apresentada pela empresa Fred Rudge Associates, Inc.

Em 08 de abril de 1970, Sal Marzullo<sup>453</sup> responde sobre isso, questionando se era realmente necessário e produtivo o trabalho realizado pela Rudge Associates, afirmando que “ainda que todos os esforços fossem importantes, talvez as respostas não fossem as corretas”. Em um pós escrito, Sal Marzullo afirmava a necessidade de “ganhar credibilidade junto aos estudantes”, no trecho que colocamos em epígrafe a este capítulo:

Certamente nós precisamos ganhar credibilidade junto aos estudantes, mas essa credibilidade será conquistada não resumindo nossos esforços a mudar as atitudes dos estudantes através de propaganda, mas através do velho e

---

<sup>451</sup> *Ibid.*

<sup>452</sup> BRENT, Ralf. Memorandum de Ralf Brent para Harvey Schwartz em 6 de março de 1970. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>453</sup> Sal Marzullo (1927-1999) era um diretor da Exxon Mobil, uma das empresas do grupo Rockefeller, e compunha o comitê de relações públicas do Conselho. Ficou conhecido nos anos 1980 por compor o grupo de empresas estadunidenses que foram pressionadas a deixar de fazer determinados negócios na África do Sul do apartheid, e obviamente aproveitou-se do episódio para fazer a propaganda da “responsabilidade social corporativa”. “Sal g. Marzullo, 72, Mobil Vice President”. New York Times, 26 de julho de 1999. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1999/07/26/business/sal-g-marzullo-72-mobil-vice-president.html>. Acesso em: 21 de janeiro de 2020.

honesto conceito bíblico de executar boas ações. Em outras palavras, nós também temos que trabalhar em mudanças nas rígidas atitudes de colegas que operam dentro da estrutura das corporações – para dar a eles uma visão humana e criar uma atmosfera que possa torna-los mais atentos e genuinamente responsivos quanto a seu papel de agentes da mudança”.<sup>454</sup>

A propaganda a favor da “livre iniciativa”, ao “empreendedorismo”, à “empresa privada” ou ao mais eufemístico “setor privado”, começa a partir de dentro. Os dirigentes do Conselho das Américas desse período perceberam que antes de nada era necessário mobilizar fortemente suas próprias bases. Isso significava transformar o Conselho em um espaço atrativo para os empresários estadunidenses, estimular o Conselho a produzir resultados concretos para esses empresários. Essa ideia se refletiria no seguinte evento anual da entidade.

No final de novembro de 1970, o presidente do Conselho Jose de Cubas informa aos membros do Conselho que a reunião anual se daria em Nova York no dia 7 de dezembro, sob a condução de David Rockefeller. Ele descrevia de maneira chamativa o evento:

Este ano o encontro será o primeiro de uma série de ‘Road Shows’ regionais em janeiro e fevereiro que irá trazer para nossos membros do meio-oeste, do Oeste e do Sul:

- um resumo completo da situação nos eventos latino-americanos, tendências e pessoas causando grandes mudanças e seu impacto nos negócios
- a estratégia presente e futura do Conselho – antecipar e moldar as ações necessárias para alcançar essas condições cambiantes tão rapidamente
- O que você e a sua empresa pode fazer – fazer os esforços do Conselho, e os seus próprios, mais efetivos.

[...] O encontro utilizará televisão, filmes e slides ao invés de palestras para “trazer vocês e seus executivos completamente informados sobre as ameaças dos crescentes nacionalismos, das regulações restritivas, bem como das novas oportunidades para investimentos, desenvolvimento e cooperação com empresários locais da América Latina.

Nós vamos também eleger novos diretores e funcionários para compor novos grupos de trabalho para lidar com problemas de: investimentos; comércio; tecnologia; treinamento de mão-de-obra; movimentos de juventude; e mídia. Por favor fala todo esforço para estar conosco para ajudar a determinar o futuro e a crescente efetividade do Conselho das Américas. E traga vários membros de sua equipe corporativa interessados na América Latina. Teremos muito tempo para questões e discussão”.<sup>455</sup>

---

<sup>454</sup> “Certainly we need to gain credibility with the students, but this credibility will be gained not by our confining our efforts to changing students’s attitudes through propaganda but through the old fashioned honest biblical concept of performing good Works. In other words, we also need to work at changing rigid attitudes of colleagues operating within the corporate structure – to give them a human vision and to create an atmosphere which makes them more aware of and genuinely responsive to their roles as agents of change”. Memorandum de Sal Marzullo para José de Cubas, 08 de abril de 1970. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>455</sup> Carta de José de Cubas aos membros do Conselho. Novembro de 1970. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

Em uma outra correspondência do Conselho, do dia 08 de dezembro de 1970, encontramos o discurso completo de José de Cubas naquele encontro, que é bastante esclarecedora sobre a concepção do que era a entidade, de espírito estava imbuída; ao mesmo tempo, Cubas estabelecia as tarefas prioritárias que, a partir de tal concepção de atuação, estavam colocadas naquele momento histórico.

a empresa privada americana está surpreendentemente sozinha na América do Sul. Aparentemente os atores mais “anti-business são a mídia e o clero. Indivíduos no governo e na comunidade de negócios são em geral mais simpáticos a nós, mas isso pode mudar do dia pra noite. Mesmo a empresa privada latino-americana também de encontra sozinha. [...] Temos que escutar os porta-vozes do setor empresarial [latino-americano].[...] Hoje a liderança do setor empresarial latino-americano é em muitos casos muito astuta, mas é frequentemente muito mal-informada também.

[...] O trabalho do Conselho, portanto, desse ponto de vista, deve ser um de acentuar o que é positivo, principalmente em três áreas muito importantes: ideias, estilo e pessoas.

A prioridade primeira é em colocar a ideia de que a ciência e a tecnologia trabalham como meio de refutar a noção de que o investimento estrangeiro é um complot. Em segundo lugar, perseguir a ideia e fazer o melhor para comunica-la, de que o investimento privado é necessário para o governo de qualquer nação. Um terceiro objetivo deve ser reduzir o sentimento protecionista excessivo em casa bem como o sentimento anti-importações fora. A política do Conselho deve ser uma política para as Américas e não uma política apenas para os norte-americanos.<sup>456</sup> O Conselho deve projetar uma imagem objetiva de si mesmo junto aos vários públicos com os quais se estará comunicando não como um grupo de interesse egoísta.”<sup>457</sup> Em 1971, o Conselho vai trabalhar duro para estabelecer grupos bi-nacionais aonde possível para promover a *inter-americanização*.<sup>458</sup> [...]

Para as pessoas, o Conselho vai coordenar prioridades e esforços para estabelecer grupos sobre treinamento e força de trabalho. Isso determinará necessidades e coordenará esforços para atingir essas necessidades nas Américas.

Uma questão natural emerge neste ponto: quanto de apoio pode ser esperado para o Conselho? Eu só posso responder a isso com outra questão – cada um de nós se dá conta de quão único o Conselho é? Como opera com eficiência como um aparelho de marketing para a filosofia da livre iniciativa? Quantos de nós estamos levando vantagem dos produtos tão úteis do Conselho, tais como o relatório Herb May, etc?<sup>459</sup>

---

<sup>456</sup> “The Council’s policy should be a policy for the Americas veraes a policy solely for North Americans.

<sup>457</sup> “The Council should Project an objective image of itself among the various publics it will be communicationg with rather than one of a self-serving special-interest group. In 1971, the Council will work hard to stablish bi-national groups wherever possible to promote inter-americanization.”

<sup>458</sup> Carta de José de Cubas aos membros do Conselho. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970. Grifos nossos.

<sup>459</sup> “A natural question arises at this point: how much support can be expected for the Council? I can only answer this with another question – does each of us realize how unique the Council is? How effectively it operates as a marketing device for the philosophy of private enterprise? I should also inquire about participation. How many of us are taking advantage of the Council’s very useful facilities, such as the Herb May report, etc?” Memorandum de Michele G. Hyk para Harvey L. Schwartz, 27 de março de 1970. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

O Conselho das Américas, o catalisador, pode prover a circunstância, como tentamos fazer em nossos seminários e jantares. Nós podemos inclusive prover algumas das ideias. Mas a iniciativa, o desejo mesmo, de efetuar as mudanças devem vir das companhias membros; ou, mais especificamente, dos executivos do próprio país das companhias membros”.<sup>460</sup>

### 3.5. ESPIONAGEM DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E DOS INTELECTUAIS CRÍTICOS NOS ESTADOS UNIDOS

O espírito anticomunista do qual nasce imbuído o Conselho das Américas era indisfarçável, porém às vezes até mesmo eles se deparavam com expoentes mais extremados. Em 27 de março de 1970, em um memorandum de Michele G. Hyk para Harvey L. Schwartz, tendo por tema o encontro do Subcomitê do Council for Latin America Equador-Peru, a secretária relata um episódio por assim dizer bizarro. Que se deu no encontro.

Hyk relatava que, em determinado momento da reunião, o sr Rafael Miguel, um “ex-cubano então atuando na *Dow Chemical*, fez uma fala sobre como os comunistas estavam “tomando conta do mundo”, “especialmente seu país”, “através da mídia, movimentos de juventude, e particularmente as universidades”. “Ele foi absolutamente irrealista”, comentou a secretária. Teria dito, por exemplo, que era necessário “salvar a democracia a qualquer preço mesmo que vocês tenham que convocar as tropas” e que “o sistema de livre empresa é mais importante que a democracia”.<sup>461</sup> rapidamente, não sabemos se por constrangimento ou por estarem tacitamente de acordo com ele, os presentes na reunião tiveram que acalmá-lo para voltarem ao assunto em que estavam.

Este não foi um episódio isolado: longe disso, apenas ilustra o tipo de relacionamentos que o Conselho mantinha com setores como os exilados cubanos de Miami, que como vimos é característica inclusive de muitos profissionais do Conselho das Américas.

---

<sup>460</sup> “The role of the Council of the Americas has always been a catalytic function, that of creating an environment in which ideas are exchanged and viable programs launched. After three years of work and a lot of luck we feel that the climate in Brazil is right for creative thinking on the part of the private sector. The Medici administration continues to show itself open to suggestions for implementing stated priorities; government officials seek out members of the business community for an exchange of ideas. The Council of the Americas, the catalyst, can provide the ambience, as we try to do in our stag dinner seminars. We can even supply some of the ideas. But the initiative, the very desire, to effect change must come from the member companies; or, more specifically, from the in-country executives of the member companies”. HYK, Michele G. Memorandum de Michele G. Hyk para Harvey L. Schwartz, 27 de março de 1970. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>461</sup> “At that point a Mr Rafael Miguel an ex-Cuban presently with Dow Chemical delivered a tirade on how the communists are taking over the world...especially this country via the media, youth movements, and particularly the universities. He was absolutely unreal. A sampling of his statements.... ‘save democracy at any price even if you must call out the troops’ or ‘the free enterprise system is what is important even more than democracy’, etc. A hush seemed to settle over the meeting – I could not tell exactly whether it was out of agreement with him or embarrassment.” *Ibid.*

O anticomunismo dessa entidade era menos estridente e mais sistemático: observando as correspondências internas do Conselho nos anos 1970, pudemos encontrar inúmeras amostras de como o Conselho monitorava, mapeava e estudava os movimentos de juventude nos Estados Unidos, assim como os intelectuais que simpatizavam com o anti-imperialismo e o “terceiro-mundismo”. O Conselho designou até mesmo um coordenador desta tarefa: Sal Marzullo, que ficou encarregado do “ Council for Latin America Student Committee” (Comitê sobre estudantes do *Council for Latin America*). É interessante notar que posteriormente, no final dos anos 1970, Sal Marzullo, que além de executivo da Exxon Mobil passa a ser diretor da Industry Support Unit, um grupo de companhias seguidoras dos “princípios de Sullivan”.<sup>462</sup>

Em um *memorandum* datado de 30 de março de 1970, de Marzullo para os demais integrantes do Comitê, lemos que Henry Geylelin, em nome do Comitê Executivo do *Council*, convidou C.S. Dennison (International Minerals and Chemical Corporation); A. de Rosso e H. Gardiner (Standard Oil de New Jersey); H. Schwartz (IBEC); N. Carignan (W.R. Grace & Co) e R. Brent e S. Marzullo para formar um comitê “para lidar com atividades universitárias e estudantis conforme estas afetam o desenvolvimento da iniciativa privada tanto aqui como na América Latina” [“to deal with student and university activities as they affect private enterprise development both here and in Latin America”].<sup>463</sup> Havia um consenso dentro do Conselho das Américas de que o “crescente ataque à iniciativa privada” deveria ser profundamente compreendido e respondido “de maneira ativa e positiva”.<sup>464</sup>

Sal Marzullo ficou a cargo de seguir identificando as pessoas no mundo acadêmico e estudantil “com quem se poderia trabalhar conjuntamente”, bem como os programas estudantis na América Latina que deveriam ser continuados e expandidos. Executivos de companhias (aqueles bem informados, articulados e mais jovens) deveriam também ser identificados, de maneira a “informar situações”, e a preparar-se para falar perante audiências universitárias.

---

<sup>462</sup> Os princípios de Sullivan são os nomes de dois códigos de conduta corporativos, desenvolvidos pelo reverendo afro-americano Rev. Leon Sullivan, promovendo a “responsabilidade social corporativa”, em 1977. Aos poucos, se consolidou como um código de conduta de direitos humanos, e é adotado por diversas universidades, como a de Boston. <<https://www.bu.edu/trustees/boardoftrustees/committees/acsri/principles/>>. Interessante notar que o reverendo foi durante muitos anos executivo da GM, portanto seu ativismo empresarial era orgânico. “Global Sullivan Principles”. IN SAGE Reference. *Green Business*. AN A-to-Z Guide. Disponível em: <<https://philarchive.org/archive/ALEGSP-2>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2019.

<sup>463</sup> Memorandum de Sal Marzullo para os demais membros do sub-grupo sobre estudantes do CLA. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>464</sup> *Ibid.*

Se é para encarar os desafios colocados pelos grupos radicais, devemos estar preparados para falar sobre as principais questões (poluição, investimentos privados no exterior, o valor de um sistema de iniciativa privada) porque nós admitimos nossa responsabilidade em resolver esses problemas”.<sup>465</sup>

Acrescentava-se aqui a questão da responsabilidade empresarial e de um “olhar humano” que deveria vir acompanhado de “programas pragmáticos para o desenvolvimento social”.

Acrescente-se que de maneira regular e sistemática, o Conselho acompanhava os eventos universitários de caráter anti-imperialistas nas universidades estadunidenses; circulavam entre os conselheiros artigos de jornal, revistas, resenhas sobre livros destes intelectuais em alvo, bem como eram produzidas respostas ou tentativas de respostas a livros críticos sobre a relação entre Estados Unidos e América Latina, especialmente aqueles que denunciavam as ações empresariais estadunidenses dentro dos países latino-americanos.

Em 25 de agosto de 1970, é difundido entre os membros do COA o livro *El Império Rockefeller: América Latina (documentos)*; e *La estratégia norte-americana em América Latina De la Doctrina Monroe al Informe Rockefeller (Ensayo)*, de Paulo R. Schilling – originalmente publicado pela NACLA<sup>466</sup>. Já a carta de De William F. Ford<sup>467</sup> para Sal Marzullo, datada de 16 de novembro de 1970, dizia:

acabei minha resenha sobre o livro de Petras. É curta – muito mais deveria ser dito sobre as lições marxistas de [James] Petras. Vamos conversar sobre isso um dia desses; estou seguro que nos proverá munição que irá ajudá-lo no período que vem.<sup>468</sup>

<sup>465</sup> “If we are to meet the challenges posed by radical groups, we must be prepared to speak out on major issues (pollution, private investment abroad, the value of a free enterprise system) because we admit of our responsibility to solve those problems. It was agreed that free enterprise representatives (the corporate structure) must play a leading role in solving some of these problems. This group must help others in business to affirm the human values and the human concerns that come from responsible business practice – an affirmation that we reveal not with rhetoric but with pragmatic programs for social development”. *Ibid.*

<sup>466</sup> Em uma tradução livre, “Congresso Norte-Americano da América Latina” a NACLA, em sua sigla em inglês, é uma organização independente, sem fins lucrativos, fundada em 1966. Sua missão se define por “fornecer informações e análises sobre a região e seu relacionamento complexo e mutável com os Estados Unidos, como ferramentas para educação e advocacia - para promover o conhecimento além-fronteiras”. A NACLA realiza um trabalho muito sério sobre América Latina nos Estados Unidos em uma perspectiva crítica e anti-imperialista. Fonte: Disponível em: <<https://nacla.org/aboutus>>. Acesso em: 30.01.2020.

<sup>467</sup> Economista de formação e veterano da Marinha, William F. Ford era economista chefe da American Bankers Association, e consultor da RAND Corporation. Em 1975, se tornaria vice-presidente da Wells Fargo, e seria presidente do Federal Reserve de Atlanta entre 1980 e 1983, sob os governos Carter e Reagan. Fonte: Federal Reserve History. “William F. Ford”. Disponível em: <[https://www.federalreservehistory.org/people/william\\_f\\_ford](https://www.federalreservehistory.org/people/william_f_ford)>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

<sup>468</sup> Não pudemos averiguar com certeza qual teria sido a publicação de James Petras à qual o relatório faz menção. Pela biografia deste intelectual, um sociólogo grego-americano sengajado nas lutas anti-imperialistas desde jovem, Petras ainda era apenas um doutorando em Berkeley. Em 1970, ele publica um artigo na *Monthly Review*, revista da “Nova Esquerda” estadunidense que seguramente os intelectuais do CLA acompanhavam: PETRAS, “Politics and social structure in Latin America”. *Monthly Review*, 1970.

A 31 de dezembro de 1970, Marzullo escreve a Harvey agradecendo o apoio ao longo do ano e mencionando o livro *A study of youth and the Establishment*, que tera sido preparado “privadamente para John D Rockefeller” e escrito por Daniel Yankelovich.<sup>469</sup>

Daniel Yankelovich (1924-2017) foi um cientista social, pioneiro na área de opinião pública norte-americana. Sua carreira o levou à Universidade de Nova York (1968-1973), à *New School for Social Research* (1973-1978), à UC Irvine em 1981 e à Harvard School of Government em 1996. Mais tarde, atuou como professor visitante na UC San Diego. No mundo dos negócios foi a fundação, em 1958, da empresa de marketing e pesquisa Daniel Yankelovich Inc., mais tarde renomeada para Yankelovich, Skelly e White, em 1974. Em 1976, fundou a ONG *Public Agenda Foundation* com o ex-Secretário de Estado dos EUA Cyrus Vance. Fundou e presidiu a DYG, Inc., em 1986. Ele também foi diretor da CBS Inc., Local Corporation, Meredith Corporation, Reliance Group Holdings e US West Inc. Foi administrador da Fundação Carnegie para o Progresso da Educação, da Fundação Charles F. Kettering e da Brown University.<sup>470</sup>

Na década de 1960 o debate crítico sobre o imperialismo retornaria com força. Correa identifica três grupos de contribuições: os debates na revista *Monthly Review*, puxados por Paul Sweezy, Paul Baran e Harry Magdoff; a teoria da dependência e o “terceiro-mundismo”; e o trotskismo, basicamente na figura de Ernest Mandel.<sup>471</sup> Não entraremos em detalhes acerca das contribuições de cada uma dessas correntes, cabendo apenas mencionar que foi justamente no fim dos anos 1960, no contexto da escalada da Guerra do Vietnã, que o debate sobre o imperialismo ganhou impulso no mundo anglo-saxão. A publicação de *Age of Imperialism* de Harry Magdoff, num contexto em que era absolutamente insustentável a mitologia do “isolacionismo da política externa dos EUA”, trouxe uma base rica de dados empíricos produzidos pelo próprio governo americano, demonstrando a importância do fluxo de investimentos do país no exterior.<sup>472</sup> Segundo Magdoff,

---

Três anos depois, Petras seria autor de um estudo importante sobre o Chile: PETRAS, Betty & \_\_\_\_\_, James. Ballots into bullets: epitaph for a peaceful revolution. Ramparts, vol. 12, novembro de 1973. Fonte: página pessoal de James Petras. Disponível em: <[https://petras.lahaine.org/?page\\_id=4](https://petras.lahaine.org/?page_id=4)>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

<sup>469</sup> Memorandum de Sal Marzullo para Harvey Schwartz, 31 de dezembro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>470</sup> Fonte: Site da Roper Center. Disponível em: <<https://ropercenter.cornell.edu/pioneers-polling/daniel-yankelovich>>. Acesso em: 30.01.2020.

<sup>471</sup> CORREA, *op. cit.*, p. 157.

<sup>472</sup> MAGDOFF, Harry. *A Era do Imperialismo*. São Paulo: Hucitec, 1978. Como bem assinalou John Bellamy Foster, o trabalho de Magdoff “atraiu consideráveis ataques por parte do *establishment*, ao mesmo tempo em que inspirou muitos dos que protestavam contra a guerra”. FOSTER, John Bellamy. The Rediscovery of imperialism. *Monthly Review*, v. 54, 2002.

A realidade do imperialismo vai muito além do interesse imediato deste ou daquele investidor: o propósito subjacente é nada menos que manter, na maior extensão possível do mundo, abertura para o comércio e os investimentos das gigantescas corporações multinacionais”.<sup>473</sup>

Enquanto isso, no âmbito latino-americano, a emergência de uma teoria marxista da dependência (TMD) apresentou-se como uma atualização da teoria do imperialismo, sob as novas condições criadas no segundo pós-guerra, ainda que inserissem a questão da dependência num painel histórico mais amplo (por vezes, remetendo ao período colonial). Os brasileiros Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, só para mencionar os mais conhecidos, pensaram a questão da especificidade das relações de dependência latino-americana propondo um horizonte de superação das condições de miserabilidade das massas populares nos marcos do socialismo. Eram motivações suficientes para merecerem uma resposta por parte dos interessados.

### 3.6. A REORGANIZAÇÃO INTERNA DO CONSELHO: NOME, ESTATUTO, FINANCIAMENTO

Uma página solta em uma das caixas do Rockefeller Archive's Center trazia a seguinte frase, sem maiores explicações, com letras de alguma máquina de escrever: “June 1970 name was changed to Council of the Americas”. Duas fortes evidências disto eram a mudança no nome da entidade e a criação de um Estatuto estabelecendo uma série de regras.

Como vimos, no início da década de 1970, houve um largo esforço para uma reorientação do Conselho das Américas, em relação a suas campanhas, métodos, tarefas assumidas, como a de vigiar intelectuais críticos e mapear os movimentos de juventude; em suas relações com o Estado estrito nos Estados Unidos e com organismos multilaterais; bem como de sua própria estrutura organizativa interna e financiamento. A mudança de nome não era uma decisão arbitrária de alguma vontade individual.

Essa aparentemente pequena alteração no nome da entidade refletia uma inflexão de discurso: não se tratava de um Conselho (externo) *para* as Américas, mas um Conselho *das* Américas, numa perspectiva “integracionista”. De fato, o discurso em prol da “integração das Américas” é central na auto-descrição da entidade e parte essencial de sua estratégia discursiva, identificando os interesses da América do Norte, especialmente os Estados Unidos, com os da América Latina. Em um relatório de 1981, analisado por Dreifuss, essa mudança de nome refletia “uma nova e mais efetiva relação entre grupos do setor privado do hemisfério,

<sup>473</sup> MAGDOFF, *op. cit.*, p. 9.

esforçando-se pela cooperação e o entendimento”, que alcançava naquele ano uma “maior capacidade para efetivar mudanças”.<sup>474</sup>

Já o estatuto foi aprovado na reunião anual realizada em 07 de dezembro de 1970. Destacamos aqui apenas alguns trechos mais relevantes deste importante documento:

“ESTATUTO DO COUNCIL FOR LATIN AMERICA, INC. 1970

Artigo 1:

Nome: o nome da corporação é Council of the Americas, Inc. Doravante referida como “Conselho”.

Artigo 2:

Objetivos:

Os objetivos do Conselho devem ser:

Contribuir para o desenvolvimento do Comércio e da Indústria nos respectivos países do Hemisfério Ocidental e uma relação mais próxima entre esses países e entre eles e o resto do mundo;

Promover dentro dos Estados Unidos da América e os outros países do Hemisfério Ocidental o entendimento e o reconhecimento do sistema de livre empresa e o papel essencial da iniciativa privada nos programas econômicos da América;

Trabalhar no sentido de fortalecer as forças do comércio e da produção no Hemisfério Ocidental no espírito de cooperação necessário para permiti-los desenvolver um programa coordenado em apoio ao progresso econômico;

Em geral tomar qualquer ação que tenda a promover, publicizar e encorajar os objetivos acima.

Artigo III

Escritório central

O escritório central do Conselho deve se localizar em tal lugar dentro da Cidade, Condado e Estado de Nova York conforme o Board of Trustees do Comitê Executivo determinar.

Artigo IV

Membros (Membership)

Seção 1. Membros (Members)

Os membros do Conselho devem consistir de membros do Conselho conforme a data de adoção desses estatutos e as outras organizações, corporações, parceiros, firmas e indivíduos conforme sejam devidamente eleitos de tempos em tempos de acordo com estes estatutos.

Seção 2. Membros associados

Uma categoria de membros não-votantes no Conselho deve existir chamando-se Membros Associados (Associate Membership) à qual devem ser eleitas essas organizações e indivíduos cujas atividades e experiências estejam consideradas dentro dos propósitos do Conselho.

Seção 3. Eleição de membros

Membros, incluindo os associados, devem ser eleitos pelo Comitê Executivo, e sujeitos à aprovação pelo Board of Trustees o mais breve após sua eleição.

Seção 4. Deveres e contribuições

---

<sup>474</sup> AS/COA. **Council of the America's Annual Report, 1981**. Citado por DREIFUSS, *A Internacional...* p. 148.

Os deveres dos membros devem ser ficados ou aprovados pelo Board of Trustees ou pelo Comitê Executivo e tais deveres podem ser modificados pelo Board of Trustees ou pelo Comitê Executivo de tempos em tempos desde que nenhuma mudança, sem o consentimento do membro, seja efetivada para nenhum membro durante o período no qual o membro esteja com seus deveres em dia. Todos os deveres devem ser pagos anualmente em adiantado. O Conselho pode solicitar ou pode aceitar contribuições de membros ou outros, conforme decisão do Board of Trustees ou do Comitê Executivo.

#### Seção 5. Duração da filiação

Cada membro deve continuar como tal até sua renúncia ou até o fim de sua filiação conforme a seção anterior prevê. Por voto majoritário do Comitê Executivo em qualquer encontro a filiação de qualquer membro pode ser encerrada.

Seção 6 – [...] O membro que não pagar sua cota por 12 meses está automaticamente fora.

#### Seção 7. Representação e voto

Em todos os encontros os membros pessoalmente ou representados por outrem estão aptos a seu voto, a não ser que esteja suspenso conforme a seção 6.

### Artigo V

Seção 1. Encontro anual. Será divulgado entre 10 e 40 dias antes o local, a pauta, e a data.

Seção 2. Reuniões especiais. Podem ser convocadas pelo presidente do Conselho ou pela maioria do Comitê Executivo, ou se houver pelo menos 10% de pedidos de membros, por escrito, e divulgadas da mesma maneira que o encontro anual.

### Artigo VI

#### Board of Trustees

Consistirá de não menos de 10 membros e não mais de 100. Determinados de tempos em tempos. Seção 1.

A cada encontro anual será eleito para um mandato de 3 anos podem ser reeleitos, mas não poderá ser indicado para reeleição quem tenha passado de 66 anos. Seção 2.

O encontro do Board of Trustees deve ocorrer logo após a reunião anual. Reuniões especiais do Board of Trustees podem ser convocadas pelo presidente ou por pelo menos 6 Trustees. Seção 3.

### Artigo VII Comitês

Seção 1. Comitê Executivo. O presidente, o diretor e não menos de 5 membros e não mais de 20 trustees eleitos pelo Board of Trustees em sua reunião anual.<sup>475</sup>

De fato, analisando o estatuto, nota-se uma certa estrutura de partido centralizado, com hierarquias internas, e na qual cada filiado/militante é obrigado a pagar cota para participar nas decisões coletivas; na qual um membro pode ser sancionado; na qual deve transparecer aos membros certo grau de democracia interna, com encontros e eleições periódicas; um

<sup>475</sup> Estatuto do Conselho das Américas. *Rockefeller Archive's Center*, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

importante grau de autonomia, entretanto, está no círculo mais alto do Conselho, o seu Executivo. Até mesmo nos nomes, a estrutura do Conselho se assemelha muito a de um partido político na qual os cidadãos não são indivíduos e sim corporações.

As correspondências rigidamente organizadas à sua época provavelmente por José de Cubas ou por sua secretária e guardadas no Rockefeller Archive's Center dão conta de que no início dos anos 1970 a questão do financiamento foi um tema recorrente.

Em 13 de abril de 1970, Rodman Rockefeller escreve a John White, da Standard Oil de New Jersey, com a proposta de que o Conselho fosse fortalecido com aportes trianuais ao invés de apenas anuais.<sup>476</sup> E aponta dois nomes que trariam grande aporte para o conselho: o mexicano Manuel Senderos<sup>477</sup> e o japonês Tatsuro Goto, do Banco Mitsui.

Em 1970, o Conselho adotou a regra de que cada membro deveria pagar no mínimo 1000 dólares por ano. Havia 25 companhias que em 1969 não pagaram essa quantia. Uma carta especial foi enviada a essas empresas. Sete delas pagaram, outras 6 renunciaram. Companhias maiores deram contribuições maiores e aproximadamente logo 15 outras companhias renunciaram. Em correspondência datada de 31 de dezembro de 1970, de Jose de Cubas para Don Meads (IBEC), falando sobre questões de finanças do Conselho, dizia que o total de aportes em 1970 teria sido de 100.000 dólares, mas a ideia era dobrar esse número em 1971.

Aparentemente, no contexto político estadunidense e mundial do início dos anos 1970, as companhias estavam temerosas de associar seus nomes a intervenções políticas no exterior. Esse foi provavelmente o motivo de relativa seca de recursos, que somente seria resolvida em 1976, por David Rockefeller.

Além do Conselho das Américas, o precioso CIAR (que viria a ser a *Americas Society*), também criado por David, conforme podemos observar em sua auto-biografia,

---

<sup>476</sup> Carta de Rodman Rockefeller a John White. 13 de abril de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970. Como é corriqueiro a troca, nos países de língua inglesa, de "John" por "Jack", supomos que "Kack White", que aparece em outras fontes, seja o mesmo que aparece aqui.

<sup>477</sup> Manuel Senderos é Presidente e CEO da AgileThought. Antes de seu cargo atual, fundou e presidiu a AN Global, empresa de consultoria em TI. Anteriormente, trabalhou com o Grupo Desc (KUOB: MM) por 10 anos, como membro do conselho e comitê executivo e participando dos grupos de negócios petroquímico, imobiliário e autopeças, onde era responsável pela implementação de SAP, sistemas por satélite. Participou do Programa de Desenvolvimento Executivo em Administração de Empresas da *IMD Business School* na Suíça. Fonte: Agile Thought, disponível em <<https://agilethought.com/team/manuel-senderos-ceo/>>. Acesso em: 30.01.2020. Tatsuro Goto é ex-presidente da *Japanese Chamber of Commerce and Industry of New York* - JCCI NY (1968-1969 / 1975-1978) e ex-presidente da Mitsui & Co. (EUA). Fonte: Japanese Chamber of Commerce and Industry of New York. O Banco Mitsui é um dos maiores do mundo, e membro do Conselho das Américas. Disponível em: <<http://www.jcciny.org/about3.aspx>>. Acesso em: 30.01.2020

estava com problemas de financiamento; e em resumo, apenas não morreu graças à sua intervenção e à “generosidade” de uma parente sua:

A década de 1970 não foi boa para o Conselho de Relações Interamericanas (CIAR). Embora o Conselho das Américas florescesse com o apoio de suas duas centenas de corporações membros, o Ciar, dependente de doações de relativamente poucos indivíduos e fundações, teve dificuldade de saldar suas contas. Eu contribuía com fundos substanciais a cada ano para cobrir déficits operacionais, mas não parecia haver um fim à vista. Em 1976, em parte devido ao desespero, lançamos uma campanha de dotação de 3 milhões de dólares. Convenci o Rockefeller Brothers Fund a contribuir com 1 milhão, metade disso como doação. Acrescentei meio milhão de dólares, mas mesmo assim a campanha não deu resultado. Foi difícil encontrar nova-iorquinos interessados em apoiar programas culturais na América Latina. Quando tudo parecia perdido, mais uma vez Margaret de Cuevas veio em nosso socorro.<sup>478</sup>

Ela teria se envolvido com outro homem, saindo de Nova York permanentemente:

Na época eu me encontrava num dilema. As casas de Margaret eram vizinhas do Conselho de Relações Exteriores (CFR), que precisava de mais espaço. O Ciar não precisava de mais espaço, mas precisava desesperadamente de uma dotação maior. A situação ficou ainda mais complicada com o fato de que eu era o presidente do conselho do CFR e fundador e ex-presidente do Ciar. Como é que eu ia pedir a Margaret para doar as duas casas?

Achei que a necessidade do CFR era mais urgente e conversei com Margaret em seu nome. O que aconteceu foi que o Conselho havia feito algo que aborrecera Margaret alguns anos antes, então ela se recusou a considerá-lo beneficiário. Seus sentimentos eram diferentes em relação ao Ciar. Ela concordou em doar as duas casas a ele, sabendo que não precisávamos de mais espaço e indubitavelmente as venderíamos. Um ano depois, o CFR comprou a propriedade do Ciar por US\$ 1,6 milhão. Assim, as duas organizações conseguiram aquilo que mais precisavam – tudo graças à generosidade da prima Margaret”.<sup>479</sup>

Margaret, a prima, doou as duas casas para David e assim ele pôde vender um dos prédios para uma expansão do CFR. David Rockefeller teria feito esse esforço apesar de, segundo ele, ter se afastado da presidência tanto do CFR quanto do Conselho das Américas, “com minhas responsabilidades no Chase como CEO tornando-se mais exigentes”; no entanto, conforme ele, continuou “ativo em seu conselho diretor” (supomos que, de ambas entidades). A partir de então, encontramos sempre o nome de David Rockefeller como “presidente honorário” e não presidente (efetivo), nas listas do Conselho.

---

<sup>478</sup> ROCKEFELLER, *Memórias...* p. 461.

<sup>479</sup> *Ibid.*, p. 461.

### 3.7. ARTICULAÇÃO DE INTERESSES E IMPERIALISMO

A primeira tarefa de fôlego à qual o Conselho se dedicou, em 1970, foi o encontro internacional do CICYP, que ocorreu em março, no Rio de Janeiro. Em 09 de janeiro de 1970, encontramos um *memorandum* de Esteban Ferrer para os membros do CLA, sobre a preparação para o 54º Encontro do Executive Committee do CICYP que se realizaria no Rio de Janeiro entre 19 e 21 de março de 1970, sob a liderança do ministro brasileiro Roberto Campos.

No *memorandum*, se lê que “o seu Council é a seção nacional dos EUA desta organização empresarial hemisférica” [*“your Council is the U.S. National Section of this hemispheric business organization”*].

Chefiariam a delegação do CLA para o encontro no Rio José de Cubas, seu presidente, e William (Bill) Barlow, quem, além de presidente do Executive Committee do CLA, era também um dos três vice-presidentes internacionais do CICYP. A agenda do encontro debateria dois temas centrais: “Relações entre companhias nacionais e estrangeiras vis-a-vis a economia nacional” e “Companhias multinacionais”.

Poucos dias antes do encontro, em 04 de março de 1970, uma carta de Harvey L. Schwartz, então presidente do IBEC, para o advogado Robert C. Helander, afirmava que Johnny Phelps<sup>480</sup>, de Caracas, seria o próximo presidente do CICYP e que se estava cogitando transferir o secretariado desta entidade do Uruguai para a Venezuela. A ideia era reestruturar o CICYP para que este fosse uma organização inter-americana do setor privado mais efetiva. Nas palavras de Schwartz,

Perseguindo este objetivo, José (“Pepe”) de Cubas já sugeriu que o CICYP (e o Council for Latin America – sua filial norte-americana) mudasse seu nome para Council for the Americas, com cada seção nacional transformando-se no conselho local de uma organização maior e mais integrada<sup>481</sup>

Uma longa peça publicada em julho de 1970 no *Diário de Natal* era uma verdadeira propaganda do Conselho das Américas, e, embora não tenhamos encontrado nas fontes evidências de uma inserção paga (que é um dos métodos, como vimos, de atuação do

---

<sup>480</sup> Não encontramos informações sobre este sujeito.

<sup>481</sup> “In furtherance of this aim, Pepe de Cubas has already suggested that CICYP (and the Council for Latin America – its North American affiliate) change its name to the Council of the Americas, with each country’s chapter becoming the local council of the larger somewhat more integrated organization.” Carta de Harvey Schwartz para Robert C. Helander, 04 de março de 1970. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

*Council*), isso nos pareceria uma hipótese bastante plausível. Senão, vejamos o conteúdo da matéria, que ademais não era assinada:

Em resposta à política do presidente Nixon para os assuntos continentais, as companhias norte-americanas radicadas nas Américas estão intensificando seus esforços em apoio da campanha que se leva a cabo na região para aumentar as exportações e obter mais divisas estrangeiras para acelerar o desenvolvimento econômico e social. Tais esforços estão sendo desenvolvidos principalmente pelo Conselho das Américas, numa organização de 210 companhias norte-americanas com investimentos na região. Pouco depois do discurso de Nixon de 31 de outubro último, em que foram esboçadas as suas propostas para uma política continental, inclusive uma de apoio às exportações latino-americanas, a diretoria do Conselho pediu a todas as companhias que integram esse organismo que fizessem um esforço especial, a fim de aumentar as exportações de suas indústrias na América Latina. O presidente Nixon enviou uma carta ao conselho, em que aplaudia a sua iniciativa. Disse o presidente que ‘tais esforços do setor privado podem contribuir muito para a expansão do comércio e acelerar o desenvolvimento no hemisfério, objetivos que constituem o fundamento da política do governo para com o Hemisfério Ocidental’.

Em relatório preliminar ora divulgado, diz o Conselho o que estão fazendo suas empresas membros para pôr em prática seu apelo no sentido de que se dê atenção especial às exportações. Embora se esperem aumentos nas exportações das companhias norte-americanas que operam na região nos campos de mineração, fundição e petróleo, o aumento mais rápido talvez se registre no setor dos produtos manufaturados e semimanufaturados. De fato, o Conselho dá a entender que o aumento das exportações de produtos acabados para os mercados mundiais pode chegar a níveis sem precedentes para as nações americanas, no decênio de 1970.

Segundo o relatório espera-se que as subsidiárias da ‘Chrysler Corporation’ na América Latina aumentem suas exportações, somente este ano, em 74%, chegando a um total de vendas de 9.300.000 dólares. A **National Cash Register Company**, prevê um aumento de 40% nas exportações, este ano, de suas subsidiárias no Brasil, Argentina e México. A Monsanto espera exportar para outros países latino-americanos, no ano em curso, 235.000 dólares de plásticos de sua fábrica no México, ou seja, um aumento de 260%, em comparação com as exportações efetuadas em 1969. A **International Paper Company** pensa aumentar em 32%, no mesmo período, as exportações de suas fábricas na América Latina. A **Caterpillar** está ampliando sua fábrica no Brasil, a qual, no ano passado, exportou para outros países latino-americanos cerca de 2.000.000 de dólares em máquinas agrícolas. No setor dos produtos farmacêuticos, a **E.R. Squibb** está desenvolvendo suas fábricas no Brasil e Argentina, e, junto com a que tem na Guatemala, espera aumentar em 35% as suas exportações, em 1970.

Uma pequena proporção das divisas recebidas com a exportações das companhias norte-americanas que funcionam na América Latina é devolvida como lucro do investimento, para ser dividida entre os acionistas, cujas poupanças tornaram possível a criação dessas empresas.

O restante é trocado em moeda nacional e integra-se na economia local em forma de salários, pagamentos aos fornecedores, impostos, reinvestimento na ampliação das companhias etc. As divisas assim adquiridas são, então, utilizadas pelos setores público e privado do país anfitrião na compra de

artigos e serviços que possam promover o desenvolvimento nacional. O novo relatório do Conselho das Américas indica que as empresas estrangeiras que funcionam no continente estão cooperando com as companhias nacionais nos esforços que se empreendem para aumentar as exportações. Principalmente por causa dessa nova orientação de ampliar as vendas no exterior, o aumento das exportações do Hemisfério chegou a 6% em 1969. **Tudo isso é alentador para o cidadão comum das Américas, que se beneficiará do ritmo mais acelerado do desenvolvimento**, ritmo este conseqüente da curva ascendente dos rendimentos obtidos com as exportações da região”<sup>482</sup> (grifos nossos).

Embora argumentado de maneira técnica e bastante detalhada, bem concatenada e com dados, mas escrita de maneira simples, pretendia convencer os latino-americanos de que o bem-estar das empresas dos EUA eram ao fim e ao cabo benéficas também a eles. O final da peça entrega totalmente seu caráter ideológico, falar em “cidadãos das Américas”, aliás, seria bem típico do discurso do *Council*. Assim, embora não tenhamos encontrado outra fonte que o comprove, podemos desconfiar que tal peça foi uma das muitas que o Conselho regularmente patrocinava em jornais latino-americanos, como vimos no capítulo 2.

Difícilmente um latino-americano desse período pensaria em termos de “Américas”, desde que, por aqui, está sempre em plano mais ressaltado a divisão existente entre os Estados Unidos e Canadá, de um lado, e toda a América Latina, de outro, o que forja a identidade latino-americanista muito importante no período do ciclo ditatorial dos anos 1960 e 1970. Não custa lembrar que estamos em um período no qual o ambiente intelectual latino-americano crítico é pujante, e construir essa identificação de interesses “das” “Américas” era tipicamente estadunidense (podendo, claro, ser eventualmente comprada por intelectuais ou publicistas menores provenientes da América Latina, como deixa clara a própria peça publicada no *Diário de Natal*).

### 3.8. O RELATÓRIO MAY

Em 12 de janeiro de 1970, era disponibilizado aos membros do Conselho das Américas um relatório elaborado por Herbert May para os membros do CLA; haveria uma conferência de imprensa com o próprio Herbert May e com José de Cubas na semana seguinte (dia 20 de janeiro).

Subsecretário de Assuntos Americanos, é interessante notar que Herbert May esteve presente no Brasil em diferentes ocasiões interferindo nas questões políticas. O governo Kennedy enviou ao Brasil um grupo para discutir o Plano Trienal, chefiados por May, que

---

<sup>482</sup> Exportações da AL. *Diário de Natal*, 14 de julho de 1970, p. 3.

pressionou o Ministro da Fazenda para que controles cambiais fossem extintos. Na ocasião, ele teria apresentado preocupações sobre os efeitos de excessivos aumentos salariais para o cumprimento das metas do Plano Trienal e "a orientação política e a infiltração comunista no governo". May teria assinalado que Washington "não teria predileção em financiar uma mudança brasileira para o campo inimigo".<sup>483</sup> Outro pesquisador aponta que quando May veio ao Brasil no cargo de Secretário Adjunto do Departamento de Estado para ajudar a UDN a derrubar Getúlio, teria "ditado" diretamente para Otávio Gouvêa de Bulhões as diretrizes da Instrução nº 113 da Sumoc.<sup>484</sup> Essas informações dão uma dimensão do peso que tinha este subsecretário na política dos Estados Unidos para a América Latina.

O relatório, de acordo com uma carta de 16 de janeiro, serviria para preparar a atuação estadunidense em "vários eventos hemisféricos importantes" que aconteceriam ainda em janeiro e fevereiro, como o encontro da OAS-ECOSOC<sup>485</sup> em Caracas, marcada para 26 de janeiro, e a um *Panel on Foreign Investment*<sup>486</sup> em Medellín, entre 11 e 13 de fevereiro. O Conselho das Américas participaria de ambos eventos.

Sabemos que o relatório de May fora cuidadosamente lido e comentado pela OEA através do conteúdo de um *memorandum* datado de 16 de julho de 1970, no qual era compartilhado com os conselheiros um relato sobre o encontro de Medellín sobre investimento externo privado, (o qual fora co-patrocinado pela ONU, pela OEA e pelo BID), cujo relatório final seria impresso como se fosse um relatório do COA. Isto é bastante revelador do nível de proximidade entre esta entidade e essa instituição multilateral.

Abaixo transcrevemos as partes que mais nos chamaram atenção no relatório "As contribuições do investimento privado dos EUA para o crescimento da América Latina"; escrito por Herbert K. May sob encomenda para o CLA. O relatório é bastante recheado de números, e seu objetivo central é provar que os investimentos norte-americanos na América Latina trazem na verdade apenas benefícios para estes países. Na maior parte das vezes, May afirma trazer os dados do Departamento de Comércio dos Estados Unidos e do Banco Mundial. Ele começa pelo tema "efeitos na balança de pagamentos", afirmando que:

---

<sup>483</sup> LOUREIRO, Felipe Pereira. O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963). *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 33, nº 4, 2013.

<sup>484</sup> LOPES, Carlos. Figuras e figurinhas em 1964: antes e depois do golpe contra o Brasil. Publicado originalmente no jornal *Hora do Povo*, 16 de abril de 2014.

<sup>485</sup> O Inter-American Economic and Social Council (IAECOSOC) era um órgão ligado a OEA, que ajudou a impulsionar a Aliança para o Progresso. Ver GONÇALVES, Martina Spohr. *American way of business: empresariado brasileiro e norteamericano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2016, p. 219.

<sup>486</sup> Painel realizado sob os auspícios das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Durante o período 1965-1968, o investimento privado impulsionou a balança de pagamentos da América Latina em um promedio de 8 bilhões de dólares por ano. As afiliadas americanas trouxeram para a área cerca de 4.5 bilhões de dólares por ano em trocas exteriores através de suas exportações e pouparam para a área cerca de 4.79 bilhões de dólares em comércio exterior através da substituição de importações. elas Investiram uma média de 700 milhões de dólares por ano e ganham cerca de 1bi440 mi por ano. Tudo isso significa que a contribuição líquida positiva dos investimentos estadunidenses para a balança de pagamentos na América Latina entre 1965 e 1968 foi de cerca de 8.55 bilhões de dólares anualmente.

Somente em 1966, as afiliadas americanas na América Latina exportaram cerca de 4bi500mi em produtos; representando com isso cerca de 35% do total das exportações latino-americanas, de 12bi830mi naquele ano. [...]

Ainda, uma soma de 52 milhões de suas exportações foram para outros países latino-americanos, um indicador do fato de que as afiliadas estadunidenses tem realizado uma significativa contribuição para promover a integração econômica na região. [...]

As importações anuais totais dos países latino-americanos foram de 12milhões de dólares entre 1965 e 1968. Essas importações consistiram essencialmente de materiais e suprimentos necessários para as operações e o crescimento das indústrias já estabelecidas na América Latina e para o desenvolvimento de novas indústrias, bem como para a satisfação das necessidades dos consumidores da região. Entretanto, as necessidades de importação da América Latina teriam sido ainda maiores, se não fosse pelo fato de que apenas em 1966 as afiliadas estadunidenses na região estavam produzindo e vendendo domesticamente cerca de 8,070 milhões de dólares de mercadorias que providenciaram uma grande parte dos materiais e suplementos básicos para outras indústrias e consumidores. [...] Ou seja, se não fosse pela disponibilidade de mercadorias produzidas e vendidas domesticamente pelas afiliadas estadunidenses, as indústrias domesticas latino-americanas não poderiam ter mantido seus níveis de produção e não teriam podido expandir sua capacidade produtiva como fizeram, nem poderiam as necessidades de consumo básicas dos consumidores ser atendidas, a não ser que os países latino-americanos fossem capazes de importar anualmente pelo menos 17,430 milhões ao invés das atuais importações de 12,640 milhões de dólares.

Em suma, as operações das afiliadas estadunidenses na região no período entre 1965 e 1968 propiciaram ganhos de exportação anuais de cerca de 4,500 milhões dólares e economias de importação em pelo menos 4,790 milhões de dólares [...] assim os investimentos americanos propiciaram para a balança líquida de pagamentos cerca de 8,550 milhões por ano”.<sup>487</sup>

No tópico intitulado “efeitos econômicos domésticos”, lemos que:

o total de vendas por afiliadas estadunidenses (cerca de 6,548 milhões de dólares) significou cerca de 7% do produto bruto doméstico na América Latina. Assim, as afiliadas estadunidenses não jogam um papel dominante na vida econômica desses países, já que são responsáveis por apenas uma modesta porcentagem do total do esforço produtivo. No entanto, o

---

<sup>487</sup> MAY, Hertbert K. The contribution of US and other foreign capital in Latin America. New York, Council for Latin America, 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

crescimento econômico e o desenvolvimento da região teria sido muito menor senão fosse pela produção das afiliadas estadunidenses”.<sup>488</sup>

Um tópico era especialmente importante para que May atingisse o objetivo de mostrar as vantagens do investimento estrangeiro externo: os “empregos gerados pelas afiliadas estadunidenses”:

O total de empregos gerado pelas afiliadas estadunidenses era de cerca de 830.000 em 1957, e cresceu para 1.230.000 pessoas em 1966, um crescimento substantivo para uma década. De acordo com os dados do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, a respeito da composição dos empregos gerados pelas afiliadas estadunidenses são particularmente interessantes. Das cerca de 475.300 pessoas empregadas pelas afiliadas estadunidenses em 1966, cerca de 15.000 foram empregados em posições de gerência, e destas 14.400 eram latino-americanos. Além disso, dos cerca de 30.700 empregos técnicos e profissionais, 29.900 eram latino-americanos. Somente 7.5% do pessoal administrativo e somente cerca de 2.6% do pessoal técnico e profissional veio dos Estados Unidos. [...]”<sup>489</sup>

Comentando sobre a “lucratividade dos investimentos estadunidenses”, May concluía que os Estados Unidos continuavam a investir na América Latina praticamente por caridade:

Os ganhos acumulados pelos investimentos estadunidenses na América Latina são de média de 1.260 bi de dólares por ano [...] a taxa de lucratividade dos investimentos em manufatura eram menores que aqueles dentro dos Estados Unidos, e eram menores que os investimentos americanos obtinham em todo o mundo exceto o Canadá. [...]

Se as decisões de investimento dos investidores estadunidenses durante os 9 primeiros anos foram tomadas levando em consideração apenas as taxas de retorno, não teria havido muito investimento na América Latina. [...] esses números refletem a confiança nos Estados Unidos com relação ao futuro da América Latina.<sup>490</sup>

É interessante notar que o debate sobre este tema era corrente dentro do Conselho. Em um *memorandum* datado de 15 de janeiro de 1970, Harvey L. Schwartz diz a Donald Meads e David Rockefeller que era preciso contrarrestar o argumento de que os investidores norte-americanos estariam “tirando mais que colocando” dinheiro. Ele recomendava especificamente utilizar um argumento de Servan-Schreiber em *The American Challenge* (O desafio americano)<sup>491</sup>: tratar da questão não apenas pelo ângulo da balança de pagamento, mas também das técnicas de administração e gerenciamento, geração de capital, transferência de tecnologia, *know-how* técnico e treinamento [que o capital estadunidense transferiria para a América Latina].

---

<sup>488</sup> Ibid.

<sup>489</sup> *Ibid.*

<sup>490</sup> Ibid

<sup>491</sup> SERVAN-SCHREIBER, Jean J. *The American Challenge*. New York: Atheneum, 1968, p. 291.

O relatório May teve repercussão na imprensa estadunidense. No dia 22 de janeiro, o *Christian Science Monitor* publica uma verdadeira peça de propaganda do estudo de Herbert May, resumindo alguns dados compilados pelo economista – a qual, segundo o jornalista Martin Skala, autor do artigo, “desfazia populares mitos” latino-americanos sobre os investimentos americanos na região. Segundo Skala, embora agora estivessem mais sofisticados” para “justificar” o “nacionalismo econômico” de Chile, Peru e Bolívia, ainda eram argumentos seriam “carregados de emoção” (“*emotion-charged*”). Já os “fatos” trazidos por May comprovariam que os investimentos estrangeiros, principalmente os norte-americanos, vinham trazendo “enorme prosperidade” para os países recebedores.

O paradoxal aqui é que o autor, tanto da peça de propaganda quanto do relatório May (que também não deixa de ser uma peça de propaganda) chegam a defender que os lucros das firmas estadunidenses na América Latina não eram assim tão altos – argumento que seria utilizado pelos isolacionistas nos anos seguintes, ainda naquela década (se nem sequer esses lucros são tão importantes para os Estados Unidos, para quê tanto esforço em manter boas relações com a América Latina).

O relatório May teve repercussão no Brasil dois anos depois em um artigo assinado por Carlos Osmar Bertero, professor do Departamento de Administração Geral e Relações Industriais da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV.<sup>492</sup> No artigo, o professor tomava por certos os dados do relatório May, e mostrava conhecimento da carta de José de Cubas a Allende e de modalidades de pressão do Council.

É interessante notar também que a infantilização da América Latina e dos latino-americanos, em sua postura classificada pelos críticos como “nacionalista” e “extremada”, era corriqueira. Em uma carta de William R. Mizelle, diretor Executivo da *Hemisphere and Organization of American States Association*<sup>493</sup>, a Harvey Schwartz, do IBEC, dizendo que é um prazer contar com o último no “principal projeto em curso” de sua Associação: “corrigir os equívocos públicos de fundo emocional, na América Latina e nos EUA, neste momento destruindo a cooperação inter-americana” [“to correct the emotional public misconceptions, in

---

<sup>492</sup> BERTERO, Carlos Osmar. “Principais tendências do investimento direto norte-americano na América Latina”. R. Adm. Emp., Rio de Janeiro, 12 (4): 6-23. Out/dez 1972.

<sup>493</sup> Tratava-se de uma organização impulsionada por Nelson Rockefeller sobre a qual não encontramos maiores informações. Sobre William R. Mizelle, encontramos colunas dele nos anos 1980, no *Washington Times*, sobre o castrismo e o comunismo. Ver PREWETT, Virginia & MIZELLE, William R. “Castro’s conditioning of Cuba continues”. *The Washington Times*, 30 de junho de 1982.

Latin America and in the U.S., now destructively undermining inter-american cooperation”].<sup>494</sup>

O projeto incluiria a preparação de um estudo voltado “para reportar aos latino-americanos”, “em termos populares” [leia-se: inteligíveis para latino-americanos], “a natureza e o volume do trabalho não-governamental inter-americano, das igrejas às corporações” [“to report to Latin Americans, in popular terms, upon the combined volume and nature of the U.S. people’s non-governmental inter-American work, from church to corporation”]. Seria uma espécie de complemento ao “esplêndido” “estudo May” realizado pelo CLA fatos sobre igrejas, universidades, trabalho, associações e fundações, seria “menos suspeito” do que os fatos frios sobre os interesses comerciais americanos.<sup>495</sup>

Foi assim, armados de argumentos sobre os benefícios dos investimentos dos EUA na região, que os representantes do Conselho das Américas participaram dos eventos previstos para aquele ano.

Em 19 de fevereiro de 1970, uma longa carta de Enno Hobbing a Robert C. Helander, vice-presidente da IBEC do Peru, com cópia para Humberto Cortina<sup>496</sup>, relatava a participação do Council e as impressões de Hobbing sobre o encontro do Inter-american Economic and Social Council (IA-ECOSOC) em Caracas, como membro da delegação estadunidense. Por sua vez, o presidente do CLA, José de Cubas, participou da sessão a nível ministerial do mesmo evento, como convidado especial da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Hobbing relatava que, “como esperado”, não houve entendimento entre a posição das delegações latino-americanas sobre a unidade latino-americana (levantada ainda no âmbito do chamado Consenso de Viña del Mar<sup>497</sup>) e posição da delegação norte-americana. Segundo Hobbing, se esboçaram quatro documentos distintos ao longo da reunião, “todos eles terríveis de nosso ponto de vista” (“all of them terrible from our point of view”). Os três documentos

---

<sup>494</sup> Carta de William R. Mizelle a Harvey Schwartz. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>495</sup> *Ibid.*

<sup>496</sup> Humberto J. Cortina (1941) foi um político americano no estado da Flórida. Nasceu em Cuba e foi para os Estados Unidos, em 1960, no ano seguinte da Revolução Cubana (1959). Ele é um veterano da Invasão da Baía dos Porcos. Serviu na Câmara dos Deputados da Flórida de 1982 a 1984 (113º distrito). Fonte: People Pill. Disponível em: <<https://peoplepill.com/people/humberto-cortina/>>. Acesso em: 01.02.2020.

<sup>497</sup> Documento conclusivo do encontro dos países do continente americano, o chamado Consenso de Viña del Mar, aprovado a 17 de maio de 1969, levou o então presidente norte-americano, Richard Nixon, a delinear novas diretrizes políticas em relação à América Latina, depois do fracasso da Aliança para o Progresso. As diretrizes nunca foram realizadas com a sua renúncia depois do escândalo Watergate. Os objetivos do consenso consistia na aceleração do desenvolvimento latino-americano. Ver: SUÁREZ, Eduardo L. “Nueva actitud de América Latina hacia Estados Unidos: El Consenso de Viña del Mar”. *Foro Internacional*. Vol. 10, No. 3 (39), p. 237-256 (20 p.), Jan. - Mar. 1970.

latino-americanos, segundo Hobbing, refletiam basicamente o parágrafo 33 do Consenso de Viña del Mar.<sup>498</sup>

Durante o encontro, Hobbing teria ficado intrigado com a posição da delegação chilena: ao invés de confrontar, concordaram com os dois documentos apresentados pelos EUA. Isso porque, segundo calculou Hobbing, eles se reuniriam no próximo encontro da CECLA (Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana) e aí, nesta ocasião, os chilenos usariam “o melhor de sua habilidade junto aos países latino-americanos para uma declaração *assaltando* a empresa privada e o investimento estrangeiro” (grifos nossos). E essa postura do Chile não deixava de ter efeitos, por exemplo sobre o Brasil. No encontro, os brasileiros teriam reiterado que sua posição oficial era aquela expressa por Delfim Neto em dezembro de 1969 no encontro do CLA em Nova York: fortemente a favor da empresa privada; entretanto, em Caracas, por conta da pressão, não o repetiram.

Com isso, segundo Hobbing, a “ficção” da solidariedade latino-americana teria sido mantida. No entanto, “individualmente”, “visando suas relações bilaterais com os EUA”, alguns países estavam dispostos a fazer declarações bem mais “aceitáveis”: Argentina, Brasil, Colombia, México, Venezuela e Peru.

Se não podemos evitar as declarações latino-americanas coletivas negativas, podemos pelo menos construir um contrapeso forte e em última instância decisivo através de declarações oficiais individuais dos governos de vários países latino-americanos sobre a empresa privada e o investimento estrangeiro.<sup>499</sup>

A carta pedia que Robert Helander fosse pessoalmente encontrar-se com o presidente Velasco Alvarado, do Peru, para pressionar o governo sobre sua posição sobre o investimento estrangeiro. A mensagem ainda continha exatamente o que deveria ser dito na reunião com o governo peruano, quais as perguntas que este deveria responder, e em que prazo (visando que estava próximo o encontro do CICYP no Rio de Janeiro).

---

<sup>498</sup> O artigo 33 do documento final do documento que ficou conhecido como Consenso de Viña del Mar era o seguinte: “Artículo 33.- Dentro de las materias comprendidas en el presente régimen los derechos en él consagrados para las empresas extranjeras y mixtas son los máximos que les podrán ser otorgados por los Países Miembros”. É uma das cláusulas da Decisión 24. Tercer Período de Sesiones Extraordinarias de la Comisión. 14-31 de dezembro de 1970, Lima, Peru. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/es/can/can019es.pdf>. Uma boa síntese do que foi o Consenso de Viña de Mar encontra-se em: AHRENS, Norbert. “1969: o Consenso de Viña del Mar”. DW, 17 de maio – calendário histórico. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1969-o-consenso-de-vi%C3%B1a-del-mar/a-324979>. Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

<sup>499</sup> “If we cannot avoid the negative collective Latin American statements, we can at least build up a telling and ultimately decisive counterweight of official, individual statements by various Latin American governments on private enterprise and foreign investment.” Carta de Enno Hobbing a Robert C. Helander, 19 de fevereiro de 1970. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

Comentando sobre as avaliações de Hobbing, e adicionando questões, Harvey L. Schwartz envia, em 04 de março de 1970, um *memorandum* para Donald Meads e Rodman Rockefeller. Primeiro, ele relatava o encontro do *Executive Committee* no dia 03 de fevereiro, atendido por 13 pessoas (incluindo José de Cubas, Henry Geyelin, Esteban Ferrer, Pete Collado, Jack White e Al de Rosso), no qual “uma minoria de duas pessoas” (e principalmente Jay Parkinson, da Anaconda), era ferozmente contra qualquer tratamento especial para a América Latina. Isso levou a José (“Pepe”) de Cubas resolver convocar uma outra reunião do mesmo órgão, mais ampla; o encontro foi seguido por um jantar na *Pan American Society*, no qual Charles Meyer<sup>500</sup> fez uma palestra.

É importante fazer aqui um parêntese sobre alguns desses personagens, que aparecerão reiteradamente.

Schwartz tecia, então, considerações gerais sobre o encontro de Caracas. Para ele, politicamente, o destaque era para o Chile, que teria, em suas palavras, “emergido como líder político da América Latina em suas relações com os EUA”, “assumindo o papel da ‘consciência’ do hemisfério sul”.

Ele destacava que o CLA apoiou o programa de liberalização de importações da América Latina tal como definido pelo governo dos EUA; e nunca aceitou nenhum “direito à compensação” ou reconheceu a validade legal ou moral de nenhuma “demanda”. Era recomendada a continuidade do apoio ao programa do governo norte-americano de preferência de importação para todos os países subdesenvolvidos.

Em junho de 1973, entretanto, o governo dos Estados Unidos rejeitaram a possibilidade de concessão de tratamento preferencial às exportações da América Latina, o que foi visto como negativo pelo Conselho das Américas. Em dois dias de audiências sobre o projeto de lei do comércio apresentado pelo presidente Nixon, na Subcomissão para Assuntos Interamericanos da Câmara dos Deputados, a posição do Conselho das Américas teria recebido apoio da AACLLA, da *Brookings Institution* e do Conselho de Desenvolvimento Ultramarino.

---

<sup>500</sup> Charles Meyer (1918-1996) era Secretário Assistente para Assuntos Inter-americanos entre 1969 e 1973, sob o governo Nixon. Ex-executivo da Sears, empresa membro do Council, e homem de confiança de Nixon, ele também tinha servido, nos anos 1960, ao presidente Dwight Eisenhower em um comitê sobre América Latina chefiado por Milton S. Eisenhower, desenhado para ser “os olhos e puvidos” do governo americano na América Latina. É um dos nomes apontados como ator central nas ações dos EUA no Chile no início dos anos 1970, o que ele morreu negando; nunca mais veio a ocupar cargos em nenhuma administração, tendo voltado a trabalhar na Sears em 1973. LEMOYNE, James. “March 1972: prelude to a Coup”. *The Crimson*, 04 de dezembro de 1974. Disponível em: <https://www.thecrimson.com/article/1974/12/4/march-1972-prelude-to-a-coup/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

Entretanto, a questão central, aquela que ocuparia a maior parte das energias do Conselho nos anos 1970, eram duas: o Pacto Andino<sup>501</sup> e as expropriações chilenas.

### 3.9. A BATALHA DO CONSELHO DAS AMÉRICAS CONTRA O CÓDIGO ANDINO

Já em 12 de novembro de 1970, um *memorandum* de Enno Hobbing a dois comitês do Conselho, o *COA Andean & Pacific Affairs Committee* e o *COA North Coast Committee* (C. Jay Parkinson era o diretor do primeiro e John F. Gallagher, do segundo), dava a pauta de uma reunião que aconteceria no dia 23 daquele mês. “O principal objetivo do encontro é ajudar a formular uma posição do Conselho sobre o Investimento Estrangeiro do Bloco Andino, que está neste momento sendo desenhado”, dizia a correspondência.

Em 02 de dezembro de 1970, o Conselho das Américas recebe a informação de que Colômbia e Equador rejeitaram as regulações propostas pelo Pacto Andino, sem detalhes ainda sobre quais seriam as bases para tal rejeição. Conforme resume a reportagem do *Opinião* que utilizamos como epígrafe da Introdução,

Um ano antes, em agosto de 1969, na iminência de criação do estatuto para Investimento Estrangeiro Privado pelos países do Pacto Andino uma carta foi enviada, pelo mesmo de Cubas ao ministro de Relações Exteriores do Chile, Gabriel Valdez Subercaseaux. Além de considerações gerais sobre a conceituação precisa do que fosse ‘assistência econômica’, o documento fazia uma ameaça: ‘Se os investimentos privados norte-americanos forem restringidos, discriminados ou expulsos, pode-se presumir que os investimentos públicos dos Estados Unidos ou a ajuda econômica também declinarão. O investimento privado é a principal força em ação na defesa dos investimentos públicos norte-americanos. Se os investimentos privados dos Estados Unidos na América Latina forem desestimulados, será difícil ver alguma razão para manter os investimentos públicos. Outra vez, os resultados serão bem piores para a América Latina do que para os Estados Unidos, já que as principais bases, econômicas, políticas e de segurança norte-americanas estão na Europa e na Ásia’.

Antes de mensagens mais agressivas, Cubas propunha um encontro entre representantes públicos e privados da América Latina e dos Estados Unidos para discutir o novo código de investimentos.

Ao que parece, a ameaça e a proposta foram inúteis já que a 12 de abril de 1971 era noticiado que 240 empresas norte-americanas suspendiam seus investimentos nos países do Pacto Andino. Dizia o jornal francês *Le Monde* que, ‘reunidos no Conselho das Américas, os investidores debateram seus

---

<sup>501</sup> O Pacto ou Grupo Andino é um bloco econômico que foi fundado em 26 de maio de 1969 por países da América do Sul após o Acordo de Cartagena, com sede em Lima; em espanhol, o nome é Comunidad Andina (CAN). Foi chamado “Pacto” até 1996. Atualmente se chama Comunidade Andina de Nações e é composta por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. O Chile deixou o bloco em 1977 sob Pinochet por pressão dos Estados Unidos; e a Venezuela deixou o bloco em 2006 sob Chávez, que argumentou que os Tratados de Livre Comércio assinados pela Colômbia e Peru com os Estados Unidos tornou a comunidade obsoleta.. Em 1979, vinculados ao Grupo, foram criados a Corte Andina de Justiça, o Parlamento Andino e o Conselho Andino de Ministros de Relações Exteriores.

pontos de vista com funcionários do grupo andino e rejeitaram o estatuto adotado pelos países da região’.

A advertência transformava-se em punição e o Council revelava, com uma estocada precisa, seu poder de articulação: a carta foi enviada em agosto de 69, o estatuto que regulamentava as aplicações externas foi aprovado em setembro de 70 e a suspensão dos investimentos foi decretada já em abril de 71.<sup>502</sup>

Uma das primeiras ações de resposta do Conselho ao Pacto Andino foi criar, na Colômbia, um organismo chamado “Comissão de Ação Interamericana”. Essa Comissão, pronunciava Jacob Javits no Senado, criticou o estatuto andino publicamente em abril de 1971, especialmente a regra que obrigava os estrangeiros a venderem 51% de suas ações nas indústrias básicas para particulares ou para os governos.<sup>503</sup>

Logo depois, as companhias estrangeiras que operavam na Colômbia anunciaram que não fariam novos investimentos até que o governo colombiano regulamentasse o Estatuto de Capitais estrangeiros. A crítica central das empresas era precisamente a norma que obrigava a venda de 51% das ações do capital estrangeiro em indústrias básicas a investidores nacionais. Essa medida, do ponto de vista do governo colombiano, visava basicamente aumentar o controle nacional da produção de itens básicos – isto é, uma medida protetora da economia nacional.<sup>504</sup>

Humberto Cortina, diretor do Conselho, afirmou à imprensa que

a objeção principal [ao Pacto Andino] é a perda do controle da empresa, em consequência da transferência de capital. Isto poderá restringir e até mesmo eliminar seriamente a função que os atuais investimentos estrangeiros cumprem na América Latina.<sup>505</sup>

A repercussão sobre a advertência feita pelo Conselho das Américas foi imediata, no Chile, Equador, Peru, Colômbia e Bolívia. Segundo uma reportagem do *Correio da Manhã*,

O diretor do Conselho das Américas para a área que abrange o Peru, Bolívia, Equador e Paraguai, Humberto J. Cortina, disse ontem em Lima que o estatuto sobre investimentos estrangeiros do Pacto Andino ‘contém muitas disposições contrárias ao objetivo de atrair os investidores.<sup>506</sup>

---

<sup>502</sup> OPINIÃO. Isto é o Council of the Americas. *Opinião*, 08 de agosto de 1975, p. 9-10.

<sup>503</sup> “Senador americano não aprova Estatuto andino”. *Correio da Manhã*, 02 de abril de 1971, p. 9. Segundo o governo colombiano, àquela altura, os investimentos estrangeiros no país eram da ordem anual de 460 milhões de dólares.

<sup>504</sup> “Estrangeiros suspendem inversões na Colômbia”. *Folha de São Paulo*, 02 de abril de 1971, p. 14.

<sup>505</sup> “Advertindo o Bloco andino”. *O Estado de S. Paulo*, 09 de abril de 1971, p. 5.

<sup>506</sup> “Americano condena estatuto de andinos”. *Correio da Manhã*, 09 de abril de 1971, p. 9.

Ao mesmo tempo, Cortina também teria declarado que “o Conselho reconhece como legítimos os objetivos do grupo andino de unificar o tratamento a ser concedido ao capital estrangeiro”.<sup>507</sup>

A controvérsia era grande, pois, se por um lado não havia um clima político propício dentro dos EUA para condenar como as economias do terceiro mundo estabeleciam seu manejo político, por outro as companhias estadunidenses com interesses ali exigiam ações ferozes. Para confundir ainda mais a questão, foi revelado um estudo realizado por um estudante de graduação da Universidade de Washington, a partir de entrevistas com executivos de 340 empresas elencadas por ele como as maiores empresas estadunidenses.

O pesquisador Guy Meeker teria chegado a um resultado surpreendente, recebendo o protesto do senador Jacob Javits e do Conselho das Américas. A conclusão do estudo foi de que 340 de 500 das maiores empresas estadunidenses estava disposta a adotar uma atitude flexível frente ao Estatuto Andino. Dirigentes de 132 empresas consideraram aceitável a limitação imposta pelo Pacto Andino. Outros 46 mostraram disposição de continuar investindo, embora em menor escala, nos países do grupo.<sup>508</sup>

Em junho de 1971, as coisas esquentaram, pois Peru, Bolívia, Chile e Equador e Colômbia adotaram um estatuto comum regulamentando os investimentos estrangeiros. Conforme relatava Newton Carlos no *Correio da Manhã*,

Num primeiro passo o Equador proibiu há pouco a captação de depósitos por parte de bancos de fora e o país logo entrou numa fase de tumultos. Já suspenderam suas inversões no ‘grupo andino’ 240 companhias norte-americanas. A fuga tende a acelerar-se. Esta é pelo menos a ameaça implícita de um documento preparado em Medellín, centro industrial colombiano, pelo ‘Conselho das Américas’, entidade vinculada a empresários dos Estados Unidos.<sup>509</sup>

O *Correio da Manhã* também noticiou um estudo feito pelo Conselho das Américas junto a empresários americanos que possuíam investimentos na América Latina, particularmente em torno a esses dois temas: as reformas em curso no Chile e o Pacto Andino.<sup>510</sup>

“Nós passamos a vida tratando de defender os interesses da América diante de nossos governantes e congressistas e em vez de fornecer armas para essa batalha, nossos vizinhos do

<sup>507</sup> *Ibid.*

<sup>508</sup> “Investidor não condena os andinos”. *Correio da Manhã*, 03 de abril de 1971, p. 9; ver também “Pesquisa mostra apoio de firmas a Estatuto Andino”. *Folha de São Paulo*, 03 de abril de 1971, p. 9. Meeker teria se inspirado nos trabalhos de Raymond Vernon, de Harvard, e de P.N. Rotenstein Rodan.

<sup>509</sup> CARLOS, Newton. “A alta de temperatura nos Andes”. *Correio da Manhã*, 12 de abril de 1971, Caderno Anexo, p. 1.

<sup>510</sup> Conselho das Américas critica Chile e andinos. *Correio da Manhã*, 12 de abril de 1971, p. 5.

sul acabam de nos cortar a jugular.” Eram esses os termos da “queixa de um empresário americano”, o qual não se conformava com as nacionalizações chilenas e com o estatuto do Pacto Andino.<sup>511</sup>

Sob o título ‘O que eles querem?’, o Conselho mostra a opinião dos empresários americanos” sobre os dois temas. [...] ‘Hoje em dia o político que não realiza pelo menos um ato nacionalista, não tira alguma coisa de um estrangeiro, sente-se diminuído, quase complexado, como o que é chamado para defender a pátria e esconde-se. Este fenômeno psicológico e portanto emocional é revestido de todo o tipo de plumagens retóricas’, era uma opinião refletida no estudo. “O entusiasmo pelo esporte de tomar as coisas dos outros, está começando a cansar.

O estudo citava que “até mesmo” o senador Jacob Javits, “até agora um dos melhores amigos que a América Latina teve no Congresso americano”, nas palavras do Conselho das Américas, teria afirmado que a emenda constitucional que permitia a nacionalização das minas de cobre no Chile seria “um caso típico de discriminação, uma vez que são expropriados apenas interesses americanos”.<sup>512</sup>

Sobre o caso do Pacto Andino, o senador Javits teria afirmado, refletindo como sempre as posições do Conselho, que este estatuto, “da maneira como foi redigido, pode prejudicar seriamente os países do grupo andino, pois dificulta a obtenção de fontes de financiamento no exterior”. E além disso, poderia “agravar os balanços de pagamentos desses países, ao limitar a entrada de novos capitais e obrigar a venda forçada das propriedades estrangeiras”. O Conselho das Américas afirmava ainda que era “óbvio, para o mais infantil dos observadores, que a *tempestade* nacionalista, dirigida exclusivamente contra os interesses americanos, já não soa bem aos ouvidos do povo americano”; e que se não fosse assim, o “hábil senador de Nova York” não teria se pronunciado sobre o caso chileno.

Ainda naquele mês, o periódico noticiava que segundo uma declaração do Conselho das Américas, 37 projetos de inversão na Colômbia para aquele ano já teriam sido suspensos por causa da adoção do Estatuto andino.<sup>513</sup>

Segundo Newton Carlos, diante da determinação da Colômbia, até então permeável à penetração estrangeira, de adotar a partir de junho as regras do Pacto Andino, “logo surgiram as ameaças no estilo de sempre”. Nas palavras do jornalista,

Um ‘Conselho das Américas’, que reúne hipoteticamente 240 empresas norte-americanas, promoveu a circulação de notícias sobre a iminência de

---

<sup>511</sup> *Ibid.*

<sup>512</sup> *Ibid.*

<sup>513</sup> Colômbia acusa americanos. Correio da Manhã, 22 de abril de 1971, p. 9.

suspensão de inversões na área. O primeiro a falar no assunto para os jornalistas foi um alto funcionário da Texas Petroleum Company.<sup>514</sup>

Mas, segundo Newton Carlos, a manobra teria resultado negativa, pois o ministro colombiano de desenvolvimento econômico, Jorge Valencia Jaramillo, acusou “forças da reação” por trás das ameaças; e o próprio presidente, Miguel Pastrana<sup>515</sup>, defendeu a criação de “regras claras” para o capital estrangeiro, afirmando peremptoriamente: “não somos um grupo de desvalidos à mercê dos outros”.

No mesmo embalo, Velasco Alvarado<sup>516</sup> teria afirmado, em referência às pressões do BID sobre o Peru, que “Antes os funcionários norte-americanos vinculados aos programas de ajuda passavam o tempo todo falando na necessidade de reformas. Agora fazemos a reforma agrária e outras e nos negam qualquer ajuda”.<sup>517</sup>

Apesar da reação das empresas estadunidenses e das campanhas do Conselho das Américas, os países andinos mantiveram as regras, e encontraram nos europeus e japoneses novos investidores, substituindo gradativamente consórcios norte-americanos.<sup>518</sup>

Em uma reunião realizada em julho pelo Conselho das Américas, o subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Charles Meyer, “aconselhou” que os países que estudam nacionalizações de empresas estrangeiras deveriam “examinar escrupulosamente” a utilidade desta política:

Os Estados Unidos não se opõem a nenhuma forma de nacionalismo ou de nacionalismo econômico como elemento de esforço construtivo. Não somos contra a nacionalização de empresas privadas desde que seja dada uma indenização pronta, justa e adequada.” [...] “Entretanto – frisou – aconselharíamos a se evitar a nacionalização de empresas de propriedade estrangeira pois segundo o economista argentino Raul Prebisch é muito pouco o que uma mudança de propriedade consegue por si só.” Além disso, teria dito aos membros do conselho que “embora as nações hemisféricas tenham um considerável direito de procurar maior benefício para as suas atividades teriam que examinar escrupulosamente a transferência de recursos

<sup>514</sup> CARLOS, Newton. As novas relações americanas. *Correio da Manhã*, 17 de maio de 1971, Caderno América Latina, p. 1. Publicado também em *Folha de São Paulo*, 16 de maio de 1971, p. 2.

<sup>515</sup> Misael Eduardo Patrana Borrero (1923-1997), advogado, foi presidente da Colômbia pelo Partido Conservador de 1970 a 1974, antecedido por Carlos Lleras Restrepo, de quem havia sido ministro em 1966, e sucedido por Alfonso López Michelsen. Teria seu filho, Andrés Pastrana Arango, eleito presidente da Colômbia em maio de 1998.

<sup>516</sup> Juan Velasco Alvarado (1909-1977) foi o chefe do regime militar que se instalou no Peru após um golpe de Estado em 1968 e durou até 1975, antecedido pelo governo Fernando Belaúnde Terry e sucedido por Francisco Morales Bermúdez. A ditadura peruana de 1968 tinha características nacionalistas, tendo sido uma das primeiras medidas a nacionalização do petróleo; e entre outras marcas importantes, a realização da reforma agrária no país. O lema de sua política era “nem com o capitalismo nem com o socialismo”; entretanto, soube aproveitar-se dos benefícios de acordos com a União Soviética, em especial em compra de armas. Ele também estatizou a indústria pesqueira e teve atritos com os interesses dos EUA na região.

<sup>517</sup> *Ibid.*

<sup>518</sup> CARLOS, Newton. Um pacto de avanços comuns. *Correio da Manhã*, 08 e 09 de outubro de 1972, p. 2.

neste sentido: em que usaremos os pequenos recursos financeiros de que dispomos.<sup>519</sup>

Em novembro daquele ano, o presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, proporia, em Tóquio, a criação de uma organização internacional que indenizaria as empresas nacionalizadas em países em desenvolvimento que recebem empréstimos do Banco.<sup>520</sup>

### 3.10. UM CONSELHO PARA A AMÉRICA LATINA DOS ANOS 1970

É novamente o *Correio da Manhã* que repercute um informe anual do Conselho, segundo o qual este organismo concederia, em 1971, a “mais alta prioridade” a contatos “de igual para igual” com os governos de: Brasil, Argentina, Colômbia, México, Peru e Venezuela. Essas consultas fariam parte do programa “A participação dos Negócios no Desenvolvimento”.

Segundo o informe, reportava o CM, tratava-se de “intercâmbios organizados intensivos, profissionais e de igual a igual entre os dirigentes das companhias com investimentos privados na América Latina, os líderes dos governos latino-americanos e todos os demais relacionados de forma importante com o desenvolvimento latino-americano”. O Conselho programava visitas de consultas, enviando equipes para participar de grupos de trabalho com “setores privados locais”, a fim de “coordenar os pontos de vista que estes e o Conselho tenham de submeter aos governos latino-americanos”.<sup>521</sup>

Segundo aquela reportagem mencionada na epígrafe da Introdução, do *Opinião*,

Segundo José de Cubas, por exemplo, uma das missões principais da força-tarefa do Council que congregava técnicos da Du Pont, IBM, Merck, Standard Oil of New Jersey, Westinghouse e Fundação Ford e que percorreu a América Latina em 1971 era “refutar a noção de que o desenvolvimento científico e tecnológico é um caixa ou um pacote que pode ser comprado num balcão ou uma planta que qualquer um pode semear em seu próprio jardim”.

“A força-tarefa tem que mostrar que o desenvolvimento científico e tecnológico é um processo contínuo, em escala mundial e de dimensões e perspectivas incalculáveis – e certamente pedirá aos nossos amigos nas Américas para não combater o processo mas se juntar a ele como o melhor caminho para o verdadeiro desenvolvimento”.

O mesmo Cubas esperava também que os amigos do Conselho Interamericano de Comércio e Produção (cujo presidente no Brasil era o professor Teófilo de Azeredo Santos) mostrassem as grandes contribuições que o investimento doméstico privado tem feito para o desenvolvimento de seus países.

<sup>519</sup> McNamara propõe seguro contra indenizações. *Correio da Manhã*, 09 de novembro de 1971, p. 9.

<sup>520</sup> *Ibid.*

<sup>521</sup> Conselho das Américas dá prioridade à AL. *Correio da Manhã*, 1 de abril de 1972, p. 2. América Latina: maior atenção em 1972. *Folha de São Paulo*, 1 de abril de 1972, p. 2.

O tom condescendente do ideário ressuscitado pelo Council fica por conta de um pequeno parágrafo de seu plano de ação para 70 intitulado *Ouvindo a América Latina*: “(...) nós vamos agora escutar bastante. Tentaremos analisar a validade de algumas ideias especificamente latino-americanas de alguns países em sua busca individual pelo aperfeiçoamento. Se nós acharmos que há uma base para o seu novo modo de vida, mesmo que não seja o nosso, nós lhe diremos. E lhes diremos do mesmo modo em caso oposto. O ponto de vista do governo brasileiro acerca de repetidos e preconceituosos relatos (alusão a matérias sobre o Brasil publicadas no exterior) é um exemplo de tema que merece nossa atenção. Outro tema são os vários aspectos econômicos dos investimentos externos no Peru e nós já programamos uma visita a Lima para discutir o assunto com o governo peruano”.

O aspecto povo da atuação do *Council*, ainda segundo o relatório anual para 1970, cabe às políticas de educação, treinamento e aperfeiçoamento das empresas associadas. O princípio geral, porém, é “desenvolver milhões de indivíduos não apenas em habilidades técnicas mas também em conhecimentos gerais, em sua dignidade humana, em seu orgulho pessoal”. Se possível serão criadas à força tarefas para cumprir tal orientação e atualizá-las constantemente.

Foi esse espírito solidário interamericano que levou o conselho a mudar de nome em junho de 1970. *Council for Latin America* restringia, limitava, separava, o que não devia ser separado: *Council of the Americas* é mais apropriado porque dá ideia da integração pretendida, da convergência de propósitos almejada. A ampliação e a política de aproximação que a sustentaram passaram, entretanto, ao que parece, dos limites de uma sigla.

Por sua vez, a sucursal do *Correio da Manhã* em Nova York repercutia reportagens publicadas no *New York Journal of Commerce*, que, por ocasião da “Semana das Américas”, em abril de 1972, trouxe diversos artigos analisando extensamente a situação da América Latina. Entre os artigos, estavam um assinado por Harvey Wallender e Esteban Ferrer, em nome do Conselho das Américas (apresentado pelo *Correio da Manhã* aqui como “instituição particular de pesquisas”).

Wallender e Ferrer afirmaram, em certo tom de otimismo que contrastava com outros artigos, que:

atualmente, o Brasil caminha rápido em sua expansão econômica, o Pacto Andino está revendo a orientação de sua legislação, e o México estuda um meio de melhorar a responsabilidade social. Os governos da América Latina tornaram-se mais precisos em suas análises do papel dos interesses estrangeiros em suas economias.<sup>522</sup>

---

<sup>522</sup> América Latina reduzirá seu grau de dependência. *Correio da Manhã*, 15 e 16 de abril de 1972. Diretor Econômico, p. 1.

Em junho de 1973, ano crítico para o governo Nixon, o *Correio da Manhã* trazia trechos das declarações do então secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos, Jack B. Kubisch, na reunião anual do Conselho das Américas.<sup>523</sup>

O principal porta-voz do governo Nixon para assuntos interamericanos teria afirmado que “o vigoroso nacionalismo que observamos na América Latina é de caráter construtivo, constituindo-se numa força com a qual podemos trabalhar”; que “cada nação que visitamos tem orgulho de si mesma e está determinada a controlar seu próprio destino”, mas que “esse orgulho e essa determinação também parecem estar acompanhados de uma crença em que as soluções dos muitos problemas que hostilizam as Américas devem ser encontradas na cooperação internacional”.<sup>524</sup>

Kubisch comentou uma visita recente do Secretário de Estado, William Rogers<sup>525</sup>, a oito países latino-americanos, afirmando que “fomos à América Latina imbuídos de um espírito de cordialidade e de um desejo de realmente progredir nos pontos de divergência”; e que “fomos muito bem recebidos em todos os lugares e os nossos desejos de tranquilas e sérias discussões foram plenamente compartilhados pelos nossos anfitriões” e que observaram “em quase todos os lugares o desejo de buscar uma condescendência mútua e soluções negociadas para as questões que ainda existem entre algumas nações latino-americanas e os Estados Unidos.”<sup>526</sup>

Vejamos agora como foi a atuação do Conselho das Américas em dois casos emblemáticos: o Brasil e o Chile.

### 3.11. O CONSELHO DAS AMÉRICAS NO BRASIL DO FASTÍGIO DITATORIAL EMPRESARIAL-MILITAR

---

<sup>523</sup> Geografia, economia e herança criam relacionamento especial entre EUA e AL. *Correio da Manhã*, 14 de junho de 1973, p. 5. Jack B. Kubisch (1921-2007), diplomata de carreira, havia sido coordenador estadunidense para a ALPRO, mas como diretor da Panama Canal Company, e é um membro de longa data da Inter-American Foundation.

<sup>524</sup> *Ibid.*

<sup>525</sup> William P. Rogers (1913-2001) foi político republicano, diplomata e advogado, tendo sido o Procurador-geral durante a presidência de Eisenhower (entre 1957 e 1961), e Secretário de Estado sob governo Nixon (1969-1973), enquanto Kissinger era um Conselheiro de Segurança Nacional que pela sua figura preponderante, assumia na prática muitas funções de Rogers.

<sup>526</sup> *Ibid.* Kubisch enfatizou que trabalhava há mais de 25 anos na região, inclusive a serviço do governo no Brasil e no México. Outros oradores de peso participaram dessa reunião anual: John M. Hennessy, secretário do Tesouro, assistente para Assuntos Internacionais; Galo Plaza, secretário-geral da OEA; Peter Planigan, assessor do Presidente Nixon e diretos do Conselho de Política Econômica Internacional; Willis Armstrong, secretário de Estado assistente para os Assuntos Econômicos e Comerciais, e cinco membros do Congresso – Senadores Gale McGee; Jacob Javits e Lawton Chiles e os deputados Dante Fascell e John C. Culver.

*A verdade é que a tortura é praticada no Brasil e o clero realmente tem razão.*

Jack Wyant, janeiro de 1970

Brasileiro, nascido em São Paulo, filho de pais norte-americanos, o jornalista Jack Earl Wyant foi nomeado para o serviço diplomático dos Estados Unidos em 1958. Foi diretor adjunto do Serviço Brasileiro da Voz da América, ocupou o cargo de Adido de Imprensa da Embaixada Americana durante as administrações dos Embaixadores Lincoln Gordon (1961-1966) e John Wills Tuthill (1966-1969); e, em 1967, assumiu o cargo de diretor do *Council for Latin America*. No Rio de Janeiro, foi membro do *Rotary Clube* do Rio de Janeiro, conselheiro do Instituto Brasil-EUA, da Câmara de Comércio Americana (AMCHAM-Rio) e diversas organizações sociais e filantrópicas. Possuía uma forte ligação com o empresariado carioca, chegando a ser diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) desde 1972 até 1989<sup>527</sup>.

Ele será o personagem central deste capítulo da história: em suas mãos estavam as principais decisões sobre a atuação do Conselho; era um estrategista nato, dotado de enormes habilidades sociais e políticas, e por isso era também um excelente operador e propagandista. Seu nome está em praticamente todos os documentos que encontramos sobre a história do Conselho das Américas no Brasil.

É de 13 de janeiro de 1970 a carta de Jack Wyant para Esteban Ferrer, através de telegrama da **COLATAM DO BRASIL** (Av. Rio Branco, 123, sala 1305), avisando que aquele escritório (o da Colatam) não poderia mais utilizar o serviço postal da Embaixada norte-americana do Rio de Janeiro para enviar publicações ou correspondências. A partir de então, toda a correspondência passaria a ser enviada para o endereço da Colatam. No final do documento, lê-se que: "COLATAM DO BRASIL representa THE COUNCIL FOR LATIN AMERICA, INC."<sup>528</sup> Esta era a forma legal que dava suporte ao Conselho das Américas no Brasil. Não encontramos nas fontes nada similar em outros países.

São muito exíguas as fontes para melhor entender o que era a COLATAM DO BRASIL, porém, encontramos na imprensa brasileira que esta era uma "importante firma de consultoria que representa 210 empresas que têm investimento na América Latina"<sup>529</sup>. Como pudemos verificar as firmas de consultoria são muito presentes no Conselho das Américas,

---

<sup>527</sup> Revista da Associação Comercial, novembro/1972, nº 1061, p. 42. Apud BORTONE, *op. cit.*

<sup>528</sup> Carta de Jack Wyant para Esteban Ferrer, 13 de janeiro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>529</sup> *Correio da Manhã*, 29 de março de 1972, nº 514, capa.

funcionando inclusive como operadoras diretas das políticas elaboradas no Conselho. Ou seja, em seu formato legal de empresa de consultoria, elas atuavam politicamente a favor das empresas que representavam – no caso, a *Colatam* representava os interesses de um *pool* de empresas que já se organizava em uma entidade, o Conselho das Américas.<sup>530</sup>

Em nosso capítulo anterior, já delineamos quais foram as primeiras ações do Council no Brasil, bem como deixamos indicada sua relação com outras entidades locais como a AMCHAM-Rio e o IPES. Esta relação está apontada em muitos estudos aos quais nos referimos ao longo desta tese, como a pesquisa de Martina Spohr, Elaine Bortone e Gil Vicente. Agora vamos ver a continuidade da atuação do agora Council of the Americas no Brasil ao longo dos anos 1970.

O subtítulo desta parte é a atuação do Conselho no “fastígio” da ditadura porque, de acordo com a periodização que adotamos aqui, desenvolvida por Renato Lemos, o início da década de 1970 é o período no qual se pode constatar o auge do regime instalado a partir de 1964; marcado pela derrota das oposições antissistêmicas à ditadura, como a guerrilha, e por outro lado, pelo debate interno aos intelectuais orgânicos do regime, especialmente os próprios militares ao redor de Golbery do Couto e Silva, sobre uma transição democrática controlada pelo ato.<sup>531</sup>

### **3.11.1 A rede ligada ao Conselho das Américas no Brasil pós-golpe de 1964: FAS, Ação, AMCHAMs, ACRJ, ex-IPES**

Ainda em janeiro, uma das correspondências que encontramos demonstram um vínculo orgânico entre o então CLA com o FAS – Fundo de Ação Social, que era promovido conjuntamente com o IPES e com a AMCHAM-Rio. Datado de 22 de janeiro de 1970 – telegrama via ITT, de Jack Wyant, Rio de Janeiro, para Harvey Schwartz, IBEC, New York, pedindo aos membros do CLA recursos para o **Fundo de Assistência Social (FAS)**, utilizando uma carta modelo. No dia 26 de janeiro, através da RCA Global Telegram, Harvey Schwartz responde a Jack Wyant, afirmando que contactou Enno Hobbing e não encontrou o modelo de carta e pede para que seja enviada novamente com detalhes.<sup>532</sup>

Segundo a pesquisadora Elaine Bortone,

---

<sup>530</sup> Revista da Associação Comercial, novembro/1972, nº 1061, p. 42.

<sup>531</sup> LEMOS, Renato. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

<sup>532</sup> Telegrama via ITT, de Jack Wyant, Rio de Janeiro, para Harvey Schwartz, IBEC, New York. 22 de janeiro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

O Fundo de Ação Social (FAS) foi um dos maiores contribuintes financeiros do IPES. Criado em setembro de 1962, com sede na Rua Líbero Badaró, 501/16º - centro, São Paulo (SP). Tinha a mesma sofisticação organizacional do IPES, dirigido também por ipesianos e financiado por multinacionais, sobretudo norte-americanas. O FAS surgiu depois de uma série de reuniões no Brasil e nos Estados Unidos, que começaram em janeiro de 1962, quando ipesianos foram à AMCHAM-Brasil pedir ajuda financeira para dar continuidade aos seus projetos, conforme mensagens secretas trocadas entre as Embaixadas norte-americanas de São Paulo e Brasília com o Departamento de Estado norte-americano.<sup>533</sup>

A 04 de fevereiro de 1970, encontramos carta de Jack Wyant, via Colatam do Brasil, para Fulton Boyd, do IBEC, solicitando 1000 dólares para “completar a quantia de 10000 mil dólares”, “necessária para financiar uma pesquisa sobre investimentos privados no Brasil”. Wyant explicava que desde dezembro de 1968, o *Brazilian-American Relations Committee*<sup>534</sup> e a AMCHAM do Rio de Janeiro tinham planos de realizar uma pesquisa de opinião pública sobre o “setor privado” e “particularmente sobre o investidor estrangeiro no Brasil”; e que tal “pesquisa sobre atitudes” poderia ajudar a guiar as companhias individuais e a AMCHAM sobre “os melhores caminhos para as relações públicas e outros meios de defender o ponto de vista da iniciativa privada”.<sup>535</sup> Na carta, Wyant justifica o pedido:

Parece razoável assumir que existe uma relação direta entre as políticas públicas em relação à iniciativa privada e o clima para investimentos privados no país. Você verá que a pesquisa de opinião proposta, seus objetivos e a amostra a ser utilizada foram selecionadas de maneira a tornar possível a medição de atitudes em setores altamente selecionados, altamente influentes da população, com ênfase nos pontos de vista dos líderes militares no Brasil. A possibilidade de conduzir a pesquisa foi mencionada a elementos do governo brasileiro, e a ideia encontrou entusiasmo.<sup>536</sup>

Segundo Wyant, a *U.S. Information Agency* (USIA) já havia contribuído com 10.000 dólares (cerca de metade de seu custo); e doações de 1000 dólares foram feitas pela Esso, Shell, Light, ITT, Ford-Willys, IBM e Gillette; o CLA entrou com uma doação para cobrir os

---

<sup>533</sup> BORTONE, Elaine de Almeida. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967). Tese doutorado (História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018, p. 39-40.

<sup>534</sup> Órgão da AMCHAM-Rio.

<sup>535</sup> Carta de Jack Wyant, via Colatam do Brasil, para Fulton Boyd, do IBEC. 04 de fevereiro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>536</sup> “It would seem reasonable to assume that there is a direct relationship between public attitudes toward private enterprise and the climate for private investment in the country. You will notice that in the enclosure on the proposed survey of public opinion plan, the survey objectives and the sample to be used were selected to make it possible to measure attitudes in highly selective and influential portions of the population, with emphasis on the viewpoints of the military leaders in Brazil. The possibility of conducting the survey has been mentioned to elements of the Brazilian Government, and the idea has met with enthusiasm”. *Ibid.*

custos de contratação da pesquisa e realização do questionário; a AMCHAM do Rio entrou com 2000 dólares.<sup>537</sup>

A 13 de fevereiro de 1970, através de carta, Boyd, do IBEC Brasil, responde a Harvey Schwartz, do IBEC New York, sobre o pedido de Jack Wyant de 1000 dólares para a pesquisa de opinião. Ele afirmava que apoiava a doação, porém que esta não seria de 1000 dólares; ele acrescenta que teria convencido alguns outros “amigos” (como a *Caterpillar* e o *Bank of Boston*, entre outros) a doarem 500 dólares cada.<sup>538</sup>

Outro tema recorrente nas correspondências internas do CLA foi o programa “**Ação Comunitária**” no Brasil. Data do dia 09 de fevereiro de 1970 carta de F.L. Herbert, vice-presidente executivo da **Delttec** International Lmt., para Donald Meads (CLA), afirmando que William M. Barnard, gerente da empresa no Brasil, estava ciente dos planos e programas do Council no Brasil; terminava a carta dizendo-se alegre em ver que a “AÇÃO” estava indo tão bem. Na mesma toada, Lorraine B. Cutter, da ITT, escreve para Meads, a 11 de fevereiro de 1970, que “a *ITT Brazil* está ciente das atividades da AÇÃO Comunitaria” e que “de fato em janeiro tinha contribuído com essa organização”. A carta afirmava que a equipe da ITT no Brasil estava trabalhando bastante próxima a Jack Wyant em vários assuntos.<sup>539</sup>

Segundo a pesquisadora Elaine Bortone, que investigou sistematicamente os empresários que constituíam a ampla rede dentro e ao redor do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) em sua tese de doutorado,<sup>540</sup>

Em 1966, junto com os ipesianos Francisco Matarazzo Sobrinho (Indústria Matarazzo), Rui Mesquita (*O Estado de S. Paulo*) e José Martins Pinheiro Neto (advogado)<sup>541</sup>, Paulo Ayres Fº criou a organização não governamental Ação Comunitária do Brasil com a proposta de “melhorar a qualidade de vida de milhares de cidadãos brasileiros, residentes em favelas e em conjuntos habitacionais populares”.<sup>542</sup> Foi criada sob inspiração da Action

<sup>537</sup> Note-se que o endereço do IBEC constante na carta era Avenida Paulista 2073, 5º andar, São Paulo, SP – o que demonstra que o “pé” do IBEC em São Paulo era bastante relevante para o Conselho, inclusive do ponto de vista financeiro. *Ibid.*

<sup>538</sup> Carta de Fulton Boyd a Harvey Schwartz, 13 de fevereiro de 1970. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>539</sup> Carta de F.L. Herbert, vice-presidente executivo da **Delttec** International Lmt., para Donald Meads (CLA), 09 de fevereiro de 1970. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>540</sup> BORTONE, Elaine de Almeida. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967). Tese doutorado (História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018, p. 421.

<sup>541</sup> Ainda faziam parte Walter Moreira Sales (IPES), Haroldo Polland (IPES), Edmundo Pena Barbosa da Silva, Fernando Mbielli (IPES), Derek Herbert Lovell Parker, José de Almeida Barbosa Mello, Juracy Montenegro Magalhães (IPES), Rui Gomes de Almeida (IPES), José Thomaz Nabuco, Erling S. Lorentz, Clar G. Kuelber, Drault Ernanny Mello e Silva, Francis Vernon Queen, general George Alberto Moreira da Rocha, coronel José Barreto Baltar, Mario Álvaro Vaz de Mello, Reinz Rudolf Becker (Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Seção de Buscas Especiais, 02.10.69. Pasta DOPS 152, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro).

International<sup>543</sup>, fundada em 1961, com sede em Nova Iorque (EUA). Apesar de seu discurso de amparo à população da favela, buscou uma promoção social do favelado dentro da ordem capitalista, com mão de obra minimamente qualificada necessária à expansão e consolidação da zona industrial.<sup>544</sup>

Ainda de acordo com a pesquisadora,<sup>545</sup>

Com discurso de ‘solidariedade cristã’ e ‘filantropia social’, o IPES promoveu obras sociais nas favelas, lugar de tensões e conflitos, para “abafar as tentativas de politizar a condição do favelado”.<sup>546</sup> Para fortalecer suas posições políticas nas camadas populacionais menos favorecidas, mais vulneráveis politicamente, portanto, mais fáceis de serem manobradas, o IPES procurou, por intermédios de estímulos, desenvolver lideranças, dentro do seu ideário, por meio de seminários sobre favela junto com a Ação Comunitária do Brasil (ACB)<sup>547</sup>.

Conforme o ipesiano Jorge Oscar de Melo Flores, presidente do Banco Lar Brasileiro, que contribuiu financeiramente com a ACB, a forma mais lógica e eficiente de agir no problema das favelas é “ir identificando os favelados com capacidade de liderança, dotados de qualidades morais e boas intenções”. O presidente da Câmara de Comércio Americana no Brasil, o norte-americano Robert Harmon, achava que as favelas surgiram como uma solução de proximidade do local de trabalho “que foi improvisada por aqueles que não dispunham de outro meio para resolver seus casos”<sup>548</sup>. [...]

<sup>542</sup> Ação Comunitária. Disponível em: <<http://www.acaocomunitaria.org.br/institucional/historico.asp#>>. Acesso em: 05.05.16. A ONG atualmente tem entre seus parceiros o Banco Bradesco, Pernambucana, Ambev, Pinheiro Neto Advogado, Audi (automóveis), Globosat (Grupo Globo), Banco Itaú, Ultragaz, etc. As três últimas empresas financiaram o IPES. Em 1969 as empresas que mantinham a ONG eram: IBM, Ultragás, Souza Cruz, Standart Oil Co., Câmara Suíça de Comércio, Anderson Clayton, Fundo Norte-Americano de Assistência Social, Embaixadas Americana, Alemã e Inglesa. (Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Seção de Buscas Especiais, 02.10.69. Pasta DOPS 152, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro). *Apud* BORTONE, *Ibid*.

<sup>543</sup> O *Action International* foi um órgão de luta contra o comunismo. Seus dirigentes eram arregimentados entre os responsáveis pelas maiores firmas industriais, comerciais e financeiras com a participação dos mais destacados da vida financeira do Brasil. (Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Seção de Buscas Especiais, 02.10.69. Pasta DOPS 152, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro). *Apud* BORTONE, *Ibid*.

<sup>544</sup> BRUM, Mário. *Cidade Alta: História, memória e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. *Apud* BORTONE, *Ibid*.

<sup>545</sup> BORTONE, Elaine de Almeida. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967). Tese doutorado (História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018, p. 88-89.

<sup>546</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. *op. cit.* p. 327. *Apud* BORTONE, *Ibid*.

<sup>547</sup> Documento do IPES: Nossa opinião, s/d. Acervo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Arquivo Nacional. *Apud* BORTONE, *Ibid*.

<sup>548</sup> *Jornal do Brasil*, 19.06.69, p. 8. Suplemento JB – Ação Comunitária do Brasil. *Apud* BORTONE, *op. cit.*

A ACB foi uma organização não governamental criada primeiramente na Guanabara, em 30 de dezembro de 1966, por um grupo de empresários (Francisco Matarazzo Sobrinho, Paulo Ayres Filho, Ruy Mesquita e José Martins Pinheiro Neto, todos ipesianos) depois de uma sondagem para investigar a realização de programas de ação comunitária nas favelas e avaliar o grau de receptividade da ideia entre as classes produtoras. Tinha diversas empresas colaboradoras<sup>549</sup> e contribuintes<sup>550</sup>. Em São Paulo, foi criada em agosto de 1967.

A sequência de cartas de empresas que encontramos respondendo sobre contribuições financeiras ao programa Ação (algumas vezes escrita Ação, outras AÇÃO, em maiúsculas, e

<sup>549</sup> Relação de Colaboradores: Accion Internacional, Aliança Mirim, Addressograph Multigraph do Brasil S/A, ABCAR – Associação Bras. de Crédito e Assist. Rural, Anderson Clayton & Co. S/A Ind. e Com., Brazilian Business, Brazil Herald, Bauer Arquitetura, Banco do Brasil, Banco Central do Brasil, Banco Predial do RJ, Braniff International Airways, Câmara de Comércio Americana, CAMDE, Central Elétrica de Furnas S/A, Cruzeiro do Sul S/A Serv. Aéreos, Câmara Suíça de Comércio e Ind. do Brasil, Clube dos Diretores Lojistas, Comp. Internacional de Engenharia e Construções, Diários Associados, Diário de Notícias, Departamento Estadual de Estrada de Rodagem, Escola de Serviço Social da UFF e da UFRJ, Embaixada norte-americana, EMBRATEL, Embaixada da Rep. Federal Alemã, Embaixada Britânica, Eternit do Brasil Cimento e Amianto S/A, Escritório Técnico de Agricultura, Fundação Tinker, Frei Seceundi, Fundação Luporini S/A, FNAS – Fundo Norte Americano de Assistência Social, Fundação Leão XIII, Frei Rolim, Fundação de Bem-Estar do Menor, Fundação Ford, Dun & Bradstreet, Chimica Bayer S/A, General Electric S/A, Guanabara Industrial, HCE – Hospital Central do Exército, Instituto de Administração e Gerência da PUC, IPES, IBGE, Ishikawajima do Brasil Estaleiros S/A, IBDF – Inst. Bras. de Desenvolvimento Florestal, IICA – Inst. Interamericano de Ciências Agrícolas, ICOMI – Ind. e Comércio de Minérios S/A, Johnson & Johnson do Brasil Ltda, J. Walter Thompson Publicidade Ltda, Klabin Irmãos & Co., Legião Bras. de Assistência, Lions Clube do RJ, Magna Tom Aparelhos Elétricos, Ministério da Saúde, Mauro Salles Interamericana de Publicidade, MUEDES – Mov. Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social, MEC, Min. Da Agricultura, Nestlé, OCA – Organização das Cooperativas das Américas, PUC, Postes Cavan S/A, Prod. Alimentícios Fleischmann & Royal Ltda, Prospec S/A, Remington Rand do Brasil S/A, Refinações de Milho Brasil Ltda, Rotary Club, Sindicato Nac. de Indústria de Cimento, Standard Electrica S/A, SENAI, SURSAN, Serv. Aerofotográfico da Cruzeiro do Sul, Supergasbrás S/A, Tv. Tupi, Teleplan – Ed. De Imprensa, Rádio, Televisão e Planejamento S/A, USAID – *United States of America International Development*, UNICEF, USIS – United States Information Service, O Globo, O Dia, A Notícia, e Jornal do Brasil. *Jornal do Brasil*, 19.06.69, p. 3. Suplemento JB – Ação Comunitária do Brasil. *Apud* BORTONE, *op. cit.*

<sup>550</sup> Relação de contribuintes: Adams & Porter Soc. Civil de Corretagem de Seguros Ltda, Alberto Soares Sampaio, American International Underwriters Representações S/A, Armco Indl. Comercial S/A, Arthur Andersen & Co., Asfalto Chevron S/A, Agfa Gevaert S/A, Bancos: Sotomaior S/A, Irmãos Guimarães S/A, Minas Gerais S/A, Bahia S/A, Boavista S/A, Comercial de Minas Gerais S/A, Com. e Ind. de Minas Gerais S/A, Boston S/A, Crédito Real de Minas Gerais S/A, Lar Brasileiro S/A, Mercantil de São Paulo S/A, Nacional de Minas Gerais S/A, Predial do Estado do RJ S/A, London & South America Ltda, e Oiticica S/A, Burroughs do Brasil S/A, Café Paulista S/A, Casa Ed. Vecchi Ltda, Crush Ind. de Concentrados Ltda, Casa José Silva Confecções Ltda, Casa Masson Rio S/A Jóias e Relógios, Cimento Portland Branco do Brasil S/A, Cisper Cia Indl São Paulo e Rio, Cobrazil Cia de Mineração e Metalurgia Brasil, Charles Tuthill Moffitt, Cia Docas de Santos, Cia Atlantic de Petróleo, Cia Carnasciali Ind. e Com., Cia Cervejaria Brahma, Cia Cigarros Souza Cruz, Cia de Formulários Contínuos Contimac S/A, Cia de Mineração Nova Limense, Cia Eletroquímica Fluminense, Cia Industrial de Papéis e Cartonagens, Cia Industrial de Papel Pirahy, Cia Internacional de Eng. e Construções, Cia Nac. de Cimento Portland, Cia Progresso Industrial – Fábrica Bangu, Cia Radiotelegráfica Brasileira – Radiobrás, Cia Siderúrgica Mannesmann, Cia Ultragás S/A, Credibrás Financeira do Brasil S/A, Deltec Panamérica S/A, Eletromar Ind. Elétrica Bras. S/A, Elevadores Otis S/A, Embaixador Giovanni Enrico Bucher, Ernann Teirxiera Filho, Esso Bras. de Petróleo S/A, Estabelecimentos Comerciais Reunidos S/A – Casa Slopper, Ericsson do Brasil Com. e Ind. S/A, Fáb. De Papel Tijuca S/A, Fáb. de Roupas Epsom S/A, Facit S/A Máq. e Escritórios, First National City Bank, Floriano Peçanha dos Santos, Grupo Kemper de Seguros, Geigy do Brasil S/A, General Electric S/A, Gillette do Brasil S/A, Grupo Boavista de Seguros, Grupo Sul América, Henrique Laje Com. e Indústria S/A, IBM do Brasil Ltda, Icomi Ind. e Com. de Minérios S/A, Ind.

também Ação Comunitária) nos leva a deduzir que pouco tempo antes provavelmente houve um pedido geral de arrecadação para este programa especificamente, dentro das empresas do Conselho. Por exemplo, a 17 de fevereiro de 1970 – uma carta de W. Hansot, em nome de A. T. Knoppers, da *Merck Sharp & Dohme International*, para Meads, dizia que já contribuíam com o CLA, e declinaram do pedido para ajudar o programa AÇÃO Comunitaria no Brasil.

Em outros casos, entretanto, e que aqui nos interessam mais de perto, as mensagens das empresas eram positivas para a contribuição e vinham carregadas de elogios. A 16 de fevereiro de 1970, Peter J. West<sup>551</sup>, da AMF (*American Machine & Foundry Company*), para Donald Meads (CLA), dizia-se satisfeito em saber que “o trabalho do seu subcomitê tem feito para ajudar a resolver os problemas criados no Brasil pelo fluxo de migrantes rurais” [“We are pleased to learn of the work your sub-committee has been doing to assist in resolving the problems created in Brazil by the influx of rural migrants”]. A carta citava outros dois

---

Química e Farmacêutica Shering S/A, Joan A. Maguire, Joaquim Monteiro de Carvalho, Juracy Montenegro Magalhães, Kodak Bras. Com. e Indústria Ltda, Laboratórios Beechan Ltda, Laboratórios Beechan Ltda, Laboratórios Eaton do Brasil Ltda, Liquid Carbonic Indústrias S/A, Light Serviços de Eletricidade S/A, Lojas Americanas S/A, Lojas Bras. de Preço Limitado S/A, Mac Laren Estaleiros Serv. Marítimos Ltda, Marcelino Martins Filho Exportadora Ltda, Metal Leve S/A, Moinho Fluminense S/A, Montana S/A Eng. e Comércio, Montreal Montagem Rep. Industrial S/A, Nelly dos Santos Werneck de Castro, Oivind Lorentzen S/A, Pepsicola Refrigerantes Ltda, Petrominas – Petróleo Minas Gerais S/A, Price Waterhouse Peat & Co., Prod. Alimentares Fleischmann & Royal Ltda, Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S/A, Refinaria e Exploração de Petróleo União, Refinaria de Petróleo Manguinhos S/A, Robert E. Draubouger, Regine Feigl, S/A, Fáb. de Tecidos Werner, Soc. Bras. de Mineração Ltda, Soc. Construtora Triângulo S/A, Standard Electrica S/A, Supergasbrás S/A, Supermercado Peg-Pag S/A, S. Manela S/A Eng. e Construções, S/A White Martins, Servendo – Serv. De Engenharia Continental Ltda, The Home Insurance Company of New York, The Sidney Ross Co., Texaco Brasil S/A, Tito Livio Carnasciali, Usina São José S/A, União de Bancos Brasileiros S/A, Usimeca – Usina Mecânica Carioca S/A, Varig S/A, Vulcan Mat. Plástico S/A, W.R. Grace & Co. Brazilian Group, Wilson Sons S/A Ind. e Agência de Navegação, Xerox do Brasil S/A, Banco de Investimento Credisan S/A, Comp. Têxtil Ferreira Guimarães e Vulcar Pneus S/A. (*Jornal do Brasil*, 19.06.69, p. 3. Suplemento JB – Ação Comunitária do Brasil). *Apud* BORTONE, *op. cit.*

<sup>551</sup> Morreu em 3 de maio de 2017. Nascido em Glasgow, Escócia, em 1931. Ele emigrou para os EUA em 1946, tornou-se cidadão dos EUA em agosto de 1953 e serviu na Coreia com o Exército dos EUA. Ele teve uma carreira comercial distinta, atuando como executivo de operações internacionais em organizações como a AMF (onde seu grupo de panificação desenvolveu a tecnologia agora universal necessária para distribuir pão em sacolas plásticas), American Garden Products, UMC e Transway. Fonte: <<https://www.legacy.com/obituaries/washingtonpost/obituary.aspx?n=peter-west&pid=185430936>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

representantes da empresa “cientes do trabalho”, Rodney C. Gott<sup>552</sup> e Preben M. Haagensen, presidente da AMF em São Paulo.

A relação do Conselho das Américas com os ex-ipesianos era íntima, e podemos descobri-la pelas colunas sociais. Em agosto de 1971, reportava a *Folha de São Paulo*, Américo Oswaldo Campiglia ofereceu um almoço com empresários para homenagear a Michael D. Miller e Jack Wyant.<sup>553</sup>

Não pudemos localizar nas fontes qual foi o montante recolhido e pra onde ele foi destinado; porém encontramos na imprensa referências esparsas sobre iniciativas bancadas pelo Conselho. Em julho de 1971, por exemplo, o *Correio da Manhã* noticiava a “assistência” estadunidense:

A Fundação Escolar Pan-Americana, dirigida por esposas de empresários americanos da Guanabara, vem prestando assistência, desde 1966, à Escola Estados Unidos, da rede escolar do Estado da Guanabara. A escola, localizada no Catumbi, recebe alunos pobres de quatro favelas. [...] Recentemente, o Fundo Norte-Americano para Assistência Social, órgão que canaliza as contribuições financeiras das empresas americanas a entidades filantrópicas e educacionais na Guanabara, fez entrega de um cheque de Cr\$10.000,00 à Fundação Escolar Pan-Americana como ajuda da comunidade empresarial americana. Durante a entrega da doação estiveram presentes os Srs. Lionel Burgeois, presidente do Fundo Norte-Americano e da Esso Brasileira de Petróleo; J.B. de Abreu Amorim, vice-presidente do Fundo e presidente da IBM do Brasil, e Jack Wyant, diretor do fundo e do Conselho das Américas no Brasil [...].<sup>554</sup>

Em janeiro de 1973, o *Estadão* noticiava a visita de José de Cubas ao Rio de Janeiro e sua reunião, realizada na **Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)**, para debater o documento produzido pelo Conselho. O encontro foi conduzido por Pedro Leão Veloso, vice-presidente da ACRJ, com a presença do secretário de Finanças e Tecnologia da Guanabara, do presidente da ANBID (Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento) e de Jack Wyant, que representava oficialmente o Conselho no Brasil.<sup>555</sup>

---

<sup>552</sup> Em seus 32 anos na *American Machine and Foundry*, Gott atuou como presidente, a partir de 1962, e presidente e diretor executivo, a partir de 1968. Ele se aposentou em 1978. A empresa, originalmente fabricante de equipamentos para a indústria do tabaco, tornou-se um grande conglomerado, produzindo produtos tão diversos quanto máquinas de fixação de pinos de boliche e equipamentos nucleares. A AMF foi dividida nos anos 80. Gott participou de outros conselhos corporativos, incluindo Black & Decker, Associated Dry Goods, American Brakeshoe, Bulova Watch, Avis, Jaguar Rover Triumph e Franklin Savings Bank de Nova York. LAMBERT, Bruce. “Rodney C. Gott, 81, former AMF Chief and Board Member”. *The New York Times*, 13 de março de 1993. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1993/03/13/obituaries/rodney-c-gott-81-former-amf-chief-and-board-member.html>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

<sup>553</sup> “Almoço americano”. *Folha de São Paulo*, 24 de agosto de 1971, p. 22.

<sup>554</sup> “Assistência”. *Correio da Manhã*, 14 de julho de 1971, Caderno Educação, p. 1.

<sup>555</sup> “Empresários querem atividade fortalecida”. *O Estado de S. Paulo*, 7 de janeiro de 1973, p. 27. Ver também “Relatório propõe mais intercâmbio com EUA”. *O Estado de S. Paulo*, 30 de janeiro de 1973, p.

Segundo o *Estadão*, Cubas permaneceu no Brasil por uma semana, mantendo “uma série de entendimentos e contatos na área oficial e no setor privado, no Rio, em São Paulo e Brasília”, e que vieram com ele outros cinco membros do Conselho: Jack Buford, da Hanna mining; A. Luzanaga, do Chase, e J.B. Wilson, da *Caterpillar*.<sup>556</sup>

No ano seguinte, a ACRJ receberia Jack Wyant para uma exposição ao seu Conselho Diretor, fazendo um balanço do que havia sido realizado ao longo daqueles 12 meses. Uma longa matéria publicada na revista da própria Associação Comercial, naquela data, dava conta de muitos aspectos importantes para entendermos as relações entre o *Council of the Americas* e esta entidade empresarial carioca – o que por sua vez ilumina, em um caso específico porém ilustrativo, os métodos de ação deste aparelho transnacional. Permitimo-nos então citar um longo trecho da matéria, destacando em negrito aquelas partes que consideramos mais importantes.

O sr Jack Wyant, do Council of the Americas, fez uma exposição para o Conselho Diretor [da Associação Comercial] das atividades daquela entidade e do programa para os próximos meses, dando como ponto de referência a reunião realizada em janeiro do ano passado, na ACRJ, com a participação de empresários brasileiros e americanos, e em que foi apresentado um trabalho com 17 itens sobre as relações entre as empresas dos dois países.

Explicando que o Council não é apenas um aglomerado de empresas, mas um órgão representativo de pessoas que acreditam que entre países deve haver convergência de ideias e não confrontação, o sr Jack Wyant informou que desde aquela data vem sendo estudado o programa do empresariado brasileiro, apresentado inclusive ao presidente Nixon, que solicitou ao Council que o assessorasse na questão. Eis o relato do sr Wyant;

**‘O Council of the Americas não é só uma aglomeração de empresas. São homens que estão conscientes da necessidade dos Estados Unidos compreenderem e agirem na certeza de que o nosso bem estar, como cidadãos – de qualquer país – depende muito mais de nossas relações no exterior do que propriamente da estrutura da nossa política interna.**

Assim é que, em 1958, um grupo de empresários americanos abalados e preocupados com a tendência estatizante da economia americana e sobretudo com o fato de que os Estados Unidos não estavam – no entender deles – participando como deviam dos problemas relativos ao seu próprio bem estar a longo prazo, congregaram um grupo de organizações empresariais já fragmentadas e o constituíram num Conselho, que chegou a ser o “Conselho das Américas”. São homens que entenderam muito cedo que é absolutamente necessário procurarmos a convergência de ideias e não a confrontação.

Foi na reunião que aqui tivemos em janeiro de 1973, da qual tive a honra de participar também como membro do Conselho Diretor desta Associação, que tivemos oportunidade de conhecer 17 itens apresentados pelos senhores, de uma forma franca e leal, sobre os quais trabalhamos seriamente. Sobre eles elaboramos um programa para 1974-1975, no Council of the Americas, e ainda ontem tivemos aqui um encontro com o presidente desta Casa e alguns diretores, com a presença do presidente do Council, Sr José de Cubas, que

---

38.

<sup>556</sup> *Ibid.*

por motivo de ter sido convidado para uma audiência na Casa Branca teve de viajar hoje de manhã, pedindo-me para falar em seu nome e no do Council, o que faço neste momento.

Como disse, baseados naqueles itens, constituímos um programa em 4 níveis. Até agora já fizemos 8 reuniões técnicas para levantarmos dados sobre aqueles 17 pontos e outros que nos chegaram às mãos, sugeridos pelo México, Venezuela, Peru, Argentina, Colômbia, Chile e Equador. Resumem-se nos seguintes assuntos: Tecnologia e sua transferência – com alguns subtítulos como ‘know how’ etc; efeitos da extraterritorialidade da Lei americana – que leva no seu bojo a necessidade da empresa estadunidense respeitar no exterior, como em sua própria casa, o fisco, as leis anti-truste e os embargos sobre comercialização.

Fomos ao presidente Nixon e apresentamos essas questões e outras, de outros países. Ele pediu-nos que o Council of the Americas se constituísse num grupo consultivo de seu governo. Entramos então em entendimento com assessores da Casa Branca, entre eles o secretário Kissinger, e começamos o programa em quatro níveis.

**O Council, composto de 194 empresas, tem na sua direção, como representantes, 65 chefes de empresa de alto nível e, desses 65, 28 estão participando em grupos de trabalho, trazendo e oferecendo sugestões e ideias à administração americana sobre vários assuntos. Os programas são relacionados com os objetivos de cada nação, dentro de sua finalidade comercial: “encontrar convergência em vez de confrontação – promover o entendimento em vez de subjugar”.**

Esses assuntos estão sendo tratados em seminários, nos Estados Unidos, dos quais participam universitários e empresários. Nós chamamos aos professores que participam dos seminários de “avozinhas” porque nenhum de nós jamais pode ocultar qualquer coisa de nossas ‘avozinhas’. Temos convocado também professores universitários de outros países. O professor **David Carneiro, da Brascan**, vai participar nos dias 29 de maio e 04 de junho de um seminário sobre tecnologia. Procuramos fazer o trabalho de pesquisa necessário e, no 3º nível, buscamos um entendimento com cada país, neste caso o Brasil, para que os homens das empresas possam conhecer e trocar ideias sobre os vários problemas de cada país, buscando as soluções no nível técnico, sem nenhuma ideologia. No 4º nível temos um programa de oportunidades a oferecer aos homens deste hemisfério que visitam os Estados Unidos.

**Esta exposição, um tanto pormenorizada, é porque o Council of the Americas pertence tanto aos senhores como aqueles que o integram, embora não possa sair dos limites dos Estados Unidos para angariar sócios. Precisamos então trabalhar com os senhores e por isso temos mantido entendimentos nesta Casa, com uma constante troca de informações. Convidamos os senhores para que venham aos Estados Unidos participar e aderir aos nossos programas.** Dos 14 que ainda temos para este ano os de maior interesse em relação ao Brasil são: 9 de maio, em Boston, sobre o papel das instituições na transferência de tecnologia; seminários em Nova York, Chicago e Miami a 29 a 31 de maio e 04 de junho, com a participação do prof. Carneiro, dia 14 de junho em Washington, com a presença do ministro da Fazenda do Brasil e de outros países, para dar aos empresários seu ponto de vista sobre o papel da empresa privada. Na semana de 8 de julho, novamente em Nova York, Chicago e Miami, teremos a presença de brasileiros de Minas Gerais e da Guanabara que farão seminários naquelas cidades sobre o estágio atual de uma série de assuntos, grande parte entre os que já mencionei aqui. Em agosto (12, 13 e 14)

teremos uma visita ao Brasil, de empresários de nível médio, para conhecerem pessoas do mesmo nível e juntos resolverem problemas do seu setor. Em julho, 8, teremos a presença de empresas de cinco países, entre eles o Brasil, para tratar de assuntos de legislação. E o programa continua, no México e vários outros países. Nossa reunião anual será realizada no dia 4 de dezembro em Nova York. Viemos aqui para planejar o programa para 1974-1975, e as datas para 75 já estão determinadas: serão em fevereiro, na semana do Carnaval, de 10 a 14 – iniciando novo ciclo de seminários já estabelecidos, com os participantes já escolhidos e que já aceitaram. Em setembro, de 22 a 26, teremos outros seminários para troca de ideias. Esperamos e contamos com a colaboração dos senhores e convidamos, sempre que viajarem aos EEUU, nos procurarem, pois estaremos à sua disposição, tonando essa visita o mais agradável possível. As suas contribuições serão talvez aquela ideia que pode dar uma diferença nas nossas relações. **Passamos 100 anos daquela época em que podíamos nos dar ao luxo de não mais prestar atenção a como viviam nossos vizinhos: ‘convergência e não confrontação’.**<sup>557</sup>

Percebe-se nitidamente o tom convocatório da mensagem de Wyant junto ao empresariado carioca. Ele mostrava um Conselho com as portas abertas para os empresários brasileiros, como uma entidade capaz de levar as demandas livre-cambistas para o Congresso e a Casa Branca, como uma entidade preocupada de seus “vizinhos” latino-americanos, buscando “convergência, e não confrontação”. A exposição pormenorizada do calendário lotado de compromissos do Conselho é bem demonstrativa dessa convocação. Ao mesmo tempo, ao valorizar um homem de empresa brasileiro, da Brascan, como um professor convidado no Conselho, o Conselho mostrava realmente ter modificado o modo de abordagem junto às classes dominantes latino-americanas ou suas “irmãs menores”.

### 3.11.2. Os estreitos laços entre o Conselho das Américas e o regime ditatorial brasileiro

Uma carta de Jack Wyant em especial nos chama atenção. Esta fonte prova que o Conselho das Américas sabia perfeitamente da existência de tortura no Brasil; além disso, Wyant admitia que os reclamos do clero da Igreja Católica tinham razão. Vamos analisar esse documento.

A 24 de fevereiro de 1970, em carta de Jack Wyant a Berent Friele<sup>558</sup>, Jack Wyant relatava ter tido “uma ótima conversa com nosso amigo em Brasília”. O tal “amigo” (cujo

<sup>557</sup> “‘Convergência e não confrontação’: lema do ‘Council of the Americas’”. *Revista da Associação Comercial*, maio de 1974, p. 43-44.

<sup>558</sup> Berent Friele (1895-1985) foi o histórico assessor de Nelson Rockefeller por muitos anos, tendo trabalhado entre 1929 e 1946 para a American Coffee Corporation, uma subsidiária da Great Atlantic & Pacific Tea. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi do famoso United States Office of Inter-American Affairs e entre 1946 e 1968, foi vice-presidente do American International Association for Economic and Social Development “Berent Friele, an associate of Rockefellers in Business”. *New York Times*, 19 de setembro de 1985. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1985/09/19/nyregion/berent-friele-an-associate-of-rockefellers-in-business.html>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

novo nome não é mencionado na carta) tinha novo emprego, o que, segundo Wyant, iria “facilitar o trabalho com ele”. Relatava também que era esperado um novo ministro da Indústria e Comércio a ser indicado nas horas seguintes, devido à renúncia do ministro Yassuda, “devido à divergências com o presidente sobre sua equipe”.<sup>559</sup> O Coronel Manso teria dito a Wyant que o próximo ministro seria Marcus Vinicius Pratini de Moraes, que estava na diretoria da IBC. “Eu conheço Marcos muito bem e de fato, o levei ao seu primeiro jogo de futebol no Maracanã”.<sup>560</sup>

Wyant relatava que jantou com Alcio Costa e Silva, filho do ditador Costa e Silva, “um jovem e dinâmico homem que acredita sinceramente que seu pai estava errado”. Em Petrópolis, Wyant havia jantado com o general Alfonso Albuquerque Lima, descrito por Wyant como “um homem confuso e frustrado”, que não sabia muito bem o que estava fazendo.<sup>561</sup>

No geral o clima aqui é bom, exceto de que existe dinamismo insuficiente em alguns setores, de maneira que os extremistas da direita e da esquerda são capazes de desmoralizar o governo em certos aspectos de sua conduta.

---

<sup>559</sup> Fábio Yassuda era “diretor da Cooperativa Agrícola de Cotia (SP), desde 1948. Foi reconduzido ao cargo em 1951, 1954, 1957, 1960 e 1963 tornou-se diretor-gerente e membro do Conselho Consultivo de Tecnologia Agrícola da Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo durante o governo de Carlos Alberto de Carvalho Pinto. Em novembro do mesmo ano passou a integrar o Conselho de Política Aduaneira, órgão ligado ao Ministério da Fazenda, e tornou-se suplente da diretoria da Confederação Nacional de Agricultura, cargo no qual foi efetivado em setembro de 1963 e que ocuparia até 1968. Em 1966, tornou-se superintendente da Cooperativa Agrícola de Cotia, cargo que exerceria até 1969, e em 1967 foi designado pela Confederação Nacional de Agricultura delegado brasileiro à reunião continental Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), realizada em Montevidéu. No ano seguinte tornou-se vice-presidente da Comissão Mista Brasil-Japão. Em abril de 1969, foi nomeado pelo prefeito Paulo Maluf secretário de Abastecimento da Prefeitura de São Paulo. Com o início do governo do general Emílio Garrastazu Médici em outubro de 1969, Fábio Yassuda chegou a ser cogitado para a pasta da Agricultura, mas foi nomeado ministro da Indústria e Comércio, em substituição ao ministro interino José Fernandes Luna. Em 1975 tornou-se presidente da Companhia de Indústrias Químicas do Nordeste, a Ciquine”. Fonte: DHBB-CPDOC, Verbete “Fábio Yassuda” Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fabio-riodi-yassuda>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

<sup>560</sup> Carta de Jack Wyant a Berent Friele, 24 de fevereiro de 1970. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970. “Debased” pode ser traduzido como degradado(a) ou desgastado(a). O economista gaúcho Marcus Vinicius Pratini de Moraes pertenceu ao Conselho Consultivo da CSN (1965-1966), foi membro da APEC, chefe de gabinete do Ministério da Indústria e Comércio (1964) e da Comissão Consultiva de Crédito à Indústria (1966). Trabalhou, em seguida, no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, no qual exerceu as funções de economista, assistente técnico, analista do departamento de projetos, secretário-executivo e procurador. Foi do conselho da SUNAB (1964), da Comissão de Financiamento da Produção (1965-1966) e ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo (1970-1974). Pertenceu ao quadro da CIESP e FIESP.

<sup>561</sup> *Ibid.* Alfonso Albuquerque Lima (1909-1981) participou do golpe de 1964, e foi ministro do Interior entre 1967 e 1969. Era general de viés mais nacionalista e tentou em 1969 ser o indicado à sucessão do Presidente ditador Costa e Silva, mas foi derrotado por Emílio Médici. Fazia parte da chamada “linha dura”, e não tinha o apoio fundamental de Orlando Geisel, ministro do Exército, que acabou manobrando para aposentá-lo. Já na reserva, ele vai para o setor privado, trabalhar junto ao empresário José Luiz Moreira de Souza.

**A verdade é que a tortura é praticada no Brasil e o clero realmente tem razão.** É também verdade que a tortura não é uma política do governo, mas porque o governo não pode controlar aqueles que torturam em seu nome, o governo mesmo fica debased. Em larga medida o mesmo é verdadeiro para a administração Costa e Silva. O presidente Médici está impondo sua vontade, mas é uma tarefa difícil.<sup>562</sup>

Por fim, Wyant diz querer “arranjar um encontro para Friele com o presidente Médici”, que o coronel Manso Neto ajudaria, que a data melhor para este encontro com o ditador seria depois do encontro do CICYP, e que poderiam “trabalhar com calma” (esta expressão ele escreve em português) após as delegações do CLA irem embora da cidade.

Sabemos, pela historiografia existente, que o presidente Médici mantinha os meios políticos sob compressão permanente, assessorado por um pequeno grupo, constituído pelos generais Fontoura e Figueiredo, o professor Leitão de Abreu e o coronel Miguel Pereira Manso Neto. Este contato de Wyant, portanto, era chave na relação com o governo Médici. Em 1970, Manso Neto tornou-se chefe da Assessoria Especial de Médici.<sup>563</sup>

Em anexo, na carta, havia ainda um *clipping* das atividades do Conselho as Américas de janeiro de 1970. Escrito à mão, num *post scriptum* lemos o recado: “Delfim continua – não vai a São Paulo ser governador [“p.s. Delfim stays on – does not go to S.P. to be governor”], o que mostra que o *Council* acompanhava de perto os homens-chave do regime brasileiro e seus movimentos.<sup>564</sup>

Em outro almoço entre empresários e governo, Jack Wyant realçou o discurso corrente do Conselho das Américas segundo o qual o investimento estrangeiro, principalmente dos Estados Unidos, era funcional ao “desenvolvimento” do Brasil. E isso se demonstraria empiricamente:

---

<sup>562</sup> “Generally the climate here is good, except that there is insufficient dynamism or sense of urgency in some sectors, so that extremists of the right and of the left are able to demoralize the government in certain aspects of its conduct. The truth is that torture is practiced in Brazil and that the clergy do have a case. It is also true that torture is not a government policy, but because the government cannot control those who torture in its name, the government itself is debased. To a much greater extent the same was true of President Costa e Silva’s administration. President Medici is imposing his will, but it is a difficult task”. *Ibid.*

<sup>563</sup> Segundo o verbete de Médici no Atlas FGV, “Segundo Carlos Castelo Branco, o presidente mantinha os meios políticos sob compressão permanente e, assessorado por um pequeno grupo, constituído pelos generais Fontoura e Figueiredo, o professor Leitão de Abreu e o coronel Miguel Pereira Manso Neto, tomava as decisões relativas ao governo dos estados, escolhendo ‘homens de confiança do sistema revolucionário’ e preferindo o ‘apolítico, o técnico’, dentro de uma linha denominada pelo jornalista de ‘militarismo tecnocrático’.” Depois do governo Médici, tornou-se Adido Militar da Embaixada brasileira na Suécia. DIAS, Sônia. “Emílio Garrastazu Médici (verbeta). Atlas FGV, 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbeta/3388>, acessado em 20 de janeiro de 2020.

<sup>564</sup> Carta de Jack Wyant a Berent Friele, 24 de fevereiro de 1970. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

os investidores estrangeiros – particularmente aqueles filiados à sua entidade – estão plenamente engajados na batalha pelo desenvolvimento do Brasil. A Esso e a Shell, por exemplo, estão fornecendo o abastecimento de combustível e material essenciais à construção da Transamazônica. Em Mabará o investimento externo participará na formação da via de transporte da Serra dos Carajás até o mar, por via fluvial ou férrea. O projeto já foi aprovado pela Vale do Rio Doce.<sup>565</sup>

No dia 10 de agosto de 1975, domingo, o *Council of the Americas* iniciou, em Brasília, um seminário de quatro dias sobre o Brasil. Segundo a comunicação feita pelo presidente Henry Geyelin aos membros do conselho, o encontro tinha como objetivo discutir, com o primeiro escalão do governo brasileiro, temas como o papel relativo do investimento externo, da empresa pública e da empresa privada nacional na economia.

Nas várias sessões estariam o diretor de câmbio do Banco Central, Fernão Bracher, José Carlos Freire, secretário-geral do ministério da Fazenda, Augusto Jefferson, chefe da assessoria econômica do ministro da Fazenda, Elcio Couto, da Secretaria de Planejamento e Arnaldo Barbalho, secretário-geral do Ministério das Minas e Energia.

Segundo a já mencionada reportagem do jornal *Opinião*,

Muito mais do que uma ‘única oportunidade’ para contatos informais entre empresários norte-americanos e funcionários do governo brasileiro ou para discursos formais de autoridades, o seminário é importante pela importância que o próprio Council lhe atribui e pelo caráter da atividade dessa entidade.<sup>566</sup>

Em sua acurada apreciação do trabalho do Conselho das Américas no Brasil no período em tela, a reportagem do *Opinião* descrevia em detalhes as atividades do Conselho no Brasil:

Frequentes jantares-seminários, com altos escalões do governo brasileiro para cordiais e descontraídas discussões com homens de negócios. Muitos dos participantes dessas reuniões são testemunhas de que melhorou sensivelmente a cooperação governo-homens de negócios. Como resultado de um desses jantares-seminários, o ministro Velloso designou o secretário-geral de seu ministério Lycio Faria, como a ‘única janela’ para quaisquer dúvidas que empresários estrangeiros possam ter acerca da expansão de seus interesses, novos investimentos e outros assuntos. O ministro da Indústria e Comércio, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, designou o chefe de sua assessoria, Arthur Candal, com o mesmo propósito. [...]  
‘O Council ajudou a promover um melhor entendimento entre os investidores estrangeiros e muitos elementos da sociedade brasileira, através da assistência a palestras sobre negócios no Brazilian War College [Escola Superior de Guerra], discussão com professores, estudantes e representantes da Igreja e através de contatos com a imprensa brasileira’.

<sup>565</sup> “Capital não tem pátria nem partido...” *Folha de São Paulo*, 11 de dezembro de 1971, p. 28.

<sup>566</sup> “Isto é o Council of the Americas”. *Opinião*, 08 de agosto de 1975, p. 9-10.

‘Em 1971, assim como no passado e no futuro, o objetivo-chave das operações do Council no Brasil foi a efetiva integração do investidor estrangeiro em todo o cenário brasileiro. E, durante todo o ano, as operações do Council foram privilegiadas com a intensa e dedicada atenção do governo e do setor privado brasileiro, que saudaram o empresário estrangeiro como um importante contribuinte para o explosivo desenvolvimento de sua pátria’. O que teria, de 1971 a 1975, transformado o diligente e bem sucedido diretor para o Brasil, Jack E. Wyant, à primeira vista um simples funcionário do Banco Lar Brasileiro e mero encarregado de recolher o pagamento das inscrições dos empresários que participarão do encontro do Council, entre os dias 10 e 13 próximos, em Brasília?

**Ao que parece, Wyant reuniu em torno de sua figura uma desagradável e indesejada publicidade quando, em 1973, a revista *Veja* publicou uma documentada matéria sobre a *brazilian connection* do golpe militar que derrubou o presidente chileno Salvador Allende. Segundo *Veja*, cabia a Wyant organizar as remessas financeiras e de material do Brasil que sustentariam os setores de classe e grupos direitista do Chile que combatiam a política nacionalista e socializante de Allende.**

Como se não bastasse, em 1974, embora indiretamente, Wyant se via envolvido em nova e desastrosa aparição em nova e desastrosa aparição do Council of the Americas no cenário brasileiro. Um caderno especial do jornal carioca O Globo publicava, em abril, um estudo de circulação reservada da organização onde eram analisadas as causas internas do ‘milagre brasileiro’ e apontados alguns de seus ‘santos’. O estudo ressaltava ‘a violenta redução do salário real’ do trabalhador brasileiro e os demais instrumentos de política econômica que permitiram uma mais ‘racional’ canalização e alocação das poupanças subtraídas à classe operária.

Quinze dias após essa publicação, um telegrama de Brasília informava, secamente: ‘O presidente Ernesto Geisel recebeu em audiência privada o presidente do Council of the Americas, José de Cubas. Não foram divulgados os resultados da reunião’.

Algum tempo depois, afastado do cargo de diretor do Council para o Brasil, Jack Wyant assumia novo posto, com funções executivas, do Banco Lar Brasileiro, cujo controle acionário pertence ao Chase Manhattan Bank. [...]

Nem só de aparições públicas viveu o Council, pois se é vasto o campo de operação da organização – que inclui os setores de media, diplomático, empresarial, militar, de comunicações e, até, inteligência – poucas são as tarefas desenvolvidas que vêm à tona identificadas. Embora seus efeitos possam ser eficazes, como no caso do extinto Correio da Manhã.

Em 1965, o jornal de Niomar Muniz Sodré desenvolvia uma linha editorial de franca oposição ao recém-implantado regime. Não se sabe se por isso ou por implicações ainda desconhecidas, a publicidade veiculada no jornal pelas grandes agências era, praticamente, nenhuma.

Um empresário carioca, leitor assíduo do jornal estranhou que da media de sua empresa, cuja conta era detida por uma grande agência, não participasse o Correio. À agência em questão foi chamada para prestar explicações que vieram constrangidas, porém claras. A maioria das contas da agência era de clientes estrangeiros. A permanência dessas mesmas contas na agência, garantindo seu faturamento, dependia da não-programação do Correio da Manhã. Estupefato, o empresário soube, ainda, que quem coordenada esse tipo de ação era o Council of the Americas.

Tal tipo de ingerência remete, necessariamente, à definição da ‘Teoria da Convergência’ dada, em dezembro de 1970, pelo então presidente da entidade, José de Cubas, no Encontro Anual do Council: ‘Pode haver uma

convergência entre os novos líderes do setor privado norte-americano. Nosso trabalho é tornarmo-nos cada vez mais envolvidos, em combinação com construtores da América Latina na filosofia de mudança inovadoras e voltadas para o futuro, mas ao mesmo tempo pragmáticas e práticas’.

O caso do Correio, teria sido uma espécie de convergência não voluntária: impressão que, de resto, se confirma quando se traz à luz o trabalho de homens de campo da organização, como Mr Cortina, exilado cubano e ex-diretor do Council para a área do Peru, Paraguai e Bolívia. Entre outras coisas Mr Cortina participou da frustrada invasão da Baía dos Porcos e serviu como 2º tenente nas Forças Armadas especiais dos Estados Unidos, mais conhecidas como boinas verdes.

Tão ampla – e por isso mesmo, às vezes vulnerável – é a gama de atividades desenvolvidas pelo Council que, nos Estados Unidos, chegou a divulgar um documento ensinando como tratar as crescentes críticas lançadas sobre suas atividades econômicas na América Latina, pela chamada *New Left* – uma nova esquerda – que congrega parte da intelectualidade norte-americana. Muito ao gosto dos EUA, o documento descia ao nível de ‘para tal questão, tal resposta’, enumerando-as.

Em um dos boletins do Council estava um capítulo intitulado ‘Condições para uma contribuição ótima do investimento privado dos Estados Unidos para o desenvolvimento social e econômico latino-americano’; dentre essas ‘condições especiais’ é preconizada a abolição de qualquer imposição de empreendimentos conjuntos, de distribuição de ações ou de prazo para a exploração de investimentos realizados por estrangeiros. É advogada a instituição de incentivos fiscais, monetários e cambiais, e o cancelamento de toda legislação referente à obrigatoriedade de reinvestimento de uma porcentagem mínima de lucros. Mas o ponto crucial dessa ‘cartilha’ do investidor norte-americano na América Latina refere-se à remessa de lucros e diz textualmente: ‘Lucros e outras remessas deverão ser livres de qualquer restrição, de modo a dar ao investidor estrangeiro a certeza de que ele poderá receber os lucros gerados no exterior.’<sup>567</sup>

O primeiro a notar é que o *Opinião* revelava claramente as “single windows” (os contatos diretos) com os quais o Conselho trabalhava, obtendo informações privilegiadas regularmente, dentro dos ministérios chave, Indústria e Comércio e Planejamento, chefiado por João Paulo dos Reis Veloso (veremos logo adiante o frequente contato do próprio ministro com o Conselho). Outra informação que o jornal confirma são as atividades na Escola Superior de Guerra.<sup>568</sup>

Depois disso, encontramos o relato de uma reunião de Geisel com Cubas, então presidente do Conselho (não encontramos registros outros de tal reunião, entretanto, o jornal *Opinião*, como vimos acompanhava muito de perto das atividades do Conselho no Brasil nos anos 1970, desfrutando conosco, portanto, de alta credibilidade. A matéria não especula sobre qual teria sido o tema da conversa, apenas sugere que a atuação do Conselho tenha sido mais reservada após episódios de muita repercussão indesejada do Conselho, em particular das

<sup>567</sup> “Isto é o Council of the Americas”. *Opinião*, 08 de agosto de 1975, p. 9-10.

<sup>568</sup> Não pudemos localizar quais seriam tais palestras.

ações de Jack Wyant. Uma delas foi o fato de vir a conhecimento público a conexão brasileira com o golpe chileno de 1973, na qual o Council foi um articulador relevante. Segundo o pesquisador Paulo Canabrava,

La conexión brasileña tuvo importante papel en la captación de recursos y en la organización de los golpistas, y, claro, en el “saber hacer”. Glycon de Paiva de jactaba: “Hemos visto como funcionó en Brasil y ahora de nuevo en Chile”. Glycon de Paiva tenía como socio en sus negocios el chileno Luiz Fuenzalida. Jack Wyant, dirigente del Council en Brasil, garantizó la contribución de los asociados brasileños, estadounidenses y de transnacionales con sede en Brasil. Los grupos paramilitares, apoyados por el IPESA, como el MAC de Faustino Porto y el GAP de Aristóteles Drumond, suministraron dinero, armas y entrenamiento para Patria y Libertad de Pablo Rodríguez.”<sup>569</sup>

O mesmo autor chama atenção de que também nos Estados Unidos este fato se tornou público, quando William Colby, diretor da CIA na época, em seu testemunho na investigação do Senado americano sobre as covert actions no Chile, confirmou a participação do Council na conspiração golpista e que o seu diretor para o Brasil, Jack Wyant, viajou pessoalmente duas vezes ao Chile portando instruções e dinheiro para os golpistas.<sup>570</sup>

O artigo do *Opinião* por fim chama atenção para um outro método tipicamente empresarial de ação política: a campanha pelo boicote publicitário ao *Correio da Manhã* como parte de uma censura à imprensa diretamente pelo capital privado estrangeiro, sem sequer a intermediação da ditadura brasileira. O jornalista também chama atenção para um ponto que trabalhamos no início do capítulo, a espionagem sobre a *New Left* e os intelectuais críticos.

As boas relações do Conselho com a ditadura brasileira também ficam evidenciadas pelas inúmeras visitas de altos representantes do governo aos eventos organizados por este aparelho nos próprios Estados Unidos; das quais destacamos o nome de João Paulo dos Reis Velloso.

### 3.11.3 João Paulo dos Reis Velloso no Conselho das Américas

Uma das mais longevas figuras públicas da ditadura brasileira, recentemente falecido, João Paulo dos Reis Velloso foi certamente o homem forte do regime ditatorial brasileiro que

---

<sup>569</sup> CANNABRAVA Filho, Paulo. “El 11 de septiembre en Chile: la anatomía de un golpe II”. Diálogos del Sur, 11 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://dialogosdelsur.operamundi.uol.com.br/america-latina/60467/el-11-de-septiembre-en-chile-la-anatomia-de-un-golpe-ii-por-paulo-cannabrava>>. O texto está disponível em português no site da CUT: <<https://www.cut.org.br/noticias/chile-anatomia-de-um-golpe-ii-854f>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

<sup>570</sup> CANNABRAVA Filho, Paulo. *En el ojo de la tormenta: América Latina los años 60/70*. São Paulo: Cortez/México: Plaza y Valdés, 2003, p. 227.

com maior frequência visitou o Conselho das Américas nos anos 1970. Suas visitas foram bastante reportadas na imprensa brasileira. João Paulo dos Reis Velloso (1931-2019) foi o primeiro presidente do IPEA (Instituto de Pesquisas e Estudos Aplicados); funcionário e assessor da presidência do Banco do Brasil, e ficou dez anos como ministro do Planejamento (1969 a 1979), atravessando os governos Médici e Geisel.<sup>571</sup>

Segundo o *Correio da Manhã*, setenta pessoas participaram do jantar que o Conselho das Américas ofereceu, em Nova York, ao ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, que foi aos Estados Unidos participar da reunião do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso, ainda em dezembro de 1971.

O ministro teria recebido muitos aplausos após seu discurso sobre o Brasil no jantar, presidido pelo vice-presidente da *Standard Oil*, “Pete” (Emilio E.) Callado, e que contou com a participação do Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Araújo Castro; do cônsul-geral do Brasil em Nova York, ministro Soutello Alves; do subsecretário para Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Aderbal Costa; do diretor de Carteira de Câmbio do Banco Central, Paulo Lire; do diretor-executivo do FMI, Alexandre Kafka; do presidente do Conselho Empresarial Brasil-EUA, Trajano Pupo Neto<sup>572</sup>; e do presidente da Light, Antônio Galloti.<sup>573</sup> Percebe-se nessa lista de convidados ao evento uma representatividade intra-burguesa interessante.

Também é no *Correio da Manhã* que encontramos uma menção ao discurso que seria pronunciado por Velloso no anúncio de sua visita ao Conselho das Américas em fevereiro de 1972 – ressaltando que “dois pontos básicos da nova política governamental em relação aos investimentos estrangeiros” eram “exigência de participação no incremento das exportações brasileiras e destinação de verba para pesquisa, com o objetivo de criar tecnologia nacional”.<sup>574</sup>

Na visita de Reis Velloso de 15 de fevereiro de 1972, estavam presentes 18 membros do *Board of Trustees* do Conselho, incluindo seu presidente, José de Cubas, bem como 36

---

<sup>571</sup> Para maiores informações, ver o verbete no DHBB: “João Paulo dos Reis Velloso”. DHBB-CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/joao-paulo-dos-reis-veloso>. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

<sup>572</sup> Membro do IPES-SP, da AMCHAM e da CIESP. Participou da Comissão da Política Industrial e Comercial (CCPIC), em 1966, no ministério de Paulo Egydio Martins. Foi diretor (1980) da siderurgia N. S. Aparecida do grupo da Aço Villares. BORTONE, *op. cit.*

<sup>573</sup> “Aço: Velloso negocia crédito na Inglaterra”. *Correio da Manhã*, 29 de maio de 1971, p. 9.

<sup>574</sup> “Quem investir tem que pesquisar”. *Correio da Manhã*, 11 de fevereiro de 1972. Diretor Econômico, p. 1.

membros do *Committee*, dirigido por Rodman Rockefeller.<sup>575</sup> O Conselho compareceu em peso e de ouvidos abertos para o representante do governo brasileiro.

A visita de Reis Velloso ao Conselho das Américas no ano seguinte foi reportada também pelo *Correio da Manhã*. Segundo este periódico, o propósito da visita era “examinar a forma pela qual o capital estrangeiro, particularmente norte-americano, pode se integrar na estratégia econômica externa do governo brasileiro, de acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento”.

Reis Velloso teria discutido a ideia de que a entrada de investimentos estrangeiros deveria ser suficiente para cobrir o valor das remessas de lucros, ambos da ordem de 100 a 120 milhões de dólares anuais, de maneira a não constituir um elemento negativo na balança de pagamentos brasileira. Segundo o *Correio da Manhã*, ele

Abordou o papel do investimento estrangeiro na modernização do setor privado, dando-lhe maior poder de competição, salientando o papel que o investidor estrangeiro poderá ter no sentido de proporcionar a transferência de nova tecnologia, devendo-se abster, entretanto, da simples aquisição de empresas nacionais, em termos de aumento de capital tecnológico.<sup>576</sup>

Reis Velloso teria reafirmado que o Brasil não desejava “se limitar a vendas de produtos primários e industriais tradicionais”, procurando “diversificar sua pauta” de exportações.<sup>577</sup>

O experimento mais ousado e exitoso do Conselho em relação ao Brasil, entretanto, foi a criação/indução de um novo aparelho privado de hegemonia empresarial, o qual, conforme apontamos na Introdução, existe até hoje, o Conselho empresarial Brasil-Estados Unidos.

#### **3.11.4. O CLA e as origens do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos**

No fim de 1968, prestando contas de suas atividades no Brasil, Jack Wyant apontou como sua grande conquista a formação do Conselho Empresarial Brasileiro-Americano, integrado por 10 brasileiros e 19 norte-americanos. A prestação de contas foi feita em banquete no Hotel Plaza de Nova York, com a apresentação de dois conselheiros brasileiros – José Luiz Moreira de Souza, atual presidente da Associação das Empresas de Crédito, Investimentos e Financiamento, e João Alberto Leite Barbosa, na época diretor do Boletim Cambial, aos quais pediu que se levantassem, juntamente

<sup>575</sup> FIGUEIREDO, Sérgio. “Empresas estrangeiras”. Pánel. *Correio da Manhã*, 22 de fevereiro de 1972, p. 4.

<sup>576</sup> “Ingressos iguais às remessas”. *Correio da Manhã*, 18 de fevereiro de 1972. Diretor Econômico, p. 1; ver também “Uma tecnologia adaptada ao País, pede Reis Velloso”. *Folha de São Paulo*, 17 de fevereiro de 1972. Capa; p. 19; “Velloso obtém vários empréstimos nos EUA”. *Folha de São Paulo*, 20 de fevereiro de 1972, p. 37.

<sup>577</sup> *Ibid.*

com o então ministro da Fazenda Delfim Neto, convidado especial. Este foi apresentado por Wyant como ‘o interlocutor do conselho no governo brasileiro’. Aproveitou ainda a oportunidade para afirmar que o grupo empresarial brasileiro-americano era ‘reconhecido pelo governo brasileiro como porta-voz da empresa privada no país.’<sup>578</sup>

Percebemos na correspondência interna do Conselho das Américas ainda em 1970 que a ideia da construção de um Conselho Especial de empresários Brasil-Estados Unidos existia de forma embrionária.

Em 17 de julho de 1970, uma carta de Harvey Schwartz para Donald Meads e para Rodman Rockefeller trazia um memorandum preparado por Enno Hobbing sobre o Brasil (“*Reflections on Brazil*”), dizendo que seu conteúdo havia sido previamente discutido com o empresário brasileiro **Trajano Pupo Netto**. Três dias depois, a 21 de julho, uma mensagem de Berent Friele para Schwartz agradecia o envio do memorandum e afirmava que Trajano Pupo Netto deveria, definitivamente, “ser consultado sobre sua disponibilidade para ser o presidente do Conselho empresarial Brasil-Estados Unidos”.<sup>579</sup>

É interessante notar que Trajano Pupo Neto era o protótipo do ativista empresarial brasileiro da década de 1960 e 1970. Ex-membro do IPES-SP, AMCHAM e CIESP. Foi diretor da N.S. Aparecida (1980), empresa do Grupo da Votorantin.<sup>580</sup>

É numa longa carta de Jack Wyant para Harvey Schwartz (IBEC), datada de 23 de novembro de 1970, que encontramos detalhada a proposta do Conselho das Américas sobre o Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos. Jack Wyant afirmava que seguia uma descrição do que era o Conselho, mas adicionava vários pontos. O primeiro deles era que alguns detalhes que poderiam ser aplicáveis a outros países, incluindo aí a ideia proposta aqui (Brasil) mas não aceita, de incorporar um fundo comunitário e já em operação pela comunidade empresarial estadunidense no Conselho Empresarial. Escreveu Wyant:

Eu pessoalmente não me sinto muito convencido da ideia porque creio que misturar as questões do investimento privado com caridade pode desviar a atenção do objetivo primário de fortalecer o setor privado nacional do país hospedeiro.<sup>581</sup>

---

<sup>578</sup> “Isto é o Council of the Americas”. *Opinião*, 08 de agosto de 1975, p. 9-10.

<sup>579</sup> Carta de Harvey Schwartz para Donald Meads e para Rodman Rockefeller, 17 de julho de 1970; carta de Berent Friele para Schwartz, 21 de julho de 1970. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>580</sup> Foi também diretor também da ESAN-Escola Superior de Administração de Negócios. BORTONE, *op. cit.*, 2018.

<sup>581</sup> “We included some details which may not be applicable to other countries, including an idea which was proposed here but not accepted, to incorporate a community-chest fund already in operation by the American business community into the Conselho Empresarial. I personally do not feel strongly about that because I would guess that mixing private enterprise issues with charity work might divert attentions from the primary task of strengthening the national private sector of the host country”. Carta de Jack Wyant

A proposta era que o Conselho fosse formado por 18 empresários americanos, 18 brasileiros e 2 observadores, um americano e um brasileiro (um “jovem de Minas Gerais com largos contatos no governo e nos círculos empresariais brasileiros”). A proposta era que o secretário deste conselho seria Trajano Pupo Neto, da Anderson Clayton<sup>582</sup>. O vice-presidente executivo viria de “uma das mais ativas organizações empresariais no Brasil, a ADECIF, que representa as ‘financeiras’ no Brasil”.<sup>583</sup>

A carta relatava que o Conselho vinha promovendo “almoços e outros eventos” para “dignatários estadunidenses” como o Secretário Stans<sup>584</sup>, o presidente do EXIMBANK Henry Kearns e outros. O Conselho, através de nosso escritório, tem também organizado atividades para tais visitantes, dando um “sabor a setor privado” para essas visitas, as quais a comunidade oficial dos EUA às vezes não pode prover e não tem a liberdade de arranjar. Programas de entretenimento também tem sido organizados dessa maneira, retirando a Embaixada de problemas nesta área”<sup>585</sup> A autora deixa a cargo da imaginação de cada um de que será que se constituíam “programas de entretenimento” para gringos no Rio de Janeiro.

É do mês seguinte, dezembro de 1970, que encontramos o extenso documento “Um experimento na cooperação entre as comunidades de negócios brasileira e americana” - Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos/*Council of Brazilian – American Businessmen*, no qual eram destacadas as ações do novo conselho empresarial em seus primeiros meses de existência:

---

para Harvey Schwartz (IBEC), 23 de novembro de 1970. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>582</sup> Empresa de comércio de algodão fundada em Oklahoma City, por Frank Anderson, Monroe Anderson e William Clayton, em 1904. Interessante notar que o Banco do Brasil, aliás, concedeu, em 1961, muitos empréstimos e privilégios em matéria de divisas estrangeiras para empresas norte-americanas e consórcios mistos brasileiro-norte-americanos. A SANBRA e Anderson & Clayton, do comércio algodoeiro, receberam empréstimos no valor de 54 milhões de cruzeiros, ou seja, 47% da carteira total do banco para empréstimo na agricultura e na indústria. BORTONE, *op. cit.*, p. 177-178.

<sup>583</sup> ADECIF era a Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento. Interessante notar sua próxima relação com a rede do IPES. Conforme Bortone, em 1964, José Luiz Moreira de Souza, figura-chave do IPES-Rio, proprietário da Denisson Propaganda, se incumbia da “limpeza do dinheiro” destinado às campanhas pró-IPES e recebia doações e as repassava ao Instituto. Ele foi presidente da ADECIF. BORTONE, *op. cit.*

<sup>584</sup> Maurice Stans, secretário do Comércio dos EUA no governo do presidente Richard Nixon, e ficou conhecido nos Estados Unidos por seu envolvimento no escândalo de Watergate. Ele foi o responsável pelas finanças da campanha para a reeleição de Nixon em 1972, e admitiu ter violado leis eleitorais quando ocupou o cargo. Parte do dinheiro obtido por ele foi usado em atividades ilegais.

<sup>585</sup> “The Conselho hosted luncheons and other events visiting U.S. dignitaries such as Secretary Stans, EXIMBANK Presidente Henry Kearns and others. The Conselho, through our office, has also arranged briefing activities for such visitors, giving a private-sector flavor and a accent to such visits which the U.S. official community sometimes cannot provide or does not have the freedom to arrange. Entertainment schedules have also been arranged in this manner, relieving the Embassy of problems in that area.” Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

O Conselho Empresarial Brasileiro-Americano, ou “Conselho” entra em seu segundo ano de existência tendo:

1. Adotado um Estatuto e regulamentos sob os quais organizações apolíticas, formadas por representantes do setor privado, busca simplificar o papel do investimento privado no desenvolvimento do Brasil
2. Definido os objetivos do Conselho nos campos de desenvolvimento de capital privado, impostos, tecnologia, educação e relações públicas;
3. Indicou o sr Octávio Gouveia de Bulhões, ex-ministro de Finanças, como coordenador técnico das atividades do Conselho e formou uma secretaria executiva para levar a cabo as funções administrativas;
4. Enviado uma missão comercial de sucesso aos EUA para lidar com as tendências protecionistas no Congresso.

Os objetivos do Conselho empresarial brasileiro-americano seriam: “fortalecer o setor privado brasileiro e promover o comércio entre os dois países”. O Conselho teria por meta “servir como uma equipe que ajudará a intensificar o fluxo de investimentos e *know-how* para o Brasil”, “promover as exportações do Brasil”, “manter comunicação com e entre o governos das duas nações abertas e mutuamente benéficas”, e ainda “contribuir ao máximo para melhorar a imagem de cada país”.

Dizia a carta de Wyant:

As conquistas formais do Conselho empresarial Brasil-Estados Unidos não podem ser medidas em termos monetários. Os membros americanos do Conselho apenas lembram à comunidade de negócios dos EUA que esta é a primeira vez na história da América Latina que o setor privado de empresários locais e estrangeiros deram suas mãos para promover a causa comum de aumentar o papel do privado no desenvolvimento do Brasil sem importar a nacionalidade. O Governo Brasileiro tem dado imprescindível apoio ao Conselho. Da mesma forma, este tem sido reconhecido pelo governo dos Estados Unidos e organizações como a U.S. Chamber of Commerce e o Conselho das Américas.<sup>586</sup>

Um trecho muito interessante dessa fonte é quando Wyant explica aquilo que poderia ser apontado como uma das causas do fim de programas como o Ação Comunitária ou o FAS: os empresários brasileiros é que recusavam essa associação. E essa também era a posição do próprio Wyant. Em suas palavras:

Uma ideia proposta, porém não aceita no Brasil, foi a centralização das doações pelas empresas privadas para organizações cívicas, educacionais e de caridade através de uma entidade única de ‘utilidade pública’, permitindo assim dedução de impostos. O propósito era internacionalizar um fundo comunitário americano (Cinco anos atrás a American Society e a American Chamber of Commerce no Rio de Janeiro criaram o ‘fundo Norte-americano para Assistência Social (FNAS). Esta organização aceitou e rejeitou cerca de 500 instituições para as quais as companhias privadas têm doado por muitos anos. Uma lista de mais de 125 dessas organizações (médicas, de

<sup>586</sup>

Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

caridade, educacionais, vocacionais) foram aprovadas após visitas, relatórios profissionais e análises financeiras para serem merecedoras do apoio. O grupo americano, após colocar Cr\$350.000 em 1970, desejava fundir esse “Fundo” e alterar seu nome para mostrar que é uma operação empresarial privada brasileira patrocinada pelo Conselho. Seu status de ‘utilidade pública’ (não-lucrativa) garante que nenhuma doação de companhias privadas seria taxada. Todas as doações recebem publicidade pela imprensa).<sup>587</sup>

Para o ano de 1971, o conselho desejava pressionar pela supressão de impedimentos legais para transferência de tecnologia.

Wyant afirmava que o orçamento do Conselho era composto de 50% de entidades de classe brasileiras e 50% da Câmara Americana de Comércio. As entidades brasileiras representadas no Conselho eram: Associações Comerciais, de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul; Confederação Nacional da Indústria (CNI); Federação das Indústrias da Bahia; ADECIF (companhias de investimento); Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul; Associação comercial de Pernambuco; AMCHAMS do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em seu discurso para o Conselho das Américas na reunião anual de dezembro de 1970, José de Cubas utilizou o exemplo do Brasil como um caso de boas relações com o governo; e dá detalhes sobre o processo de articulações e tensões com as Câmaras de Comércio:

O papel do Conselho das Américas tem sempre sido ter uma função catalisadora, criando um ambiente no qual as ideias são trocadas e programas viáveis são lançados. Após três anos de trabalho e uma porção de sorte sentimos que o clima no Brasil está bom para pensamento criativo por parte do setor privado. A administração Médici continua a mostrar-se aberta para sugestões para implementar nossas prioridades; oficiais do governo buscam nossos membros da comunidade empresarial para trocar ideias. Respostas coerentes e bem-formuladas pela comunidade empresarial para os problemas identificados pelo governo brasileiro foram muito lentas a chegar. Nós erroneamente acreditamos que trabalhando através das Câmaras de Comércio e com líderes individuais na comunidade empresarial americana,

---

<sup>587</sup> “An ideia proposed, but not accepted in Brazil, was the centralization of donations by private enterprise to civic, educational and charitable organizations through a single entity with ‘utilidade pública’ status, thus permitting tax deductions. The purpose was to internationalize an American community fund. (Five years ago the American Society and the American Chamber of Commerce in Rio de Janeiro created the ‘Fundo Norteamericano para Assistência Social (FNAS). This organization has screened and rejected some five hundred institutions to which private companies had been donating for many years. A list of over 125 deserving organizations (medical, charitable, educational, vocational) has been approved after visits, professional reports and financial analysis had shown them to be worthy of support. The American Group, after pledging Cr\$350.000 for 1970, was willing to merge this Fundo’ and alter its name to show that it is a Brazilian private enterprise operation sponsored by the Conselho. Its status of ‘utilidade pública’ (non-profit) ensures that any private company’s donation is tax-deductible. All donations are given press publicity)”. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

despertaríamos interesse num esforço deste tipo. Não foi possível seguir este caminho, pois as Câmaras de Comércio demandam unanimidade de opiniões e um grau de concorrência que tornaria impossível mover-se rapidamente para aproveitar oportunidades emergentes. Uma notável exceção foi o Comitê Especial da Câmara de Comércio de São Paulo, a qual preparou um relatório para ser apresentado na Escola Superior de Guerra, a partir da articulação do Conselho das Américas.<sup>588</sup>

Por sua vez, os empresários brasileiros realizaram uma verdadeira “missão” no Conselho das Américas em outubro de 1971. De sua sucursal de São Paulo, o *Correio da Manhã* noticiava a missão empresarial brasileira nos Estados Unidos:

Mais de 80 empresários brasileiros, presidentes das principais organizações bancárias, companhias de investimento e grandes organizações industriais, comporão a missão que irá aos Estados Unidos em novembro, com apoio do Ministério da Fazenda e do Conselho das Américas. A missão será presidida pelo presidente do Bando de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, Américo Oswaldo Campiglia, e os seus objetivos gerais, definidos em carta enviada ao Ministro Delfim Neto, são:

Promover contatos diretos de homens de empresa brasileiros com empresários americanos, tendo em vista a obtenção de novos mercados e a intensificação das trocas comerciais já existentes, conhecimento das técnicas modernas de aplicação industrial, realização de conferências e contatos com grupos financeiros e industriais americanos, elucidando a atual situação do Brasil em termos de desenvolvimento econômico, procurando-se seguir novas aplicações de capitais americanos no país, e esclarecimento ao público em geral, especialmente quanto à imagem do Brasil nos EUA – seu desenvolvimento econômico e social.<sup>589</sup>

No anúncio da formação dessa missão econômica, o ex-ipesiano Americo O. Campiglia<sup>590</sup> afirmou que “Para vender seus produtos no Exterior e atrair novos investidores, o empresário brasileiro não pode ficar sentado à sua escrivaninha: deve pôr mãos à obra e ir mascatear seu produto”. A missão passaria por Nova York e Washington depois de receber

---

<sup>588</sup> “Coherent, well-formulated responses by the business community to problems identified by the Brazilian Government were slow in coming. We mistakenly believed that by working through the Chambers of Commerce and with individual leaders in the American business community, we would awaken interest in such an effort. It was not possible to pursue this course because the Chambers of Commerce demand unanimity of viewpoints and a degree of concurrence which would make it impossible to move quickly to meet opportunities that arise. An outstanding exception was the São Paulo Chamber of Commerce Special Committee, which prepared a paper to be presented at the Brazilian War College, by arrangement of the Council of the Americas”. Não pudemos localizar a palestra na ESG.

<sup>589</sup> “Empresários brasileiros em missão nos EUA”. *Correio da Manhã*, 1 de outubro de 1971, p. 9.

<sup>590</sup> Campiglia era um acadêmico da área de Contabilidade, e foi professor da USP. No setor privado, além de participar da indústria farmacêutica, foi vice-presidente do Banco Francês e Brasileiro, diretor-superintendente da Companhia Sul Americana de Investimento (1962), diretor do Banco Itaú Investimento e Financiamento e do conselho fiscal do Banco Comércio e Indústria de São Paulo S/A. Foi também presidente do ACREFI -- Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento. Segundo Bortone, Campiglia participou de uma importante reunião no IPES no contexto do pré-golpe de 1964, na qual ficou decidido, depois de amplo debate, que “sem a manifestação da opinião pública”, as Forças Armadas não se sentiriam autorizadas a intervir. BORTONE, *op. cit.*

Médici na capital dos EUA. A programação estava a cargo de Nilo Ramos, e segundo a *Folha de São Paulo*, estaria recebendo orientação do Conselho das Américas.<sup>591</sup>

A partir das conexões levantadas, podemos compreender como os Estados Unidos induziam a formação de aparelhos privados de hegemonia, visando tanto o apassivamento político quanto a captura de jovens e pragmáticas lideranças empresariais; ao mesmo tempo, com o benefício extra de deixar o “caixa livre” para outras atuações.

### **3.11.5. O Conselho das Américas, o empresariado brasileiro e a abertura política**

Ao mesmo tempo em que cada vez mais empresários e entidades empresariais, como a ABIMAQ, se posicionavam pela abertura política,<sup>592</sup> Jorge Mello Flores, presidente do banco Lar Brasileiro (Chase Manhattan), colega de trabalho de Jack Wyant, escreve um documento em sentido inverso, pró-fechamento. Segundo o colunista do *Opinião*, Aluizio Maranhão, isso se devia ao fato de que os banqueiros teriam sido o setor mais beneficiado pelas políticas ortodoxas da ditadura. Na ocasião, o então presidente da Febraran, Teophilo de Azeredo Santos, descaracterizou o documento de Flores como um representativo do pensamento do setor e o próprio Banco Lar Brasileiro emitiu uma nota “tirando o corpo fora”.<sup>593</sup>

O documento de Melo Flores, encaminhado em janeiro de 1977 ao presidente Geisel e aos ministros Golbery do Couto Silva e Armando Falcão, propunha a supressão das eleições previstas no calendário eleitoral para 1978 e a criação de um grupo de trabalho para elaborar uma nova Constituição que consagrasse as eleições indiretas e incorporasse os mecanismos de defesa do Estado. Eram previstas a “institucionalização da Revolução” pelo Congresso Nacional, transformado em Assembléia Constituinte, e a criação de um “grupo de trabalho composto de juristas consagrados, agindo em estreito contato com o Conselho de Segurança Nacional e assessorado por economistas, técnicos de administração e outros especialistas”, que teria como tarefa a eliminação dos atos institucionais, que seriam incorporados à nova Constituição, tendo em vista “o estabelecimento de uma democracia forte, consentânea com a realidade mundial hodierna”. Haveria um Conselho de Estado que seria um poder Moderador e cuja composição estaria prevista de forma a indiretamente representar um remanescente do “poder revolucionário”, tendo como membros natos os ex-presidentes, com exceção dos cassados. Estava prevista a eleição indireta para governadores, reestruturação do sistema

<sup>591</sup> “Missão econômica vai dia 28 para os EUA”. *Folha de São Paulo*, 10 de novembro de 1971, p. 16.

<sup>592</sup> Para uma discussão geral sobre o papel do empresariado brasileiro favorável à abertura, ver. VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Empresariado e Estado na transição brasileira*. Um estudo sobre a economia política do autoritarismo 1974-1977. Campinas (SP): Ed. Unicamp; São Paulo: FAPESP, 1995.

<sup>593</sup> MARANHÃO, Aluizio. “Os banqueiros e o modelo político”. *Opinião*, 18 de março de 1977, p. 3.

partidário, voto distrital, voto circunscricional para senadores, voto direto para prefeitos e vereadores. As mudanças deveriam ser feitas enquanto o governo ainda tivesse maioria no Congresso, isto é, antes das eleições para o Senado e Câmara.<sup>594</sup>

Entretanto, seria precipitado afirmar que o Conselho das Américas comprou a ideia de uma abertura, parecendo mais factível a hipótese de sua afinidade com um pensamento como o de Jorge Oscar de Melo Flores, não apenas por suas relações com Jack Wyant, mas pelo fato de que o Conselho, como vimos, era composto por essa elite orgânica que forjou em 1962 o IPES. Veremos mais adiante que houve uma mudança de postura, mas apenas nos anos 1980, quando a abertura era inevitável e uma ameaça de uma redemocratização com ruptura levou o Conselho a uma posição mais pró-democrática, em termos genéricos.

Ainda em março de 1978, como reportou o *Diário de Natal*, não havia motivos para esconder as boas relações: o ministro da indústria e Comércio do Brasil, Ângelo Calmon de Sá, ofereceu uma palestra sobre os planos econômicos brasileiros ao Conselho das Américas na sala magna do Hotel Plaza, em Nova York.<sup>595</sup>

Em março de 1978, o presidente Jimmy Carter vem ao Brasil em visita oficial, friamente recebido pelo governo Geisel. Na reportagem da *Veja* sobre o assunto, afirmava-se que assim que assumiu, Carter recebeu do Conselho das Américas um documento assinado pelo presidente da entidade, Henry Geyelin, que oferecia “um quadro atualizado da situação dos investimentos americanos privados na região”, revelando que os Estados Unidos, segundo registro do Banco Central, eram o maior investidor na economia brasileira, com 4,5 bilhões de dólares. Pelos critérios americanos, que incluem financiamentos de longo prazo de matriz para filiais de empresas, essa quantia subiria para 6 bilhões de dólares.<sup>596</sup>

### 3.12. CHILE: AS MÚLTIPLAS FORMAS DE INTERVENÇÃO POLÍTICA DO CONSELHO DAS AMÉRICAS PRÉ E PÓS-GOLPE DE 1973

A historiografia sobre a participação empresarial e a participação dos Estados Unidos no golpe chileno de 1973 bem como nos anos do pré como do pós-golpe é prolífera, tornando praticamente impossível trazer aqui todos os debates e pesquisas já realizados sobre o tema. Entretanto, é impossível não mencionar o clássico trabalho do poeta e ensaísta Armando

---

<sup>594</sup> *Ibid.*

<sup>595</sup> “Calmon em NY explica os planos do Brasil”. *Diário de Natal*, 01 de março de 1978, p. 3.

<sup>596</sup> “Jimmy Carter: uma visita para agradecer”. *Veja*, 29 de março de 1978, p. 20-21.

Uribe, em *El libro negro de la intervención norteamericana en Chile*, escrito ainda em 1974.<sup>597</sup> O trabalho de referência no tema, no entanto, seria o *Pinochet Files*, de Peter Kornbluth, diretor do arquivo nacional dos Estados Unidos que trabalhou sobre uma série de documentos inéditos desclassificados. Aí encontramos compilados alguns (não todos) dos mais reveladores documentos sobre a gigantesca mobilização erguida por Kissinger para o golpe no Chile nos anos anteriores a 1973.

Para entender o modelo neoliberal chileno (e assim o papel tanto da relação com os Estados Unidos como para compreender profundamente o papel político dos empresários chilenos em diferentes contextos), é incontornável a obra de Manuel Gárate em *La revolución capitalista em Chile*<sup>598</sup>; bem como o trabalho mais antigo de Eduardo Silva, no já mencionado livro *El difícil camino hacia la democracia em Chile*.<sup>599</sup> Ambos trabalhos nos permitem observar o papel dos *Chicago Boys* nas chamadas “sete modernizações”<sup>600</sup> dupla faceta do regime pinochetista: por um lado, a repressão brutal, e por outro, o projeto neoliberal. Trata-se de tema já bastante conhecido e estudado, porém como não tem relação direta com o Conselho das Américas, pouparemos o leitor de maiores detalhamentos, cabendo apenas apontar que ainda há temas pouco explorados, como é o caso das entidades privadas que aqui entendemos por aparelhos privados de hegemonia, em seu sentido amplo.

Sobre a participação empresarial há um bom número de trabalhos também, e seria exaustivo mencionar todos, porém destacamos o trabalho de Guillermo Campero, em seu trabalho de 1984, *Los gremios empresariales em el período 1970-1983: comportamiento sociopolítico y orientaciones ideológicas*; e também em seu capítulo no clássico livro *El difícil camino hacia la democracia em Chile*, de 1993<sup>601</sup>; também dos anos 1990, o trabalho de Cecilia Montero é

---

<sup>597</sup> URIBE, Armando. *El libro negro de la intervención norteamericana em Chile*. Siglo xxi editores, 1974.

<sup>598</sup> GÁRATE, Manuel. *La revolución capitalista de Chile (1973-2003)*, Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2012.

<sup>599</sup> SILVA, Eduardo. “La política económica del régimen chileno durante la transición: del neoliberalismo radical al neoliberalismo pragmático”, em Paul Drake & Iván Jaksic, *El difícil camino hacia la democracia em Chile*, 1982-1990, FLACSO, 1993.

<sup>600</sup> As “sete modernizações” foi o nome dado às contrarreformas levadas a cabo no Chile principalmente a partir de 1979: disciplina fiscal, cortes de gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, fixação de câmbio “competitivo”; liberalização comercial; estímulo ao investimento direto estrangeiro; privatização de empresas estatais, desregulação e proteção dos direitos de propriedade. Algumas das medidas já foram implementadas a partir de 1975. José Piñera, que assume o Ministério do Trabalho em 1978, é considerado seu principal elaborador, e chamava o golpe de 1973 de “verdadera revolución libertaria”. Fonte: Memória Chilena. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-93006.html>. Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

<sup>601</sup> CAMPERO, Guillermo. *Los gremios empresariales em el período 1970-1983: comportamiento sociopolítico y orientaciones ideológicas*. ILET, 1984; \_\_\_\_\_. “Los empresarios chlenos em el militar y el post-plebiscito”. In DRAKE, Paul & JAKSIC, Iván. *El difícil camino hacia la democracia em Chile*, 1982-1990. Ed. FLACSO, 1993.

referência<sup>602</sup>; e o mais recente trabalho de Rolando Álvarez, *Gremios empresariales, política y neoliberalismo*. Los casos de Chile y Perú (1986-2010), de 2015.<sup>603</sup>

Nesta obra, Álvarez historiciza a atuação política do empresariado chileno e peruano a partir de 1986, chamando atenção para as diversas formas de articulação empresarial e sua relação com a implementação do neoliberalismo na região. Divergindo de outras leituras nessa área temática, Álvarez demonstra que os grupos empresariais não agem unicamente com base a um pragmatismo (ou aquilo que poderíamos com Gramsci denominar interesses econômico-corporativos), mas que, além disso, são atores altamente ideologizados; no período em tela, para o autor, sujeitos portadores de uma visão de longo prazo calcada no pensamento neoliberal. Longe de entender tal ação política e ideológica, como grande parte da literatura no tema, como opções racionais tomadas dentro de um campo de possibilidades (como roga a teoria da escolha racional), o que leva à visão dos empresários como mais um “grupo de interesse” entre muitos outros (como cai bem à teoria pluralista), este autor interpreta criticamente o discurso empresarial (e seu “orgulho”) como parte integral de sua visão de mundo, pautada pela defesa dos interesses comuns relacionados ao funcionamento tanto do mercado como do Estado. O trabalho também nos permite visualizar que a articulação empresarial se dá em parte nas “sombras”, nos bastidores, em *off*, e em parte à luz do dia, no espaço público, na atuação junto ao Estado em sentido estrito e na sociedade civil, conformando, através dos grêmios empresariais um verdadeiro partido político defensor do neoliberalismo. Isso não significa, para o autor, a inexistência de conflitos inter-empresariais, que teriam ficado mais claros a partir da presidência de Ricardo Lagos, quando da divisão em dois grandes grupos: os “duros” defensores do programa que norteou o laboratório de 1973, e os “modernizadores”, que defendiam a colaboração com os governos da *Concertación*.

É interessante notar que o Conselho das Américas é citado muito menos por historiadores ou investigadores e mais por pessoas ligadas à própria prática diplomática na América Latina. É o caso de Jorge Taiana, que, em um artigo em que comenta sobre a geopolítica internacional dos apoios econômicos à ditadura de Videla a Argentina, mostra que a Junta militar que se instala em 1976 investe cifras milionárias em uma estratégia de promoção de uma imagem de confiabilidade com políticos conservadores e com a

---

<sup>602</sup> MONTERO, Cecilia. *La revolución empresarial chilena*. Dolmen, 1997.

<sup>603</sup> ÁLVAREZ, Rolando. *Gremios empresariales, política y neoliberalismo. Los casos de Chile y Perú (1986-2010)*. Santiago: Lom Ediciones, 2015. O bom trabalho jornalístico de María Olivia Monckeberg é também bastante elucidativo sobre este tema. MONCKENBERG, María Olivia. *El saqueo de los grupos económicos al Estado chileno*. Santiago: Ediciones B, 2001.

comunidade de negócios estadundense. Nas palavras de Taiana, chanceler argentino kirchnerista entre 2005 e 2010, e participe, ele próprio, de diversos fóruns da AS-COA:

Esta actividad fue impulsada en coordinación con el Consejo de las Américas, asociación fundada y entonces presidida por David Rockefeller, que nuclea aún hoy a las principales empresas norte-americanas con intereses en América Latina.<sup>604</sup>

O fato é que não encontramos na historiografia um trabalho que tratasse da relação do Conselho das Américas no processo de mobilização empresarial e dos Estados Unidos de desestabilização do governo Allende e construção das condições para o golpe que seria afinal desferido em 11 de setembro de 1973.

Encontramos, nos documentos disponibilizados pelo *Office of the historian*, diversos documentos que comprovam a participação direta do Conselho das Américas no processo político chileno desde 1970. Mostraremos a partir de agora como se deu essa ação, a qual, em quase todos momentos, se deu em coordenação com o Departamento de Estado e membros do grupo especial sobre Chile montado pelo então Secretário de Estado Henry Kissinger.

Antes de mais nada, é importante lembrar que, na ocasião de lançamento do próprio Conselho, Eduardo Frei foi o único político citado explicitamente, de forma extremamente elogiosa, por David Rockefeller. Não era casual: o Chile do início dos anos 1970 foi cenário de uma das experiências mais radicais de mobilização da classe trabalhadora e de poder popular na América Latina, que inspirou as esquerdas em todo o continente e mesmo no mundo. A possibilidade de um socialismo democrático, ou de uma via eleitoral para uma transição ao socialismo era algo inédito na América Latina e seu poder de atração era gigantesco. Do outro lado, apavorava o mundo empresarial, e ameaçava real ou *in potentia* o antigo e forte interesse das companhias estadunidenses no país andino, em especial aquelas voltadas à indústria do cobre (historicamente, a principal matéria-prima e produto de exportação chileno), como a *Anaconda*. Essas companhias estavam *em sua totalidade* representadas no Conselho das Américas.

### 3.12.1 Uma carta para Allende

A 09 de novembro de 1970, anexada a um telegrama direcionado a Donald Meads, presidente do IBEC, encontramos uma carta escrita e assinada por Henry Geyelin, vice-

<sup>604</sup> TAIANA, Jorge. “La geopolítica internacional de los apoyos económicos”. Em VERBITSKY, Horacio & BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. *Cuentas pendientes*. Los cómplices económicos de la dictadura. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2013, p. 75. Curiosamente, Taiana participa do *Latin American Cities Conference* de 2019 em Buenos Aires buscando mostrar que o governo de Alberto Fernández seria confiável.

presidente executivo do Conselho das Américas, para recém-empossado presidente Salvador Allende. A carta é bastante representativa do tipo de chantagem adornada de eufemismos que o Conselho das Américas fazia questão de tornar pública:

Caro Senhor Presidente:

Como presidente do Conselho das Américas, grupo de 220 companhias com cerca de 2.000.000 de trabalhadores, profissionais técnicos e executivos em toda América Latina, estou escrevendo para você conforme afirmando no telegrama de 3 de novembro, e para expressar nossa grave preocupação com relação ao futuro das relações entre as forças dinâmicas e produtivas no Chile e dos Estados Unidos, e para avisá-lo de nossa posição sobre questões as quais afetam o setor privado estrangeiro.

Nós **estamos preocupados com política repetidamente declarada de nacionalização** das minas, bancos, e outras empresas no Chile, porque sentimos que a implementação dessa política será **contrária aos interesses de todos envolvidos**: o empregador chileno e suas famílias; as empresas em questão; os investidores chilenos e estrangeiros nessas empresas; e o povo do Chile e de outros países que têm se beneficiado mutuamente da administração privada dessas empresas.

Nós não estamos preocupados com a mudança por si mesma. Na verdade, a indústria dos EUA prosperou ao longo dos anos porque, acima de tudo, é sensível e responsiva à mudança – mas nós estamos preocupados com a mudança que não reflete as realidades do futuro.

Com relação ao passado, deixe-me sublinhar que as **companhias que operam no Chile com capital estadunidense têm contribuído substancialmente com o desenvolvimento econômico e humano do povo chileno e seu país**. Companhias de capital estrangeiro têm avançado a dignidade pessoal e o auto-sustento de muitos milhares de chilenos e suas famílias provendo-os com treinamento, educação, promoção rápida a postos das mais altas responsabilidades dentro dessas companhias, aumentando suas rendas e gerando constantemente novas oportunidades para servir a seu país. Especificamente, companhias de capital estadunidense abriram mercados mundiais ricos para as exportações chilenas, e através das atividades de substituição de importações eles ajudaram o Chile a produzir em casa muito daquilo que antes era importado do exterior.

Com relação ao futuro, e isso é o que realmente importa para o Chile e os Estados Unidos, eu sinto que as afirmações que seguem representam um consenso de pensamento

A **empresa privada esclarecida**, trabalhando em cooperação próxima com um governo esclarecido é hoje o melhor (fico tentado a dizer o único) método para o desenvolvimento. Existem muitos exemplos ao redor do mundo para provar que esse esforço de cooperação se setor privado e governo será ainda mais essencial no futuro.

A nacionalização dos negócios econômicos privados, com a conseqüente propriedade e gerência pelo Estado, inevitavelmente gera um **grave custo social** para os povos e seus países. Centenas de milhares de poupadores privados, não apenas estrangeiros mas também chilenos, serão forçadamente privados de seus investimentos nessas empresas listadas a serem nacionalizadas pela sua plataforma. Não existe nenhuma evidência de que o governo chileno possua ou possa adquirir, os recursos para dispor às centenas de milhares de poupadores privados uma compensação imediata,

adequada e efetiva pela nacionalização, a qual é estabelecida pela lei internacional.

As companhias multinacionais são o elemento mais efetivo para o desenvolvimento hoje e será ainda mais no futuro, conforme:

A companhia multinacional se torna internacional primeiramente para servir ou desenvolver mercados. Logo, prosperará somente se o país hospedeiro prosperar. Ela está comprometida com a prosperidade deste país. Ela planeja para o futuro.

A companhia multinacional é tão complexa que, para sobreviver, deve ser gerida por uma tecnoestrutura eficiente com uma filosofia de visão larga com respeito aos lucros e sua distribuição. Sendo basicamente orientada para o crescimento, geralmente vai reinvestir uma larga porcentagem de seus ganhos.

**A companhia multinacional possui o prestígio e o poder em seu país de origem** e pode ser a melhor aliada para “vender” a necessidade do desenvolvimento no exterior.

A companhia multinacional possui os recursos humanos, financeiros e tecnológicos e a organização necessária para o sucesso. Ela opera por objetivos, mas geralmente mantém flexibilidade suficiente para reagir com a rapidez necessária quando considerado o importante “fator tempo de desenvolvimento”.

A companhia multinacional visa o exterior e a exportação. Por isso reconhece o valor de inteligentes programas de substituição de importações, não considera estes como um fim em si mesmo.

A companhia multinacional está tentando arduamente aprender a tornar-se um **bom cidadão corporativo global** em todo mundo. Dada a sociedade competitiva dinâmica que ela apóia, ela sabe que se falhar nessa tão importante tarefa, outras estarão para tomar seu lugar. Ademais, sua crença fundamental em uma filosofia competitiva resulta na aceitação de situações plurais em economias públicas/privadas sem indevido medo de serem feridas.

Eu reitero, o Conselho das Américas está profundamente preocupado com o que pode acontecer com as relações entre Chile e Estados Unidos. Está preocupado que esses muitos anos de colaboração que, em nossa visão, foi benéfica para Chile e Estados Unidos, acabe. Nós estamos, acima de tudo, preocupados que – em um momento em que o setor privado dos EUA tornou-se uma força internacional dinâmica e inovadora e adquiriu as técnicas e a vontade pelo desenvolvimento – em um momento no qual, devido a capacidade de resposta ao que o mercado quer, está cada vez mais envolvendo-se com a qualidade de vida – o setor privado estadunidense possa ser rejeitado pelo Chile por causa de teorias que já foram novas mas que não são mais adequadas para as pressões das necessidades do ano 2000. O Conselho das Américas honestamente deseja manter a histórica cooperação entre Chile e EUA. Os representantes do Conselho estão preparados para encontrar a qualquer momento, em qualquer lugar mutuamente aceitável, com representantes de seu governo para trabalhar caminhos e meios para continuar esta cooperação. De fato, o Conselho e as multinacionais de perspectiva de longo prazo que o compõem estão ansiosos para trabalhar com todos os que buscam construir uma economia pacífica, integrada, de escala global, voltada ao rápido desenvolvimento social.

José de Cubas, 05 de novembro de 1970

O telegrama para Meads afirmava que a carta estava circulando entre os membros do conselho, mas que não deveria receber larga distribuição nem releases para a imprensa. E que atitudes futuras sobre a publicidade a dar a esta carta deveriam ser avaliadas de acordo com a resposta de Allende. Não houve resposta à carta.

Cubas convoca uma reunião com um representante do governo chileno como o pistoleiro marca com seu oponente num faroeste. Seu tom positivo, entretanto, não encobre o espírito de chantagem contido na carta.

O que seriam as “forças dinâmicas e produtivas” dos Estados Unidos às quais se referia Cubas? Os empresários de ambos países, em especial os grandes empresários, embora a carta deixe a entender que os afetados pelas nacionalizações seriam “centenas de milhares de poupadores privados”. Aparentemente, a “empresa privada esclarecida” era a Anaconda ou a ITT, as quais, junto com muitas outras, estariam simplesmente reclamando seu legítimo direito de interferir nos destinos políticos do Chile.

É muito interessante notar que já desde essa data o Conselho das Américas defendia a ideia de um “bom cidadão corporativo global” - esse mesmo termo, *ipsis literis*, seria usado pela atual presidente do Conselho, Susan Segal, em um relatório recente, como veremos no capítulo 5. O que seria um “bom cidadão corporativo global”? Este termo deve ser cautelosamente analisado: primeiro, vemos a ideia de que a corporação é um cidadão, o que pode ser uma aberração para a teoria liberal clássica, desde que esta considerava cidadãos os *individuos* (seres humanos individuais). Mais que isso, é um cidadão global, porque opera em todo o mundo, embora carregue, como enfatiza Cubas, o “prestígio e o poder” de seu país de origem. Nota-se também na carta a recorrente auto-proclamação de poder, que fica bastante cristalina nessa frase. Ser um bom cidadão seria, neste caso, colaborar com o “desenvolvimento” do país “hospedeiro”. O “cidadão corporativo global” se arroga, assim, o direito de participar da política interna de países de todo o globo.

Aqui encontramos a ideologia que perpassava o relatório May, realizado naquele mesmo ano, alguns meses antes. Os povos da América Latina seriam na verdade grandes beneficiários da inversão de capital estadunidense, que traz o “progresso” e o “desenvolvimento” (e o “mundo livre”), e qualquer afirmação em contrário seria uma negação da realidade, “populismo”, “atraso” ou “argumentos emocionais”.

---

<sup>605</sup> Telegrama de Henry Geyelin para Donald Meads. 09 de novembro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

Quanto à “crença fundamental em uma filosofia competitiva”, aqui está o ponto fulcral, do ponto de vista ideológico, do discurso do Conselho, condensado por Cubas nesta frase. Trata-se de um evidente eufemismo para crença no *capitalismo* como único sistema social possível. E não qualquer capitalismo: um capitalismo no qual o Estado faça sua parte para favorecer os interesses dos capitalistas, e em especial, dos investidores estrangeiros. As forças de avanço do capitalismo seriam implacáveis, as “mudanças” às quais Cubas se refere, com o nascimento do capitalismo monopolista do pós-Segunda Guerra Mundial, seriam um *dado* inescapável da realidade, e mais do que isto, uma força irrefreável e incontornável. Trata-se da *naturalização* de um sistema de *desigualdade intrínseca*, portanto uma mistificação ideológica. O capitalismo seria, nas palavras de Cubas, o “único” “método de desenvolvimento” - e o alinhamento com os interesses da maior potência capitalista global, os Estados Unidos, um pressuposto para qualquer governo racional.

### **3.12.2. O Conselho das Américas como co-autor da política estadunidense para o Chile**

A primeira aparição do Conselho das Américas que localizamos na documentação oficial do Estado americano concernente à ação para o Chile data de 17 de novembro de 1970. Trata-se de um *memorandum* de Richard T. Kennedy e Arnold Nachmanoff para Henry Kissinger, sobre o encontro do SRG (*Senior Review Group*) sobre o Chile, realizado em 18 de novembro, depois do qual haveria um encontro do “Comitê dos 40”.<sup>606</sup>

É importante localizar bem essa data: o Congresso chileno havia acabado de ratificar a eleição de Salvador Allende (Partido Socialista), em 24 de outubro (era o segundo turno, de caráter indireto, das eleições). Estamos analisando um documento produzido em meados de novembro, algumas semanas, portanto, depois desse evento.

A agenda na reunião do SRG lidaria com cinco grandes tópicos: “atitudes diplomáticas”; “medidas econômicas”; “atitudes militares”; “Peace Corps”; e “Postura pública e no Congresso”.

O encontro, que se realizaria no dia seguinte (18 de novembro) teria sido o primeiro de uma série de reuniões de trabalho, voltadas para colocar em prática uma “nova política” (*new policy*) em relação ao Chile. Nesse *memorandum*, lê-se duas vezes que no dia 17 de novembro, em Nova York (antes, portanto, da reunião), o Departamento de Estado informou para os membros do *Council of the Americas* e para altos diretores da *Anaconda* e “outras

---

<sup>606</sup> O chamado “grupo dos 40” eram 40 homens liderados por Henry Kissinger dentro do National Security Council, que realizavam sessões secretas sobre temas internacionais de alta sensibilidade, tendo alto grau de influência na definição da política externa dos Estados Unidos.

companhias interessadas no Chile”, os passos que seriam tomados nessa “nova política”. Cinco dias antes, em 12 de novembro, semelhante informe havia sido feito a George Meany e outros líderes da AFL-CIO.<sup>607</sup>

Mas já antes, no dia 13 de novembro, os Estados Unidos teriam tomado, segundo o *memorandum*, a primeira das “atitudes diplomáticas”, ao reafirmar na OEA a necessidade da aderência à resolução daquele organismo sobre as sanções contra Cuba, que incluíam rompimento diplomático. O Chile havia acabado de restabelecer relações com Cuba, trocando Embaixadores.<sup>608</sup> Outro ponto seria “espalhar a palavra sobre o Chile” (*spread the word about Chile*), com a proposta de prover “determinados” governos latino-americanos com “informações sobre os links do Chile com a subversão em outros países” e “encorajá-los a tomar uma atitude semelhante à nossa”.

Um terceiro passo diplomático seriam consultas com “governos-chave”, especialmente Argentina e Brasil, para “coordenar esforços” acerca do Chile, considerando o “incremento de esforços para manter relações com líderes militares amigáveis”. Ainda sobre os militares e a cooperação esperada do Brasil e da Argentina, pergunta-se, no *memorandum*: “Estão os militares brasileiros e argentinos em posição de influenciar significativamente os militares chilenos?” Um relatório detalhado sobre isso seria providenciado em duas semanas.<sup>609</sup>

Entre as “medidas econômicas”, estavam o atraso e posterior suspensão de dois empréstimos totalizando 20,2 milhões de dólares, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao Chile (um empréstimo voltado para a construção de universidades e outro à pesquisa e extensão agrícolas). Ambos empréstimos haviam sido feitos mediante o Fundo de Operações Especiais (FOE), no qual os EUA tinham poder de veto. A questão colocada aqui era: “Que passos estamos tomando para coordenar nossas táticas com outros países latinos amigáveis para reduzir nossa visibilidade unilateral?”; e: “Que passos estão sendo tomados para limitar o acesso do Chile ao crédito de outras instituições financeiras internacionais?”<sup>610</sup>

Da mesma forma, empréstimos da AID e do Exim-Bank, bem como garantias de investimento, teriam de ser suspensos. O Departamento de Estado estaria preparando

---

<sup>607</sup> National Security Council. Memorandum for Dr. Kissinger, from Richard T. Kennedy, Arnold Nachmanoff. 17 de novembro de 1970. Documento desclassificado em 02.08.2013, LOC-HAK-469-5-7-8. Disponível no sítio eletrônico da CIA.

<sup>608</sup> *Ibid.*

<sup>609</sup> *Ibid.*

<sup>610</sup> *Ibid.*

recomendações em como lidar com as questões de garantias de investimentos quando o governo do Chile começasse a nacionalizar propriedades estadunidenses.

Nas “atitudes militares”, eram consideradas as alternativas do que fazer com os 17 militares estadunidenses em território chileno – que, se, por um lado, garantiam contato próximo com os militares chilenos, também legitimavam o Tratado de Assistência Mútua de 1952 e o Acordo de Missão Militar de 1964. A questão aqui era se os EUA deveriam manter esses tratados com o governo Allende.<sup>611</sup>

Outra questão envolvia a venda de aviões e tanques militares estadunidenses para o Chile. Se fossem vendidos, melhorariam as relações dos EUA com os militares chilenos e impediriam que eles se voltassem para outras fontes de material militar, como a URSS; por outro lado, dariam mais força física para Allende e “confundiria os aliados” [dos EUA] sobre as relações com o país. Situação similar envolvia os 17 voluntários do *Peace Corps* que estavam completando treinamento nos EUA para embarcar em breve para o Chile: enviá-los, de qualquer maneira, adiar seu envio, ou não enviá-los de maneira alguma?<sup>612</sup>

Eram recomendadas também consultas com líderes-chave no Congresso sobre a política para o Chile. A ideia era convencer o Congresso a aprovar medidas econômicas que favorecessem os aliados dos EUA, em especial Brasil e Argentina; por exemplo: a facilitação à importação de café solúvel brasileiro, ou da carne argentina, e reduções de tarifas comerciais em geral.

Levando em consideração todos os vínculos que vimos haver entre o Departamento de Estado e o Conselho das Américas; e ao fato, reportado no próprio *memorandum*, de ter sido discutido pelo Conselho das Américas, mostra que esse organismo estava envolvido com o curso das proposições da política estadunidense para o Chile, não somente em um nível de política diplomática oficial (embora a incluísse entre as “medidas” da “nova política” a partir da eleição de Allende), mas de um conjunto de ações lógicas e propagandísticas cujo sentido era a organização de um verdadeiro boicote internacional a esse país. Incluindo aí uma espúria aliança entre os governos argentino e brasileiro. Cabe comentar que, como em muitas questões, tratava-se de ainda precisar qual seria a política para o Chile, é possível pensar que o Conselho das Américas esteve frequentemente consultado, trabalhando de forma conjunta e somando esforços em muitas ações.<sup>613</sup>

---

<sup>611</sup> Ibid.

<sup>612</sup> Ibid.

<sup>613</sup> Ibid.

Em outubro de 1971, o *Estadão* trazia uma longa matéria sobre a situação política do Chile, com a manchete “Allende elogia ação do PC”. A reportagem tratava a troca de mensagens entre o presidente Allende e o Partido Comunista, mencionando uma declaração que Eduardo Frei teria feito, de que o PC teria intenção de instaurar no Chile “uma funesta ditadura do proletariado”.<sup>614</sup>

Com o subtítulo “Caos e desordem”, o *Estadão* trazia então opiniões do padre jesuíta Daniel Lyon, para quem a democracia cristã impediria Allende de “destruir o país”. Noticiava também a entrada do novo Embaixador norte-americano no Chile, Nathaniel Davis.<sup>615</sup>

Os Estados Unidos estariam dispostos a aplicar uma política mais severa, nos casos de expropriações de suas empresas no exterior sem as devidas

<sup>614</sup> O advogado Eduardo Frei Montalva (1911-1982) foi presidente do Chile, no período de 1964-1970. Iniciou na política quando foi presidente da Associação Nacional de Estudantes Católicos, em 1932-1933. Foi o editor do diário *El Tarapacá* da cidade portuária de Iquique, o qual fazia propaganda anti-marxista. Em 1938, desiludido com o Partido Conservador, juntou-se a outros líderes do departamento de jovens para formar o National Falange, um partido social cristão antifascista. Enquanto professor de direito do trabalho na Universidade Católica, em 1940-1945, foi eleito presidente das Falange em 1941, 1943 e 1945. Atuou como ministro de obras públicas nos gabinetes de coalizão dos presidentes José Antonio Ríos em 1945-46 e Gabriel González Videla em 1946-49. Em 1949, ele foi eleito para o Senado. Em 1957, a Falange juntou-se aos Conservadores Sociais Cristãos para formar o Partido Demócrata Cristão. Frei ficou em 3º lugar como candidato presidencial do partido, em 1958. Em 1964, ofereceu um programa moderado de "chileanização" dos interesses de cobre de propriedade dos EUA, além de estabilização econômica e uma distribuição mais equitativa da riqueza como “única alternativa ao marxismo” e obteve uma vitória decisiva e, em 1965, seu partido conquistou o controle da Câmara. Seu plano para 51% do controle chileno da mineração de cobre ainda era muito favorável aos interesses corporativos dos EUA. Seu governo foi assediado por distúrbios trabalhistas e inflação persistente. Embora a busca de Frei pelas políticas de reforma agrária tenha conquistado o apoio dos camponeses ao Partido Demócrata Cristão, menos terra foi redistribuída do que o inicialmente previsto. Frei renunciou em 1970. Foi reeleito para o Senado em 1973, pouco antes de ser dissolvido pela junta militar liderada por Augusto Pinochet. Frei se opôs à eleição de Allende em 1970, mas também criticou energicamente o regime de Pinochet. Em 2000, a família de Frei solicitou uma investigação de sua morte, alegando que ela poderia ter sido causada por membros da polícia secreta de Pinochet. Uma autópsia, em 2009, revelou vestígios de veneno nos restos mortais de Frei, levando um juiz a declarar um homicídio na morte de Frei. Em dezembro de 2009, seis pessoas foram indiciadas pelo assassinato, incluindo três ligadas a Pinochet. Fonte: Encyclopedia Britannica. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Eduardo-Frei>>. Acesso em: 01.02.2020.

<sup>615</sup> Nathaniel Davis (1925-2011) iniciou sua carreira no Serviço de Relações Exteriores com uma missão em Praga em 1947, posteriormente em Florença, Roma e Moscou, antes de retornar aos EUA em 1956 para trabalhar na Secretária Soviética do Departamento de Estado em Washington, DC. Sua missão a seguir no exterior foi em Caracas, Venezuela, de 1960 a 1962. De 1962 a 1965, serviu no Corpo da Paz. Deixou o Corpo de Paz, em 1965, para servir como enviado dos Estados Unidos à Bulgária (1965-1966). Depois atuou na equipe do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, como consultor sênior do presidente Lyndon B. Johnson em assuntos da União Soviética e do Leste Europeu, bem como das Nações Unidas. Em 1968, foi para a Guatemala para servir como Embaixador na Guatemala (1968-1971), seguido pelo serviço como Embaixador no Chile (1971-1973), durante a presidência de Salvador Allende e o golpe que o depôs. Ao retornar do Chile, ocupou dois cargos no nível de secretário assistente: como Diretor Geral do Serviço de Relações Exteriores (1973-1975) e como Secretário de Estado Assistente para Assuntos Africanos no governo Ford, de 1975 a 1976. Davis renunciou devido a uma diferença de política com o então Secretário de Estado, Henry Kissinger, sobre as ações secretas em Angola. Davis foi posteriormente nomeado Embaixador na Suíça (1976-1977). Em 1983, ele se aposentou do Serviço de Relações Exteriores. Fonte: Office of the Historian. À época desta fonte que analisamos, Davis vinha portanto de experiências na Guatemala e na Bulgária. Disponível em: <<https://history.state.gov/departmenthistory/people/davis-nathaniel>>. Acesso em: 01.02.2020.

compensações. Nixon estaria inclinado a seguir a orientação do secretário do Tesouro, John B. Conally, que reclamou a adoção de drásticas medidas a respeito. Ontem, o Conselho das Américas considerou ‘uma violação do direito internacional’ a decisão do presidente Allende de reduzir de 774 milhões de dólares a indenização correspondente à expropriação de empresas de cobra norte-americanas no Chile”.<sup>616</sup>

### 3.12.3. A confissão de David Rockefeller

Segundo o jornalista Seymour M. Hersh, já em meados dos anos 1960 o Chile se havia tornado largamente conhecido na comunidade de inteligência dos EUA como uma das maiores histórias de sucesso da CIA. Esta agência teria conseguido penetrar todos os campos do governo chileno, e levou o crédito nesses círculos por supostamente garantir que o Chile se mantivesse como uma “nação democrática” que – não incidentalmente – “encorajava” as corporações estadunidenses a fazerem negócios ali. Àquela altura, o Chile, líder mundial em mineração de cobre, tinha 80% de sua produção (que significavam 60% de todas as exportações do Chile) nas mãos de grandes corporações em sua maior parte controladas por firmas estadunidenses, com proeminência a *Anaconda* e a *Kennecott Copper*.

A influência dos Estados Unidos nas eleições chilenas de 1964 foi ainda maior do que a repercussão que gerou. Segundo Hersh, ao menos 20 milhões de dólares (cerca de oito dólares por eleitor) foram investidos na candidatura de Eduardo Frei, parte desse dinheiro sendo enviado através da AID. Nas palavras de Hersh: “Frei, que estava plenamente ciente da fonte desses recursos, também recebeu a cobertura de um grupo de corporações estadunidenses conhecido como *Business Group for Latin America*”.<sup>617</sup>

Segundo o jornalista, o BGLA teria sido organizado em 1963 por David Rockefeller “por expressa requisição” do presidente Kennedy, em sua luta contra Fidel Castro e o comunismo na América Latina. Desde seus primórdios, o BGLA contava com corporações como *Anaconda*, através de C. Jay Parkinson; ITT, através de Harold S. Geneen (empresa que detinha parcela significativa das comunicações no Chile) e a *PepsiCo*, através de Donald Kendall, um grande amigo de Agustín Edwards.

Segundo Hersh, Edwards foi o grande contato no Chile da CIA, bem como das corporações estadunidenses. Nas palavras de Hersh:

A CIA e o BGLA, que em 1970 se reorganizou no Conselho das Américas, contou com Edwards para que este usasse sua organização e seus contatos

<sup>616</sup> “Allende elogia a ação do PC”. *O Estado de S. Paulo*, 05 de outubro de 1971, p. 7.

<sup>617</sup> No original: “Frei, who was fully aware of the source of his funding, also received covert help from a group of american corporations known as the Business Group for Latin America”. HERSH, Seymour M. “The Price of Power: Kissinger, Nixon and Chile”. *Atlantic Monthly Magazine*, dezembro de 1982. Essa matéria foi encontrada nos arquivos desclassificados da CIA.

para canalizar o dinheiro na campanha política de 1964. Muitos dos laços entre o BGLA e a CIA e 1964 se mantiveram muito tempo após as eleições. Por exemplo, Enno Hobbing, um agente da CIA que inicialmente foi designado como contato para o BGLA, deixou a CIA e se tornou o principal agente de operações do Conselho.<sup>618</sup>

Segundo os jornalistas Joe Trento e Dave Roman, que em uma longa reportagem publicada na revista *Penthouse*, Agustín Edwards também era membro da IAPA<sup>619</sup>, e foi presidente da entidade até novembro de 1969, exatamente quando seu jornal, *El Mercurio*, foi incluído como instrumento no programa intitulado “Track II” da CIA, o qual tinha por intenção clara derrubar o presidente democraticamente eleito do Chile.

Nas *Memórias* de David Rockefeller, vemos que a antiga ideia que justificou o golpe militar de 1973, a de que Allende implantaria uma “ditadura marxista” e que o Chile seria uma “nova Cuba”, nunca foram modificadas. Senão, vejamos a preciosa parte de sua autobiografia em que trata do tema.

Seguindo sua narrativa de como foram “sombrios” os anos 1960 e 1970 na América Latina – não pelos golpes militares ou pelos problemas sociais, mas sim pelo “espírito protecionista” representado pelo Pacto Andino, pelos governantes “populistas” cuja retórica anti-americana supostamente prejudicaria eles mesmos – David Rockefeller escreve:

O período mais emblemático desses anos sombrios na América Latina se deu no Chile, *durante a presidência de Salvador Allende* no início da década de 1970. A história se tornara bem conhecida e bastante controversa. Allende, um marxista confesso, e líder do Partido Socialista Chileno, estava em campanha em 1970 com uma plataforma de reforma agrária radical, a expropriação de todas as corporações estrangeiras, a nacionalização dos bancos e outras medidas que teriam colocado seu país firmemente no caminho do socialismo<sup>620</sup> (grifo nosso).

---

<sup>618</sup> No original: “The CIA and the Business Group, which by 1970 had been reorganized into the Council of the Americas, relied heavily on Edwards to use their moneys into the 1964 political campaign. Many of the ties between the Business Group and the CIA in 1964 remained in place long after the election. For example, Enno Hobbing, a CIA official who had initially been assigned as liaison to the Business Group, eventually left the CIA and became the principal operations officer for the Council”. *Ibid.*

<sup>619</sup> A Inter American Press Association (IAPA), segundo seu site "é uma organização sem fins lucrativos que reúne publicações do Hemisfério Ocidental interessadas em promover e proteger a liberdade de imprensa e o direito do público de ser informado no Novo Mundo". As raízes remontam ao início do século XX, quando, em 1926, cerca de 130 representantes da imprensa latino-americana participaram do Congresso Pan-Americano de Jornalistas em Washington, DC. Em 1942, no México, no Congresso Pan-Americano decidiu-se criar uma Comissão Permanente. As conferências subsequentes em Caracas, Bogotá e Quito consolidaram a organização com seu nome atual e aprovaram o Estatuto e o Regulamento. Em 1946, vários editores e editores fundaram um grupo nos Estados Unidos. Segundo a história oficial da entidade, o ano de 1950 marcou uma virada na IAPA, porque ter-se-ia tornado “independente da intervenção de governos, partidos políticos ou interesses especiais em Nova York”. Fonte: Site oficial da IAPA. Disponível em: <<https://en.sipiapa.org/contenidos/history.html>>. Acesso em: 1 de fevereiro de 2020.

<sup>620</sup> ROCKEFELLER, *Memórias*... p. 462.

Aqui já vemos como, logo de cara, o que é considerado “mais emblemático” dessas duas décadas não foi a *ditadura* que se seguiria (à qual ele dirá um pouco “abusiva”), e sim o *governo democrático* de Allende; este sim, para Rockefeller, teria sido a “verdadeira ameaça” ao povo chileno. O uso da expressão “marxista confesso” também chama bastante atenção, pois evidentemente pressupõe que marxismo equivale a um crime ou um pecado do qual se deve “confessar”.

Para finalizar, não podemos deixar de perceber como nesse relato a própria existência (para não falar em protagonismo, porque seria demais) dos movimentos operário, estudantil e camponês, fato que não somente possibilitou a ascensão política de Allende, como pressionou ele e o Partido Socialista a apresentarem propostas de reformas. Isso vale tanto para a questão da reforma agrária quanto para a reivindicação pelas expropriações.

Em seguida, Rockefeller relata sem pudores ou quaisquer constrangimentos sua preocupação pessoal com relação ao Chile desde pelo menos 1970, e sua amizade íntima com golpistas amplamente reconhecidos, como Agustín Edwards, chegando a tratá-lo por seu apelido (*apodo*, em espanhol):

Em março de 1970, bem antes das eleições, meu amigo Agustín (*Doonie*) Edwards, diretor de *El Mercurio*, o principal jornal chileno, disse-me que Allende era um trouxa nas mãos dos soviéticos, que destruiria a frágil economia do Chile e ampliaria a influência comunista na região. Se Allende vencesse, alertou *Doonie*, o Chile se tornaria outra Cuba, um satélite da União Soviética. Ele insistiu em que os Estados Unidos deviam evitar a eleição de Allende.

As preocupações de *Doonie* eram tão intensas que **eu o coloquei em contato com Henry Kissinger**. Mais tarde, soube que os relatos de *Doonie* confirmaram o que o serviço secreto já havia recebido através de fontes de informações oficiais, **que levaram o governo Nixon a aumentar seus subsídios financeiros clandestinos a grupos que se opunham a Allende**<sup>621</sup> [grifo nosso].

Isso sim é o que se pode chamar, precisamente, de uma “confissão”: David Rockefeller assume em suas próprias *Memórias* que foi um dos principais articuladores deste que era um poderoso empresário e intelectual orgânico da extrema-direita chilena, Agustín Edwards, junto ao Estado americano, reforçando uma intervenção clandestina no estrangeiro, que segundo David, já existia.

Segue o relato de David Rockefeller, onde se orgulha de ter ajudado este pobre empresário perseguido político em seu país:

Apesar dessa intervenção, Allende ainda venceu as eleições por uma margem estreita. O Congresso chileno confirmou a vitória alguns meses depois,

---

<sup>621</sup> *Ibid.*, p. 462.

muito embora a CIA continuasse seus esforços para evitar a ascensão de Allende ao poder. Uma vez empossado como novo presidente, fiel a suas promessas de campanha, expropriou *holdings* americanas e acelerou o ritmo da desapropriação de terras da elite e sua redistribuição aos camponeses. A maior parte das propriedades de *Doonie* foi tomada, e ele e sua família foram para os Estados Unidos, onde Donald Kendall, CEO da Pepsico, contratou *Doonie* como vice-presidente, e Peggy e eu o ajudamos a se estabelecer”.<sup>622</sup>

A maneira como o fundador do Conselho das Américas descreve o que se seguiu, em 11 de setembro de 1973, não poderia ser mais sintomática. Primeiro, atribui uma suposta “violência política”, bem como a degradação da economia do país, ao governo de Allende; não tem lugar na narrativa, obviamente, o *lockout* organizado pela grande burguesia chilena em associação às empresas estrangeiras, muito menos a ação, esta sim, violenta, em muitos sentidos, da direita golpista e dos grandes proprietários, que se intensifica entre 1970 e 1973.

O golpe militar é descrito como um ato de “rebelião” ante a este governo nefasto:

O programa radical de Allende alienou rapidamente a classe média chilena. Em setembro de 1973, as condições econômicas tinham piorado e a violência política, crescido. Os militares chilenos, liderados pelo general Augusto Pinochet Ugarte, **se rebelaram**. Unidades do exército tomaram o palácio presidencial de Moneda, e Allende cometeu suicídio.<sup>623</sup>

Em seguida, David Rockefeller dedica três linhas para criticar o regime de Pinochet, e todo um parágrafo para elogiar seu “ousado experimento econômico”:

O que se seguiu só pode ser descrito como um reino de terror, quando a velha guarda se estabeleceu e os leais a Allende, líderes sindicais e outros foram torturados, mortos ou mandados para o exílio. Apesar de meu horror pelos excessos cometidos durante os anos de Pinochet, o aspecto econômico da história é mais **construtivo**. Diante de uma alta inflação e imensos déficits orçamentários, e o afastamento dos mercados internacionais de capital, Pinochet procurou o conselho de um grupo de jovens economistas, muitos deles educados na Universidade de Chicago. Eles aconselharam o general a liberar a economia do Chile das restrições e distorções que tinham funcionado por tantos anos. Seu **ousado experimento econômico** tornou-se a base da forte recuperação do Chile depois de 1985 e o modelo para outras nações do hemisfério.<sup>624</sup>

A documentação que encontramos não somente confirma como amplia o que relata Rockefeller, no que diz respeito, agora, à atuação da entidade da qual ele era o principal mentor, o Conselho das Américas – representado seja pelo próprio David, seja por diversos outros membros que aparecem nessa história.

---

<sup>622</sup> *Ibid.*, p. 462-463.

<sup>623</sup> *Ibid.*, p. 462-3.

<sup>624</sup> *Ibid.*, p. 463.

### 3.12.4. O apoio do Conselho das Américas ao regime neoliberal de Pinochet

A próxima vez em que encontraremos o Conselho das Américas em documentos estadunidenses, através do *Wikileaks*, é um telegrama do Departamento de Estado ao Embaixador dos EUA para as Nações Unidas (NY), relatando, em 25 de setembro de 1973 (14 dias depois do golpe de Estado) uma reunião de agentes americanos com Orlando Saenz em Nairobi.<sup>625</sup>

Aqui cabe uma importante explicação sobre quem era esse personagem. Orlando Saenz era o presidente da **SOFOFA** – *Sociedade de Fomento Fabril*, a principal organização empresarial chilena, que em 1972 co-organizou uma paralisação nacional (*lockout*) contra Allende, como ele mesmo recorda em entrevistas que deu em 2018:

Fui o mais jovem de todos os presidentes que teve a SOFOFA, eu gostaria de ter tido esse cargo como penso hoje. A história do Chile teria sido distinta. Não me arrependo, mas o faria melhor. Allende caiu em termos de factibilidade política, com a paralisação que convocamos em novembro de 72 e logo agonizou nove meses mais até a tragédia que foi o golpe e que se poderia ter evitado. [...] Foi a Washington em outubro de 1973 com a instrução de dizer aos gringos, a Kissinger diretamente, que haveria um governo militar pelo tempo necessário para plebiscitar uma nova Constituição e que no máximo em três anos voltaria a uma estrutura republicana. Logo Pinochet, através da verticalidade do mando, impôs 17 anos de poder pessoal. Esse foi o segundo golpe de Estado que desviou completamente as intenções iniciais.<sup>626</sup>

Ele foi designado pela Junta Militar como representante chileno no encontro de Nairobi do FMI e do BIRD. Ficaria no governo até maio de 1974.

O telegrama relata o encontro de Saenz com dois agentes do Departamento de Estado, de nomes Hennessy e Weintraub, para pensar em “planos político-econômicos”. Foi reportado que Saenz tinha como prioridade garantir 200 milhões de dólares para fechar o ano.<sup>627</sup>

Em 10 e 11 de outubro, “a equipe chilena” se consultaria com instituições financeiras internacionais em Nova York. O grupo queria “encontrar com industriais interessados em

---

<sup>625</sup> SHULTZ, George. **Meeting with Orlando Saenz at Nairobi**. *Executive Secretariat of the US Department of State para US Ambassador to the United Nations*, 25 de setembro de 1973, *Secret. Canonical* ID: 1973STATE191214\_b. Disponível em: [wikileaks.org/plusd/cables/1973STATE191214\\_b.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/1973STATE191214_b.html).

<sup>626</sup> GARCÍA-HUIDOBRO, Sofia. “Orlando Sáenz, engenheiro ex-presidente da Sofofa e escritor”. *Capital*, Seção “Lecciones de Vida”. 03 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.capital.cl/orlando-saenz-ingeniero-ex-presidente-de-la-sofofa-y-escritor/>. Sáenz segue sendo uma figura pública no Chile, tendo publicado vários livros, participando de programas de televisão e documentários diversos. Destaco sua participação no programa “Cultura Verdadera”, da emissora *La Red*, em 11 de setembro de 2017, como “testemunha privilegiada”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ElitH1-vjaY>.

<sup>627</sup> SHULTZ, **Meeting with Orlando Saenz...**

encorajar o investimento privado externo para reconstruir fábricas com danos e rapidamente retomar a produção industrial”.<sup>628</sup> Não está claro no telegrama, porém é de se supor que pode ter havido algum encontro, não relatado na fonte, no Conselho das Américas, desde que esse era o fórum que reunia diversas das companhias interessadas na questão.

Saenz afirmou que o Chile proporia modificações no Código de Investimento Andino, e que o governo chileno gostaria de se encontrar com companhias de cobre dos EUA (“isso muito confidencialmente”)<sup>629</sup> para debater maneiras de aumentar a produção e as exportações de cobre. Afirmou que o Chile não somente necessitava de “assistência técnica e financeira” para “reviver a produção de cobre” mas “também para abrir novas minas”. Hennessy concordou que isso deveria ser resolvido diretamente entre “a equipe chilena” e “os empresários”.

Saenz afirmou que o Chile tem simultaneamente um “problema político-psicológico” a superar tanto doméstica quanto internacionalmente.<sup>630</sup> Ele trouxe à tona a ideia de buscar um grupo internacional liderado por Saenz de Santamaria para visitar o Chile em outubro, provendo não apenas “relatório público crível” (“credible public report”) sobre as “condições financeiras e econômicas” para “preparar o caminho” para futuros empréstimos, “mas também para prover justificativa política para que a Junta Militar possa tomar as ações recomendadas por instituições e técnicos internacionalmente respeitados”.<sup>631</sup>

Saenz pediu aos agentes americanos ajuda para organizar uma “missão internacional humanitária” para o problema da fome e da necessidade de remédios e equipamentos básicos. Hennessy e Weintraub concordaram em, “se necessário”, “seguir a ideia do COA de realizar um encontro em Nova York com industriais em 8-10 de outubro”.

Os EUA concordaram em continuar mantendo contatos privados próximos (“continue to maintain close private contacts”) e ajudar o quanto possível (“to be as helpful as possible”), porém, para “ambas partes” (“both positions”), era melhor “proceder cautelosamente em fóruns públicos para evitar polêmicas” (“it would be better to proceed cautiously in public forums avoiding polemics”).<sup>632</sup>

---

<sup>628</sup> No original: “this very confidentially”. *Ibid.*

<sup>629</sup> No original: “to meet with interested industrialists to encourage private foreign investment to reconstruct damaged factories and quickly revive industrial production”. *Ibid.*

<sup>630</sup> No original: “Chile simultaneously has a political-psychological problem to overcome on both domestic and international fronts”. *Ibid.*

<sup>631</sup> No original: “but also to provide political justification for the Military Junta to take actions recommended by internationally respected technicians and institutions”. *Ibid.*

<sup>632</sup> *Ibid.*

Agora, fica evidente o que sugerimos acima: que o COA, ao menos desde o período que começa com a eleição de Allende em 1970, era frequentemente consultado para os mais diversos tipos de decisão. Não descobrimos se essa reunião se passou, porém aquilo que parece ser uma menção lateral a esse Conselho, mostra que este constituía uma ferramenta essencial de uma política que beneficiava as empresas estadunidenses no Chile, assim como cumpria seu objetivo alinhado com os desígnios da guerra fria na América Latina.

Dois anos depois, em 10 de abril de 1975, um *cabre* da Embaixada norte-americana no Chile ao Departamento de Estado e ao Secretário de Estado se intitulou “*Visit of study group from Council of the Americas*”.<sup>633</sup> Aqui encontramos um episódio onde se detalham as relações entre o Conselho e os golpistas chilenos. Trata-se do relato de uma visita do Conselho das Américas ao Chile alguns dias antes.

Nesse telegrama, uma delegação de oito homens do COA fez uma viagem de estudos ao Chile entre 3 e 4 de abril para examinar perspectivas para investimento no Ministério da Indústria e Agricultura. O grupo foi chefiado pelo vice-presidente do Conselho, Esteban Ferrer, e incluiu diretores da *Dow Chemical*, da *Caterpillar*, da *ITT Continental Banking*, e da *New Orleans International Trade Mart*.<sup>634</sup>

Seu programa incluiu um encontro na Embaixada estadunidense, uma visita à Sociedade Nacional de Agricultura, um encontro com o Ministro da Agricultura, uma chamada [telefônica] para o General Cesar Mendoza<sup>635</sup>, da Junta Militar, um encontro com representantes econômicos do governo chileno como Saenz, Fernando Leniz e Cauas; diretores da CORFO<sup>636</sup>; Ministro das Relações Exteriores e Comitê para Investimento Externo; almoço com a SOFOFA; encontro com a *US Chamber of Commerce* de Santiago; jantar com membros da Confederação Nacional de Produção e Comércio<sup>637</sup>.

<sup>633</sup> POPPER, David. **Visit of study group from Council of the Americas**. US Embassy in Santiago para Department of State, 10 de abril de 1975, Unclassified. Canonical ID: 1975SANTIA02159\_b. Disponível em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/1975SANTIA02159\\_b.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/1975SANTIA02159_b.html)>.

<sup>634</sup> POPPER, **Visit of study group**...

<sup>635</sup> General Cesar Menoza (1918-1996) foi diretor dos Carabineros durante o golpe de 1973, e como tal compôs a Junta Militar de Pinochet, de quem foi aliado incondicional. Em 1985, Mendoza foi obrigado a renunciar devido escândalos envolvendo crimes cometidos pela unidade secreta dos Carabineiros. Foi substituído posteriormente pelo General Rodolfo Stange. MUÑOZ, Herald. À *sombra do ditador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

<sup>636</sup> CORFO - Corporación de Fomento de la Producción de Chile, foi fundada em 1939, pelo ex-presidente Pedro Aguirre Cerda para promover a industrialização e o crescimento econômico do Chile por meio da intervenção do Estado. Fonte: Biblioteca Nacional do Chile. Disponível em: <<http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-3508.html>>. Acesso em: 02.02.2020.

<sup>637</sup> *Confederación de Producción y e Comercio* ( CPC ) é uma organização que reúne o sindicato empresarial chileno, fundado em 1935. Em uma reunião com representantes da agricultura, mineração, indústrias, comércio atacadista e varejo e empresas de transporte marítimo e terrestre, foi dada origem formal à Confederação de Produção e Comércio, cujos objetivos, segundo seu site oficial eram "agrupar as forças produtivas para obter uma participação no nível do Governo em todos os assuntos relacionados à

Chamamos atenção em particular para um dos nomes que aparecem neste documento e que voltará a aparecer no próximo capítulo. **Fernando Leníz** (1927-2013) foi um engenheiro, empresário e dirigente gremial chileno, e era estreito colaborador do general Augusto Pinochet, que o nomeou como ministro da “Economía, Fomento y Reconstrucción”, cargo que ocupou entre 11 de outubro de 1973 até 14 de abril de 1975. Foi alto executivo do *El Mercurio* e líder dos empresários madeireiros. Ele trabalhou na conhecida CMPC (*Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones*), da família Matte (que em algum momento adentra formalmente no Conselho das Américas). Entre 1963 e 1966 foi presidente da Corma (*Corporación Chilena de la Madera*), entidade que voltaria a presidir nos anos 1990 e 2000. Por sua amizade com Agustín Edwards, foi gerente-geral do *Mercurio* entre 1966 e 1970, a qual deixou para assumir a própria presidência do conselho das *Empresas El Mercurio* (Edwards havia fugido do Chile por conta da eleição de Allende e foi a ele a quem confiou seus negócios). Leníz, além de um destacado representante empresarial, foi portanto diretamente dirigente do período da campanha mais ferrenha do *El Mercurio* e empresas associadas para desestabilizar e derrocar o regime democrático no Chile. Ele foi um dos primeiros membros civis do governo e deixou o ministério quando da crise econômica de 1975, sendo substituído pelo economista Sergio de Castro.<sup>638</sup> Esta fonte nos sugere que as conexões empresariais e políticas entre Chile e Estados Unidos era de longa data e que o Conselho das Américas seguiu em contato com os mais elevados dirigentes daquele regime instalado, também com apoio ativo do *Council*, em 1973.

A razão da viagem teria sido “investigar e reportar sobre o clima de investimentos” no Chile para os membros do COA. Todavia, nenhum projeto individual significativo teria sido debatido (“no significant individual investment projects were discussed”). A *New Orleans Trade Mart* ofereceu acomodar um *stand* chileno na Exposição Internacional em Nova Orleans naquele ano, naquilo que podemos sem receio classificar como um gesto simbólico de aprovação ao novo regime vigente no país latino-americano.<sup>639</sup>

---

atividade econômica. Sua aspiração era a criação de um Conselho Nacional de Economía, no qual estavam representados os sindicatos e o poder público. O líder agrícola Jaime Larraín García-Moreno foi eleito presidente”. Fonte: Site oficial da CPC. Disponível em: <<http://www.cpc.cl/historia/>>. Acesso em: 02.02.2020.

<sup>638</sup> Posteriormente, fazia críticas à ditadura e seria um impulsionador do chamado “Acuerdo Nacional” que tinha como objetivo avançar a uma “normalização institucional” do país, de maneira semelhante àquela que empresários brasileiros se organizaram ao longo dos anos 1970. EM 1992, integrou a equipe do então pré-candidato presidencial Sebastián Piñera, da qual saiu, no entanto, para somar-se ao comando do candidato de unidade da direita, Arturo Alessandri Besa, em 1993. “Fallece Fernando Leníz, líder empresarial, político y gremial”. *Economía y Negocios*. 26 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.economiaynegocios.cl/noticias/noticias.asp?id=112696>. Acesso em: 23 de janeiro de 2020.

<sup>639</sup> POPPER, **Visit of study group...**

Os membros do grupo do Conselho das Américas teriam ficado “impressionados” com a recepção recebida na estrangeira terra: eles teriam conseguido “debater questões sobre investimentos”, “profundamente”, com “oficiais de alto escalão do governo e de empresas”.<sup>640</sup> Um encontro chave teria sido com os economistas que estavam em Santiago: “informal e leve”, “durando cerca de 2 horas e meia”, “só interrompido porque o COA havia o almoço marcado”. Em resumo, a atitude prevalecente no governo chileno, percebida nesse encontro, teria sido de “extrema vontade de acomodar os investimentos estadunidenses com o máximo de flexibilidade”.<sup>641</sup>

Foi assim, disfarçado de “grupo de estudo”, que uma verdadeira delegação diplomática/empresarial estadunidense se dirigiu ao país que vivia então sob o regime mais sanguinário de toda uma época histórica, para tratar dos mais diversos negócios com os mais diversos agentes políticos, de empresários chilenos a Chicago Boys, além, é claro, do próprio governo militar. O novo ambiente, para eles, se mostrou como um lugar de leveza e alegria; de perspectivas para um futuro colorido.

Já um telegrama datado de 16 de novembro de 1978, da Embaixada em Santiago para o Secretário de Estado, intitulado “Awareness grows of possible labor boycott of Chile”, mostra como ao longo dos anos da ditadura de Pinochet, o Conselho das Américas, mesmo após audiências no Senado, das denúncias de todas as organizações internacionais de direitos humanos, de ser sabida a participação do governo Nixon, das mais sujas ações da CIA no golpe, seguiu dando sustentação a esse regime.<sup>642</sup>

O *cab* revela que John Finley, presidente da *Exxon Corporation's Chilean Investment – La disputada Copper Mine* – chamou o Embaixador americano no dia 13 de novembro para informar que ele requereu a seu escritório-sede (*Exxon Minerals*, Houston), “para falar vigorosamente contra a possibilidade de um boicote trabalhista ao Chile”. Finley não teria dado indicação do quê a Exxon pode dizer ou fazer ou mesmo se nada fosse feito, mas teria sugerido, entretanto, que uma chamada ou visita ao Departamento de Estado seria o “próximo passo lógico” (*next logic step*).

O Embaixador respondeu dizendo que, ao mesmo tempo em que o Departamento via com bons olhos as visões da Exxon, a questão era basicamente “envolver sindicatos

---

<sup>640</sup> No original: “Group members were impressed with their reception: they were able to meet and discuss investment questions in depth with top officials from government, public and private enterprise”. *Ibid.*

<sup>641</sup> No original: “prevailing attitude attributed to government officials from this session was eagerness to accommodate U.S. investment with maximum flexibility”. *Ibid.*

<sup>642</sup> LANDAU, George. **Awareness grows of possible labor boycott of Chile**. *US Embassy in Santiago para Secretary of State*, 16 de novembro de 1978, *Limited official use only*. Canonical ID: 1978SANTIA08783\_d. Disponível em: [wikileaks.org/plusd/cables/1978SANTIA08783\\_d.html](http://wikileaks.org/plusd/cables/1978SANTIA08783_d.html).

privados”; e que, portanto, a Exxon deveria se dirigir diretamente à AFL-CIO. A Embaixada relatou ter tomado posição similar em conversas sobre o tema com líderes trabalhistas chilenos.

O telegrama explicava a importância do tema não apenas para essa companhia privada, mas também como segurança nacional: assegurar o fluxo comercial deste produto estratégico. Como uma “substancial importadora de bens de capital durante a atual fase de desenvolvimento da mina”, bem como “exportadora final de cobre refinado”, a *Exxon* claramente teria um papel fundamental em “garantir um fluxo comercial estável”.

Finley confessou ao Embaixador que se preocupava “pessoalmente” já há algum tempo sobre um possível boicote. Foi uma visita do representante chileno no CICYP, no entanto, que incentivou a falar abertamente sobre isso no governo. Aqui, no meio desse telegrama, encontramos uma apreciação que todavia não havia aparecido na documentação. A frase que se lê no *memorandum* é: “o CICYP é um precursor do Conselho das Américas e ainda é uma criação do mesmo” (“*CICYP is a forerunner of the Council of the Americas and is yet a crature of the Council*”).<sup>643</sup>

Que o CICYP tivesse laços com o CLA, era evidente; porém que tinha sido seu “precursor”, como diz esse documento, nos leva a repensar o peso dos empresários latino-americanos na criação do mesmo Conselho, já que o CICYP, proporcionalmente, reunia mais grupos de origem latino-americana que o CLA. E que ainda fosse considerado uma “criatura” do Conselho, também é informação interessante, pois, ao que consta, o CICYP deixou de existir em algum momento dos anos 1970, mantendo hoje em dia apenas duas entidades descendentes do antigo CICYP e que preservam este nome, uma no Panamá, e outra na Argentina.

“Os empresários chilenos também estão começando a se preocupar”, continuava o telegrama. O CICYP deve visitar Finley, mas esse deveria só constar como um dentre vários itens em uma lista de chamadas a serem pagas pelos empresários americanos no Chile.

A questão prosseguiu como um problema para empresários e para o governo, como podemos verificar em um telegrama datado de 11 de dezembro de 1978, de Santiago para México (Embaixada norte-americana para Embaixada norte-americana), intitulado “*Status of Efforts to avoid ORIT Boycott*”, e apresentando logo em seu princípio a classificação: “todo o texto confidencial”.<sup>644</sup>

---

<sup>643</sup> *Ibid.*

<sup>644</sup> *Ibid.* LANDAU, George. **Status of efforts to avoid ORIT boycott.** *US Embassy in Santiago para US Embassy in Mexico City*, 11 de dezembro de 1978, *Confidential*. Canonical ID: 1978SANTIA09353\_d.

A primeira informação confidencial era de que o presidente do *Board of Directors* da AIFLD<sup>645</sup> esteve no Chile dia 9 de dezembro e se encontrou com Pinochet, dialogando sobre as perspectivas de uma “saída negociada” frente à ameaça de boicote ao Chile. Os auto-intitulados “líderes trabalhistas democráticos” (“democratic labor leaders”) estabeleceram quatro pontos para negociação e se encontraram informalmente com o Ministro do Trabalho. “Soubemos que o próprio Pinochet está aberto a discussões”, assinalava o Embaixador estadunidense no Chile. No entanto, outras fontes informavam os diplomatas estadunidenses que o governo chileno não negociaria até que qualquer ameaça de boicote estivesse “fora de cogitação”; e, novamente, “dependendo de com quem se fala”, afirmava a Embaixada, existia “forte oposição na equipe econômica”. Neste ponto, o cenário estaria “confuso”, mas “mais negativo que esperançoso.”<sup>646</sup>

Ao parecer, o desejo do Departamento de Estado, àquela altura, era o de ser um intermediador daquele conflito, a conseguir lograr uma saída negociada, evitando mais um escândalo internacional. Nota-se que: se, de um lado é uma pressão relativamente “liberalizante”, do ponto de vista da relação da ditadura com os trabalhadores; por outro, é uma intervenção estrangeira em um assunto de natureza interna que só podemos entender a partir da larga responsabilidade que tiveram os Estados Unidos em co-organizar o golpe e em, por muito tempo, sustentar um regime daquela natureza. E o caráter desta mesma preocupação tem a ver também com proteger interesses empresariais estadunidenses no exterior.

Peter Grace, membro do Conselho das Américas, chegou a Santiago em seu jato particular em 09 de dezembro de 1978. Almoçou com Pinochet, com o ministro do Interior Fernandez<sup>647</sup> e com o Ministro do Trabalho Costa. Não encontrou com ninguém da

Disponível em: [wikileaks.org/plusd/cables/1978SANTIA09353\\_d.html](http://wikileaks.org/plusd/cables/1978SANTIA09353_d.html).

<sup>645</sup> American Institute for Free Labor Development (AIFLD) foi criada em 1961 pela AFL-CIO para dirigir o sindicalismo de colaboração na América Latina. Nos anos 1980, passaria a receber fundos do NED (National Endowment for Democracy).

<sup>646</sup> LANDAU, *Status of efforts*...

<sup>647</sup> Sergio Ramiro Fernández Fernández (1939-). Em 1971, ele ocupou o cargo de professor de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade do Chile. Em 1972, foi advogado da Caja Bancaria de Pensiones; Gerente Adjunto em 1973 e Gerente em 1974. Em 1975, ingressou na Comissão de Reforma do Código Civil. Foi nomeado Ministro do Trabalho e Bem-Estar Social (1976-1978). Em 1978, foi nomeado Controlador Geral da República. E ele foi nomeado Ministro do Interior, sendo este último o cargo mais amplamente ocupado, de 1978 a 1982; E, como tal, assinou a Constituição Política da República do Chile de 1980. Retoma a posição de Ministro do Interior, em 1987-1988, foi responsável por assumir todas as atividades anteriores ao plebiscito de 1988. Paralelamente, também atuou como presidente do Comitê de Estudos em Direito Orgânico Constitucional, de 1983 a 1988, quando assumiu a carteira do Interior pela segunda vez. Ele era membro da Quarta Comissão Legislativa "Política Interna, Relações Exteriores, Defesa Nacional e Transportes e Telecomunicações". Em 1989, na condição de ex-ministro de Estado, foi nomeado senador pelo ex-presidente Augusto Pinochet Ugarte, período 1990-1998; Foi senador substituto na Comissão Permanente de Constituição, Legislação, Justiça e Regulamento, durante os primeiros anos de seu trabalho, e depois ingressou nessa Comissão. Em 1997, foi eleito senador. de 1998 a 2006. Fonte: Biblioteca del Congreso Nacional de Chile/BCN. Disponível

Embaixada nem com Bruce Jay<sup>648</sup>, de maneira que a Embaixada não teria recebido detalhes dessa conversa. Aqui temos uma prova da relação direta entre o Conselho das Américas e o general Augusto Pinochet.

O pastor William Thayer, ex-ministro do governo Eduardo Frei, e à época um dos conselheiros do governo chileno para direitos humanos, se encontrou com Bruce Jay naquela semana, expressando desejo de “intervir na situação para alcançar um acordo”. Os líderes democráticos, trabalhando com Jay, chegaram a pontos bastante genéricos: “restrições mais específicas afetando determinados setores”; “readmissão de líderes despedidos e sindicatos destruídos”; “uma maior voz para o trabalho organizado em questões nacionais”. Thayer tentou marcar uma reunião entre o ministro Vasco Costa e os líderes trabalhistas, mas este deixou claro que nada seria feito até o fim do ano.<sup>649</sup>

---

em: <[https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas\\_parlamentarias/wiki/Sergio\\_Fern%C3%A1ndez\\_Fern%C3%A1ndez](https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_parlamentarias/wiki/Sergio_Fern%C3%A1ndez_Fern%C3%A1ndez)>. Acesso em: 02.02.2020.

<sup>648</sup> Não encontramos nenhuma informação sobre este sujeito, nem outra aparição deste nome nas fontes.

<sup>649</sup> Vasco Costa foi Ministro do Trabalho, precessor de José Piñera. Na sua gestão apadrinou uma série de legislação que ameaçavam os direitos dos trabalhadores, já reduzidos após o golpe. Fonte: MUNOZ, Heraldo. *A sombra do ditador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. William Turpin Thayer Arteaga (1918-2018) foi um advogado, acadêmico e político chileno. Foi ministro do presidente Eduardo Frei Montalva, e senador foi senador designado entre 1990 e 1998. Foi ministro de Justiça por alguns meses em 1968, no próprio governo Frei Montalva. E foi ministro de Trabalho e Previsión Social entre 1964 e 1968. Antes disso, tinha sido reitor da Universidad Austral de Chile. Foi expulso da Democracia Cristã em 1975 por haver colaborado com o regime Pinochet, tendo sido assessor do ministro de Relações Exteriores e intergrado uma Comissão Legislativa entre 1976 e 1978. Durante 1981 se incorporou ao Conselho de Estado, com o qual colaborou até 1990. Em 1987 seria um dos fundadores do Partido Renovación Nacional. Sócio-fundador da ONG OikosChile para a “biodiversidade e sustentabilidade”. “William Thayer Arteaga”. *El Mercurio*, 29 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.economiaynegocios.cl/noticias/noticias.asp?id=473181>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

A Embaixada reportava que o ministro recebeu Tucapel Jimenez<sup>650</sup>, Ernesto Vogel<sup>651</sup> e Hernol Flores<sup>652</sup> por três horas em sua própria casa em 9 de dezembro. Costa teria sido “cordial mas duro”, teria dito que “não haveria negociação” até que se desvanecesse a ameaça de boicote, e disse que os quatro pontos eram “inaceitáveis” (“*unacceptable*”). Naquele mesmo dia, o ministro Costa almoçou com Pinochet e com Peter Grace, e o ministro Fernandez e Peter Grace estavam sabendo dessa posição.<sup>653</sup>

O professor Arnold Carl Harberger, da Universidade de Chicago, esteve na cidade naquelas semanas, e o Embaixador estadunidense teria pedido a ele para “sondar membros da equipe econômica” (muitos deles seus ex-estudantes) sobre a flexibilidade do governo. Castro e outros teriam afirmado que “não havia muito o que fazer”, em essência argumentando que era uma “questão política e não econômica”, e que o governo não poderia ceder à pressão da ORIT. Harberger estava cogitando “envolver George Schultz em algum momento”.<sup>654</sup>

---

<sup>650</sup> Tucapel Jiménez Fuentes (1962). Engenheiro de execução elétrica e político do Partido para a Democracia . Deputado pelo 13° Distrito, Região Metropolitana de Santiago, para o período 2018-2022. Deputado pelo Distrito nº 27, Região Metropolitana de Santiago, para os períodos 2006-2010, 2010-2014 e 2014-2018. No campo profissional, em 1988, ele exerceu sua prática profissional na empresa sueca Siemens AG, no departamento de controle de qualidade. Posteriormente, ele ingressou na empresa de certificação Semko AB. Depois de viver treze anos na Suécia, ele retornou ao Chile em 1995. Entre 1995 e 1997, trabalhou na Companhia Colbún no projeto da linha de transmissão Colica-Alto Jahuel SICAJ-1. Em homenagem à memória de seu pai, ele criou a Fundação Tucapel Jiménez Alfaro, com o objetivo de treinar e treinar líderes sindicais. Em 2001, ele formou sua própria empresa, Asesoría Profesional Ltda. Seu pai sindicalista, presidente da Associação Nacional de Empleados Fiscais (ANEF) entre 1967-1970; fundador, em 1981, do Sindicato Democrático dos Trabalhadores; e morto por agentes da Direção de Inteligência do Exército (DINE) em 1982, durante a ditadura do general Augusto Pinochet Ugarte. Fonte: Biblioteca del Congreso Nacional de Chile/BCN. Disponível em: <[https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas\\_parlamentarias/wiki/Tucapel\\_Francisco\\_Jim\\_%C3%A9nez\\_Fuentes](https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_parlamentarias/wiki/Tucapel_Francisco_Jim_%C3%A9nez_Fuentes)>. Acesso em: 02.02.2020.

<sup>651</sup> Ernesto Vogel, natural da cidade de Gorbea, na região da Araucanía. Com 22 anos, começou a trabalhar no San Bernardo Railway Maestranza e, posteriormente, iniciou o serviço militar na Falange Nacional. Uniu-se à Federação Ferroviária dos Sindicatos. Foi vice-presidente da Central Única de Trabalhadores, CUT, durante a Unidade Popular. Após o golpe, ele foi um dos sete líderes que compareceram perante a OIT em 1974. Ele então formou o Grupo dos Dez, juntamente com outros líderes da Democracia Cristã e do Partido Radical. Este grupo cedeu após o Sindicato Democrático dos Trabalhadores, que apoiou a criação de centros sindicais ideológicos. Após o fim da ditadura, foi nomeado adido trabalhista da Embaixada do Chile na Espanha. Fonte: Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, Arquivo de Fondo e Colecciones. Disponível em: <http://www.archivomuseodelamemoria.cl/index.php/299461:isad>>. Acesso em: 02.02.2020.

<sup>652</sup> Sindicalista, membro do Partido Radical, representante da AMEF (Agrupación Nacional de Empleados Fiscales).

<sup>653</sup> LANDAU, **Status of efforts...**

<sup>654</sup> George Shultz atuou como secretário de Estado de Ronald Reagan (1981-1989) e ocupou três cargos no gabinete durante o governo Richard Nixon (1969-1974). Fonte: Center for International Security and Cooperation (CISAC). Disponível em: <<https://cisac.fsi.stanford.edu/content/george-p-shultz-biography-project>>. Acessível em 02.02.2020. Harberger (nascido em 1924), é um economista que orientou Sebastián Edwards.

Henry Geyelin, do Conselho das Américas, também esteve na cidade na semana anterior e falou com De Castro, com o ministro das finanças Baraona<sup>655</sup> e Pinochet. Sua impressão, relatada ao Embaixador, foi que o governo iria negociar assim que a ameaça estivesse retirada. Já Esteban Ferrer, também do Conselho, não estava tão otimista. O ex-ministro da economia (sob Pinochet), Fernando Leniz, agindo em nome do presidente da *Delta Lines*,<sup>656</sup> estaria promovendo a ideia de uma “saída negociada”, e relatou que Castro era menos receptivo que o general Luis Ramirez<sup>657</sup>. Bernardino Castillo, líder dos trabalhadores de cobre, se encontrou com o “grupo dos 10” líderes no dia 11 de dezembro e disse que Pinochet concordaria com um encontro incluindo “todos os elementos trabalhistas democráticos” desde que fosse feito com “dignidade”.<sup>658</sup>

Em conclusão, encontramos então que o Conselho das Américas e seus membros sustentaram uma forte intervenção política com relação ao Chile: desde a elaboração da política externa dos Estados Unidos (o que incluía diversos tipos de ação, inclusive clandestinas), já em setembro de 1970; passando pela relação com alguns dos principais quadros do regime de Pinochet, como Orlando Sáenz, os Chicago Boys, etc; pela construção, nos Estados Unidos, de uma imagem amenizadora do regime chileno; chegando ao ponto de se imiscuir diretamente em um episódio de conflito trabalhista no país estrangeiro.

É curiosíssimo como, no caso chileno, muito provavelmente como ocorre no Brasil, personagens chave do golpe de 1973 não apenas seguem impunes como seguem sendo figuras públicas, influenciando a política, dirigindo suas empresas, chegando ao ponto, em alguns

---

<sup>655</sup> O economista Pablo Antonio Baraona Urzua (1935 - 2017) foi um dos líderes dos Chicago Boys e ideólogo do modelo econômico da ditadura. Foi um dos editores do livro "El Ladrillo", que guiou o plano econômico. Durante a ditadura, Baraona ocupou os cargos de Presidente do Banco Central em 1975, de Ministro da Economia entre 76 e 78, de Mineração entre 88 e 89 e de Economia novamente em 89, ano no qual seria o líder da campanha do candidato - e também Chicago Boy - Hernán Büchi. Nos anos 80, ele também estava à frente da Copec e do Equestrian Club. Em 1988, ele começou a executar o projeto para fundar a Universidade Finis Terrae, onde foi reitor por 16 anos. Fonte: Pablo Baraona morre: Chicago Boy, ex-ministro de Pinochet e fundador da U. Finis Terrae, 29.09.2017. El Desconcierto. Disponível em: <<https://www.eldesconcierto.cl/2017/09/29/muere-pablo-baraona-chicago-boy-ex-ministro-de-pinochet-y-fundador-de-la-u-finis-terrae/>>. Acesso em: 03.02.2020.

<sup>656</sup> A Delta Airlines era uma empresa de transporte aéreo comercial sediada em Atlanta, Georgia.

<sup>657</sup> Luis Ramirez Pineda foi o Comandante do Regimento Tacna durante o golpe militar em que muitos presos políticos foram mortos, em setembro de 73. Foi adido militar na Argentina quando o crime do general Carlos Prats e sua esposa Sofia Prats. Ele está envolvido na tortura e no subsequente desaparecimento de vários detidos que foram o Palácio de la Moneda para o regimento de Tacna. Dia 13 de setembro de 2002, ele foi preso na Argentina por um mandado de prisão internacional emitido pela justiça francesa, por violações de direitos humanos, envolvimento no desaparecimento de 12 pessoas no governo Pinochet e outras acusações. Entre eles a de um cidadão francês que viveu no Chile durante a ditadura e Dr. Jorge Klein, médico pessoal do ex-presidente Salvador Allende. Fonte: *Memoria Viva*. Disponível em: <[https://www.memoriaviva.com/criminales/criminales\\_r/ramirez\\_pineda\\_luis.htm](https://www.memoriaviva.com/criminales/criminales_r/ramirez_pineda_luis.htm)>. Acesso em: 03.02.2020.

<sup>658</sup> LANDAU, *Status of efforts...* § 5-6.

casos, de serem alguma espécie de semi-celebridades (exemplo do ex-ministro Delfim Netto ou de João Paulo dos Reis Velloso, no caso brasileiro). No máximo, o que vemos é alguma forma de amenizar o regime, como no caso de David Rockefeller e Kissinger, ou de justificar a participação na sustentação daquele regime, como é o caso de Orlando Sáenz. Nos três casos, esses personagens não têm pudores em admitir tudo que realizaram; em alguns momentos, carregam um certo ar de orgulho.

A total tranquilidade nas relações amistosas com a ditadura chilena mudaria com as revelações sobre a participação dos Estados Unidos no golpe de 1973. Reproduzimos abaixo a repercussão dessa revelação no Brasil, em uma reportagem do *Estadão*, intitulada “É revelada a manobra da Anaconda contra Allende”:

O Conselho das Américas ofereceu entregar, através do Departamento de Estado, meio milhão de dólares ao candidato da direita nas eleições chilenas de 1970, que terminaram levando Salvador Allende à presidência. A informação foi divulgada ontem pelo New York Times, que acrescenta que o Departamento de Estado rejeitou a manobra, e tem como fonte documentos fornecidos pelo ex-Embaixador americano no Chile, Edward Korr.

Esses documentos, diz o Times, comprovam pela primeira vez que o Conselho das Américas, formado por grandes empresas que controlam 85 por cento dos investimentos privados americanos na América Latina, faz intervenções políticas clandestinas no continente.

A oferta de 500 mil dólares foi feita durante uma reunião com funcionários do Departamento de Estado a 10 de abril de 1970. Na ocasião, Jay Parkinson, atual presidente do Conselho e ex-diretor da Anaconda – cujas minas de cobre no Chile foram posteriormente nacionalizadas por Allende – pediu a intervenção de Washington para impedir a vitória do candidato socialista.

O dinheiro seria destinado ao ex-presidente Jorge Alessandri, candidato da frente direita derrotada pela Unidade Popular (atualmente ele integra o conselho de assessoria formado pelo general Augusto Pinochet).

Os documentos entregues pelo ex-Embaixador Korry ao Departamento de Justiça no começo do ano falam também do apoio financeiro dado pela ITT a Alessandri a quem entregou um milhão de dólares pouco antes das eleições. Quando a acusação foi investigada no Senado em 1973, o presidente da ITT Harold Geneen, afirmou que o dinheiro era para “objetivos construtivos”.<sup>659</sup>

Embora a Anaconda tenha negado, este seria um golpe profundo para a atuação pública do Conselho das Américas, pois, ainda que este não fosse o centro das atenções em um cenário que conta com fortes personagens como Kissinger, Nixon e Pinochet, a participação do Conselho no golpe e no suporte a esta ditadura seria muito mais difícil de justificar. Àquela altura, já varria o mundo campanhas de solidariedade ao povo chileno e os golpistas e cúmplices seriam cada vez mais desmascarados. Foi por este motivo, inclusive,

<sup>659</sup> “É revelada a manobra da Anaconda contra Allende”. *O Estado de S. Paulo*, 26 de dezembro de 1976, p. 5.

que o slogan pelos direitos humanos na América Latina, em uma plataforma de candidatura presidencial como foi a de Carter, teve inédito sucesso. Porém, sobre este tema, voltaremos mais à frente. Fato é que o nome do *Council of the Americas* ficou extremamente exposto após as revelações sobre sua participação no golpe chileno, especialmente após os trabalhos da chamada *Comissão Church*.

### 3.13. O DEPOIMENTO DE ENNO HOBGING À COMISSÃO CHURCH (MARÇO DE 1973)

O comitê do Senado americano era dirigido pelo Senador Frank Church, Idaho, com apoio do Comitê de Relações Exteriores, neste período era presidido por J.W. Fullbright. Enno Hobbing é intimado a depor para explicar o papel do Conselho das Américas em alguns episódios chaves na campanha pela desestabilização do governo Allende no Chile.

Enno Hobbing era um agente da CIA que trabalhava dentro do Council of the Americas, e foi um personagem central do complô empresarial estadunidense-chileno contra a eleição de Allende, em 1970.<sup>660</sup> O depoimento de Hobbing no Senado aconteceu no dia 29 de março de 1973, alguns meses antes do golpe que finalmente derrubaria Allende *manu militari*. Hobbing adota a tática de negar tudo aquilo que não estava já evidenciado. Admite ter sido agente da CIA apenas até 1954, admite ser um longo colaborador do Council of the Americas, mas nega qualquer envolvimento indevido na política chilena.<sup>661</sup>

O que porém estava evidenciado e Hobbing não pôde negar foi a reunião realizada com um representante de Jorge Alessandri, na conhecida “operação Alessandri”, onde teria sido oferecido pela ITT um fundo diretamente à CIA para comprar políticos chilenos e evitar a posse de Salvador Allende. Quando perguntado sobre o papel do Conselho das Américas na

---

<sup>660</sup> ROJAS, Robinson. *The murder of Allende and the end of the Chilean Way to socialism*. Harper and Row, New York, 1975. A informação sobre sua ligação dupla com a CIA e o Council também aparece na revista NACLA. “The cast of Characters”. NACLA, 25 de setembro de 2007. Disponível em: <https://nacla.org/article/cast-characters>. Acesso em: 27.01.2020. CRISTÓBAL COLMENARES E., Ángel. “La CIA em Chile: el ‘Plan Centauro’”. Aporrea, 28 de julho de 2002. Ver também a pioneira reportagem de LOPEZ, Federico. “El Mercurio y la CIA”. Originalmente publicado em Punto Final. Disponível através do CEME (Centro de Estudios Miguel Enriquez, no portal archivo chile: [http://www.archivochile.com/Imperialismo/us\\_contra\\_chile/UScontrach0013.pdf](http://www.archivochile.com/Imperialismo/us_contra_chile/UScontrach0013.pdf). Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

<sup>661</sup> *Hearings before the Subcommittee on Multinational Corporations, of the Committee on Foreign Relations, United States Senate. Ninety-Third Congress on The International Telephone and Tepegraph Company and Chile, 1970-1971*. Depoimentos dados entre 28 de março a 02 de abril de 1978. Parte 1. US Government Printing Office. Washington: 1978. p. 380-382. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015003294462&view=1up&seq=387>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

política chilena, Hobbing passa à afirmativa, dizendo que a “responsabilidade social corporativa” era uma preocupação de “todos”.

Senador Church: O Conselho já esteve interessado, em conexão com seu trabalho no passado, em formular linhas mestras para a conduta corporativa na América Latina?

Sr. Hobbing: Sim, no sentido daquilo que está escrito dentro das falas do presidente [do Comitê], está escrito em vários de seus papéis.

Senador Church: E tem sido uma questão de interesse do Conselho, ou não?

Sr. Hobbing: Toda a questão da responsabilidade social corporativa é algo com o qual nos preocupamos nos anos sessenta.

Senador Church. Sim. Então era um tema muito presente em sua mente?

Sr. Hobbing: Sim.

Senador Church: Você se lembra da oferta de uma soma substancial de dinheiro à CIA com o propósito de financiar a candidatura de um dos principais aspirantes a presidente no Chile um ato que seria conforme as linhas de conduta própria as quais o Conselho considerou?

Sr Hobbing: Não.

Senadot Church: Isso seria, no seu julgamento, uma coisa muito imprópria para uma companhia americana fazer, não?

Sr Hobbing: Sim”.<sup>662</sup>

O senador Blum pergunta a Hobbing se ele havia recebido em 04 de setembro, entre a eleição popular de Allende e a sessão do Congresso que deveria sancioná-la, Gregorio Amunátegui, que participou do golpe de 1973 e que em 1981 integrou formalmente uma Comisión Legislativa do regime de Pinochet. Um memorandum da reunião de Hobbing e Amunátegui foi parar nas mãos de um repórter que logo expôs a vinculação entre o *El Mercurio* e a ITT, com Enno Hobbing realizando um papel de mediador e voz da CIA, portanto, representando o apoio militar e de inteligência dos Estados Unidos. Assim o *El Mercurio* publicou o memorandum, em 1972:

#### PERSONAL Y CONFIDENCIAL

Ayer, luego de la visita que me hizo el Sr. Broe, Jac Guilfoyle fue informado de lo siguiente por Enno Hobbing de CLA: Hobbing fue visitado ayer por Gregorio Amunátegui, que es un representante de Alessandri. Gregorio había venido de Santiago y su mensaje a Hobbing de parte de Alessandri era: Manténganse en calma, no hagan olitas, estamos avanzando Esto está en directa contradicción con lo que recomendó Broe. Lo llamaré más tarde para discutir la reacción de HSG a mi télex en forma más detallada. El está de acuerdo conmigo en que las sugerencias de Broe no son practicable. Sin embargo, sugiere que seamos muy discretos en nuestra forma de tratar a Broe.”<sup>663</sup>

<sup>662</sup> *Ibid.*, p. 382.

<sup>663</sup> “Los papeles confidenciales de la ITT. Una publicación necesaria.” Por conta das reportagens do jornalista Jack Anderson sobre a empresa telefônica norte-americana ITT na política chilena, que se vinculou ao *Mercurio* de Agustín Edwards. Adiantando-se à publicidade que daria à reportagem a Unidade Popular, o próprio *El Mercurio* publica uma tradução dos memoranduns obtidos por Anderson.

Naquelas mesmas audiências, o Conselho ainda é mencionado lateralmente, com o empresário da IBM negando ter frequentado o *Council of the Americas*.<sup>664</sup>

Uma carta de Harvey L. Schwartz datada de 04 de dezembro de 1970 para Irving H. von Zelowitz, com cópia para Rodman C. Rockefeller, sobre a **Argentina**, afirmava que o COA havia decidido aumentar o programa do Conselho dentro da Argentina, e que a discussão geral era em torno das preocupações e medos comuns entre eles sobre a situação na Argentina. Vemos que neste país, conforme pudemos verificar em alguns folders no Rockefeller Archive's Center, o Conselho tinha muita influência através da seção argentina da AACCLA.

### 3.14. OUTROS TENTÁCULOS LATINO-AMERICANOS DO CONSELHO

Não é nossa pretensão falar sobre toda a larga e profunda atuação do Conselho em outros cenários latino-americanos, até porque a documentação disponível não cobre todo o período em tela e nem todos os países nos quais o Conselho tinha atuação. Entretanto, destacamos aqui para finalizar este capítulo, algo dessa atuação em outros países nos anos 1970.

Em 28 de fevereiro de 1970, respondendo ao pedido do diretor do Conselho das Américas, Robert C. Helander envia carta a Enno Hobbing com uma declaração do presidente do **Peru**. Helander cumprira a missão que lhe fora designada e conversou com o Embaixador Carlos Alzamora Traverso, diretor de assuntos econômicos do Ministério das Relações Exteriores. Alzamora, segundo ele, teria se mostrado aberto, prometeu uma palestra na AMCHAM peruana e disse que seria muito bom que os representantes do CICYP e do CIEP participassem dos encontros um do outro. Helander transcreve uma parte do pronunciamento de três horas do ministro das Finanças Morales Bermudez Urruti sobre o plano econômico para o ano de 1970 que iria ao ar nos dias seguintes:

Os objetivos básicos da política econômica global que o presente plano postula para o ano de 1970 são os seguintes:

Concertar inversiones del capital extranjero buscando su participación bajo formulas mixtas cuando así convenga" [...] "Es importante que em la

---

CEP Chile. p. 1084-1085. Disponível em:

[https://www.cepchile.cl/cep/site/docs/20160304/20160304094755/anexo1\\_libro\\_MilDiasAllende.pdf](https://www.cepchile.cl/cep/site/docs/20160304/20160304094755/anexo1_libro_MilDiasAllende.pdf).

Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

<sup>664</sup> *Testimony of Miles Cortez, Manager, Corporate Support Programs, IBM World Trade Corp. Em Hearings before the Subcommittee on Multinational Corporations, of the Committee on Foreign Relations, United States Senate. Ninety-Third Congress on The International Telephone and Tepegraph Company and Chile, 1970-1971.* Depoimentos dados entre 28 de março a 02 de abril de 1978. Parte 1. US Government Printing Office. Washington: 1978, p. 378.

conurrencia del sector privado y del sector público, dentro de un estado verdaderamente planificado para el bien común, para el bien de las mayorías nacionales, se logre pues esa concurrencia de esfuerzos, única forma para que el país pueda lograr sus metas mínimas de desarrollo. Devemos también insistir en que el sector privado, de una vez por todas debe quitarse de ciertos temores totalmente infundados porque el Gobierno Revolucionario de la Fuerza Armada Peruana quiere, fundamentalmente, el bien de todos los peruanos y de los extranjeros que, con sentido honesto, vienen a trabajar también por el desarrollo de nuestras mayorías nacionales. Repito, alejándonos de los temores, dejemos los temores y sintamos que vivimos em uma época de câmbios; em consecuencia, debemos adoptar todos uns filosofia del cambio, de los câmbios estructurales. Este Gobierno no quiere hacerlos em forma totalmente inconexa, sin estúdios y sin análisis, y como y alo há dicho muy bien el Presidente de la República, a base del diálogo com el sector privado que desea precisamente esos câmbios estructurales profundos em el país. Yo creo sinceramente, com toda honestidade, que solamente deben tener temor aquellos que por alguna razón tienen la consciência sucia”.<sup>665</sup>

No dia 18 de março de 1970, segue a correspondência sobre o tema e Enno Hobbing responde a Robert C. Helander, dizendo que as passagens para Morales Bermudez era justamente o que ele estava buscando, e agradecendo pelo esforço.

Um projeto de grande relevância para o Conselho das Américas nos anos 1970 no Peru, e que era exemplo para outros países (no mesmo sentido em que a experiência brasileira de um comitê bi-nacional era referida por muitos do conselho como exemplar). Tratava-se do aparelho privado de hegemonia *Acción para el Desarrollo*, sobre o qual encontramos algumas preciosas fontes no *Rockefeller Archive's Center*.

Por exemplo, carta datada de 28 de janeiro de 1970, de Alfonso Rizo-Patrón R.<sup>666</sup> para os membros da *Acción para el Desarrollo* (APOD), socializava entre os diretores deste APH um Informe solicitado pelo Conselho das Américas à APOD e escrito por Carlos Zuzunaga Flórez. Rizo-Patrón relatava que o informe fora lido debatido também com membros do Conselho antes de sua versão final. No Informe, a *Acción* é apresentada como:

uma associação independente de aproximadamente 170 indivíduos pertencentes à vida profissional, gerencial e de consulta no Peru, que tem mostrado independência, seriedade e solidez suficiente em seus juízos sobre

<sup>665</sup> Carta de Robert C. Helander a Enno Hobbing. 28 de fevereiro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>666</sup> Engenheiro metalúrgico, trabalhou no desenvolvimento e operação das minas Chanchamina e Pichita no Perú (1941-1969), ex-diretor Instituto Nacional de Investigaciones y Fomento Minero del Perú (1950 - 1951); ex-ministro de Desenvolvimento do Perú (1959-1960); ex-presidente Comisión Especial del Complejo Industrial de Bayóvar (1970- 1973); ex-presidente Instituto Científico y Tecnológico Minero del Perú INCITEMI (1974- 1976); membro de várias entidades profissionais no Perú e no estrangeiro. Fonte: Revista Del Instituto Científico Y Tecnológico Minero, nº 2, 1976, p. 127.

a evolução da vida peruana, com o objetivo de ganhar o respeito de todos os setores políticos do país e dos observadores estrangeiros”.<sup>667</sup>

O informe começava afirmando que entre 1959 e 1967 teria havido uma “expansão econômica constante e estável” no **Peru**, o que teria tornado este país “um exemplo para os países da região”. Mencionava como “principal problema externo” o “histórico conflito com a IPC”, filial peruana da *Standard Oil* de New Jersey. Classificando como “onda nacionalista” o momento político nos países em desenvolvimento, o autor afirma que no Peru chegou-se a um ponto em que não era mais possível uma solução negociada com a empresa que não incluísse a total nacionalização dos recursos petrolíferos de Talara.

Segundo o informe, o governo instalado em outubro de 1968 tornou nulas as negociações anteriores; e para piorar, a própria *Standard Oil* “deu ao incidente criado no Peru uma difusão mundial que sem dúvidas influiu negativamente no clima de investimentos no país”. Entretanto, o governo manteve-se aberto para inversões estrangeiras, tendo firmado com empresas estadunidenses contratos para a exploração de cobre. Ou seja: apesar de negociações mais duras, a própria conclusão de contratos como estes mostrava que tais pressões deveriam ser compreendidas nos marcos de uma (inevitável) nova tônica criada nos países donos de muitos recursos naturais mas escassos em capital e tecnologia. Em um trato direto com a ITT, o governo militar chegou com esta empresa a uma solução aceitável para ambas partes, com inversão local de uma parte da compensação acordada; e reiterou que não haveria nacionalizações em outros setores da economia além das comunicações. Nas palavras do informe:

O governo militar, criador de seu próprio marco institucional, se considerou em condições de reformar totalmente o país e, confirmando-o logo com expressas declarações anti-comunistas, fez entender que essas reformas tinham por objetivo evitar no futuro uma conflagração social que a extrema-esquerda alimentava, apesar da eliminação dos focos de guerrilhas.<sup>668</sup>

---

<sup>667</sup> No original: “una asociación independiente de aproximadamente 170 individuos pertenecientes a la vida profesional, gerencial y de consulta en el Perú, que há mostrado independencia, seriedad y solidez suficiente em sus juicios sobre la evolución de la vida peruana, como para ganhar el respeto de todos los sectores políticos del país y de los observadores extranjeros”. APOD, Nota: El Clima de Inversiones em Perú, um Informe de Acciónj para el Desarrollo. Carta de Alfonso Rizo-Patrón R. para membros da *Acción para el Desarrollo* (APOD). 28 de janeiro de 1970. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

<sup>668</sup> “Un Gobierno Militar, crador de su propio marco institucional, se considero em condiciones de reformar totalmente el país y, confirmandolo luego com expresas declaraciones anti-comunistas, hizo entender que esas reformas tenían por objeto evitar em el futuro una conflagración social que la extrema izquierda alimentaba, pese a la eliminación de los focos de guerrillas”. *Ibid.*

Sobre a reforma agrária, o autor do informe afirmava que esta era “impossível de postergar” devido ao “problema social existente nessa área”, e que teria impacto positivo na economia peruana criando novos mercados consumidores. Afirmou ainda que a *Grace and Co*, fundada originalmente no Peru ainda no século XIX, conservou seus estabelecimentos industriais de processamento da cana de açúcar nos campos expropriados e que, salvo a produção agrária propriamente dita, mantinha atividades normais no país.

O “governo revolucionário”, apesar de significar maior intervenção do Estado na economia, estaria mostrando que toca ao empresário fixar seus próprios caminhos de êxito ou fracasso. Nota-se que o autor compartilhava também do projeto desenvolvimentista do governo e da participação do Peru no Grupo Andino e também de seguir as diretrizes do Tratado de Cartagena, e comparou a situação do Peru com a do México.

Trazendo alguns números, Flórez traçava uma radiografia bem elucidativa da situação do Peru àquela altura: uma população estimada em 13.3 milhões em fins de 1969, um crescimento anual entre 2,8% e 3%, e com uma população remunerada de pouco menos de 4 milhões, das quais 47% na agricultura e pesca, 14% na indústria manufatureira, 16% em serviços, 10% comércio e somente 2% na mineração, apesar da importância desse setor. O país era então o maior produtor pesqueiro do mundo, propiciando excelentes preços na exportação de farinha de peixe. O relatório exaltava sem rodeios os resultados da política econômica implementada pelo governo militar, desde a correção cambial, até a baixa do custo de vida, com perspectivas de recuperação e crescimento econômico. O autor usou dados propiciados pelo informe “Peru em Cifras – 1969” do Banco Continental, de Lima; e das publicações da *Business International Corporation*, de New York.

Particularmente sobre as inversões estadunidenses no Peru, o informe destacava que estas mantiveram o terceiro lugar na região entre 1967 e 1968, e que, “apesar dos problemas existentes no setor petrolífero”, os investimentos dos EUA no setor estavam em segundo lugar na região, maiores inclusive que as da Venezuela.

Um excelente artigo de Lauro Bandeira na revista *Movimento* de agosto de 1976 chamava atenção para o término do regime nacionalista peruano. O governo de Velasco Alvarado foi derrubado, segundo o autor, por “um consórcio de bancos privados norte-americanos: *First National City Bank of New York*; *Morgan Guaranty Trust*; *Bank of America*; *Manufacturers Hanover Trust*; *Chase Manhattan* e *Wells Fargo*. Um porta-voz desses bancos, dias depois da deposição do governo, anunciou disposição em emprestar ao Peru 240 milhões de dólares para ajudar o país a saldar compromissos urgentes no exterior com uma condição

“para repassar aos bancos peruanos cada uma das parcelas em que será dividido o crédito, pelo menos 75% dos bancos do consórcio emprestador terão que se declarar satisfeitos com a aplicação, pelo governo de Lima, da política de austeridade econômica por eles prescrita”.

Essa é a primeira vez, na história da economia ocidental, que a política econômica de um país soberano passa a ser abertamente controlado por um grupo privado estrangeiro. O fato tem um profundo significado, não é apenas para o Peru, mas para toda a América Latina, que nos últimos anos tentou novas fórmulas, mais, ou menos, nacionalistas, para separar as distorções e bloqueios de seu desenvolvimento econômico [...] O recuo do nacionalismo peruano reflete sem dúvida o sucesso da estratégia de pressão e boicote elaborada nos corredores do Departamento de Estado, em estreita comunicação com organismos como o Conselho das Américas, que reúne centenas de multinacionais norte-americanas com investimentos estrangeiros, como meio para reduzir a dependência econômica e acelerar o desenvolvimento.<sup>669</sup>

Em 22 de junho de 1970, Oscar Pinho Inafrán, presidente do Centro **Paraguaio** de Desenvolvimento e Produtividade, agradece ao que ele chama de “importante papel desempenhado pelo CLA nos últimos 18 meses com o objetivo de “tornar o setor privado paraguaio uma força nacional mais efetiva”. De acordo com a carta a José de Cubas por Peter M. Cody,

durante esse período, principalmente através da orientação direta de Humberto Cortina, e o apoio de Steve Ferrer [Esteban], as principais instituições do setor privado tomaram a iniciativa de estabelecer relações mais próximas e um melhor entendimento com agentes-chaves do setor público com sobre o papel da iniciativa privada no planejamento e desenvolvimento nacional”.<sup>670</sup>

Em 15 de julho de 1970 – Enno Hobbing envia memorandum aos membros do COA com uma cópia do relatório “Memória y Balance – Ejercicio 1969”, escrita pela Câmara **Argentina** de Comércio, que considerou ser “a melhor declaração por um grupo empresarial latino-americano sobre investimento estrangeiro”.

Em 30 de dezembro de 1970, um *memorandum* de Esteban Ferrer para o *Steering Committee* do COA tendo por tema a situação do **Equador** afirmava que “logo após o encontro de hoje, abri meu correio e encontrei isso que é auto-explanatório. Parece que nossos amigos no Equador tomaram uma posição firme exatamente como nos prometeram”. O

<sup>669</sup> BANDEIRA, Lauro. “Uma lição para o continente”. *Movimento*, agosto de 1976, edição 58, p. 7.

<sup>670</sup> “During this period, mainly through the direct guidance of Steve Ferrer, the principal private sector institutions have taken the initiative to establish closer working relationships and a better understanding with key public sector officials concerning the role of private enterprise in national planning and development”. Memorandum de Esteban Ferrer para Steering Committee COA, 30 de dezembro de 1970. Rockefeller Archive’s Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

documento consistia em uma declaração firme do empresariado equatoriano ao presidente José Maria Velasco Ibarra.<sup>671</sup> Abaixo reproduzimos, *ipsis literis*:

Interesses Generales

Quito, 29 de dezembro de 1970

Señor Doctor

José Maria Velasco Ibarra

Quito

Abajo firmantes reiteramos a usted de la manera más aenta firme y definitiva nuestro critério expuesto publicamente repetidas ocasiones inconveniencia país régimen común tratamiento capitales extranjeros propuesto por Junta Administradora acuerdo Cartagena (PUNTO) Ultima versión definitivamente inconveniente país (PUNTO). Nuestro critério há sido concreto y repetidamente expuesto coincidente com tesis hoy hace públicas Junta Monetaria (PUNTO) Posición ecuatoriana deformada y no atendida (PUNTO) Posición Ecuatoriana deformada y no atendida (PUNTO) Además de esta posición conocemos endurecimiento negociación nóminas consiguientemente no vemos por ningún lado conveniência Ecuador (PUNTO) Fin Ecuador obtenga garantia tratamiento especial concédele artículo noventa y dos acuerdo de Cardagenta pedísmosle respetuosamente instruya Presidente degelación ecuatoriana solicite prorroga para adoptar resolución tratamiento común capital extranjero (PUNTO). Caso contrario use voto negativo.

Atentamente,

E assinavam: Consejo Superior Comíndustrias Ecuador; Federación Cámaras Comercio Ecuador; Cámara Comercio Quito<sup>672</sup>; muitas Câmaras de Industriais, tais como: Camindustrias Guayaquil; Camindustrias Cuenca; Camindustrias Catopaxi<sup>673</sup>; Camindustrias Chimborazo<sup>674</sup>; Camindustrias Manta<sup>675</sup>; Cámara Comercio Guil; Camindustrias Ambato; Camindustrias Otavalo; Camindustrias Portoviejo; Camindustrias Babahoyo.

<sup>671</sup> José María Velasco Ibarra (1893-1979) foi um dos mais longevos ditadores do Equador, tendo sido 5 vezes presidente (à época em tela, estava em sua Quinta presidência, que se torna uma ditadura em 1970 e que tem relações ambíguas com os Estados Unidos, tendo recebido Fidel Castro em 1971, foi derrubado por um golpe militar apoiado pela CIA em fevereiro de 1972.

<sup>672</sup> Segundo a Cámara de Comercio de Quito, ela foi fundada em 1906, com o objetivo de "defender os cidadãos de Quito dos abusos de poder". O primeiro conselho foi presidido por Don Manuel Jijón Larrea. Fonte: <<https://ccq.ec/historia/>>. Acesso em: 27.01.2020.; Segundo a Cámara de Comercio de Guayaquil, foi fundada em 1935, cujo objetivo é "colaborar no desenvolvimento da indústria de Guayaquil". Fonte: <<https://www.industrias.ec/cig.php>>. Acesso em: 27.01.2020; Encerrou suas atividades em 28.07.2009. Fonte: <<http://www2.aladi.org/nsfaladi/firmas.nsf/v1países/ecuador?OpenDocument&Start=1&Count=300&Expand=17>>. Acesso em: 27.01.2020.; Segundo a Cámara de Comercio de Cuenca, a entidade foi fundada em 14 de dezembro de 1919, por iniciativa do Dr. Federico Malo A. e atua na representação do setor comercial em nível local e nacional. Fonte: <<https://www.cccuenca.com.ec/inicio/nosotros/13-nosotros>>. Acesso em: 27.01.2020..

<sup>673</sup> Encerrou suas atividades em 28.07.2009. Fonte: <<http://www2.aladi.org/nsfaladi/firmas.nsf/v1países/ecuador?OpenDocument&Start=1&Count=300&Expand=17>>. Acesso em: 27.01.2020..

<sup>674</sup> Iniciou suas atividades comerciais em 03/08/1972, Fonte: <<https://ecuadornegocios.com/info/camara-de-industrias-de-chimborazo-1134382>>. Acesso em: 27.01.2020.

<sup>675</sup> Segundo a Cámara de Industria de Manta, ela foi criada em 1965, em Manta-Ecuador, por Vicente Tamariz Palacios e Ramón González Artigas Díaz. Fonte: <<https://www.cimanta.org/cim/historia-2/>>. Acesso em: 27.01.2020.

O Conselho das Américas contava com um informante/agente duplo **colombiano** estratégico: Simon J. Martinez Emiliani era o diretor do *InterAmerican Action Committee* e representante do CLA em Bogotá.<sup>676</sup> Alberto Bustamante Ledesme, Chefe do Grupo Andino-Otras Areas Americas Latinas e também do Instituto Colombiano de Comércio Exterior, era sua fonte de informação sobre o Pacto Andino.

Muitas vezes os representantes do Conselho das Américas, apesar de seu anti-comunismo e anti-castrismo fortes, davam declarações a favor do fim do bloqueio a **Cuba**. Em 1972, Henry Geyelin afirma que ele pessoalmente apoiaria uma iniciativa americana para dar fim ao distanciamento com Cuba.<sup>677</sup>

O senador Richard Stone<sup>678</sup> esteve no Conselho das Américas em junho de 1977 para advertir os empresários ali presentes que restabelecer relações comerciais com Cuba seria prejudicial para os estados Unidos e fortaleceria “as atividades subversivas do regimes castrista na América Latina e na África”.<sup>679</sup>

Na **Venezuela**, em 1977, é eleito um presidente com a cara do Conselho das Américas. O recém-eleito presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, visita os Estados Unidos, onde é recebido com entusiasmo pelo presidente Jimmy Carter, quem declarou, em sua recepção, que ele se tornou um “porta-voz ativo e efetivo para as nações do Terceiro Mundo, e um líder que realmente pode representar as mais altas aspirações da América Latina”.<sup>680</sup>

A reportagem da *Veja* sobre o tema trazia como subtítulo “Pérez, ou as vantagens da democracia”, ressaltando o fato de que Pérez, como homem de confiança do ex-presidente Rômulo Betancourt no início dos anos 1960, foi “o responsável direto pelo combate ao surto de guerrilha que na Venezuela, como em vários outros países latino-americanos, eclodiu naquela época”. Segundo a *Veja*, na Venezuela, a tarefa foi cumprida com dupla eficiência, pois a guerrilha teria sido detorada sem que as instituições democráticas, restauradas em 1958, “sofressem qualquer dano com isso”.

---

<sup>676</sup> Colombiano de Cartagena, é Proprietário do restaurante Martínez Martelo Pescadería, fundado em 1974, em Cartagena. Fundador do jornal "El Pueblo" de Cartagena, cônsul geral do Equador e Noruega e prefeito de Cartagena entre 1951 e 1953 e entre 1960 e 1961. Fonte: <<https://www.martinezmartelo.com/nosotros>>. Acesso em: 27.01.2020.

<sup>677</sup> “Cuba e os empresários dos EUA”. *Folha de São Paulo*, 22 de abril de 1972, p. 2.

<sup>678</sup> Richard Bernard Stone (1928 - 2019) era um político norte-americano. Democrata, atuou como advogado da cidade de Miami de 1966 a 1967, como senador do estado da Flórida de 1967 a 1970 e como secretário de Estado da Flórida até 1974. Ele atuou no Senado dos EUA de 1975 a 1980. Fonte: ROSA, Amanda & WALLER, Allyson. “Richard Stone, o primeiro senador judeu a representar a Flórida desde a Guerra Civil, morre aos 90 anos”. *Miami Herald*, 30 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.miamiherald.com/news/local/obituaries/article233307102.html>>. Acesso em: 03.02.2020.

<sup>679</sup> “Criticado comércio EUA-Cuba”. *O Estado de S. Paulo*, 29 de junho de 1977, p. 8.

<sup>680</sup> “A consagração de Pérez”. *Veja*, 06 de julho de 1977, p. 38.

Nesta longa reportagem sobre Pérez e as relações Estados Unidos-América Latina, a *Veja* afirmava que era possível discernir dentro do Departamento de Estado “uma ala mais conservadora e outra mais militante em favor dos direitos humanos”. Na primeira, estariam pessoas como o subsecretário para América Latina, Terence Todman<sup>681</sup>, e seu suplente William Luers<sup>682</sup>, enquanto na segunda estariam o vice-secretário de Estado Warren Christopher<sup>683</sup> ou Marck Schneider<sup>684</sup>, ex-assessor do senador Edward Kennedy, e que era “braço direito” da Coordenadora de Direitos Humanos do Departamento de Estado, Patricia Derian<sup>685</sup>.

Em uma declaração no Conselho das Américas, Todman afirmou que “os americanos preferem fazer negócios com gente respeitadora das leis e capaz de compaixão”, seria representativa de que até mesmo os conservadores estavam fazendo declarações surpreendentes.<sup>686</sup>

Entre 1978 e 1979, o tema mais importante para o Conselho das Américas foi o das negociações sobre o Canal do Panamá. Ainda em janeiro de 1978, ocorre uma reunião do presidente Jimmy Carter com o Conselho das Américas para agradecer apoio na questão do canal do Panamá. Em oposição, um grupo conservador chamado “Esquadrão da Verdade” acusava Carter de “mentir” ao povo americano sobre o tema.<sup>687</sup>

---

<sup>681</sup> Terence Todmann (1926-2014) foi um diplomata norte-americano. Foi Embaixador dos Estados Unidos no Chade (1969-1972), Guiné (1972-1975), Costa Rica (1975-1977), Espanha (1978-1983), Dinamarca (1983-1989) e Argentina (1989-1993). Em 1987, apareceu publicamente como consultor de negócios e diretor do Grupo Exxel, o fundo de investimento liderado por Juan Navarro e que adquiriu a maioria das empresas ligadas ao empresário Alfredo Yabrán. Fonte: Jornal Clarin. <[https://www.clarin.com/politica/todman-eeuu-embajador-exxel\\_0\\_S1ig4u9cv7g.html](https://www.clarin.com/politica/todman-eeuu-embajador-exxel_0_S1ig4u9cv7g.html)>. Acesso em: 27.01.2020.

<sup>682</sup> Embaixador norte-americano. Ex-presidente da Associação das Nações Unidas e Museu Metropolitano de Arte; professor; e diretor do The Iran Project, uma organização dedicada a “melhorar o relacionamento entre os governos dos EUA e do Irã”. Fonte: NOLAN, Maureen A. Uma grande visão do mundo. Magazine Hamilton. <<https://www.hamilton.edu/magazine/fall15/A-Great-Big-View-of-the-World>>. Acesso em: 27.01.2020.

<sup>683</sup> Um dos formuladores da política externa dos EUA como vice-secretário de Estado (1977-1981) durante o governo Jimmy Carter (1993-97), seria também secretário de Estado no governo de Bill Clinton.

<sup>684</sup> Schneider foi membro da equipe do senador Edward Kennedy de 1970 a 1977. De 1977 a 1979, atuou como consultor sênior de políticas da Organização Pan-Americana da Saúde. Durante a administração de Bill Clinton, seria nomeado administrador assistente para a América Latina na Agência para o Desenvolvimento Internacional, dirigindo programas de assistência externa dos EUA. Fonte: Histórias Orais Presidenciais. UVA Miller Center. <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-oral-histories/mark-schneider-oral-history-222009>>. Acesso em: 27.01.2020.

<sup>685</sup> Diplomata estadunidense. Foi nomeada secretária de Estado assistente de direitos humanos por Jimmy Carter, presidente dos EUA de 1977 a 1981, e concentrou grande parte de sua atenção na América Latina. Fonte: Obituário Patricia Derina. The Times <<https://www.thetimes.co.uk/article/patricia-derian-svbdmrvq>>. Acesso em: 27.01.2020.

<sup>686</sup> “A consagração de Pérez”. *Veja*, 06 de julho de 1977, p. 38.

<sup>687</sup> “Carter agradece apoio”. *Diário da Tarde*, 19 de janeiro de 1978, capa. Ver também “Empresas apoiam acordo com o Panamá”. *O Estado de S. Paulo*, 12 de março de 1977, p. 2, que destaca as frases de Henry Geyelin, pelo Conselho, a favor do Tratado do Panamá.

Neste tema, o Conselho projetou-se fortemente a favor, dando respaldo ao governo Carter, pelo interesse empresarial em relação à utilização comercial. O Conselho fez campanha interna na sociedade civil e política nos Estados Unidos a favor da assinatura do Tratado.

Outro foco entretanto atrairia as atenções estadunidenses, e aqui predominava a mentalidade Cold Warrior: a **Nicarágua**.

Em outubro de 1978, o Embaixador americano na Nicarágua, James Theberge, acusou o presidente Anastasio Somoza de não defender o país contra o “comunismo dos sandinistas pró-castristas”, e que estaria tentando “conservar o poder diante do aumento da rebelião popular”, acabando por “radicalizar o país, lançando o povo aos extremos” e “fortalecendo o apoio popular aos sandinistas”. Essa forte declaração foi feita perante o Conselho das Américas, em almoço ao qual compareceram diplomatas atuantes na Nicarágua e na América Central, entre eles, o então subsecretário para Assuntos Interamericanos, Viron Vacky.

Theberge acrescentou que “a maioria da oposição democrática não é marxista, mas sim de orientação pró-Ocidente, que não deseja que o governo autoritário de Somoza seja substituído por uma ditadura anti-Ocidental, que siga a linha do comunismo de Fidel Castro”.<sup>688</sup>

Em novembro de 1979, o Conselho das Américas, junto ao Instituto Americano de Empresas e o Comitê para o Caribe e o Departamento de Estado, patrocinou a Terceira Conferência Anual de Miami sobre o Caribe, da qual participou o presidente Carter. Na ocasião, ele enfatizou o “destino comum” dos Estados Unidos e Caribe, e assinalou que esses países não devem confiar em “falsas promessas de modelos estrangeiros”; e ainda que “as soluções não surgirão do fato de culpar os nossos amigos por nossos problemas”.<sup>689</sup>

Em 06 de abril de 1979, Esteban Ferrer avisa o IBEC que o primeiro “*Investment Forum*” aconteceria no **Paraguai**, como um esforço da *Federación de la Producción, la Indústria y el Comercio* (FEPRINCO)<sup>690</sup> do Paraguai, junto com o CICYP e a *Unión Industrial Paraguaya (UIP)*<sup>691</sup>, com o objetivo de chamar atenção para as oportunidades de

<sup>688</sup> “Somoza luta só para se manter no poder”. *Diário de Natal*, 13 de outubro de 1978, capa.

<sup>689</sup> “Caribe: Carter adverte sobre falsas promessas”. *O Estado de Mato Grosso*, 30 de novembro de 1979, p. 5.

<sup>690</sup> Federação Comercial Empresarial Paraguaia, criada em 1952, apoiou o ex-ditador Alfredo Stroessner (1954-1989), mas criticava a política econômica da ditadura, como a ausência de uma política de fomento e de crédito mais eficaz, o “sistema de corrupção” e a burocratização do Estado. Para saber mais: PEREIRA JÚNIOR, Paulo Alves. O arauto de uma nova alvorada no Paraguai: ideologia e política em “La Tribuna” (1978-1983). Dissertação (História) Universidade Estadual Paulista, 2018.

<sup>691</sup> Entidade que defende os interesses industriais paraguaios, foi criada em 8 de julho de 1936. Foi criada por empresários e representantes de 55 indústrias que se reuniram com o Banco da República. Participaram os seguintes industriais: Pedro Genovese, Pedro Valle, Hermenegildo Forno, Carlos Dellavedova, Alfeo

investimento ao capital estrangeiro no país sul-americano. Estavam confirmados para o evento nomes como Roberto Campos<sup>692</sup> e Adalberto Krieger Vasena<sup>693</sup>, além de outros líderes do setor privado.

Ainda em dezembro de 1975, no entanto, havia lugar para otimismo na avaliação das relações com a América Latina. O futuro das relações econômicas no continente americano e a política de investimentos de capitais estrangeiros nos países latino-americanos foram os temas principais em Nova York, da reunião anual do Conselho das Américas. Os debates contaram com Antonio Ortiz Mena, presidente do BID, Adalberto Krieger Vasena, do Banco Mundial, John A. Bushnell, subsecretário do Tesouro para países em desenvolvimento; Arthur D. Little e o general James M. Gavin. Segundo reportagem do *Estadão*, “as manifestações, de modo geral, traçaram um panorama otimista em relação ao futuro do intercâmbio no continente, embora assinalando as dificuldades atuais da comunidade econômica mundial e, em particular, de alguns países latino-americanos”.<sup>694</sup>

A partir de quando assume Carter, em 1977, este cenário se modifica, pois agora, além de enfrentar o suposto nacionalismo infantil latino-americano, o conselho tinha de lidar com um público americano muito mais crítico da intervenção estadunidense no exterior, e uma administração democrata que teve como uma de suas bandeiras de campanha a defesa dos direitos humanos – e sinalizava para sanções contra as ditaduras que tão bem fizeram ao “ambiente de negócios”, na opinião dos conselheiros.

---

Zanotti, Augusto Vaesken, José Fiorito, Isaías Dickman, David Waisbrot, Salvador Lacognata, Salvador Barone, Salvador Barone, Oscar Neu, W. Corner, Roque F Olitte, Jorge Giucich, Segundo Ibarra, Guido Nardi. Fonte: Site da UIP - Unión Industrial Paraguaya. <<http://www.uip.org.py/nosotros.php>>. Acesso em: 26.01.2020.

<sup>692</sup> O economista e Embaixador Roberto Campos teve o seu primeiro posto no exterior, na seção comercial da Embaixada do Brasil em Washington, em 1942. Em 1956, dirigiu, ao lado de Lucas Lopes, uma equipe de técnicos responsável pela formulação de um programa que deveria nortear a política econômica do novo governo. Em junho de 1958, foi nomeado presidente do BNDE. No IPES apoiou o movimento de derrubar o presidente João Goulart com o argumento de que Goulart preparava um golpe, de forma que “a oposição à revolução não ajudaria o Brasil a manter intactos os procedimentos constitucionais”. Foi Ministro do Planejamento no governo Castello Branco. Em dezembro de 1974, já no governo Ernesto Geisel, foi nomeado Embaixador em Londres. Substituindo Sérgio Correia da Costa, assumiu o posto em janeiro de 1975. Estreou no Senado em junho de 1983. Em 3 de outubro de 1990, depois de transferir seu título eleitoral para o Rio de Janeiro, elegeu-se deputado federal, pelo PDS. No setor privado trabalhou em muitas empresas como banqueiro e presidente de indústrias. KELLER, Vilma e LEMOS, Renato. Roberto Campos. Em ABREU, Alzira Alves de et al (coords.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

<sup>693</sup> Adalberto Krieger Vasena foi um político e economista argentino que serviu como ministro da economia durante os governos do que foi chamado, por seus defensores, de "Revolução Libertadora", entre 1957 e 1958, e participou da ditadura de Juan Carlos Onganía, de 1967 a 1969. Encyclopedia.com. <<https://www.encyclopedia.com/humanities/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/krieger-vasena-adalberto-1920-2000>> Acesso em: 26.01.2020.

<sup>694</sup> “Conselho examina inversões externas na América Latina”. *O Estado de S. Paulo*, 10 de dezembro de 1975, p. 32.

### 3.15. A POLÍTICA DE “DIREITOS HUMANOS” DO GOVERNO CARTER, A CONTRAGOSTO DO CONSELHO DAS AMÉRICAS

Richard Cooper, então subsecretário de Estado para assuntos econômicos, esteve perante o Conselho das Américas em junho de 1977, e afirmou:

Esta administração está procurando promover os direitos humanos em escala internacional – abrangendo direitos civis, direitos políticos e direitos sociais e econômicos básicos – porque temos uma obrigação moral de agir assim, porque temos uma obrigação legal de agir assim (de acordo com a carta das Nações Unidas), e porque cremos que, assim, estamos defendendo o interesse nacional, a curto prazo [...]. Pode parecer oportuno apoiar ou tolerar um governo repressivo que se mostra disposto a considerar favoravelmente os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos. Mas acreditamos que, a longo prazo, um regime que se apoia na força para ter autoridade não pode ser nem popular, nem estável. Somente respeitando a lei e aplicando-a com igualdade, enquanto oferece a todos os seus cidadãos uma parcela dos frutos do crescimento econômico, pode um governo tornar-se legítimo, o que é pressuposto de estabilidade e apoio popular. [...] Tenho certeza de que os senhores compartilham de nossas preocupações com os direitos humanos. Como membros de corporações americanas, muitas vezes, vistos como representantes dos Estados Unidos, os senhores complementam nossos esforços ao aderirem aos nossos altos padrões de comportamento e ao demonstrar preocupação pelos direitos humanos”.<sup>695</sup>

Segundo a reportagem do *Estadão*, “fontes ligadas ao mundo dos negócios recusaram-se a comentar o discurso de Cooper, mas revelaram que a reafirmação do empenho do governo em promover a causa dos direitos humanos causou grande movimentação nos círculos comerciais”.

Em junho de 1977, o então secretário de Estado adjunto para assuntos interamericanos, Terence Todman, falou ao Conselho das Américas pedindo aos empresários norte-americanos que considerassem a política do presidente Carter em favor dos direitos humanos. “Vocês têm que demonstrar que os norte-americanos preferem fazer negócios com gente que respeita a lei”.<sup>696</sup> Mais à frente voltaremos a este tema.

Como notaram várias figuras históricas como Hans Morgenthau e George Kennan, a derrota no Vietnã, o escândalo de Watergate, e a revelação pública de inúmeras operações da CIA em apoio a sangrentos golpes e ditaduras pelo mundo, principalmente do golpe que

<sup>695</sup> BARBOSA, Ruy P. “EUA desmentem pressões sobre empresas na AL”. *O Estado de S. Paulo*, 29 de junho de 1977, p. 10.

<sup>696</sup> “Todman pede que iniciativa privada defenda direitos”. *O Estado de S. Paulo*, 28 de junho de 1977, capa.

destituíu Allende no Chile, fez com que os EUA ficassem em enorme “desvantagem” na chamada “guerra psicológica” contra a URSS.<sup>697</sup>

Refletindo essa confluência de acontecimentos e da mudança clara na opinião pública, o Congresso americano aprova, já em 1974, uma legislação que tornava o respeito aos direitos humanos como condição especial para a assistência econômica e militar aos países estrangeiros, e cria-se uma Divisão de Direitos Humanos e Assuntos Humanitários e o *Human Rights Report*, relatório que analisaria internacionalmente o respeito aos direitos humanos.

Segundo L. Shoup, o tema que perpassava toda a política externa da administração Carter era a campanha pelos direitos humanos, desenhada para dar credibilidade a uma nova imagem para uma política externa extremamente enfraquecida internamente pela *débâcle* no Vietnã. Mais especificamente, segundo Shoup, a campanha tinha três objetivos inter-relacionados. O primeiro era construir um consenso doméstico para apoiar uma política externa com tendências confrontacionistas e intervencionistas num momento em que esse tipo de política externa se tornou bastante desacreditada. O consenso seria possível porque a questão dos direitos humanos tinha largo apelo através de todo o espectro político.<sup>698</sup>

Segundo, para Shoup, dado que o impulso real da campanha era primordialmente atingir a URSS, ela tinha uma forte tendência em direção ao anti-comunismo e uma renovação da ideologia da Guerra Fria. No caso da campanha pelos direitos humanos, isso se deu por uma seletividade para atingir somente os aliados da União Soviética e não todos os países comunistas (a China, por exemplo, não foi um alvo da campanha). O objetivo último aqui era tentar enfraquecer a unidade e a força do bloco soviético, encorajando os dissidentes tanto dentro da URSS e nos Estados clientes do Leste Europeu.

Por fim, adicionar uma dimensão moralista à política externa estadunidense ajudava a construir uma imagem de benevolência, integridade, e justiça, encarada como profundamente necessária para a reconstrução da hegemonia norte-americana na era pós-Vietnã. Em suma, a campanha dos direitos humanos poderia permitir os EUA deixarem para trás a posição defensiva em que se encontrava e voltarem a tomar a ofensiva.<sup>699</sup>

---

<sup>697</sup> BANDEIRA, Moniz. *Formação do Império Americano*, *op. cit.*, p. 378.

<sup>698</sup> Conforme explicitou um funcionário da administração Carter, ela tinha apelo tanto para aqueles na direita na medida em que se aplicava à União Soviética quanto aos liberais ou liberais de esquerda na medida em que se aplicava à Coreia ou ao Chile. *Congressional Quarterly Weekly Review*, 05 de agosto de 1978, p. 2047, *apud* SHOUP, Lawrence. *The Carter Presidency and beyond*. Power and politics in the 1980's. Palo Alto, California: Ramparts Press, 1980.

<sup>699</sup> SHOUP, *The Carter Presidency and beyond*, *op. cit.*, p. 154-155. Seria a reabilitação do chamado “mito da moralidade” ao qual se refere Sidney Lens analisando a história da política externa dos EUA. LENS, Sidney. *A fabricação do Império americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 [1971].

Shoup nota que a maior parte das sanções econômicas em relação a ditaduras foi para países bastante pobres e politicamente fracos, como a Etiópia. Enquanto, discurso após discurso, o governo condenava as violações de direitos políticos na URSS (algo que, a rigor, não tinha evidências de ser efetivo), pouco se fazia de fato em relação a países em sua esfera de influência. Ao contrário, em alguns casos até justificou-se explicitamente a falta de ação, como no caso em que Richard C. Holbrooke, que ocuparia o cargo de Secretário Assistente de Defesa para Assuntos do Pacífico e do Leste Asiático, falou claramente sobre a necessidade de continuar a dar suporte à ditadura de Marcos nas Filipinas.<sup>700</sup>

Segundo o incontornável trabalho de Lars Shoultz, *Human rights and United States foreign policy*, o Council of the Americas era, nos Estados Unidos, “a organização não-governamental mais importante com interesses na América Latina”. Segundo este autor, embora o Conselho representasse todo o espectro ideológico da comunidade empresarial estadunidense, ele era dominado por um “liberalismo esclarecido” (“enlightened liberalism”). Nas palavras de Shoultz, nos anos 1970,

Na área das relações entre Estados Unidos e América Latina, a opinião dos executivos afiliados ao COA era frequentemente a única visão não-governamental escutada. O Council of the Americas é o único organismo do lobby relacionado à América Latina com acesso direto a virtualmente todos os braços do governo, incluindo a Presidência”.<sup>701</sup>

Foi com esse poder que, segundo Shoultz, o COA combateu internamente a política de direitos humanos de Carter, debatidas no encontro da OEA em Santiago, em 1976.

O Conselho não expressou apoio às iniciativas pró-direitos humanos debatidas no encontro da OEA, e ao invés disso, enfatizou a crença de seus membros de que as questões econômicas não deveriam ser ‘politizadas’ por considerações sobre direitos humanos.<sup>702</sup>

Em 1968, segundo Shoultz, o COA fez um lobby ativo contra uma reprimenda dos Estados Unidos ao AI-5; e até 1976, se recusou a tomar posição pública na questão dos

---

<sup>700</sup> Holbrooke afirmou que “dada a importância de nossas relações bilaterais econômicas, políticas e de segurança, nós acreditamos que teremos mais influência no governo filipino com relação à questão dos direitos humanos se continuarmos a assistência, ao invés de reduzir ou acabar com nossos programas”. HOLBROOKE, Richard, “U.S. Economic and Social programs in East Asia”. In *The U.S. Department of State Bulletin*, 04 de abril de 1977, p. 325-326; *apud* SHOUP, *op. cit.*, p. 157.

<sup>701</sup> “In the area of United States-Latin American relations, the opinion of a COA-affiliated executive is often the only nongovernmental view a major policy maker will hear. The Council of the Americas is the only component of the Latin America-related lobby with direct access to virtually every executive branch policy maker, including the President.” SHOULTZ, L. *Human rights and US policy toward Latin America*, p. 67.

<sup>702</sup> The Council did not voice its support for the human rights taken at the OAS meeting but rather stressed its members' belief that economic issues should not be ‘polititized’ by human rights considerations.” *Ibid.*, p. 68.

direitos humanos. A partir de 1976, entretanto, seus diretores teriam decidido a não realizar uma campanha explícita anti-direitos humanos, procurando disputar essa política; e, por outro lado, realizar uma campanha de legitimação das ditaduras. Segundo o autor,

Tendo decidido contra uma posição anti-direitos humanos, o COA ignorou a questão seguindo uma abordagem alternativa: a legitimação dos governos repressivos. Isso foi levado a cabo na construção de pontes entre representantes desses governos, como Argentina, Brasil e Chile, com acesso a altos executivos estadunidenses e à mídia dos EUA. Em 05 de abril de 1976, por exemplo, o ministro chileno das Finanças Jorge Cauas, acompanhado pelo ministro do Planejamento e pelo presidente do Banco Central, realizou palestra para mais de 100 membros do COA em Nova York. O painel, intitulado “O que os governos latino-americanos querem dos investidores estrangeiros”, foi composto primordialmente por Embaixadores dos mais repressivos regimes latino-americanos. No final de sua conferência, Cauas ofereceu uma recepção aos participantes”.<sup>703</sup>

Segundo Chomsky, no *front* doméstico, se o objetivo da política era superar a “síndrome do Vietnã”, o impacto da política da “cruzada” pelos direitos humanos foi positivo e a campanha surtiu efeitos positivos para a imagem do governo, tendo de fato influenciado bastante a opinião pública norte-americana.<sup>704</sup> Era sintomático que pouco tempo depois, o governo Reagan pudesse justificar tranquilamente intervenções no Terceiro Mundo em nome de uma suposta ameaça soviética.

Carter declarou perante a Assembléia Geral da ONU de 1977 que dedicaria seus esforços para trabalhar tanto com “potenciais adversários” quanto com “amigos próximos” (isto é, regimes dentro da área de influencia dos EUA) para avançar na causa dos direitos humanos, e ratificou a proposta, feita doze anos antes pela Costa Rica, de criar, sob os auspícios da ONU, um Alto Comissariado para os Direitos Humanos.

Segundo Hugo Assman e Alvaro Briones, a proposta não por acaso também foi apoiada por alguns dos mais repressivos regimes latino-americanos, pois, embora apresentada pela Costa Rica, tinha os EUA por trás. A moção contra sua aprovação teve como porta-voz o representante de Cuba, e obteve apoio dos países socialistas e de inúmeros representantes dos

<sup>703</sup> “Having decided against an anti-human rights stance, COA ignored the issue while pursuing an alternative approach: the legitimation of repressive governments. This was accomplished by providing representatives of governments such as those of Argentina, Brazil, and Chile with access to leading U.S. corporate executives and the U.S. media. On April 5, 1976, for example, Chilean Finance Minister Jorge Cauas, accompanied by the Chilean Minister of Planning and the President of the Central Bank, addressed over one hundred COA members in New York. On February 14, 1978, the Council arranged for Cauas, then ambassador to the United States, to participate on a panel during a COA conference for Corporation executives on Latin America's business outlook. The panel, entitled "What Latin American Governments Want from Foreign Investors," was composed primarily of ambassadors from Latin America's most repressive regimes. At the conclusion of the conference, Ambassador Cauas hosted a reception for participants.” *Ibid.*, p. 71.

<sup>704</sup> CHOMSKY, *Rumo a uma nova guerra fria...* p. 50.

países do Terceiro Mundo. Na mesma sessão, com relação a uma moção contra o Chile, pelas violações aos direitos humanos lá, a Costa Rica, paradoxalmente, votou contra. Para os autores, essa posição dos países que votaram contra refletiam duas coisas: uma refutação clara a uma iniciativa na qual os EUA assegurariam os critérios ideológicos e o controle das práticas administrativas, e por outro lado também uma resistência à nova e hipócrita linguagem carteriana dos direitos humanos liberais.<sup>705</sup>

No mesmo ano, Carter assina, apesar de muita resistência interna, um tratado com o presidente Omar Torrijos em que os EUA se comprometiam a entregar o canal ao Panamá no ano 2000, tendo em vista os inúmeros conflitos em torno a ele, que se agravaram desde 1964, quando uma revolta massiva tomou conta do pequeno país construído em torno ao canal.<sup>706</sup> Ao mesmo tempo, Carter movia-se no sentido da normalização das relações com Cuba, através inicialmente de escritórios de representação em Havana e Washington, mas, como a condição era que Castro promettesse não intervir em processos de libertação nacional (como o da Somália, então em curso), o processo não avançou. Com relação à China, Carter completou o reconhecimento democrático, em 1979, com a troca de Embaixadores, como era consenso entre os trilateralistas.<sup>707</sup>

Segundo Jan K. Black, a implementação da política, no entanto, foi desde o começo tímida e cheia de idas e vindas. A suspensão de ajuda militar atingiu Chile, Etiópia, Paraguai, Uruguai e alguns outros países, mas deixou de fora, a pretexto de segurança nacional, Coreia do Sul e as Filipinas. Na explicação de Moniz Bandeira,

Carter realmente tornou a questão dos direitos humanos o ponto central de sua política exterior, com o propósito de demonstrar que a liderança dos Estados Unidos não se baseava somente no poderio militar, mas, igualmente, em sua força moral, contestando assim a legitimidade do regime totalitário vigente na União Soviética (...) Carter não conseguiu, porém, dominar toda a máquina administrativa e seus esforços para implementar a política de direitos humanos sofreram muitos constrangimentos e restrições. (...) O Departamento de Estado defrontou-se com a resistência da CIA, da DIA e de outros serviços de inteligência, que não permitiam acesso senão a relatórios produzidos sob medida, de modo a esconder que o terrorismo de Estado e as

---

<sup>705</sup> ASSMAN, H. “O terceiro mundo passa a adotar uma linguagem alternativa sobre os direitos humanos”. Em ASSMAN *et al*, *op. cit.*, p. 210.

<sup>706</sup> No tratado original, de 1903, ano da “independência” do Panamá, largamente respaldada pelo presidente Theodore Roosevelt, foi concedido aos EUA o direito *perpétuo* de explorar o canal, concedendo a soberania de toda a Zona do Canal. Desde 1964, quando houve conflitos abertos entre a população panamenha e tropas estadunidenses, Johnson, Nixon e Ford pretendiam renegociar o tratado, mas não avançaram em nada.

<sup>707</sup> O primeiro Embaixador dos EUA na China, aliás, o sindicalista Leonard Woodcock, era também membro da Trilateral desde sua fundação.

atividades de contra-insurgência não tinham sido efetivamente controlados”.<sup>708</sup>

Com relação ao fornecimento de armas, por exemplo, o governo suspendeu o fornecimento à Argentina e outros países menores da América do Sul, mas continuou ou até aumentou o fornecimento a Irã, Filipinas, Coréia do Sul e Zaire, países considerados pela comunidade de inteligência como estratégicos. Carter também nunca suspendeu a “ajuda” militar à Guatemala e a El Salvador, mas o fez a pretexto de “relações profissionais”, de modo a evitar assim a oposição do Congresso. O Zaire, do ditador Joseph Mobutu, também continuou recebendo larga ajuda militar.<sup>709</sup>

Segundo Chomsky, as sanções impostas aos violadores de direitos humanos dentro da área de influência dos EUA, durante a política de direitos humanos de Carter, não mudaram significativamente o padrão habitual. O melhor exemplo disso seria o caso da ditadura de Pinochet no Chile, que, além de ter contado com enorme auxílio americano naquilo que foi um dos maiores extermínios da história contemporânea, ainda foi responsável por dois assassinatos em plena Washington, em 1976 (mesmo ano da eleição de Carter). Orlando Letelier, ex-ministro de Allende, e seu colega, cidadão americano, Ronni Moffit, foram assassinados em plena Washington em 21 de setembro de 1976, como se soube depois, como parte da famigerada Operação Condor, então em curso com largo apoio militar dos EUA.<sup>710</sup>

A sanção mais “grave” de Carter contra o regime no Chile foi a proibição de financiamento do *Expor-Import Bank* para empresas estadunidenses que faziam negócios com o Chile ou em seu território – decisão que foi tomada apenas após a recusa do Chile, em novembro de 1979, de extraditar três funcionários do serviço de inteligência procurados por tribunais americanos pelo envolvimento no assassinato de Letelier e Moffit. No entanto, no período de suspensão dos financiamentos do *Export-Import Bank*, os bancos privados americanos continuavam a emprestar às instituições chilenas e grandes corporações iniciavam programas de investimentos em larga escala no país, o que permitiu ao governo chileno contornar facilmente o problema. Não por acaso, um exame das sanções impostas por Carter

---

<sup>708</sup> BANDEIRA, *A formação do Império Americano...* p. 381-382.

<sup>709</sup> Na verdade, segundo um relatório do *Institute for Policy Studies* intitulado *Supplying Repression: U.S. Support for Authoritarian Regimes Abroad*, mais de dez bilhões de dólares em armas estadunidenses foram vendidas a dez governos considerados os piores violadores de direitos humanos no mundo. O fornecimento de armas a ditaduras dificultava, evidentemente, muito mais as mudanças que precisariam ser feitas em países como Marrocos.

<sup>710</sup> Ver PADRÓS, Enrique Serra. “A operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça”. Porto Alegre: *Organon*, n.47, p. 115-138, 2009.

depois da suspensão das mesmas por Reagan chegou à conclusão de que “são de qualquer maneira escassos os indícios de que as sanções tenham tido muito efeito”.<sup>711</sup>

Enquanto isso, o cientista político Brady Tyson, assistente do Embaixador Andrew Young, e subchefe da delegação dos EUA na Comissão de Direitos Humanos da ONU, acabou demitido após fazer uma declaração em que pedia desculpas pelo papel que os EUA tiveram no golpe chileno. Na declaração, Tyson dissera que

Seríamos pouco sinceros se não expressássemos nosso mais profundo pesar pelo papel que alguns funcionários governamentais, instituições e grupos financeiros privados desempenharam na subversão contra o governo anterior do Chile, do presidente Allende, eleito democraticamente, e que foi derrocado pelo golpe militar de 11 de setembro de 1973”.<sup>712</sup>

Já no final de seu mandato, a política de direitos humanos de Carter parece evaporar-se de vez. Na Nicarágua, o governo dos EUA apoiou o governo de Somoza até o final, com direito a uma mensagem de Carter ao ditador nicaraguense em pleno massacre dirigido por Somoza.<sup>713</sup> Quando era tarde demais para impedir a vitória sandinista, Carter se oferece para promover uma “mediação”. Segundo Ayerbe, a mudança da posição do governo Carter em relação à América Central e Caribe se dá através da pressão para que o regime de Somoza iniciasse uma normalização institucional, antecipando-se a uma saída revolucionária sob o comando dos sandinistas.<sup>714</sup>

Em outubro de 1979, os EUA apoiaram o golpe militar que derrubou o governo de El Salvador por uma junta composta por oficiais moderados e reformistas e alguns civis, a qual desmorona em janeiro de 1980, transferindo o poder para os militares de direita. O presidente

---

<sup>711</sup> *Latin America Regional Reports Southern Cone*, 22 de maio de 1981, *apud* CHOMSKY, N. *Rumo a uma nova guerra fria*. *op. cit.*, p. 23.

<sup>712</sup> DRAGO, Tito. *Chile, um doble secuestro*. Madri: Complutense, 1993. p. 35, *apud* BANDEIRA, M. *op. cit.*, p. 380. Uma declaração como esta confrontava totalmente a versão que Kissinger nunca abriu mão. Em suas memórias, Kissinger escreveu que os EUA apenas repassaram ajuda financeira sigilosa “aos partidos democráticos, aos sindicatos e aos jornais, que estavam sendo sistematicamente sufocados”. “Nosso objetivo, àquela altura, não era o de derrubar Allende, mas o de manter vivas tanto a oposição quanto as instituições democráticas até as eleições previstas para 1976, e o de garantir que as eleições ocorressem. (...) Em 1973, a situação atingiu o ponto culminante, não por ações dos EUA, mas pela resistência das instituições democráticas chilenas, que perceberam estar Allende – que tinha sido eleito por apenas 36% dos votos – conduzindo o país, inexoravelmente, para uma ditadura”. Kissinger também rejeitava, obviamente, a caracterização de Allende como um líder democraticamente eleito, “sem menção alguma ao seu assalto de estilo totalitário à ordem institucional chilena ou à sua radical ameaça à segurança no hemisfério.” KISSINGER, Henry. *Memórias*. 3º vol- Anos de renovação. Rio de Janeiro: Editora UniverCidade, 2001. [original de 1999].

<sup>713</sup> Ver BARRY, Debora; VERGARA, Raul & CASTRO, Rodolfo. “Nicarágua: desarrollo de la agresion”. Em MENESES, Raul Vergara; CULLEL, Jorge Vargas; CASTRO, R.; BARRY, D & LEIS, Raúl. *Centroamerica: la guerra de baja intensidad*. San José: DEI, 1987; ver também CHOMSKY, N. *Rumo a uma nova guerra fria*, *op. cit.*, p. 34.

<sup>714</sup> AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Edunesp, 2002. p. 193.

Carter, ignorando uma súplica do arcebispo Oscar Romero,<sup>715</sup> autorizou o envio de ampla ajuda militar e de três equipes de treinamento, em mais uma intervenção militar dos EUA na América Central.<sup>716</sup> Isso, em plena “cruzada pelos direitos humanos”.<sup>717</sup>

Enquanto isso, o *Council* tratava de construir múltiplos canais de legitimação dos regimes ditatoriais militares latino-americanos, o que ficou muito explícito no almoço oferecido pelo Conselho aos chefes de Estado do hemisfério no dia 07 de setembro de 1977, incluindo Pinochet, como mostra uma série de cables entre o Departamento de Estado e as Embaixadas norte-americanas na América Latina.<sup>718</sup>

Em um telegrama do Departamento de Estado para as Embaixadas norte-americanas em Asuncion e Montevideo, datado de 07 de agosto de 1976, lemos sobre o posicionamento do COA sobre as ditaduras nesses países:

A Associação Americana em Montevideo, a Câmara americana de Comércio do Uruguai, e o Council of the Americas do Uruguai declararam rejeitar as acusações contra o governo do Uruguai e argumentaram que a situação de direitos humanos no Uruguai não é tal que justifique sanções. Eles enfatizaram o sucesso do governo uruguaio em restaurar a ordem e a segurança para os cidadãos ordinários após anos de atentados terroristas.<sup>719</sup>

---

<sup>715</sup> Na carta, Romero dizia que o envio de ajuda militar dos EUA “sem dúvida intensificaria a injustiça e a repressão”, pois “o comando do exército parece preocupado sobretudo em esmagar os grupos políticos e a guerrilha de esquerda”. Interessante notar que um relatório da CIA de 1981 incluísse o assassinato de seis cidadãos americanos em El Salvador, entre eles as três freiras e a voluntária católica leiga, em 1980, comprovadamente realizadas pelos militares salvadorenos, fosse considerado como ato atribuído ao “terrorismo internacional”. Sobre a política de Carter para El Salvador, ver ARNISON, Cynthia. *El Salvador: a revolution confronts the United States*. Washington: Institute for Policy Studies, 1982. CHOMSKY, p. 118.

<sup>716</sup> “(...) para impedir a repressão indiscriminada e criar uma força ‘limpa’ de contra-insurgência”, como explicou Alan Riding (“U.S. Aid to Salvador Army: Bid to Bar ‘another Nicaragua’”. *New York Times*, 23 de fevereiro de 1980). O pretexto oficial, não muito novo, era de que o treinamento americano tinha um “efeito moderador”, mas, fundamentalmente, como diz o título, tratava-se de evitar “uma nova Nicarágua”.

<sup>717</sup> No governo Reagan, a intervenção ampliada em El Salvador seria retratada como um confronto internacional exortado pela União Soviética com ajuda de Cuba, da Etiópia e do Vietnã para “controlar a América Central”. Delírios e retórica à parte, sua política apenas ampliou a intervenção já iniciada pelo antecessor.

<sup>718</sup> BOYATT, Thomas. **Council of Americas luncheon for visiting chiefs of State**. *US Embassy in Santiago* para *Secretary of State*, 2 de setembro de 1977, *Unclassified*. Canonical ID: 1977SANTIA07265\_c. Disponível em: [wikileaks.org/plusd/cables/1977SANTIA07265\\_c.html](http://wikileaks.org/plusd/cables/1977SANTIA07265_c.html).

<sup>719</sup> “The American Association in Montevideo, the American Chamber of Commerce of Uruguai, and the Council of the Americas of Uruguai have issued statements rejecting the accusations against the government of Uruguai and have argued that the human rights situation is not such that Uruguai should be GOU’s [Government of Uruguai] success in restoring order and safety for ordinary citizens after years of terrorists assaults”. HABIB. **Congressional hearings on human rights in Paraguay and Uruguai**. *Department of State* para *US Embassy in Asuncion* e *US Embassy in Montevideo*, 7 de agosto de 1976, *Unclassified*. Disponível em: [wikileaks.org/plusd/cables/1976STATE196845\\_b.html](http://wikileaks.org/plusd/cables/1976STATE196845_b.html).

#### 4 NEOLIBERALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÕES RESTRITAS: O CONSELHO DAS AMÉRICAS NAS ERAS REAGAN E BUSH (1981-2000)

*Las potencias son los protectores  
que prueban sus armas en nuestras guerrillas  
Ya sean rojos o rayados  
a la hora del final no hay diferencia  
Invitan a nuestros líderes  
a vender su alma al diablo verde  
Inventan bonitas siglas  
para que se sientan un poco más importantes*

*Y el inocente pueblo de Latinoamerica  
Llorará si muere Ronald Reagan o la Reina  
Y le sigue paso a paso la vida a Carolina  
Como si esa gente sufriera del subdesarrollo  
Estamos en un hoyo  
Parece que en realidad*

*Latino América es un pueblo al sur de Estados Unidos*

GONZÁLEZ, 1983

Em 02 de março de 1980, o *Estadão* publicou um artigo de fôlego assinado por Abraham Lowenthal, estudioso das relações Estados Unidos-América Latina e membro de várias organizações voltadas para a formulação de política externa nos Estados Unidos, como o *Council on Foreign Relations*.<sup>720</sup>

Em sua análise, ele buscava analisar o processo de tomadas de decisões políticas dos EUA, de modo a encontrar as causas daquilo que ele considerava uma “discrepância persistente” entre, por um lado, a decisão presidencial e, por outro, a prática governamental nas relações com a América Latina.

Falando na “assimetria” das “relações interamericanas”, ele afirmava que, apesar de que seu interesse pessoal o pudesse levar a superestimar a importância real da América Latina para os EUA, a América Latina era na verdade de importância secundária “e talvez terciária” para os EUA tanto em termos econômicos quando de segurança. Justificando a atuação do país durante a Segunda Guerra mas também nos anos 1960 e 1970, quando os EUA, em suas palavras, “buscaram fortalecer os governos latino-americanos contra movimentos guerrilheiros vinculados ao comunismo”, ele justificava inclusive as intervenções encobertas realizadas à revelia das instâncias apropriadas para definição e aplicação da política exterior:

---

<sup>720</sup> Professor emérito de Relações Internacionais da Universidade do Sul da Califórnia, foi fundador e presidente executivo do Programa Latino-Americano no Woodrow Wilson Center (1977-1983), do Diálogo Interamericano (1982-1992) e do Conselho do Pacífico (1995-2005).

“Na década de 1970, os altos funcionários do governo norte-americano que ainda estavam decididos a impedir ou derrotar um governo comunista no Chile tiveram de agir encobertamente, em grande parte porque, precisamente, sabiam que a maioria da burocracia de relações exteriores dos EUA rejeitava essa preocupação exagerada”.<sup>721</sup>

Assim, Lowenthal corroborava as intervenções estadunidenses recentes, afirmando que foram de fato justificadas por uma preocupação legítima de segurança nacional:

“Um presidente norte-americano toma parte numa decisão política quando percebe uma ameaça à ‘segurança’ dos EUA ou à sua hegemonia, em circunstâncias semelhantes às que ocasionaram a intervenção norte-americana na República Dominicana, em 1965, ou que estavam subjacentes aos esforços mais contínuos e elaborados dos EUA contra Salvador Allende e a Unidade Popular, no Chile”.<sup>722</sup>

Quando trata do tópico “interesses dos empresários”, ele confirmava que “os interesses imediatos e específicos das companhias norte-americanas que operam na América Latina redundam muitas vezes na principal fonte de influência sobre o processo de elaboração e implementação da política dos EUA”. Sendo este último um processo “muito permeável para empresários”, e sendo a soma dos interesses comerciais norte-americanos na América Latina “muito grande”, Lowenthal reclamava do que chamou de “agressividade peculiar de certas corporações” quando defendem seus interesses na região. Comentando sobre a autonomia do Escritório de Assuntos Interamericanos (ARA), parte integrante do Departamento de Estado e o ARA, se via obrigado a enfrentar sozinho “poderosos interesses privados, sem o respaldo de uma força contrária”.

É neste momento que este importante conselheiro de política externa dos Estados Unidos mencionava o papel este organismo tinha, à época que escrevia, isto é, início dos anos 1980:

“As companhias norte-americanas que operam na América Latina mostram-se excepcionalmente eficientes em suas tentativas de influenciar a política de seu país. O grupo regional de negócios, o Conselho das Américas, por exemplo, não tem equivalentes para outras áreas do mundo. E esse alto nível de pressão dos interesses comerciais, que já se tornou costumeiro, deriva-se provavelmente da percepção de que o governo norte-americano tende a ceder mais quanto às questões latino-americanas do que em relação às demais regiões do mundo”.<sup>723</sup>

---

<sup>721</sup> LOWENTHAL, Abraham & TREVERTON, Gregory F. “A América Latina é secundária para os EUA”. *O Estado de S. Paulo*, 02 de março de 1980, p. 17.

<sup>722</sup> *Ibid.*

<sup>723</sup> *Ibid.*

Lowenthal afirmava que o governo dos EUA agia frequentemente contradizendo seu interesse nacional a longo prazo em benefício de uma única corporação a curto prazo, e dava como exemplo a atuação do país no caso da *International Petroleum Company* (IPC) no Peru:

“ao apoiar unicamente essa companhia, o governo dos EUA desempenhou papel bastante importante na desagregação do regime de Belaunde, colaborando para que este fosse substituído por um governo militar nacionalista que não tardou em desapropriar a IPC e mais uma série de outros investimentos norte-americanos no país.”

Por sua vez, a influência de grupos como o Conselho das Américas não teria páreo, já que, nas palavras de Lowenthal,

“Enquanto os interesses empresariais norte-americanos influenciam ativamente a elaboração e a implementação da política dos EUA para com a América Latina em muitos pontos de acesso diferentes, os governos latino-americanos e grupos norte-americanos desvinculados dos negócios mas também interessados em afetar aquela política, mostram-se em geral menos diligentes, menos hábeis e, sem dúvida, muito menos bem sucedidos. Os grupos extragovernamentais norte-americanos que não têm interesses econômicos específicos em jogo parecem não entender onde está o poder decisório dentro do governo dos EUA, nem quais são os motivos e os incentivos dos setores e indivíduos envolvidos na elaboração da política”.<sup>724</sup>

A análise de Lowenthal revela a percepção de um profissional/intelectual de Estado, cuja posição (que obviamente não é politicamente desinteressada) lhe permite observar as consequências que uma exagerada influência do Conselho das Américas nas relações entre Estados Unidos e América Latina. Esta é mais uma fonte que nos permite concluir que a atuação de curto prazo e em favor de companhias específicas, isto é, a defesa de interesses econômico-corporativos imediatos, não era nada irrelevante. Lowenthal tinha em mente principalmente a década anterior, tendo em vista um balanço que pudesse influenciar a administração que assumiria o poder Executivo nos Estados Unidos em janeiro de 1981.

E, para o temor de Lowenthal, o Conselho das Américas buscou, na nova conjuntura americana, uma renovação em sua atuação, e o fato mais simbólico disto é a criação, em 1981, da *Americas Society*. A intenção de David Rockefeller e seus consortes era aproveitar o momento para expandir as atividades do Conselho.

Apresentada pelo *Jornal do Brasil* como “organização privada patrocinada por grandes empresas americanas com a finalidade de aumentar os laços políticos, econômicos e culturais dos Estados Unidos com a América Latina”,

“A nova organização, apoiada pelo governo Reagan, resultou basicamente da fusão do Conselho das Américas com o Centro para as Relações

---

<sup>724</sup> *Ibid.*

Interamericanas, duas instituições privadas nas quais Rockefeller desempenhou ativo papel há muitos anos.”<sup>725</sup>

Em sua posição de secretário de Estado assistente para Assuntos Interamericanos, Thomas Enders comentou, no anúncio da criação da *Americas Society*, que o “setor privado” tinha “papel vital no hemisfério”, e afirmou que “saúda de coração a criação da Sociedade” e que “apóia seus objetivos”.<sup>726</sup>

Em suas *Memórias*, David Rockefeller relata o processo de criação da entidade:

“Em 1981, logo depois de me aposentar do banco [Chase Manhattan], reassumi a presidência do Conselho das Américas e do Ciar. Muito embora o conselho tenha tido um papel construtivo no debate nacional sobre o Canal do Panamá durante o final da década de 1970 e o Ciar tenha firmemente se estabelecido como uma importante organização cultural latino-americana em Nova York, havia uma sensação geral de que ambas precisavam ser reenergizadas e colocadas em uma situação financeira mais sólida. Como primeiro passo, formamos a *Americas Society* para absorver os ativos do Ciar e capacitar o conselho a continuar a fazer lobby junto ao governo federal. Esta foi a parte fácil. A tarefa difícil foi infundir as duas organizações não só com um novo programa, mas também com um senso de propósito renovado. Para isso precisávamos conquistar o apoio e a participação ativa de latino-americanos proeminentes.”<sup>727</sup>

É certo que a mudança do poder central nos Estados Unidos influenciou em tais decisões. Afinal, a gestão Carter foi marcada pela campanha pelos direitos humanos, ainda que com todas suas contradições, como vimos; agora assumia um governo cujo discurso anti-latino e conservador era explícito. A renovação que segundo David Rockefeller era necessária à atuação do Conselho das Américas e do Ciar (tornado *Americas Society*) refletia essa mudança, bem como a mudança de cenário latino-americana, com a eclosão da crise da dívida e paralelamente, a perspectiva de redemocratização política em muitos países importantes no continente.

O capítulo deve focar a posição do Conselho das Américas diante dos processos de transição democrática no Cone Sul, bem como da política externa inaugurada como o governo Ronald Reagan, voltada para a Bacia do Caribe, logo após a revolução nicaragüense. Também devemos relacionar o Conselho das Américas com a gênese do pensamento neoliberal na América Latina, no contexto da crise da dívida. Para isso devemos nos valer dos documentos encontrados no fundo da CIA entre 1979 e 1986; dos treze documentos dos Congressional

<sup>725</sup> “Enders chega dia 16”. *Jornal do Brasil*, 06 de agosto de 1981, p. 12.

<sup>726</sup> *Ibid*; ver também “Rockefeller patrocina união com AL”. *O Estado de S. Paulo*, 06 de agosto de 1981, p. 40; e “Fortalecimento de laços hemisféricos”. *Diário de Pernambuco*, 03 de setembro de 1981, seção B, p. 1.

<sup>727</sup> ROCKEFELLER, *Memórias...* p. 464.

Records datados de 1980 a 1990; de dois documentos do Departamento de Estado datados de 1980 e 1982; dos 14 documentos dos Presidential Archives datados de 1980 a 1990; e ainda da imprensa brasileira e internacional, com destaque para a revista *Foreign Affairs*. Neste capítulo também analisaremos como, no quadro da consolidação dos regimes democráticos no Brasil, Argentina e Chile, o Conselho das Américas organizou o empresariado transnacional na construção de uma Área de Livre Comércio das Américas, proposta que ao final fracassou. Devemos nos valer aqui principalmente dos Congressional Records, 17 documentos datados de 1990 a 2000; dos Presidential Archives (National Archives), que trazem discursos de presidentes e representantes dos Departamentos de Estado e de Comércio em encontros do Conselho tratando do tema da Área de Livre Comércio; e também da imprensa brasileira e internacional.

Analisando a composição da diretoria do *Council of the Americas* em 1980 mostra que a quantidade de indivíduos ligados ao “setor financeiro” (bancos, seguradoras, casas financeiras) é notadamente maior em 1980 que em 1968-69. Em segundo lugar, e também com grande peso, estão de novo as petroquímicas.

Aumenta um pouco a quantidade de diretores provenientes da América Latina, como o colombiano Antonio Gebauer e o peruano Carlos Rodríguez-Pastor. Enrique Falia, da Dow Chemical, e Antonio Navarro são exemplo de que os chamados “guzanos” continuaram muito presentes no Conselho. Este último foi uma “aquisição” e tanto para o Conselho, pois trata-se de uma figura que era um importante aliado de Fidel, que combateu pela revolução de 1959 e depois tornou-se um dos mais ferozes anti-castristas.<sup>728</sup>

Chama atenção também o nome de Eduardo Orlansy, ex-presidente do ES Bankest, condenado por 44 acusações criminais, incluindo fraude bancária, fraude eletrônica, lavagem de dinheiro e conspiração, após um julgamento em Miami.<sup>729</sup> A lista completa da diretoria do Conselho das Américas encontra-se nos Apêndices.

A eleição de Reagan em 1980 foi a resultante de um movimento de mais longo prazo no interior da direita estadunidense, e daí a noção cunhada de “Nova Direita” para caracterizar esse movimento. Envolve desde o desenvolvimento do chamado pensamento neoliberal naquele ambiente cultural (tanto sua vertente austríaca quanto aquela conhecida como Escola de Chicago), mas também o renascimento do pensamento e ativismo conservador a partir dos

---

<sup>728</sup> Escreveu um livro de memórias publicado em 1986, intitulado *Tocayo: a cuban resistance leader's true story* (Tocayo era o nome de guerra de Antonio Navarro).

<sup>729</sup> Fonte: <https://www.reuters.com/article/us-usa-fraud/former-exec-to-pay-165-million-in-fraud-case-idUSN2829063820070828>. Acessado em 08 de março de 2020.

anos 1950. Embora derrotada, a campanha de Barry Goldwater à Presidência da República em 1964, através do Partido Republicano, tornou-se um marco importante da unificação dessa constelação ideológica que teve como importantes intelectuais William Buckley Jr. e Milton Friedman. Com a integração do movimento neopentecostal, a chamada direita cristã, a candidatura de Ronald Reagan conseguiu a base de massas que garantiu sua vitória em 1980.<sup>730</sup> Em seu governo, Reagan atacou os pilares do New Deal lançado na década de 1930 por Franklin Delano Roosevelt para deter a grande depressão econômica. Ele atacou violentamente o sindicato dos controladores de voos nos aeroportos, uma categoria bem remunerada e protegida socialmente que assistiu a demissão de mais de mil trabalhadores. Não obstante, a indústria bélica continuou a gozar de fartas transferências estatais de recursos, uma ilha keynesiana voltada ao complexo industrial militar, enquanto as receitas neoliberais foram aplicadas dando o sentido geral da sua política econômica. A excepcionalidade no campo militar explica-se também pelas necessidades da máquina imperialista de rivalizar com bloco liderado pela URSS, assim como apoiar forças que questionavam sua hegemonia na América Central.

Alguns meses após assumir o novo governo republicano nos Estados Unidos, são anunciadas oficialmente as intenções da nova gestão com relação à política externa para a América Latina. Em reunião no Conselho das Américas, o subsecretário de Estado para assuntos hemisféricos, Thomas O. Enders, afirmou que a política de Reagan para a América Latina se fundamentaria em uma “estreita relação” com o México; a “segurança e a prosperidade da Bacia do Caribe” e a “defesa das linhas de comunicação do Atlântico Sul”.

Tratando do tema redemocratizações, Enders elogiou a “evolução” da América Latina para “uma situação mais democrática”, assinalando em particular a “estabilidade do México, Colômbia e Venezuela, pontos de apoio no afiançamento da liberdade do Continente”.

Segundo uma reportagem que saiu na imprensa brasileira,

“O diplomata qualificou de ‘impressionante’ a abertura política brasileira e observou o recente ingresso do Peru e do equador no campo democrático. Quanto ao Chile e Argentina, disse que ‘foram reduzidas notadamente as violações dos Direitos Humanos, embora não se tenham solucionado as anteriores [violações]’.”<sup>731</sup>

---

<sup>730</sup> NASH, George H. *The conservative intellectual movement in America since 1945*. Nova York: Basic Books, 1979. GRANT, Robert. Nova Direita (Verbete). Em BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William (org.). *Dicionário do pensamento social no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 527-528. JONES, Daniel Stedman. *Masters of the Universe: Hayek, Friedman, and the Birth of Neoliberal Politics*. Princeton: Princeton University Press, 2012. BIANCHI, Alvaro. Buckley Jr., Kirk e o renascimento do conservadorismo nos Estados Unidos. Em CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 247-259.

Ainda segundo Enders, o interesse na “defesa do Atlântico Sul” (não se dizia de quem exatamente se estaria defendendo) se justificava pelo fato de que por ali passavam 46% das importações petrolíferas norte-americanas, 66% do que se consome na Europa Ocidental e a totalidade do que recebia o Brasil. Aí estava evidenciado, ainda que não explicitamente, o interesse comercial tanto dos Estados Unidos como dos correntes negócios das empresas petrolíferas. O representante do único país com bases militares próprias na América Latina, em seu discurso, acusou Cuba de estar “tentando transformar a Nicarágua em uma base militar própria no continente”, assinalando, em apoio dessa posição, informes (negados pela Nicarágua) de que estavam sendo enviados para esse país aviões de fabricação soviética.<sup>732</sup>

É possível desprender deste pronunciamento de Thomas Enders as prioridades elencadas pela administração Reagan para a América Latina: manutenção e ampliação da hegemonia/tutela militar da América latina (sob o slogan de “segurança do Atlântico Sul”, ou seja, os Estados Unidos se colocando como protetores/guardiões militares do subcontinente latino-americano), conjugada à guerra anti-comunista; e apoio às transições democráticas realizadas pelo alto e sem ruptura social, como era o caso do Brasil. Mais à frente no capítulo veremos o caso brasileiro e também como em outros discursos, Enders e Reagan associaram a receita de democracia (restrita) e “liberdade de mercado”, bem como os esforços governamentais para “promoção da democracia”, outro elemento importantíssimo da política externa de Reagan para a América Latina.

Na fala do presidente Reagan para “Líderes Democráticos do Hemisfério Ocidental”, 24 de janeiro de 1985, perante “líderes legislativos de 21 democracias”, Reagan reafirmou seus três propósitos políticos interligados:

“Encorajamento da democracia”;  
“Esforços para melhorar as condições de vida e as economias”;  
“Ajudar os governos amigos a defenderem-se contra o bloco soviético, e à subversão financiada por Cuba e Nicarágua”.<sup>733</sup>

Esses três pontos teriam sido abordados em sua fala perante o Conselho das Américas já em 08 de maio de 1984, em cadeia nacional de televisão e em 04 de dezembro de 1984, na recepção do presidente Lusinchi, da Venezuela.

---

<sup>731</sup> “Washington define política em relação à América Latina”. *Diário da Tarde* (Curitiba), 04 de junho de 1981, p. 6.

<sup>732</sup> “O discurso de Enders”. *Diário de Pernambuco*, 05 de junho de 1981, p.a-8.

<sup>733</sup> No original: “1. Encouragement of democracy; 2. Efforts to improve living conditions and the economies; 3. helping friendly governments defend themselves against Soviet bloc, Cuban/Nicaraguan-sponsored subversion”.

Reagan assume prometendo uma política de “big stick” para a América Central, que se encontrava em convulsão social e política desde a revolução nicaraguense de 1979. Embora esta não parecesse ser uma prioridade do Conselho, desde que a América Central não constituía um espaço de importância tão grande para as companhias do Conselho, em comparação a outros países, o órgão tampouco explicitou críticas a essa prioridade.

Ao contrário, manteve e reforçou seus laços empresariais com a América Central, mantendo-se assim como um ator político importante de mediação entre os Estados Unidos a sua força militar e a contra-revolução violenta apoiada pelos empresários nestes países. Uma evidência disto é um evento organizado pelo Conselho ainda em dezembro de 1980, portanto, antes de Reagan assumir; no qual o presidente da Costa Rica, Rodrigo Carazo, declarou que a América Central era “hoje um campo de batalha para a luta de seus povos pela liberdade e a dignidade”. Afirmou que a ter de escolher entre o “Modelo cubano” e o “modelo costarricense”, tinha “certeza de que o povo da América Central se inclinaria pela alternativa de Costa Rica”. Nas palavras do presidente Carazo,

“Nossa pacífica Costa Rica, seu governo e seu povo têm uma grande fé na capacidade dos centro-americanos de emergir dessa titânica batalha como países livres, democráticos e amantes da paz”. Afirmou que apoia a revolução nicaraguense pois defendem também sua própria soberania contra “um dos ditadores mais cruéis que o continente já teve”; sobre El Salvador, afirmou que “é a prova de fogo da América Central” e que a luta ali se polarizou entre uma esquerda extrema e uma direita extrema, mas que o governo de El Salvador, “chefiado por militares sensatos e civis progressistas, faz o que pode para defender os legítimos interesses de seu povo”.<sup>734</sup>

#### 4.1 RONALD REAGAN E O CONSELHO DAS AMÉRICAS

Pelo que pudemos observar nas fontes, as relações entre o Conselho e o governo Reagan, apesar de alguns atritos, eram bastante amistosas. Não surpreende, pois a afinidade anti-comunista os unia fortemente no plano ideológico; além disso, a posição de Reagan de defesa ativa dos interesses das companhias estadunidenses no mundo era muito bem vista pelos membros do Conselho. Assim, Reagan se sentia em casa para falar aos membros do Conselho, que por sinal lhe recebiam com muitas honrarias.

Em um discurso ao Conselho das Américas em 1983, Reagan sentia-se muito à vontade para elogiar a atuação do Conselho na América Latina. Em um vídeo disponibilizado no *youtube* pela própria *Reagan Library*, podemos observar detalhes deste e de outros

---

<sup>734</sup> “Carazo ainda acredita em solução democrática”. *Diário de Pernambuco*, 06 de dezembro de 1980, p. A-14.

discursos de Reagan no Conselho ao longo dos anos 1980, os quais mencionaremos ao longo deste capítulo.

O cenário era pomposo. O salão, decorado com peças em ouro e gesso, estava lotado de senhores vestidos em black-tie, todos homens e brancos, esperando a entrada e aplaudindo o anúncio de David Rockefeller e do presidente Ronald Reagan.

David Rockefeller fez um pequeno discurso de abertura, mencionando a “coragem do presidente” em lidar com “questões complexas” como a “guerra” na América Central. Disse ainda que seria necessária uma “unidade” para lidar com problemas tais como a deterioração econômica da América do Sul, a prolongada recessão, os problemas com o livre comércio; as dívidas externas dos países latino-americanos os preços das commodities, entre outros. O banqueiro lembrou que o Conselho das Américas representava 80% dos investimentos norte-americanos na América Latina e destacava a presença de *counterparts* da entidade nesses países e no Canadá. Nas palavras de Rockefeller, Reagan despertava “inspiração”, e a sua participação naquele fórum era uma prova da “dedicação” do presidente em “encontrar colaboração entre as Américas”.

O presidente Reagan iniciou saudando David Rockefeller e George Landau, dizendo sobre como era ótimo estar em um ambiente no qual não era necessário lembrar o “papel vital” da América Latina para os Estados Unidos. E que haveria resistência a quaisquer esforços que visem “negar a essas pessoas a liberdade e a democracia que eles merecem”. Nas palavras de Reagan, agora haveria “esperança” para essa região, e os Estados Unidos não poderiam faltar com seu compromisso com esses “vizinhos cuja cultura e herança são parte de nossa própria”. Dirigindo-se ao Conselho das Américas, afirmou:

“As contribuições que vocês realizaram no passado e fazem hoje são motivo de otimismo em relação ao futuro do hemisfério. Ao longo dos anos vocês contribuíram para o desenvolvimento dirigido para as exportações que trouxe à tona a maior expansão do comércio e do bem-estar em toda a história do mundo. Vocês desenvolveram novas técnicas de gerenciamento que os trouxeram para uma associação próxima com os cidadãos dos países em que vocês realizam negócios. Vocês observaram suas leis e serviram às suas metas nacionais, provando assim o interesses dos países deste hemisfério.”<sup>735</sup>

---

<sup>735</sup> The contributions you've made in the past and are making today are reason for optimism about the hemisphere's future. Over the years you've contributed decisively to the export led development that has brought about the greatest expansion of trade and well being in the history of the world. You've developed new management techniques that have brought you into close association with citizens of the countries in which you do business. You've observed their laws and served their national goals, thereby proving the common interests of the countries of this hemisphere.” REAGAN, Ronald. “Remarks at a White House for the Council of the Americas”. 1 de junho de 1983. National Archives. Ronald Reagan Presidential Archives.

Segundo Reagan, “o negócio privado é a mola propulsora do desenvolvimento”, e por consequência da expansão do arrecadamento de impostos dos quais os serviços sociais dependem, e sobretudo o dinamismo e a tecnologia e oportunidades que aprimorariam os “laços comerciais e políticos entre as nações”.

Esses avanços estariam sendo desafiados por duas crises: a “recessão global” e a “ameaça comunista à liberdade e independência da América Central”; e a solução para ambas seria a “liberdade” – “liberdade para desfrutar dos frutos da inovação, da competição, e do livre comércio”, a “liberdade para mobilizar a cooperação e a criatividade de muitas pessoas que valorizam o trabalho como ética para melhorar seu destino”; e, finalmente, a “liberdade para construir e resolver problemas sem o peso sufocante da tirania totalitária”.

Segundo Reagan, a “saúde e força” das economias no hemisfério seria um elemento chave para a própria segurança nacional dos Estados Unidos. Em uma onda de “nova solidariedade”, baseada em “valores compartilhados”, e apesar de ter três línguas diferentes, haveria “um só Deus” (“we worship the same God”). Haveria uma identidade cultural em comum, e seríamos “americanos de um pólo a outro”.

Dramatizando seu discurso com imagens históricas, Reagan afirmou para a audiência dos membros do Conselho das Américas que:

Hoje a eficiência, recursos e know-how deste setor dos negócios americanos são tão lendários quanto o espírito dos pioneiros, e seu papel não é menos histórico. Na América Central, no Caribe e em toda a América Latina, vossas empresas terão impacto tremendo no futuro político e econômico do hemisfério.<sup>736</sup>

Tratava-se, pois, de uma tarefa histórica equiparável à colonização do país “espalhar o negócio americano através do hemisfério”. Este seria um papel que, segundo o presidente, o Conselho das Américas poderia fazer melhor que ninguém.

Reagan, então, agradecia à contribuição de membros do Conselho das Américas à Iniciativa do Caribe, programa que estava “muito próximo de se tornar realidade”, segundo ele, mas apelou para os presentes o seu apoio “ativo”:

Vocês devem dos governos desses países alguma garantia de que a violência e a subversão, a tentativa de assumir à força dos governos desses países podem ser reprimidas. E lá, eles devem ter nossa ajuda para impedir essa violência para que vocês possam avançar com o investimento e trazer suas

---

<sup>736</sup> “Today the efficiency, resources, and know-how of this part of American business are as legendary as the spirit of those pioneers, and your role is no less historic. In Central America, in the Caribbean, and throughout Latin America, your enterprise will have tremendous impact on the political and economic future of the hemisphere”. REAGAN, Ronald. “Remarks at a White House for the Council of the Americas”. 1 de junho de 1983. National Archives. Ronald Reagan Presidential Archives.

economias até onde as diferenças na sociedade que existem podem ser superadas, e eles podem ter padrões de vida comparáveis aos nossos.<sup>737</sup>

O *Estadão* reportou este discurso de Reagan no Conselho das Américas, destacando a afirmação do presidente de que “a arma essencial contra a ameaça comunista à liberdade e independência da região é a liberdade”; e que “a utopia comunista foi rechaçada outra vez, porque não traz progresso econômico, nem justiça, enquanto uma sociedade democrática pode alcançar as duas metas”.<sup>738</sup>

#### 4.2 A “INICIATIVA PARA O CARIBE” E A OFENSIVA ESTADUNIDENSE NA AMÉRICA CENTRAL

A Revolução Nicaraguense de 1979, liderada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional mudou o panorama da América Central na década de 1980. Além da Nicarágua, o contexto explosivo observou-se em El Salvador, quando a violência da direita apoiada pelos Estados Unidos levou ao assassinato do arcebispo da capital salvadorenha Óscar Romero em 1980 quando rezava uma missa. A luta armada da esquerda, conformada principalmente por comunistas e cristãos da teologia da libertação na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, desenrola-se contra o governo direitista de El Salvador, que se torna a capital da contrarrevolução na América Central ao lado de Honduras. A partir de 1981, John Negroponte, que já vinha atuando no âmbito da Operação Condor, vai se tornar Embaixador americano em El Salvador, assumindo a função de coordenação de paramilitares que ficariam conhecidos como “contras”, e que atuariam para sufocar as perspectivas revolucionárias do governo nicaraguense e da guerrilha salvadorenha.<sup>739</sup>

Em seu discurso de 1983 para os empresários do Conselho das Américas, Reagan afirmara que a política para a América Central e o Caribe continuaria a mesma, que o apoio

---

<sup>737</sup> “You must have some assurance that the violence can be curbed in some of those other countries, the subversion that is going on and the attempt to take over by force from the governments of those countries. And there, they must have our help in stemming that violence so that you can go forward with investment and bringing their economies up to where the differences in society that exist can be overcome, and they can have standards of living comparable to ours.” REAGAN, Ronald. “Remarks at a White House for the Council of the Americas”. 1 de junho de 1983. National Archives. Ronald Reagan Presidential Archives.

<sup>738</sup> “Embaixador diz que não há invasão”. *O Estado de S. Paulo*, 02 de junho de 1983, p. 6.

<sup>739</sup> Sobre a política dos Estados Unidos para a América Central, são incontornáveis os trabalhos de LAFABER, Walter. *Inevitable Revolutions: The United States in Central America*. Second Edition. New York: W.W. Norton, 1993; LEOGRANDE, William M. *Our Own Backyard: The United States in Central America, 1977–1992*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1998; e ROUQUIÉ, Alain. *Guerras y paz en América Central*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1994.

bipartidário era necessário, que “ninguém estava contra” ninguém na América Central, que sim se estava “a favor das pessoas” lá.<sup>740</sup>

Nesse discurso, Reagan contou sobre uma viagem recente à Costa Rica, descrita por ele como “a mais antiga democracia que temos nas Américas”. Em tom de anedota, narrou que enquanto ele estava discursando, um homem que ele soube depois pelo presidente ser um congressista “comunista” (Reagan não menciona seu nome), levantou-se da audiência e começou a desafiá-lo. “Bom, eu tinha um microfone e ele não; então quando finalmente percebi que podia falar mais alto que ele, eu o fiz” (risos na platéia). Depois o presidente teria dito que ele era o único comunista naquela legislatura, e também o único que dirigia um Mercedes (risos novamente). Em essência, Reagan se orgulhava de caçar a palavra de um comunista (como bom comunista, corrupto e contraditório em sua prática, no pensamento de Reagan), cuja empáfia de desafiar o presidente dos Estados Unidos, não merecia um debate com argumentos. Não há nenhuma referência, obviamente, ao conteúdo do que teria dito o congressista no referido episódio.<sup>741</sup>

A “Iniciativa da Bacia do Caribe” entra em vigor no dia 1 de janeiro de 1984.

Em 04 de fevereiro de 1984, o *Estadão* estampava o novo plano de Reagan para a América Central, noticiando a concessão de 8 bilhões de dólares em “ajuda militar e econômica” aos países da área, nos cinco anos seguintes. Em discurso para líderes do Congresso e diplomatas, o presidente anunciava os principais aspectos do plano elaborado com base nas recomendações do Relatório Kissinger.<sup>742</sup>

Porém, como chamava a atenção a reportagem, “ao contrário do que recomendava a comissão” [de Kissinger], a proposta anunciada pelo presidente “desvinculava a ajuda norte-americana de progressos no campo dos direitos humanos”. El Salvador receberia, segundo o plano, 376 milhões de dólares de ajuda militar (armas e treinamento) somente entre 1984 e 1985; e os demais países da Bacia do Caribe totalizariam 203 milhões de dólares, em sua maior parte para Honduras. O próprio Kissinger foi debater o assunto com o Conselho das Américas, em Nova York. Na ocasião, segundo o *Estadão*, ele teria afirmado que “não haverá esperança para a América Central se não forem atacados de uma só vez os problemas sociais, econômicos, políticos e de segurança, que não podem ser separados”.<sup>743</sup>

---

<sup>740</sup> REAGAN, Ronald. “Remarks at a White House for the Council of the Americas”. 1 de junho de 1983. National Archives. Ronald Reagan Presidential Archives.

<sup>741</sup> *Ibid.*

<sup>742</sup> “O plano Reagan para a América Central”. *O Estado de S. Paulo*, 04 de fevereiro de 1984, p. 7.

<sup>743</sup> *Ibid.*

Pouco tempo após o lançamento oficial da Iniciativa, no Conselho das Américas, em maio de 1984, Reagan afirmou que

Como sabem, uma comissão bipartidária na América Central, chefiada por Henry Kissinger, chegou a essa conclusão, relatada em meados de janeiro. Na América Central hoje, a pessoas amantes da liberdade, nossos amigos, estão sendo atacadas por insurgentes patrocinados pelo bloco soviético e por Cuba. Estamos tentando ao máximo ajudar essas pessoas corajosas e decentes a desenvolver suas instituições democráticas e melhorar sua sorte econômica. Mas se não fizermos nada ou não o suficiente para ajudá-los a se protegerem, haverá consequências sombrias para pagar. Não trata-se só a segurança deles, é a nossa segurança.<sup>744</sup>

Ainda nessa ocasião, o presidente Reagan afirmou que se os comunistas vencessem, e viesse a ocorrer uma “onda de refugiados” e uma “ameaça direta” às fronteiras dos EUA, isso aconteceria “não porque agimos, e sim porque não agimos o suficiente”. E “maiores incursões comunistas” na América Central certamente iria prejudicar a estabilidade em toda a região e trazer “problemas financeiros ainda mais severos”.

Nos arquivos da CIA, encontramos o próprio convite assinado por David Rockefeller convidando o presidente Reagan para a 15ª *Washington Conference for Corporate Executives*, do Conselho das Américas, que se daria em 08 de maio de 1984, das 18h:30 às 20:30h no *Hall das Americas* da OEA. Em um *memorandum* da CIA sobre o tema, encontramos as seguintes perguntas /respostas:

“Quem (de forma geral) vai ao encontro?”

Resposta: “Executivos de corporações”.

“Alguém de fora?”

Resposta: “Provavelmente”.

“Alguma situação constrangedora que podemos antecipar?”

Resposta: “Não. Não consta”.

No mesmo mês de maio de 1984, os Estados Unidos admitem oficialmente que realizaram uma ação terrorista na Nicarágua, ao colocar minas nos portos. A notícia estava nas páginas do jornal *Última Hora*: “A Nicarágua não teria nenhum incentivo para cortar seus laços militares com a União Soviética e Cuba se os Estados Unidos interrompessem seu apoio aos rebeldes”.<sup>745</sup>

---

<sup>744</sup> “As you're aware, a bipartisan commission on Central America, headed by Henry Kissinger, came to that conclusion when they reported in mid January. In Central America today, freedom loving people, our friends, are under attack by Soviet bloc and Cuban backed insurgents. We're trying our best to help these courageous and decent people develop their democratic institutions and better their economic lot. But if we do nothing or not enough to help them protect themselves, there will be grim consequences to pay. It's not only their security; it's our security.” REAGAN, Ronald. “Remarks at a Meeting of the Council of the Americas”. 08 de maio de 1984. National Archives: Ronald Reagan Presidential Library.

<sup>745</sup> “Motley admite ação terrorista”. *Última Hora*, 10 de maio de 1984, p. 6.

Em 21 de maio de 1985, Reagan assinou, junto com o presidente de Honduras, Suazo Cordova, uma declaração conjunta reafirmando a intenção de “agir com firmeza para enfrentar as sérias ameaças à paz e à segurança dos dois países”, alertando para o “potencial de agressão do regime sandinista”; e confirmando que, “se necessário”, seria acionado o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca).<sup>746</sup>

No mesmo mês, na reunião anual do Conselho das Américas em Washington, o presidente Reagan afirmou aos empresários ali reunidos que “a América Central se recuperou economicamente”, mas “sustentar esse crescimento requer um processo de longo prazo de reformas econômicas prudentes”. “Consistente com o que descobriu a Comissão Kissinger (bipartidária)”<sup>747</sup>, reafirmou, vamos alcançar o esforço de assistência econômica e de segurança para a América Central através do plano Jackson (em razão do senador Henry Scoop Jackson)”.<sup>748</sup>

O presidente agradeceu ao Governador de Puerto Rico, Rafael Hernandez Colon, que estava na plateia, pelo apoio para “promover a democracia e o progresso econômico em toda a região do Caribe”<sup>749</sup>. Reagan mencionou também um encontro com o Presidente Duarte de El Salvador, um país que, segundo ele, estava “superando uma situação econômica desesperadora e fazendo enorme progresso em seus esforços para desenvolver as instituições democráticas”, e isso que um ano antes o Congresso quase proibiu a assistência militar a este

---

<sup>746</sup> “EUA podem usar TIAR em Honduras”. *O Estado de S. Paulo*, 22 de maio de 1985, p. 6. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) foi firmado em 1947, no momento de fundação da Guerra Fria. Seu princípio é o de que qualquer agressão a qualquer país do hemisfério deveria ser entendido como uma agressão a todos. Isso naturalmente dava aos Estados Unidos a prerrogativa de liderança militar do continente, e, dada a conjuntura, seu teor anticomunista é evidente.

<sup>747</sup> A Comissão Nacional Bipartidária sobre América Central foi criada em 1984 com o objetivo de angariar apoio no Congresso para a política de Reagan para a América Central, particularmente a ajuda aos Contras na Nicarágua e para o novo governo de El Salvador, alinhado com os Estados Unidos. O ex-conselheiro Henry Kissinger encabeçou a iniciativa, que contou com 20 membros do Congresso. O relatório foi lançado ainda em janeiro de 1984. Ver *Report of the National Bipartisan Commission on Central America* (1984). Ver FEINBERG, Richard E., “The Kissinger Commission Report: A Critique,” in *World Development* 12, no. 8 (1984): 867-876; e LEOGRANDE, William M., “Through the Looking Glass: The Kissinger Commission Report on Central America” *World Policy Journal*, 1, no. 2 (1984): 251-284. Para outras críticas, de dentro mesmo do Establishment nos Estados Unidos, ver SCHLESINGER, Arthur M. “Failings of the Kissinger Report”. *New York Times*, 17 de janeiro de 1984. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1984/01/17/opinion/failings-of-the-kissinger-report.html>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2020.

<sup>748</sup> REAGAN, Ronald. “Remarks at the Annual Conference of the Council of the Americas”. 21 de maio de 1985. National Archives, Ronald Reagan Presidential Library. Do Partido Democrata, anti-comunista, Henry M. Jackson era senador por Washington (1953-1983); e foi uma importante influência no neoconservadorismo americano.

<sup>749</sup> Do Partido Popular Democrático, Rafael Hernández Colón foi governador de Porto Rico por três mandatos, entre 1973 e 1977 e depois de 1985 a 1993.

governo, o que teria minado todo o trabalho que o presidente Duarte estava tentando alcançar.<sup>750</sup> O presidente Duarte se levanta e recebe aplausos.<sup>751</sup>

Reagan procurava mostrar os seus resultados na política externa lembrando capturas de líderes guerrilheiros, e uma suposta confissão de um desertor da guerrilha teria comprovado a tese do governo dos Estados Unidos (e que alguns membros do Congresso não acreditavam): que a Nicarágua estava dando apoio para a insurgência comunista em El Salvador. Um suposto “ex-líder guerrilheiro” teria confessado que estava recebendo de 20 mil a 30 mil balas de munição e 5.000 bastões de TNT da Nicarágua cada mês, e supostamente obtinha 70 por cento de suas armas da Nicarágua.<sup>752</sup>

Reagan então mencionou uma conversa de Bud McFarlane com os *Contras* durante uma visita à América Central, na qual este oficial teria perguntado a eles porque igual aos comunistas não bombardeavam alvos estratégicos, como os comunistas estariam atacando (pontes, linhas de energia elétrica, assassinando prefeitos), e os *Contras* teriam afirmado que não o faziam porque isso “feriria o povo, e nós somos do povo”. “Eu penso que eles merecem nosso apoio”, apelou Reagan.<sup>753</sup> Ajudar aqueles que “lutam pela liberdade” e prover assistência militar aos “amigos democráticos” na América Central, reafirmou, era central para a própria segurança nacional dos Estados Unidos. “Está em nossas mãos construir uma nova unidade de propósito neste hemisfério, para recuperar o espírito de liberdade e empreendedorismo que trouxe muitos dos nossos antepassados do Velho Mundo para o Novo”.

754

No Conselho das Américas, em agosto de 1985, o secretário de Estado George Shultz criticou a decisão do Congresso americano de “negar ajuda” aos anti-sandinistas, que levou o

---

<sup>750</sup> “Now, last week I met with President Duarte of El Salvador, a country that is turning around a desperate economic situation and making great progress in its efforts to develop the institutions of democracy. I couldn't help but remember how close the House vote was last year on the crucial issue of military assistance to his government. A loss would likely have undermined everything that President Duarte was trying to accomplish”. *Ibid.* Vídeo disponível no youtube.

<sup>751</sup> Do Partido Democrata Cristão, José Napoleón Duarte Fuentes foi presidente de El Salvador entre 1984 e 1989.

<sup>752</sup> “The former Salvadoran guerrilla leader reportedly confirmed they'd been getting 20,000 to 30,000 rounds of ammunition and 5,000 sticks of TNT from Nicaragua every month, and he asserts they get 70 percent of their arms from Nicaragua”.

<sup>753</sup> “I might point something out here that's rather of interest. Our Bud McFarlane was in Central America not too long ago, and he was talking to the contra leaders there. And he asked them he said, apropos of what the guerrillas are doing in El Salvador and the attacks that they're making on these vital structures he said, ‘Why, if you're trying to put pressure on your government here why don't you attack some of these vital, strategic targets?’ And to show you the difference between the contras and the guerrillas, the contras said, ‘No, that would hurt the people, and we're of the people. We're not going to do that’.” I think they deserve our support”. *Ibid.*

<sup>754</sup> “We have it within our grasp to build a new unity of purpose in this hemisphere, to recapture the spirit of freedom and enterprise that brought many of our forebears from the Old World to the New.” *Ibid.*

presidente Ronald Reagan, segundo uma reportagem do *Estadão*, a “bater o punho na mesa” em uma reunião com líderes republicanos. Reagan se queixava de que não podia “fazer nada sem ter que ir ao Congresso com frequência” para se explicar.<sup>755</sup>

#### 4.3 O CONSELHO DAS AMÉRICAS E A CIA: COLABORAÇÕES E TENSÕES

Pudemos encontrar no próprio arquivo digital disponibilizado pela CIA em seu sítio eletrônico alguns documentos bastante reveladores sobre a relação entre o Conselho das Américas e a política estadunidense para a América Latina (a oficial e a *de facto*). Em primeiro lugar, se nota uma intensa troca de correspondências entre a agência de inteligência nacional e a entidade empresarial.

Em 23 de março de 1982, Samuel L. Hayden, então presidente do Conselho das Américas, envia carta a William J. Casey, então diretor da CIA. O tema não poderia ser outro: América Central.

“A atual situação política e econômica na América Central” – e, “igualmente importante”, os “potenciais efeitos no México” eram objeto de preocupação de muitos dos membros corporativos do Conselho.

Nossos membros corporativos estão profundamente preocupados que forças inimigas dos Estados Unidos estão ameaçando a segurança dos Estados Unidos, e interesses econômicos e comerciais na região. Ademais, nossos membros estão perturbados [disturbed] que muito da informação comunicada ao público sobre a América Central pode, na verdade, ser falso ou desinformação. [...]

Como você deve estar ciente, o Conselho foi convidado pelo governo para ajudar a elaborar a Iniciativa para a Bacia do Caribe. Nós aceitamos o convite e vamos seguir jogando um papel ativo nesse esforço. A questão relativa à segurança é uma sobre a qual precisamos estar melhor informados. Esperamos que você concorde em nos resumir para nós esse assunto crítico.<sup>756</sup>

É interessante notar que no timbre do Conselho das Américas, agora, aparece o seguinte: “Uma afiliada da Americas Society” [“An affiliate of the Americas Society, Inc.”].

Em 02 de abril de 1982, a resposta de William J. Casey ao convite do Conselho das Américas foi positiva: “Obrigada por sua carta recente pedindo um encontro sobre a América Central e o México para os membros do Conselho das Américas. Será um prazer recebê-lo

---

<sup>755</sup> *Ibid.*

<sup>756</sup> No original: “Our corporate members are deeply concerned that forces inimical to the U.S. are threatening U.S. security, economic and commercial interests in the region. Additionally our membership is disturbed that much of the information communicated to the public on Central America may, in fact, be misinformation or disinformation”. *Ibid.*

como meu convidado aqui na CIA”.<sup>757</sup> Alguns dias depois, em 13 de abril de 1982, Samuel L. Hayden lhe agradece: “Caro Sr. Casey, obrigada por concordar com a sessão com o seletivo grupo de corporações do Conselho das Américas em Langley [...] Nós também estamos ansiosos pelo encontro”.<sup>758</sup>

Poucos meses depois novas reuniões: em 11 de maio de 1982, encontramos um *Memorandum* para o *Staff* de Segurança do Diretor da CIA [DCI Security Staff], da Divisão de Relações Públicas [*Public Affairs Division*], confirmando o uso da Sala de Conferências no dia 03 de junho, das 14h às 16h. E, alguns dias depois, no dia 01 de abril de 1982, *memorandum* do Diretor da CIA ao Diretor da Secretaria de Relações Externas [*Office of External Affairs*] da CIA, para que aprovasse a visita e assinasse a carta de convite ao COA. No *memorandum* se lê que a apresentação de Casey deveria se limitar a 30 minutos, seguida por uma sessão de Perguntas e Respostas por uma hora mais, com outros agentes da CIA.

Em outro *memorandum*, datado de 27 de maio de 1982, se nomeava os agentes da CIA que acompanhariam Casey (nomes todos apagados).

Depois de uma breve apresentação de boas-vindas por você, agendamos com [nome apagado] para dar uma apresentação substancial sobre América Central e México. Ele será seguido por [nome apagado] chefe do [apagado] que informará ao COA sobre atividades de [apagado].<sup>759</sup>

Em 14 de fevereiro de 1984, encontramos uma carta de Charles Hill para vários órgãos governamentais, entre eles a Casa Branca e a CIA, sobre um encontro no dia seguinte para debater a “estratégia legislativa” para a América Central. Em anexo estava a os itens que seriam debatidos no encontro, com as fases da estratégia, e entre os itens de debate encontramos o item III, “Elementos chave para o plano de ação” [“Key elements of action plan”], e no ponto 5 desse item, se lê: “Coordenação com grupos de interesse de fora (AFL-CIO, Conselho das Américas, etc)”. [“coordination with outside groups of interest groups (AFL-CIO, Council of the Americas, etc)”]. Este documento mostra que a CIA contava com a atuação do Conselho das Américas, portanto, a entidade era oficialmente considerada uma colaboradora da Agência Central de Inteligência.

---

<sup>757</sup> No original: “Thank you for your recent letter requesting a briefing on Central America and Mexico for members of the Council of the Americas. I will be happy to have you as my guest here at CIA”. *Ibid.*

<sup>758</sup> No original: “Thank you for agreeing to brief a select group of Council of the Americas corporations at Langley [...] We, too, look forward to the meeting”. *Ibid.*

<sup>759</sup> No original: “Following a short welcoming presentation from you, we have scheduled NIO for Latin America ----- to give a substantive briefing on Central America and Mexico. He Will be followed by ----- Chief of the ----- who Will brief them on ----- activities.” *Ibid.*

Em 10 de abril de 1986, encontramos *memorandum* cuja autoria foi censurada, dirigido ao diretor da CIA, sobre a distribuição de um relatório. O *memorandum* sugeria que o relatório intitulado “Intelligence Collection in the USSR Chamber of Commerce and Industry” deveria ser distribuído ao público (especialmente às Câmaras Americanas de Comércio, ao Conselho das Américas e à mídia empresarial [business-oriented media]). Esse documento mostra que a CIA recolhia informações e elaborava relatórios sobre a União Soviética e os distribuía para as Câmaras de Comércio Americanas, para o Conselho das Américas e até mesmo diretamente para a mídia.

Outra evidência cabal das relações institucionais entre o Conselho e a CIA é a palestra dada pelo próprio David Rockefeller nos quartéis de tal agência, conforme pudemos encontrar nos documentos disponibilizados pela própria CIA. O conteúdo da palestra não está disponível, porém sabemos que esse realizou em 16 de fevereiro de 1978, conforme pode ser verificado em documento anexo nos apêndices. Além disto, vários outros documentos da CIA mostram visitas e eventos conjuntos regulares ao longo dos anos 1980.

#### 4.4 TENSÕES DIPLOMÁTICAS: ARGENTINA (MALVINAS) E VENEZUELA (OTTO REICH)

Outro dos episódios geopolíticos importantes sob a administração Reagan, envolvendo a relação de seu país com a América Latina, teve a ver com a Guerra das Malvinas, em 1982, na qual o discurso oficial era pela busca de uma solução negociada entre Argentina e Inglaterra. Como não poderia deixar de ser, o Conselho das Américas, na ocasião, convocou um comitê para escutar as opiniões empresariais e definir qual a melhor política para a situação. Neste caso, a ação política-empresarial coordenada pelo Conselho seria de, apesar da hesitação do governo dos Estados Unidos e de seu apoio de facto à Inglaterra, acalmar os ânimos latino-americanos. A contradição notada do ponto de vista daqui era óbvia: os Estados Unidos estavam naquele mesmo momento intervindo militarmente na América Central, supostamente defendendo a soberania do continente frente à suposta ameaça soviética e cubana; mas quando uma poderosa nação europeia ataca um território até então pertencente a um país do hemisfério, o Big Brother não fala em acionar o TIAR nem nada do gênero. O papel do Conselho das Américas aqui foi o colocar panos quentes nas relações políticas e militares, em nome da preservação dos laços econômicos.

Em junho de 1982, o *Jornal do Brasil* noticiava que o Conselho das Américas pretendia formar um comitê de empresários para atenuar os efeitos do apoio dos EUA à

Inglaterra na Guerra das Malvinas. Segundo a reportagem, “o plano dos empresários visa, principalmente, a convencer os latino-americanos de que, apesar da decisão do governo a favor da Grã-Bretanha, os Estados Unidos mantiveram sempre seu propósito de conseguir uma solução negociada para o conflito e que as empresas querem manter seus vínculos no hemisfério”. Ainda de acordo com a reportagem, alguns membros do governo, como Jeanne Kirkpatrick e William Clark, eram contrários ao apoio de Washington a Londres. Segundo uma fonte estadunidense do *Estadão*, os Estados Unidos teriam se oposto a um projeto inglês de bombardear os aeroportos argentinos a partir de bases no Chile.<sup>760</sup>

Outro incidente diplomático envolvendo os Estados Unidos e um país latino-americano teve em seu epicentro uma figura importante do Conselho das Américas: Otto Reich, que foi presidente da entidade. Reagan indicou Reich para a estratégica Embaixada norte-americana em Caracas, o que recebeu reação imediata, desde que conhecido o passado anti-comunista desta figura. Otto Reich era o típico *guzano* que se vendeu aos Estados Unidos durante a guerra fria: saiu de Cuba logo após a revolução cubana; entre 1975 e 1976, serviu à prefeitura de Miami e logo se mudou para Washington para chefiar um escritório do Conselho das Américas; apoiou a campanha de Reagan em 1981, e foi nomeado Diretor para América Latina da AID.

É de se notar a importância que atribui o Conselho das Américas a este posto (Embaixada em Caracas), desde que o Embaixador anterior a Reich também foi presidente do Conselho das Américas: George Landau. Em agosto de 1985, o *Estadão* noticia: o presidente Jaime Lusinchi manifestou desacordo com a intenção de Reagan em indicar Otto Reich para a Embaixada dos EUA na Venezuela em substituição a George Landau.<sup>761</sup>

Encontramos nos arquivos da CIA uma série de documentos sobre o tema, memoranduns, recordes de jornais, entre outros.

Em 18 de novembro de 1985, Otto Reich é nomeado Embaixador para a Venezuela. No mesmo dia, é enviado um memorandum de John G. Roberts para Richard A. Hauser, intitulado “Prospective nomination of Otto J. Reich to be Ambassador to Venezuela”, onde seu autor afirma que o próprio Reich relatava que seu nome para o posto poderia sofrer resistência por ter sido parte do Conselho das Américas, bem como por ser identificado com a política do governo para a América Central; uma grande parte do *memorandum* foi censurada, porém na última frase lemos que Roberts não tinha objeção em dar seguimento à nomeação.

---

<sup>760</sup> “Reagan renegociará com A. Latina”. *Jornal do Brasil*, 02 de junho de 1982, p. 13.

<sup>761</sup> “Venezuela veta nome de diplomata”. *O Estado de S. Paulo*, 17 de agosto de 1985, p. 9.

Em 16 de janeiro de 1986, o jornalista Alfonso Chardy, do *Miami Herald*, publicava matéria intitulada “Reagan to name controversial official for Venezuela post”. Segundo ele, o anúncio veio após meses de especulação entre relatos de que a Venezuela havia rejeitado a indicação. No centro das preocupações da Venezuela foi a liderança exercida por Reich no programa anti-Nicarágua: a Venezuela era um dos quatro países envolvidos nos acordos de paz de Contadora, acordos que tinham por objetivo um relaxamento das tensões entre Estados Unidos e Nicarágua.

Uma das ações de Reich, conforme consta na reportagem coletada pela CIA, teria sido a utilização de freqüentes vazamentos (divulgação de documentos secretos da CIA) sobre os sandinistas e sobre rebeldes salvadorenhos, de maneira a gerar o clima interno e externo necessário para o programa do governo. Em uma entrevista, de acordo com a reportagem, o próprio Reich teria afirmado que a tarefa, levada a cabo por ele com sua equipe de 20 pessoas, foi um sucesso: pesquisas de opinião passaram a mostrar crescente apoio dos americanos às políticas de Reagan. Em agosto do ano anterior, o jornal venezuelano *El Universal* citou fontes não-identificadas do Ministério das Relações Exteriores segundo as quais o governo de Jaime Lusinchi teria manifestado seu descontentamento com relação ao nome de Reich junto ao Departamento de Estado.<sup>762</sup>

Conforme assinalamos no início deste capítulo, a fundação da *Americas Society* foi um marco na história do Conselho das Américas, visto que desde o princípio são organizações coligadas, com determinada divisão de trabalho entre elas, e a mesma direção, exercida por David Rockefeller.

Em suas *Memórias*, ele narra o que teria sido uma dificuldade para o funcionamento da entidade ao longo dos anos 1980: financiamento. Segundo Rockefeller,

“Os déficits anuais e uma pequena dotação inibiam sua eficácia. Eu queria resolver estes problemas o mais rapidamente possível, então em 1987 contratei uma empresa de consultoria para ajudar a planejar uma campanha por capital.

O relatório não foi encorajador. Nenhum dinheiro, afirmou ele, viria da América Latina, e o máximo que podíamos esperar levantar nos Estados Unidos eram 5 milhões de dólares. Precisávamos de pelo menos o dobro disso, então demitimos os consultores e desenvolvemos nosso próprio plano. Estabelecemos uma meta de US\$ 10 milhões e decidimos pedir aos membros latino-americanos do Chairman’s Council uma parcela considerável deste valor. Só isso já foi um desafio considerável. Latino-americanos ricos tinham acabado de começar a apoiar instituições da sociedade civil além da Igreja Católica, e convencê-los a doar somas substanciais de dinheiro a uma

---

<sup>762</sup> Jaime Lusinchi, da AD, governou a Venezuela entre 1984 e 1989. A partir de 1987 seu governo enfrentou enormes dificuldades quanto ao pagamento da dívida externa, aumento da inflação, depreciação da moeda e crescentes denúncias de corrupção.

instituição sediada nos EUA seria uma tarefa complicada, mas eu estava decidido a tentar.

O levantamento de fundos caritativos bem-sucedidos tem muito em comum com o gerenciamento de uma empresa: requer liderança, persistência e criatividade. De acordo com isso, na campanha da Americas Society coloquei a bola para rolar com uma contribuição de 1 milhão de dólares para demonstrar meu próprio compromisso e estabelecer um nível de doação para os outros. Depois, porque eu sabia que seria importante conseguir desde cedo pelo menos um compromisso substancial de um proeminente latino-americano, procurei Amalia de Fortabat, proprietária da maior empresa de cimento da Argentina, falei a ela de minha doação, expliquei meu raciocínio e pedi para fazer o mesmo. Amalia rapidamente compreendeu a lógica de minha abordagem e atendeu a meu pedido. Nossas doações estimularam outras contribuições; na verdade, levantamos US\$11,5 milhões, mais que o dobro que os ‘especialistas’ previram, com um terço do montante proveniente da América Latina, que também se tornou mais envolvida nos assuntos da Society.”<sup>763</sup>

Ainda de acordo com as Memórias de David Rockefeller, o personagem central no “rejuvenescimento” da Americas Society e do Conselho das Américas na década de 1980 foi George Landau, descrito por Rockefeller como um “funcionário incomum das Relações Exteriores – vigoroso, enérgico, iconoclasta”, que “acreditava firmemente na importância de apoiar o setor privado americano com todos os recursos disponíveis”. Landau foi presidente da Americas Society e do Conselho nos últimos 8 anos de David Rockefeller como presidente do Conselho. “Nossa comunicação pessoal e respeito mútuo resultaram em uma parceria incomumente eficaz. Foram anos emblemáticos para as duas organizações”, afirmou.<sup>764</sup>

George W. Landau (1920-2018) foi um importante diplomata estadunidense, tendo sido Embaixador no Paraguai, Chile e Venezuela. Ele começou sua carreira diplomática como assessor comercial na Embaixada aos EUA em Montevideu, e foi membro da delegação estadunidense no encontro de Punta del Este, em 1961, que criou a Aliança para o Progresso. Foi o Embaixador no Chile nos cruciais anos de 1977 a 1982 (depois de David H. Popper e antes de James D. Theberge), e no Paraguai entre 1972 e 1977. Landau foi, portanto, o porta-voz oficial dos Estados Unidos no auge das ditaduras militares nestes dois países. Já sob a presidência Reagan, de quem Landau era amigo íntimo, foi indicado para a Venezuela, onde ficou de 1982 a 1985, ano em que se torna presidente da Americas Society, cargo que ocuparia até 1993. No setor privado, Landau trabalhou como conselheiro da Coca-Cola e da Guardian Industries (fábrica de vidros com muitas plantas na América Latina).<sup>765</sup>

<sup>763</sup> ROCKEFELLER, *Memórias...* p. 469.

<sup>764</sup> *Ibid.*, p. 469-470.

<sup>765</sup> Quando de seu falecimento em outubro de 2018, a AS-COA lançou uma nota de pesar. AS-COA, “In memory of ambassador George W. Landau”. Disponível em: <https://www.as-coa.org/articles/memory-ambassador-george-w-landau>. Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

Nas *Memórias* de David Rockefeller, o mesmo se gaba por ter reunido uma equipe de intelectuais, políticos e líderes da América Latina e dos Estados Unidos naquilo que seria a produção do primeiro mais importante documento do neoliberalismo na América Latina:

Durante a década de 1970, muitos países latino-americanos sofreram o mesmo destino do Chile – guerrilha urbana brutal, ditaduras militares, repressão de instituições democráticas e economias em queda. No início da década de 1980, a América Latina estava em meio a um cataclisma econômico. Décadas de protecionismo e controle estatal reduziram substancialmente o crescimento econômico. Pior, muitos desses países tomaram grandes empréstimos no exterior depois do imenso aumento nos preços do petróleo na década de 1970 para escorar suas moedas supervalorizadas, financiar os déficits orçamentários do setor público e financiar grandes projetos de infra-estrutura pública. A grave recessão que se seguiu no início da década de 1980 derrubou os preços das commodities mundiais e levou as taxas de juros a níveis quase sem precedentes. O resultado foi o caos econômico na América Latina.

Em minha longa experiência com os sistemas bancário e financeiro, nunca vi uma situação semelhante. Devo admitir, contudo, que bancos como o Chase devem ter uma grande parcela da responsabilidade. Eles deviam ter visto o que estava acontecendo e fechar a torneira de empréstimos para governos e empresas latino-americanas mais rapidamente do que fizeram.<sup>766</sup>

Depois de mencionar a moratória declarada pelo México em 1982 do serviço da dívida, e de relatar o “temor” que “outros grandes devedores” como Brasil, Argentina e Peru, fizessem o mesmo, ele assim se refere ao pacote de empréstimos de emergência lançado pelo FMI e pelo próprio Tesouro americano para impedir novas ameaças de “inadimplência”:

Muitas pessoas criticaram esta ajuda financeira, mas eu falei em favor dela. Sem a pronta estabilização, o sistema financeiro mundial podia estar em risco. Muito embora levasse anos para que dois novos cronogramas de dívida tivessem sua hemorragia completamente estancada, a crise econômica teve um efeito salutar: montou o palco para uma mudança básica na América Latina.<sup>767</sup>

Em uma conferência intitulada “As relações em mutação no hemisfério ocidental”, organizada pelo Conselho das Américas em 06 de dezembro de 1980, David Rockefeller elogiou os “progressos econômicos” dos países do Cone Sul, e assinalou que “nas Antilhas várias nações voltaram da esquerda para o centro”. Disse que a “*introdução* da economia de mercado” [grifo nosso] no Brasil, Argentina e Chile “teve um efeito notável” e afirmou que o Brasil, embora ainda importasse muito petróleo, “exibe um caso notável de recuperação econômica, comparando-se a atual situação à de 1984”.<sup>768</sup>

<sup>766</sup> ROCKEFELLER, *Memórias...* p. 463.

<sup>767</sup> *Ibid.*, p. 464.

<sup>768</sup> “Rockefeller elogia progresso econômico de países do Cone Sul”. *Jornal do Brasil*, 06 de dezembro de 1980, p. 15.

Deixando isso de lado, voltemos a crise da dívida no subcontinente naquela década de generalização do neoliberalismo no hemisfério ocidental. Tendo a moratória mexicana de 1982 como o primeiro importante epifenômeno da chamada “crise da dívida”, fato é que não se pode explicar as razões de tal “crise” sem compreender o que foi o “choque Volcker” de 1979, que mostrou ao mundo o poder dos Estados Unidos por, enquanto Estado Nacional, também serem os reguladores da principal moeda mundial, o dólar. Trata-se de uma medida que buscava reverter a crise econômica dentro dos Estados Unidos (crise que se inicia ainda com os déficits comerciais no final dos anos 1960 e que se prolonga e se aprofunda na década de 1970). Durante esta década, com a grande liquidez de capital em nível internacional, os países latino-americanos tomaram créditos baratos e abundantes, porém regulados pelos juros estabelecidos pelo FED. A alta dos juros decretada por Volcker, ainda sob o governo Carter, foi mantida ao longo dos primeiros anos de 1980 por Reagan.

Assim, em 1989 foi elaborado o Plano Brady, que vinculou o pagamento da dívida a uma suposta “estratégia de crescimento” para a América Latina.<sup>769</sup> Este plano foi elaborado para substituir o chamado “Plano Baker”, elaborado em 1985, o qual resultou apenas em maior endividamento.<sup>770</sup>

#### 4.5 DÍVIDA, DEPENDÊNCIA E NEOLIBERALIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

A forma como tratar a crise da dívida latino-americana foi debatida em variadas instâncias, governamentais e privadas, mistas, dentro dos organismos multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na OEA, etc.

O subsecretário de Estado norte-americano William D. Rogers, em agosto de 1981, afirmou que um dos relatórios mais importantes que seriam utilizados para embasar a política externa com o Brasil seria o relatório da Comissão sobre as Relações Estados Unidos-Brasil, que já teria circulado amplamente e inclusive encaminhado ao Conselho das Américas.<sup>771</sup>

Em uma reunião no Conselho das Américas, o então secretário da OEA, Alejandro Orfila, afirmou que era necessário “atualizar as relações interamericanas e realizar uma reunião hemisférica de chefes de Estado”, visto que “os acontecimentos dos últimos meses

<sup>769</sup> Plano Brady é o nome que foi dado ao plano de reestruturação da dívida externa da América Latina, e que levou o nome do então secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas F. Brady.

<sup>770</sup> Ver PETRY, Almiro. “A dívida externa da América Latina”. UNISINOS, 2007, disponível em: <http://www.projeto.unisinos.br/humanismo/al/dividaext.pdf>. Ver também MIRANDA, Patricia & MOLINA, Nuria. “Crise da Dívida e políticas de austeridade na América Latina: lições para a Europa”. 15 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://auditoriacidada.info/article/crisis-da-d%C3%A9vida-e-pol%C3%A9ticas-de-austeridade-na-am%C3%A9rica-latina-li%C3%A7%C3%B5es-para-europa>. Acessados em 25 de janeiro de 2020.

<sup>771</sup> “Para Rogers dívida não requer artifício”. *O Estado de S. Paulo*, 15 de agosto de 1981, p. 5.

[moratórias] criaram incerteza e preocupação em relação à natureza e futuro da associação hemisférica”. Falando em uma “inação maciça”, ele elogiou a política de Reagan para o Caribe, e propôs que 1983 fosse considerado o “ano da ação hemisférica para o desenvolvimento”. Afirmou a necessidade de uma reunião de emergência de ministros de finanças latino-americanos para debater o peso das dívidas externas sobre a economia.

“O momento exige que reafirmemos nossa tradição democrática, nossos objetivos comuns no campo da cooperação para o desenvolvimento e nossa decisão de aprimorar periodicamente o sistema interamericano. É realmente essencial que a América Latina se ponha de acordo sobre seus próprios pontos de vista antes de leva-los ao nível hemisférico”.<sup>772</sup>

Em abril de 1983, o *Estadão* reporta a visita programada de uma comissão criada pela Americas Society e formada por banqueiros e empresários “para estudar as repercussões das dívidas externas latino-americanas”. A comissão se reuniria em São Paulo com representantes de Brasil, Argentina, Bolívia e Chile.

Russel Marks, então presidente da *Americas Society*, declarou que a reunião tinha por finalidade “não impor as nossas opiniões aos latino-americanos, mas, sim, ouvir o que eles nos têm a dizer. Afinal, eles conhecem a situação melhor do que qualquer outra pessoa. Eles sabem como devem enfrentar os problemas nos seus países”. Entre os brasileiros, estariam na lista dos presentes: o então ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, Mário Garnero, presidente do Fórum das Américas, do Foro das Américas e da Brasilinvest; Julián Chacel e André Lara Resende, da FGV, Carlos Rischbieter, da Volvo e Carlos Roberto Facina, da Universidade Mackenzie.

A comissão tinha como co-presidentes John D. Macomber, da *Celanese Corporation*, e Robert Hormats, da *Goldman International*, além, é claro, de David Rockefeller.<sup>773</sup>

O relatório conclusivo desta comissão foi lançado pela Americas Society em 1984.<sup>774</sup> Apesar de não receber muita atenção pública ou não ter recebido a devida atenção por parte da historiografia do tema, este relatório foi lido pelas mais altas autoridades que tratavam da

<sup>772</sup> “Orfila defende atualizações das relações na AL”. *Diário de Natal*, 16 de setembro de 1982, p. 11.

<sup>773</sup> ALIUS, John. “Comissão vem ‘ouvir o que a AL tem a dizer’”. *O Estado de S. Paulo*, 12 de abril de 1983, p. 33. Sobre o mesmo assunto, ver também “Comissão vai debater dívida”. *O Fluminense*, 12 de abril de 1983, p. 6. Já na reportagem do *Jornal do Brasil* sobre o tema, era mencionado o fato de que logo antes, o Banco Central argentino aprovou o pagamento de 280 milhões de dólares relativos a juros devidos numa ação destinada a abrir caminho para a obtenção de um novo empréstimo de 1,5 bilhão de dólares por bancos estrangeiros. “Dívida de Cuba será renegociada”. *Jornal do Brasil*, 12 de abril de 1983, p. 18.

<sup>774</sup> MACOMBER, John D. & HORMATS, Robert D. “Western Hemisphere Commission on Public Policy implications of Foreign Debt: guidelines for U.S. Policy”. New York: Americas Society, 1984, 32 p.

questão da dívida nos Estados Unidos, e teve alguma repercussão na imprensa.<sup>775</sup> O *New York Times* destacou que o medo da moratória foi perdendo terreno para o medo quanto à própria relação dos países latino-americanos com o FMI e outras instituições multilaterais envolvidas nas negociações da dívida. No relatório, essa preocupação eminentemente política era bem explícita:

Em virtualmente cada país latino-americano e caribenho, existe uma pressão enorme para voltar atrás, rejeitar a cooperação com o FMI, recuar das obrigações atualmente existentes e buscar soluções que enfatizam maior grau de protecionismo e controle estatal [...] Movimentos extremistas da direita e da esquerda estão prontos para tomar vantagem do descontentamento popular de medidas de austeridade prolongadas.<sup>776</sup>

Outra forte evidência da influência do relatório podemos constatar nas várias menções a ele existentes nas audiências realizadas no Congresso americano em 1983 e 1985 sobre o tema da dívida latino-americana. As audiências de 1983<sup>777</sup> contaram com a participação do próprio Robert Hormats, do Goldman; e o relatório final das audiências de 1985 incorporava muitas das preocupações do relatório da Americas Society.<sup>778</sup>

Por sua vez, Martin Feldstein, principal conselheiro econômico de Reagan (chefe do conselho de economistas da Casa Branca) afirmou em fevereiro de 1983, perante o Conselho das Américas, que as taxas de juros cobradas pelos bancos particulares que fizeram empréstimos ao Brasil e outros países da América Latina eram “altas demais, excessivamente altas, inusualmente altas”.<sup>779</sup> Aparentemente ele foi o único proeminente homem no governo a criticar os bancos privados, e teve coragem de fazê-lo perante essa mesma plateia, em um

---

<sup>775</sup> RIDING Alan. “No headline”. *New York Times*, 11 de março de 1984. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1984/03/11/business/no-headline-042830.html>. Acesso em: 17 de janeiro de 2020.

<sup>776</sup> *Ibid.* No original: “In virtually every Latin American and Caribbean country, there are major pressures to turn inward, to reject cooperation with the I.M.F., to turn their backs on existing obligations and to look to solutions which stress a higher degree of protectionism and state control” [...] “Extremist movements of the right and left are likely to attempt to take advantage of unrest resulting from prolonged austerity measures.”

<sup>777</sup> Latin America in the World Economy: Hearings Before the Subcommittees on International Economic Policy and Trade and on Western Hemisphere Affairs of the Committee on Foreign Affairs, House of Representatives, Ninety-eighth Congress, First Session, June 15, 21, 23, July 21, 1983. United States: Congress. House. Committee on Foreign Affairs. Subcommittee on Western Hemisphere Affairs. Washington: U.S. Government Printing Office, 1983, p. 2; p. 20-31.

<sup>778</sup> “Dealing with debt, rekindling development: the U.S. stake in the performance of the World’s Development Banks”. A report to the Subcommittee on International Development Institutions and Finance, of the Committee on Banking, finance and urban affairs. *House of Representatives*. Ninety-Ninth Congress. Outubro de 1985. Washington: U.S. Government Printing Office, 1985, p. 31.

<sup>779</sup> “Consideradas altas as taxas dos empréstimos”. *O Estado de S. Paulo*, 25 de fevereiro de 1983, p. 27. Martin Feldstein foi professor de Economia da Universidade de Harvard e presidente do National Bureau of Economic Research entre 1978 e 2008. Entre 1982 e 1984 atuou como presidente do Conselho de Assesores Econômicos e principal assessor econômico do presidente Ronald Reagan.

momento que seguramente foi constrangedor para os participantes. Certamente os banqueiros ali presentes ou representados não gostaram de ouvir que a origem da crise com a qual eles estavam agora tão preocupados tinha como origem suas próprias práticas num passado recente.

No ano seguinte, o mesmo Feldstein sugeriria um plano próprio para a crise da dívida. Em nova palestra no Conselho das Américas, Martin Feldstein sugeriu uma mudança na política estadunidense para a crise da dívida que previa como primeira medida o fim das negociações anuais que eram realizadas desde 1982. A nova proposta era prever metas quantitativas multi-anuais de déficits ou superávits em conta corrente para cada país; e as metas deveriam ser fixadas por vários anos nas negociações dos países endividados com o FMI, os bancos privados e os países credores. Nas palavras de Feldstein:

Chegou a hora para desenvolver uma abordagem de longo prazo para financiar as contas correntes de países individuais. Todo esforço deve ser realizado para substituir as negociações anuais por uma reestruturação multi-anual realista da dívida de cada país.<sup>780</sup>

Por sua vez, o economista Norman Bailey<sup>781</sup> idealizou um “Conselho empresarial de Finanças Internacionais” como forma de reunir os interessados no pagamento da dívida em um único órgão. A comissão teve uma reunião preparatória em Washington em maio de 1984, com vinte representantes empresariais (num universo de 100 convidadas), diversos representantes do governo americano e com dois diretores do Conselho das Américas: Gleen Bassett e Alfred Cumming.<sup>782</sup>

Seguindo um discurso alinhado com o que dizia o Conselho das Américas, o secretário de Tesouro dos Estados Unidos, Donald Regan (não confundir com o presidente Ronald Reagan), afirmou, em uma reunião da entidade, que “a atual situação da dívida internacional é um testemunho desolador e poderoso de que excesso de gastos não traz crescimento e estabilidade”. “Por muitos anos, nações – inclusive os Estados Unidos – compraram, compraram, compraram em escala maciça. E, em vez de pagar, dizem **coloque na conta**” [negrito no original].<sup>783</sup>

Na mesma ocasião, respondendo a uma pergunta de um empresário hondurenho, Regan respondeu, secamente:

---

<sup>780</sup> OURIQUE, Armando. “Feldstein sugere como pagar”. *Jornal do Brasil*, 09 de maio de 1984, p. 19.

<sup>781</sup> Norman Bailey foi Diretor de Questões Econômicas Internacionais do Conselho de Segurança Nacional entre 1981 e 1983.

<sup>782</sup> “Empresas entram na negociação”. *O Estado de S. Paulo*, 20 de maio de 1984, p. 41.

<sup>783</sup> “Regan: país merece confiança”. *O Estado de S. Paulo*, 03 de junho de 1983, p. 17.

O estímulo ao investimento direto nos países da região terá que partir de seus governos. Se os países não tiverem medo do imperialismo yanque e do dólar yanque, se oferecerem oportunidades de lucro e se os lucros puderem ser repatriados, o capital privado será atraído”.<sup>784</sup>

Na imprensa brasileira, o *Jornal do Brasil* destacou que Regan teria dito que o Brasil não pediria moratória ou repudiar sua dívida porque “o repúdio da dívida internacional é um estigma de que poucos países se recuperam”. Em outra resposta, ele teria dito que os países da América Latina precisam “não ter medo do imperialismo yanque” e oferecer melhores condições para os investidores norte-americanos. Pedro Pablo Kuczynski, do Banco de Boston (e um dos autores do livro *Towards...*) afirmou que a crise era “inevitável”.<sup>785</sup>

Falando ao Conselho das Américas em 1984, o presidente Reagan afirmou que, embora os desafios do cenário econômico pareçam ser tão monumentais tanto quanto aqueles da política, existiria motivo para esperança. Sem mencionar o aumento na taxa de juros do FED americano, de 1979, Reagan afirmou que o ano de 1979 foi um marco por causa do choque do petróleo, que teria causado uma depressão sentida no mundo todo e particularmente na América Latina, aonde um excesso populacional também causava a falta de recursos e a pobreza.

Apesar de que as consequências desses acontecimentos globais serem de responsabilidade de cada Estado e país, os Estados Unidos estavam “fazendo o que podiam”, aumentando em 50% o nível de assistência econômica bilateral em relação à última administração, e continuou a prover aportes para o Banco Mundial, o BID, e o FMI, “todos vitais para a América Latina”.

Discretamente, com muito cuidado e consideração pelas consequências políticas, sociais e econômicas, trabalhamos com líderes do governo e do setor privado para incentivar o refinanciamento das dívidas internacionais. E sua cooperação tem sido indispensável nesse esforço.<sup>786</sup>

Mencionando o intelectual venezuelano Andrés Bello, que teria afirmado que “a liberdade dá asas ao espírito empreendedor aonde quer que o encontre”, Reagan afirmou que embora as soluções para a América Latina não fossem mágicas ou instantâneas, se poderia ter confiança porque no longo prazo, “a liberdade funciona”. O grande problema é que a

---

<sup>784</sup> *Ibid.*

<sup>785</sup> OURIQUE, Armando. “Regan acha que o Brasil não vai pedir moratória”. *Jornal do Brasil*, 03 de junho de 1983, p. 18. “EUA confiam que Brasil paga dívida”. *Jornal do Brasil*, 03 de junho de 1983, capa/p. 18.

<sup>786</sup> “With much care and consideration for political, social, as well as economic consequences, we worked with leaders in government and the private sector to encourage the refinancing of international debts. And your cooperation has been indispensable in this effort.” REAGAN, Ronald. “Remarks at a Meeting of the Council of the Americas”. 08 de maio de 1984. National Archives: Ronald Reagan Presidential Library.

liberdade não seria de graça, teria que ser “conquistada”. O pressuposto da “conquista” da liberdade, implícito estava no discurso de Reagan, eram as contrarreformas neoliberais.

Em 21 de janeiro de 1985, através de uma carta assinada por Margaret Daly Hayes, diretora da sede em Washington do Conselho das Américas, bem como por Russell E. Marks, Jr., presidente da *Americas Society*, convidava novamente William Casey, diretor da CIA, para um evento na entidade. A *Americas Society*- Conselho das Américas convidava Casey para o encontro inaugural de uma série de discussões que seriam coordenadas no ano de 1985, intitulada: “Para além da crise da dívida: restaurando o crescimento na América Latina” [“Beyond the debt crisis: restarting growth in Latin America”], que se daria em 19 de fevereiro de 1985, tendo como convidado principal o Dr. Enrique V. Iglesias, Secretário Executivo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe da ONU (CEPAL).

Ao iniciar essa nova série de debates, o propósito do Conselho é engajar um amplo setor de pessoas representando empresas, governos e comunidade acadêmica na América Latina em uma discussão sincera sobre meios práticos para promover um retorno o quanto antes para um crescimento sustentável na América Latina dentro do clima econômico mundial atual. Nós acreditamos que esse clima vai ser bastante diferente daquele que prevaleceu nos 1950’s e nos 1960’s quando um crescimento enorme ocorreu nessa região. Novas abordagens serão necessárias. Ao mesmo tempo, as soluções adotadas na recente crise da dívida – profunda austeridade e reestruturação e estendendo-se ao pagamento da dívida – provê uma solução imediata para o problema, mas pode não conter as sementes para um retorno rápido ao crescimento. Ademais, conforme novos investimentos são necessários, nem os empresários locais, nem investidores estrangeiros privados, nem os bancos comerciais estão provendo capital suficiente para a região. A AS-COA acredita que essas questões devem ser revistas e discutidas com vistas a políticas eficazes de desenvolvimento para lidar com eles. A série de seminários tem por intenção servir como catalisadora para um pensamento criativo sobre novas políticas e ações necessárias.<sup>787</sup>

O documento seguia enfatizando a honra de ter o Dr Iglesias, da CEPAL, entidade influente no modelo de desenvolvimento econômico conhecido como industrialização por substituição de importações, que serviu bem à América Latina nos anos 1950 e 1960; mas

---

<sup>787</sup> No original: “In undertaking this new discussion series, it is the Council’s purpose to engage a cross section of persons representing the business, government and academic community in Latin America in a candid discussion of practical means for promoting an early return to sustained growth in Latin America in the evolving world economic climate. We believe that this climate will be quite different from that which prevailed in the 1950s and 1960s when the region’s dramatic growth took place. New approaches will be needed. At the same time, the solutions adopted in the recent debt crisis – deep austerity and restructuring and stretching out of debt payments – provide an immediate solution to the debt problem, but may not contain the seeds of an early return to growth. Moreover, just as new investment is needed, neither local entrepreneurs, foreign private investors, nor commercial banks are providing sufficient capital to the region. The AS-COA believe that these issues need to be reviewed and discussed with an eye to developing effective policies for dealing with them. The new seminar series is intended to serve as a catalyst for creative thinking about new policies and needed actions”.

que, a partir de meados dos anos 1970, a maioria dos países latino-americanos se voltou para um crescimento voltado para exportações, conforme as “condições econômicas mundiais” mudaram. Muitos economistas reconhecem que um novo modelo para o desenvolvimento econômico é necessário no ambiente mundial da próxima década, e o Dr Iglesias estaria à frente, junto com a CEPAL, da busca por um novo jogo de regras [“a new set of rules”] para o desenvolvimento econômico. O encontro inaugural seria na *Arnold and Porter*, empresa membro do Conselho sediada em Washington, DC.<sup>788</sup>

Enrique Valentín Iglesias García (1930-) é um economista, político e escritor uruguaio, tendo sido diretor da *Unión de Bancos del Uruguay* entre 1954 e 1966; presidente do Banco Central do Uruguai entre 1960 e 1967; secretário-executivo da CEPAL entre 1985 e 1988, no mesmo período em que era chanceler da República do Uruguai; e seria também presidente do BID entre 1988 e 2005, tendo sucedido Ortiz Mena. Em seu período na CEPAL, consolidou a orientação neoliberal deste importante organismo.<sup>789</sup>

Alguns meses depois, uma coluna do *Estadão* trazia uma análise crítica do relatório da *Americas Society* sobre as soluções para a crise da dívida na América Latina. Nas palavras do autor:

O tom adotado pelo relatório da Sociedade das Américas é uma mistura de otimismo e de cores meio sombrias. Em primeiro lugar, propõe a participação dos governos dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão, bem como das principais agências internacionais de empréstimos, na busca de soluções a longo prazo para os atuais problemas. Ao mesmo tempo em que apóia o enfoque do setor privado em relação ao desenvolvimento econômico a longo prazo na América Latina – criando um melhor ambiente para o capital estrangeiro e reduzindo a ‘excessiva expansão das empresas pertencentes ao Estado’ – o relatório deplora as políticas prevalentes de industrialização substitutiva de importações nem geram reservas estrangeiras suficientes para saldar os serviços referentes à dívida.

---

<sup>788</sup> Em um *memorandum* que encontramos no acervo da CIA, datado de 08 de fevereiro de 1985, assinado por George Lauder para Casey, havia uma síntese do convite inicial, acrescentando que haveria cerca de 80 agentes do governo, muitos congressistas, Embaixadores, e empresários da América Latina, mas que a mídia não havia sido convidada, e a sessão seria *off-the-record*. A AS-COA teria solicitado a presença do próprio Casey, não de um substituto, e terminava perguntando: “Duvido que você queira atender a esse seminário. Podemos declinar por você?” [I doubt you will want to attend this seminar. May we decline for you?”. E, de fato, foi declinado o convite, em 19 de fevereiro de 1985. Em 04 de março, George Lauder, diretor de Relações Públicas da CIA, envia carta a Marks e a Hayes agradecendo o convite e sinteticamente explicava que havia conflito de agenda de Casey para aquela noite mas que enviava saudações. Terminava dizendo que “desejamos para sua organização um 1985 de sucesso” [“We wish your organization a successful 1985”]. Esta correspondência poderia evidenciar que a relação entre ambas organizações não era assim tão íntima? Seria temerário afirmá-lo, embora seja uma hipótese plausível, desde que a CIA historicamente age com altíssimo grau de autonomia, muitas vezes molestando as estratégias políticas de outros setores do espectro do próprio poder estadunidense.

<sup>789</sup> Sobre este tema, ver BURGINSKI, Vanda Micheli. “A contrarreforma do Estado na ideologia neoestruturalista da Cepal”. Rio de Janeiro: Revista *Em Pauta*, n.40, v.15, p. 280-295, 2017.

A Sociedade das Américas propõe ainda que a *Overseas Private Investment Corporation*, do governo norte-americano, amplie sua cobertura para transações financeiras na América Latina, bem como um aumento da contribuição financeira norte-americana ao Banco Mundial e ao FMI para fortalecer as atividades de investimentos privados no continente.<sup>790</sup>

No Conselho das Américas, era comum, nesse período, avaliações segundo as quais a América Latina não era um bom lugar para investir, e que para modificar isto, estes países deveriam realizar reformas.

Em uma reunião do Conselho das Américas no Departamento de Estado, em Washington, segundo uma reportagem do *New York Times* publicado pelo *Estadão*, teria havido um “apelo para que os países latino-americanos realizem rápidas mudanças nas suas políticas econômicas com o objetivo de atrair o capital privado”. Segundo o *New York Times*,

Ao cumprimentar o grupo, o secretário de Estado, George Schultz, apontou a existência de uma tendência para eleger popularmente os governos da região nos últimos seis anos, havendo urgência de que o fenômeno seja seguido por uma liberalização econômica. [...] Entre os obstáculos para o investimento citados pelos participantes das conferências estão a incerteza econômica geral, falta de indícios claros do ripo de investimento que os países querem, normas pesadas e frequentemente discriminatórias, proteção inadequada de patentes e direitos intelectuais, onerosos regulamentos para remessas de dividendos e prolongadas restrições à importação que alimentam o processo inflacionário.<sup>791</sup>

O ex-presidente do Conselho, José de Cubas, explicou o real motivo pelo qual os capitais norte-americanos preferiam um investimento interno nos Estados Unidos e com vistas a lucros a curto prazo (lembramos que em 1985 todavia eram muito fortes os efeitos do aumento da taxa de juros pelo FED, em 1979):

José de Cubas, da Shearson Lehman, comentou que há poucos motivos para que os investidores americanos voltem-se para a América Latina devido ao potencial existente nos Estados Unidos para o lucro a curto prazo. Ele acrescentou que o lucro a curto prazo ainda é o principal motivo de investimento dos executivos do país.<sup>792</sup>

Em janeiro de 1986, David Rockefeller esteve em Montevidéu. Após uma reunião com autoridades financeiras do governo uruguaio, com a presença do chanceler Enrique Iglésias, e antes de um encontro com o presidente Julio Sanguinetti, David Rockefeller afirmou que cada

---

<sup>790</sup> PANG, Eul-Soo. “A visão externa da dívida brasileira”. *O Estado de S. Paulo*, 14 de julho de 1985, p. 148.

<sup>791</sup> FARNSWORTH, Clyde H. “Obstáculos para o investimento na AL”. *O Estado de S. Paulo*, 23 de maio de 1985, p. 35.

<sup>792</sup> *Ibid.*

país latino-americano deveria negociar sua dívida externa individualmente.<sup>793</sup> Tratava-se de orientação importante, pois negociações individuais enfraqueciam as possibilidades de que houvesse uma união entre os países latino-americanos para impor melhores condições no pagamento da dívida.

É difícil estabelecer apenas um marco da “neoliberalização” do Conselho das Américas. Entretanto, se tivéssemos que eleger um marco para isso, seguramente seria o livro de 1986 encomendado pela Americas Society, contendo um receituário neoliberal claro para o continente.

#### 4.6 UM RECEITUÁRIO DE NEOLIBERALIZAÇÃO PELA AMERICAS SOCIETY (1986)

Voltando às *Memórias* de David Rockefeller:

Descobri, durante três viagens à América Latina em 1982 e 1983, que nossas organizações, que existiam havia quase vinte anos, eram praticamente desconhecidas. Embora fôssemos recebidos cordialmente em toda parte, isso se devia em grande parte a meu papel anterior no Chase. A Americas Society e o conselho tinham pouca visibilidade e não possuíam clientela na América Latina. Para que fosse eficaz, isso tinha que mudar. p. 464

Para começar o processo, escrevi a muitos amigos na América Latina e os convidei a uma reunião em Nova York no final de 1983. Eu disse ao grupo reunido que queríamos criar um Chairman’s Latin America Advisory Council para o Americas Society e pedi sua opinião. Sua resposta foi universalmente positiva. Em resumo, o Chairman’s Council foi formado, no qual cada nação latino-americana estava representada.

Em 1985 houve um crescente entendimento, em toda a região, de que o crescimento econômico sustentável exigiria uma reforma política e econômica fundamental. Acreditei que a Americas Society e o Conselho das Américas pudessem fazer uma contribuição verdadeira nesse processo.

Em uma de nossas primeiras reuniões, ficou claro que havia muitas questões que podíamos explorar frutiferamente. A primeira delas era o impacto arrasador da crise da dívida sobre a maioria das economias latino-americanas. Como resultado, procurei o ex-secretário assistente do Tesouro Fred Bergsten, do Institute for International Economics, onde eu era membro do conselho, para examinar os problemas econômicos da América Latina a fim de ver como poderiam ser resolvidos. Fred concordou em patrocinar o projeto.”<sup>794</sup>

A pesquisa levou à publicação, em 1986, de *Toward Renewed Economic Growth in Latin America*, um importante trabalho que, depois de um longo caminho, teria, na avaliação de David Rockefeller, substituído a “ortodoxia econômica dominante” por um “novo conjunto

<sup>793</sup> “Negociação deve ser individual”. *O Estado de S. Paulo*, 11 de janeiro de 1986, p. 19.

<sup>794</sup> *Ibid.*, p. 464.

de pressupostos que mais tarde se tornariam conhecidos como neoliberalismo ou consenso de Washington”.

“Soberbamente escrito” e “baseado em pesquisa abrangente”, o livro afirma pretender delinear os passos pelos quais as nações latino-americanas poderiam reacender o crescimento econômico – “reduzindo as barreiras ao comércio, abrindo investimento a estrangeiros, privatizando empresas estatais e estimulando a atividade empresarial”; em outras palavras, dando um “fim ao relacionamento simbiótico entre o governo e os oligarcas nas economias da região”.

O livro, escrito a oito mãos, tinha como autores: Bela Balassa, professor de economia política da Universidade Johns Hopkins e consultor do Banco Mundial, e na época do relatório era membro visitante do *Institute for International Economics* (IIE), entidade criada e financiada principalmente pelo *German Marshall Fund dos Estados Unidos*<sup>795</sup>, e que se encarregou de editar e difundir a primeira versão em inglês e possui os direitos autorais da obra, que vinha com o seguinte aviso ao leitor: “As opiniões expressas neste trabalho são dos autores, fazem parte do programa geral do Instituto, quando endossadas pela Diretoria”.<sup>796</sup> Apenas com estas informações percebe-se a articulação da Americas Society com outros aparelhos privados dos Estados Unidos.

Gerardo M. Bueno era membro pesquisador principal do Colégio de México, e havia sido diretor geral do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do México e também Embaixador do México junto à Comunidade Econômica Européia (CEE) e junto à Bélgica e Luxemburgo. Pedro-Pablo Kuczynski era co-presidente do *First Nacional Bank* de N. York e foi ministro das Minas e Energia no Peru. Mário Henrique Simonsen era diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e foi ministro das Finanças e Planejamento do Brasil.

A versão em português a qual tivemos acesso levou o nome de *Uma nova fase de Crescimento para a América Latina*, e aparece com três editoras: Colégio de México, FGV e

---

<sup>795</sup> O German Marshall Fund of the United States é um think-tank sediado em Washington, fundado em 1972 por ocasião do 25º aniversário do Plano Marshall.

<sup>796</sup> O *Institute for International Economics* é um think-tank fundado por C. Fred Bergsten em 1981, com sede em Washington. Atualmente se chama Peterson Institute for International Economics. (<<https://www.piie.com/about-piie>, acessado em 17 de janeiro de 2020). Entre 1969 e 1971, ainda jovem, Bergsten trabalhou na coordenação de política econômica externa como assistente para questões econômicas internacionais de Kissinger. Entre 1977 e 1981, seria secretário assistente para assuntos internacionais do tesouro (sob Carter), e entre 1980 e 1981, subsecretário de questões monetárias, representando os EUA na preparação dos encontros do G7. Foi um intenso colaborador da Trilateral Commission entre 1973 e 1979. HOEVELER, dissertação.

IIE; México, Rio de Janeiro e Washington. O livro foi traduzido e publicado em português naquele mesmo ano de 1986.

É muito interessante notar que o livro traz dois apêndices, um de “latino-americanos consultados para este estudo” e outro de “Diretores da Americas Society e membros de seu Conselho Presidencial que participaram deste estudo”. A lista completa pode ser consultada nos apêndices desta tese. Chamamos atenção aqui para alguns nomes; a lista trazia uma divisão por “setor empresarial”; “setor de ciências econômicas”; “setor governamental”; “setor trabalhista”, “análise política”.

Do “setor empresarial” **brasileiro**, encontramos o presidente da Mesbla André de Botton; o diretor da Alpargatas, Keith Bush; Jacky Delmar, da **Brascan** Imobiliária; Arthur João Donata, presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIERJ); Rodrigo Maluf, dono da Eucatex; Marcílio Marques Moreira, do **Unibanco**, **José Mindlin**, da Metal Leve; Sérgio Quintella, da Internacional de Engenharia; **Roberto Teixeira da Costa**, presidente da Brasilpar; e Amaury Temporal, então presidente da **ACRJ**. Percebe-se que são empresários que aparecem muito próximos ao Conselho das Américas ao longo dos anos 1970; alguns parceiros bem antigos, datando dos anos 1950 ou 1960, como o caso das Alpargatas e da ACRJ. Classificados na lista de “análise política” estavam os brasileiros **Roberto Civita**, da Abril; Oliveiros S. Ferreira, do jornal *O Estado de S. Paulo*; Eurico Figueiredo, professor de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Cândido Mendes de Almeida, reitor da universidade Cândido Mendes; e Caio Tácito P. de Vasconcelos, advogado e presidente da “Comissão Presidencial para Criar um Plano de Reforma do Sistema Universitário Brasileiro”. Nenhum brasileiro entra na lista de “setor trabalhista”; Antonio Carlos Porto Gonçalves, da FGV, entre como “setor de ciências econômicas”; e também não há nenhum nome no “setor governamental”.

Do **Chile**, representaram o setor empresarial: Anacleto Angelini, da *Indústrias Pesqueras y otras*; Elías Brugere, da *Cámara de Comercio Minorista*; Alvaro Donoso, economista, diretor do *Servicio de Planejamento Nacional*; Jorge Fontaine, da *Confederación de la Producción y el Comercio*; Hermógenes Perez de Arce, advogado e jornalista; Manuel Valdés, presidente da **Sociedad Nacional de Agricultura**, Felipe Lamarca, economista e empresário; e ninguém mais, ninguém menos que **Eliodoro Matte**, então presidente do *Banco Industrial y Comercio Exterior* (BICE), e **Jaime Guzmán**, da UDI e principal redator da Constituição de 1980.

Também eram muitos os chilenos entre os consultados do “setor de ciências econômicas”: Eduardo Aninat, consultor; **Pablo Baranoa**, economista e ex-ministro da Economia; **Jorge Desormeaux**, professor de economia da Católica; **Carlos Hurtado**, consultor e Carlos Massad, ex-Banco Central de Chile. Interessante notar que nenhum desses nomes é citado como parte do “setor governamental” ou “análise política”. Neste último item, constam os seguintes nomes, pelo Chile: Pilar Armanet, diretor do *Instituto de Estudios Internacionales* da *Universidad de Chile*; Francisco Orrego, ex-diretor do mesmo Instituto; Genaro Arriagada, analista político; Carlos Cruz Coke, advogado; Gustavo Cuevas e Oscar Godoy, diretores do *Instituto de Ciencias Políticas* da *Universidad de Chile*. Do “setor trabalhista” chileno teriam sido consultados Guillermo Medina, representante da *Corporación del Cobre* (CODELCO); Eduardo Ríos, líder de Trabajadores Portuários; e Guillermo Santana, da *Cental Independiente de Trabajadores*.

É muito interessante notar que esse conjunto de nomes é bastante representativo, pois engloba vários setores, e notamos também que na maioria dos casos trata-se de empresas que cresceram ao longo das ditaduras, as quais, é importante frisar, ainda estavam em vigor à altura do relatório, no ano de 1986, tanto no Brasil quanto no Chile. Nota-se que tanto no caso do Chile como no caso do Brasil, os editores do projeto optaram por não colocar ninguém que ocupasse àquela época cargos importantes nos governos; mas uma análise a mais superficial dos nomes indicados já permite ver que trata-se de pessoas que em sua maior parte tiveram participação nessas ditaduras. Mas o cuidado da edição é revelador, porque *as diretrizes que o livro se queriam mostrar como descoladas do autoritarismo*.

Da **Argentina**, teriam sido consultados os empresários Carlos Pedro Balquier, da Ledesma; Luis Cetra, do Diário *Tiempo Argentino*; Carlos Carballo, do Banco Finamerica; Guillermo Alchourron, da **Sociedad Rural Argentina**, Enrique Nosiglia, do *Consejo Asesor de la Consolidación de la Democracia*; Carlos Videla, do **CICYP**; Ernesto Grether, da **Cámara Argentina de Comercio**, Roque Maccarone, presidente da **Asociación de Bancos Argentinos**; entre outros. Aqui encontramos inúmeros nomes do governo Raul Alfonsín, como Roberto Lavagna, ministro da Indústria; Mario Brodersohn, ministro das Finanças, dentre muitos outros; e como “análise política”, Mariano Grondona, comentarista de televisão e redator de *A Fondo*; e Luis Stulhman, diretor da *Fundación para el Cambio en Democracia*.<sup>797</sup>

---

<sup>797</sup> A *Fundación para el Cambio en Democracia* (FUCADE), segundo a pesquisadora María Melina Guardamagna, era uma instância de formação da *Unión Cívica Radical*, partido do então presidente argentino Raul Alfonsín. Ver GUARDAMAGNA, María Melina. Revista Perspectivas de Políticas

Dos Diretores da *Americas Society* e membros de seu Conselho Presidencial que participaram do estudo, estavam: dos Estados Unidos, Charles F. Barber; John C. Duncan; Marife Hernandez; John D. Macomber; Seymour Milstein; Martha Muse; **David Rockefeller**. Do Brasil, R. P. Cezar de Andrade e **Paulo D. Villares**; do Chile, **Agustín Edwards** e **Fernando Leniz**; da Argentina, José A. Estenssoro; Federico J. L. Zorraquin; **Amalia Lacroze de Fortabat**; Arnaldo T. Musich; da Venezuela, Gustavo Cisneros e Luisa E. M. de Pulido; da Colômbia, Henry Eder e Julio Mario Santo Domingo; Joaquín J. Vallarino; Luis A. Noboa, do Equador; Allan MacEachen, do Canadá; e C. Fernando Romero, da Bolívia.

É notável, aqui, o grau de articulação que teve a *Americas Society* em reunir representantes de peso do mundo empresarial, tecnocrático, de mídia e da política em arco relativamente amplo, e essa própria “costura” - isto é, o fato de que se trata de obra construída coletivamente a partir de consultas com esses setores todos e portanto de alguma maneira refletir seus interesses.

No Sumário das Conclusões, um vasto vocabulário tecnocrático, mas perfeitamente inteligíveis suas diretrizes. Vamos usar suas próprias palavras para compreender essa preciosa fonte.

1. Este relatório propõe uma estratégia de quatro partes, cujo objetivo é restabelecer o crescimento econômico auto-sustentado na América Latina e ao mesmo tempo dar ao continente condições de enfrentar seus problemas de dívida externa. Essa estratégia visa a alcançar um crescimento econômico de forma que produza expansão rápida do emprego, melhor distribuição de renda e melhores serviços sociais.<sup>798</sup>

Aqui já observamos o principal pressuposto do raciocínio do relatório: para poder distribuir melhor a renda e propiciar melhores serviços sociais (serviços, não direitos, e o termo é bastante relevante neste caso): “voltar a ter” “crescimento econômico auto-sustentado” (o saudosismo dos tempos áureos das ditaduras, no caso principalmente a brasileira, mas também a chilena, esta presente o tempo inteiro no relatório/livro.

2. Três elementos desta estratégia requerem ação por parte dos países latino-americanos: orientação da política econômica para o exterior, com ênfase considerável sobre exportações e substituição eficiente de importações; elevação do nível de poupança e distribuição dessa poupança de forma mais eficiente entre investimentos alternativos; e reorientação bem definida do papel do governo na vida econômica. Um quarto elemento crítico é a política de apoio por parte dos países industrializados, especialmente nos Estados Unidos.

---

Públicas. Ano 3, n. 6, p. 77-100, 2014, p. 84.

<sup>798</sup> BELASSA *et al.*, *Uma nova fase de Crescimento para a América Latina*. Cidade do México, Rio de Janeiro e Washington: El Colegio de Mexico, Fundação Getúlio Vargas, Institute for International Economics, 1986. p. 13.

Aqui o que é pra ser entendido é que os países latino-americanos devem “abrir-se” para o comércio e dirigir sua economia “para o exterior”, isto é, integrar-se ainda mais ao capitalismo global, ao invés de adotar medidas protecionistas, por exemplo. O ponto 3 seria apenas um detalhamento de como seria essa “orientação para o exterior”: “adoção e manutenção corrente de taxas cambiais competitivas”; “evitar proteção excessivas das importações” e “uso de incentivo às exportações internacionalmente aceitos”.

O ponto 4 dizia que:

A fim de alcançar o nível de concorrência de produção nacional necessário para alcançar o crescimento e melhorar a situação da dívida, os países latino-americanos devem apoiar a orientação para o exterior expandindo de forma significativa o nível de poupança disponível de fontes tanto internas como externas.

Em bom português, trata-se de aplicar melhor ao continente latino-americano o acicate da concorrência internacional por capital. Isto requereria juros altos, ajuste fiscal, permissão para entrada massiva de capital estrangeiro, nas melhores condições. No português tecnocrático do relatório: “manutenção de taxas de juros reais positivas (mas não excessivas)”; “redução de déficits orçamentários”; “incentivos ao influxo renovado de capital privado estrangeiro”, para o que medidas específicas seriam: “liberalização das normas que regem investimento direto e outras formas de investimento estrangeiro em capital social, criação de fundos de participação e repatriação de fundos e participação na nova Agência de Garantia de Investimento Multilateral do Banco Mundial”.<sup>799</sup>

Segundo o relatório, essas propostas de política exigiriam “**acentuada modificação do papel do estado na vida econômica da América Latina**”, com uma “liberação substancial de controles a fim de incentivar e apoiar forças empresariais” e “redução do papel do estado como produtor de bens e serviços”.<sup>800</sup>

O relatório reclamava também a adoção por parte dos Estados Unidos e outros países “industrializados” políticas que apoiassem tal estratégia na América Latina, por meio, entre outros, de liberalização comercial e reduções das taxas de juros; e previa uma infusão considerável de capital por parte do setor privado e, a curto prazo, do Banco Mundial e do BID, totalizando 20 bilhões de dólares anuais.

---

<sup>799</sup> BELASSA *et al.*, *op. cit.*, p. 14.

<sup>800</sup> BELASSA *et al.*, *op. cit.*, p. 14. Interessante notar que o termo “estado” no relatório é sempre grafado em minúsculo.

É interessante notar a caracterização da crise econômica latino-americana dos anos 1980, a “década perdida” como chama o relatório: seriam basicamente fatores internos como orientações protecionistas e “papel excessivo, até mesmo sufocante do estado [inclusive de empresas estatais] e a debilitação concomitante do setor privado”.<sup>801</sup>

Modelos estatistas, tanto da esquerda como da direita política, bem como dos militares, representaram outro conjunto de experiências. Na Argentina, Chile e Uruguai foram tentadas fórmulas monetaristas no fim da década de 70. A integração econômica do continente cativou a imaginação de muitos (mas nunca foi efetivamente implementada).<sup>802</sup>

Sobre a legislação trabalhista, o relatório dizia que ela “torna impossível, ou pelo menos extremamente difícil, demitir empregados, mesmo que a redução de pessoal seja essencial para que a empresa sobreviva – sem nem mesmo mencionar para que se torne internacionalmente competitiva”, afirmava sobre os excessos do Estado. Entre os “custos de realização de negócios” entravam, além da legislação trabalhista, a “corrupção” e a “super-regulamentação”. São nessas recomendações, sobre a própria reforma do Estado, que encontramos o princípio daquilo que seria uma forte campanha da AS-COA nos anos 2000: o “fortalecimento da *rule of law*”, conforme veremos no início do capítulo seguinte. Nas palavras do relatório de 1986:

A desregulamentação substancial é, pois, uma das principais características da estratégia de desenvolvimento proposta. **O estado deve estabelecer a estrutura jurídica que assegure direitos de propriedade privada** e evite abusos de liberdade individual. Deve adotar uma estratégia de crescimento coerente e efetiva, como a aqui proposta, e política macroeconômicas e microeconômicas que garantam a execução da estratégia. [...] Com efeito, a tendência para a democratização política **requer essa reforma** – e é fundamentalmente incompatível com a tradicional ‘mão pesada’ da regulamentação estatal em toda a América Latina.<sup>803</sup>

Não é de se surpreender que a ordem do capital seja constitucionalmente garantida pela ordem estatal, e o ápice disto era a própria Constituição chilena de 1980, primeira no mundo a inscrever as fórmulas neoliberais em seu próprio corpo, graças aos ordoliberais da Comisión Ortúzar e a Jaime Guzmán, um dos consultados pelo relatório. Chamamos atenção aqui, entretanto, para identificação entre democracia e “reformas” (eufemismo/operação linguística para contrarreformas). No contexto das redemocratizações, o ativismo empresarial vestiu confortavelmente a roupagem de “sociedade civil” (supostamente como um espaço de virtude e neutralismo) e um Estado maléfico, “pesado”, autoritário e “ultra-regulador”. Essa

<sup>801</sup> BELASSA *et al.*, *op. cit.*, p. 20.

<sup>802</sup> BELASSA *et al.*, *op. cit.*, p. 24.

<sup>803</sup> BELASSA *et al.*, *op. cit.*, p. 33. Grifos nossos.

ideia era tão forte que chegou a contaminar setores significativos da esquerda latino-americana nos anos 1980, que passaram a também ver essa dicotomia, quando na verdade, o conflito de classes atravessa tanto a dita “sociedade civil” quanto a “sociedade política” ou o Estado. Evidentemente, em uma ditadura militar essa última se vê prejudicada, e isso também incomodava setores do empresariado tanto no Brasil como no Chile, como na Argentina.

Todo valor é gerado pelo trabalho. As ditaduras militares desenvolveram ou aperfeiçoaram mecanismos de concentração de poupança da classe trabalhadora, como foi flagrante do caso do fim da estabilidade no setor privado e da criação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), concentração de recursos que é manejada de acordo com os interesses do capital; ou mesmo no caso dos fundos pensão, como aqueles criados no Chile pela reforma da previdência de 1981, idealizada por José Piñera, que permitem que futuros ganhos de trabalhadores sejam jogados no cassino financeiro mundial. Em todos os casos, e apesar da diferença grande da orientação de ambas ditaduras (uma neoliberal, a outra não), o que se observa é a superexploração da classe trabalhadora. Em 1972, o Brasil foi campeão mundial em acidentes de trabalho, levando Chico Buarque a compor sua famosa canção “Construção”. O estado serve entre outras coisas para criar um fundo público que pode ser

Também notamos que a estratégia proposta pelo relatório preocupava-se do tempo e do gradualismo necessário para a implementação.

É obviamente impossível privatizar de um dia para outro todas as empresas estatais do setor competitivo, mesmo que se considere conveniente fazê-lo com base na eficiência econômica. Simplesmente não se dispõe para isso de suficiente capital privado e de capacidade administrativa. Algumas empresas, porém, podem ser liquidadas. Entretanto cumpre iniciar decidido movimento no sentido da privatização.<sup>804</sup>

Ainda no tema de como conduzir privatizações, o relatório sugeria que:

A privatização pode ser bem sucedida se for feita de forma realista. É preciso dissuadir os políticos de pensar, como alguns fazem agora, que os ativos devem necessariamente ser vendidos por qualquer valor que se aproxime do seu valor declarado. O descarte de um ativo que causa prejuízos a preço de ‘liquidação’ poderá custar aos contribuintes do fisco muito menos do que esperar por uma reviravolta que nunca se materializa.

O valor pode ser aumentado mediante o desmembramento das empresas em partes que possam atrair compradores específicos. O melhor momento de tratar das causas básicas de prejuízos, tais como pressões sindicais, burocracia excessiva e controle de preços, é antes de começar o processo de venda.<sup>805</sup>

---

<sup>804</sup> BELASSA *et al.*, *op. cit.*, p. 33.

<sup>805</sup> BELASSA *et al.*, *op. cit.*, p. 154.

O relatório mencionava entre as “vantagens para a América Latina” a promoção do “espírito empresarial” supostamente incentivado pela desregulamentação. A oportunidade era dada pela crise, como podemos ler nas próprias palavras do relatório: “A anterior relutante resistência à reforma parece afrouxar ante a situação de crise”. “Oportunidades históricas surgem de dificuldades sem precedentes. A necessidade extrema pode vencer firmes oposições”.<sup>806</sup> O relatório dialogava com Raúl Prebisch, Albert Fishlow e G. Williamson, que ficaria conhecido como o pai do Consenso de Washington, no ano seguinte.

A crise da dívida é explicada pelo “papel intrusivo do Estado” na maioria dos países latino-americanos, com exceção do Chile; em especial pelos governos com inclinação para “projetos e indústrias ‘estratégicas’”). É interessante que o choque Volcker, a elevação abrupta das taxas de juros do FED, em julho de 1979, que é o que multiplicou em muitas vezes as dívidas de contratos de empréstimos adquiridos a condição de juros flutuantes, não é sequer mencionado nas 217 páginas do livro.

O livro decorre sobre toda a história econômica da América Latina da segunda metade do século XX, sem mencionar a palavra golpe ou ditadura. Quando vai mencionar elogiosamente o Brasil, lemos: “no Brasil, a mudança do ambiente político foi propícia a reformas de política em meados da década de 60”.<sup>807</sup> quando busca mencionar elogiosamente a política de choque neoliberal chilena, o relatório é polido:

O reconhecimento dos efeitos favoráveis das medidas propostas para a grande maioria da população permitiria mobilizar apoio popular para a sua implementação. De fato, o exemplo do Chile de 1973 não deve levar à conclusão de que uma reforma da taxa cambial e das políticas comerciais exigem governo autoritário. Essas reformas foram levadas a efeito por regimes democráticos, como na Colômbia, Portugal e Tailândia, ou foram reforçadas por tais regimes, como na Argentina, Brasil e Turquia.<sup>808</sup>

O Brasil já tinha um presidente *civil*, porém eleito indiretamente pelo Congresso da ditadura, configurando, na leitura aqui adotada, ainda um regime ditatorial pelo menos até 1988, quando uma nova Constituição democrática e reformista é aprovada.<sup>809</sup> Considerar o regime colombiano como democrático também é bastante temerário, desde que a guerra é o signo na política neste país em todo o século XX. Segue o relatório:

---

<sup>806</sup> BELASSA *et al.*, *op. cit.*, p. 45-46.

<sup>807</sup> BELASSA *et al.*, *op. cit.*, p. 65.

<sup>808</sup> BELASSA *et al.*, *op. cit.*, p. 100.

<sup>809</sup> Neste sentido nos distinguimos de parte da historiografia de cariz liberal que considera a existência de um presidente civil e de determinadas garantias jurídicas individuais como habeas corpus, como suficientes para considerar a mudança de regime, que é fruto de uma correlação de forças. A derrota do movimento Diretas Já!, de 1985, mostrou que a transição democrática no Brasil àquela altura estava sendo implementada pelo alto, no ritmo e sentido determinados pela própria ata cúpula militar.

Por outro lado, a maior parte dos regimes autoritários, seja da direita (por exemplo, Guatemala e Paraguai) ou da esquerda (por exemplo, Cuba e Nicarágua) seguiu políticas orientadas para o interior, com efeitos econômicos nocivos.<sup>810</sup>

Aqui destacamos antes de mais nada os exemplos trazidos pelos autores como “regimes autoritários” “de direita” e “de esquerda”: não porque não sejam tal como o relatório os classifica neste último campo, e sim porque os autores poderiam ter escolhido, por exemplo, Chile ou Brasil como de direita, e não o fez.

Nas palavras de David Rockefeller,

O estudo teve um forte impacto. Três de seus autores eram distintos economistas latino-americanos cujo prestígio acrescentou peso e substância às recomendações do estudo. O livro foi publicado em espanhol e português, bem como em inglês, tornando-o o mais acessível àqueles que pretendia alcançar, e os membros do Chairman’s Council estavam por trás do projeto desde o início. Não só nossos membros latino-americanos insistiram em fornecer metade do financiamento para a pesquisa, como muitos deles reviram o texto antes da publicação e fizeram mudanças ponderadas. Alguns deram reuniões públicas em seus países e fizeram um esforço organizado para levar o documento à atenção da mídia, autoridades do governo, acadêmicos e líderes trabalhistas. Parcialmente como resultado do estudo, no final da década de 1980 havia um visível movimento de afastamento das soluções estatistas, em direção a uma confiança maior nos mecanismos do mercado para estimular o crescimento econômico em muitos países da América Latina.<sup>811</sup>

O livro encomendado pelo Conselho das Américas teve de fato larga repercussão. Mas não necessariamente de aprovação consensual. Pouco após sua publicação, o então XXX Luis Carlos Bresser Pereira escreveu uma resenha sobre o estudo, em sua coluna na *Folha de São Paulo*. Dada a relevância desta fonte, nos permitimos fazer uma citação praticamente na íntegra da coluna, que revela não apenas uma crítica ao estudo em si, mas também à posição global do Conselho das Américas, aonde fica bastante claro que este intelectual, que seria poucos anos depois o principal arquiteto da reforma de Estado no Brasil, seu pleno conhecimento sobre o que era e o que recomendava o Conselho das Américas.

Bresser Pereira começava sua coluna assim descrevendo o Conselho:

organização norte-americana que visa aproximar os Estados Unidos da América Latina e cooperar para o desenvolvimento desta região, encarregou quatro especialistas latino-americanos de preparar um documento contendo análises e propostas para a superação da atual crise da América Latina.<sup>812</sup>

---

<sup>810</sup> BELASSA *et al.*, *op. cit.*, p. 100.

<sup>811</sup> *Ibid.*, p. 465.

<sup>812</sup> BRESSER PEREIRA, Luiz. “Discurso liberal”. *Folha de São Paulo*, 03 de junho de 1986, p. 2.

Comentando o estudo *Towards a new development strategy in Latin America*, afirmou que

é um excelente exemplo do pensamento liberal-conservador-primeiro mundista que as classes dominantes norte-americanas buscam transmitir ao Terceiro Mundo. E, na verdade, pouco ou nada difere das propostas de ajustamento do FMI.<sup>813</sup>

Continua:

A proposta de orientar as economias latino-americanas para a exportação e torna-las competitivas internacionalmente na área de manufaturas está correta. A preocupação em não discriminar contra os investimentos das empresas multinacionais também é louvável, embora já aqui seus autores devessem lembrar que, se os Estados nacionais latino-americanos devem estimular investimentos diretos, têm também o direito e o dever de estabelecer algumas limitações estratégicas a esses investimentos.

O caráter privatizante do documento é claramente condicionado por fortes vieses ideológicos. Não há dúvida que as atividades do Estado produtor devem agora ser limitadas naqueles países, como o Brasil, em que as empresas estatais já ocuparam o espaço que era necessário ocupar, mas não há razão alguma para impedir a ação do Estado regulador, promotor do desenvolvimento e da distribuição da renda através de políticas macro e micro-econômicas.

Não há dúvidas que essa intervenção, quando mal conduzida, quando baseada em subsídios indiscriminados e tabelamentos arbitrário, provoca distorções graves nos preços relativos. Em economia não é prudente desprezar a lei do valor. Mas a ideia de que de que o mercado seja sempre mais competente para coordenar a economia tem sido insistentemente desmentido pelos fatos.

A adoção de uma taxa de cambio agressiva (desvalorizada) para estimular as exportações e desestimular as importações é corretíssima, como é também acertada a proposta de que os países latino-americanos comecem a reduzir suas tarifas alfandegárias para aumentar a competitividade. Essa redução, entretanto, deve ser lenta, cautelosa e limitada aos países mais avançados industrialmente.

A proposta de aumentar os impostos indiretos (que reduziriam o consumo) e reduzir os diretos (que desestimulariam os investimentos) é um absurdo, que mostra o decidido viés do documento contra os trabalhadores e a favor dos empresários. Os países capitalistas centrais fizeram exatamente o oposto e assim distribuíram a renda.

Há uma correta preocupação de que os juros reais não sejam negativos, como frequentemente ocorreu no passado, nem excessivamente altos, como ocorre hoje.

Em matéria de inflação reconheceu-se o êxito do Brasil e da Argentina com os choques heterodoxos, mas insiste-se que o déficit público é sempre a causa fundamental da inflação, quando sabemos que muitas vezes isto não é verdade.

Finalmente, no capítulo da dívida externa, o documento propõe reescalonamento das dívidas e novos empréstimos pelo FMI ou pelo Banco Mundial, mas estabelece condições para os empréstimos sem qualquer originalmente nos termos clássicos termos do FMI [...]

---

<sup>813</sup> *Ibid.*

Como se vê, este documento nada inova. Repete um velho discurso liberal, conservador, primeiro-mundista. Um discurso que, ainda possa ser aceito em vários pontos, no seu todo tem causado mais males do que benefícios à América Latina”.<sup>814</sup>

É curiosíssimo como, de um ferrenho crítico a este receitário, Bresser Pereira teria sido o grande arquiteto da reforma de Estado no Brasil, nos anos 1990, consolidando no país a sua primeira importante onda de neoliberalização. Conforme o pesquisador Leonardo Britto, Bresser Pereira, de uma formação como economista no campo do estruturalismo cepalino, se rende ao discurso neoliberal depois de sua passagem pelo Ministério da Fazenda, em 1987. Até os anos 1990, ele esteve na oposição aos diagnósticos fiscalistas e monetaristas. Foi entre 1989 e 1991, num período de estudos no Reino Unido e na França que, segundo o próprio Bresser, que participou das reuniões do Consenso de Washington, que ele passa para o campo neoliberal.<sup>815</sup>

#### 4.7 O BRASIL DA DÉCADA DE 1980 NO CONSELHO DAS AMÉRICAS

O mês de setembro de 1982 ficaria conhecido como “setembro negro” no Brasil e no México. A grande questão era como, em um contexto de redemocratização, impor as medidas neoliberais recomendadas pelo FMI para pagar a dívida. Para fechar o balanço anual, o Brasil toma um empréstimo de 3 bilhões de dólares, dos quais dois terços com bancos privados.

Ao longo dos anos 1980, o Brasil enviou seguidamente representantes governamentais ao Conselho das Américas, e o tema da dívida foi o predominante, juntamente com a questão da atração que o Brasil poderia oferecer ao capital externo. Com raras exceções, os brasileiros iam aos eventos do Conselho com a missão de convencer os investidores a trazerem para cá seu capital, e, portanto, preocuparam-se em mostrar que o país tinha condições macroeconômicas suficientemente “reguladas” para tanto.

O ministro Saraiva Guerreiro, por exemplo, quando foi ao Conselho das Américas, em setembro de 1980, declarou que “a filosofia do Brasil é de que o capital externo é bem-vindo” e que o programa do álcool (Proálcool) “é de grande atração para investidores estrangeiros”.<sup>816</sup>

---

<sup>814</sup> *Ibid.*

<sup>815</sup> BRITO, Leonardo Leonidas. *O intelectual e o desmonte do Estado no Brasil: Luiz Carlos Bresser Pereira e o MARE* (Ministério Extraordinário da Administração e Reforma do Estado). Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2016.

<sup>816</sup> CONDE, Carlos. “O Brasil defenderá na ONU diálogo Norte-Sul”. *O Estado de S. Paulo*, 21 de setembro de 1980, p. 22. Ver também SCHILLER, Beatriz. “Guerreiro busca nos EUA mais capital externo no Proálcool”. *Jornal do Brasil*, 26 de setembro de 1980, p. 16.

Embora tenha negado que sua viagem tivesse como meta a busca de novos recursos externos, o “superministro” Delfim Neto, no Conselho das Américas, pediu a mudança de regras para concessão de empréstimos bancários internacionais.<sup>817</sup>

Por sua vez, o ministro Camilo Penna, da Indústria e Comércio, afirmou no Conselho das Américas, em junho de 1981, que o Brasil era um país “cheio de possibilidades”, com “um povo trabalhador, ordeiro e pacífico, que vive num clima de paz social”.<sup>818</sup>

Em abril de 1982, o presidente do Conselho das Américas, Samuel L. Hayden veio ao Brasil iniciar uma semana de conversações com empresários brasileiros para melhorar “as relações entre os dois países”. Ele vinha acompanhado do representante especial de Reagan para assuntos de comércio, William Brock, que tinha status de ministro. Brock vinha com a tarefa de preparar a viagem do presidente João Baptista Figueiredo aos Estados Unidos, e já trataria anteriormente com o presidente alguns temas, como a atitude do Brasil frente à Rodada do GATT que se realizaria em Genebra em novembro daquele ano.<sup>819</sup>

No mês seguinte, o Conselho das Américas foi co-organizador, junto com a Câmara de Comércio, a Agência de Promoção Comercial do Itamaraty e a Associação de Comércio Brasil-Califórnia, de um seminário de dois dias, com cerca de 300 empresários brasileiros e americanos durante a visita oficial do presidente João Figueiredo a Washington, em maio de 1982.<sup>820</sup>

Com três sessões plenárias sobre perspectivas econômicas, comércio e investimentos no Brasil, o evento começaria com um almoço na Câmara de Comércio com Richard Lescher, presidente da Câmara de Comércio; Antonio Oliveira de Moraes, presidente da Confederação Nacional de Comércio do Brasil, e Michael Blumenthal, presidente da seção estadunidense do Conselho Empresarial Brasil-EUA.<sup>821</sup>

Entre os oradores das demais plenárias estariam ainda o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas; o secretário-assistente do tesouro americano, R.T. Macmarr; o Secretário de Estado para Assuntos Inter-americanos, Thomas Enders; o Secretário Assistente de Comércio dos EUA, Guy Fiske; o diretor da Câmara de Comércio dos EUA, Ronald Sherp; o chefe do Departamento Comercial do Itamaraty, Paulo Tarso Flecha de Lima; o presidente da

---

<sup>817</sup> “A quinta viagem de Delfim ao exterior”. *Diário da Tarde*, 17 de outubro de 1980, p. 5. Ver também “Delfim pede mudança de regras para empréstimos bancários internacionais”. *Jornal do Brasil*, 21 de outubro de 1980, p. 19.

<sup>818</sup> “Festival de entreguismo”. *Movimento*, 15 a 21 de junho de 1981, p. 11.

<sup>819</sup> “Revisão das relações Brasil-EUA”. *O Estado de S. Paulo*, 11 de abril de 1982, p. 3.

<sup>820</sup> “Empresário discute comércio”. *Jornal do Brasil*, 11 de maio de 1982, p. 14.

<sup>821</sup> *Ibid.*

Associação Brasileira de Exportadores, Laerte Setúbal; o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Pena; e o presidente da FIESP, Luiz Eulálio Bueno Vidigal.<sup>822</sup>

Dentre os empresários brasileiros mais presentes nos eventos do Conselho das Américas neste período, encontrava-se Mário Garnero, então presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em 19 de junho de 1982, ele vai a Nova York a convite do Conselho das Américas, em uma de muitas visitas que realizaria na entidade.<sup>823</sup>

Veza por outra, o governo estadunidense acenava com vantagens para os empresários brasileiros, em termos de acesso ao mercado norte-americano. Na ocasião da I Semana Rio Internacional, em outubro de 1982, por exemplo, o diretor de programas do Conselho das Américas, Jarry Haar, anunciou que o Brasil poderia exportar armas de porte médio aos Estados Unidos, dada a orientação do governo Reagan de ter como prioridade a supremacia militar em relação à URSS. Os gastos militares do governo, teria declarado Haar, subiriam de 189 bilhões de dólares em 1982 para 281 bilhões de dólares em 1985, e os departamentos de Serviços Gerais e de Defesa fariam compras em larga escala.<sup>824</sup>

Em novembro de 1982, um visitante ilustre estampava a capa da Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro: ninguém menos que próprio David Rockefeller esteve no Rio de Janeiro exclusivamente para reunir-se com empresários brasileiros. Estes o receberam com grande entusiasmo, procurando mostrar a David Rockefeller o seu trabalho político a nível nacional. Segundo a própria reportagem da ACRJ,

O presidente do American [sic] Society, empresário David Rockefeller, visitou o presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Ruy Barreto, com quem conversou por 50 minutos, para explicar o funcionamento do órgão, originado da síntese de instituições americanas responsáveis pelas relações culturais, econômicas e políticas entre os Estados Unidos e os países latino-americanos.

Ruy Barreto explicou a Rockefeller o funcionamento da confederação, exibiu o gráfico com a malha nacional das 900 Associações Comerciais, que cobrem todo o território nacional, o trabalho realizado e as metas que estão sendo cumpridas.

Depois de um almoço oferecido no Banerj pelo seu presidente, Israel Klabin, a que compareceram o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, o presidente da bi-nacional Itaipu, Costa Cavalcanti, o presidente da Petrobrás, Shigiaki Ueki, Azevedo Antunes, Otávio Gouveia de Bulhões, Leonídio Ribeiro, Otávio Monteiro de Carvalho, Antonio Galotti, Roberto Campos, Lius Sande e o Embaixador Langhorne Motley, o empresário norte-americano cobriu a pé a distância entre o Banerj e a sede da ACRJ para a visita a Ruy Barreto. [...]

---

<sup>822</sup> *Ibid.*

<sup>823</sup> “Para Garnero país só crescerá 4%”. *O Estado de S. Paulo*, 19 de junho de 1982, p. 29.

<sup>824</sup> “País poderá vender armas para os EUA”. *O Estado de S. Paulo*, 22 de outubro de 1982, p. 37.

O empresário norte-americano e ex-presidente do Conselho do Chase Manhattan Bank, pretende ativar o Conselho das Américas, com a finalidade de promover uma maior integração do continente, visando o desenvolvimento social e econômico, além de perseguir a meta comum de promover o bem-estar dos povos. Rockefeller teria afirmado na ocasião, comentando os resultados eleitorais, que:

‘As eleições brasileiras também proporcionarão melhor relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos, pois o tipo de governo mais democrático no Brasil será muito mais bem-vindo para nós, e criará um excelente clima para a visita do presidente Ronald Reagan’.<sup>825</sup>

A visita seguinte de David Rockefeller ao Brasil, quatro anos mais tarde, em janeiro de 1986, teria caráter mais oficial: desta vez o banqueiro encontrou-se com o então presidente José Sarney, e o tema da dívida, como não poderia deixar de ser, dominou as conversações.

O banqueiro David Rockefeller chegou a São Paulo às 12 horas, no mesmo esquema sigiloso que cercou suas atividades durante toda a tarde. O jatinho que aterrissou no aeroporto de Congonhas seguiu diretamente para o hangar, onde já o aguardava o empresário Paulo Villares, membro do Conselho das Américas, entidade presidida por Rockefeller e que reúne 11 países.

Rockefeller almoçou no São Paulo Clube, na avenida Higienópolis, com empresários e economistas. Participaram do almoço os presidentes do Banco Lar Brasileiro, Alfredo Salazar, da Cargill, Douglas Linder, da Ford, Edward Hegenlocker, do grupo Mendes Júnior, Murilo Valle Mendes, da IBM, Robely Libero, da Mineração Hanna, Rodrigo Lopes, da Brascan, Roberto César de Andrade, e da General Electric, Jurgen Nisska. Estiveram ainda no almoço os economistas Luís Paulo Rosemberg e Celso Luís Martone, o secretário de governo, Luis Carlos Bresser Pereira, os empresários Jorde Gerdau, Luís e Paulo Villares, e o membro do Conselho do Masp, Gilberto Chateaubriand.<sup>826</sup>

O presidente José Sarney afirmou a David Rockefeller que “há uma vinculação inseparável e estreita entre crescimento e pagamento da dívida”. Sarney elogiou o estudo patrocinado pelo Conselho das Américas, co-assinado por Mário Henrique Simonsen, onde, com Sarney destacou, se concluía que os países devedores terão que ter um nível de crescimento sustentado em suas economias para enfrentar o problema da dívida. Sarney afirmou que “todo estudo feito de forma racional” era uma contribuição valiosa ao tema, e que sua “pregação” sobre o tema era no sentido de “imprimir racionalidade ao problema da dívida, diminuindo tanto conotações passionais quanto aquelas que têm o intuito de transformar a questão num tema de confrontação ideológica entre leste e oeste”.<sup>827</sup>

---

<sup>825</sup> “Rockefeller visita Associação Comercial”. *Revista da associação comercial*, novembro de 1982, ano XLIII, N. 11819, p. 27.

<sup>826</sup> “Sarney: crescimento permite pagar dívida”. *O Estado de S. Paulo*, 17 de janeiro de 1986, p. 27.

<sup>827</sup> “Sarney e Rockefeller falam sobre a dívida”. *Diário de Natal*, 17 de janeiro de 1986, p. 6.

Rockefeller, por sua vez, enfatizou que a solução para os países devedores estava no crescimento sustentado na América Latina e também nos Estados Unidos; e que conforme concluiu o estudo, a melhor forma de crescimento dos países é através da iniciativa privada, e não do setor público. A isso, Sarney respondeu que o Brasil era um exemplo, pois, no ano anterior, teria obtido uma taxa de crescimento acima do que se esperava no início de seu governo, “através justamente da iniciativa privada, já que o setor público teve um crescimento inferior ao da economia como um todo”.<sup>828</sup>

Na *Folha de São Paulo*, o mesmo evento recebeu diferente manchete: “Rockefeller convida Sayad e Funaro a debater dívida”. O destaque vai para o convite feito aos ministros da Fazenda, Dilson Funaro, e do Planejamento, João Sayad, a participar em eventos no Conselho das Américas, nos Estados Unidos. Ao final da reunião Rockefeller teria ditado apenas uma curta nota aos jornalistas, dizendo que “foi um prazer” encontrar-se com os ministros e “muito encorajador constatar que o país voltou a ter crescimento econômico”.

Sobre os estudos do Conselho das Américas sobre a dívida externa latino-americana, o assessor de imprensa de David Rockefeller, John Diwer, afirmou que embora aceitasse a colaboração dos governos, os estudos estariam sendo desenvolvidos por “grupos privados” com o co-patrocínio da *Americas Society* em onze países: Brasil, Estados Unidos, Argentina, Equador, Bolívia, Colômbia, Panamá, Peru e Canadá. A primeira fase dos estudos, afirmou Diwer, estaria concluída até junho ou julho daquele ano, e que sua coordenação estava nas mãos de Mário Henrique Simonsen, Bela Belassa, Gerardo Buano e Pedro Pablo Kuczynski, e sua supervisão, a cargo do Instituto Internacional de Economia, de Washington.<sup>829</sup>

Alguns meses depois, em agosto de 1986, um episódio inusitado marcaria a assinatura do acordo do Brasil com os credores da dívida. O então presidente do Banco Central, Fernando Bracher, chegou a Nova York, na sede do Conselho das Américas, para assinar com 750 bancos credores um pacote de US\$31 bilhões. Porém, três representantes de clientes credores

---

<sup>828</sup> *Ibid.*

<sup>829</sup> Na reportagem, a *Folha* afirmava que “com sede em Nova York, a Sociedade das Américas foi fundada por David Rockefeller em 1981 com o objetivo de promover as relações entre Estados Unidos e seus parceiros comerciais no continente. A sociedade é integrada por quatro associações: Conselho das Américas, Centro para Relações Interamericanas, Sociedade Panamericana e Ação Panamericana do Caribe e América Central”. “Rockefeller convida Sayad e Funaro a debater dívida”. *Folha de São Paulo*, 16 de janeiro de 1986, p. 11.

do Commind<sup>830</sup> estavam presentes. Um deles chegou a falar com William Rhodes, argumentando que os credores internos e externos deveriam ter igualdade de tratamento.

O banqueiro Antônio Vilhena, dizendo representar 320 mil brasileiros, afirmou que queria o dinheiro deles de volta e foi expulso com violência do prédio do Council. “Os guardas agiram com violência jogando-o contra a porta de vidro que se espatifou”. Depois do incidente, Fernão Bracher recebeu a comissão dos clientes da Commind e assegurou que os bancos estrangeiros não teriam prioridades sobre os credores brasileiros dos 3 bancos que fecharam no ano anterior.<sup>831</sup>

O Conselho das Américas era claramente um espaço onde era constantemente avaliado o ambiente de investimentos no Brasil, com um acompanhamento sistemático das políticas econômicas adotadas pelo governo brasileiro. Em março de 1986, por exemplo, a diretora do escritório do Conselho das Américas em Washington, Margareth Dale Hayes, afirmou que o pacote econômico do governo brasileiro deveria atrair mais investimentos de multinacionais norte-americanas, otimistas com relação às medidas de estabilização da economia brasileira. A diretora citou principalmente as empresas agro-industriais e as fabricantes de eletrodomésticos. Porém, criticou o controle de preços.<sup>832</sup>

Em fevereiro de 1987, o ministro da Fazenda Dilson Funaro decreta a inevitável moratória da dívida. Outro acordo de pagamento só seria firmado em setembro de 1988. Foi neste contexto que Dilson Funaro deu palestra no Conselho das Américas em abril de 1987, e se reuniu com os diretores-presidentes do Citibank, do Chase, da Chemical, da Manufactures e Chicago First. Porém, a reunião teria revelado a permanência de um impasse nas negociações.<sup>833</sup>

Meses depois, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, disse em uma reunião do Conselho das Américas em Nova York que o Brasil estava disposto a pagar parte dos juros que devia aos bancos internacionais. O Brasil havia suspenso em fevereiro o pagamento o pagamento de 4,3 bilhões de dólares de juros que deveriam ser pagos até o fim

---

<sup>830</sup> O Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A. (Comind) foi um banco fundado ainda no final do século XIX por grandes cafeicultores paulistas, tendo como sócios centrais Theodoro Quartim Barbosa, Antônio da Silva Prado e Elói Chaves. Em 1982, adquiriu o Banco Residência S.A., com sede no Rio de Janeiro; e em 1985, ocupava a quinta posição no ranking nacional de bancos, com 17 mil funcionários e 300 agências; mas em 19 de novembro, sofreu uma intervenção federal junto com os bancos Auxiliar e Maisonave. Suas agências foram leiloadas e distribuídas pelo Banco Central entre diversos outros bancos que absorveram instalações e funcionários. Fonte: LUNDBERG, Eduardo. “Saneamento do sistema financeiro – a experiência brasileira dos últimos 25 anos”. Banco Central do Brasil. 1999. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/ftp/saneamento.pdf>. Acesso em: 04.02.2020.

<sup>831</sup> “Violência no acordo da dívida externa do Brasil”. *Jornal dos Sports*, 26 de agosto de 1986, p. 6.

<sup>832</sup> “Pacote vai atrair mais investimento”. *Diário de Natal*, 22 de março de 1986, capa.

<sup>833</sup> “É provável que o impasse permaneça”. *Folha de São Paulo*, 08 de abril de 1987, p.a28.

do ano de 1987. Segundo o jornalista Paulo Francis, três banqueiros, William Rhodes, do Citibank, Leighton Colman, do Morgan Guaranty, e Allan Drury, do Lloyds de Londres, teriam proposto a Bresser Pereira o pagamento de 20% dos juros atrasados. Bresser Pereira, na ocasião, teria apresentado o Plano de Controle Macroeconômico a empresários e representantes de credores privados.<sup>834</sup>

Em dezembro daquele ano, o ministro Bresser Pereira foi o representante brasileiro no encontro de Acapulco, do qual saiu um documento acerca de posições relativas às negociações da dívida externa, firmado por oito presidentes latino-americanos. O documento foi traduzido para o inglês pelo Embaixador Rubem Barbosa e pelo porta-voz Francisco Baker dentro dos escritórios da grande firma de advocacia Arnold & Porter (membro do Conselho das Américas), e foi levada ao Conselho das Américas por Fernando Milliet, presidente do Banco Central, e Fernão Bracher, assessor especial para as negociações.<sup>835</sup> Desta vez, não houve episódios de violência física.

Apesar de não participar de nenhum encontro com o comitê credor oficial, nem de participar das negociações do acordo de longo prazo, Bresser Pereira fez uma conferência no Conselho. Bresser Pereira não quis comentar a reunião, tendo apenas elogiado uma frase do porta-voz do presidente uruguaio, que teria dito que “há um consenso sobre dois pontos: um é o de que a dívida tem que ser paga, o outro é que o de que a dívida não pode ser paga”.<sup>836</sup>

Em sua primeira participação no Conselho das Américas, em julho de 1987, o então senador e também chefe da Comissão da Dívida, Fernando Henrique Cardoso, tinha a missão de apaziguar qualquer tensão em relação à moratória que o Brasil havia declarado para o Clube de Paris. fez uma palestra no Conselho, onde afirmou que os banqueiros norte-americanos “compreenderam” que a suspensão do pagamento ao Clube de Paris foi “resultado de dificuldades econômicas internas, e não uma declaração de guerra.”<sup>837</sup> Alguns anos depois, como veremos ainda neste capítulo, ele seria a principal estrela brasileira a brilhar no Conselho.

---

<sup>834</sup> “Bresser admite pagar parte de juros”. *Folha de São Paulo*, 25 de julho de 1987, capa.

<sup>835</sup> RABINOVICI, Moisés. “Bresser exhibe a bancos apoio da América Latina”. *O Estado de S. Paulo*, 01 de dezembro de 1987.

<sup>836</sup> *Ibid.*

<sup>837</sup> “Fernando Henrique acredita que os EUA ‘compreendam’ a moratória”. *Folha de São Paulo*, 03 de julho de 1987, p.a22.

#### 4.8 TENSÕES E COMPARAÇÕES

Em 1986 volta à tona uma tensão entre Brasil e Estados Unidos: a lei de informática, aprovada em 1984 pelo Congresso Nacional brasileiro, com prazo de vigência de 8 anos, que visava estimular o desenvolvimento no país de uma indústria de informática. A Política Nacional de Informática pode ser entendida como uma das expressões daquilo que o Conselho considerava como “controle estatal” e “protecionismo”, desde que, de fato, tratava-se de proteger uma nascente indústria nacional nessa área estratégica, estabelecendo uma reserva de mercado para os produtos nacionais. Em 13 de novembro de 1987, Ronald Reagan declara uma série de sanções comerciais ao Brasil como resposta, proibindo também a importação de produtos de informática brasileiros.

Não havia entretanto um consenso nem mesmo entre os empresários e a política dos Estados Unidos sobre o tema. Por exemplo, segundo uma reportagem de David Hume para o *Estadão*, Elliot Abrams teria sido questionado por um membro do Conselho das Américas, em maio de 1986, se a posição estadunidense com relação à Lei de Informática no Brasil não era demasiada pressão sobre o Brasil. E de fato, em sua resposta, Abrams afirmou que havia alguns industriais no Brasil que defendiam uma política ‘muito mais aberta’ para a indústria de informática.<sup>838</sup>

Naquele mesmo mês, o ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, decidiu adiar sua visita ao Conselho das Américas, inicialmente programada para os dias 12 e 16, que trataria exatamente sobre o tema da reserva de mercado, no contexto daquilo que era classificado como um conflito entre Brasil e EUA em torno da Lei da Informática. Segundo uma reportagem do *Estadão*, o presidente Sarney, de Portugal, teria falado por telefone, irritado, que “se alguém falou, vai ouvir”, e os diplomatas brasileiros teriam começado a se preparar para uma “guerra de retaliações”.<sup>839</sup>

Segundo os cálculos da Secretaria do Planejamento do Brasil, a partir de 1982, quando começa a crise da dívida externa, o Brasil passa a transferir grande parte de sua poupança interna para o exterior, em especial os EUA: só em 1987, 23,8% da poupança interna e 5,1% do PIB em recursos líquidos. Assim, uma das metas do ministro Dilson Funaro era reduzir essa transferência.<sup>840</sup>

---

<sup>838</sup> HUME, David. “Informática: para os EUA, o Brasil já mostra flexibilidade”. *O Estado de S. Paulo*, 06 de maio de 1986, p. 35.

<sup>839</sup> STUDART, Hugo. “Brasil planeja contra-ataque aos EUA”. *O Estado de S. Paulo*, 10 de maio de 1986, p. 23.

<sup>840</sup> *Ibid.*

Por sua vez, o subsecretário de Estado para o Comércio Internacional, Bruce Smart, ameaçou impor retaliações dentro de um ano, caso o Brasil não modificasse sua Lei de Informática. Numa tentativa de conciliação, Roberto de Abreu Sodré, ministro das Relações Exteriores, iria negociar diretamente com o secretário de Estado George Schultz uma proposta com facilidades para participação no mercado brasileiro de informática através de *joint ventures* especiais, com possibilidade de participação estrangeira minoritária de até 30%.<sup>841</sup>

Essa era uma das questões mencionadas pelos empresários estadunidenses quando questionados sobre as possibilidades de investir no Brasil. Como cada vez maior frequência, ao longo dos anos 1980, eram feitas comparações entre a América Latina e a Ásia como forma de chantagear o continente latino-americano a abrir seus mercados. Em 08 de novembro de 1986, por exemplo, o *Estadão* publica o pronunciamento integral do Embaixador americano Harry W. Shlaudeman durante almoço na Câmara de Comércio Americana, em 21 de outubro daquele ano. O Embaixador mencionava dados do Conselho das Américas para mostrar o declínio da posição da América Latina na proporção do investimento de risco dos EUA, tendo perdido bastante para a Ásia no ano anterior.<sup>842</sup>

Entretanto, segundo pesquisas realizadas pelo próprio Conselho das Américas, o Brasil, no cenário latino-americano, ainda era uma boa opção de investimentos. Em 1987, o Conselho realizou um levantamento com representantes de subsidiárias de multinacionais estadunidenses pela América Latina.

Em março de 1987, em sua coluna na *Folha*, Joelmir Beting escrevia, entusiasmado, que uma subsidiária do setor químico de São Paulo teria recebido a indicação principal do levantamento antes de sua divulgação oficial, revelando que “o melhor risco do mundo, versão 1986, é um país da América da Sul era o Brasil, em segundo, a Coréia do Sul, e em terceiro o México”. “O Brasil aparece no mapa do Conselho das Américas não como o maior devedor, mas como o melhor pagador”, afirmou Beting.<sup>843</sup>

Segundo a *Folha*, neste estudo, o Brasil foi apontado por 31 empresas como o país mais favorável ao investimento entre 1990 e 1995, enquanto o Chile considerado o melhor. A pesquisa teria sido realizada pela empresa de consultoria fiscal e financeira Arthur Andersen.

Em uma reportagem da *Folha de São Paulo*, se afirmava que esses números se referiam a empresas entrevistadas no Brasil; em comparação, na Argentina, só 15% dos

---

<sup>841</sup> *Ibid.*

<sup>842</sup> “O pronunciamento do Embaixador dos EUA”. *O Estado de S. Paulo*, 08 de novembro de 1986, p. 36.

<sup>843</sup> BETING, Joelmir. “Ainda somos o melhor risco do mundo”. *Folha de São Paulo*, 29 de março de 1987, p.a34.

entrevistados consideraram a legislação [para o capital estrangeiro] favorável. No Brasil, as subsidiárias estadunidenses afirmaram que a reserva de mercado para indústrias nacionais, os limites para participação de capital estrangeiro (existente no sistema financeiro, telecomunicações e informática) e a restrição para a transferência de tecnologia eram os maiores problemas.<sup>844</sup>

Em novembro de 1987, o colunista do Estadão Dirceu Coutinho esclarecia que, no estudo, feito a partir de entrevistas com 50 representantes de empresas (com exceção das do setor bancário) segundo o qual dentre 42 filiais de multinacionais, a metade estaria disposta a ampliar suas operações, afirmando que na América Latina o Brasil era o país mais atraente para investimento, e o Peru, o pior. Além disso, 90% das empresas pesquisadas disseram acreditar que até 1995 as condições para inversões no Brasil se tornariam mais favoráveis.

A pesquisa do Conselho das Américas também teria revelado muitas reclamações contra as regras para o capital estrangeiro: 30% das empresas consideraram essas regras desfavoráveis, 44% neutras e apenas 26%, de que favorecem o investimento estrangeiro. Apenas 3% acreditavam numa redução das restrições, enquanto 72% não acreditava em nenhuma modificação profunda, e 25% acreditavam que poderia haver um tratamento ainda pior.<sup>845</sup>

#### 4.9 RESISTÊNCIA ARGENTINA

Talvez por ter experimentado uma transição marcada mais pela ruptura com o antigo regime do que pela conciliação, a Argentina impôs, nos anos 1980, maiores atritos com o receituário proposto pelo Conselho das Américas e pelo FMI.

“Em tom duro, falando em espanhol para uma plateia de cerca de 300 banqueiros e empresários”, trazia uma reportagem do *Jornal do Brasil* em fevereiro de 1984, o então ministro argentino da Economia, Bernardo Grinspun<sup>846</sup> participara de uma reunião do Conselho das Américas em Nova York. Defendendo a integração econômica da América Latina, classificou a dívida argentina como “particularmente irritante” e denunciou que “esta

---

<sup>844</sup> “Investimento no país ainda é atraente, afirma pesquisa”. *Folha de São Paulo*, 12 de junho de 1987, p.a31.

<sup>845</sup> COUTINHO, Dirceu M. “Como estão os investimentos norte-americanos no Brasil”. *O Estado de S. Paulo*, 10 de novembro de 1987, p. 29.

<sup>846</sup> Ligado à União Cívica Radical, Bernardo Grinspun foi ministro da Economia da Argentina entre 1983 e 1985, e entre 1987 e 1989 assumiu a secretaria de Planejamento Econômico.

enorme dívida de que padecemos, de modo semelhante ao de outros países irmãos do Cone Sul, não foi contraída para desenvolver nossas economias, mas para destruí-las”.

Segundo o JB, ele relacionou a crise da dívida dos países em desenvolvimento com a decisão dos países ricos de induzir um processo deflacionário frente à ameaça da segunda crise do petróleo. Nos países ricos, argumentou, isso causou uma recuperação da economia que não reduziu o desemprego e mantém uma grande fragilidade financeira. Assim, a distribuição dos resultados desse ajustamento dos países ricos teria sido muito desigual, pois, nas palavras do ministro, “a recessão na América do Norte e Europa Ocidental não significa fome e miséria”. Nas palavras do ministro,

Para os sistemas débeis de proteção social – nos excepcionais casos em que existam nos países em desenvolvimento – a profundidade da crise foi e continua sendo insustentável. A debilidade do movimento operário, a inexistência de controles democráticos e a repressão violenta dos reclamos em algumas, fez com que o curso desse ajuste castigue desproporcionalmente os setores do trabalho, a partir de níveis de subsistência relativamente muito baixos. Nesses casos, a recessão tem significado fome e miséria para milhões de pessoas.<sup>847</sup>

Alguns meses depois, em maio de 1984, o dirigente peronista Daniel Loss também foi ao Conselho das Américas, onde afirmou que:

O povo norte-americano não deve pagar pelos maus negócios feitos por alguns de seus banqueiros na América Latina, mas não se pode pedir aos países latino-americanos que financiem o déficit orçamentário dos Estados Unidos.<sup>848</sup>

Muito provavelmente devido a um cenário político mais desfavorável, em 1986, a reunião anual do Conselho das Américas foi realizada em Buenos Aires. O motivo, segundo David Rockefeller, era “o processo de reconstrução da democracia” que vivia o país. O momento era delicado, pois havia um enorme desentendimento entre o FMI e a equipe econômica argentina, e Rockefeller e seus consortes não foram muito bem recebidos.

O secretário de Cultura de Buenos Aires, Mario O’Donnell<sup>849</sup>, ao recusar o convite a participar do evento de recepção a Rockefeller, fez questão de declarar à imprensa:

Não aceitei o convite para comparecer à recepção a Rockefeller, porque não se pode esquecer o apoio irrestrito que deu ao governo militar. Ele foi um ardoroso defensor da cruel ditadura dos Videla, Martinez de Hoz e

---

<sup>847</sup> UTZERI, Fritz. “Argentina recusa receita recessiva”. *Jornal do Brasil*, 04 de fevereiro de 1984, p. 14.

<sup>848</sup> “Solução é de todos os envolvidos”. *Última Hora*, 31 de maio de 1984, p. 7.

<sup>849</sup> Mario “Pacho” O’Donnell é um importante intelectual peronista argentino, que assumiu a Secretaria de Cultura durante o governo Menem, e durante a presidência de Cristina Kirshner assumiu a direção do Instituto de Revisionismo Histórico, instituição que se destina a oferecer uma narrativa alternativa à historiografia liberal argentina.

Guglielminetti, época em que nossa cultura foi perseguida, emudecida, exilada e mutilada.<sup>850</sup>

Por sua vez, o líder da bancada governista de deputados, Cesar Jarovlasky,<sup>851</sup> afirmou que David Rockefeller veio mesmo na missão de “torcer o braço” do presidente Raúl Alfonsín, de maneira a que a Argentina aceitasse o Plano Baker. Alfonsín recebeu David Rockefeller em audiência privada por meia hora no dia 13 de janeiro – algo muito menos pomposo do que encontros anteriores entre dirigentes argentinos e o banqueiro estadunidense.<sup>852</sup>

Uma das “maiores mentiras de nossa era”, dizia Reagan em seu discurso no Conselho das Américas em 1985, era a ideia de que “as pessoas deveriam abrir mão da liberdade para desfrutar do progresso econômico”. Como de costume, o presidente ilustrou seu pensamento com uma piada:

há três cachorros, um americano, um polonês e um russo. Cada um vindo de seu país contando como estavam as coisas. O cachorro americano disse, você sabe, você late, e se tiver que fazê-lo, você late tempo suficiente, e aí alguém aparece e te dá alguma carne. O [cachorro] polonês pergunta: “o que é carne”? E o [cachorro] russo [pergunta] : ‘O qué é latir?’. [risos].<sup>853</sup>

#### 4.10 RECEITAS DE DEMOCRACIA RESTRITA

Em artigo na *Folha de São Paulo*, em 1984, o jornalista Newton Carlos, um dos mais afiados comentaristas de política internacional na imprensa brasileira, ironizava a política de Reagan de “vender” a democracia à América Latina, ao comentar o discurso de Ronald Reagan na ocasião do lançamento do *National Endowment for Democracy* (NED).

O presidente americano teria afirmado que “esta nação [EUA], com sua herança de mercadores ianques, deve promover uma pequena venda dos princípios da democracia”. Por sua vez, seu secretário Langhorne Motley afirmou, no Conselho das Américas, que “estamos promovendo eleições na América Central e estamos ajudando a restaurar a democracia em Granada”.

Numa análise crítica irretocável, Newton Carlos afirmava:

O discurso de Motley no Conselho das Américas mostra como a ideia de ‘vender a democracia’ tem mais a ver com contra-insurgência, com controle

<sup>850</sup> MARTINEZ, Hugo. “Para Rockefeller dívida é preocupação de todos”. *O Estado de S. Paulo*, 14 de janeiro de 1986, p. 28.

<sup>851</sup> Cesar Jarovlasky foi um político da UCR, eleito para o Congresso argentino em 1983 e sendo um dos principais apoiadores do presidente Alfonsín no parlamento.

<sup>852</sup> *Ibid.*

<sup>853</sup> REAGAN, Ronald. “Remarks at the Annual Conference of the Council of the Americas”. 21 de maio de 1985. National Archives, Ronald Reagan Presidential Library.

social, do que com o desejo de fazer com que sejam atendidas as aspirações mais profundas de um povo. Segundo Motley, a democracia é baluarte contra aventureirismo internacional, evita que tensões internas degenerem em violência, prevê flexibilidade para acomodar mudanças e a estabilidade da qual precisam os investidores. Tudo isso atende aos interesses de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Quando diz que “no Chile estamos promovendo esforços para que se chegue a um acordo sobre que fazer para implementar a transição a democracia”, Motley não diz que esse esforço é extremamente cauteloso e visa a excluir as esquerdas do espectro político chileno. Eleições sim, mas não a eleição de outro Allende, realizada democraticamente e depois golpeada com a ajuda da CIA.<sup>854</sup>

As chamadas “transições democráticas” da chamada “terceira onda” de democratizações, para usamos um termo famoso de Huntington<sup>855</sup>, emergem num contexto em que a própria noção de democracia está sendo reformulada pelo pensamento liberal: esta passou a ser uma “fórmula mágica” tanto para os países centrais, desde que bem “dosada”, quanto para os países que saíam de regimes ditatoriais. Conforme analisamos no primeiro capítulo, neste momento a noção de democracia é reformulada, a partir do conceito de democracia décadas atrás por J. Schumpeter, deslocando a velha ideia de “governo pelo povo” e a caracterizou como competição pacífica entre líderes ou lideranças diversas. As massas são vistas como uma “multidão-criança” que deve ser conduzida politicamente, daí a necessidade da formação de “elites políticas”.<sup>856</sup>

O estudioso mexicano Luis Maira localiza que, precisamente no momento em que as preocupações em relação ao problema da democracia se intensificavam na América Latina, é quando nos países avançados, “o ceticismo e as reservas frente a essa possibilidade são os mais característicos dos problemas internos dos países capitalistas desenvolvidos”.<sup>857</sup> Ora, as restrições ao espaço democrático nos próprios países centrais evidentemente projetam limitações ainda maiores na periferia, onde os regimes democráticos encontram dificuldades históricas.

Maira relaciona o declínio da hegemonia norte-americana com a diminuição da capacidade de controle e represália dos EUA, e a intensificação das relações econômicas entre

---

<sup>854</sup> CARLOS, Newton. “Reagan tenta ‘vender’ sua democracia à AL”. *Folha de São Paulo*, 05 de fevereiro de 1984, p. 12.

<sup>855</sup> HUNTINGTON, S. *The third wave*. *op. cit.*

<sup>856</sup> Para Schumpeter, “A democracia não significa nem pode significar que o povo realmente governa em qualquer dos sentidos tradicionais das palavras povo e governo. A democracia significa apenas que povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que governarão.(...) Um dos aspectos dessa definição pode ser expresso se dizemos que a democracia é o governo dos políticos.” SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.p. 346.

<sup>857</sup> MAIRA, Luis. “Forças internacionais e projetos de mudança na América Latina”. Em MAIRA, L.; SOUZA, Herbert J.; ANDRADE, Régis de Castro; PORTANTIERO, Juan Carlos; BARRAZA, Ximena. *América Latina: novas estratégias de dominação*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes/CEDEC, 1982. p. 12-16.

a Europa Ocidental e o Japão com a América Latina com o aparecimento, aí, de projetos políticos de raiz européia, como a social-democracia e a democracia cristã.<sup>858</sup>

A partir de 1976, entram em confluência diversos fatores que ajudam a explicar o esgotamento mais rápido dos regimes militares no continente, entre eles aqueles relacionados à política dos EUA para a América Latina. Dos elementos mais importantes a considerar em relação a isto é a necessidade de “relegitimar” o sistema político norte-americano após a “crise de confiança” que sucedeu o escândalo de Watergate e dos *Pentagon Papers*, que revelaram massivamente a ingerência política dos EUA nos países latino-americanos, incluindo aí deposição de presidentes, assassinatos políticos, orquestração de golpes, assistência militar aos golpistas, e um longo etc. Segundo Maira, o programa de Carter esteve no centro dessa tentativa de deslocamento de líderes de ambos os partidos em Washington.<sup>859</sup>

Em suma,

enquanto a democracia liberal encontra-se assediada na Europa, Japão e Estados Unidos pelas seqüelas da crise capitalista e as conseqüentes dificuldades de direção política, a América Latina se converte, cada vez mais, num cenário para o alargamento da influência dos mais importantes propugnadores do projeto democrático burguês na Europa.<sup>860</sup>

Há que se destacar que as ditaduras militares latino-americanas, nessa abordagem, não eram vistas, por muitos dos mais importantes ideólogos estadunidenses, como estáveis, especialmente para enfrentar um período de crise, que fatalmente se abateria mesmo sobre os países mais industrializados entre os países “em desenvolvimento”.

Nas palavras precisas de Ruy Mauro Marini,

Os estrategistas estadunidenses propõem rechaçar a aplicação da contra-insurreição, nas suas formas mais radicais, em favor de soluções mais benignas, i.é, regimes estáveis que tenham apoio popular, respeitem as

<sup>858</sup> MAIRA, L. *op. cit.*, p. 18.

<sup>859</sup> No entanto, o programa do governo Carter, “se era apropriado ao solucionamento da crise de legitimidade que os Estados Unidos viviam, tanto para a formulação da política doméstica como exterior, desencadeou, a curto prazo, novos choques e confrontações que dificultaram sua aplicação: conflitos entre os setores que representam os interesses transnacionais (com grande representação no governo democrata) e os setores pertencentes ao capitalismo interno (cujo porta-voz mais significativo é Ronald Reagan); choque entre o conjunto dos interesses capitalistas norte-americanos e os setores mais fortes do sindicalismo norte-americano, representados pela AFL-CIO com seus quatorze milhões e meio de filiados; entre o grande sindicalismo e o sindicalismo independente, cada vez mais importante (...); e finalmente, entre as minorias raciais que forçam um maior gasto social e a aplicação de programas que satisfaçam as necessidades básicas dos grupos mais pobres, e os defensores de um conservadorismo fiscal que privilegia a solução daquelas dificuldades econômicas que mais prejudicam o *big business*, principalmente o controle da inflação. Todos esses problemas produzem cisões no aparato estatal norte-americano e, ao debilitarem a capacidade operativa de seu governo, abrem a possibilidade de uma presença maior ativa de outros setores importantes do capitalismo mundial, ampliando o espaço político, pela primeira vez, na América Latina.” *Ibid.*, p. 20.

<sup>860</sup> *Ibid.*, p. 21.

liberdades democráticas essenciais e gozem de um certo grau de legitimidade institucional. (...) A crise econômica forçou os EUA a perceber que não podem se dar ao luxo de suportar os custos das ditaduras militares, que, por outro lado, são incapazes de assegurar a estabilidade.<sup>861</sup>

Ao mesmo tempo, a década de 1980 representou para a América Latina, de maneira coligada às soluções imperialistas para a questão da chamada “crise da dívida” (criada pelo “choque Volcker”, de 1979), um período de alastramento e aprofundamento do neoliberalismo. O novo belicismo de Reagan, que segundo Noam Chomsky significou uma “segunda guerra fria”, se dirigiu novamente a Cuba e agora à Nicarágua, cuja revolução sandinista representou para 1979 e anos posteriores algo parecido com aquilo que tinha significado a revolução cubana de 1959.

Se nos anos 1970 se generalizaram regimes ditatoriais protagonizados por militares na América do Sul, a década de 1980 observou-se a desmontagem desses regimes no sentido de implantação de sistemas democrático liberais. Os ritmos das respectivas aberturas políticas, no entanto, foram desiguais. Temerosos da ocorrência de processos como o do fim do salazarismo em Portugal, onde teve lugar uma situação revolucionária que colocou em xeque o próprio capitalismo, estrategistas políticos mais conscientes recomendaram processos gradualistas de transição, sendo o modelo espanhol bastante celebrado. Na Argentina, embora a ditadura implantada em 1976 não tenha sido derrotada por um processo revolucionário *à portuguesa*, o regime se viu encurralado após o fracasso de uma aventura militar que pretendia tomar as ilhas Malvinas da Inglaterra. Pouco mais de um ano após o general Galtieri assinar a rendição aos ingleses os militares entregavam o poder a Raúl Ricardo Alfonsín, eleito presidente numa eleição direta. No caso chileno a ditadura do general Pinochet se retirou após sua derrota inesperada num plebiscito em 1988 onde o regime esperava vencer. Dois anos depois, o ditador abandonava o centro da cena política se tornando senador vitalício, prevenindo qualquer tipo de julgamento dos crimes que fôra responsável, tal como ocorreu no caso argentino.

Certamente o caso brasileiro é mais complexo, posto que a distensão política brasileira começa ainda na década de 1970, início de uma longa transição que só é concluída na década de 1980. Na periodização mais tradicional, a ditadura militar se encerra com o governo de José Sarney a partir de 1985. Todavia uma historiografia revisionista exemplificada por autores como Daniel Aarão Reis e Elio Gaspari consideram que a partir de 1979 a ditadura

<sup>861</sup> Publicado em *El Sol* (México) por Ruy Mauro Marini. *Apud* SIST, A. & IRIARTE, G. “Da segurança nacional ao trilateralismo. (Razões pelas quais o governo Carter defende a vigência dos direitos humanos”. Em ASSMAN *et al. op. cit.*, p. 179.

militar havia acabado, com o fim validade dos Atos Institucionais e promulgação da lei da anistia.<sup>862</sup> No entanto, numa perspectiva mais crítica, atenta a estrutura do regime político realmente existente (para além dos formalismos jurídicos) Renato Lemos considera que a ditadura só é superada por um novo regime com uma nova carta constitucional de 1988 e a eleição do primeiro civil à Presidência da República desde 1960.<sup>863</sup>

Os primeiros pronunciamentos do governo Reagan destacaram que o “autoritarismo moderado” era a forma predominante de governo na América do Sul e que os Estados Unidos não deveriam hostilizar esses regimes, que teriam “razões históricas” para existir. Segundo uma matéria do *Jornal do Brasil* de junho de 1981, uma fonte do governo americano, no entanto, teria confirmado que o pronunciamento de Enders havia sido o primeiro produto de uma revisão nessa política. O governo Reagan, teria mudado de postura com Moscou, havia recuado em seu apoio à África do Sul do *apartheid*, e passou a dar crédito para governos latino-americanos “pelo movimento amplo para o retorno ao regime constitucional e à prática democrática”.<sup>864</sup>

Entretanto, naquele mesmo ano, meses após assumir a presidência, Reagan recebe com honras ninguém menos que o ditador argentino General Viola, que volta de sua visita oficial proclamando ótimas relações com os Estados Unidos.

O General Roberto Viola vai em visita oficial aos Estados Unidos em março de 1981, e, na ocasião, tem uma reunião com o General Alexander Haig, um encontro com o presidente Reagan, com o vice-presidente Bush, e ainda de uma reunião de Embaixadores latino-americanos da qual participou o chanceler brasileiro Azeredo da Silveira. Apresentado pelo *Jornal do Brasil* como “presidente designado” da Argentina, ele declarou ao fim do encontro com Haig que tinha “certeza absoluta de que as relações entre Argentina e Estados Unidos”. Segundo esta reportagem,

A calorosa recepção que o presidente designado recebe do governo Reagan está sendo interpretada por círculos diplomáticos latino-americanos como um importante marco para o descongelamento das relações deterioradas pela política de defesa dos direitos humanos do governo Carter.<sup>865</sup>

---

<sup>862</sup> AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. \_\_\_\_\_ *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>863</sup> LEMOS, Renato. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. *Marx e o Marxismo*, v.2, n.2, jan/jul 2014.

<sup>864</sup> OURIQUE, Armando. “Reagan revê política”. *Jornal do Brasil*, 07 de junho de 1981, p. 12. ver também “Arejamento diplomático”. *Jornal do Brasil*, 07 de junho de 1981, p. 2. [editorial]

<sup>865</sup> *Id.* “Viola anuncia ‘nível ótimo’ nas relações com os Estados Unidos”. *Jornal do Brasil*, 17 de março de 1981, p. 13.

Viola afirmou que El Salvador foi um dos temas da conversa com Haig, e que a conversa “franca a sincera”, “sem surgimento de pontos de grande divergência”. Viola participaria de um encontro no Conselho das Américas; e durante um banquete na OEA, ele teria afirmado que o governo que ele presidirá pretende “criar as condições adequadas para o restabelecimento definitivo de uma democracia estável e representativa”.<sup>866</sup>

No Conselho das Américas, em 1983, Langhorne Motley, secretário-assistente de Estado para Assuntos interamericanos, afirmou que os americanos “gostariam de ver a democracia restaurada não só em Cuba e na Nicarágua, mas também no Chile, Uruguai e Guatemala, e defendida na Costa Rica e no Peru”.<sup>867</sup>

Entretanto, essas declarações sempre vinham junto com alertas de que o retorno à democracia não trouxesse de volta regimes “populistas” ou, “a esquerda”. Nas palavras de Reagan, em maio de 1984,

Se a esquerda triunfar, os refugiados inundarão nossos estados próximos ao Sul. Nossa política busca defender os povos amantes da liberdade dos ataques e da subversão soviética e cubana, ajuda-los a desenvolver suas instituições econômicas e conseguir um maior bem-estar para seus povos.<sup>868</sup>

Naquele mesmo ano, sobre o Uruguai, Motley afirmaria, no Conselho das Américas que, “no Uruguai estamos encorajando o compromisso do governo para com as eleições de 84 e restauração da democracia em 85”.<sup>869</sup>

Ronald Reagan, no encontro anual do Conselho das Américas de 1984, chamou Simón Bolívar como “grande libertador”, José Marí como um “patriota cubano que encontrou refúgio nos Estados Unidos de um regime despótico em sua terra natal”; e afirmou “conhecer bem” a importância da “herança da cultura hispânica” por ter sido governador da Califórnia.

Naquela ocasião, frente aos empresários do Conselho, Reagan afirmou que as políticas estadunidenses para a América Latina eram pautadas por três objetivos consistentes e “mutuamente ligados”. O primeiro deles era o estabelecimento da democracia; o terceiro, a defesa da “subversão”:

Primeiro, procuramos encorajar o desenvolvimento de instituições políticas democráticas. Em segundo lugar, queremos que todos os povos das Américas melhorem seu padrão de viver e melhorar a vitalidade de suas economias.

---

<sup>866</sup> *Ibid.*

<sup>867</sup> PIMENTA NEVES, A.M. “Motley defende a democracia no continente”. *O Estado de S. Paulo*, 09 de dezembro de 1983, capa. Ver também OURIQUE, Armando. “EUA associam democracia na A. Latina à sua segurança”. *Jornal do Brasil*, 09 de dezembro de 1983, capa/p. 8.

<sup>868</sup> Reagan insiste na vigilância à América Latina”. *Jornal do Brasil*, 09 de maio de 1984, p. 13.

<sup>869</sup> CARLOS, Newton. “Exército troca comando no Uruguai”. *Folha de São Paulo*, 1 de fevereiro de 1984, p. 13.

Em terceiro lugar, queremos ajudar nossos amigos a se defenderem do bloco soviético e da subversão patrocinada pelos cubanos.<sup>870</sup>

Segundo Reagan, dos 33 países latino-americanos, 26 nos quais vivem cerca de 90% da população da região, ou já eram democráticos ou caminhavam para a democracia; uma década antes, seriam apenas 40%. Evidentemente, os critérios para um país ser considerado democrático ou em caminho para a democracia, não eram explicitados.

A transição para a democracia no Peru, no Equador e na República Dominicana foram seguidas por Honduras e Argentina. Isso tudo poderia dar “extrema esperança para o futuro”, porque agora nenhuma ditadura comunista poderia se contrapor a ditaduras de direita como a única alternativa.

Citando um pronunciamento de junho de 1982 no Parlamento britânico, “o monumento vivo da democracia”, afirmou Reagan, ele teria proposto que os povos dos países livres tivessem um papel mais ativo em encorajar e auxiliar no desenvolvimento de instituições democráticas tais como partidos políticos e grupos cívicos pelo mundo.

Por muitos anos, estamos fazendo algo similar ao ajudar a construir sindicatos democráticos. Bem, nossa promulgação do National Endowment for Democracy, ainda pouco divulgado, no entanto, um enorme passo foi dado. O National Endowment está agora trabalhando para fortalecer os partidos democráticos, os sindicatos, as associações cívicas e empresariais, e outras instituições democráticas.<sup>871</sup>

O presidente então mencionou as recentes eleições no Equador, no Panamá, e em El Salvador, destacando o caso deste último país, onde resultados não-oficiais indicavam que o vencedor do pleito seria Napoleon Duarte, “um democrata cristão que por mais de duas décadas tem se colocado na vanguarda da reforma democrática e da oposição à esquerda comunista e à direita violenta”.<sup>872</sup>

A própria existência das eleições seria uma prova da “coragem pessoal” e da “dedicação à democracia” do povo nessa “terra turbulenta” [*troubled land*]. A “guerrilhas comunistas” teriam ameaçado as pessoas a não votar, mas “o povo rejeitou essa ameaça”.

---

<sup>870</sup> First, we seek to encourage the development of democratic political institutions. Second, we want to see all the peoples of the Americas better their standard of living and improve the vitality of their economies. Third, we want to help our friends defend themselves from Soviet bloc and Cuban sponsored subversion.” REAGAN, Ronald. “Remarks at a Meeting of the Council of the Americas”. 08 de maio de 1984. National Archives: Ronald Reagan Presidential Library.

<sup>871</sup> “For many years, we’d been doing something similar to that by helping build democratic trade unions. Well, with congressional enactment of the National Endowment for Democracy, another little noticed yet, nevertheless, giant step forward has been made. The National Endowment is now working to strengthen democratic parties, trade unions, business and civic associations, and other democratic institutions”. *Ibid.*

<sup>872</sup> “Christian Democrat who for more than two decades has been in the forefront of democratic reform and in opposition to the Communist left and the violent right”. *Ibid.*

Segundo Reagan, as guerrilhas destruíram as estradas para acabar com a eleição, mas não tiveram sucesso.

Um membro da minha equipe do Conselho de Segurança Nacional, Jackie Tillman, estava lá no último domingo. Ela estava acompanhando os membros do Congresso e outros que estavam lá para testemunhar as eleições. Ela conheceu um jovem de 15 anos observador de urnas e perguntou-lhe – 15 anos – como ele se sentia sobre a votação, meio que esperando uma resposta típica, indiferente e adolescente. E em vez disso, ele apontou para o seu coração e muito calmamente disse: ‘Eu sinto esta votação bem aqui. Bem, é disso que meu país precisa’, disse ele, ‘para derrotar os guerrilheiros e trazer a paz’. Aquele rapaz, e os milhões de outras pessoas corajosas como ele, pessoas que mantiveram sua dignidade e honra face a tal adversidade são, de fato, heróis da democracia.<sup>873</sup>

No ano seguinte, também na reunião anual do Conselho das Américas, em 21 de maio de 1985, Reagan fez um balanço dos quatro anos e meio da política externa de seu governo perante a América Latina. O presidente afirmou que enquanto governo

“Temos procurado ajudar a impulsionar o desenvolvimento de instituições democráticas, melhorar as condições de vida do povo e restaurar o crescimento econômico, para fornecer assistência de segurança e frustrar a subversão e agressão comunistas, para encontrar soluções diplomáticas realistas para o conflito na região”.<sup>874</sup>

Em seu discurso, Reagan homenageou Bill Middendorf, que estava na plateia, por seu trabalho na OEA durante muito tempo; bem como Elliot Abrams, que serviu como Secretário Assistente do Estado para Assuntos inter-americanos – apresentado como um “hábil” do país em “assuntos de direitos humanos”. A política estadunidense para a América Central, “com exceção da Nicarágua”, estaria presenciando uma “maré democrática”.

O caso brasileiro é bastante ilustrativo do tipo de transição que buscavam os estrategistas estadunidenses e organizações como o Conselho das Américas. Não por acaso, em um discurso no Conselho das Américas em junho de 1981, o subsecretário de Estado para

---

<sup>873</sup> “A member of my National Security Council staff, Jackie Tillman, was down there last Sunday. She was accompanying Members of the Congress and others who were there to witness the elections. She met a young 15 year old poll watcher and asked him 15 year old asked him how he felt about the voting, half expecting a typical, nonchalant, adolescent reply. And instead, he pointed to his heart and very quietly said, ‘I feel this voting right here. Well, this is what my country needs,’ he said, ‘to defeat the guerrillas and bring peace.’ That lad, and the millions of other courageous individuals like him, people who’ve maintained their dignity and honor in the face of such adversity, are, indeed, heroes of democracy”. *Ibid.*

<sup>874</sup> “We’ve been seeking to help bolster the development of democratic institutions, to improve the living conditions of the people and restore economic growth, to provide security assistance and thwart Communist supported subversion and aggression, to find realistic diplomatic solutions to conflict in the region”. REAGAN, Ronald. “Remarks at the Annual Conference of the Council of the Americas”. 21 de maio de 1985. National Archives, Ronald Reagan Presidential Library.

assuntos interamericanos, Thomas Enders, chamou de “impressionante” a abertura política no Brasil.<sup>875</sup>

Nessa mesma ocasião, o vice-presidente dos Estados Unidos George W. Bush, por sua vez, afirmou que “Cuba é a principal ameaça para a paz nessa região, uma ameaça que é salientada por enormes subsídios soviéticos à economia e às forças militares cubanas”. Justificando a interferência dos Estados Unidos na América Central, Bush afirmou que

A assistência a um país que se encontra sob ataque direto, ou sob a manipulação daqueles que treinam guerrilheiros e oferecem equipamentos militares, não é uma violação mas sim uma reafirmação daquele princípio [o da auto-determinação].<sup>876</sup>

Na reportagem do *Jornal do Brasil* sobre este mesmo evento organizado pelo Conselho das Américas, destacava-se que a represália de Reagan contra a Nicarágua, de cortar ajuda econômica e até ajuda humanitária a Manágua, despertou críticas do setor privado local, que apontava a necessidade de manter ligações entre os dois governos, a fim de estimular maior pluralismo político e econômico interno, de maneira a evitar que os sandinistas recorressem aos cubanos ou aos soviéticos para salvar uma economia fraquejante.

O regime militar da Guatemala, acusado pela organização do direitos humanos Anistia Internacional de cumplicidade direta no assassinato de milhares de cidadãos, foi atraído de novo para o aconchego de Washington, graças a uma decisão do Departamento de Estado de autorizar venda de equipamento militar americano àquele país, o que tinha sido proibido por Jimmy Carter em 1977 [...].<sup>877</sup>

A defesa dos direitos humanos teria deixado de ser um item na pauta de política externa estadunidense sob a alegação de que “não deu certo” sob o governo Carter, pois teria servido para “alienar regimes amigos”, os quais, “apesar” de “autoritários”, não chegavam a ser “totalitários” – assim disse Jeane Kirkpatrick, Embaixadora dos Estados Unidos nas Nações Unidas.<sup>878</sup>

O discurso de Enders perante o Conselho das Américas teria reafirmado que a prioridade número 1 da nova diplomacia para a América Latina não seria “como apostariam

---

<sup>875</sup> “EUA elogiam abertura política no Brasil”. *O Estado de S. Paulo*, 04 de junho de 1981, p. 7.

<sup>876</sup> *Ibid.*

<sup>877</sup> “Enders elogia abertura brasileira”. *Jornal do Brasil*, 04 de junho de 1981, capa/p. 14. Ver também “Washington define política para América Latina”. *Última Hora*, 04 de junho de 1981, p. 6.

<sup>878</sup> *Ibid.* A republicana anti-comunista visceral Jeane Kirkpatrick (1926-2006) foi o nome que Reagan indicou como Embaixadora dos EUA na ONU. Foi extremamente ativa no apoio dos EUA às ditaduras militares em El Salvador e ao boicote ao governo sandinista na Nicarágua. A chamada “doutrina Kirkpatrick” se aferrava essencialmente no apoio a governos anticomunistas, bem como o apoio a democracias neoliberais alinhadas com o Estados Unidos. Era uma fã do general argentino Leopoldo Galtieri, que implementou um forte terrorismo de Estado contra as esquerdas. Foi membro do American Enterprise Institute.

as opiniões correntes, a contenção do avanço soviético”, mas sim a contribuição a que os Estados Unidos pudessem dar “ao fortalecimento da democracia no continente”. Segundo a matéria do *Jornal do Brasil*, o processo de abertura política do Brasil foi, por parte de Enders, “objeto de calorosa apologia”.

“Somos países que construímos nossa prosperidade em torno da livre empresa”, teria dito Enders; mas este potencial não seria alcançado se não houvessem “níveis ainda mais elevados de cooperação na gerência de seus assuntos econômicos”. A reportagem acrescentava que, se se fala em ‘determinados países’, é porque existia Cuba e Nicarágua. Segundo o editorial do JB, “Neste tema, Enders adota a retórica que fez parte da campanha de Reagan, e que se destina a marcar, para o ‘público interno’ a diferença entre o ‘governo fraco’ de Carter e a nova administração, que “não tolerará”, nas palavras de Enders, “a agressão cubana contra os nossos amigos no hemisfério”.

Basta uma análise de discurso para fazer notar que ao contrário de uma dicotomia entre “conter o avanço soviético/cubano” e “fortalecer as democracias”, existia uma forte conexão entre ambos objetivos. A grande questão é o tipo de democracias que estavam incentivadas: regimes que não admitissem as esquerdas (principalmente as comunistas) como atores políticos legítimos.

As relações entre o a ditadura brasileira e o governo dos Estados Unidos se tornaram mais calorosas com o governo Reagan. Em fevereiro de 1984, o vice-presidente Aureliano Chaves seria hóspede oficial do vice-presidente Bush, ficando alojado na *Blair House* (residência destinada aos visitantes de maior importância na capital estadunidense). A visita oficial aos Estados Unidos incluiu uma audiência privada com o presidente Ronald Reagan, na Casa Branca; uma conferência sobre Brasil na Universidade de Georgetown, e uma conferência no Conselho das Américas.<sup>879</sup>

Em setembro de 1985, a *Folha* noticia o almoço do então presidente civil eleito indiretamente José Sarney com ninguém menos que Margaret Hayes, apresentada pela *Folha* como “professora” do “Conselho das Américas, em Washington”. Hayes se sentou com Sarney no almoço, e assim teria resumido assim o seu animado estado de espírito com o encontro: “Se eu morasse na Califórnia, eu não viria para o café da manhã; mas para esse almoço sim”.<sup>880</sup>

A década de 1980 assistiu uma guinada política e ideológica à direita também provocada pela desintegração do bloco socialista, com as dificuldades crescentes no campo

<sup>879</sup> “Aureliano recebe Leitão para conversa no Jaburu”. *Jornal do Brasil*, 25 de fevereiro de 1984, p. 2.

<sup>880</sup> “Encontro com intelectuais foi acontecimento social”. *Folha de São Paulo*, 25 de setembro de 1985, p. 6.

econômico na URSS, o questionamento crescente ao controle de Moscou na vida de países como a Polônia, Romênia e Tchecoslováquia. A queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim da URSS em 1991 marcaram o fim de uma época, como assinalou Eric Hobsbawm.<sup>881</sup> É certo que uma parte substancial da esquerda tinha, pra simplificar, uma relação de amor e ódio com a URSS, ou talvez uma relação freudiana de pai autoritário e filho rebelde. As críticas ao modelo soviético eram predominantes, por exemplo, na esquerda brasileira que durante os anos 1980 viu surgir como principal partido de esquerda o PT de Lula da Silva, agremiação com muitas tendências críticas da URSS.

Todavia, o colapso do bloco socialista foi celebrado como uma vitória inquestionável da suposta superioridade histórica do capitalismo, e em se tratando de capitalismo do fim dos anos 1980 estamos falando do capitalismo neoliberal e sua agenda de liquidação do estado social. Uma confluência bastante adequada acontecia ali, pois o estado social europeu, a utopia social democrata realizada durante algumas décadas só foi possível graças a existência da URSS, do papel decisivo da URSS na derrota do Eixo Nazi-Fascista na Segunda Guerra Mundial, e daí que seu desaparecimento serviu também como a melhor propaganda possível da ideologia neoliberal e sua condenação da planificação econômica.

Não foi por acaso que entre os apologetas do capitalismo surgiu a tese do “fim da história”, termo hegeliano usado no título do afamado artigo de Francis Fukuyama. A suposta superioridade histórica do capitalismo estaria comprovada com o desfecho da chamada Guerra Fria.

David Rockefeller, àquela altura, criticava parte do *mainstream* geopolítico que assessorava o governo americano (que pressupomos, pela descrição de David Rockefeller, e partir do debate estratégico dos anos 1990, serem os neorrealistas e correntes próximas ao neorrealismo), o qual teria uma visão muito estreita da geopolítica e de todos os aspectos que a afetam.

Tem sido argumentado em alguns círculos acadêmicos que, devido ao declínio das rivalidades das superpotências militares do leste-oeste, os Estados Unidos perderam o interesse na América Latina. Parece-me que este argumento é baseado em um conceito estreito, estritamente militar de segurança. Acreditamos que uma definição mais ampla dos interesses de segurança dos EUA, que incluiria a consideração de itens como: fluxos migratórios atraídos pelo forte mercados dos EUA; produção, comércio e consumo de narcóticos; narco-terrorismo que ameaça as democracias na Colômbia e no Peru e que ganharam poder no Panamá, eventualmente

---

<sup>881</sup> HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

requerendo uma custosa intervenção militar americana, e, talvez a maior ameaça à nossa sobrevivência geral, a degradação ambiental.<sup>882</sup>

O vice-secretário de Estado dos Estados Unidos, Lawrence Eagleburger, afirmou, em uma conferência do Conselho das Américas, que a melhora das relações estadunidenses com a União Soviética, com a redemocratização da Europa e do Leste europeu, o eixo da política externa estadunidense iria “Voltar-se para o próprio hemisfério”. “Nós podemos estar perto de remover da pauta da política externa dos EUA a tremenda preocupação com as relações Leste-Oeste que, por necessidade, dominou a agenda nos últimos 45 anos”, disse o número dois da diplomacia estadunidense. Nesse mesmo evento, discursou o presidente George Bush.

Nas palavras do jornalista Paulo Sotero,

Segundo Eagleburger, a desmilitarização da política externa colocará um novo conjunto de desafios econômicos e políticos para os EUA no continente americano. O comércio com a região, exemplificou ele, será visto como vital ao interesse nacional, em parte porque ajudará a promover a prosperidade, a estabilidade e a democracia, em parte por interesse econômico.<sup>883</sup>

O vice-secretário afirmou, porém, que se a América Latina não realizasse sua abertura econômica, “os investimentos irão para outro lugar”.<sup>884</sup>

Além da participação dos chilenos na elaboração do livro de 1986, não encontramos mais evidências sobre em que termos se deu a atuação do Conselho das Américas na transição democrática chilena, o que seria certamente muito interessante; porém não podemos descartar que exista documentação a respeito, e certamente constitui tema de grande interesse de nossa parte.

Nesta última parte deste capítulo, analisaremos como, no quadro da consolidação dos regimes democráticos no Brasil, Argentina e Chile, o Conselho das Américas organizou o empresariado transnacional na construção de uma Área de Livre Comércio das Américas, proposta que ao final fracassou – ao menos como inicialmente formulada. Devemos nos valer aqui principalmente dos Congressional Records, 17 documentos datados de 1990 a 2000; dos Presidential Archives (National Archives), que trazem discursos de presidentes e representantes dos Departamentos de Estado e de Comércio em encontros do Conselho

---

<sup>882</sup> “It has been argued in some academic circles that due to the decline in East-West military superpower rivalries, the United States has lost interest in Latin America. It seems to me that this argument is based on a narrow, strictly military definition of security.” *Ibid.*, p. 8.

<sup>883</sup> SOTERO, Paulo. “EUA revêem política para continente”. *O Estado de S. Paulo*, 22 de maio de 1990, p. 9.

<sup>884</sup> *Ibid.*

tratando do tema da Área de Livre Comércio; e também da imprensa brasileira e internacional.

#### 4.11 O CONSELHO DAS AMÉRICAS E A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO NAS AMÉRICAS (ALCA)

Segundo David Rockefeller, para que fossem apoiadas e imitadas por outros países, as reformas econômicas implementadas pelo Chile e pelo México tinham de ser reforçadas por “mudanças positivas” nos no comércio dentro do hemisfério. À medida que um país após o outro adotava o modelo de crescimento econômico orientado para as exportações, eles precisavam de um destino para seus bens, e aqui entrava o mercado americano.

Na verdade, os autores do estudo *Growth* (mencionado no capítulo anterior) tinham recomendado fortemente que as principais nações industriais não só iniciassem uma nova rodada de redução das tarifas no GATT, mas também evitassem adotar qualquer nova restrição às importações. É irônico que, somente quando os latino-americanos começaram a aceitar a importância dos mercados de exportação para seu bem-estar econômico e social, os Estados Unidos comessem a buscar a proteção de tarifas para suas próprias indústrias ameaçadas.

Uma moeda excepcionalmente forte aumentou o déficit comercial americano para um *record* de 160 bilhões de dólares em 1987, causando danos em muitos setores industriais nacionais (particularmente automóveis, aço e têxteis) e inflamando demandas por quotas, legislação de dimensão nacional, retaliação e aumentos nas tarifas. Foi com esse pano de fundo que aqueles de os membros do Conselho das Américas, interessados em manter o regime de comércio liberal, tiveram de lutar contra os sindicatos, a ala protecionista de direita do Partido Republicano e os ambientalistas.

Nas palavras de David Rockefeller em suas *Memórias*:

Opus-me vigorosamente a esta reação protecionista e estimei o movimento para um comércio mais livre e mais aberto. Em um discurso em Caracas em 1989, apelei pela intensificação dos esforços pela cooperação econômica para o benefício mútuo dos Estados Unidos e da América Latina. Três anos depois, no Fórum das Américas em Washington, patrocinado pelo Conselho, com a linha mestra do presidente George Bush, propus a criação de uma “área de livre comércio do hemisfério ocidental” antes do ano 2000. Na verdade, na esteira da aprovação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), em 1993, a ideia de um livre comércio no hemisfério ganhou uma aceitação mais geral. O presidente Clinton convocou uma ‘Cúpula das Américas’ em Miami, em dezembro de 1994, que consideraria todo o espectro de questões que enfrentava nossa parte do

mundo: tráfico de drogas, degradação ambiental e crescimento populacional, bem como relacionamentos econômicos.

Nos meses que antecederam o encontro, vários de nós do Conselho das Américas encontraram-se com frequência com membros da Casa Branca, autoridades do Departamento de Estado e representantes de países latinos para insistir na questão de que a reunião de cúpula seria um momento oportuno para elaborar o contexto para a ‘Área de Livre Comércio das Américas’. Um participante essencial para convencer o presidente a seguir em frente foi Thomas F. (Mack) McLarty, chefe de assessoria de Clinton, que se tornou nosso elo com a Casa Branca.

A reunião de Miami foi um momento animador para os que tinham lutado por relações mais estreitas no hemisfério. Quando os chefes de Estado das 31 repúblicas americanas (todas, exceto Cuba) assinaram o protocolo criando o contexto para a Área de Livre Comércio das Américas, houve uma sensação tangível de que podíamos e iríamos resolver juntos nossos muitos problemas. Logo o Chile se juntou ao Nafta, e seria apenas uma questão de tempo até que outras nações latino-americanas também se juntassem ao acordo. Infelizmente, isso não aconteceu”.

Numa reportagem ainda de 1984, o jornalista Pimenta Neves afirmava que, segundo um relatório do Conselho das Américas, a principal responsável pelas pressões protecionistas na área siderúrgica era a U.S. Steel, levando o governo a impor sobretaxas sobre o aço brasileiro. Como organização insuspeita de esquerdismo, o Conselho das Américas mesmo reconhecia que partia das grandes empresas a pressão por uma política protecionista. Pimenta Neves citava trecho do relatório:

Mas fortes pressões das empresas e dos sindicatos domésticos, para que se projetam algumas indústrias americanas, continuam sendo sentidas tanto pela administração como pelo Congresso, pressões que são especialmente agudas num ano eleitoral. Os problemas criados para os países latino-americanos pelo protecionismo dos Estados Unidos são claros, mas uma recessão prolongada na região poderia eventualmente paralisar a recuperação dos Estados Unidos através da redução das exportações americanas e dar margem à instabilidade política e social, que poderia prejudicar ainda mais as relações dos Estados Unidos com a América Latina e até mesmo ameaçar a segurança nacional dos Estados Unidos.<sup>885</sup>

Voltaremos a comentar a participação do Conselho em fóruns multilaterais dos anos 1990 como a Cúpula das Américas quando formos analisar os relatórios do Conselho do início dos anos 2000, no próximo capítulo.

A mais relevante ação da AS-COA ao longo dos anos 1990 foi a construção de consenso para a aprovação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Um sonho antigo das companhias estrangeiras estadunidenses na América Latina, com o ápice da maré neoliberal que varreu o continente nos anos 1980, ainda que em graus e ritmos muito distintos

---

<sup>885</sup> PIMENTA NEVES, A.M. “Protecionismo, iniciativa das grandes empresas”. *O Estado de S. Paulo*, 30 de março de 1984, p. 28.

entre os países. Como afirmou Rockefeller, o novo presidente dos Estados Unidos, o republicano George Bush, tinha uma clara intenção de levar a ideia adiante.

Em um jantar oferecido pela Casa Branca, Bush afirmou que “o destino econômico dos Estados Unidos está ligado ao da América Latina e nenhum exército de protecionistas vai mudar isso”. Bush falou com entusiasmo sobre a “Iniciativa para as Américas”, principal projeto de seu governo para a América Latina, e garantiu que nos centros financeiros de todo o mundo a mensagem era uma só: uma das regiões mais “excitantes” para se investir era a América Latina.

É de se notar que estavam presentes no evento alguns representantes latino-americanos: o presidente do Banco Central brasileiro, Francisco Gros, e o Ministro da Economia do Desenvolvimento da Venezuela, Pedro Vallenilla. Em algum momento, falando sobre a América Latina, Bush destacou o tema da corrupção, dizendo que esta era “inimiga do crescimento e da democracia”.<sup>886</sup>

Em um pronunciamento no Conselho das Américas, o novo secretário do comércio dos EUA, Robert Mosbacher, afirmou que o pacto de livre comércio com o México (Nafta) era “fundamental para a saúde da economia mundial”, sob o risco de, se não concluído, gerar “um novo surto protecionista”. Tudo dependeria da aprovação no Congresso do *fast-track*, ou “via rápida”, em que os parlamentares podem vetar ou aprovar o acordo, sem, entretanto, poder propor emendas. Mostrando um grande alinhamento com o pensamento de David Rockefeller, ele afirmou que os principais opositores a isso eram grupos ambientalistas e trabalhistas, entre eles a Agência de Proteção Ambiental (EPA, em sua sigla em inglês, *Environmental Protection Agency*) e a AFL-CIO, que afirmava que o acordo seria um desastre para os trabalhadores americanos.<sup>887</sup>

Em pronunciamento no Conselho das Américas, o subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, Lawrence Summers, foi otimista, afirmando que na América Latina “a sensação de crise está menor”. Recomendou, contudo, que os governos “não abrissem mão da vigilância”.<sup>888</sup> Deste encontro ainda participaram, além do próprio presidente Bill Clinton, outros quatro nomes de peso do governo americano: Mickey Kantor e Ronald Brown, do comércio exterior, o diretor da Casa, Robert E. Rubin. Chile, Venezuela e México foram representados por seus respectivos Ministros de Finanças e Comércio.<sup>889</sup>

---

<sup>886</sup> “Bush quer América Latina desenvolvida”. *Jornal do Brasil*, 25 de abril de 1992, p. 2.

<sup>887</sup> “EUA podem concluir pacto mexicano em 91”. *O Estado de S. Paulo*, 08 de maio de 1992, p. 36.

<sup>888</sup> “Para Summers, economias da América Latina estão ficando estáveis”. *O Estado de S. Paulo*, 04 de maio de 1999, p. 40.

<sup>889</sup> “Só”. *O Estado de S. Paulo*, 30 de abril de 1994, p. 64.

A nova representante comercial dos Estados Unidos, Charlene Barshefsky, era a mais agressiva defensora da ALCA, frequentemente realizando pronunciamentos duros em relação à América Latina. Numa reunião do Conselho das Américas em Washington, em 1994, ela defendeu a necessidade de acelerar as negociações porque a recessão mundial exerceria uma pressão em contrário, de reduzir o ritmo da abertura comercial. Ela afirmou, na ocasião, que temia que “alguns parceiros sejam muito menos ambiciosos que os Estados Unidos nas práticas de liberalização comercial”. A posição estadunidense, esclareceu a representante, era de que cada país negociasse isoladamente a entrada na ALCA.

Na mesma ocasião, a secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright, “defendeu uma atuação conjunta de todos os países do Conselho das Américas para combater a pobreza na região”.<sup>890</sup>

Sobre o mesmo evento do Conselho, uma reportagem assinada por Paulo Sotero afirmava que:

A reunião do Conselho das Américas, que congrega empresas americanas com interesses na América Latina, mobilizou o primeiro time da diplomacia e da área comercial do governo Clinton em um esforço de relançamento da combatida estratégia de Washington para o hemisfério no momento em que o presidente Bill Clinton prepara-se para visitar o México, a Costa Rica e Barbados. A viagem, no fim da semana que vem, será a primeira de três que Clinton pretende fazer à região nos próximos 11 meses. O primeiro dia do encontro, organizado sob o slogan Construir a Ponte para 2005, não reduziu o ceticismo sobre as chances de sucesso da operação entre observadores da política dos EUA para o hemisfério. A plateia reduzida, em relação às reuniões anteriores, e a pequena participação de executivos da América Latina realçou as dúvidas que ameaçam a estratégia americana. [...]

‘O progresso em nossa região não é um jogo de soma zero’, afirmou a secretária de Estado, Madeleine Albright, que abriu o encontro. ‘Como nações, corporações e povo, todos temos interesse no estabelecimento e aplicação de um sistema de padrões que levará nossa comunidade hemisférica a crescer de maneira mais pacífica, próspera, estável e livre’. Mas alguns dos argumentos comerciais que outros porta-vozes da administração apresentaram em defesa de uma ativa participação dos EUA nesse processo justificam as preocupações que uma abertura demasiadamente acelerada dos mercados já provoca em países como o Brasil”.<sup>891</sup>

#### 4.11.1 Lobby pelo fast-track no Congresso americano

Nos últimos anos do governo Clinton, um Partido Democrata fortemente protecionista, insistindo em padrões de trabalho irrealistas e inviáveis, se uniu à ala isolacionista do Partido Republicano na Câmara para frustrar a maioria das iniciativas de comércio – especialmente conceder ao presidente a autoridade para negociar acordos comerciais de ‘via rápida’, que o Congresso podia aceitar depois por uma maioria simples de votos, em vez da

<sup>890</sup> “Barshefsky quer acelerar vinda da Alca”. *O Estado de S. Paulo*, 05 de maio de 1999, p. 6.

<sup>891</sup> SOTERO, Paulo. “Barshefsky volta a criticar o Mercosul”. *O Estado de S. Paulo*, 29 de abril de 1997.

maioria de dois terços exigida pela Constituição. Durante um período de crescimento econômico e expansão comercial global sem precedentes, este não era um problema particularmente grave, mas no início de 2000, quando sinais de alerta de recessão começaram a aparecer, o fracasso dos EUA em abrir novos mercados no exterior começou a se fazer sentir.

Felizmente, o presidente Bush colocou-se agressivamente a favor do livre comércio e tornou a ‘via rápida’ (que ele referia como autoridade de promoção do comércio ou APC) parte integrante de sua plataforma de campanha. Na reunião anual do Conselho das Américas em Washington, o secretário de Estado Colin Powell e o representante de Comércio dos EUA Robert Zoellick, entre outros membros importantes do governo Bush, fizeram argumentações convincentes sobre os Estados Unidos novamente assumirem a liderança no esforço de facilitar acordos comerciais regionais e globais.

O Conselho das Américas teve um papel essencial no esforço, por fim bem-sucedido, de garantir o APC. Junto com a Business Roundtable, a National Association of Manufacturers, a Federação de Agricultura e outros grupos de negócios, o Conselho fez um lobby pesado pela legislação. Embora a votação na Câmara tenha sido extremamente apertada (215 a favor e 214 contra), o Senado aprovou o APC com mais facilidade. Ainda há um longo caminho a percorrer, mas a Área de Livre Comércio das Américas e a promessa de estimular o crescimento em economias estagnadas da América Latina mais uma vez estão a nosso alcance.”<sup>892</sup>

Para David Rockefeller, o ano de 1990 poderia ser um marco na abertura comercial latino-americana. A imprensa brasileira noticiou por alto seu engajamento no Congresso de seu país:

O banqueiro David Rockefeller, na condição de porta-voz de mais de 200 grandes grupos empresariais norte-americanos, pediu ontem a total liberalização da economia dos países latino-americanos, para que possam atrair o capital internacional e também aumentar sua participação no comércio mundial. Num debate com o Comitê Conjunto de Economia da Câmara dos Representantes e do Senado, em que Washington, Rockefeller [...] declarou-se otimista quanto ao futuro das relações comerciais entre as Américas do Sul e do Norte: ‘Acreditamos nos latino-americanos, apesar de seus decepcionantes resultados econômicos nos anos 80, e os EUA jamais esquecerão suas responsabilidades no continente’.<sup>893</sup>

O *Jornal do Brasil* destacou o seguinte trecho de seu pronunciamento:

“América Latina é muito mais importante para os Estados Unidos do que a Europa do Leste, tanto no campo econômico, como nas áreas política e de segurança”, afirmou David Rockefeller e outros líderes empresariais ao Comitê Econômico Conjunto do Congresso norte-americano.<sup>894</sup>

---

<sup>892</sup> ROCKEFELLER, *Memórias...* p. 468.

<sup>893</sup> “Rockefeller pede AL mais livre”. *O Estado de S. Paulo*, 23 de maio de 1990, p. 37.

<sup>894</sup> “Rockefeller defende maior ajuda para América Latina”. *Jornal do Brasil*, 23 de maio de 1990, p. 3.

Em 22 de maio de 1990, a audiência no Comitê de Economia do Congresso, chamada “The Economic importance of Latin America for the United States – “A importância econômica da América Latina para os Estados Unidos” foi completamente hegemônica pelo Conselho das Américas.<sup>895</sup> O conteúdo dessa audiência foi dividido em três partes: testemunhos e declarações; registro para os anais; e apêndices. A sessão durou todo um dia.

O *Joint Economic Committee* era composto por congressistas (o que equivale a nossos deputados federais, a *House of Representatives*, chamando-se os parlamentares de *representatives* – doravante, aqui, deputados, para facilidade de compreensão),<sup>896</sup> e senadores. Comparado ao sistema brasileiro, seria um comitê equivalente, a nível institucional, ao Comitê de Relações Exteriores, ou o Comitê de Constituição e Justiça: formado por membros das duas Casas Legislativas, de composição relativamente enxuta, porém com representação das principais forças políticas (no caso estadunidense, tanto democratas como republicanos). Possui de caráter essencialmente consultivo, porém virtualmente deliberativo, pois suas decisões são em geral respeitadas pelo plenário das casas. Isto é, existe a possibilidade formal de que o Congresso rechace alguma decisão de tais comissões, porém, na praxe política de funcionamento do sistema político-partidário, o acatamento é mais frequente.

Entre os membros desse comitê, na data da cerimônia que relatamos, faziam parte, da House of Representatives: Lee H. Hamilton, Indiana (presidente do comitê); Augustus F. Hawkins, Califórnia; David R. Obey, Wisconsin; James H. Scheuer, New York; Fortney Pete Stark, Califórnia; Stephen J. Solarz, New York; Chalmers P. Wylie, Ohio; Olympia J. Snowe, Maine; Hamilton Fish Jr, New York; e Frederick S. Upton, Michigan.

Do Senado, participavam do Comitê: Paul S. Sarbanes, Maryland (vice-presidente do comitê); Lloyd Bentsen, Texas; Edward M. Kennedy, Massachusetts; Jeff Bingaman, New Mexico; Albert Gore Jr, Tennessee; Richard H. Bryan, Nevada; William V. Roth Jr., Delaware; Steve Symms, Idaho; Pete Wilson, Califórnia; Connie Mack, Florida.

O comitê contava com um forte staff: um diretor executivo, Joseph J. Minarik; um Conselheiro-Geral, Richard F Kaufman; um economista-chefe, Stephen Quick; e um diretor de Staff David R. Malpass.<sup>897</sup>

---

<sup>895</sup> U.S. CONGRESS, Joint Economic Committee of the. The economic importance of Latin America for the United States. *Congressional Records*, Washington D.C., 22 de maio de 1990.

<sup>896</sup> A divisão do modelo norte-americano provém do federalismo, o qual discutimos no capítulo 1. Também utilizaremos o termo congressista como sinônimo de deputado, para ser mais fiel à nomenclatura do sistema americano.

<sup>897</sup> O Comitê foi criado na seção 5(a) da Lei 304, 79ª Legislatura (created pursuant to sec. 5(a) of Public Law 304, 79th Cong.).

A sessão iniciou-se com depoimentos e declarações; a abertura dos trabalhos ficou a cargo do vice-presidente do comitê, senador Paul S. Sarbanes; do deputado Hamilton Fish Jr, membro do Comitê; e do Senador John D. Rockefeller, sobrinho de David Rockefeller, que foi o orador seguinte. A sessão inicia-se com a presença dos senadores Sarbanes, Bingaman, Rockefeller, Graham e do congressista Fish. Do staff, estavam presentes: Stephen Quick e Kathy Chumachenko.

O primeiro agradecimento de Sarbanes, na primeira fala registrada da sessão, agradecendo ao Conselho das Américas para aquela audiência, já deixa claro que a audiência foi construída pelo Conselho. Afirmou o senador:

Primeiro, os países do hemisfério estão tão intimamente conectados por laços de comércio e investimento que uma economia hemisférica saudável é essencial para que cada país atinja seu potencial máximo crescimento [...]Em segundo lugar, as mudanças na economia mundial na próxima década tornarão ainda mais imperativo que encontremos maneiras de promover crescimento econômico neste hemisfério. E terceiro, o crescimento econômico forte no hemisfério é um pré-requisito essencial para uma cooperação regional eficaz numa ampla gama de outras questões importantes, como o tráfico de drogas e deterioração ambiental.<sup>898</sup>

O congressista Hamilton Fish Jr. foi mais econômico em sua fala de abertura, mas fez questão de afirmar a receptividade dos parlamentares em relação às recomendações do Conselho das Américas ao governo dos Estados Unidos no tocante à política externa para a América Latina. Em suas palavras:

Espero que no curso do que nos será dito esta manhã, que vocês nos darão conselhos sobre as políticas que vocês recomendam que o Governo dos EUA adotem para promover o crescimento econômico e comércio oportunidades na América Latina, bem como uma avaliação de Programas do Banco e do FMI na América Latina nos últimos anos e sugestões quanto às políticas que vocês defendem para organizações multilaterais.”<sup>899</sup>

---

<sup>898</sup> “First, the countries of the hemisphere are so closely connected by ties of trade and investment that a healthy hemispheric economy is essential for each country to achieve its fullest potential for growth [...]Second, the changes in the world economy in the next decade will make it even more imperative that we find ways for promoting economic growth in this hemisphere. [...]And third, strong, economic growth in the hemisphere is an essential prerequisite for effective regional cooperation on a broad range of other important issues, such as narcotics trafficking and environmental deterioration”. SARBANES, Paul S. Opening Statement of Senator Sarbanes, vice-chairman. Em U.S. CONGRESS, *The Economic importance of Latin America...* p. 1.

<sup>899</sup> “I hope that in the course of what we'll be told this morning, that you will give us advice as to policies that you recommend to the U.S. Government to adopt to promote economic growth and trading opportunities in Latin America, as well as an assessment of World Bank and IMF programs in Latin America over the past few years and suggestions as to policies you advocate for multilateral organizations.” FISH Jr, Hamilton. Opening statemente of congressman Hamilton Fish Jr. Em U.S. CONGRESS, *The Economic importance of Latin America...* p. 2.

O senador John D. Rockefeller não faz mais que saudar “seu tio” David, que estava na plateia.

A sessão seguiu então para um painel composto por David Rockefeller, presidente do Conselho das Américas; Robert Black, presidente da Texaco Latin America/West Africa; James Forese, vice-presidente de finanças da IBM; Wolfgang Berndt, vice-presidente da Procter & Gamble, Alan Ockene, vice-presidente para a América Latina da Goddyear Tire & Rubber Co.; e Bill Rogers, apresentado com entusiasmo pelo senador Sarbanes como “advogado muito importante aqui em Washington, membro da Arnold & Porter”.

David Rockefeller começa apresentando o que é a *Americas Society* e o *Council of the Americas*. O discurso de David Rockefeller nesta ocasião é bastante rico para entender o que foram as atividades mais importantes do Conselho nos anos 1980, e também sobre a direção que era prevista para que ela tomasse nos anos 1990: aprofundar os programas de neoliberalização utilizando o mecanismo da dívida. Ao mesmo tempo, tentando reorientar geopoliticamente o continente latino-americano para os Estados Unidos.

É interessante ver como o Conselho tinha a prática de relacionar-se intimamente com o Congresso, especialmente a partir dos anos 1990. A sessão que estamos analisando é a primeira explicitamente montada pelo Conselho das Américas no Congresso estadunidense, o que evidencia uma forte incidência desta entidade privada nas instituições do Estado estrito dos Estados Unidos. Uma das possíveis explicações para isso foi a ampla desregulação da atividade de lobby no país; mas também certa tradição de reprodução da representação parlamentar das mais famílias mais ricas da família: todas as maiores dinastias estadunidenses possuem pelo menos um membro da família que se torna um político de importância; e isso fica evidente no caso dos Rockefeller. Desde os anos 1960, pelo menos, sempre houve um grupo de parlamentares que divulgava o Conselho das Américas, requeria registros dos discursos de David Rockefeller e de outros representantes do Conselho das Américas, etc.

David Rockefeller, nesse momento, apontava para o que considerava serem os principais desafios a serem enfrentados para a retomada do crescimento econômico, e entre eles estava que

“os governos latino-americanos devem criar as condições de responsabilidade financeira e fiscal para atrair os investimentos do setor privado, e ao mesmo tempo abrir suas economias para participar nos investimentos e num comércio crescentemente globalizado”.<sup>900</sup>

---

<sup>900</sup> *Ibid.*

Infelizmente, no entanto, segundo Rockefeller, a importância da América Latina era insuficientemente refletida nos programas e políticas do governo estadunidense, pela imprensa, pelo sistema educacional; e portanto, não estava adequadamente entendida pelo público em geral no país. Realizando agora uma clara crítica à política externa do governo Reagan, David Rockefeller afirmou que era uma preocupação enorme o fato de que o governo tenha se concentrado demais nos “problemas políticos” do Panamá, da Nicarágua, de El Salvador, ou no “problema das drogas” ou da dívida. O governo deveria, segundo ele, estar mais focado nas maiores economias do sul do continente como o México ou o Brasil.

Fazendo uma comparação com os interesses econômicos dos EUA no leste europeu, David Rockefeller buscou embasar sua posição argumentando que o total das exportações para o leste europeu totalizaram, em 1988, 876 milhões de dólares, o que significava apenas 2% do total de exportações para a América Latina. Afirmava ainda que, de acordo com o próprio Departamento de Comércio, ao longo dos anos 1980 os Estados Unidos perderam entre 50 e 130 bilhões de dólares para mercados compradores tradicionais. Isso teria sido resultado do declínio das exportações, conforme essas nações se debatiam para pagar o serviço da dívida; e também porque o PIB per capita caiu em média 8% nesta que ficou conhecida como “década perdida”. Rockefeller terminava seu discurso afirmando que estes eram exemplos de como era em “interesse egoísta” que era necessário ter “vizinhos prósperos e saudáveis”, tanto ao norte quanto ao sul.

No texto entregue por David Rockefeller para registro nos anais, há um elemento omitido no discurso falado, que era a constatação daquilo que Rockefeller denominou “assimetria” econômica entre os Estados Unidos – o fato de que a economia latino-americana depende muito mais da estadunidense, que ao contrário. Mas dizia que este fato não deveria levar a uma “negligência” na política para a América Latina.

“A assimetria básica e esmagadora entre a economia norte-americana e a economizada América Latina, não deve nos cegar para o fato de que a América Latina é importante para a nossa economia e nossa sociedade de muitas maneiras. Nós temos uma enorme participação em uma América Latina democrática e próspera.”<sup>901</sup>

No texto originalmente submetido ao comitê aparecia outro elemento importante para nossa análise: os novos regimes democráticos na América Latina. David Rockefeller queria salientar que agora não haveria mais tantos “problemas morais” para os Estados Unidos

---

<sup>901</sup> “The basic, overwhelming asymmetry between the U.S. economy and those of Latin America, should not blind us to the fact that Latin America is importante to our economy and our society in many ways. We have an enormous stake in a democratic and prosperous Latin America”. *Ibid.*, p. 7.

“envolverem-se na política latino-americana”. Os anos 1980 são definidos como uma grande “era de liberdade”:

“A região agora é abençoada com governos eleitos e representativos. Os recentes acontecimentos na Nicarágua e no Panamá estão varrendo os últimos governos autoritários. Chile, Brasil e Argentina viram militares governos substituídos por civis. Este é um período único na história da América Latina e os ‘ventos da liberdade’ são fortes na região. Somente Cuba de Castro conseguiu, até agora, frustrar as exigências de liberdade”.<sup>902</sup>

A receita de David Rockefeller para retomar o crescimento na América Latina era aqui resumido em cinco itens básicos: liberalização comercial, reforma tributária com disciplina fiscal, taxas cambiais mais competitivas, privatizações e remoção de obstáculos ao investimento estrangeiro.

Segundo David Rockefeller, a “reestruturação econômica” nos países democráticos era mais avançada no Chile, na Costa Rica e na Bolívia. Alguns países teriam feito “substanciais esforços” de reforma: México, Jamaica, Uruguai e Venezuela – mas ainda não teriam “se beneficiado de taxas mais altas de crescimento econômico” já que as medidas ainda deveriam “ser mantidas por um certo número de anos”. A Argentina, por outro lado, teria tentando “várias abordagens diferentes”, até agora com “apenas um mínimo sucesso”. O Brasil estaria “apenas começando o processo”; e o Peru ainda precisaria chegar a um consenso.

Também chama muito atenção no discurso de Rockefeller um recado final aos congressistas presentes na sessão. David Rockefeller dizia, fazendo referência à Aliança para o Progresso, e resumindo de forma muito simples a mudança no tipo de política que ele e os empresários ativistas unidos a seu redor estava recomendando ao governo americano:

Nós não estamos aqui com nossos chapéus na mão. NÃO estamos propondo um novo Plano Marshall para a América Latina, o que poderia prejudicar o imperativo da reestruturação econômica. Mas nós acreditamos que os recursos financeiros disponíveis sob o Plano Brady deveriam ser cuidadosamente monitorados para assegurar que recursos internacionais adequados estão disponíveis para os países que necessitam empreender uma reestruturação dolorosa, mas necessária.<sup>903</sup> Um último ponto que nos parece digno de nota é a ênfase específica que David Rockefeller dava ao Brasil, afirmando que um Brasil forte crescente e com sucesso era muito importante aos interesses dos Estados Unidos no hemisfério, bem como aos interesses comerciais e de investimento”.<sup>904</sup>

<sup>902</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>903</sup> “We are not here with our hats in hand. We are NOT proposing a new Marshall Plan for Latin America, which could detract from the imperative for economic restructuring. But we do believe that the financing resources available under the Brady Plan should be carefully monitored to assure that adequate international resources are available for those countries which do undertake painful, but necessary restructuring”. *Ibid.*, p. 10. Sublinhado no original.

<sup>904</sup> “A strong, growing and successful Brazil is important to U.S. security interests in the Hemisphere, as well as to our trade and investment interests.” *Ibid.*, p. 11.

Foi anexado nos anais do Congresso, imediatamente após a fala de David Rockefeller, um estudo realizado pelo Conselho das Américas, intitulado “The United States and Latin America in the Global Economic Environment of the 1990s”, documento apresentado na 21ª Conferência de Washington para Executivos Corporativos, sob os auspícios do próprio Departamento de Estado, entre 21 e 22 de maio. A Assembleia, como mencionou David Rockefeller, estava ocorrendo na mesma data daquela audiência.

Destacamos os dados relativos à participação do Investimento Direto Externo dos Estados Unidos em vários países latino-americanos em 1988, em bilhões de dólares. Observando os números, vemos que 51% foram os investimentos externos totais da América Latina vinham dos Estados Unidos, sendo 41% América do Sul, 70% Bacia do Caribe e 62% México. O Brasil somava 11 bilhões de dólares em investimentos estadunidenses na América Latina, o México, 5,5 bi; a Argentina, 2,4 bi; Colômbia, 2,4 bi; Bacia do Caribe, 14 b,3 bi; e as outras cifras todas em torno de 1 bi apenas.

Porém, para uma proporção menor de investimentos diretos estrangeiros, eram desproporcionalmente provenientes dos Estados Unidos aqueles destinados a alguns países, principalmente Colômbia (2,4 bi em 2.8 bi total de investimentos estrangeiros, o caso mais desproporcional); Venezuela (2.3 bi americanos em comparação a 3.8 totais do estrangeiro); e o próprio Brasil, que de seus 24,3 bilhões de dólares de investimentos externos totais em 1988, teve quase metade (11.8 bi) provenientes dos Estados Unidos.<sup>905</sup>

Outra tabela importante realizada com dados do Departamento de Comércio mostrava a evolução da posição dos investimentos diretos externos pelo mundo, país a país, de 1950 a 1988. Nota-se que entre “países desenvolvidos” e “países em desenvolvimento” há uma grande diferença: o percentual de investimento americano foi crescendo a cada ano no primeiro grupo e caindo no segundo, embora em números absolutos, em milhões de dólares, ambos tenham crescido bastante. A taxa anual de crescimento, outro dado importante, indicava que de 1977-1980 para 1980-1988, a economia latino-americana decaiu muito, de 12 para 3%.

---

<sup>905</sup> U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE. Latin America: US Share of Foreign Direct Investment 1988 (value in U.S. billion dollars). U.S. Department of Commerce, International Trade Administration, Office of South America. Em COUNCIL OF THE AMERICAS. The United States and Latin America in the Global Economic Environment of the 1990s. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America...

#### 4.12. OS INTERESSES ECONÔMICO-CORPORATIVOS E O CENÁRIO LATINO-AMERICANO EM 1990

As cartas enviadas por empresas de vários setores, e anexadas nas atas dessa mesma sessão conjunta do Comitê, são bem representativas de quais eram seus interesses empresariais centrais e qual era sua visão sobre qual deveria ser a política externa dos Estados Unidos para a América Latina, bem como analisando alguns casos particulares de cenários nacionais particulares, em especial com foco na questão da legislação sobre investimentos estrangeiros.

##### 4.12.1. Procter & Gamble

O pronunciamento seguinte, no painel, coube a Wolfgang C. Berndt, vice-presidente da Procter & Gamble Co, que relatou que sua empresa tem 17 plantas na América Latina, que fabricam de sabonetes, shampoos, desodorantes, pasta de dente, assim como remédios para gripe, e que esse negócio dobrou nos últimos anos. Ele afirmou que a cada 100 empregos gerados na América Latina, também são gerados 50 nos Estados Unidos.

Embora atuassem no mercado venezuelano desde os anos 1950, devido a restrições impostas pelo governo, a Procter & Gamble só podia comercializar certos tipos de produtos; mas que, entre 1987 e 1988, as regulações que existiam sobre investimentos estrangeiros e os controles sobre preços foram “significativamente” relaxados, e assim houve mudanças “positivas fundamentais”. Os controles sobre preços foram abolidos para todos os tipos de produtos; um programa para eliminação de barreiras comerciais foi implementado, e um novo marco regulatório sobre investimentos estrangeiros foi introduzido no lugar do anterior. “E finalmente”, afirmava o executivo, “os royalties e honorários de assistência técnica foram permitidos”.<sup>906</sup>

No texto submetido aos anais, Berndt, ao comentar o caso venezuelano, e a história de sua empresa neste país, mencionava explicitamente o Pacto Andino de 1973 como a causa dos males da empresa nos anos 1970. A legislação do pacto, do qual participava a Venezuela, restringia os royalties pela tecnologia e propriedade intelectual, taxou os lucros remetidos ao exterior em níveis “irrealistas”, bem diferente do ambiente de total liberdade de remessas de lucro depois de 1988, e seguiu aprofundando os relaxamentos de controle a cada ano, sendo um grande exemplo a ser seguido. O México foi outro país que permitiu uma grande

---

<sup>906</sup> BERNDT, Wolfgang. Statement of Wolfgang C. Berndt, group vice-president Procter & Gamble Co. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America... p. 45. As marcas da Procter & Gamble incluem: Tide, Cheer, Dash, Bold, e Oxydol, nos EUA, e Ace e Ariel e Pampers na América Latina.

liberalização das regulações em 1989, e o executivo chama o presidente Salinas de “corajoso” em suas políticas voltadas para o mercado. A Procter & Gamble também começou a operar, além da Venezuela, no México, no Peru, no Chile, no Brasil, na América Central, na Colômbia, na década de 1950, o que explica sua presença longínqua nas associações empresariais transnacionais no hemisfério.

No Peru, a empresa estaria lidando com problemas gerados por “políticas econômicas ineficientes”; e além disso, a empresa era cética com relação à insurreição “Shining Path”<sup>907</sup>. No Chile, a empresa estava contente com a manutenção das “políticas construtivas”. Na Colômbia, acatando a uma legislação de 1987, a Procter & Gamble entrou em uma *joint venture* com a Inextra, uma companhia local de sabões, e tem grande operação, porém seria afetada pelo problema da falta de segurança urbana (segurança dos trabalhadores). O Brasil foi durante grande parte do tempo um grande fornecedor de matérias-primas, já que a legislação tornava menor o atrativo para investimento na produção. Mas em 1988 a empresa adquiriu a rede de perfumarias Phebo. O executivo relata o entusiasmo com a eleição de Fernando Collor, que estava caminhando na direção certa na economia.

Entre as recomendações do executivo da Procter & Gamble, estavam:

- resolver o problema da dívida;
- abrir os mercados para os bens que consigam atração através da competitividade;
- prover um ambiente estável e atrativo para os investimentos;
- encorajar o desenvolvimento e a transferência de tecnologia garantindo os prêmios devidos a seus desenvolvedores; e eliminar os efeitos de distorção pelos controles de preços.<sup>908</sup>

#### 4.12.2. Texaco

Em seguida, foi a vez de C. Robert Black, presidente da Texaco Latin America/West Africa, quem comentou que a América Latina perdeu grande parte do interesse que havia nos Estados Unidos porque teria deixado de ser um parceiro econômico importante nos anos 1970; porém agora, com o curso das desregulamentações, estava gerando novamente atenção. O executivo destacava a necessidade de “estabilizar” o Panamá e a Nicarágua, e elogiava o Chile como “o melhor ambiente de negócios da América Latina”. Já a Argentina e o Paraguai seriam os mais atrasados na entrada na “competição global”, porque tinham muitas políticas de reserva de petróleo, mas elogiava o caso da planta Houston, na Argentina (que teria aberto vastas áreas de exploração de petróleo, tendo 4 de seus 11 dos blocos explorados pela

<sup>907</sup> Movimento revolucionário maoísta peruano fundado em 1970 por Abigael Guzmán, capturado e preso em 1992.

<sup>908</sup> BERNDT, *op. cit.*

Texaco). A margem de lucros corporativa no Chile, segundo Black, era de assombrosos 38,9% em 1988.

“A Texaco opera na América Latina há 85 anos”, lembrou Black, tendo investido 1 bilhão e 300 milhões de dólares na região em 1989. Ele afirmava que a política dos EUA deveria ser de “equity” e não de dívida, isto é, que o investimento em *equity*, muito melhor que a ajuda financeira, financiaria a expansão econômica latino-americana nos anos 1990. No texto de seu discurso entregue aos anais do comitê, os interesses das companhias estadunidenses na América Latina eram três, nesta ordem: fornecimento de matérias-primas, um grande manancial de trabalhadores e mercados para nossos produtos. Afirmou que a companhia pretendia investir 150 milhões de reais em 1990, cerca de 50% para Colômbia, Brasil e Argentina, tendo 4500 funcionários em cinco países da América Latina, sendo proprietária de 44 milhões de acres. As plantas consistiriam em três refinarias próprias na Guatemala, Honduras e Panamá, e uma refinaria em um pool de refinarias no México. Seus produtos, comercializados em 39 países na América Latina e Caribe.

O executivo da Texaco se posicionava claramente contra empréstimos multilaterais, citando uma frase de Menem para afirmar que os projetos financiados assim seriam inerentemente imbuídos de corrupção.<sup>909</sup>

O senador Sarbanes pergunta a Black para que repita quantos países na América Latina são auto-suficientes em petróleo; Black responde: Colômbia, Equador, Trindade e Tobago, México e Venezuela.

No texto enviado para a sessão, Black enfatizava que a política constitucional de reserva de exploração de petróleo para a estatal Petrobrás era o exemplo de uma “medida particularmente restritiva”, visto que esta mesma empresa estaria explorando petróleo em águas costeiras dos Estados Unidos.<sup>910</sup> Nesse sentido, a política dos EUA deveria ser de reciprocidade: as mesmas regras aplicadas a investidores americanos na América Latina deveriam ser as mesmas que se aplicam a empresas latino-americanas nos Estados Unidos.

---

<sup>909</sup> BLACK, C. Robert. **Statement of C. Robert Black, chairman, Texaco Latin America/West Africa.** Em U.S. CONGRESS, *The Economic importance of Latin America...* p. 71.

<sup>910</sup> “The current Brazilian constitutional provision reserving exploration for the state-owned oil company, PETROBRAS, is a particularly restrictive measure especially since this same company is currently exploring for oil in U.S. coastal waters”. *Ibid.*, p. 73.

### 4.12.3. IBM

A fala seguinte na sessão do Comitê de Economia, no painel aberto por David Rockefeller, foi o vice-presidente de finanças da IBM, James J. Forese, cujo cargo incluía a supervisão sobre todas atividades da empresa na América Latina.

Forese contou que a IBM opera na América Latina por mais de 70 anos, empregando naquele ano 11.000 pessoas, quase todos cidadãos nacionais dos países nos quais operavam; lucrando 2.3 bilhões anuais com essas operações. Ele reportou que a IBM vendia quase todo seu catálogo de produtos para a América Latina, e se orgulhava de dezoito “centros educacionais” para clientes e empregados, contribuindo para o aprendizado de informática na região. Também falava sobre “três centros científicos” no Brasil, México e Venezuela, que contribuiriam para “pesquisa para auxiliar a resolver os problemas nacionais e regionais”, e que tinha mais de 200 programas de parceria na América Latina desde 1975.<sup>911</sup>

Profissionais e equipamentos da IBM são usados para resolver alguns dos problemas sociais e econômicos mais prementes da América Latina. Necessidades, como desenvolvimento de recursos humanos, saúde, ecologia e alívio de desastres”, afirmou Forese. Em seu discurso entregue aos anais, especificava que os projetos BITNET (uma plataforma para comunicação entre médicos latino-americanos e estadunidenses); o centro tecnológico da Eletronorte (visando imagens de satélite da Amazônia) e o Projeto Gênese, um centro de Pesquisa Educaacional baseado na Costa Rica, para “ajudar os governos latino-americanos a criar programas educacionais inovadores”.

Apesar de criticar algumas políticas protecionistas com relação à informática na América Latina, Forese se mostrava otimista com o giro dos governos democráticos latino-americanos em direção a políticas econômicas que ele chamou de “voltadas para o mercado”. “Finalmente”, disse, se estava aceitando a proteção da propriedade intelectual como um preço para o investimento e a transferência de tecnologia.

Em particular o presidente Salinas, do México, deveria ser congratulado por ter conseguido eliminar regulações governamentais restritivas relacionadas ao acesso ao mercado, estabelecendo leis mais liberais de investimento estrangeiro e baixando os impostos. O tom de Forese era nitidamente otimista:

A tendência em direção à democracia e à liberalização econômica no México e outros países da América Latina são boas notícias para os EUA, bem como para a América Latina. Ele vai se traduzir em mais empregos, estabilidade econômica e política e um melhor padrão de vida para o povo, bem como o

---

<sup>911</sup> “IBM professionals and equipment are used to solve some of Latin America's most pressing social and economic needs, such as human resource development, health, ecology, and disaster relief.” FORESE, James J. **Statement of James J. Forese, vice presidente of Finance, IBM Corp.** Em U.S. CONGRESS, *The Economic importance of Latin America...* p. 75.

aumento do comércio e investimento e oportunidades adicionais para os empresários.”<sup>912</sup>

Forese finalizou afirmando que a IBM impulsionava e participava de diversos outros fóruns privados de organização empresarial, como a *Mexico-US Business Council* (Conselho Empresarial Estados Unidos-México); a *Brazil-US Business Council* (Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos) e a *Venezuelan-US Business Council* (Conselho Empresarial Venezuela-Estados Unidos).

#### 4.12.4. Goodyear

Em seguida, falou o executivo Alan L. Ockene, vice-presidente, América Latina, da Goodyear Tire & Rubber Co. Como todos os que o precederam, estabeleceu um breve histórico de sua companhia na América Latina, afirmando que a Goodyear firmou suas operações na região num momento de alto protecionismo: Argentina em 1931, Brasil em 1939, México em 1941, mais 12 plantas em nove países, empregando naquele momento 15000 pessoas. Também como os demais, elogiou as políticas do Chile e do México (do presidente de la Madrid). Ockene também se mostrava otimista com os “novos ventos” na América Latina, mas alertava:

A situação é, no entanto, extremamente frágil. Tanto a democracia como liberalização econômica, que são gêmeos siameses, deve, a relativamente curto prazo, proporcionar padrões de vida mais elevados. Se não, as pessoas voltarão a olhar para o controle centralizado do governo com tudo o que isso implica economicamente e politicamente.<sup>913</sup>

O executivo finalizava sua participação no painel reafirmando a necessidade da organização empresarial:

Nós da comunidade empresarial gostaríamos de ser parceiros com os governos na busca de iniciativas econômicas. Ao formar coalizões com as comunidades empresariais de nações latinas, poderíamos empreender diálogos empresas-a-empresas e empresas-a-governos”.<sup>914</sup>

<sup>912</sup> “The trend toward democracy and economic liberalization of Mexico and other Latin American countries is good news for U.S. business, as well as for Latin America. It will translate into more jobs, economic and political stability, and a better standard of living for the people, as well as increased trade and additional investment opportunities for businessmen.” *Ibid.*, p. 76.

<sup>913</sup> “The situation is, however, extremely fragile. Both democracy and economic liberalization, which bear a Siamese twin relationship, must in the relatively short term provide higher living standards. If not, the people will again look to centralized government control with all that implies both economically and politically.” OCKENE, Alan L. **Statement of Alan Ockene, vice presidente, Latin American region, Goodyear Tire & Rubber Co.** Em U.S. CONGRESS, *The Economic importance of Latin America...* p. 90.

<sup>914</sup> “We in the business community would like to be partners with iur governments in seeking economic initiatives. By forming coalitions with the business communities of Latin na- ions, we could undertake business-to-business and business-to-government dialogs.” *Ibid.*, p. 91.

#### 4.12.5. Arnold & Porter/Kissinger Associates

Ficou apropriadamente para o encerramento do painel o discurso de Bill Rogers, advogado da prestigiada firma Arnold & Porter, e também diretor da Kissinger Associates, quem começou afirmando que, tal como no Leste Europeu, a América Latina estava vivenciando uma “verdadeira revolução” [“real revolution”].

Rogers se referiu à privatização da *AerMexico* como um exemplo da “**revolução econômica**” que estava varrendo o continente. Vale a pena destacar suposta a identidade de interesses que seu discurso estabelecia entre a América Latina e os empresários estadunidenses, ao fazer uma síntese das testemunhas dos executivos que haviam falado antes: “as testemunhas indicaram que seus próprios interesses coincidem perfeitamente com os interesses dos países nos quais eles estão fazendo negócios. O crescimento é o caminho para o sucesso nacional. É, da mesma forma, a chave para as perspectivas futuras de empresas individuais dos EUA na América Latina.”<sup>915</sup>

Finalizadas as exposições do painel, começou então o debate propriamente parlamentar sobre os temas colocados pelas testemunhas. O senador Graham ia direto ao ponto, questionando como se poderia “ampliar a audiência e o entendimento público”, nos Estados Unidos, “para os problemas da América Latina” (isto é, convencer o grande público, em casa, para o “livre comércio”). É David Rockefeller quem responde, lembrando como o Conselho das Américas e a *Americas Society* estavam concentradas nesse problema há aproximadamente 25 anos. Ele afirma que “o auto-interesse é a única maneira de atrair a atenção do público americano”; mas ao mesmo tempo não consegue dar nenhum exemplo de sucesso. Parecia estar implícita certa insatisfação de Rockefeller nesta área temática.

Bill Rogers teceu comentários bastante enfáticos sobre a “nova posição da América Latina,” mencionando explicitamente uma mudança ideológica fundamental:

o notável sobre o interesse em expandir relações de livre comércio no hemisfério é que os latinos ficaram subitamente abertos à ideia, que faz parte da revolução na economia que ocorreu no hemisfério. Quero dizer, o conceito de que pode haver um relacionamento de livre comércio entre o México e os Estados Unidos há 5 anos era incompreensível no México. Hoje, é mais do que compreensível e, portanto, também no Brasil, Argentina,

---

<sup>915</sup> “The witnesses have pointed out that their own self-interest is perfectly coincident with the interests of the countries in which they are doing business. Growth is the high road to national success. It is, by the same token, the key to the future prospects of individual U.S. firms in Latin America”. ROGERS, William. **Statement of William D. Rogers, sênior partner, Arnold & Porter, and vice-chairman, Kissinger Associates, Inc.** U.S. CONGRESS, *The Economic importance of Latin America...* p. 93.

Venezuela e Colômbia. Eu acho que esta é uma grande oportunidade para aproveitar a mudança na ideologia que ocorreu”.<sup>916</sup>

O senador Sarbanes expressou preocupação com o tratamento dispensado à América Latina, afirmando que era importante deixar claro que se tratava de um esforço para “trabalhar em parceria” e não em alguma tentativa de “controlar” ou “dominar” a relação econômica.

O senador Bingaman pergunta sobre a questão da dívida, se estariam acontecendo políticas que tratam adequadamente desse problema, ou se havia no horizonte uma “grande nuvem de tempestade” relacionada à dívida externa da América Latina.

Quem responde é David Rockefeller, “como um ex-banqueiro” (“as a former banker”), afirmando que o tema está sendo tratado essencialmente nos quadros do Plano Brady, nos termos que fizeram Costa Rica, México e Venezuela, “proporcionaram um respiro, mas não a solução”, segundo ele, porque os recursos que deveriam estar sendo utilizados para reaquecer a economia estão indo para o pagamento do serviço da dívida. Rockefeller disse que o que ocorresse nos próximos meses no Brasil poderia ser um parâmetro de negociação melhor. “A chave da questão está na relação com o Brasil”, afirmou [“I think the key will be in relation to Brazil”].<sup>917</sup> Entretanto, ainda que com bons exemplos, cada caso nacional seria diferente um do outro, exigindo abordagens distintas.

O senador Sarbanes chama atenção para a importância da qualidade dos Embaixadores estadunidenses na América Latina, e questiona se o Conselho das Américas também se preocupava com a formação e a qualidade dos diplomatas; elogiava George Landau, presidente do Conselho das Américas naquele período. Respondendo à pergunta do senador, David Rockefeller afirmou garbosamente que não estaria mentindo se dissesse que “nós temos sido usados como fonte para ajudar a seleção de Embaixadores”.<sup>918</sup> Ambos, Rockefeller e senador Sarbanes, elogiaram a nova direção de Enrique Iglecias no BID.

Em seguida, eram anexados apêndices com cartas enviadas de corporações representadas no Conselho das Américas.

Nota-se que o conteúdo da maior parte de tais declarações de empresas se referem a interesses econômico-corporativos, disputas comerciais, e problemas mais corriqueiros de

---

<sup>916</sup> “The remarkable thing about the interest in expanding free trade relationships in the hemisphere is that the Latins are suddenly open to the idea, which is part of the revolution in economic ideology that has occurred in the hemisphere. I mean, the concept that there might be a free trade relationship between Mexico and the United States 5 years ago was incomprehensible in Mexico. Today, it's more than comprehensible, and so, too, in Brazil, Argentina, Venezuela, and Colombia. I think this is a great opportunity to take advantage of the change in ideology which has occurred”. *Ibid.*, p. 106.

<sup>917</sup> *Ibid.*, p. 108.

<sup>918</sup> U.S. CONGRESS, *The Economic importance of Latin America...* p. 109.

taxas e políticas econômicas específicas; entretanto, há um enquadramento político-ideológico bem definido, e alguns desses documentos trazem problemas de natureza ideológico-filosófica, geopolítica, bem relevantes.

#### 4.12.6. Bell Helicopter Textron Inc.

A empresa aeroespacial Bell Helicopter Textron Inc. se referia primeiro à necessidade de assistência financeira para exportação; e é chocante o declarado interesse na “Guerra às Drogas”: **“Estamos interessados em obter financiamento para produtos militares e comerciais que são usados na Guerra às Drogas”** (grifo nosso).<sup>919</sup> A empresa reivindicava legislação que permitisse o financiamento ou credores para venda de equipamentos, suprimentos e serviços para clientes militares, particularmente na América Latina. Por fim, a Bell se orgulhava de ser dona de “mais da metade de todos os helicópteros operando no mundo livre”.

#### 4.12.7. Johnson & Johnson

A farmacêutica Johnson & Johnson, presente em alguns lugares da América Latina desde os anos 1930, vendendo e produzindo produtos de saúde para consumidores individuais, bem como para profissionais e redes farmacêuticas, enviou sua declaração ao Comitê, assinada por John E. Avery, na qual afirmava que:

Nossa filosofia comercial operacional é incentivar o crescimento das democracias, economias estáveis, na medida do possível, por um investimento prudente na atividade de criação de emprego. Apoiamos as políticas e iniciativas dos EUA que promovem a redução de barreiras tarifárias, incentivando o crescimento de blocos comerciais regionais, swaps de dívida quando apropriado e a privatização de empresas e empresas estatais, para o retorno do capital muito necessário para a América Latina agora depositado no exterior.”<sup>920</sup>

As tendências seriam positivas, pois “um grande número de mudanças políticas favoráveis nos últimos anos, a maioria das quais princípios democráticos conforme se afastam de governos de juntas militares ou de homens fortes. No entanto, as mudanças não foram

<sup>919</sup> “We are interested in obtaining financing for commercial and military products that are used in the War on Drugs”. BELL HELICOPTER TEXTRON INC. **A Latin American Strategy**. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America... p. 113.

<sup>920</sup> “Our operating business philosophy is to encourage the growth of democracies, stable economies, to the extent possible, by prudent investment in job creating activity. We support U.S. policies and initiatives promoting the lowering of tariff barriers, encouraging growth of regional trading blocs, debt equity swaps where appropriate and privatization of stateheld enterprises and return of badly needed Latin flight capital now deposited overseas”. AVERY, John. **Letter from John Avery, Johnson & Johnson**. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America... p. 143 (appendix).

fáceis, e em muitos casos foram dispendiosas.” Por fim, a empresa declarava, “como uma empresa de saúde” [“as a health care company”], seu explícito **apoio à “guerra às drogas”** e o **“combate ao narcotráfico”**.<sup>921</sup>

Fica mais do que evidente nas fontes trazidas o interesse geral das companhias na implementação radical do neoliberalismo na América Latina; a reivindicação do apoio à política externa dos Estados Unidos com este objetivo condizente; e para nossa surpresa, era explícita a defesa da política de “guerra às drogas”. Como se sabe, este termo se popularizou a partir do governo Nixon, em 1971, o qual, com baixíssima aprovação popular e confrontado pelos movimentos sociais, lança a ideia de uma “guerra” na qual os Estados Unidos teriam maior interesse que a guerra do Vietnã. Como mostra o excelente documentário “A 13ª Emenda”, a guerra às drogas tinha como objetivo atacar o movimento negro e as esquerdas domesticamente, enquanto provia o pretexto para apoiar operações clandestinas em diversos países da América Latina, em especial na Colômbia, país que seria o laboratório da “guerra às drogas” no continente. Reagan daria nova ênfase a tal política, expandindo os gastos nesta política e impulsionando o encarceramento em massa.

#### **4.12.8. W. R. Grace & Co.**

A segunda empresa a enviar uma carta ao Comitê foi a **W. R. Grace & Co.**, através de seu vice-presidente J. Murfree Butler. Trata-se de uma empresa do setor químico do valor de 6 bilhões de dólares, segundo Butler, e que tem seu ponto de partida no Peru de meados do século XIX. A carta por ele assinada tinha um tom ideológico bem marcado, com o uso de termos como “totalitarismos”:

A substituição de praticamente todos os regimes totalitários da América Latina por governos eleitos democraticamente tem sido amplamente aclamada. Outra importante mudança na cena latino-americana, no entanto, recebeu menos atenção: as políticas econômicas populistas e marxistas altamente restritivo que prevaleceram em muitos países latinos nos últimos 10 a 20 anos parecem finalmente desacreditadas, mesmo aos olhos da maioria da esquerda política da região”.

A América Latina agora estaria “abraçando as políticas econômicas de livre mercado e as administrações eleitas democraticamente, na maioria da região, têm repetidamente expressado seu forte compromisso com essa abordagem”. [...] “Os governos e as pessoas

---

<sup>921</sup> “[The region has seen] a great number of favorable political changes in recent years, the majority of which espouse democratic principles as they move away from strongman or military junta governments. However, the political changes have not been easy, in many cases have been costly”. *Ibid.*, p. 143-4 (appendix).

desses países agora olham para os Estados Unidos pela liderança e pela reafirmação de que eles devem ser um grande parceiro comercial”.<sup>922</sup>

#### 4.12.9. AACCLA

Uma importantíssima declaração enviada ao Comitê do Congresso veio da AACCLA, a *Association of American Chambers of Commerce in Latin America* (Associação das Câmaras Americanas de Comércio na América Latina), através de seu presidente, Marvin R. Carter.

É interessante notar como a organização se define:

AACCLA foi organizada em 1967 pelas Câmaras Americanas de Comércio existentes (AmChams) na Argentina, Brasil, Colômbia, México e Venezuela. Hoje, a AACCLA já uma organização composta de 22 AmChams em 20 países da América Latina e países do Caribe – representando mais de 16.200 empresas americanas, de países hospedeiros e de países e indivíduos terceiros. Os membros da AACCLA vivem e trabalham na América Latina e no Caribe, e administram a maior parte do comércio, investimento e fluxos financeiros do hemisfério. Consequentemente, a AACCLA tem interesse em uma política externa dos EUA que promova a estabilidade política e o crescimento económico – condições essenciais para a paz e prosperidade nas Américas.”<sup>923</sup>

Segundo a AACCLA, a maior parte da América Latina estaria sendo vítima de uma “negligência benigna” ou dirigida apenas a dirimir “crises” [“crisis-oriented foreign policy”] por parte dos elaboradores da política externa estadunidense; e seria mostra disso o fato de que 85% da assistência dos EUA para o hemisfério ocidental, com exceção do México, estava dirigindo-se à América Central. Essa situação teria piorado com o fim da União Soviética e a

---

<sup>922</sup> The replacement of virtually all of Latin America's totalitarian regimes with elected democratic governments has been widely acclaimed. Another emerging important change on the Latin American scene, however, has received less attention: the highly restrictive populist and marxist economic policies which prevailed in many Latin countries over the last 10-20 years appear to have finally been discredited, even in the eyes of most of the region's political left. Latin America is now embracing free Market economic policies and the elected democratic administrations in most of the regions have repeatedly expressed their strong commitment to this approach. The governments and the people of these countries now look to the United States for leadership and reaffirmation that they are to be a major trading partner.” BUTLER, J. Murfree. **Letter from Murfree Butler, W.R. Grace & Co.**. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America... p. 143 (appendix).

<sup>923</sup> “AACCLA was organized in 1967 by the existing American Chambers of Commerce (AmChams) in Argentina, Brazil, Colombia, Mexico, and Venezuela. Today, AACCLA has grown into an organization comprised of 22 AmChams in 20 Latin American and Caribbean countries - representing over 16,200 American, host country, and third country companies and individuals. AACCLA's membership lives and works in Latin America and the Caribbean, and manages the bulk of U.S. trade, investment, and financial flows in the hemisphere. Consequently, AACCLA has a vested interest in a U.S. foreign policy that fosters political stability and economic growth - essential conditions for peace and prosperity in the Americas”. CARTER, Marvin R. **Letter from Marvin R. Carter, AACCLA**. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America... p. 121 (appendix).

situação no Leste Europeu. Segundo a AACCLA, entretanto, os Estados Unidos não deveriam ser o principal ator nos “esforços do Leste europeu em adotar sistemas políticos democráticos e economias de mercado”, e sim a Europa Ocidental. O texto da AACCLA se apoiava em um artigo de Peter Drucker<sup>924</sup> publicado no *Wall Street Journal* no dia 20 de março para defender as vantagens de investir na América Latina, em detrimento de focar atenção no Leste Europeu.

A AACCLA recomendava, a partir dessa análise, os seguintes passos: “resistir ao protecionismo domesticamente”; “aprovar a Caribbean Basin Initiative (CBI II)”, e “considerar expandi-la”; “explorar a possibilidade de uma zona de livre comércio hemisférica” (conceito que o presidente Reagan supostamente teria abandonado); “ratificar Convenção Arbitral Comercial Inter-americana (Inter-american Commercial Arbitration Convention)”; e “incrementar os aportes do Export-Import Bank (EXIMBANK)”.

A organização recomendava um forte investimento dos EUA em instituições multilaterais como o BID e o FMI, como uma das maneiras para ajudar a resolver o grave problema da dívida externa na América Latina. “Infelizmente”, entretanto, “apesar de algum progresso”, os países endividados não teriam realizado, “de maneira completa”, “as reformas estruturais e políticas”. O Chile atingiu isso; a Venezuela e a Jamaica estariam fazendo “esforços sérios” e o Brasil e a Argentina estariam “lutando para fazê-lo”.

#### **4.12.10. GTE Corporation**

A corporação telefônica texana enviou uma declaração ao Comitê, datada de 22 de maio de 1990, assinada por Samuel F. Shawan. Trata-se de uma empresa de telecomunicações, eletricidade e materiais de precisão. A maior operação da empresa estava na República Dominicana, com a *Compania Dominicana de Teléfonos*. A porcentagem dos lucros da empresa adquirida por suas operações na América Latina, dentro dos lucros obtidos por investimentos fora dos EUA, era de 15%.

Na avaliação da empresa, havia “tendências positivas” no cenário latino-americano, porque, segundo a empresa,

Muitos países da América Latina estão se movendo em direção a reformas econômicas e políticas sólidas com maior ênfase sobre as vantagens do capitalismo. Isso cria oportunidades para cada um dos três principais negócios da GTE.

---

<sup>924</sup> O austríaco Peter Ferdinand Drucker (1909-2005) é considerado um dos pais da administração moderna, tendo sido fortemente influenciado por Ludwig von Mises.

Essa realização teria sido crucial para a privatização das telecomunicações: “A privatização aceleraria a modernização do infra-estrutura e melhorar os padrões dos serviços nacionais e internacionais, reduzindo o dreno dos cofres públicos.”<sup>925</sup>

#### 4.12.11. 3M Company

Presente, segundo a declaração submetida ao Comitê e assinada por Allan K. Petersen (vice-presidente da Área para América Latina), em 16 países latino-americanos, além de Porto Rico, empregando 7000 trabalhadores. Segundo o texto, a fatia de mercado da 3M na América Latina sobrepassava aquela dos Estados Unidos em várias séries de produtos.<sup>926</sup>

#### 4.12.12. Eli Lilly International Corporation

Outro texto enviado ao Comitê proveio da Eli Lilly International Corporation, uma curta declaração assinada por seu vice-presidente R.A. Cage. Trata-se de uma empresa que desenvolve produtos médicos, farmacêuticos, e de saúde animal.

No atual clima global de mudanças emocionantes, não devemos perder de vista o importante papel que os países da América Latina deve jogar no futuro bem-estar econômico do Estados Unidos. Devemos ter em mente que os mais de 415 milhões de pessoas desta região superam em números o emergente Países do bloco oriental. Nosso entusiasmo com a abertura do Bloco Oriental deve prosseguir em conjunto com incentivo contínuo para estimular as economias de livre mercado da América Latina”.<sup>927</sup>

#### 4.12.13. Ford Company

A carta curta da Elli Lilly contrasta com o largo texto submetido pela **Ford Company**, intitulado “A importância da América Latina para a Ford”. A Ford afirmava ter plantas em quatro países da América Latina: Brasil, México, Argentina e Venezuela; sendo que a venda

---

<sup>925</sup> “Many Latin American countries are moving steadily toward solid economic and political reforms with increased emphasis on the advantages of capitalism. This creates opportunities within each of GTE's three core businesses. At the same time, Latin American governments are realizing the importance of modern telecommunications in strengthening their countries' positions in the global marketplace Privatization would speed modernization of the infrastructure and improve domestic and international services, while reducing the drain on government treasuries”. SHAWAN, Samuel F. **Letter from Samuel F. Shawan, GTE Corporation**. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America... p. 136 (appendix).

<sup>926</sup> PETERSEN, Allan K. **Letter from Allan K. Petersen, 3M Company**. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America... p. ??? (appendix).

<sup>927</sup> “In today's global climate of exciting change, we must not lose sight of the important role the countries of Latin America must play in the future economic well-being of the United States. We must keep in mind that the over 415 million people of this region surpass in numbers the emerging Eastern Bloc countries. Our enthusiasm with the opening of the Eastern Bloc should proceed in conjunction with continued encouragement for stimulating the basically free market economies of Latin America”. CAGE, R. A.. **Letter from R. A. Cage, Eli Lilly International Corporation**. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America... p. 126 (appendix).

de carros para o Brasil teria superado o da Austrália, ou da Bélgica, Suíça, Suécia ou Áustria. Daí a importância da América Latina, para a empresa tanto na produção quanto na comercialização.

Em julho de 1987, a Ford Argentina e Brasil e a Volkswagen se uniram em uma *joint venture* chamada *Autolatina*, com a Ford com 49% das ações e a VW com 51%; a *Autolatina* seria “a maior empresa privada da América Latina, com mais de 50000 trabalhadores no Brasil e 8000 na Argentina”.<sup>928</sup>

O que chama atenção nesse texto, entretanto, é certamente o ponto intitulado “Estabilidade política”. O texto afirmava que as reformas econômicas levadas a cabo recentemente na América Latina tinham refletido uma

derrota das ineficiências e do dogma político do isolacionismo econômico, e uma vitória para os benefícios da livre escolha tanto no mercado como no governo. [...] A varredura sem precedentes de reformas em curso no Brasil pelo presidente Fernando Collor de Mello, prometem ser de significado enorme. Uma das razões não é, claro, a grande escala e a insensibilidade duração do problema no Brasil, como o maior país da região. Outro é a forte possibilidade do sucesso brasileiro em lidar com uma inflação alta, um envolvimento excessivo do Estado na economia e os encargos da dívida externa diminuindo o ceticismo em torno das intenções governamentais de fortalecer a confiança do público na liderança democraticamente eleita do país.<sup>929</sup>

Nota-se, portanto, que a Ford dava enorme importância a que o Brasil, como país de peso na região, fosse exemplo para os demais. Ainda sobre o Brasil, o texto afirmava:

A natureza dramática e sem precedentes do ‘tratamento de choque’ do Presidente Collor parece provável que imponha dificuldades em muitos setores da economia. Não há dúvida de que a nova política monetária altamente restritiva do governo já está tendo um impacto negativo de curto prazo no clima de negócios. Mais que isso, sem indexação ou proteção do emprego, os cortes de salários e empregos são apenas dois dos encargos que a classe média brasileira deve suportar agora antes que a economia se recupere. Como a “dor” do plano de estabilização está se espalhando, nenhum setor parece imune em curto prazo.<sup>930</sup>

---

<sup>928</sup> FORD. **A importância da América Latina para a Ford**. Em U.S. CONGRESS, *The Economic importance of Latin America...* p. 130 (appendix).

<sup>929</sup> “These long-overdue actions in Latin America reflect a defeat for the inefficiencies of economic isolationism and political dogma and a victory for the benefits of free choice in both the marketplace and government. Economic or political changes now taking place in such countries as Chile, Mexico, Paraguay and Venezuela are noteworthy. The unprecedented sweep of reforms set in motion in Brazil by President Fernando Collor de Mello, promise to be of unusual significance. One reason isn of course, the vast scale and unbudging duration of problem in Brazil, as the region's largest nation. Another is the strong possibility that Brazilian success in dealing with high inflation, excessive state involvement in the economy and the burden of foreign debt may decrease the skepticism surrounding governmental intentions aid thereby strengthen public confidence in the nation's democratically elected leadership.” Appendix, *Ibid.*, p. 128.

Pelos motivos apontados pela Ford, Fernando Collor seria o mais festejado presidente latino-americano no *Council of the Americas*.

#### 4.13. FERNANDO COLLOR NO CONSELHO DAS AMÉRICAS

Nenhum outro presidente brasileiro tinha gozado de tamanhas honrarias no Conselho das Américas quanto Fernando Collor de Melo. Extensivamente noticiada na imprensa brasileira, nas excursões de Collor pelos Estados Unidos tinham grande destaque os eventos do Conselho.

Enquanto a mulher de Collor, Rosane, saía numa limusine preta para passear, por volta das 11 horas, a atenção dos brasileiros foi chamada pela presença, no saguão do hotel, do milionário saudita Adnan Kahsoghi, que vive em prisão domiciliar, carregando uma tornozeleira eletrônica que dá sinal ao FBI caso ele tente deixar o hotel. Às 11h20 o futuro presidente se dirigiu para a sala Luís XVI, no 4º andar, onde teve uma reunião a portas fechadas com 40 grandes empresários e executivos americanos, entre eles o presidente do Conselho das Américas, David Rockefeller, o ex-secretário de Estado Henry Kissinger e representantes de empresas como American Express, dos bancos de Montreal, Nova York, Chase Manhattan, Citibank, Coca-Cola e Pepsi-Cola, IBM, Exxon, Morgan Guaranty Trust, Union Carbide e Xerox. A Hugues Aircraft Co., que disputa a venda de um satélite ao Brasil, mandou nada menos que seu presidente Malcolm Currie, e o diretor internacional John Crigel.

No encontro, Collor falou de sua trajetória política e reafirmou seu desejo de cumprir as promessas de campanha. Um dos participantes do encontro disse que o presidente eleito recebeu muitas perguntas sobre o pagamento da dívida externa – e principalmente dos juros, que estão atrasados – e respondeu que trataria o assunto de forma objetiva e com propostas concretas depois da sua posse em 15 de março. Adiantou que pretende promover uma grande reviravolta na renegociação da dívida com a conversão, por meio da privatização de empresas estatais. Os empresários ficaram ‘aliviados’ com a posição adotada pelo futuro presidente brasileiro, segundo revelou um deles.

Ao chegar para o almoço, Collor foi muito aplaudido e apresentado pelo presidente de honra da câmara de comércio Brasil-Estados Unidos (que também promoveu o almoço), Embaixador Carlos Augusto Santos Neves, cônsul-geral em Nova York. Neves explicou que, para acomodar todos os interessados em participar do almoço – cerca de 600 pessoas –, foi preciso reservar ‘o maior salão disponível em Nova York’.

Ao saudar Collor, David Rockefeller disse que o Brasil cresceu nos últimos anos, mas também permitiu que aumentasse o fosso entre as classes ricas e

---

<sup>930</sup> “The dramatic and unprecedented nature of President Collor's shock treatment' program seems likely to impose hardships on many sectors of the economy. There is no doubt that the government's highly restrictive new monetary policy is already having a short term negative impact on the business climate. Moreover, without indexation or employment protection, wage and job cuts are only two of the burdens Brazil's middle class must now endure before *the* economy recovers. Because the 'pain' of this stabilization plan is being spread broadly throughout the society, no single sector seems Lrme in the short-run”. *Ibid.*, p. 133.

pobres. Lembrou os graves problemas da inflação e do déficit público, e disse ter esperança nas promessas do presidente eleito de reduzir a influência do Estado e ajustar a economia. Rockefeller provocou risos entre os presentes ao almoço ao dizer que Collor é perito em caçar ‘marijuanas’ (maconheiros), em lugar de marajás, mas logo corrigiu o equívoco.<sup>931</sup>

Em sua fala, Collor teria prometido erradicar o déficit e a inflação, liberalizar a economia, promovendo “o desenvolvimento da iniciativa privada, o estímulo e a eficiência” e buscar a “integração mais ampla e densa à economia mundial”. De acordo com a reportagem do Estadão, durante almoço para 600 empresários brasileiros e norte-americanos (em maioria), no Grand Ball Room do Hotel Waldorf Astoria, o presidente eleito Fernando Collor defendeu o combate à inflação, a “moralização administrativa” e o pagamento da dívida externa “segundo as necessidades do crescimento brasileiro”. Antes da reunião, Collor conversou com os senadores Marco Maciel e Jorge Bornhausen, que, segundo o Estadão, “estavam na cidade e foram lhe garantir o apoio dos 102 deputados federais e 15 senadores do PFL às medidas econômicas que devem ser anunciadas logo depois da posse”.<sup>932</sup>

Em setembro de 1990, com apenas seis meses de mandato cumpridos, Collor é homenageado com a *Gold Insigne Award*, condecoração criada pelos antecessores do Conselho das Américas ainda em 1932, e reservado para personalidades proeminentes. Collor, na cerimônia pela noite, discursou para mais de 400 empresários. Ele enumerou as iniciativas de seu governo para desregulamentar “as atividades econômicas e restringir a excessiva presença do Estado”. “Assimilado o impacto inicial do choque, dei início a uma real e profunda democratização da economia. As novas instituições trazem liberdade e previsibilidade para os agentes econômicos”, afirmou o presidente. David Rockefeller não mediu palavras de elogios: “Hoje, apenas seis meses depois de sua posse, eu estou satisfeito em dizer que o ambicioso plano implementado pelo presidente Collor é verdadeiramente impressionante”, disse David Rockefeller.<sup>933</sup>

O *Correio de Notícias* ressaltou que Collor criticou a “indiferença das nações industrializadas ante o subdesenvolvimento e a pobreza” e enfatizou a necessidade de “integração regional”.<sup>934</sup>

---

<sup>931</sup> RENAULT, David. “Collor quer que Brasil ao lado das potências”. *O Estado de S. Paulo*, 26 de janeiro de 1990, p. 5.

<sup>932</sup> *Ibid.* Ver também BRAGA, Teodomiro. “Collor conquista plateia nos EUA”. *Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1990, capa.

<sup>933</sup> ROSA, Mário. “Collor não quer confronto com bancos”. *Jornal do Brasil*, 26 de setembro de 1990, p. 4.

<sup>934</sup> “Dívida externa: Collor acredita em acordo”. *Correio de Notícias* (PR), 26 de setembro de 1990, p.A-8.

Este periódico dava destaque, na questão da dívida externa, que Collor “não aprovaria soluções que não levem em consideração a necessidade de crescimento e desenvolvimento do País”. Collor teria afirmado que essa atitude, no entanto, não visava “confrontação”; “Ao contrário”, teria dito o presidente, “estamos dispostos ao diálogo e vamos procurar junto aos nossos credores critérios comuns”.<sup>935</sup>

Collor teria afirmado que esse “desdém” do mundo industrializado em relação ao mundo em desenvolvimento era um obstáculo ao “emergente clima mundial de paz e bem-estar”. Por fim, Collor classificou a “Iniciativa para as Américas” de Bush como um “grande estímulo para o comércio e o desenvolvimento”.

Não tinha tido a mesma recepção a ministra Zélia Cardoso, quando, em maio de 1990, participara da Conferência Anual de Washington do Conselho das Américas. Apesar de ter recebido sinalização positiva por parte do governo americano (a chefe do escritório de Comércio Externo da Casa Branca, Carla Hills, havia anunciado o fim de sanções comerciais ao Brasil), foi recebida com uma manifestação negativa. De acordo com a reportagem de Paulo Sotero,

Primeiro a perguntar, o presidente do Conselho, o ex-Embaixador George Landau, agradeceu as ‘declarações encorajadoras’ da ministra, mas acrescentou que, embora os investidores estrangeiros no Brasil aplaudam os objetivos do Plano Collor de atrair capitais externos para o país, eles se surpreenderam com a circular 725 que o Banco Central baixou no dia 10 de maio, congelando por 18 meses as remessas de lucros e dividendos auferidos antes do dia 15 de março.

Segundo Landau, então presidente do conselho o total bloqueado foi de cerca de US\$ 1,8 bilhão. “Francamente, foi um rude choque”, afirmou.<sup>936</sup> E os cerca de 200 executivos presentes teriam mostrado, segundo o *Correio de Notícias* (PR), “ambivalência e temor” acerca da execução do chamado Plano Collor.<sup>937</sup>

Também não foi com tanto entusiasmo a visita de empresários estadunidenses ao Brasil em agosto. O vice-presidente dos Estados Unidos, Dan Quayle, esteve no Brasil, reuniu-se com o presidente Fernando Collor e trouxe uma comitiva de empresários, entre eles, David Rockefeller, Bill Essey, da United Telecommunications; Steven Forbes, da Forbes Magazine; Allen Paulson, da Gulfstream Aerospace e Fred Smith, do Federal Express.<sup>938</sup>

<sup>935</sup> *Ibid.*

<sup>936</sup> SOTERO, Paulo. “EUA param ação contra o Brasil”. *O Estado de S. Paulo*, 22 de maio de 1990, p. 29. Ver também, sobre a mesma ocasião, “Zélia conquista o apoio da administração Bush”. *O Fluminense*, 22 de maio de 1990, p. 8.

<sup>937</sup> “Washington tira Brasil da lista negra mas plano preocupa”. *Correio de Notícias* (PR), 22 de maio de 1990, p. 8.

<sup>938</sup> “Americanos se queixam do Brasil”. *Jornal do Brasil*, 08 de agosto de 1991, p. 9.

Segundo uma reportagem do Jornal do Brasil, em almoço com ministros e empresários brasileiros, os empresários estrangeiros queixaram-se de restrições ao capital estrangeiro no Brasil. No almoço com ministros (João Santana, da Infra-estrutura; Antonio Cabrera, da agricultura), estavam também Ozires Silva, presidente da Embraer; Rubel Thomas, da Varig; e Jorge Chammas Neto das Indústrias Reunidas São Jorge.<sup>939</sup>

O curto governo de Fernando Collor de Mello foi da eufórica adesão dos capitalistas brasileiros e da classe média a uma rápida degradação de sua sustentação política. A aventura representada pela fabricação e apoio a um político obscuro da oligarquia alagoana não encontrou obstáculos éticos em setores substanciais da grande mídia empresarial, como a revista VEJA e a Rede Globo. O início do governo, no entanto, se apresentou o Plano Nacional de Desestatização, que agradou o grande capital, levou a primeiro desgaste sério com os setores médios que viram suas economias depositadas em contas bancárias serem confiscadas. Mas seria apenas com as denúncias de corrupção levantadas pelo irmão do presidente da República que produziram uma espiral de acontecimentos que levaria a derrubada do primeiro governo eleito democraticamente após o fim da ditadura militar. As mobilizações estudantis e, após alguma vacilação, o rompimento com os mesmos setores da mídia que haviam fabricado Collor liquidou a possibilidade de continuidade do governo, que acabaria melancolicamente com sua renúncia em 29 de dezembro de 1992.

Em viagem ao Brasil, dois anos depois, David Rockefeller afirmaria, em São Paulo, que “a crise política não deve dificultar o acordo de renegociação da dívida externa”, e que tal acordo estaria “perto de ser concluído”. A dívida do Brasil com o seu banco, o Chase, era de US\$1,7 bilhão. Sua presença em São Paulo se devia a comemorações dos 30 anos de atividades do Chase no Brasil. Rockefeller também se encontraria com o presidente, na qualidade de presidente do Conselho das Américas, em Brasília.<sup>940</sup>

A empolgação inicial rapidamente daria lugar a ceticismo. O empresário Roberto Teixeira da Costa, presidente da Brasilpar, participou na 23ª reunião do Conselho das Américas, na qual aconselhou “evitar as simplificações exageradas” ao analisar as realidades de “um País grande e complexo como o Brasil”. “Aqueles que foram atraídos pelo milagre

---

<sup>939</sup> *Ibid.*

<sup>940</sup> CAMPO, Sueli. “Crise não deve dificultar acordo, diz Rockefeller”. *O Estado de S. Paulo*, 23 de junho de 1992, p. 37. Ver também “Crise dificulta economia”. *Jornal do Brasil*, 23 de maio de 1992, capa suplemento Negócios.

econômico dos anos 70 cometerão um sério erro se concluírem que o desempenho negativo de anos recentes é um padrão irreversível”, afirmou o empresário brasileiro.<sup>941</sup>

O tema predominante do encontro eram as negociações entre EUA, México e Canadá, e contou com a presença do vice-secretário de Estado, Clifton R. Wharton Jr., quem teria afirmado que:

O presidente Clinton está comprometido com a ideia de forjar uma verdadeira parceria na América – a Comunidade das Democracias do Hemisfério Ocidental – a fim de fortalecer as instituições democráticas, defender os direitos humanos, lutar pela justiça social, apoiar reformas econômicas e mercados livres e proteger o meio ambiente. Que não haja dúvida: construiremos um Hemisfério de livre comércio.<sup>942</sup>

Segundo reportagem do *Estadão*,

O Brasil, que é visto com grande desilusão hoje em Washington, foi praticamente ignorado nas intervenções dos representantes do governo americano. Único brasileiro a falar na conferência, Teixeira da Costa usou o tema da democracia para explicar a relativa lentidão das reformas econômicas no Brasil, em comparação com outros países”.<sup>943</sup>

Afirmando “Evitem simplificações sobre o Brasil”, o empresário brasileiro afirmou que “A maioria dos países que administraram de forma bem sucedida programa de estabilização o fizeram em contextos de uma menor liberdade e participação social do que existe hoje no Brasil”.<sup>944</sup>

Bem humorado, o empresário teria admitido que o Brasil, ao contrário de seus vizinhos mais bem sucedidos, não poderia estar entre os ‘tigres’ da América Latina. ‘Nós somos o gato’, brincou Teixeira da Costa, discorrendo a seguir sobre vantagem do felino. Ontem à tarde, ele ainda recebia cumprimentos pelo discurso.

Alguns funcionários americanos, em seus discursos na ocasião, tinham elevado o México, o Chile e a Argentina à categoria de ‘tigres’ da região e relegado o Brasil ao obscuro grupo identificado como ‘os outros’. Segundo a reportagem de Paulo Sotero,

Incumbido da difícil missão de representar o país, Teixeira da Costa saiu pelo bom humor. Começou dizendo que falava pelos ‘outros’. Sem procurar diminuir o tamanho dos problemas que o país enfrentar, a começar pela ‘inflação imoral de 30% ao mês’, lembrou que há importantes reformas estruturais em andamento no país.

No final, constatou que o Brasil não está entre os ‘tigres’ da região mas nem por isso deve ser ignorado. ‘O gato’, explicou, ‘tem várias vantagens sobre o tigre’. A primeira delas é que ‘gato é um bicho extremamente astuto e

<sup>941</sup> SOTERO, Paulo. “Conselho das Américas defende integração do Hemisfério”. *O Estado de S. Paulo*, 04 de maio de 1993, p. 42.

<sup>942</sup> *Ibid.*

<sup>943</sup> *Ibid.*

<sup>944</sup> *Ibid.*

explora bem a situação antes de dar cada passo’. Além disso, continuou, ‘gato é melhor companheiro que tigre’.

Outras vantagens, para quem tem que tratar com os dois felinos, é que ‘gato não tem predadores e tigre tem’. Não é só isso. ‘Gato vive mais do que tigre’ e é certamente um animal mais confiável. ‘Ninguém gostaria de ter tigre dentro da casa’, concluiu, em maio às gargalhas e aplausos da plateia.<sup>945</sup>

No final de 1992, o Conselho das Américas receberia aquele que se tornaria rapidamente seu novo político brasileiro favorito: Fernando Henrique Cardoso, já conhecido pelos conselheiros desde os anos 1980, na qualidade de negociador da dívida. Não era, portanto, um desconhecido; e começava a despontar como um excelente porta-voz de interesses que tinham os empresários do Conselho no Brasil e na América Latina.

#### 4.14. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO NO CONSELHO DAS AMÉRICAS

Um editorial do *Jornal do Brasil* trazia um resumo do discurso de Fernando Henrique Cardoso no Encontro Anual do Conselho das Américas, então ministro das Relações Exteriores do governo Itamar Franco, em sua edição de 05 de novembro de 1992.<sup>946</sup> Encontramos no Acervo Delfim Netto uma cópia do discurso.<sup>947</sup>

“A Liberdade, quando toma seu caminho, é uma planta de crescimento rápido” [Liberty, when it begins to take root, is a plant of rapid growth]. Foi com essa frase, atribuída a George Washington, que Fernando Henrique Cardoso iniciou seu discurso. O cenário internacional é descrito como um em que a liberdade estava “deitando raízes”, “libertando povos”, “derrubando muros” e “abrindo para a comunidade internacional a perspectiva de uma nova era de paz e cooperação”. Referindo-se à última crise política no Brasil, ressaltou que as instituições democráticas brasileiras mostraram-se sólidas; “em ambiente de plena liberdade”, em suas palavras. “Demos prova de inequívoca maturidade ao não permitir que problemas da esfera política tivessem efeitos potencialmente devastadores sobre a área econômica”, afirmou.

O então ministro ressaltava que haveria “virtual consenso no Brasil” sobre “levar adiante reformas estruturais” e que se teria “aprendido”, “em uma década de sacrifícios”, que seria “inadiável redefinir o padrão de desenvolvimento”. Ele se orgulhava da completa

<sup>945</sup> SOTERO, Paulo. “País é o ‘gato’ da AL, diz Teixeira da Costa. *O Estado de S. Paulo*, 05 de maio de 1993, p. 35.

<sup>946</sup> “O horizonte possível”. *Jornal do Brasil*, 05 de novembro de 1992, p. 8.

<sup>947</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. “O Brasil no Conselho das Américas”. Em MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Resenha* de política Exterior do Brasil. Número 71, 2º semestre de 1992. p. 121.

abertura comercial do Brasil tendo recentemente eliminado “todas” as barreiras não-tarifárias. Ao fazer isso o governo de Itamar Franco estaria “sinalizando para o empresariado” que o Estado brasileiro não poderia mais se permitir “proteger setores ineficientes”. Dando passos para “normalizar relações com a comunidade financeira internacional”, o Brasil renegociou sua dívida com o FMI com o Clube de Paris, medidas entre as quais teriam logrado resgatar a confiança dos investidores, aumentando nos últimos tempos a média dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil.

“Nosso retorno aos mercados financeiros internacionais é indispensável em um novo padrão de desenvolvimento em que o Estado é crescentemente substituído pelo capital privado na função de liderar a retomada do crescimento”.<sup>948</sup>

O capital externo seria importante para instalar esse novo padrão de desenvolvimento, e junto a isso a reforma do Estado seria indispensável, incluindo aí a privatização e a desregulamentação da economia. A Lei de Propriedade Industrial, recentemente proposta no Congresso, o fim da reserva de mercado a produtos de informática, bem como a reforma fiscal, eram ambas partes de um conjunto de “mudanças estruturais”.

O ajuste do setor público e a resultante queda da inflação são hoje problemas essencialmente políticos. Na democracia que acabamos de fortalecer, o governo do presidente Itamar Franco, integrado por representantes expressivos da sociedade, saberá levar a bom termo as reformas de que tanto necessitamos harmonizando o que é economicamente indispensável com aquilo que é politicamente possível.<sup>949</sup>

A relação entre a democracia e essas mudanças estruturais, entretanto, é vista como antagônica.

Não há como negar que a experiência brasileira de realizar os ajustes estruturais em ambiente democrático tornou o processo mais lento. Essa lentidão relativa, entretanto, é mais que compensada pela certeza de que esse é o único caminho para garantir que as reformas serão legítimas e duradouras.<sup>950</sup>

Dois anos depois, Fernando Henrique estaria no páreo eleitoral, e o então presidente do Conselho Empresarial da América Latina, Roberto Teixeira da Costa, afirmou no Conselho das Américas que, apesar das oscilações detectadas pelas pesquisas de opinião, FHC era o único candidato que teria condições de vencer “apertado” o candidato Luis Inácio Lula da

---

<sup>948</sup> *Ibid.*, p. 123.

<sup>949</sup> *Ibid.*, p. 124.

<sup>950</sup> *Ibid.*, p. 124.

Silva. Ao mesmo tempo, o empresário teria considerado que uma eventual eleição de Lula não seria o prenúncio do caos.<sup>951</sup>

Teixeira da Costa teria comentado sobre o cenário político brasileiro afirmando que independente do governo eleito, não teria maioria no Congresso; que o Partido dos Trabalhadores (PT) aumentaria sua representação no Congresso por não estar envolvido em escândalos políticos, e afastava qualquer possibilidade de golpe.<sup>952</sup>

Quatro anos depois, já praticamente findo seu primeiro mandato e em busca de reeleição, FHC seria um convidado de honra do presidente norte-americano Bill Clinton. Em junho de 1998, o presidente Fernando Henrique Cardoso participou de um almoço organizado pelo Conselho das Américas e pela Câmara Brasileira-Americana de Comércio de Nova York, no Hotel Sheraton. O evento se deu após um fim-de-semana de visita informal de Fernando Henrique e Ruth Cardoso em Camp David, a convite do presidente Bill Clinton e da primeira-dama Hillary Clinton, junto também ao assessor especial de Clinton para a América Latina, Thomas McLarty, e sua mulher. “Neste retiro nas montanhas, no qual os presidentes americanos costumam reservar para o lazer de fim de semana com parentes e amigos, só abrem raramente convites a convidados especiais”, dizia a reportagem do *Estadão*.<sup>953</sup>

O presidente brasileiro procurou tranquilizar a plateia de executivos de Wall Street apreensiva com a queda de sua popularidade nas pesquisas eleitorais, com o crescimento do déficit fiscal brasileiro e com as dificuldades de seu governo para avançar nas reformas. “O Brasil é hoje um país diferente, um país que melhorou radicalmente”, afirmou, referindo-se a três anos atrás, quando fez seu primeiro discurso como chefe de governo ao mesmo grupo e anunciou que o Brasil havia reencontrado sua vocação para o crescimento.<sup>954</sup>

Empenhado em afastar qualquer dúvida sobre sua disposição de manter uma política econômica que provoca desgaste num ano eleitoral, citou a reação do governo à crise financeira da Ásia. “A maneira como o governo respondeu às dificuldades geradas pela crise asiática demonstrou nossa determinação de manter a economia no trilho da consolidação da estabilidade e da criação das condições favoráveis ao crescimento”, disse ao Conselho.

---

<sup>951</sup> SOTERO, Paulo. “Só Cardoso vence Lula, diz empresário”. *O Estado de S. Paulo*, 03 de maio de 1994, p. 4.

<sup>952</sup> *Ibid.*

<sup>953</sup> SOTERO, Paulo. “Presidente chega aos EUA para uma visita de três dias”. *O Estado de S. Paulo*, 06 de junho de 1998, p. 7. Camp David foi criado dentro de um parque nacional nos contrafortes dos Apalaches pelo presidente Dwight Eisenhower nos anos 50, e leva esse nome por causa de um neto deste presidente, e foi palco de algumas negociações diplomáticas importantes, como a dos anos 1970 entre Israel e Egito.

<sup>954</sup> SOTERO, Paulo. “FHC tenta tranquilizar investidores dos EUA”. *O Estado de S. Paulo*, 09 de junho de 1998, p. 6.

“Nossa resposta foi rápida e decisiva, embora possa ter implicado custos domésticos, inclusive para minha própria popularidades”, ressaltou o presidente brasileiro. Segundo ele, o sucesso da operação confirmou a percepção de que a economia brasileira “está baseada em terreno firme”.<sup>955</sup>

A declaração de FHC não teriam dissipado, no entanto, as dúvidas sobre a deterioração das contas públicas – o tema que, mesmo antes da chegada de Fernando Henrique, já dominara, segundo a reportagem de Paulo Sotero, as conversas numa das 60 mesas para 10 pessoas do almoço do Hotel Sheraton, organizado pelo Conselho das Américas e pela Câmara Brasileira-Americana de Comércio de Nova York, ao preço de US\$350 por comensal. “O Banco Santander está prevendo que o déficit do setor público no Brasil deve chegar em 7,5% antes de começar a cair”, teria comentado um executivo de um grande banco de investimentos europeus. “Meu banco está projetando 8%”, respondeu um outro. “O problema é que, se a popularidade de Fernando Henrique continuar a cair, ele vai ter de começar a construir pontes e abrir os cofres para reeleger-se”, interveio um terceiro. “Será um verão quente e longo” teria dito o banqueiro que havia iniciado a conversa. “E pode acabar num longo e frio inverno para o Brasil”, concluiu outro executivo financeiro, levantando a hipótese de um cenário francamente negativo.<sup>956</sup>

A primeira das três perguntas feitas pela plateia refletiu a mesma preocupação. Lacey Gallagher, da *Standard & Poors*, perguntou que medidas o governo tomaria para controlar e financiar o déficit público a curto prazo, e o que pretendia fazer a longo prazo para resolver o problema diante das dificuldades que tem tido para avançar nas reformas fiscais. Fernando Henrique respondeu que as contas do governo federal, excluída a Previdência, mostram um saldo primário e descartou a possibilidade de aumentar o déficit público para reeleger-se. “O déficit público aumentou por causa da política de juros que tivemos de adotar para enfrentar a crise da Ásia, mas os juros estão baixando e já estão perto do nível em que estávamos antes da crise”, afirmou.<sup>957</sup>

Outro membro da audiência quis saber sobre as reformas em que pretende empenhar-se de agora em diante. “Naturalmente, se eu for reeleito, e formalmente não sou ainda candidato, acho que o Brasil precisará de uma profunda reforma política, porque o sistema político não está baseado nas aspirações da sociedade brasileira”. Ele indicou também que

---

<sup>955</sup> *Ibid.*

<sup>956</sup> *Ibid.*

<sup>957</sup> *Ibid.*

persistirá na reforma tributária, que já tramitava no Congresso, e no aprofundamento das “várias reformas necessárias” para eliminar o déficit do setor público.<sup>958</sup>

Segundo Sotero, os prolongados aplausos, no encerramento, pareciam indicar que, mesmo que não tenha convencido a todos, Fernando Henrique disse o que a plateia queria ouvir. O que acontecerá se ele não for reeleito e se Lula conseguir chegar ao Planalto em sua terceira tentativa? “A recente perda de popularidade de Fernando Henrique e o aumento do déficit público já provocam nervosismo no mercado”, disse Denis Parisien, analista da Dresdner Kleinwort Benson.<sup>959</sup>

Durante o primeiro mandato de FHC, o Conselho atuou bastante no Brasil. Destacamos aqui a participação do Conselho em uma publicação que ensinava os investidores a comprar empresas no país, na onda de privatizações anunciada pelo governo brasileiro e de reorganização econômica geral com orientação neoliberal.

Com a manchete “Guia ensina a comprar empresas no Brasil”, o caderno Dinheiro da *Folha de São Paulo* trazia, em agosto de 1995, uma verdadeira propaganda do guia assinado pelo consultor Hans Apostel, por iniciativa da Câmara Americana de Comércio. Segundo a reportagem, “O especialista – que atuou no episódio da compra da Bombril pelo grupo Cragnotti – afirma que outro fator responsável por abortar as transações são as contingências fiscais e trabalhistas”. A matéria afirmava que o livro seria lançado dia 15 de setembro com a presença de John Avery, do Conselho das Américas.<sup>960</sup>

Em uma decisão relativa a uma ação de denúncia movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Propecção, Pesquisa e Extração de Minérios no Estado do Rio de Janeiro (SINDIMINA) junto ao Tribunal de Contas da União de Minas Gerais (TCE-MG), o ministro Bento-José Bugarin, encontramos duas referências ao tal Guia. A ação dizia respeito à privatização da Vale. No item 27 do relatório do ministro do TCE, encontra-se o seguinte:

A Câmara Americana de Comércio, com sede em São Paulo, editou recentemente o guia “Como comprar uma empresa no Brasil”. Nele, encontram-se referências à figura do consultor sempre ligadas à ideia de busca direta de potenciais investidores para os vendedores. Este tipo de serviço, em se tratando de coisa pública, é contra os princípios administrativos.<sup>961</sup>

---

<sup>958</sup> *Ibid.*

<sup>959</sup> SOTERO, Paulo. “FHC tenta tranquilizar investidores dos EUA. *O Estado de S. Paulo*, 09 de junho de 1998, p. 6.

<sup>960</sup> “Guia ensina a comprar empresas no Brasil”. *Folha de São Paulo*, 23 de agosto de 1995, p. 2-7.

<sup>961</sup> TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Secretaria-Geral das Sessões. Ata n.14 de 25 de abril de 1997. Sessão extraordinária. p. 83. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:qSAAtAW3UZZAJ:<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp%3FfileId>

Curiosamente, não se encontra mais rastro de tal guia, que foi bastante denunciado pelos sindicatos na época das privatizações. E o candidato do principal partido de oposição ao governo Fernando Henrique, Lula, foi presença marcante nos eventos do *Council of the Americas* ao longo dos anos 1990, como veremos agora.

#### 4.15. LULA NO CONSELHO DAS AMÉRICAS

Um dado fundamental que diferencia a transição brasileira foi a forma como o próprio regime ditatorial conseguiu manter o controle e o ritmo do processo, mesmo que este não tenha sido uma mera execução de seu plano. No meio do caminho uma série de surpresas alteraram o ritmo e a forma do processo, como foi o caso da emergência dos movimentos sociais a partir do fim dos anos 1970. Entre esses movimentos um que teria enorme impacto foi o chamado “novo sindicalismo”, a partir de um ciclo de greves nas cidades que formavam o eixo fundamental da indústria automobilística brasileira, na região do ABC paulista. A partir da liderança de Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, como também de uma série de oposições sindicais (como a do sindicato dos metalúrgicos da cidade de São Paulo) se formaria ainda em 1980 o Partido dos Trabalhadores (PT), e em 1983 a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Candidato derrotado ao governo de São Paulo em 1982, deputado federal constituinte em 1987/88, Lula da Silva se tornaria a principal liderança política da esquerda brasileira quando em 1989 polarizou o segundo turno das eleições presidenciais com Fernando Collor de Mello, o candidato vitorioso da direita neoliberal apoiado pela mídia empresarial (principalmente a Globo e a revista Veja).

Derrotado nas urnas, Lula e a direção do PT avaliaram que era necessário se afastar do discurso radical que em 1989 prometeu romper com o FMI, fazer a reforma agrária e taxar grandes fortunas. Assim, resolveram respeitar o calendário eleitoral para se lançar novamente no pleito de 1994, mesmo quando o governo Collor começou a perder as condições de governar e talvez até por isso acreditava que seria imbatível. Aceitando a posse do vice presidente Itamar Franco no fim de 1992, em 1993 os grupos mais à direita que controlavam o PT buscaram atrair partidos de centro como o PSDB para uma chapa, só que a ida de Fernando Henrique Cardoso para o governo Itamar acabaria criando as condições para que

Cardoso fosse o vencedor do pleito de 1994 já no primeiro turno. O Plano Real implementado quando Cardoso estava à frente do Ministério da Fazenda lhe deu popularidade suficiente para superar Lula, que nas primeiras pesquisas eleitorais feitas em 1994 era o franco favorito; o fim da espiral inflacionária convenceu a maior parte do eleitorado do candidato tucano.

Em maio de 1994, a imprensa brasileira noticiou fartamente o tour do candidato petista Luís Inácio Lula da Silva em várias cidades dos Estados Unidos. A reportagem da *Veja* se intitulou “viagem-simpatia” e tinha como subtítulo “Lula passa cinco dias nos Estados Unidos repetindo que quer pagar a dívida”:

“Num encontro com quarenta executivos de bancos e financeiras no Conselho das Américas, Lula foi encostado à parede pelo empresário James Hammond. Vide-presidente do Fiduciary Trust International, corretora dona de uma carta de clientes exclusivos que especula nos melhores mercados de ações do mundo e movimenta algumas dezenas de dólares por dia, Hammond quis saber, em primeira mão, quem seria o ministro da Fazenda de Lula e quais os nomes de sua equipe econômica. ‘Isso é um assunto que nem o meu partido, no qual estou há treze anos, me pergunta. Não fica bem falar aqui, agora, para vocês, a quem acabo de conhecer’, respondeu, ironizando”.<sup>962</sup>

Abrindo o almoço oferecido na Câmara de Comércio, Aloízio Mercadante teria dito que acabara de conversar com William Rhodes e contou que:

“ele me disse que após onze anos de suadas negociações da dívida brasileira estava mais tranquilo. Eu lhe disse que após onze anos de negociações da dívida ele terá muita dor de cabeça comigo’. A plateia não riu, não aplaudiu, não vaiou, não suspirou. Engoliu em seco, enquanto degustava salmão defumado com legumes e creme.”<sup>963</sup>

De acordo com a *Veja*, um dos presentes no almoço perguntou a Lula “Quando se trata de economia, sempre quem responde é o deputado Aloizio Mercadante. Isso quer dizer que o povo brasileiro corre o risco de votar em Lula e eleger o Mercadante?” Aplausos após a pergunta.

A reportagem noticiava que a um núcleo de estudantes de Boston, que recebeu Lula em Harvard, ele teria dito que “A burguesia internacional é contra mim porque diz que um extornteiro mecânico não poderá governar o Brasil, mas nós venceremos”.

Tendo participado em duas ocasiões das palestras de Lula, o ex-Embaixador americano Lincoln Gordon afirmou que o candidato seria “um desastre administrando” e afiançou que ele seria como Alan Garcia, do Peru, “em que todos depositavam mil esperanças e foi um fiasco”.

<sup>962</sup> COSTA PINTO, Luis. “Viagem-simpatia”. *Veja*, 18 de maio de 1994, p. 26-27.

<sup>963</sup> Idem.

O jornal *O Estado de S. Paulo* assim noticiou a mesma viagem:

“Caso vença a eleição presidencial, o petista Luiz Inácio Lula da Silva ‘não pretende fazer nenhuma ação unilateral em relação à dívida externa, no início’ e ‘não denunciará o acordo fechado com os bancos’ em abril, embora o considere um mau negócio para o Brasil e pretenda chamar os credores pra conversar. Quanto à parte da dívida que ainda deve ser reescalorada, com credores oficiais, os representantes do PT prometem ‘ser duros nas negociações’.

Uma administração controlada pelo PT ‘manterá a política de abertura da economia’ e ‘não tomará medidas burocráticas que prejudiquem o Brasil na competição de recursos no mercado internacional de capitais’. Mas vai rever o programa de privatização e manterá o monopólio estatal sobre os setores de petróleo e telecomunicações.

A estabilidade econômica será um objetivo fundamental de um governo petista, mas a inflação terá de ser vencida gradualmente. E ‘o Banco Central se tornará independente’ do sistema financeiro e vai funcionar como ‘um instrumento político do governo’.

Com declarações ambíguas como estas, Lula e seu principal assessor econômico, o deputado federal Aloizio Mercadante (SP), procuraram explicar ontem o programa econômico do PT a cerca de suas centenas de executivos financeiros reunidos na sede do banco de investimentos Bear & Stearns, em Nova York, no início de uma viagem de cinco dias a três cidades norte-americanas. Depois de um almoço na sede do New York Times e de um segundo encontro com executivos e acadêmicos, no Conselho das Américas, Lula viajou para Boston, onde faria uma palestra, à noite, na Universidade de Harvard.

As bem-organizadas apresentações de Lula e Mercadante mereceram um breve e polido aplauso no final do encontro. Certamente não dissiparam a ansiedade que o favoritismo do líder da esquerda brasileira nas pesquisas provoca nos meios financeiros. Mas não parecem, tampouco, ter criado um clima apocalíptico.”<sup>964</sup>

O *Jornal do Brasil* afirmou que “Não ficou claro para a maioria dos empresários americanos que compareceram ontem ao maior almoço já promovido na história do Conselho das Américas e da Sociedade das Américas – 700 pagantes que lotaram o salão do hotel Marriott Marquis”, se Luiz Inácio Lula da Silva cumprirá o acordo da dívida externa, caso seja eleito presidente. “A insistência das perguntas, após o almoço, demonstrou que os empresários duvidam das intenções de Lula”. Lula teria se esforçado para assegurar que seu governo respeitaria o que fosse negociado com os credores. Mas condicionou a promessa a um “se não houver uma crise cambial aguda”; e esse “se” teria provocado a inquietação. Mas William Rhodes, chefe do comitê dos credores, afirmou que confiava em Lula.<sup>965</sup>

<sup>964</sup> SOTERO, Paulo. “Lula expõe programa ambíguo nos EUA”. *O Estado de S. Paulo*, 10 de maio de 1994, p. 4. Ver também “Lula diz que vai rediscutir acordo da dívida externa”. *O Fluminense*, 10 de maio de 1994, p. 7.

<sup>965</sup> MANDIM, Ana Maria. “Americanos desconfiam da sinceridade de petista”. *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1994, p. 2.

Outra reportagem de Paulo Sotero sobre a mesma viagem, dizia que o presidente Bill Clinton já havia afirmado que não temia a eleição de Lula e que prontificou-se a trabalhar com qualquer líder democraticamente eleito que “respeite as leis internacionais” e queira tratar com EUA “em termos honrosos”. A reportagem dizia que “Generais brasileiros que visitaram Washington nas últimas semanas ouviram de colegas americanos, em reuniões no Pentágono, preleções sobre a importância crucial do respeito às instituições democráticas no continente”.<sup>966</sup>

Em suas declarações, Clinton enfatizou, contudo, a importância de o candidato eleito assumir o governo em condições de governar. E lembrou a experiência do presidente da Argentina, Carlos Menem, que fez campanha com a bandeira do populismo peronista e, depois, de chegar à Casa Rosada e experimentar o gosto da hiperinflação, rendeu-se aos imperativos da racionalidade e executou um bem-sucedido programa de reformas estruturais e estabilização. Lula já disse que não imitará Menem. Mas nos EUA ninguém acredita que a realidade brasileira lhe permitirá fazer algo muito diferente, se estiver falando a sério quando afirma que quer investir no setor social, na recuperação da infra-estrutura pública e nos serviços públicos.<sup>967</sup>

“A ênfase social da plataforma de Lula tem vários pontos em comum com a agenda doméstica de Clinton e com a que o governo dos EUA promove no momento na América Latina”, teria declarado James Ferrer, diplomata aposentado bastante conhecido em Brasília nos anos 1980. “As pessoas se enganam quando presumem que os EUA têm preferência por políticos de direita no Brasil”, acrescentou, depois de lembrar que “foram conservadores nacionalistas, civis e militares, que conceberam e executaram as políticas de protecionismo comercial, o calote da dívida e os programas militares secretos que produziram choques constantes e a desconfiança entre os dois países nos últimos anos”.<sup>968</sup>

“O problema é que certas posições conhecidas de Lula e de seu partido, como sua resistência às privatizações e às reformas das estruturais corporativistas do Brasil o impedirão de realizar seus objetivos”, teria afirmado Ferrer, que então dirigia o Centro de Temas Brasileiros da Escola de Administração de Empresas da Universidade George Washington.<sup>969</sup>

Nas palavras de Harry Kopp, ex-vice-chefe da representação do EUA em Brasília, no início do governo Reagan, a coleção de “políticos corruptos impunes” que a direita brasileira exibiu naquele momento ajudava a “aumentar a curiosidade sobre Lula”. “Por causa de sua origem social, o líder do PT até corresponde melhor do que os demais candidatos ao mito que

---

<sup>966</sup> SOTERO, Paulo. “Lula mostrará imagem moderada nos EUA”. O Estado de S. Paulo, 07 de maio de 1994, p. 6.

<sup>967</sup> *Ibid.*

<sup>968</sup> *Ibid.*

<sup>969</sup> *Ibid.*

nós criamos nos EUA, a partir de Abraham Lincoln, de que os nossos presidentes vêm do nada”, disse Kopp.<sup>970</sup>

Mas, como Ferrer, Kopp tinha dúvidas se Lula e seus assessores compreendiam “a necessidade das reformas estruturais e da estabilização” e se teriam “a coragem política e a competência administrativa” para “costurar as alianças necessárias para enfrentar racionalmente o enorme desafio que a realidade impõe”. “O fim da guerra fria consolidou o consenso nos EUA sobre a economia de mercado”, lembrou Kopp. “A ideia é tão amplamente aceita que deixou de ser associada aos conservadores”, acrescentou.<sup>971</sup>

A reportagem relatava que na agenda de reuniões de Lula a estava uma reunião no Inter-american Dialogue, apresentado pelo jornal como “um lobby formado no início dos anos 1980 para promover alternativas à estratégia belicosa de Reagan para a América Latina (do qual Lula e Cardoso são membros fundadores)”, além do banco Bear Stearns e o Conselho das Américas, bem como reunião com o secretário de Estado adjunto para a América Latina, Alexandre Watson; com o assessor do Conselho de Segurança para América Latina Richard Feiberg.<sup>972</sup>

O colunista da *Folha* Fernando Canzian publicou, sobre o tema, uma coluna sobre as perguntas feitas a Lula no Conselho das Américas. Entre elas, estavam: “Sr. Lula, é verdade que o senhor pretende fechar as bolsas de valores no Brasil?”; se ele aumentaria gastos com militares e como estes seriam tratados em seu governo; se achava possível reduzir o déficit sem privatizar os setores de petróleo e comunicações; e como resolveria o problema de distribuição de renda no Brasil.<sup>973</sup>

#### 4.16. ITAMAR FRANCO, ARMÍNIO FRAGA E UM DUELO NO CONSELHO DAS AMÉRICAS

Os anos 1990 terminaram com uma troca de farpas em pleno Conselho das Américas entre Itamar Franco e Armínio Fraga.

Itamar Franco era político mineiro oportunista, tendo originado sua trajetória política no trabalhismo antes do golpe de 1964, e depois tendo ingressado no MDB durante a ditadura militar, em 1988 se juntou a Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente neoliberal da

---

<sup>970</sup> *Ibid.*

<sup>971</sup> *Ibid.*

<sup>972</sup> *Ibid.*

<sup>973</sup> CANZIAN, Fernando. “O Sr pretende fechar as bolsas de valores?”. *Folha de São Paulo*, 11 de maio de 1994, p. 1-8.

história brasileira. Ao perceber o barco afundando, já no início de 1992 resolveu abandonar a agremiação que havia elegido Collor e ele como vice-presidente, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), construindo as condições para assumir a Presidência da República com a queda de Collor. No cargo, Itamar Franco manteve em curso o Plano Nacional de Desestatização iniciado com Collor, privatizando, entre outras, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Pavimentou o caminho para a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994, mas iria se desentender com seu ex-ministro da Fazenda. Em 1998 foi eleito governador de Minas Gerais pelo PMDB, tornando-se um dos governadores de oposição ao governo FHC, protagonizando algumas ações de oposição frontal, o que serviu para uma oportunista reconstrução de sua trajetória supostamente nacionalista. Itamar impediu a privatização da CEMIG, tendo convocado tropas policiais para isto.

Naquela altura o próprio governo FHC passava com alguns ajustes provocado, particularmente, pelo ataque especulativo que no início de 1999 acabou com a paridade monetário do Real com o Dólar. Foi nessa ocasião que Armínio Fraga assumiu a presidência do Banco Central. Com trajetória acadêmica na Faculdade de Economia da PUC do Rio de Janeiro,<sup>974</sup> Fraga estava atuando no Soros Fund Management, do magnata George Soros; e é ainda hoje um representante do núcleo duro do pensamento neoliberal no Brasil.

A *pelea* pública começou quando Fraga, em um evento do *Council of the Americas* em Nova York, afirmou para os empresários presentes que “Se você é um investidor minoritário, procure outro Estado, e não Minas Gerais”.

Ao saber do fato, em uma palestra em Paris, a convite da Attac (Associação para uma Taxação das Transações Financeiras e Apoio dos Cidadãos), Itamar reivindicou sobre um “debate democrático”, “em Nova York, Washington ou Paris”, “com os mesmos investidores que ouviram suas críticas a Minas Gerais; na língua em que eles quiserem, e eu pago a minha passagem”.<sup>975</sup>

O governador de Minas Gerais definiu Fraga como ‘alienígena desinformado’, e ironizou que Fraga poderia, se quisesse, “ser assessorado pelo grupo minoritário norte-americano Southern Electric Brasil, afastado da direção da CEMIG após decisão judicial”.<sup>976</sup>

Um ano depois de lançar o desafio, Itamar Franco de fato compareceria ao Conselho das Américas. Segundo uma reportagem da Folha de São Paulo, Itamar Franco teria afirmado,

---

<sup>974</sup> De onde viriam uma série de quadros para o governo tucano.

<sup>975</sup> “Afirmção de Fraga foi em NY”. *Folha de São Paulo*, 25 de outubro de 1999, p. 5.

<sup>976</sup> REALI JÚNIOR, “Itamar desafia Fraga para debate em NY”. *O Estado de S. Paulo*, 25 de outubro de 1999, p. 5.

em sua palestra, que seria candidato a lançar-se à corrida presidencial de 2002 “para atrapalhar” os planos de Fernando Henrique Cardoso, afirmando ainda que os investidores estrangeiros teriam um entusiasmo exagerado com o governo deste último: “Fiquem atentos, o panorama vai mudar em 2002. Cardoso perderá força política depois das eleições municipais deste ano. Não é a coisa bonitinha que vocês estão pensando”. Itamar esteve acompanhado pelo ex-secretário de Estado da Fazenda, Alexandre Dupreyat, tido como o mentor da moratória de Minas.

Segundo a *Folha*:

O evento foi montado para apresentar um novo Itamar, mas tudo deu errado. Itamar disse que está aberto ao diálogo com os investidores. Disse que não é contra a privatização, mas que afastou os investidores minoritários da Cemig porque estava protegendo a Constituição do Estado e as leis do país.<sup>977</sup>

Quando a palestra foi aberta ao público, foi perguntado se em tese, ele seria favorável à venda de 33% da Cemig a investidores estrangeiros se sua venda tivesse esse amparo legal, e ele afirmou que “não”. quando outro perguntou sobre a privatização de Furnas, ao que se seguiu o segundo “Não”.

#### 4.17. BILL CLINTON NO CONSELHO DAS AMÉRICAS

Em seu discurso ao Conselho das Américas em maio de 2000, o presidente Bill Clinton afirmou que embora a América Latina estivesse realizando “enormes progressos”, tanto econômicos quanto políticos, tinha suas “frágeis democracias” em risco frente a uma crescente frustração proveniente do fato de que “muitas pessoas em muitos lugares ainda não se beneficiaram da economia globalizada”.<sup>978</sup> Em grande medida, Bill Clinton atendia aos anseios do Conselho das Américas e de fato veremos algumas evidências de como o Conselho foi bastante escutado pela Casa Branca nos dois mandatos de Clinton.

Naquele evento do Conselho, Clinton citou como exemplos de crises políticas em países recentemente democratizados o Haiti, o Paraguai, o Equador e o Peru, mas pôs especial ênfase na Colômbia, afirmando que “se a mais antiga democracia da América do Sul pode ser destruída, o mesmo poderá acontecer com as outras”, em clara referência à “luta do governo colombiano contra o narcotráfico e a guerrilha”. Clinton defendia a aprovação no Congresso

<sup>977</sup> AITH, Marcio. “Itamar cogita sair candidato em 2002”. *Folha de São Paulo*, 10 de março de 2000, p. 6. Ver também “Itamar chama governo de desastroso”. *Jornal do Brasil*, 10 de março de 2000, p. 5.

<sup>978</sup> YANAKIEW, Monica. “Clinton alerta para riscos à democracia latina”. *O Estado de S. Paulo*, 03 de maio de 2000, p. 16. \_\_\_\_\_ “Clinton diz que EUA querem a ALCA até 2005”.

de uma ajuda de US\$1,6 bilhão nos dois anos seguintes para a “guerra contra as drogas”, o “fortalecimento da economia e da Justiça”. Na mesma reunião, afirmou que seu sucessor continuaria o projeto da ALCA.<sup>979</sup>

Na conferência anual do Conselho das Américas em Washington, a secretária de Estado Madeleine Albright afirmou que “a corrupção, as crescentes desigualdades sociais e os governos ineficientes são uma ameaça à democracia na América Latina, que começa a sofrer alarmantes retrocessos nesse campo”.<sup>980</sup>

Ela afirmou também que um dos obstáculos para “conseguir economias mais fortes e justas”, assim como “uma comunidade democrática mais coesa” seria a “**cultura da propina e corrupção**, que corrói muitas instituições e transações neste hemisfério. Em suas palavras, “a corrupção obstrui a capacidade dos governos de prestar serviços básicos a seus cidadãos”; “mina a confiança do povo na democracia e muitas vezes está ligada a atividades criminosas além-fronteiras, incluindo tráfico de drogas, crime organizado e lavagem de dinheiro”; e que prejudica “a capacidade das empresas americanas e internacionais de atuar num ambiente transparente e previsível para comércio e investimento”<sup>981</sup> (grifos nossos).

Esses dois discursos adiantam aquilo que seria essencial no programa da AS-COA nos anos 2000: o fortalecimento da *rule of law* (entendido como fortalecimento da democracia *pari passu* com o crescimento econômico), o combate à corrupção (muito embora o *working group* específico sobre este tema tenha sido criado apenas em 2018, as referências ao tema da corrupção são cada vez mais frequentes como política de Estado), e as garantias que oferecem os Estados latino-americanos para o capital estrangeiro aí invertido (principalmente o norte-americano) – o que não é propriamente b=uma novidade na atuação do Conselho, mas se opera de maneira diferente sob os governos “progressistas” latino-americanos – e aqui veremos como Lula foi um personagem chave para o Conselho. Mas isto será tema de nosso próximo capítulo.

Um elemento muito importante para pensar a “exportação” de democracia como parte da política externa dos Estados Unidos desde os anos 1980, e com força renovada nos anos 2000, é a grande teia de entidades privadas com caráter de ONGs que atuam internacionalmente, das quais a *Freedom House*, a *National Endowment for Democracy* (NED) e o *Center for International Private Enterprise* (CIPE) são certamente expressivas

---

<sup>979</sup> *Ibid.*

<sup>980</sup> “EUA temem recuo da democracia no continente”. *O Estado de S. Paulo*, 02 de maio de 2000, p.A15. Ver também “Albright culpa a ‘cultura da propina’”. *Jornal do Brasil*, 02 de maio de 2000, p. 13.

<sup>981</sup> *Ibid.* Grifos nossos.

representantes. A força da atuação dessas entidades não reside apenas em suas elaborações, mas em sua capilaridade e capacidade de criar e apoiar financeira, técnica e intelectualmente congêneres por todo o mundo.<sup>982</sup>

Seria muito simplista avaliar a atuação dessas entidades como meras fachadas para a perseguição de objetivos imperialistas imediatos, militares e econômicos, muito embora elas atuem para isso também. Seu objetivo, quando bem sucedido, é muito mais profundo, pois trata-se de formar quadros, de construir bases sociais sólidas para um determinado pensamento em relação à democracia e aos chamados “valores ocidentais”.

A partir de 2002, com a nova invasão dos EUA no Iraque, voltou à tona com toda força a já antiga política de Estado dos EUA de justificar sua agressão imperialista sob a ideia de “exportar a democracia”, e de “garantir a liberdade” do mundo – “coincidentalmente”, sempre primeiro nas regiões onde os EUA têm fortes interesses estratégicos.

---

<sup>982</sup> Um exemplo familiar da relação entre a CIPE e o Instituto Liberal, brasileiro, foi analisado pelo pesquisador Flávio Calheiros em sua dissertação de mestrado: CASIMIRO, F.H.C. *A Construção Simbólica do Neoliberalismo no Brasil (1983 – 1998): a ação pedagógica do Instituto Liberal*. Dissertação de Mestrado. São João Del Rei: UFSJ, 2011.

## 5 O NOVO CONSELHO DAS AMÉRICAS (2000-2019)

*O que começou como uma iniciativa não-lucrativa em 2007 para criar empregos formais para cerca de 150 distribuidoras se tornou uma parceria simbiótica financeiramente sustentável entre Semilla e Danone. Em setembro de 2011, Semilla converte seu status em uma empresa multi-macetada e lucrativa*<sup>983</sup>  
MARCZAK *et. al.*, 2011

Este capítulo trata da renovação da atuação do Conselho das Américas, iniciada ao final da década de 2000, tendo como marco inicial o relatório sobre *rule of law* na América Latina, o primeiro dos mais recentes relatórios da AS-COA a se tornarem públicos após a virada da década e extremamente relevante do ponto de vista do tema que trata: a reforma dos sistemas de justiça na América Latina visando a garantia dos interesses do capital.

Em 2007 há o lançamento da revista *Americas Quarterly* e de uma série de eventos regulares, como *Presidents of the Americas*, *Miami Programs*, *Latin American Cities Conferences* e diversos outros eventos regulares patrocinados pelo Conselho, além de uma sequência de relatórios sobre políticas públicas visando “fortalecimento do setor privado” no amortecimento das consequências sociais do próprio capitalismo e dos conflitos sociais.

Utilizaremos aqui, em sua maior parte, fontes produzidas e disponibilizadas pelo próprio conselho em seu sítio eletrônico, mas também documentos presentes nos *Congressional Records*, nos *Presidential Archives* (discursos presidenciais em encontros do conselho), no *Wikileaks* e na imprensa brasileira e internacional.

Analisando a composição da diretoria da AS-COA em 2017, que consta nos apêndices, observamos um aumento substancial de empresas e conglomerados de alta tecnologia, como IBM.

A maior parte dos latino-americanos presentes na diretoria é de advogados: é o caso do uruguaio Andrés Cerisola, do brasileiro Daniel Calhman de Miranda (ambos de escritórios de advocacia); do colombiano Guillermo Azuero (*Pfizer*), do centro-americano Edgardo Navarro (McDonalds) ou do chileno Enrique Ostalé, que iniciou sua carreira corporativa junto à família Ibáñez, *Distribución y Servicio* (D&S), em 1989; foi assessor da rede Falabella, e também

---

<sup>983</sup> “What began as a nonprofit initiative in 2007 to create formal, entry-level employment for about 150 distributors has since involved into a financially sustainable, symbiotic business partnership between *Semilla* and Danone. In September 2011, *Semilla* converted its legal status into a multi-tiered, for-profit enterprise”.

ajudou a criar a Supermercados Tottus, no Peru. Entre 2000 e 2001, foi gerente geral da *emol.*, um megaprojeto de internet do *El Mercurio*.

Isto é indicativo da presença no Conselho de uma geração de latino-americanos que alcançam altos postos executivos em multinacionais de origem estadunidense e europeia; porém não encontramos latino-americanos que estejam nessa diretoria representando empresas de origem latino-americana.

Analisando as listas de membros corporativos do Conselho entre 1969 e 2017, observamos que apenas nos anos 1990 (1994) é que encontramos empresas de origem latino-americana: são dois escritórios de advocacia, um argentino (*Allende & Brea*) e um venezuelano (*Travieso, Evans, Hughes, Arria, Rengel & Paz*). Encontra-se nos apêndices as listas de membros corporativos do Conselho das Américas dos anos de 1968-69; 1971; 1979; 1980; 1984; 1994 e 2016.

## 5.1. ASSEGURAR A PROPRIEDADE CAPITALISTA INTERNACIONAL ATRAVÉS DA JUSTIÇA: A DEFESA DA *RULE OF LAW* NA AMÉRICA LATINA

O trabalho que podemos dizer que inaugura, após a virada para os anos 2000, os esforços do Conselho, está contido no relatório intitulado *Rule of Law, Economic Growth and Prosperity*<sup>984</sup>.

Como de praxe, o relatório diz que as posições e opiniões expressas no relatório não são de responsabilidade da AS-COA; porém, é notório que os membros do *Working Group* que debateu e elaborou conjuntamente o estudo com recomendações são diretores de diversas companhias, consultorias e firmas de advocacia, que em sua maioria compõem a entidade. Christopher Sabadini e Jason Marczak são os diretores de projeto, e são membros importantes do Conselho<sup>985</sup>.

<sup>984</sup> STOLPER, Antonia & WALKER, Mark. *Rule of law, Economic Growth and Prosperity*. Report of the Rule of Law Working Group Sponsored by the Americas Society and the Council of the Americas. 2007.

<sup>985</sup> Sabadini é diretor de política da AS-COA entre 2005 e 2014, foi fundador e é o editor-em-chefe da *Americas Quarterly*. No âmbito da AS-COA, ele também coordenou o *Cuba Working Group*. Ele vem do NED, do qual foi diretor para América Latina e Caribe entre 1997 e 2005. Foi conselheiro do Banco Mundial e da USAID. Sabadini participa constantemente de meios de comunicação, publicando regularmente sobre América Latina no *The New York Times*, *The Christian Science Monitor*, *NPR*, *The*

A apresentação do relatório, assinada pela presidente da AS-COA, Susan Segal, começava dizendo que:

O Estado de Direito é um fator-chave para o crescimento estável. Encoraja o investimento, tanto nacional como estrangeiro, com empreendedorismo e desenvolvimento de negócios. Além do que, a confiança na lei e sua aplicação cria empregos e ajuda a construir a prosperidade tão crítica para o desenvolvimento de longo prazo do hemisfério.<sup>986</sup>

O relatório afirmava que na década de 1990 o debate sobre Estado de Direito se tornou uma das questões mais discutidas em todo o mundo, e que leis “claras, transparentes e entendidas por todos e aplicadas com isenção” beneficiariam a “todos”, “desde o proprietário de um pequeno negócio” até grupos de “minorias” e “consumidores”. E isso, para “as Américas”, que enfrentariam agora a concorrência com a Ásia, se tornaria um ponto nodal.

Aqui já encontramos um dos pressupostos centrais do pensamento destes intelectuais orgânicos, que veem os Estados Nacionais com iguais condições de competir no mercado mundial, sempre partindo, claro, da assunção de que o capitalismo é o único sistema econômico e social possível. É típica, no entanto, de sua fase mais avançada que a concorrência por capitais (que por sua vez encontram-se extremamente concentrados, ao mesmo tempo com maior liberdade de atuar internacionalmente), a comparação constante entre “ambientes de investimento” entre os países; e dentro de países, de regiões; e dentro de regiões, cidades; e assim por diante, de maneira a que não há lugar no mundo a salvo de ser rankeado e classificado. O estabelecimento do capitalismo como sistema verdadeiramente mundial, após a restauração do Leste europeu e da Rússia, forçou cada rincão do planeta para dentro de tal competição. No caso em tela e no período aqui em tela, a comparação entre América Latina e Ásia é, como vimos, uma constante.

O Grupo de Trabalho sobre Estado de Direito da AS-COA teria sido formado para desenvolver uma série de debates sobre como melhorar e fortalecer o Estado de Direito nas Américas. Ao longo de um ano, o grupo reuniu representantes do setor privado, advogados, acadêmicos e representantes de organizações não-governamentais para olhar sobre quatro das áreas consideradas “mais críticas”: a “administração da justiça”; a “estrutura de

---

*Miami Herald*, *CNN*, *The Washington Post*, and *CNN en Español*, e é colaborador do programa *Efecto Naim*, da NTN24's TV news. Ver <<https://sipa.columbia.edu/faculty-research/faculty-directory/christopher-sabatini>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020. Quanto a Jason Marczak, ele é diretor do Atlantic Council desde 2013.

<sup>986</sup> “The rule of law is a key factor for stable, broad-based economic growth. It encourages investment, both domestic and foreign, along with entrepreneurship and business development. In addition, confidence in the law and its application creates jobs and helps build prosperity so critical to the hemisphere’s long-term development”. *Ibid.*

regulamentação para negócios e investimento”; o “uso de métodos de resolução alternativos”, junto com a “garantia de execução dos contratos” (“incluindo os procedimentos adequados para falência”); e a “proteção de bens tangíveis”, paralela aos “direitos de propriedade intelectual”.

Os encontros para debate do relatório se deram em Nova York (seis vezes), Washington (duas vezes), São Paulo (uma vez) e Cidade do México (uma vez), entre março de 2006 e julho de 2007, e sua publicação se realizou em julho de 2007. O estudo contou com a assessoria *pro bono* da Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP e da Shearman & Sterling LLP.

Nos agradecimentos, são nominados, além dos diretores Antonia Stolper<sup>987</sup> e Mark Walker, que teriam dado “a estrutura intelectual básica” do relatório, uma série de pessoas: Amanda Evansburg; Gonzalo Garcia Delatour<sup>988</sup>; Bradley Silver, da Time Warner; Susan Schmidt da Manatt Jones Global Strategies, LLC; Maria Lotito; Tyson Barker e Eric Farnsworth, vice-presidente do Conselho das Américas.<sup>989</sup>

### **5.1.1. A definição de *rule of law* e os sistemas de Justiça**

Concomitante à conclusão das eleições de 2005-2006 em muitos países, a intenção explícita do relatório era “influenciar as novas administrações na definição de suas agendas e metas para os anos seguintes”. “Responder à mensagem avassaladora enviada pelos eleitores” exigiria que os governos implementassem as reformas do Estado de Direito [*“rule of law reforms”*] que incentivassem o “empreendedorismo” e o “desenvolvimento de negócios”, que por sua vez “criam empregos e prosperidade”.

Aqui podemos observar mais um dos pensamentos mistificadores que embasam o raciocínio dos intelectuais orgânicos da AS-COA. A interpretação de que o que “os eleitores” (não “o povo”, e sim “eleitores” como clientes, como na visão schumpeteriana, ou uma multidão de vontades individuais, como no pensamento pluralista) “exigiriam” a instalação de reformas pró-empreendedorismo é bastante tendenciosa, para dizer o mínimo. Que possa

<sup>987</sup> Chefe para América Latina e sócia do escritório de advocacia Shearman & Sterling LLP.

<sup>988</sup> Sócio da empresa de advocacia Beccar Varela, de Buenos Aires.

<sup>989</sup> Eric Farnsworth é o chefe da AS-COA em Washington, e é o melhor exemplo do “revolving doors”: reveza frequentemente entre o setor privado e cargos no governo, porém sendo permanentemente ligados a vários aparelhos privados. Ele serviu à administração Clinton como conselheiro sênior para a Casa Branca do enviado especial para as Américas. No setor privado, trabalhou na ManattJones Global Strategies (uma empresa de consultoria), e também para a Bristol-Meyers Squibb, empresa que também faz parte do Conselho. Foi assessor do senador democrata Sam Nunn e do congressista John Edward Porter, republicano.

existir majoritariamente um sentimento por melhoria da vida em todos os países, inclusive nos Estados Unidos, é óbvio; daí a traduzi-lo como uma exigência de “crescimento econômico” (entendido basicamente como aumento do PIB), e mais ainda, de identificá-lo com a agenda de contrarreformas é um procedimento ideológico tipicamente neoliberal.

O pressuposto aqui era de que não bastava que a “*substância* das leis” de um país fossem “boas”: era preciso que as *instituições*, para interpretá-las e fazê-las serem cumpridas, fossem “eficientes”, “não corruptas ou arbitrárias” (grifos nossos).

[...] foi demonstrado que um sistema judiciário independente e transparente facilita o crescimento econômico, reduzindo os riscos percebidos e criando um ambiente mais acolhedor para os empreendedores em ascensão. Por estas razões, reformas nos processos e instituições judiciais - incluindo a nomeação e promoção de juizes, a educação e a formação de pessoal judiciário, a transparência do processo de tomada de decisões e a acessibilidade dos processos judiciais e funcionários - são as chaves para um sistema legal justo, aberto e eficiente.<sup>990</sup>

O relatório afirmava que o “*Estado de Direito*” deveria: “englobar regras claras e consistentes para a formação e execução de contratos e resolução de litígios comerciais”; “estabelecer leis de falência, leis eficientes para abrir e fechar negócios”, assim, “reduzindo o risco para os bancos em investirem em empresas recém-abertas”; e “reconhecer e garantir os direitos de propriedade, incluindo propriedade intelectual”. Neste ponto, os autores são bastante enfáticos:

O direito à propriedade privada é um dos direitos individuais mais fundamentais, ainda muitos países nas Américas ainda lutem contra a concessão de títulos de terra e a segurança da propriedade. Este é um desafio importante, já que possuir propriedade está vinculado à participação plena de indivíduos na economia e nos mercados de crédito em expansão. O valor da propriedade de um indivíduo pode ser alavancado para garantir empréstimos e fazer investimentos, permitindo a este se tornar um participante ativo na economia. Não somente os direitos de propriedade são um direito universal reconhecido, mas também são um passo crucial para aliviar a pobreza e estimular o crescimento na região<sup>991</sup> (grifos nossos).

---

<sup>990</sup> “Moreover, it has been shown that an independent and transparent judiciary facilitates economic growth by reducing perceived risks and creating a more welcoming environment for rising entrepreneurs. For these reasons, reforms in judicial processes and institutions—including the appointment and promotion of judges, the education and training of judicial personnel, the transparency of decision-making, and the accessibility of judicial proceedings and officials—are the lynchpins for a fair, open and efficient legal system”. *Ibid.*, p. 2.

<sup>991</sup> “Private ownership of property is one of the most fundamental individual rights, yet many countries in the Americas still struggle with granting land titles and providing the security of property ownership. This is an important challenge since owning property is tied to full participation of individuals in the economy and expanding credit markets. The value of an individual’s property can be leveraged to secure loans and make investments, allowing that individual to become a vested participant in the economy. Not only are property rights a recognized universal right, but they also provide a crucial step towards alleviating poverty and spurring economic growth in the region.” *Ibid.*, p. 5.

Os direitos de propriedade intelectual seriam essencialmente patentes, marcas e direito de reprodução (*copyright*), “essenciais para dar aos inventores e artistas um incentivo legal para criar, garantindo a eles direitos exclusivos por determinado período de tempo”.<sup>992</sup> Os “consumidores” (vistos aqui como um grupo de interesse) se beneficiariam disto na medida em que obteriam “produtos mais seguros” e também “aumentariam a chance de terem acesso a produtos e serviços de ponta”.

*A rule of law* é definida como:

Um sistema no qual as leis são de conhecimento público, claro em seu significado, acessível a todos e aplicável igualmente a todos; os juízes são imparciais e independentes e livres de influência indevida; as instituições centrais do sistema jurídico, incluindo tribunais, agências reguladoras, promotores e policiais são razoavelmente justas, competentes e eficientes; o governo procura ser cumpridor da lei e seus funcionários aceitam que a lei será aplicada a eles; a criação de leis é guiada por regras transparentes, estáveis, claras e gerais; e a elaboração das próprias leis são prospectivas, conhecidas, claras e relativamente estáveis, e abrangendo áreas críticas”.<sup>993</sup>

É ressaltado que essa definição abrangente se aplica igualmente aos países de língua espanhola e portuguesa, cujos sistemas legais são baseados no Código Napoleônico, quanto aos países de língua inglesa, que se baseiam na tradição anglo-saxã da *Common Law*. O relatório, entretanto, enfoca mais os países de língua portuguesa e espanhola.

Entre outras coisas, o Estado de Direito “garante o devido processo e a previsibilidade”; “protege o empreendedorismo e o desenvolvimento de pequenas empresas” (“ao estabelecer regras claras e objetivas para a abertura, funcionamento e encerramento de um negócio”); “transmite estabilidade, certeza e limites legais claros para direitos de propriedade”; “força uma maior responsabilização dos funcionários públicos”; “mantém o equilíbrio de poder entre o executivo, os ramos legislativos, judiciais e reguladores do governo”; e também “fornece uma verificação do poder do Estado sobre cidadãos individuais”.<sup>994</sup>

Enquanto as reformas do Consenso de Washington, que varreram o hemisfério nos anos 80 e 90, e procuraram abordar políticas, desequilíbrios fiscais e as distorções, foram necessárias para reiniciar o crescimento e controle da inflação, elas deixaram intactos a estrutura institucional mais ampla para um crescimento sustentável de base ampla. Incluído nesta

<sup>992</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>993</sup> “A system in which the laws are public knowledge, clear in meaning, accessible to all, and apply equally to everyone; judges are impartial and independent and free from undue influence; central institutions of the legal system, including courts, regulatory agencies, prosecutors, and police are reasonably fair, competent, and efficient; government seeks to be law-abiding and its officials accept that the law will be applied to them; the making of laws is guided by transparent, stable, clear and general rules; and the laws themselves are prospective, known, clear, and relatively stable, and encompass critical áreas”. *Ibid.*, p. 7.

<sup>994</sup> *Ibid.*, p. 8.

segunda geração de reformas é o Estado de Direito. Embora uma tarefa muito mais difícil e de longo prazo do que as reformas relacionadas à política do Consenso de Washington, estabelecer o Estado de Direito é essencial para a consolidação de um acesso mais justo à economia de mercado, que pode gerar crescimento econômico estável e prosperidade”.<sup>995</sup>

Vale um comentário aqui sobre a valorização positiva do Consenso de Washington, e, sobretudo, para o fato de que se sugeria aqui que as “novas” reformas são na verdade uma continuação do mesmo receituário. Em novembro de 1989 um grupo de economistas ligados a instituições financeiras situadas na capital estadunidense (como o Banco Mundial, o FMI e o Tesouro americano) formulou um conjunto de dez medidas supostamente necessárias de serem implementadas para os países latino americanos saírem da situação de estagnação econômica. Baseando-se num artigo de John Williamson – esse ligado ao *think tank* International Institute for Economy – a receita sintetizava as medidas do ajuste neoliberal: disciplina fiscal; redução do gasto público; reforma tributária de sentido regressivo; juros de mercado; câmbio de mercado (“flutuante”); abertura dos mercados (fim ou redução de tarifas protecionistas); privatização de empresas estatais; garantias institucionais para o investimento externo nestas economias; desregulamentação das leis trabalhistas; legislação de garantia da propriedade intelectual.

Tornada política oficial das mais importantes instituições financeiras do imperialismo, como o Banco Mundial e o FMI, o Consenso de Washington, como ficou conhecido o conjunto de dez medidas, aumentou a vulnerabilidade econômica, política e social dos países latino-americanos, sendo o principal fator da instabilidade política surgida no final dos anos 1990. Em 2003, os mesmo agentes do sistema financeiro, incluindo Williamson, se reuniram para a reformulação do receituário, no que ficaria conhecido como Segundo Consenso de Washington e que, essencialmente, manteria o mesmo sentido neoliberalizante. A crítica ao receituário foi o principal catalizador do Fórum Social Mundial, surgido no início do século XXI e cujos encontros passaram a reunir várias expressões da esquerda na cidade de Porto Alegre.<sup>996</sup>

---

<sup>995</sup> “While the Washington Consensus of reforms that swept the hemisphere in the 1980s and 1990s sought to address policy and fiscal disequilibria and distortions necessary to restart economic growth and control inflation, they left untouched the larger institutional framework for broad-based sustainable growth. Included in this second generation of reforms is the rule of law. Although a much more difficult and long-term task than the initial policy-related reforms of the Washington Consensus, establishing the rule of law is essential for consolidating an accessible, more fair market economy that can generate stable economic growth and prosperity.” *Ibid.*, p. 8.

<sup>996</sup> Para uma visão apologética sobre as chamadas “reformas de segunda geração”, e também um documento muito importante a respeito, ver KUCYNSKI, Pedro-Pablo; WILLIAMSON, John. *Depois do consenso de Washington*. Retomando o crescimento e a reforma na América Latina. São Paulo: Saraiva, 2004. As similitudes deste livro com o livro *Uma nova fase de crescimento para a América Latina* são notáveis.

### 5.1.2. *Rule of law*, reformas pró-mercado e redemocratizações na América Latina

O relatório começava um breve histórico recente do Estado de Direito nas Américas, começando pelo período das transições democráticas.

A onda de reformas começou com as transições políticas e econômicas que a região experimentou durante os anos 1980 e 1990. No início dos anos 90, governos com base constitucional, eleitos democraticamente, foram estabelecidos em todos os países da região, exceto Cuba. Para os cidadãos e os governos recém eleitos, a reforma do Judiciário era vista como uma prioridade particularmente importante para superar a impunidade por violações passadas dos direitos humanos, melhor defender os direitos humanos e o acesso à Justiça, limitar o poder do governo e melhorar o ambiente para o crescimento econômico. Nos anos que se seguiram, uma série de reformas e inovações foram realizadas. Elas incluíram a modernização dos códigos penais, a transição do tribunal inquisitorial para o acusatório, a construção de novas instituições para abrigar promotores públicos e defensores, e a criação de modernas instalações de treinamento para juízes e pessoal judicial”.<sup>997</sup>

Neste processo, segundo o relatório, “uma nova sociedade civil” e organizações profissionais teriam se dedicado, nas décadas de 1980 e 1990, à expansão do Estado de Direito. Grupos como a *Comisión Andina de Juristas*, no Peru; a *Corporación Excelencia en la Justicia*, na Colômbia; o *Centro de Estudios de Justicia de las Américas* (CEJA), a Fundação para o Devido Processo Legal [*Due Process of Law Foundation*] e a Unidade para a Promoção da Democracia da OEA [*Organization of American States Unit for the Promotion of Democracy*], seriam exemplos disso.

A globalização da economia é outra força poderosa, embora indireta, para a reforma da *rule of law* no hemisfério. A necessidade de competir com outras nações para o investimento direto tem compelido muitos países latino-americanos a adotar reformas críticas que vão de maior transparência e previsibilidade das instituições judiciais até a garantia da aplicação de contratos privados. A observância firme da *rule of law* demonstra um compromisso com a modernização e uma prontidão para competir no mercado global.”<sup>998</sup>

<sup>997</sup> “The wave of reforms started with the political and economic transitions that the region experienced during the 1980s and 1990s. By the early 1990s, constitutionally based, democratically elected governments were established in every country in the region, except Cuba. For citizens and the newly elected governments, reform of the judiciary was seen as a particularly important priority to overcome impunity for past human rights abuses, better defend human rights and access to justice, limit government power, and improve the environment for economic growth. In the years that followed, a number of reforms and innovations were realized. These included the modernization of penal codes, the transition from inquisitorial to accusatorial trials, the construction of new institutions to house public prosecutors and defenders, and the creation of modern training facilities for judges and judicial personnel”. *Ibid.*, p. 9.

<sup>998</sup> “Globalization of the economy is another powerful, though indirect, force for the *rule of law* reform in the hemisphere. The need to compete with other nations for direct investment has compelled many Latin

“Apesar dos avanços”, entretanto, segundo o relatório, a “falta de acesso à Justiça”, a “ineficiência judicial” e a “inconsistência na aplicação da lei” permaneceriam como “problemas endêmicos”.

Dentro de um certo número de países, “demandas” sobre “preocupações mais imediatas”, como pobreza e a desigualdade econômica teria provocado uma espécie de negligência, na “agenda política”, sobre “a questão de longo prazo da reforma institucional”. Internacionalmente, alguns observadores também levantaram dúvidas sobre a eficácia dos esforços internacionais para promover a *rule of law* na América Latina.<sup>999</sup> Aqui o relatório menciona o estudo de Thomas Carothers encomendado pela *Carnegie Endowment for International Peace* de 2006.<sup>1000</sup> Conforme vimos no primeiro capítulo, este estudo foi um dos marcos no debate sobre a definição de democracia entre os autores auto-intitulados liberais nos anos 1990 e 2000.

Segundo esta visão, compartilhada pelos autores da AS-COA, a “fragilidade dos ganhos” no sistema judicial foi evidenciada pela primeira vez em 1992 quando o presidente peruano Alberto Fujimori afirmou o controle executivo sobre nomeações e remoções judiciais, violando o princípio da separação de poderes. Mais recentemente, “vários grupos de direitos humanos” expressaram “preocupação” com a Venezuela sobre a nomeação de juízes e expansão do Supremo Tribunal. O Peru de Fujimori e a Venezuela de Chávez ficam assim equiparados no discurso da AS-COA: ambos seriam caminhos desviantes da *rule of law*. O critério, portanto, dessa interpretação, confirma cristalinamente a matiz institucionalista e liberal das recomendações do relatório, sobretudo porque a *rule of law* – que está pensada, aqui, a partir do estreito princípio de defesa da propriedade do capital; e porque o discurso sobre as ‘desigualdades’ segue sendo uma maneira opaca de defender que, sem a propriedade assegurada, todos serão pobres – cabendo ao capital, única e exclusivamente pela via do mercado, assegurar a riqueza.

Como normativa, o relatório sugeria que na Venezuela e na Bolívia, “o desejo de uma reforma radical sistemas judiciais vistos como corruptos e como vestígios do passado”

---

American countries to adopt critical reforms that range from increased transparency and predictability of judicial institutions to stronger enforcement of private contracts. Steadfast observance of the rule of law demonstrates a commitment to modernization and a readiness to compete in the global Market”. *Ibid.*, p. 11.

<sup>999</sup> *Ibid.*, p. 11-12.

<sup>1000</sup> CAROTHERS, Thomas (ED.) *Promoting the Rule of Law Abroad*. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2006.

precisaria ser “equilibrado com um esforço para evitar a politização percebida de instituições que poderiam corroer o amplo respeito pela lei”.<sup>1001</sup>

De acordo com as duvidáveis estatísticas utilizadas pelo relatório, a América Latina, em termos de *Rule of Law*, estava atrás do Caribe, da ex-URSS, e ainda de todo o Leste europeu e países bálticos. E na comparação entre 1998 e 2005, ela teria decaído na maior parte dos países da América Latina, com exceção do México e da Colômbia.

#### 5.1.2.1. A “administração” da Justiça

Há um pressuposto aqui sobre o que constitui a “administração” da Justiça, componente fundamental para o “fortalecimento da *rule of law*”. Para os autores do relatório, a administração da justiça abrange: a organização e o funcionamento do sistema judiciário e do sistema judicial (incluindo processos de nomeação e promoção para juízes); a divisão de poderes estabelecidos na Constituição e nas leis que determinam os papéis e funções dos juízes, procuradores, conselhos de magistrados e outros comitês de supervisão (se existirem); os procedimentos para governar como os casos são aceitos, ouvidos e decididos; as regras para distribuição de casos a tribunais e para recursos; o acesso à justiça e o sistema legal para cidadãos e partes interessadas; e o processo de alocação de recursos para as burocracias relacionadas à Justiça.<sup>1002</sup>

A administração da Justiça estaria, assim, no próprio centro da *rule of law*<sup>1003</sup>. As leis e processos de seleção de funcionários dos tribunais e cortes estabelecem o quadro para a “independência fundamental” do sistema de justiça.<sup>1004</sup> Sobretudo, um sistema “eficaz” para a administração da justiça “reduz os riscos para os investidores” e “abre as portas para novos empreendedores”.<sup>1005</sup> Novamente, a questão da propriedade do capital (e não qualquer propriedade) está no centro: o “direito” essencial a ser assegurado pela Justiça é o direito do capital não ser expropriado; e prover-lhe liberdade para deslocar-se como e quando desejar,

---

<sup>1001</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>1002</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>1003</sup> Optamos por deixar o termo tal como originalmente utilizado, ao invés de utilizar a expressão “Estado de Direito”. desde que podem existir múltiplas traduções e entendimentos do que é *rule of law*; mas aqui estamos interessados, mais que nada, no que o Conselho das Américas interpretava como *rule of law*, que é definido e descrito ao longo do relatório ora em análise. Além disso, recentemente, a defesa do Estado de Direito se tornou uma defesa das conquistas democráticas em muitas partes, diante de ameaças autoritárias outras que daquelas referentes para a AS-COA; logo, traduzir isso que a AS-COA chama de *rule of law* por Estado de Direito poderia causar enorme confusão, daí a nossa opção pela utilização sempre do termo original em inglês.

<sup>1004</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>1005</sup> *Ibid.*, p. 18.

controlando os meandros legislativos e judiciários de maneira a que sempre a propriedade do capital seja assegurada.

Note-se, de antemão, que a concepção daquilo que relatório chama de “administração” (entendido como algo supostamente “técnico” ou “neutro”) é inseparável, por assim dizer, da “substância” da Justiça. Neste e em qualquer caso, forma e conteúdo são intrínsecos e inter-relacionados. Uma Justiça “eficiente” aqui é uma *Justiça de força para o capital*, atendendo a seus interesses mais prementes. A *rule of law* para a AS-COA é entendida basicamente nesses termos.

O relatório faz uso de estatísticas do Banco Mundial segundo as quais, em uma pesquisa com empresários, os problemas que mais obstaculizariam a garantia dos contrato seriam: “atrasos no judiciário” (70%); “processos de apelação” (65%); e “oficiais incompetentes” (pouco menos de 50%).<sup>1006</sup> A importância disso seria reforçada pela tese, também supostamente confirmada pelos dados do Banco Mundial, de que mais de 60% dos pobres nos países em desenvolvimento são “autônomos” ou “inicia seu próprio negócio como melhores meios para sair da pobreza”.<sup>1007</sup>

Exemplos ruins nesse âmbito na América Latina seriam, por um lado, a extinção, por Fujimori, do *Consejo de la Magistratura*, em 1992, por meio da rejeição da indicação de juízes federais; e por outro a Venezuela, onde o presidente Hugo Chávez, em 2004, aumentou o número de magistrados da Corte Suprema.<sup>1008</sup>

O relatório analisava extensamente a formação de juízes e profissionais do Direito e da Justiça. Afirmando que, com exceção da Argentina, muitos países da região não teriam padrões minimamente regulares para estudantes de direito. Os currículos das faculdades de Direito ofereceriam pouco com relação a questões atuais na lei, tais como direitos de propriedade intelectual, direito e economia, transações com títulos, finanças e *accounting*.

A exceção seria o **Chile**, país muitas vezes citado no relatório como exemplar em todos os seus tópicos, seria um exemplo no treinamento jurídico, com seu “currículo de escola de negócios” [*business-school curriculum*] e de ensino de métodos para juízes, como no modelo estadunidense.<sup>1009</sup>

É recomendado no relatório que os juízes da América Latina tenham altos salários para “atrair talentos”, e deveria ser rechaçada toda a proposta “populista” de corte de salários desta

---

<sup>1006</sup> THE WORLD BANK. “World Development Report 2005: a better investment climate for everyone”. 2006. *Ibid.*, p. 18.

<sup>1007</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>1008</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>1009</sup> *Ibid.*, p. 32.

categoria. O “dilema” para a formação e atuação dos profissionais da Justiça seria “como isolar suficientemente os juízes das pressões políticas e econômicas” ao mesmo tempo garantindo que eles permaneçam “competentes e responsáveis” (*accountable*). Como se um currículo voltado para a defesa da propriedade, o sentimento de pertencimento de classe que os altos salários propiciam para os juízes, não contassem com uma “pressão política e econômica” a favor de determinados setores da sociedade em detrimento de outros. Outro tema elencado como algo a resolver seria o suposto alto volume de ações na Justiça.

E aqui o exemplo elencado como pior seria o Brasil com suas “**extensas garantias econômicas e sociais constitucionais**” [de 1988]: devido a existência dessas garantias, isso permite um enorme número de petições contra o Estado por não atendê-las<sup>1010</sup> (grifos nossos). Outro “problema a ser resolvido” seria aquilo que no Brasil se chama *apelação* para cortes superiores, e que no resto da América Latina se chama *amparo*. Um bom exemplo do Brasil, por outro lado, seria a Emenda Constitucional n. 45<sup>1011</sup>. No México, era elogiada uma reforma no sistema de *amparo*.

Fica mais do que confirmada a concepção de democracia que aliena de seu cerne os direitos sociais: a *rule of law* na visão defendida pela AS-COA e como já vimos predominante na literatura liberal dos anos 1990 e 2000, simplesmente não comporta direitos sociais. Daí a necessidade de, por outro lado, como veremos no tópico 2, compensar isto por meio de ações “filantrópicas” (que não deixam de ser lucrativas) voltadas para a “inclusão social”.

#### 5.1.2.2. Flexibilização de marcos regulatórios

Um **marco regulatório** reúne todas as partes díspares do processo de regulação, desde o desenvolvimento de uma proposta, passando por sua promulgação, até a aplicação pelas agências reguladoras e pelos tribunais. Enquanto as leis são escritas pela legislatura, os regulamentos vêm das agências do executivo ou ministérios. É esse processo que oferece uma grande oportunidade para discussão e comentários públicos. Uma vez em vigor, os regulamentos também diferem das leis em como eles são aplicados e, conseqüentemente, o grau em que podem ser desafiados. Regulamentos escritos fora de um mandato estatutário específico podem ser mais facilmente disputados pelas partes lesadas. Como resultado, a clareza da lei é essencial para garantir que os regulamentos, uma vez escritos, sejam aplicados com previsibilidade”.<sup>1012</sup>

<sup>1010</sup> *Ibid.*, p. 38.

<sup>1011</sup> A Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004, publicada em 31.12.2004, determinou significativas mudanças no Poder Judiciário, em especial na Justiça do Trabalho, com a ampliação de sua competência, através da nova redação dada ao art.114 da Constituição Federal, que trata das relações de trabalho. Ver LOPES, Otavio Brito. A Emenda Constitucional n. 45 e o Ministério Público do Trabalho. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Porto Alegre, RS, v. 71, n. 1, p. 174-189, jan./abr. 2005.

<sup>1012</sup> *Ibid.*, p. 51.

“Os consumidores, os empresários e os investidores”, segundo o relatório, dependem de um “transparente, justo e previsível quadro regulamentar”. Um marco regulatório, “se efetivamente e independentemente desenvolvido e aplicado”, limitaria o poder do Estado, protegeria [o capital] contra a “intervenção arbitrária dos governos”, garantiria “condições de concorrência equitativas para as empresas” e impediria “o abuso de poder dos interesses económicos, agindo individualmente ou em conluio”.<sup>1013</sup>

Ao mesmo tempo, “os consumidores”, “os interesses minoritários” e outros dependem das regulações para seu papel em “estabelecer padrões de segurança dos produtos”, e “dos padrões de meio ambiente”:

Um processo regulador eficaz permite que pequenas empresas e outras partes interessadas participarem no processo de elaboração de regras com maior responsabilidade do governo e interesses económicos. Essas medidas aumentam a compreensão do público sobre a justa e consistente aplicação de regulamentos e criar confiança na imparcialidade de um sistema legal do país”.<sup>1014</sup>

Tomando por base o pensamento de Hernando de Soto, famoso economista do Banco Mundial<sup>1015</sup>, o relatório afirmava que a estrutura regulatória “eficiente” encorajaria a “economia formal”, diminuindo as atividades económicas nas “margens” (também chamadas de “economia informal”).

Utilizando um estudo do Banco Mundial, e extraindo dados do relatório *Doing Business*, do Banco Mundial, de 2006<sup>1016</sup>, o relatório da AS-COA afirmava, por mais incrível que possa parecer ao leitor, que a América Latina seria uma das áreas “mais pesadamente reguladas do mundo” [“one of the most heavily regulated in the world”].<sup>1017</sup>

---

<sup>1013</sup> *Ibid.*, p. 51.

<sup>1014</sup> *Ibid.*, p. 52.

<sup>1015</sup> Economista peruano (1941-) era conhecido por seus trabalhos sobre “economisa do setor informal” e de teoria dos direitos de propriedade. É do quadro do Swiss Bank Corporation Consultant Group. Ele foi nomeado em 1979 como diretor do Banco Central de Reserva do Peru, em fins do governo Francisco Morales Bermúdez; foi assessor do presidente Alan Garcia ao final de seu primeiro governo em 1989, e seguiu assessorando o governo peruano sob Alberto Fujimori, até 1992. Foi sob Garcia que ele foi representante pessoal do presidente para a aprovação do Tratado de Livre Comércio Peru-EUA. Na campanha de 2011, foi assessor de Keiko Fujimori, filha do ex-ditador, acusando Ollanta Humala de querer importar o “modelo venezuelano” (de Chávez/Maduro). É presidente do Instituto *Libertad y Democracia*, com sede em Lima.

<sup>1016</sup> WORLD BANK/International Finance Corporation. “Doing Business in 2006”. Creating Jobs. Washington, World Bank, 2006. Disponível em: <https://www.doingbusiness.org/content/dam/doingBusiness/media/Annual-Reports/English/DB06-FullReport.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

<sup>1017</sup> *Ibid.*, p. 56.

Não é preciso adentrar a uma análise interna aos dados tomados pelo relatório para detectar o altíssimo nível de cinismo existente em tal afirmação de que a América Latina seria uma das “mais reguladas do mundo”, quando é de conhecimento amplo, público e notório que a América Latina, juntamente com todo o assim chamado “Terceiro Mundo”, é onde se instalam plantas de indústrias que em seus países-matriz teriam muito mais dificuldades em produzir, entre outras coisas por regulações ambientais muito mais rígidas existentes nos países centrais.

Neste ponto, mais uma vez o “ modelo para outros países da região” seria o **Chile**, que teria, segundo o relatório, “a melhor organização do sistema de distribuição elétrica”. A República Dominicana da *Ley 153* de 1998<sup>1018</sup> também teria sido um exemplo para o “florescimento da indústria de telecomunicações, com um corpo regulatório autônomo e descentralizado”. Outro ponto importantíssimo do relatório dizia respeito diretamente às regulações nacionais que afetam investimentos. Mais uma vez, o país andino figura como exemplo também em “fornecimento de informações de crédito para as companhias estrangeiras da mesma maneira como para as nacionais”.

Na questão da flexibilização dos marcos regulatórios, o relatório dava quatro exemplos daquilo que recomendava ser a praxe para a *rule of law* na América Latina. No Peru, trabalhando com uma organização não-governamental local (ONG), não coincidentemente, aparelho privado presidido pelo próprio De Soto, o “*Instituto para la Libertad y Democracia*”,<sup>1019</sup> o governo lançou uma campanha para diminuir a “papelada excessiva” e os “obstáculos burocráticos” enfrentados “tanto pelos empresários quanto por cidadãos individuais”. Depois de dois anos de audiências públicas, numerosas reformas foram sendo implementadas, incluindo o estabelecimento, em 1990, de um Cadastro de Empresas Unificadas para incorporar pequenos negócios.

De maneira similar, o Canadá teria diminuído o tempo e a quantidade de papéis enfrentados pelos empresários através de um programa chamado “*Paperwork Burden Reduction*” [algo que poderia ser traduzível como “redução da papelada”]. El Salvador teria diminuído o número de dias necessários para se abrir uma empresa para 75 dias apenas, e

---

<sup>1018</sup> Trata-se da lei que criou um novo marco regulatório das teles neste país. Disponível em: [<https://indotel.gob.do/sobre-nosotros/historia/>](https://indotel.gob.do/sobre-nosotros/historia/). Acesso em: 17 de novembro de 2019.

<sup>1019</sup> Ganador em 2004 do “Prêmio Friedman para a liberdade”, criado pelo Instituto Cato. “De Soto recibe premio Friedman”. *La Prensa*, 08 de maio de 2004. Disponível em: <https://www.laprensa.com.ni/2004/05/08/economia/933594-de-soto-recibe-premio-friedman>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

Honduras teria cortado pela metade o custo de fazê-lo: estes dois países seriam, segundo os autores da AS-COA, dois países exemplares de facilidade para abrir negócios.<sup>1020</sup>

As agências de regulação teriam, segundo o relatório, que ser “autônomas” para “evitar a interferência política”.<sup>1021</sup> (Como se sua própria concepção de agência reguladora ou a ideia de que se pode “evitar interferência na política” não fosse uma concepção política e uma interferência política). Agora o Brasil dos anos 1990 é o exemplo: o relatório usa como modelo exemplar a criação da ANATEL, no Brasil, em 1997, após a desregulação/flexibilização *prática* do marco regulatório do setor de telecomunicações, no governo Fernando Henrique Cardoso.

“Apesar de ter um orçamento baixo e de ainda ser submissa ao Ministério das Comunicações”, afirmavam, “a ANATEL teve sucesso em estabelecer a portabilidade, sendo, assim, responsiva com os consumidores”. O relatório criticava, porém, que a privatização tenha acontecido *antes* da criação de um marco regulatório, pois isso poderia criar “monopólios privados”, “exagerando distorções de mercado” e “perdendo a oportunidade de estabelecer uma propriedade de mais larga base” [“*broader-based ownership*”].<sup>1022</sup>

Um “ambiente regulatório estável, previsível e responsável” atrai o investimento internacional em setores como “bancos, telecomunicações e extrativismo de recursos naturais”, dizia o relatório. O relatório elogiava como positivo o fato de Brasil e Argentina participarem de processos de arbitragem internacional em disputas comerciais “que de outro modo, com juízes locais, seriam mais influenciados politicamente”<sup>1023</sup> (pressupondo que a arbitragem internacional é mais neutra politicamente, como se os interesses do capital não fossem de atuação internacional).

Uma vantagem fundamental das ADRs seria a de “facilitadora” para acordos de Livre Comércio – e de fato, acordos como o NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), o Mercosul e o CAFTA (*Central American-Dominican Republic-United States Free Trade Agreement*) inscreveram em seus regulamentos ADRs como método de resolução de conflitos.<sup>1024</sup>

---

<sup>1020</sup> *Ibid.*, p. 61. O relatório menciona como boas referências também o programa *Simples*, do Brasil, e o seu similar argentino, o *Monotributo*.

<sup>1021</sup> “Autonomous agencies are better protected from political interference and can generate greater credibility”. *Ibid.*, p. 62.

<sup>1022</sup> *Ibid.*, p. 66.

<sup>1023</sup> “With local judges often increasingly issuing verdicts influenced by personal interests, commercial disputes are increasingly being referred to international arbitration. The decisions in international arbitration are easier to enforce than local judgments if the country is party to the relevant international convention on arbitration. Of note, Brazil and Argentina both accept international arbitration”. *Ibid.*, p. 84.

<sup>1024</sup> *Ibid.*, p. 87.

Percebemos aqui uma preocupação que confirma a faceta da atuação da AS-COA como muito além de interesses econômico-corporativos. Não desconhecendo os conflitos de interesses que existem no próprio seio do grande capital, esta fração do grande capital representada na AS-COA procurava, ao incentivar mecanismos de resolução de disputa, estabelecer os marcos dentro dos quais estes conflitos de interesses seriam arbitrados, propiciando a estabilidade jurídica basilar para um “bom ambiente de negócios” para *o capital* (genericamente concebido).

Outra recomendação importante do relatório era a facilitação dos processos de falência. Um exemplo positivo seria o *Acuerdo Preventivo Extrajudicial* do governo argentino em 2002 (aprovado em meio a uma crise econômica profunda), pois teria facilitado as falências. Este acordo permitiria que a empresa começasse negociações de reestruturação com seus credores antes de decretar a falência – e previa ainda que, se 2/3 dos credores selassem acordo, todos seriam obrigados a concordar com seus termos, não passando por nenhuma corte judicial.

O exemplo brasileiro da Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas, de 2005, era considerado “extremamente positivo” principalmente porque, nesta lei, é destacado o artigo que define que a **prioridade máxima são os credores**: antes, a prioridade estabelecida era o pagamento das dívidas trabalhistas). Está aqui mais que claro e dispensa comentários o interesse de classe subjacente a esta normativa.

### 5.1.2.3. *Direito à propriedade como pré-condição para a cidadania*

“Direitos amplos para adquirir e proteger a propriedade são fundamentais aos direitos individuais”, proclamavam os autores. Afinal, a declaração universal dos direitos humanos – por unanimidade ratificada pelas Nações Unidas em 1948 – especificamente destaca a importância de direitos de propriedade em seu Artigo 17. O artigo afirma: “Todos têm o direito à propriedade individualmente, bem como em associação com os outros. Ninguém deve ser arbitrariamente privado de sua propriedade.” Dessa maneira, o direito de possuir propriedade é de importância única para a *rule of law*.<sup>1025</sup>

Segundo o relatório, o respeito pelos direitos de propriedade é o eixo central da liberdade individual, a restrição do poder do Estado e da garantia dos direitos individuais de acumular e comercializar riqueza. Além disso, “proteger o direito dos cidadãos a possuir propriedade os coloca no sistema político-legal”, e “esta cidadania econômica e política

---

<sup>1025</sup> *Ibid.*, p. 96.

melhoraria a *rule of law* ao reforçar o desejo dos cidadãos de salvaguardar e reforçar as instituições responsáveis por garantir a proteção da propriedade”.<sup>1026</sup>

O capítulo final do relatório dizia respeito ao direito de propriedade em si, tendo como epígrafe uma Citação de ninguém mais, ninguém menos que o próprio **Locke**<sup>1027</sup>

Os direitos de propriedade conformam o feixe de direitos que juntos fornecem para proteção legal da propriedade. Estes direitos preveem o controle, uso ou transferência de ativos, e estão incorporados em todos os aspectos do sistema legal. Central para fornecer segurança de propriedade são os títulos e leis que emitem as regras que regem a propriedade e os procedimentos que regalam à aplicação do governo. Onde o respeito pelos direitos de propriedade prevalecer, os empresários podem promover ainda mais o desenvolvimento comprando e ativos de negociação, como ações e títulos”.<sup>1028</sup>

Variando de residências individuais a investimentos empresariais, os direitos de propriedade, segundo o relatório, não só garantem “segurança perante uma toma ou uma expropriação”, mas também fornecem aos indivíduos o “ativo tangível necessário” para a própria cidadania. Este raciocínio está calcado nas bases mesmas do liberalismo lockeano, que apenas se reforçou dentro do pensamento neoliberal.

Como este preceito fundamental seria garantido através da *rule of law*? E, especificamente, no caso da América Latina? Nesta área, o relatório foca na “necessidade de procedimentos de titulação adequados e eficientes”. Com processos migratórios “naturais”, segundo o relatório, as cidades latino-americanas desenvolveram e atraíram novos residentes, e a partir disso, “processos de titulação ineficientes levaram ao inchamento de residências onde as famílias vivem sem título de terra”.<sup>1029</sup>

O Peru e o Brasil são citados como países que implementaram programas de titulação de terras para garantir os direitos de propriedade a indivíduos sem terra. Segundo o relatório, a garantia dos direitos de propriedade estaria ganhando importância no mundo graças ao

---

<sup>1026</sup> *Ibid.*. “Respect for property rights is the lynchpin of individual liberty, the Restriction of the power of the state and the guarantee of individual rights to accumulate and trade wealth. Moreover, protecting the right of citizens to own property vests them in the political-legal system. This economic and political citizenship improves the rule of law by reinforcing citizens’ desire to safeguard and strengthen the institutions responsible for ensuring property protection”.

<sup>1027</sup> “John Locke: “Every man has a property in his own person...Whatsoever then he removes out of the State that Nature hath provided, and left it in, he hath mixed Labour with, and joined to it something that is his own, and thereby makes it his Property”. *Ibid.*, 101. A Citação encontra-se no parágrafo 27 do capítulo V, “Sobre a Propriedade”, que encontra-se no Segundo Tratado sobre o governo civil. Disponível em: <http://press-pubs.uchicago.edu/founders/documents/v1ch16s3.html>. Acesso em: 19 de janeiro de 2020.

<sup>1028</sup> *Ibid.*, p. 101.

<sup>1029</sup> *Ibid.*, p. 101.

reconhecimento dos “*links* intrínsecos” entre o “alívio da pobreza” e a concessão de títulos de propriedade da terra.

Um exemplo muito positivo neste tópico seria o Brasil, onde, de acordo com os dados trabalhados pelo relatório, 272.000 famílias moradoras de favelas receberam títulos de propriedade de 2003 a 2008. Outro exemplo teria ocorrido na província de Buenos Aires ainda em 1984, quando o governo concedeu a aproximadamente 1800 famílias títulos de suas terras.<sup>1030</sup>

É interessante notar que todos os termos utilizados pelos autores do relatório são “comprados”, compartilhados ou, com o perdão do trocadilho, “emprestados” do Banco Mundial.<sup>1031</sup>

Por fim, o relatório trata de direitos de propriedade intelectual citando como exemplos o Peru e a Colômbia, cujos Acordos de Promoção do Comércio teriam permitido “regras claras e orientações para garantir a proteção da propriedade intelectual”. O Brasil também teria avançado em “diminuir as violações de propriedade intelectual” através de uma campanha coordenada que simultaneamente reforçou o cumprimento da lei quanto realizou uma educação pública para explicar a importância dos direitos de propriedade intelectual (trata-se da conhecida “campanha contra a pirataria”).<sup>1032</sup>

Finalmente, cabe comentar a concepção de “setor privado” que subjaz essas recomendações da AS-COA: basicamente é um eufemismo para o termo “empresários”; porém, é frequentemente identificado como “sociedade civil” mais ampla também (numa identificação de interesses entre ambos, “setor privado” e “sociedade civil”, contra um adversário comum, que seria “o Estado”). De acordo com a teoria aqui esposada, a sociedade civil é de fato espaço de articulação de interesses das classes dominantes, mas também das classes dominadas; portanto, mais uma vez aqui o discurso da AS-COA produz a mistificação entre interesses próprios e interesses “gerais”.

---

<sup>1030</sup> *Ibid.*, p. 103-4. Em 1984, a cidade de Buenos Aires tinha como Intendente Guillermo Jorge del Cioppo, da UCR, alinhado com o primeiro governo civil pós-ditadura da Argentina, Raul Alfonsín. Em 2004, sob o primeiro governo Lula no Brasil (2003-2007), a Política Nacional de Habitação passou a prever a regularização fundiária de favelas, que propiciou um grande número de distribuição de títulos de propriedade, e teve impacto forte especialmente no Rio de Janeiro. Ver MINISTÉRIO DAS CIDADES. "Política Nacional de Habitação." Cadernos do MCidades Habitação vol 4. Brasília: MCidades, 2004.

<sup>1031</sup> MENDES PEREIRA, *op. cit.*

<sup>1032</sup> Aos olhos da AS-COA, acontecimento seguramente mais importante que o escândalo do “mensalão”, naquele mesmo ano. Ver [https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/combate-a-pirataria/relatorios/brasil\\_original\\_pt.pdf](https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/combate-a-pirataria/relatorios/brasil_original_pt.pdf). Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

#### 5.1.2.4. O “papel do setor privado” no “fortalecimento da *rule of law*”

O relatório refletia sobre o papel do setor privado no fortalecimento da *rule of law* partindo do exemplo dos Estados Unidos, espelho de tudo que é bom e recomendável.

De acordo com a visão histórica refletida no relatório, nos Estados Unidos, “pequenas e médias empresas” teriam sido “fundamentais para criar um interesse comum com políticos reformistas para garantir amplas reformas judiciais e legais para a população inteira”, desde o século XIX. Os “empresários progressistas e de mentalidade cívica” poderiam servir a uma “função similar” no hemisfério hoje, clamavam os autores.

Estes mesmos preceitos, que em muito lembram as passagens de Gramsci que trouxemos no primeiro capítulo, também dariam base às recomendações da AS-COA para uma série de políticas públicas, como veremos mais à frente. A defesa do engajamento empresarial é explícita e dispensa maiores comentários.

Vimos, portanto, como o relatório sobre *rule of law* da AS-COA, publicado no ano 2007, estabelecia recomendações bastante específicas e detalhadas, com inúmeros exemplos de casos nacionais positivos e negativos, sobre os rumos que deveria tomar o enquadramento jurídico dos Estados Nacionais latino-americanos com vistas a garantir antes de mais nada o “direito à propriedade”, e também os interesses do capital *em geral* – ainda que com Çenfase na participação estrangeira, tomada como capital em geral. Vimos também que, partindo de uma visão liberal lastreada em Locke mas também no pensamento neoliberal (que teve no Banco Mundial um de seus mais importantes elaboradores/operadores recentes), o relatório produz uma série de mistificações sobre o papel do próprio Estado, da “sociedade civil” e do “setor privado”, promovendo uma falsa identificação de interesses opostos em uma sociedade de classes.

Uma outra mistificação seria a base do termo “segurança hemisférica”, que, antes da publicação do relatório sobre a *rule of law*, ainda no contexto imediatamente após os atentados de 2001 nos Estados Unidos, receberia enorme atenção do Conselho das Américas. A ideia de segurança hemisférica, isto é, que o “hemisfério” é uma coisa *una* que deve defender-se do resto do mundo em uma ação comum, não era propriamente nova: ela vem embasando diversas políticas que podem ser entendidas nos quadros da Doutrina Monroe, mas que temos que compreender para além disto.

## 5.2. O CONSELHO DAS AMÉRICAS E AS DIRETRIZES PARA A “SEGURANÇA HEMISFÉRICA” (2004)

O motivo impulsionador central das preocupações do Conselho das Américas, nos anos 2000, com a chamada “segurança hemisférica” foi o conjunto das novas políticas impostas pelos Estados Unidos após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, trazendo modificações sensíveis entre os Estados nas Américas, conforme veremos a partir de agora.

Nesta que já era 32ª Conferência de Washington do Conselho das Américas, em 2002, onde elogia a economia brasileira, o então secretário de Estado americano, Colin Powell, reafirmou o “compromisso [dos Estados Unidos] com a democracia, o apoio aos Estados Unidos no **combate ao terrorismo** e as iniciativas comerciais do Brasil”. Listando os países com maiores problemas para os Estados Unidos, Colin Powell colocou a Argentina em primeiro lugar, seguida de Colômbia, Venezuela, Haiti e Cuba. Sobre a Argentina, comentou: “O país precisa de um governo mais transparente, cumprimento das regras e menos corrupção”.<sup>1033</sup>

O discurso de Colin Powell foi seguido pelo de Otto Reich, o qual foi transmitido pelo Consulado americano em São Paulo. Reich afirmou que o Brasil era um exemplo de país que vem recebendo volumes significativos de investimentos estrangeiros por causa das reformas econômicas conduzidas na década anterior, “privatizações e abertura comercial, principalmente”. “O Brasil resistiu bem à parte profunda crise que se abateu sobre a Argentina”, disse Reich.<sup>1034</sup>

Reich elogiou bastante o Chile, citado como o país “mais transparente, aberto e de melhores práticas de **governança** em toda a região”; e disse que “o Nafta criou milhares de empregos no México”.

Em abril de 2003, Colin Powell, afirmou que “é importante para o hemisfério ocidental que essa experiência de reforma por meio da democracia seja bem sucedida, para se tornar um exemplo para toda a região e para todo o mundo”. A afirmação foi feita em conferência no Conselho das Américas.<sup>1035</sup>

Reconhecendo que a guerra no Iraque provocou “alguns desentendimentos” entre os EUA e a América Latina, afirmou que é hora do “**hemisfério**” “dar as mãos” e trabalhar junto

---

<sup>1033</sup> PULITI, Paula. “Colin Powell faz elogios ao Brasil em conferência”. *O Estado de S. Paulo*, 07 de maio de 2002, p. 28.

<sup>1034</sup> *Ibid.*

<sup>1035</sup> “Powell: sucesso de Lula será importante”. *O Estado de S. Paulo*, 29 de abril de 2003, p. 13.

na ONU. Por sua vez, no mesmo evento, Reich posicionou-se claramente favorável ao que chamou de “oposição democrática” na Venezuela, afirmando que ela estaria cumprindo as regras, ainda que regras escritas por Chávez, e afirmou esperar que este presidente cumprisse com um pré-acordo estabelecido no dia 11 daquele mês, de realização de um referendo revogatório de seu mandato.<sup>1036</sup>

Àquela altura, o Conselho das Américas já estava em fase avançada de sua preparação para o encontro dos Ministros de Defesa das Américas, que aconteceria em novembro de 2004 em Quito, Equador. A entidade produziu um relatório com as orientações que recomendava ao governo estadunidense neste evento; este documento merece uma detalhada análise.

No texto que apresenta as propostas da AS/COA para o encontro hemisférico de Ministros de Defesa, assinado por Eric Farnsworth, então vice-presidente do Conselho das Américas, lemos que o relatório fora realizado a pedido do próprio Departamento de Defesa dos EUA, tendo em vista que “as preocupações de segurança impactam no clima de investimentos da região”.<sup>1037</sup>

Em sequência ao pedido, o Conselho das Américas formou um grupo de trabalho com “altos líderes do setor privado, muitos com experiência no setor público na América Latina e Caribe” [“high level private sector leaders, many with extensive public sector experience in Latin America and Caribbean”], que se reuniu ao longo do verão e do outono de 2004. Em sequência, o Conselho teria compartilhado o relatório com seus 170 membros corporativos para agregar impressões que pudessem refletir as percepções acerca do clima de investimento “conforme elas se relacionam com questões de segurança”.

Entretanto, muitos dos representantes empresariais que agregaram questões ao relatório “devido à natureza sensível do tópico” [“due to the sensitive nature of the topics”], pediram para não revelar seus nomes. O autor principal do relatório foi Luis Pinto<sup>1038</sup> e colaboradores foram o secretário assistente de Defesa Rogelio Pardo-Maurer e o Comandante-em-chefe do Comando Sul, General James Hill; bem como do Secretário-Assistente do Estado Bobby Charles.

---

<sup>1036</sup> *Ibid.*

<sup>1037</sup> AS-COA. Fostering Regional Development by securing the hemispheric investment climate. In support of the 6th Defense Ministerial of the Americas. Quito, Ecuador, novembro de 2004.

<sup>1038</sup> Conselheiro do presidente da Shell Oil Company, posição que adquiriu posteriormente a ser diretor da AS-COA, onde foi coordenador de vários *working groups*; antes disso, era coordenador de um programa sobre América Latina no *Center for Strategic and International Studies*. Formado em bioquímica pela Universidade de Califórnia, Berkeley; com mestrado em economia pela *Columbia University*; e em Ciência Política pela Vanderbilt University. Fonte: <https://www.nhcchq.org/cedpparticipant/luis-pinto/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

Os membros do grupo de trabalho, entretanto, assinaram o relatório. Eram eles: Thomas Beddow, da **3M Company**; Raul Colon, da **Raytheon Company**; Stephen Donehoo, da **Kissinger McLarty Associates**; Fabiana Lacerca, da **Microsoft**; Joseph McAndrew, da **Boeing**; Robert McNamarad, pela **Namatt Phelps & Philips LLP**; Langhorne Anthony Motley, da **L.A. Motley, LLC**; Juan Esteban Orduz, da **Colombian Coffee Federation**; Alexander Watson, da **Hills and Company LLC**, e contou com Jorge Merino<sup>1039</sup> como assistente especial e Nicolas Nannetti<sup>1040</sup>, assistente de pesquisa.

No relatório, a entidade de orgulhava de ter jogado “um papel chave no NAFTA, no acordo de Livre Comércio EUA-Chile”, de continuar a ser “uma forte defensora da ALCA, e do Acordo Centro-americano de Livre Comércio (CAFTA)”, e da “consolidação de reformas políticas e econômicas na região”<sup>1041</sup>

O relatório retomava as diretrizes estabelecidas nesta área em dezembro de 1994, pelo então presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, que havia reunido outros 33 “Líderes democráticos eleitos” do hemisfério para o *Summit of the Americas*, em Miami. Juntos, assinaram um “comprometimento com a democracia, a justiça, e a oportunidade”.

No encontro do *Defense Ministerial of the Americas* de novembro de 2002, ocorrido em Santiago, os ministros de defesa teriam, segundo o relatório da AS/COA, concordado em levar adiante uma “ambiciosa nova agenda” trabalhando com os princípios originais que levam em consideração as “novas realidades” que emergiram do 11 de setembro de 2001.<sup>1042</sup>

Em julho de 1995, o então Secretário de Defesa William Perry e os demais secretários de Defesa da região se reuniram no *Defense Ministerial of the Americas*, em Williamsburg, Virginia. Foram então estabelecidos seis “Princípios de Williamsburg” para nortear as políticas de segurança do hemisfério. Tais diretrizes, de 1995, eram lembradas e reforçadas como as diretrizes básicas no relatório da AS-COA, de 2004:

<sup>1039</sup> Chileno com experiência no setor privado químico.

<sup>1040</sup> CEO de uma exportadora colombiana Americaflor Fusionada, e hoje em dia dedica-se ao cultivo legal de marijuana na Colômbia, sendo executivo da NatuEra, uma joint venture da Agroidea SAS (Agroidea Laboratorio de Investigación Agrícola SAS) com a empresa canadense Cronos Group, que fornecem produtos de cannabis para a a companhia privada de saúde Health Canada. Fonte: <https://www.ojoprivado.com/nannettimarihuanacronos>, acessado em 18 de janeiro de 2020. A Americaflor quebrou em 2011, com milionárias dívidas trabalhistas e com bancos; ao mesmo tempo em que foram grandes aportadores na campanha eleitoral do ex-ministro Andrés Felipe Arias. Nicolas Nannetti fez um MBA na Columbia University de Nova York.

<sup>1041</sup> “The Council played a key role in the creation of the North American Free Trade Agreement, and the US-Chile FTA, and continues to a be a Strong advocate for the Free Trade Area of the Americas, the Central American Free Trade Agreement, and the consolidation of market-oriented political and economic reforms in the region”. In “About the Council of the Americas”. AS-COA, Fostering Regional Development by securing the hemispheric investment climate. In support of the 6th Defense Ministerial of the Americas. Quito, Ecuador, novembro de 2004, p. 1.

<sup>1042</sup> *Ibid.*

- Seguir as diretrizes do Acordo de Santiago<sup>1043</sup> de que “a preservação da democracia é a base para garantir a segurança mútua”;
- Reconher de que as forças militares e de segurança “jogam um papel crítico na defesa e apoio dos interesses legítimos dos estados democráticos soberanos”;
- Afirmar o comprometimento que as FFAA devem “se subordinar à autoridade democrática”, “agir dentro das fronteiras das constituições nacionais”, e “respeitar os direitos humanos através de treinamento e prática”;
- “Aumentar a transparência em questões de defesa através da troca de informações, publicização dos gastos militares”, e “criar um crescente diálogo civil-militar”;
- “Estabelecer como objetivo para o hemisfério a resolução de disputas de maneira acordada” e a adoção de medidas de construção de confiança “consistentes com a integração econômica hemisférica”, “para reconhecer que o desenvolvimento da segurança econômica afeta profundamente a Defesa e vice-versa”;
- “Promover uma cooperação na Defesa” em apoio à “participação voluntária nas operações de paz da ONU”, e “cooperar” na luta contra o **“narcoterrorismo”**.<sup>1044</sup>

Prova do sucesso de tais diretrizes, afirmava o relatório da AS-COA de 2004, teria sido a força multinacional de paz no Haiti, que contou com a participação de Argentina, Brasil, Canadá, Chile, e Estados Unidos, entre outros.<sup>1045</sup> Quanto à “luta contra narcóticos ilegais” teriam mostrado engajamento a Bolívia, a Colômbia, o Equador e o Peru. O relatório citava especificamente “o apoio atual dos Estados Unidos aos esforços da Colômbia para erradicar a atividade guerrilheira”.<sup>1046</sup>

Agora, reunidos em Quito, os ministros de Defesa deveriam “lidar com o fato” de que “a democracia” estaria “em risco” conforme “os cidadãos” “crescentemente questionam os benefícios concretos que eles podem esperar da democracia e da ortodoxia econômica”, e diante disso “o populismo” permanece sendo uma “ameaça”.<sup>1047</sup> Dizia o relatório que:

---

<sup>1043</sup> “Em 29 de outubro de 1996, foi adotado o Acordo de Santiago, que abriu caminho para as conversações substantivas entre Equador e Peru. Em janeiro de 1998, foi aprovado o Cronograma de Implementação da Declaração de Paz do Itamaraty, comumente chamado de Cronograma do Rio de Janeiro. Estabeleceu-se, assim, mecanismo para o tratamento dos “impasses subsistentes” identificados na fase anterior das negociações.” Fonte: Itamaraty, “20 anos de assinatura do acordo de paz entre Equador e Peru”. 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/sem-categoria/19614-20-anos-de-assinatura-do-acordo-de-paz-entre-equador-e-peru>. Acesado em 17 de janeiro de 2020.

<sup>1044</sup> *Ibid.*

<sup>1045</sup> A Minustah foi a “Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti”, firmada pelo Conselho de Segurança da ONU em junho de 2004, após a ida pro exílio do presidente Bertrand Aristide.

<sup>1046</sup> *Ibid.*

pesquisas indicam que a região ainda não está num ponto crucial, e claro que algumas nações como o Chile são muito mais fortes que as demais porque cravaram um modelo de democracia de livre mercado que levou benefícios para um amplo arco de cidadãos e reduziu a pobreza comprovadamente.<sup>1048</sup>

Agora, “pela primeira vez”, os ministros do hemisfério levariam as discussões concernentes a aspectos de “**defesa do desenvolvimento do livre mercado**” dentro das próprias diretrizes da “segurança hemisférica”. Os ministros entenderiam, segundo o relatório, que “a **acumulação de capital** é uma pedra angular do crescimento econômico” [“They also understand that capital accumulation is a fundamental block of economic growth”].<sup>1049</sup> Por isso um dos principais objetivos do relatório seria “mostrar as conexões entre segurança, investimento e desenvolvimento no Hemisfério Ocidental” e prover recomendações concretas, construídas com base em pesquisa com companhias membros do Conselho.

Percebe-se que o papel do Conselho das Américas, neste relatório, não é o de “constatar” uma nova agenda dentro das diretrizes da “segurança hemisférica”, e sim de *disputar/estabelecer* essa agenda, para garantir que ela esteja imbuída de um caráter intrinsecamente pró-mercado e pró-capital. E, importante lembrar, o relatório tem por objetivo ajudar a nortear a própria política externa dos Estados Unidos no tema, que não é para nada secundário.

Nota-se que o relatório reforçava as já frequentes comparações entre América Latina e Ásia, afirmando, em tom de chantagem, que o continente latino-americano estava perdendo investimento externo direto para os países asiáticos por ter “menos segurança, níveis educacionais menores, mais corrupção e menos *rule of law*”.<sup>1050</sup>

Neste ponto, os autores afirmam que os competidores por investimento externo têm desvantagens comparativas *vis-à-vis* competidores que seguem as regras do *Foreign Corrupt Practices Act*, e utilizavam dados da Transparência Internacional (o *Transparency International Corruption Perceptions Index*) para afirmar que “a percepção de corrupção afugenta os investidores”, bem como a “percepção de insegurança”, principalmente nas taxas de homicídios e de sequestros.

---

<sup>1047</sup> “Now, democracy in the region is troubled as citizens increasingly question the concrete benefits they can expect under democracy and economic orthodoxy, and populism regains a foothold”. p. 1.

<sup>1048</sup> “Polls indicate that the region is not yet at a tipping point, and of course some nations like Chile are much stronger than others because they stuck to a model of open market democracy that has delivered benefits to a broad range of citizens and demonstrably reduced poverty”. p. 2. grifos nossos.

<sup>1049</sup> *Ibid.* Grifos nossos.

<sup>1050</sup> *Ibid.*

Os exorbitantes “custos de segurança” da América Latina aumentariam as despesas “do setor privado de maneira geral”. Segundo um dado trazido pelo relatório, existiriam na região cerca de 2 milhões e meio de seguranças privados, o que em alguns países, significava uma proporção mais alta que a própria polícia. Além de equipamentos *high-tech*, treinamento e tecnologia de monitoramento, as companhias reclamavam por gastar demais com seguro de vida para seus funcionários instalados na América Latina. “No Brasil, por exemplo, o custo total para prover segurança para um único executivo pode exceder os 80 mil dólares”.<sup>1051</sup> Voltaremos a este ponto mais adiante, quando analisarmos as formulações da AS-COA para segurança pública a partir do caso de El Salvador.

As recomendações do Conselho das Américas para o encontro eram, em síntese:

- “Melhorar as avaliações e análises de risco nacional pela centralização de funções dentro dos Ministérios de Defesa” ou outros “órgãos nacionais apropriados sob estrito controle civil”, e “coordenação mais próxima dentro de cada país e com seus países vizinhos”;
- “Racionalizar as estruturas de força no hemisfério”, “separando o que é dever dos militares e o que é das polícias”;
- “Promover uma melhor segurança nos pontos de entrada e saída sem prejudicar a atividade econômica”;
- “Priorizar e garantir a reforma judicial e o foco anti-corrupção”: é recomendada a participação no Programa de Assistência ao Treinamento em Investigação Criminal do Departamento de Justiça dos EUA.<sup>1052</sup> Outra recomendação era pela participação na *International Law Enforcement Academy* (ILEA), em Roswell, Novo México.<sup>1053</sup> Também recomenda-se uma “agressiva implementação da Convenção Inter-americana contra a Corrupção”.<sup>1054</sup>

---

<sup>1051</sup> *Ibid.* p. 9.

<sup>1052</sup> O *US Department of Justice International Criminal Investigative Training Assistance Program* (ICITAP) foi concebido, oficialmente, “para ajudar a construir instituições de implementação da lei pelo mundo” [“designed to help build law enforcement institutions worldwide”], em 1986, a partir de pedido feito pelo Departamento de Estado para assistência em treinamento de forças policiais na América Latina, e que passou a abranger, segundo o relatório, “o desenvolvimento de forças policiais no contexto de operações de pacificação internacionais” e na “capacitação das atuais forças policiais existentes em democracias emergentes”.

<sup>1053</sup> *International Law Enforcement Academy* (ILEA), em Roswell, Novo México, é uma das cinco unidades de academias de polícia internacionais do Departamento de Estado dos Estados Unidos onde os participantes são instruídos em “contraterrosismo, narcóticos, detecção de documentos falsos, e controle de fronteiras”. Foi criada em 1995 pelo presidente Clinton; as outras unidades estão em San Salvador, EL Salvador; Budapesta, Hungria; Bangkok, na Tailândia; Gaborone em Botsuana. Fonte: <https://roswell.ilea.state.gov/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

<sup>1054</sup> A Convenção Inter-americana contra a Corrupção, patrocinada pela OEA, é, formalmente, “um instrumento que visa promover e fortalecer o desenvolvimento dos mecanismos necessários para prevenir,

- “Mobilizar capital para promover a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e desenvolver o empreendedorismo através de parcerias público-privadas”. O relatório cita o exemplo da *In-Q-Tel*, “uma atividade de capital de risco financiada pela CIA que identifica, nutre e financia tecnologias promissoras com aplicações pelo governo”,<sup>1055</sup>
- “Disfrutar [sic] dos acordos de livre comércio” como meio de “promover desenvolvimento alternativo” e “criar empregos para trabalhadores menos qualificados”.

O estudo repercutiu na imprensa brasileira, como podemos ver em uma detalhada reportagem do jornalista Paulo Sotero ao *Estadão* ainda em novembro de 2004. Sotero destacava que a proposta dos EUA naquele encontro significava uma redefinição completa da função da Junta Interamericana de Defesa (JID)<sup>1056</sup>, para potencialmente transformá-la em uma “agência hemisférica de coordenação da luta contra o crime organizado transnacional e o terrorismo”, envolvendo as Forças Armadas dos países do continente em missões que “iriam além de suas funções clássicas de defesa do território, participação em missões internacionais de paz e assistência em desastres naturais”. Até então, essa proposta tinha apenas o apoio do Canadá.

O assunto foi tratado em uma reunião do então vice-presidente do Brasil, José de Alencar, com o secretário de Defesa Donald Rumsfeld. De acordo com Paulo Sotero,

Pelos cálculos de Brasília, reconfigurada nos moldes pretendidos por Washington, a Junta reproduziria, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), à qual está subordinada, a estrutura da Força Tarefa Interministerial Conjunta que os Estados Unidos criaram no Comando Sul para coordenar as atividades de segurança e defesa contra o terrorismo e outras formas de crime organizado do FBI, CIA, DEA dos serviços de Alfândega e de Imigração e de outras agências que operam hoje sob o ministério da Defesa Interna.<sup>1057</sup>

---

detectar e punir a corrupção, bem como promover ações que assegurem a cooperação entre os países signatários.” Foi firmada em Caracas em 29 de março de 1996, e era parte fundamental da política externa de Clinton. No Brasil, ela é aprovada por Decreto Legislativo em junho de 2002 e promulgada por Decreto Presidencial em outubro de 2002, ainda sob o governo Fernando Henrique Cardoso. O texto do Decreto contém a Convenção na íntegra: PLANALTO, decreto n.4410. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4410.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4410.htm). Acesso em: 8 de janeiro de 2020.

<sup>1055</sup> “For example, the US government has created In-Q-Tel, a CIA-funded venture capital activity that identifies, nurtures, and funds promising technologies with applications for the government”. *Ibid.*, p. 15. In-Q-Tel é uma “entidade de capital de risco” e “sem fins lucrativos” em Arlington, Virginia, que se centra em três áreas de tecnologia comercial: software, infra-estrutura e ciência dos materiais. O’HARA, Terence. “In-Q-Tel, CIA’S Venture Arm, invests in secrets”. *The Dealmakers*, 15 de agosto de 2005. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2005/08/14/AR2005081401108.html>. Acesso em: 8 de janeiro de 2020.

<sup>1056</sup> A JID foi criada em 1942 e serviu como indutora de doutrinas para as Forças Armadas da região, primeiro contra o nazismo e principalmente depois contra o comunismo, no contexto da guerra fria. Isto nos mostra que antigos dispositivos da guerra fria estabelecidos pelos Estados Unidos na América Latina seriam acionados de maneira vez mais frequente com a inflexão belicista na interna e externa dos Estados Unidos a partir de 2001.

O Brasil e outros países da região teriam resistido a essa ideia desde que o momento em que fora formalmente apresentada pelos Estados Unidos, ainda em 2002, na fase preparatória da Conferência Especial sobre Segurança Hemisférica, realizada em outubro de 2003, no México, por iniciativa do presidente mexicano Vicente Fox.<sup>1058</sup>

Segundo a reportagem, o governo brasileiro queria que a Junta, que era então chefiada por um general de brigada do Comando Sul americano, continuasse a funcionar como órgão consultivo para “assuntos de defesa clássica”, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), concentrando-se no inventário de medidas de fortalecimento da confiança entre os países, “para reduzir ao mínimo o risco de conflitos”. O governo brasileiro admitia que ela continuasse a cumprir, por exemplo, funções de coordenação de “atividades de remoção de minas”, que vinha sendo conduzida na América Central e do Sul desde anos 1990, e na assistência em casos de desastres naturais, o que também já era prática antiga.<sup>1059</sup> Mas, não passava disso, o que certamente desagradou o governo dos EUA.

O argumento brasileiro de que as tarefas da Junta se restringissem a tais tarefas era de que já existiam, na própria OEA, outros órgãos e entidades especializados em tratar de cada uma das “novas ameaças”, como “terrorismo, narcotráfico, tráfico de armas”. Segundo fonte oficial do governo brasileiro obtida por Paulo Sotero, a posição que Alencar levaria a Quito estaria baseada “no princípio da igualdade de representação dos Estados” e que incluiria “uma aposta de democratização do funcionamento da Junta, cujo comando é exercido com exclusividade pelos EUA desde sua criação”.<sup>1060</sup>

Cinco anos depois, a AS-COA dedica-se a outro tema em seu subsequente relatório de fôlego: crescimento econômico e livre comércio nas Américas. Tratava-se, na verdade, da preparação para a participação tanto empresarial quanto do governo dos Estados Unidos na Cúpula das Américas.

---

<sup>1057</sup> SOTERO, Paulo. “EUA querem militares contra crime”. *O Estado de S. Paulo*, 15 de novembro de 2004, p. 7.

<sup>1058</sup> A Conferência Especial sobre Segurança Hemisférica, celebrada no México em outubro de 2003, segundo um pesquisador, “ressaltou os méritos dos cenários multilaterais como espaços adequados para a análise das circunstâncias e dos problemas que preocupam e afetam seus diferentes membros. Nesse foro, debateu-se extensamente, o conceito de segurança, superando a noção tradicional e estreita ligada à defesa, para substituí-la por uma percepção multidimensional, que abrange aspectos relacionados com a pobreza, as doenças, os obstáculos para alcançar o desenvolvimento, e outros tantos que podemos associar, diretamente, à segurança e ao bem-estar humanos”. Apesar de acrítica e um tanto apologética, esta descrição atende a uma compreensão básica. BIELSA, Rafael. “A política externa da Argentina no quadro da integração regional”. *DEP – Diplomacia, Estratégia, Política*. Brasília/FUNAG: Projeto Raúl Prebisch, 2004. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/ipri/images/pdf/Revista\\_DEP01\\_Portugues.pdf](http://www.funag.gov.br/ipri/images/pdf/Revista_DEP01_Portugues.pdf). Acesso em: 7 de janeiro de 2020.

<sup>1059</sup> *Ibid.*

<sup>1060</sup> *Ibid.*

### 5.3. UMA “AGENDA DE CRESCIMENTO” PARA O HEMISFÉRIO (2009)

O relatório “Building the Hemispheric Growth Agenda: a new framework for policy” foi escrito e publicado com foco no *Summit of the Americas* (Cúpula das Américas), que seria realizado em Trinidad e Tobago em abril de 2009, após muitas reuniões do grupo de trabalho sobre política comercial, coordenada por A. Michelle Morton. Utilizou como base dados estatísticos da Comissão Econômica da ONU para a América Latina e Caribe. Como epígrafe, uma frase atribuída a Cordell Hull, bastante simbólica do espírito do relatório: “Quando os bens não atravessam as fronteiras, os Exércitos o farão”.

O relatório destacava três elementos que deveriam reorientar a política comercial no hemisfério: a crise econômica global, a nova presidência e o novo Congresso dos EUA. A ascensão da China e da Índia era apontada como uma “mudança secular” nas dinâmicas e investimento e comércio na região; e a democracia continuaria sendo a única “estrutura organizacional aceita” para a “governança hemisférica”, “ainda que passos anti-democráticos em alguns países alertem contra a complacência”<sup>1061</sup>

O *working group* que gerou o relatório foi composto por: Inés Bustillo, da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL-ONU); Susan Cronin, da **Apple**; I.M. Destler, da **Universidade de Maryland**; Dorothy Dwoskin, da **Microsoft**; Robert Filippone, da **Pharma**; Myles Frechette, ex-Embaixador estadunidense; Eduard Gresser, do **Progressive Policy Institute**; Jonathan Hamilton, da **White & Case LLP**; John Harrington, da **Johns Hopkins University**; Jon Huenemann, da Miller & Chevalier Chartered; Gary Clyde Hufbauer, Barbara Kotschwar, e também Jeff Schott, do **Peterson Institute for International Economics**; William Irwin, da **Chevron Corporation**; Rick Johnston e Laura Lane, do **City Inc**; Luis Kolster, da **General Motors**; R. Scott Miller, da **Procter & Gamble Company**; Ira Shapiro e Regina Vargo, da **Greenberg Traurig LLP**; Jane Thery, da **OEA**; e Sidney Weintraub, do **Center for Strategic and International Studies (CSIS)**.

O relatório lamentava que a “ampla e consensual” agenda da Cúpula das Américas tivesse sido “quebrada”, pelo fato, palavras do relatório, de que “muitos países da América Latina” estavam “tentando agora fazer seu próprio caminho” na economia global. Desnecessário notar como “fazer o próprio caminho” ou seja, buscar soberania e autonomia na economia global, fosse quase que um pecado de origem para um país latino-americano.

---

<sup>1061</sup> AS-COA. Building the Hemispheric Growth Agenda: a new framework for policy. Report of Trade Advisory Group. Americas Society/Council of the Americas, 2009, p1.

Entre as recomendações do Conselho à nova administração dos Estados Unidos, estavam a “nomeação de um enviado especial para as Américas”, o apoio para que Brasil e México (e a Espanha) entrassem no G8; a aprovação de acordos comerciais pendentes com a Colômbia e o Panamá; o apoio para políticas de “redução dos efeitos dos choques financeiros” pela região, e uma “suavização das medidas contra **Cuba**”.

Entre os riscos aumentados com a crise econômica, estariam os “sentimentos anti-globalização” que levavam a medidas protecionistas, e, em alguns países, “pressões adicionais por mudanças populistas” conforme a economia decresce.

O relatório recordava que a *Enterprise for the Americas Initiative* (EAI), ou “Iniciativa para as Américas”, lançada ainda sob a administração Bush (pai), tinha três componentes: negociação de acordos de livre comércio, adoção de medidas para aumentar o influxo de capital; e um programa condicionado de alívio da dívida. Segundo o relatório, essa agenda tinha sido, desde o princípio, incorporada na agenda da Cúpula das Américas. Entretanto, afirmava o relatório, o acordo de livre comércio das Américas teria sido “demasiado ambicioso”, e os acordos bilaterais de livre comércio eram mais promissores; e destacava que “sem uma maneira de atrair o Brasil, essa estratégia agora atingiu um ponto de não retorno, e poucos países querem se juntar ao esforço pela ALCA”.<sup>1062</sup>

A recomendação central do relatório era de que a “liderança estadunidense” deveria ser mais suave, com “ênfase na escuta e na parceria”, e deveria procurar “incorporar as prioridades legítimas do hemisfério”. Para melhorar as relações com o Brasil, que segundo o relatório era líder em produção de bioenergia (e acabava de descobrir o pré-sal), os EUA deveriam eliminar gradualmente as tarifas sobre o etanol importado do Brasil – o que poderia fazer deste país sul-americano um “modelo” na “questão da energia” para o continente.

Para amenizar o impacto dos choques financeiros, o relatório recomendava “maior coordenação entre os Bancos Centrais”; “padrões apropriados de liquidez de capital para as instituições financeiras”; e “consultas ministeriais regulares nas margens dos encontros do FMI e do Banco Mundial”. Por fim, era elogiada a adesão dos EUA ao *TransPacific Pact* (TPP).

A orientação do Conselho, assim como se encontra neste relatório, era de uma amenização nas relações com a América Latina, isto é, uma postura mais benevolente em sua política externa. Naquele mesmo ano de 2009, um evento singular testaria se os Estados

---

<sup>1062</sup> *Ibid.*, p. 5-6.

Unidos adeririam a tal “abordagem suave” recomendada pelo Conselho das Américas: o golpe de Estado em **Honduras**.

Christopher Sabatini, em nome do Conselho das Américas, declarou ao *Estadão* que os Estados Unidos estariam divididos sobre o tema: “Por um lado, o governo americano acredita que, constitucionalmente, (o presidente deposto Maduro) Zelaya deve voltar ao poder. Mas, por outro lado, eles não gostam de Zelaya e suas atitudes”.<sup>1063</sup>

Sabadini lembrava que não havia ainda um subsecretário de Estado americano para a América Latina, já que o indicado de Obama, Arturo Valenzuela<sup>1064</sup>, ainda não havia sido aprovado pelo Senado. E destacava que muitos políticos estadunidenses apoiaram a deposição de Zelaya, como o deputado republicano Aaron Schock<sup>1065</sup>, quem afirmou que a remoção de Zelaya foi constitucional (posição adotada por grande parte deste partido); enquanto o representante americano na OEA, Lewis Amselem, qualificou de “irresponsável e tolo” o retorno de Zelaya.

Em julho de 2009, Sabadini havia elogiado a posição de Obama em relação à crise em Honduras, afirmando que “o governo americano fez um bom trabalho ao condenar fortemente o golpe, ao mesmo tempo em que faz alusão às possíveis inconstitucionalidades do governo de Manuel Zelaya, que obviamente não são desculpa para expulsá-lo do país”.<sup>1066</sup> O presidente Obama havia afirmado que a situação política em Honduras era “ilegal” e disse ainda que o golpe abria um “terrível precedente” e ainda acrescentou que com ele a região poderia voltar a seu “passado negro”<sup>1067</sup> (referindo-se ao ciclo ditatorial militar dos anos 1960 e 1970).

Quatro meses depois do golpe, Obama enviou uma equipe de 40 diplomatas para estabelecer um “acordo entre as partes”. Julia Sweig e Eric Farnsworth falaram pelo Conselho das Américas à imprensa brasileira comentando a posição de Obama: Sweig lamentou a “demora para a intervenção”, mas explicou que ela se devia à tentativa de se diferenciar da política das administrações republicanas – isto porque o governo americano, segundo Farnsworth, teria tentado antes de intervir diretamente, “fortalecer órgãos multilaterais como a OEA”.<sup>1068</sup>

<sup>1063</sup> “Divisão nos EUA bloqueia aprovação de representante de Honduras”. *O Estado de S. Paulo*, 30 de setembro de 2009, p. 13.

<sup>1064</sup> Arturo Valenzuela Bowie (1944-) é um politólogo chileno-estadunidense, diretor do Centro de Estudos Latinoamericanos da Universidade de Georgetown. De 2009 a 2011 foi subsecretário de Assuntos Hemisféricos dos Estados Unidos, nomeado pelo presidente Obama.

<sup>1065</sup> Aaron Schock é um congressista republicano de Illinois eleito em 2009.

<sup>1066</sup> CAMPOS MELLO, Patrícia. “Obama apresenta sua estratégia para a região”. *O Estado de S. Paulo*, 05 de julho de 2009.

<sup>1067</sup> *Ibid.*

<sup>1068</sup> D’ÁVILA, Sergio. “Abordagem do governo Obama no caso de Honduras divide analistas”. *Folha de São Paulo*, 1 de novembro de 2009, p.A16. O golpe de Estado em Honduras em 2009 ocorreu quando o

O cenário seria bem outro quando da passagem para a administração Trump, a qual daria suporte em todo o processo de ascensão da extrema-direita ao poder em várias partes do mundo. A postura do governo Obama de “estabelecer acordos” entre golpistas e presidente eleito não é a rigor uma política capaz de evitar novas tentativas de golpes de Estado; é uma política que por fim valida o “lado” golpista da história. Entretanto, isto é muito diferente de uma política que endossa o golpe explicitamente, como foi no caso de quase todos os golpes de Estado da América Latina durante as décadas de 1960 e 1970.

O Conselho das Américas buscava minar os pontos de tensão que emergem com os efeitos dos choques econômicos internacionais propondo uma “agenda de crescimento” que não diferia em muito da antiga receita liberal. Na política externa dos Estados Unidos, por sua vez, recomendava uma postura não confrontativa com os governos progressistas eleitos na América Latina, com a exceção de Chávez na Venezuela (o que poderia ser um bom argumento para referendar a tese de que esse foi o único governo desse período que realmente confrontou-se com interesses estadunidenses, mas não pretendemos trazer este complexo debate aqui).

Diante dos efeitos sociais das crises do capitalismo, que levaram, nas palavras do relatório, muitos países latino-americanos a “buscarem seus próprios caminhos”, se fazia mais importante que nunca reforçar a propaganda da empresa privada e a aposta em aparelhos privados de hegemonia de caráter empresarial e de atuação “filantrópica” (não por isso não lucrativas).

Tais APHs se multiplicaram pela América Latina ao longo da década de 2000, conforme a pesquisa de Virgínia Fontes.<sup>1069</sup> Seguindo as matrizes interpretativas desta autora, é preciso antes de tudo ter uma concepção crítica acerca do que se costuma denominar “ONG” (Organização Não-Governamental), principalmente se estamos tendo como pano conceitual de fundo o conceito gramsciano de Estado integral. Conforme Fontes:

A denominação ONG mais confunde que esclarece o fenômeno, uma vez que usa como critério de classificação o pertencimento institucional ou não de uma entidade, o que envolve dois problemas graves: esquece o fato de que a contraposição fundamental a governo/público é privado/empresa e, em

---

exército hondurenho, em 28 de junho de 2009, aprisionou o presidente democraticamente eleito Manuel Zelaya no momento em que este tentava agendar uma consulta sobre um referendo para uma Constituinte. O golpe foi validado pela Suprema Corte, que emitiu mandado para prisão a Zelaya, e o exército se adianta ao cumprimento do mandado, mas o sequestra e o envia para o exílio na Costa Rica; em seguida o Congresso vota a destituição de Zelaya e nomeia Roberto Micheletti presidente. Em 2011 uma Comissão da Verdade em Honduras concluiu que apesar de Zelaya ter desconsiderado uma decisão da Corte, sua destituição do poder foi ilegal e foi um golpe.

<sup>1069</sup> FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e História*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz/UFRJ, 2010.

seguida, decreta essa diferenciação unicamente por decisão nomeadora, sugerindo uma existência idealizada, apartada tanto da propriedade privada (mercados) quanto da política. Se a etiqueta ONG não é inocente, bem menos inocentes são os que procuraram justificar tais entidades através de argumentos angelicais. Previamente, portanto, lembramos que a categorização gramsciana de aparelhos privados de hegemonia, como a forma da organização subjacente da sociedade civil, deixa claro tratar-se de um espaço de luta social, inclusive por sua estreita relação com o Estado.<sup>1070</sup>

Fundamentalmente, o que veremos aqui é um processo de expansão da atuação das chamadas “ONGs” que, ao mesmo tempo em que promove a conversão mercantil-filantrópica de muitos ativistas, promove a adesão ao formato predominante do capital-imperialismo, “de atuação interna e voluntariamente coligada às frentes móveis de ação internacional do capital”.<sup>1071</sup> Não se trata de fenômeno da década de 2000, senão ainda dos anos 1980, quando emerge o termo “sociedade civil”, já esvaziado de qualquer ímpeto socializante, ligado à “subalternização de uma enorme miríade de entidades ao predomínio das fundações e associações empresariais ‘sem fins lucrativos’, através da responsabilidade social empresarial”.<sup>1072</sup>

Conforme Fontes, a moderna “onguização” não apenas des-universaliza reivindicações socializantes como molda um formato de disponibilização de mão-de-obra disciplinarizada para um mercado de trabalho sem direitos, e se consolida internacionalmente como uma “modalidade de investimento do mercado financeiro, com altíssima rentabilidade e utilizando-se de mão de obra totalmente disponibilizada para o mercado (expropriada). Ao mesmo tempo em que traça diretrizes para impedir a expropriação de capital, a AS-COA também traça diretrizes para a expropriação de direitos conjugada com uma política de gotejamento social onde “o calibre de tais gotas é minuciosamente dosado e o gotejamento sequer constitui algum direito, mas reitera o apassivamento do conjunto dos trabalhadores sob as novas condições da extração de sobretrabalho”.<sup>1073</sup>

#### 5.4. A “NOVA” RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E AS POLÍTICAS SOCIAIS EMPRESARIAIS DO CONSELHO DAS AMÉRICAS (2010-2015)

Como vimos ao longo deste trabalho, o tema da “responsabilidade social” empresarial é uma pedra angular da filosofia do *Council of the Americas*, e foi sempre encarada por David Rockefeller como condição *sine qua non* para a propaganda da livre empresa. Mais do que

---

<sup>1070</sup> *Ibid.*, p. 230-231.

<sup>1071</sup> *Ibid.*, p. 231.

<sup>1072</sup> *Ibid.*, p. 266.

<sup>1073</sup> *Ibid.*, p. 297.

seu papel propagandístico, trata-se de preocupação *hegemônica*: tal como o homem do *Rotary Club* que Gramsci analisou, o homem do *Council of the Americas* está muito atento ao ambiente no qual se insere seus negócios; este homem (ou mulher), esclarecido(a) sobre o conflito social à sua maneira (ou, digamos, com “consciência de classe”), deve ter portanto sobre este “ambiente” um papel ativo em *moldá-lo* (ou *tentar fazê-lo*).

É claro que nem apenas do engajamento, grau de voluntarismo ou vontade dos empresários depende os rumos da totalidade contraditória da realidade no capitalismo. Este, em um alto grau de abstração, tem moto-contínuo próprio, a valorização do valor. De acordo com a Lei Geral da Acumulação Capitalista, de Marx, a reprodução do capital é sempre ampliada, isto é, em maior escala e velocidade. Isso gera a um constante aumento do grau de produtividade, bem como do aumento da composição orgânica do capital, isto é, da relação entre trabalho vivo e trabalho morto, sendo a proporção de capital constante em montante cada vez maior; e, como lei tendencial, a queda na taxa de lucros. A aceleração do tempo de rotação do capital é uma contratendência às crises, e a contradição entre produção coletiva e apropriação privada é a contradição central neste modo de produção.

A leitura de Marx sobre o funcionamento do capital, em sua obra mais madura, deve ser complementada pela leitura de Marx sobre a política, especialmente em suas assim chamadas “obras históricas” escritas em meados do século XIX. A ideia de que a “cena política” também condensa aparência e essência, e que portanto, ela não é algo de “transparente” (embora essa transparência seja funcional, no nível da aparência, que faz parte da realidade). Os sujeitos políticos e sociais estão sempre em movimento, e a contradição central do capitalismo, que é a contradição de classe, está na essência do conflito político.

O Estado capitalista, na leitura aqui esposada, não é neutro nem um sujeito. Pensando com a ideia de Estado ampliado de Gramsci, podemos acrescentar a visão do último Poulantzas, segundo a qual o Estado é também atravessado pelo conflito político de classe, que está dentro mesmo de sua “ossatura material”.

Não é pelo fato de serem classes dominantes que podem definir o curso da História, posto que este se desenrola de maneira imprevisível a partir do conflito social. Isto seria uma leitura bastante unilateral. A ação política das classes dominantes, entretanto, não é algo dado, e também está em constante movimento seja pela composição das mesmas, seja pelas circunstâncias históricas, e também sofre inflexões de acordo com a ideologia esposada por seus representantes orgânicos. Os representantes das multinacionais estadunidenses ou européias na década de 1950 ou 1960 não falam a mesma língua dos soldados britânicos que

abriram mercados *manu militari* (embora os Estados Unidos também o façam, desde o século XIX e recorrentemente).

Antonio Gramsci buscava entender a complexificação da dominação burguesa a partir do momento em que a classe operária emerge como ator político. A partir de determinado momento, as classes dominantes deixam de ser meramente dominantes e passam a ser *dirigentes*, isto é, a incorporar as reivindicações dos subalternos de maneira a não ceder poder político. É neste sentido que não podemos entender a atuação da AS-COA apenas como defensora de interesses imediatos de um grupo de companhias, por mais poderosas que sejam. Trata-se de um APH imbuído de “consciência de classe”, que se auto-educa e educa as burguesias subalternizadas como as latino-americanas em determinado agir político e social dentro do Estado ampliado, dentro do qual a dita responsabilidade social corporativa é basilar.

#### **5.4.1. Elaborando políticas públicas neoliberais: trabalho, saúde e educação**

É entre 2012 e 2015 que se concentram os relatórios elaborados pela AS-COA no âmbito de delinear diretrizes para políticas públicas para a América Latina de maneira a permitir a entrada de empresas privadas naquilo em serviços básicos como saúde, educação, segurança. Todos eles resultaram de pesquisas orientadas de dentro de países latino-americanos, e foram em geral posteriores a eventos realizados com empresários nesses países. Os relatórios desse período enfocaram em um leque de áreas: trabalho juvenil, saúde, segurança e educação.

“Taking Youth to Market: Expanding formal labor market access through public-private collaboration” (2012) foi realizado com financiamento da **Fundação Ford**, e analisa as legislações nacionais sobre o trabalho juvenil e sugere mudanças que possibilitem a entrada de jovens no mercado de trabalho. Segundo o relatório, na América Latina em geral haveria “educação insuficiente” e “leis laborais muito rígidas”. Para “tratar” o “problema”, a saída seria a “parceria do setor público com o setor privado”, evitando assim “distorções de mercado” e “pesos fiscais”. Trocando em miúdos: empreendimentos que não existiriam sem o poder público, com a vantagem de não pagar impostos, e assegurar que todos os serviços públicos possam ser transformados em mercados.

O relatório aprofunda a análise de Colômbia e Peru, países onde elegem iniciativas privadas de empresas e ONGs que erigem como exemplares, avaliando o modelo, o impacto e escala, e publicidade dos projetos, e a relação com as autoridades públicas. Na Colômbia, o

“*Jóvenes Caficultores*”, lançado em 2007 pela *Colombian Coffee Federation*; e o “*Todo empieza com uma oportunidad*” da *Microsoft* Colombia. No Peru, o programa *Proyecto JES Empleo* da ONG italiana CESVI, com apoio do BID; e o *Creer para Crear*, da *Asociación Probienestar y desarrollo* (PROBIDE).

“Adressing systemic challenges to social inclusion in health care: initiatives of the private sector” (2012) foca no México e na Colômbia, fazendo um levantamento mais amplo sobre as empresas que possuem iniciativas voltadas para a saúde, e também sobre a estrutura legal na área de saúde, com foco na relação com o setor privado. O relatório elege três iniciativas na Colômbia: a “*De todo corazón*”, da *Pfizer*, criado em 2004; a *Unidad Movil de Salud*, criada pela mineradora *Cerrejón* em 2008, e a “*Salud y saneamiento básico*”, da empresa *Propal* em parceria com governos municipais, criada em 2010. Estas duas últimas atendem a populações indígenas.

No México, o relatório analisa a “*Sistemas Medicos Nacionales, S.A. de C.V* (SIMSA), a *Fundación Adelaida Lafón* e a *Fundación Mexicana para La planeación familiar (Mexfam)*. O pressuposto do relatório é a “impossibilidade” de um sistema universal público de saúde e as vantagens para o setor privado atuar na área. O tema da segurança pública também foi o foco de um relatório, e o país escolhido foi El Salvador.

“*Disrupting Latin America’s Classrooms: Best practices for PreK-12 education*” (2015) foi fruto de uma mesa redonda que contou com a participação de grupos econômicos atuantes na educação, como *Prisa* (Espanha), *Open English*, *Akdemia*, e *SIP*, *Red de Colegios* (Chile). O relatório foca no uso da tecnologia na educação, enfocando em iniciativas que ampliaram nacionalmente o uso de computadores em salas de aula na América Latina, como o programa “*One Lap Top per Child*”, financiado pelo BID, e as ONGs voltadas para a educação, como a “*Mexicanos Primero*”.

Todos os relatórios trazem propostas que podem ser entendidas como neoliberais: flexibilização de leis trabalhistas, desmonte dos sistemas universais públicos de saúde e educação, colonização de novos espaços de valorização do capital, tudo com a devida tarja de “filantropia” e “preocupação” com a chamada “questão social”. Senão, vejamos cada caso.

#### 5.4.1.1. *Disciplinarização da juventude latino-americana para o mercado de trabalho*

O relatório intitulado “*Levando a juventude ao mercado: expandindo o acesso ao mercado de trabalho formal através da colaboração público-privada*” partia de uma premissa bastante razoável: a de que a América Latina tinha sustentado um crescimento econômico

entre 2000 e 2010, com poucas exceções, apesar da crise de 2008, e que esse crescimento conseguiu tirar vários milhões de pessoas da pobreza e ainda ganhou significativos na qualidade de vida; apesar disso, a América Latina se mantinha como um dos continentes mais desiguais do mundo; que essa desigualdade “endêmica” restringia o crescimento econômico; e que ela seria mais sentida pela juventude, pelas mulheres, pela comunidade afro-latina e comunidades indígenas.

Realizado com o apoio da *Ford Foundation*, o estudo visava promover uma nova pesquisa e promover um debate sobre “como os setores público e privado podem lidar com problemas sistêmicos de inclusão social”. O “Programa de Inclusão Social 2010-2011” da *Americas Society* envolveu pesquisa *in-country*, na Colômbia e no Peru, a produção de três *papers*, publicações na *Americas Quarterly*, e encontros privados, bem como conferências públicas, com “líderes de alto nível” dos setores público e privado.

Segundo os dados trazidos pelo relatório, entre 2008 e 2009, o desemprego entre os jovens aumentou no mundo todo. Na América Latina, onde os adultos de 30 anos ou mais jovens são uma parte da população que tende a crescer, seria crucial para garantir “crescimento econômico futuro e estabilidade política”, “expandir oportunidades” e “promover o acesso ao mercado” para este grupo – particularmente o mercado de trabalho.

“Treinamento e educação insuficientes”, “leis trabalhistas inflexíveis”, “pouca experiência de trabalho” e mesmo “práticas discriminatórias” seriam, segundo os autores, as causas que tornariam a população jovem mais vulnerável ao desemprego que a população adulta.<sup>1074</sup>

Os “*policymakers*”, segundo o relatório, deveriam trabalhar junto com o setor privado e com as ONGs para “apoiar soluções para minimizar encargos fiscais e corrigir distorções de mercado que prejudicam os jovens”, com a “promoção de **empreendedorismo** juvenil”, “apoio para modelos de negócios que beneficiam trabalhadores jovens” e “programas que já demonstraram que o trabalho conjunto de Estado, ONGs e setor privado pode mitigar a crescente exclusão dos jovens do mercado de trabalho formal”.

#### 5.4.1.2. Colômbia e Peru

Segundo os dados do relatório, na Colômbia, a nível nacional, o desemprego de jovens alcançou 24% em 2010, quase o dobro da população geral, e era esperado que crescesse em 2011. Em dezembro de 2010, a Colômbia aprovou a Lei 1429 ou *Ley de Formalización de*

<sup>1074</sup> AHO, Matthew; ANDRÉ, Richard; ECHEVERRY, Isabela & ROCA-REY, Veronica. “Taking youth to Market: expanding formal labor Market access through public-private collaboration.” AS-C0A, 2010.

*Empleo* com o propósito de reduzir os custos de formalizar negócios e gerar empregos formais através da criação de novos incentivos para as start-ups. Uma das cláusulas da Lei 1429 era a *Ley de primer empleo*, escrita para encorajar firmas do setor privado a empregar funcionários menores de 28 anos oferecendo subsídios e menores impostos. Entretanto, críticas a essa lei foram, entre outras, a de que os esforços para aliviar a formalização de negócios era insuficiente, sendo necessária maior redução da “burocracia governamental”; e de que a legislação não se estendia a fundações e ONGs, “que são as maiores empregadoras de jovens trabalhadores”. Ou seja, a lei não teria atacado profundamente, segundo o relatório, a suposta “**rigidez trabalhista**” existente na Colômbia.

Este será um comentário que ao longo dos relatórios da AS-COA se repetirá para uma série de outros países latino-americanos: “muitos direitos”, “muitas leis” que protegem os trabalhadores, reclama a entidade. Citando dados do relatório *Doing Business 2011 Latin America: Making a Difference for Entrepreneurs*, do Banco Mundial<sup>1075</sup>, os autores da AS-COA afirmavam que a região “tem os maiores níveis de inflexibilidade laboral no mundo”.<sup>1076</sup> E aqui nos lembramos daquele mesmo comentário que fizemos sobre a suposta rigidez dos marcos regulatórios na América Latina: apenas o cinismo explica.

O relatório examinava doze programas na Colômbia focados em “educação e treinamento de jovens”; promoção de treinamento para empresas e funcionários e investimento nos trabalhadores jovens como parte do “planejamento estratégico” das companhias. Desses doze, os autores se debruçam especialmente sobre 2 programas: *Jóvenes Cafeicultores* e *Todo Empieza con una Oportunidad*.

O *Jóvenes Cafeicultores* (*Young Coffee Growers*) lançado pela *Colombian Coffee Federation*<sup>1077</sup> em 2007 para “garantir o suprimento de café para a Federação a longo prazo” “*investindo*” em “jovens cafeicultores”. A premissa do programa não era “responsabilidade

---

<sup>1075</sup> Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/198501468300694399/Doing-business-2011-Latin-America-making-a-difference-for-entrepreneurs-comparing-business-regulation-in-183-economies>. Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

<sup>1076</sup> The World Bank’s report, *Doing Business 2011 Latin America: Making a Difference for Entrepreneurs*, identifies the region as having the highest levels of labor inflexibility in the world”. AHO *et al.*, *op. cit.*, p. 25.

<sup>1077</sup> Atualmente National Federation Coffee Growers of Colombia (Federación Nacional de Cafeteros de Colombia), a CCF foi fundada em 1927, se define como uma organização empresarial sem fins lucrativos. Ficou muito conhecida após a campanha publicitária de Juan Valdez, que em 1960 criou o selo “100% café colombiano”, para distinguir o produto colombiano de blends de outros países. Recentemente em 2019 recebeu um prêmio do Inter-american Dialogue, que foi entregue pela vice-presidente da Colômbia, Marta Lucía Ramírez.

social corporativa”, e sim um “*investimento estratégico*” pela Federação dos Cafeicultores em uma “população de jovens fazendeiros extremamente vulnerável”<sup>1078</sup>

A FNC, segundo o relatório, representava 527.609 cafeicultores da Colômbia, a maior parte dos quais com menos de 12.5 acres (5 hectares) de terra dedicada a plantações de café. Além de organizar as exportações, a federação provê serviços e assistência técnica. Entretanto, alega preocupação com o fato de que 55,8% dos cafeicultores filiados teriam 50 anos ou mais, o que poderia prejudicar o suprimento futuro de café. Ao mesmo tempo, a falta de oportunidades no campo levava levas de migrantes para empregos de baixa qualidade nas cidades.

O *Jóvenes Cafeicultores*, segundo sua administradora Catalina Álvarez, seleciona famílias jovens com garantias de empréstimo para comprarem terras em suas comunidades e o treinamento que eles necessitam para levar adiante negócios rurais pequenos, viáveis e sustentáveis. O programa foi lançado em 2007, e um dos critérios para a aquisição das terras, que variavam entre 50 acres (20 hectares a 990 acres (400 hectares), era a “proximidade de áreas de conflito” (se querem plantar é aí que têm que se arriscar). Duzentas e sessenta famílias teriam se inscrito no programa. Para lançá-lo, a FNC adquiriu um empréstimo de 6 milhões de dólares do BID, mas teve também como doadores a União Européia, a ONG ACDI/VOGA<sup>1079</sup>, a *Fundación Manuel Mejía*<sup>1080</sup>, o *Servicio Nacional de Aprendizaje* (SENA)<sup>1081</sup>, e o *Centro Nacional de Investigación de Café* (CENICAFE), e obteve o programa de certificação UTZ<sup>1082</sup>.

<sup>1078</sup> “The *Jóvenes Cafeicultores* fits our case-study criteria because the premise of the program is not corporate social responsibility. Rather it is a strategic investment by Colombia’s *Federación Nacional de Cafeteros* (FNC) in a highly vulnerable population of young rural farmers”. AHO *et al.*, *op. cit.*, p. 8.

<sup>1079</sup> Fundada em 1963, esta ONG afirma ter experiência em “agricultura, crescimento econômico, resiliência, finanças, e equidade e inclusão”. Fonte: ACDI/VOGA, “What we do”. Disponível em: <https://www.acdivoca.org/what-we-do>. Acesso em: 16 de janeiro de 2020.

<sup>1080</sup> Segundo a própria entidade, “Durante más de 50 años de historia, la Fundación Manuel Mejía ha acumulado diferentes experiencias adelantando procesos de formación con diversas poblaciones de Colombia, como: cafeteros, productores agropecuarios, líderes gremiales, jóvenes, adultos, familias, docentes de instituciones educativas, madres comunitarias, profesionales relacionados con la promoción de actividades agrícolas y pecuarias, y colaboradores de las empresas del gremio cafetero”. Fonte: FMM, “Quiénes somos”. Disponível em: <http://www.fmm.edu.co/quienes-somos/>, acessado em 18 de janeiro de 2020. É interessante olhar para os projetos desta entidade, que incluem o programa “Mulher rural”, o “Jovens rurais” e O “empresariamento de organizações de produtores agropecuários”, este último, segundo a entidade tendo por objetivo “orientar a los productores agropecuarios para que fortalezcan sus competencias empresariales, tanto a nivel individual como de la organización a la cual pertenecen, y afiancen sus capacidades administrativas, gerenciales y de autogestión.”. *Ibid.*

<sup>1081</sup> Equivalente ao sistema SESI/SENAI no Brasil, é o maior programa do Estado colombiano de formação para o trabalho, voltado para jovens.

<sup>1082</sup> O certificado UTZ é dado para produtos de café, chá, cacau e avelã que possam ser classificados como “sustentáveis” para “agricultores, suas famílias e o planeta”. Uma empresa que possui o selo é a Nestlé. Fonte: <https://utzcertified.org/en/aboututzcertified/whatisutzcertified>. Acesso em: 19 de janeiro de 2020.

O outro programa colombiano elencado pelo relatório como modelo era o “*Todo empieza com uma Oportunidad*”, da **Microsoft**. Segundo os autores:

embora o programa seja supervisionado pela divisão de responsabilidade social corporativa da Microsoft, ele funciona para superar a falta de jovens trabalhadores capacitados que a empresa enfrenta na Colômbia. Mais do que isso, pode ser considerado um investimento estratégico neste negócio para familiarizar uma nova geração de trabalhadores com a linha de produtos da Microsoft e construir uma forte base de consumidores no futuro.<sup>1083</sup>

Apresentado como “o maior treinamento de computador e software do setor privado na Colômbia”, o programa da *Microsoft* funcionava por programas online e através de parcerias com escolas, universidades e institutos técnicos colombianos. O programa incluía:

- “Acesso livre e legal” aos produtos de *software* da *Microsoft*, tais como *Windows* e pacote *Office*, para uso em sala de aula e cursos online através de universidades, institutos técnicos e escolas secundárias (“*DremSpark*”);
- Um site de empregos para ajudar a conectar os estudantes com os operadores da *Microsoft*, distribuidores de produtos (“*Students to Business*”);
- Programa educacional para treinar os estudantes em desenvolvimento de software e treinamento em database, com os devidos certificados (“*Microsoft Technology Assistance*”);
- Clubes de estudantes de tecnologia (“*Student technology clubs*”), apresentados como maior sucesso do programa, com presença em 78 universidades, com 1.800 estudantes formalmente registrados, e 24 “Embaixadores” do programa, que servem como pontos de contato para muitos estudantes - os quais, por sua vez, posteriormente, desejem engajar-se no *Todo Empieza com uma Oportunidad*.
- “Tecnologia” e “plataformas para empreendedores e start-ups”, que teria atendido 300 indivíduos na Colômbia em três anos (“*BizSpark*”)<sup>1084</sup>

É interessante notar que com esse tipo de ação, a empresa torna vendedores “voluntários” para seus produtos toda uma geração de jovens. Embora não seja uma atividade diretamente lucrativa, não por acaso é entendida como um “investimento estratégico”, além de levar o selo da Responsabilidade Social Corporativa. No caso do Jóvenes Cafeicultores, trata-se de duas coisas: treinar mão-de-obra para a atividade (plenamente industrial, no

---

<sup>1083</sup> “Although the program is overseen by the corporate social responsibility division of Microsoft Colombia, it Works to overcome the shortage of skilled workers that Microsoft faces in working in Colombia. Moreover, it can also be considered a strategic investment in its business to familiarize a new generation of workers with Microsoft’s product line and build a stronger future consumer base”. AHO et al., *op. cit.*, p. 8. Grifos nossos.

<sup>1084</sup> AHO et al., *op. cit.*

sentido marxiano do termo) da produção de café, bem como aliviar a tensão social nas cidades através da fixação na terra, principalmente, de jovens.

De acordo com a OIT, na Colômbia, o desemprego na juventude atingiu 16,8% em 2009, com o subemprego atingindo 36%. Nos anos anteriores, segundo o relatório da ASCOA, o governo peruano (do presidente Alan Garcia – APRA – à época) vinha aprovando leis “buscando o crescimento no emprego e protegendo os direitos dos trabalhadores”. A primeira era a *Ley de promoción y formalización de la micro y pequeña empresa* (2003), que, segundo os autores do relatório, promovia o emprego através do apoio a micro e pequenas empresas – definidas como negócios que empregam entre 1 e 50 indivíduos.

A lei garantia às companhias acesso preferencial a serviços de desenvolvimento de negócios e financiamento, ao mesmo tempo diminuindo obstáculos para empregar. Uma segunda lei, *Ley General del Trabajo* (2006), provia proteções para atuais empregados, tais como compensação obrigatória em caso de demissão sem justa causa. Aprovado em fevereiro de 2011, o *Proyecto de Ley de Promoción del Empleo Juvenil* era similar à colombiana *Ley del primer empleo*.

O programa do Ministério do Trabalho e do Emprego *PROJoven* teria treinado em poucos anos mais de 40.000 jovens “desvantajados” em “capacitação prática” e os teria colocado dentro de companhias privadas através de estágios. “Iniciativas como essa mostram”, diziam os autores do relatório, que “o combate ao desemprego juvenil” era “uma prioridade institucional” para o governo peruano.

O *Proyecto JES Empleo* foi desenvolvido pela ONG italiana **CESVI** (*Cooperazione e Sviluppo*)<sup>1085</sup>, com empréstimo do BID, em 2004. Trata-se de um programa montado para “oferecer oportunidades de emprego” e “treinamento de habilidades” para homens e mulheres jovens entre 16 e 30 anos. Este não foi o primeiro projeto da ONG italiana, que atua no país desde 1989 com “integração social de jovens em situação de marginalidade”, tendo fundado a *La Casa de la Sonrisa* – “lar para crianças de rua e adultos jovens em risco de exploração sexual ou outras situações de negligência”:

O CESVI oferece oportunidades de emprego em seus próprios pequenos negócios que oferecem o benefício imediato de empregos no setor formal e gera renda. [...] Ao trabalhar com uma rede de negócios locais que compartilham uma preocupação similar pela inclusão social e desenvolvimento, o CESVI oferece um menu de oportunidades efetivas para seus beneficiários”<sup>1086</sup>.

<sup>1085</sup> Trata-se de uma ONG criada em 1985 e que opera no mundo todo. Fonte: <https://www.cesvi.eu/who-we-are/the-front-line-for-over-30-years/>. Acesso em: 19 de janeiro de 2020.

A CESVI trabalha em parceria com organizações comunitárias locais, conhecidas como *organizaciones de base*, as quais “atuam em áreas de baixa renda” de Lima como Villa del Salvador, San Juan de Miraflores, Pachacamac, Callao, Ventanilla e Chosica. Boa parte do “treinamento de negócios” é conduzido por essas *organizaciones de base*, devido à sua presença nas comunidades visadas.

Para participar do programa, os participantes jovens devem ser recomendados por uma organização de base e são então escolhidos com base em sua idade, vulnerabilidade ou risco de exclusão social, motivação pessoal, e número de membros familiares dependentes.<sup>1087</sup>

A CESVI, até aquela data, teria criado quatro “negócios sociais” (“*social businesses*”): uma companhia têxtil para jovens mulheres; “uma padaria; um salão de beleza e um lava-jato”. Da primeira empresa criada, a têxtil **Artytex**, a CESVI era a dona; as demais foram criadas através de colaborações com empresas já existentes, através de contratos assinado pela CESVI e *start-ups*, através dos quais a CESVI provê o investimento inicial de capital enquanto seus parceiros cobrem custos de manutenção e operação. As quatro teriam o comprometimento explícito de contratar e treinar participantes do *Proyecto JES Empleo*.

O outro projeto peruano trazido pelo relatório como modelo é o *Creer para Crear*, da **Asociación Pro Bienestar y Desarrollo (PROBIDE)**, organização peruana criada em 1998 pela Universidad San Ignacio de Loyola, cuja missão seria “lidar com o alto desemprego entre a juventude através da promoção da criatividade e da cultura do empreendedorismo através de treinamento técnico, workshops e seminários sobre desenvolvimento de negócios”.<sup>1088</sup>

---

<sup>1086</sup> “CESVI offers employment opportunities in its own socially inclusive small business that offer the immediate benefit of formal-sector Jobs and income generation. In addition to crucial workplace skills, the program also provides business training to help participants find and maintain future employment, as well as entrepreneurial skills to create new ventures. By working with a network of local businesses that share a similar concern for social inclusion and development, CESVI offers a menu of targeted, effective employment opportunities to its beneficiaries.” AHO *et al.*, *op. cit.*, p. 17-18.

<sup>1087</sup> “To participate in the program, youth participants must be recommended by an *organizacion de base* and are chosen based on their age, vulnerability or risk of social exclusion, personal motivation, and number of dependent family members. CESVI has also set guidelines that indicate participants must be drug free, have the support of at least one family member and have completed elementary school, but not advanced technical or university training”. AHO *et al.*, *op. cit.*, p. 18.

<sup>1088</sup> “The *Asociación Pro Bienestar y Desarrollo* (PROBIDE) is a Peruvian organization founded in 1998 by the Universidad San Ignacio de Loyola whose mission is to address high unemployment among youth by promoting creativity and a culture of entrepreneurship through technical training, workshops and seminars on business development”. AHO *et al.*, *op. cit.*, p. 19. Segundo seu sítio eletrônico, a PROBIDE é uma organização “sin fines de lucro, creada en 1998 con el fin de promover la creatividad, innovación, emprendimiento y cultura de competitividad empresarial, se busca identificar y formar jóvenes emprendedores con programas de ayuda a los sectores sociales y económicos menos favorecidos, así también ofrecemos asesoramiento profesional en el desarrollo y la implementación de Proyectos hasta su implementación y puesta en marcha.”. Fonte: <<https://www.probideperu.org/>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2020.

Os candidatos ao *Creer para Crear* deveriam ter entre 18 e 30 anos e estar em alguma universidade ou instituto técnico; deveriam submeter seus planos de negócio para a PROBIDE e para as companhias parceiras; e seriam então avaliados com base em sua “criatividade, sustentabilidade, e lucratividade”.

“Um dos maiores problemas para empreendedores jovens”, dizia o relatório, era a garantia para tomar de empréstimo um capital para sua *start-up*. A PROBIDE resolveria este problema ajudando os empreendedores aspirantes a arranjam empréstimos com juros baixos, através de um programa de garantia de empréstimos desenvolvido com contribuições de companhias como **Banco Wiese, Banco de Crédito, Alicorp, Coca-Cola, Microsoft, IBM, Wong, Kentucky Fried Chicken, e Pizza Hut**. Os juros gerados por este fundo seriam, segundo o relatório, utilizados para financiar “treinamento”, “monitoramento” e “supervisão”.

A PROBIDE conseguiu no ano 2000 um empréstimo do BID, que passou a contribuir com um terço de tal fundo. E as *startups* passaram a contribuir com 5% do investimento total.

Além do *Creer para Crear*, a PROBIDE teria treinado cerca de 500 profissionais de 100 universidades pelo Peru e assinou contratos com as universidades peruanas para conduzir *workshops* sobre empreendedorismo. Para garantir a participação de “empreendedores do campo”, o *Creer para Crear* teria contratado 48 coordenadores regionais de 24 províncias para conduzir “prospecção e *marketing*” em áreas rurais.

Analisando os casos acima, o relatório chegava às seguintes conclusões:

“As habilidades específicas” que as companhias privadas demandariam dos jovens deveriam ser “melhor comunicadas” para universidades e escolas vocacionais,<sup>1089</sup> eliminando o suposto “gap” entre a oferta e demanda no mercado de trabalho.

O “setor público” poderia jogar um “importante papel”, “até mesmo como catalisador”, em ampliar mercados de trabalho para a juventude. Isso poderia e deveria incluir a diminuição dos “desincentivos legais” para contratação e a “rigidez laboral”.<sup>1090</sup> Entretanto, admitindo que se “trata de questão política sensível”, o relatório recomenda leis como a *Ley 1429* colombiana, que provia incentivos para os empresários contratarem jovens.<sup>1091</sup>

---

<sup>1089</sup> “the specific skills that private companies demand of young job candidates must be better communicated to universities and vocational schools”. AHO *et al.*, *op. cit.*, p. 23.

<sup>1090</sup> “the public sector can play an important and even catalytic role in improving labor markets for youth. This can and must include addressing the legal disincentives to hiring and labor rigidity”. AHO *et al.*, *op. cit.*, p. 23.

<sup>1091</sup> AHO *et al.*, *op. cit.*, p. 25.

As necessidades do mercado de trabalho seriam diversas, variando muito pela “geografia”, “nível de educação”, “status socioeconômico”, “setor econômico”, “experiência”, “laços comunitários”, e “gênero”;<sup>1092</sup>

Os esforços do “setor público” e do “setor privado” nesta área poderiam ser ampliados, mas frequentemente necessitam apoio “de fora” – doações ou empréstimos de fundações – para expandir seu alcance e impacto.<sup>1093</sup>

Em 2011, essas recomendações seriam adicionadas a outras, em mais um relatório da AS-COA sobre o mesmo tema, também escrito com a colaboração da Fundação Ford, sob a coordenação de Mathew Aho e Jason Marczak; Karla Segovia, consultora independente em San Salvador, El Salvador; Tatiana Petrone, no México; Christopher Sabatini, diretor de política que supervisiona o *Social Inclusion Program* e Richard André.<sup>1094</sup>

Nele, eram retomadas as conclusões do relatório do ano anterior (2010), e ampliada a investigação, agora com estudos de caso no México e em El Salvador, países que sofrem tanto com o desemprego entre os jovens quanto com a questão da migração. Na verdade, este relatório, bastante mais denso que o anterior, tinha como foco as políticas que poderiam ser recomendadas com vistas a prevenir a imigração para os Estados Unidos. Embora isto não esteja explícito no relatório, trata-se, sabidamente, de um problema tratado como de segurança nacional dos EUA.

#### 5.4.1.3. México e El Salvador

No caso do México, o relatório da AS-COA citava iniciativas do Estado que visavam tratar do problema do desemprego juvenil, como o *Programa del Primer Empleo*, lançado em março de 2007 pelo presidente Felipe Calderón, baseado em isenção de impostos a empresas que contratam jovens. Este programa teria beneficiado 83.000 jovens entre 2007 e 2012; entretanto, foi criticado por Presburger Solomon, presidente da maior organização empresarial mexicana, a *Confederación de Cámaras Industriales*, quem afirmou em 2011 que o programa havia morrido porque supostamente criou poucos incentivos reais de contratação para os empresários.

---

<sup>1092</sup> *Ibid.*

<sup>1093</sup> *Ibid.*

<sup>1094</sup> MARCZAK, Jason; AHO, Matthew; SEGOVIA, Karla & PETRONE, Tatiana. Bringing youth into labor markets: public-private efforts amid insecurity and migration. AS-COA, 2011.

Outro programa governamental mexicano elogiado pela AS-COA era o *Bécate*, que estimularia jovens maiores de 16 anos a cursos de curto prazo, como o *Capacitación de la Práctica Laboral*; e ainda o *Jóvenes con Oportunidades*, lançado em 2003, para “prover incentivos financeiros” para que os estudantes completem a educação média superior (últimos três anos do secundário) antes de atingir 22 anos. Este seria o programa mais popular, atingindo quase 800.000 estudantes.

Entretanto, a pesquisa dos autores buscou focar em programas liderados pelo “setor privado”, ainda que em parceria com o “setor público”, tendo como critérios: a “construção de capacitação”; a “promoção do empreendedorismo”; e “esforços para aumentar o acesso aos mercados de trabalho para as populações mais vulneráveis”, tais como “mulheres e imigrantes repatriados”.<sup>1095</sup>

O primeiro caso é o programa *Vinculación Académica*, financiado pelo **ManpowerGroup**, que trabalharia para

interpretar a demanda do mercado de trabalho em tempo real e conectar as necessidades dos empregadores aos graduandos de instituições acadêmicas mexicanas com o objetivo último de reduzir a falta de talentos no mercado de trabalho.<sup>1096</sup>

Para isso, o programa ofereceria aos estudantes “informações sobre as demandas do mercado de trabalho local”, “aconselhamento para melhorar sua empregabilidade” e “habilidade para participar em feiras de empregos” e “programas de busca de talentos”. Até 2011, o programa teria colocado 14.395 jovens em empregos “Médios” e 8.178 em “posições avançadas”.<sup>1097</sup>

Já o *Networking Academy*, da empresa **Cisco Systems**, é definido pelo relatório como um programa de “treinamento em tecnologia da comunicação e informação” que ensina os estudantes como construir redes de computadores, combinando “aulas presenciais e online”, “avaliações”, “apoio e treinamento com instrutores”, e “preparação para exames com certificações de tecnologia que são aceitas pelas indústrias”. O programa foi lançado em 1998

<sup>1095</sup> “skill-building, which helps young people better insert themselves into the labor market; the promotion of entrepreneurship; and efforts to increase access to labor markets for more vulnerable populations, such as women and repatriated migrants”. MARCZAK *et al.*, *op. cit.*, p. 10.

<sup>1096</sup> “ManpowerGroup’s Vinculación Académica (Academic Linkage) works to interpret labor market demand in real time and connect the needs of employers to graduates of Mexican academic institutions with the ultimate goal of reducing talent scarcity in the labor market”. MARCZAK *et al.*, *op. cit.* p. 11.

<sup>1097</sup> “ManpowerGroup offers students enrolled at all Vinculación Académica affiliated schools information on local labor market demands, advice for improving their employability and the ability to participate in jobs fairs and talent-search programs. The company also works with affiliated schools to help develop strategies to offer coursework and certifications in competencies that are in high demand by the local labor market. To date, the program has placed 14,395 young people in mid-level jobs and 8,178 people in more advanced positions throughout Mexico”. MARCZAK *et al.*, *op. cit.*, p. 11-12.

em colaboração com a UNAM (*Universidad Nacional Autónoma de México*): a *Cisco* entra com o currículo, os professores, a “comunidade virtual”, enquanto a instituição educacional fornece instrutores, espaço físico e acesso à internet.

Em 2008, o programa fechou uma parceria com a Secretaria da Saúde do México e seus *Centros de Integración Juvenil* (que tratam jovens com problemas de alcoolismo e drogas), visando “ajudar os jovens a reintegrar-se à sociedade através da educação”. A *Cisco* trabalha em parceria ainda com outras organizações públicas e privadas mexicanas, como os escoteiros e a *Fundación Código Ayuda*, que trabalha com jovens sem-teto.

Outro programa elencado como exemplar no relatório é da empresa **Danone** (conglomerado alimentício), que criou uma parceria com duas ONGs mexicanas, a *Semilla*, criada em 2007, e a *Cauce Ciudadano*. Segundo o relatório da AS/COA,

Semilla foi concebida para criar uma relação de ganha-ganha entre uma ONG com laços íntimos com comunidades marginalizadas do extremo norte da Cidade do México, e a subsidiária com fins de lucro da gigante de iogurte e produtos alimentícios Danone. Sob o programa, Semilla se comprometeu a recrutar e treinar distribuidores de produtos Danone, que venderiam porta-a-porta em vizinhanças pouco servidas pelas atuais redes de distribuição da Danone. Em torno, a Danone concordou em criar empregos no setor formal que pagariam um salário base, mais uma comissão de 12% a 15% sobre as vendas individuais dos distribuidores. 90% das distribuidoras são mulheres e 60% abaixo dos 30 anos. Todos os distribuidores estão formalmente empregados, e portanto podem aceder a seguridade social e outras redes sociais de segurança. Cauce Ciudadano jogou um papel fundamental nos esforços iniciais de recrutamento e possibilitou o treinamento básico de habilidades para as distribuidoras Semilla”.<sup>1098</sup>

---

<sup>1098</sup> “*Semilla* was designed to create a win-win relationship between a NGO with close ties to marginalized communities on the northern outskirts of Mexico City and the for-profit subsidiary of French yogurt and dairy products giant Danone. Under the program, *Semilla* committed to the recruitment and training of Danone yogurt and dairy product distributors, who would sell door-to-door in neighborhoods underserved by Danone’s existing distribution networks. In return, Danone agreed to create formal-sector jobs that paid a base salary, plus 12-to 15-percent commissions on individual distributors’ sales. Ninety percent of distributors are women and over 60 percent are under 30 years old. All distributors are formally employed, and thereby eligible for social security and other social safety nets. Cauce Ciudadano played a crucial role in initial recruitment efforts and provided basic skills training to *Semilla* distributors”. MARCZAK *et al.*, *op. cit.*, p. 14

O trecho em epígrafe a este capítulo faz parte deste relatório. Por tal programa, a *Danone de Mexico* recebeu em 2011 o prêmio *Mexican Center for Philanthropy*<sup>1099</sup> por “Melhores Práticas de Responsabilidade Social corporativa”.<sup>1100</sup>

Destacando agora uma iniciativa voltada para criar uma “cultura de empreendedorismo” entre os jovens, o relatório da AS/COA trazia como exemplo a *Fundación ProEmpleo*, descrita como um “mecanismo de apoio de sucesso para jovens empreendedores”. Nas palavras do relatório da AS/COA,

Criada pela comunidade empresarial para acelerar a geração de empregos, a *Fundación ProEmpleo* foca no desenvolvimento de novos negócios que fortaleçam o produto doméstico bruto, aumentem a produtividade nacional, melhorem a qualidade de vida, e ajudem a construir uma cultura onde as pessoas estejam bem equipadas para serem empreendedores<sup>1101</sup>.

Quanto a atingir jovens “desprivilegiados”, em especial jovens imigrantes repatriados, o relatório da AS/COA mostrava como exemplo o programa *Yo soy México*, criada pela *Mexicanos y Americanos Trabajando Juntos* (MATT), uma organização bi-nacional criada em 2006 “para fortalecer as relações entre EUA e México”:

Lançada em 2011, *Yo soy México* é o primeiro programa da sociedade civil a trabalhar com os governos estadual e federal bem como empresas privadas para ajudar a encontrar empregos para imigrantes mexicanos que recentemente retornaram dos Estados Unidos.”<sup>1102</sup>

Segundo dados do relatório, somente nos últimos quatro meses de 2007, imigrantes repatriados totalizaram 133.490 pessoas, tendo mantido-se alto no mesmo período de 2008 (95.238). Este programa teria sido concebido especificamente para jovens repatriados (metade dos repatriados têm idades entre 17 e 29 anos); e o objetivo seria “conectar esses jovens com

---

<sup>1099</sup> Estabelecida em 1988, a CEMEFI (Centro Mexicano para la filantropia) se define como uma associação sem fins lucrativos; é fundada por fundações e empresas, entre elas a *Moreno-Valle y Asociados*. FONTE, <<https://www.cemefi.org/esr/index.php>>, acessado em 19 de janeiro de 2020. Além de seus programas sobre responsabilidade social empresarial, a CEMEFI também tem o programa “Mejor Lugar para hacer voluntariado”, criado em 2018, segundo a CEMEFI com objetivo de “reconocer y fomentar programas profesionales de voluntariado en organizaciones de la sociedad civil.”

<sup>1100</sup> MARCZAK *et al.*, *op. cit.*, p. 15. Este prêmio está vinculado ao selo “empresa socialmente Responsable (ESR), do CEMEFI.

<sup>1101</sup> “Created by the business community to accelerate job creation, *Fundación ProEmpleo* focuses on developing new businesses that strengthen gross domestic product, boost nationwide productivity, improve the quality of life, and help to build a culture where people are well equipped to be entrepreneurs”. MARCZAK *et al.*, *op. cit.*, p. 15.

<sup>1102</sup> “Launched in 2011, *Yo Soy México* is the first civil society program to work with federal and state governments as well as private businesses to help find jobs for Mexican migrants that have recently returned from the United States.” MARCZAK *et al.*, *op. cit.*, p. 16.

oportunidades de emprego em suas comunidades de origem”, “ou, quando necessário, em outras comunidades onde existam melhores condições de emprego”.<sup>1103</sup>

Segundo o relatório, o MATT recruta esses jovens diretamente nos centros de repatriação nos estados do Norte do México: Mexicali e Tijuana. Em parceria com o *Centro de Investigación para el Desarrollo* e com dados do *Instituto Nacional de Migración*, o MATT desenvolve um detalhado perfil desses jovens; e com o apoio da Universidade Texas A & M provê cursos online de inglês para os jovens para aumentar seu apelo para “potenciais empregadores”.

*Yo soy México* forjou alianças com companhias como a corporação de mineração de ferro *Altos Hornos de México*, que havia acabado de receber 37 jovens mexicanos repatriados; e havia 15 em treinamento pela *Confederación Patronal de la República Mexicana*. Com apoio inclusive da primeira-dama Margarita Zavala, o MATT teria traçado em seis meses o perfil de 3.200 jovens mexicanos repatriados.

Com uma economia pequena e uma base de exportações homogênea de cerca de apenas 3000 companhias e laços íntimos com os EUA, El Salvador, segundo o relatório, sofreu uma contração de 3% em seu PIB durante a crise financeira de 2009. Aproximadamente 40000 empregos no setor privado foram perdidos apenas nos primeiros meses após a crise estourar nos EUA, afetando profundamente os jovens em um país já marcado pela desigualdade e pela “violência endêmica”.

Neste país de 5,7 milhões de habitantes, a juventude representa 30% da população economicamente ativa, com baixos níveis de escolarização, e que, como destaca o relatório, vem perdendo “competitividade” nos *rankings* do Banco Mundial (*Doing Business*), tendo perdido 79% em 2010 do influxo de investimento direto externo, em relação ao ano anterior, e tendo perdido também o grau de investimento da *Standard & Poors* em 2009.

O relatório elogia iniciativas governamentais de geração de emprego para jovens, como os programas da *Asociación de Municipios de Los Nonualcos*, que reúne 16 municípios localizados nos arredores da companhia de manutenção de aeronaves *Aeroman*, que, em parceria com a *Agencia de Promoción de Exportaciones e Inversiones de El Salvador* (PROESA), financiava o treinamento de estudantes pré-selecionados, principalmente em matemática e física, para trabalhar na companhia.

Entre os mais eficazes programas educacionais de parceria público-privada, segundo a AS/COA, estava a *Formación Dual*, oferecida pelo *Instituto Tecnológico Centroamericano*

---

<sup>1103</sup> MARCZAK *et al.*, *op. cit.*, p. 16-17.

(ITCA), público, e gerido pela *Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo* (FEPADE), privada. Desde 2008, com essa parceria, o ITCA oferece cursos preparatórios em mecânica, eletrônica e logística, onde os estudantes assistem classes por três meses e depois passam outros quatro meses trabalhando em uma companhia privada. De 2008 a 2011, o programa passou de 22 a 100 companhias aderentes, chegando a 200 estudantes.

É interessante chamar atenção para esta fundação empresarial, fundada em 1986 por 13 grandes empresários salvadorenhos, tendo cerca de 30 empresas apoiando, entre elas o Citibak; a Esso; a Hisalal; a Nestlé; a Texaco; a Xerox; a Sherwin Williams, entre outras. Em sua auto-descrição, a FEPADE afirma que:

Las bases filosóficas que sustentan la labor de FEPADE, son: trabajar en un sistema de libre empresa, actuar de manera apolítica, sin fines de lucro, la mejora continua, servicio al cliente y el desarrollo integral de la Educación y Capacitación de todos los salvadoreños sin distinción de raza, religión, preferencia política y rango económico.<sup>1104</sup>

Entre as companhias atendidas pelo programa, estão **Siemens, Bayer, Grupo Hilasal, e Unilever**, mas a maior companhia apoiadora era a **Kimberly-Clark**, “ativamente engajada na seleção dos estudantes”. Segundo o relatório,

Sua estratégia [da *Kimberly-Clark*] é parcialmente focada em construir lealdade à corporação: os filhos dos funcionários bem como os jovens que vivem cerca da planta industrial são enviados para o programa do ITCA para aprender seus processos produtivos.<sup>1105</sup>

Outro programa, o *Empresa-Centro*, financiado por associações empresariais e pelo *Instituto Salvadoreño de Formación Profesional* (INSAFORP), tem um modelo similar ao do ITCA, subsidiando estudantes para “formação prática”, pagando, “enquanto estão na fábrica”, “meio salário mínimo no primeiro ano e 75% de um salário mínimo nos outros dois anos”.

Outro ponto bastante destacado pelo relatório era a legislação necessária para “eliminar barreiras para o acesso dos jovens ao mercado de trabalho”.

Segundo uma lei de El Salvador, aprovada em 2009, foi estabelecida uma semana máxima laboral para crianças e adolescentes de 34 horas (pela lei anterior já era possível trabalhar desde os 14 anos); e proíbe trabalho noturno e horas-extras. O artigo 18 da *Ley de*

<sup>1104</sup> FEPADE, *Quienes Somos, Nuestra Historia*, disponível em: <<https://fepade.org.sv/quienes-somos/nuestra-historia/>>, acessado em 19 de janeiro de 2020. A lista completa das empresas também encontra-se neste link.

<sup>1105</sup> “Several companies participate in the dual formation program at ITCA— including Siemens, Bayer, Grupo Hilasal, and Unilever—but Kimberly-Clark is the biggest supporter, committing substantial resources and actively engaging in student selection. Their strategy is partly focused on building corporate loyalty: employees’ children as well as youth who live near the manufacturing plant are sent to the ITCA program to learn their production processes.” MARCZAK *et al.*, *op. cit.*, p. 23.

*Juventud*, aprovado em janeiro de 2012, foca na política de emprego juvenil, garantindo “o direito de um primeiro emprego” e “mais atenção para iniciativas que melhorem o treinamento juvenil de maneira a aumentar sua empregabilidade por firmas privadas”.<sup>1106</sup>

Além disso, duas leis sobre o tema estavam no Congresso: a *Ley del Primer Empleo Digno para Jovenes*, apresentada pela *Farabundo Martí para la Liberación Nacional* (FMLN) e a *Ley de Fomento del Primer Empleo*, apresentada pela ARENA (*Alianza Republicana Nacionalista*), ambas propondo incentivos como isenção de impostos para que empresas privadas contratem jovens.

Três casos de programas geridos ou criados pela iniciativa privada são destacadas no caso de El Salvador. O primeiro é da empresa **Sykes**, um *call center* com sede na Florida, que se instalou em El Salvador em 2004 e que empregava, à época da escrita do relatório, 2.200 funcionários com uma idade média de 22 anos, funcionários especializados em serviços ao consumidor, vendas e apoio técnico para companhias listadas na *Fortune 500*.<sup>1107</sup>

O maior “desafio” da Sykes era “encontrar mais pessoas com fluência em inglês”, supostamente baixa entre a população salvadorenha, o que a levou a começar seu programa de responsabilidade social corporativa: o *ComprometeRSE*, que visaria capacitar seus próprios funcionários e candidatos potenciais futuros para construir bancos de dados com nomes de “potenciais futuros candidatos e suas qualificações”. “*Our People*”, o primeiro componente do programa, segundo os autores da AS-COA, era um programa de treinamento “sem fins lucrativos” orientado para “aperfeiçoar a proficiência em inglês dos mais fortes candidatos” e também para encontrar nas escolas e universidades potenciais candidatos.

Junto com o governo, a empresa estava planejando um modelo de treinamento a nível nacional, juntamente com a INSAFORP, a PROESA, e o *Call Center Committee* dentro da *Cámara Americana de Comercio de El Salvador* (AMCHAM), além do projeto “*Acess to Employment*” da USAID. A ideia era criar um sistema de capacitação para identificar salvadorenhos com inglês médio e provê-los com 150 a 300 horas de aulas de inglês, “criando um túnel que pretende preencher a demanda por salvadorenhos bilíngues” [“creating a pipeline that aims to fill the demand for bilingual Salvadorans”].

---

<sup>1106</sup> “Article 18 focuses on youth employment policy, calling for young people to have a right to a first job and for more attention to be paid to initiatives that foster youth training and employment so as to increase their employability by private firms”. MARCZAK *et al.*, *op. cit.*, p. 24.

<sup>1107</sup> “Sykes, a call center with headquarters in Florida, started operations in El Salvador in 2004 and currently employs 2,200 people with a median age of 22. Their workforce includes 2,000 call center agents who specialize in customer service, sales and technical support services for Fortune 500 companies”. MARCZAK *et al.*, *op. cit.*, p. 25.

O segundo componente da *ComprometeRSE* seria o programa “*Our Community*”, iniciativa financiada pelo *Plaza Mundo* (empresa do **Grupo Agrisal**, um grupo, como destaca o relatório, grande detentor de propriedade imobiliária, contando com a área do “*World Trade Center*” local, a Torre Futura<sup>1108</sup>). Aqui, a iniciativa *Sembrando Esperanza* (um programa de adoção de escolas lançados em 2007), pretende trabalhar no aprimoramento do inglês das comunidades beneficiadas com um horizonte de mais largo prazo. A *Sykes* “adota” escolas em uma municipalidade pobre de El Salvador, Rosario de Mora; segundo o relatório, em 2011, 16 escolas com cerca de 4.500 estudantes de Rosario de Mora teriam se “beneficiado”. A iniciativa provia as escolas com professores de inglês, inicialmente 150 voluntários.<sup>1109</sup>

Por sua vez o Grupo **Hisalal**<sup>1110</sup> lançou em 2004 o programa Empresarial *Supérate*, que foi modelo para o programa da *Sykes*. Pelo *Supérate*, os estudantes participantes passam 3 a 4 horas diárias após a escola aprendendo inglês.<sup>1111</sup> Voltaremos a mencionar este programa mais à frente, porque ele volta a aparecer como modelo em um outro relatório da AS-COA.

<sup>1108</sup> A Torre Futura é uma torre do World Trade Center San Salvador construída em tempo record entre 2007 e 2009, tendo custado declaradamente 49 milhões de dólares, invertidos pelo grupo Agrisal.

<sup>1109</sup> “Sykes adopts schools in one of the poorest municipalities of El Salvador, Rosario de Mora, and then works to improve the learning experience by improving infrastructure and instructors’ ability to teach English. By 2011, 16 schools and over 4,500 students of Rosario de Mora had benefited from the program. Due to the high levels of poverty in the municipality, it is unlikely that the company will build a reliable sourcing database in the short run, but it is a potential future niche to find talent. The initiative was incorporated as a foundation in the first quarter of 2011 and it now has more than 150 active volunteers”. MARCZAK *et al.*, *op. cit.*, p. 27.

<sup>1110</sup> Grupo têxtil fundado em 1942, uma das maiores empresas de El Salvador. Fonte: “ASI entrega su máximo galardón a Grupo Hisalal”. *El Mundo*, 12 de junho de 2019. Disponível em: <<https://elmundo.sv/asi-entrega-su-maximo-galardon-a-grupo-hilasal/>>; acessado em 17 de janeiro de 2020.

<sup>1111</sup> Segundo a auto-descrição do *Supérate*: “La idea nace cuando en el año 2000 don Ricardo Sagrera Bogle y su familia crearon la Fundación Sagrera Palomo, una fundación apolítica, sin fines de lucro, enfocada exclusivamente en contribuir a la educación de El Salvador, partiendo de la premisa que la educación es el vehículo más efectivo para el desarrollo social y económico de cualquier nación. Después de varios años analizando proyectos de educación, don Ricardo junto a un equipo de sus colaboradores clave de Grupo Hilasal identificaron una oportunidad especial de servir de puente entre jóvenes de escasos recursos de las escuelas públicas del Valle de San Andrés y las oportunidades de empleo. La zona venía creciendo en inversión extranjera a través del establecimiento de parques industriales y empresas de servicio (call centers), quienes necesitaban contratar jóvenes que hablaran inglés y manejaran las herramientas de computación: competencias específicas que eran difíciles de encontrar en el entorno inmediato. Basado en esta necesidad de mercado, decidieron fundar un Centro piloto en el 2004 para impartir capacitación de alta calidad en Inglés, Computación y Valores, siempre enfocándose en atraer a los estudiantes con los mejores promedios de las escuelas públicas de la zona, que tuvieran un alto potencial y un fuerte compromiso con su superación personal. Así nace en el 2004, el Centro ¡Supérate! Hilasal para desarrollar la formación de alta calidad para jóvenes, como una iniciativa de Responsabilidad Social Empresarial: el Programa ¡Supérate! Desde sus inicios el Programa ¡Supérate! dio muestras de ser muy visionario, anticipándose a las demandas de un mundo globalizado, en donde no solo el idioma inglés y la computación constituyen herramientas importantes para la juventud, sino también los valores con los que orientan su comportamiento. La visión empresarial de origen y su formación en inglés, computación y valores han permitido que los jóvenes se inserten exitosamente en el mercado laboral y/o continúen estudios superiores; transformando así, su vida, las de sus familias y sus comunidades.” Fonte: SUPÉRATE, Quienes Somos. Disponível em: <[https://www.superate.org.sv/?page\\_id=20](https://www.superate.org.sv/?page_id=20)>, acessado em 19 de janeiro de 2020.

Já a *Comunidades Sostenibles: Empresarialidad y Generación de Empleo*, projeto liderado pela *Asociación La Escalón*<sup>1112</sup>, atua na *Colônia Escalón*, em San Salvador, com investimentos feitos pelo Grupo Agrisal.

Segundo o relatório,

As companhias e os residentes buscam uma vizinhança mais inclusiva e acreditam que garantir os valores da propriedade sustentada e do crescimento econômico na área, a associação deveria criar as ligações e o apoio a oportunidades de geração de renda para aqueles que vivem em 9 comunidades desprivilegiadas vizinhas.<sup>1113</sup>

A primeira ação do consórcio empresarial-filantrópico teria sido contratar uma empresa de consultoria para detalhar as condições de 8 comunidades da área estimada em 4000 habitantes, com larga porcentagem entre 18 e 30 anos, sendo destes aproximadamente apenas 40% empregados. Com apoio financeiro da USAID e de comerciantes locais, o programa tinha foco em “jovens empreendedores” e visava que fossem criados novos negócios. O programa desenvolve, por exemplo, competições de projetos empreendedores e dá a seus ganhadores de 500 a 700 dólares para ajudar os “novos empreendimentos”.

A indústria de vestuário *League Collegiate Wear*<sup>1114</sup>, que fabrica uniformes e roupas esportivas para mais de 2000 escolas e universidades estadunidenses, começou a operar em El Salvador em 2009, com uma subsidiária na Ciudad Arce (a cerca de 40 minutos de San Salvador). De acordo com o relatório da AS/COA, “dos 200 funcionários em El Salvador, 25 são ex-membros de gangues, representando 13% do total”. Nas palavras do relatório,

A companhia começou seu processo de recrutamento com foco em igrejas locais, um a prática comum em El Salvador. Muitos dos candidatos eram ex-membros de gangues, mas em contraste com a maior parte das companhias salvadorenhas que checam antecedentes para assegurar-se que seus funcionários não estejam envolvidos em atividades delinquentes ou não residem em áreas dominadas por gangues, a empresa decidiu considerar estes candidatos.” O que a companhia faz é verificar se esses jovens participam regularmente de organizações locais para “mudar seu comportamento.”<sup>1115</sup>

<sup>1112</sup> Define-se como “una agrupación de residentes, empresas, instituciones educativas, entidades gremiales y profesionales, quienes tienen por objetivo asegurarse del desarrollo sostenible y compartido, de la Colonia Escalón en la ciudad de San Salvador y sus zonas aledañas. Este objetivo se busca alcanzar a través del fomento de la Responsabilidad Social Empresarial y Ciudadana.” Fonte: <https://www.romeropineda.com/project/la-escalon/>, acessado em 17 de junho de 2019.

<sup>1113</sup> “The companies and residents envision a more inclusive neighborhood and believe that to ensure sustained property values and economic growth in the zone, the association should create linkages and support income generation opportunities for those residing in the neighborhood’s nine disadvantaged communities”. MARCZAK *et al.*, *op. cit.*, p. 28.

<sup>1114</sup> Fundada em 1990 em Bridgeport, Pennsylvania.

<sup>1115</sup> “The company started its recruitment process with a focus on local churches, a common practice in El Salvador. Many of the candidates were former gang members, but in stark contrast to most Salvadoran companies that run security checks to make sure applicants have not been involved in delinquent activity

“Sua aposta rendeu muito”: os processos produtivos coordenados por ex-membros de gangues são os mais produtivos da fábrica (15% acima da média), “melhor manutenção do maquinário”, “menos taxas de atritos”, e “se adaptam mais facilmente aos novos produtos”.<sup>1116</sup> Também voltaremos a este exemplo no tópico sobre segurança pública em El Salvador, para entender como este “modelo” de parceria do “setor público” com ONGs, governos (em vários níveis) atende a variadas facetas das necessidades empresariais.

Ao longo de sua atuação, a empresa descobriu parcerias com “atores locais” para prover serviços especializados: trabalhando com a ONG “especializada em drogas” **Fundasalva**; a empresa colabora para prover assistência psicológica e com igrejas locais para encontrar “líderes espirituais” para cada “beneficiário”.<sup>1117</sup>

Todos os casos citados no relatório mostrariam que as iniciativas de “responsabilidade social” levadas por companhias privadas obtém sucesso quando implementadas como meio de devolver à comunidade mas também de forma a fortalecer a “sustentabilidade corporativa.”:

Cada iniciativa aumenta a produtividade, facilita o acesso a força de trabalho qualificada e aumenta as habilidades do trabalhador. Os programas também promovem atividades de geração de renda que preservam o valor comercial de uma área, criando retornos sociais e econômicos para as companhias que lideram e investem nesses programas.<sup>1118</sup>

Todos os casos acima mencionados de programas modelos segundo a AS-COA envolvem o atendimento direto de interesses empresariais, especialmente, neste tópico, o de treinamento da mão-de-obra. Se entendemos o treinamento da força de trabalho como parte dos custos do capitalista em muitos setores econômicos, a “expulsão” deste custo é uma forma de economia do capital, que ademais pode apresentar isto como um ato de bondade.

---

or do not reside in areas afflicted by gangs, the company decided to consider their job applications. League recruiters did not exclude candidates with gang histories from the employee selection process, but they did verify that such applicants were working with local organizations to change their behavior”. MARCZAK *et al.*, *op. cit.*, p. 30.

<sup>1116</sup> *Ibid.*

<sup>1117</sup> *Ibid.*, p. 30-31. A Fundasalva classifica como “prevenção à violência a reinserção laboral de ex-membros de gangues. “Desde hace varios años la fundación también se ha convertido en un referente en el tema de prevención de la violencia, trabajando por la rehabilitación y reinserción laboral de expandilleros.” Fonte: “Fundasalva, 25 años siendo un referente en el tema de drogas”. El Salvador.com, disponível em: <https://historico.elsalvador.com/historico/132559/fundasalva-25-anos-siendo-un-referente-en-el-tema-de-drogas.html>; acessado em 8 de janeiro de 2020.

<sup>1118</sup> “Each initiative increases productivity, facilitates access to qualified labor force and enhances worker skills. The programs also promote income-generating activities that preserve the commercial value of an area, creating social and economic returns for the companies leading and investing resources in the programs”. MARCZAK *et al.*, *op. cit.*, p. 32.

Assim, podemos entender que estes relatórios partem de um pressuposto impossível de ser negado, o alto desemprego entre a juventude e a desigualdade social na América Latina. Trata-se portanto de um problema real, não criado artificialmente. Porém, pelos “remédios” que sugere, fica claro que a culpa pelo desemprego é dos próprios jovens que não são suficientemente qualificados, dentro dos marcos de uma interpretação perfeitamente neoliberal sobre este tema. A ação proposta no relatório afirma claramente que o que se busca tratar, na verdade, é um *problema das empresas*, para atender às demandas *das empresas*, não dos jovens. Trata-se de moldar uma geração juvenil dentro de tais necessidades.

Por fim os programas mencionados também servem como válvula de escape para a insatisfação e rebelião juvenis, aliviando em grande parte as tensões sociais urbanas típicas de um país extremamente pobre e dependente. Não é necessário que os programas contemplem todos os jovens: ao contrário, aqui o pressuposto é a *negação da universalidade* e da própria ideia de *direito*. São alguns “beneficiários” escolhidos a dedo para serem agraciados com a oportunidade de no futuro serem funcionários bem adestrados de alguma grande empresa. O importante é que os programas tenham impacto suficiente para produzir um *efeito de exemplo*: aqui estão os jovens que “superaram” as dificuldades impostas por sua condição social. Por não serem políticas públicas universais, esses programas necessariamente funcionam na base da negação da cultura de direitos universais, por um lado, e da propagação do conhecido discurso meritocrático típico do neoliberalismo, por outro.

#### 5.4.2. Saúde

Em dezembro de 2010, como parte do *Social Inclusion Program*, da AS/COA em parceria com a Fundação Ford, realiza-se uma conferência na qual são apresentados os resultados preliminares sobre a pesquisa desenvolvida sobre o tema da saúde na América Latina, e os estudos de caso neste tema focaram México e Colômbia.<sup>1119</sup>

O relatório final recebeu a colaboração de Christian Baeza, diretor de Saúde, Nutrição e População do Banco Mundial; Thomas Bossert, do Programa de Sistemas Internacionais de Saúde de Harvard; Gabriel Carrasquilla, diretor do *Center for Health Care Research Studies*, da *Fundación Santa Fé* de Bogotá; Donika Dimovska e Gina Lagomarsino, do *Results for Development Institute*; Amanda Glasmann e Bill Savedoff, do *Center for Global Development*; e Miguel Ángel González Block, do Instituto Nacional de Saúde Pública do

---

<sup>1119</sup> AGRAWAL, Nina; MARCZAK, Jason; NIGENDA, Gustavo; RUIZ, José Arturo & CHARRY, Ligia de. *Addressing systematic challenges to social inclusion in health care: initiatives of the private sector*. AS/COA, 2010.

México. O componente de saúde do *Social Inclusion Program* era Jason Marczak, em colaboração com Nina Agrawal.

O pressuposto do relatório é a identificação entre as “reformas pró-mercado”<sup>1120</sup> no contexto das redemocratizações na América Latina com a melhoria da “equidade e eficiência” dos sistemas de saúde.<sup>1121</sup>

No **Chile**, segundo os autores da AS-COA, teria havido concomitante com a redemocratização um “fortalecimento do sistema público de saúde” com o estabelecimento de um “regime regulatório que cobre tanto o setor público como o setor privado”; e no Brasil, teria havido “esforços crescentes para estabelecer regulações para o setor privado e experiências distintas de modelos de administração pública”. Em ambos casos teria havido “grande progresso na expansão da cobertura dos sistemas de saúde, bem como dos indicadores de saúde”. É interessante notar como é silenciado, no relatório, que o Brasil é um dos raros países no mundo onde existe um sistema universal de saúde assegurado constitucionalmente.

Entretanto, apesar destes avanços, ainda havia indicadores muito preocupantes, principalmente entre populações rurais, indígenas e afro-descendentes. Nas palavras do relatório, o que indica o fim último da preocupação da AS/COA com os sistemas de saúde na América Latina,

essa persistente falta de acesso a bons serviços de saúde afeta direta e negativamente a produtividade do trabalho, os níveis de renda dos lares e o potencial das famílias em relação à mobilidade social, impedindo o desenvolvimento de uma classe média mais alargada e tendo consequências para o crescimento macroeconômico.<sup>1122</sup>

Para lidar com essa realidade de “exclusão social”, muito poderia ser feito em relação a “reformas na legislação da área da saúde”, e

em particular, o setor privado – neste paper entendido como incluindo empresas lucrativas de saúde, clientes da rede privada de saúde, firmas lucrativas que operam fora da indústria de saúde, e organizações não-lucrativas não-governamentais – podem jogar um papel mais significativo

---

<sup>1120</sup> De acordo com Velasco e Cruz, o “rótulo ‘reformas orientadas para o mercado’ serve para mobilizar um consenso negativo e para comunicar alguns diretivas gerais, pouco nos esclarece sobre o enquadramento institucional e o conteúdo positivo que prevalecem nos casos em que tais reformas foram introduzidas.” VELASCO E CRUZ, *Trajelórias*, 2007, *op. cit.*, p. 22.

<sup>1121</sup> “With transitions to democracy and the adoption of pro-market reforms sweeping the region in the 1980s and 1990s, many governments also began making efforts to improve equality and efficiency in their health care systems.” AGRAWAL *et al.*, *op. cit.*, p. 4.

<sup>1122</sup> “This persistent lack of access to good health services directly and negatively affects labor productivity, household income level and a family’s potential for upward social mobility, impeding the development of a wide middle class and bearing consequences for macroeconomic growth.” AGRAWAL *et al.*, *op. cit.*, p. 5.

em expandir o acesso a serviços de saúde para aqueles deixados de fora do sistema. Especificamente, o setor privado pode preencher os gaps existentes na saúde investindo em infraestrutura e capacitação de recursos humanos, especialmente em tecnologia da informação e da comunicação; educação do público; modelos de financiamento e precificação; e mesmo provendo diretamente serviços a baixos custos. Mais importante, no entanto, é que a concepção, a implementação e avaliação das políticas de saúde envolvam a colaboração entre os setores. Ao fazê-lo, os setores público e privado podem encontrar novas práticas não apenas para prover saúde mas também de fazê-lo de maneira que seja financeiramente sustentável.<sup>1123</sup>

Na tabela abaixo, retirada do próprio relatório da AS-COA, podemos observar quais os tipos, por país, de intervenções do “setor privado” na saúde, em Colômbia, México, e outros países latino-americanos. A AS-COA classificava em cinco tipos de intervenção: financiamento da saúde; fornecimento de serviço direto; tratamentos médicos de baixo custo; medidas preventivas e estilos de vida saudáveis; e defesa de política para a saúde.

---

<sup>1123</sup> “In particular, the private sector—in this paper taken to include for-profit health insurers, for-profit health providers, for-profit firms that operate outside the health industry, and nongovernmental nonprofit organizations—can play a more significant role in expanding health care access for those left out of the system. Specifically, the private sector can fill some of these health care gaps by investing in infrastructure and human resource capacity, especially in information and communications technology; educating the public; devising innovative financing and pricing models; and even providing affordable services directly. Most important, though, is that the design, implementation and evaluation of health policies and programs involve collaboration across sectors. By doing so, the private and public sectors can find new practices not only to provide care but to do so in a way that is financially sustainable”. AGRAWAL *et al.*, *op. cit.*, p. 5.

## HEALTH INTERVENTIONS, BY TYPE AND COUNTRY

### Colombia

	Health Care Financing	Direct Service Provision	Low-Cost Medical Treatment	eHealth/mHealth	Preventative Measures/Healthy Lifestyles	Health Care Policy Advocacy
Fundación SOMA		●	●			
Fundación Grupo Nacional de Chocolates			●		●	
Fundación Mayaguez		●	●		●	
Pfizer Inc.			●		●	
Cerrejón	●	●	●		●	●
Fundación Éxito		●	●		●	●
Colgate-Palmolive Colombia	●		●		●	
Fundación Siemens			●			
Cerromatoso					●	●
Mineros S.A.			●		●	
Fundación Alpina					●	
Fundación Corona					●	●
Fundación Pavco					●	
Fundación Sanitas	●		●			
Fundación Propal		●	●		●	
Sesame Workshop*					●	

### Mexico

Fundación Mexicana para la Planeación Familiar, A.C. (Mexfam)		●			●	
Farmacías Similares SA / Fundación Best, A.C.			●			
Fundación Adelaida Lafón		●	●			●
Fundación Comparte Vida					●	●
Sistemas Médicos Nacionales, S.A. de C.V. (SIMNSA)	●					
Fundación Mexicana de Fomento para la Prevención Oportuna del Cáncer de Mama, A.C.		●	●		●	●
Fundación Gen, A.C.						
Centro de Investigación Materno Infantil Gen (CIMIGen)		●			●	●
Sesame Workshop*					●	
Johnson & Johnson*			●		●	●
Pfizer Inc.*			●	●	●	
Manpower Inc.*		●				●

### Other Countries

Telefónica*			●	●		
Pfizer Inc.*			●	●	●	●
Johnson & Johnson*			●		●	●
Microsoft Corporation*			●	●	●	●
Cisco Systems, Inc.*	●		●	●	●	
PepsiCo*					●	
Digicel*				●		
Manpower Inc.*	●		●		●	●
SwissRe Financial Services Corporation*	●					●

\*Information acquired through a survey returned by the company.

#### 5.4.2.1 Colômbia e México

O subtítulo sobre o caso da saúde na Colômbia é suficientemente sugestivo: “abrindo as portas para a participação de companhias lucrativas” [“opening the door for the participation of for-profit companies”].<sup>1124</sup>

Segundo o relatório, durante os anos 1990, o governo colombiano deu início a um processo progressivo de (contra)reformas, incluindo a aprovação da *Ley 100* em 1993, “a qual buscava incluir a população em um dos dois regimes de saúde: um pago, para aqueles capazes de pagar um regime, e um regime subsidiário para aqueles que não pode.”<sup>1125</sup>

Depois da aprovação dessa lei, um maior número de colombianos teria tido acesso a sistemas de saúde, porém “entre os mais velhos, e entre os afro-descendentes e indígenas”, o acesso permaneceu baixo. Aproximadamente 39% dos colombianos, segundo o relatório, estavam assegurados sob o regime subsidiado pelo Estado, o qual, segundo o relatório, cobria um arco de serviços muito inferior àquele provido pelo regime privado.

A pesquisa da AS/COA detectou quinze iniciativas de saúde de companhias privadas cinco em campanhas educativas, cinco em serviços de saúde, e um em tecnologia. Cada uma delas refletia, segundo o relatório, contribuições importantes para as comunidades nas quais essas empresas estão instaladas e nas quais seus trabalhadores vivem.

Ao fazê-lo [as iniciativas], elas estão melhorando a saúde [de seus trabalhadores] e a produtividade de sua força de trabalho atual e futura, ao mesmo tempo em que contribuem com o bem estar geral daqueles que de outra forma não teriam acesso a serviços de saúde.<sup>1126</sup>

O primeiro dos programas destacados pelo relatório como exemplares era o *De Todo Corazón*, um programa iniciado em 2004 pela mega multinacional farmacêutica **Pfizer** em parceria com a **Mutual SER**, empresa que administra a cobertura do sistema federal para os idosos residentes nas municipalidades de seis estados na costa caribenha do país. Os atendidos pelo programa, todos maiores de 45 anos residentes destas localidades, realizariam especificamente exames preventivos de doenças cardiovasculares. O programa teria sido concebido após a Mutual SER detectar que, entre seus 70.000 pacientes, a pressão alta era a sétima maior causa de intervenção médica e que doenças cardiovasculares eram a maior causa *mortis*.

---

<sup>1124</sup> AGRAWAL *et al.*, *op. cit.*, p. 8.

<sup>1125</sup> “which sought to enroll the population in one of two insurance regimes: a contributory regime for those able to pay and a subsidized regime for those that could not”. AGRAWAL *et al.*, *op. cit.*, p. 8.

<sup>1126</sup> “In doing so, they are improving the health and thus productivity of their current or future labor force while also contributing to the overall well-being of those who may not otherwise be able to access health services”. AGRAWAL *et al.*, *op. cit.*, p. 9-10.

Nas palavras do relatório, “para a *Pfizer*, este programa é parte do esforço da companhia em ser um  **bom cidadão corporativo**” [“For *Pfizer*, this program is part of the company’s effort to be a good corporate citizen”, grifos nossos].

De sua fundação até a data do relatório, *De Todo Corazón* teria treinado cerca de 200 médicos gerais, 20 especialistas, 150 promotores de saúde, 180 enfermeiros e 50 bacteriologistas. O número de pessoas beneficiadas pelo programa teria saltado de 4.000, em 2004, para 21.982 em 2007.

O segundo programa era o *Unidad Móvil de Salud*, patrocinado pela mineradora **Cerrejón**, no departamento de La Guajira, e foi lançado em 2008. A companhia comprou uma unidade móvel de serviços de saúde e dental para pessoas residentes nos municípios de Barrancas, Hatonuevo e Albania, distritos rurais colombianos. O serviço seria fornecido em parceria com hospitais públicos locais, que provém os médicos, enfermeiros, técnicos de laboratório, e promotores de saúde, enquanto a companhia mineradora *Cerrejón* coordena o programa, mantém o veículo utilizado e compra os suprimentos médicos. A Unidade Móvel de Saúde atenderia em base mensal, após os promotores de saúde visitarem as comunidades, identificarem pacientes, realizarem a marcação das consultas. Ao custo de 70.000 dólares anuais, a UMS teria atendido 11.459 pacientes entre a data de seu lançamento a dezembro de 2009.

O terceiro programa elencado pelo relatório era o *Fundación Propal Salud y Saneamiento* Básico, lançado ainda em 1993, uma parceria da **Propal** (empresa de papel) e o governo do departamento de Cauca, além de prefeituras, agências internacionais e outras companhias locais. O programa atua nos municípios de Perto Tejada, Gauchené, Villa Rica e Caloto, e além de prover serviços médicos gerais, possui um componente de saneamento básico dedicado a abastecer esses locais com água potável, que teria beneficiado 180 famílias e aqui entram duas outras empresas: a Cimentos Argos e a Pavco. De janeiro a setembro de 2010, o programa teria contabilizado cerca de 113.800 consultas.

No México, uma lei de abril de 2003, que passou a vigorar em janeiro de 2004, estabeleceu no país um novo sistema de Proteção Social em Saúde. Esse sistema inclui o *Seguro Popular*, concebido pelo governo para atender cerca de metade da população mexicana. Dos nove casos detectados de programas geridos pela iniciativa privada para a saúde no México, o relatório da AS/COA destacava três.

O primeiro deles era o **Sistemas Médicos Nacionales, S.A. de C.V.** (SIMNSA) – empresa de saúde privada que atende essencialmente a trabalhadores mexicanos legais em

San Diego que viajam frequentemente ao México, e que não têm condições de pagar por um seguro de saúde estadunidense. Nesse sistema, a companhia decide se o plano de saúde será individual ou familiar, e o trabalhador paga uma parte dos custos. Em geral, a empresa banca a parte do trabalhador e este paga a parte de sua família: o plano individual custa 1.400 dólares anual, e a parte familiar, 3.900 dólares anual (o que mostra que a maior parte dos custos ainda recai sobre o trabalhador, sendo que a média salarial desses trabalhadores é de 5 a 7 dólares a hora, o que nos permite calcular que esses trabalhadores gastam parte significativa de sua renda anual com tal plano de saúde.

Os serviços médicos não incluem emergências médicas e são prestados apenas em quatro cidades na fronteira entre EUA e México, basicamente em dois hospitais, e com uma exígua rede de 200 médicos. A parceria com uma outra companhia privada de saúde estadunidense, a gigante **Health Net**, provê o serviço de emergência apenas dentro dos EUA. Apesar disso, em 2004, a empresa, que prestava serviços para 10.000 pessoas de cerca de 100 empresas, em outubro de 2007, três anos depois teria dobrado sua base de clientes.

O segundo programa elencado pelo relatório era levado a cabo pela *Fundación Adelaida Lafón*, em parceria com o hospital Mugerza de Monterrey, em Nuevo León, que atende comunidades de trabalhadores informais não cobertas pelo *Seguro Popular*. A *Fundación* também disporia de uma clínica em San Luis de Potosí que atenderia cerca de 25.000 pacientes de comunidades pobres e indígenas. Não se trata de serviço gratuito: a consulta custa cerca de 50 pesos, o que seria bastante menos que a média das instituições privadas (que variava, segundo os dados do relatório, entre 150 e 200 pesos). Os pacientes que *comprovadamente* não tem meios de pagar, realizam *trabalho voluntário no próprio centro de saúde* ou em sua comunidade.

O terceiro exemplo era a *Fundación Mexicana para la Planeación Familiar* (Mexfam), criada ainda em 1965 com vista a atender basicamente grupos “desvantajados” (de baixa renda, mulheres, adolescentes e jovens); povos marginalizados sem acesso aos serviços de saúde, e profissionais nas áreas de saúde e educação. Ela operaria em 19 dos 32 estados mexicanos, nos quais estariam cerca de 25% das pessoas “mais marginalizadas” do país.

A Mexfam dirige quatro programas: o *Programa Comunitario Rural*, que treina promotores comunitários em assuntos de planejamento familiar, uso de contraceptivos e outros; o *Programa Comunitario Urbano*, similar ao *Rural*, mas para populações de periferias urbanas; o *Programa Gente Joven*, que visa realizar atividades culturais, acadêmicas para os

jovens, incluindo o *Centros de Servicios Médicos Gente Joven*, que foca na saúde reprodutiva, como ginecologia, pediatria, urologia, entre outros. No total, a Mexfam atenderia mais de 4 milhões de pessoas.

Uma das conclusões mais interessantes deste relatório era a de que o setor privado ainda não teria se dado conta do potencial para lucros existente no investimento em iniciativas de saúde para grupos excluídos.<sup>1127</sup> Nas palavras do relatório:

As empresas na indústria de saúde podem inclusive expandir seus mercados ao encontrar maneiras de prover serviços de baixo custo para populações que têm o potencial de se tornar parte de sua base de consumidores.<sup>1128</sup>

Aqui podemos ler a mesma lógica que norteia todos os demais relatórios: a da negação da possibilidade de acesso a uma saúde pública, gratuita e *universal*. O lucrativo mercado da saúde deve ser aberto a partir da constatação que o Estado nacional não pode e não deve estabelecer um sistema público universal de saúde. Um dos objetivos de enfatizar “o que o setor privado pode fazer” com relação ao “problema da saúde” é a pura e simples *reserva/abertura* de mercado. Destacamos nas próprias fontes os interesses empresariais explícitos em aumentar a produtividade de seus funcionários, de maneira que torna desnecessário decorrer sobre este tópico. Chamamos atenção para o fato de que encontramos tanto mega multas como a *Pfizer* até empresas locais, mostrando como os empresários latino-americanos vão aprendendo o vocabulário da responsabilidade social corporativa lucrativa. É importante notar que em termos de “limpeza de imagem”, as farmacêuticas, aos planos privados de saúde e as mineradoras estão certamente no topo daquelas que mais necessitam esse *cleaning* no seu *branding*.

#### **5.4.3. Segurança: o caso de El Salvador**

O relatório sobre segurança da AS-COA focava em um país considerado crítico no tema, El Salvador. Segundo os dados trazidos pelo relatório, a América Central tem a segunda maior taxa de homicídios do mundo, mais de três vezes mais que a média global, e “essa insegurança causa problemas para os negócios”.

O pressuposto, assim como nos outros temas de políticas públicas tratados pela AS-COA, era o que de, como o “setor privado” desempenha um importante papel nas

---

<sup>1127</sup> “the private sector has yet to fully appreciate the potential for profit when investing in health care initiatives that reach excluded groups.” AGRAWAL *et al.*, *op. cit.*, p. 29.

<sup>1128</sup> “Companies in the health industry can also expand their markets by finding ways to provide low-cost services to populations who have the potential to become part of their consumer base”. AGRAWAL *et al.*, *op. cit.*, p. 29.

comunidades locais, ele deveria também “contribuir para os esforços para prevenção da violência”. No prefácio, assinado pela presidente da AS/COA Susan Segal, e datado de dezembro de 2012, lemos que esses esforços por parte dos empresários deve:

gerar poupança em custos com pessoal e aparato de segurança da propriedade, beneficiam a produtividade e a força de trabalho em médio e longo prazo, melhoram a renda per capita através de uma redução dos homicídios, e o interesse geral de muitas firmas em serem bons cidadãos corporativos.<sup>1129</sup>

A AS/COA realizou em El Salvador encontros sobre a violência com “líderes corporativos multinacionais, ministros e prefeitos, bem como representantes de fundações, ONGs, instituições multilaterais, e o governo dos EUA”, em junho e em outubro de 2012. Esse projeto foi patrocinado pela *Open Society Foundations*, e o “parceiro local” Robert Rubio, da *Fundación Nacional para el Desarrollo* (FUNDE)<sup>1130</sup>, de El Salvador; com a colaboração da AMCHAM de El Salvador, da Escola de Negócios da INCAE, e do Banco Mundial.

O comitê de elaboração e revisão do relatório foi composto por: Felipe Bosch Gutiérrez, da *Corporación Multi-Inversiones*; C. Felipe Jaramillo e Rodrigo Serrano-Berthet, do **Banco Mundial**; Diana Villiers Negroponte, da **Brookings Institution**; Salvador Paiz, da **Teculután Investments**; e pela própria AS/COA, o relatório ficou a cargo de Alana Tummino, Mari Hayman e Leani Garcia.

O presidente guatemalteco Otto Pérez Molina, que assumiu o poder em janeiro de 2012, imediatamente ordenou os militares a atuarem contra o crime internamente (fato comemorado pelo relatório); enquanto em Honduras, o presidente Porfirio Lobo<sup>1131</sup> criou um Conselho Nacional para a “Segurança Cidadã”. Segundo os dados do relatório, os índices anuais de homicídios em El Salvador eram, em 2012, similares àqueles da guerra civil de 1980-1992; e, segundo cálculos do Banco Mundial e da ONU, haveria no país entre 54.000 e

---

<sup>1129</sup> “Business interests in violence reduction efforts are tied to multiple factors, including the direct and indirect savings in personnel and property-related security costs, the short- to medium-term benefits for its workforce and worker productivity, the boost in per capita income growth achieved through a reduction in homicides, and the general interest for many firms in being good corporate citizens”. SEGAL, Susan. “Preface” in DANEZE, Paula. “Security in Central America’s Northern Triangle: violence reduction and the role of private sector in El Salvador”. *Americas Society Policy Brief*. AS-COA, 2012, p.ii.

<sup>1130</sup> Segundo sua auto-descrição, a FUNDE é “una institución de investigación, formulación de políticas socioeconómicas, cabildeo y promoción del desarrollo, teniendo como principal destinatario los sectores más desfavorecidos de la población.” Disponível em: <http://www.funde.org/historia>. Acesso em: 16 de janeiro de 2020.

<sup>1131</sup> Porfirio Lobo Sosa (1947-) é um político e catedrático hondurenho, presidente do Congresso Nacional de Honduras entre 2002 e 2006 e foi o eleito nas eleições realizadas após o golpe contra Zelaya, em 2010, quando venceu o pleito e exerceu mandato até 2014, pelo Partido Nacional.

60.500 membros de gangues. Entre elas, inclui-se a *Mara Salvatrucha* (MS-13) e *Mara 18* (M-18), originalmente formadas por guatemaltecos presos em Los Angeles nos anos 1980 e subsequentemente deportados, mas que não estavam envolvidos em tráfico de cocaína, ao contrário da maior parte das gangues na Guatemala e Honduras, segundo o relatório.

Ainda segundo os dados do relatório, os custos estimados por causa do crime e da violência em El Salvador chegariam a 2,5 bilhões de dólares, o equivalente a 65% do orçamento nacional ou 10,8% do PIB. Esses números seriam principal motivo da fuga de capitais de El Salvador, segundo o Fórum de Davos. O governo Mauricio Funes<sup>1132</sup> decretou a participação de 4.000 militares na repressão ao crime, o que foi elogiado pelo relatório.

As ações elencadas pelo relatório como demonstrativas do papel que o setor privado poderia desempenhar seguiram o critério da Responsabilidade Social Corporativa, “bem como das necessidades empresariais de treinar a próxima geração de trabalhadores e consumidores”<sup>1133</sup>.

Segundo o relatório, as **igrejas** cumpriam um excelente papel em facilitar a transição de saída das gangues, provendo um “primeiro passo em direção à reintegração”. Aqui aparece um elemento novo: a mediação através da religião. Veremos logo à frente o papel que cumprem.

O **Grupo Calvo**, fundado na Espanha em 1940, dedicado à indústria do atum, abriu uma planta em El Salvador em 2003, na cidade de La Unión, com 2.000 trabalhadores. O “programa de reinserção” do Grupo Calvo começou ainda antes da abertura dessa planta, em novembro de 2002, supostamente depois que o dono da empresa, Manuel Calvo, esteve em La Unión e teria se encontrado com muitos jovens que voluntariamente abandonaram as gangues para entrar para uma igreja e não conseguiam encontrar emprego.

A empresa não teria exatamente um programa próprio de “reinserção”: a prática elogiada pelo relatório é tão somente a de não discriminar os ex-membros de gangues na contratação. Além de estabelecer uma relação com dita igreja, o grupo Calvo também teria realizado um acordo com a Polícia Civil Nacional para garantir a segurança de sua planta:

Sobretudo, os ex-membros de gangues provaram ser alguns dos mais fortes e produtivos funcionários. Eles respeitam a estrutura hierárquica do Grupo Calvo e são excepcionais em seguir instruções de seus supervisores e completar suas tarefas a tempo. Em departamentos como a fábrica de iscas de peixe, as equipes são formadas quase inteiramente por ex-membros de

<sup>1132</sup> Carlos Mauricio Funes Cartagena (1959-) é um jornalista e político salvadorenho de nacionalidade nicaraguense. Foi presidente de El Salvador de 2009 a 2014, pela Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN).

<sup>1133</sup> “serves corporate social responsibility (CSR) objectives as well as the business’ need to train the next generation of workers and consumers”. DANEZE, *op. cit.*, p. 4.

gângues, provando que eles não apenas trabalham duro como frequentemente aceitam posições menos atrativas para outros na comunidade.<sup>1134</sup>

A fonte fala por si mesma tornando redundantes maiores comentários, apenas a notável sinceridade de seus interesses no caridoso projeto social que a empresa patrocina. É bastante impressionante, na verdade, a ênfase explícita na questão da disciplina, da submissão, do respeito à hierarquia. E mostra, por outro lado, o papel social que pode assumir o sistema carcerário em si e as múltiplas formas pelas quais o capital deste se beneficia *diretamente*.

O segundo exemplo é o da *League Collegiate Wear*, já mencionada pela AS-COA em seu relatório sobre criação de empregos para jovens. O programa desta empresa focaria especificamente em “casais de ex-membros de gângues que deram à luz a seus primeiros bebês”. Esse público-alvo foi definido depois de constatar que este era um momento no qual uma alta porcentagem de jovens procurava as igrejas em busca de “redenção” e de “aconselhamento” para “iniciar uma família em um ambiente não-violento”.

A empresa trabalha diretamente com igrejas católicas e evangélicas e com a *Universidad Centroamericana José Simeón Cañas* (UCA), um colégio jesuíta localizado na Grande San Salvador; o pastor é quem avalia quem dos jovens merece completar o programa de ressocialização, e aqueles selecionados passam então por um exame psicológico de seis horas concebido pela UCA, concebido especificamente para avaliar quem está pronto para “entrar na força de trabalho”.

As avaliações, nas palavras do relatório,

medem o grau no qual a violência consta nas respostas do sujeito e seu respeito pela autoridade – ambos quais ajudam a determinar se os ex-membros das gângues possuem os requisitos mínimos para entrar para a League.<sup>1135</sup>

Então os jovens ainda passavam por um *workshop* junto com seus mentores, em geral membros da igreja, e os supervisores e psicólogos da empresa avaliam os participantes; e só depois disso seriam ou não recomendados para uma entrevista de emprego. Uma vez

---

<sup>1134</sup> “Overall, former gang members have proved to be some of the company’s strongest and most productive employees. They respect Grupo Calvo’s hierarchical structure and are exceptional at following supervisor instructions and completing tasks in a timely manner. In departments such as the fish meal factory, the teams are comprised almost entirely of former gang members, proving that they not only work hard but often take positions less attractive to others in the community”. DANEZE, *op. cit.*, p. 7.

<sup>1135</sup> “The evaluations measure the degree to which violence is intertwined in the subject’s responses and their respect for authority—both of which help to determine whether the former gang member meets the minimum requirements to join a League work team”. DANEZE, *op. cit.*, p. 8

contratados, esses trabalhadores são aconselhados semanalmente por superiores na empresa e os executivos da empresa recebem relatórios periódicos sobre seu comportamento. Seus bebês ficam em creches providas pela empresa. Nas palavras de Rodrigo Bolaños<sup>1136</sup>, gerente geral da empresa em El Salvador, a League estava oferecendo “um trampolim para ter sucesso na vida” – “muito mais do que apenas um emprego”.<sup>1137</sup> Além da creche, a empresa ainda “oferecia” salários acima do salário mínimo, “café da manhã e almoço a preços módicos, acesso a empréstimos, e aulas”, em parceria com o Ministério da Educação.

Diante desse exemplo, a análise de Gramsci sobre como o fordismo regulava inclusive a vida sexual dos trabalhadores parece até modesta, mas mais atual do que nunca. A empresa, por “fazer o favor” de “fornecer o emprego” para esses jovens, define praticamente toda sua vida, em um sistema de vigilância que podemos, sem incorrer em exagero, comparar àquele da chamada prisão “condicional”. Nesse caso talvez seja pior, porque a empresa também se encarrega de definir o tipo de educação que estas pessoas recebem, o tipo de alimentação que eles e também seus bebês terão. Sem contar a carga ideológica que deve ser aceita no pacote para o gigantesco “benefício” de um salário “acima do mínimo”. A ideologia da empresa possui o direito de colonizar até a subjetividade deste trabalhador aos seus moldes. Este exemplo é particularmente grotesco e ao mesmo tempo representativo: salvadorenos miseráveis produzindo imponentes uniformes para jovens estadunidenses privilegiados – e que agradeçam pela “oportunidade”.

O terceiro exemplo do relatório era o programa da *Rio Grande Foods*, uma distribuidora alimentícia fundada em 1986 por um salvadorenho morando nos Estados Unidos, e com sede em Maryland. A primeira planta da empresa em El Salvador abriu em 1992, e na altura de 2012 contava com 450 funcionários salvadorenos e 80 estadunidenses.

Bem como nos outros casos, o programa de reinserção desenvolvido pela empresa *requer* que os ex-criminosos entrem para uma igreja; também *testa* individualmente cada candidato. Também encontra parcerias com o poder público, como em seu acordo com o Ministério da Saúde para que este forneça os “psicólogos aptos” para realizarem os testes;

---

<sup>1136</sup> Rodrigo Bolaños afastou-se de seu cargo na empresa em 2018 para apoiar o candidato presidencial Juan Carlos Calleja, outro empresário salvadorenho, dono do grupo Calleja e membro do partido Alianza Republicana Nacionalista (ARENA). “Renuncia president de fábrica League para respaldar a Calleja”. *El Mundo*, 13 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://elmundo.sv/renuncia-presidente-de-fabrica-league-para-respaldar-a-calleja/>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2020.

<sup>1137</sup> “According to its El Salvador general manager, Rodrigo Bolaños, League is offering these employees “a trampoline to be successful in life”—much more than just a job”. DANEZE, *op. cit.*, p. 8.

bem como estabelece parceria com outras empresas e ONGs como com a *Fundasalva*<sup>1138</sup> e com outra empresa, a... *League Collegiate Wear*.

O financiamento aos cursos e *workshops* oferecidos para os jovens é feito pela empresa mas com apoio da USAID. O balanço do relatório da AS-COA era o de que:

Além de criar uma comunidade mais segura para suas operações, a *Rio Grande Foods* pode etiquetar seus produtos com a o selo de responsabilidade corporativa de maneira que seus consumidores são avisados que parte de suas vendas ajudam a trazer maior segurança para um país com o qual muitos dos consumidores salvadorenhos que vivem nos EUA se identificam.<sup>1139</sup>

Este trecho mostra como há um benefício a mais em relação ao seu próprio mercado consumidor: a marca cria uma relação psicológica com o consumidor latino nos Estados Unidos através de sua marca de RSC em El Salvador, aonde ela na verdade treina/*discipliniza* uma força de trabalho que recebe baixos salários e não possui direitos.

Por sua vez, a *Microsoft*, que segundo a AS/COA desenvolvia há mais de uma década programas focados em treinamento vocacional para jovens e desenvolvimento de habilidades tecnológicas, em parceria com a OEA e o BID, ao fazê-lo, “aumentou em todo o mundo a familiaridade com seu software, ajudou a **treinar uma nova geração de futuros clientes**, e proporcionou a jovens desprivilegiados as ferramentas para terem sucesso em um mercado de trabalho global”.<sup>1140</sup>

Empregando 20 funcionários em El Salvador, a *Microsoft* participa da *Partnership in Opportunities for Employment through Technology* (POETA), do programa *Supérate* e da *Alianza para la Educación*. O POETA era uma iniciativa da OEA, criada em 2005, visando “capacitar adultos para a tecnologia”, e opera em 12 países latino-americanos em parceria com uma variedade de parceiros públicos e privados.<sup>1141</sup> Em sete anos, a *Microsoft* teria doado

<sup>1138</sup> A Fundasalva é uma entidade voltada para prevenção e tratamento de pessoas viciadas em drogas em El Salvador. Um de seus programas é o “Empresa libre de Adicciones”, “un programa de prevención y rehabilitación en el que Fundasalva llega a las empresas y realiza pruebas de dopaje, cursos de prevención con la idea de que en un futuro esa empresa se certifique con una empresa libre de adicciones.” Disponível em: <https://historico.elsalvador.com/historico/132559/fundasalva-25-anos-siendo-un-referente-en-el-tema-de-drogas.html>, acessado em 18 de janeiro de 2020.

<sup>1139</sup> “Beyond creating a safer community for its operations, Rio Grande Foods labels its products with a corporate responsibility seal so that consumers are aware that a percentage of its sales help bring greater security to a country with which many of its U.S.-based Salvadoran customers identify”. DANEZE, *op. cit.*, p. 9.

<sup>1140</sup> “In doing so, it has increased worldwide familiarity with its software, helped train a new generation of future clients, and provided underprivileged youth with the tools they need to succeed in the global job market”. DANEZE, *op. cit.*, p. 10.

<sup>1141</sup> Segundo sua descrição oficial; “The larger POETA program was created by the Trust for the Americas in 2004. It was launched as a pilot project with funds from Microsoft’s Unlimited Potential program in Guatemala to increase employment opportunities for people with disabilities. Thanks to its success, POETA now operates in twelve countries in Latin America and continues to expand. The goal of POETA

aproximadamente 1 milhão de dólares para os centros POETA de El Salvador, localizados em Soyapango, Quetzaltenango, San José de Villa Nueva e Olipango, e treinado cerca de 1500 jovens.

No *Supérate*, já mencionado, do grupo empresarial *Hilasal*, a *Microsoft* teria realizado doações no valor total de 500.000 dólares, ajudando o programa a se instalar em zonas de altas taxas de criminalidade, como San Andrés, Soyapango, Sonsonate, San Miguel, Santa Tecla e Antigua Cuscatlán, e assim teria ajudado 2000 jovens a obter certificados em Tecnologia da Informação internacionalmente reconhecidos. Já no programa *Alianza para la Educación*, a *Microsoft* teria contribuído com “mentorias” e “coaching”. Mais que tudo, o apoio desta empresa a programas de treinamento em El Salvador não seria meramente financeiro ou técnico: ela seria instrumental em gerar alianças entre companhias e entre o setor privado e organizações comunitárias locais e o Estado.<sup>1142</sup>

A *AES Corporation*, empresa de energia global que opera em 27 países, possuindo cerca de 1.1 milhão de clientes em El Salvador, cobrindo cerca de 80% do território deste país, era outra parceira no programa POETA, tendo em 2011 aderido ao programa da OEA com 43.000 dólares.<sup>1143</sup> Com a ONG *Conexión al Desarrollo de El Salvador*,<sup>1144</sup> teria ajudado a

---

is to increase the socioeconomic inclusion of vulnerable groups within society. By equipping individuals with the skills necessary to acquire and maintain employment, POETA helps them become self-sufficient, enriching their lives and those of their family members. Training for individuals includes vocational guidance, ICT applications, and personal development. According to the beneficiaries’ needs, POETA also supports the development of small enterprises, social education, and civic responsibility. The overall POETA program components include development of digital inclusion opportunity centers, job-readiness and job-skills training, awareness and visibility activities and job placement and business development. This specific project responds to the rapidly spreading crime trends in the Caribbean that pose a significant challenge to social stability and subsequently to sustainable development. This social problem is mostly rooted in the limited social and economic prospects of youth in the region, leading a number towards criminal activities. This project worked towards reducing the number of at-risk youth between the ages of 16-30 in the Caribbean. It also aimed to raise the awareness of policy makers and local civil society actors on how ICTs can be leveraged to address youth training/labour insertion needs in the Caribbean region. The POETA project offered an intensive training program designed to facilitate entry into the workforce to populations at risk in six countries with growing problems of youth unemployment and crime.” Criado em 2007 e finalizado em 2009, foi financiado pelo Trust of the Americas da OEA em parceria com grandes empresas. Disponível em: <https://www.oitcinterfor.org/en/experiencia/poeta-partnership-opportunities-employment-through-technologies-america-eastern-carib-0>. Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

<sup>1142</sup> “Ultimately, Microsoft’s support of youth vocational training programs in El Salvador is not merely financial and technical: it is instrumental in generating an alliance among companies and between the private sector and local community organizations and government”. DANEZE, *op. cit.*, p. 11.

<sup>1143</sup> A AES Corporation é uma companhia multinacional de geração e distribuição de energia elétrica, fundada em 1981 por Roger Sant, chefe da Administração Federal de Energia dos Estados Unidos, com sede em Arlington, Virgínia. Opera em 27 países e possui 28.000 funcionários.

<sup>1144</sup> A *Conexión al Desarrollo de El Salvador*, ou simplemente Conexión, se define como uma “organización sin fines de lucro que promueve el uso y aplicación de las Tecnologías de la Información y Comunicación (TIC), contribuyendo a la reducción de la pobreza y facilitando el desarrollo empresarial”. Seu principal projeto é o JOVEN360, que organiza campanhas sobre empreendedorismo juvenil. “Nuestro equipo está integrado por personas emprendedoras, apasionadas por el talento humano, capaces de diseñar soluciones

instalar oficinas de aulas para jovens entre 18 e 30 anos com o ensino básico completo para treinamento em Tecnologia da Informação.

É interessante como estes exemplos estão em um relatório sobre segurança e criminalidade. É pressuposto que ações na educação (entendida de forma ampla, não apenas a curricular do sistema educacional) fazem parte, portanto, do rol de ações entendidas para tratar do tema da segurança – embora nem por isso deixe de elogiar as ações repressivas do Estado como a própria militarização da segurança pública. Isso acresce ao argumento, reiterado por Virgínia Fontes, de que a relação entre coerção e consenso não é algébrica: neste caso, aumento do consenso (ou das iniciativas para forjar consenso) anda de par com aumento da coerção. Na tese de Fontes, o aumento simultâneo de ambos é característica da dominação burguesa contemporânea.

O relatório mostra também o processo de privatização das forças de segurança pública em El Salvador, e o total apoio do poder público em todas as ações “filantrópicas” das empresas. Isto é, o Estado tem papel ativo: ele fornece inclusive suporte material para os programas e projetos, bem como funcionários, e a permissividade ao poder do capital é explícita.

#### 5.4.4. Educação

Os participantes dos grupos de discussão que debateram e contribuíram com o relatório foram: Juan Andres Lagrange Delfino, e Valentina Delfino, da *Akdemia*; Ana Gilligan, Ragnhild Melzi e Susan Segal, pela Americas Society/Council of the Americas; Caio Dib, do **Caindo no Brasil**; Miguel Brechner, do **Centro Ceibal**; G. Richard Thoman, da *Corporate Perspectives LLC*; George B. Weiksner, do *Credit Suisse*; Gary S. Hattem, do *Deutsche Bank Americas Foundation*; John Moncure, do *Financial Times*; Prasad Ram, da *Gooru*; Salvador Paiz, do *Grupo PDC, Inc.*; Sandy Speicher, da **IDEO**; Ana Lidia Franzoni Velazquez, do *Instituto Tecnológico Autónomo de México (ITAM)*; Emiliana Vegas, do BID; Carlos Rodríguez-Pastor Persivale, do *Interbank*; Luis Garza, do *kinedu*; Mukul Pandya, da *Knowledge@Wharton*; Claudia Urrea, do *Massachusetts Institute of Technology (MIT)*; Jennifer O’Donoghue, da ONG *Mexicanos Primero*; Juan Pablo del Valle, da *Mexichem SAB*; Lisa Nielsen, do *Departamento de Educação da Cidade de Nova York*; Hernan Aracena, da *Oja.la*; John C. McIntire, da *Open English*; Ana María Guerrero Carvajal, da *Organización Ardila Lülle*; Marcus Vinicius Ribeiro, do *Prisa*; Patricia Matte Larraín, da

que agregam valor”, diz a descrição do JOVEN360. Disponível em: <https://www.joven360.com/pages/about>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

*SIP, Red de Colegios*; Renate Rennie, da *The Tinker Foundation Inc.*; Tatiana Clouthier Carrillo, da *Universidad Metropolitana de Monterrey*; e Manolo Diaz, da *Yogome, Inc.*

Entre os pressupostos do relatório, três se destacavam:

1. “A tecnologia pode ser uma poderosa ferramenta para a educação – mas não é uma bala de prata e deve ser eficazmente implementada para atingir resultados”;
2. “os professores devem ser adequadamente treinados para integrar as novas tecnologias dentro da sala de aula para que os estudantes se tornem **aprendizes ativos facilitado por seus educadores**”; e
3. “em um mundo crescentemente conectado, é mais crítico que nunca forjar uma comunidade educacional que apoie estudantes e professores”.<sup>1145</sup>

Analisando o estado da educação na América Latina, o relatório cita alguns dados do PISA (*Program for International Student Association*) para afirmar que os países da América Latina estariam no pior nível deste teste internacional, e menciona especificamente uma comparação entre estudantes latino-americanos e estudantes asiáticos nas habilidades em matemática. O relatório faz menção a baixos salários (embora ainda nos pareça superestimados, pois menciona como média salarial de 900 a 1000 dólares mensais, o que, atualmente, pelo câmbio a mais de 4 reais o dólar significaria um salário de mais de 4000 reais mensais), e menciona também a precariedade da infra-estrutura das escolas, como falta de bibliotecas, laboratórios de informática e até mesmo acesso a água potável.

Entretanto, entre os elementos negativos citados pelos autores do relatório, encontra-se também “o tempo destinado ao planejamento e a outras atividades que os professores exercem fora da sala de aula propriamente dita”, e classifica esse tempo como uma “perda de tempo”:

Professores da América Latina gastam menos de 65% de seu tempo realmente ensinando em sala de aula, comparado com as boas práticas das escolas estadunidenses de 85%. Isso equivale a mais de um dia **perdido** por semana.<sup>1146</sup>

Mencionando um estudo do BID, o relatório afirma que aonde os professores são treinados a ensinar com tecnologias, e onde seus alunos têm acesso a computadores, eles estão à frente dos colegas que não possuem. O relatório menciona o projeto *One Lap Top per Child*

---

<sup>1145</sup> FLEDER, Allison & IDE, Diogo. “Disrupting Latin America’s classrooms: best practices for PreK-12 Education”. AS-COA, setembro de 2015, p. 4. Grifos nossos.

<sup>1146</sup> “Latin American teachers spend less than 65 percent of their time in class actually teaching, compared with a benchmark of good practice in U.S. schools of 85 percent. That is equivalent to more than one day’s schooling per week lost”. FLEDER, *op. cit.*, p. 5. Grifos nossos.

(OLPC), no Peru, e o programa *Plan Ceibal*, do Uruguai, que segundo o relatório treinava mais de 15000 professores anualmente no uso de novas tecnologias e novos métodos de ensino, e cujos Laboratórios de Tecnologia Digital facilitava o engajamento de estudantes nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática) – STEM, no acrônimo em inglês.<sup>1147</sup>

A “mudança no treinamento dos educadores”, segundo o relatório, deveria sofrer “uma mudança filosófica”; sobretudo, o professor deveria ser mais um “Guia” para “facilitar” a “transferência de conhecimento”.<sup>1148</sup> Quanto aos professores, deveria haver, segundo o relatório, um melhor sistema de avaliação de seu trabalho: “as avaliações dos professores hoje falham em separar os professores eficazes dos não-eficazes, e portanto não acrescenta para desenvolver uma força de trabalho educacional altamente qualificada”.<sup>1149</sup>

O relatório menciona como exemplar disto as escolas **Innova** no Peru, as quais a empresa de inovação global **IDEO** ajudou a conceber, nas quais os estudantes passam uma parte do tempo diário trabalhando em um desafio proposto por seus professores; e em pequenos grupos, os estudantes buscam suas soluções usando a internet. Outra parte do dia é dedicada ao “aprendizado independente” na frente do computador, e aí se engajam em programas como a *Khan Academy*, uma plataforma de “aprendizagem personalizada”. Em ambas atividades o professor atuaria como um “guia” através do “exercício de encorajar os estudantes”, “monitorar seu ritmo de aprendizagem”, e “aconselhar sobre como e onde buscar outros recursos”. Esse aprendizado poderia ser promovido através do uso de tecnologias como a *Scratch*, uma linguagem de programação livre e uma comunidade online desenvolvida pelo MIT.

Aqui cabe apontar o reforço no sentido da mudança do papel do professor como defendida por correntes pedagógicas que podem ser entendidas como (neo)liberais: a perda da autonomia do professor, que passa a ser um “intermediador” entre o aluno e um dispositivo tecnológico. E, desde que disto se trataria o novo trabalho concreto do professor, não haveria, logicamente, a necessidade de tempo para preparação das aulas, e é por isso que anteriormente o relatório afirmava que o tempo de planejamento era um tempo perdido. O trabalho do professor se torna, no sentido marxiano, mais “estranhado” ou “alienado”: deixa de ser um trabalho criador para subsumir-se ao capital de forma quase completa, ao tornar-se mero “intermediador”.

---

<sup>1147</sup> FLEDER, *op. cit.*, p. 5.

<sup>1148</sup> *Ibid.*, p. 6.

<sup>1149</sup> “Teacher assessments today have failed to discriminate between effective and ineffective teachers and have not aided in developing a highly skilled educational workforce”. *Ibid.*, p. 8.

Quando vai tratar dos estudantes, o relatório já indica qual seria o objetivo da educação: “Ser competitivo em um mundo digital requer primeiro uma educação digital” [“Being competitive in a digital world first requires a digital education”]. O objetivo é ser “competitivo” (no mercado de trabalho), não ser um cidadão crítico – na verdade, nem mesmo cidadão, quanto mais crítico.

Como nem todas as escolas oferecem computadores e internet, algumas empresas de educação estariam trabalhando para oferecer esse serviço fora das escolas. O relatório cita como exemplo disso a *Enova*, do México, que desde 2007 vem instalando laboratórios de informática nas quais os estudantes se utilizam da plataforma Enova para estudar com facilitadores e monitores:

A empresa, que se dirige a estudantes de baixa renda de todas as idades, opera através de financiamento público privado, mas também requer que os estudantes paguem uma modesta mensalidade para assegurar que estejam incentivados e participantes ativos. Desde 2009, os centros digitais da Enova treinou mais de 500.000 estudantes no México.<sup>1150</sup>

O relatório também celebrava a legislação da cidade de Nova York, que havia permitido o uso de dispositivos individuais como celulares em sala de aula, reconhecendo sua utilidade para a aprendizagem; e afirmava que os governos latino-americanos “deveriam trabalhar mais para oferecer internet de qualidade nas escolas”. Evidentemente, trata-se de um custo com o qual o capital privado não arcaria, dependendo da infra-estrutura propiciada pelo Estado.

Um último ponto do relatório dizia respeito à construção de uma “comunidade escolar” que serviria para “incentivar e dar apoio aos atores envolvidos”. O “envolvimento dos pais e da família” seria “crítico”. Exemplar disto seria a ONG *Mexicanos Primero*, que desenvolve campanhas para “educar o público” sobre a “fragilidade do sistema educacional mexicano” e “o que isto significa para o futuro da nação”.

Aqui a “tecnologia” também poderia ser instrumental para criar uma “comunidade escolar real”: programas como o *Akdemia*, “uma plataforma de administração escolar concebida para toda a comunidade escola”, permite aos pais acompanhar *online* os boletins dos alunos, ver o calendário escolar, e “comunicar-se facilmente com professores e administradores escolares”. “A tecnologia” poderia inclusive criar comunidade escolar com

---

<sup>1150</sup> “The company, which is directed at low-income students of all ages, operates through both public and private funding, but also requires students to pay a modest tuition to ensure they are incentivized and active participants. Since 2009, Enova’s 95 digital centers have trained more than 500,000 students in Mexico.” *Ibid.*, p. 7.

peças que estão geograficamente dispersas. O relatório cita aqui como exemplo a *Gooru*, plataforma que cria um “espaço público escolar online” que ajudaria os professores a comunicar-se uns com os outros.

É imprescindível apontar aqui que este tipo de plataforma estabelece a priori uma estrutura dentro da qual esse “espaço” chamado de público” na verdade é um espaço moldado por uma determinada concepção pedagógica e política. A concepção de tecnologia do relatório, como algo neutro, omite essa determinação básica, a de que qualquer instrumento ou aparato tecnológico está desde o princípio desenhado a partir de algo que, independente de sua qualidade, não pode, por definição, ser “neutro”. A plataforma pode ou não pressupor, por exemplo, que os professores são meros intermediadores, diminuindo sua autoridade junto a pais de alunos em muitos sentidos; pode pressupor ou não que o objetivo da educação do aluno é ser “competitivo”; mas certamente não atende as necessidades locais reais. A “tecnologia” aparece nesse discurso como um mágico que faz resolver os “problemas da educação” *tais como determinados* pela AS-COA – uma outra visão sobre estes mesmos problemas apontariam outros problemas como os centrais e seguramente outras respostas.

Por fim, é mais do que óbvio que a educação é um mercado gigantesco para muitos tipos de empresas, e que estes programas sociais implementem produtos fabricados por essas empresas (como as plataformas e os sistemas de aprendizagem) é um excelente teste de mercado e ao mesmo tempo propaganda.

A expansão, na década de 2000, de tais tipos de programas em diversas partes da América Latina e do mundo, talvez não tivesse sido possível sem a pressão social que exerciam os movimentos sociais, os quais também, no mesmo período, levaram ao poder governos progressistas de diferentes cores.

## 5.5. O CONSELHO DAS AMÉRICAS PERANTE OS GOVERNOS “PROGRESSISTAS” LATINO-AMERICANOS

Como vimos, a recomendação do Conselho das Américas para a administração Obama com relação aos novos governos latino-americanos eleitos a partir da virada da década de 2000, que ficaram conhecidos de conjunto como onda rosa latino-americana, de governos de conciliação de classes porém progressistas ou com políticas mais à esquerda em alguns aspectos. Desde que não confrontassem os interesses dos Estados Unidos e das empresas, e servissem para trazer uma certa estabilidade política ao continente, eram motivo de aplausos.

A posição do Conselho das Américas em relação aos governos nacionais latino-americanos procura ser o mais ampla possível: a rigor, exclui apenas Cuba, embora publique relatórios encorajando o empreendedorismo na ilha e recomende ao governo americano uma suavização do bloqueio.

No final dos anos 1990 o esgotamento do ciclo de neoliberalização era evidente. O mal-estar e desastres sociais resultantes fez surgir fenômenos eleitorais que contestavam as linhas gerais do chamado Consenso de Washington, como foi o caso da vitória de Hugo Chavez na Venezuela em 1998, e, contraditoriamente, de Fernando de La Rúa na Argentina em 1999. Esse último operou a tradicional estelionato eleitoral e deu continuidade ao neoliberalismo, resultando na convulsão social do fim de 2001 e início de 2002. Nesse mesmo ano, no Brasil houve a derrota eleitoral dos tucanos com a eleição de Lula. Sabe-se que o governo Lula se curvou ao ajuste neoliberal, entregando o Banco Central para um agente importante do mercado financeiro, Henrique Meirelles que, não por acaso, no primeiro ano do mandato de Lula participou da formulação do chamado Segundo Consenso de Washington.

Era frequente que os governos que assumiam fossem fazer uma visita ao Conselho logo no início de seus mandatos. No crucial ano de 2001 para a Argentina, o presidente Fernando de la Rúa e seu ministro Domingos Cavallo foram pelo menos uma vez ao Conselho das Américas para tranquilizar os investidores.

“Com um discurso moderado, o presidente argentino Fernando de la Rúa descartou ontem, mais uma vez, o *default* (calote) e a desvalorização da moeda do país em seu discurso no Conselho das Américas”, noticiava o Estadão em novembro de 2001.<sup>1151</sup> Domingo Cavallo, também presente, afirmou que “Sem crescimento, não vamos ser capazes de pagar nossas dívidas”. De la Rúa estava com dificuldades para conseguir o apoio dos governadores peronistas (que se recusaram a assinar o acordo com o FMI), porém havia já conseguido o acordo do governador de Santa Fé, Carlos Reutemann:

Indagado se a proposta de renegociação da dívida, anunciada na semana passada pelo governo argentino, não seria na verdade uma quebra dos direitos dos investidores, Cavallo refutou taxativamente essa ideia. Segundo ele, não se está quebrando contrato nenhum, está se pedindo aos investidores que abram mão de parte dos juros, mas recebendo em troca títulos de melhor qualidade, uma vez que o governo argentino está oferecendo garantias na arrecadação de impostos.<sup>1152</sup>

Em maio de 2001, um editorial do *Jornal do Brasil* afirmava que:

---

<sup>1151</sup> ALVES, Fábio. “De la Rúa nega calote e Cavallo pede confiança”. *O Estado de S. Paulo*, 10 de novembro de 2001, p. 32.

<sup>1152</sup> *Ibid.*

Numa atitude bizarra, o governo dos Estados Unidos está aproveitando a reunião anual do Conselho das Américas, em Washington, para retomar contatos comerciais bilaterais com países do Cone Sul. A iniciativa pegou o Itamarati de surpresa, pois representa um retrocesso em relação ao que foi negociado durante a Cúpula de Quebec, há menos de um mês. Decidiu-se então que a prioridade é apurar as arestas comerciais para que seja possível implantar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) até dezembro de 2005. Como nada mudou de lá pra cá, fica realmente difícil entender a estratégia do presidente George Bush, ao atirar em duas frentes simultâneas. De um lado, faz pressão pela aliança comercial que envolva todo o Continente, mas, de outro, busca soluções isoladas, tentando cativar cada parceiro potencial.<sup>1153</sup>

Nesse encontro do Conselho das Américas, que contou com a presença de Domingos Cavallo, Peter Romero, secretário americano de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental, afirmou que “um acordo de livre comércio com a Argentina é uma possibilidade que temos em mente”; e também anunciou uma rodada de negociações bilaterais com o Uruguai.

Nesse mesmo evento do Conselho, o então “super-ministro” da economia da Argentina, Domingos Cavallo, afirmou que o Mercosul, “da forma como estava” não ajudava as economias dos países membros; disse ainda que, se pudesse decidir pelos países do Mercosul, seguiria a estratégia do Chile, que buscava então um acordo bilateral de comércio com os EUA.<sup>1154</sup>

No seguinte encontro anual do Conselho das Américas, em maio de 2002, a vice diretora-gerente do FMI, Anne Krueger, embora apontasse uma boa estimativa de crescimento para a região, colocava entre os “fatores de risco” a considerar as eleições no Brasil e em outros três países; em suas palavras, “alguns comentaristas temem o contágio político se países se distanciarem de políticas pró-mercado e de integração com a economia mundial”.<sup>1155</sup>

Por sua vez, em sua visita ao Conselho das Américas em julho de 2003, o presidente argentino Néstor Kirchner foi cobrado sobre o congelamento de tarifas dos serviços públicos como telefonia fixa, tratamento e distribuição de água e energia elétrica, especialmente por parte das companhias francesas que passaram a dominar tais setores após as privatizações. Susan Kaufman, do Conselho das Américas, afirmou, claramente insatisfeita, que “uma boa

---

<sup>1153</sup> “Blefe americano”. *Jornal do Brasil*, 09 de maio de 2001, p. 8.

<sup>1154</sup> “Cavallo ataca o Mercosul nos Estados Unidos”. *O Estado de S. Paulo*, 07 de maio de 2001, capa. Ver também “Estados Unidos e Argentina iniciam namoro comercial”. *Jornal do Brasil*, 08 de maio de 2001, p. 15.

<sup>1155</sup> “Krueger destaca a ‘boa forma’ do Brasil e vê risco em eleições”. *O Estado de S. Paulo*, 08 de maio de 2002, p. 19.

parte dos serviços” não poderia ser mantida se o governo congelasse “as tarifas para sempre”.<sup>1156</sup>

Sobre a mesma visita, o jornal *O Fluminense* repercutia uma notícia do diário argentino *Diarios y Noticias*, segundo o qual o presidente argentino teria dito que realizaria “uma revolução” que converteria a Argentina num “país normal, com regras claras e cristalinas”. No almoço com o Conselho das Américas, Kirchner teria afirmado que não havia intenção do governo em voltar a estatizar as empresas que foram privatizadas na década de 1990.<sup>1157</sup>

Em maio de 2004, Kirchner afirma ao Conselho das Américas que não mudaria de posição em relação à dívida: “A Argentina é um país sério, não muda de posição todos os dias”. Apesar disso, fez um apelo para que analistas e empresários de Wall Street voltassem a confiar e investir no país, dizendo que a Argentina necessita de um “capitalismo sério”, “de investimentos na atividade produtiva e não de capitais especulativos”, em suas palavras.<sup>1158</sup>

Segundo a *Veja*, naquele mesmo evento, o veterano anti-comunista Otto Reich teria afirmado: “Que me desculpem os argentinos, mas as coisas estão assim porque muitos dos seus governantes roubaram do dinheiro do povo”.<sup>1159</sup> A acusação de representantes do governo norte-americano de que o governo argentino era corrupto aumenta enormemente aí.

A presença da então ministra-chefe do Gabinete Civil da Presidência, Dilma Rousseff, era muito aguardada na conferência anual do Conselho das Américas em maio de 2006, em Washington. Por conta do anúncio da decisão da Bolívia de nacionalizar o gás (o que afetaria a Petrobrás), ela foi obrigada a retornar a Brasília e não participou da reunião.

Sobre a decisão do presidente boliviano Evo Morales, o então porta-voz do Departamento de Estado, Sean McCormack, afirmou que eram mínimos os interesses econômicos dos EUA na Bolívia, porém que certamente se observaria “de perto quaisquer impactos potenciais na atmosfera para investimentos do setor privado na Bolívia em termos a adesão do governo boliviano às suas obrigações contratuais”.<sup>1160</sup>

No encontro, no entanto, a estrela foi Tabaré Vasquez, que criticou o Mercosul afirmando que este “não é uma jaula de ouro nem clube onde há sócios de 1ª e 2ª

---

<sup>1156</sup> PALACIOS, Ariel. “França pede à Argentina ‘regras claras’ para empresas privatizadas”. *O Estado de S. Paulo*, 26 de julho de 2003, p. 25.

<sup>1157</sup> “Kirchner promete ‘revolução’”. *O Fluminense*, 25 de julho de 2003, p. 8.

<sup>1158</sup> ALVES, Fábio. “Kirchner descarta nova proposta a credores”. *O Estado de S. Paulo*, 06 de maio de 2004, p. B20.

<sup>1159</sup> *Veja*, 12 de maio de 2004, p. 39.

<sup>1160</sup> SOTERO, Paulo. “‘Mercosul não é jaula de ouro’, diz Tabaré”. *O Estado de S. Paulo*, 03 de maio de 2006, p. 23.

categorias”.<sup>1161</sup> Vázquez esteve no Conselho das Américas e declarou que o Uruguai estava interessado em “trabalhar com os Estados Unidos para aprofundar a base legal entre ambos os países, para melhorar nosso acesso a mercados de bens e serviços”.<sup>1162</sup>

O ambiente hostil do Conselho das Américas não impediu, porém, o presidente equatoriano Rafael Correa de defender publicamente a cassação feita por Chávez do canal RCTV após a tentativa de golpe que sofreu em 2002. Correa, segundo o Estadão, afirmou em Nova York: **“Se fosse no Equador, eu faria o mesmo, porque a TV venezuelana apoiou o golpe. A lei equatoriana determina a suspensão de licença de qualquer meio de comunicação que atente contra a ordem democrática”**.<sup>1163</sup> Esta foi talvez a mais forte declaração pública, num evento do Conselho das Américas, de um líder de um país latino-americano.

Correa também falou sobre sua proposta de acabar com a dolarização no Equador, instituindo uma moeda regional (“assim teremos uma política monetária regional, em vez de seguir a dos EUA”), e defendeu a nova Carta por ele proposta, onde se previa reeleição. Correa defendeu essa proposta citando os casos do Brasil e dos próprios EUA, onde existe o estatuto da reeleição.<sup>1164</sup> Não encontramos nenhum outro registro da participação de Rafael Correa em outros eventos no Conselho das Américas.

Pela primeira vez após muitos anos recusando os convites do Conselho das Américas, em 2007 Hugo Chávez não comparece, mas envia um representante, seu Embaixador em Washington, Bernardo Álvarez Herrera, para um evento patrocinado pela Chevron na sede do Conselho em Nova York. Herrera teria destacado o forte comércio com os Estados Unidos, principalmente a Flórida e o Texas.<sup>1165</sup>

Alguns anos antes, em 2005, um encontro do Conselho das Américas havia despertado a reação de Chávez: foi num evento da entidade que Roger Noriega afirmou que o presidente venezuelano não era um amigo dos Estados Unidos, e Chávez, em resposta, afirmou que os Estados Unidos eram um Estado terrorista.

Em um cablegate da Embaixada norte-americana em Santiago, encontramos a ocorrência, em 2005, de um evento patrocinado pelo Conselho das Américas com os

---

<sup>1161</sup> *Ibid.*

<sup>1162</sup> “Uruguai ameaça firmar acordo comercial com EUA”. *Jornal do Brasil*, 04 de maio de 2006, p. 18.

<sup>1163</sup> CAMPOS MELLO, Patricia. “Em NY, Correa defende reeleição em nova Carta”. *O Estado de S. Paulo*, 26 de setembro de 2007, p. 14.

<sup>1164</sup> CAMPOS MELLO, Patricia. “Em NY, Correa defende reeleição em nova Carta”. *O Estado de S. Paulo*, 26 de setembro de 2007, p. 14.

<sup>1165</sup> “D’AVILA, Sergio. “Embaixador da Venezuela elogia os EUA”. *Folha de São Paulo*, 07 de novembro de 2007, p.A14.

assessores econômicos dos três principais candidatos à presidência do Chile, ocorrido em 22 de junho de 2005. Segundo o telegrama, datado de 27 de julho de 2005, “os três concordaram que a administração Lagos realizou significativas conquistas na área macroeconômica” [The three agreed the Lagos administration had made significant achievements in the macroeconomic area]. Participaram do evento, co-patrocinado pela AMCHAM e pelo *El Mercurio* em Nova York, Jorge Marshall, assessor da candidata Michelle Bachelet, que teria se posicionado em defesa da política da *Concertación*; Jose Ramon Valente, assessor do candidato pela UDI Joaquin Lavín, quem teria afirmado que Bachelet seguiria seus “sentimentos socialistas” e não seus assessores defensores do livre mercado; e Felipe Morande, assessor de Sebastian Piñera, candidato pelo Renovación Nacional, quem abriu pessoalmente a conferência.<sup>1166</sup>

Voltando à Argentina, os representantes do governo da presidente Cristina Kirchner cumpriram o ritual de sempre: garantiram que a Argentina não daria um novo “calote” da dívida pública, durante uma reunião do Conselho das Américas, em Buenos Aires; e insistiram que o país, “ao contrário das recentes especulações na Europa e nos Estados Unidos”, “pagará normalmente os vencimentos da dívida nos próximos anos”. “A Argentina vai cumprir com todos e cada um de seus compromissos. Ninguém com boas intenções pode ter dúvida disso”, disse na ocasião o chefe do Gabinete de Ministros, Sergio Massa.<sup>1167</sup>

No auditório do Hotel Alvear, onde foi realizada a reunião, centenas de empresários americanos, argentinos e de outros países perguntavam sobre a real capacidade do governo Cristina de pagar os vencimentos da dívida de 2008, 2009 e 2010. ‘A Argentina é um país amigável para aqueles que queiram investir. Saibam que aqui está um governo vai defender, promover e proteger cada dólar que enterrem no país, pois significa mais trabalho’, afirmou Massa. No entanto, o verbo ‘enterrar’ que o ministro aplicou ao dólar causou comentários irônicos.

Em agosto de 2002, às vésperas das eleições nacionais no Brasil, o Conselho das Américas, junto com o *The Wall Street Journal* e o *Estado de S. Paulo*, realiza um seminário em São Paulo intitulado “Brasil e Wall Street: face a face”, tendo como principal convidado o professor de Columbia Albert Fishlow. O evento aconteceu horas antes do anúncio de um novo pacote de ajuda do FMI.

---

<sup>1166</sup> KELLY, Craig. **Presidential candidates’ economic advisors outline goals.** *US Embassy in Santiago para Secretary of State*, 27 de julho de 2005, *Unclassified*. Canonical ID: 05SANTIAGO1592\_a. Disponível em: [wikileaks.org/plusd/cables/05SANTIAGO1592\\_a.html](http://wikileaks.org/plusd/cables/05SANTIAGO1592_a.html).

<sup>1167</sup> PALACIOS, Ariel. “Argentina promete pagar dívidas”. *O Estado de S. Paulo*, 28 de agosto de 2008, p. 51.

O seminário marcou o início das atividades do núcleo de eventos especiais da Agência Estado, e contou com mais de 200 empresários e executivos que acompanharam palestras no Hotel Sheraton Mofarrej. Rodrigo Mesquita, diretor-geral da Agência Estado, afirmou na abertura do encontro que a “difícil construção da estabilidade econômica” era um dos pilares do “processo de democratização” do país. Susan Kaufman Purcell, pelo Conselho das Américas, afirmou que o Brasil vivia um “momento crítico pré-eleitoral”, ao mesmo tempo em que nos EUA, o Congresso acabava de aprovar a Autoridade de Promoção Comercial.<sup>1168</sup>

Foram convidados ao encontro o ministro da agricultura, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, o secretário-geral da UNCTAD, Rubens Ricúpero; o economista Paulo Leme, do Goldman Sachs o presidente do BC, Armínio Fraga, dos economistas americanos Richard Fischer e Gesner de Oliveira.

Fishlow elogiou o plano Real e as medidas do presidente Fernando Henrique Cardoso, afirmando que eram praticamente irreversíveis. Questionado sobre uma possível mudança nessa política com a eleição de Lula ou de Ciro Gomes, Fishlow respondeu que a estabilização econômica e o pagamento da dívida continuariam

independentemente do vencedor das eleições. Porque vejo uma continuidade na política. Não acho que o Brasil vai alterar a política de um dia para o outro. O País já investiu oito anos no Plano Real. Está com uma taxa de inflação menor de 10%. Está com o mercado mais aberto. E há algum avanço no campo da educação. Não vejo alguém querendo mudar isso no primeiro dia de governo.

Além disso, Fishlow mencionou o nome de Armínio Fraga como um bom nome para ministro da Fazenda; disse que o novo governo teria condições para “alongar a dívida”.<sup>1169</sup> Tratava-se, evidentemente, de uma atividade favorável à candidatura do PSDB, José Serra. Entretanto, naquele ano as urnas deram um resultado amplamente favorável a Lula, que, como vimos, não era personalidade desconhecida no Conselho das Américas, tendo participado de vários eventos da entidade desde 1994.

Em abril de 2003, é o secretário de Estado Colin Powell confere a primeira declaração pública abertamente elogiosa a Lula. Segundo reportagem de Paulo Sotero sobre um evento do Conselho das Américas:

A ousada aposta que o presidente Lula fez ao abraçar e aprofundar os principais elementos da política econômica de seu antecessor, e dar ênfase à equidade social, foi o tema dominante da reunião anual do Conselho das Américas, que terminou ontem em Washington. ‘É importante para todo o hemisfério que essa experiência de reforma econômica pela vida da

<sup>1168</sup> “Encontro desfaz mitos entre Brasil e EUA”. *O Estado de S. Paulo*, 09 de agosto de 2002, p. 24.

<sup>1169</sup> “Fishlow prevê continuidade da política econômica”. *O Estado de S. Paulo*, 10 de agosto de 2002, p.B7.

democracia tenha êxito, para ser exemplo para a região e o mundo’, disse o secretário de Estado americano, Colin Powell, explicitando, pela primeira vez, os motivos da atitude francamente positiva que o mais direitista governo dos EUA em anos adotou perante o presidente mais esquerdista da história do Brasil”.<sup>1170</sup>

Também presente na reunião, o diretor geral do FMI, Horst Kohler, teria reforçado essa mensagem à plateia, defendendo “a urgente necessidade de tratar das questões de equidade social e de governança, de forma a **lastrear o apoio popular para o processo de reformas**”. “Estamos buscando iniciativas como o programa Fome Zero, por exemplo”, afirmou Kohler. “Powell chegou a afirmar, de maneira similar ao então ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu que ‘não aceitaremos mais que a economia do país vá bem e o povo vá mal’.”, segundo Sotero.<sup>1171</sup>

Até mesmo Roger Noriega, na qualidade de representante dos EUA na OEA, recém sabatinado no Senado americano para ocupar o cargo de secretário de Estado adjunto para a América Latina, disse, no Conselho das Américas: “**É do nosso interesse apoiar os esforços do presidente Lula para fechar o fosso entre ricos e pobres**, porque seu sucesso terá impacto sobre nossa visão em favor de um desenvolvimento integrado na região”.<sup>1172</sup>

John Snow foi o próximo a tecer elogios públicos ao governo petista na entidade de David Rockefeller. Em almoço no Conselho das Américas, dentro do Departamento de Estado, em Washington, o secretário do Tesouro americano, Snow, que havia visitado o Brasil duas semanas antes, elogiou Lula e sua equipe econômica, bem como líderes do Parlamento brasileiro. Snow teria afirmado, segundo o Estadão, que

Não há como estar com alguém como o presidente Lula, o ministro Palocci e o presidente Meirelles e não ficar profundamente encorajado com o fato de que os níveis mais altos do governo estão comprometidos com políticas econômicas sensatas, que vão colocar o Brasil num rumo muito melhor, de padrão de vida mais alto, mais emprego, uma economia em prosperidade e crescimento real.<sup>1173</sup>

---

<sup>1170</sup> SOTERO, Paulo. “Brasil serve de exemplo no Conselho das Américas”. *O Estado de S. Paulo*, 30 de abril de 2003, p. 18.

<sup>1171</sup> *Ibid.*

<sup>1172</sup> SOTERO, Paulo. “Bush convida Lula para cúpula em Washington”. *O Estado de S. Paulo*, 02 de maio de 2003, p. 4.

<sup>1173</sup> SOTERO, Paulo. “Em discurso, Snow elogia Lula e Palocci”. *O Estado de S. Paulo*, 29 de abril de 2003, p. 18. “Dólar fecha abaixo de R\$3”. *Jornal do Brasil*, 29 de abril de 2003, p.A8.

O próprio então presidente do Conselho das Américas, Myles Frechette, ex-diplomata de carreira que serviu como Embaixador americano na Colômbia, afirmou que a administração Bush apostaria em uma aproximação com o governo Lula.<sup>1174</sup>

Em maio de 2004, o então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, participa da 34ª Conferência Anual do Conselho das Américas.<sup>1175</sup> No mês seguinte, o próprio presidente Lula dedicou significativo espaço em sua agenda para o Conselho das Américas. Segundo coluna de Paulo Sotero no *Estado de S. Paulo*,

“Nunca vi um presidente dedicar tanto tempo de sua agenda para encontros públicos com empresários e executivos”, disse um analista de uma empresa de consultoria internacional especializada em risco político, que participará do seminário e do almoço com Lula, referindo-se ao fato de que o presidente deverá não apenas abrir o seminário, como assistir a pelo menos parte das apresentações de seus ministros, e ainda fazer um discurso durante um almoço. “Espero que ele e os ministros tenham muito a dizer, caso contrário o evento, que é uma boa iniciativa, passará a mensagem de que o governo não tem boa estratégia de comunicação, e isso é tão importante quando o conteúdo da política”.<sup>1176</sup>

Nos dias anteriores, o governo conseguiu aprovar a Lei de Falências, mas não conseguiu passar no Senado sua proposta de salário mínimo. Entretanto, uma declaração de Susan Purcell indicava que nem em todas as áreas o governo estava agradando. “As manifestações mais negativas que ouço de representantes de investidores são sobre a questão regulatória, principalmente na área de energia”, disse Purcell, então diretora do Conselho das Américas e líder de um grupo de estudos sobre Brasil.<sup>1177</sup>

Em 2005, Noriega falou, à conferência anual do Conselho das Américas, que Lula era “um verdadeiro democrata”:

Aplaudimos o novo papel do Brasil como líder regional e mundial e vemos o país como um parceiro valioso nos esforços de promover a segurança, a estabilidade e a prosperidade neste hemisfério e além.<sup>1178</sup>

---

<sup>1174</sup> SOTERO, Paulo. “EUA querem aprofundar relação com Lula”. *O Estado de S. Paulo*, 28 de abril de 2003, p. 16.

<sup>1175</sup> “Furlan participa de seminário nos EUA”. *Jornal do Brasil*, 03 de maio de 2004, p.A19.

<sup>1176</sup> SOTERO, Paulo. “Analista critica exposição de Lula em evento de NY”. *O Estado de S. Paulo*, 19 de junho de 2004, p. 21.

<sup>1177</sup> *Ibid.*

<sup>1178</sup> Roger Noriega é um americano de origem mexicana que fez carreira em Washington com apoio do lobby anticastrista e de políticos de extrema-direita republicana, tendo sido assessor da Lei Helms-Burton, que ampliou o embargo econômico contra Cuba nos anos 1990, enquanto trabalhava para o senador republicano Jesse Helms, da Carolina do Norte.

Para o jornalista Paulo Sotero, a decisão de enaltecer as relações com o Brasil estava relacionada a retirar do centro da agenda pública de Washington o confronto com Hugo Chávez. Nas palavras de Sotero,

Numa clara mudança de tática, Condoleezza, Noriega e o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, que também falou à plateia de executivos de multinacionais, deixaram passar todas as oportunidades de atacar diretamente o líder venezuelano, como faziam até recentemente. Limitaram-se a dizer que não basta ser eleito para ser democrático, é preciso também governar democraticamente.<sup>1179</sup>

Noriega e Condoleezza Rice acabavam de realizar uma viagem a vários países latino-americanos. Nesse mesmo evento, entretanto, Noriega afirmou também que “Apesar de a região estar, em sua maioria, comprometida com a democracia, em alguns países charlatões antiglobalização e falsos profetas do populismo conseguiram desacreditar líderes políticos responsáveis”.<sup>1180</sup>

Por ironia da história, a inglória tarefa de convencer os investidores do Conselho das Américas de que a crise política desencadeada com a denúncia do “mensalão”, em setembro de 2005, coube ao deputado Severino Cavalcanti, que estava em Nova York para uma Conferência Mundial dos Presidentes de Parlamento.<sup>1181</sup>

O escândalo, entretanto, não diminuiu o volume de elogios a Lula. Em maio de 2008, Bill Clinton fez uma palestra em Wall Street a convite do empresário brasileiro Mario Garnero, no Fórum de Desenvolvimento, organizado pelo Conselho das Américas e pela Associação das Nações Unidas – Brasil (Anubra).

Entre os brasileiros presentes no evento, estavam o usineiro José Pessoa de Queiroz Bisneto<sup>1182</sup> e o publicitário Nizan Guanaes<sup>1183</sup>, além de governadores e vice-governadores, que

<sup>1179</sup> SOTERO, Paulo. “Aplaudimos papel do Brasil como líder regional”. *O Estado de S. Paulo*, 04 de maio de 2005, p. 6.

<sup>1180</sup> “Casa Branca faz ameaça a Chávez”. *Jornal do Brasil*, 04 de maio de 2005, p.A9.

<sup>1181</sup> “EM NY, cochilos e contratempos”. *O Estado de S. Paulo*, 09 de setembro de 2005, p. 5.

<sup>1182</sup> Representante da quarta geração de uma das mais tradicionais famílias de Pernambuco, José Pessoa de Queiroz Bisneto deu continuidade ao império usineiro construído por seu avô, e seu grupo está entre os dez maiores produtores de açúcar e álcool do Brasil. Em 2004, ele criou a Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool, a CBAA, uma estrutura unificada criada para preparar as unidades usineiras para a abertura de capital. PINTO, Max. “A dinastia J. Pessoa”. *Dinheiro Rural*, 01 de junho de 2007. Disponível em: <<https://www.dinheiorural.com.br/secao/agronegocios/a-dinastia-j-pessoa>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2020. O usineiro enfrenta diversas denúncias de trabalho escravo, trabalho indígena, trabalho migrante, entre outras. Somente na quarta liberação de trabalho escravo, dentro de 2 anos, foram libertadas 1.468 pessoas de canaviais vinculados a sua empresa em diferentes estados do país, o que deu a seu grupo a imputação de recordista de uso de trabalho escravo no Brasil. HASHIZUME, Maurício. “Grupo J. Pessoa: mais de 1,4 mil libertados em quatro flagrantes”. *Repórter Brasil*, 09 de abril de 2010. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2010/04/grupo-j-pessoa-mais-de-1-4-mil-libertados-em-quatro-flagrantes/>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2020.

no dia anterior haviam submetido projetos de seus respectivos Estados em almoço promovido pelo *Council of the Americas*.

Em sua avaliação em relação ao governo Lula, Clinton afirmou simplesmente: “Quando vejo o que vocês estão fazendo, não consigo enxergar o que eu poderia fazer só um pouco melhor”.<sup>1184</sup>

Em setembro de 2008, Lula foi homenageado no próprio Conselho das Américas; e o jantar com ele foi o mais caro, dentre todos os presidentes latino-americanos. O Conselho das Américas promoveu uma semana de encontros com presidentes latino-americanos, exceto os de Venezuela e Cuba, aproveitando a ocasião da Assembléia Geral da ONU em Nova York. Os valores para participar em tais almoços variavam entre 150 e 400 dólares, sendo o jantar com Lula o mais caro entre todos.<sup>1185</sup>

Dando o aval do setor bancário, o presidente e CEO do BNY Mellon, Robert P. Kelly, disse que seu banco pretendia trazer mais investimentos para o Brasil, destacando os avanços da economia brasileira como “o controle da inflação”, “a retomada do crescimento” e “a redução da dívida em proporção ao PIB”. Ele estava participando junto com Roberto Setúbal, do Itaú Unibanco, do 2010 *Latin American Cities Conference: São Paulo*, onde foi dada a declaração.<sup>1186</sup>

Tudo mudaria a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff. No contexto do estremecimento das relações entre Brasil e Estados Unidos, em 2013, após a revelação do esquema de espionagem americano no país, que foi mencionado por Dilma Rousseff em seu discurso na Assembleia-Geral da ONU, o jornal *The New York Times* lançou a seguinte pergunta a especialistas: “quem ganha e quem perde com isso”? (O “isso”, no caso, seria o emperramento das relações entre os dois países).

Enquanto dois professores brasileiros avaliaram que eram os Estados Unidos que teriam mais a perder, já que a posição do Brasil poderia influenciar a pressão alemã, mexicana

---

<sup>1183</sup> Nizan Mansur de Carvalho Guanaes Gomes (1958-) é um publicitário e empresário baiano, dono do Grupo ABC de Comunicação, holding que reúne 18 empresas de publicidade, marketing, conteúdo e entretenimento; conglomerado que é considerado o 18º maior do mundo na área, segundo ranking do Advertising Age. MATTOS, Adriana. “Grupo ABC sobe em ranking mundial de publicidade”. *Valor Econômico*, 02 de maio de 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2012/05/02/grupo-abc-sobe-em-ranking-mundial-de-publicidade.ghtml>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2020.

<sup>1184</sup> RACY, Sonia. “Clinton: menos protecionismo é inevitável”. *O Estado de S. Paulo*, 03 de maio de 2008, p. 24.

<sup>1185</sup> KUCHLER, Adriana. “Jantar com Lula é US\$150 mais caro que com colegas latinos”. *Folha de São Paulo*, 04 de setembro de 2008, p.A8. Ver também BERGAMASO, Daniel. “Lula discute a crise em NY com chefes de Estado”. *Folha de São Paulo*, 22 de setembro de 2008, p. B5.

<sup>1186</sup> ASSIS, Francisco Carlos de. “BNY Mellon amplia aposta no Brasil”. *O Estado de S. Paulo*, 19 de maio de 2010, p. 35.

e indiana no mesmo tema, o vice-presidente do Conselho das Américas, Eric Farnsworth afirmou que era o Brasil quem saía perdendo ao criticar os EUA “de modo tão forte e tão público”. Segundo ele, “Dilma congelou a agenda bilateral e criou condições em que será difícil avançar no curto prazo”. E, comentando o cancelamento (na verdade, adiamento) da viagem de Dilma aos EUA, afirmou que “no final vai sair mais caro para o Brasil”, pois estreitaria o caminho brasileiro para suas supostas “ambições globais”, como o assento no Conselho de Segurança da ONU.<sup>1187</sup>

## 5.6. A ARGENTINA DE MACRI

Analisando os textos publicados no site da AS-COA e na Americas Society nos anos de 2016 e 2017, podemos observar uma grande comemoração em torno da eleição de Mauricio Macri, apresentado sempre como um presidente “*pro-business*”, declarando “a derrota do populismo e do peronismo” na Argentina. Em 7 de dezembro de 2017, a AS-COA já promoveu um debate em Nova York com economistas e cientistas políticos sobre os “desafios da nova presidência”.

A entidade sempre elabora listas de empresários e políticos promissores. Na Argentina atual, segundo a AS-COA, o maior empreendedor argentino é Maximo Cavazzani, criador da **Etermax**, companhia de jogos multiplataforma. No cenário político, o destaque vai para **María Eugenia Vidal**, governadora da província de Buenos Aires, que a *Americas Quarterly* apresenta como a principal aliada de Macri.

Antes disso, em agosto de 2016, a AS-COA organizou um grande evento em Buenos Aires, com Jorge Luis Di Fioro, presidente da Cámara Argentina de Comercio y Servicios; Horacio Rodríguez Larreta, chefe de governo da cidade de Buenos Aires; Marcos Peña, chefe do Gabinete de Ministros; e contou com Francisco Cabrera, Ministro de Produção, e Andrés Ibarra, ministro da Modernização, como oradores especiais. Um dos painéis do evento contou com os governadores Juan Manuel Urtubey (Salta), Maria Eugenia Vidal (Buenos Aires) e Ruben Ramírez, representante do Banco de Desarrollo de America Latina. Um painel intitulado “Agenda legislativa para el futuro de Argentina” contou com a deputada Graciela Camaño (Frente Renovador), os senadores Julio Cobos (Unión Civica Radical); Federico Pinedo (Frente Pro); Omar Perotti (Frente para la Victoria) e Jorge Arguello da Fundación Embajada Abierta. Segundo o resumo da conferência no site da AS-COA, “La necesidad de

---

<sup>1187</sup> “Analistas veem Obama mais pressionado”. *O Estado de S. Paulo*, 26 de setembro de 2013, p. 10.

dar señales de estabilidad económica y política a inversores, junto a un fuerte apoyo a la iniciativa privada, estuvieron presentes en todos los discursos” (DAY, 2016).

Um dos destaques entre as análises da AS-COA sobre Macri foi para a nova credibilidade do país junto ao FMI com relação a estatísticas. Segundo uma reportagem da AS-COA, o movimento de Macri no sentido de reformar o Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC) foi uma das primeiras vitórias da agenda de reforma do novo governo, oferecendo um sinal positivo para investidores hesitantes (O’BOYLE, 2016).

Segundo um CEO da AS-COA, há inúmeros feitos a comemorar no governo Macri: o “retorno da Argentina” para os mercados de capital “após um hiato de 15 anos”; a modificação na legislação, “crucial para melhorar o ambiente de negócios”, mesmo contra um congresso dominado pela oposição, e os avanços nos laços bilaterais e multilaterais. Macri seria o representante de uma “revolução feliz” que trouxe a Argentina de volta à “normalização” e “de volta ao mundo” (DÍAZ & LOUGH, 2016).<sup>1188</sup> A eleição de Macri foi vista como uma derrota memorável do peronismo. Também é destacada a possibilidade da Argentina se erguer como modelo político e econômico num continente turbulento.

Em 25 de agosto de 2016, a AS-COA realizou em Buenos Aires a Latin America Cities Conference, no Alvear Palace Hotel, em parceria com a Cámara Argentina de Comercio y Servicios, e com a colaboração de: Argencon, Asociación de Bancos de la Argentina (ABA), Asociación de Bancos Públicos y Privados de la República Argentina (ABAPPRA), Asociación de Bancos Argentinos (ADEBA), Asociación Empresaria Argentina (AEA), Bolsa de Comercio de Buenos Aires (BCBA), Cámara de Comercio de los Estados Unidos en Argentina (AmCham), Endeavor Argentina, Sector Privado de las Américas (SPA), Unión Industrial Argentina (UIA). Em seqüência, cinco dias depois, ocorreu, também sob iniciativa da AS-COA, o CFO Forum Buenos Aires.

Apenas a partir dos artigos e eventos organizados pela AS-COA não é possível ter uma dimensão exata de sua capacidade de organização e influência, já que sua atividade é em grande parte subterrânea. Mas é possível observar que existe uma forte ligação entre os empresários ali organizados e o atual governo argentino.

Também em 2016, o Brasil mudaria radicalmente de governo, quando um golpe institucional (parlamentar, judiciário e midiático) derrubaria a presidente Dilma Rousseff (PT) do governo, em 2016. Temer não era desconhecido do Conselho. Em 2010, ele esteve representando o Brasil em um evento da entidade, noticiado pela imprensa brasileira:

---

<sup>1188</sup> Heidi Lough é do grupo Cefeidas.

Em um ousado e estratégico passo político para além do cargo, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB), vestiu-se de vice de Dilma Rousseff, ontem, em Nova York e revelou uma ideia sua para provar que está alinhado com a questão social do atual governo, tão elogiada pelos americanos. Na plateia, durante almoço promovido pelo Conselho das Américas, Temer, ao parlatório, disse que o país pode criar uma poupança para menores beneficiários do Bolsa Família, vinda de um acréscimo ao benefício mensal. O dinheiro, com os devidos juros, só seria sacado pelo cidadão quando completasse o ensino fundamental.<sup>1189</sup>

A participação de um recém empossado presidente brasileiro Michel Temer num almoço executivo promovido pela AMCHAM (*American Chamber of Commerce*) e pela ASCOA (*Americas Society/Council of the Americas*) no dia 21 de setembro de 2016, em Nova York, repercutiu na imprensa brasileira e chamou a atenção do mundo. Tratava-se da primeira viagem internacional do ex-vice de Dilma Rousseff. No encontro, Temer e seu ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, acompanhados de mais 7 ministros, foram tranquilizar o público, formado por grandes empresários e investidores americanos, sobre as medidas que estão sendo tomadas para tornar o Brasil mais “atrativo” para eles. Em seu discurso de 40 minutos, Meirelles prometeu aprovar a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que limitaria os gastos públicos, realizando um profundo “ajuste” fiscal, e desmantelando os mecanismos de garantias sociais inscritos na Constituição de 1988. Além disso, Temer e seus sete ministros levaram um portfólio de mais de 30 empresas estatais a serem vendidas, as quais poderiam ser compradas pelo capital estrangeiro. A *Folha de São Paulo* reportou o discurso de Temer destacando a afirmação de que “o Brasil vive uma estabilidade extraordinária”.<sup>1190</sup>

Desde 2015, o Brasil via o crescimento de uma onda conservadora que se expressou já na eleição, em 2014, do Congresso mais conservador desde a ditadura militar. A campanha pela derrubada de Dilma esteve sempre alinhada à defesa das contrarreformas, além de um visceral anti-petismo. Entre 2015 e 2018, são criadas as condições para a ascensão da extrema-direita.

## 5.7. O CONSELHO DAS AMÉRICAS E AS ELEIÇÕES DE 2018 NO BRASIL

“Estendo a mão aos senhores. Entendam a minha inexperiência em algumas áreas, mas o mais importante é a vontade de acertar”, afirmou o então presidenciável brasileiro Jair

<sup>1189</sup> “Ele já fala como o vice”. *Jornal do Brasil*, 21 de maio de 2010, p.A4.

<sup>1190</sup> “País vive estabilidade extraordinária, diz presidente”. *Folha de São Paulo*, 22 de setembro de 2016, p.A4. Ver também OTTA, Lu Aiko. “Na Assembléia-geral, Temer falará sobre refugiados”. *O Estado de S. Paulo*, 15 de setembro de 2016, p. 10.

Bolsonaro (PSL/RJ) em uma reunião com o Conselho das Américas em Nova York, no dia 12 de outubro de 2017, conforme apurou a *Folha de São Paulo*.<sup>1191</sup> “De vez em quando me perco nas palavras, sim, me perco, me perco, peço desculpas. Mas o nosso objetivo exatamente é o bem de todos”. Esse teria sido o tom de sua “auto-crítica”, conforme a reportagem.

No dia anterior, o presidenciável brasileiro havia participado de outro evento a portas fechadas na sede da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos (Brazil-US Chamber of Commerce), onde, bem como na reunião com o Conselho das Américas (ambos encontros tiveram áudios com trechos das palestras vazados à imprensa), reiterou seu apreço e “paixão” pelos Estados Unidos, de quem, entre outros, deveria ser importado o modelo trabalhista, “que não prevê direitos como férias e licença-maternidade”. Porém, para fazer isso no Brasil, disse Bolsonaro, seria necessário mudar a Constituição – daí a defesa que o candidato fazia, à época, de uma nova Constituinte e uma reformulação completa da legislação trabalhista.

“O custo-Brasil é altíssimo, a burocracia é enorme, o número de horas para abrir uma empresa no Brasil, acho que é...estamos em primeiro lugar no mundo!”, afirmou, entre “lugares-comuns a favor da livre-iniciativa”, nas palavras usadas na reportagem da *Folha*. “Temos que ressuscitar o Hélio Beltrão [Ministro do Planejamento da ditadura militar de 1964], né, mas revigorado, para desburocratizar o Brasil”, teria dito Bolsonaro em um dos eventos.

Tentando transparecer humildade e boa-vontade junto aos empresários americanos, mas também utilizando certo tom de chantagem, Bolsonaro teria dito: “Tem muita gente mais preparada que eu, mas no Brasil hoje o pessoal ‘tá’ alvejado. Praticamente não tem candidato que se apresenta aí que não tenha problemas na Lava-Jato ou já tiveram no mensalão”. Porém, saindo da defensiva, acenou para avaliações que podem ter preocupado alguns dos presentes. Por exemplo, sobre a relação em um futuro governo seu com o Judiciário e o Congresso, afirmou que o primeiro é “aparelhado” e que o segundo era um “gargalo” para o Executivo. Porém, garantiu que teria maioria na Câmara, pois contaria com “um sentimento muito grande que pode unir o Parlamento brasileiro”, principalmente as bancadas da segurança, evangélica e do agronegócio (conhecidas como da bala, da bíblia e do boi), como sustentação para um eventual governo seu.

---

<sup>1191</sup> BILENKY, Thais. “A investidores Bolsonaro diz que é inexperiente mas não está alvejado”. *Folha de São Paulo*, 13 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1926652-a-investidores-bolsonaro-diz-que-e-inexperiente-mas-nao-esta-alvejado.shtml>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2019.

Sobre o encontro no Conselho das Américas, o jornalista Brian Winter, diretor de política do Conselho das Américas e editor da revista *Americas Quarterly* (publicação quadrimestral do Conselho das Américas), afirmou, em um artigo intitulado “Falha no sistema: por trás da ascensão de Jair Bolsonaro”:

Em uma reunião de outubro no Conselho das Américas, uma das organizações que publica a *AQ*, em Nova York, Jair Bolsonaro delineou uma visão básica para um Estado com menos tentáculos, com privatizações e impostos mais baixos. (O evento não foi aberto ao público, mas uma gravação de áudio foi vazada para a imprensa brasileira.) A agenda contrastava com as declarações passadas de Bolsonaro — afinal de contas, ele uma vez sugeriu que um presidente fosse fuzilado por promover privatizações — mas o candidato afirmou que sua visão evoluiu. “Não sou economista”, disse mais de uma vez, prometendo nomear uma forte equipe de conselheiros.<sup>1192</sup>

No mesmo artigo, Brian Winter alertava que a eleição de Bolsonaro era um perigo à democracia no Brasil, e ela era bem provável, tendo em vista muitos fatores; entre eles, uma pesquisa do *Pew Research Center*<sup>1193</sup>, segundo a qual o Brasil teria um nível de satisfação com a democracia mais baixo de toda América Latina. Além disso, teria a seu favor o evidente apelo popular para uma política mais repressiva com relação ao crime (uma das maiores preocupações dos eleitores, mesmo no Nordeste, forte base eleitoral de Lula). Sobre a relação com o empresariado, Winter notou que, ainda no fim do ano anterior,

alguns líderes empresariais anteriormente cétricos, no Brasil e no exterior, começavam a se aproximar. Um descreveu Bolsonaro como uma “defesa de último recurso” se Lula não for impedido de se candidatar por seus problemas legais e continuar liderando as pesquisas em meados de 2018.<sup>1194</sup>

O grande empresariado brasileiro, através de diversas representações, freqüente regularmente os espaços de análise política da AS-COA. Vejamos um episódio da relação do Conselho das Américas e o empresariado brasileiro diante da possibilidade da eleição de Jair Bolsonaro, e, por fim como a *Americas Quarterly* vem sendo um fórum de análise e debate de posições diferentes sobre o governo Bolsonaro.

<sup>1192</sup> WINTER, Brian. “System failure: behind the rise of Jair Bolsonaro”. *Americas Quarterly*, 24 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.as-coa.org/articles/system-failure-behind-rise-jair-bolsonaro>.

<sup>1193</sup> A pesquisa, divulgada em outubro de 2017, está disponível em: <http://www.pewglobal.org/2017/10/16/globally-broad-support-for-representative-and-direct-democracy/>. WIKE, Richard; SIMMONS, Katie; STOKES, Bruce & FETTEROLF. “Globally, broad support for representative and Direct Democracy”. *Pew Global*, 16 de outubro de 2017. Acesso em: 14 de janeiro de 2019.

<sup>1194</sup> *Ibid.*

### 5.7.1. O debate sobre as eleições brasileiras de 2018 no Conselho das Américas: convergências e divergências entre intelectuais orgânicos

A mesma lucidez de Winter apresentara Elcior Santana, professor da Georgetown University e diretor do Movimento Brasil Competitivo. Em um evento para debater as eleições próximas no Brasil, em 25 de julho de 2018<sup>1195</sup>, Santana se sentiu obrigado a falar sobre a participação de Bolsonaro em um evento na CNI (Confederação Nacional da Indústria), onde o candidato foi ovacionado. Em suas palavras:

Bolsonaro esteve na CNI, a Confederação nacional da Indústria, no Brasil (eles tem chamado todos os candidatos, e quando Bolsonaro foi, foi muito aplaudido, foi o mais aplaudido de todos os presidenciais...) [...] E porque? Porque... algumas pessoas do setor privado gostam dele, e tendem a acreditar que Bolsonaro pode ‘entregar a coisa’ [deliver the thing]. [...] Mas [essa] é uma visão de curto prazo. [...] Se há um candidato que pode ser um desastre para o setor privado é exatamente Bolsonaro, porque: 1. você tem uma agitação social (social unrest), [...] e ele diz que tem que voltar a ditadura, que tem que encher os ministérios com generais, que a solução do Brasil é repressão, etc etc etc. Então essa ideia é um grande erro; aqui vale uma velha máxima de Fausto, ‘aposte e perca’.” (grifos nossos).

Em sua fala, que se voltou para uma análise dos assessores econômicos de quatro presidenciais considerados centrais (Geraldo Alckmin, Marina Silva, Ciro Gomes e Jair Bolsonaro), embora tenha polidamente elogiado Paulo Guedes, falava do economista com claro desprezo e deboche, tanto do candidato como de seu assessor: “O Bolsonaro admite que não sabe nada de economia”.

Raquel Krahenbuhl, correspondente em Washington para a *Globo News*, que fazia a mediação e as questões para os convidados, interrompeu: “E a CNI, apóia ele?”

“Uma parte sim, outra não”, respondeu Santana, emendando, agora sobre Guedes:

Paulo Guedes é um economista old school... hum, deixe-me refazer a frase: um cara esperto, também um professor, ele é o cara que a gente costumava chamar de Chicago boy. É claro que estou sendo um pouco provocativo, ele provavelmente dirá outra coisa, mas pelo que vi do que [Paulo Guedes] tem declarado...é a velha receita ultrapassada que veio de Chicago nos anos 1970, implementada no Chile.

Sobre os assessores dos outros candidatos, o diretor do MBC teceu elogios, especialmente a Persio Arida (assessor de Alckmin) e André Lara Resende (de Marina Silva). Entre os candidatos, os mais elogiados foram Alckmin e Marina. Alckmin, segundo Santana,

<sup>1195</sup> O webcast do painel encontra-se disponível no site da AS-COA: <https://www.as-coa.org/events/expert-update-brazil>. Acesso em: 14 de janeiro de 2019.

teria sido “bom governador” e “mostrado comprometimento com responsabilidade fiscal, focado nas reformas, claramente sabe que as reformas são necessárias, e insiste que não existe solução sem crescimento”; saberia que deveriam ser feitos investimentos em infraestrutura e na educação; além disso, segundo Santana, “ele é bastante aberto para investimento estrangeiro e estimular também o investimento interno”. Além disso, aconselhado por Pêrsio Arida, “um cara muito criativo, brilhante, pronto para o risco, mas também é sólido, é meu amigo. Isso é um ótimo sinal, ele consegue atingir as metas.”

A candidata Marina teria o “luxo” de ter em sua candidatura dois excelentes conselheiros: [Eduardo] Giannetti (autor de *O complexo de vira-lata*, livro recomendado por Santana); e também Andre Lara Resende, um dos mentores do Plano Real, junto com Pêrsio Arida. Por sua vez, Ciro Gomes também não seria mal, pois teria também um “bom conselheiro, um professor da FGV, Nelson Marconi, também sério, competente, e sabe que tem que ser feitos ajustes fiscais” [...] “e o fez quando foi governador do Ceará”. Contrariando a análise de Paulo Sotero, que havia classificado tanto Ciro como Bolsonaro como “populistas” em sua fala, Santana disse, sobre Ciro, que “ele não fez a coisa populista tradicional, como prefeito e como governador”; “tem credibilidade em termos do que está comprometido e tem capacidade de implementar”.

É interessante notar como Santana foi o único entre os “*experts*” convidados a participar da mesa a colocar a questão da desigualdade como um “problema dramático” no Brasil, iniciando sua fala afirmando que a questão central no Brasil seria como combinar a redução da desigualdade com uma “administração econômica séria”. Por “séria”, provavelmente queria dizer contrarreformas, ajuste fiscal, etc. De toda forma, há aqui uma preocupação com a desigualdade social, no sentido de prevenir ou conter a “agitação social” – termo, como vimos acima, mencionado em outro momento de sua fala. Isto é, a questão de como prevenir ou amenizar o conflito social está entre as preocupações deste intelectual orgânico.

Ao contrário, Paulo Sotero, diretor do *Brazil Institute*, do Wilson Center<sup>1196</sup>, iniciou sua fala com outro tipo de preocupação: repetindo o velho chavão de que “nos últimos 30 anos, todos os países abriram suas economias, menos o Brasil”, supostamente “porque nossos empresários gostam assim” (em uma possível provocação a Santana), Sotero respondeu à questão de se o Brasil seguiria na tendência latino-americana e internacional de governos de extrema-direita com uma negativa. Considerando improvável que a Lula fosse permitida a candidatura presidencial (avaliação compartilhada por todos na mesa), Sotero alertava que havia sim dois “populistas” no páreo, Ciro Gomes e Jair Bolsonaro. Ciro seria um “político talentoso”, mas que “só faz barulho”; e Bolsonaro seria um parlamentar improdutivo, que diz que tem apoio militar mas não tem, além de afirmar publicamente que não sabe nada de economia. Ambos se apresentam como anti-stablishment sem o serem. A esperança de Sotero estava claramente em Alckmin – que embora não fosse, segundo ele “o político mais carismático do Brasil” e de ter grande rejeição nas pesquisas, teve em suas mãos o governo de São Paulo por quatro vezes, e “seu governo não é ruim, São Paulo funciona bem” – que estaria em breve, após acordo com o chamado “Centrão”, o maior tempo de televisão disparado; e também em Marina Silva, uma pessoa que ele dizia conhecer e admirar profundamente, e que estava então em segundo lugar nas pesquisas, logo após Bolsonaro (que teria atingido seu “teto”). Podemos notar hoje como o prognóstico de Sotero, em muitos quesitos, estava equivocado, tanto em relação ao apoio militar de Bolsonaro, (o general Augusto Heleno, que havia recusado a vice-presidência na chapa, abraçou a candidatura e atualmente é o chefe do GSI, Gabinete de Segurança Institucional, com status ministerial e grande poder concentrado, principalmente através da chefia da ABIN, Agência Brasileira de Informações), quanto à questão do suposto “teto” do candidato; bem como sobre o tamanho

---

<sup>1196</sup> O *Brazil Institute*, criado em 2006 como parte do Wilson Center, afirma ter por objetivo “buscar um diálogo melhor em questões-chaves de preocupação bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos, aprimorando o entendimento, em Washington, das complexidades do Brasil como uma potência democrática regional e um *global player*”. Ver descrição em: <https://www.wilsoncenter.org/program/brazil-institute>. Acesso em: 14 de janeiro de 2019. No original: “Founded in 2006, the Brazil Institute seeks to foster dialogue on key issues of bilateral concern between Brazil and the United States, while advancing Washington’s understanding of the complexities of Brazil as a regional, democratic power and a global player.” Em seu blog “Inovozes”, o *Brazil Institute* divulga quem seriam os movimentos de renovação política mais promissores no Brasil, e entre eles estão o “Movimento Acredito!” e o RenovaBR: <https://www.wilsoncenter.org/blogs/inovozes>. O Wilson Center é um think tank oficializado pelo Congresso em 1968 como memorial oficial do presidente Woodrow Wilson, e se descreve como um “fórum político não-partidário para lidar com questões globais através de pesquisa independente e diálogo aberto para informar ideias factíveis para a comunidade política”. No original: “The Wilson Center, chartered by Congress in 1968 as the official memorial to President Woodrow Wilson, is the nation’s key non-partisan policy forum for tackling global issues through independent research and open dialogue to inform actionable ideas for the policy community.”

do impacto da propaganda eleitoral na televisão, que ele disse considerar decisivo, tendo como base as últimas eleições.

Sotero reiterou que, através de seus contatos próximos nas FFAA brasileiras, tinha certeza absoluta que “os militares mudaram”, que “defendem a Constituição”, “nem querem ouvir falar de ditadura militar”, e rendeu homenagem ao papel dos militares brasileiros tanto na pesquisa quanto em abrir caminhos na Amazônia (“estão facilitando expedições científicas na Amazônia, devemos isso aos militares”), e que portanto não apoiariam Bolsonaro, considerado mau militar, nem apoiariam a uma possível ditadura militar. O apelo de Bolsonaro estaria em sua mensagem de “lei e ordem”, “matem todos, prendam todos”, algo que teria muito apelo popular. Como contraponto, Sotero apresentava o exemplo do estado de São Paulo governado por Alckmin, que reduziu índices de criminalidade, em especial de homicídios, no que seria rebatido por Santana, quem lembrou que isso só foi possível por causa de seu acordo com o PCC. Ao final do debate, Elcio Santana fez questão de alertar para uma forte crise institucional que a expansão do PCC e o conflito com facções do estilo Comando Vermelho, do Rio, estaria para causar, “problema urgente” para o qual, segundo ele, poucos estariam atentos.

Em dois pontos, porém, Sotero e Santana concordavam. Em primeiro lugar, na avaliação de que existia uma crise institucional séria no Brasil. Sotero foi mais sucinto, afirmando apenas que o sistema político estaria colapsando, não por explosão, mas sim gradualmente, por exaustão. O que regeria a “classe política” seria o chamado “Estatuto da Gafieira”: os políticos estariam tentando se proteger como podem, o que levaria a que essas eleições gerassem pouca renovação na política, ao menos no nível parlamentar, mantendo a rota da “exaustão” do sistema político.

Já Santana seria muito mais enfático sobre essa questão, alertando sobre o papel exagerado do Judiciário no processo político. Isso se refletiria claramente no processo eleitoral, principalmente na questão relacionada à prisão de Lula. Segundo Santana, haveria muitos cenários possíveis dependendo exclusivamente de decisões de juízes do STF (Supremo Tribunal Federal), e toda essa interferência não seria um “bom sinal”. Em suas palavras,

isso não é sinal de força das instituições [...] tem se tornado destorcido, no sentido de que a judicialização da política, ou a politização do judiciário, ambas, têm sido muito fortes, e tomando decisões às vezes contrárias [referia-se ao caso em que em um mesmo dia três diferentes decisões foram tomadas por juízes sobre a soltura de Lula] [...] é uma bagunça gigante”.

E emendou, fazendo uma auto-crítica pouco usual entre figuras tão auto-confiantes em suas assertivas:

Três anos atrás Eric [Farnsworth, do Conselho das Américas] me convidou para falar aqui e eu insistia que as instituições no Brasil eram sólidas. Eu não repetiria isso hoje. As linhas se moveram.... as linhas entre Judiciário, Executivo e Congresso, as divisões de trabalho tradicionais entre os três poderes, isso está se movendo de maneira preocupante.

Na mesma fala, em mais um ataque contra o anacronismo da doutrina de choque (obviamente ele não usa os epítetos tradicionalmente dados pela esquerda, como “cartilha neoliberal”, etc, porém é evidente que é a isso que se refere), Elcio Santana parece ter surpreendido os demais afirmando em uma resposta a Raquel Krahenbuhl que “sim”, Lula já estaria influenciando nas eleições, mesmo na cadeia; e talvez para maior surpresa dos demais, disse que Fernando Haddad (PT) era um político “muito preparado”, tendo ganhado o Prêmio Bloomberg para melhores prefeitos do mundo; que era qualificado e que até então não aparecia em nenhum escândalo de corrupção.

O representante do MBC terminou sua participação no evento recomendando dois livros: *How Democracies Die*, de Steve Levitsky e Daniel Ziblatt<sup>1197</sup>; e um livro de Santiago Levy, diretor do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), no qual o autor comprovaria que o México, apesar de ter seguido a receita estrita dos “livros” [cartilhas], da “responsabilidade fiscal e etc”, não conseguia mais crescimento econômico.<sup>1198</sup> Ao que se seguiu uma sutil guerra de recomendações de livros, que claramente expressava discordâncias significativas não somente de visão e de prognóstico, mas também de ação política.

É sobre esse próximo ponto que versaremos, sobre como a AS-COA entrevistou mais diretamente no processo eleitoral de 2018, ao apoiar uma frente eleitoral batizada de RenovaBR.

### 5.7.2. O Conselho das Américas e o “RenovaBR”

A atuação do Conselho das Américas nas eleições de 2018 no Brasil não se resumiram a artigos de análise ou de debate entre *experts*; em maio de 2018, o Conselho deixou bastante

---

<sup>1197</sup> LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. *How Democracies die*. New York: Crown, 2018. As teses de Levitsky e Ziblatt tiveram ampla repercussão na imprensa brasileira e circulou bastante entre intelectuais após uma palestra realizada no Instituto Fernando Henrique Cardoso.

<sup>1198</sup> Santana estava provavelmente referindo-se ao seguinte livro: LEVY, Santiago. *Esfuerzos mal recompensados*. La elusiva búsqueda de la prosperidad en México. Banco Interamericano de Desarrollo, 2018.

clara sua posição em favor de um movimento eleitoral que começara a ser impulsionado pelo empresário Eduardo Mufarej ainda em outubro de 2017: o RenovaBR. Com apoio de Luciano Huck e outras figuras midiáticas menores, o RenovaBR constituiu aquilo que poderíamos classificar, a partir das distinções de René Dreifuss, um pivô voltado para as eleições de 2018, porém, como veremos, com a perspectiva de consolidar no Brasil um nível de “profissionalização da política” inaudito.

Em evento realizado na sede do Conselho em 16 de maio de 2018, intitulado “Renovação política e novas lideranças no Brasil” – também gravado e disponível em no site do conselho – lideranças do RenovaBR, entre eles o próprio fundador, Eduardo Mufarej, apresentaram-se como representantes de uma “nova geração de líderes do setor público”, destacando “o interesse de jovens e profissionais capazes com a política brasileira”.

Segundo a presidente do Conselho, Susan Segall, que abriu o evento, Eduardo Mufarej a teria contatado em março com a ideia de realizar o evento, e a proposta fora recebida com entusiasmo pela entidade, que viu no RenovaBR e na atuação de Mufarej à frente dele uma excelente alternativa para “transformar o dialogo [político]”, “formar novas lideranças políticas no Brasil e em toda a América Latina”; lideranças essas comprometidas com uma “política responsável” e com a “diversidade”; asseverando que isso deveria ser o futuro da política, em suas palavras.

O painel foi uma realização da AS-COA não apenas com o RenovaBR, mas também com a *Brazil Foundation*<sup>1199</sup> e a *Brazilian-American Chamber of Commerce*. Os membros do

<sup>1199</sup> A *Brazil Foundation* é uma ONG criada por brasileiros em Nova York em 2004, que diz buscar “identificar e apoiar iniciativas que permitam um futuro de igualdade de acesso, justiça social e oportunidades para todos os brasileiros”. Como o RenovaBR, também atua na área de seleção e capacitação de lideranças. Em seu próprio site, diz contar, a partir de suas parcerias com organizações sociais, com: 500 organizações apoiadas; 1500 líderes; 40 mil dólares mobilizados entre 2000 e 2015 (!); 11040 propostas de projetos recebidos; presença em 26 estados. Na aba “Modelo”, entre os métodos descritos pela entidade, encontramos “Conectar – Somos pioneiros na filantropia brasileira [...] “Colaborar”. “Capacitar”; “Financiar” e “Reportar”. Trata-se de um aparelho privado empresarial que tem como “parceiros”: BVSA (Bolsa de Valores Socioambientais; Downy; Fundação Affonso Brandão Hennel; Instituto Embraer; phi; Astellas USA Foudation; LATAM Airlines e Tozzini & Freire Advogados. A *Brazil Foundation* tem comitês no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Nova York, em Los Angeles e em Miami. Como “valores”, a ONG diz prezar por “Justiça Social e Igualdade de Direito”; “Confiança e Respeito”; “Empatia e Diversidade”; “Integridade e Transparência”; “Diálogo e Colaboração”. Em sua descrição principal, afirma ter como missão “mobilizar recursos para ideias e ações que transformam o Brasil. Trabalhamos com líderes e organizações sociais e uma rede global de apoiadores para promover igualdade, justiça social e oportunidade para todos os brasileiros”. BRAZIL FOUNDATION, “Quem somos”. Disponível em: <<https://brazilfoundation.org/quem-somos?lang=pt-br>>. Acesso em: 14.01.2019. Ao que tudo indica, trata-se de uma organização cuja função central é detectar iniciativas para dar apoio, como se lê em seu próprio site: “Com mais de 300.000 organizações sem fins lucrativos no Brasil, como saber quais são mais eficazes? A Brazil Foundation ajuda você a navegar no cenário social brasileiro, selecionando e recomendando as organizações e projetos mais promissores”; isto é, fornece um cardápio de ONGs consideradas por eles mais bem posicionadas no seu próprio ranking; e também canaliza recursos para a filantropização. “Oferecemos uma variedade de opções para atender às suas metas

Painel, além de Mufarej, eram três bolsistas da RenovaBR, selecionados, segundo Mufarej, entre 4.000 candidatos: Carlos Gomes, Felipe Rigoni e Juliana Cardoso. O debate foi mediado por Brian Winter, que ao final se disse bastante entusiasmado com a iniciativa, tecendo inúmeros elogios.

É interessante aqui entender a figura de Eduardo Mufarej, empresário que teria buscado o Conselho das Américas para apresentar o RenovaBR. Sócio da Tarpon Investimentos desde 2004, atuou até outubro de 2017 (quando foi lançado oficialmente o RenovaBR), como *CEO* da **Somos Educação**, porém não saiu de seu cargo como Presidente do Conselho de Administração. Além da carreira empresarial ancorada basicamente no ramo educacional, Mufarej também é, segundo o próprio site do RenovaBR, membro dos Conselhos do Centro de Liderança Pública e da Escola de Negócios da Universidade de Yale.

A Somos Educação foi fundada em 2010, quando as editoras Ática e Scipione e o sistema de ensino SER, então pertencentes ao Grupo Abril, foram cindidos para formar a Abril Educação.<sup>1200</sup>

Aqui é interessante notar três coisas, as quais não poderemos aprofundar, porém que são dignas de menção: 1. O tamanho deste grupo educacional (como se pode ver na nota n.8);

---

filantrópicas pessoais”. Disponível em: [brazilfoundation.org/modelo?lang=pt-br](http://brazilfoundation.org/modelo?lang=pt-br).

<sup>1200</sup> Segundo a auto-apresentação do grupo, que pode ser encontrada em seu site, “A forte expansão da Abril Educação atraiu fundos de private equity e, em 2010, a gestora de recursos BR Investimentos incorporou 24,7% do capital da Abril Educação S.A. Em julho de 2011, a Abril Educação S.A. decidiu captar recursos no mercado de capitais por meio de uma oferta pública inicial de ações (IPO). Em outubro de 2014, a Abril Educação concluiu a migração para o Novo Mercado da BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A.), segmento em que estão alocadas empresas com as mais avançadas práticas de governança corporativa. Em fevereiro de 2015, a Tarpon Investimentos assumiu o controle da companhia, adquirindo 40,6% da empresa, da Abrilpar Participações, pertencente à família Civita. Em junho de 2015, a empresa então deixa a cor verde e a árvore símbolo e adota nova identidade que simboliza a fase atual da nova companhia: a **SOMOS Educação**. A marca sugere uma conexão com o que há de mais evidente nos dias de hoje: o mundo colaborativo. [...] Em dezembro de 2015, concluímos a aquisição de 100% da Saraiva Educação, o que reforçou o compromisso de estarmos cada vez mais presentes nas escolas, por meio de uma relação muito próxima com seus professores, alunos, famílias e mantenedores. Durante o ano de 2016, trabalhamos para integrar as operações da Saraiva Educação. Fizemos a integração de 6 centros de distribuição em apenas 1, localizado em São José dos Campos (SP), fizemos a integração do nosso Centro de Serviços Compartilhados (SSC) e demos continuidade ao nosso plano de expansão de escolas próprias, com a aquisição do Colégio Integrado em Goiânia (GO). Em março de 2017, adquirimos o AppProva, uma plataforma de testes e diagnósticos para alunos, escolas e instituições de ensino superior e, no fim de 2017, adquirimos a Stoodi e a Livro Fácil, fortalecendo ainda mais nossa plataforma educacional para ensino básico.” SOMOS Educação. “Quem somos”. 2018. Entre os Colégios próprios do grupo, encontramos, entre outros, Anglo, Sigma, PH, Motivo, Maxi; entre os sistemas de ensino, Anglo, PH, Ser, Ético, Maxi e Geo; entre as “soluções para a Educação básica”, encontramos, entre outros, monitoria online e formação de professores, incluindo também uma marca “socioemocional”: “O Líder em mim”. <http://www.somoseducacao.com.br/nossas-marcas/>. Entre os projetos de “impacto social”, estão o “Rugby Cidadão”; um cursinho popular na Escola Fernão Dias, em São Paulo (a primeira a ser ocupada na onda de ocupações de estudantes em 2015); o Prêmio Educador Nota 10; e a parceria com o Instituto Verdescola, que promove atividades socioeducativas no contraturno, como reforço escolar e oficinas de capaCitação para adultos. Disponível em: <http://www.somoseducacao.com.br/iniciativas-atuais/>. Acesso em: 14 de janeiro de 2019.

e 2. a ligação com a BR investimentos, de Paulo Guedes, já “superministro” da Fazenda, Indústria e Comércio e Planejamento do governo Bolsonaro, que acena para a privatização da Educação no Brasil; e 3. Mufarej foi o candidato ao posto de ministro da educação no governo Bolsonaro quando sua equipe estava sendo formado em novembro de 2018, e contava com o apoio explícito de Paulo Guedes.<sup>1201</sup>

Eduardo Mufarej é o tipo ideal de uma nova geração de empresários engajados no Brasil: de ideologia (neo)liberal na economia e também liberal nos costumes, ele não esconde sua maior proximidade com o partido Novo, mas aposta em uma frente mais ampla, acima e a mesmo tempo com bom trânsito entre distintas legendas eleitorais. Uma das tarefas mais importantes nesse sentido é arregimentar outros empresários, isto é, convencer politicamente seus colegas de classe a depositar fichas (e cheques) em uma determinada jogada política; no caso, o RenovaBR. Em uma entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, em setembro de 2018, Mufarej demonstrou clareza sobre seu papel ativista junto ao empresariado quando respondeu à pergunta (que parece por encomenda) “Como vender a barreira que separa empresários e sociedade”? Respondeu Mufarej:

A atividade empresarial no Brasil é centenária. Essa vilanização dos empresários que aconteceu durante determinados momentos da nossa história é, em parte, responsabilidade dos empresários, mas em parte a responsabilidade é do ecossistema, o que faz com isso se reproduza dessa forma. Por outro lado, vejo que a consciência do empresariado é bem diferente. As empresas brasileiras estão no mundo, muitas delas com capital aberto, com padrões de governança corporativa e responsabilidade social; temas que não estávamos acostumados a ouvir, mas que estão na agenda. Os empresários avançaram nos últimos anos, mais do que o governo. Ao mesmo tempo, precisamos contar com os empresários. Dada a situação fiscal do país, que é muito difícil, para a geração de emprego, isso pode não ser viabilizado pelo Estado, dada a condição fiscal.<sup>1202</sup>

Para o RenovaBR, Mufarej arregimentou, entre as personalidades mais conhecidas, nomes como o do apresentador de TV Luciano Huck, do ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, da atriz Maitê Proença e do técnico de vôlei Bernardinho. Interessante notar que à época do lançamento do movimento, Luciano Huck era cotado para candidato à Presidência, e quem o assessorou por alguns meses foi o sócio de Mufarej, Paulo Guedes.

---

<sup>1201</sup> VARGAS, André. “A equação de Bolsonaro”. *Isto é*, 01 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/a-equacao-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2018.

<sup>1202</sup> PACHECO, Paula. “Ninguém está satisfeito, do mais rico ao mais pobre”, diz Eduardo Mufarej. *Correio Braziliense*, 03 de setembro de 2018. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/09/03/internas\\_economia,703492/nin-guem-esta-satisfeito-do-mais-rico-ao-mais-pobre-diz-eduardo-muf.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/09/03/internas_economia,703492/nin-guem-esta-satisfeito-do-mais-rico-ao-mais-pobre-diz-eduardo-muf.shtml)>. Acesso em: 14 de janeiro de 2019.

Na mesma entrevista, Mufarej tentou, com a mística do empreendedorismo, afirmar que no Brasil os empresários são muitos: “São 26 milhões de empreendedores no Brasil, que são empresários. Não estamos falando de um grupo de 300 indivíduos, os empresários são muitos”. Considerado como “empresário” praticamente qualquer trabalhador autônomo, Mufarej tentava se fazer porta-voz de uma base social muito mais larga do que a realmente existente, dada a conhecida concentração da propriedade no Brasil.

Já em entrevista à *IstoÉ Dinheiro*, realizada na sede do RenovaBR – que é o centro Ruth Cardoso, nos Jardins, em São Paulo – Mufarej explicou o porquê da criação do RenovaBR com uma crítica ao financiamento público via fundo partidário, e fez um *mea culpa* sobre uma suposta “ausência do setor privado na política”. Fazendo uma referência positiva à Fundação Estudar (“organização sem fins lucrativos de incentivo à educação”), do empresário Jorge Paulo Lemann, Mufarej disse concordar com este último na avaliação de que ele próprio e também os empresários em geral deveriam ter “influenciado mais na política brasileira”.<sup>1203</sup>

Voltando ao Renova BR, chama atenção sua auto-descrição bastante vaga:

uma iniciativa que nasceu na sociedade civil, com o objetivo de preparar novas lideranças para entrar para a política. Não somos um partido político, nem apenas um movimento. Somos uma iniciativa de formação de lideranças e de engajamento cívico.

Segundo o site do Renova BR, este conta com 17 “parceiros”; 49 “professores”; 483 “doadores” e 6.800 “voluntários”. Entre os “parceiros” do Renova BR, encontramos tanto empresas como outros aparelhos privados empresariais: GOL, CLP (Centro de Liderança Pública), Kallas, Kroll, Locomotiva Pesquisa e estratégia; Politize!; *pwc*; Semparar; Sociedade Brasileira de Coaching; ENGAGE (Aprendizagem para resultados); *Comunitas*; *Mindsight (people performance)*; Printi; Zune Denim e *moip*. Percebe-se aí uma rede bastante interessante de conexões políticas e empresariais, que mereceria uma análise à parte.

---

<sup>1203</sup> “Sim, e está se construindo uma corrente. As pessoas estão entendendo que a participação cívica é essencial para ter resultado. Nenhum país deu certo estigmatizando a política. Nenhum. Ao contrário, enxergamos vários desenhos que deram errado por rejeitarem isso. Para termos um país diferente temos de agir diferente. Acho que tem esse despertar, sim. Por exemplo, existem cinco candidatos que são bolsistas da Fundação Estudar [organização sem fins lucrativos de incentivo à educação, financiada por Lemann]. Nunca tinha tido nenhum. Um deles é formado pelo Insper. Ele é o primeiro formado pelo Insper. Então, isso é muito legal, porque o Insper nunca teve um candidato. É uma instituição de ensino recente, mas é de ponta. É a mesma coisa que Harvard não ter um candidato nos Estados Unidos. Todo ciclo eleitoral tem alguns.”, disse Mufarej. Falando em “reduzir o custo das campanhas políticas”, defendeu o voto distrital. KROEHN, Márcio. “Nenhum candidato está entregando para a sociedade brasileira uma mensagem de futuro”. *Isto é*, 15 de junho de 2018, Dinheiro. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/nenhum-candidato-esta-entregando-para-a-sociedade-brasileira-uma-mensagem-de-futuro/>. Acesso em: 14 de janeiro de 2019.

Entre os “valores” que diz defender o RenovaBR, estão: “Honestidade” (“Chega de corrupção, desvios de conduta e políticos que trabalham em benefício próprio. Renovação começa por eleger políticos ficha limpa”); “Diálogo” (“Não vamos encontrar soluções para nossos problemas se insistirmos em divisão e intolerância. Avançar é construir junto” e “Dedicação” (Buscamos pessoas comprometidas, realizadoras e dedicadas a promover o bem comum. Política é ter vontade de servir”). Entre os coordenadores do RenovaBR, estão: Eduardo Mufarej, fundador; Izabella Mattar, diretora executiva; Thomaz Pacheco, financeiro; Gabriel Azevedo, formação; Fernanda Pedreira, formação; Rodrigo Cobra, mobilização; Erick Jacques, articulação; e Pedro Simões, comunicação.

Conforme verificamos em diversas reportagens e entrevistas do próprio Mufarej, lançado em outubro de 2017, isto é, com um ano de antecedência das eleições, o *modus operandi* do RenovaBR foi: abrir um processo seletivo para captar “jovens lideranças” pelo Brasil (havia um limite de idade de 45 anos, e um dos critérios na seleção era se tais lideranças já possuíam alguma base social); “capacitá-los” com os treinamentos em diversas matérias – que segundo reportagem do Nexo Jornal, ficaram a cargo de um do Centro de Liderança Pública (CLP) – e, depois de alguns “testes”, seriam escolhidos aqueles que seriam candidatos para cargos legislativos em 2018.<sup>1204</sup>

Conforme essa mesma reportagem, os candidatos a candidatos receberam bolsas de R\$ 5.000 a R\$ 8.000 desde janeiro de 2018; mas, além dos recursos financeiros e cursos, os candidatos vinculados ao Renova Brasil teriam recebido auxílio para gestão de redes sociais e mídia, para que, quando a campanha eleitoral se iniciasse, já fossem conhecidos do público. A ideia do RenovaBR seria inspirada no sucesso eleitoral do movimento francês “En Marche!”,

---

<sup>1204</sup> Os professores listados no site do RenovaBR e suas respectivas especialidades são bastante reveladores: Ricardo Paes de Barros, “crescimento no Brasil”; Ana Carla Abrão, “eficiência do governo”; Marcos Lisboa, “papel do Estado”; Priscila Cruz, “educação pública”; Fabio Giambiagi, “responsabilidade fiscal”; Olga Curado, “*media training*”; Michael Cornfield, “comunicação política”; Guillaume Liegey, “estratégia eleitoral”; Ricardo Young, “Novas práticas políticas”; Eduardo Giannetti, “Ética na vida pública”; Aod Cunha, “gestão fiscal”; Angela Cignachi, “direito eleitoral”; Humberto Dantas, “legislativo”; Chico Mendez, “*marketing* político”; Melina Rizzo, “segurança pública”; Téo Benjamin, “financiamento coletivo”; Anna Chiesa, “primeira infância”; Murilo de Aragão, “renovação política”; André Cervi, “voluntariado”; Patrícia Ellen, “liderança adaptativa”; Fellipe Caruso, “mobilização”; Daniel Machado, “da Rua às Redes”; Gabriel Azevedo, “formação”; Leandro Reis Tavares, “saúde”; Guillermo Raffo, “construção de narrativa”; Carla Karpstein, “direito eleitoral”; Michael Mohallem, “anticorrupção”; Alexandre Loures, “*media training*”; João Marcelo Borges, “gestão e financiamento”; Karina Kufá, “mulheres na política”; Bernard Appy, “sistema tributário”; Mafoane Odara, “políticas públicas”; Marcelo Issa, “transparência partidária”; Alberto Lage, “redes sociais”; Mariana Frota, “voluntariado”; Beatriz Pedreira, “legislativo”; Mônica Sodrê, “legislativo”; Rodrigo Gadelha, “mídias digitais”; Álvaro Fraga, “imprensa”; Renato Sérgio de Lima, “segurança pública”; Sergui Kobayashi, “ativismo digital”; Ricardo Campos, “dados técnicos”; Renato Meirelles, “o eleitor”; Villela da Matta, “Liderança Positiva”; Carlos Manhanelli, “campanha”; Zander Navarro, “agropecuária no Brasil”; Rafael Dayrell, “estruturação de time”; Tomás Lopes, “liderança adaptativa”.

que elegeu o presidente Emmanuel Macron e conseguiu 64% das cadeiras do parlamento francês.

Segundo a própria entidade, o RenovaBR formou 133 lideranças de janeiro a junho de 2018. Após o fim do primeiro módulo de formação, 120 delas se lançaram ao pleito por 22 partidos diferentes. Alessandro Vieira (REDE) foi o senador formado pelo RenovaBR eleito por Sergipe. Em São Paulo, Tábata Amaral (PDT) e Vinicius Poit (NOVO) foram eleitos deputados federais. Já Daniel José (NOVO), Heni Ozi Cukier (NOVO), Marina Helou (REDE) e Ricardo Mellão (NOVO), vão ocupar vagas na Câmara Legislativa de São Paulo.

No Rio de Janeiro, Marcelo Calero (PPS), Paulo Ganime (NOVO) e Luiz Lima (PSL) foram eleitos para o Congresso Nacional, assim como os mineiros Tiago Mitraud (NOVO) e Lucas Gonzalez (NOVO), e o capixaba Felipe Rigoni (PSB). Fábio Ostermann (NOVO) foi o postulante eleito para a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Na região Norte, Joênia Wapichana (REDE) foi eleita deputada federal por Roraima. Já na região Nordeste, David Maia (DEM) conquistou uma vaga na Câmara Legislativa de Alagoas.

Lendo as matérias publicadas no site RenovaBR, deparamo-nos com uma certa ideia bastante behaviorista de teste anti-corrupção: os candidatos a candidatos seriam testados psicologicamente. O RenovaBR contou com a parceria da S2 Consultoria, – *startup* especializada em prevenir e tratar atos de fraude e assédio nas organizações” a testar a “a capacidade de resistência das 134 lideranças quando expostos a situações que abrem espaço para conflitos éticos”.

Por meio do Potencial de Integridade Resiliente (PIR), metodologia desenvolvida pela S2 Consultoria, o RenovaBR permitiu o aumento significativo da resiliência de suas lideranças a respeito de quatro temas relevantes: corrupção, apropriação indevida, demonstrações fraudulentas e assédio moral, sexual, corporativismo e preconceito.

De acordo com Mônica Rosenberg, liderança do RenovaBR e co-fundadora do Instituto “Não Aceito Corrupção”, o teste faz as pessoas perceberem que alguns comportamentos e situações aos quais os políticos estão sujeitos parecem normais, mas podem ter consequências graves. “São abordados temas como desvio de dinheiro, presentes de empresas e emprego de familiares no gabinete. Nesse sentido, o RenovaBR está criando uma cultura de redução de oportunidades de corrupção”, falou.<sup>1205</sup>

É no mínimo curioso, para não dizer risível, que no mesmo no site do Renova BR, são citados “o ex-ministro da Cultura Marcelo Calero” e “Fred Luz, diretor geral do Flamengo”

---

<sup>1205</sup> RENOVABR. “Em parceria com a S2 Consultoria, líderes passaram por avaliação que identifica nível de resiliência quando estão diante de dilemas éticos”. Disponível em: <<https://renovabr.org/renovabr-prepara-liderancas-para-atuar-com-etica-e-integridade/>>. Acesso em: 14.01.2019.

que foram “alguns dos nomes selecionados pelo RenovaBR”. Não está claro, na matéria, se passaram nos testes desenvolvidos pela equipe da S2 consultoria.

O apelo “rebelde” do RenovaBR parecia esta em refutar “ideologias”, “rótulos” e conflitos ideológicos, o que se reflete na narrativa mais difundida de seus quadros, por exemplo:

Marco Rodrigues, de 25 anos, não queria ser “rotulado” por uma bandeira ou ideologia. Prefere dizer que ‘prioriza a autonomia do indivíduo’. Há dois anos, criou uma escola de habilidades humanas, a Soul, e trabalha com jovens para desenvolver o autoconhecimento e potencial de liderança. Ainda sem partido, quer ser deputado estadual.

Apresentado no *New York Times* como “novos nomes da política brasileira”<sup>1206</sup>, muitos dos bolsistas do RenovaBR provieram de vários movimentos, como MBL (Movimento Brasil Livre, criado em 2015), e o movimento “Acredito”, criado em 2017.

Este último foi chamado pela *Folha de São Paulo* de “MBL progressista”, e teve bastante repercussão na imprensa brasileira.<sup>1207</sup> Em seu Manifesto de fundação, lemos:

Acreditamos em uma economia moderna e verdadeiramente competitiva, conectada de forma qualificada no mercado global. Que promova o empreendedorismo e a inovação. Que quebre privilégios e regalias a grupos organizados. Defendemos a importância do aumento da produtividade, com investimento adequado em ciência, tecnologia e infraestrutura. Para isso, é preciso um Estado que crie condições e regule os setores econômicos de forma mais transparente e eficiente. [...]

Acreditamos em um Estado eficiente e menos engessado. Rechaçamos a disputa simplista entre estado grande e mínimo. Acreditamos que este deva garantir o acesso adequado a bens e serviços públicos de qualidade. Para isso, é necessária uma gestão voltada a resultados, que defina os arranjos de provisão mais apropriados em cada situação. Defendemos ainda políticas

<sup>1206</sup> DARLINGTON, Shasta. “Fed up with corruption, fresh faces takes on Brazil’s political old guard”. *New York Times*, 02 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/06/02/world/americas/brazil-election.html>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2019. Na televisão brasileira, foi apresentado pela primeira vez pelo próprio Mufarej, em entrevista ao programa *Show Business*, da RedeTV!. O programa está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HDHmYeU6eKo>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2019.

<sup>1207</sup> *Folha de São Paulo*, Poder. “Grupo de jovens lança o ‘Acredito’, um ‘MBL progressista’”. 28 de março de 2017. Assinam o manifesto, publicado na íntegra na *Folha*, um trio marcado por uma passagem comum em Harvard: Felipe Oriá, cientista político pela UFPE, mestre pela universidade de Harvard; José Frederico Lyra Netto, engenheiro pela Unicamp e mestre em políticas públicas pela universidade de Harvard; e Tabata Amaral de Pontes, co-fundadora e gestora do “Movimento Mapa Educação”, formada em Ciências Políticas com curso secundário em Astrofísica pela Universidade de Harvard. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1870130-trio-com-passage-mpor-harvard-lanca-o-acredito-um-mbl-progressista.shtml>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2019. Ver também MOURA, Marcelo & VARELLA, Gabriela. “Eles querem mudar a política”. *Época*, 08 de junho de 2017. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/06/08/eles-querem-mudar-politica.html>>. Acesso em: 14.01.2019. CRUZ, Priscila & PARENTE, Rafael. “Quem sabe faz a hora”. *Estado de S. Paulo*, Opinião. 29 de abril de 2017. Disponível em: <<https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,quem-sabe-faz-a-hora,70001756965>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2019.

públicas formuladas com base em evidências e que respeitem os contextos locais, incorporando participação e avaliação como pilares centrais. [...] Acreditamos em uma sociedade diversa, plural e livre. No respeito às liberdades e garantias individuais. Na proteção de direitos sistematicamente violados, em especial os relativos às mulheres, negros, indígenas e pessoas com deficiência. Defendemos o combate ao machismo, racismo, LGBTfobia, xenofobia, preconceitos regionais, intolerância religiosa e outras formas de discriminação e opressão. Acreditamos no combate à violência com inteligência e prevenção, e não apenas com repressão. Na superação do atual modelo que tira a vida de milhares de brasileiros -- em especial jovens negros das periferias -- e que produz umas das polícias que mais matam e morrem no mundo. Acreditamos em uma nova política de drogas, em contraponto a uma guerra cara e ineficiente. [...]

Nosso país enfrenta um momento crítico. Uma crise de representatividade que compromete nosso sistema político. Uma crise econômica persistente e profunda. Esquemas de corrupção que perpassam governos, partidos e ideologias. Em meio à indignação generalizada, temos que confiar em nossa capacidade de nos organizar e escolher o futuro que queremos. Assim nasce o Acredito. Um movimento de renovação política nacional e suprapartidário. Para dar vez e voz a uma nova geração na definição dos rumos de nosso país. Uma renovação de princípios, práticas e pessoas. Um projeto de 10 anos. Um novo congresso com a cara do Brasil.<sup>1208</sup>

Na prática, o movimento Acredito se fundiu ao RenovaBR, como afirmou um dos participantes da mesa-redonda na sede novaiorquina do Conselho das Américas, e todos os seus quadros foram integrados aos bolsistas do RenovaBR. No mesmo sentido, a auto-descrição de ambos está cheia de frases formadas por clichês pretensamente apolíticos, termos genéricos e generalizantes, aparentemente inofensivo, como por exemplo:

A renovação política precisa de lideranças preparadas e eleitores conscientes. O RenovaBR foi criado em outubro de 2017 para preparar gente comprometida e realizadora para entrar na política. Focamos na renovação do Poder Legislativo e pautamos nossa preparação na atuação para futuros Deputados Federais e Estaduais. Somos uma iniciativa da sociedade, para a sociedade.

Uma sutilidade semântica do discurso do RenovaBR é igualar transparência de gestão a responsabilidade fiscal, isto é, a dita responsabilidade fiscal passa à órbita ética e moral. Igualada ao combate contra a corrupção, o ajuste fiscal se torna assim agenda moral. O problema é que, como captava doação empresarial e repassava a prováveis candidatos, o fundo do RenovaBR feria a legislação eleitoral, e assim que exposto na mídia, foi questionado também no Parlamento.<sup>1209</sup>

---

<sup>1208</sup> O Manifesto completo pode ser baixado no site do movimento: <<https://lideres.movimentoacredito.org/>>. Ver Estadão Conteúdo. “Luciano Huck e empresários criam fundo para apoiar candidatos”. 28 de setembro de 2017. *Isto é Dinheiro*. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/luciano-huck-e-empresarios-criam-fundo-para-apoiar-candidatos/>>. Acesso em: 14.01.2015.

O deputado Jorge Solla (PT-BA) tentou suspender o “Fundo Cívico Para a Renovação da Política” – como levou o nome oficial do fundo para financiar as bolsas aos candidatos. Ele pediu à então procuradora-geral da República, Raquel Dodge, uma investigação sobre o mesmo. Segundo uma reportagem da *Isto é*, além de Mufarej, faziam parte desse grupo (como coordenadores ou investidores) figuras como o publicitário Nizan Guanaes, o ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga e o empresário Abílio Diniz. Segundo a matéria, a intenção do grupo seria a de tentar eleger de 70 a cem deputados federais na próxima eleição.<sup>1210</sup>

O argumento do deputado petista era o de que havia “fortes indícios de que o grupo empresarial liderado por grandes empresários pretende se organizar, por uma pessoa jurídica – ‘Fundo Cívico’, para burlar a Lei”.

O Supremo Tribunal Federal, em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4650, reconheceu a impossibilidade de doação, à campanhas eleitorais, de pessoas jurídicas, e pretende o ‘Fundo Cívico’ caminhar também por mais esse ilícito”, afirmou o deputado à Raquel Dodge.<sup>1211</sup>

Ao que tudo indica, em resumo, o RenovaBR levou ao pé da letra a democracia tal como definida por Joseph Schumpeter: seleção de lideranças. Preparou literalmente um vestibular para os candidatos a candidatos. E ao mesmo tempo captou lideranças sociais cuja base poderia ser parte de uma base mais progressista ou mesmo de esquerda, transformando aquilo que Gramsci denominou certa vez como transformismo em uma indústria – melhor dizendo, um *case* de sucesso. Com um grupo heterogêneo, propositadamente diverso, pôde ter bom trato com diversas legendas eleitorais e montou uma engrenagem eleitoral de captação de lideranças e formação das mesmas numa escala provavelmente inédita no Brasil.

Já com planos de novas seleções para o ano que vem, Mufarej se gabou dos logros eleitorais (bastante modestos, se verdadeiro era o objetivo supratctado), admitindo que havia conseguido surfar a “onda bolsonarista”:

Ele admitiu que a onda bolsonarista impulsionou algumas candidaturas do movimento. ‘Foi um efeito cascata. Acho que pegou todo mundo de surpresa’. Para ele, candidatos de movimentos como Agora!, Acredito e outros grupos tiveram mais dificuldades por barreiras econômicas e do próprio sistema. ‘É preciso discutir a questão do financiamento das campanhas. Hoje, a competição é desleal’, falou.<sup>1212</sup>

<sup>1210</sup> Estadão Conteúdo. “Deputado recorre à Procuradoria Geral para suspender fundo eleitoral de Huck”. *Isto é Dinheiro*. 04 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/deputado-recorre-a-procuradoria-geral-para-suspender-fundo-eleitoral-de-huck/>>. Acesso em: 14.01.2019.

<sup>1211</sup> *Ibid.*

<sup>1212</sup> AMENDOLA, Gilberto. “Movimento RenovaBR elege 16 candidatos; metade é filiada ao Novo”. *OO Estado de S. Paulo*, 15 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,movimento-renovabr-elege-16-candidatos-metade-e->

Para os propósitos dessa pesquisa, fica claro que tipo de organização política o Conselho das Américas impulsiona; no mínimo, fez uma boa propaganda no exterior e na imprensa para o RenovaBR, emprestando a credibilidade da *Americas Quarterly* e do próprio Conselho. Não seria qualquer movimento que a AS-COA escolheria, é evidente que muitas outras conexões, inclusive familiares, poderiam ser aqui esmiuçadas; porém, o evento com o RenovaBR nos permite concluir o seguinte ponto: o Conselho das Américas segue apoiando, a partir de algum tipo de vínculo, iniciativas empresariais voltadas à ação política: uma ação que parte da “sociedade civil” (empresariado e todos aqueles que são convencidos ideologicamente da “livre iniciativa” e da “autonomia do indivíduo”) para chegar à sociedade política; neste caso específico, o alvo era o Parlamento. Uma lembrança modificada do IBAD de outrora.

### 5.7.3. Entre a moral liberal e o pragmatismo do mercado

Ser um fórum permanente de debate entre intelectuais orgânicos de diversas origens nacionais, atuando de forma transnacional, pertencentes a diferentes “partidos” burgueses dentro do mesmo escopo ideológico: o neoliberalismo econômico e o liberalismo político. Podemos entrever certa batalha entre esses dois princípios entre os diversos colaboradores da *Americas Quarterly* em suas análises sobre as perspectivas para o governo Bolsonaro, centrando-nos na trajetória de análises do editor da revista e diretor de *Policy* do Conselho, o jornalista Brian Winter, mencionado acima neste texto.

Uma questão central para Winter, desde que começou a detectar (precocemente) a ascensão de Jair Bolsonaro, era a questão da democracia. A lucidez dos artigos de Winter nos meses anteriores à eleições contrasta com a avaliação de muitos analistas brasileiros e estrangeiros, para os quais até o último instante parecia impossível a eleição de Jair Bolsonaro.

Em um interessante artigo na *Folha de São Paulo*, jornal no qual é colunista regular, Brian Winter questionava: “Por que tanta gente em Wall Street torce por uma vitória de Bolsonaro?”<sup>1213</sup> Consultando suas fontes – e aqui supomos que pelo menos uma parte delas é

---

[filiada-ao-novo,70002548481](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/por-que-tanta-gente-em-wall-street-torce-por-uma-vitoria-de-bolsonaro.shtml?loggedpaywall)>. Acesso em: 14.01.2019.

<sup>1213</sup> WINTER, Brian. “Por que tanta gente em Wall Street torce por uma vitória de Bolsonaro?” *Folha de São Paulo*, 05 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/por-que-tanta-gente-em-wall-street-torce-por-uma-vitoria-de-bolsonaro.shtml?loggedpaywall>>. Acesso em: 15.01.2019.

formada por empresários e representantes de empresas que são membros do Conselho das Américas – Winter citou algumas falas dos investidores estadunidenses:

Para a parte de Wall Street que investe em países como o Brasil, o ano foi horrível até agora [...] Um ano ruim quer dizer bonificação ruim e pode até significar a perda do emprego. O Brasil é grande o bastante para empurrar uma virada na categoria, mas isso só vai acontecer se um presidente ‘amigo do mercado’ – Bolsonaro ou Alckmin – vencer. Uma nova vitória do PT, em contraste, poderia causar nova queda dos ativos.<sup>1214</sup>

E acrescentava, confirmando que a indicação de Paulo Guedes tinha visto vista com ótimos olhos para tais investidores:

A indicação por Bolsonaro de Paulo Guedes como ministro da Fazenda e depositário da ortodoxia econômica parece melhor a cada dia, aos olhos do mercado. Sob a tutela de Guedes, Bolsonaro prometeu reforma nas aposentadorias e no mês passado chegou a mencionar a possibilidade do Cálice Sagrado de *Wall Street* – a privatização da Petrobrás. Um investidor me disse, empolgado, que o Brasil pode ter seu primeiro presidente verdadeiramente liberal em pelo menos meio século.<sup>1215</sup>

Quando perguntados, segundo Winter, pelos “elementos morais”, como os ataques de um futuro governo Bolsonaro a mulheres, gays, minorias, e contra os direitos humanos, a resposta era “mais fácil” para eles, segundo Winter:

Se você conversar com investidores sobre os riscos do autoritarismo, muitos tenderão a responder ‘ouvimos o mesmo sobre Trump, e as coisas estão ótimas’ ou ‘qualquer um menos Lula’. [...] Conheço muitas pessoas íntegras em Wall Street que sentem repulsa por Bolsonaro. Mas elas admitem em conversas particulares que não há espaço para sentimentos. Como me disse uma, ‘meu trabalho é garantir que os títulos sejam pagos na data. Quanto ao resto – cabe aos brasileiros decidir’.<sup>1216</sup>

Em outro artigo publicado na *Folha de São Paulo*, intitulado “Oposição a Bolsonaro repete erros dos EUA”, Winter dizia que, para fazer uma oposição eficaz, o PT devia abandonar a narrativa de nostalgia e perseguição e apresentar propostas claras quanto à segurança, emprego e corrupção, as mesmas preocupações que colocavam água no moinho de Bolsonaro e que haviam eleito Trump mesmo quando inúmeros setores da sociedade “polida”, em suas palavras – isto é, todos aqueles cujo principal argumento contra Trump se referia a democracia e direitos das minorias.

Winter citava novamente a pesquisa da *Pew Research Center*, segundo a qual “depois de quatro longos anos de escândalo e crise econômica”, apenas 8% dos brasileiros disseram

---

<sup>1214</sup> *Ibid.*

<sup>1215</sup> *Ibid.*

<sup>1216</sup> *Ibid.*

que a democracia representativa é uma forma de governo “muito boa”, o menor total entre os 38 países pesquisados. Isso faria com que uma campanha centrada na questão da democracia, como estava fazendo a oposição brasileira a Bolsonaro, assim como teria feito a oposição estadunidense a Trump, era uma estratégia pouco eficaz.

Ao mesmo tempo em que procurava dar recomendações ao PT, como “reconhecer os erros do passado de corrupção”, Winter afirmava que “o PT causou a pior recessão do Brasil em um século, seu principal líder está na cadeia, e o crime disparou nos 13 anos em que o partido esteve no poder”. Afirmando que talvez o futuro da democracia dependeria disso, Winter recomendava que o partido deixasse claro que a política econômica seria mais parecida com a do primeiro mandato de Lula do que com a do primeiro mandato de Dilma. O texto parecia uma espécie de voto crítico em Haddad, de maneira muito sutil.

No dia 30 de outubro de 2018, Brian Winter deixou claro para a revista *Exame* que via com receio a possibilidade de uma regressão autoritária no Brasil. Vale reproduzir aqui as questões centrais da entrevista, para o que queremos debater neste ponto:

Revista Exame - Bolsonaro fará um bom governo?

Essa pergunta é difícil. Do lado econômico, acho que ele fará um bom mandato, porque o Brasil precisa de uma injeção de sanidade fiscal. E ele vai fazer isso com sua equipe econômica. Mas a pergunta aqui é: a qual custo? Essas mudanças podem ser feitas com o custo da violação das instituições, com a violação dos direitos civis.

Revista Exame - E é possível separar esses dois aspectos?

A História já nos mostrou que a economia, a longo prazo, acaba sendo afetada por conta das violações de direitos civis. Governos autoritários prejudicam a economia. Vejam a experiência da Argentina, que tentou implementar um projeto liberal durante as décadas de 70 e 80, em que o país vivia uma ditadura. Os projetos não conseguiram vingar por conta da forte repressão, e com isso os argentinos veem até hoje o liberalismo como algo terrível. O liberalismo é associado a algo ruim por conta dos abusos do governo.

Revista Exame - Bolsonaro pode estar iniciando um projeto maior? Ele poderá ter chance de conseguir uma reeleição, de fazer um sucessor?

A questão se Bolsonaro vai ser bem-sucedido ou não depende de sua evolução como pessoa. Ao longo de sua vida política, ele passou sua carreira contra a democracia e contra os direitos de minorias, e em favor de trazer de volta a ditadura ao Brasil. Com a eleição, ele disse que evoluiu. E às vezes as pessoas evoluem. Um exemplo é o próprio Lula. Se você olhasse em 2002 seus discursos, nunca imaginaria que ele governaria como um líder com responsabilidade fiscal. E ele fez. Mas Lula perdeu três eleições e aprendeu do jeito difícil que ele precisava evoluir. O exemplo mais simbólico foi sua carta ao povo brasileiro, que deu mais confiança à população, e fez com que ele ganhasse. Vimos alguma evolução. Eu não vi nenhuma evidência de uma evolução similar em Bolsonaro. E por isso eu tenho advertido sobre o risco

de ele danificar a democracia, e de que suas políticas em segurança matem muita gente inocente.<sup>1217</sup>

Destacamos aqui a segunda questão, à qual Brian Winter não deixa margem para dúvidas: é um intelectual orgânico que pensa em longo prazo. Em outros artigos, Winter lembrava que o PT sempre “jogou as regras do jogo [eleitoral e político]”, um pouco na linha do que a comentarista de economia Miriam Leitão disse na *Globo News* às vésperas da eleição, causando um conflito com Bolsonaro e a própria Globo. No pensamento de ambos, não quer dizer que o PT deva ser elogiado, apenas que, um pouco na linha do bipartidarismo estadunidense, deve seguir existindo, sendo reconhecido como força política legítima, com legenda eleitoral, podendo fazer oposição, etc, para que haja posteriormente revezamento no poder. A outra mensagem de Winter é que é preciso calcular os custos de um shock neoliberal, porque se isso implica em “violações de direitos humanos”, o governo brasileiro, por melhor que siga a cartilha neoliberal, pode ficar indefensável internacionalmente.

Em um exercício argumentativo muito bem desenvolvido, Winter lembrava de suas posições anteriores sobre Moro, quase que fazendo uma auto-crítica, (era um dos maiores entusiastas do juiz brasileiro) e sobre como a entrada de Moro para o governo poderia ser ruim a longo prazo.

#### 5.7.4. Sérgio Moro, o “adulto no escritório”

Em setembro, na edição impressa da *Americas Quarterly*, Winter elencava entre as figuras proeminentes no Brasil preocupadas com a ascensão de Bolsonaro o juiz Sergio Moro, que seria confirmado como ministro de Bolsonaro ainda no fim de 2018.<sup>1218</sup> A capa da revista trazia Jair Bolsonaro e Andrés Manuel Lopez Obrador como dois candidatos “nacionalistas, populistas e anti-stablishment”, porém, um de direita e outro de esquerda. Em breve voltaremos a este interessante ponto, central para nossa hipótese.

---

<sup>1217</sup> PULICE, Carolina. “Winter, da Americas Quarterly: ‘Bolsonaro precisa evoluir’”. *Exame*, 30 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/winter-da-americas-quarterly-bolsonaro-precisa-evoluir-2/>>. Acesso em: 15.01.2019.

<sup>1218</sup> “Sérgio Moro, o juiz altamente popular que supervisiona a Lava-Jato, emitiu várias advertências recentes sobre o frágil estado da democracia brasileira. Segundo pessoas próximas, esses alertas são inspirados, pelo menos em parte, pela ascensão de Bolsonaro.” WINTER, Brian. “Falhas no sistema: por trás da ascensão de Jair Bolsonaro.” *Americas Quarterly*, setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.americasquarterly.org/content/system-failure-behind-rise-jair-bolsonaro-portuguese>>, em três línguas, espanhol, inglês e português.

Brian Winter e a Americas Quarterly, desde 2008, como veremos neste material, vem construindo a figura de Moro junto a seus pares no exterior. Moro foi retratado certa vez como um “caçador de corruptos” em uma capa da revista, e Winter, bem como diversos outros colaboradores da AQ e do COA, era um dos mais empolgados da Operação Lava-Jato e da maneira como Moro, em parceria com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos e o Departamento de Estado americano, conduziu as investigações.

O jornalista Brian Mier, editor do portal alternativo e independente Brazil Wire, veio acompanhando a atuação do Conselho com relação a Moro, e foi uma das homenagens a Moro (uma medalha a ele entregue no Conselho), escreveu diversos artigos a respeito da relação entre o Conselho e a situação política brasileira. Os 15 minutos de fama mais importantes do Conselho no Brasil (levando em consideração que trata-se de uma entidade pouquíssimo conhecida no país) se deveu ao trabalho de Mier e seus artigos. Quando Moro recebeu uma homenagem da entidade em março de 2018, Mier publicou um artigo com os resultados de sua pesquisa sobre a influência da AS-COA na construção de determinada narrativa em relação ao processo político brasileiro:

A revista da AS-COA, Americas Quarterly, é dirigida a um público de elite, distribuída em salas VIPs de aeroportos pelo continente, e dada como bônus aos membros da entidade, cuja taxa para se tornar membro começa em 10 mil dólares por ano. Sua principal função, entretanto, parece ser de relações públicas, alimentando reportagens benéficas para as corporações em mídias por todo o hemisfério, com comentaristas da AS-COA aparecendo frequentemente na CNN, NBC, Bloomberg, NPR, em agências de notícias como Reuters e AP, e em jornais por toda a região, do Clarín argentino ao Los Angeles Times. Links para esses artigos, aparições na TV e no rádio estão detalhados no site da AS/COA e facilmente acessíveis para qualquer um que queira verificar seu viés ou pesquisar seus padrões narrativos.”<sup>1219</sup>

Analisando extensivamente os *feeds* provenientes da AS-COA na mídia internacional de língua inglesa, Brian Mier selecionou dois períodos cruciais: os três meses anteriores ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, e também todo o ano entre 24 de fevereiro de 2017 a 24 de fevereiro de 2018 – período que nos interessa aqui no momento. Segundo Mier, nesse período,

o staff da AS/COA apareceu ou foi citado em reportagens da mídia de língua inglesa 102 vezes (excluindo aquelas sobre arte, que estou deixando de fora da análise). Isso inclui 39 sobre Venezuela, 13 sobre o NAFTA e 7 sobre Brasil. [...]Duas dessas aparições midiáticas representam uma estratégia contínua de tratar a equipe de juízes da Operação Lava Jato — controversa e

---

<sup>1219</sup> MIER, Brian. “EUA: assim se constrói o apoio ao golpe no Brasil”. Outras Palavras, 07 de março de 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mundo/eua-assim-se-constrói-o-apoio-ao-golpe-no-brasil/>. Acesso em: 15.01.2019.

partidarizada — como super-heróis. Começou com uma matéria de capa da revista *Americas Quarterly*, apresentando o juiz Sergio Moro como um dos caça fantasmas.<sup>1220</sup>

Em outro artigo, Mier sugere que o Conselho das Américas esteve por trás da indicação do nome de Paulo Guedes a Bolsonaro, notando como seu nome foi anunciado logo após a reunião realizada na sede da AS-COA, mencionada no início deste texto.<sup>1221</sup> Não encontramos evidências mais diretas de suposta indicação (as quais ou não existem, ou se existem dificilmente serão colocadas a acesso público como as demais atividades do Conselho, já que se trataria de ligar o nome e todo o peso da credibilidade do Conselho junto aos investidores e ao Estado americano com a política econômica radical proposta por Guedes, e como sabemos, o Conselho evita ao máximo comprometer-se com apoio político explícito a governos ou partidos. Porém, quando analisamos, acima, uma das atividades mais importantes do Conselho em 2018, esteve a iniciativa de Eduardo Mufarej (o RenovaBR) – como vimos, um sócio de Guedes –, adicionamos uma evidência a mais em tal especulação.

Já em 06 de novembro de 2018, logo quando da indicação de Moro como ministro da Justiça (isto é, da conversa de Moro com Bolsonaro, mas já de maneira pública, isto é, evidentemente, *a posteriori* da decisão em si), Winter, apesar de fazer elogios aos planos de Moro e a seu bom caráter, temia que seu nome ficasse manchado uma vez ligado a Bolsonaro. Citamos o trecho determinante desse texto, onde a posição de Winter se revela de maneira mais expressiva:

Cuando el jueves pasado voló a Río para entrevistarse con el presidente electo, llevaba una carpeta con más de 70 propuestas concretas, elaboradas por Transparencia Internacional y la Fundación Getulio Vargas, un centro de investigación brasileño. (Las medidas incluyen, entre otras, la creación de un solo portal para rastrear compras gubernamentales). El presidente electo le expresó a Moro que tendría ‘libertad total’ para implementar su agenda. ‘Incluso si en el futuro mete a alguien de mi familia’, dijo Bolsonaro, ‘no me importa’.[...]

Independientemente de las verdaderas intenciones de Moro, el haber aceptado el puesto conlleva un costo severo. Irreparablemente se reescribirá la historia de Lava jato, decepciona incluso a muchos de sus simpatizantes y da municiones a los críticos que afirman que la investigación siempre tuvo un sesgo político. **La historia mostrará que Moro encarceló al principal adversario político de Bolsonaro y meses después aceptó un puesto en el gobierno de éste.** Es verdad que la sentencia de Lula fue ratificada unánimemente por una corte de apelaciones de tres jueces. Sí, es cierto que otros tribunales, incluso la Suprema Corte de Brasil, rechazaron recursos que

---

<sup>1220</sup> *Ibid.*

<sup>1221</sup> MIER, Brian. “Lava Jato/Fascism is a match – who’s the matchmaker?” *Brazil Wire*, 04 de novembro de 2018. Disponível em: <http://www.brazilwire.com/lava-jatofascism-is-a-match-whos-the-matchmaker/>. Acesso em: 15.01.2019.

podieron haber liberado a Lula. Sí, es cierto que Lava Jato ha acusado penalmente a integrantes de más de una docena de partidos políticos de todo el espectro político, no sólo del Partido de los Trabajadores. Pero **las percepciones importan**, como Moro mismo lo hizo notar en una entrevista en la revista *Veja* en 2017: ‘No sería apropiado de mi parte presentarme a ningún tipo de puesto político, debido a que esto, digámoslo, pondría en duda la integridad del trabajo que he hecho hasta ahora’.

El Sergio Moro de 2018 no padece amnesia. Simplemente llegó a la conclusión de que los beneficios potenciales de aceptar el puesto superan los riesgos. Pero hay muchos de estos últimos, más allá de la herencia de Lava Jato. Bolsonaro ha demostrado tendencias autoritarias y una vez que tome posesión el 1 de enero, sus políticas de seguridad probablemente generarán más sangre y abusos a los derechos humanos. Muchos se preocupan de una posible persecución a sus opositores políticos y a los medios. Con todo, Moro le ha prometido a amigos que usará su posición para defender la democracia y la Constitución. Pero la experiencia del ídolo público de Bolsonaro, Donald Trump, muestra que incluso aquellos autoproclamados ‘adultos en la oficina’ como James Mattis o H.R. McMaster pueden ser pisoteados e ignorados. No importa cuántas garantías haya recibido Moro, sólo habrá un Presidente. Es posible que lamente haber unido su estrella a este presidente.”<sup>1222</sup>

Menos de una semana depois deste artigo, Brian Winter publicou outro texto importante na *Folha de São Paulo* sobre liberdade de imprensa e participou de um programa de televisão da CNN *em espanhol*, o “Oppenheimer Presenta”. Em sua peça na *Folha*, intitulada “A imprensa estrangeira e Bolsonaro”, contou um pouco sobre sua experiência cobrindo por dois meses de perto a campanha de Jair Bolsonaro. Ao mesmo tempo, procurava explicar a evidente discrepância da cobertura sobre as eleições na imprensa brasileira e na imprensa estrangeira, dando a entender que a primeira ou não levava a sério o suficiente a ameaça à democracia que Bolsonaro representava, ou já se sentia ameaçada e portanto já recorria à auto-censura.

O que nos diferencia da mídia brasileira em nossa cobertura de Bolsonaro? Bem, observamos sua ascensão em um contexto mais internacional. Os últimos 10 anos viram o que Larry Diamond, cientista política da Universidade Stanford, define como uma ‘recessão democrática’, com deterioração de instituições e direitos na Polônia, Turquia, Venezuela e muitos outros países. As declarações de Bolsonaro sobre fechar o Congresso ou fazer uma limpeza nunca vista na história dos esquerdistas do Brasil parecem se enquadrar a essa tendência mundial.<sup>1223</sup>

<sup>1222</sup> WINTER, Brian. “Por qué Sérgio Moro aceptó el puesto de ministro – y cambió Lava Jato para siempre”. *Americas Quarterly*, 06 de novembro de 2018, Web Exclusive. Disponível em: <https://www.americasquarterly.org/content/por-que-sergio-moro-acepto-el-puesto-de-ministro-y-cambio-lava-jato-para-siempre>>. O texto, assim como alguns outros da AQ, estão em versão em língua espanhola e em língua inglesa. Optamos aqui por utilizar a versão em espanhol, quando houver, ou a versão em língua portuguesa, quando houver.

<sup>1223</sup> WINTER, Brian. “A imprensa estrangeira e Bolsonaro”. *Folha de São Paulo*, 12 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/a-imprensa-estrangeira-e-bolsonaro.shtml?loggedpaywall>>. Acesso em: 15.01.2019. Veremos ao longo do material o conceito de

Winter relatou que, durante a cobertura da campanha, os privilégios que tinha nada tinham que ver com uma boa relação do candidato com sua entidade, mas sim com o público leitor:

É difícil escrever isso, mas as audiências para as quais escrevemos talvez se importem mais com a democracia do que a maioria dos brasileiros em 2018. [...] Por fim talvez tenhamos mais liberdade do que alguns de nossos colegas locais. Nas últimas semanas, ouvi queixas de diversos jornalistas brasileiros que afirmam que seus patrões já os estão desencorajando de cobrir Bolsonaro de modo crítico, seja por motivos financeiros, seja por motivos ideológicos.<sup>1224</sup>

A participação de Winter no programa televisivo *Oppenheimer Presenta* foi no mesmo sentido: preocupação com “abusos autoritários”, com a liberdade de imprensa, etc. Voltaremos a esta preciosa fonte no final deste texto. O fato é que, após as eleições, a guinada de Winter se consolidou, e em todas as suas participações midiáticas, bem como nos podcasts e artigos, vem colocando repetidamente a questão sobre se o Brasil pode se tornar, em médio prazo, um país que viola direitos humanos e sufoca minorias.

Assim foi no artigo de Winter para o jornal *El Comercio*, do Peru, em 15 de outubro de 2018, onde criticou a política de segurança pública proposta por Bolsonaro:

El Comercio – “¿Cómo se compagina el nacionalismo de Bolsonaro con las políticas liberales en la economía que ha prometido establecer?”  
Brian Winter – “Acá nuevamente se ve la importancia de la influencia de Trump. La familia Bolsonaro, y generalmente la derecha brasileña, ve las políticas liberales económicas como parte de un paquete que Trump ha probado que es muy exitoso. El trumpismo incluye libertad económica, un Estado pequeño y una línea dura con el crimen. Ahora, yo creo que la derecha brasileña está malinterpretando algunos aspectos de lo que pasa en EE.UU., pues acá el crimen ha ido cayendo bajo diferentes políticas a las que Bolsonaro propone. Parece que la mayoría del país ha decidido el acercamiento a la “línea dura”.”<sup>1225</sup>

Em um *podcast* publicado pela AS-COA em 25 de outubro de 2018, Brian Winter e Chris Garman, analista do Eurasia Group. Analisando a conversa, percebemos claramente os questionamentos insistentes de Winter sobre os riscos autoritários, ao que Chris Garman respondeu com certa leviandade. Embora concordassem em muitos pontos, a avaliação de Garman já deu por suposto, sem muitos espantos, que, após a “lua de mel” com o eleitorado e

---

Larry Diamond utilizado por Winter.

<sup>1224</sup>

*Ibid.*

<sup>1225</sup>

LENCI, Gisella López. “Jair Bolsonaro entendió el actual momento en Brasil”. *El Comercio*, 15 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://elcomercio.pe/mundo/latinoamerica/elecciones-brasil-jair-bolsonaro-entendio-actual-momento-brasil-noticia-567763>>. Acesso em: 15.01.2019.

a provável aprovação de medidas altamente impopulares como a reforma da Previdência social, o governo pode usar os militares para conter a agitação social.<sup>1226</sup> O grande problema será como manter a governabilidade, e se Paulo Guedes conseguirá entregar o que promete.

Desfazendo determinadas comparações com o Trumpismo, principalmente no que diz respeito à relação com as instituições democráticas, Winter vem alertando que no Brasil as instituições correm risco – isso ficou claro em sua entrevista à prestigiosa revista *Foreign Policy*, em 16 de outubro de 2018, cujo título já não deixa muita margem para dúvidas: “*Flirting with fascism*” (“Flertando com o fascismo”).<sup>1227</sup>

Outro colaborador regular da *Americas Quarterly*, o professor de Relações Internacionais da FGV-SP Oliver Stuenkel, escreveu, em um artigo para a *AQ* em 13 de dezembro de 2018, que de fato a comparação a ser feita para entender o bolsonarismo não é o trumpismo, mas sim outros regimes autoritários, como na Turquia, Filipinas, Hungria e Polônia, onde as instituições democráticas – ao contrário do caso dos EUA – estariam em perigo.<sup>1228</sup> Ainda em novembro, o mesmo autor havia escrito sobre o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e sobre como os vários centros de poder na equipe de Bolsonaro poderiam/*deveriam* frear seus impulsos anti-globalistas.<sup>1229</sup>

### 5.7.5. *Can Paulo Guedes deliver? O ceticismo do mercado*

Em sentido ligeiramente distinto, estão outros colaboradores do Conselho das Américas. Para eles, a indicação de Paulo Guedes deve ser comemorada, e a questão central é se ele consegue “deliver the thing” (entregar a coisa); não entrando nas análises as conseqüências possíveis de seu programa. Aqui já encontramos uma mensagem mais pragmática, de indicações normativas sobre o que deve fazer o governo em relação, por exemplo, ao comércio internacional.

É o caso por exemplo do artigo de Colin Grabow e de Carlos Hidalgo, “Por que Bolsonaro deve buscar o livre comércio com os Estados Unidos”. Grabow é um analista do

<sup>1226</sup> O podcast está disponível na íntegra em: <https://www.americasquarterly.org/content/podcast-debating-bolsonaros-risks-democracy>.

<sup>1227</sup> WINTER, Brian. “Flirting with fascism” (podcast). Disponível na íntegra em: <https://foreignpolicy.com/2018/10/26/flirting-with-fascism/>. Acesso em: 15.01.2019.

<sup>1228</sup> STUENKEL, Oliver. “Brazilians study the Anti-Trump Playbook to fight Bolsonaro”. *Americas Quarterly*, 13 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.americasquarterly.org/content/brazilians-study-anti-trump-playbook-fight-bolsonaro>. Acesso em: 15.01.2019.

<sup>1229</sup> *Id.* “Brazil’s anti-globalist Foreign Minister won’t get everything he wants”. *Americas Quarterly*, 19 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.americasquarterly.org/content/brazils-anti-globalist-foreign-minister-wont-get-everything-he-wants>. Acesso em: 15.01.2019.

Herbert A. Stiefel Center for Trade Policy Studies (um *think tank* neoliberal voltado para o comércio internacional) e Hidalgo é do Cato Institute, o que já diz bastante sobre a orientação política de ambos. Os especialistas afirmam que o ideal seria que se firmasse um acordo de livre comércio junto com todos os países que estão no Mercosul, o que exigiria modificações importantes em suas cláusulas, mas que isso seria possível com uma possível reeleição de Maurício Macri na Argentina.<sup>1230</sup>

A questão sobre se Paulo Guedes conseguiria manejar uma tamanha abertura econômica no Brasil, com ajuste fiscal, contrarreformas, privatizações, etc, já estava entre as análises produzidas sob o Conselho desde junho de 2018, quando Pedro Abramovay publica um artigo sugerindo que os mercados deveriam ser céticos com Bolsonaro. O autor afirmava que a realidade brasileira é mais complexa do que parece, e que Guedes não conseguiria fazer as reformas. Fica claro que a questão central já não é moral, mas sim totalmente pragmática; porém, o autor critica o otimismo irreflexivo dos investidores.<sup>1231</sup> Segundo o cientista político do IESP-RJ, uma pesquisa da XP investimentos, no início do ano de 2018, mostrou que 48% dos investidores entrevistados (num universo de 204) acreditavam que Bolsonaro iria vencer o pleito e que os mercados ficariam muito felizes com isso.

Os investidores parecem ter esperança que Bolsonaro possa repetir a experiência de Pinochet e não surpreende que investidores e a elite dos negócios não estejam focados em potenciais violações de direitos humanos. Mas é curioso que esses investidores não parecem capazes de precificar os riscos reais que Bolsonaro representa para essas mesmas reformas econômicas que eles acreditam ser tão importantes para sustentar uma recuperação econômica no Brasil.<sup>1232</sup>

Muito mais otimista foi um dos últimos artigos publicados pela AQ em 2018, de autoria de Fernando Cutz, figura com bom trânsito no governo americano, especialmente na área de Defesa<sup>1233</sup> e associado do *The Cohen Group*.<sup>1234</sup> Cutz elogiava Guedes, reafirmando

<sup>1230</sup> GRABOW, Colin & HIDALGO, Juan Carlos. “Why Bolsonaro should pursue Free Trade with the U.S.”. *Americas Quarterly*, 14 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.americasquarterly.org/content/why-bolsonaro-should-pursue-free-trade-us>>. Acesso em: 15.01.2019.

<sup>1231</sup> ABRAMOVAY, Pedro. “Why markets should be skeptical of Jair bolsonaro”. *Americas Quarterly*, 13 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.americasquarterly.org/content/why-markets-should-be-skeptical-jair-bolsonaro>>. Acesso em: 15.01.2019.

<sup>1232</sup> *Ibid.* No original: “Investors seem to hope that Bolsonaro could repeat the Pinochet experience and it is not surprising that investors and the business elite are not focused on potential human rights violations. But it is curious that investors do not seem able to price the real risks that Bolsonaro represents to the economic reforms that they believe are so urgently needed to sustain Brazil’s economic recovery.”

<sup>1233</sup> Foi conselheiro de Segurança Nacional e Diretor para América Latina no *National Security Council*.

<sup>1234</sup> CUTZ, Fernando. “What to expect from the Trump-Bolsonaro Bromance”. *Americas Quarterly*, 18 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.americasquarterly.org/content/what-expect-trump-bolsonaro-bromance>>. Acesso em: 15.01.2019.

que a privatização geral vai ser boa “não apenas para a economia brasileira, mas também para a sociedade”, já que a corrupção (ligada implicitamente a um Estado grande) seria um dos maiores e mais endêmicos problemas institucionais do Brasil. O otimismo com relação ao programa de Guedes é indisfarçável.<sup>1235</sup>

Elogios a Guedes mesclados com preocupações pragmáticas sobre sua capacidade de implementar seu programa estão em várias outras peças produzidas pela AS-COA, como um *podcast* com uma analista de *Equity* do *JP Morgan* publicado em 29 de outubro de 2018, conduzido por Elizabeth Gonzalez.<sup>1236</sup> A experiente analista de mercados Emy Shayo, atualmente trabalhando nesse gigantesco grupo econômico bancário, embora mencionasse “preocupações com a democracia”, afirmava que o mercado estava muito entusiasmado com Guedes, e que “um sentimento anti-PT tomou conta do povo e do mercado”.<sup>1237</sup>

A questão central estava estampada no título de um artigo de Emilie Sweigart publicado na AQ em 30 de outubro de 2018: “Can Paulo Guedes deliver in Brazil?”.<sup>1238</sup> No artigo, a autora trazia declarações como a de Thomas Trebat, diretor do Global Center da Universidade de Columbia no Rio de Janeiro: “Ele [Guedes] representa a primeira chance para o Brasil de tentar uma forma radical de economia de livre mercado”.<sup>1239</sup> Por outro lado, a economista Monica de Bolle era assertiva: Paulo Guedes, segundo ela, não duraria nem 4 meses no comando do “superministério”. Seu programa está fundamentalmente correto, porém a “política” e a falta de experiência administrativa de Guedes atrapalhariam o caminho do Brasil rumo a uma economia neoliberal.

Entre os diretores chilenos do Conselho, no ano de 2017, estavam três grandes empresários chilenos: Eleodoro Matte, Andrónico Luksic Graig e Agustín Edwards. Dos três, o primeiro é um homem claramente próximo a Antonio Kast; o segundo, um ultraliberal; e o terceiro, um conhecidíssimo apoiador do golpe de 1973 (dono do *El Mercurio* e do *La Segunda*).

Finalizamos este inusitado porém inevitável tópico com um episódio bastante singular, que nos levará de volta para o passado nessa narrativa: a irônica lembrança do jornalista

<sup>1235</sup> *Ibid.*

<sup>1236</sup> GONZALEZ, Elisabeth. “LatAm in Focus: What a Bolsonaro win means to Brazil’s economy”. *AS-COA Online*. Disponível na íntegra em: <<https://www.as-coa.org/articles/latam-focus-what-bolsonaro-win-means-brazils-economy>>. Acesso em: 15.01.2019.

<sup>1237</sup> *Ibid.*

<sup>1238</sup> SWEIGART, Emilie. “Can Paulo Guedes deliver in Brazil?”. *Americas Quarterly*, 30 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.americasquarterly.org/content/can-paulo-guedes-deliver-brazil>>. Acesso em: 15.01.2019.

<sup>1239</sup> *Ibid.* No original: “Guedes provided ‘instant credibility’ to the then-candidate, said Thomas Trebat, director of Columbia University’s Global Center in Rio de Janeiro. ‘He represents the first chance for Brazil to try a radical form of a free market economy,’ Trebat said.”

Clóvis Rossi, da *Folha de São Paulo*, de frente a Brian Winter, do fechamento do jornal *Correio da Manhã*, onde Rossi trabalhava. Para contextualizar a fala de Rossi, vale a pena descrever um pouco esse que representou um debate entre importantes intelectuais orgânicos da burguesia transnacional, o programa do bastante laureado jornalista Andrés Oppenheimer na *CNN en Español*. Descrito pelo âncora como um dramático giro à extrema-direita desse gigante da América Latina que é o Brasil.

Bolsonaro seria o Trump latino-americano? Essa seria uma das questões que seriam colocadas aos convidados do programa, cuja edição se denominou “O início da era Bolsonaro”, apresentados como especialistas na política brasileira: Clóvis Rossi, Brian Winter, Rubens Barbosa (Embaixador do Brasil em Washington) e Thiago Aragão (político, analista de risco político em Nova York). Deixaremos aqui algumas informações preciosas, as quais retomaremos ao longo do texto.

Clóvis Rossi caracteriza o Brasil de Bolsonaro como uma “democracia iliberal”; afirmou que a prioridade número 1 do governo seria e tinha mesmo que ser o ajuste fiscal; e caracteriza a equipe de Bolsonaro como composta de duas almas: a liberal, representada por Paulo Guedes; e a militar, que seria marcada por “um DNA estatista e autoritário”; e afirmou que o fato de tantos votarem em um candidato que faz apologia à tortura explicitamente era um retrocesso civilizatório no Brasil. O medo tinha vencido a esperança.

Rubens Barbosa era o mais otimista, e parecia querer garantir seu posto: não necessariamente Bolsonaro acabaria com a democracia, ele jurou a Constituição, e jurou reduzir o papel do Estado, diminuir os “privilégios” – segundo o Embaixador, “um discurso que todos queriam escutar”. Afirmou que o discurso de vitória de Bolsonaro foi “moderado” e que “radical” foi o discurso do PT, e que havia “radicais” de “ambos lados”. Afirmou que pela primeira vez o Brasil terá um governo de direita, os governos “dos últimos 50 anos” foram todos de “centro-direita” ou de “centro-esquerda”. Quanto a liberdades civis, as instituições democráticas não deveria ser uma preocupação, não passaria nada grave. E o fator moderador seriam os militares, que estarão nos ministérios, “eles é que vão conter qualquer excesso”.

Brian Winter afirmou que Bolsonaro não conseguiria nunca domar seus “instintos autocráticos”, que sempre fez “discurso autoritário” em toda sua vida e citou algumas frases polêmicas de Bolsonaro. Embora pontuasse que “as instituições no Brasil são fortes”, Winter afirmou que tudo dependeria do grau de resistência que o governo enfrentaria. O governo terá parte grande do Congresso, na verdade, a maioria, o apoiando e que os primeiros meses tenderiam a ser mais pacíficos; porém, ao longo do tempo, haverá reação da “sociedade civil”.

Afinal, a sociedade brasileira seguiria “polarizada” e haveria resistência, e como a solução para todos os conflitos, para Bolsonaro, é repressão, um “grande conflito” se seguiria. Afirmou que a relação com os Estados Unidos seria como as “relações carnis” de Menem nos anos 1990. Sobre as contrarreformas e o cenário mais em longo prazo, Winter afirmou:

Sim, ele vai conseguir aprovar as reformas [...] o Congresso já era conservador; ele indicou o Paulo Guedes, que é um homem do mercado, o empresariado está unânime com ele [...] e ficarão satisfeitos em 2019 – pelo menos a curto prazo sim, quanto a longo prazo, veremos.<sup>1240</sup>

A questão que nos leva de volta aos anos 1960 versou sobre a liberdade de imprensa: Oppenheimer perguntou aos convidados se um governo Bolsonaro seria uma ameaça à livre imprensa. Barbosa, coerente com sua avaliação geral pró-Bolsonaro, disse que não; e Aragão afirmou que legalmente era difícil que Bolsonaro fizesse algo (“diferente do PT, que queria atacar a liberdade de imprensa” – avaliação compartilhada por Barbosa).

Clóvis Rossi afirmou que ainda que não houvesse leis de censura, como houve na última ditadura, havia muitas outras formas de atacar a imprensa, como retirada de anúncios publicitários do governo (que, segundo ele, não afetariam tanto a *Folha*, mas que poderia ser fatal para outros órgãos); e também outro instrumento importante seria a organização de boicotes empresariais para que as empresas também retirem seus anúncios de determinados órgãos. É aí que Rossi recordou do fechamento do *Correio da Manhã*, onde ele trabalhava. “Eu trabalhei nesse diário, o *Correio da Manhã*, que era crítico a[o presidente] Jango, e depois ficou crítico à ditadura. Foram retirando os anúncios [publicitários], até que o jornal teve que fechar as portas por falta de financiamento”, contou, como testemunha de todo o processo. “Eu não acredito que aos 75 anos de idade voltaria a ver cenas de esse tipo”, completou.

Brian Winter concordou plenamente com Rossi, reiterando que sim, havia várias formas extra-legais de pressão e chantagem sobre a imprensa; lembrou sobre a matéria sobre o Caixa 2 de Bolsonaro revelado pela *Folha* e as ameaças sofridas pela jornalista autora da matéria, criticando a postura bélica de Bolsonaro para com este órgão (no qual ele também é colunista, como vimos), e afirmou que quem apóia Bolsonaro nisso [implicitamente estava falando dos empresários] demonstra “atitude bastante autoritária”. No fechamento do programa, Oppenheimer finalizou com uma pérola institucionalista, criticando a opção por “homens fortes” ao invés de “instituições fortes”.

---

1240

A ironia histórica está no fato de que Winter era ali a voz de uma entidade, o Conselho das Américas, que, segundo uma reportagem do jornal alternativo *Opinião*, teria sido a principal responsável pela organização empresarial do boicote publicitário que levou o *Correio da Manhã* a fechar as portas, em 1966. É impossível saber, assistindo ao programa, se Rossi mencionou o episódio em frente a Winter de maneira proposital; a questão que fica é: décadas depois, teria mesmo mudado a posição do Conselho das Américas? Ou, como nos anos 1960 e 1970, o Conselho das Américas cumprirá novamente o papel de normalizar com eufemismos um possível regime ditatorial perante seus ávidos membros empresariais?

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Aqui, o Terceiro Mundo  
Pede a bênção e vai dormir  
Entre cascatas, palmeiras  
Araçás e bananeiras  
Ao canto da juriti*

*Minha terra tem palmeiras  
Onde sopra o vento forte  
Da fome, do medo e muito  
Principalmente da morte*

*A bomba explode lá fora  
E agora, o que vou temer?  
Oh, yes, nós temos banana  
Até pra dar e vender*

*Aqui é o fim do mundo*

GIL, 1968

Em 1963, o povo da República Dominicana elegeu um intelectual de esquerda como presidente: com propostas populares reformistas, Juan Bosch foi golpeado apenas seis meses depois, e um levante militar liderado por um coronel tentou em 1965 reintegrá-lo no poder. Resultado: 21.000 *marines* invadiram a República Dominicana. A ação, justificada pelo presidente Lyndon Johnson como forma de impedir “o estabelecimento de outro governo comunista no hemisfério ocidental”, era também um aviso aos demais países que resolvessem “sair da linha”.

Foi a primeira oportunidade na qual o Brasil, já sob ordem ditatorial militar, provou sua capacidade de exercer um papel subimperialista no continente, enviando 1.100 soldados para compor a “Força Interamericana de Paz”. A ditadura brasileira também respaldou fortemente o golpe que derrubou o presidente Torres, na Bolívia em 1971, pelo general Hugo Banzer, chegando até a enviar aviões militares com a bandeira brasileira carregados de fuzis, metralhadoras e munições para Santa Cruz de La Sierra. O mesmo governo Médici ajudou a manipular as eleições uruguaias de 1971, nas quais o candidato da esquerda tinha grandes chances de vencer. A ditadura uruguaia receberia caminhões brasileiros (da Volkswagen) e

carros de polícia argentinos, em apenas um dos muitos comprovados episódios da colaboração empresarial com esses sanguinários regimes.

A intervenção americana no Chile, assim como no Brasil, foi menos espetacular, mas incrivelmente potente. O Chile permaneceu por um bom tempo imune à onda militarista que já varria a América Latina. Em 1970, o povo chileno elegeu o candidato da *Unidad Popular*, Salvador Allende, que propunha um caminho democrático-parlamentar ao socialismo. Além da intervenção direta do famoso “Comitê dos 40” da CIA, encabeçado por Henry Kissinger (que despejou milhões de dólares numa série de *covert actions*), chama também atenção a chamada “conexão brasileira”, principalmente através da colaboração do IPES – que apesar do inocente nome de “Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais”, foi o principal centro de elaboração das políticas do regime pós-64.

Em agosto de 1976, exilado nos EUA, um ex-ministro de Allende, Orlando Letelier, publicou um artigo no famoso jornal *The Nation* no qual afirmava que o terror daquela ditadura e a liberdade econômica de pequenos grupos privilegiados eram duas faces da mesma moeda e denunciando a estrangulação imposta aos trabalhadores. Algumas semanas depois, Letelier foi literalmente explodido em plena Washington, numa ação planejada que seria identificada mais tarde como parte da Operação Condor. O Congresso dos EUA resolveu então suspender a “ajuda” econômica e militar a vários países latino-americanos. Mas o regime de Pinochet continuou recebendo milhões de dólares de “ajuda” direta dos EUA sem autorização parlamentar; enquanto a ditadura de Videla, na Argentina, recebeu do Banco Mundial e do BID, nos quais os EUA têm influência decisiva, mais de 415 milhões.

Podemos dizer que há pelo menos dois traços que permeiam, com raras exceções, as ditaduras latino-americanas dos anos 1960-1970: o fato de serem pró-imperialistas e contra-revolucionárias (ainda que se forma preventiva); e o fato de estarem a serviço de uma verdadeira *restauração de classe*. Nas palavras de Galeano, todas elas fizeram parte dos “sucessivos episódios de uma guerra de rapina” que se instalou na América Latina. Ao contrário do que o discurso de “integração” da ALALC ou da ALCA prometia, estes projetos tinham por objetivo consolidar e reproduzir as imensas desigualdades entre as nações latino-americanas e dentro dos próprios países – o que o saudoso escritor uruguaio Eduardo Galeano ironizou como uma “integração de servidões”.

É preciso considerar os diferentes processos internos a cada país. Por exemplo, a preocupação com a institucionalização política foi bem forte no Brasil, com o revezamento de generais e com a manutenção, ainda que amputadamente, do Congresso e de eleições (o que

em nada significa que fosse uma “ditabranda”, como prega determinada visão revisionista). Em termos de política econômica, também encontramos muitas diferenças, principalmente se compararmos os fortes investimentos estatais no tal “desenvolvimento” do “Brasil potência”, com o neoliberalismo chileno (1973) e argentino (1976).

Os resultados sociais dessas ditaduras foram absolutamente desastrosos para os povos latino-americanos. Em apenas seis anos, entre 1969 e 1975, a dívida externa latino-americana triplicou. Brasil, México, Chile, Uruguai, Panamá e Peru destinaram, em 1975, metade da receita de exportação para o pagamento de amortização e juros da dívida e para o pagamento dos lucros das empresas estrangeiras neles instaladas. Os habitantes desses países nunca foram consultados sobre as dívidas que eram e são obrigados a pagar.

Hoje, os chilenos se defrontam com o “legado” do choque neoliberal, provavelmente naquilo que é até agora a maior mobilização anti-neoliberal neste pequeno laboratório não apenas da implementação do neoliberalismo, como também de sua continuidade sob a democracia.

A relevância política e científica de escrever esta história da AS-COA está no fato de que esta nos diz muito sobre o capitalismo e o imperialismo contemporâneos, sobre políticas públicas neoliberais e sobre a organização política transnacional das classes dominantes. A participação de empresas de origem latino-americana desde o início do *Council* mostra seu esforço para desenvolver uma *ação política transnacional de classe*.

O escopo da agenda do *Council* ultrapassa os interesses econômico-corporativos e diz respeito aos interesses propriamente políticos, no sentido gramsciano do termo. A hipótese central que defendemos é de que trata-se de um aparelho privado de hegemonia das classes dominantes dos Estados Unidos, as quais promoveram e estimularam a incorporação subalterna de frações capitalistas latino-americanas. O tipo de ação que o Conselho promove tem uma interface inter-empresarial, organizando interesses comuns e aparando arestas; e uma interface com os Estados nacionais, a começar pelos EUA e que é reconfigurado para a América Latina, seja na definição geral das políticas econômicas, seja na mirada ‘paternalista’ voltada para educar as classes dominantes latinoamericanas e influenciar programas voltados para os “problemas sociais” que providenciam saídas lucrativas para eles – com o benefício extra de melhorar a imagem empresarial. Entretanto, é importante ressaltar que, apesar de não compor em quantidade as diretorias do Conselho até pelo menos meados dos anos 1980, o empresariado latino-americano não padeceu de espécie alguma de passividade, muito ao

contrário: foi ativamente engajado nas iniciativas do Conselho, como demonstramos nos capítulos 2 e 3.<sup>1241</sup>

Procuramos demonstrar como os serviços prestados pelo *Council* não se limitam à produção de materiais específicos, como relatórios ou *lobbying* pela aprovação de determinadas legislações ou “favores”, mas constam de um conjunto de modalidades de pressão, cooptação, propaganda e produção de informação que ultrapassa os interesses imediatos das companhias a ele associadas, o que reforça o seu entendimento como um aparelho privado de hegemonia.

O *Council of the Americas*, como nos mostram as fontes nas quais constam os membros que compõem, em diversos períodos entre 1965 e 2015, foi criado organizando o setor mais internacionalizado do capital operante na América Latina em torno de propósitos comuns de classe para além dos interesses econômicos imediatos de tais grupos corporativos – ainda que, também atenda a esses interesses (especialmente no caso das empresas voltadas para a extração de recursos naturais na América Latina). Motivada por um forte anti-comunismo que perdura e muda de roupagem ao longo das décadas, uma marca indelével na atuação do Conselho é a da contra-revolução preventiva, seja “a quente” como nas ditaduras, seja “a frio”, como na defesa de democracias mais ou menos imunes à participação popular.

Preparando relatórios que investigam o potencial desse setor econômico nos diversos países da América Latina e os fatores políticos e sociais (como resistência camponesa ou indígena, regras governamentais para essa atividade econômica, etc), o Conselho consegue fornecer a tais grupos econômicos (que por vezes competem entre si) um manancial básico de informações que interessam a essas empresas de conjunto. A produção de relatórios é densa mas de mão única – trata-se de abrir o máximo possível as informações sócio-econômicas, políticas e mesmo sociais dos países latino-americanos aos investidores estadunidenses associados, mas o contrário, informações detalhadas sobre as bases da economia dos EUA não aparece nos materiais do AS-COA, a não ser como forma de propaganda, como “modelos de ação capitalista”, ou de ameaças (retirar os capitais dos investimentos). Vimos também como tal produção de informações conta com subsídios não apenas do empresariado latino-americano, mas também de personalidades e órgãos públicos latino-americanos. Ao mesmo tempo, o Conselho promove o encontro entre autoridades governamentais (estadunidenses e latinoamericanas) e importantes representantes empresariais das companhias a ele ligadas (majoritariamente estadunidenses), os quais possuem por objetivo tanto pressionar os

---

<sup>1241</sup> Agradecemos o comentário da professora Ana Saggiorno Garcia acerca do tema.

governos latino-americanos como, adicionalmente, promover uma imagem melhorada acerca de determinadas atividades econômicas através da idéia de “responsabilidade social e ambiental empresarial”, como vimos no capítulo 5.

A análise dessas importantes fontes (relatórios e encontros privados) nos permite confirmar que o conselho organiza e media os interesses desta poderosa fração capitalista transnacional, a qual encontra nesse aparelho privado de hegemonia um espaço de articulação e defesa de seus interesses comuns.

Mostramos como o *Council* representa uma unidade orgânica entre sociedade civil e sociedade política nos Estados Unidos, atuando com especial força no que diz respeito à política externa deste país para a América Latina; sendo um dos mais fortes exemplo disso a promoção dos interesses empresariais americanos relativos ao continente no Congresso, no Departamento de Estado e de Comércio, possuindo relações orgânicas, também, com a comunidade de inteligência, como vimos ao longo dos capítulos 2, 3 e 4.

Esta hipótese, que desenvolvemos a partir da historiografia sobre o tema, em especial o trabalho de Lars Shoultz,<sup>1242</sup> também pudemos confirmar através da análise do extenso trabalho de *lobby* do conselho junto ao Congresso americano, existente desde os anos 1970; mas que se torna muito mais forte nos anos 1990, com a possibilidade de aprovação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Este tema foi extensamente debatido no Congresso americano, tanto na Câmara de Representantes quanto no Senado, quando o Conselho prepara não somente informes extensos, preparados com o objetivo de convencer os representantes da necessidade da conformação de tal projeto, mas também organiza e orienta os grandes empresários nas reuniões da Comissão Especial do Congresso americana encarregada de analisar tal matéria, como vimos no capítulo 4.

A partir de Gramsci, isso demonstra que este aparelho privado de hegemonia promove determinado tipo de unidade entre sociedade civil e sociedade política, já que entendemos os empresários como parte da sociedade civil, e a sociedade política como Estado estrito (que inclui os órgãos governamentais como Executivo e Legislativo). É necessário aqui agregar o cosmopolitismo ao conceito de Estado ampliado (ou Estado integral, nos termos de Gramsci), pois quando tratamos da atuação do Conselho, não estamos mais restritos a um espaço nacional, e sim a uma atuação prática e teórica, de tipo capital-imperialista, no espaço transnacional (“hemisférico”). Vimos também que Conselho atuou junto à sociedade política de países da América Latina, como mostramos nas relações carnais entre seus agentes e as

<sup>1242</sup> SHOULTZ, Lars. *Human Rights and United States Policy toward Latin America*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014 [1981].

ditaduras militares nos anos 1960 e 1970, bem como no período atual, no qual as poucas conquistas democráticas das transições se vêem em xeque em muitas partes, como no Brasil dos últimos anos.

Aqui é importante lembrar que o capital-imperialismo, conforme Fontes, se define não apenas pela escala, mas pela intensa expansão das relações sociais capitalistas e pela extensa malha empresarial transnacional, envolvendo o empresariado e influenciando nos diferentes Estados, ao definir as pautas políticas e sociais e, finalmente, pela agregação – adesão – de burguesias subalternas, que passam a defender a expansão do imperialismo – seja por dele compartilhar, seja por tornar-se impossível levar adiante sua própria atuação burguesa sem “obedecer” a esses ditames, que parecem ser elaborados conjuntamente e se tornam uma espécie de mantra internacional, reforçados pelos APHs, pelos organismos internacionais e pelos parlamentos e governos. Tais entidades transnacionais integram o Estado em sentido integral – como a tese demonstra – e sua expansão os leva a integrar de maneira mais íntima e constante (direta ou mediadamente, através das burguesias locais) os órgãos de Estado.

A reorganização do capitalismo em uma situação de crise como aquela dos anos 1960/1970, que não se constituía apenas de uma crise econômica, mas política e ideológica, envolvendo a totalidade social, não poderia se basear simplesmente numa adoção de uma “nova” política econômica. De forma coordenada, embora com diferenças prévias quanto aos métodos empregados (maior ou menor uso da violência militar), o acordo comum do qual o AS-COA participa é o da eliminação das formas populares organizadas, e de sua luta por igualdades, tanto de direitos, quanto de igualdade mais substantiva. Endossou portanto todas as ditaduras, delas co-participando. Isso significou o apoio – aberto ou velado – às modificações nas estruturas do Estado, tal como havia ocorrido na última grande depressão (nos anos 1930) em diversas latitudes do planeta. O neoliberalismo, quando da implantação de suas “terapias de choque”, sempre exigiu, aliás, tal modificação profunda na estrutura do Estado – em que pese algum ‘constrangimento’ quanto à violência de seu nascimento – foi brandido como modelo exemplar desde o golpe do Chile até os dias atuais. A ditadura empresarial militar brasileira, apesar de suas diferenças frente ao modelo chileno, especialmente a participação do Estado na economia – também recebeu permanente apoio, sempre entretanto tendo como horizonte aproximar-se do que foi erigido como o paradigma das ‘boas práticas’ pelo AS\_COA, o Chile.

É importante lembrar que uma situação de crise não significa paralisia, esgotamento do capitalismo, tampouco colapso; ao contrário, pode significar um ponto a partir do qual as

relações capitalistas se expandem, aprofundando ainda mais seu desenvolvimento desigual.<sup>1243</sup> Em segundo lugar, partimos do pressuposto que, por mais organizadas e poderosas que sejam as classes capitalistas, elas estão igualmente sujeitas às contradições do capitalismo, e são incapazes de se pôr acima destas.

Buscamos analisar as distintas modalidades de atuação do Conselho no período do ciclo de regimes ditatoriais e, posteriormente, junto aos regimes democráticos nascidos nos anos 1980 e 1990. Pudemos observar nas fontes um forte vínculo do Conselho com órgãos governamentais importantes de governos ditatoriais na América Latina, seja organizando visitas de altos representantes oficiais nos Estados Unidos, seja em reuniões privadas com eles nos próprios países latino-americanos, seja estabelecendo “single Windows”, isto é, contatos diretos com ministros e altas autoridades latino-americanas no período das ditaduras, especialmente no Brasil e no Chile. Pode-se concluir que a expansão do capital-imperialismo e dessa malha de entidades empresariais penetra profundamente na própria ossatura material dos Estados latino-americanos, sem que a recíproca seja verdadeira, isto é, que os empresários latinos pudesse interferir diretamente nas políticas estadunidenses, salvo quando se tratava de solicitar apoio para intervenções (militares, econômicas, políticas, abertas ou veladas) para a defesa de seus interesses contra os interesses expressos por outros setores sociais de suas nações de origem. Não por acaso, em todas as vezes, tratava-se de bloquear interesses populares.

Nos anos 1970, após os escândalos relacionados à participação dos Estados Unidos e das corporações como a ITT e a Anaconda, a atuação do Conselho tornou-se mais discreta, em função dos protestos ocorridos nos Estados Unidos sobre a colaboração deste país nos golpes de Estado ao sul do continente, tendo tido especial impacto a revelação da inegável participação empresarial e governamental estadunidense no caso do golpe de 1973 no Chile.

Porém, com as transições democráticas, modifica-se também a atuação do Conselho, que passa a ser mais visível – com a publicação e divulgação, por exemplo, de livros e estudos disponíveis a um público mais amplo. Com análise dessas publicações, em especial de Ballassa *et all*<sup>1244</sup> e de Chacel *et all*<sup>1245</sup>, observamos que o Conselho passa a defender, a partir das elaborações dos intelectuais orgânicos ligados a ele, um determinado tipo de regime, que

---

<sup>1243</sup> “(...) o fato de a lógica capitalista lançar a humanidade em crises sucessivas e cada vez mais profundas não significa que o capitalismo esteja em processo de recuo ou de estreitamento de suas bases sociais”. FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. Rio de Janeiro: EdUFRJ/Fiocruz, 2010.p. 42.

<sup>1244</sup> BALLASSA et all. *Uma nova fase de crescimento para a América Latina*. Cidade do México/Rio de Janeiro/Washington: Institute for International Economics, 1986.

<sup>1245</sup> CHACEL et all, *Brazil's Economic and Political Future*. Boulder, Colorado: West view Press, 1988.

poderíamos chamar de semi-democrático: um regime eleitoral, mas que já não comporta pressões populares (que eles desdenham, denominando-as como “populistas”), definido pelo paradigma neoliberal de Estado enxuto, com responsabilidade fiscal, abertura para o capital estrangeiro, privatizações etc. e desprovido de direitos sociais universais, a serem substituídos por políticas de contenção e/ou apassivamento.

Os países latino-americanos que viveram ditaduras militares já estavam em plena distensão – ou já na conformação de regimes formalmente democráticos. O Conselho aproveitou essa circunstância para ampliar suas ligações não apenas diretamente com os governos e com os empresários, como antes, mas também com outros aparelhos privados de hegemonia. Em primeiro lugar, consolidava sua relação mais do que constante com outras formas associativas transnacionais estadunidenses, como as AMCHAMs, que também se expandiam e que estavam diretamente enraizadas em diversos países latino-americanos. Para além delas, induzia e aproximava-se de entidades similares do empresariado latino-americano, que nesse período passam a florescer, com o objetivo de interferir mais ativamente (de forma direta ou mediada por empresários locais) na definição e condução dos regimes semi-democráticos, possibilitando novas maneiras de organização empresarial e novas relações entre sociedade civil e sociedade política nos países latino-americanos.

A análise das mudanças operadas principalmente a partir dos anos 2000 nos mostra que o capital-imperialismo de origem latino-americana se faz cada vez mais presente no Conselho e em todos os seus órgãos associados. Ao mesmo tempo em que podemos observar uma quantidade aumentada de empresas de origem latino-americana, também notamos a preponderância de empresas do setor bancário e de administração de capital (capital portador de juros, na acepção marxiana), como *private equity*, conforme apontamos no capítulo 5.

A análise minuciosa dos relatórios produzidos principalmente a partir dos anos 2000 que realizamos no capítulo 5 nos permitiu concluir que o Conselho busca instruir e construir tal consenso inter-empresarial acerca de projetos que podemos caracterizar como neoliberais em várias áreas, como intensa atuação para expropriação de direitos e privatização de áreas como educação, saúde, emprego e segurança. O objetivo do Conselho, aqui, é construir junto a esta fração do empresariado latino-americano um programa de políticas públicas que retirem dos Estados Nacionais a responsabilidade pela construção e manutenção de sistemas públicos, universais e gratuitos de saúde, educação, trabalho e segurança, transferindo-as para o dito “setor privado” (leia-se: empresas e Organizações Não-Governamentais, ou, em termos

conceituais mais precisos, outros Aparelhos privados de hegemonia empresariais – entidades sem fins lucrativos – por elas subsidiadas).

A própria AS/COA explicita claramente que não se trata de filantropia, embora não tenha escrúpulos em utilizar o termo, mas sim de formação e subordinação de mão-de-obra, divulgação e formação de mercados, ao introduzir bases tecnológicas materiais e sistemas de uso (inclusive informáticos) como novas necessidades implantadas pelas próprias empresas, assim como intensa propaganda para a redução de direitos na expansão de sistemas privados e altamente lucrativos. Em suma: não há contradição entre ganhar dinheiro e moldar visões de mundo.

O *Council* se constitui como um fórum de articulação entre interesses do grande capital operante na América Latina, sob o claro predomínio e direção dos empresários dos EUA (e apoio do Estado), reunindo empresários de diversas origens nacionais mas todos de larga escala – capital imperialismo<sup>1246</sup>. O Council investe pesadamente na formação de intelectuais orgânicos ligados a esses grupos empresariais no sentido de criar consenso em relação projetos mercantil-filantrópicos dentro daquilo que descrevemos no capítulo 2 como a matriz rockefelleriana de tratamento do conflito social.

Esta última afirmação se viu confirmada pela análise principalmente da revista *Americas Quarterly*, publicação quadrimestral do Conselho, que, voltada para o público empresarial latino-americano, enfatiza fortemente a construção de uma pedagogia junto a esses empresários, pedagogia esta que inclui propagandas de empresas que são “socialmente responsáveis”, “ambientalmente responsáveis”, que desenvolvem “accountability” pública. Se a revista explicita tal pedagogia, esta tese demonstra que a pedagogia do capital-imperialismo está presente em todas as iniciativas do Conselho, ao incorporar subalternamente seus ‘pares’ (sempre demonstrando a fraqueza ou a incapacidade dos ‘latinos’ de resolverem seus próprios problemas) e ao exigir constantemente que os capitais estrangeiros – os seus integrantes – tivessem acesso igual ou melhor ao dos locais. A recíproca jamais é acenada.

O Conselho educa esses empresários a uma dupla linguagem, na qual de um lado se destaca a repetição na ênfase do papel do “setor privado” em garantir, com a anuência e participação ativa dos governos locais, projetos para sua própria expansão, independentemente das contradições e devastações que possam causar. Por outro lado, a dupla linguagem prepara as intervenções jurídico-políticas, que impeçam ou reduzam as tensões sociais inevitavelmente surgidas da degradação dos serviços públicos essenciais, bem

<sup>1246</sup> FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

como do desemprego, de maneira a erradicar junto à população a idéia de que se deva esperar a solução para tais problemas a partir de direitos assegurados pelo Estado e da atuação dos representantes legais eleitos. A ideologia neoliberal aparece com clareza aqui, pois associados a este projeto estão propostas amplas de privatização, que, conforme a historiografia por nós selecionada representam a abertura de novos espaços de valorização do capital.<sup>1247</sup>

Por fim, concluímos que fenômenos como a vitória de Trump nos Estados Unidos e do bolsonarismo no Brasil introduzem novas complexidades e tensões no interior desse APH transnacional sob comando estadunidense. Não obstante, a alternativa liberal cosmopolita continua sendo parte do leque das múltiplas estratégias de ação política e também da política externa dos Estados Unidos no presente. Investindo na formação de um “consciente” empresariado latino-americano em grande escala, o *Council of the Americas* é um indutor também de outros aparelhos privados de hegemonia e um investidor na formação de novas elites políticas aptas a defender não somente as diretrizes neoliberais, mas as próprias condições de reprodução ampliada do capital em nosso continente. Embora a palavra democracia esteja frequentemente presente no vocabulário empresarial desses grupos, continuam a demonstrar total tranquilidade no trato com ditaduras e com novas formas – talvez ainda mais cruentas – de ascensão de uma extrema direita.

Em suma, o Conselho das Américas organiza os investidores estadunidenses, elabora e define políticas, incorpora subalternamente burguesias locais, as educa, configura uma espécie de Estado Maior dos interesses estadunidenses no seio do Estado nos EUA e procura ocupar posições similares (de maneira direta ou mediada pelas burguesias locais) nos países latino-americanos.

Este trabalho, por sua abrangência temporal, naturalmente possui oscilações temporais e temáticas, as quais merecem ser exploradas em outros trabalhos. Além disso há questões inúmeras as quais não foi possível analisar, como por exemplo, até onde as iniciativas “filantrópicas” do Conselho conseguiram convencimento popular (o que exigiria uma análise caso a caso) – trata-se de outra pesquisa que se faz necessária. A própria continuidade da atuação do Conselho, bem como, obviamente, as lacunas deixadas pela presente pesquisa, são motivos mais que suficientes para maiores e mais detalhadas investigações sobre a história da AS-COA.

---

<sup>1247</sup> HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

## REFERÊNCIAS

### Referências bibliográficas

- AHMAD, Aijaz. *Linhagens do presente*. Ensaios. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ALI, Tariq. *O poder das barricadas*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ALLEN, Michael P. "The structure of interorganizational elite cooptation: interlocking corporate directorates." Em *American Sociological Review*, Julho de 1974.
- ALIAGA, Luciana & BIANCHI, Alvaro. "Pareto e Gramsci: itinerários de uma ciência política italiana". Em *Análise Social*. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. N. 203, volume XLVII. p. 322-342. Segundo trimestre de 2012.
- AMIN, Samir. *O caminho de uma nova crise estrutural do capitalismo*. Porto: Afrontamento, 1978.
- ANDERSON, Perry. "Balanço do noliberalismo". Em SADER, Emir. (org). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Espectro. Da direita à esquerda no mundo das ideias*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ANDRIANOPOULOS, Gerry Argyris. *Kissinger and Brzezinski: The NSC and the Struggle for Control of U.S. National Security Policy*. Nova York: PalgraveMacmillan, 1991.
- ARANTES, P. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARENDT, Hanna. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1963].
- ARGUMEDO, Alcira. *Los labirintos de la crisis*. America Latina: poder transnacional y comunicaciones. Buenos Aires: FoliosEdiciones, 1984.
- ARRIGHI. *O longo século XX*. São Paulo: Contraponto-EdUnesp, 1996.
- ARRUDA, Marcos, SOUZA, Herbert & AFFONSO, Carlos (orgs.). *Multinationals and Brazil: the impact of multinational corporations in contemporary Brazil*. Toronto: LARU, 1975.
- ARNSON, Cynthia. *El Salvador: a revolution confronts the United States*. Washington: Institute for PolicyStudies, 1982.
- ASSMAN, Hugo; SANTOS, Theotônio dos; CHOMSKY, Noam (orgs.). *A Trilateral – nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- AYERBE, Luiz Fernando. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo: Ed.Unesp, 2002.
- AYERS, Alison J. (ed.) *Gramsci, Political Economy, and International Relations. Modern Princes and Naked Emperors*. New York: Palgrave-Macmillan, 2008.
- BALLASSA etall. *Uma nova fase de crescimento para a América Latina*. Cidade do México/Rio de Janeiro/Washington: Institute for InternationalEconomics, 1986.
- BARAN, Paul & SWEEZY, Paul. *Monopoly capital*. Grã-Bretanha, Pelican Books, 1965.
- BARKUN, Michael. *The culture of conspiracy*. Apocalyptic visions in contemporary America. Berkeley: University of California Press, 2003.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BENSAID, Daniel. *Marx, o intempestivo*. Grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci*. Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008.
- \_\_\_\_\_. "Political Science contra a democracia. A formação de uma tradição". *Opinião Pública*. Campinas, vol. 17, n.01, Junho de 2011, p. 76-105.
- BIELER & MORTON (eds.). *Images of Gramsci*. London/New York: Routledge, 2006.
- BLOCK, Fred. *The origins of International Economic Disorder*. A study of United States International Monetary Policy from World War II to the present. Berkley/Los Angeles: UniversityofCalifornia Press, 1977.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1993 [1988].
- BOITO Jr., Armando. *Estado, política e classes sociais*. São Paulo, EdUnesp, 2007.
- BOLLINGER, Stefan; KOIVISTO, Juha. Hegemonic Apparatus (Verbetes). *Historical-Critical Dictionary of Marxism*. Londres: Brill, 2009.

- BORÓN, Atilio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BORTONE, Elaine. *A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)*. Dissertação de Mestrado. Niterói/UFF, 2013.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 [1975].
- BUKHARIN, N. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1984.
- CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). *Dicionário da Educação no campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2012.
- CALLINICOS, Alex. *Imperialism and global political economy*. Cambridge: Polity, 2009.
- \_\_\_\_\_. “Does capitalism need the state system?” *Cambridge Review of International Affairs*. Londres, V20, n. 4, p. 533-549, Dez/2007.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Formas, Conteúdo e Causa: uma proposta de interpretação marxista para o fenômeno crise”. *Leituras de Economia Política*. Campinas: IE Unicamp, n.5, dezembro/1997.
- \_\_\_\_\_. & BARUCO, Grasiela. Pós-modernismo e neoliberalismo: duas facetas ideológico-políticas de uma pretensa nova era. Em *Lutas Sociais*, vol. 21, p. 132-145, 2º semestre de 2009.
- CARROLL, William. *The Making of a Transnational Capitalist Class*. Londres: Zed Books, 2010.
- CARVALHO, Aloísio H. C. de. *O governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989.
- CASTRO, Ricardo. “Extrema-direita, pseudo-história e conspiracionismo: o caso do negacionismo do Holocausto”. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas*. Rio de Janeiro, julho de 2014.
- CECEÑA, Ana Esther. Aliança para o Progresso (Verbete). SADER, Emir; JINKINS, Ivana (org.). *Enciclopédia Latinoamericana*. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/o-progresso> (acesso 02/04/2015).
- CHACEL et al., *Brazil's Economic and Political Future*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1988.
- CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, D. & WALLERSTEIN, Immanuel *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã. 1996.
- CHOMSKY, Noam. *Rumo a uma nova guerra fria. Política externa dos EUA, do Vietnã a Reagan*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- \_\_\_\_\_. & HERMAN, Edward Herman. *The Political Economy of Human Rights*. Boston: South and Press, Vol. I.
- CHRISTOFFERSON, Michael Scott. *French intellectuals against the left: the antitotalitarian moment of the 1970's*.
- COGGIOLA, Osvaldo. *As grandes depressões 1873-1896 e 1929-1939*. Fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente. São Paulo: Alameda, 2009.
- COLLIER, Peter & HOROWITZ, David. *The Rockefellers. An American dynasty*. Bantam, 1977.
- COLLINS, Robert. “Positive business response to the New Deal: the roots of the Committee for Economic Development”. Em *Business History Review*, n.52, outono/1978.
- COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional – o Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CONSTANT, Benjamin. “A liberdade dos antigos e a liberdade dos modernos”. Em *Filosofia Política II*. Porto Alegre: LPM/Unicamp/UFRGS, 1985 [1819].
- CORREA, Hugo Figueira de Souza. *Teorias do imperialismo no século XXI: (in) adequações do debate no marxismo*. Tese de doutorado em Economia. Universidade Federal Fluminense, 2012.
- COUTINHO, Mauricio Chalfin. *Lições de Economia Política Clássica*. São Paulo: Hucitec; Campinas (SP): Ed.Unicamp, 1993.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *De Rousseau a Gramsci*. Ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.

- \_\_\_\_\_. *Gramsci: um estudo de seu pensamento político*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014 [1999].
- COUTINHO, Carlos Nelson (org.) *O Manifesto Comunista – 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto/São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- \_\_\_\_\_. & TEIXEIRA, Andréa de Paula (org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A Época Neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? *Novos Rumos*, Marília (SP), v.49, n.1, pp. 117-126, Jan.-Jun. 2012.
- COX, Robert. “Social Forces, States and World Orders: Beyond the International Relations Theory”. *Millenium*, 1981.
- \_\_\_\_\_. “Gramsci, hegemony and International Relations: an essay on method”. *Millenium*, v. 12, n. 2, p. 162-175.
- \_\_\_\_\_. & JACOBSON, Harold. *The anatomy of influence: decision making in international organization*. New Haven: Yale University Press, 1973.
- DAHL, Roberto. *After the revolution? Authority in a good society*. New Heaven e Londres, 1970.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEL ROIO, Marcos. *Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)*. São Paulo: Xamã, 2005.
- DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, historiografia e movimento operário*. Tese de doutorado em história. Niterói: PPGH/UFF, 2012.
- DEVINE, Robert. *Second chance: the triumph of internationalism in America*. New York, 1967.
- DIAMOND, Larry. “Facing up to the democratic recession”. *Journal of Democracy*, vol.26, n.1, janeiro de 2015.
- \_\_\_\_\_. & MORLINO, Leonardo. “The quality of democracy: an overview”. *Journal of Democracy*. Vol.15, n.4, p. 20-31, outubro/2004.
- \_\_\_\_\_. “Democracy in decline. How Washington can reverse the tide”. *Foreign Affairs*, vol. 95, n.4, julho/agosto de 2016.
- DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. New York: Harper, 1957.
- DRAGO, Tito. *Chile, um doble secuestro*. Madri: Complutense, 1993.
- DREIFUSS, René A. *State, class and the organic elite: the formation of the entrepreneurial order in Brazil (1961-1965)*. Tese de doutorado em Ciência Política. Universidade de Glasgow, 1980.
- \_\_\_\_\_. *1964 – a conquista do Estado*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_. *A internacional capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O jogo da direita*. São Paulo: Vozes, 1989.
- DUMÉNIL, Gerard & LÉVY, Dominique (orgs.) *Letriangle infernal: crise, mondialisation, financiarisation*. Paris: PressesUniversitaires de France, 1999.
- \_\_\_\_\_. & \_\_\_\_\_. *Capital Resurgent. Roots of the Neoliberal Revolution*. Harvard University Press, 2004.
- DUPAS, Gilberto (org.) *A transição que deu certo. O exemplo da democracia espanhola*. São Paulo: Trajetória cultural, 1989.
- EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- EPSTEIN, David. *The political theory of “The Federalist”*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.
- FEIJÓ, Ricardo. *Economia e Filosofia na Escola Austríaca – Menger, Mises, Hayek*. São Paulo: Nobel, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera. Pequenos escritos políticos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- \_\_\_\_\_. & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- \_\_\_\_\_. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FIORI, José Luís. *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FOA, Roberto Stefan & MOUNK, Yascha. “The signs of deconsolidation”. *Journal of Democracy*, janeiro 2017.
- FONTANA, Benedetto. “Hegemonia e nova ordem mundial”. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e História*. Rio de Janeiro: EdUFRJ-Fiocruz, 2010.
- FOSTER, John Bellamy. The Rediscovery of imperialism. *Monthly Review*, v. 54, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCIONI, Gianni. *L'Officina Gramsciana*. Nápoles: Bibliopolis, 1984.
- FRANCIS, Paulo. *Nixon x McGovern: as duas Américas*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1972.
- FUKUYAMA, Francis. *Construção de Estados*. Governo e organização no século XXI. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Por que o desempenho da democracia tem sido tão ruim?” *Journal of Democracy*, vol. 26, n.1, janeiro de 2015.
- GALLANGHER, John; ROBINSON, Ronald. “The Imperialism of Free Trade”. *The Economic History Review*, vol. VI, n.1., pp. 1-15, 1953.
- GARCIA, Ana Saggiaro. “A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo”. *Tese de doutorado*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.
- \_\_\_\_\_. A introdução de Gramsci nas Relações Internacionais: aspectos metodológicos”. In *RARI*, Revista Acadêmica de Relações Internacionais. 3ª Ed, v. 1, julho/2013.
- \_\_\_\_\_ & SÁ, Miguel Borba de. “Overcoming the blockage”: an interview with Robert W. Cox. *Estudos Internacionais*. Vol. 1, n. 2, p. 303-318, jul/dez 2013.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GERMER, Claus M. “O conceito de padrão-ouro e os equívocos da economia política”. *Anais do III Encontro Nacional de Economia Política*. Niterói, SEP/UFF, vol. 1, 1998.
- \_\_\_\_\_. “O dinheiro como mercadoria”. In *Crítica Marxista*, São Paulo, n.37, p. 9-26, 2013.
- \_\_\_\_\_. “Componentes estruturais da teoria do dinheiro no capitalismo.” *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, Sette Letras, n.1, 1997.
- GILL, Stephen. (org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- \_\_\_\_\_. *American Hegemony and the Trilateral Commission*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” IN *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GONÇALVES, Martina Spohr. *American way of business: empresariado brasileiro e norte-americano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2016.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 6v.
- GREEN, James Naylor. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GRESPLAN, Jorge. *O negativo do capital*. São Paulo: Hucitec, 1999.

- HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.
- HAMILTON, Alexander; MADISON, James & JAY, John. *O Federalista*. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril cultural, 1973.
- HARRIS, Jerry. "Towards a global ruling class: globalization and the transnational capitalist class" Em *Science & Society*. vol. 64, n. 1, p. 11-54, 2000.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. *O neoliberalismo*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HAUG, W.F. et al. *Historical-critical Dictionary of Marxism*. Historical Materialism, 17, 2009. (disponível em: <http://dhcm.inkrit.org/wp-content/data/HKWM-Hegemonic-Apparatus.pdf>).
- HAYEK, F. A. *Direito, legislação e liberdade*. Uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. São Paulo: editora Visão, 1985 [1979].
- \_\_\_\_\_. "O caminho da servidão" [1947]. Em PRUNES, Cândido Mendes (org). *Hayek no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.
- HERSH, Seymour. *The price of power: Kissinger in the Nixon White House*. Londres: Faber, 1983.
- HERZ, Monica. "Teoria da Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria". *Dados*, vol.40, n.2, Janeiro de 1997.
- \_\_\_\_\_. & HOFFMAN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: definição e história*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2004.
- HILDEBRAND, Robert C. *Dumbarton Oaks: The Origins of the United Nations and the Search for Postwar Security*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HIRSCH, Joaquim. *Teoria materialista do Estado*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- HITCHENS, Christopher. *O julgamento de Kissinger*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HOARE, Q. & NOWELL-SMITH, G. *Selections from the Prison Notebooks*. Londres: Lawrence & Wishart, 1971.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*. O breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOVELER, Rejane Carolina; MELO, Demian Bezerra. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René A. Dreifuss. *Tempos Históricos*, Marechal Rondon (PR), v.18, n.1, 2014.
- HOFSTADTER, Richard. *Age of Reform*. Nova York: Vintage, 1955.
- \_\_\_\_\_. *La tradicionpolitica norteamericana y los hombres que la formaron*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1984 [1948].
- HOLDEN, Barry (ed.). *Global democracy: key debates*. KY: Routledge, 1999.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- JAMESON, Frederic. "Periodizando os anos 60". Em BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- JESSOP, Bob. "A globalização e o Estado Nacional". Em *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v. 1, tomo 7, p. 9-45, 1998.
- JONES, Daniel Stedman. *Masters of the Universe: Hayek, Friedman, and the Birth of Neoliberal Politics*. Princeton: Princeton University Press, 2012.
- KANT, I. *A paz perpétua*. Porto Alegre: L&PM, 1989.
- KAUTSKY, Karl. *O Imperialismo e a Guerra*. Em *História & Luta de Classes*, n.6, pp. 73-77, nov.2008.
- \_\_\_\_\_. "O imperialismo". Em TEIXEIRA, Aloísio (org.). *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- KISSINGER, Henry. *Memórias*. 3º vol- Anos de renovação. Rio de Janeiro: Editora UniverCidade, 2001 [1999].
- KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Brasil debates, 1982.
- LASKI, Harold. *Democracy in crisis*. London: G. Allen, 1933.
- LEACOCK, Ruth. *Requiem for revolution: United States and Brazil, 1961-69*. Kent: Kent State University Press, 1990.

- LEMOS, Renato. “Anistia e crise política no Brasil pós-1964”, *Topoi*, nº 5, setembro de 2002, p. 287-313.
- \_\_\_\_\_. “Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964”. Comunicação apresentada no *VI Congrès du CEISAL* (Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l’Amérique Latine), *Indépendances, Dépendances, Interdépendances*, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.
- \_\_\_\_\_. A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. *Tempos Históricos*, Marechal Rondon (PR), v.18, p. 559-590, 2º semestre 2014.
- \_\_\_\_\_. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- LENIN, V.I. *Obras escolhidas*. Vol.1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- LENS, Sidney. *A fabricação do Império americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 [1971].
- LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- \_\_\_\_\_. Apparato egemonico (Verbete). LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dizionario Gramsci*. Roma: Carocci, 2009.
- LINDBERG, Leon N. & SCHEINGOLD, Stuart A. (eds.). *Regional Integration: Theory and Research*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- LIPSET, Seymour Martin. *O homempolítico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967 [1959].
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo. Triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Para uma crítica da categoria de totalitarismo”. *Crítica Marxista*, Campinas, n.17, p. 51-79, 2003.
- LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchausen*. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2003.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MACHADO, Eliel. *Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90: lutas sociais na contramão do neoliberalismo*. Tese de doutorado. São Paulo: PUC-SP, 2004.
- MACQUAID, Kin. *Big Business and presidential power*. New York: William Morrow, 1982.
- MACPHERSON, C.B. *A democracia liberal*. Origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MAGDOFF, Harry. *A Era do Imperialismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MAIRA, Luis. *América Latina y La crisis de hegemonia norte-americana*. Lima, Peru: Desco/Centro de Estudios y promoción del desarrollo, 1982.
- \_\_\_\_\_; SOUZA, Herbert J.; ANDRADE, Régis de Castro; PORTANTIERO, Juan Carlos; BARRAZA, Ximena. *América Latina: novas estratégias de dominação*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes/CEDEC, 1982.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio, 1990.
- \_\_\_\_\_. *El Capital: cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. México: Siglo XXI editores, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Europe vs. America. Contradictions of Imperialism*. Nova York: Monthly Review, 1972.
- \_\_\_\_\_. & JABER, S. *Capital financeiro y petrodolares: acerca de la última fase del imperialismo*. Barcelona: Anagrama, 1976.
- MARINI, Ruy Mauro. “A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo”. Em *Outubro*, n.20, p. 32-70, 2012 [1977].
- \_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 5 volumes, Abril Cultural, São Paulo, 1984.
- MASCARO, Allyson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATHIAS, Suzeley K. *Distensão no Brasil. O projeto militar*. Campinas (SP): Papyrus, 1995.
- MAIER, Charles. “Democracy and its discontents”. *Foreign Affairs*, vol.73, n.4, julho-agosto de 1994.
- MAIRA, Luis. “Forças internacionais e projetos de mudança na América Latina”. Em MAIRA, L.; SOUZA, Herbert J.; ANDRADE, Régis de Castro; PORTANTIERO, Juan Carlos; BARRAZA, Ximena. *América Latina: novas estratégias de dominação*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes/CEDEC, 1982.

- MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.23, n.67, junho de 2008.
- \_\_\_\_\_. A conexão francesa da Argélia ao Araguaia. *Varia História*, Belo Horizonte, v.28, n.48, jul/dez 2012.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.
- MEDEIROS, João Leonardo & OLIVEIRA, Clician do Couto. “Teoria da regulação: marxismo ‘não-dogmático’ ou conservadorismo reformista”. Em *Anais do VI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política*. São Paulo: 2001.
- MEIRELLES, Alexandre de Paula. A trajetória intelectual e política de Adolf Berle Jr: um estudo sobre a diplomacia entre Estados Unidos e Brasil em 1945. XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH. Julho de 2011.
- MELO, Demian Bezerra de. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*. Tese de doutorado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2013.
- \_\_\_\_\_. (org.). *A miséria da historiografia*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MENDES PEREIRA, João Márcio. *O Banco Mundial como ator político intelectual e financeiro*. 1944-2008. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. *Marx e o Marxismo*, v. 2, n. 2, jan./jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. & ANDRADE DE PAULA, Dilma (orgs). *Sociedade civil*. Ensaios históricos. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- \_\_\_\_\_. *O patronato rural no Brasil recente*. 1964-1993. Rio de Janeiro, UFRJ, 2010.
- MENESES, Raul Vergara; CULLEL, Jorge Vargas; CASTRO, R.; BARRY, D & LEIS, Raúl. *Centroamerica: la guerra de baja intensidad*. San José: DEI, 1987.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. São Paulo: Editora É Realizações, 2014.
- MÉSZAROS, I. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2001.
- MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MILLS, C. Wright. *The Power elite*. Nova York: Oxford University Press, 1956.
- MINFORD, Patrick. “The inconsistency, democracy and optional contingent rules”. *Oxford Economic Papers*. N.47, p. 195-210, 1995.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A formação do império americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Ed UNESP, 2010 [1978].
- MORAES, João Quartim de. “O efeito desmistificador de *A conquista do Estado* na análise das bases sociais da contra-revolução”. *E-premissas: Revista de Estudos Estratégicos da Unicamp*. N. 01, jun/dez 2006.
- MORTON, Adam David. *Unravelling Gramsci*. Hegemony and passive revolution in the global economy. Londres/Ann Arbor: Pluto Press, 2007.
- \_\_\_\_\_. “A geopolítica de Estados e o capitalismo global em questão”. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba. N. 29, p. 45-62, Nov/2007.
- MULLER, R. & BARNET, R. *Global Reach*. The Power of the multinational corporations. Nova York: Simon and Schuster, 1974.
- \_\_\_\_\_. & \_\_\_\_\_. *Poder global*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, s/d.
- MUTHOO, Abhinay. “A non-technical introduction to bargaining theory”. *World Economics*, vol. 1, n.2, abril-junho de 2000.
- NEVES, Lucia M.W. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

- NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- O'CONNOR, James. *USA: A crise fiscal do estado capitalista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- O'DONNEL, Guillermo. "Accountability Horizontal e novas poliarquias". *Lua Nova*, São Paulo, nº 44, 1998.
- OFFE, Claus. *Contradictions of the welfare state*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press, 1984.
- OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva. Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- OVERBEEK, Henk. *Global governance, class, hegemony: a historical materialist perspective*. WorkingPapersPolitical Science. Amsterdam, Fev/2004.
- PADRÓS, Enrique Serra. *A operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça*. Porto Alegre: *Organon*, n.47, p. 115-138, 2009.
- PANITCH, L. "Capitalismo global e Império norte-americano". In *Socialist Register*, 2004.
- PANITCH, L. & GINDIN, S. *The making of global capitalism*. The Political Economy of American Empire. London/New York: Verso, 2012.
- PANITCH, Leo & LEYS, Colin (orgs). *O novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- PARKER, Philys. 1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes. "Gramsci e a Teoria Crítica das Relações Internacionais". *Novos rumos*. Vol. 50, nº 2, 2013.
- PAULANI, Leda. "A autonomização das formas verdadeiramente sociais na teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo". *Economia*, Brasília(DF), v.12, n.1, p. 49-70, jan/abr 2011.
- PECEQUILO, Cristina. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- PEREIRA, J.M.M. *O Banco Mundial como ator político intelectual e financeiro. 1944-2008*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- PETRAS, James & RHODES, Robert. "The reconsolidation of US hegemony". *New Left Review*, No. 97, p. 35-53, maio-junho de 1976.
- \_\_\_\_\_. & VELTMEYER, H. *Unmasked globalization: imperialism in the 21st. century*. Londres: Zed Books, 2001.
- \_\_\_\_\_. (org.) *Class, State and Power in the Third World. With case studies on class conflict in Latin America*. New Jersey: Allandheld, Osmun & Publishers, 1981.
- PIJL, Kees Van der. *Transnational Classes and International Relations*. Londres, Routledge, 1998.
- POGGI, Tatiana. *Faces do extremo. Uma análise do neofascismo nos Estados Unidos da América, 1970-2010*. Tese de doutorado em História. Niterói/UFF, 2012.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier/ Campus, 2000.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. "Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidade". *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR.
- POSTONE, Moishe. "Teorizando o mundo contemporâneo. Robert Brenner, Giovanni Arrighi, David Harvey". *Novos Estudos Cebrap*, n.8, jul.2008.
- POULANTZAS, Nicos. (dir.) *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A crise das ditaduras. Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- \_\_\_\_\_. "The internationalization of capitalist relations and the Nation-State". Em *Economy and Society*. vol. 3 (1974), pp. 145-79.
- PRADO, Eleutério. "Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro inconvertível." *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. São Paulo, nº 35, p. 129-152, junho de 2013.

- PRATINI, Augusto. “Oswald Spengler: um enigma histórico-intelectual no século XX”. *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*. ANPUH/SP, UNESP-Franca.06 a 10 de setembro, 2010.
- PRICE, Harvey B. *The Marshall Plan and its meaning*. Cornell: Cornell University Press, 1955.
- PRZEWORSKI, Adam. “Amas a incerteza e serás democrático”. *Novos estudos*. São Paulo, n. 9, p. 36-46, julho/1984.
- \_\_\_\_\_. “Minimalist conception of democracy a defense”. In SHAPIRO, Ian & HACKERCORDÓN, Casiano. *Democracy’s value*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.
- \_\_\_\_\_. & MARAVALL, José María [Eds]. *Democracy and the Rule of Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- \_\_\_\_\_.; MANIN, Bernard & STOKES, Susan. “Eleições e representação”. *Lua Nova*. São Paulo, n.67, p. 105-138, 2006.
- \_\_\_\_\_. “Conquered or granted? A history of suffrage extensions”. *British Journal of Political Science*. Vol. 39 (2), p. 291-321, 2009.
- PURDY, Sean; KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.
- QUIGLEY, Carroll. *The anglo-american Establishment*. New York: Book in Focus, 1981.
- RAGO FILHO, Antonio. “Os Ensinamentos de Samuel Huntington para o processo de auto-reforma da autocracia burguesa bonapartista”. Em *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.
- RAMÍREZ, Hernán. *Os institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil, 1961-1996*. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RANGEL, Rubí & GARMENDIA, Ernesto. “El Consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina”. *Política y cultura*, México, n. 37, 2012.
- RATTNER, Henrique (org.) *A crise da ordem mundial*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- RIBEIRO, Nelson Rosas. *A crise econômica. Uma visão marxista*. João Pessoa: EdUFPB, 2008.
- RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- ROBINSON, William I. *A Theory of Global Capitalism: Production, Class, and State in a Transnational World*. Baltimore: Johns Hopkins, 2004.
- ROCKEFELLER, David. *Memórias*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ROSDOLSKY, R. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto/UERJ, 2001.
- ROSS, Kristin. *May '68 and its Afterlives*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar & SCHVARZER, Jorge. *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ROUSSEAU, J.J. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1973 [1762].
- SAAD FILHO, Alfredo; JOHNSTON, Deborah (org.). *Neoliberalismo. A critical reader*. Londres: Pluto Press, 2005.
- SADER, E. (Org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SAID, Edward. *Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SANTOS, João Marcelo Pereira dos. *Herdeiros de Sisifo. Ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos 1958 a 1963*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas, Unicamp, 2002.
- SANTOS, Theotônio dos. *The multinational corporation – cell of contemporary capitalism*. Toronto: LARU, fev/1978.
- SCHILLER, Herbert. *Communications and Cultural Domination*. New York: International Arts and Sciences Press, 1976.
- SCHLESINGER, Arthur. “Has democracy a future?”. *Foreign Affairs*, vol. 76, n.5, set-out 1997.
- SCHMITTER, Philippe. “Crise e transição, mas não declínio”. *Journal of Democracy*, vol.26, n.1, janeiro de 2015.

- SCHRIEFTGIESSER, Karl. *Business Comes of age: the story of the Committee for Economic Development and its impacts upon the economic policies of the United States, 1942-1960*. New York: Harper and Brothers, 1960.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961 [1942].
- \_\_\_\_\_. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SELLERS, Charles; MAY, Henry; MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SHEPARDSON, Whitney A. *Early history of the Council on Foreign Relations*. Stanford, Overbrook Press, 1960.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SKLAR, Holly (org.) *Trilateralism: managing dependence and democracy*. Boston: South and Press, 1980.
- SKLAIR, Leslie. *The Transnational Capitalist Class*. Oxford, Blackwell Publishers, 2001.
- \_\_\_\_\_. The Transnational Capitalist Class and Global Politics: Deconstructing the Corporate–State Connection. Em *International Political Science Review*, Vol 23, No. 2, 159–174, 2002.
- SHELDON, Eleanor & MORRE, Wilbert (eds.), *Indicators of social change: concepts and measurements*. Nova York, Russell Sage Foundation, 1968.
- SHOULTZ, Lars. *Human Rights and United States Policy toward Latin America*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014 [1981].
- SHOUP, Laurence H. & MINTER, William. “Imperial Brain Trust. The Council fo Foreign Relations and the United States Foreign Policy”. *Monthly Review Press*, 1977.
- SHOUP, Lawrence. *The Carter Presidency and beyond*. Power and politics in the 1980’s. Palo Alto, California: Ramparts Press, 1980.
- SHOUP, Laurence. *Wall Street's think tank: The Council on Foreign Relations and the empire of neoliberal geopolitics*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2015.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos, direitos e cultura da solidariedade (1937-1968)*. São Paulo: Hucitec; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.
- SILVA, Vicente Gil. *Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)*. Tese em História na UFRJ, 2020.
- SILK, Leonard & SILK, Mark. *The American Establishment*. New York: Avon Press, 1980.
- SILVA, Matheus Passos. “Relações entre Estado e democracia na teoria política contemporânea”. *Dissertação de Mestrado*. Brasília: UNB, 2005.
- SOUZA, Herbert de. *O capital transnacional e o Estado*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- \_\_\_\_\_. *The internalization of capital*. Toronto: Laru, v. 2, n.2. fev/1978.
- SWEEZY, Paul. *The theory of capitalist development*. London, P. Dobson Ltd., 1962.
- SPEKTOR, Mathias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- SPENGLER, Oswald. *A decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da História Universal*. São Paulo: Zahar, 1964.
- SPOHR, Martina. “*American wayofbusiness*” Empresariado brasileiro e norte-americano no caminho do golpe empresarial-militar de 1964. Tese de doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.
- STEIN, Herbert. *The fiscal revolution in America*. Chicago: University of Chicago Press, 1969.
- STUART MILL, John. *Sobre a liberdade*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *Keynes*. São Paulo: Editora Ática, 1984.
- TAGUIEFF, Pierre-André. *Imaginaire du complot mondial: aspects d’ummythemoderne*. Paris: Éditions Mille etUneNuits, 2006.
- TAMANAH, Brian Z. *On the rule of law*. History, politics, theory. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- TEIXEIRA, Tatiana. *Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA: a arte de pensar o impensável*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- TELLES, Edson & SAFATLE, Vladimir. (orgs.) *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- THIOLLENT, Michel. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1981.

- THOMAS, Peter. *The Gramscian Moment: Philosophy, hegemony and marxism*. Leiden/Boston: Brill, 2009.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-88.
- TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- TOLEDO, Caio Navarro. “A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964”. Em *E-premissas*. Revista do Instituto de Estudos Estratégicos (Unicamp). Dossiê Dreifuss. Nº 01. junho/ dezembro – 2006.
- \_\_\_\_\_. “As falácias do revisionismo”. Em *Crítica Marxista*. São Paulo, n.19, 2004.
- TROTSKY, L. *La teoría de la revolución permanente. Compilación*. Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y Publicaciones León Trotsky [CEIP León Trotsky], 2000.
- \_\_\_\_\_. *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*. Lisboa: Porto, s.d.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. São Paulo: Abril Cultural, 1973 [1835].
- VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Empresariado e Estado na transição brasileira*. Um estudo sobre a economia política do autoritarismo 1974-1977. Campinas (SP): Ed. Unicamp; São Paulo: FAPESP, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Ed. UNESP – Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Os Estados Unidos no desconcerto do mundo*. Ensaio de interpretação. São Paulo: Ed. UNESP – Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2012.
- VITALI, Stefania; GLATTFELDER, James B.; e BATTISTON, Stefano. “The network of global corporate control”. Em *PlosOne*. 6(10), 2008.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- WALTZ, Kenneth. “The myth of National Interdependence”. In KINDLEBERGER, Charles (ed.) *The international Corporation*. Cambridge: MIT Press, 1970.
- WAPSHOTT, Nicholas. *Keynes X Hayek*. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- WEINSTEIN, James. *The corporate ideal in the liberal state (1900-1918)*. Massachussets: Beacon Press, 1969.
- WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo: EdUNESP, 2010.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- WOOD, Ellen. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014 [2003].
- \_\_\_\_\_. & FOSTER, John Bellamy. *Em defesa da História*. Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- ZAKARIA, Fareed. “The rise of illiberal democracy”. *Foreign Affairs*, vol.76, n.6, Nov-dez 1997.
- \_\_\_\_\_. “Can America be fixed? The new crisis of democracy”. *Foreign Affairs*, vol. 92, n.1, jan/fev de 2013.
- ZANARDINI, Isaura M.S. & ORSO, Paulino J. *Estado, educação e sociedade capitalista*. Cascavel: Edunioeste, 2008.
- ŽIŽEK, Slavoj (org.). *O mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

### Obras de referência

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Brasília: UNB, 1986.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1988.
- Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.
- LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale. *Dizionario Gramsciano 1926-1937*. Roma: Carocci Editore, 2009.
- OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

## Notícias de jornal

BARBOSA, Ruy P. EUA desmentem pressões sobre empresas na AL. *O Estado de S. Paulo*, 29 de junho de 1977.

CARLOS, Newton. A alta de temperatura nos Andes. *Correio da Manhã*, 12 de abril de 1971, Caderno Anexo.

\_\_\_\_\_. As novas relações americanas. *Correio da Manhã*, 17 de maio de 1971, Caderno América Latina

\_\_\_\_\_. Um pacto de avanços comuns. *Correio da Manhã*, 08 e 09 de outubro de 1972

COLUMBIA LAW SCHOOL MAGAZINE. Columbia Law School Magazine, 2009. Disponível em: <[https://www.law.columbia.edu/sites/default/files/microsites/magazine/files/c\\_winter\\_2009.pdf](https://www.law.columbia.edu/sites/default/files/microsites/magazine/files/c_winter_2009.pdf)>.

CORREIO DA MANHÃ. Lyndon Johnson apoiará candidatos democratas. *Correio da Manhã*, 17 de agosto de 1972.

\_\_\_\_\_. Herrera despede-se do BID prevendo tensões. *Correio da Manhã*, 25 de fevereiro de 1971

\_\_\_\_\_. Empresas dos EUA condenam barreira. *Correio da Manhã*, 10 de dezembro de 1970.

\_\_\_\_\_. É difícil a produtos da AL penetrarem nos EUA. *Correio da Manhã*, 05 de abril de 1974, Diretor Econômico.

\_\_\_\_\_. Senador americano não aprova Estatuto andino. *Correio da Manhã*, 02 de abril de 1971

\_\_\_\_\_. Americano condena estatuto de andinos. *Correio da Manhã*, 09 de abril de 1971.

\_\_\_\_\_. Investidor não condena os andinos. *Correio da Manhã*, 03 de abril de 1971.

\_\_\_\_\_. Conselho das Américas critica Chile e andinos. *Correio da Manhã*, 12 de abril de 1971.

\_\_\_\_\_. Colômbia acusa americanos. *Correio da Manhã*, 22 de abril de 1971.

\_\_\_\_\_. McNamara propõe seguro contra indenizações. *Correio da Manhã*, 09 de novembro de 1971

\_\_\_\_\_. Conselho das Américas dá prioridade à AL. *Correio da Manhã*, 1 de abril de 1972

\_\_\_\_\_. América Latina reduzirá seu grau de dependência. *Correio da Manhã*, 15 e 16 de abril de 1972. Diretor Econômico

\_\_\_\_\_. Geografia, economia e herança criam relacionamento especial entre EUA e AL. *Correio da Manhã*, 14 de junho de 1973

\_\_\_\_\_. *Correio da Manhã*, 29 de março de 1972, n. 514, capa.

\_\_\_\_\_. Assistência. *Correio da Manhã*, 14 de julho de 1971, Caderno Educação.

\_\_\_\_\_. Aço: Veloso negocia crédito na Inglaterra. *Correio da Manhã*, 29 de maio de 1971.

\_\_\_\_\_. Quem investir tem que pesquisar. *Correio da Manhã*, 11 de fevereiro de 1972. Diretor Econômico.

\_\_\_\_\_. Ingressos iguais às remessas. *Correio da Manhã*, 18 de fevereiro de 1972. Diretor Econômico.

\_\_\_\_\_. Empresários brasileiros em missão nos EUA. *Correio da Manhã*, 1 de outubro de 1971.

CRISTÓBAL COLMENARES E., Ángel. La CIA em Chile: el Plan Centauro. *Aporrea*, 28 de julho de 2002.

DIÁRIO DA TARDE. Carter agradece apoio. *Diário da Tarde*, 19 de janeiro de 1978, capa.

DIÁRIO DE NATAL. Exportações da AL. *Diário de Natal*, 14 de julho de 1970.

\_\_\_\_\_. Calmon em NY explica os planos do Brasil. *Diário de Natal*, 01 de março de 1978.

\_\_\_\_\_. Somoza luta só para se manter no poder. *Diário de Natal*, 13 de outubro de 1978.

ECONOMIA Y NEGOCIOS. Fallece Fernando Leníz, líder empresarial, político y gremial. *Economía y Negocios*. 26 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.economiaynegocios.cl/noticias/noticias.asp?id=112696>>.

EJU.TV. Chile: A los 96 años falleció el conocido abogado Carlos Urenda Zegers. Disponível em: <<http://eju.tv/2013/02/chile-a-los-96-aos-falleci-el-conocido-abogado-carlos-urenda-zegers/>>.

ENNIS, Thomas W. Latin Council assails trade Bill. *New York Times*, 08 de dezembro de 1970. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1970/12/08/archives/latin-council-assails-trade-bill.html>>

FIGUEIREDO, Sérgio. Empresas estrangeiras. Painei. *Correio da Manhã*, 22 de fevereiro de 1972.

FOLHA DE SÃO PAULO. Estrangeiros suspendem inversões na Colômbia. *Folha de São Paulo*, 02 de abril de 1971.

\_\_\_\_\_. Pesquisa mostra apoio de firmas a Estatuto Andino. *Folha de São Paulo*, 03 de abril de 1971

\_\_\_\_\_. Almoço americano. *Folha de São Paulo*, 24 de agosto de 1971.

\_\_\_\_\_. Capital não tem pátria nem partido... *Folha de São Paulo*, 11 de dezembro de 1971.

\_\_\_\_\_. Uma tecnologia adaptada ao País, pede Reis Veloso. *Folha de São Paulo*, 17 de fevereiro de 1972.

\_\_\_\_\_. Veloso obtém vários empréstimos nos EUA. *Folha de São Paulo*, 20 de fevereiro de 1972.

\_\_\_\_\_. Missão econômica vai dia 28 para os EUA. *Folha de São Paulo*, 10 de novembro de 1971.

\_\_\_\_\_. Cuba e os empresários dos EUA. *Folha de São Paulo*, 22 de abril de 1972

GARCÍA-HUIDOBRO, Sofia. Orlando Sáenz, engenheiro ex-presidente da Sofofa e escritor. *Capital*, Seção Lecciones de Vida. 03 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.capital.cl/orlando-saenz-ingeniero-ex-presidente-de-la-sofofa-y-escritor/>>

GUPTE, Pranay. Pedro Beltrán, 81, ex-prime minister of Peru, dies. *New York Times*, 18 de fevereiro de 1979. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1979/02/18/archives/pedro-beltran-81-exprime-minister-of-peru-dies-a-nonconformist.html>>.

HERSCH, Seymour M. U.S. Documents show a secret offer by Anaconda to give money to a 1970 Foe of Allende. *New York Times*, 24 de dezembro de 1976. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1976/12/24/archives/us-documents-show-a-secret-offer-by-anaconda-to-give-money-to-a.html>>

LAMBERT, Bruce. Rodney C. Gott, 81, former AMF Chief and Board Member. *The New York Times*, 13 de março de 1993. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1993/03/13/obituaries/rodney-c-gott-81-former-amf-chief-and-board-member.html>>.

LOPES, Carlos. Figuras e figurinhas em 1964: antes e depois do golpe contra o Brasil. Publicado originalmente no jornal *Hora do Povo*, 16 de abril de 2014.

MARANHÃO, Aluizio. Os banqueiros e o modelo político. *Opinião*, 18 de março de 1977.

MORRISON, John. Donald E. Meads, 92, businessmen and civic leader. *Inquirer*, 16 de julho de 2013. Disponível em:

<[https://www.inquirer.com/philly/obituaries/20130716\\_Donald\\_E\\_Meads\\_92\\_businessman\\_and\\_civic\\_leader.html](https://www.inquirer.com/philly/obituaries/20130716_Donald_E_Meads_92_businessman_and_civic_leader.html)>.

NAVIA, Patricio. Chile's riots: frustration at the gate of the promised land. *Americas Quarterly*, 21 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://www.americasquarterly.org/content/chiles-riots-frustration-gate-promised-land>>.

NOLAN, Maureen A. Uma grande visão do mundo. *Magazine Hamilton*. <<https://www.hamilton.edu/magazine/fall15/A-Great-Big-View-of-the-World>>.

O ESTADO DE SÃO PAULO. A. Latina vive a Idade Adulta, diz Herrera. *O Estado de S. Paulo*, 25 de fevereiro de 1971.

\_\_\_\_\_. Críticas à lei Mills. *O Estado de S. Paulo*, 09 de dezembro de 1970, capa.

\_\_\_\_\_. Conselho solicita preferência para AL. *O Estado de S. Paulo*, 08 de março de 1973.

\_\_\_\_\_. Senado dos EUA vê a atuação das multi. *O Estado de S. Paulo*, 02 de outubro de 1975.

\_\_\_\_\_. Advertindo o Bloco andino. *O Estado de S. Paulo*, 09 de abril de 1971.

\_\_\_\_\_. Empresários querem atividade fortalecida. *O Estado de S. Paulo*, 7 de janeiro de 1973.

\_\_\_\_\_. Relatório propõe mais intercâmbio com EUA. *O Estado de S. Paulo*, 30 de janeiro de 1973.

\_\_\_\_\_. Allende elogia a ação do PC. *O Estado de S. Paulo*, 05 de outubro de 1971.

\_\_\_\_\_. É revelada a manobra da Anaconda contra Allende. *O Estado de S. Paulo*, 26 de dezembro de 1976.

\_\_\_\_\_. Criticado comércio EUA-Cuba. *O Estado de S. Paulo*, 29 de junho de 1977.

\_\_\_\_\_. Conselho examina inversões externas na América Latina. *O Estado de S. Paulo*, 10 de dezembro de 1975.

\_\_\_\_\_. Todman pede que iniciativa privada defenda direitos. *O Estado de S. Paulo*, 28 de junho de 1977.

O ESTADO DE MATO GROSSO. Caribe: Carter adverte sobre falsas promessas. *O Estado de Mato Grosso*, 30 de novembro de 1979.

OPINIÃO. Isto é o Council of the Americas. *Opinião*, 08 de agosto de 1975.

\_\_\_\_\_. Empresas apoiam acordo com o Panamá. *O Estado de S. Paulo*, 12 de março de 1977.

ISTO É. Como se constrói uma lenda. *Isto É – Dinheiro*, 19 de março de 2003. Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/financas/20030319/como-constroi-uma-lenda/19653>>.

PACE, Eric. Rodman Rockefeller, 68, dies; active in Latin Trade efforts. *New York Times*, 16 de maio de 2000. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2000/05/16/nyregion/rodman-rockefeller-68-dies-active-in-latin-trade-efforts.html>>.

PREWETT, Virginia & MIZELLE, William R. Castro's conditioning of Cuba continues. *The Washington Times*, 30 de junho de 1982.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL. Convergência e não confrontação: lema do Council of the Americas. *Revista da Associação Comercial*, maio de 1974.

\_\_\_\_\_. *Revista da Associação Comercial*, novembro/1972, n. 1061.

ROSA, Amanda & WALLER, Allyson. Richard Stone, o primeiro senador judeu a representar a Flórida desde a Guerra Civil, morre aos 90 anos. *Miami Herald*, 30 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.miamiherald.com/news/local/obituaries/article233307102.html>>.

SAXON, Wolfgang. Henry R. Geyelin, 79, organizer of Flotilla for the Bicentennial. *New York Times*, 20 de julho de 1998. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1998/07/20/nyregion/henry-r-geyelin-79-organizer-of-flotilla-for-the-bicentennial.html>>.

STUENKEL, Oliver. How Chile can avoid Brasil's fate. *Americas Quarterly*, 13 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www.americasquarterly.org/content/chile-protests-brazil-2013>>.

THE NEW YORK TIMES. Business announce the merger of 3 latin american AID units; bankers report AID units merge. *New York Times*, Nova Iorque, 6 de fevereiro de 1965. Disponível a assinantes em: <<https://www.nytimes.com/1965/02/06/archives/bankers-announce-the-merger-of-3-latin-american-aid-units-bankers.html>>.

\_\_\_\_\_. Business urged to aid Latin's Free Enterprise. 24 de setembro de 1964.

\_\_\_\_\_. Sal G. Marzullo, 72, Mobil Vice President. *New York Times*, 26 de julho de 1999. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1999/07/26/business/sal-g-marzullo-72-mobil-vice-president.html>>.

\_\_\_\_\_. E.A. Ferrer weds Mrs Susan S griggs. *The New York Times*. 16 de abril de 1972. Disponível: <<https://www.nytimes.com/1972/04/16/archives/e-a-ferrer-weds-mrs-susan-s-griggs.html>>.

\_\_\_\_\_. Berent Friele, an associate of Rockefellers in Business. *New York Times*, 19 de setembro de 1985. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1985/09/19/nyregion/berent-friele-an-associate-of-rockefellers-in-business.html>>.

USA TODAY. Former General Motors chairman James Roche dies. USA Today, 6 de julho de 2004. Disponível em <[http://usatoday30.usatoday.com/money/autos/2004-06-07-gm-roche\\_x.htm](http://usatoday30.usatoday.com/money/autos/2004-06-07-gm-roche_x.htm)>.

VEJA. Jimmy Carter: uma visita para agradecer. *Veja*, 29 de março de 1978.

\_\_\_\_\_. A consagração de Pérez. *Veja*, 06 de julho de 1977.

WALKER, Robert. A banker for Anaconda. New York Times, 23 de maio de 1971. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1971/05/23/archives/a-banker-for-anaconda-presidential-choice-surprises-butte-anaconda.html>>.

### Documentos governamentais

EVERY, John. **Statement of John Avery, Johnson & Johnson**. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America.

BELL HELICOPTER TEXTRON INC. **A Latin American Strategy**. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America.

BERNDT, Wolfgang. **Statement of Wolfgang C. Berndt, group vice-president Procter & Gamble Co.** Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America.

BLACK, C. Robert. **Statement of C. Robert Black, chairman, Texaco Latin America/West Africa**. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America.

BUTLER, J. Murfree. **Letter from Murfree Butler, W.R. Grace & Co.** Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America.

CAGE, R. A.. **Letter from R. A. Cage, Eli Lilly International Corporation**. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America.

CARTER, Marvin R. **Letter from Marvin R. Carter, AACCLA**. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America (appendix).

FORD. **A importância da América Latina para a Ford**. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America (appendix).

FORESE, James J. **Statement of James J. Forese, vice presidente of Finance, IBM Corp.** Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America.

OCKENE, Alan L. **Statement of Alan Ockene, vice presidente, Latin American reggion, Goodyear Tire & Rubber Co.** Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America.

PETERSEN, Allan K. **Letter from Allan K. Petersen, 3M Company**. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America... (appendix).

ROGERS, William. **Statement of William D. Rogers, sênior partner, Arnold & Porter, and vice-chairman, Kissinger Associates, Inc.** U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America.

ROCKEFELLER, David. **Statement of David Rockefeller, chairman, Council of the Americas**. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America.

SARBANES, Paul S. **Opening Statement of Senator Sarbanes, vice-chairman**. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America.

SHAWAN, Samuel F. **Letter from Samuel F. Shawan, GTE Corporation**. Em U.S. CONGRESS, The Economic importance of Latin America (appendix).

U.S. CONGRESS, Joint Economic Committee of the. **The economic importance of Latin America for the United States**. *Congressional Records*, Washington D.C., 22 de maio de 1990.

U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE. Latin America: US Share of Foreign Direct Investment 1988 (value in U.S. billion dollars). U.S. Department of Commerce, International Trade Administration, Office of South America. COUNCIL OF THE AMERICAS. The United States and Latin America in the Global Economic Environment of the 1990s.

### Documentos de organizações

BOYD, Fulton. Carta de Fulton Boyd a Harvey Schwartz, 13 de fevereiro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

BRENT, Ralf. Memorandum de Ralf Brent para Harvey Schwartz em 6 de março de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

COUNCIL FOR LATIN AMERICA. Carta de David Rockefeller a Lyndon Johnson, 10 de setembro de 1965. Disponível no site Opening the Archives da Brown University.

COUNCIL OF THE AMERICAS. The United States and Latin America in the Global Economic Environment of the 1990s.

\_\_\_\_\_. **Estatuto do Conselho das Américas.** *Rockefeller Archive's Center*, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

\_\_\_\_\_. **Council of the America's Annual Report, 1981.**

CUBAS, José de. Carta de José de Cubas aos membros do Conselho. Novembro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

FARNSWORTH, Eric. AS/COA Insider: Eric Farnsworth on the cancellation of APEC and COP25. Disponível em: <<https://www.as-coa.org/articles/ascoa-insider-eric-farnsworth-cancellation-apec-and-cop25>>.

GEYELIN, Henry. Telegrama de Henry Geyelin para Donald Meads. 9 de novembro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

HELANDER, Robert C. Carta de Robert C. Helander a Enno Hobbing. 28 de fevereiro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

HERBERT, F. L. Carta de F.L. Herbert, vice-presidente executivo da **Deltec** International Lmt., para Donald Meads (CLA), 09 de fevereiro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

HOBGING, Enno. Carta de Enno Hobbing a Robert C. Helander, 19 de fevereiro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

HYK, Michele G. Memorandum de Michele G. Hyk para Harvey L. Schwartz, 27 de março de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

LEMOYNE, James. March 1972: prelude to a Coup. *The Crimson*, 04 de dezembro de 1974. Disponível em: <<https://www.thecrimson.com/article/1974/12/4/march-1972-prelude-to-a-coup/>>

MARZULLO, Sal. Memorandum de Sal Marzullo para José de Cubas, 08 de abril de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

\_\_\_\_\_. Memorandum de Sal Marzullo para os demais membros do sub-grupo sobre estudantes do CLA. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

MAY, Hertzberg K. The contribution of US and other foreign capital in Latin America. New York, Council for Latin America, 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

MIZELLE, William R. Carta de William R. Mizelle a Harvey Schwartz. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

RIZO-PATRÓN, Alfonso. Carta de Alfonso Rizo-Patrón R. para membros da *Acción para el Desarrollo* (APOD). 28 de janeiro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

ROCKEFELLER BROTHERS FUND. *O poder da ideia democrática*. Rio de Janeiro: Record, 1963.

ROCKEFELLER, Rodman. Carta de Rodman Rockefeller a John White. 13 de abril de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

SCHWARTZ, Harvey. Carta de Harvey Schwartz para Robert C. Helander, 04 de março de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

SCHWARTZ, Harvey. Carta de Harvey Schwartz para Donald Meads e para Rodman Rockefeller, 17 de julho de 1970; carta de Berent Friele para Schwartz, 21 de julho de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

US SENATE. *Hearings before the Subcommittee on Multinational Corporations*, of the Committee on Foreign Relations, United States Senate. Ninety-Third Congress on The International Telephone and Telegraph Company and Chile, 1970-1971. Depoimentos dados entre 28 de março a 02 de abril de 1978. Parte 1. US Government Printing Office. Washington: 1978. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015003294462&view=1up&seq=387>>.

US SENATE. Testimony of Miles Cortez, Manager, Corporate Support Programs, IBM World Trade Corp. Em *Hearings before the Subcommittee on Multinational Corporations*, of the Committee on Foreign Relations, United States Senate. Ninety-Third Congress on The International Telephone and

Tepegraph Company and Chile, 1970-1971. Depoimentos dados entre 28 de março a 02 de abril de 1978. Parte 1. US Government Printing Office. Washington: 1978

WYANT, Jack. Carta de Jack Wyant para Esteban Ferrer, 13 de janeiro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

\_\_\_\_\_. Telegrama via ITT de Jack Wyant, Rio de Janeiro, para Harvey Schwartz, IBEC, New York. 22 de janeiro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

\_\_\_\_\_. Carta de Jack Wyant, via Colatam do Brasil, para Fulton Boyd, do IBEC. 04 de fevereiro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

WYANT, Jack. Carta de Jack Wyant a Berent Friele, 24 de fevereiro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

\_\_\_\_\_. Carta de Jack Wyant para Harvey Schwartz (IBEC), 23 de novembro de 1970. Rockefeller Archive's Center, Fundo IBEC, Box 818, folder 128, 1970.

APÊNDICE A – Agentes do Council for Latin America em 1969

THE COUNCIL FOR LATIN AMERICA INC. 1969			
NOMES	EMPRESA	MINIO-BIO	FONTE
<b>DIRETORES</b>			
<b>Officer:</b> Chairman: David Rockefeller			
<b>Senior Vice Chairman:</b> John F. Gallagher	Vice-presidente International Operatiobs Sears, Roebuck and Co.	No governo de Richard Nixon foi Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Latinos-Americanos	Correio da Manhã, 19.01.1969, capa. Disponível em <encurtador.com.br/eoSZ9>. Acessado em 10.02.2020.
<b>President:</b> William E . Barlow		Presidente da Vision Incorporate, revista de notícias da América Latina e do Boletim da Indústria de Mídia. Proprietário da Barlow Insurance Agency, Inc.	The New York Tomes, 6.05.1970 , página 86. Disponível em <encurtador.com.br/ejpMR> Acessado em 13.03.20
<b>Executive Vice President:</b> Henry R. Geyelin	Chase Manhattan Bank	Executivo de operações externas do <i>Chase Manhattan Bank</i> de Nova York que trabalhou para o Conselho das Américas até 1988, tendo assumido sua presidência em 1969.	SAXON, Wolfgang. “Henry R. Geyelin, 79, organizer of Flotilla for the Bicentennial”. New York Times, 20 de julho de 1998. Disponível em: <encurtador.com.br/FQV171. Acesso em: 19 de janeiro de 2020
<b>Vice Chairman:</b> Harold S. Geneen —George S . Moore — John R. White (Treasurer)	International Telephone & Telegraph Corp.		
<b>OUTROS EXECUTIVOS MEMBROS</b>			
A . Thomas Taylor	Presidente International Packers, Ltd		
Antonie T. Knop-pers	Vice-presidente Merck & Co.	Médico holandês, entrou na Merck em 1952, onde exerceu vários cargos. Em 1967 tornou-se Vice-presidente da empresa.	Committee on Science and Astronautics - US House of Representative, ninieth congress, january, 1968. Disponível em <encurtador.com.br/lpxG8>. Acessado em 07.03.19.
Augustine R . Marusi	Presidente Borden, Inc	Engenheiro químico norte-americano. Depois que deixou a Marinha americana, em 1946, entrou na Borden, onde ocupou vários cargos. Um ano depois veio para o Brasil como diretor geral da Alba S/A, representante da Borden no Brasil, onde ficou até 1952. Em 1967 tornou-se presidente da Borden. Foi diretor da Chemical Bank, da American Sugar Co., da Bank of American, da Advertising Council, Inc., da Grocery Manufactures of America, Inc., da National Association Of Manufacturers, do Committee of Economic Development e Rennselaer Polytechnic Inst.	Independent Consumer Council Act, Hearings Before the Consumer Subcommittee of the Committee of the Committee on Commerce - US Senate, ninety first congress, part I, october - november, 1969. Disponível em <encurtador.com.br/coqFN>. Acessado em 07.03.19.
Donald E. Meads	Presidente Certain-Teed Products Corporation		
Donald Kendall	Chairman and Chief Executive Officer PepsiCo, Inc.	Em 1957, ele era presidente da Pepsi-Cola International. Em 1963, ele era presidente e CEO da Pepsi-Cola e, em 1965, era CEO da PepsiCo na criação da empresa - depois se mudou para a Park Avenue, em Nova York. Aposentou-se como presidente e CEO em 1986. Kendall participou de vários conselhos corporativos, incluindo o diretor de infraestrutura, Inc., Buy.com , AmRest Holdings SE, aliança nacional de empresários e fabricantes de mantimentos da América, Inc. Ele também é o principal investidor da American Giant , uma empresa de fabricação de roupas.	SEMMES, Anne W. Donald Kendall - A lenda da PepsiCo reflete sobre uma vida extraordinária, 07.07.2014. Greenweech Sentinel. Disponível em <https://www.greenwichsentinel.com/2015/09/07/donald-kendall->
Frank Miliken	Presidente Kennecott Copper Corporation		
Harlow Gage	Gerente geral General Motors		
J . Howard Ramin	Presidente Texaco, Inc.		
Jose de Cubas		Foi presidente da Westinghouse Electric International, S.A., é membro do Conselho desde sua fundação e passa à presidência do mesmo quando David Rockefeller é chamado, em 1970, a ser presidente do CFR (Council on Foreign Relations)	ENNIS, Thomas W. “Latin Council assails trade Bill”. New York Times, 08 de dezembro de 1970. Disponível em: <encurtador.com.br/btzK7>. Acessado em 18 de janeiro de 2020.
Rawleigh Warner, Jr.	Presidente Mobil, Corporation	Presidente da Mobil desde 1969. Diretor da Chemical Bank, AT & T e American Express International Banking Co.	Presidential Task Force on The Arts and Humanities, Report to the Presidente, octover, 1981. Disponível em <encurtador.com.br/pwFOV>. Acessado em 07.03.19.
S. Maurice McAshan, Jr.	Presidente Anderson Clayton	Genro de Anderson Clayton. Vice-presidente da Rubber no Brasil. Chefe da RFC - Reconstruction Finance Corporation.	GARFIELD, Seth. In Search of the Amazon Brazil, the United States, and the Nature of a Region. Duke University Press, Durham and London, 2013. Disponível em <encurtador.com.br/bijpv>. Acessado em 07.03.19.
William M . Hickey (secretário)	Presidente United Corporation		

<b>STAFF</b>			
Dr. Esteban Ferrer, Reputy Staff Director		Advogado exilado de Cuba. Foi autor de muitas publicações do Council of the Americas. EM uma publicação do Departamento de Direito da Universidade de Columbia, encontramos que ele foi da turma de 1975. Em 1972, casou-se com a filha de um importante gerente mundial da General Motors, que era também diretora de arte do CIAP, Lelia Nutting. Ele trabalhou por 17 anos na firma Stamford, de Connecticut. Já em um documento do Senado americano, datado de 1984, encontramos que Ferrer estava trabalhando na firma Parmer, Shutts and Bowen; e que além do Council of the Americas, onde estava como presidente do capítulo Miami. Porém a este episódio voltaremos no capítulo 4. O baixíssimo volume de informações, o fato de ser um refugiado cubano anti-comunista, muitos indícios apontam para a hipótese de que, como Enno Hobbing, Ferrer fosse agente da CIA.	"E.A. Ferrer weds Mrs Susan S griggs". The New York Times. 16.04.1972. Disponível: <a href="http://encurtador.com.br/cJNY3">encurtador.com.br/cJNY3</a> . Acessado em 20 de janeiro de 2020. Columbia Law School Magazine, Winter 2009, p.75. Disponível: <a href="http://encurtador.com.br/uk058">encurtador.com.br/uk058</a> . Acessado em 20.01.20. National bipartisan Report on Central America: heraings before the Committee on Foreign Relations. United States Senate. 07-08 de fevereiro de 1984. Disponível em: <a href="http://encurtador.com.br/hnqIWt">encurtador.com.br/hnqIWt</a> . Acessado em 20.01.2020.
Enno Hobbing, Staff Director	CIA	Enno Hobbing era um agente da CIA que trabalhava dentro do Council of the Americas, e foi um personagem central do complô empresarial estadunidense-chileno contra a eleição de Allende, em 1970.	
Eric Shaw, Colombia	CIA	Trabalhou na Stroz Associates LLC.	VERTON, Dan. Experts Predict Major Cyberattacks Coming. Computerworld, 8 de julho, 2002. Disponível em <a href="http://encurtador.com.br/oADEV">encurtador.com.br/oADEV</a> . Acessado em 07.03.19
Fernando Falcão, Brazil			
Herbert Muller, Argentina			
Humberto Cortina, Peru		Humberto J. Cortina (1941) foi um político americano no estado da Flórida. Nasceu em Cuba e foi para os Estados Unidos, em 1960, no ano seguinte da Revolução Cubana (1959). Ele é um veterano da Invasão da Baía dos Porcos. Serviu na Câmara dos Deputados da Flórida de 1982 a 1984 (113º distrito).	People Pill. Disponível em <a href="https://peoplepill.com/people/humberto-cortina/">https://peoplepill.com/people/humberto-cortina/</a> . Acessado em 01.02.2020.
Jack E. Wyant, Brazil.		Brasileiro, nascido em São Paulo, filho de pais norte-americanos, o jornalista Jack Earl Wyant foi nomeado para o serviço diplomático dos Estados Unidos em 1958. Foi diretor adjunto do Serviço Brasileiro da Voz da América, ocupou o cargo de Adido de Imprensa da Embaixada Americana durante as administrações dos embaixadores Lincoln Gordon (1961-1966) e John Wills Tuthill (1966-1969); e, em 1967, assumiu o cargo de diretor do <i>Council for Latin America</i> . No Rio de Janeiro, foi membro do <i>Rotary Clube</i> do Rio de Janeiro, conselheiro do Instituto Brasil-EUA, da Câmara de Comércio Americana (AMCHAM-Rio) e diversas organizações sociais e filantrópicas. Possuía uma forte ligação com o empresariado carioca, chegando a ser diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) desde 1972 até 1989	Revista da Associação Comercial, novembro/1972, nº 1061, p. 42.
Orlando Bertolone, Central America		Federación Internacional de Abogadas (FIDA)	Repositório CEPAL. Disponível em <a href="https://repositorio.cepal.org/datasets/xml?handle=11362/15301">https://repositorio.cepal.org/datasets/xml?handle=11362/15301</a> . Acessado 07.03.20
Ralf Brent, Assistant to the President	Radio New York Worldwide	Ralf Brent era dono de uma rádio em Nova York (Radio New York Worldwide – WNYW), e antes disso era diretor da Pennsylvania Broadcasting Company, na Filadélfia. Foi agraciado com o prêmio de “Contribuição destacada ao Entendimento Internacional” em 1958, e foi premiado pelo presidente Kennedy durante a crise dos mísseis em Cuba, o que sugere sua atuação política profissional anti-comunista	The University of Wyoming, “Biography of Ralf Brent” In. “The Public Television Act of 1967: Hearings. Congress/Senate. Subcommittee of Communications”. US Government Printing Office, Washington, 1967, p. 432
Sal G. Marzullo, Public Affairs Officer	Exxon Mobil	Sal Marzullo (1927-1999) era um diretor da Exxon Mobil, uma das empresas do grupo Rockefeller, e compunha o comitê de relações públicas do Conselho. Ficou conhecido nos anos 1980 por compor o grupo de empresas americanas que foram pressionadas a deixar de fazer determinados negócios na África do Sul do apartheid, e obviamente aproveitou-se do episódio para fazer a propaganda da “responsabilidade social corporativa”.	“Sal g. Marzullo, 72, Mobil Vice President”. New York Times, 26 de julho de 1999. Disponível em: <a href="http://encurtador.com.br/qHNP7">encurtador.com.br/qHNP7</a> . Acessado em 21 de janeiro de 2020.
<b>BOARD OF TRUSTEES</b>			
0. N. Miller	Chairman, Standard Oil Co. of California		
A. T. Knoppers	Senior Vice President, Merck & Company Inc.		
A. Thomes Taylor	Chairman & President, International Packers Ltd.		
Alfred W. Eames	President, Del Monte Corporation		
Andrew Heiskell	Chairman Time Inc.,		
Augustine R. Marusi	President, The Borden Co.		
Bradford Smith, Jr.	Chairman, Insurance Co. of North America		
C. Jay Parkinson	Chairman, The Anaconda Co.		
C. W. Cook Chairman	General Foods Corporation		
C. W. Robinson	President, Marcona Corp.		

Carl Gerstacker	Chairman, Dow Chemical Co.	
Dan Seymour	President, J. Walter Thompson	
David Cockefeller	Chairman, The Chase Manhattan Bank	
Donald E. Meads	Chairman, Intl. Basic Economy Corp.	
Donald M. Kendall	President, PepsiCo Inc.	
E. D. Brockett Chairman	Gulf Oil Corporation	
Edgar Kaiser	Chairman, Kaiser Industries Corporation	
Edmund F. Martin	Chairman, Bathlehem Steel Corporation	
Edward B. Hinman	President, International Paper Company	
Edwin H. Gott	Chairman U. S. Steel	
Elisha Gray II	Chairman, Whirlpool Corporation	
Fletcher L. Byrom	President Koppers Company, Inc.	
Frank R. Miliken	President, Kennecott Copper Corporation	
Gabriel Hauge	President, Manufacturers Hanover Trust Co.	
George C. Wells	Vice President, Union Carbide Corporation	
George S. Moore	Chairman, First National City Bank	
Gordon Tweedy	Chairman, C. V. Starr & Co., Inc.	
Harding L. Lawrence	President, Braniff Airways Inc.	
Harlow W. Gage	General Manager, General Motors Overseas Operations	
Harold Gray	Chairman, Pan American World Airways	
Harold S. Geneen	Chairman and President, International Telephone & Telegraph	
Henry Hood Bassett Chairman	First National Bank of Miami	
Henry S. Wingate	Chairman, International Nickel Co., Inc.	
Henry T. Mudd	Chairman, Cyprus Mines Corporation	
J. Peter Grace	President W. R. Grace & Company	
J. D. Ritchie	President, Asiatic Petroleum Corp.	
J. Howard Rambin, Jr.	Chairman, Texaco Inc.	
Jay R. Reist	President, Celanese International Co.	
John D. Harper	President, Aluminum Company of America	
John F. Gallagher	Vice President Intl., Operations Sears, Roebuck & Company	
John J. Powers	President, Chas. Pfizer & Co.	
John Jeppson	President, Norton Company	
John M. Fox	Chairman, United Fruit Company	
John Peoples	Chairman, Anglo-Lautaro Nitrate Corp.	

John R. White	Vice President & Director, Standard Oil Co. (N.J.)		
Jose de Cubas	President, Westinghouse Electric Intl.		
Joseph C. Wilson	Chairman, Xerox Corp.		
Lammot duPont Copeland	Chairman, E. I. duPont de Nemours & Co.		
Leo H. Schoenhofen	President, Container Corp. of America		
Lewis Lapham	Vice Chairman, Bankers Trust Company		
Paul W. Thompson	Executive Vice President, The Reader's Digest		
R. Hal Dean	President, Ralston Purina		
Rawleigh Warner, Jr.	President, Mobil Oil Corp.		
Raymond H. Mulford	President, Owens-Illinois Inc.		
Richard M. Furlaud	President, Squibb Beech-Nut, Inc.		
Richard V. Thomas	President, Goodyear International Corp.		
Robert O. Anderson	Chairman Atlantic Richfield Company		
Robert J. Kleberg, Jr.	President, King Ranch Inc.		
Rudolph A. Peterson	President, Bank of America		
Vincent C. Ziegler	Chairman, The Gillette Co.		
W. H. Conzen	President, Schering Corp.		
William Blackie	Caterpillar Tractor Company		
William E. Bariow	President Vision, Inc.		
William Hewitt	Chairman, Deere & Company	William Alexander Hewitt (1914 - 1998) foi o ex-presidente da Deere & Company de Moline, Illinois, e o último da família Deere a administrar a empresa. Ele serviu como embaixador dos Estados Unidos na Jamaica de 1982 a 1985. Trabalhou por dois anos na época da faculdade na American Trust Company. Após se formar conseguiu um emprego no departamento de contabilidade da Standard Oil da Califórnia em San Francisco (1938-1939) e depois na Texaco em 1939. Em 1940, trabalhou como redator na Roos Brothers, uma rede de roupas masculinas em San Francisco.	<a href="https://en.wikipedia.org/wiki/William_Alexander_Hewitt">https://en.wikipedia.org/wiki/William_Alexander_Hewitt</a>
William M. Hickey	President, The United Corp.		
<b>ASSOCIATE TRUSTEES</b>			
Emilio G. Collado	Trustee Committee for Economic Development		
Frank Pace, Jr.	President International Executive Service Corps.		
Glenn C. Bassett, Jr.	Vice-Chairman, Mexican Subcommittee Chamber of Commerce of the United States		
H. Bruce Palmer	President National Industrial Conference Board		
Herbert Brownell	Inter-American Bar Association		
Robert M. Norris	President National Foreign Trade Council		
W. P. Gullander	President National Association of Manufacturers		
William D. Rogers	President Center for Inter-American Relations		

# APÊNDICE B – Agentes do Council of the Americas em 1980

## DIRETORIA COA 1980

COUNCIL OF THE AMERICAS 1980			
NOME	CARGO/EMPRESA	MINI-BIO	FONTE
<b>DIRETORIA</b>			
Alexander Brody	Executive Vice President President, Y&R International Young & Rubicam Inc.	Empresário, escritor, historiador, filósofo e especialista em publicidade. Em 1953, começou a trabalhar na empresa de publicidade Young and Rubicam, que desde 1970 é presidente internacional. Entre 1984 e 1987, também foi chefe da Federação Mundial de Publicidade. Ele é autor de inúmeros livros, fundador de revistas e patrono. Ele atua há muito tempo no mundo da gestão de talentos: é membro fundador da oficina de gerenciamento de talentos da Bolyai Workshop Foundation. Em 1993, ele se tornou presidente da Ogilvy & Mather Em 1995, ele estabeleceu o Prêmio Bródy Sándor em homenagem a seu avô, que é concedido anualmente a um excelente escritor de prosa na primeira edição.	<a href="http://tehetseg.hu/dij/tehetsegnagykovet-nemzeti-tehetsegsegito-tanacs-ntt-felkerese/alexander-brody">http://tehetseg.hu/dij/tehetsegnagykovet-nemzeti-tehetsegsegito-tanacs-ntt-felkerese/alexander-brody</a>
Alexander McW. Wolfe, Jr.	Chairman Southeast First National Bank of Miami	Presidente da Associação de Banqueiros de Comércio de Capitais, fundada em 1921. Vice-presidente sênior do First National Bank of Boston. Foi diretor de operações do Southeast Banking Corp., de Miami, vice-presidente do Pitts Burgh National Bank.	<a href="http://encurtador.com.br/krQ23">encurtador.com.br/krQ23</a>
Andrew E. Gibson	President Delta Steamship Lines, Inc.	Andrew E. Gibson (1922-2001) foi um executivo norte-americano de transporte marítimo. Ingressou na United States Lines, onde era mestre do navio SS <i>Leonidas Merritt</i> no Pacífico de 1944 a 1946. Com fim da guerra, trabalhou na Firestone Tire and Rubber Company, em Massachusetts. Em 1953, ingressou na Grace Line, onde passou de tesoureiro assistente para vice-presidente sênior encarregado de operações. Em 1967, mudou-se para o Diebold Group, uma empresa de consultoria de gerenciamento na cidade de Nova York. Foi nomeado administrador marítimo pelo presidente Richard M. Nixon, em 1969, e atuou nessa função, além de secretário assistente de Assuntos Marítimos no Departamento de Comércio até 1972. Participou na elaboração de legislação para a Lei da Marinha Mercante de 1970.e negociou com sucesso o Acordo Marítimo EUA-URSS de 1972. Mais tarde, ele foi nomeado para a Comissão do Canal do Panamá e como embaixador na Organização Internacional do Trabalho. Depois de deixar o serviço do governo, Gibson foi presidente da Interstate Oil Transportation Company, 1973–1974, presidente da Maher Terminals, Inc., 1975–1977, presidente da Delta Steamship Lines, 1979–1982, e presidente da American Automar, 1983–1988. Ocupou o cargo de Presidente de Assuntos Marítimos no Naval War College, de 1988–1992 no Departamento de Segurança Nacional.	<a href="https://en.wikipedia.org/wiki/Andrew_E._Gibson">https://en.wikipedia.org/wiki/Andrew_E._Gibson</a>
Barry Mac Taggart	Chairman and President Pfizer Int.		
Carlos Rodriguez-Pastor	Executive Vice President Wells Fargo Bank	Carlos Tomás Rodríguez-Pastor Persivale (nascido em 1959) em 1968, após um golpe, ele fugiu com sua família para o Equador e depois para a Califórnia. Seu pai, Carlos Rodríguez-Pastor Sr., foi ministro da Economia do Peru de 1982 a 1984. Em 1994, seu pai comprou o Banco Internacional del Peru, mas morreu no ano seguinte. De 1990 a 1993, foi vice-presidente do Citibank, em Nova York, e de 1993 a 1995, diretor administrativo do Banco Santander, em Nova York. Desde 1995, ele é presidente e CEO da InterCorp; sócio geral gerente do Nexus Group; presidente do Interbank e diretor da Royalty Pharma, Casa Andina, Interseguro, Supermercados Peruanos, Inteligo Bank, InRetail, escolas Innova e restaurantes NG.	<a href="https://en.wikipedia.org/wiki/Carlos_Rodriguez-Pastor">https://en.wikipedia.org/wiki/Carlos_Rodriguez-Pastor</a>
Charles F. Barber*	Chairman ASARCO Incorporated	Charles Finch (1917-2012), ex-presidente da ASARCO, Rhodes Scholar e ex-diretor da Bolsa de Valores de Nova York. Durante a Segunda Guerra Mundial, ele serviu na Marinha dos EUA por cinco anos. Mais tarde, foi assessor e secretário de bandeira do almirante RA Spruance, comandante da Quinta Frota do Pacífico. Após a guerra, como advogado de Covington e Burling, ele ajudou a representar o Paquistão no Tratado do Índio de 1960 com a Índia. Em seguida, juntou-se à equipe do Departamento de Justiça como assistente do procurador-geral dos Estados Unidos e discutiu casos na Suprema Corte dos EUA. Sua principal carreira comercial foi na indústria de mineração e metais. Como presidente da ASARCO, Inc., ele expandiu a produção de cobre e ajudou a financiar a mina de cobre Cuajone no Peru. Ele recebeu o prêmio Copper Man of the Year e atuou como presidente do American Mining Congress. Ele era membro da Sociedade das Américas e do Conselho de Relações Exteriores. Mais recentemente, ele era diretor público da Bolsa de Valores de Nova York e presidiu seu Comitê Consultivo para Regulamentação. Ele também foi diretor de várias empresas e fundos mútuos. Em 2000, ele foi nomeado administrador do ano pelo investidor institucional.	Classifieds Marketplace, 07.10.12. The New York Times. Disponível em < <a href="https://www.legacy.com/obituaries/nytimes/obituary.aspx?n=charles-f-barber&amp;pid=160306883&amp;tid=11210">https://www.legacy.com/obituaries/nytimes/obituary.aspx?n=charles-f-barber&amp;pid=160306883&amp;tid=11210</a> > Acessado em 08.02.2020;
Charles H. Smith, Jr.	Chairman Sifco Industries, Inc.		
Cornelius J. Murphy	Group Vice President, General Manager—International Photographic Division Eastman Kodak Company		
David C. Scott	Chairman, Chief Executive Officer and President Allis-Chalmers Corporation	Ele vendeu sua empresa de engenharia no final da Segunda Guerra Mundial e ingressou na General Electric na fábrica de Owensboro, Kentucky. Nos doze anos seguintes, ele avançou em vários cargos de engenharia, manufatura, finanças e administração, tornando-se Gerente Geral do Departamento de Tubos de Raios Catódicos da GE em março de 1960. Ingressou na Colt Industries, Hartford, Connecticut, em janeiro de 1963, como vice-presidente e executivo do grupo e como membro do Conselho de Administração, e foi eleito vice-presidente executivo em maio de 1965. Ingressou na Allis-Chalmers em 1º de setembro de 1968, como Presidente, Diretor e membro do Comitê Executivo. Eleito Presidente do Conselho em de 1969. Ele foi membro do Conselho de Exportação do Presidente; Presidente do Conselho Regional de Exportação da Carolina do Norte; membro do Comitê da América Central para Cooperação Internacional em Negócios e Governo, Inc.; membro fundador do Conselho da Universidade Rockefeller; membro do conselho consultivo da Faculdade de Engenharia do Reino Unido; Century Club, e um diretor e presidente do Conselho de Desenvolvimento da Universidade de Kentucky. Ele serviu e está servindo em conselhos de muitas outras organizações e associações	University of Kentucky. Disponível em < <a href="https://www.ukalumni.net/s/1052/18/interior.aspx?sid=1052&amp;gid=1&amp;pgid=1004">https://www.ukalumni.net/s/1052/18/interior.aspx?sid=1052&amp;gid=1&amp;pgid=1004</a> >. Acessado em 09.02.2020
David Rockefeller	Chairman The Chase Manhattan Bank, N. A.		
Donald J. Kirchoff	President and Chief Executive Officer Castle & Cooke, Inc.		
Donald M. Kendall	Chairman and Chief Executive Officer PepsiCo, Inc.	Em 1957, ele era presidente da Pepsi-Cola International. Em 1963, ele era presidente e CEO da Pepsi-Cola e, em 1965, era CEO da PepsiCo na criação da empresa - depois se mudou para a Park Avenue, em Nova York. Aposentou-se como presidente e CEO em 1986. Kendall participou de vários conselhos corporativos, incluindo o diretor de infraestrutura, Inc., Buy.com, AmRest Holdings SE, aliança nacional de empresários e fabricantes de mantimentos da América, Inc. Ele também é o principal investidor da American Giant, uma empresa de fabricação de roupas.	SEMMES, Anne W. Donald Kendall - A lenda da PepsiCo reflete sobre uma vida extraordinária, 07.07.2014. Greenweech Sentinel. Disponível em < <a href="http://encurtador.com.br/dg102/">encurtador.com.br/dg102/</a> >. Acessado em 08.02.2020.
Douglas A. Smith*	Vice President, President—Latin American Operations General Foods Corporation		
Earl W. Doubet*	President Caterpillar Americas Co.		
Edwin D. Dodd*	Chairman and Chief Executive Officer Owens-Illinois, Inc		

DIRETORIA COA 1980

Enrique C. Falia	President Dow Chemical Latin America		
Ernest A. Mitchell	President and Chief Executive Officer Crown Zellerbach International, Inc.		
Franklin E. Agnew	Senior Vice President H. J. Heinz Company	Franklin E. Agnew foi eleito diretor da Prudential Financial em janeiro de 2001 e foi nomeado pelo presidente do Supremo Tribunal de Nova Jersey como diretor da Prudential Insurance em junho de 1994. Ele é consultor de negócios independente desde janeiro de 1987. De 1989 a 1990, atuou como administrador nomeado pelo tribunal na reorganização da Sharon Steel Corporation. O Sr. Agnew foi diretor financeiro da HJ Heinz Co. de julho de 1971 a junho de 1973 e vice-presidente sênior e executivo do grupo de julho de 1973 a 1986. Outras diretorias incluem a Bausch & Lomb, Inc., 68 anos.	Site Equilar BoardEdge. Disponível em < <a href="https://people.equilar.com/bio/franklin-agnew-prudential-financial-inc/241667">https://people.equilar.com/bio/franklin-agnew-prudential-financial-inc/241667</a> >. Acessado em 09.02.2020.
George J. Kneeland	Chairman and Chief Executive Officer St. Regis Paper Company		
George P. Shultz*	President Bechtel Group, Inc.	De 1948 a 1957, Shultz (1920) lecionou no MIT, tirando uma licença em 1955 para atuar como economista sênior do Conselho de Assessores Econômicos do Presidente Eisenhower. Em 1957, ingressou no corpo docente da Escola de Negócios da Universidade de Chicago como professor de relações industriais. De 1968 a 1969, ele foi membro do Centro de Estudos Avançados em Ciências do Comportamento da Universidade de Stanford. Ele voltou ao governo quando foi nomeado secretário do trabalho pelo presidente Nixon em 1969. Em junho de 1970, ele se tornou o primeiro diretor do recém-formado Escritório de Gerenciamento e Orçamento. Em maio de 1972, ele foi nomeado secretário do Tesouro, cargo que ocupou por dois anos. Durante esse período, Shultz também atuou como presidente do Conselho de Política Econômica, negociou uma série de protocolos comerciais com a União Soviética e representou os Estados Unidos na reunião de Tóquio sobre o Acordo Geral de Tarifas e Comércio. Shultz deixou o serviço do governo em 1974 para se tornar presidente e diretor do Grupo Bechtel, onde permaneceu até 1982. Enquanto estava na Bechtel, ele manteve laços estreitos com o mundo acadêmico ao ingressar na faculdade da Universidade de Stanford. Shultz ocupou dois cargos importantes no governo Reagan: presidente do Conselho Consultivo de Política Econômica do Presidente (1981-82) e secretário de estado (1982-89). Como secretário de Estado, ele desempenhou um papel fundamental na implementação de uma política externa que levou à conclusão bem-sucedida da Guerra Fria e ao desenvolvimento de fortes relações entre os Estados Unidos e os países da região Ásia-Pacífico, incluindo China, Japão e a Associação das Nações do Sudeste Asiático.	Stamford Business. Disponível em < <a href="https://www.gsb.stanford.edu/faculty-research/faculty/george-p-shultz">https://www.gsb.stanford.edu/faculty-research/faculty/george-p-shultz</a> >. Acessado em 09.02.2020.
Humberto Zavaleta	President ITT Corporation		
Huskel Ekaireb	Executive Vice PreSident Merck & Company, Inc.		
Jackson B. Gilbert	Senior Vice President—Latin America Morgan Guaranty Trust Company of New York		
James E. Burke	Chairman Johnson & Johnson	James E. Burke (1925 - 2012) foi o diretor executivo (CEO) da Johnson & Johnson de 1976 a 1989, empresa para a qual trabalhou quarenta anos. Além de seus deveres com a Johnson & Johnson, Burke serviu como um diretor externo para IBM e foi fundamental para a destituição do John Akers e trazendo na antiga American Express e RJR Nabisco CEO Louis V. Gerstner Jr. para substituí-lo. Após sua aposentadoria, ele foi nomeado o segundo presidente da organização nacional sem fins lucrativos Parceria para uma América sem Drogas (PDFA), formada por um consórcio de profissionais de publicidade que realizaram uma campanha de mídia baseada em pesquisa para desencorajar o uso de drogas ilegais na adolescência, como maconha . Burke foi homenageado por seu trabalho de publicidade de serviço público pelo então presidente dos EUA Bill Clinton , que lhe concedeu a Medalha Presidencial da Liberdade , o maior prêmio civil dos Estados Unidos .	<a href="https://en.wikipedia.org/wiki/James_E._Burke">https://en.wikipedia.org/wiki/James_E._Burke</a>
James F. McCloud	President Kaiser Engineers, Inc.	Jim McCloud (1907-2010), funcionário e executivo de longa data do império industrial de Henry J. Kaiser. Durante a Segunda Guerra Mundial, McCloud, recém-formado na Universidade de Stanford em engenharia mecânica, foi trabalhar no Kaiser Shipyards em Richmond, Califórnia, em 1941. Tornou-se superintendente de equipamentos no estaleiro nº 3 - hoje local-chave do Parque Histórico Nacional de Rosie the Riveter / Segunda Guerra Mundial. Exceto por uma breve passagem pela Pacific Bridge Co. em São Francisco, ele passou toda a sua carreira profissional na Kaiser Industries. Após seu trabalho nos estaleiros, ele se mudou para a fábrica de automóveis Kaiser-Frazer Willow Run, em Michigan. Em meados da década de 1950, ele foi para a Argentina para a formação da Industrias Kaiser Argentina (IKA), a fábrica de automóveis na América Latina da qual se tornou presidente. McCloud retornou à sede mundial da Kaiser no Kaiser Center em Oakland, em 1972, e tornou-se presidente da Kaiser Engineers. Aposentou-se em 1983.	In Memoriam: Jim McCloud, an original Kaiser Engineer, 8.12.2010. Kaiser Permanent. Disponível em < <a href="https://about.kaiserpermanente.org/our-story/our-history/in-memoriam-jim-mccloud-an-original-kaiser-engineer">https://about.kaiserpermanente.org/our-story/our-history/in-memoriam-jim-mccloud-an-original-kaiser-engineer</a> >. Acessado em 10.02.2020
James J. Brice	Senior Partner Atrhur Andersen & Co.	James J. Brice (1925-2012). Ele era sargento-mestre no Comando de Transporte Aéreo durante a Segunda Guerra Mundial, estacionado na Índia como mecânico e gasolina voadora sobre "The Hump" na China. Após a guerra, estudou na Northwestern University, graduando-se em 1950. Depois de trabalhar na Standard Oil por um curto período, Jim ingressou na Arthur Andersen & Co. Ele se aposentou da Arthur Andersen em 1988, depois de ter atuado como sócio-gerente dos escritórios de Los Angeles e Chicago e Co-presidente da empresa. Jim era ativo em assuntos cívicos e de caridade, atuando em vários conselhos, incluindo a Lyric Opera de Chicago, o Planetário Adler, o McCormick Place e o Museu de História Natural Field	Angel Valley. Disponível em < <a href="https://angelvalleyfuneralhome.com/tribute/details/19334/James-Brice/obituary.html">https://angelvalleyfuneralhome.com/tribute/details/19334/James-Brice/obituary.html</a> >. Acessado em 10.02.2020.
James R. Greene	President American Express International Banking Corp.		
James R. Houghton	Vice Chairman Cornirig Giass Works	James Richardson Houghton (1936) é o presidente aposentado do Conselho da Corning Incorporated. De 1959 a 1961, Houghton trabalhou na Goldman, Sachs and Company em Nova York antes de ingressar na Corning, em 1962. A empresa foi fundada em 1851 por seu trisavô Amory Houghton. Depois de ocupar vários cargos gerenciais, incluindo 12 anos como vice-presidente, Houghton foi eleito Presidente do Conselho e Diretor Executivo da Corning em 1983. Depois de se aposentar em 1996, foi presidente emérito de 1996 a 2001; e depois atuou como Presidente não executivo do Conselho em 2001-2002. Ele retomou seu cargo de Presidente e CEO em 2002 e mudou seu cargo de CEO para Wendell P. Weeks em abril de 2005. Em abril de 2007, ele também mudou seu cargo de Presidente para Weeks.	<a href="https://en.wikipedia.org/wiki/James_R._Houghton">https://en.wikipedia.org/wiki/James_R._Houghton</a>
James W. McKee, Jr.	Chairman and Chief Executive Officer CPC International Inc.	James W. McKee, Jr (1940-2013) foi presidente da CPC International, Inc, nos anos 1970 e membro do CED Committee for Economic Development.	<a href="https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED502292.pdf">https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED502292.pdf</a> e <a href="http://encurtador.com.br/lwDJP">encurtador.com.br/lwDJP</a>
John A. Klacsmann	Vice President—International Department E. I. du Pont de Nemours & Co.	Dr. John A. Klacsmann gerente geral do departamento de tecidos e acabamentos da Du Pont, Wilmington,	PEOPLE - C&EN GLOBAL ENTERPRISE (ACS PUBLICATIONS). DATAPDF. Disponível em < <a href="http://encurtador.com.br/lvyZ6">encurtador.com.br/lvyZ6</a> >. Acessado em 10.02.2020.

DIRETORIA COA 1980

John C. Francis	President Scallop Corporation		
John C. Duncan	Chairman and Chief Executive Officer St. Joe Minerals Corporation	John C. Duncan iniciou sua carreira comercial, em 1946, na W. R. Grace & Co., depois de servir como oficial de artilharia de campo na China e na Birmânia durante a Segunda Guerra Mundial. Depois de oito anos no Peru, onde chefiou as extensas operações de açúcar de W. R. Grace, Duncan tornou-se Executivo do Grupo, encarregado das operações latino-americanas. Em 1971, tornou-se presidente da St. Joe Minerals Corporation, da qual se aposentou como Presidente e CEO em 1982 após a conclusão da fusão da St. Joe com a Fluor Corporation. Em 1º de julho de 1985, Duncan tornou-se Presidente do Conselho da Cyprus Minerals Company, desmembrado pela Amoco Corporation naquela data. Ele ajudou a alta administração de Chipre a torná-lo um dos países mais agressivos do país.	Fourth Annual. American Mining Hall of Fame Awards Presentation and Banquet. December 6, 1986. Disponível em: <encurtador.com.br/qrM6F>. Acessado em 10.02.2020
John D. Macomber	Chairman and Chief Executive Officer Celanese Corporation	John Dewitt Macomber (1928) é o diretor do JDM Investment Group e foi presidente do Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos, de 1989 a 1992. Foi sócio sênior da McKinsey & Co. até 1973 e presidente e CEO da Celanese Corporation, de 1973 a 1986. Macomber também é presidente do Conselho de Excelência em Governo, Rand McNally and Company, e vice-presidente da Atlantic. Conselho . Aposentou-se do Conselho de Administração da Lehman Brothers , Bristol-Myers Squibb Company , The Brown Group, Inc., Chase Manhattan Bank , RJR Nabisco , Pilkington Ltd. e Xerox Corporation . Além disso, Macomber atuou no conselho do Lincoln Center e na Câmara de Comércio Internacional .	<a href="https://en.wikipedia.org/wiki/John_D._Macomber">https://en.wikipedia.org/wiki/John_D._Macomber</a>
John F. Beck	Vice President North American Vehicles Overseas General Motors Corporation		
John F. Gallagher	Vice President—International Operations Sears, Roebuck and Co.	No governo de Richard Nixon foi Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Latinos-Americanos	Correio da Manhã, 19.01.1969, capa. Disponível em <encurtador.com.br/ekwBM>. Acessado em 10.02.2020.
John F. McGillicuddy	Chairman and President Manufacturers Hanover Trust Company	John F. McGillicuddy (1931-2009), ex-presidente e CEO do Chemical Bank e seu antecessor, Manufacturers Hanover Corporation. Depois de servir na Marinha dos EUA com o posto de tenente, ele atuou brevemente como advogado no escritório de advocacia Simpson Thacher & Bartlett, em Nova York, antes de iniciar sua carreira bancária na Manufacturers Trust Company, em 1958. Em 1971, foi eleito Presidente da Hanover Corporation e Manufacturer ' s Hanover Trust Company. Oito anos depois, ele foi nomeado Presidente e CEO de ambas as organizações. Em 1991, ajudou a projetar a fusão da Manufacturers Hanover Corporation com a Chemical Banking Corporation. McGillicuddy atuou como Presidente e CEO do Chemical Bank de 1991 a 1993, após o qual se aposentou. Ele atuou como diretor nos conselhos da US Steel Corporation; Kraft, Inc. ; AMF Incorporated; A Continental Corporation; United Airlines Corporation; A Reynolds Metal Company; Westinghouse Electric Corporation; Empire Blue Cross & Escudo azul; Empresa de serviços de cidades: Kelso & Company; Grupo de Construção Hunter Roberts; e Young & Rubicam, Inc., entre outras empresas. Ele aconselhou dois presidentes, Ronald W. Reagan e George HW Bush, em uma variedade de questões de política financeira e monetária.	lohub Part of the USA Today Network. Disponível em < <a href="https://obits.lohud.com/obituaries/lohud/obituary.aspx?n=john-f-mcgillicuddy&amp;pid=149807731">https://obits.lohud.com/obituaries/lohud/obituary.aspx?n=john-f-mcgillicuddy&amp;pid=149807731</a> >. Acessado em 11.02.2020.
John Hoyt Stookey	President National Distillers and Chemical Corporation	John Hoyt Stookey (1930) vice-presidente assistente da South America Gold & Platinum Company, 1956-1959. Diretor de várias empresas privadas do Investor Syndicate, 1959-1969. Representante dos Estados Unidos Financeira Metropolitana SA, 1962-1975, Banco de Obras Públicas do Governo Federal Mexicano, 1964-1975. Presidente da Wallace Clark, Inc., 1970-1975, também diretor do conselho, 1962-1980. Presidente Quantum Chemical Corporation (anteriormente National Distillers & Chemical Corporation), 1975-1986, presidente do conselho diretor, presidente, 1986-1993, presidente do conselho diretor, desde 1993. Diretores do conselho Riegel Textile Corporation, Rexham Corporation.	Prabook. Disponível em < <a href="https://prabook.com/web/john_hoyt_stookey/648636">https://prabook.com/web/john_hoyt_stookey/648636</a> >. Acessado em 11.02.2020.
John J. Roberts	Chairman American International Underwriters	John J. Roberts, a partir de 1998, foi nomeado presidente da The International Research & Exchanges Board (IREX). Mas é membro do conselho desde 1993. Por mais de 50 anos, Roberts está no American International Group, Inc. (AIG), uma empresa internacional de serviços financeiros e de seguros, e ocupou cargos executivos no exterior e nos Estados Unidos. Antes de se tornar consultor sênior, ele atuou de 1989 a 1997 como vice-presidente de assuntos externos da AIG. Além de seu trabalho na AIG e com o IREX, Roberts também atua em várias outras organizações acadêmicas e internacionais. Ele atua como diretor do Institute of EastWest Studies e é membro do Conselho de Relações Exteriores, do Conselho de Ética, do Conselho de Negócios EU A-Rússia e do Comitê de Bretton Woods. Roberts é membro da Comissão de Ação EUA-UE na Polônia e da Comissão de Ação EUA-Romênia do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais. Ele também é administrador da Fundação Starr, da Julliard School e da Corcoran Gallery of Art, e é ex-presidente do Conselho Corporativo e atual membro do Conselho Consultivo do Reitor da Escola de Relações Internacionais e Públicas da Columbia University.	EastWest. Ngo. Disponível em < <a href="https://www.eastwest.ngo/profile/john-j-roberts">https://www.eastwest.ngo/profile/john-j-roberts</a> >. Acessado em 12.02.2020.
John K. McKinley	Chairman, President and Chief Executive Officer Texaco Inc.	John Key McKinley (1920-2014) foi introduzido no Tau Beta Pi e na Scabbard and Blade Society, e foi membro da Sociedade de Engenharia da Universidade do Alabama (Capstone). Imediatamente após receber seu MS, ingressou na Texaco em 29 de maio de 1941, como engenheiro químico envolvido em pesquisa de graxa na refinaria de Port Arthur, no Texas. Como resultado do crescente conflito na Europa, em 15 de agosto de 1941, ele foi chamado para o serviço ativo como oficial de reserva com a patente de Segundo Tenente no Exército. Após o Dia D, em agosto de 1944, ele desembarcou em Utah Beach e lutou pela França, Bélgica e Alemanha. Nos 45 anos seguintes, ele ocupou vários cargos em todo o mundo na Texaco. Em 1971, ele foi eleito Presidente da Texaco, e em 1980, o Conselho de Administração o elegeu como Presidente e CEO da Texaco. Se aposentou da Texaco em 1986. John mais tarde atuou como consultor da ChevronTexaco Corporation. John atuou no Conselho de Administração de muitas empresas, incluindo Texaco Inc., Federated Department Stores, Burlington Industries, Martin Marietta Corporation, Merck & Co., Inc., Fabricantes Hanover Trust Company, Fabricantes Hanover Corporation e Apollo Computer, Inc. Ele também atuou no Conselho de Administração de organizações como a Metropolitan Opera, o Fundo Peregrino, a Sociedade das Américas, o Conselho Empresarial para Alfabetização Eficaz e o Memorial Sloan-Kettering Cancer Center. Ele também atuou em várias organizações cívicas e profissionais, incluindo o Brookings Council, o Business Council Washington DC e a Presidents Commission on Executive Exchange.	Legacy.com. Disponível em < <a href="https://www.legacy.com/obituaries/nytimes/obituary.aspx?n=john-k-mckinley&amp;pid=171370950">https://www.legacy.com/obituaries/nytimes/obituary.aspx?n=john-k-mckinley&amp;pid=171370950</a> >. Acessado em 12.02.2020.

DIRETORIA COA 1980

John M. Hennessy	Executive Vice President The First Boston Corporation	É um financiador norte-americano. Em 1968 ingressou no The First National Citibank (agora Citigroup), trabalhando em Nova York e na América do Sul. Eventualmente, ele se tornou o chefe das operações do banco na costa oeste da África do Sul, com sede em Lima, Peru, aos 28 anos. Em setembro de 1970, Hennessy ingressou no Departamento do Tesouro dos Estados Unidos como Vice-Assistente de Segurança, responsável pelo Desenvolvimento Econômico Internacional. Em 2 de maio de 1972, ele foi empossado como Secretário Assistente de Assuntos Internacionais, uma nomeação presidencial que exigia o consentimento e a aprovação do Senado dos Estados Unidos. Em julho de 1974, Hennessy deixou o Tesouro dos EUA para ingressar na First Boston, uma das principais empresas de banco de investimento de Wall Street na época. Ele passou o resto de sua carreira na empresa, que posteriormente foi adquirida pelo The Credit Suisse, Zurique. Em 1982, ele se tornou presidente e CEO da joint venture CSFB, Ltd., Londres. Em 1989, ele se tornou presidente do Comitê Executivo e CEO do banco global incorporado, o Credit Suisse First Boston. Em 2001, ele se aposentou. Foi membro de várias entidades: • Membro do Conselho, Corning Inc. e Presidente do Comitê de Finanças, 1989-2008. • Membro do Conselho Consultivo do Federal Reserve Bank de Nova York, 1990-2001. • Membro do Fundo das Torres Gêmeas para indenizar as vítimas de 9/11/2001, 2001-2002. • Trustee, Fundação de Apelação de Consciência, 1992 - Presente. • Presidente do Clube Econômico de Nova York (fundado em 1910), 2004-2006. • Membro, MIT Corporation, 1990-2000. • Trustee, Fundação da Biblioteca Presidencial George HW Bush, 1994 - Presente. • O Comitê Independente de Inquérito (Volcker) do programa das Nações Unidas para o Petróleo para Alimentos no Iraque, liderou a equipe para estabelecer o escritório de Bagdá, em maio e agosto de 2004. • Co-presidente da Safe Water Network, Inc., fundada por Paul Newman para fornecer água limpa para aldeias da África e Índia, 2005-2010. • Membro do Conselho Consultivo e Orador Inaugural, Centro Legatum de Empreendedorismo e Desenvolvimento no MIT, 2008 - Presente. • Presidente do Conselho Corporativo da Care, • Membro do Comitê de Visita da Universidade de Harvard, 1988-1993. • Administrador da Roxbury Latin School, 1975-1980; 1990-1995. • Membro do Conselho, American Friends of Eton College, 2008 - Presente. • Administrador, Instituto de Manhattan, 1991-2001. • Co-presidente do Shakespeare Globe Center EUA, 1989.	<a href="https://en.wikipedia.org/wiki/John_M._Hennessy">https://en.wikipedia.org/wiki/John_M._Hennessy</a>
Kenneth D. Rutter	Chairman and President Union Carbide Pan America, Inc.	Rutter (1925-1995) após quatro anos trabalhando em pesquisa química orgânica e dois anos no Departamento de Patentes da Refinaria de Petróleo de Manchester, ele ingressou na Union Carbide, em 1951, como representante técnico de uma das subsidiárias do conglomerado em Londres. Ele se tornou diretor administrativo da Union Carbide UK, em 1967, e diretor da Bakelite Xylonite Limited, afiliada da Union Carbide, em 1969. Ele se mudou para a sede da Corporação em Nova York em 1973, foi nomeado vice-presidente. Ele se tornou diretor da equipe executiva da Corporação em 1974; vice-presidente da Union Carbide Eastern, Inc. em 1975 e vice-presidente da Union Carbide Pan America, Inc. em 1977. Em dezembro de 1977, foi nomeado presidente da Union Carbide Pan America, Inc. Ele ainda atuou no Conselho de Administração do Darien Country Club, Darien, CT, de 1979 a 1982, e como Presidente do Clube, de 1982-1985. Ele era membro do Mariner Sands Country Club, Stuart, Flórida, desde 1980, e atuou como membro do conselho entre 1991-1993. Ele também serviu dois mandatos como Presidente do Conselho de Governadores da Mariner Sands C.C.	Find A Grave. Disponível em < <a href="https://pt.findagrave.com/memorial/113778968">https://pt.findagrave.com/memorial/113778968</a> >. Acessado em 12.02.2020.
Krome George	Chairman and Chief Executive Officer Aluminum Company of America		
Ib Thomsen	President Goodyear International Corporation		
Marion H. Antonini	President, International Operations Xerox Corp.	O norte americano Marion H. Antonini (1933) foi presidente e CEO da <a href="#">Printing Arts America Inc.</a> (1999) e da <a href="#">Welbilt Corporação</a> (1990-). Presidente da Kohlberg & Company (1998-), diretor da <a href="#">KD Equities &amp; Co.</a> (1986-1990). Presidente internacional de operações da Xerox, vice-presidente de operações (1975-1986) da mesma empresa. Presidente da <a href="#">Eltra International Corporation</a> e vice-presidente e diretor administrativo da <a href="#">Kaiser Jeep Corporation</a> . Membro do conselho da Engelhard (-2006), da <a href="#">Orion Food Systems LLC</a> , da <a href="#">Redaelli Tecca, SpA</a> , da <a href="#">Scientific-Atlanta</a> (1990-2002 e 2003-06), da <a href="#">Welbilt Corporation</a> (como Presidente, 1990-) e da McCain-Palin Victory 2008.	NNDB Tracking the Entire World. Disponível em < <a href="https://www.nndb.com/people/324/000127940">https://www.nndb.com/people/324/000127940</a> >. Acessado em 13.02.2020.
Maurice E. J. O'Loughlin	Director and Senior Vice President Exxon Corporation		
Michael W. Percopo	President, Squibb International E. R. Squibb & Sons, Inc		
Philip W. K. Sweet, Jr	President The Northern Trust Company	Phillip W. K. Sweet, Jr. (1927-2019) foi ex-presidente do conselho e diretor executivo do banco Northern Trust Corp. Em 1981, Sweet se tornou o segundo membro não familiar a liderar a venerável instituição. Ele havia começado sua carreira na Northern 28 anos antes, como funcionário do departamento de títulos. Em 1975 foi nomeado presidente. Logo depois de deixar o Northern Trust no final de 1984, o banqueiro trabalhou administrando bancos perto de Champaign, pertencentes à família de sua esposa Nancy.	Reuland & Turnbough. Disponível em < <a href="https://www.rtfunerals.com/obituaries/Philip-Sweet/#!/Obituary">https://www.rtfunerals.com/obituaries/Philip-Sweet/#!/Obituary</a> >. Acessado em 13.02.2020.
Ralph A. Pfeiffer, jr.	Chairman and Chief Executive Officer IBM World Trade Americas/Far East Corporation	Ralph A. Pfeiffer Jr. (1927-1996) alto executivo aposentado das operações internacionais da IBM e diretor de várias grandes empresas. Durante uma carreira de 37 anos na IBM, Pfeiffer ocupou vários cargos de vendas, passando a se tornar diretor de marketing em sua sede corporativa. Em 1974, tornou-se vice-presidente sênior e primeiro presidente e diretor executivo da IBM World Trade Americas-Extremo Oriente Corp., que supervisiona as operações da IBM em 51 países. Em 1984, ele se tornou presidente da IBM World Trade Corp., subsidiária da International Business Machines Corp. que abrange todas as operações fora dos Estados Unidos. Aposentou-se em outubro de 1986. Ele também foi diretor da Campbell Soup Co., Royal Bank of Canada, Nike Inc., SmithKline Beecham PLC, Alexander Proudfoot PLC, Alexander Proudfoot Japan Ltd., Arthur D. Little Inc. e New York Life Mainstay Funds.	APNEWS. Disponível em < <a href="https://apnews.com/22968091f56662bd51d207786efdb0d">https://apnews.com/22968091f56662bd51d207786efdb0d</a> >. Acessado em 13.02.2020.
Ralph A. Weller	Vice President United Technologies Corporation	Ralph A. Weller (1921 - 1995) foi presidente da Otis Elevator Company. Suas opiniões políticas e ativismo o colocaram na lista principal dos oponentes políticos de Nixon. Durante seu mandato no comando da Otis, Weller ganhou destaque como estadista de negócios / expansionista do comércio por meio de sua liderança em vários programas patrocinados pelo Comitê de Assuntos Econômicos Internacionais da Associação Nacional de Fabricantes (NAM). Por exemplo, em novembro de 1974, Weller co-presidiu a Missão Industrial do NAM no Oriente Médio - a missão do projeto visitou o Ira, Arábia Saudita, Kuwait, Egito e Argélia - com doze executivos representando uma seção diversa da indústria industrial e agrícola dos EUA. corporações. As descobertas da missão foram publicadas pelo NAM e ajudaram a fortalecer a presença comercial dos EUA na região através do comércio e investimento expandidos. Ele era presidente da Otis quando a United Technologies realizou uma compra de ações em 1975.	<a href="https://en.wikipedia.org/wiki/Ralph_Weller">https://en.wikipedia.org/wiki/Ralph_Weller</a>
Richard D. Hill	Chairman The First National Bank of Boston	Richard D. Hill (1919-2016) durante a Segunda Guerra Mundial serviu como tenente comandante da Marinha dos EUA e passou grande parte de seu serviço da Marinha nas Ilhas Salomão. Após a guerra, Richard trabalhou para o Primeiro Banco Nacional de Boston. Em 1966, ele foi nomeado presidente do banco e, no início dos anos 70, tornou-se presidente e executivo-chefe até sua aposentadoria em 1984. O Sr. Hill atuou como diretor em muitos conselhos, incluindo John Hancock Mutual Life, New England Telephone and Telegraph, Polaroid., Raytheon e Fox Hill Village.	Woods Hoje Oceanographic. Disponível em < <a href="https://www.who.edu/press-room/obituary/richard-d-hill/">https://www.who.edu/press-room/obituary/richard-d-hill/</a> >. Acessado em 14.02.2020.

DIRETORIA COA 1980

Robert O. Anderson	Chairman Atlantic Richfield Company	Robert Orville Anderson (1917 - 2007) foi um empresário e filantropo americano que fundou a Atlantic Richfield Oil Co. através da fusão de 1966 das empresas de petróleo Atlantic e Richfield e foi presidente da Arco's por duas décadas. Anderson transformou a Arco na sexta maior empresa de petróleo dos Estados Unidos quando saiu em 1986 para buscar outros interesses. Ele era o maior proprietário individual de terras nos Estados Unidos, com fazendas e outras propriedades no Texas e no Novo México no valor de 5.200 km <sup>2</sup> e uma fortuna pessoal estimada em US \$ 200 milhões. Em 1950, Anderson possuía várias refinarias, construiu um sistema de oleodutos. Ele entrou nas primeiras fileiras de produtores independentes de petróleo em 1957, com uma grande descoberta no campo Empire-Abo, no Novo México. Em 1963, fundiu sua empresa na Atlantic Refining Company da Filadélfia. Em 1966, como presidente e executivo-chefe da Atlantic, ele se fundiu com a Richfield Oil de Los Angeles, formando a Atlantic Richfield Company (posteriormente abreviada para "ARCO". Em 1967, ele aprovou recomendações da equipe da ARCO, no Alasca, incluindo os geólogos Marvin Mangus e John M. Sweet. Sua aprovação levou à descoberta pela ARCO do maior campo de petróleo ainda encontrado na América do Norte em Prudhoe Bay, na encosta norte do Alasca. Anderson liderou a mudança da ARCO da cidade de Nova York para Los Angeles em 1972, quando abriu a Atlantic Richfield Plaza na rua Flower, que produziu as torres gêmeas da cidade, por muitos anos a mais alta da cidade.	<a href="https://en.wikipedia.org/wiki/Robert_Orville_Anderson">https://en.wikipedia.org/wiki/Robert_Orville_Anderson</a>
Robert A. Belfer	President Belco Petroleum Corporation	Robert A. Belfer teve uma longa carreira na Belco Petroleum Corp. e foi nomeado presidente em 1983. A empresa se fundiu em 1985 com a InterNorth, Inc., agora parte da EOG Resources. Em 1992, Bob fundou a Belco Oil & Gas Corp., um importante produtor independente de petróleo e gás doméstico, que foi adquirido pela Anadarko Petroleum. Atualmente, ele é presidente da Belfer Management LLC, uma empresa de investimento privado.	Dana-Farber Cancer Institute. Disponível em <encurtador.com.br/ayHQU>. Acessado em 14.02.2020.
Robert C. Graham	Vice President, Latin American Automotive Operations Ford Motor Company	Robert C. Graham (1939-2018) foi contratado pela General Employment por 25 anos, uma empresa nacional de emprego com quem ele foi o principal vendedor na maior parte de seu mandato. Depois de se aposentar da General Employment, ele formou uma empresa de engenharia e recrutamento de TI, Bob Graham and Associates, Inc.	Anderson McQueen. Disponível em <https://andersonmcqueen.com/tribute/details/109617/Robert-Graham/obituary.html>. Acessado em 16.02.2020.
Robert F. Anderson	President and Chief Executive Officer The Hanna Mining Company	Robert F. Anderson (1921-2002) se ofereceu para servir seu país durante a Segunda Guerra Mundial. Ingressou no Corpo Aéreo dos EUA em 1943, onde atuou como instrutor de voo estacionado na Flórida. Em 1947, ele se associou à Butler Brothers, que foi incorporada à Hanna Mining Company no ano seguinte. Em 1952, ingressou no Departamento de Vendas de Minério de Hanna, em Cleveland, Ohio. Ele foi promovido a gerente de vendas de minério em 1957, vice-presidente de operações domésticas em 1962 e vice-presidente executivo em 1969. Em 1974, foi eleito para o Conselho de Administração da Hanna e, em 1978, foi nomeado presidente e diretor de operações. Ele foi eleito presidente do conselho em 1982. Ele se aposentou da empresa MA Hanna em setembro de 1986. Ele também atuou nos conselhos do Instituto Americano de Ferro e Aço, Associação Americana de Minério de Ferro, Congresso Americano de Mineração e Conselho das Américas.	Hibbing Daily Tribune, 20.05.2002. Disponível em <https://www.hibbingmn.com/obituaries/robert-f-anderson/article_7dc33b78-4435-54b4-8452-141436ead283.html>. Acessado em 16.02.2020.
Robert F. Fly	Group Vice President and President, International Grocery Products Del Monte Corporation	Robert Fisher Fly (1927 - 2010) durante a Segunda Guerra Mundial, ele se alistou na Marinha. Ele começou sua carreira na Del Monte Foods e se aposentou 35 anos depois como presidente da Del Monte International e vice-presidente do grupo em San Francisco, Califórnia.	Holt & Holt. Disponível em <https://www.holtfh.com/obituary/3101505>. Acessado em 16.02.2020.
Robert N. Thurston	Executive Vice President International Grocery Products The Quaker Oats Company	Robert N. Thurston começou sua carreira comercial nos Fabric Research Laboratories em Dedham, MA. Ele passou a trabalhar para a Mead Johnson and Company em Evansville, IN. Em 1961 trabalhou na The Quaker Oats Company em Chicago até sua aposentadoria em 1985. Enquanto trabalhava na The Quaker Oats Company, ele atuou como membro de seu conselho de administração. Ele atuou como membro do conselho de administração da McDonald's Corporation por 30 anos.	Chicago Tribune, 28.10.2007. Disponível em <https://www.chicagotribune.com/news/ct-xpm-2007-10-28-0710270635-story.html>. Acessado em 16.02.2020.
Robert P. Jensen	President GK Technologies, Incorporated	Robert P. Jensen (1925-2015) veterano da Marinha dos EUA, jogador de futebol profissional e executivo de negócios, iniciou sua carreira como desenhista da US Steel. Tornou-se presidente e CEO da Howmet Corporation, uma empresa de alumínio e metais diversificados. Mais tarde, tornou-se presidente e CEO de três outras empresas da Fortune 500: GK Technologies, Flying Tiger Airlines e Jostens, Inc. Alan Greenspan e ex-presidente Gerald Ford atuaram no Conselho de Administração da GK Technologies enquanto ele era presidente. Ele atuou em várias outras diretorias corporativas e filantrópicas, incluindo Conoco, Inc., Banco de Nova York, Warnaco, Inc., Aerospace Corporation, The Singer Company, Surgical Eye Expeditions e UCSB Foundation.	The Desert Sun, 16 a 18.10.2015. Disponível em <https://obituaries.desertsun.com/obituaries/thedesertsun/obituary.aspx?n=robert-p-jensen&pid=176121310>. Acessado em 16.02.2020;
Rodman C. Rockefeller	Chairman International Basic Economy Corporation	era primo de David Rockefeller, filho de Nelson Rockefeller, e a quem se destinou a direção do IBEC, tendo sido vice-presidente deste empresa entre 1968 e 1972, e posteriormente seria co-fundador do Mexico-United States Business Committee, sendo reconhecido como um dos principais artífices do NAFTA desde esta posição. Uma das atividades do IBEC no México era a construção de moradias de baixo custo. Neste país, foi conecordo em a Ordem da Águia Asteca. Ele também seria presidente da Arbor Acres Farm, empresa sediada em Glastonbury, Connecticut, que assim como o IBEC, trata da comercialização de material genético de plantas e animais. Foi por alguns anos membro do Rockefeller Brothers Fund e depois também do Rockefeller Financial Services. Ele foi trustee do Institute of International Education, e do homas Jefferson Memorial Foundation	PACE, Eric. "Rodman Rockefeller, 68, dies; active in Latin Trade efforts". New York Times, 16 de maio de 2000. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2000/05/16/nyregion/rodman-rockefeller-68-dies-active-in-latin-trade-efforts.html>. Acessado em 18 de janeiro de 2020.
Russell E. Marks, Jr.	President Phelps Dodge International Corporation	Vice-presidente da Haley Associates. Foi fundador e diretor executivo do Americas Society. Antes foi presidente da Phelps Dodge International.	CHACEL, Julian M.; FALK, Pamela S.; FLEISCHER, David V.; Brazil's Economic and Political Future. New York. Estview Press, 1988.
Seymour Milstein	Chairman and Chief Executive Officer United Brands Company	No final da década de 1950, Milstein (1920-2001) e seu irmão Paul fundaram a Milstein Properties e se ramificaram no setor imobiliário. Em 1964, eles concluíram seu primeiro grande empreendimento imobiliário, o Dorchester Towers, de 34 andares e 680 unidades, no Upper West Side. Também em 1964, eles venderam a Circle Floor à Kinney National Company (então dirigida por Steve Ross) por US \$ 15 milhões, com Paul permanecendo como gerente da unidade até 1971.	<a href="https://en.wikipedia.org/wiki/Seymour_Milstein">https://en.wikipedia.org/wiki/Seymour_Milstein</a>
T. N.. Humphreville	President, Latin America Westinghouse Electric Corporation	Em 1974, os Milsteins entraram nos setores de mineração e energia; e adquiriu a United Brands, empresa controladora da Chiquita Bananas. Em 1981, os Milsteins despojaram o New York Biltmore Hotel até sua estrutura de aço e recuperaram a estrutura em granito - apesar do status histórico do edifício e dos protestos concertados de preservacionistas - para formar uma nova sede para o Bank of America. Em 1986, os Milsteins adquiriram o Emigrant Savings Bank, que eles construíram no maior banco de propriedade privada do país. Em 1986, eles fundaram a Liberty Cable Co.	
Thomas D. Barrow	Chairman and Chief Executive Officer Kennecott Corporation	Em 1989, a família Milstein adquiriu a corretora de imóveis residenciais Douglas Elliman-Gibbons & Ives de Edwin J. Gould e Lawrence O. McGauley. Douglas Elliman foi vendido ao Insignia Financial Group em duas transações, no valor total de US \$ 85 milhões.	

DIRETORIA COA 1980

Val B. Diehl	President and Chief Operating Officer Nabisco, Inc.	Diehl (1916-2008) atuou como Presidente e Diretor de Operações da Nabisco, Inc. (1973-1981). Antes trabalhou na National Biscuit Company - trainee de vendas (1942). Foi militar da Marinha dos EUA. Em 1954 foi nomeado Assistente do Diretor de Operações Internacionais na sede da Nabisco em Nova York. Dois anos depois, ele se tornou presidente do conselho da Nabisco Foods Ltd. em Londres. Diehl dirigiu o lançamento de sucesso do Ritz Crackers no Reino Unido. O Sr. Diehl retornou a Nova York em 1962 como Assistente do Presidente da Nabisco. Ele também participou do Advanced Management Program de Harvard. Um ano depois, ele se tornou o primeiro vice-presidente da divisão internacional. Em 1968 - Diehl foi eleito vice-presidente executivo e membro do conselho de administração e em 1973 foi nomeado presidente e diretor de operações da Nabisco, Inc. Em 1981 se aposentou como vice-presidente do conselho.	Find A Grave. Disponível em < <a href="https://pt.findagrave.com/memorial/32642762/val-b-diehl">https://pt.findagrave.com/memorial/32642762/val-b-diehl</a> >. Acessado em 16.02.2020.
W. H. Conzen	Chairman of the Executive Committee Schering-Plough Corporation	WH Conzen, ex-executivo-chefe da farmacêutica Schering-Plough Corp. e a força motriz por trás da fusão que criou a empresa. Conzen começou a trabalhar na indústria farmacêutica, na empresa Schering AG, em sua cidade natal, Alemanha, em 1931. Ele foi nomeado gerente geral depois de se transferir para uma subsidiária, a Scherag Ltd., na África do Sul durante a Segunda Guerra Mundial. Mais tarde, ele se mudou para os Estados Unidos e se tornou presidente da Schering. Ele foi um dos principais defensores da fusão de 1971 entre a Schering Corp. e a Plough Inc. de Memphis, Tennessee. A Schering-Plough Corp., que faz a linha Claritin de anti-histamínicos, agora está sediada em Madison, NJ. Conzen se aposentou como CEO em 1978, e permaneceu presidente do conselho até 1980.	WH Conzen; Ex-CEO da fabricante de medicamentos Schering-Plough, de 27 de dezembro de 1997. Los Angeles Times. Disponível em < <a href="https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1997-dec-27-mn-2579-story.html">https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1997-dec-27-mn-2579-story.html</a> > Acessado em 16.02.2020.
Walter F. O'Connor	Vice Chairman—International Peat, Marwick, Mitchell & Co.	Walter F. O'Connor, Ph.D., professor de administração. O'Connor "foi do programa de MBA em Contabilidade e Tributação da Fordham Business", de acordo com Howard P. Tuckman, Ph.D., reitor da Graduate School of Business Administration, e Donna Rapaccioli, Ph.D., reitor da Faculdade de Administração de Empresas. O'Connor atuou como vice-presidente e membro internacional do conselho de administração da KPMG Peat Marwick antes de ir para Fordham em 1987. Na Fordham, atuou como professor de contabilidade e tributação e diretor do programa de mestrado em tributação. Em março, a Universidade concedeu a ele uma medalha Bene Merenti por 20 anos de serviço à instituição.	HOWE, Bob. O professor de negócios F. O'Connor chorou, 24.08.2007. Fordham News. Disponível em < <a href="https://news.fordham.edu/inside-fordham/business-professor-walter-f-oconnor-mourned/">https://news.fordham.edu/inside-fordham/business-professor-walter-f-oconnor-mourned/</a> >. Acessado em 16.02.2020.
William H. Bolin	Executive Vice President Bank of America	William (Bill) H. Bolin (1922-2009) era banqueiro internacional aposentado. Ele se aposentou como vice-presidente do conselho e chefe da divisão bancária mundial do Bank of America em 1984. Bolin também serviu na Segunda Guerra Mundial na batalha de Okinawa e foi dispensado do Exército dos EUA como major de reserva. Ele era membro do Conselho de Assuntos Mundiais, da Igreja Comunitária de Orinda e do World Trade Club. Ele atuou nos conselhos da Fundação Oriente Próximo, do Conselho para a América Latina e da Corporação de Desenvolvimento do Agronegócio da América Latina (LAAD). Ele também foi membro do Centro Latino-Americano de Estudos da UCLA e escreveu para a revista Foreign Affairs.	Legacy. Com, 02.04.2009. Disponível em < <a href="https://www.legacy.com/obituaries/sfgate/obituary.aspx?n=william-h-bolin-bill&amp;pid=125664864">https://www.legacy.com/obituaries/sfgate/obituary.aspx?n=william-h-bolin-bill&amp;pid=125664864</a> >. Acessado em 16.02.2020.
William Hewitt	Chairman Deere & Company	William Alexander Hewitt (1914 - 1998) foi o ex-presidente da Deere & Company de Moline, Illinois, e o último da família Deere a administrar a empresa. Ele serviu como embaixador dos Estados Unidos na Jamaica de 1982 a 1985. Trabalhou por dois anos na época da faculdade na American Trust Company. Após se formar conseguiu um emprego no departamento de contabilidade da Standard Oil da Califórnia em San Francisco (1938-1939) e depois na Texaco em 1939. Em 1940, trabalhou como redator na Roos Brothers, uma rede de roupas masculinas em San Francisco.	<a href="https://en.wikipedia.org/wiki/William_Alexander_Hewitt">https://en.wikipedia.org/wiki/William_Alexander_Hewitt</a>
William R. Rhodes	Senior Vice President Citibank, N. A.	William R. "Bill" Rhodes (1935) é um banqueiro e filantropo americano. Rhodes é Presidente e CEO da William R. Rhodes Global Advisors, LLC, que ele fundou em 2010. Tendo renunciado às responsabilidades em tempo integral com o Citi, após mais de 53 anos na instituição. Mais recentemente, atuou como consultor sênior, vice-presidente sênior e diretor internacional sênior do Citigroup e Presidente, Presidente e CEO do Citibank, NA . Ele ocupou vários cargos executivos seniores no Citi de 1957 até sua aposentadoria do Citigroup, em 30 de abril de 2010. Após sua aposentadoria, ele continuou a servir como consultor sênior do Citi de 2010 a 2017.	<a href="https://en.wikipedia.org/wiki/William_R._Rhodes">https://en.wikipedia.org/wiki/William_R._Rhodes</a>
Willis E. Forsyth	Vice President, General Manager Latin American Operations General Electric Company		
Zoltan Merszei	Vice Chairman of the Board Occidental Petroleum Corporation	Zoltan Merszei (1922) é um gerente canadense que foi CEO da Dow Chemical entre 1976 e 1979 . Começou sua carreira em 1949 na Dow no Canadá. Ele passou a maior parte de sua carreira na Europa - tornou-se diretor administrativo europeu em 1961 e presidente da Dow Europa em 1965. [3] [4] Ele foi responsável pela construção da fábrica da Dow em Stade e pela expansão da fábrica em Terneuzen . Em maio de 1976, Merszei foi nomeado CEO da Dow. Em 1978, ele foi prematuramente chamado pelo Conselho de Administração por causa de seu estilo de liderança e foi sucedido por Paul F. Oreflice . Ele foi, então, 1979-1980 e presidente até 1986. Vice-Presidente da Occidental Petroleum	HAGERTY, James R. Zoltan Merszei, imigrante, ganhou e logo perdeu o emprego de topo na Dow Chemical, 02.08.2019. The Wall Street Journal. Disponível em < <a href="http://encurtador.com.br/pGHIX">encurtador.com.br/pGHIX</a> > . Acessado em 16.02.2020.
<b>CURADORES ASSOCIADOS</b>			
Alan A. Rubin	President Partners of the Americas	Alan A. Rubin (1926), consultor americano de produtos farmacêuticos e biotecnologia. Com o Exército dos Estados Unidos, 1944-1946. Membro da Associação Americana para o Avanço da Ciência, Farmacologia da Sociedade Americana e Terapêutica Experimental, Sociedade de Medicina Experimental e Biológica, Academia de Ciências de Nova York. Trabalhou nos seguintes locais: Farmacologista, Schering Corporation, Bloomfield, Nova Jersey, 1954-1964; diretor de farmacologia, laboratórios Endo, Garden City, Nova York, 1964-1970; vice-presidente de pesquisa, laboratórios Endo, Garden City, Nova York, 1970-1974; pesquisa de diretor, DuPont Pharmaceuticals, Wilmington, Delaware, 1974-1982; diretor de informação científica e técnica, DuPont Pharmaceuticals, Wilmington, Delaware, 1982-1987; diretor técnico de licenciamento, DuPont Merck Pharmaceuticals, Wilmington, Delaware, 1987-1991; consultor da Allegany Rehabilitation Associates Association, Rockland, Delaware, desde 1991.	Prabook. Disponível em < <a href="https://prabook.com/web/alan_a_rubin/647126">https://prabook.com/web/alan_a_rubin/647126</a> >. Acessado em 16.02.2020.
Alexander B. Trowbridge	President National Association of Manufacturers	Alexander Buel (Sandy) Trowbridge III (1929 - 2006) foi um político e empresário norte-americano . Foi Secretário de Comércio dos Estados Unidos de 14 de junho de 1967 a 1º de março de 1968, na administração do Presidente Lyndon B. Johnson . Ele serviu na Guerra da Coreia no Corpo de Fuzileiros Navais. Entre 1954 e 1965, foi um empresário de petróleo. Em 1965, o Presidente Lyndon B. Johnson o nomeou para servir como Secretário Assistente de Comércio. Em 19 de janeiro de 1967, tornou-se secretário interino de Comércio e, em junho daquele ano, tornou-se secretário de Comércio dos EUA, cargo que ocupou até 1º de março de 1968. Renunciou ao retorno aos negócios, servindo primeiro como Presidente de a American Management Association , em maio de 1968, antes de ingressar na Allied Chemical como vice-presidente da empresa matriz de Morristown, NJ e presidente da subsidiária canadense Allied Chemical Canada Ltd. de Pointe-Claire (QC ). Mais tarde, atuou como chefe da Associação Nacional de Fabricantes de 1980 a 1989. No início dos anos 90, atuou como membro do Conselho de Política de Competitividade. Como secretário de comércio, ele propôs a re-fusão do Departamento de Comércio e do Departamento do Trabalho.	<a href="https://en.wikipedia.org/wiki/Alexander_Trowbridge">https://en.wikipedia.org/wiki/Alexander_Trowbridge</a>

DIRETORIA COA 1980

Burton A. Landy	President International Center [Coral Gables]	Burton A. Landy atua como Presidente, Árbitro Único ou Co-Árbitro em arbitragens comerciais e de investimento internacionais envolvendo principalmente partes na América Latina e no Caribe. Atualmente, atua como presidente fundador da Miami International Arbitration Society (MIAS). Landy atuou como árbitro e como consultor jurídico em vários painéis e tribunais internacionais de arbitragem sob as regras da ICC, AAA, ICDR, UNCITRAL e ICSID relativas a disputas comerciais e de investimento envolvendo partes e as leis da Argentina, Bahamas, Canadá, China, Costa Rica, El Salvador, Japão, Peru, Nicarágua, Porto Rico e EUA.	Harper Meyer. Disponível em < <a href="https://harpermeyer.com/attorneys/burton-a-landy/">https://harpermeyer.com/attorneys/burton-a-landy/</a> >. Acessado em 16.02.2020.
David L. Grove	President United States Council of the International Chamber of Commerce, Inc	David L. Grove (1962 - 2019) construiu sua própria empresa de contabilidade, a DG & Associates. Mais tarde, ingressou na Dempsey and Company para se tornar CFO e, posteriormente, CEO da ETRADE Capital Markets. Ele também atuou como membro do conselho e, em seguida, vice-presidente da Bolsa de Chicago. Dave se aposentou em outubro de 2014.	Quad-City Times, 07.06.2019. Disponível em < <a href="http://encurtador.com.br/guyAS">encurtador.com.br/guyAS</a> >. Acessado em 16.02.2020.
Dr. Richard L. Leshner	President Chamber of Commerce of the United States of America	Richard L. Leshner, Presidente, aposentado da Câmara de Comércio dos Estados Unidos. Ingressou na NASA e acabou se tornando administrador assistente de utilização da tecnologia, ajudando a colocar os primeiros homens na lua. Após cinco anos na alta administração da NASA, Leshner saiu para se tornar o primeiro presidente do Centro Nacional de Recuperação de Recursos e Gerenciamento de Nutrientes, uma empresa que trabalhava para resolver problemas ambientais. Em 1975, Leshner se tornou presidente da Câmara de Comércio dos EUA. Sob sua orientação, um moderno centro de telecomunicações foi instalado na sede da câmara em Washington. Depois de 22 anos dirigindo a câmara, Leshner deixou o cargo em 1997.	Horatio Alger Association of Distinguished Americans, Inc. Disponível em < <a href="https://horatioalger.org/members/member-detail/richard-l-lesher/">https://horatioalger.org/members/member-detail/richard-l-lesher/</a> >. Acessado em 16.02.2020.
Eugene J. Schreiber	Managing Director International Trade Mart [New Orleans]	Eugene Joseph Schreiber atuou como diretor-gerente do World Trade Center (WTC) de Nova Orleans por 32 anos. Após sua aposentadoria do World Trade Center, fundou sua própria empresa de consultoria, a Schreiber International Trade. Suas atribuições no exterior incluíram posições da Embaixada dos EUA na Bolívia, Uganda, Brasil e Guatemala. Ele também serviu na Tanzânia como membro do primeiro contingente de Voluntários do Corpo da Paz dos Estados Unidos enviado ao exterior em 1961 pelo Presidente Kennedy.	Legacy.com. Disponível em < <a href="https://www.legacy.com/obituaries/nola/obituary.aspx?n=eugene-j-schreiber&amp;pid=152742768">https://www.legacy.com/obituaries/nola/obituary.aspx?n=eugene-j-schreiber&amp;pid=152742768</a> >. Acessado em 16.02.2020.
Fletcher L. Byrom	Chairman Committee for Economic Development	Fletcher L. Byrom presidente do conselho de administração da Koppers Company, Inc., e um membro da Allegheny Conselho de Curadores. Ele passou dois anos com a American Steel and Wire Company e durante a Guerra Mundial II, de 1942 a 1947, serviu como aquisição e administração coordenador do Laboratório de Armamento Naval. Ele ingressou na Koppers Company em 1947 e realizou várias produções, marketing e operação responsabilidades antes de se tornar gerente geral em 1958 do que agora é o material orgânico divisão, a maior empresa unidade operacional. Ele foi eleito presidente da Koppers e tornou-se um membro do conselho de diretores em 1960. Ele foi nomeado diretor executivo em Dezembro de 1967 e assumiu o cargo de presidente em 1º de fevereiro de 1970. Byrom é vice-presidente da Allegheny. Ele administrador do Conselho da Américas e um administrador do Comitê de Economia Desenvolvimento e membro de seu comitê de pesquisa e política. Ele está no conselho de administração da Continental Can Company, Inc., Ralston Purina Company, Mellon Bank N.A., The Northwestern Mutual Life Insurance Empresa, Norte-americana Philips Corporation, Americana Fundação e refino. Companhia e ASARCO MEAUIANA S.A.	The Campus Newspaper Collection, 21.05.1974. Disponível em < <a href="https://dspace.allegheny.edu/bitstream/handle/10456/31118/The_Campus_May_21_1974_Vol_97_Num_41_.pdf?sequence=1">https://dspace.allegheny.edu/bitstream/handle/10456/31118/The_Campus_May_21_1974_Vol_97_Num_41_.pdf?sequence=1</a> >. Acessado em 16.02.2020.
Frank Pace, Jr.	President International Executive Service Corps	Frank Pace Jr. (1912 - 1988) foi o 3º Secretário do Exército dos Estados Unidos e um executivo de negócios. Pace ingressou no serviço público em 1936 como procurador assistente do distrito de Arkansas. Ele se mudou para o Departamento de Receita do Arkansas em 1938. Em 1942, ele foi comissionado nas Forças Aéreas do Exército dos Estados Unidos como segundo tenente, onde serviu até 1945 no Comando de Transporte Aéreo, Army Air Corps, alcançando o posto de Major. Depois de deixar o Exército em 1945, voltou ao serviço público como assistente do procurador-geral dos Estados Unidos e depois como assistente executivo do Postmaster General. Em seguida, mudou-se, em 1948, para o Bureau of the Budget, primeiro como diretor assistente e depois como diretor. Em 1950, ele foi nomeado Secretário do Exército, onde serviu até 1953. Ele passou a servir como diretor executivo da General Dynamics Corporation de 1953 a 1962. Foi selecionado como administrador designado pelo Agência de Transporte de Emergência; parte de um grupo secreto criado pelo presidente Eisenhower, em 1958, que serviria no caso de uma emergência nacional que ficou conhecida como Eisenhower Ten. Em 1964, Pace juntou-se a David Rockefeller para lançar o International Executive Service Corps, criado para ajudar a trazer prosperidade e estabilidade nos países em desenvolvimento através do crescimento da empresa privada. Pace passou a servir como presidente do IESC.	<a href="https://en.wikipedia.org/wiki/Frank_Pace">https://en.wikipedia.org/wiki/Frank_Pace</a>
Frederick D. Seeley	President The Pan American Society of the United States		
Gene E. Bradley	President International Management and Development Institute	GENE E. BRADLEY (1921-2012) Serviu na França e na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Nos anos do pós-guerra, ele trabalhou durante o dia como executivo de publicidade e como modelo - primeiro na loja de departamentos Macy's, aparecendo em anúncios de página inteira no San Francisco Chronicle e depois na Standard Oil, aparecendo em outdoors em todo o país. Mudou-se para Cincinnati e depois Schenectady, Nova York, para trabalhar na General Electric. Depois de servir como presidente da International Management Association, Gene consultou a Casa Branca. Em 1972, ele fundou o International Management and Development Institute, um grupo educacional sem fins lucrativos que forneceu uma ponte entre empresas e governo, que ele administrou até sua aposentadoria.	The Washington Post, 11.09.2012. Disponível em < <a href="https://www.legacy.com/obituaries/washingtonpost/obituary.aspx?n=gene-e-bradley&amp;pid=159822686">https://www.legacy.com/obituaries/washingtonpost/obituary.aspx?n=gene-e-bradley&amp;pid=159822686</a> >. Acessado em 17.02.2020
James L. Hayes	President American Management Associations	James L. (Jim) Hayes (1915 - 1989) foi um educador americano, decano da Escola de Administração de Empresas da Universidade de Duquesne e ex-presidente da American Management Association. Após sua graduação, ele iniciou sua carreira acadêmica na St. Bonaventure University como professor assistente de economia. Em 1956, Hayes era professor de economia e presidente do Departamento de Administração de Empresas da Universidade St. Bonaventure e trabalhou como consultor educacional da Dresser Industries, Inc. em Dallas, Texas. Ele também ensinou na Universidade Rutgers, na ABA Stonier Graduate School of Banking. De 1959 a 1970, Hayes atuou como reitor da Escola de Administração de Empresas da Universidade de Duquesne. De 1971 a 1981, ele atuou como presidente e diretor executivo da American Management Association como sucessor de James Keith Louden, e em 1981 ele foi sucedido por Thomas R. Horton.	<a href="https://en.wikipedia.org/wiki/James_L._Hayes">https://en.wikipedia.org/wiki/James_L._Hayes</a>
John O. Dahlgren, Esq.	Secretary General Inter-American Bar Association		
Kenneth A. Randall	President The Conference Board,		

DIRETORIA COA 1980

L. Ronald Scheman	President Pan American Development Foundation	L. Ronald Scheman é atualmente consultor sênior da Kissinger McLarty Associates. De 2000 a 2007, atuou como Diretor Geral da Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD). De 1993 a 1998, o Sr. Scheman foi diretor executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Depois de deixar o BID, atuou, de 1998 a 2000, como presidente da Divisão de Finanças Internacionais do escritório de advocacia Greenberg Traurig. Sua experiência anterior em assuntos interamericanos inclui quando ele serviu como secretário assistente de administração na Organização dos Estados Americanos (OEA) de 1975 a 1983. Foi diretor do Escritório de Planejamento de 1968 a 1970. De 1961 a 1964, ele era membro do Departamento de Assuntos Jurídicos da OEA. Na década de 1960, Scheman fundou a Fundação Pan-Americana de Desenvolvimento, pioneira no conceito de empréstimos para microempresas e contribuiu para criar novos padrões de assistência financeira e técnica para microempresas e comunidades de baixa renda. Os programas que Scheman iniciou na fundação na década de 1960 foram fundamentais na formação do Grameen Bank em Bangladesh na década de 1970.	Prabook. Disponível em < <a href="https://prabook.com/web/l.ronald.scheman/469421">https://prabook.com/web/l.ronald.scheman/469421</a> >. Acessado em 17.02.2020.
Richard W. Roberts	President National Foreign Trade Council, Inc.	Richard Warren Roberts (nascido em 1953) é um juiz distrital sênior dos Estados Unidos do Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito de Columbia. Em 1983, Roberts ajudou a fundar o capítulo de Concerned Black Men, Inc. em Washington, DC A visão desta organização é ajudar a fornecer mais exemplos de homens negros para crianças em várias comunidades nos Estados Unidos. Roberts ocupou o cargo de vice-conselheiro geral do capítulo de Washington, DC. Roberts também ocupou cargos no Conselho de Administração da Fundação Abramson Scholarship, bem como no Conselho de Excelência em Tribunais e em seu comitê executivo. Roberts costumava ser membro do Conselho de Relações Exteriores e co-presidiu uma equipe local de reestruturação de escolas públicas	<a href="https://en.wikipedia.org/wiki/Richard_W._Roberts">https://en.wikipedia.org/wiki/Richard_W._Roberts</a>
Robert H. Ratner	President United Nations Association of the United States of America		
Roger D. Stone	President Center for Inter-American Relations	Roger D. Stone é diretor e presidente do Instituto de Desenvolvimento Sustentável. Anteriormente, foi correspondente e chefe de agência de notícias da revista Time, com três anos de serviço no Brasil. Ele também foi vice-presidente do Chase Manhattan Bank e do World Wildlife Fund, e presidente do Centro de Relações Interamericanas.	The American Prospect. Disponível em < <a href="https://prospect.org/topics/roger-stone/">https://prospect.org/topics/roger-stone/</a> >. Acessado em 17.02.2020.
<b>CONSELHO ASSESSOR</b>			
Alfred O. Munk	Manager, Foreign Affairs Standard Oil Company (Indiana)		
Anand S. Gupta	Director Business Development International Air Products and Chemicals, Inc.		
Antonio Gebauer	Vice President Morgan Guaranty Trust Company of New York	Antonio Gebauer (1940) trabalhou na Morgan Guaranty Trust Company, Nova York, desde 1963, tesoureiro assistente, 1967-1969, vice-presidente assistente, 1969-1971, vice-presidente, 1971-1977, chefe de departamento América do Sul, 1977-1981, vice-presidente sênior, chefe de latim Americano, departamento do Caribe, 1981-1984, banqueiro sênior do hemisfério ocidental, 1984-1985. Com Drexel Burnham, 1985-1986. Presidente Hemis Corporation, desde 1988.	Prabook. Disponível em < <a href="https://prabook.com/web/antonio.gebauer/138706">https://prabook.com/web/antonio.gebauer/138706</a> >. Acessado em 20.02.2020.
Antonio Navarro	Vice President W. R. Grace & Co.	O cubano Antonio Navarro liderou a resistência em Cuba. Ex-aliado de Fidel Castro que mais tarde se tornou líder da resistência na ilha e diretor da Rádio e TV Martí no início dos anos 90. Foi para os Estados Unidos e se formou em engenharia química na Georgia Tech University, em Atlanta, em 1943. Trabalhou na Shell Chemical Co. na Califórnia até 1950. Foi quando voltou a Cuba para trabalhar na Galban Trading Co., uma dos maiores exportadores de açúcar do país. Ele estava trabalhando para o negócio têxtil da família de sua esposa americana em Cuba quando se juntou às forças revolucionárias de Castro para derrubar a ditadura de Fulgencio Batista. Mas quando Castro começou a controlar a imprensa, anular os tribunais, confiscar propriedades privadas e executar sumariamente membros da oposição, Navarro se juntou ao movimento clandestino anti-Castro. Seu nome de código: Tocayo, que significa homônimo em espanhol e mais tarde se tornou o título de uma autobiografia de 1981 que ele escreveu do exílio em Miami. Depois que a missão infeliz de enviar e receber transmissões de código Morse entre combatentes da resistência nas montanhas e exilados em Miami e ter sido preso com documentos falsos, Navarro pediu asilo na Embaixada do Brasil em Havana, em 1961. Depois foi para o Peru onde passou 12 anos como gerente geral das extensas indústrias de açúcar, produtos químicos e diversificada da WR Grace and Co. Em seguida, se mudou para Nova York como assistente do CEO da empresa, eventualmente ocupando vários cargos executivos. Ele atuou no conselho consultivo do Office of Cuba Broadcasting - que supervisiona as transmissões na Rádio e TV Martí - de 1985 a 1990 e, depois de se aposentar em 1989, tornou-se diretor do escritório de radiodifusão de 1990 a 1992.	MARTIN, Nancy San. Dissidente cubano contesta reivindicação do livro, de 19.08.2003. The Miami Herald. Disponível em < <a href="https://www.cubanet.org/htdocs/CNews/y03/ago03/19e3.htm">https://www.cubanet.org/htdocs/CNews/y03/ago03/19e3.htm</a> >. Acessado em 20.02.2020.
C. Napier Collins	Vice President, Public Affairs Scallop Corporation	vice-presidente de relações públicas da Scallop Corporation, empresa do Royal Dutch / Shell Group, sediada em Nova York.	The New York Times. 24 de agosto de 1979, Seção D, Página 13. Disponível em < <a href="http://encurtador.com.br/ilpQ9">encurtador.com.br/ilpQ9</a> >. Acesso em 20.02.2020
Cecil J. Olmstead, Esq.	Counsel Steptoe & Johnson		
Charles E. Lilien	Vice President The First Boston Corporation	Charles "Chuck" E. Lilien (1929-2011) serviu como oficial de serviços estrangeiros no Departamento de Estado em Maracaibo, Venezuela; Bruxelas, Bélgica; e Washington DC. Depois disso, trabalhou em banco comercial internacional para o Continental Illinois Bank e Trust Company de Chicago em Chicago, IL, e Wells Fargo Bank International em Nova York; depois, em banco de investimento internacional para a First Boston Corporation em sua sede em Nova York. Ao longo de sua vida, Chuck atuou em muitas atividades comunitárias e profissionais, incluindo o Comitê Executivo do Conselho de Relações Exteriores de Chicago, o Conselho de Administração da Association House (Chicago), o Conselho Consultivo do Conselho das Américas (Nova York), o Comitê de Comércio Exterior e Assuntos da Câmara de Comércio de Nova York, o Conselho e o Comitê de Finanças da Orquestra Sinfônica de Asheville, o Conselho e o Comitê de Investimentos da UNCA Foundation (Asheville, NC) e o Comitê de Dotações do Warren Wilson College (Asheville, NC).	Legacy.com. Disponível em < <a href="https://www.legacy.com/obituaries/nytimes/obituary.aspx?n=charles-e-lilien&amp;pid=155181184">https://www.legacy.com/obituaries/nytimes/obituary.aspx?n=charles-e-lilien&amp;pid=155181184</a> >. Acessado em 20.02.2020.
Daniel A. Sharpt (Chairman do Advisory Board)	Director, International Relations Xerox Corporation		
Diego G. Martinez	Vice President The Northern Trust Company		

DIRETORIA COA 1980

Dimitri H. Andriadis	International Public Affairs Manager E. I. du Pont de Nemours & Co.	Dimitri H. "Taki" Andriadis (1922-2015) após atuar como diretor executivo da Radio Free Europe em Istambul, Taki retornou aos EUA como jornalista de transmissão da Divisão de Rádio das Nações Unidas em Nova York, onde trabalhou por seis anos. Em 1958, Taki ingressou na DuPont em sua sede em Wilmington, DE, antes de se mudar para a sede europeia da DuPont em Genebra, na Suíça, para liderar assuntos públicos. Após seu retorno a Wilmington em 1963, Taki assumiu responsabilidades crescentes ao longo dos anos para desenvolver e expandir a organização e a competência global de assuntos públicos da empresa no Extremo Oriente, México e América do Sul. Além disso, atuou como consultor de assuntos públicos da alta administração da DuPont. Aposentou-se da DuPont em 1989.	Legacy.com. Disponível em < <a href="https://www.legacy.com/obituaries/delawareonline/obituary.aspx?n=dimitri-h-andriadis-taki&amp;pid=175122671&amp;fhid=8976">https://www.legacy.com/obituaries/delawareonline/obituary.aspx?n=dimitri-h-andriadis-taki&amp;pid=175122671&amp;fhid=8976</a> >. Acessado em 20.02.2020.
E. J. Lyons	Manager, Business Planning and Financial Analysis—International Operations JI Case		
Eduardo Orlansky	President Bankest International, Inc.	Ex-presidente do ES Bankest, foi condenado no ano passado por 44 acusações criminais, incluindo fraude bancária, fraude eletrônica, lavagem de dinheiro e conspiração, após um julgamento em Miami.	Ex-Executivo pagará US\$ 165 milhões em caso de fraude, 28.08.2005. Reuters. Disponível em < <a href="http://encurtador.com.br/abinR">encurtador.com.br/abinR</a> >. Acessado em 20.02.2020
Edward P. Lindsay	Vice President Latin American Operations Owens-Corning Fiberglas Corporation		
George C. McKinnis	Senior Counsel—International International Telephone and Telegraph Corporation	O juiz George C. McKinnis em 1971 tornou-se vice-presidente e consultor jurídico de um banco britânico, morando e trabalhando em Nassau, Bahamas. Quando McKinnis ingressou na ITT, era administrado por Harold Geneen e era a principal empresa de telecomunicações internacional dos EUA, com uma alta participação de mercado na Europa e na América Latina. George tornou-se responsável pelos aspectos legais das operações internacionais de telecomunicações da ITT em todo o mundo e pela administração de contratos nos EUA. Além disso, foi Diretor Jurídico dos Centros de Tecnologia Avançada, Programação e Semicondutores da ITT em Connecticut. McKinnis era membro da pequena equipe jurídica da ITT que negociou e fechou a venda de dois bilhões e meio de dólares de todas as telecomunicações e eletrônicos da ITT a uma empresa nacional francesa agora conhecida como ALCATEL. Após o fechamento da ALCATEL, no final de 1986, a ITT patrocinou George para voltar ao escritório particular como advogado de telecomunicações e tecnologia representando a ITT e a ALCATEL. Desde então, George se concentrou em empresas e transações de alta tecnologia, incluindo empresas de telecomunicações, semicondutores, RFID e ciência da computação. Agora está aposentado da prática de direito comercial e do banco. Ele se concentra em serviços jurídicos gratuitos principalmente para o Rotary.	Rotary District 7230. Disponível em < <a href="https://www.rotary7230.org/Page/biography-dgn-george-mckinnis">https://www.rotary7230.org/Page/biography-dgn-george-mckinnis</a> >. Acessado em 20.02.2020.
<b>OUTROS MEMBROS DO CONSELHOR ASSESSOR</b>			
Gregory W. Mandeville	Corporate Vice President—International Kennebec Corporation		
Hans G. Thalheim	Vice President, Corporate Development Asarco Incorporated		
Harry B. Heneberger, Jr.	Vice President Citibank, N. A.		
Harry V. Ruffalo	Partner Arthur Andersen & Co.		
Herbert Hubben	Vice President—International Eaton Corporation		
J. Player Crosby	Vice President International Department Salomon Brothers		
Jaime Einstein	Counsel, International Pharmaceutical Division Schering-Plough Corporation		
James O. Welch, Jr	President and Group Vice President—International Division Nabisco, Inc.		
James B. McIntyre	Consultant		
James E. Courtney	Executive Vice President The Hanna Mining Company		
James S. Calvo	Director—Marketing and Business Development Latin America Rockwell International		
James W. Bergford	Executive Vice President The Chase Manhattan Bank, N. A.		
John E. Avery, Jr.	Company Group Chairman Johnson & Johnson		
John J. O'Connor	President Borden Inc. International		
John M. Riney	Administrative Assistant—International Operations Sears, Roebuck and Co.		
Joseph J. Robinson	Director, International Development Division International Paper Company		
Keith L. Miceli	Executive Secretary Association of American Chambers of Commerce in Latin America		
Laurence T. Gerrity	Director -International Diversification Projects Celanese International Company		
Marc E. Maartens	Staff Director Latin American Automotive Operations Ford Motor Company		

DIRETORIA COA 1980

Marie Welling	International Economics Group General Motors Corporation		
Norman R. Zehr	President Ingersoll-Rand International		
Paul S. Bilgore	Vice President The Anaconda Company		
Peter B. Trinkle	Senior Advisor—Public Affairs Exxon Corporation		
Rafael Miguel	Manager International Affairs Dow Chemical Company		
Richard A. Hoefs	Partner Arthur Andersen & Co.		
Richard Storm	Area Vice President—Latin America Abbott International		
Robert A. Bennett	Group Director General Business Group IBM Corporation		
Robert C. Helander	Counsel Surrey & Morse		
Robert L. Smith	Vice President and General Manager—Latin American Region, Eastman Kodak Company Verna		
Robert S. Thomason	Vice President, Business Development & Planning South & Central America The Quaker Oats Company		
Robert Turissini	President Corning Latin America/Asia Pacific, Inc.		
Robert Vance	Area Coordinator for Latin American Affairs Mobil Oil Corporation		
Ronald K. Shelp	Vice President and Director American International Underwriters		
S. Robert Breitbarth	Executive Vice President GK Technologies Incorporated		
Saadia M. Schorr	Vice President General Scientific Company		
Thomas M. McDonald	Partner Price Waterhouse & Co.		
Ulrich Merten	Senior Vice President Bank of America N. T. & S. A		
Verna E. Smith	Director, International Relations, N. Y. Westinghouse Electric Corporation		
William E. Moffett	Vice President Gulf Oil Corporation		
William E. Ross	President J. Walter Thompson International		
<b>OFFICERS</b>			
Alexander McW. Wolfe, Jr.	Vice Chairman		
Cecil I. Olmstead, Esq.	General Counsel		
George P. Shultz	Vice Chairman		
Harry B. Heneberger, Jr.	Treasurer		
Henry R. Geyelin	President	Era executivo de operações externas do Chase Manhattan Bank de Nova York, ingressou em 1960. Geyelin se aposentou em 1988 como presidente do Conselho das Américas, em Manhattan, uma afiliada comercial da Sociedade das Américas, de base mais ampla. Ele assumiu a liderança do conselho como vice-presidente executivo em 1969. Quando assumiu, Geyelin estava envolvido nas operações no exterior do Chase Manhattan Bank como vice-presidente do departamento internacional e secretário executivo do comitê consultivo internacional. Ele foi convocado por um Comitê do Senado americano em 1979, como representante do Conselho das Américas, juntamente com Otto Reich. Segundo um portal norte-americano que trata de Multinacionais, que publicou uma entrevista com Geyelin em 1980, essa foi a consagração de seu ativismo político.	SAXON, Wolfgang. "Henry R. Geyelin, 79, organizer of Flotilla for the Bicentennial". New York Times, 20 de julho de 1998. Disponível em: <a href="http://encurtador.com.br/UZ236">encurtador.com.br/UZ236</a> . Acessado em 19 de janeiro de 2020. Hearings, Reports and Prints of the Senate Committee on Armed Services. United States: Congress; Senate. Washington: U.S. Government Printing Office, 1980, p.490-496. "Multinationals, development and Democracy – an interview with Henry Geyelin". Multinational Monitor, march 1980, vol.1, n.2. Disponível em: <a href="http://encurtador.com.br/clLQU">encurtador.com.br/clLQU</a> . Acessado em 18 de janeiro de 2020.
James J. Brice	Vice Chairman		
John C. Duncan	Chairman		

DIRETORIA COA 1980

Peter B. Trinkle	Assistant Treasurer		
Ralph A. Weller	Vice Chairman		Hearings, Reports and Prints of the Senate Committee on Armed Services. <i>United States: Congress; Senate.</i> Washington: U.S. Government Printing Office, 1980, p.490-496.
<b>OFFICERS EMIRITI</b>			
Jose de Cubas	Honorary Chairman	Foi presidente da <i>Westinghouse Electric International, S.A.</i> , é membro do Conselho desde sua fundação e passa à presidência do mesmo quando David Rockefeller é chamado, em 1970, a ser presidente do CFR (Council on Foreign Relations)	ENNIS, Thomas W. "Latin Council assails trade Bill". <i>New York Times</i> , 08 de dezembro de 1970. Disponível em: <a href="http://encurtador.com.br/KS459">encurtador.com.br/KS459</a> . Acessado em 18 de janeiro de 2020.
William E. Barlow	Honorary President		
William M. Hickey	Honorary Secretary		
<b>STAFF</b>			
Alejandro D. Sans	Director Latin American Operations		
Emilia Castrelos	Receptionist		
Esteban A. Ferrer	Senior Latin American Advisor	Advogado exilado de Cuba. Foi autor de muitas publicações do Council of the Americas. EM uma publicação do Departamento de Direito da Universidade de Columbia, encontramos que ele foi da turma de 1975. Em 1972, casou-se com a filha de um importante gerente mundial da General Motors, que era também diretora de arte do CIAP, Lelia Nutting. Ele trabalhou por 17 anos na firma Stamford, de Connecticut. Já em um documento do Senado americano, datado de 1984, encontramos que Ferrer estava trabalhando na firma Parmer, Shutts and Bowen; e que além do Council of the Americas, onde estava como presidente do capítulo Miami. Porém a este episódio voltaremos no capítulo 4. O baixíssimo volume de informações, o fato de ser um refugiado cubano anti-comunista, muitos indícios apontam para a hipótese de que, como Enno Hobbing, Ferrer fosse agente da CIA.	"E.A. Ferrer weds Mrs Susan S griggs". <i>The New York Times</i> . 16 de abril de 1972. Disponível: <a href="http://encurtador.com.br/azEK2">encurtador.com.br/azEK2</a> . Acessado em 20 de janeiro de 2020. Columbia Law School Magazine, Winter 2009, p.75. Disponível: <a href="http://encurtador.com.br/kET12">encurtador.com.br/kET12</a> . Acessado em 20 de janeiro. National bipartisan Report on Central America: hearings before the Committee on Foreign Relations. United States Senate. 07-08 de fevereiro de 1984. Disponível em: <a href="http://encurtador.com.br/ajIP8">encurtador.com.br/ajIP8</a> . Acessado em 20 de janeiro de 2020.
Gladys Smith	Administrative Assistant		
Jeanne L. Shapiro	Administrative Assistant		
Julian L. Hayes	Director Membership/Liaison		
Lynd T. Marshall	Manager Communications		
Maria del Carmen Sarmiento	Director External Relations		
Maria Jose Graham-Claro	Assistant to the President		
Maricela Crespi	Secretary		
Nelida Florez	Manager Accounting and Administration		
Nellis J. Kincaid	Research Coordinator		
Otto J. Reich	Director Washington Operations		
Samuel L. Hayden	Managing Director		
Sherry F. Cross	Washington Office Manager		
Susan S. Holland	Director Inter-American Investment Issues		
Theresa L. Connelly	Assistant to Managing Director		
<b>RESEARCH ASSISTANTS</b>			
Christy Tucker			
Ellen T. Smolka			
J. Scott Porter			
Marikay Dugan			
Susan Dumouchelle			
Thomas E. Costigan, Jr.			
William L. Bryant, II			
<b>ORGANIZATIONAL MEMBERS</b>			
Center for Inter-American Relations			
Chamber of Commerce of the United States			
Cleveland World Trade Association			
Committee for Economic Development			
The Conference Board, Inc.			
Foreign Trade Association of Southern California			
Inter-American Bar Association			

DIRETORIA COA 1980

Inter-American Commercial		
Arbitration Commission		
Inter American Council of Commerce and Production (Cicyp)		
International Business Council (Chicago)		
International Center (Coral Gables)		
International Executive Service Corps		
International Management and Development Institute		
International Trade Mart (New Orleans)		
National Association of Manufacturers		
National Foreign Trade Council, Inc.		
Pan American Development Foundation		
The Pan American Society of New England		
The Pan American Society of San Francisco		
The Pan American Society of the United States		
Pharmaceutical Manufacturers Association		
The Port Authority of New York & New Jersey		
United Nations Association of the United States of America		
United States Council of the International Chamber of Commerce		
		<b> FONTE DA LISTA DOS NOMES: DREIFUSS, René Armand. A internacional capitalista. Estratégias e téticas do empresariado transnacional 1918-1986. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p.488-496.</b>

# APÊNDICE C – Diretoria do Council of the Americas em 2017

## DIRETORIA COA 2017

DIRETORES 2017			
NOME	CARGO/EMPRESA	MINI-BIO	FONTE
Ali Moshiri	President, Chevron Africa and Latin America Exploration and Production Company Chevron Corporation	Presidente da Chevron África e da Companhia de Exploração e Produção da América Latina, com sede em Houston, Texas, desde 2008. Ingressou na Chevron em 1978 como engenheiro. Em 1983, tornou-se engenheiro de produção sênior com responsabilidades de supervisão no Golfo do México. De 1983 a 1987, atuou como supervisor de engenharia de reservatórios e instalações da Chevron Energy Technology Company em Houston. Em 1987, ingressou na Chevron Overseas Petroleum no Reino Unido para atividades de exploração e produção no Mar do Norte. Em 1991, tornou-se Supervisor de Engenharia de Petróleo da Chevron Overseas Petroleum, com responsabilidades em operações internacionais. Entre 1992 e 1997, ocupou vários cargos como Gerente de Operações de Engenharia de Petróleo e Instalações, incluindo suporte operacional mundial. Foi nomeado Gerente Geral de Planejamento Estratégico e Avaliação de Ativos da Chevron Overseas Petroleum, em 1997. Em 2000, assumiu o cargo de gerente geral e consultor do vice-presidente do conselho de exploração e produção da Chevron Corporation.	<a href="https://energycouncil.com/event-speakers/ali-moshiri/">https://energycouncil.com/event-speakers/ali-moshiri/</a>
Andrés Cerisola	Managing Partner FERRERE	Uruguaio, nasceu em 1964, advogado da Universidade da República (Uruguai). É sócio da FERRERE há 22 anos. Preside o Comitê de Empresas Estreitas e em Crescimento da International Bar Association, diretor do Uruguai-United Câmara de Comércio dos Estados Unidos, membro permanente da Academia Nacional de Economia, presidente da Endeavor e diretor da Techo.	<a href="https://www.ferrere.com/en/news/andres-cerisola-named-latin-americas/">https://www.ferrere.com/en/news/andres-cerisola-named-latin-americas/</a>
Antonio Del Pino	Partner Latham & Watkins	Co-presidente global da Latham & Watkins Latin America Practice, que assessora empresas e instituições financeiras envolvendo a América Latina e os Estados Unidos. Del Pino é espanhol, nasceu em 1969, e representou vários governos na América Latina e na África na privatização e concessão de ativos de infraestrutura. Membro do Comitê Consultivo para Política Econômica Internacional do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Também atua no Conselho de Administração do Conselho das Américas.	<a href="https://www.lw.com/people/antonio-delpino">https://www.lw.com/people/antonio-delpino</a>
Antonio Ferreira	International Vice President, Janssen Latin America Johnson & Johnson	Vice-Presidente internacional da Janssen Latin America e membro do Johnson & Johnson Pharmaceuticals Group Operating Committee, desde 2011. Ingressou na Johnson & Johnson Family of Companies em Portugal, em 1981, no Finance Department. Foi promovido a Director da Ethicon Division em 1991. Em 1995, foi nomeado Managing Director de Medical Devices em Portugal, e em 1998 mudou-se para o Brasil para atuar como Managing Director da Johnson & Johnson Produtos Profissionais, Ltda., cargo esse que ocupou até 2002. De 2003 a 2004, foi Vice-presidente internacional da Medical Devices & Diagnostics (MD&D) na região da Europa, Oriente Médio e África (EMEA). Presidente da Johnson & Johnson Latin America Contributions Committee (LACC), e atua como membro do conselho do Council of the Americas, da La Federación Latinoamericana de la Industria Farmacéutica (FIFARMA), Executive Committee e do Pharmaceutical Research and Manufacturers of America (PhRMA) LARC Steering Committee. Membro da Portuguese Economic Association e da American Economic Association. É bacharel em Administração de Empresas pela ISCTE University em Lisboa, Portugal, onde atuou como Professor de Marketing de 1988 a 1991.	<a href="https://www.janssen.com/pt/node/9336">https://www.janssen.com/pt/node/9336</a>
Barry Engle	President General Motors South America	Ingressou na GM como vice-presidente executivo e presidente da América do Sul, responsável pelas operações no Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Peru, Colômbia, Equador e Venezuela, a partir de setembro de 2015. Anteriormente, ocupou cargos de gerência na América do Sul, incluindo Presidente da Ford do Brasil e Mercosul, de 2005 a 2006, e Diretor de Marketing, Vendas e Serviços da Ford do Brasil, de 2001 a 2003. Desde 2011, Engle foi CEO da Agility Fuel Systems com sede em Santa Ana, Califórnia. De 2010 a 2011, ele foi CEO da Think Holdings com sede em Oslo, Noruega. De 2008 a 2010, atuou como Presidente e CEO da New Holland Agricultural Equipment em Turim, Itália. Engle é bacharel em economia, e mestre em administração de empresas pela The Wharton School da University of Pennsylvania	<a href="https://www.crunchbase.com/person/barry-engle#section-related-hubs">https://www.crunchbase.com/person/barry-engle#section-related-hubs</a>
Brian J. Porter	President and CEO Scotiabank	Ingressou no Scotiabank em 1981. Passou por vários cargos até chegar a presidência, em 2012, e o cargo de CEO, em 2013. Membro do conselho do Conselho Empresarial do Canadá, do Conselho das Américas e do Instituto de Finanças Internacionais (IIF), com sede em Washington, onde atua como vice-presidente e tesoureiro. Em 2017, foi eleito Presidente do Conselho de Administração da University Health Network (UHN), a maior organização de assistência médica e pesquisa médica na América do Norte. É bacharel em Comércio pela Dalhousie University e recebeu o título de Doutor Honorário em Direito (LLD) pela Dalhousie University (2008) e Ryerson University (2018).	<a href="https://www.scotiabank.com/ca/en/about/our-company/executive-management/brian-j-porter.html">https://www.scotiabank.com/ca/en/about/our-company/executive-management/brian-j-porter.html</a>
Cesar Cernuda	President Microsoft Latin America	Vice-presidente Corporativo de Microsoft Corporation e Presidente de Microsoft para a América Latina. Licenciado em Administração de Empresas e Marketing pela Universidade ESIC, completou um Programa de Desenvolvimento Diretivo na Escola de Negócios IESE da Universidade de Navarra, e o programa de "Liderança para Altos Executivos" da Escola de Negócios de Harvard. Foi alvo de reconhecimentos outorgados pela Câmara de Comércio Espanha-EUA, e pelo Hispanic IT Executive Council, entre outras instituições. Representa Microsoft no conselho do "Council of the Americas", e no conselho do "Trust of the Americas".	<a href="https://www.revista-uno.com.br/colaborador/cesar-ernuda/">https://www.revista-uno.com.br/colaborador/cesar-ernuda/</a>
Christopher A. Padilla	Vice President, Governmental Programs IBM Corporation	Vice-Presidente de Assuntos Governamentais e Regulatórios da IBM desde abril de 2009, responsável pelos assuntos governamentais globais da empresa. Antes de ingressar na IBM, atuou como subsecretário de Comércio Internacional do Departamento de Comércio dos EUA, trabalhando para desenvolver a política comercial dos EUA. Anteriormente, foi secretário assistente de comércio para a Administração de Exportação, onde era responsável pelos controles dos EUA sobre itens limitados para exportação por razões de segurança nacional. De 2005 a 2006, atuou como Chefe de Gabinete e Assessor Sênior do Secretário de Estado Adjunto Robert B. Zoellick. De 2002 a 2005, foi Representante Assistente de Comércio dos EUA, responsável pela criação de apoio público aos acordos comerciais dos EUA. Trabalhou por mais de quinze anos no setor privado antes de seu serviço governamental: AT&T, Lucent Technologies e Eastman Kodak Company. Atua nos conselhos: Conselho da Indústria de Tecnologia da Informação, Conselho das Américas, Software.org, Conselho de Negócios EUA-Reino Unido e da YMCA dos EUA.	<a href="https://www.usibc.com/director/christopher-a-padilla/">https://www.usibc.com/director/christopher-a-padilla/</a>

DIRETORIA COA 2017

Daniel Calhman de Miranda	Partner Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. E Quiroga Advogados	Possui uma vasta experiência em transações internacionais de todos os tipos e é especializado em transações no mercado de capitais e investimentos em private equity. Atuou em várias ofertas e aquisições internacionais de valores mobiliários. Com o tempo, Miranda passou a prestar assistência a clientes em uma ampla variedade de assuntos corporativos, incluindo assuntos contenciosos decorrentes de fusões e disputas de investimentos. É graduado em direito pela Universidade de Brasília e mestre em Direito (LL.M) pela Columbia Law School, onde foi nomeado um estuioso de James Kent.	<a href="https://iclg.com/firms/mattos-filho-veiga-filho-marrey-jr-e-quiroga/daniel-calhman-de-miranda">https://iclg.com/firms/mattos-filho-veiga-filho-marrey-jr-e-quiroga/daniel-calhman-de-miranda</a>
Daniel Rachmanis	President, Latin America The Estee Lauder Companies, Inc.	Presidente da América Latina da The Estée Lauder Companies, desde janeiro de 2016. Lidera a expansão da empresa na América Latina desde 2009, quando foi nomeado Vice-presidente sênior. Nesta função, ele supervisionou todas as operações do México à Argentina das empresas The Estée Lauder com mais de 25 marcas, entre elas Estée Lauder, Clinique, MAC, Bobbi Brown, La Mer e Aveda. Ingressou na The Estée Lauder Companies em novembro de 2007 como vice-presidente sênior, International Business Development, onde foi responsável pela implantação das marcas BeautyBank, bem como a aquisição e integração de Forest Essential (Índia).Anteriormente, foi diretor executivo da Chemaid Laboratories, Diretor do Grupo Saint Gobain. Possui mestrado em Administração de Empresas pela Hautes Etudes Escola de negócios Commerciales (H.E.C.) na França. Atua no Conselho de Administração da Worldfund e no Conselho das Américas	<a href="https://media.elcompanies.com/files/e/estee-lauder-companies/universal/executive-leadership/daniel-rachmanis.pdf">https://media.elcompanies.com/files/e/estee-lauder-companies/universal/executive-leadership/daniel-rachmanis.pdf</a>
Diego Ruiz	Vice President, Government Affairs PepsiCo	Vice-presidente de políticas públicas globais e assuntos governamentais da PepsiCo. Foi diretor executivo da Comissão de Valores Mobiliários, de 2006 a 2011. Antes de ingressar na SEC, foi vice-chefe de estratégia e política da Federal Communications Commission. Antes de servir no governo dos EUA, foi executivo da Univision Communications Inc., a principal empresa de mídia em língua espanhola do país. Lançou e dirigiu o Univision Online. Antes, atuou como gerente da estação do KMEX Channel 34, a principal estação da Univision em Los Angeles. Atuou como consultor sênior na Câmara dos Deputados dos EUA, de 1990 a 1995. Foi consultor de campanha política em corridas nacionais e estrangeiras, incluindo a campanha presidencial da Nicarágua, em 1990. Ruiz recebeu um MBA da Harvard Business School e um bacharelado da Universidade da Virgínia e concluiu estudos avançados na Harvard Kennedy School of Government.	<a href="https://www.wilsoncenter.org/person/diego-ruiz">https://www.wilsoncenter.org/person/diego-ruiz</a>
Dirk Donath	Senior Partner Catterton Aimara Latin America	Foi diretor administrativo sênior e sócio da Eton Park Capital Management, responsável pelas atividades de <i>private equity</i> e investimentos ilíquidos em mercados emergentes. Anteriormente, foi sócio fundador e diretor administrativo da Pegasus Capital. Antes da Pegasus, foi sócio da McKinsey & Company, onde foi chefe da área de práticas de varejo e bens de consumo latino-americanos da McKinsey e também líder da prática de estratégia e finanças corporativas da América Latina. Fundou a FarmaCity, a principal cadeia de farmácias de varejo da Argentina. Foi curador do Conselho de Governadores do American Ballet Theatre e membro do Conselho de Administração do Conselho das Américas e faz parte do Conselho de Governadores da Hillel International. Também faz parte do Conselho de Assessor da América Latina do Diálogo Interamericano e esteve no Conselho Consultivo da Associação de Private Equity de Mercados Emergentes, além dos conselhos de várias empresas.	<a href="http://www.lcatterton.com/people.html#/bio/Donath-Dirk">http://www.lcatterton.com/people.html#/bio/Donath-Dirk</a>
Donald Baker	Partner and Latin America, Head White & Case LLP	O advogado Donald Baker na White & Case pratica uma ampla gama de mercados de capitais transfronteiriços, financiamento de bancos e projetos e transações de fusões e aquisições no Brasil e na América Latina. Assessora emissores e subscritores nos aspectos da lei dos EUA de ofertas de valores mobiliários, incluindo ofertas iniciais de ações (IPO) e ações subsequentes, além de ofertas de dívida de alto rendimento e grau de investimento como canais privados. Representa mutuários e credores em empréstimos sindicalizados, e em financiamentos estruturados e de aquisição. Seus clientes vêm de uma ampla gama de setores, incluindo petróleo e gás e energia, tecnologia, construção, cimento, produtos agrícolas, serviços financeiros, fundos soberanos e patrimônio privado. Membro da Council of the Americas e da Associação Vida Jovem.	<a href="https://www.whitecase.com/firm/awards-rankings/award/latin-lawyer-names-donald-baker-international-lawyer-year">https://www.whitecase.com/firm/awards-rankings/award/latin-lawyer-names-donald-baker-international-lawyer-year</a>
Edgardo Navarro	President McDonald's Latin America	O economista foi promovido a vice-presidente de marketing multicultural dos McDonald 's nos EUA em janeiro de 2011 . Veterano do McDonald 's há 18 anos. Ele ocupou vários cargos de liderança no McDonald 's nos EUA e na América Central. Atuou como vice-presidente e gerente geral da região de Indianapolis, no McDonald 's, que abrange um total de 598 restaurantes em Indiana , Tennessee , Kentucky , Illinois e Missouri . Como ex-presidente da McDonald 's na América Central, diretor de compras da McDonald 's em Porto Rico , compras internacionais em escritórios domésticos e gerente financeiro sênior da Divisão Ásia-Pacífico, Navarro desenvolveu e executou planos comerciais e financeiros que impactaram com sucesso o McDonald 's desde 1993. É ex-presidente e fundador da RMHC Panamá. Ele também organizou capítulos do RMHC para El Salvador , Honduras e Costa Rica e atuou como líder hispânico da região de Houston para redes de inclusão e diversidade. Atualmente, ele preside a National Hispanic Employee Business Network (NHEBN).	<a href="https://www.pnnewswire.com/news-releases/edgardo-navarro-linares-promoted-to-vice-president-multicultural-marketing-mcdonalds-usa-112544744.html">https://www.pnnewswire.com/news-releases/edgardo-navarro-linares-promoted-to-vice-president-multicultural-marketing-mcdonalds-usa-112544744.html</a>
Enrique Ostalé	President and Chief Executive Officer Walmart Latin America, India, and Africa	Nasceu em 1960 no Chile, é vice-presidente executivo e diretor executivo regional - Reino Unido, América Latina e África, no Walmart International. Ele atuou como presidente do conselho de administração do Walmart México e América Central, Walmart Chile e como membro do conselho da Massmart. Enrique assumiu esse papel regional em abril de 2017, depois de ter atuado anteriormente como CEO do Walmart América Latina, Índia e África (2016-17), CEO do Walmart México, América Central e América Latina (2013-16) e presidente e CEO do Walmart Chile (2006-13). Sua experiência neste último cargo incluiu liderar a bem-sucedida transição da cadeia de D&S, adquirida pelo Walmart Inc. em 2009, para o que é hoje o Walmart Chile.	<a href="https://corporate.walmart.com/our-story/leadership/executive-management/enrique-ostale/">https://corporate.walmart.com/our-story/leadership/executive-management/enrique-ostale/</a>

DIRETORIA COA 2017

Erik Oswald	Vice President Americas, ExxonMobil Exploration Company	Ingressou na ExxonMobil em 1991 e ocupou vários cargos técnicos e gerenciais em pesquisa, produção e exploração. Após seus primeiros anos como cientista pesquisador, ele transferiu a divisão do Oriente Médio da Companhia de Exploração e depois para a África Ocidental. Posteriormente, ocupou cargos de gerência na região Cáspia, Onshore US Production e Planejamento Estratégico antes de se tornar Gerente de Divisão de Pesquisa na Upstream Research Company. Em 2008, o Sr. Oswald tornou-se Gerente de Área do Oriente Médio, ExxonMobil Exploration Company, e em julho de 2009, o Sr. Oswald tornou-se Gerente de Operações Regionais de Exploração na Europa e Groenlândia, com sede em Londres. Em 2011, o Sr. Oswald foi nomeado vice-presidente de desenvolvimento de negócios da ExxonMobil Exploration Company em Houston. Em maio de 2014, ele foi nomeado para seu cargo atual como vice-presidente das Américas, ExxonMobil Exploration Company. O Sr. Oswald é membro da Associação Americana de Geólogos do Petróleo, da Sociedade Geológica de Londres, da Sociedade de Engenheiros de Petróleo e do Conselho de Administração da NOIA.	<a href="https://www.noia.org/noia-2019-fall-meeting/noia-2019-fall-meeting-speakers/erik-oswald/">https://www.noia.org/noia-2019-fall-meeting/noia-2019-fall-meeting-speakers/erik-oswald/</a>
Guillermo Azuero	Regional President, Latin America Pfizer	Azuero chegou na Pfizer em 2000, onde ocupou vários cargos de responsabilidade, como Diretor da Região Andina na América Latina, Diretor Regional e Diretor Geral para a América do Sul e Diretor Regional de Mercados de Médio Porte na Europa para Cuidados Especializados.	<a href="https://www.unab.edu.co/content/guillermo-azuero-nombrado-presidente-regional-de-pfizer-en-europa">https://www.unab.edu.co/content/guillermo-azuero-nombrado-presidente-regional-de-pfizer-en-europa</a>
Jane Fraser	CEO Latin America Citigroup	Jane Fraser é presidente do Citi e diretora executiva do Global Consumer Banking. Ela é membro da equipe de gerenciamento executivo do Citi e atua como co-presidente do Citi Women Affinity Group. Antes dessa função, foi diretora executiva do Citi Latin America de 2015 a 2019. De 2013 a 2015, foi diretora executiva da banca de consumo e comercial dos EUA e CitiMortgage. De 2009 a 2013, Jane atuou como CEO do Global Private Bank do Citi. Antes, Jane foi Diretora Global de Estratégia e Fusões e Aquisições para o Citi de 2007 a 2009. Ela ingressou no Citi em 2004 na divisão Corporate and Investment Banking. Antes de ingressar no Citi, Jane foi parceira da McKinsey & Company. Iniciou sua carreira na Goldman Sachs no departamento de Fusões e Aquisições em Londres e depois trabalhou para a <i>Aseores Bursátiles</i> em Madri, Espanha. Ela é membro do Conselho de Administração do CitiBanamex, do Conselho de Reitores da Harvard Business School e membro do Conselho de Relações Exteriores.	<a href="https://www.citigroup.com/citi/about/leaders/jane-fraser-bio.html">https://www.citigroup.com/citi/about/leaders/jane-fraser-bio.html</a>
Jeanne Polles	President, Latin America and Canada Region PMI Global Services Inc.	É presidente da região da América Latina e Canadá da Philip Morris International (PMI). Antes de sua posição atual, Pollès foi vice-presidente sênior de assuntos corporativos, onde foi responsável pelas estratégias regulatórias, fiscais, de contribuições e comunicação do PMI. Ela começou sua carreira de 26 anos na PMI como representante de vendas na França e tornou-se diretora de vendas, em 1998. Pollès atuou em várias funções na França antes de ser nomeada diretora administrativa em 2005. Ela obteve uma graduação em administração e um mestrado em marketing da ESIG. Pollès é membro do Fórum das Mulheres para a Economia e Sociedade, bem como membro da Junta do Conselho das Américas.	<a href="https://www.as-coa.org/speakers/jeanne-poll%C3%A8s">https://www.as-coa.org/speakers/jeanne-poll%C3%A8s</a>
John D. Negroponte	Vice Chairman McLarty Associates	Diplomata de carreira nos Estados Unidos e funcionário de segurança nacional, ocupou cargos no governo no exterior e em Washington entre 1960 e 1997 e novamente entre 2001 e 2008. Foi embaixador em Honduras, México, Filipinas, Nações Unidas e Iraque. Em Washington, ele serviu duas vezes na equipe do Conselho de Segurança Nacional, primeiro como diretor do Vietnã na Administração Nixon e depois como vice-consultor de segurança nacional do presidente Reagan. Foi o primeiro diretor de inteligência nacional do presidente George W. Bush. Sua posição mais recente no governo foi como Secretário de Estado Adjunto, onde atuou como diretor de operações do Departamento de Estado. No setor privado, de 1997 a 2001, ele foi vice-presidente executivo das empresas McGraw-Hill. É vice-presidente da McLarty Associates, uma empresa líder internacional de consultoria estratégica em Washington, DC. Ele também ocupa uma posição de professor na Universidade de Yale. Desde 2009, é presidente do Conselho das Américas / Sociedade das Américas. Ele também é co-presidente da Sociedade EUA-Filipinas. Desde 2013, é presidente da Aliança de Inteligência e Segurança Nacional (INSA).	<a href="https://2009-2017.state.gov/s/p/fapb/185593.htm">https://2009-2017.state.gov/s/p/fapb/185593.htm</a>
John M. Moncure	Director for Latin America Financial Times		
Jordi Botifoll	President of the Latin America Theater Cisco	O engenheiro supervisiona o teatro latino-americano da Cisco. Durante seus 20 anos na Cisco, o Botifoll liderou ou contribuiu para vários projetos internacionais. Na América Latina, liderou ou contribuiu para projetos de transformação de países, com ênfase em digital, no Brasil, México, Colômbia, Argentina, Peru, Panamá, Costa Rica, Chile e Caribe. Antes de ingressar na Cisco, o Botifoll atuou como Gerente Geral do segmento de negócios da Retelevision, o segundo maior provedor de serviços da Espanha, além de ocupar cargos de liderança na Lotus Development Software, IBM e NCR.	<a href="https://newsroom.cisco.com/execbio-detail?articleId=1422250">https://newsroom.cisco.com/execbio-detail?articleId=1422250</a>
José A. Bastos	Managing Director, Merck Brazil	Presidente da MSD (Merck Sharp & Dohme) América Latina. Foi membro da INTERFARMA - Associação da Ind. Farmacêutica de Pesquisa.	<a href="https://twitter.com/josebastos_msd">https://twitter.com/josebastos_msd</a>
Jose W. Fernandez	Partner Gibson, Dunn & Crutcher	O historiador e advogado é sócio do escritório de Gibson da Gibson, Dunn & Crutcher e co-presidente do Latin America Practice Group da Gibson Dunn. Sua prática se concentra em fusões, aquisições e finanças em mercados emergentes da América Latina, Oriente Médio, África e Ásia. Nomeado pelo Presidente Obama, Fernandez atuou como Secretário de Estado Adjunto de Assuntos Econômicos, Energéticos e Empresariais de 2009 a 2013. Ele liderou a iniciativa "Economic Statecraft" do Departamento de Estado para promover o investimento estrangeiro nos Estados Unidos e apoiar as empresas norte-americanas no exterior, co-liderou a equipe interinstitucional que preparou o Tratado Modelo de Investimento Bilateral usado hoje pelos Estados Unidos. Ele foi o principal representante do Departamento de Estado no Comitê de Investimentos Estrangeiros nos Estados Unidos (CFIUS) e também foi uma figura-chave na concepção e implementação da política de sanções dos EUA em todo o mundo. Atuou no Conselho de Curadores da Dartmouth College e no Conselho de Administração da Accion International e no Conselho das Américas. Co-presidente da M&A e do Comitê de Joint Venture da a Ordem dos Advogados do Estado de Nova York. Atuou nos conselhos da estação NPR WBGO-FM, no Ballet Hispanico de Nova York e no Instituto do Oriente Médio.	<a href="https://www.gibsondunn.com/lawyer/fernandez-jose-w/">https://www.gibsondunn.com/lawyer/fernandez-jose-w/</a>

DIRETORIA COA 2017

Juan N. Cento	Regional President FedEx Express Latin America and Caribbean Division	O cubano Juan N. Cento é presidente regional da Divisão FedEx para América Latina e Caribe (ALC). Iniciou sua carreira na FedEx em 1989, quando a empresa se fundiu com a Flying Tigers, onde teve diversas posições. Atuou no conselho de administração de várias organizações, incluindo o Conselho das Américas e a Assurant, Inc., e é membro do Conselho Consultivo Internacional do Sistema de Saúde Batista. Além disso, Cento é diretor do conselho da Conferência de Empresas Expressas da América Latina e do Caribe (CLADEC) e, mais recentemente, tornou-se membro do Conselho Consultivo da Universidade de Miami LACI. Foi presidente fundador do Conselho de Administração do International Kids Fund.	<a href="https://about.van.fedex.com/our-story/leadership/juan-n-cento/">https://about.van.fedex.com/our-story/leadership/juan-n-cento/</a>
Maria Fernanda Mejia	President Kellogg Latin America, Kellogg Company	Vice-presidente sênior da Kellogg Company e presidente da Kellogg Latin America. Antes de ingressar na Kellogg, em 1989, Mejia ocupou várias funções globais de marketing e gerenciamento na Colgate-Palmolive Company. Ela é membro da Organização de Jovens Presidentes, do Fórum Internacional da Mulher, da Organização de Mulheres Executivas em Cosméticos, da Câmara de Comércio Americana da Venezuela e dos capítulos da Espanha da Câmara de Comércio Americano-Espanhola. Mejia é membro do Conselho do Conselho das Américas desde outubro de 2014.	<a href="https://www.as-coa.org/speakers/maria-fernanda-mejia">https://www.as-coa.org/speakers/maria-fernanda-mejia</a>
Ned Cloonan	President Ned Cloonan Associates	Ned Cloonan trabalhou na AIG - American International Group por mais de três décadas. Estabeleceu o AIG Disaster Relief Fund projetado para gerenciar as respostas à crise imediata e às necessidades de reconstrução de longo prazo. Ned faz parte de várias diretorias, incluindo o Laboratório Biológico Mount Desert Island (MDIBL), a Sociedade das Américas, a Companhia de Dança da Bateria e a MIII Capitol Advisors, uma empresa de investimentos focada no meio mercado. Depois que saiu da AIG criou a empresa de consultoria Ned Cloonan Associates (ANC), que assessora investidores em negócios.	<a href="https://www.g-l-f.org/Ned-Cloonan">https://www.g-l-f.org/Ned-Cloonan</a>
Patricia Menendez-Cambo	Vice President and Secretary Greenberg Traurig LLP	Atua como vice-consultora geral do SoftBank Group International e consultora geral do SoftBank Innovation Fund. Antes de ingressar na SoftBank, Patricia atuou como vice-presidente da Greenberg Traurig, onde ocupou vários cargos. É membro ativo do Conselho Regional de Negócios da América Latina e do Grupo Global de Paridade de Gênero. Ela também é membro do Conselho de Administração do Conselho das Américas, membro do Programa Mulheres na Profissão do Vance Center, comissária latina da Associação Nacional de Advogados Hispânicos e vice-presidente da Associação Internacional de Mulheres.	<a href="https://www.wilsoncenter.org/person/patricia-menendez-cambo">https://www.wilsoncenter.org/person/patricia-menendez-cambo</a>
Rafael O. Santana	President & CEO GE Corporate – Latin America	É presidente, diretor executivo e diretor da Transportation Systems Holdings, Inc. Faz parte do conselho do Council of the Americas, Inc. e presidente, diretor executivo e diretor da Westinghouse Air Brake Technologies Corp. Anteriormente ocupou o cargo de Presidente e CEO da GE Transportation e CEO da América Latina na GE Energy Management Services, Inc.	<a href="https://www.marketscreener.com/business-leaders/Rafael-Santana-11678/biography/">https://www.marketscreener.com/business-leaders/Rafael-Santana-11678/biography/</a>
Robert S. Schimek	Executive Vice President and Chief Executive Officer of Commercial AIG	Vice-presidente executivo e CEO da Commercial, supervisionando os negócios de seguros comerciais da AIG em todo o mundo. Anteriormente, foi CEO das Américas da AIG, responsável pelos negócios de seguros da divisão nos Estados Unidos, Canadá, América Latina e Caribe. Antes disso, atuou como Presidente e CEO da EMEA e como Diretor Financeiro do negócio global de acidentes com propriedades da AIG. Antes de ingressar na AIG, era sócio da Deloitte & Touche. É membro do Comitê Executivo da BritishAmerican Business e do Conselho de Administração da BritishAmerican Business. Ele também é membro do Conselho de Administração do Conselho das Américas e membro do Conselho de Administração da American Insurance Association (AIA).	<a href="https://www.crunchbase.com/person/robert-s-schimek#section-overview">https://www.crunchbase.com/person/robert-s-schimek#section-overview</a>
Sergio J. Galvis	Partner Sullivan & Cromwell	É um advogado corporativo líder nos Estados Unidos, conhecido por seu trabalho internacional, especialmente na América Latina. Ele se juntou à Sullivan & Cromwell depois de se formar na Harvard Law School e trabalhar como assessor do Hon. Lawrence W. Pierce, Tribunal de Apelações do Segundo Circuito dos EUA, e é sócio da Empresa desde 1991. Ele é membro do Comitê de Gestão da S&C. Sergio está envolvido com muitas organizações sem fins lucrativos e de política externa, incluindo o Conselho de Relações Exteriores e o Conselho das Américas, e é administrador da Fundação Universidade dos Andes. Ele nasceu na Colômbia e fala espanhol e português	<a href="https://www.sullcrom.com/lawyers/SergioJ-Galvis">https://www.sullcrom.com/lawyers/SergioJ-Galvis</a>
Sonia Dulá	Vice Chairman of Latin America Bank of America Merrill Lynch	Vice-presidente da América Latina no Bank of America Merrill Lynch. Anteriormente, foi chefe da Latin America Wealth Management na Merrill Lynch e chefe de Corporate and Investment Banking da América Latina. No início de sua carreira, Dulá trabalhou na Goldman Sachs, onde chefiou várias privatizações e IPOs em larga escala, como Endesa e Repsol da Espanha, e Telmex e Televisa do México. Antes de ingressar na Merrill Lynch, foi CEO do Grupo Latino de Radio e CEO da Telemundo Studios México, além de ser co-fundadora do Internet Group do Brasil. É membro da Organização de Jovens Presidentes e serviu no conselho do Banco Mundial da Mulher, o Adrienne Arsht Center for the Performing Arts e o Stanford Graduate School of Business Management Board. Atualmente, é membro do conselho do Conselho das Américas, Empreendedorismo e Competitividade na América Latina da Columbia Business School e do Conselho de Diversidade e Inclusão do Bank of America.	<a href="https://www.as-coa.org/speakers/sonia-dul%C3%A1">https://www.as-coa.org/speakers/sonia-dul%C3%A1</a>
Susan L. Segal	President and CEO Americas Society/Council of the Americas	Foi eleita Presidente e CEO da Sociedade das Américas, uma organização dedicada à educação, e o Conselho das Américas, em agosto de 2003. Anteriormente, trabalhou em banco por mais de 25 anos no JPM Chase e foi presidente do The Bank of Nova Scotia. É membro do World Economic Forum USA, Inc., membro gerente da Inspiration Partners LLC e membro do Conselho de Relações Exteriores, Inc. e no conselho de 9 outras empresas. Anteriormente ocupou o cargo de consultora na Endeavor Global, Inc., presidente da CycleLogic, Inc., diretora de parceiros e grupos na América Latina no JP Morgan Partners LLC, diretora administrativa sênior da Chase Securities, Inc., MD sênior emergente Markets Investment Banking no JP Morgan AG, Senior Managing Director-Chemical no JP Morgan Chase Bank NA e Partner & Group Head-Latin American na Chase Capital Partners.	<a href="https://www.marketscreener.com/business-leaders/Susan-Segal-002T2Y-E/biography/">https://www.marketscreener.com/business-leaders/Susan-Segal-002T2Y-E/biography/</a>
Terrence J. Checki	Former Executive Vice President Federal Reserve Bank of New York	Ex-vice-presidente executivo e chefe do Grupo de Assuntos Emergentes e Mercados Internacionais do Federal Reserve Bank de Nova York. Atuou como membro do Comitê de Gestão do Banco. Checki trabalhou como principal solucionador de problemas internacionais do Banco por vários anos. É membro do Conselho de Relações Exteriores, do Clube Econômico de Nova York, do Comitê Nacional de Relações EUA-China, dos conselhos de administração da Associação de Política Externa, do Conselho das Américas e do Conselho Consultivo Nacional da Instituto de Estudos Políticos da Universidade Johns Hopkins.	<a href="https://www.as-coa.org/speakers/terrence-j-checki">https://www.as-coa.org/speakers/terrence-j-checki</a>

DIRETORIA COA 2017

Thomas F. McLarty, III	Chairman McLarty Associates	Presidente da McLarty Associates, anteriormente Kissinger McLarty Associates. Também é o diretor executivo da McLarty Companies. De 1993 a 1994, foi chefe de gabinete da Casa Branca. Foi conselheiro do Presidente Clinton, membro do Conselho Econômico Nacional e enviado especial para as Américas. Como enviado especial, McLarty participou ativamente da criação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Depois de deixar a Casa Branca em 1998, ingressou na empresa de transporte fundada por seu avô, a McLarty Leasing Systems, que mais tarde se tornou a McLarty Companies.	<a href="https://www.americaabroadmedia.org/person/thomas-f-mclarty-iii">https://www.americaabroadmedia.org/person/thomas-f-mclarty-iii</a>
------------------------	-----------------------------	--	---

## APÊNDICE D – Setor e território das empresas do Council of the Americas em 2017

EMPRESAS AS-COA 2017							
EMPRESAS	SEDE	SETOR	FUNDAÇÃO	FAMÍLIA	ANTECESSORES	EMPREGADOS	PAÍSES
AbbVie	EUA, Illinois	Biofarmacêutica (4)	2013		Derivada ( <i>spin-off</i> ) da Abbott Laboratories, presidida pelo CEO Miles White (1998-)		
The Abraaj Group	Emirados Árabes Unidos	Gestão de investimentos (1)	2002-2018	Naqvi	Fundada pelo empresário paquistanês Arif Naqvi (1960-). Em 2019, Naqvi foi sentenciado a 3 anos de cadeia por fraudes financeiras.		
AdCap Securities	EUA	Serviços financeiros (1)	1998				
Aeropuertos Argentina 2000	Argentina	Aeroportuária (5)	1998				
The AES Corporation	EUA, Virgínia	Energia Elétrica (2)	1981		"Fundada por Dennis Bakke e Roger Sant quando trabalhavam juntos na Federal Energy Administration (hoje Department of Energy) durante a administração do presidente Gerald Ford. Sant era chefe do Escritório de Conservação e Meio Ambiente. Bakke veio do Escritório de Administração e Orçamento, onde desenvolveu amizades duradouras com dois firmes apoiadores do governo Bush, o secretário do Tesouro Paul O'Neill e o secretário de Estado Colin Powell. Sant e Bakke deixaram o governo para se juntar a um think tank da Universidade Carnegie Mellon, onde defendiam a ideia de que a geração de eletricidade não precisa ser um monopólio estatal e deve ser		
AIG	EUA, Nova Iorque	Seguros (1)	1919, China				
Akerman LLP	EUA, Flórida	Advocacia (3)	1920		Fundada pelos ex-juízes John Moses Cheney e Alexander Akerman como Cheney & Akerman, com escritórios em Orlando, Flórida.		
Akin, Gump, Strauss, Hauer & Feld, LLP	EUA, Washington D.C.	Advocacia (3)	1945		Fundada em Dallas, Texas, em 1945 por Robert Strauss e Richard Gump		
The Albright Stonebridge Group	EUA, Washington D.C.	Consultoria estratégica internacional (3)	2009		Fundada em 2009 por meio da fusão das empresas internacionais de consultoria The Albright Group e Stonebridge International.		
Allen & Company, Inc.	EUA, Nova Iorque	Banco de investimentos (1)	1920		Fundada em 1922 por Charles Allen Jr., a quem logo se juntou seus irmãos Herbert Allen e Harold Allen. A empresa é geralmente considerada uma empresa de consultoria "boutique" com especialização específica no setor imobiliário e nos setores de mídia e entretenimento.		
American Express Company	EUA, Nova Iorque	Serviços financeiros (1)	1850				
American Tower Corporation	EUA, Massachusetts	Infraestrutura de serviços de comunicação (6)	1995		A empresa foi formada em 1995 como uma unidade da American Radio Systems. Em 1998, a American Radio Systems se fundiu com a CBS Corporation e concluiu o <i>spin-off</i> corporativo da		
Amgen, Inc	EUA, Califórnia	Biofarmacêutica (4)	1980				
Andes Energia plc.	Argentina?	Petróleo e energia (2)	2007?		Ex-"Ragusa Capital PLC (PGR)".		
Apple Inc.	EUA, Califórnia	Tecnologia (6)	1976				
Archer Daniels Midland Company	EUA, Illinois	Processamento de alimentos (4)	1902				
Arcos Dorados S.A.	Uruguai	Restaurantes (4)	2007		Franquia do McDonald's.		
Artisan Partners	EUA, Wisconsin	Gestão de investimentos (1)	1994				
Baker & McKenzie LLP	EUA, Illinois	Advocacia (3)	1949				
Banco Bradesco S.A.	Brasil	Serviços financeiros (1)	1943				
Banco Ciudad de Buenos Aires	Argentina	Serviços financeiros (1)	1878				
Banco de la Nación Argentina	Argentina	Serviços financeiros (1)	1891				
Banco do Brasil	Brasil	Serviços financeiros (1)	1808				
Banco Santander	Brasil	Serviços financeiros (1)	1857				
Bank of America	EUA, Carolina do Norte	Serviços financeiros (1)	1904				
Barings	EUA, Carolina do Norte	Serviços financeiros (1)	1989		Subsidiária da Massmutual		
Barrick Gold Corporation	Canadá	Mineração (2)	1983				
BBVA	Espanha	Serviços financeiros (1)	1999				
Berkemeyer Attorneys and Counselors	Paraguai	Advocacia	1951				
BlackRock	EUA, Nova Iorque	Gestão de investimentos (1)	1988				
Bloomberg	EUA, Nova Iorque	Tecnologia e dados (6)	1981				
Blue Water Worldwide LLC	EUA, Nova Iorque	Gestão de investimentos (1)	2007				
BMW GROUP	Alemanha	Automotivo (5)	1916				
BNY Mellon	EUA, Nova Iorque	Serviços financeiros (1)	2007				

BNP Paribas	França	Serviços financeiros (1)	1848				
The Boeing Company	EUA, Illinois	Aeroespacial (5)	1916				
Bombardier Business Aircraft	Canadá	Aeroespacial (5)	1989		Divisão da Bomardier Inc.		
The Boston Consulting Group	EUA, Massachusetts	Consultoria empresarial (3)	1963				
Braskem S.A.	Brasil	Química e petroquímica (2)	2002		Fusão da Copene, OPP, Trikem, Nitrocarbono, Proppet e Polialden		
Bridas Corporation	Argentina/China	Petrolífera (2)	1948	Bulgheroni	50% da Bridas pertence à petrolífera chinesa CNOOC desde 2010.		
Brightness LLC	EUA, Flórida	Iluminação (5)	2015				
Bunge Limited	EUA, Nova Iorque	Processamento de alimentos (4)	1818, Holanda				
Burson-Marsteller	EUA, Nova Iorque	Relações públicas (3)	1953		Em 2018, fundiu-se com a Cohn & Wolfe, passando a ser Brson Cohn & Wolfe.		
CA Technologies	EUA, Nova Iorque	Software (6)	1976				
Cargill, Incorporated	EUA, Minnesota	Processamento de alimentos (4)	1865				
Caribbean Travel Network	Curaçao	Turismo (*)	2003				
Caterpillar Inc.	EUA, Illinois	Máquinas pesadas (5)	1925				
Celulosa Arauco y Constitución (Arauco)	Chile	Celulose (2)	1979	Angelini	Fundada em setembro de 1979 como resultado da fusão da Celulosa Arauco S.A. (1967) e da Celulosa Constitución S.A. (1969). Ambas as empresas foram privatizadas durante o governo Pinochet em 1977 e 1979, respectivamente		
CEMEX	México	Cimento (2)	2006				
Chevron Corporation*	EUA, Califórnia	Petrolífera (2)	1879				
Chubb	EUA, Nova Jérsei	Seguros (1)	1882				
Cisco Systems, Inc.	EUA, Califórnia	Hardware de redes (6)	1984				
Citigroup, Inc.	EUA, Nova Iorque	Serviços financeiros (1)	1998		Formada pela fusão da gigante bancária Citicorp e do conglomerado financeiro Travelers Group em 1998. A Travelers Group foi posteriormente desmembrada da empresa em 2002.		
Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP	EUA, Nova Iorque	Advocacia (3)	1946				
The Coca-Cola Company	EUA, Geórgia	Bebidas (4)	1892				
Colombian Coffee Federation, Inc	Colômbia	Café (4)	1927		Fundada em 1927 como uma associação comercial que promove a produção e exportação de café colombiano. Atualmente, representa mais de 540.000 produtores, a maioria dos quais pequenos		
ConocoPhillips	EUA, Texas	Petróleo e gás (2)	1875		Criada com a fusão entre Conoco Inc. e Philips Petroleum Company em 2002		
Continental Grain Company	EUA, Nova Iorque	Agronegócio (4)	1813, Bélgica				
Corporación Multi Inversiones	Guatemala	Alimentos (processamento de farinha de trigo e milho, macarrão, biscoitos e bolachas, processamento de aves e porcos, fast food), imobiliária, serviços financeiros, infraestrutura de hidrelétricas, telecomunicações (40% da Movistar) (&)	1920	Gutiérrez		45000	14
Covington & Burling LLP	EUA, Washington D.C.	Advocacia (3)	1919		Em 1988, Covington abriu um escritório em Londres, seguido por um escritório em Bruxelas em 1990. Em 1999, Covington fundiu-se com uma empresa de 60 advogados de Nova Iorque chamada Howard, Smith & Levin e também abriu seu primeiro escritório na Costa Oeste em São Francisco. Em 2008, a Covington firmou uma aliança estratégica com a Instituição Quraysh for Law & Policy (iQ), uma firma de advocacia e think-tank transnacional sediada no Catar, para o fornecimento conjunto de serviços jurídicos e de consultoria no Oriente Médio.		
Crédit Agricole Corporate and Investment Bank	França	Serviços financeiros, seguros (1)	2004		O Calyon foi criado em maio de 2004 pela transferência de ativos da divisão de Banco Corporativo e de Investimento do Crédit Lyonnais para o Crédit Agricole Indosuez (CAI), criado em 1996 com a compra do Banque Indosuez pelo Crédit Agricole. A divisão foi renomeada como Crédit Agricole Corporate & Investment Bank (CACIB) em fevereiro de 2010. Em julho de 2018, Jacques Ripoll foi nomeado CEO da CACIB, em substituição de Jean-Yves Hoche	7395	32
Curtis, Mallet-Prevost, Colt & Mosle LLP	EUA, Nova Iorque	Advocacia (3)	1830	Graham & Curtis	O escritório de advocacia foi fundado em 1830 na cidade de Nova Iorque por nativos e irmãos de Connecticut, John L. e James L. Graham. As famílias Graham e Curtis tinham um histórico de casamentos em Connecticut e, em 1838, a firma admitiu o sócio William Curtis Noyes, filho de um juiz da Suprema Corte do estado. A empresa fundiu-se em 1852 com outra parceria legal	250 (advogads)	16

Daimler	Alemanha	Automóveis (5)	1926					
Deutsche Bank	Alemanha	Serviços financeiros (1)	1876			87597	58	
Diageo plc	Inglaterra	Bebidas alcólicas (4)	1997					
DirecTV Latin America, LLC	EUA, Flórida	Telecomunicações (6)	1994		Em 1994, a Hughes Electronics Corporation e a empresa de mídia venezuelana Grupo Cisneros criam uma joint venture denominada Galaxy Latin America, empresa destinada a distribuir serviços DirecTV em 27 países da América Latina, inicialmente com uma oferta de 144 canais. Nesse mesmo ano, entra no mercado chileno e, em seguida, é lançada no México. Em 2000, o Galaxy Latin America LLC foi renomeado como DirecTV Latin America LLC. Em 2005, o Grupo Cisneros vendeu sua participação de 14% na Direc TV Latin America para o DirecTV Group Inc. Enquanto no México e no Brasil se fundiu com a rival Sky e desapareceu, na América do Sul absorveu a Sky. A partir de 2018, o nome da DirecTV Latin America foi alterado para Vrio Corp. A Vrio Corp. é			
Discovery Communications	EUA, Nova Iorque	Telecomunicações (6)	1985					
DHL Express USA	Alemanha	Correios (6)	1969, EUA		A empresa foi fundada na Califórnia em 1969, mas em 1998, a Deutsche Post começou a adquirir ações da DHL, atingiu o controle acionário em 2001 e adquiriu todas as ações em circulação em			
Dow Latin America	EUA, Michigan	Químicos (2)	1897					
eBay Inc.	EUA, Califórnia	Comércio eletrônico (6)	1995			14000	30	
Editora Latin Trade	EUA, Califórnia	Revistas de negócios (6)	1993		A Latin Trade foi adquirida pela Freedom Communications em 1994. O LT Group foi adquirido em maio de 2008 pela Manhattan Media LLC, que também publica a revista Avenue. A Manhattan Media formou a subsidiária Miami Media. Em 2016, a Miami Media vendeu o negócio de eventos de LT para o Conselho das Américas e vendeu a Latin Trade para sua administração.			
Elliott Management	EUA, Nova Iorque	Administração de investimentos (1)	1977					
EMC Corporation	EUA, Texas e Massachusetts	Armazenamento de dados (6)	1979		Comprada pela Dell em 2016.			
Empresas CMPC S.A.	Chile	Celulose (2)	1920	Matte	Fusão das empresas de papel Ebbinghaus, Haensel & Cía e a Comunidade Fábrica de Cartón Maipú.			
ENI	Itália	Energia, petróleo e gás (2)	1953		A Eni foi fundada e estabelecida por lei em 1953 por uma empresa existente, a Agip, criada em 1926 com o objetivo de explorar campos de petróleo, adquirir e comercializar petróleo e derivados. Em 1992, a Eni tornou-se uma sociedade anônima por decreto-lei e foi listada na Bolsa de Valores da Itália e Nova Iorque em 1995. De 1995 a 1998, a Eni fez quatro ofertas de ações com êxito, pois 70% de seus ativos de capital foram vendidos a acionistas privados	30950	79	
Equifax Inc.	EUA, Geórgia	Serviços de proteção ao crédito (1)	1899			10300	14	
European InterAmerican Finance, LLC	EUA, Califórnia	Serviços financeiros (1)	1983 (ou antes)					
Exxon Mobil Corporation	EUA, Texas	Petróleo e gás (2)	Formada em 1999 na fusão da Exxon com a Mobil, duas empresas resultantes da divisão da Standard Oil Company em					
EY	Inglaterra	Consultoria auditorial (3)	1989					
FedEx Express	EUA, Tennessee	Correios (6)	1971					
FERRERE	Uruguai?	Advocacia (3)	1977					
Financial Times	Inglaterra	Jornal (6)	1888					
Fintech Advisory, Inc.	EUA, Nova Iorque	Administração de ações (1)	1997					
Fitch Ratings	EUA, Nova Iorque	Agência de classificação de risco de	1914					
Fluor	EUA, Texas	Engenharia e construção (5)	1912					
Ford Motor Company	EUA, Michigan	Automóveis (5)	1903					
Freeport-McMoRan	EUA, Arizona	Mineradora (2)	1912					
FTI Consulting, Inc.	EUA, Washington D.C.	Consultoria (3)	1982					
gA – Grupo ASSA	Argentina	Consultoria (3)	1992					

The Gender Equality Fund	Austrália?	Consultoria (3)	2015?			
General Electric Company	EUA, Massachusets	Energia, aviação, assistência médica, petróleo e gás, transportes,	1892			
General Motors South America	EUA, Michigan	Automóveis (5)	1908			
Genneia S.A.	Argentina	Energias renováveis, petróleo e gás				
Genomma Lab	México	Biofarmacêutica (4)	1996			
GeoPark	EUA	Energia e petróleo (2)	2002			
Gibson, Dunn & Crutcher	EUA, Califórnia	Advocacia (3)	1890			
GIC	Singapura	Fundo soberano (1)	1981			
Goldman Sachs	EUA, Nova Iorque	Serviços financeiros (1)	1869			
Google Inc.	EUA, Califórnia	Internet (6)	1998			
Greenberg Traurig, LLP	EUA, Flórida	Advocacia (3)	1967			
Greylock Capital Management	EUA, Nova Iorque	Consultoria de investimentos (3)	2004			
Grupo Luz y Fuerza	Colômbia	Energia (2)	2018?			
Grupo Argos SA	Colômbia	Cimento (5)	1934			
Grupo Televisa, S.A.B.	México	Meios de comunicação (6)	1973			
Hamburg Sud	Alemanha	Transporte marítimo (5)	1871			
HBO Latin America	EUA, Flórida	Televisão (6)	1991			
HP Inc	EUA, Califórnia	Tecnologias da informação (6)	1939			
HSBC Securities (USA) Inc.	EUA, Nova Iorque	Administração de investimentos (1)	1969			
Hunton & Williams	EUA, Virgínia	Advocacia (3)	1901			
IBM Corporation	EUA, Nova Iorque	Computação (6)	1911			
IC Power Nicaragua, S.A	Nicarágua	Energia (2)	1998			
INCAE Business School	Nicarágua	Escola de negócios (3)	1964		Fundada em 1964 com o apoio do governo dos Estados Unidos. Possui estreita relação com Harvard Business School, instituição que participou de sua fundação. O campus Francisco de Sola em Manágua, Nicarágua, foi estabelecido em 1964, seguido pelo campus Walter Kissling Gam em	
Interaudi Bank	EUA, Nova Iorque	Banco (1)	1983			
Intesa Sanpaolo	Itália	Banco (1)	2007			
IRSA Inversiones y Representaciones S.A.	Argentina	Imobiliária (1)	1943			
Itaú Unibanco Holding, S.A.	Brasil	Banco (1)	2008			
Japan Bank for International Cooperation	Japão	Banco estatal (1)	1999			
Johnson & Johnson	EUA, Nova Jérsei	Farmacêuticos (4)	1886			
J.P. Morgan	EUA, Nova Iorque	Holding (1)	1799			
JTI-Macdonald Corp.	Suíça	Tabaco (4)	1999			
Kellogg Co.	EUA, Michigan	Cereais (4)	1906			
Kirkland & Ellis LLP	EUA, Illinois	Advocacia (3)	1909			
Latham & Watkins LLP	EUA, Califórnia	Advocacia (3)	1934			2600 advogads
L Catterton Latin America	EUA, Connecticut	Serviços financeiros (1)	1989			
LCA Capital LLC		Serviços financeiros (1)				
Libra Capital US, Inc.	EUA, Nova Iorque	Consultoria (3)	2005			
LLORENTE & CUENCA	Espanha	Consultoria em comunicação (3)	1995			
Lockheed Martin	EUA, Maryland	Aeroespacial (5)	1995			
Manatt, Phelps & Phillips, LLP	EUA, Califórnia	Advocacia (3)	1965			450 advogads
ManpowerGroup Inc.	EUA, Wisconsin	Consultoria de gestão de pessoas (3)	1948			
Marathon Asset Management	EUA, Nova Iorque	Administração de ações (1)	1998			

Mason Capital Management LLC	EUA, Nova Iorque	Administração de ações (1)	2000			
MasterCard	EUA, Nova Iorque	Serviços financeiros (1)	1966			
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados	Brasil	Advocacia (3)	1992			
MBA Lazard	EUA, Nova Iorque	Consultoria financeira e administração de ações (1)	1848			
McDonald's Corporation	EUA, Illinois	Restaurantes fast food (4)	1940			
McKinsey Global Institute	EUA, Nova Iorque	Consultoria (3)	1926			
McLarty Associates	EUA, Washington D.C.	Consultoria estratégica (3)	1998			
Medtronic, Plc.	Irlanda	Equipamentos médicos (4)	1949			
Mercadolivre.com	Argentina	Comércio eletrônico (6)	1999			
Mercantil Servicios Financieros, C.A.	Venezuela	Serviços financeiros (1)	1997			
Merck & Co., Inc.	EUA, Nova Jérsei	Farmacêuticos (4)	1668			
MetLife, Inc.	EUA, Nova Iorque	Holding, seguros, serviços financeiros	1868			
Mexichem	México	Químicos e petroquímicos (2)	1953			
Microsoft Corporation	EUA, Novo México	Software, hardwares (6)	1975			
Millicom	Luxemburgo	Telecomunicações (6)	1990, Suécia			
Mitsubishi Corporation (Americas)	Japão	Serviços financeiros, energia, químicos, alimentos, máquinas,	2012			
Mitsui & Co. (USA), Inc.	Japão	Energia, químicos, mineração, alimentos, infraestrutura, tecnologias	1947			
Mizuho Bank, Ltd	Japão	Serviços financeiros (1)	2002			
Mondelēz International	EUA, Illinois	Alimentos (4)	2012			
Monsanto Company	EUA, Missouri	Agronegócio, agrotóxicos (4)	1901			
Moody's	EUA, Nova Iorque	Serviços financeiros (1)	1909			
Morgan Stanley	EUA, Nova Iorque	Serviços financeiros (1)	1935			
MUFG	Japão	Holding (1)	2006			
Mylan N.V.	EUA, Pensilvânia	Farmacêuticos (4)	1961			
Nova Iorque Life	EUA, Nova Iorque	Seguros (1)	1845			
News Corp / Fox	EUA, Nova Iorque	Mídias (6)	1980			
NEXI	Itália	Banco (1)	2017			
Nike, Inc.	EUA, Oregon	Calçados, roupas, vestuário (4)	1964			
Norwegian Cruise Line Holdings, Ltd.	EUA, Flórida	Transporte marítimo (5)	1966			
Orel Energy Group	EUA, Flórida	Energia (2)	2015			
Panedile Argentina S.A.I.C.F. e I.	Argentina	Engenharia, construção, mineração (5)	1947			
Partners Group	Suíça	Serviços financeiros (1)	1996			
Pearson	Inglaterra	Educação (6)	1844			
PepsiCo	EUA, Nova Iorque	Bebidas (4)	1965			
Perez Alati, Grondona, Benites, Arntsen & Martínez de Hoz Jr	Argentina	Advocacia (3)	1991			
Pérez-Llorca	Espanha	Advocacia (3)	1983			
Pfizer Inc	EUA, Nova Iorque	Farmacêuticos (4)	1849			
Philip Morris International, Latin America	Suíça	Tabaco (4)				73500
Pluspetrol	Argentina	Petróleo e energia (2)	1977			
PointState Capital LP	EUA, Nova Iorque	Administração de ações (1)	2010			

Praxair, Inc	Irlanda	Gases industriais (2)	1912	Fundada em 1912 no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. É uma das empresas do grupo Linde plc, resultado da fusão entre as empresas		
Prisa	Espanha	Mídia (6)	1972			
The Procter & Gamble Company	EUA, Ohio	Bens de consumo (4)	1837			
Principal Financial Group	EUA, Iowa	Investimentos financeiros (1)	1879			
Puente	EUA, Massachusetts	???				
PwC	EUA, Nova Iorque	Consultoria e auditoria (3)	1998			
Raytheon Company	EUA, Massachusetts	Armamentos (5)	1922			
Repsol	Espanha	Petróleo (2)	1987			
Riverwood Capital	EUA, Califórnia	Investimentos financeiros na área de tecnologia (1)	2008			
Rio Tinto	Inglaterra/Austrália	Mineração (2)	1873			
Ryder System, Inc.	EUA, Flórida	Transportes (5)	1933			
SABMiller	Inglaterra	Cervejas, refrigerantes (4)	2002			
Sancor Seguros	Argentina	Seguros (1)	1945			
SAP LAC (Latin America & Caribbean)	Alemanha	Softwares de gestão de empresas (6)				
SC Johnson & Son	EUA, Wisconsin	Produtos de higiene (4)	1886			
Scotiabank	Canadá	Banco (1)	1832			
Sempra Energy International	EUA, Califórnia	Energia (2)	1998			
Shearman & Sterling LLP	EUA, Nova Iorque	Advocacia (3)	1873			
Shell	Holanda	Petróleo (2)	1907			
Simpson Thacher & Bartlett LLP	EUA, Nova Iorque	Advocacia (3)	1884			900 advogads
Smartmatic	Inglaterra	Sistemas de votação eletrônica e de administração de identidades (6)	2000			
Societe Generale Corporate Investment	França	Serviços financeiros (1)	1884			
Sojitz Corporation of America	Japão	Automóveis, energia, mineração, químicos, alimentos, agronegócio.	2004			
S&P Global Ratings	EUA, Nova Iorque	Agência de classificação de risco de	1860			
Starwood Hotels & Resorts Worldwide, Inc.	EUA, Connecticut	Hotelaria (5)	1980			
Sudameris Bank	França?	Banco (1)	1910			
Sullivan & Cromwell LLP	EUA, Nova Iorque	Advocacia (3)	1879			
Sumitomo Mitsui Banking Corporation	Japão	Serviços financeiros (1)	1996			
Techint Inc.	Itália/Argentina	Mineração (2), engenharia e construções, petróleo e gás, saúde	1945			
Telefónica, S.A.	Espanha	Telecomunicações (6)	1924			
Television Association of Programmers Latin America	EUA, Flórida	Consultoria e advocacia para indústria audiovisual (3)				
Temasek	Singapura	Fundo soberano (1)	1975			

The Estée Lauder Companies Inc.	EUA, Nova Iorque	Cosméticos (4)	1946				
Time Warner/Turner	EUA, Nova Iorque	Cinema e televisão (6)					
TPCG Valores	Argentina	Administração de ações (1)	2003				
Tres Mares Group	EUA, Flórida	Investimentos financeiros (1)	2010				
Twitter	EUA, Califórnia	Rede social (6)	2006				
UBS	Suíça	Serviços financeiros (1)	1998				
Union Group	Brasil	Consultoria e auditoria (3)	1975				
UPS	EUA, Geórgia	Transportes (5)	1907				
Viacom	EUA, Nova Iorque	Televisão e cinema (6)	2005-2019	Em 5 de dezembro de 2019, a Viacom se fundiu novamente com a CBS Corporation para formar a ViacomCBS.			
Viewmonitor	México	Consultoria (3)	2000				
Visa International	EUA, Califórnia	Serviços financeiros (1)	1958				
VR Capital Group	EUA, Nova Iorque	Gestão de investimentos (1)	1999				
Wal-Mart Stores, Inc.	EUA, Arkansas	Lojas de departamento (4)	1962				
The Western Union Company	EUA, Colorado	Serviços financeiros (1) e de	1851				
White & Case LLP.	EUA, Nova Iorque	Advocacia	1901				
YPF	Argentina	Petróleo e gás (2)	1922				

FONTE: Site da AS-COA, acessado em fev 2017

## APENDICE E – Membros corporativos 1968-2016

### MEMBROS CORPORATIVOS

MEMBROS CORPORATIVOS - DIVERSOS ANOS				
1968-1969	1971	1980	1994	2016
Addressograph-Multigraph Corporation	Addressograph-Multigraph Corporation	Amax, Inc.	ARCO	AbbVie
Aiken Industries	Afia	Armco International	ASARCO Incorporated	The Abraaj Group
Allegheny Ludlum Steel Corporation	Allegheny Ludlum Industries, Inc.	Asarco Incorporated	AT&T	ACCENTURE
Aluminium Limited	Aluminium Limited, Inc.	Abbott Universal Ltd.	Aetna International, Inc.	Aeropuertos Argentina 2000 The AES Corporation
Aluminium Company of America	Aluminium Company of America	Abitibi-Price Sales Corporation	Akzo America Inc.	AIG
American Broadcasting Company	American Home Products Corp.	Air Products and Chemicals, Inc.	Allende & Brea, Inc.	Akerman LLP
American Can Company	American International Underwriters Corp.	Alexander & Alexander Inc.	Alliance Capital Management Corp.	Akin, Gump, Strauss, Hauer & Feld, LLP
AFIA - American Feed Industry Association	American Smelting & Refining Company	Allis-Chalmers Corporation	Allied-Signal International Inc. American Airlines, Inc.	The Albright Stonebridge Group
American Home Products Corporation	AMF Incorporated	Aluminum Company of America	American Cyanamid Company	Allen & Company, Inc. American Express Company American Tower Corporation Amgen, Inc
American International Oil Company	The Anaconda Company	American Can Company	American Express Company	Andes Energia plc.
American International Underwrites Corporation	Arthur Andersen & Co	American Cyanamid Company	American Home Products Corporation	Apple Inc.
American Machine & Foundry Company	Anderson, Clayton & Company	American Express International Banking Corporation	American International Group, Inc.	Archer Daniels Midland Company
American Smelting and Refining Company	Anglo-Laurato Nitrate Company Limited	American Home Products Corp.	American Natural Soda Ash Corporation	Arcos Dorados S.A.
American-Stantard	Armco International Division	American International Underwriters	Ameritech International	Artisan Partners
The Anaconda Company	Asiatic Petroleum Corporation	American Medical International, Inc.	Amoco Corporation	Baker & McKenzie LLP Banco Bradesco S.A.
Arthur Andersen & Company	Atlantic Richfield Co.	The Anaconda Company	Arthur Andersen 8c Co.	Banco Ciudad de Buenos Aires Banco de la Nación Argentina Banco do Brasil
Anderson, Clayton & Company	Avon Products, Inc.	Anderson, Clayton & Company	Apple Computer, Inc.	Banco Santander Bank of America Barings
Anglo-Lautaro Nitrate Corporation	Bacardi Corporation	Arthur Andersen & Co. Ashland Oil, Inc.	Arbor Acres Farm, Inc.	Barrick Gold Corporation
Armco International	Bank of America's Bankers Trust Company	Atlantic Richfield Company	Arnhold and S. Bleichroeder, Inc.	BBVA
Asiatic Petroleum Corporation	Battelle Memorial Institute	Avon Products, Inc.	Arnold & Porter	BlackRock Bloomberg
Associated Insurers	Bechtel Corporation	BP North America, Inc.	BEA Associates	Blue Water Worldwide LLC BNY Mellon
Atlantic Richfield Company	Belco Petroleum Corporation	Bank of America	BHP Minerals	BNP Paribas
Avon Products	Bethlehem Steel Corporation	Bankers Trust Company	BOC Latin America	The Boeing Company Bombardier Business Aircraft Braskem S.A.
Bacardi Corporation	Borden Inc.	Bankest International, Inc.	BPD International Bank	Bridas Corporation Brightness LLC Bunge Limited Burson-Marsteller CA Technologies Cargill, Incorporated
Bank of America	Braniff Airways Incorporated	Bechtel Power Corporation	Baker & Botts	Caribbean Travel Network Caterpillar Inc.
Bank of the Southwest	Bristol-Myers Company	Becton, Dickinson and Company	Baker & McKenzie	CELISTICS
Bankers Trust Company	Brown & Root, Inc.	Belco Petroleum Corporation	Bank of America NT 8E SA	Celulosa Arauco y Constitución (Arauco) CEMEX
Bechtel Corporation	Burroughs Corporation	Bethlehem Steel Corporation	Bank of Montreal	Chevron Corporation* Chubb
Belco Petroleum Corporation	Business International	Blue Bell, Inc. Borden, Inc.	The Bank of New York	Cisco Systems, Inc. Citigroup, Inc.
Bethlehem Steel Corporation	Canadian International Power Co. Inc.	Braniff International	Bankers Trust Company	Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP The Coca-Cola Company
The Borden Company	Caterpillar Americas Co.	Bristol-Myers Company	Baring Securities	Colombian Coffee Federation, Inc.
Braniff International	Celanese Corporation	Brunswick International	Bausch & Lomb Inc.	ConocoPhillips
Bristol-Myers Company	Cerro Corporation	<b>BUSINESS INTERNATIONAL</b>	Baxter World Trade Corporation	Continental Grain Company Corporación Multi Inversiones Covington & Burling LLP
Brown & Root	The Chase Manhattan Bank	CPC International Inc.	Bear Stearns & Company, Inc.	Crédit Agricole Corporate and Investment Bank

MEMBROS CORPORATIVOS

Burroughs Corporation	Chemical Bank	The Carborundum Company	Bechtel Corporation	Credit Suisse
Business International	Chrysler Corporation	Cargill, Incorporated	Becton Dickinson and Company Bell Atlantic Corporation	Curtis, Mallet-Prevost, Colt & Mosle LLP Daimler
Canadian International Power Company Limited	Cities Service Company	Carrier International Corporation J I Case	Bell Helicopter Textron Inc.	Deutsche Bank Danone Diageo plc
J.I. Case Company	The Citizens and Southern Nacional Bank	Castle & Cooke, Inc.	BellSouth Corporation	DirecTV Latin America, LLC Discovery Communications DHL Express USA
Caterpillar Americas Company	Clark Equipment Company	Caterpillar Americas Co.	Booz•Allen & Hamilton Inc.	eBay Inc.
Celanese International Company	Columbia Broadcasting System, Inc.	Celanese Corporation	Bradshaw & Associates Ltd.	Elliott Management EMC Corporation Empresas CMPC S.A.
Cerro Corporation	Container Corp. of America	Cerro Sales Corporation	Bristol-Myers Squibb Company	Enel eni
The Chase Manhattan Bank	Continental Can International Corporation	The Chase Manhattan Bank, N. A.	CPC International Inc.	Equifax Inc.
Chemetron Corporation	Continental Grain Co.	Chemical Bank	CS First Boston Group, Inc.	European InterAmerican Finance, LLC
Chemical Bank	Continental Illinois National Bank & Trust Company of Chicago	Chesebrough-Pond's Inc.	Capital Cities/ABC, Inc.	Exxon Mobil Corporation
Chicago Bridge & Iron Company	Continental Oil Company	Chrysler Corporation	Capital International, Inc.	EY
Chrysler Corporation	CPC International	Citibank, N. A.	Cargill, Inc.	FedEx Express FERRERE
Cities Service Company	Corning Glass International	Cities Service International, Inc.	Carrier Corporation	Financial Times Finepoint Capital Fintech Advisory, Inc. Fitch Ratings
Clark Equipment Compañ	Crown Zellerbach International, Inc.	The Coca-Cola Company	Caterpillar Americas Company	Fluor
The Coca-Cola Export Corporation	Cyanamid International	Colgate-Palmolive International Incorporated	Challenge Air Cargo	Ford Motor Company Freeport-McMoRan FTI Consulting, Inc. gA – Grupo ASSA
Columbia Broadcasting System	Cyprus Mines Corporation	Comsat General Corporation	The Chase Manhattan Bank, N.A.	General Electric Company General Motors South America Genneia S.A.
Combustion Engineering	Deere & Company	Container Corporation of America	Chemical Banking Corporation Cheminter US, Inc.	Genomma Lab GeoPark
Container Corporation of America	Del Monte Corporation	Continental Can International Corp.	Chevron Corporation	Gibson, Dunn & Crutcher GIC
Continental Can Company	Delta Steamship Lines, Inc.	Continental Grain Company	Chiquita Brands, Inc.	Goldman Sachs
Continental Grain Company	Deltec Securities, Inc.	Continental Illinois National Bank and Trust Company of Chicago	Church & Dwight Company, Inc. Citibank, NO.	Google Inc.
Continental Illinois National Bank and Trust Company of Chicago	Diebold Group International, Inc.	Control Data Corporation	Clark & Weinstock	Greenberg Traurig, LLP Greylock Capital Management Grupo Luz y Fuerza
Continental Oil Company	Dow Chemical	Corning International Corporation	Cleary, Gottlieb, Sten & Hamilton	Grupo Argos SA Grupo Televisa, S.A.B.
Corn Products Company	Dun & Bradstreet International	Crocker National Bank	Clifford Chance	Guardian Industries Corp. Hamburg Sud
Corning Glass International	E.I. du Pont de Nemours & Company	Crown Zellerbach International, Inc.	The Coca-Cola Company	HBO Latin America
Crown Zellerbach International	Eastman Kodak Company	Dana Corp.	Colgate-Palmolive Company	HP Inc
Cyanamid International	Eaton Yale-Towne	Deere & Company	Continental Bank	HSBC Securities (USA) Inc.
Cyprus Mines Corporation	Ebasco International Corporation	Del Monte Corporation	Continental Grain Company	Hunton & Williams
Czarnikow-Rionda Company	Ernst & Ernst	Deloitte Haskins & Sells Delta Steamship Lines, Inc.	Coopers & Lybrand	IBM Corporation
Decision Research Corporation	Firestone Tire & Rubber Company	Deltec International Ltd.	Curtis, Mallet-Prevost, Colt & Mosle	IC Power Nicaragua, S.A
Deere & Company	First Boston Corp.	Diamond Shamrock Corporation	Cyprus Minerals Amax Co.	Imperative Fund INCAE Business School Intesa Sanpaolo
Del Monte Corporation	First National Bank of Boston	Dillon, Read & Co. Inc.	Dana Corporation	IRSA Inversiones y Representaciones S.A. Itau Unibanco Holding, S.A.
The Deltec Group	First National City Bank	Dow Chemical Latin America	Dart Container Corporation	Japan Bank for International Cooperation
Delta Steamship Lines	Ford Motor Company	Dow Corning Latin America, Ltd.	Debevoise & Plimpton	Johnson & Johnson
Dow Chemical	The Fresnillo Company	E. I. du Pont de Nemours & Co.	Deloitte Touche Tohmatsu International	J.P. Morgan
Dun & Bradstreet International	General Electric Company	Eastman Kodak Company	Digital Equipment Corporation	JTI-Macdonald Corp.

MEMBROS CORPORATIVOS

E.I. du Pont de Nemours & Company	General Foods Corporation	Eaton Corporation	Dominion Resources, Inc.	Kellogg Co.
Eastman Kodak Company	General Motors Overseas Corporation	Emhart Corporation	Donaldson, Lufkin & Jenrette, Inc.	Kirkland & Ellis LLP Latham & Watkins LLP Latin Trade Magazine
Eaton Yale-Towne	General Telephone & Electronics International, Inc.	The Equitable Life Assurance	Dow Chemical Latin America	L Catterton Latin America
Ebasco International Corporation	The General Tire International Company	Society of the United States	Dow Corning Corporation	LCA Capital LLC Libra Capital US, Inc.
Ernst & Ernst	Gerber Products Company	Exxon Corporation	Dow Jones & Company, Inc.	LLORENTE & CUENCA
Firestone Tire & Rubber Company	The Gillette Company	The First Boston Corporation	Dresser Industries, Inc.	Lockheed Martin
First Boston Foundation Trust	B.F. Goodrich Company	The First National Bank of Boston	Dresser-Rand Company	Manatt, Phelps & Phillips, LLP ManpowerGroup Inc.
First National Bank of Boston	Goodyear International Corporation	First Pennsylvania Bank N. A.	Duracell International	Marathon Asset Management Mason Capital Management LLC MasterCard
First National Bank of Chicago	W.R. Grace & Company	Fluor Corporation	E.I. du Pont de Nemours & Company	Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
First National Bank of Miami	Gulf Oil Corporation	Ford Motor Company	E.M. Warburg, Pincus & Co., Inc.	MBA Lazard
First National City Bank	The Hanna Mining Company	GK Technologies Incorporated	Eastman Kodak Company	McDonald's Corporation McKinsey Global Institute McLarty Associates Medtronic, Plc.
First Wisconsin National Bank of Milwaukee	Harnischfeger Corporation	General Electric Company	Eaton Corporation	Mercantil Servicios Financieros, C.A. Merck & Co., Inc.
Ford Motor Company	Harris Trust & Savings Bank of Chicago	General Foods Corporation	El Paso Natural Gas Company	MetLife, Inc. Mexichem
The Fresnillo Company	Haskins & Sells	General Mills, Inc.	Eli Lilly and Company	Microsoft Corporation Millicom
General Electric Company	H.J. Heinz Company	General Motors -Corporation	Enron Corporation Ernst & Young	Mitsubishi Corporation (Americas) Mitsui & Co. (USA), Inc.
General Foods Corporation	IBM World Trade Corporation	General Tire International Company	European InterAmerican Finance Corp.	Mizuho Bank, Ltd Mondelēz International Monsanto Company Moody's
General Motors Overseas Corporation	Insurance Company of North America	Gerber Products Company	Exxon Corporation	Morgan Stanley
The General Tire International Company	International Basic Economy Corporation	The Gillette Company	FMC Corporation	Mosbacher Energy Company
The Gillette Company	International Harvester Company	Goodyear International Corporation	Federal Express Corporation	MUFG
B.F. Goodrich Company	International Mining Corporation	Gould, Inc.	Fiduciary Trust International	Mylan N.V. New York Life
Goodyear International Corporation	The International Nickel Company	W. R. Grace & Co.	Fina Oil and Chemical Company	News Corp / Fox NEXI
W.R. Grace & Company	International Paper Company	Gulf Oil Corporation	First Chicago Corporation	Nike, Inc.
Gulf Oil Corporation	International Telephone & Telegraph Corporation	Gulf + Western Industries, Inc.	Flater & Company, Inc. Forbes Inc.	Norwegian Cruise Line Holdings, Ltd.
The Hanna Mining Company	The Interpublic Group of Companies, Inc.	The Hanna Mining Company	Ford Motor Company	Orel Energy Group
Harnischfeger Corporation	Johnson & Higgins	Harnischfeger Corporation	Freeport-McMoRan Inc.	Panedile Argentina S.A.I.C.F. e I.
Harris Trust & Savings Bank of Chicago	Johnson & Johnson International	H. J. Heinz Company	GTE Corporation	Partners Group Pearson PepsiCo
Haskins & Sells	Kaiser Industries Corporation	Honeywell Inc.	General Electric Company General Mills	Perez Alati, Grondona, Benites, Arntsen & Martinez de Hoz Jr
H.J. Heinz Company	Kellogg Company	IBM Corporation	General Motors Corporation	Pérez-Llorca
Hooker Chemical Corporation	Kennecott Copper Corporation	Inco United States, Inc.	Gerber Products Company	Pfizer Inc
IBM World Trade Corporation	Kimberly-Clark Corporation	Industrial National Bank	The Gillette Company	Philip Morris International, Latin America and Canada
Industrial Development International	King Ranch, Inc.	Ingersoll-Rand International	Goldman, Sachs & Co.	Pluspetrol PointState Capital LP Praxair, Inc
Insurance Company of North America	Koppers Company	International Basic Economy Corporation	Goodman Equipment Corporation	Prisa
International Basic Economy Corporation	Lehman Brothers	International Paper Company	The Goodyear Tire & Rubber Co	The Procter & Gamble Company
International Harvester Company	Liquid Carbonic Corp.	International Telephone and Telegraph Corporation	Guardian Industries	Puente
International Minerals & Chemical Corporation	Arthur D. Little, Inc.	The Interpublic Group of Companies, Inc.	The Guy F. Atkinson Company	PwC

MEMBROS CORPORATIVOS

International Mining Corporation	Loeb, Rhoades & Company	Irving Trust Company	H.J. Heinz Company	Raytheon Company Repsol
The International Nickel Company	Lone Star Cement Corporation	Johnson & Higgins	Harza Engineering Company	Riverwood Capital Rio Tinto
International Packers Limited	Lybrand, Ross Bro & Montgomery	Johnson & Johnson International	Heine Securities Corporation	Ryder System, Inc. SABMiller
International Paper Company	Maestro International Industries Inc.	S. C. Johnson & Son, Inc.	Hoechst Celanese Corporation	Sancor Seguros SC Johnson & Son Scotiabank
International Telephone & Telegraph Corporation	3M Company	Kaiser Engineers	Honeywell Inc.	Sempra Energy International Shearman & Sterling LLP Shell
International Textbook Company	Manufacturers Hanover Trust Company	Kellogg International	IBM Corporation	Simpson Thacher & Bartlett LLP Smartmatic
The Interpublic Group of Companies	Marcona Corporation	Kennecott Corporation	ITT Corporation	Societe Generale Corporate Investment Banking
Johnson & Johnson International	Marsh & McLennan International	King Ranch, Inc.	International Finance Holdings Corp.	Sojitz Corporation of America S&P Global Ratings
Johnson & Higgins	Merck, Sharp & Dohme International	Koppers Company, Inc.	JP Morgan & Company	Starwood Hotels & Resorts Worldwide, Inc.
S.C. Johnson & Son	Mobil Oil Corporation	Kraft International	Johnson & Higgins	Sudameris Bank Sullivan & Cromwell LLP
Kaiser Industries Corporation	Model, Roland & Co., Inc.	Lehman Brothers	Johnson & Johnson	Sumitomo Mitsui Banking Corporation Techint Inc.
Kellogg Company	Monsanto Company	Kuhn Loeb Inc.	Joseph E. Seagram & Sons, Inc.	Telefónica, S.A.
Kennecott Copper Corporation	Moore-McCormack Lines	Liquid Carbonic Corporation	KPMG Peat Marwick	Television Association of Programmers Latin America
Kimberly-Clark Corporation	Morgan Guaranty Trust Company of New York	Arthur D. Little, Inc.	Kansas City Southern Industries, Inc.	Temasek
King Ranch	The National Cash Register Company	Lone Star Industries, Inc.	Kaye, Scholar, Freeman, Hays & Handler	The Estée Lauder Companies Inc. Time Warner/Turner
Koppers Company	North American Rockwell Corporation	The Lummus Company	Kelley Drye & Warren	TPCG Valores Tres Mares Group Twitter
Kraft Foods	The Northern Trust Company	3M Company Mallinckrodt, Inc.	Kidder, Peabody & Company Kissinger Associates, Inc.	UBS
Kuhn, Loeb & Company	Norton Company	Manufacturers Hanover Trust Company	Knight-Ridder, Inc.	UniCredit Group Union Group UPS
Lehman Brothers	Otis Elevator Company	Marine Midland Bank—New York	Kone Eevators Americas Korn/Ferry International	Viacom
Arthur D. Little	Owens-Illinois, Inc.	Marsh & McLennan Companies	Lac Minerals Ltd.	Visa International VR Capital Group
Loeb, Rhoades & Company	Pacific Car and Foundry Co.	McGraw-Hill, Inc.	The Laredo National Bank Lazard Freres & Co.	Wal-Mart Stores, Inc.
Lone Star Cement Corporation	Pan American Life Insurance Company	Davy McKee Corporation	Lehman Brothers	The Western Union Company
Lumbermens Mutual Casualty Company	Pan American World Airways	Mellon Bank, N. A.	Leucadia National Corporation Liquid Carbonic International Lombard & Co., Inc.	White & Case LLP. YPF
Lybrand, Ross Bros. & Montgomery	Peat, Marwick, Mitchell & Company	Merck Sharp & Dohme International	MG Emerging Markets	
3M Company	PepsiCo	Mobil Oil Corporation	MTB Bank Maidenform, Inc.	
Manufacturers Hanover Trust Company	Pfizer International	Monsanto Company	Manchester Trade Ltd.	
Marcona Corporation	Phelps Dodge International Corporation	Morgan Guaranty Trust Company of New York	Marsh & McLennan, Incorporated	
Marsh & McLennan International	Philip Morris International	MortonNorwich	Mary Kay Cosmetics, Inc.	
The Merchants National Bank of Mobile	PPG Industries, Inc.	NCR Corp.	Maxus Energy Corporation	
Merck Sharp & Dohme International	Price Paper Corporation	Nabisco, Inc.	Mayer, Brown & Platt	
Mobil Oil Corporation	Price Waterhouse & Co.	National Distillers and Chemical Corporation	McCann-Erickson Worldwide	
Monsanto Company	The Quaker Oats Company	The Northern Trust Company	McDonald's Corporation	
Moore-McCormack Lines	RCA Corporation	Occidental Petroleum Corporation	The Mead Corporation	
Morgan Guaranty Trust Company of New York	Ralston Purina Company	Olin Corporation	Mellon Bank, NO.	
Morton International	The Reader's Digest	Otis Elevator Company	Merck & Co., Inc.	
The National Cash Register Company	Rheem Manufacturing Company		Merrill Lynch & Co., Inc.	

MEMBROS CORPORATIVOS

North American Rockwell Corporation	Richardson-Merrell	Owens-Corning Fiberglas Corporation	The Milstein Group
North American Utility Construction Corporation	Roberts and Holland	Owens-Illinois, Inc.	Mobil Oil Corporation
The Northern Trust Company	Rohm and Haas Company	PPG Industries, Inc.	Mocatta Metals Corporation
Norton Company	Schering Corporation	Pacific Lighting Corporation	Monsanto Company
Otis Elevator Company	Joseph E. Seagram & Sons, Inc.	Pan-American Life Insurance Company	Morgan Stanley & Company
Owens-Illinois	Sears Roebuck & Company	Peat, Marwick, Mitchell & Co.	Motorola, Inc.
PPG Industries International S.A.	Smith Kline & French Overseas Company	Pennwalt Corporation	Multifoods
Pan American Life Insurance Company	Southeast Bancorporation, Inc.	PepsiCo, Inc.	Newsweek International
Pan American World Airways	Southern Peru Copper Corporation	Pfizer International Inc.	Northern Telecom (CALA) Corporation
Peat, Marwick, Mitchell & Company	E. R. Squibb & Sons, Inc.	Phelps Dodge International Corp.	Occidental International Exploration & Production Company
PepsiCo	St. Joe Minerals Corporation	Philip Morris International	Oppenheimer & Co., Inc.
Pfizer International	Standard Fruit and Steamship Company	The Pillsbury Company	Oryx Energy Company
Phelps Dodge International Corporation	Standard Oil Company of California	Polaroid Corporation	Otis Elevator Company
Philip Morris International	Standard Oil Company (N.J.)	Price Waterhouse & Co.	Owens-Illinois Packaging Group
Joshua B. Powers	Sterling Products International	Pullman Incorporated	PaingWebber Group Inc.
Price Waterhouse & Company	Techint Incorporated	The Quaker Oats Company	Pan-American Life
Puerto Rican Cement Company	Texaco	Ray-O-Vac Corporation	Pan American Satellite
The Quaker Oats Company	Texas Gulf Sulphur Company	Revlon International Corporation	Paul, Hastings, Janofsky & Walker
RCA Corporation	J. Walter Thompson Company	Rheem International Inc.	Paul Weiss Rifkind Wharton & Garrison
Ralston Purina Company	Time, Inc.	Richardson-Merrell Inc.	Pecten International Company
The Reader's Digest	The Times of the Americas	Roberts & Holland	Pepsi-Cola International
Republic Steel Corporation	Union Carbide International Co.	Rockwell International	Pfizer, Inc.
Rexach Construction Company	Union Oil Company of California	Sifco Industries, Inc.	Phelps Dodge International Corp.
Rheem Manufacturing Company	United Brands Company nUSM Corporation	St. Joe Minerals Corporation	Philip Morris International Inc.
Richardson-Merrell	Upjohn International Inc.	St. Regis Paper Company	Phillips Petroleum Company Pitman-Moore, Inc.
Roberts and Holland	U.S. Steel Corporation	Salomon Brothers	The Port of New Orleans
Rohm and Haas Company	Vision	Scallop Corporation	Price Waterhouse
Ruder & Finn	Warner-Lambert International	Schering-Plough Corporation	The Procter & Gamble Company
St. Joseph Lead Company	Wells Fargo Bank	J. Henry Schroder Bank & Trust Company	Prudential Securities Incorporated
Schering Corporation	Westinghouse Electric International Company	Joseph E. Seagram & Sons, Inc.	Quaker Fabric Corporation
Joseph E. Seagram & Sons	Whirlpool Corporation	G. D. Searle International Co.	Quantum Chemical Corporation
Sears Roebuck & Company	Whitney National Bank of New Orleans	Sears, Roebuck and Co.	RJR Nabisco, Inc.
Sinclair Oil Corporation	Xerox Corporation	Security Pacific National Bank	R.R. Donnelley & Sons Company
The Singer Company	Arthur Young & Company	The Sherwin-Williams Company	Reader's Digest Association, Inc.
Smith Kline & French Overseas Company	Young & Rubicam, Inc.	The Singer Company	Reynolds International, Inc.
Southern Peru Copper Corporation		Skidmore, Owings & Merrill	Rockwell Rogers & Wells
Sperry Rand Corporation		Smith Kline & French Overseas Co.	S.G. Warburg & Co. Inc.
Squibb Beech-Nut International		Southeast First National Bank of Miami	Salomon Brothers Inc
Standard Oil Company of California		Southern Peru Copper Corp.	Schering-Plough Corporation
Standard Oil Company (N.J.)		E. R. Squibb & Sons, Inc.	Scudder, Stevens & Clark, Inc.
C.V. Starr		Standard Oil Company of California	Shearman & Sterling
Stauffer Chemical Company		Standard Oil Company (Indiana)	Shell Oil Company
Sterling Products International		The Stanley Works	Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom
Sun Oil Company		Stauffer Chemical Company	Smith Barney Shearson Smith New Court

MEMBROS CORPORATIVOS

Texaco		Sterling Drug International Group	SmithKline Beecham, PLC
Texas Gulf Sulphur Company		Sun Company	Smurfit Latin America
J. Walter Thompson Company		TRW Inc.	Southern Peru Copper Corporation
Time		Techint, Incorporated	Southwestern Bell Corporation Steptoe & Johnson
The Times of the Americas		Tesoro Petroleum Corporation	Sterling Winthrop Consumer Health Group
Union Carbide Corporation		Texaco Inc.	Sullivan & Cromwell TRW Inc.
Union Oil Company of California		Texas Instruments Incorporated	Techint, Inc.
United Fruit Company		J. Walter Thompson Company	Texaco Inc.
United Shoe Machinery Corporation		Touche Ross International	3M Company
U.S. Steel Corporation		Union Carbide Pan America, Inc.	Travieso, Evans, Hughes, Arria, Rengel & Paz
Vision		United Brands Company	Trust Company of the West
Warner-Lambert International		Warner-Lambert International	U S WEST International, Inc.
Wells Fargo Bank		Wells Fargo Bank, N. A.	Union Camp Corporation
Westinghouse Electric International Company		Westinghouse Electric Corporation	Union Carbide, Inc.
Whirlpool Corporation		Westvaco	Union Texas Petroleum
White Weld & Company		Whitney National Bank of New Orleans	United Air Lincs, Inc.
Whitney National Bank of New Orleans		Xerox Corporation	Unocal Corporation
Xerox Corporation		Arthur Young & Company	Viacom International Inc.
Arthur Young & Company		Young & Rubicam Inc.	Vista Chemical Company
<b>MEMBROS ORGANIZACIONAIS</b>	<b>MEMBROS ORGANIZACIONAIS</b>	<b>MEMBROS ORGANIZACIONAIS</b>	W.R. Grace & Co.
Chamber of Commerce of the United States	Chamber of Commerce of the United States	Center for Inter-American Relations	Wang Laboratories
Cicyp Concerro Interamericano de Comercio y Production	Cicyp	Chamber of Commerce of the United States	Warner-Lambert Company
Committee for Economic Development	Committee for Economic Development	Cleveland World Trade Association	Wasserstein Perella & Go.International
National Association of Manufacturers	The Conference Board, Inc.	Committee for Economic Development	Waste Management, Inc.
National Foreign Trade Council	National Association of Manufacturers	The Conference Board, Inc.	Westvaco Corporation
National Industrial Conference Board	National Foreign Trade Council	Foreign Trade Association of Southern California	Whirlpool Corporation White & Case
New York Stock Exchange	Pan American Society of the United States	Inter-American Bar Association	Xerox Corporation Young & Rubicam Inc
Pan American Society of the United States	Port of New York Authority	Inter-American Commercial	
United States Council of the International Chamber of Commerce	United States Council of the International Chamber of Commerce	Arbitration Commission	
		Inter American Council of Commerce and Production (Cicyp)	
		International Business Council (Chicago)	
		International Center (Coral Gables)	
		International Executive Service Corps	
		International Management and Development Institute	
		International Trade Mart (New Orleans)	
		National Association of Manufacturers	
		National Foreign Trade Council, Inc.	
		Pan American Development Foundation	
		The Pan American Society of New England	
		The Pan American Society of San Francisco	

MEMBROS CORPORATIVOS

		The Pan American Society of the United States		
		Pharmaceutical Manufacturers Association		
		The Port Authority of New York & New Jersey		
		United Nations Association of the United States of America		
<p><b>FONTE: DREIFUSS, René Armand. <i>A internacional capitalista</i> . Estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987 Apêndices, pp. 477-479.</b></p>	<p><b>FONTE: DREIFUSS, René Armand. <i>A internacional capitalista</i> . Estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987 Apêndices, pp. 479-481.</b></p>	<p><b>FONTE: DREIFUSS, René Armand. <i>A internacional capitalista</i> . Estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987 Apêndices, pp. 488-496.</b></p>	<p><i>Annual report of the Council of the Americas</i> , 1994. Documento adquirido na The University of Texas at Austin, Fundo Benson Latin America Collection.</p>	<p><b>FONTE: Americas Society /Council of the Americas. Site oficial, disponível em &lt;<a href="https://www.as-coa.org/">https://www.as-coa.org/</a>&gt;. Acessado em 10.01.2017.</b></p>

APÊNDICE F – Equipe editorial da Americas Quarterly em 2019

AMERICAS QUARTELY EQUIPE EDITORIAL 2019	
NOME	MINI BIO
Brian Winter	É editor-chefe do Americas Quarterly e vice-presidente para políticas da Americas Society / Council of the Americas. Autor, analista e palestrante. Brian passou uma década vivendo na América Latina como jornalista da Reuters, com sede em São Paulo, Buenos Aires e Cidade do México. Desde 2015, ele mora na cidade de Nova York, supervisionando o crescimento do Americas Quarterly, triplicando seus leitores on-line. Brian também é autor ou co-autor de quatro livros, incluindo Why Soccer Matters, um best-seller do New York Times que escreveu com a lenda do futebol brasileiro Pelé; O Presidente Acidental do Brasil, em co-autoria com o Presidente Fernando Henrique Cardoso; Sem Causas Perdidas, com o Presidente Álvaro Uribe; e Long After Midnight, um livro de memórias sobre seu tempo na Argentina. Brian é presença regular na TV, rádio e mídia impressa, da NPR e CNN em Espanhol à Folha de S.Paulo e The Wall Street Journal.
Cecilia Tornaghi	É gerente editorial do Americas Quarterly. Jornalista brasileiro-americana, ela cobre a América Latina nos últimos 20 anos com foco em política, negócios e economia. Cecilia passou 13 anos na Bloomberg, começando como repórter da Nasdaq, depois como âncora, editora de notícias, vice gerente editorial da Bloomberg Brasil TV e, por último, como correspondente da América Latina da Bloomberg TV entrevistando chefes de estado, membros de gabinete e executivos de executivos da em toda a região. Cecilia deixou a Bloomberg para ajudar a construir uma plataforma de notícias dedicada à cobertura de mercados emergentes em uma grande corporação que coordena a cobertura de negócios e interesses humanos sobre a América Latina para um público global. Antes da AQ, ela também foi gerente editorial da LatinFinance. Antes de sua carreira no jornalismo, Cecilia dirigia uma companhia de teatro no Brasil dedicada a temas educacionais para jovens e um programa de relações com a mídia especializado em artes cênicas. Cecilia participou do programa de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, possui bacharelado em jornalismo pela Excelsior College, com sede nos EUA, e um diploma de pós-graduação em Desenvolvimento Internacional pela London School of Economics.
Donald Partyka	É diretor de criação do Americas Quarterly, que ajudou a lançar em 2007. Ele projetou e consultou em várias revistas, incluindo Línguafranca, Poets & Writers e Revista Perspectiva. Donald se formou na Escola de Design e Cooper Union de Rhode Island e atualmente leciona no City College de Nova York. Seu trabalho no Americas Quarterly foi reconhecido pela América Latina Fotografia, American Illustration e The Society of Publication Designers.
Roberto Simon	É o editor de política da Americas Quarterly e o diretor sênior para políticas da Americas Society / Council of the Americas. Ele é especialista em risco político e análise de políticas para a América Latina e também supervisiona o Grupo de Trabalho Anticorrupção da AS / COA. Anteriormente, Roberto atuou como analista líder da América Latina na prática de Inteligência Geopolítica da FTI Consulting, assessorando empresas globais nos principais desafios políticos, econômicos e políticos da região. Ele também trabalhou por quase 10 anos como jornalista no Estado de S. Paulo, cobrindo crises políticas, eleições, desastres naturais e conflitos na América Latina e no Oriente Médio. Ele foi bolsista de políticas públicas no Wilson Center em Washington, DC e atualmente está trabalhando em um livro sobre o envolvimento do Brasil no golpe de 1973 no Chile. Roberto escreveu para os principais meios de comunicação das Américas, incluindo Foreign Affairs.com, Folha e Estado (Brasil) e El Faro (El Salvador), e seus comentários foram publicados no Financial Times, no Wall Street Journal, na Globo e em outros lugares. Roberto possui mestrado em política pública pela Harvard Kennedy School of Government, onde foi sócio de Jorge Paulo Lemann e mestrado em relações internacionais pela Universidade do Estado de São Paulo (UNESP).
Benjamin Russel	É editor sênior e correspondente na Cidade do México para o Americas Quarterly. Ele trabalhou em políticas públicas, comunicações sem fins lucrativos e desenvolvimento internacional nos EUA e na América Latina, inclusive no setor de microfinanças na Colômbia. Ele recebeu um M.A. em Assuntos Internacionais pela Universidade George Washington.

Brendan O' Boyle	É editor sênior do Americas Quarterly, onde escreve sobre política latino-americana, produz o Americas Quarterly Podcast e gerencia a presença na mídia social da publicação. Desde que ingressou na AQ, quando foi relançado em 2015, ele relatou tudo, desde os esforços de reforma de Mauricio Macri na Argentina e políticas anti-LGBT na Colômbia até ativismo estudantil no Chile e renovação urbana em Ciudad Juárez, México. Brendan foi destacado como especialista em questões latino-americanas em vários pontos de venda, incluindo The Washington Post, Televisa e El País. Natural da Carolina do Norte e formado pela UNC-Chapel Hill, Brendan também viveu na Argentina, Equador e Quênia.
Mariana Reina	É gerente de negócios e produção do Americas Quarterly. Ao longo de sua carreira, trabalhou nos setores público, privado e sem fins lucrativos. Antes de ingressar na AQ, foi chefe de assuntos internacionais em um instituto autônomo do Ministério da Educação do México, onde administrou um programa internacional de educação para migrantes latino-americanos nos EUA, com mais de 24.000 beneficiários. Ela também foi consultora da PwC e colaborou com várias organizações sem fins lucrativos para aumentar o impacto de sua programação. Mariana é mestre em políticas públicas pela Harvard Kennedy School of Government e em economia pelo Instituto Tecnológico de Monterrey.
Emilie Sweigart	É editora do Americas Quarterly e pesquisadora do Grupo de Trabalho Anticorrupção da Sociedade das Américas / Conselho das Américas. Ela escreveu para a AQ sobre corrupção, política de segurança e relações China-América Latina. Antes de ingressar na AQ, Emilie foi editora colaboradora da Southern Pulse - Networked Intelligence. Ela viveu no Chile e na Espanha e obteve um diploma de bacharel em Direito, em Relações Internacionais e Espanhol pela Tufts University e Mestrado em Estudos Regionais da América Latina e Caribe pela Columbia University.
Nikita Kataev	É o diretor de arte assistente do Americas Quarterly. Ele trabalhou em vários projetos freelancers em design de impressão, branding e design de informações. Nikita ganhou seu B.A. em Design Digital pela City College de Nova York e em História pela Saint Petersburg State University, Rússia.
Katie Hopkins	É estagiária do Americas Quarterly, onde auxilia na produção e design de som do podcast do Americas Quarterly. Antes de ingressar na AQ, Katie produziu podcasts no Programa Latino-Americano do Wilson Center, trabalhando em estreita colaboração com o Projeto Argentina. Ela também trabalhou no Bureau de Assuntos do Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado dos EUA, com foco no Cone Sul. Katie recebeu seu B.A. em Relações Internacionais pela Universidade George Washington. Enquanto cursava a GW, Katie passou algum tempo estudando em Buenos Aires, Argentina.
Leonie Rauls	É estagiária no Americas Quarterly e estagiária de políticas do Grupo de Trabalho Anticorrupção da Sociedade das Américas / Conselho das Américas. Antes de ingressar na AQ, ela viveu e trabalhou na Colômbia no International Crisis Group pesquisando prevenção de conflitos. Ela também trabalhou no Diálogo Interamericano em Washington D.C. e obteve um diploma de B.A. em Ciência Política e Espanhol pelo Amherst College.

FONTE: Americas Quartely. Site disponível em <<https://www.americasquarterly.org/about>>. Acessado 14.03.20

APÊNDICE G – Conselho editorial da Americas Quarterly em 2019

CONSELHO EDITORIAL AMERICAS QUARTELY 2019		
NOME	MINI OBIO	FONTE
John Coatsworth	Historiador formado na Universidade de Wisconsin-Madison, é especialista em economia latino-americana e história internacional, foi professor da Universidade de Chicago (1969-1992), da Universidade de Harvard (1992-2007), onde fundou e tornou-se diretor do Centro David Rockefeller de Harvard para estudos sobre América Latina. Lecionou em algumas Universidades estrangeiras, em destaque, a Universidade Autónoma do México e a Universidade Nacional de Buenos Aires. Assumiu como reitor da Universidade de Columbia em 2007 e, simultaneamente, atuou como reitor interino da Estolas de Relações Públicas da Columbia a partir de 2011.	Fonte: <a href="https://sipa.columbia.edu/faculty-research/faculty-directory/john-coatsworth">https://sipa.columbia.edu/faculty-research/faculty-directory/john-coatsworth</a> . Acessado em 19 de janeiro de 2020.
Javier Corrales	Doutorou-se em ciência política na Universidade de Harvard, em 1996, atualmente é professor de ciência política do “Amherst College”, mas já atuou em diversas Universidades estrangeiras, como no Centro de Pesquisas da América-Latina da Universidade de Amsterdam, do Instituto de Altos Estudos em Administração em Caracas, da Escola de Governança da Universidade dos Andes em Bogotá e na Universidade de Salamanca. Em 2000, ele se tornou um dos mais jovens estudiosos a ser selecionado como bolsista no Centro Internacional para Estudiosos Woodrow Wilson em Washington. Em 2009 foi estudante do Centro David Rockefeller de Harvard para estudos sobre América Latina, no ano seguinte foi presidente do Conselho de “New England” de estudos latino-americanos da Universidade de Connecticut e co-presidente do Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos (LASA). Além de ser membro do corpo editorial e autor de diversos artigos da Americas Quartely, compõe o corpo editorial de diversas outras revistas, tais como <i>Latin American Politics and Society</i> , <i>Political Science Quarterly</i> , <i>the European Review of Latin America and the Caribbean</i> . Foi co-autor do livro <i>Dragon in the Tropics: Venezuela and the Legacy of Hugo Chávez</i> , publicado em 2015. Em sua biografia também consta que foi consultor do Banco Mundial, das Nações Unidas, do Centro de Desenvolvimento Global, Freedom House e a Academia Americana de Artes e Ciências.	Fonte: <a href="https://www.amherst.edu/users/C/jcorrales/aboutme">https://www.amherst.edu/users/C/jcorrales/aboutme</a> ; <a href="https://www.americasquarterly.org/node/488">https://www.americasquarterly.org/node/488</a> . Acessado em 19 de fevereiro de 2020.
Andrew Cummins	Advogado norte-americano, formado pela Universidade da Califórnia em 1988 e com um MBA na Universidade de Harvard, Cummins se especializou na estratégia corporativa e concluiu um estudo de campo focado na América do Sul para o professor Michael E. Porter. Entre 1988 e 1990, foi acionista na JMB Realty Corporation, atuando em transações de investimentos no mercado financeiro, principalmente no especialista em ativos imobiliários ( <i>real estate private equity</i> ). No período de 1992 a 1995, Andrew H. Cummins foi assessor e analista de investimento no Chile, Peru e Argentina para a Ashomere EMM, uma emergente companhia de gerenciamento de ativos focada em ações com sede em Washington. Ele é fundador e chefe do escritório de investimentos da “Explorador Capital Management, LLC”, uma empresa de gerenciamento de investimentos financeiros que possui escritórios em Nova York, São Paulo e Buenos Aires. Desde que fundou, em 1996, a Explorador concentra-se em procurar investimentos em ações nas principais bolsas da América Latina. Atualmente, segundo dados da própria empresa, a Explorador administra um capital de 250 milhões de dólares proveniente de famílias investidoras dos Estados Unidos e da Europa. Ele também atuou em diversos conselhos de empresas de capital aberto no Brasil e no Chile.	Fonte: <a href="https://www.wilsoncenter.org/person/andrew-h-cummins">https://www.wilsoncenter.org/person/andrew-h-cummins</a> . Acessado em 17 de janeiro de 2020.

Monica Baumgarten de Bolle.	Mora em Washington, DC, é Senior Fellow do Peterson Institute for International Economics, além de Professora da Johns Hopkins University. Foi Diretora do IEPE - Casa das Garças, sócia-diretora da Galanto MBB Consultoria, e professora da PUC-Rio. Monica também foi economista do Fundo Monetário Internacional (FMI). É PhD em economia pela London School of Economics and Political Science. É membro do Instituto Millenium, e escreve para diversos jornais e revistas.	Instituto Millenium. Disponível em < <a href="https://www.institutomillennium.org.br/author/monica-baumgarten-de-bolle/">https://www.institutomillennium.org.br/author/monica-baumgarten-de-bolle/</a> >. Acessado em 20.01.20.
Daniela de Rogatis.	Paulista, pedagoga formada pela PUC-SP, é especialista em educação pela Universidade Harvard. Atualmente é especialista em educação familiar para famílias de elite. Daniela de Rogatis é co-fundadora e “parceira administrativa” da Rogatis Ltd., a primeira empresa de gestão de legados familiares do Brasil. Segundo seu perfil no LinkedIn, a empresa criada por Rogatis auxilia famílias ricas a construir “bases para sua perpetuação e desenvolver seu impacto econômico no Brasil por meio de seus membros”. Rogatis Ltd. também lidera A cadeira de ensino da <i>Sonhos Possíveis &amp; Ideais de Transformação</i> , iniciativa educacional do presidente Fernando Henrique Cardoso, “preparando a jovem geração de líderes brasileiros”, conforme eles próprios. Em 2017, ela foi premiada como “Professora de Elevação de Talentos” do “Fórum Mundial da Mulher”. Daniela também faz parte da iniciativa <i>Harvard Project Zero</i> no projeto <i>Future of Learning</i> .	Fonte: <a href="https://br.linkedin.com/in/daniela-de-rogatis-3260b9b">https://br.linkedin.com/in/daniela-de-rogatis-3260b9b</a> . Acessado em 04 de março de 2020.
Pati Jinich	Mexicana, premiada chefe de cozinha, estudou ciência política em 1995 no Instituto Tecnológico Autónomo do México, estudos latino-americanos na Universidade de Georgetown, em 2004 e na <i>L'Academie de Cuisine</i> em Maryland, no ano de 2006. Atualmente ela é apresentadora de uma série de TV norte-americana intitulada “Pati’s Mexican Table”.	
Ricardo Lagos	Advogado, economista e político chileno, formado pela Universidade do Chile, estudou também na Universidade de Duke (na Carolina do Norte, nos Estados Unidos) e pelo Instituto Nacional General José Miguel Carrera, Lagos ingressou no Partido Socialista Chileno na década de 1970 e foi designado embaixador em Moscou pelo presidente Salvador Allende em 1972. Ele foi diretor do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, da ONU, o que lhe permitiu escapar da repressão e se exilar com sua família em Buenos Aires, onde trabalhou como professor na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Ele também foi professor visitante na Universidade da Carolina do Norte e consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1975. Lagos retorna ao Chile em 1978, e logo se torna líder do Partido Socialista (PS), para cujo comitê executivo foi eleito em 1982. Também foi Presidente da Aliança Democrática (1983-1984). Em 1987, foi um dos fundadores do Partido para a Democracia (PPD).	
Richard Lapper	Formado em sociologia pela Universidade de Liverpool, em 1978, é um jornalista de carreira, especializado em América Latina e consultor independente na temática. Iniciou sua carreira como jornalista do jornal <i>Latin American Newsletter</i> com sede em Londres na década de 1980, cobrindo principalmente a América Central. Foi jornalista do jornal <i>Financial Times</i> entre 1990 a 2015. Nesse período chefiou o escritório do <i>Financial</i> na África do Sul (1998-2008), o serviço de pesquisa e investimento do jornal (2010-2015) e todo o serviço de pesquisa de “mercados emergentes” (2014-2015). No <i>Financial</i> , foi editor de mercado de capitais (1994-1997) e de notícias financeiras (1997-1998). Atualmente é jornalista independente, membro da prestigiada <i>Chatham House</i> de Relações Internacionais, sediado em Londres. Segundo seu perfil no <i>King’s College</i> , Lapper está escrevendo um livro que analisa “a ascensão do populismo de direita no Brasil”, a ser lançado pela Manchester University Press em 2020. O livro consta como título provisório “Carne, balas e Bíblia: Brasil na era de Bolsonaro”.	Fonte: <a href="https://www.kcl.ac.uk/people/richard-lapper/">https://www.kcl.ac.uk/people/richard-lapper/</a> ; <a href="https://www.americasquarterly.org/node/385">https://www.americasquarterly.org/node/385</a> ; <a href="https://www.chathamhouse.org/expert/richard-lapper">https://www.chathamhouse.org/expert/richard-lapper</a> . Acessado em 19 de janeiro de 2020.

Stephanie Leutert	<p>Formada em Relações Públicas pela Universidade do Texas em Austin, Leutert é atualmente diretora da Iniciativa de Segurança do México no Centro Robert S. Strauss de Segurança Internacional e Direito, uma instituição ligada à sua Universidade. Entre os anos de 2013 a 2019 pesquisou sobre migração de segurança máxima na América Central e as relações entre Estados Unidos e México. Ela é escritora principal de "Beyond the Border" no <i>Lawfare Blog</i> – dedicado a temas sobre segurança nacional nos Estados Unidos, mantido pela Instituto Lawfare em cooperação com o Instituto Brookings. Foi professora de política pública, na LBJ School for Public Affairs, sobretudo na temática dos desafios migratórios do México. Antes de seu trabalho no Centro Strauss, Stephanie realizou pesquisas como bolsista do Fundo Mundial da Coca Cola, em 2015, onde pesquisou o desenvolvimento da indústria automotiva do México. Anteriormente, trabalhou por três anos como pesquisadora associada no programa de Estudos do CFR, onde se concentrou em questões emergentes de segurança, imigração, economia e energia na região, com foco particular no México. Nesse período ela também foi a pesquisadora da Força-Tarefa CFR na América do Norte, que, entre outros assuntos, se concentrou na cooperação bilateral e trilateral em segurança. Stephanie também conduziu pesquisas de campo sobre tortura de guerra no norte de Uganda, a política de refugiados do Equador e a indústria aeroespacial do México. Ela escreve para a periódicos e jornais, tais como o <i>Foreign Policy</i>, o <i>Dallas Morning News</i>, o <i>Harvard National Security Journal</i>, o <i>Princeton Journal of Public and International Affairs</i>, além da <i>Americas Quarterly</i>, e publicou uma série de matérias para o <i>Lawfare Blog</i> enquanto trabalhava como assistente legislativa no parlamento ucraniano. Atualmente é mestranda de Artes na Universidade de Yale.</p>	<p>Fonte: <a href="https://lbj.utexas.edu/leutert-stephanie/">https://lbj.utexas.edu/leutert-stephanie/</a>; <a href="https://www.linkedin.com/in/stephanie-leutert-3775a62b">https://www.linkedin.com/in/stephanie-leutert-3775a62b</a>. Acessado em 18 de janeiro de 2020.</p>
Silvina Moschini	<p>Argentina, formada em relações públicas pela “<i>Universidad Argentina de la Empresa</i>”, em Buenos Aires, e em marketing pela Universidade de Nova York. Possui também um mestrado em Relações Públicas na Universidade de Houston e pós-graduação em Gestão e Comunicações em rede social na Universidade de Letras e Comunicação Libera-Universidade Comercial Luigi Bocconi, em Milão. Liderou o departamento de Relações Públicas da empresa Compaq (atualmente comprada pela Hewlett-Packard), no período de 1999 a 2001, ocupando cargos na patagon.com do Centro Hispano do Grupo Santander. Entre 2002 a 2003 foi vice-presidente de comunicações corporativas da Visa, saiu para fundar sua própria empresa. Moschini auto-intitula-se como “uma empreendedora em série premiada em vários idiomas, palestrante internacional e autora de livros e artigos de opinião publicados em mais de 140 mídias ao redor do mundo”. É co-fundadora do “<i>Transparent Business</i>”, uma plataforma para gerenciar e monitorar força de trabalho remotamente e também da <i>SheWorks</i>, outra plataforma do gênero, mas voltada para as mulheres. Silvina Moschini foi a única “empreendedora” convocada para o W20 Argentina, o grupo de afinidade do G20 focado no “crescimento econômico das mulheres”. Ela foi convidada a participar da <i>Global Entrepreneurship Summit 2019</i>; e liderou o painel de inovação na Cúpula dos Presidentes das Américas, um evento que reúne os principais CEOs e chefes de estado do mundo. Ela é colunista da CNN em espanhol, faz parte da agenda de colaboradores do Fórum Econômico Mundial e participa em veículos de mídia como CNBC, CCTV e Forbes. Silvina é uma empreendedora da <i>Endeavor.org</i> e “mentora de mulheres empreendedoras” em projetos como <i>Vital Voices</i>, <i>500 startups</i>, <i>Google Launchpad</i> e o <i>Google AI Impact Challenge</i>. Ele faz parte do conselho consultivo da <i>New World Symphony</i> em Miami, da <i>Dalia Empower</i> e da <i>Fundación Flor</i>.</p>	<p>Fontes: <a href="http://www.silvinamoschini.com/es/about.html">http://www.silvinamoschini.com/es/about.html</a>; <a href="https://www.linkedin.com/in/smoschini">https://www.linkedin.com/in/smoschini</a>. Acessado em 2 de março de 2020.</p>

Valeria Moy	Mexicana, formada em economia pelo Instituto Tecnológico Autónomo do México, onde se tornou professora de economia, é também pós-graduada pela <i>London School of Economics</i> . Voy trabalhou no setor regulatório mexicano, na área de regulação bancária e de valores mobiliários e foi tesoureira do Grupo Nacional Provincial, a maior companhia de seguros do México. Ela trabalhou como pesquisadora na Escola Universitária de Negócios de Harvard. Desde 2001 e colaborou como articulista em diversas publicações do <i>Foreign Affairs Latin America</i> , vários jornais e redes sociais. É colunista semanal do <i>El Financiero</i> com questões econômicas. Atualmente, ela é diretora do <i>think tank</i> mexicano <i>Cómo Vamos?</i> .	Fonte: <a href="https://mx.linkedin.com/in/valeria-moy-00754654">https://mx.linkedin.com/in/valeria-moy-00754654</a> ; <a href="https://mexicocomovamos.mx/?s=contenido&amp;id=372">https://mexicocomovamos.mx/?s=contenido&amp;id=372</a> . Acessado em 29 de janeiro de 2020.
Moisés Naím	Moisés Naim (1952-) é escritor e colunista venezuelano de origem judia, membro do <i>Carnegie Endowment for International Peace</i> ; foi editor da revista <i>Foreign Policy</i> durante 14 anos e desde 2011 dirige o programa Efecto Naím, programa semanal de televisão pela cadeia colombiana de televisão NTN24. Foi ministro de Fomento (Comercio e Indústria) sob a presidência de Carlos Andrés Pérez, ocupando o cargo entre 1989 e 1990; foi também diretor do Banco Central da Venezuela e diretor executivo do Banco Mundial. Entre 1979 e 1988 foi diretor do <i>Instituto de Estudios Superiores de Administración</i> (IESA), um precoce e conhecido <i>think tank</i> neoliberal na Venezuela.	
Patricio Navia	Chileno de origem peruana, formado em ciência política e sociais pela Universidade de Illinois em 1992, mestre em Ciência Política pela Universidade de Chicago e doutor pela Universidade Nova Iorque. É professor convidado da Universidade de Nova Iorque, é professor titular de Ciência Política da Universidade Diego Portales, no Chile. Também atua como colunista de diversos periódicos desde 1999, como a revista <i>Capital</i> , “La Tercera”, <i>Qué Pasa</i> , <i>PODER</i> , <i>El Líbero</i> e <i>InfoLatAm</i> . Participou de programas de televisão como “fins de semana com Connie e Maury” do MSNBC, na CNN em espanhol, de “Wall Street” (CNN), TVN da meia-noite, diversos programas da <i>Chilevision</i> “Telenoche” do canal 13 (Chile).	
Gray Newman	Formado em direito e economia pela Universidade de Virgínia e Faculdade de William e Marym respectivamente. Foi economista-chefe e diretor administrativo do Morgan Stanley – uma empresa global de serviços financeiros sediada em Nova Iorque –, onde era responsável por todas as pesquisas macroeconômicas latino-americanas até 2014. Antes de ingressar no Morgan Stanley em 2000, foi economista sênior da América Latina na Merrill Lynch – banco norte-americano de investimento e outros serviços financeiros. Antes disso, ele foi economista-chefe da América Latina no Hong Kong Shanghai Bank (HSBC), em Nova Iorque e economista sênior de interações Casa de Bolsa. Ele foi classificado como o economista da América Latina número 1 por onze das últimas treze pesquisas anuais realizadas pelo Institucional Investor. Atualmente é professor adjunto de Relações Públicas Internacionais da Escola Internacional de Relações Públicas da Colúmbia.	Fonte: <a href="https://sipa.columbia.edu/faculty-research/faculty-directory/gray-newman">https://sipa.columbia.edu/faculty-research/faculty-directory/gray-newman</a> . Acessado em 19 de janeiro de 2020.

Shannon O'Neil	Formada em 1992 em Estudos latino-americanos pela Universidade de Yale, é mestre em relações internacionais pela mesma Universidade e doutora em governança pela Universidade de Harvard, considerada especialista em América Latina, relações EUA-México, comércio global, corrupção, democracia e imigração. Foi bolsista da Fundação Fullbright e do programa de “Justiça, Bem-Estar e Economia” na Universidade de Harvard e, por um breve período, lecionou política latino-americana na Universidade de Columbia. Entre 1993 e 1997 foi analista especializada em América Latina da seguradora <i>Credit Lyonnais Securities</i> , do fundo de investimento <i>Indosuez Capital</i> . Atualmente é vice-presidente, vice-diretora e investigadora sênior do grupo de pesquisa em América Latina Nelson e David Rockefeller da CFR, membro do conselho de administração, desde 2015, da Rassini Sab de CV e da Fundação Tinker, um aparelho privado norte-americano fundado em 1959, que promove bolsas de pesquisa e financia projetos de “desenvolvimento social” na América Latina. O'Neil é o autora de “Duas Nações Indivisíveis: México, Estados Unidos” e <i>Road Ahead</i> publicados pela Oxford University Press em 2013. Participa constantemente em programas de rádio e notícias de transmissão norte-americanos além de assinar artigos e publicar comentários em periódicos como <i>Washington Post</i> , <i>Los Angeles Times</i> e <i>USA Today</i> , entre outros.	Fonte: <a href="https://www.linkedin.com/in/shannonkoneil">https://www.linkedin.com/in/shannonkoneil</a> ; <a href="https://www.cfr.org/expert/shannon-k-oneil">https://www.cfr.org/expert/shannon-k-oneil</a> . Acessado em 20 de janeiro de 2020.
Thomas Shannon	Norte-americano, formado pela College of William & Mary, é mestre e doutor em política pela Universidade de Oxford, concluído em 1983. Diplomata de carreira, ocupou o posto de Embaixador em embaixadas na Guatemala, África do Sul, Venezuela e Brasil. Foi também secretário adjunto do Hemisfério Ocidental no Departamento de Estado dos Estados Unidos entre 2002 e 2003, diretor sênior de Assuntos do Hemisfério Ocidental no Conselho de Segurança Nacional de 2003 a 2005. Recentemente atuou como Subsecretário de Estado para Assuntos Políticos, a terceira posição mais alta no Departamento de Estado dos Estados Unidos no governo Obama, entre os anos de 2011 a 2018. Durante seu mandato como subsecretário, foi responsável pela elaboração e implementação de políticas externas bilaterais e multilaterais e supervisionou a atividade diplomática globalmente e em nossas missões a organizações internacionais, gerenciou o Departamento de Estado durante a transição presidencial (Obama, Trump), conduziu conversações bilaterais e estratégicas com a Rússia. Antes de ser subsecretário foi Conselheiro do próprio Departamento de Estado, onde atuou como “solucionador de problemas” e enviado itinerante do Secretário de Estado. Liderou o apoio dos EUA nos processos de paz patrocinados pela ONU no Iêmen e no Sudão do Sul.	
Matías Spektor	Argentino, cresceu na Bahia e em Brasília. Formou-se em Relações Internacionais pela UnB em 1999, é mestre em Relações Internacionais pela mesma Universidade e doutor também em Relações Internacionais pela Universidade de Oxford, concluído no ano de 2007. Foi pesquisador visitante na Escola de Economia de Londres em 2009, no CFR em 2010 e no Centro Escolar Internacional Woodrow Wilson em 2012. Em 2013, ocupou a Cátedra Rio Branco de Relações Internacionais no <i>King's College</i> (Londres). Atualmente é professor associado da Escola de Relações Internacionais da FGV e colunista da Folha de São Paulo. Spektor é autor do livro "18 dias: quando Lula e FHC se uniram para conquistar o apoio de Bush", publicado em 2014, “Kissinger e o Brasil”, publicado em 2009 e “Azeredo da Silveira: um depoimento”, publicado em 2010. Publica ainda artigos em alguns periódicos como <i>Foreign Affairs</i> , <i>Journal of Democracy</i> , <i>Cold War History</i> e <i>The Nonproliferation Review</i> , <i>The New York Times</i> e <i>Financial Times</i> .	Fonte: <a href="https://br.linkedin.com/in/matias-spektor-4a5a7b107">https://br.linkedin.com/in/matias-spektor-4a5a7b107</a> ; <a href="https://ri.fgv.br/equipe/matias-spektor">https://ri.fgv.br/equipe/matias-spektor</a> . Acessado em 18 de janeiro de 2020.
Ilona Szabó	Ilona Szabó é uma cientista política brasileira especializada em segurança pública e política de drogas, dirige o Instituto Igarapé, think tank formado para influenciar políticas públicas de segurança em 2011; pesquisadora e co-roteirista do documentário “Quebrando o Tabu”.	

Eugene Zapata-Garesché	<p>Mexicano, formado em Relações Internacionais no ano de 1992 pela Universidade Autónoma do México, mestre em economia e estudos europeus pela Escola de Economia e Ciência Política de Londres, em 1993 e mestre em Desenvolvimento Internacional e cooperação pela Universidade de Paris I em 1996, seu currículo o apresenta como tendo “vasta experiência em cooperação cidade a cidade, descentralização e capacitação do governo local”. É diretor administrativo da América Latina, desde 2016, supervisionando o trabalho do <i>100 Resilient Cities</i> (100RC), um projeto da Fundação Rockefeller. Antes de ingressar no 100RC, ele foi consultor internacional da prefeitura da Cidade do México (2009-2016). Nesse cargo, chefiou o projeto AL-LAs, uma rede Europa-América Latina de cidades com objetivo de “profissionalizar seus negócios internacionais”. Em 2012 foi diretor regional latino-americano do Fundo Mundial para o Desenvolvimento das Cidades (FMDV, na sigla em francês) e também secretário da METROPOLIS, uma associação internacional das maiores cidades do mundo. Ele também trabalhou em uma ampla gama de missões internacionais como consultor privado para instituições como Comissão Europeia, Banco Mundial, <i>United Cities and Local Governments</i> (UCLG), UNESCO, Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (UNITAR), Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), entre outras. Em 2015, a República Francesa concedeu a Eugene Zapata o título de Cavaleiro da Ordem Nacional de Mérito, em reconhecimento à sua excelente carreira na “construção de pontes entre nações”.</p>	<p>Fonte: <a href="https://www.100resilientcities.org/">https://www.100resilientcities.org/</a>; <a href="https://mx.linkedin.com/in/eugenezapatagaresche">https://mx.linkedin.com/in/eugenezapatagaresche</a>. Acessado em 20 de janeiro de 2020.</p>
Ernesto Zedillo	<p>Mexicano, formado em economia pelo Instituto Politécnico Nacional do México, doutorou-se em economia pela Universidade de Yale como tema sobre a dívida externa mexicana. Foi presidente do México entre 1994 e 2000 pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), afiliado desde 1971. Antes de ser presidente exerceu diversos cargos públicos e partidários. Foi nomeado subsecretário de Controle Orçamentário e defendeu a aplicação de um plano rigoroso de combate à inflação. Nomeado Secretário de Educação no gabinete de Carlos Salinas de Gortari, ele deixou o cargo em 1994 para liderar a campanha do candidato presidencial do PRI, Luis Donaldo Colosio, morto em um ataque em 23 de março de 1994. Zedillo foi eleito novo Candidato presidencial pelo Comitê Executivo Nacional do PRI, e foi vitorioso por uma ampla margem na convocatória das eleições de agosto de 1994. Em sua gestão como presidente foi acusado por gestão fraudulenta ocorridos na FOBAPROA que é um fundo de contingência criado em 1990 pelo governo mexicano e pelo seu partido para tentar resolver os problemas de liquidez do sistema bancário mexicano. Em 2002 tornou-se diretor do Centro de Estudos sobre Globalização da Universidade de Yale, criado em 2001 e, atualmente, é administrador executivo de diversas empresas dos Estados Unidos como a Proctec and Gamble, Union Pacific. Participa ainda de alguns programas da ONU relacionados à países em desenvolvimento. É membro da AS/COA.</p>	<p>Fonte: Fonte: <a href="https://www.jornada.com.mx/2006/12/26/index.php?section=politica&amp;article=003n1pol">https://www.jornada.com.mx/2006/12/26/index.php?section=politica&amp;article=003n1pol</a> e <a href="https://www.biografiasyvidas.com/biografia/z/zedillo.htm">https://www.biografiasyvidas.com/biografia/z/zedillo.htm</a>. Acessado em 29 de janeiro de 2020.</p>

No Objection to Declassification in Full 2013/08/02 : LOC-HAK-460-5-7-8

## MEMORANDUM

## NATIONAL SECURITY COUNCIL

~~TOP SECRET/SENSITIVE~~

November 17, 1970

## MEMORANDUM FOR DR. KISSINGER

FROM: Richard T. Kennedy *RTK*  
 Arnold Nachmanoff *AN*

SUBJECT: SRG Meeting on Chile, November 18

This will be the first meeting to get our new policy moving. The NSDM which is the basis for the policy is at Tab. A 40-Committee on this subject is scheduled to follow the Senior Review Group meeting.

State has prepared a paper (Tab-State Paper) which outlines where we stand and some proposed actions. It also raises for decision (a) public statement, (b) congressional briefings, (c) a proposed message dealing with continued US military presence and assistance, and (d) a proposed position on continuation of Peace Corps.

We recommend that you ask Mr. Meyer (Chairman of the Ad Hoc Group) to briefly summarize where we are, what has been done and what he proposes.

We recommend that you then proceed through the agenda of the meeting covering the following major topics:

1. Diplomatic Steps
2. Economic Measures
3. Military Steps
4. Peace Corps
5. Public and Congressional Posture

Your talking points which follow proceed in this order. You will want to drive home the following points.

- a. We need a fully fleshed-out action program with all of the policy ramifications considered, and

~~TOP SECRET/SENSITIVE~~

No Objection to Declassification in Full 2013/08/02 : LOC-HAK-460-5-7-8

TOP SECRET/SENSITIVE - 2 -

- b. All steps must be cleared through the interagency mechanism (cables should be cleared by the White House).

1. Diplomatic Steps

*Chile + the OAS. Strategy*

- a. Approaches to the OAS - The US in a November 13 statement reaffirmed adherence to the OAS Resolution on Cuba sanctions. Chile has reestablished relations with Cuba and is exchanging representation. State proposes to "take careful soundings on prospects for constructive statements within the OAS forum" and is urging Latin American governments to make unilateral public statements along the lines of our own.

*Am...?*

- Have any specific steps been taken or are they planned? With which governments? What has been the reaction of the Latin American governments?
- Who are we approaching with what kind of statements (State has sent a cable to all Latin American Posts - Tab A)? What do we expect them to say or do in the OAS? What are the prospects for any kind of resolution? Do we want one?
- Specifically what do we propose to say in the OAS? Should we take the lead?

(We need to get specific on these points. We need also to have a clear definition of precisely what we are trying to achieve. Generalized approaches are not likely to produce the kinds of specific results we want.)

- b. Spreading the word about Chile - State is proposing to provide "selected" Latin American Governments information on Chile's links with subversion in other countries and to encourage them to adopt a posture similar to ours.

*What?*

- To whom is the information being provided, and what do we expect them to do with it?

- c. Consultations with Key Governments, particularly Argentina and Brazil to coordinate efforts on Chile - State is preparing and instruction for such consultations and the Ad Hoc Working Group plans to meet promptly to consider how to increase efforts to maintain relations with friendly military leaders.

TOP SECRET/SENSITIVE

TOP SECRET/SENSITIVE - 3 -

- What specifically do we plan to tell the Brazilians and Argentines, and what do we expect them to do? When will the instruction be ready?
- What specific steps will the Ad Hoc Group consider to increase ties with the military? Could we have a detailed report in two weeks? (Ask Adm. Moorer for his views.)
- Is the military in Brazil and Argentina, for example, likely to want to--or be able to--influence the Chilean military in any significant way? (You may wish to ask for a detailed report on these diplomatic efforts within two weeks.)

## 2. Economic Steps

- a. IDB lending to Chile - 2 Loans for Chile are awaiting action by the IDB Board of Directors--a total of \$11.6 million for two universities; another \$8.6 million loan for agriculture research an extension may be ready during December. State is exploring procedural possibilities for delay or veto of the loans, and will prepare a recommendation for action. In the interim, the Executive Director will take the position that he is uninstructed and, therefore, effectively block action on the loans. (State Paper Tab B)
  - What steps are we taking to coordinate our tactics with other friendly Latin countries in order to reduce our unilateral visibility?
  - You want to emphasize that no new loans are to be approved; if there is any question about a specific case, it should be brought back to the SRG.
  - What steps are being taken to limit Chile's access to credits from other international financial institutions?
- b. Economic Assistance to Chile - State has issued instructions to withhold new commitments of AID loans, investment guarantees, and Ex-Im Bank loans and guarantees. State is preparing recommendations on how to handle investment guarantee problems when the GOC begins to nationalize US property.
  - What is being done to determine how we can defer or cut off existing commitments if that becomes necessary?

TOP SECRET/SENSITIVE

TOP SECRET/SENSITIVE

- 3 a -

*Nationalization Study*

- What provisions of law are applicable if Chile resumes trade with Cuba, or establishes trade with North Korea (as they recently announced they would)? At what point do these provisions become applicable?
- When can we have State's recommendations on how the U. S. Government should react to the first incidents of Chilean nationalization of U. S. property?

State has briefed the AFL-CIO and the staff of the Council of the Americas and several companies interested in Chile on an off-the-record basis.

- What specifically has been said in the briefings to labor and business leaders? What have we suggested that they do about Chile, if anything?
- What are State's plans for systematically briefing American business on the situation in Chile and our approach? Is the Commerce Department involved?

*What are we doing re post-business-mining?*

TOP SECRET T/SENSITIVE

TOP SECRET/SENSITIVE

- 4 -

3. Military Steps

a. Military Presence

-- Our small military mission (approximately 17 men) is still in Chile. It offers a means of continued close contact with the Chilean military and we will want to keep it there for this purpose as long as we can. But it is there under the Mutual Defense Assistance Agreement of 1952 and a Military Mission Agreement of 1964. The Chilean Defense Minister has stated that the Government of Chile will study all military agreements and the decision as to whether the US mission remains is a decision for the two governments. The question is whether we should force the issue of a reaffirmation of those agreements by the Allende Government. We may have much to gain by the continued contact with the Chilean military. If we force their hand now, we might cause a break. On the other hand if we push the Chilean military to press for continuance, the chance of success might increase and, if Allende refuses, the discontent of the military might increase. State has a proposed cable at Tab D - State Paper. It would have the military go in and raise the question now. (We recommend you not clear the cable at the meeting.)

-- Do we gain more by pushing this issue ourselves or by waiting for the Allende Government to raise it with us?

-- The Service Chiefs seem to want us to stay. Will we make it more difficult for them to maneuver if we give them what seems to be a demand for an early final decision?

-- Should this be handled by our military with the Chilean military or by Korry with the Minister of Defense or Allende (whatever is done we believe should be done initially at least by the military).

b. Military Assistance (Tab E - State Paper)

-- There are twenty M-41 light tanks funded under a Credit Sale in FY 69 which have been overhauled and are ready for shipment to Chile. The Chileans also have expressed interest in purchasing three C-47 aircraft, three C-130s and eleven F-5s on a commercial basis. The C-130s and F-5s would not involve any USG financing but would require decisions on export licenses. If we are

TOP SECRET/SENSITIVE

TOP SECRET/SENSITIVE - 5 -

responsive we would strengthen our hand with the Chilean military, increase Chile's dependence on US spares and replacements, and preempt Communist suppliers with this type of equipment; but we would also strengthen Allende's forces and perhaps confuse some of our Latin American friends and generate pressures for more military assistance from others. If we are unresponsive we would disassociate ourselves from strengthening Allende's forces and avoid the disadvantages of confusing our friends or generating demands for assistance from them; but we would alienate Chile military, reduce our influence with them, and perhaps turn them to Communist sources of supply.

- What should we do about the tanks? How long can we hold up this delivery?
- Will the aircraft sales be possible without credit assistance (allegedly the Chileans will not require new USG financing but they may require some sort of financing assistance from the suppliers -- would we be willing to encourage or permit this?)
- Can we sell the aircraft and not deliver the tanks?
- What will the real effect be on our Latin American friends? Can we explain this to them?
- Can we deal with the question of continued deliveries of these proposed sales without having first resolved where we stand with respect to the military assistance agreements?

#### 4. Peace Corps (Tab F - State Paper)

- We have 17 Peace Corps volunteers who will complete training in the U.S. on December 12 and then are scheduled to go to Chile. There are 92 volunteers now in Chile who will complete their tours between now and the end of 1971. The question is whether we should send the new volunteers either when they are ready in December or at some later time or not send them at all. If we hold off until we get Allende's confirmation of the request for them, which his predecessor gave us, we leave the initiative to Chile. This would put the onus for whatever decision is finally reached on Allende but could result in a growing press campaign with a highly

TOP SECRET/SENSITIVE

TOP SECRET/SENSITIVE - 6-

emotional content. If we decide now not to send them we would probably face early termination of the entire program and lose the opportunity for continuing contact in Chile; we would be open to the charge that we were taking punitive action and seeking to worsen relations.

- Is there any real hope that the program will continue?
- Do we want to keep the Peace Corps in Chile?
- Will our actions on the 17 new volunteers have any important bearing on the 92 now in Chile?
- Can we afford to hold off and if so for how long?

5. Public Position

State asked for approval of a statement (which is at Tab C of the State paper) which could be drawn upon to answer questions on Chile. DOD has proposed some alternative language.

- What is it we want to get across--or avoid--in a public statement?
- While something undoubtedly will have to be said before long, it is probably desirable to say the least amount necessary.
- I suggest that we say something along the following lines:

"The new President has taken office in accordance with Chilean constitutional procedures. We have no wish to prejudge the future of our relations with Chile but naturally they will depend on the actions which the Chilean Government may take toward the United States and the inter-American system. We will be watching the situation carefully and by in close consultation with other members of the OAS."

6. Consultations with Congress - State recommends high level briefings of key Congressional leaders on our Chile policy.

- What do we want to accomplish by Congressional consultations? Who should we talk to? How much can we tell them? Who should do the briefings?
- We need a well-thought out assessment of the pros and cons of Congressional consultations, and a detailed strategy proposal.

SECRET/SENSITIVE

Chile - Status Report on Implementation of NSDM 93

A. Multilateral

1. OAS and Cuba. The Department of State is urging Latin American governments to make unilateral public statements along the lines of the U.S. statement of November 13, reaffirming adherence to the OAS resolution on Cuba sanctions, and is taking careful soundings on prospects for constructive statements within the OAS forum. Circular telegram sent November 15 is at Tab A.

2. Concern over Chile. The Department of State is preparing to provide to selected Latin American governments overt, and to the extent feasible, covert information on Chile's links with subversion in other countries, to document the reasons for our concern over Chile and to encourage other governments to understand the U.S. posture and to adopt a similar one.

3. Consultation with key governments, particularly Brazil and Argentina, to coordinate efforts on Chile. The Department of State is preparing an instruction to selected posts for such consultation and the Ad Hoc Interagency Working Group on Chile will meet promptly to consider how to increase efforts to establish and maintain close relations with friendly military leaders in the hemisphere.

4. IDB Lending to Chile. The Department of State is exploring with the U.S. Director of IDB and the Department of the Treasury the procedural possibilities for delay or veto of FSO loans to Chile, and will prepare a recommendation for action. See Tab B for discussion.

B. Bilateral

1. Public Position. RECOMMENDATION: that approval be given to the statement at Tab C, to be drawn upon on a contingency basis by senior USG officials in responding to questions

SECRET/SENSITIVE

Group 3

Downgraded at 12-year intervals;  
not automatically declassified.

SECRET/SENSITIVE

- 2 -

on Chile. The Department of State has meanwhile given (on November 12) an off-the-record briefing on Chile to Mr. George Meany and other leaders of the AFL-CIO, and will give on November 17 in New York similar off-the-record briefings to the staff of the Council for the Americas and to senior officers of Anaconda and other companies interested in Chile.

2. Consultations with the Congress. RECOMMENDATION: that consideration be given to having high level briefings of key Congressional leaders on our Chile policy, to insure understanding of our posture, and with a view to easing present legislative restrictions in economic and military matters of special interest to Latin American governments, with which we will be consulting closely on Chile; e.g., soluble coffee for Brazil, meat for Argentina, and reductions in MAP and FMS availabilities in general. The Department of State will prepare proposals for carrying out the consultations with the Congress.

3. Military Assistance to Chile. RECOMMENDATION: that approval be given to the proposed telegram to Embassy Santiago at Tab D, instructing the Ambassador to begin moves which will have the effect of forcing a decision from the GOC on continued U.S. military presence. Discussion of existing and potential requests by the Chilean military services for the purchase of arms and equipment in the United States is at Tab E. Note that the Chilean desire to buy three C-130's and eleven F-5's would not involve USG decisions on financing. Decision would be required on export licensing and on accommodating any FMS part of the sale (i.e. government furnished equipment such as weapons) within the \$75 million area limitation on FMS and grant materiel articles for Latin America.

4. Economic Assistance to Chile. The Department of State has issued classified instructions to withhold until further notice any new commitments of U.S. bilateral-

SECRET/SENSITIVE

SECRET/SENSITIVE

- 3 -

assistance to Chile, including AID loans, AID Investment Guarantees, and Eximbank loans and export guarantees. The Department of State has in preparation recommendations on courses of action on handling Investment Guarantee problems which may arise when the GOC begins to nationalize U.S. property.

5. Peace Corps. RECOMMENDATION: that the 17 PCV's scheduled to go to Chile following completion of training on December 12 be held back until the Allende government has given some authoritative confirmation of the request for them made by the previous government. We would make clear at the working level that we would not be prepared to go ahead without such reaffirmation. See Tab F for discussion.

C. Organizational

1. The Ad Hoc Interagency Working Group on Chile has been organized and has begun its work under the chairmanship of Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs, Charles A. Meyer.

2. The Department of State Country Director for Andean and Pacific Affairs has been permanently assigned full time to Chilean affairs, and has been provided an additional Associate Director exclusively for Chile, and has been designated as the central working-level point of coordination for Chilean matters.

Attachments:

- Tab A - Circular Telegram on OAS and Cuba
- Tab B - IDB Lending to Chile
- Tab C - Proposed Public Statement on Chile
- Tab D - Proposed Telegram to Embassy Santiago on  
Military Relations
- Tab E - Chilean Interest in U.S. Military Equipment
- Tab F - Peace Corps

SECRET/SENSITIVE



No Objection to Declassification in Full 2013/08/02 : LOC-HAK-460-5-7-8

# Department of State

# TELEGRAM

*AP/c*

CONFIDENTIAL 403

PAGE 01 STATE 187197

85  
ORIGIN ARA-20

INFO OCT-01 IO-13 EUR-20 CIAE-00 DODE-00 PM-05 H-02 INR-08  
L-04 NSAE-00 NSC-10 P-03 RSC-01 PRS-21 SS-20 USIA-12  
NIC-01 /121 R

66641  
DRAFTED BY: ARA/ USOAS/ RAPOOLE  
APPROVED BY: ARA/CHARLES A. MEYER  
ARA/ USOAS- AMB. CATTO  
ARA/ USOAS- MR FORD  
ARA/ AP- MR FISHER  
ARA/ CCA- MR ARENALES

012667

P 152040Z NOV 70  
FM SECSTATE WASHDC  
TO ALL AMERICAN REPUBLIC DIPLOMATIC POSTS PRIORITY  
INFO AMEMBASSY SANTIAGO PRIORITY  
USMISSION USUN NY  
/USCINCSO

C O N F I D E N T I A L STATE 187197

SUBJECT: RE- ESTABLISHMENT OF CHILE-CUBA RELATIONS

1. WE ARE SURPRISED THAT CHILE'S ACTION IN RESTORING RELATIONS WITH CUBA IN CONTRAVENTION OAS DECISION HAS TO OUR KNOWLEDGE ELICITED PUBLIC REACTIONS FROM ONLY THREE OAS MEMBER GOVERNMENTS TO DATE: COSTA RICA, COLOMBIA AND U.S.

2. ALL ACTION POSTS ARE REQUESTED TO DELIVER TO FOREIGN MINISTRIES COPIES OF DEPARTMENT SPOKESMAN'S STATEMENT OF NOVEMBER 13, QUOTED PARA 3, STATE 186923, AS FOLLOWS: QUOTE

QUESTION: HAVE YOU ANY COMMENT ON THE ACTION OF CHILEAN GOVERNMENT IN DECIDING TO REESTABLISH RELATIONS WITH CUBA?  
ANSWER: THIS IS A MATTER THAT CHILE AS A SOVEREIGN NATION CAN, OF COURSE, DECIDE FOR ITSELF. WE DEPLORE THE FACT, HOWEVER, THAT CHILE HAS ACTED OUTSIDE OF THE CONSULTATIVE

CONFIDENTIAL

*45*



Department of State

TELEGRAM

CONFIDENTIAL

PAGE 02 STATE 187197

FRAMEWORK DECIDED IN 1964 BY THE MEETING OF FOREIGN MINISTERS FOR COLLECTIVE CONSIDERATION OF THE QUESTION OF CUBA BY OAS MEMBER STATES. THAT MEETING DETERMINED, BECAUSE OF CUBAN INTERVENTION AND AGGRESSION, THAT DIPLOMATIC AND TRADE RELATIONS WITH CUBA WOULD BE SUSPENDED UNTIL THE OAS COUNCIL DETERMINED BY TWO-THIRDS VOTE THAT CUBA NO LONGER POSED A THREAT TO THE PEACE AND SECURITY OF THE HEMISPHERE. THE OAS COUNCIL HAS NOT AS YET MADE THIS DETERMINATION. WE, FOR OUR PART, PLAN TO CONTINUE TO SUPPORT EXISTING OAS DECISIONS AND RECOMMENDATIONS ON CUBA AND WE HOPE OTHER OAS MEMBERS WILL CONTINUE TO DO LIKEWISE.

UNQUOTE

3. IN INTERESTS PREVENTING FURTHER EROSION OAS CUBA SANCTIONS, POSTA ARE REQUESTED TO DISCREETLY ENCOURAGE RESPECTIVE GOVERNMENTS TO MAKE SIMILAR UNILATERAL STATEMENTS REAFFIRMING ADHERENCE NINTH MFM DECISIONS, INCLUDING POSITION THAT SANCTIONS CAN PROPERLY BE MODIFIED ONLY THROUGH OAS MECHANISM ESTABLISHED BY NINTH MFM-- I.E. BY TWOLTHIRDS DECISION OF (PERMANENT) COUNCIL. STATEMENT CONFINED TO A GOVERNMENT'S OWN POSITION WOULD BE ADEQUATE IN CASES WHERE THERE IS RELUCTANCE MAKE DIRECT CRITICISM OF CHILE'S ACTION AS U.S. DID. (FOREGOING ACTION WOULD NOT APPLY OF COURSE WHERE SATISFACTORY STATEMENTS ALREADY MADE, NOR TO MEXICO, PERU, BOLIVIA, TRINIDAD- TOBAGO, JAMAICA, BARBADOS OR GUYANA, WHICH WE ASSUME WOULD NOT BE INTERESTED IN MAKING STATEMENTS).

4. FOR ADDITIONAL BACKGROUND, OBLIGATORY NATURE OF OAS SANCTIONS (MEXICO'S NON-COMPLIANCE AND CHILE'S REVERSAL NOTWITHSTANDING) STEMS FROM FACTS THAT (A) MEASURES ADOPTED BY RESOLUTION I OF NINTH MFM WERE TAKEN IN ACCORDANCE ARTICLES 6 AND 8 OF RIO TREATY AND (B) ARTICLE 20 OF TREATY STATES THAT DECISIONS REQUIRING APPLICATION OF MEASURES UNDER ARTICLE 8 ARE BINDING ON PARTIES TO TREATY EXCEPT NO STATE REQUIRED TO USE ARMED FORCE WITHOUT ITS CONSENT. CHILE ITSELF RECOGNIZED OBLIGATORY NATURE WHEN IN 1964 IT APPLIED SANCTIONS IT HAD VOTED AGAINST. (BARBADOS AND JAMAICA, WHILE OAS MEMBERS, ARE NOT SIGNATORIES RIO TREATY).

5. AS FURTHER ARGUMENT FOR MAINTAINING OAS CUBA SANCTIONS, YOU SHOULD REVIEW U.S. POSITION SET FORTH STATE 23258. IN SUPPORT YOU SHOULD CITE (A) STATEMENT BY CUBAN MINISTER OF

CONFIDENTIAL



Department of State

TELEGRAM

CONFIDENTIAL

PAGE 03 STATE 187197

STATE CARLOS RAFAEL RODRIGUEZ IN SANTIAGO WHO ACCORDING TO NOV. 12 PRESS REPORTS SAID THAT ROAD OF " ARMED STRUGGLE" OR " VIOLENT WAY" CONTINUES TO BE ONLY ONE AVAILABLE IN LA DESPITE EXCEPTIONAL CHILEAN CASE, WHICH COULD NOT BE REPEATED IN ANY OTHER LA COUNTRY; AND (B) CASTRO'S REAFFIRMATION OF HIS COMMITMENT TO SUPPORT REVOLUTION IN HIS SPEECH OF APRIL 22, 1970.

6. SO FAR WE HAVE REPORTS OF FOLLOWING PUBLIC STATEMENTS:

(A) COSTA RICAN FONMIN GONZALO FACIO, WHO CRITICIZED CHILEAN ACTION AS VIOLATING OAS DECISION WHICH STILL IN EFFECT AND AS WEAKENING INTER- AMERICAN SYSTEM; SAID PROPER COURSE FOR CHILE WOULD HAVE BEEN TO CONVOKE OAS MEETING TO REQUEST RECONSIDERATION 1964 RESOLUTION; AND STATED GOCR WOULD MAINTAIN AT ALL TIMES POSITION OF REPUDIATION CASTRO REGIME;

(B) COLOMBIAN FONMIN VAZQUEZ CARRIZOSA WHO SAID COLOMBIA, WHICH HAD PLAYED IMPORTANT ROLE IN OAS DECISIONS EXCLUDING CUBA AND IMPOSING SANCTIONS, DOES NOT WANT TO RESOLVE SITUATION BY SETTING ASIDE MULTILATERAL PROCEDURES OF RIO TREATY OR WITHOUT TAKING INTO ACCOUNT DECISIONS A NEW MFM MIGHT ADOPT; (C) PERUVIAN FONMIN MERCADO WHO ADDRESSED PROBLEM OF CUBA'S EXCLUSION FROM OAS RATHER THAN SANCTIONS, STATING OAS SHOULD REVIEW FORMER TO DETERMINE WHETHER REASONS STILL EXIST. WE WOULD HOPE STATEMENTS ALONG LINES PARA 3 ABOVE WOULD AVOID SPECULATING ON POSSIBLE RECONSIDERATION BY OAS: AS IN CASE VAZQUEZ AND MERCADO STATEMENTS.

7. YOUR CONVERSATIONS MAY ENGENDER RESPONSE OR QUERY RE POSSIBILITY OF ADDRESSING MATTER IN OAS ITSELF. IF ASKED, YOU MAY SAY WE TOO HAVE BEEN WEIGHING PROS AND CONS OF POSSIBLE STATEMENTS IN OAS PERMANENT COJNCIL, BUT SO FAR HAVE NOT REACHED ANY POSITIVE CONCLUSION. WHATEVER THE CONCLUSION, HOWEVER, THIS WOULD IN NO WAY VITIATE DESIRABILITY OF UNILATERAL STATEMENTS. OUR INTEREST OF COURSE IS TO DISCOURAGE FURTHER EROSION, AS WE RECOGNIZE NOTHING PRACTICABLE CAN BE DONE BY OAS TO REVERSE CHILEAN DECISION, ESPECIALLY SINCE NOTHING WAS DONE IN MEXICAN CASE. ARGUMENTS IN FAVOR OF STATEMENTS IN COUNCIL ARE: (A) FOR CHILEAN REVERSAL TO PASS IGNORED IN OAS MIGHT GIVE IMPRESSION OAS HAD LITTLE CONCERN AND MIGHT THUS ENCOURAGE OTHER DEFECTIONS;

CONFIDENTIAL



Department of State

TELEGRAM

CONFIDENTIAL

PAGE 04 STATE 187197

(B) FOREGOING COULD BE EFFECTIVELY COUNTERED BY FIRM STATEMENTS BY MAJORITY OF MEMBERS, PARTICULARLY MORE IMPORTANT ONES. ARGUMENTS AGAINST ARE: (A) THERE IS RISK THAT ONLY A FEW MIGHT SPEAK UP, WHICH WOULD CREATE EVEN WORSE IMPRESSION; (B) TO RAISE IN OAS MIGHT ENCOURAGE THOSE WHO THINK IN TERMS OAS RECONSIDERATION OF SANCTIONS AS WELL AS CUBA'S EXCLUSION, WHICH OF COURSE WE WOULD NOT WISH ENCOURAGE; (C) STATEMENTS IN COUNCIL WOULD PUT CHILE ON SPOT AND MIGHT CREATE ADVERSARY SITUATION WHICH SO FAR AVOIDED.

8. TO DATE, IN VERY PARTIAL SOUNDINGS HERE IN OAS CIRCLES, WE DETECT LITTLE INCLINATION TO RAISE MATTER IN OAS. (FYI. URUGUAYAN FONMIN PEIRANO FACIO HAS HOWEVER SUGGESTED SUCH A COURSE IN PRIVATE CONVERSATION WITH OUR AMBASSADOR AND INTENDS PURSUE MATTER AT MEXICO INAUGURATION. EMBASSY MONTEVIDEO MAY DRAW ON ABOVE IN RESPONDING. END FYI).

9. PLEASE REPORT SOONEST REACTIONS TO APPROACH PER PARA 3 ABOVE AS WELL AS ANY VOLUNTEERED REMARKS THAT MIGHT REVEAL ATTITUDES TOWARD TAKING MATTER UP IN OAS. ROGERS

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

IDB Lending To Chile

DISCUSSION:

There are two loans for Chile awaiting action by the IDB Board of Directors; Austral University--\$4.6 million, and Catholic University--\$7.0 million. There is an additional loan of \$8.6 million for Agricultural Research and Extension being prepared which may be ready for Board action during December. All of these loans are proposed for the Fund for Special Operations which requires an affirmative U.S. vote for approval.

The two university loans were originally scheduled for action before the Allende inauguration, but were postponed by the management (see attached memorandum from Mr. Costanzo).

In subsequent informal discussions with Mr. Herrera and the Bank Director representing Chile, the U.S. Director has expressed the view that the loans should not be pushed until there is an opportunity for the new government to develop its program. He has also indicated to the Bank management that he is without instructions and thus unable to vote and that, he may not receive instructions for some time.

The President of the IDB, and in all likelihood the GOC, are thus aware that the U.S., at least temporarily, is prepared to block these loans. They may not be aware of the firmness of our position and whether we are prepared to approve under pressure after we have exhausted the foot dragging possibilities. (The recent Peru case would lead them to believe that we would approve if pressed.) Therefore the possibility exists that the GOC or the Bank management may press for an early decision in spite of the discouraging signals given by the U.S. Director.

ALTERNATIVES:

We presume that approval is not one of the alternatives to be considered and that the choice is between some form of delay or outright rejection. There are probably means by

CONFIDENTIAL

- 2 -

which our determination to prevent these loans could be conveyed so as to keep them from coming to a formal vote thus minimizing the public impact of the veto. On the other hand a formal negative vote in the Board would dramatize U.S. displeasure. Either course would have to be weighed against possible adverse impact on the IDB as an institution.

The Department of State will explore with the U.S. Director and the U.S. Treasury the procedural possibilities for delay or veto of FSO loans to Chile and to prepare a recommendation for action.

Attachment:

Memo from Mr. Costanzo

CONFIDENTIAL

The Files

October 27, 1970

Henry J. Costanzo  
U.S. Executive Director

Pending University Loans in Chile.

This memorandum relates certain developments with respect to the two pending loans to universities in Chile subsequent to my conversation with Herrera after the Treasury/State meeting in September.

On October 14, Herrera informed me that he had a letter from Minister Zaldívar committing the Government of Chile to budget the necessary local support for these projects -- this in response to Board concern over problems met in the implementation of earlier loans to universities in Chile. He also said that Mr. Moore, of the Bank staff, had reported upon his return from a recent mission to Chile that both the universities and the current authorities had consulted with representatives of the prospective incoming administration, who had given assurances of their support of these projects. Herrera asked that I give some thought to the situation, and whether or not the U.S. could agree to approve these loans at this time. He suggested that we talk about this matter after his return from Canada (i.e., after October 26).

On October 15, notwithstanding the above, Herrera informed the Board at a formal meeting, that he would circulate to the Board a memorandum including Mr. Moore's report and the letter from Minister Zaldívar, and that, with this, he hoped the Board could proceed with early approval of the two loans.

Faced with this action on the part of Herrera, I consulted privately with my Brazilian colleague, Mr. Barbosa, who in earlier Board discussions of these loans had questioned whether they should be given any further consideration until after a new Government is installed in Chile. Mr. Barbosa said that he continued to feel that it was inappropriate and unwise for the Bank to approve loans to Chile until something were known of the new Government's policies and programs.

CONFIDENTIAL

- 2 -

He suggested that prior to any further discussion in the Board, the Directors might informally get together (without the President) for an exchange of views on this issue. It was agreed that I would ascertain informally, through the Secretariat, whether these loans were to be placed on an early agenda by the President, and to get the Directors together when and if such instructions were issued by the President. In response to my consequent inquiry, the Secretary of the Bank told me that he had had no instructions on this matter, and that he would let me know in advance when and if these loans were scheduled for an agenda.

On October 22, at the formal Board meeting, Herrera said to the Board -- without any reference to his earlier statement -- that he felt the two loans should be postponed until after a new Government is installed and there is an opportunity to consult with them. He said that, on this basis, the loans would probably not be ready for further Board consideration until the latter part of November.

In the light of this new position of Herrera's, Mr. Barbosa and I agreed that we would not proceed with the plan to discuss this matter with the other Directors pending further developments.

cc. Assistant Secretaries Petty and Meyer  
Messrs. Hennessy, Weintraub, Finkel, Fisher

**CONFIDENTIAL**

SECRET

Statement on Chile

Senior USG officials may on a contingency basis draw upon the following statement in responding to questions on Chile:

President Allende and his government have the honor and the responsibility of having taken office in accordance with Chilean constitutional procedures.

There has been, we know, a great deal of speculation as to what the new government will do, and we are aware of various statements made over the past few years by President Allende and his supporters regarding the United States and the hemisphere. We believe, nevertheless, that future actions are more important than past statements, and we have no wish to prejudge the future of our relations with Chile.

The emergence anywhere in the world of a state hostile to the United States, or which violated the honored principles upon which international amity and cooperation are based, would clearly be a matter of concern to us.\*

Chile has long had justification for pride in its traditional political and intellectual freedoms, and of the very important contributions it has made in the past to the furtherance of an inter-American system based on mutual respect and cooperation among independent nations. We would therefore expect

\*DOD takes position that this paragraph should be replaced by the following: "We would, however, view with grave concern the adoption of policies, alliances or courses of action by the Allende government that transformed a friendly country into a state hostile to the United States or violated or denigrated the honored principles upon which cooperation and peace in the hemisphere are based."

SECRET

SECRET

that the policies which the new government pursues will permit the continuation of the constructive relationships which Chile and the nations of the hemisphere have so long enjoyed.

SECRET

**SECRET**Proposed Telegram to Embassy Santiago on Military Relations

Action: Santiago

Limdis

Subject: Military Relations between US and Chile

Ref: Santiago 4864

## JOINT STATE DEFENSE MESSAGE

1. Reftel reported that Mindef in Nov 10 press conference stated that GOC will study all military agreements, and that whether US military mission will remain is determination for both governments to make.
2. This public statement seems to us to offer suitable opportunity for you to send the senior military members of your mission to Chilean military service chiefs to convey following message: (a) we have noted Mindef's statement; (b) we await GOC's decision on reaffirmation of Mutual Defense Assistance Agreement of 1952 and Military Mission Agreement of 1964; (c) we desire to have effective cooperation with Chilean military but our ability to do so depends upon the actions of the GOC, particularly with respect to the two agreements mentioned above; (d) if the agreements are reaffirmed, we will continue Milgrp training and other standard activities, continue deliveries of programmed MAP materiel, and consider applications by Chile for arms purchases in the US on the same basis as such

**SECRET**

-2-

applications would have been considered under the previous GOC and in other American Republics.

3. After learning how Chilean military service chiefs react to foregoing message, we will decide whether and in what context you should follow up with Fonmin or President Allende. Unless you were to be called in by GOC specifically to discuss military relations, or are specifically instructed by us to raise subject with GOC, you should avoid discussing it with GOC officials. If it is decided to instruct you to raise it with GOC, we would expect that it would be included among a number of other subjects to avoid giving any erroneous impression of anxiety on our part.

4. Whether conversation contemplated in preceding paragraph initiated by us or by GOC, we would expect it would provide a good opportunity for you to be sure that new government is fully and accurately aware of provisions of US legislation regarding third-country trade with Communist countries, expropriation of US property, etc., outline of which has already been provided to you.

END

SECRET

SECRETCHILEAN INTEREST IN U.S. MILITARY EQUIPMENTDISCUSSION:

Twenty M-41 light tanks, funded under FMS credit in FY 1969, have been overhauled and are ready for shipment. We presently have a hold on the delivery of these tanks and they are therefore incurring storage charges.

The local Chilean Military Mission on September 15 informed the USAF of its interest in the purchase of three new or reconditioned C-47 aircraft.

The Chilean Air Force has informed a U.S. aircraft representative in Santiago of its desire to purchase three C-130 aircraft and eleven F-5 aircraft on a commercial basis, and the representative claims that the Chilean Air Force desires our cooperation in effecting the purchase. With regard to the possible purchase of F-5 combat jet aircraft, the USG last May publicly announced that it was prepared to provide this aircraft to several South American countries, including Chile, if so requested. The Chilean Air Force jet combat strength presently consists of seven pre-Korean War F-80C's and 17 British Hawker Hunters of 1959 vintage, along with five armed 1953 vintage British Vampire trainers. Peru and Argentina, which could be expected to react to Chilean acquisition of the supersonic F-5, already have larger and superior combat jet inventories. Argentina reportedly is prepared to purchase 14 supersonic French Mirages of which Peru already has 16 in its inventory.

OPTIONS:

(a) To be responsive to present Chilean military requests and any which may materialize in the near future.

Advantages: (1) this option would strengthen U.S. influence with individual members of the Chilean military services and thus serve to harden resistance to Communist domination of Chile; (2) it would increase Chilean dependence

SECRET

SECRET

- 2 -

on U.S. sources of supply for spares and replacements for vitally important equipment; (3) it would preempt Communist or other suppliers of this kind of equipment from such an association with the Chilean military services; and (4) it would arouse concerns in Peru which would hinder extension by Allende of his influence in that country.

Disadvantages: (1) it would strengthen the military force of the Allende government; (2) it could confuse and dishearten some of our friends in other Latin American countries; (3) it could stimulate an arms race between Chile and its neighbors; and (4) it would result in pressures on the U.S. to assist the neighbors to obtain new military equipment.

(b) To be unresponsive to present Chilean military requests and any which may materialize in the near future.

Advantages: (1) it would disassociate the U.S. from any strengthening of the military force of the Allende government; (2) it would reduce the likelihood of an arms race in South America; (3) it would reduce the likelihood of pressures coming on the U.S. from neighboring countries for assistance in arms acquisition; (4) it would avoid confusing some quarters of opinion in Latin America and elsewhere on our attitude toward the Allende government.

Disadvantages: (1) it could alienate members of the Chilean military and reduce our influence among them, and might discourage their continued independence from Communist Party attempts to dominate the government; (2) it could leave an opportunity for a Communist or other supplier to sell the equipment to Chile, gaining corresponding advantages therefrom; and (3) it could stimulate the Chilean military to seek to end their dependence on U.S. military equipment sources.

SECRET

SECRET

## Peace Corps

SITUATION:

There are currently 17 Peace Corps Volunteers in the United States who, upon completion of their training on December 12, are scheduled to go to Chile. They were recruited for specific locations in Chile (10 in forestry and 7 in fisheries) by a Chilean who came to the U.S. for the purpose. The 92 volunteers presently in Chile are scheduled to complete their tours at various times, none later than the end of 1971.

DISCUSSION:

There are three options:

1. Send the volunteers to Chile without further consideration.
2. Hold off sending them until we receive some authoritative confirmation of the request for them made by the previous Chilean Government.
3. Determine unilaterally not to send them at all.

Option 1 is obviously unacceptable.

Option 2 leaves the initiative to the Chilean Government, and allows us to avoid appearing over-interested in the matter. It contains the danger, however, that we might have to wait a long time before receiving an authoritative expression of opinion, and that such an expression might only be made after the matter had become a public issue surrounded by emotional and inaccurate press comment. This alternative has the advantage, however, of making Allende responsible for whatever happens regarding the Peace Corps in the future. For him to welcome additional volunteers would undercut the potential for anti-Peace Corps attacks in the future, while

SECRET

SECRET

-2-

his refusal to let the new ones in would place on him the onus for the further down-turn in relations.

Option 3, on the other hand, would place the onus on us, and could give some aid and comfort to those in Chile seeking to benefit from charging us with responsibility for worsening relations. It could unnecessarily reduce opportunities for us to maintain people-to-people contacts and to preserve some points of lasting influence at the grass roots.

RECOMMENDATION:

That we adopt option 2.

SECRET

*John F. Kennedy*

NATIONAL SECURITY COUNCIL  
WASHINGTON, D.C. 20506

TOP SECRET/SENSITIVE/EYES ONLY

November 9, 1970

National Security Decision Memorandum 93

TO: Secretary of State  
Secretary of Defense  
Director, Office of Emergency Preparedness  
Director of Central Intelligence

SUBJECT: Policy Towards Chile

Following the discussion at the meeting of the National Security Council on November 6, 1970, the President has decided that the basis for our policy toward Chile will be the concept underlying Option C of the Inter-agency paper submitted November 3, 1970 by the Department of State for the consideration of the National Security Council as outlined in the guidelines set forth below.

The President has decided that (1) the public posture of the United States will be correct but cool, to avoid giving the Allende government a basis on which to rally domestic and international support for consolidation of the regime; but that (2) the United States will seek to maximize pressures on the Allende government to prevent its consolidation and limit its ability to implement policies contrary to U. S. and hemisphere interests.

Specifically, the President has directed that within the context of a publicly cool and correct posture toward Chile:

- vigorous efforts be undertaken to assure that other governments in Latin America understand fully that the U. S. opposes consolidation of a communist state in Chile hostile to the interests of the United States and other hemisphere nations, and to the extent possible encourage them to adopt a similar posture.
- close consultation be established with key governments in Latin America, particularly Brazil and Argentina, to coordinate efforts to oppose Chilean moves which may be contrary to our mutual interests; in pursuit of this objective, efforts should be increased to establish and maintain close relations with friendly military leaders in the hemisphere.

TOP SECRET/SENSITIVE/EYES ONLY

TOP SECRET/SENSITIVE/EYES ONLY

2

-- necessary actions be taken to:

- a. exclude, to the extent possible, further financing assistance or guarantees for U.S. private investment in Chile, including those related to the Investment Guarantee Program or the operations of the Export-Import Bank;
- b. determine the extent to which existing guarantees and financing arrangements can be terminated or reduced;
- c. bring maximum feasible influence to bear in international financial institutions to limit credit or other financing assistance to Chile (in this connection, efforts should be made to coordinate with and gain maximum support for this policy from other friendly nations, particularly those in Latin America, with the objective of lessening unilateral U.S. exposure); and
- d. assure that U.S. private business interests having investments or operations in Chile are made aware of the concern with which the U.S. Government views the Government of Chile and the restrictive nature of the policies which the U.S. Government intends to follow.

-- no new bilateral economic aid commitments be undertaken with the Government of Chile (programs of a humanitarian or private social agency character will be considered on a case by case basis); existing commitments will be fulfilled but ways in which, if the U.S. desires to do so, they could be reduced, delayed or terminated should be examined.

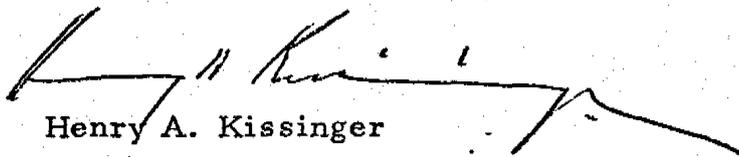
The President has directed that the Director of the Office of Emergency Preparedness prepare a study which sets forth the implications of possible developments in world copper markets, stockpile disposal actions and other factors as they may affect the marketing of Chilean copper and our relationships with Chile.

The President also has directed that the Senior Review Group meet monthly or more frequently as necessary to consider specific policy issues within the framework of this general posture, to report actions which have been taken, and to present to him further specific policy questions which may require his decision. To facilitate this process the President has directed the establishment of an Ad Hoc Interagency Working Group, comprising representatives of the Secretaries of State and Defense, the Director of Central Intelligence, and the President's Assistant for National Security Affairs, and chaired by the representative of the Secretary of State, to

TOP SECRET/SENSITIVE/EYES ONLY

3

prepare options for specific courses of action and related action plans for the consideration of the Senior Review Group and to coordinate implementation of approved courses of action.



Henry A. Kissinger

cc: Secretary of the Treasury  
Administrator, A.I.D.  
Director, Office of Management and Budget  
Chairman, Joint Chiefs of Staff

TOP SECRET/SENSITIVE/EYES ONLY

NDUM

NATIONAL SECURITY COUNCIL

November 19, 1970

MEMORANDUM TO THE WHITE HOUSE POLICE

The following officials will be attending a meeting in the White House Situation Room at 4:00 p. m. today:

Mr. U. Alexis Johnson, State  
Mr. Charles A. Meyer, State  
Mr. William I. Cargo, State

Mr. David Packard, Defense  
\*Mr. G. Warren Nutter, Defense  
Mr. Armistead I. Selden, Defense  
~~Mr. Raymond G. Leddy, Defense~~  
B/Gen. Robert C. McAlister

Lt. Gen. Robert E. Cushman, CIA  
Mr. William Broe, CIA  
Mr. Thomas Karamezines, CIA

Adm. Thomas H. Moorer, JCS  
B/Gen. Joseph Belser, JCS  
Maj. Michael D. Salmon, JCS (aide; will not be attending meeting)

Chris Stickell

Approved For Release 2000/05/16 : CIA-RDP81-00261R000300020045-2

NOTES FOR DIRECTOR

INTRODUCTION OF MR. DAVID ROCKEFELLER

CIA Guest Speaker  
16 February 1978

1. WELCOME TO GUESTS FROM THE INTELLIGENCE COMMUNITY
2. INTRODUCTION OF AMBASSADOR CARLUCCI
3. WELCOME TO MR. ROCKEFELLER'S ASSOCIATES--MR. JOSEPH REED,  
25X1A [REDACTED] AND MR. OWEN FRISBY
4. BIOGRAPHIC SUMMARY
  - a. LED THE CHASE MANHATTAN BANK SINCE 1961 AS PRESIDENT;  
SINCE 1969 AS CHAIRMAN OF THE BOARD
  - b. EARNED WORLDWIDE REPUTATION AS A LEADING BANKER AND  
SPOKESMAN FOR THE BUSINESS COMMUNITY
  - c. LEADER IN MANY PUBLIC AND PRIVATE PROJECTS, REFLECTING  
WIDE-RANGING INTERESTS IN INTERNATIONAL, GOVERNMENTAL,  
CIVIC AND CULTURAL AFFAIRS
    - FOR EXAMPLE, CIVIC--
      - SPEARHEADED EFFORT TO DEVELOP LOWER MANHATTAN
      - ORGANIZED BUSINESS COMMITTEE FOR THE ARTS
    - FOR EXAMPLE, INTERNATIONAL--
      - EXHIBITED INTEREST IN DEVELOPING COUNTRIES:  
WHEN RESPONSIBLE IN EARLY 1950's FOR SUPERVISION  
OF CHASE MANHATTAN'S BUSINESS IN LATIN AMERICA,  
OPENED NEW BRANCHES IN CUBA, PANAMA, PUERTO RICO,  
AND OFFICE IN BUENOS AIRES

Approved For Release 2000/05/16 : CIA-RDP81-00261R000300020045-2

-- INSTRUMENTAL IN FORMATION OF INTERNATIONAL EXECUTIVE SERVICE CORPS, BUSINESSMEN VOLUNTEERS PROVIDING TECHNICAL AND MANAGERIAL ASSISTANCE TO PRIVATE ENTERPRISE ABROAD

-- ACTIVELY CONCERNED WITH MANY INTERNATIONAL TRADE AND ECONOMIC ORGANIZATIONS SUCH AS COUNCIL ON JAPAN--US ECONOMIC RELATIONS

-- FOUNDER OF TRILATERAL COMMISSION TO PROMOTE UNDERSTANDING AND COOPERATION AMONG THE NATIONS OF NORTH AMERICA, WESTERN EUROPE AND JAPAN (ILLUSTRIOUS MEMBERSHIP--PRESIDENT CARTER, ZBIGNIEW BRZEZINSKI)

d. BORN 12 JUNE 1915; MEMBER ILLUSTRIOUS FAMILY; SON OF JOHN D. ROCKEFELLER, JR. AND ABBY ALDRICH ROCKEFELLER; BROTHER OF NELSON ROCKEFELLER

e. EDUCATION

UNDERGRADUATE--HARVARD UNIVERSITY

POST-GRADUATE--HARVARD AND LONDON SCHOOL OF ECONOMICS

PH.D. ECONOMICS--UNIVERSITY OF CHICAGO

5. TOPIC--"TRENDS IN INTERNATIONAL BANKING AND THEIR IMPACT ON FOREIGN RELATIONS"

(NOTE: MR ROCKEFELLER SHOULD USE NECK MIKE IF HE MOVES AROUND STAGE.)

6. QUESTION PERIOD

7. CONCLUSION: 4:15 P.M.

DAVID ROCKEFELLER

(Biographical Summary)

David Rockefeller became chairman of the Board of Directors and chief executive officer of The Chase Manhattan Bank, N.A. in New York on March 1, 1969 and of The Chase Manhattan Corporation upon its formation on June 4, 1969.

During his career with Chase Manhattan, Mr. Rockefeller has gained a worldwide reputation as a leading banker and spokesman for the business community. He has spearheaded the Bank's expansion both internationally and throughout the metropolitan New York area and has helped the Bank play a significant role as a corporate citizen. In addition, he has been a leader in many public and private projects, reflecting his wide-ranging interests in international, governmental, civic and cultural affairs. He has received high honors from nearly a dozen nations.

Mr. Rockefeller joined the Chase National Bank as an assistant manager in the foreign department in 1946. He was appointed an assistant cashier in 1947, second vice president in 1948 and vice president in 1949.

From 1950 to 1952, he was responsible for the supervision of Chase's business in Latin America where, under his direction, new branches were opened in Cuba, Panama and Puerto Rico, plus a representative office in Buenos Aires.

He was named a senior vice president in 1952 with responsibility for supervising the economic research department and customer relations in the metropolitan New York area, including all the New York City branches.

When Chase National and the Bank of Manhattan Company merged on March 31, 1955, Mr. Rockefeller was appointed an executive vice president in charge of the bank development department. On January 1, 1957, he became vice chairman of the Board of Directors with responsibility for the administrative and planning functions of the bank as a whole. He became president of the bank and chairman of the executive committee of the Board of Directors on January 1, 1961.

Born June 12, 1915 in New York City, Mr. Rockefeller is the youngest son of the late John D. Rockefeller, Jr. and Abby Aldrich Rockefeller. He attended Lincoln School of Columbia University's Teachers College in New York for 12 years, graduated from Harvard in 1936 with a bachelor of science degree, and, after post-graduate study at Harvard and the London School of Economics, he received a Ph.D. degree in economics from the University of Chicago in 1940. His doctoral thesis, "Unused Resources and Economic Waste," was published by the University of Chicago Press.

Mr. Rockefeller has been awarded honorary doctor of law degrees by Columbia University (1954), Bowdoin College (1958), Jewish Theological Seminary (1958), Williams College (1966), Wagner College (1967), Harvard University (1969),

Pace College (1970), St. John's University (1971) and Middlebury College (1974). Mr. Rockefeller also was awarded honorary doctor of engineering degrees from Colorado School of Mines (1974) and Polytechnic Institute of New York (1977).

Mr. Rockefeller was secretary to the late Mayor Fiorello H. LaGuardia of New York from 1940 to 1941 and assistant regional director of the United States Office of Defense, Health and Welfare Service from 1941 to 1942.

He enlisted as a private in the U.S. Army in May 1942, entered Officer Candidate School in 1943 and was discharged as a captain in 1945. He served in North Africa and France, where for seven months he was an assistant military attache in Paris. Mr. Rockefeller was awarded the U.S. Legion of Merit, the U.S. Army Commendation Ribbon and the French Legion of Honor.

Mr. Rockefeller was chairman of the Board of Trustees of The Rockefeller University from 1950 to 1975 and is currently chairman of the executive committee. He is vice chairman and a trustee of the Rockefeller Brothers Fund. He participates with his brothers in a number of philanthropic, economic development and investment enterprises.

Mr. Rockefeller helped found and served as chairman of the Downtown-Lower Manhattan Association (D-LMA), whose planning proposals have aided the redevelopment of lower Manhattan. He is currently on DLMA's executive committee.

He was also instrumental in the formation of the International Executive Service Corps, a group of businessmen volunteers who provide technical and managerial assistance to private enterprise in developing-countries. He served as chairman of this organization from 1964 to 1968 and is presently a director.

Mr. Rockefeller is also a director of The Business Committee for the Arts, which he helped form in 1967.

He also helped organize both the Council of the Americas and the Center for Inter-American Relations, working to maximize private enterprise contributions and cultural and intellectual exchanges in the development of Latin America. He is honorary chairman of the Council of the Americas and honorary chairman and director of the Center for Inter-American Relations.

Mr. Rockefeller is also vice chairman of both the Advisory Council on Japan-United States Economic Relations and National Council for U.S.-China Trade; member of the Bulgarian-U.S. Economic Council; member, steering committee of both U.S.-Egyptian Joint Business Chamber and U.S.-Iran Joint Business Council; and a director of U.S.-U.S.S.R. Trade and Economic Council, Inc.

In 1973, Mr. Rockefeller helped found the Trilateral Commission, an organization designed to promote understanding and cooperation among the nations of North America, Western Europe and Japan. He currently serves on the Trilateral Commission's executive committee.

His other affiliations include:

Chairman of the Board, Council on Foreign Relations, Inc., an educational institution where leaders from the field of scholarship and the public and private sectors meet periodically to expand their perspectives on foreign affairs; president, New York Clearinghouse Association; vice chairman, trustee and member of the executive committee of the Museum of Modern Art; life trustee, University of Chicago; treasurer, United Negro College Fund; and honorary trustee, International House.

Director: The Federal Reserve Bank of New York; Overseas Development Council; and Rockefeller Center, Inc.

Member: The Business Council; The Business Roundtable; general committee of the New York Money Market of the Federal Reserve Bank of New York; Harvard University Council on East Asian Studies and Committee on University Resources; Association of Reserve City Bankers; Mayor's Financial Liaison Group on New York City Affairs; and a trustee of the United States Council of the International Chamber of Commerce, Inc.

Mr. Rockefeller is also a past president of the Harvard College Board of Overseers and served as chairman of the first Commission on White House Fellows, 1964-65.

He is a member of the Century, Harvard, Knickerbocker, Links, Recess and University Clubs in New York City.

Mr. Rockefeller and his wife, the former Margaret McGrath, were married September 7, 1940. They have homes in New York City and Tarrytown, N.Y. The Rockefellers have two sons, David, Jr. and Richard G., and four daughters, Abby A., Neva (Mrs. Walter J. Kaiser), Margaret (Mrs. David Quattrone) and Eileen M.

\* \* \*

June 1977

UNCLASSIFIED

INTERNAL USE ONLY

DDA Subject Copy

SECRET

Approved For Release 2000/05/16 : CIA-RDP81-00261R000300020045-2

Executive Registry

78-462

SUBJECT: (Optional)

CIA Guest Speaker Program  
Mr. David Rockefeller - Thursday, 16 February, 3:00 p.m.

FROM:

Acting Deputy Director  
for Administration  
7 D 24 - HQ

EXTENSION

5454

NO.

DATE 14 FEB 1978

DDA Registry

78-0613

TO: (Officer designation, room number, and building)

DATE

RECEIVED

FORWARDED

OFFICER'S INITIALS

COMMENTS (Number each comment to show from whom to whom. Draw a line across column after each comment.)

1.

DDCI

*JK*

1. Mr. David Rockefeller will be CIA Guest Speaker on Thursday, 16 February, at 3:00 p.m. in the Headquarters Auditorium.

2.

3.

DCI

*Rec'd 14 Feb. 78*

2. Mr. Harry Fitzwater, Director of Training, will bring Mr. Rockefeller to your office at 2:45 p.m.

4.

25X1A

3. Mr. Rockefeller will be accompanied by [redacted]

5.

25X1A

*15 FEB 1978*

*2/16*

Mr. Joseph Reed, Assistant to Mr. Rockefeller; and Mr. Owen Frisby, head of the Bank's Washington office. They are scheduled to meet with Mr. Carlucci while you are seeing Mr. Rockefeller. I understand that Mr. Carlucci plans to attend the lecture also.

6.

*Return*

7.

*As prepare a digest of points sent to [redacted]*

4. It is suggested that you preface your introduction of Mr. Rockefeller in the Auditorium with a welcome to guests from the Intelligence Community.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

*FO/DOA*

*2/15*

*R*

5. It will be helpful to announce that the speaker has agreed to answer questions at the conclusion of his formal remarks.

14.

*DCI*

*6*

6. We have Mr. Rockefeller's approval for videotaping his presentation. He should use the neck mike if he expects to move away from the podium.

15.

25X1A

Michael J. Malanick

FORM 3-62

Approved For Release 2000/05/16 : CIA-RDP81-00261R000300020045-2

610

USE PREVIOUS EDITIONS

SECRET

CONFIDENTIAL

INTERNAL USE ONLY

UNCLASSIFIED

UNCLASSIFIED       INTERNAL USE ONLY       CONFIDENTIAL       SECRET

Approved For Release 2000/05/16 : CIA-RDP81-00261R000300020045-2

**ROUTING AND RECORD SHEET**

*Suby cc*  
*DBA*

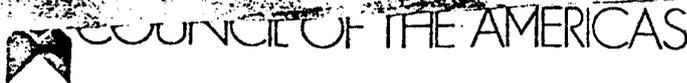
SUBJECT: (Optional) Notes for Director  
Introduction of Mr. David Rockefeller - 16 February

FROM:  ADDA 7 D 24 - HQ	EXTENSION  5454	NO.  100A 17-0613/1
	DATE  15 February 1978	

TO: (Officer designation, room number, and building)	DATE		OFFICER'S INITIALS	COMMENTS (Number each comment to show from whom to whom. Draw a line across column after each comment.)
	RECEIVED	FORWARDED		
1.				<p><b>DD/A Registry</b> <b>File</b> <i>Tramag 3-3</i></p> <p>Notes for the Director - Introduction of Mr. David Rockefeller</p>
2. DCI				
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
10.				
11.				
12.				
13.				
14.				
15.				

Approved For Release 2000/05/16 : CIA-RDP81-00261R000300020045-2

FORM 3-62 **610** USE PREVIOUS EDITIONS       SECRET       CONFIDENTIAL       INTERNAL USE ONLY       UNCLASSIFIED



AN AFFILIATE OF THE AMERICAS SOCIETY, INC. 684 PARK AVENUE, NEW YORK, NEW YORK

March 23, 1982

Hon. William J. Casey  
Director  
Central Intelligence Agency  
Washington, D.C. 20505

Dear Mr. Casey:

The current political and economic situation in Central America - and, equally important, the potential spillover effects in Mexico are foremost on the minds of many corporate members of the Council of the Americas. The Council is a business association of 200 U.S. corporations which comprise the majority of U.S. private investment and other business activity in Latin America and the Caribbean.

Our corporate members are deeply concerned that forces inimical to the U.S. are threatening U.S. security, economic and commercial interests in the region. Additionally our membership is disturbed that much of the information communicated to the public on Central America may, in fact, be misinformation or disinformation.

Consequently, as our corporate members have a significant stake in the region, I would like to bring a select group of executives to Langley for an extended briefing by you, personally, on the present situation and current outlook with respect to Central America and Mexico. Our group would include chief executive officers or presidents of a dozen major U.S. firms with extensive investments in the region.

As you may be aware, the Council was invited by the Administration to help shape the CBI. We accepted the invitation and will continue to play an active role in this endeavor. The related matter of security is one on which we need to be better informed. We hope you will agree to brief us on this critical issue.

We look forward to hearing from you or your staff regarding a mutually convenient date for the suggested briefing.

Sincerely,

Samuel L. Hayden  
President

SLH;bmb

**EXECUTIVE SECRETARIAT**  
**Routing Slip**

TO:		ACTION	INFO	DATE	INITIAL
1	DCI		✓	4/16/82	
2	DDCI	19 APR 1982			
3	EXDIR				
4	D/ICS				
5	DDI				
6	DDA				
7	DDO				
8	DDS&T				
9	Chm/NIC				
10	GC				
11	IG				
12	Compt				
13	D/EEO				
14	D/Pers				
15	D/OEA		✓		
16	C/PAD/OEA				
17	SA/IA				
18	AO/DCI				
19	C/IPD/OIS				
20					
21					
22					
		SUSPENSE		Date	

Remarks:

P-304

Executive Secretary  
4/16/82  
Date



COUNCIL OF THE AMERICAS

89-4715/3

AN AFFILIATE OF THE AMERICAS SOCIETY, INC. 684 PARK AVENUE, NEW YORK, NEW YORK 10021 212/628-3200

April 13, 1982

Mr. William J. Casey  
Director of Central Intelligence  
Central Intelligence Agency  
Washington, D.C. 20505

Dear Mr. Casey:

Thank you for agreeing to brief a select group of Council of the Americas corporations at Langley. I have been in contact with [redacted] in Public Affairs, and we are arranging a mutually convenient date and time.

STAT

We, too, look forward to the meeting.

Sincerely,

  
Samuel L. Hayden (bmb)  
President

bmb

P304

 COUNCIL OF THE AMERICAS

AN AFFILIATE OF THE AMERICAS SOCIETY, INC.  
684 PARK AVENUE NEW YORK, NEW YORK 10022



Mr. William J. Casey  
Director of Central Intelligence  
Central Intelligence Agency  
Washington, D.C. 20505

Central Intelligence Agency



Washington, D.C. 20505

82-471512

2 Apr 82

Mr. Samuel L. Hayden, President  
Council of the Americas  
684 Park Avenue  
New York, NY 10021

Dear Mr. Hayden:

Thank you for your recent letter requesting a briefing on Central America and Mexico for members of the Council of the Americas. I will be happy to have you as my guest here at CIA. In order to arrange a mutually convenient date for your visit, I will have someone from my Public Affairs staff contact you in the next few days.

Thank you again for your interest. I look forward to our meeting.

Sincerely,

William J. Casey  
Director of Central Intelligence

OEXA/PAD/ADB/scn/31 Mar 82/x7676  
Distribution:

- Orig. - addressee
- 1 - DDCI
- 1 - ExDir
- 1 - D/OEXA
- 1 - DD/OEXA
- ① - ER 82-4715
- 1 - OEXA 82-0783
- 1 - PAD subj. (MEM)
- 1 - CEW chrono.
- 1 - PAD hold
- 1 - PAD comeback

P-304

STAT

Sanitized Copy Approved for Release 2010/09/02 : CIA-RDP90-00552R000505290011-0

MIAMI HERALD  
16 January 1986ARTICLE APPEARED  
ON PAGE 5A

# Reagan to name controversial official for Venezuela post



By ALFONSO CHARDY  
*Herald Washington Bureau*

WASHINGTON — President Reagan said Wednesday he would nominate Otto J. Reich, the State Department's coordinator of public diplomacy for Latin America and the Caribbean, as U.S. ambassador to Venezuela.

The announcement came after months of speculation amid reports that Venezuela had rejected the appointment.

At the center of Venezuelan concerns is Reich's leadership of a controversial government program

**Reich** designed to undermine support for the Nicaraguan government. Venezuela is one of four countries involved in the Contadora peace process aimed at easing tensions between the United States and Nicaragua.

At a recent farewell party for Reich, friends and co-workers gave him a T-shirt that proclaimed him "Propaganda Minister." While meant as a joke, it aptly characterized the task that the Cuban-born Reich, 40, has been performing over the last 2½ years.

Reich, whose nomination must still be approved by the U.S. Senate, says his job has been fourfold: to educate the American public about a policy they often find bewildering; to emphasize the best of that policy; and to muster support for it and counter public relations efforts by the Sandinistas, the Salvadoran rebels and American liberals.

To carry out the job, Reich's 20-member staff often selectively declassifies — some say leaks — intelligence information about the Sandinistas or the Salvadoran rebels that tends to support U.S. claims that they pose a threat to U.S. security.

In a recent interview, Reich said his program was a success. He said recent public opinion polls showed increased support among Americans for Reagan's policies.

Besides disseminating information in the United States, Reich frequently has traveled to Western Europe to brief government officials and reporters.

## Around the Americas

Reich says the efforts have improved the perception there of the administration's Central America policy.

While Reich's efforts have helped administration policies, they have also drawn fire from White House critics, some of whom reportedly urged the Venezuelan government earlier this year to reject Reich.

In May, the first reports surfaced in Washington that the White House was eyeing Reich for the ambassadorship in Caracas to replace George Landau, who retired from the Foreign Service July 1.

U.S. liberals immediately announced their intention to derail the Reich nomination, saying the appointment signaled that Washington would pressure Venezuela to cooperate more actively with U.S. policy against Nicaragua.

In August, a leading Caracas newspaper, *El Universal*, quoted unidentified Foreign Ministry sources as saying the Venezuelan government of President Jaime Lusinchi had notified the State Department of its "disagreement" with Reagan's choice.

U.S. officials deny that Caracas opposed Reich's nomination, but they acknowledged that Venezuelan officials did make "inquiries" about Reich.

"After close consultations with the Venezuelan government, all their concerns were cleared up and they will receive [Reich] as ambassador," one U.S. official said.

"It's a tremendous honor to represent the United States anywhere, but especially in one of the leading democracies in the hemisphere," Reich said of the nomination. "I'm looking forward to going to Venezuela. It's a country that shows that there is hope for democracy and self-determination in the developing world."

For Reich, who arrived as a refugee from Cuba 25 years ago with \$5 in his pocket, the ambassadorship is a high point of his public service career.

From 1975 to 1976, he served as Miami's community development coordinator. Then he moved to Washington to head an office for the Council of the Americas, a group representing multinational corporations with business interests in the hemisphere.

He backed Reagan's campaign in 1980. And, in 1981, Reich was named deputy director for Latin America at the State Department's Agency for International Development. In 1982 he was given ambassadorial rank to become coordinator of the public diplomacy bureau.

Approved For Release 2005/07/13 : CIA-RDP67B00446R000400170029-9

1965

CONGRESSIONAL RECORD - SENATE

3665

Railroad and allow its commuters to ride through to the Newark station of the Pennsylvania Railroad. There they will be able to make connection with Hudson tube trains and the Jersey Central will discontinue its expensive Bayonne ferry service.

**Pennsylvania Railroad:** The vast Pennsy carries about 11,500 rush-hour commuters approximately 106 commuter route miles daily on a New Jersey shore line and main and branch lines in a southwesterly part of the New Jersey area of the region, about 106 commuter route miles. That's just a drop in the bucket of 200,000 passengers a day that use its Pennsylvania Station in New York. Pennsy reports its commuter operation runs at a heavy deficit but has shown no sign of trying to drop it.

**Long Island Rail Road:** The biggest rail commuter operation to New York, with 85,000 rush-hour commuters, is, characteristically, in the worst financial shape. Under a special State law it has been a ward of the Long Island Rail Road Redevelopment Corp. since 1954. Under the aegis of the act it has received enough fare increases and other aid to about break even on operating costs, without paying anything on the Pennsy's long-standing \$180 million interest on its 212.4 route miles. A report was to be released today from a committee appointed by Governor Rockefeller to recommend what's to become of the line when the redevelopment act runs out next year. The LIRR disclosed recently that it had ended 1964 with a \$2,146,350 deficit, the worst in a decade. However, the railroad said that it was more than covered by \$3,315,000 in additional revenue raised through a 4.9 percent fare hike in November.

#### BANKERS ANNOUNCE FORMATION OF COUNCIL FOR LATIN AMERICA

Mr. JAVITS. Mr. President, I ask unanimous consent that there be printed at this point in the Record a news release issued by the Council for Latin America and an article from the February 6 issue of the New York Times concerning an announcement by Mr. David Rockefeller, president of the Chase Manhattan Bank, and George S. Moore, president of the First National City Bank, of the merger of three U.S. business organizations concerned with Latin America into the new Council for Latin America. Till now the three organizations have carried on separate activities. The purpose of the new Council will be to coordinate and strengthen economic, community, and cultural relations within the Western Hemisphere.

The merger of these organizations into a single unit is laudable and should help in the further strengthening of U.S. business activity in the broader fields of economic, social, and community development which are so essential in creating a favorable atmosphere for the growth of a viable private sector in Latin America.

There being no objection, the release and the article from the New York Times was ordered to be printed in the Record, as follows:

U.S. BUSINESS ORGANIZATIONS FOR LATIN AMERICA ANNOUNCE MERGER AIMED AT IMPROVING HEMISPHERE RELATIONS  
(Release from the Council for Latin America)

The Nation's three major business groups concerned with Latin American affairs today announced a merger aimed at strength-

ening economic, community, and cultural relations within the hemisphere.

The new organization will be known as the Council for Latin America and will include in its membership some 175 U.S. corporations. Its chairman will be David Rockefeller, president of the Chase Manhattan Bank.

The merged unit will be headquartered in New York and will embrace the varied activities of these three groups:

1. The Business Group for Latin America (BGLA), an organization of U.S. business executives which was formed last year under the chairmanship of Mr. Rockefeller. It has served in an informal advisory capacity to Government officials and others concerned with Latin America, and has maintained close relations with Latin American business leaders.

2. The United States Inter-American Council (USIAC), a 22-year-old organization of U.S. corporations with interests in Latin America. USIAC is the North American section of the Inter-American Council of Commerce and Production, known in Latin America by the initials of its Spanish name, CICYP. It is a hemisphere-wide confederation of business firms and business organizations with headquarters in Montevideo, Uruguay. George S. Moore, president of the First National City Bank of New York, is president of CICYP.

3. The Latin American Information Committee (LAIC), which engages in educational and community activities in the Latin American countries.

The merger has been under discussion by the three groups for several months. The first formal step was taken at the annual membership meeting of USIAC in December when the merger was voted and Mr. Rockefeller was elected chairman of USIAC, succeeding John D. J. Moore, vice president of W. R. Grace & Co. The merger was ratified by the Business Group for Latin America and the Latin American Information Committee at special meetings held in New York yesterday.

In announcing the establishment of the new organization, Mr. Rockefeller said:

"The Council for Latin America is the culmination of a long period of planning and work by a number of outstanding persons. It is a clear indication of the U.S. business community's steadfast belief and staunch interest in the future of Latin America. Over the past few years, much has been accomplished through the private sector in dealing with Latin America, but now the results can be immeasurably enhanced.

"By welding together the principal private organizations concerned solely with Latin America, we have achieved for the first time one center of management and program direction, one center of fundraising and budget allocation, and one center of consultation with government and international organizations.

"Not only does this consolidation have an important meaning for us in American business but it carries equal significance for our colleagues in Latin America and for those in the U.S. administration who have long sought a unified private group with which to work. In the areas where the three organizations have been effective separately, we can now speak with one voice and act with even greater strength in support of the economic and social objectives of the Alliance for Progress."

John F. Gallagher, vice president of Sears, Roebuck & Co., has been chosen as senior vice chairman of the new Council for Latin America. The following vice chairmen were elected: H. W. Balgooyen, executive vice president, American & Foreign Power Co., Inc.; William Barlow, president, Vision, Inc.; Fred C. Foy, chairman, Koppers Co., Inc.; George S. Moore, president, First National City Bank of New York; John D. J. Moore, vice president, W. R. Grace & Co.;

John R. White, director, Standard Oil Co. (N.J.); and William S. Youngman, Jr., chairman, American International Underwriters Corp.

The executive vice presidents are John T. Smithies and Enno Hobbing. Mr. Smithies will be in charge of administration and its public relations activities. Mr. Hobbing will direct the council's educational and community relations programs. Richard T. Turner is executive director.

[From the New York Times, Feb. 6, 1965]  
BANKERS ANNOUNCE THE MERGER OF THREE LATIN AMERICAN AID UNITS

Two leading New York bankers announced here yesterday the formation of a group of 175 top U.S. corporations to coordinate and strengthen economic, community and cultural relations within the hemisphere.

David Rockefeller, president of Chase Manhattan Bank, and George S. Moore, president of the First National City Bank, told a press conference that the growing interest in the problems and opportunities in Latin America had prompted the move.

The new unit will be known as the Council for Latin America, and will have Mr. Rockefeller as its chairman and Mr. Moore as a vice chairman. In effect, Mr. Moore and Mr. Rockefeller said, the new organization, which presently maintains offices at 201 Park Avenue South, will be born of the merger of three existing groups.

These are the Business Group for Latin America, an executive group formed last year; the United States Inter-American Council, a 22-year-old business group, and the Latin American Information Committee.

"I'm convinced that the business community in Latin America is waking up to the fact that it has social and economic responsibilities beyond its own businesses," Mr. Rockefeller said.

Sitting beside him at Chase Manhattan's headquarters, Mr. Moore observed: "There has been real growth in most Latin American lands last year \* \* \* even Brazil, with a rate of inflation of nearly 100 percent, had a net growth of 1 percent."

Mr. Rockefeller, who recently returned from a visit to Peru, Colombia, and Chile, said: "It was my first visit to these countries in 7 years. Not only did I find progress, but also nothing but friendliness toward North Americans."

#### CHILEAN GAINS NOTED

He was encouraged by the trends in Chile. "After meeting with President Eduardo Frei Montalva, I am confident that his copper program will succeed once the congressional elections are out of the way in March," he said. "Mr. Frei also expects to cut the rate of inflation in Chile over a 5-year period."

Mr. Moore noted that inflation there was at the rate of 30 percent last year.

Besides Mr. Rockefeller as chairman and Forrest D. Murden, as his special assistant, John F. Gallagher, vice president of Sears, Roebuck & Co., was chosen as senior vice chairman of the new council.

#### OTHER OFFICERS

Other vice chairmen elected were H. W. Balgooyen, executive vice president of the American & Foreign Power Co., Inc.; William Barlow, president of Vision, Inc.; Fred C. Foy, chairman of the Koppers Co., Inc.; John D. J. Moore, vice president of W. R. Grace & Co.; John B. White, director, the Standard Oil Co. (New Jersey); and William S. Youngman, Jr., chairman of American International Underwriters Corp.

Mr. Rockefeller went on to say he had the impression that Chile may eventually sell its proposed stake in the copper industry to the private sector over a period of time.

During the hour-long informal session, Chase Manhattan's president said inflation was an important problem in most Latin

Approved For Release 2005/07/13 : CIA-RDP67B00446R000400170029-9

1965

lates were understandably in a state of disarray. These records are the requisite of effective prosecutions. Even now many of these essential records are in the hands of other nations, a principal one of which (the U.S.S.R.) has been most uncooperative with your efforts to bring these criminals to justice.

It was not until 1958 that the Ministers of Justice of the various Laender agreed to create a central office for the coordination of information and investigation of Nazi crimes at Ludwigsburg. As late as December 1964 it was announced that the Ludwigsburg staff would have to be increased to aid this work. Thus it is clear that until fairly recent times, prosecution has not been completely possible.

In this connection we must remember that the 1871 statute means not that prosecutions in general became possible, but that a prosecution of an individual is possible. I happen to believe that if this had been so in any particular case, you would have prosecuted. It follows, therefore, that the failure to prosecute a Nazi criminal means that due to the disorganization of the state for a long period it was impossible to have commenced such.

I therefore conclude that applying your own domestic law, the statute of limitations should run for 20 years from the date prosecution became in fact possible.

The fact that I have asserted here have been recognized by no less an authority than the German Ambassador to the United States. In "News From the German Embassy," vol. IX, No. 1, dated January 5, 1965, Ambassador Heinrich Knappstein stated:

"As I know from my own activity in the denazification process, German courts during the early postwar years were not able—or only to a very limited degree—to try Nazi criminals, because the Allies reserved these cases almost entirely for themselves. Only with the establishment of the Federal Republic and the conclusion of the Bonn Conventions of 1964 was German judiciary able to take on fully the prosecution of Nazi criminals. This was particularly difficult in the beginning as the most important documents were still in Allied hands, and because it was especially difficult, during those first turbulent years, to reach surviving witnesses who were essential for such trials."

In the same publication, vol. VIII, No. 8, dated May 28, 1964, the Embassy published an interview with a senior prosecuting attorney, stating the following:

"Question. How is it that the Auschwitz and similar legal proceedings were started so late?

"Answer. There are many reasons for this. It has only been since 1966 that the Federal Republic of Germany has enjoyed full sovereignty in this as well as other areas. Beyond this the Allies conducted the Nuremberg trials from 1945 to 1948, and in concluding them in 1948 did not call the attention of German judicial authorities to the documents that remained and that despite Allied efforts all perpetrators of crimes had not been brought to justice. The documents necessary to prosecute such criminal actions were scattered throughout archives around the world. It took time to find out where they were and to get possession of these documents. There is a substantial body of documents in the East bloc states which remain inaccessible to use even today."

You have been candid enough to agree with me that some date after May 8, 1945, could reasonably be selected as a beginning point without violating your constitution or the rule of law as you see it. I very much hope you will now search for, select, adopt, and announce a date consistent with the facts and fair to society, both German and international, which suffered so much from the Nazi horrors.

I believe the date 1955—the date when complete German sovereignty was regained—

would be an appropriate date. This would extend prosecutions until 1975.

I recognize that your Ministry has been requested "to report to the Bundestag not later than March 1, 1965, whether in all pertinent murder cases investigations have been conducted and whether action has been taken to insure interruption of the statute of limitations."

I gathered from my conversations in Bonn that should your reply to the above question be in the negative, there would be a strong disposition in many German quarters, and perhaps in your Government to extend by direct legislation the statute of limitations if (to use the words of the Bundestag resolution of December 9, 1964) "the criminal prosecution of such murders cannot be insured in any other way."

While many have argued that "ultimate justice" demands that such crimes should be punished even if special and exceptional domestic legislation is required, you have personally been understood to reject this view on the ground that the desired end does not justify such means.

However, may I submit, that the decision to ask for such legislation cannot on your stated principles, rest on any estimate as to the number of criminals who will escape trial and justice if the time for prosecution expires on May 8, 1965. Therefore, I believe it is preferable not to wait until such a survey and estimate is made before announcing clearly and firmly that the time does not expire on May 8, 1965. An announcement to that effect predicated on the terms of the code of 1871, with a realistic finding of the date on which prosecution became possible, would do justice to society and honor to the rule of law.

#### HIGH-PROTEIN FLOUR

Mr. PEARSON. Mr. President, I would like to invite the Members of the U.S. Senate, their staffs, and the Kansas congressional delegation to be my guests on Tuesday, March 2, from 8 a.m. to 10 a.m., in the visitors' cafeteria, New Senate Office Building, to taste the world's finest protein flour pancakes that will be served with a variety of sauces. All members of the press are also invited to attend the breakfast in honor of the 15th annual International Pancake Day Race.

The breakfast will be sponsored by the Liberal Junior Chamber of Commerce, Liberal, Kans.

This day is set aside in Kansas as Liberal's International Pancake Day, the day before the beginning of Lent, Shrove Tuesday. On this day the ladies of Liberal, Kans., run an annual footrace with the ladies of Olney, England, each runner holding a skillet in which she must flip a pancake three times while covering the course. The wives of Olney have been pancake racing since the year 1445. Liberal challenged the women of Olney in 1950 and the vicar of Olney, Rev. R. C. Collins, accepted.

On Shrove Tuesday, in England, it was customary for the housewives to stop their work and run to the church to be "shriven" of their sins when the church bells tolled. In 1445, a housewife heard the bells ring, but was caught in the middle of baking pancakes. She raced to the church carrying her griddle and pancakes with her. This was the beginning of the annual sporting event.

Be sure to join me for the world's finest pancakes.

#### ADDRESS BY MRS. LYNDON B. JOHNSON AT VISTA GRADUATION CEREMONY

Mr. HARRIS. Mr. President, Mrs. Lyndon B. Johnson our gracious First Lady, who has always taken such a deep and abiding interest in the problems of our country, and particularly in the needs of our less fortunate citizens, made an excellent address on Friday, February 26, 1965, on the occasion of the VISTA graduation ceremonies in St. Petersburg, Fla.

I ask unanimous consent that the remarks by Mrs. Johnson on this forward-looking and progressive program, which gives and will continue to give many of our concerned citizens opportunities for the discipline of service to others, be printed in the Record.

There being no objection, the address was ordered to be printed in the Record, as follows:

REMARKS BY MRS. LYNDON B. JOHNSON, VISTA GRADUATION, ST. PETERSBURG, FLA.

I am delighted to be in St. Petersburg today to join in a program which is surely an exciting landmark in the history of our Nation.

One of the most interesting things about the program to me is the name itself—Volunteers in Service to America—VISTA which says in one word what the program is.

You know, at our particular point of history, as we look back, this is a natural follow-up to successive periods when our country confronted great human problems. In the early and middle 19th century we proved that, whatever diversities existed among us, we could function as one Nation. In the later 19th century, we forged ahead an economic system strong and flexible enough to support an ever-rising standard of living. In the 20th century we recognized that we are, ineluctably, part of a complex and churning world, and swung our energies toward making that role a force for freedom.

Now we are boldly taking hold of an aspiration which men have known as long as there have been human beings—the eradication of the bleak winter of poverty from the climate of the whole society.

Of all the economic opportunity programs being launched, none better expresses the spirit of the entire war against poverty than the VISTA operation.

I am pleased to meet you VISTA graduates in person and to see you at work—as I will later in the day. You have already made your mark here in St. Petersburg. The petition of the people of Ridgcrest and Old Baskin's Crossing asking for you to stay is evidence of your success.

That—in this brief time—must be a special source of satisfaction. You men and women of all ages, from all parts of the country, from a variety of occupations, have chosen to interrupt your careers and sacrifice economic gain or give up the well-earned leisure of later years in order to help others.

American is many things. But above all—more than any nation in the history of man—ever since the first frontiersman picked up his musket to help protect a neighbor—we have been a nation of volunteers. We have been a land in which the individual says—"My neighbor needs me. I will do something."

You are graduating today into a stirring tradition. You are making glow again the word of that most American of poets, Walt Whitman, who wrote for us: "Behold, I do not give lectures or a little charity when I give myself."

And I cannot think of a more appropriate place for this first VISTA graduation than here in the prosperous city of St. Petersburg.

December 9, 1971

CONGRESSIONAL RECORD — SENATE

S 21017

in Minneapolis. Her son's death was one of those lonely single tragedies lost in statistics that just need not have happened. For her and others like her, there will be no explanation slick enough to conceal the truth that when they cried, no one really listened.

I do not know—nor, I suspect, does President Nixon know—exactly what will happen in Indochina when we have finally gone. But the odds are that we will leave behind there largely the same corruption and turmoil and unhappiness that we came upon more than a decade ago.

I am afraid that when that depressing fact sinks in on the American people—when they know at last the awful truth that we really had no business there and that we made so little difference in the long run—there will be no comfort in comparative casualty rates or the dropping lines on Pentagon graphs.

Then the American people are going to see clearly that their Government too long lacked the courage to face the facts, and that it too long asked American sons, brothers, and fathers to die for that lack of courage.

One of the final casualties of this war will surely be the belief of the American people in all of us in public life. And one of its ultimate tragedies will be that this casualty, like the others, could have been avoided.

#### U.S. RELATIONS WITH LATIN AMERICA

Mr. JAVITS. Mr. President, on December 6, David Rockefeller, the honorary chairman of the Council of the Americas, made an enlightened address about U.S. relations with Latin America. Mr. Rockefeller called for a new cooperative effort between the nations of North and South America—an Alliance for Development.

In describing this concept, Mr. Rockefeller stated:

It should embrace political development, economic development, and social development. To accomplish this far reaching goal, it would have to draw together business and governments—organizations and people—universities and international agencies. Only through such concerted efforts can it expect to overcome the common and inter-related problems that have stalled true development as one sector or the other sought domination.

Mr. Rockefeller also had some wise words on the future role of private capital in Latin America and continuing U.S. private sector involvement in the area.

I ask unanimous consent that his speech be printed in the RECORD.

There being no objection, the remarks were ordered to be printed in the RECORD, as follows:

#### REMARKS BY DAVID ROCKEFELLER

Seven years ago this week, I was one of a group of businessmen who had an appointment with the President of the United States. We were to discuss ways in which the U.S. Business Group for Latin America could help to realize the goals of an ambitious program—an Alliance between the free and independent countries of the Southern and Northern continents of America to assure the economic and social advancement of all the people.

President John F. Kennedy was unable to keep that appointment, having decided at the moment to go to Dallas. The next day,

he met his tragic end; so that our group never did meet with President Kennedy. Although the idea of government-business cooperation in Latin America was picked up and actively pursued by President Johnson and his Administration.

Regrettably, the main thrust of his Alliance for Progress, which started with such promise, has since been blunted, deflected and largely dissipated by a steadily rising demand for nationalization in Latin America and, more recently, by a short-sighted reversion to "Fortress America" sentiment here at home. Nevertheless, the Alliance in its conception, despite its critics then and now, was a significant move in the right direction.

That Alliance bound us together for a while in a single purpose—to make human existence throughout the Americas something more than merely scratching out inadequate food from the barren soil of the hills. It held out the hope that being alive in the Americas need not mean the wall of hungry children or the unbearable knowledge that there would not be enough schools or enough jobs for them even if they managed to survive and grow.

The Alliance was to have coordinated a flow of technical skills and investment resources from the U.S. private sector—in cooperation with our own and Latin American governments—to create jobs, modernize agricultural techniques, stimulate manufacturing and increase international trade in Latin American nations. To understand why an Alliance founded on these worthy objectives has fallen into its present disarray, we will have to consider—without the emotions that usually surround it—the rise of chauvinism and nationalization in many countries of Latin America.

To a considerable extent their striving for self-identity and self sufficiency, however premature from an economic viewpoint, is understandable, especially when one takes into account the extreme youthfulness of the people of Latin countries. Because of their high birth rate and rapid population growth, nearly two-thirds of the Latin American population is less than twenty-five years old. As Eduardo Frei Montalvo, former President of Chile, has pointed out, "This youthful mass is in a deeply critical mood, like their peers in the rest of the world." Consequently, he concludes, "headquarters, both for ideas and for actual change, are . . . the universities and student groups."

If that sounds familiar, it is because we, in the United States, have been responding to the same passionate involvement and political concern of our own young people who are playing a growing role in public issues. In response to their concerns, we amended our Constitution to lower the voting age to eighteen. As a nation, we should have little trouble in recognizing and accepting the reality of comparable changes in other countries. But many of us are reluctant to accept the consequences.

When these youthful nations express their independence of thought and purpose through aggressive action affecting our interests, we find many of our own legislators are tempted to respond in kind with punitive and retaliatory measures.

But neither an arbitrary, uncompensated expropriation of foreign investments, nor a resort to violence in retaliation, is an acceptable assertion of self-determination in the context of today's world. In the long run, however, ill-considered expropriation is bound to be self-defeating for those nations that have not as yet accumulated sufficient capital or managerial depth to plan and carry out self-sustaining programs for internal development. On the other hand, in view of our own revolutionary origins as a nation, there are many other expressions of the new rising nationalism in Latin America to which we should not be able to comprehend and accept with patience and insight.

This breach in our hemispheric alliance, caused in large part by the growing spirit of independence in Latin America, is further widened by a growing indifference here at home. As we approach 1972, we are preoccupied with the problems of our own people and our own nation. The young and the radicals among us, the disadvantaged minorities, the affluent and the conservative are all asking if we shouldn't solve our own internal problems of the cities, of our economy, of our youth and of our educational system before we worry about others outside our borders.

But even if it were possible to solve all our own problems without concern for and in total isolation from the rest of the world, it would prove an empty victory to emerge as an island of prosperity in a sea of misery. The truth is, of course, that we share too many common interests, cultural ties, and mutual dependencies with other nations ever to return to "Fortress America." Whether we like it or not, we live in one world and we have to act accordingly.

When I spoke before this Council one year ago, I expressed the earnest hope that we would be able to prevail on Congress, our State Department and the Executive Branch generally to respond more fully to that mutuality of interests especially as it concerns our neighbors to the south. Now, a year later, we must regretfully acknowledge that the need is greater than ever. But we can temper our disappointment by reflecting that on a number of fronts progress has been made in meeting the goals of the Alliance.

As a result of cooperative efforts over the past decade, I know of tens of thousands of miles of new roads—thousands of new schools—millions of children going to them—falling death rates—more jobs—more income—and hope that was not there before. But in the face of rapidly rising populations, the question remains, how can more progress be accomplished? The record as revealed in case after case, seems to indicate that government-to-government programs alone never really affect the root problems of development. What is needed is the total involvement of all sectors . . . government and private.

In the United States, the business sector from the beginning has been an integral part of our own highly successful development process and so, we realize that it must play a comparable role in helping other nations now in the process of development. The faith that this gives the Council of the Americas a noble mission which we must not abandon. It has been part of our credo from the beginning.

In my years as Chairman, I saw many U.S. companies offer their help, their manpower, their technology and their skills to the governments and people of Latin America. They were "citizens first and businessmen second." They did this without publicity or full-page advertisements boasting of their involvement. As appropriate as this modesty may have been, the lack of publicity about what U.S. companies were doing, has often resulted—even in the business community itself—in ignorance of the facts. This in turn has sometimes drawn the criticism that perhaps the Council was not fulfilling its primary mission and I fear that no detailed accounting of the impact of the U.S. private investor in Latin America, such as Herbert May's study for the Council of the Americas last year will convince the unconvinced. But even though more has been done than is generally recognized, I still do not believe the full potential of the private sector has been tapped—either by local businessmen or by foreign investors. For this reason, I hope the Council programs for 1972 which you have heard this morning will be pursued aggressively by all of us.

The U.S. business community must make the case in the most forceful terms that

development depends not only on capital, manpower, technology, and skills, but on a willingness to employ every opportunity that presents itself. Development is not the exclusive goal of one political system—or of one economic system. It can best be achieved by an electric synthesis of whatever works, regardless of its origin.

The Council program for 1972 calls for a heightening of business-to-government and business-to-business missions. It does not call for confrontation, but rather for cooperation. And planning for the future, it requires genuine appreciation by all of us of the necessary elements of development, and a continuous dialogue between those who desire development assistance and those who believe they can provide it. This calls for a new Alliance, if you will—not one pronounced by governments but one agreed to by the participants.

Societies and economies, like people, must grow. They cannot simply be conceived and executed by the fiat of an outside government or by the spontaneous inspiration of an academic theorist. Only governments within the developing nations must be the ones to engage in the long-range and sustained planning necessary for their own lasting development.

On the other hand, I do not find that governments anywhere are accomplishing development entirely by themselves. Certainly the Soviet Union and the other nations of Eastern Europe are not only recognizing the necessity for private initiative, but they are approaching the great companies of the West to become involved in their development process.

But curiously as the Marxist countries in the Soviet orbit are opening their doors to Western technology, Western capital and Western know-how, some countries in Latin America are slamming their doors against such foreign assistance. That is but one paradox in a "continent of paradoxes." Another is that many Latin American nations which openly admit their need for the free enterprise elements of development, adopt regulations, sign mutual investment codes, and create a climate of uncertainty by expropriation which inevitably militate against the very investments they concede they must have.

There is still another paradox which relates to attitudes in this country. Latin America represents an enormous actual and potential market to U.S. businessmen. And yet, we find many, both in business and in government, who through neglect and by actions that discourage trade seem prepared to place our Latin trade in jeopardy.

These paradoxes do not have to remain forever unsolved. They are not riddles wrapped in mysteries inside enigmas. They are quite simply differences or outlook. Just as business no longer looks to the countries of the development world as mere stockpiles of raw materials for Western industry, Latin governments, however youthful and impetuous, should not look at business as sinister and exploitative. To resolve these misunderstandings, I believe there should be a new Alliance—an Alliance for Development. It should embrace political development, economic development and social development. To accomplish this far reaching goal, it would have to draw together business and governments—organizations and people—universities and international agencies. Only through such concerted effort can it expect to overcome the common and interrelated problems that have stalled true development as one sector or the other sought domination.

What I have described is what the Council will be attempting to do in 1972—coalesce all those who are sincere in their desire for true development, into a well-planned, coordinated, thoroughly expert and professional effort—an all-out Alliance which has the will and capacity to help.

I urge that you engage yourselves wholeheartedly to that new Alliance for Development and that you support the Council of the Americas as it seeks to lead the way.

#### OUR CONTEMPT FOR A POPULAR CAUSE

Mr. CHURCH. Mr. President, an informed and thoughtful columnist, Milton Viorst, has written a three-part series about the historical antecedents to the hostilities between India and Pakistan. These pieces, which appeared in the Washington, D.C., Evening Star of November 18, 20, and 22, are based on the findings of Mr. Viorst during a recent trip to that troubled region.

He demonstrates that American military assistance to Pakistan has materially helped to make its military government intransigent toward the legitimate grievances of East Pakistan—grievances which have led to bloodshed and an estimated 10 million East Pakistanis fleeing across the border into India.

At one point, Mr. Viorst correctly points out:

Sadly, the United States has once again fallen in with the oppressors—as we did in Cuba, the Dominican Republic, Greece, China, Vietnam. We have a tragic talent for it."

Mr. President, I ask unanimous consent that these three articles be printed in the RECORD.

There being no objection, the items were ordered to be printed in the RECORD as follows:

#### INDIA CONDITIONED TO ACCEPT WAR

NEW DELHI.—Within the highest circles of the Indian government, one can feel the elation that comes with the imminence of war.

It's not that anyone is seeking war—and certainly no one will admit to looking forward to war. But there is a feeling that war is inevitable—if not within weeks, then within months—and no one is wringing his hands in despair.

Why? War, as an adventure, would surely be a relief from the relentless and tedious struggle in which the government is engaged against the unbelievable poverty one sees everywhere. War, as every Indian official sees it, would bring an exhilarating and prestigious victory.

But most important, war would remove—once and for all—the one military threat and the single greatest irritant that Indians see to their historical development: Pakistan.

It's apparent, after many talks in the ministries here, that India has no territorial designs in the present crisis. Whatever resentment Indians may have felt over the partition of the subcontinent when the British left in 1947, they now seem to recognize that they have enough problems without trying to swallow up parts of Pakistan, too.

But they are angry at Pakistan for continuing to be a thorn in their side—as they are angry at the United States for having made Pakistan, with a fraction of India's wealth and population, into a military power capable of giving them a good fight.

Somehow, John Foster Dulles got the idea back in the 1950s that the Pakistani nation could be forged with tanks and planes into the ring he was building around the Sino-Soviet bloc. It was a grievously bad forecast.

Within a few years, there was no Sino-Soviet bloc. Pakistan, after flirting on and off with Russia, became an intimate friend of Communist China. America's tanks and

planes, furthermore, were used only to threaten its neighbor, India. India, as a neutrality and moved closer and closer to the Soviet camp.

Now, the final proof of short-sighted—and counterproductive—American foreign policy is being played out. Pakistan is coming apart at the seams. The artificial product of British decolonization, it is showing itself to be a no nation at all.

To sum up the current crisis, East Pakistan, an enclave of 75 million Bengalis surrounded on three sides by India, is in open revolt against West Pakistan, whose 65 million Punjabis have dominated the union since independence.

While West Pakistan's 60,000-man army has brutally attempted—with American arms—to suppress the rebellion, no fewer than 10 million East Pakistanis have fled into India. The number could reach 15 million by Christmas.

For India, those refugees are the rub. The Indian government is paying out at the rate of \$700 million a year to support them. That's more than even a rich country could afford. For India, it represents a substantial proportion of the funds that would otherwise go to economic development.

Quite understandably, the Indians regard the burden as intolerable. The pledges of assistance made by a few countries—including our own—come up to a fraction of the cost.

The refugees, furthermore, are concentrated in the northeast, particularly around Calcutta, which is already the poorest and most explosive section of the country. They are an additional bit of kindling, waiting for a spark.

The Indians say they would like to settle the matter peaceably, and no doubt they would. But they maintain—probably correctly—that no solution short of independence for East Pakistan would get the refugees back home.

The Pakistani government, however, does not seem disposed to compromise. It has declared it will attack India if the rebels to whom Indian help is indispensable—show signs of defeating their army.

Both sides may be bluffing about war—but there is an ominous quality to the bluff of both. Pakistan is tempted to gamble, while India is sure it would win. Indeed, the Indian government seems elated at the prospect of a rousing fight.

#### THE REFUGEES AND BANGLA DESH

CALCUTTA.—Of the 550 camps that the Indians have set up for the refugees of military terror in East Pakistan, I have just visited three—and the spirit I found was unmistakably of buoyancy and of anticipation.

They are restless. Yet, if they are still in the camps next year, they will, like the Palestinians, be broken, too.

The Indians know that, and are frightened by it. Once the refugees get comfortable and lethargy triumphs, they may never want to return home. There are 10 million of them. They are still coming. India cannot support them indefinitely.

Yet India has done a remarkable job in the camps. The refugees are adequately fed. They receive medical attention. Though sanitation is a problem, it is generally under control. It's not saying much—but life in the camps is probably equal to what it is here in Calcutta and in the surrounding countryside.

Winter is coming, however, and already refugee families must huddle together in their bamboo shacks to keep warm at night. The Bengalis fled with what they had on their backs. They have no warm clothes. They desperately need blankets. So the pressure intensifies to settle the matter quickly.

1528

S. HRC. 101-1111

**THE ECONOMIC IMPORTANCE OF LATIN  
AMERICA FOR THE UNITED STATES**

---

---

**HEARING**  
BEFORE THE  
**JOINT ECONOMIC COMMITTEE**  
**CONGRESS OF THE UNITED STATES**  
ONE HUNDRED FIRST CONGRESS  
SECOND SESSION

—————  
MAY 22, 1990  
—————

Printed for the use of the Joint Economic Committee



U.S. GOVERNMENT PRINTING OFFICE  
WASHINGTON : 1990

35-681

For sale by the Superintendent of Documents, Congressional Sales Office  
U.S. Government Printing Office, Washington, DC 20402

JOINT ECONOMIC COMMITTEE

[Created pursuant to sec. 5(a) of Public Law 304, 79th Cong.]

HOUSE OF REPRESENTATIVES

LEE H. HAMILTON, Indiana,  
*Chairman*  
AUGUSTUS F. HAWKINS, California  
DAVID R. OBEY, Wisconsin  
JAMES H. SCHEUER, New York  
FORTNEY PETE STARK, California  
STEPHEN J. SOLARZ, New York  
CHALMERS P. WYLIE, Ohio  
OLYMPIA J. SNOWE, Maine  
HAMILTON FISH, Jr., New York  
FREDERICK S. UPTON, Michigan

SENATE

PAUL S. SARBANES, Maryland,  
*Vice Chairman*  
LLOYD BENTSEN, Texas  
EDWARD M. KENNEDY, Massachusetts  
JEFF BINGAMAN, New Mexico  
ALBERT GORE, Jr., Tennessee  
RICHARD H. BRYAN, Nevada  
WILLIAM V. ROTH, Jr., Delaware  
STEVE SYMMS, Idaho  
PETE WILSON, California  
CONNIE MACK, Florida

JOSEPH J. MINARIK, *Executive Director*  
RICHARD F KAUFMAN, *General Counsel*  
STEPHEN QUICK, *Chief Economist*  
DAVID R. MALPASS, *Minority Staff Director*

(II)

# CONTENTS

## WITNESSES AND STATEMENTS

TUESDAY, MAY 22, 1990

	Page
Sarbanes, Hon. Paul S., vice chairman of the Joint Economic Committee: Opening statement.....	1
Fish, Hon. Hamilton, Jr., member of the Joint Economic Committee: Opening statement.....	2
Rockefeller, Hon. John D., IV, a U.S. Senator from the State of West Virginia: Opening statement.....	2
Rockefeller, David, chairman, Council of the Americas.....	3
Berndt, Wolfgang C., group vice president, Procter & Gamble Co.....	45
Black, C. Robert, president, Texaco Latin America/West Africa.....	63
Forese, James J., vice president of finance, IBM Corp.....	75
Ockene, Alan L., vice president, Latin American region, Goodyear Tire & Rubber Co.....	90
Rogers, William D., senior partner, Arnold & Porter, and vice chairman, Kissinger Associates, Inc.....	92

## SUBMISSIONS FOR THE RECORD

TUESDAY, MAY 22, 1990

Berndt, Wolfgang C.: Prepared statement.....	47
Black, C. Robert: Prepared statement.....	66
Forese, James J.: Prepared statement.....	78
Rockefeller, David: Prepared statement, together with an attachment.....	6
Rogers, William D.: Prepared statement.....	95

## APPENDIX

TUESDAY, MAY 22, 1990

Statements of:	
Bell Helicopter Textron, Inc.....	113
Butler, J. Murfree, vice chairman, W.R. Grace Co.....	116
Carter, Marvin R., president, Association of American Chambers of Com- merce in Latin America.....	120
Eli Lilly International Corp.....	125
Ford Motor Co.....	126
GTE Corp.....	135
3M.....	140
Johnson & Johnson.....	142

(III)





## ANEXO J – FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1969–1976, VOLUME XXI, CHILE, 1969–1973. Chile—Status Report on Implementation of NSDM 93, p.462.

OFFICE OF THE  
HISTORIAN

## FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1969–1976, VOLUME XXI, CHILE, 1969–1973

**181. Paper Prepared for the Senior Review Group<sup>1</sup>**

Washington, November 17, 1970.

Chile—Status Report on Implementation of NSDM 93

## A. Multilateral

1. *OAS and Cuba.* The Department of State is urging Latin American governments to make unilateral public statements along the lines of the U.S. statement of November 13, reaffirming adherence to the OAS resolution on Cuba [\[Page 462\]](#) sanctions,<sup>2</sup> and is taking careful soundings on prospects for constructive statements within the OAS forum. Circular telegram sent November 15 is at Tab A.
2. *Concern over Chile.* The Department of State is preparing to provide to selected Latin American governments overt, and to the extent feasible, covert information on Chile's links with subversion in other countries, to document the reasons for our concern over Chile and to encourage other governments to understand the U.S. posture and to adopt a similar one.
3. *Consultation with key governments, particularly Brazil and Argentina, to coordinate efforts on Chile.* The Department of State is preparing an instruction to selected posts for such consultation and the Ad Hoc Interagency Working Group on Chile will meet promptly to consider how to increase efforts to establish and maintain close relations with friendly military leaders in the hemisphere.
4. *IDB Lending to Chile.* The Department of State is exploring with the U.S. Director of IDB and the Department of the Treasury the procedural possibilities for delay or veto of FSO loans to Chile, and will prepare a recommendation for action. See Tab B for discussion.

## B. Bilateral

1. *Public Position.* Recommendation: that approval be given to the statement at Tab C, to be drawn upon on a contingency basis by senior USG officials in responding to questions on Chile. The Department of State has meanwhile given (on November 12) an off-the-record briefing on Chile to Mr. George Meany and other leaders of the AFL–CIO, and will give on November 17 in New York similar off-the-record briefings to the staff of the Council for the Americas and to senior officers of Anaconda and other companies interested in Chile.
2. *Consultations with the Congress.* Recommendation: that consideration be given to having high level briefings of key Congressional leaders on our Chile policy, to insure understanding of our posture, and with a view to easing present legislative restrictions in economic and military matters of special interest to Latin American governments, with which we will be consulting closely on Chile; e.g., soluble coffee for Brazil; meat for Argentina, and reductions in MAP and FMS availabilities in general. The Department of State will prepare proposals for carrying out the consultations with the Congress.
3. *Military Assistance to Chile.* Recommendation: that approval be given to the proposed telegram to Embassy [\[Page 463\]](#) Santiago at Tab D, instructing the Ambassador to begin moves which will have the effect of forcing a decision from the GOC on continued U.S. military presence. Discussion of existing and potential requests by the Chilean military services

for the purchase of arms and equipment in the United States is at Tab E. Note that the Chilean desire to buy three C-130's and eleven F-5's would not involve USG decisions on financing. Decision would be required on export licensing and on accommodating any FMS part of the sale (i.e. government furnished equipment such as weapons) within the \$75 million area limitation on FMS and grant matériel articles for Latin America.

4. *Economic Assistance to Chile.* The Department of State has issued classified instructions to withhold until further notice any new commitments of U.S. bilateral assistance to Chile, including AID loans, AID Investment Guarantees, and Eximbank loans and export guarantees. The Department of State has in preparation recommendations on courses of action on handling Investment Guarantee problems which may arise when the GOC begins to nationalize U.S. property.

5. *Peace Corps.* Recommendation: that the 17 PCV's scheduled to go to Chile following completion of training on December 12 be held back until the Allende government has given some authoritative confirmation of the request for them made by the previous government. We would make clear at the working level that we would not be prepared to go ahead without such reaffirmation. See Tab F for discussion.

### C. Organizational

1. The Ad Hoc Interagency Working Group on Chile has been organized and has begun its work under the chairmanship of Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs, Charles A. Meyer.

2. The Department of State Country Director for Andean and Pacific Affairs has been permanently assigned full time to Chilean affairs, and has been provided an additional Associate Director exclusively for Chile, and has been designated as the central working-level point of coordination for Chilean matters.

- 
1. Source: National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, NSC Institutional Files (H-Files), Box H-49, Senior Review Group, Chile, 11/19/70. Secret; Sensitive. Meyer sent the paper to the National Security Council, and it was distributed to the members of the Senior Review Group for consideration at the meeting originally scheduled for November 18, but which took place on November 19. Tabs A-F described in the text are attached but not printed.↵
  2. The Department of State issued a statement on November 13, after Allende announced Chile's recognition of Cuba, affirming U.S. support of the OAS resolutions isolating Cuba. ("U.S. Decries Chile's Recognition of Cuba," *Washington Post*, November 14, 1970, p. A12)↵



ANEXO M – POPPER, David. Visit of study group from Council of the Americas. US Embassy in Santiago para Department of State, 10 de abril de 1975, Unclassified. Canonical ID: 1975SANTIA02159\_b. Disponible em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/1975SANTIA02159\\_b.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/1975SANTIA02159_b.html)>

**Canonical ID:** 1975SANTIA02159\_b  
**Subject:** VISIT OF STUDY GROUP FROM COUNCIL OF THE AMERICAS  
**From:** Chile Santiago  
**To:** Department of State, Secretary of State  
**Original Classification:** UNCLASSIFIED  
**Current Classification:** UNCLASSIFIED  
**Previous Handling Restrictions:** -- N/A or Blank --  
**Archive Status:** Electronic Telegrams  
**Type:** TE  
**Locator:** TEXT ON MICROFILM, TEXT ONLINE  
**Reference(s):** n/a  
**Executive Order (E.O.):** -- N/A or Blank --  
**Markings:** Margaret P. Grafeld Declassified/Released US  
Department of State E0 Systematic Review 05 JUL 2006  
**Enclosure:** -- N/A or Blank --  
**Concepts:** -- N/A OR BLANK --  
**TAGS:** Business Services--Travel by U.S. and Foreign Businessmen [BTRA]  
Chile [CI]  
**Office:** -- N/A or Blank --  
**Document Character Count:** 2589  
**Date:** 1975 April 10, 15:42 (Thursday)

---

UNCLASSIFIED POSS DUPE

PAGE 01 SANTIA 02159 101615Z

70  
ACTION COME-00

INFO OCT-01 ARA-10 ISO-00 EB-07 /018 W  
----- 075039

R 101542Z APR 75  
FM AMEMBASSY SANTIAGO  
TO SECSTATE WASHDC 2831

UNCLAS SANTIAGO 2159

E.O.11652:N/A  
TAGS: BTRA, CI  
SUBJ: VISIT OF STUDY GROUP FROM COUNCIL OF THE AMERICAS

1. EIGHT-MAN DELEGATION FROM COUNCIL FOR THE AMERICAS MADE STUDY TRIP TO CHILE APRIL 3-4 TO EXAMINE PROSPECTS FOR INVESTMENT IN AGRICULTURAL MININDUSTRY.

2. GROUP WAS HEADED BY COUNCIL VICE PRESIDENT ESTEBAN FERRER AND INCLUDED OFFICIALS OF DOW CHEMICAL, CATERPILLAR, ITT CONTINENTAL BAKING, JOHN DEERE, AND NEW ORLEANS INTERNATIONAL TRADE MART.

3. PROGRAM INCLUDED:

A) BRIEFING BY EMBASSY



- B) VISIT TO NATIONAL SOCIETY OF AGRICULTURE
- C) MEETING WITH MINISTER OF AGRICULTURE
- D) CALL ON JUNTA MEMBER GENERAL CESAR MENDOZA
- E) MEETING WITH ECONOMIC SPOKESMAN OF CHILEAN GOVERNMENT MINISTERS SAEZ, LENIZ AND CAUAS; OFFICIALS OF CORFO, FOREIGN MINISTRY AND COMMITTEE ON FOREIGN INVESTMENT
- F) LUNCHEON WITH NATIONAL ASSOCIATION OF MANUFACTURERS (SOFOPA)

UNCLASSIFIED  
UNCLASSIFIED

PAGE 02 SANTIA 02159 101615Z

- G) MEETING WITH U.S. CHAMBER OF COMMERCE, SANTIAGO
- H) DINNER WITH MEMBERS OF NATIONAL CONFEDERATION OF PRODUCTION AND COMMERCE

4. RATIONALE OF TRIP WAS TO INVESTIGATE AND REPORT ON CHILEAN INVESTMENT CLIMATE TO COUNCIL OF THE AMERICAS HEADQUARTERS IN NEW YORK. NO SIGNIFICANT INDIVIDUAL INVESTMENT PROJECTS WERE DISCUSSED. (SEVERAL OF GROUP MEMBERS' FIRMS ARE ALREADY ESTABLISHED IN CHILE.) REPRESENTATIVE OF NEW ORLEANS TRADE MART REPORTED POSITIVE RESPONSE TO THIS OFFER TO ACCOMMODATE CHILEAN STAND IN INTERNATIONAL EXPOSITION IN NEW ORLEANS LATER THIS YEAR.

5. GROUP MEMBERS WERE IMPRESSED WITH THEIR RECEPTION: THEY WERE ABLE TO MEET AND DISCUSS INVESTMENT QUESTIONS IN DEPTH WITH TOP OFFICIALS FROM GOVERNMENT, PUBLIC AND PRIVATE ENTERPRISE. KEY MEETING WAS THAT WITH ECONOMIC SPOKESMEN (PARAGRAPH 3.E. ABOVE) WHICH WAS CHARACTERIZED AS OPEN-ENDED, INFORMAL, SHIRT-SLEEVES DISCUSSION WHICH LASTED 2 1/2 HOURS AND WAS BROKEN OFF AT BEHEST OF COUNCIL OF THE AMERICAS GROUP TO ENABLE THEM TO MAKE LUNCH DATE. PREVAILING ATTITUDE ATTRIBUTED TO GOVERNMENT OFFICIALS FROM THIS SESSION WAS EAGERNESS TO ACCOMMODATE U.S. INVESTMENT WITH MAXIMUM FLEXIBILITY.

6. WE UNDERSTAND FORMAL REPORTS OF VISIT WILL BE WRITTEN UP BOTH HERE (BY LOCAL COUNCIL REPRESENTATIVE) AND IN NEW YORK. EMBASSY WILL POUCH LOCAL REPORT WHEN AVAILABLE. REQUEST DEPARTMENT SEEK SEPARATE REPORT FROM COUNCIL AND SEND US COPIES WHEN RECEIVED.  
POPPER

UNCLASSIFIED

NNN





**Capture Date:** 01 JAN 1994  
**Channel Indicators:** n/a  
**Current Classification:** UNCLASSIFIED  
**Concepts:** n/a  
**Control Number:** n/a  
**Copy:** SINGLE  
**Draft Date:** 10 APR 1975  
**Decaption Date:** 01 JAN 1960  
**Decaption Note:** n/a  
**Disposition Action:** n/a  
**Disposition Approved on Date:** n/a  
**Disposition Authority:** n/a  
**Disposition Case Number:** n/a  
**Disposition Comment:** n/a  
**Disposition Date:** 01 JAN 1960  
**Disposition Event:** n/a  
**Disposition History:** n/a  
**Disposition Reason:** n/a  
**Disposition Remarks:** n/a  
**Document Number:** 1975SANTIA02159  
**Document Source:** CORE  
**Document Unique ID:** 00  
**Drafter:** n/a  
**Enclosure:** n/a  
**Executive Order:** N/A  
**Errors:** N/A  
**Film Number:** D750126-0035  
**From:** SANTIAGO  
**Handling Restrictions:** n/a  
**Image Path:** n/a  
**ISecure:** 1  
**Legacy Key:** link1975/newtext/t19750462/aaaacfgb.tel  
**Line Count:** 93  
**Locator:** TEXT ON-LINE, ON MICROFILM  
**Office:** ACTION COME  
**Original Classification:** UNCLASSIFIED  
**Original Handling Restrictions:** n/a  
**Original Previous Classification:** n/a  
**Original Previous Handling Restrictions:** n/a  
**Page Count:** 2  
**Previous Channel Indicators:** n/a  
**Previous Classification:** n/a  
**Previous Handling Restrictions:** n/a  
**Reference:** n/a  
**Review Action:** RELEASED, APPROVED  
**Review Authority:** ShawDG  
**Review Comment:** n/a  
**Review Content Flags:** n/a  
**Review Date:** 30 JUN 2003  
**Review Event:** n/a  
**Review Exemptions:** n/a  
**Review History:** RELEASED <30 JUN 2003 by SilvaL0>;  
JAN 2004 by ShawDG>  
**Review Markings:** n/a

APPROVED <21



Margaret P. Grafeld  
US Department of State  
E0 Systematic Review  
05 JUL 2006

**Review Media Identifier:** n/a  
**Review Referrals:** n/a  
**Review Release Date:** n/a  
**Review Release Event:** n/a  
**Review Transfer Date:** n/a  
**Review Withdrawn Fields:** n/a  
**Secure:** OPEN  
**Status:** NATIVE  
**Subject:** VISIT OF STUDY GROUP FROM COUNCIL OF THE AMERICAS  
**TAGS:** BTRA, CI  
**To:** STATE  
**Type:** TE  
**Markings:** Margaret P. Grafeld Declassified/Released US Department of  
State E0 Systematic Review 05 JUL 2006  
Margaret P. Grafeld Declassified/Released US Department of State E0  
Systematic Review 05 JUL 2006

ANEXO L – Pinochet no almoço do COA – 1977



**Canonical ID:** 1977SANTIA07265\_c  
**Subject:** COUNCIL OF AMERICAS LUNCHEON FOR VISITING CHIEFS OF STATE  
**From:** Chile Santiago  
**To:** Secretary of State  
**Original Classification:** UNCLASSIFIED  
**Current Classification:** UNCLASSIFIED  
**Previous Handling Restrictions:** -- N/A or Blank --  
**Archive Status:** Electronic Telegrams  
**Type:** TE  
**Locator:** TEXT ON MICROFILM, TEXT ONLINE  
**Reference(s):** 77 STATE 210176  
**Executive Order (E.O.):** -- N/A or Blank --  
**Markings:** Margaret P. Grafeld Declassified/Released US  
Department of State E0 Systematic Review 22 May 2009  
**Enclosure:** -- N/A or Blank --  
**Concepts:** INVITATIONS, SOCIAL RECEPTIONS  
**TAGS:** Caribbean [XL]  
Chile [CI]  
Latin America [XM]  
Political Affairs--Diplomatic and Consular Representation [PDIP]  
**Office:** -- N/A or Blank --  
**Document Character Count:** 696  
**Date:** 1977 September 2, 00:00 (Friday)

---

UNCLASSIFIED

PAGE 01 SANTIA 07265 021835Z  
ACTION ARA-14

INFO OCT-01 ISO-00 SS-15 SS0-00 NSCE-00 CPR-01 SAB-02  
L-03 SY-05 SYE-00 USSS-00 DODE-00 /041 W

-----059860 021854Z /44  
O 021822Z SEP 77

FM AMEMBASSY SANTIAGO  
TO SECSTATE WASHDC IMMEDIATE 6353

UNCLAS SANTIAGO 7265

FOR WHITE HOUSE ADVANCE OFFICE, FOR WHITE HOUSE - PHIL WISE

E.O. 11652: N/A  
TAGS: PDIP

SUBJECT: COUNCIL OF AMERICAS LUNCHEON FOR VISITING CHIEFS OF STATE



REF: STATE 210176

PRESIDENT PINOCHET AND FOREIGN MINISTER CARVAJAL  
HAVE BOTH ACCEPTED THE KIND INVITATION OF MR.

HENRY GEYELIN, PRESIDENT OF THE COUNCIL OF THE  
AMERICAS, TO ATTEND A LUNCHEON ON SEPTEMBER 7.

BOYATT

UNCLASSIFIED

NNN



**Automatic Decaptioning:** X  
**Capture Date:** 01-Jan-1994 12:00:00 am  
**Channel Indicators:** n/a  
**Current Classification:** UNCLASSIFIED  
**Concepts:** SOCIAL RECEPTIONS, INVITATIONS  
**Control Number:** n/a  
**Copy:** SINGLE  
**Decaption Date:** 01-Jan-1960 12:00:00 am  
**Decaption Note:** -- N/A or Blank --  
**Disposition Action:** n/a  
**Disposition Approved on Date:** -- N/A or Blank --  
**Disposition Case Number:** n/a  
**Disposition Comment:** -- N/A or Blank --  
**Disposition Date:** 01-Jan-1960 12:00:00 am  
**Disposition Event:** -- N/A or Blank --  
**Disposition History:** n/a  
**Disposition Reason:** -- N/A or Blank --  
**Disposition Remarks:** -- N/A or Blank --  
**Document Number:** 1977SANTIA07265  
**Document Source:** CORE  
**Document Unique ID:** 00  
**Drafter:** n/a  
**Enclosure:** n/a  
**Executive Order:** N/A  
**Errors:** N/A  
**Expiration:** -- N/A or Blank --  
**Film Number:** D770319-0025  
**Format:** TEL  
**From:** SANTIAGO  
**Handling Restrictions:** n/a  
**Image Path:** -- N/A or Blank --  
**ISecure:** 1  
**Legacy Key:** link1977/newtext/t197709102/aaaadhyi.tel  
**Line Count:** 37  
**Litigation Code Aides:** -- N/A or Blank --  
**Litigation Codes:** -- N/A or Blank --  
**Litigation History:** -- N/A or Blank --  
**Locator:** TEXT ON-LINE, ON MICROFILM  
**Message ID:** fd8bff38-c288-dd11-92da-001cc4696bcc  
**Office:** ACTION ARA  
**Original Classification:** UNCLASSIFIED  
**Original Handling Restrictions:** n/a  
**Original Previous Classification:** n/a  
**Original Previous Handling Restrictions:** n/a  
**Page Count:** 1  
**Previous Channel Indicators:** n/a  
**Previous Classification:** n/a  
**Previous Handling Restrictions:** n/a  
**Reference:** 77 STATE 210176  
**Retention:** -- N/A or Blank --  
**Review Action:** RELEASED, APPROVED  
**Review Content Flags:** -- N/A or Blank --  
**Review Date:** 15-Nov-2004 12:00:00 am  
**Review Event:** -- N/A or Blank --  
**Review Exemptions:** n/a



**Review Media Identifier:** -- N/A or Blank --

**Review Release Event:** n/a

**Review Transfer Date:** -- N/A or Blank --

**Review Withdrawn Fields:** n/a

**SAS ID:** 1068113

**Secure:** OPEN

**Status:** NATIVE

**Subject:** COUNCIL OF AMERICAS LUNCHEON FOR VISITING CHIEFS OF STATE

**TAGS:** PDIP, XM, XL, CI, COUNCIL OF AMERICAS

**To:** STATE

**Type:** TE

**vdkgwkey:**

odbc://SAS/SAS.dbo.SAS\_Docs/fd8bff38-c288-dd11-92da-001cc4696bcc

**Review Markings:** Declassified/Released US Department of State E0

Systematic Review 22 May 2009

**Markings:** Margaret P. Grafeld Declassified/Released US Department of

State E0 Systematic Review 22 May 2009

ANEXO M – Orlando Sáenz – 1973



**Canonical ID:** 1973STATE191214\_b  
**Subject:** MEETING WITH ORLANDO SAENZ AT NAIROBI  
**From:** Department of State  
**To:** United Nations (New York)  
**Original Classification:** SECRET  
**Current Classification:** UNCLASSIFIED  
**Previous Handling Restrictions:** EXDIS  
**Archive Status:** Electronic Telegrams  
**Type:** TE  
**Locator:** TEXT ON MICROFILM, TEXT ONLINE  
**Reference(s):** n/a  
**Executive Order (E.O.):** 11652 GDS  
**Markings:** Declassified/Released US Department of State E0  
 Systematic Review 30 JUN 2005  
**Enclosure:** -- N/A or Blank --  
**Concepts:** COMMITTEE MEETINGS  
**TAGS:** Administration--Departmental Communications [ACOM]  
 International Monetary Fund [IMF]  
 Kenya [KE]  
 Operations--VIP Travel Arrangements [OVIP]  
 United States [US]  
 World Bank; International Bank for Reconstruction and Development [IBRD]  
**Office:** -- N/A or Blank --  
**Document Character Count:** 4771  
**Date:** 1973 September 25, 23:30 (Tuesday)

PAGE 01 STATE 191214

55  
ORIGIN SS-10

INFO OCT-01 ISO-00 SS0-00 CC0-00 /011 R

66631  
 DRAFED BY:S/S-0:JSNYDER  
 APPROVED BY:S/S-0:WNEWLIN  
 S/S:SRGRAMMON  
 ----- 061691  
 O 252330Z SEP 73 ZFF4  
 FM SECSTATE WASHDC  
 TO USMISSION USUN NY IMMEDIATE

S E C R E T STATE 191214

EXDIS

TOSEC 59

FOL TEL SENT ACTION STATE,NFO SANTIAGO, TREASURY WASHDC  
FROM NAIROBI 25 SEP 73 REPEATED TO YOU

QTE S E C R E T NAIROBI 6496

EXDIS



SHUTO 13

E.O. 11652: GDS

TAGS: OVIP, IMF IBRD, KE

SUBJ: MEETING WITH ORLANDO SAENZ AT NAIROBI

1. ORLANDO SAENZ, CHILEAN REPRESENTATIVE TO IMF/IBRD NAIROBI MEETINGS MET WITH HENNESSY AND WEINTRAUB TO OUTLINE AND EXPLAIN GOC ECONOMIC-POLITICAL PLANS. SAENZ OUTLINED THREE SHORT-RUN OBJECTIVES TO DEAL WITH THE IMMEDIATE NEED FOR AN ESTIMATED \$200 MILLION TO THE END OF THIS YEAR. FIRST, THE CHILEAN FOREIGN MINISTER, WHO PLANS TO VISIT UNGA STARTING OCTOBER 8, HOPES ALSO TO TALK TO NEW YORK BANKS ON OCTOBER 8-9 TO REQUEST LINES OF CREDIT TO FINANCE URGENT IMPORTS.

SECRET

PAGE 02 STATE 191214

SECOND, ON OCTOBER 10 AND 11 THE CHILEAN TEAM EXPECTS TO BE IN WASHINGTON TO CONSULT WITH THE US (HE KNEW ABOUT CCC CREDITS OFFER BY US) AND INTERNATIONAL FINANCIAL INSTITUTIONS TO REQUEST IMF DRAWINGS. THIRD, THE CHILEAN TEAM WANTS TO MEET WITH INTERESTED INDUSTRIALISTS TO ENCOURAGE PRIVATE FOREIGN INVESTMENT TO RECONSTRUCT DAMAGED FACTORIES AND QUICKLY REVIVE INDUSTRIAL PRODUCTION. SAENZ SAID THAT CHILE WILL PROPOSE MODIFICATION OF THE ANDEAN INVESTMENT CODE. FOURTH, THE CHILEAN TEAM WANTS TO TALK TO THE US COPPER COMPANIES (THIS VERY CONFIDENTIALLY) TO DISCUSS WAYS THAT WILL INCREASE COPPER PRODUCTION AND EXPORTS. SAENZ SEEMED TO BE IMPRESSED BY THE POSSIBILITY OF SERVICE CONTRACTS THAT MIGHT HELP SOVE THE COMPENSATION PROBLEM WHICH HE REALIZED HAD TO BE DEALT WITH. SAENZ SAID THAT CHILE NEEDED TECHNICAL AND FINANCIAL ASSISTANCE TO REVIVE COPPER PRODUCTION LEVELS BUT ALSO TO OPEN NEW MINES. HENNESSY AGREED THAT THE TEAM SHOULD TALK TO THE COPPER COMPANIES DIRECTLY TO WORK OUT A MUTUALLY ACCEPTABLE SOLUTION. HE ALSO STATED IN RESPONSE TO A SAENZ STATEMENT THAT EVEN THE NEW GOVERNMENT WOULD NOT BE ABLE TO REVERSE ALL ACTIONS THAT HE BELIEVED FROM BRIEF TALKS WITH COPPER COMPANIES THAT THEY WOULD BE PRAGMATIC AND WOULD NOT SEEK TO TURN BACK THE WORDS OF TIME.

2. SAENZ SAID CHILE WILL ASK TO POSTPONE PARIS CLUB, PERHAPS UNTIL DECEMBER. HENNESSY URGED AS MUCH SPEED AS FEASIBLE IN PARIS CLUB TO ESTABLISH CHILE'S FINANCIAL BONA FIDES.

3. SAENZ BEGAN BY EXPLAINING THE ECONOMIC AND FINANCIAL CRISIS. HE ESTIMATES CHILE'S BALANCE OF PAYMENTS NEEDS AT ABOUT \$500 MILLION BY YEAR END, OF WHICH \$300 MILLION IN DEBTS AND \$200 MILLION TO PAY FOR IMPORT NEEDS. THIS IS THE RESULT OF A SHARP DIP IN COPPER PRODUCTION AND EXPORTS, AN ABSOLUTE DROP IN AGRICULTURAL AND INDUSTRIAL PRODUCTION. SAENZ SAID THAT CHILE NEEDS A FINANCIAL GRACE PERIOD OF AT LEAST A YEAR TO BRING FINANCIAL ORDER.



4. SAENZ SAID THAT CHILE SIMULTANEOUSLY HAS A POLITICAL-PSYCHOLOGICAL PROBLEM TO OVERCOME ON BOTH DOMESTIC AND INTERNATIONAL FRONTS. SAENZ REFERRED TO A POLITICAL-ECONOMIC APPROACH. HE RAISED THE ISSUE OF SEEKING AN INTERNATIONAL GROUP TO BE ORGANIZED BY SANZ DE SANTAMARIA TO VISIT CHILE IN THE LATTER PART OF OCTOBER AND PROVIDE NOT ONLY EI SECRET

PAGE 03 STATE 191214

CREDITABLE PUBLIC REPORT ON ECONOMIC AND FINANCIAL CONDITION TO PREPARE THE WAY FOR FUTURE IFI LOANS, BUT ALSO TO PROVIDE POLITICAL JUSTIFICATION FOR THE MILITARY JUNTA TO TAKE ACTIONS RECOMMENDED BY INTERNATIONALLY RESPECTED TECHNICIANS AND INSTITUTIONS. HENNESSY AND WEINTRAUB SUGGESTED THAT AN IMF TEAM MIGHT BE MORE USEFUL IN A PRACTICAL SENSE BUT PROMISED NEVERTHELESS TO DISCUSS SUBJECT WITH SANZ.

5. SAENZ ASKED IF THE US COULD HELP ORGANIZE AN INTERNATIONAL HUMANITARIAN AID EFFORT TO MEET THE PROBLEM OF HUNGER AND THE NEED FOR MEDICINES AND EMERGENCY SUPPLIES AND EQUIPMENT. WEINTRAUB SAID HE THOUGHT THIS WOULD BE DONE UNILATERALLY BY COUNTRIES BUT THAT HE WOULD PURSUE THIS UPON HIS RETURN TO WASHINGTON.

6. SAENZ SAID THAT HE HAD NOT CONTACTED OTHER LATIN DELEGATIONS PARTICULARLY BRAZIL, EUROPEANS OR COMMERCIAL BANK REPRESENTATIVES VISITING NAIROBI. HENNESSY AND WEINTRAUB SAID THAT THEY WOULD TRY TO BE HELPFUL IN ARRANGING MEETINGS HERE FOR HIM WITH BANKERS AND WOULD DISCUSS SEPARATELY WITH THE WORLD BANK AND FUND THEIR PLANS. HENNESSY AND WEINTRAUB ALSO AGREED IF NECESSARY TO PURSUE WITH COUNCIL OF THE AMERICAS IDEA OF SETTING UP NEW YORK MEETING WITH INDUSTRIALISTS ON OCTOBER 8-10.

7. US AGREED TO CONTINUE TO MAINTAIN CLOSE PRIVATE CONTACTS AND TO BE AS HELPFUL AS POSSIBLE, BUT FROM BOTH POSITIONS, IT WOULD BE BETTER TO PROCEED CAUTIOUSLY IN PUBLIC FORUMS AVOIDING POLEMICS. SHULTZ UNQTE RUSH

SECRET

<< END OF DOCUMENT >>



**Capture Date:** 10 MAY 1999  
**Channel Indicators:** n/a  
**Current Classification:** UNCLASSIFIED  
**Concepts:** COMMITTEE MEETINGS  
**Control Number:** n/a  
**Copy:** SINGLE  
**Draft Date:** 25 SEP 1973  
**Decaption Date:** 28 MAY 2004  
**Decaption Note:** 25 YEAR REVIEW  
**Disposition Action:** RELEASED  
**Disposition Approved on Date:** n/a  
**Disposition Authority:** collinp0  
**Disposition Case Number:** n/a  
**Disposition Comment:** 25 YEAR REVIEW  
**Disposition Date:** 28 MAY 2004  
**Disposition Event:** n/a  
**Disposition History:** n/a  
**Disposition Reason:** n/a  
**Disposition Remarks:** n/a  
**Document Number:** 1973STATE191214  
**Document Source:** ADS  
**Document Unique ID:** 00  
**Drafter:** n/a  
**Enclosure:** n/a  
**Executive Order:** 11652 GDS  
**Errors:** n/a  
**Film Number:** P750014-0233, P750014-0230  
**From:** STATE  
**Handling Restrictions:** n/a  
**Image Path:** n/a  
**ISecure:** 1  
**Legacy Key:** link1973/newtext/t19730963/abqceisk.tel  
**Line Count:** 127  
**Locator:** TEXT ON-LINE, TEXT ON MICROFILM  
**Office:** ORIGIN SS  
**Original Classification:** SECRET  
**Original Handling Restrictions:** EXDIS  
**Original Previous Classification:** n/a  
**Original Previous Handling Restrictions:** n/a  
**Page Count:** 3  
**Previous Channel Indicators:** n/a  
**Previous Classification:** SECRET  
**Previous Handling Restrictions:** EXDIS  
**Reference:** n/a  
**Review Action:** RELEASED, APPROVED  
**Review Authority:** collinp0  
**Review Comment:** n/a  
**Review Content Flags:** n/a  
**Review Date:** 17 OCT 2001  
**Review Event:** n/a  
**Review Exemptions:** n/a  
**Review History:** RELEASED <17-Oct-2001 by thigpegh>;  
MAR 2002 by collinp0>  
**Review Markings:** n/a

APPROVED <04



US Department of State  
E0 Systematic Review  
30 JUN 2005

**Review Media Identifier:** n/a  
**Review Referrals:** n/a  
**Review Release Date:** n/a  
**Review Release Event:** n/a  
**Review Transfer Date:** n/a  
**Review Withdrawn Fields:** n/a  
**Secure:** OPEN  
**Status:** NATIVE  
**Subject:** MEETING WITH ORLANDO SAENZ AT NAIROBI  
**TAGS:** ACOM, OVIP, KE, US, IBRD, IMF, (SAENZ, ORLANDO)  
**To:** USUN NY  
**Type:** TE  
**Markings:** Declassified/Released US Department of State E0  
Review 30 JUN 2005

Systematic

ANEXO N – Greve no Chile – 1978



**Canonical ID:** 1978SANTIA08783\_d  
**Subject:** AWARENESS GROWS OF POSSIBLE LABOR BOYCOTT OF CHILE  
**From:** Chile Santiago, SANTIAGO OR-E  
**To:** Secretary of State  
**Original Classification:** LIMITED OFFICIAL USE  
**Current Classification:** UNCLASSIFIED  
**Previous Handling Restrictions:** -- N/A or Blank --  
**Archive Status:** Electronic Telegrams  
**Type:** TE  
**Locator:** TEXT ON MICROFILM, TEXT ONLINE  
**Reference(s):** n/a  
**Executive Order (E.O.):** -- N/A or Blank --  
**Markings:** Sheryl P. Walter Declassified/Released US Department of State EO Systematic Review 20 Mar 2014  
**Enclosure:** -- N/A or Blank --  
**Concepts:** BOYCOTTS, LABOR  
**TAGS:** Chile [CI]  
 Department of Labor [LAB]  
 Economic Affairs--Economic Conditions, Trends and Potential [ECON]  
 Economic Affairs--Financial and Monetary Affairs [EFIN]  
 Economic Affairs--Labor and Manpower; Labor Sector Affairs [ELAB]  
 Exxon Mobil - (direct descendant of Standard Oil Company, which is also known by the phonetic version of initials SO, Esso) [EXXON]  
 Social Affairs--Human Rights [SHUM]  
**Office:** -- N/A or Blank --  
**Document Character Count:** 2754  
**Date:** 1978 November 16, 00:00 (Thursday)

---

LIMITED OFFICIAL USE  
 PAGE 01  
 SANTIA 08783 161555Z  
 ACTION ARA-15  
 INFO OCT-01 ISO-00 CIAE-00 COME-00 EB-08 INR-10 LAB-04  
 NSAE-00 SIL-01 HA-05 TRSE-00 INT-05 GSA-02 /051 W  
 -----036633 161601Z /47  
 P 161456Z NOV 78  
 FM AMEMBASSY SANTIAGO  
 TO SECSTATE WASHDC PRIORITY 1212

LIMITED OFFICIAL USE SANTIAGO 8783  
 E.O. 11652: N/A  
 TAGS: OR-E LAB, ECON, SHUM, CI, EFIN  
 SUBJ: AWARENESS GROWS OF POSSIBLE LABOR BOYCOTT OF CHILE

1. JOHN FINLEY, PRESIDENT OF THE EXXON CORPORATION'S CHILEAN INVESTMENT -- LA DISPUTADA COPPER MINE -- CALLED THE EMBASSY ECONOMICCOMMERCIAL COUNSELOR NOVEMBER 13 TO INFORM THE MISSION THAT HE HAS REQUESTED HIS HOME OFFICE (EXXON MINERALS, HOUSTON) TO SPEAK OUR VIGOROUSLY AGAINST THE POSSIBILITY OF A LABOR BOYCOTT OF CHILE. FINLEY OFFERED NO INDICATION OF WHAT EXXON MIGHT SAY OR DO OR EVEN IF ANYTHING AT ALL WOULD BE DONE. HE DID SUGGEST, HOWEVER, THAT A CALL OR VISIT TO THE DEPARTMENT OF STATE WOULD BE A LOGICAL EARLY STEP. EC



COUNSELOR RESPONDED SAYING THAT WHILE THE DEPARTMENT WOULD WELCOME EXXON'S VIEWS, THE QUESTION WAS BASICALLY ONE INVOLVING PRIVATE TRADE UNIONS AND THAT THEREFORE EXXON OUGHT TO DIRECT ITS INQUIRIES PRIMARILY TO RESPONSIBLE OFFICIALS IN THE AFL-CIO. THE EMBASSY

HAS TAKEN A SIMILAR POSITION IN CONVERSATIONS ON THIS MATTER WITH CHILEAN LABOR GROUPS.

2. AS A SUBSTANTIAL CAPITAL GOODS IMPORTER DURING THE MINE'S CURRENT DEVELOPMENT PHASE AND ULTIMATELY AS AN EXPORTER OF REFINED COPPER, EXXON CLEARLY HAS A LARGE STAKE IN THE UNINTERRUPTED FLOW OF TRADE.

LIMITED OFFICIAL USE  
LIMITED OFFICIAL USESANTIA 08783 161555Z

3. FINLEY SAYS THAT HE HAS BEEN PERSONALLY CONCERNED FOR SOME TIME ABOUT A POSSIBLE BOYCOTT. IT WAS A VISIT BY A CHILEAN REPRESENTATIVE OF

CICYP (CONSEJO DE COMERCIO Y PRODUCTION), HOWEVER, THAT PROMPTED HIM TO EXPRESS THIS TO HIS HEADQUARTERS. CICYP IS A FORERUNNER OF THE COUNCIL OF THE AMERICAS AND IS YET A CREATURE OF THE COUNCIL.

Sheryl P. Walter Declassified/Released US Department of State E0 Systematic Review  
20 Mar 2014

Sheryl P. Walter Declassified/Released US Department of State E0 Systematic Review  
20 Mar 2014

4. COMMENT: A LABOR BOYCOTT HAS BEEN UNTIL VERY RECENTLY A SCARCELY PERCEIVED EVENTUALITY IN THE CHILEAN AND LOCALLY RESIDENT AMERICAN BUSINESS COMMUNITY. THIS APPEARS TO BE CHANGING. IN THE LAST WEEK WE HAVE NOTICED AN INCREASING AWARENESS OF THE ISSUE AMONG USUAL BUSINESS CONTACTS. ALSO, IT'S A GOOD BET THAT THE CICYP VISIT TO FINLEY IS ONLY ONE OF A PROGRAM OF CALLS TO BE PAID ON U.S. BUSINESS REPRESENTATIVES IN CHILE.

LANDAU  
LIMITED OFFICIAL USE

NNN

Sheryl P. Walter Declassified/Released US Department of State E0 Systematic Review  
20 Mar 2014

Sheryl P. Walter Declassified/Released US Department of State E0 Systematic Review  
20 Mar 2014



**Automatic Decaptioning:** X  
**Capture Date:** 01 jan 1994  
**Channel Indicators:** n/a  
**Current Classification:** UNCLASSIFIED  
**Concepts:** LABOR, BOYCOTTS  
**Control Number:** n/a  
**Copy:** SINGLE  
**Draft Date:** 16 nov 1978  
**Decaption Date:** 01 jan 1960  
**Decaption Note:** -- N/A or Blank --  
**Disposition Action:** RELEASED  
**Disposition Approved on Date:** -- N/A or Blank --  
**Disposition Case Number:** n/a  
**Disposition Comment:** 25 YEAR REVIEW  
**Disposition Date:** 20 Mar 2014  
**Disposition Event:** -- N/A or Blank --  
**Disposition History:** n/a  
**Disposition Reason:** -- N/A or Blank --  
**Disposition Remarks:** -- N/A or Blank --  
**Document Number:** 1978SANTIA08783  
**Document Source:** CORE  
**Document Unique ID:** 00  
**Drafter:** n/a  
**Enclosure:** n/a  
**Executive Order:** N/A  
**Errors:** N/A  
**Expiration:** -- N/A or Blank --  
**Film Number:** D780472-0155  
**Format:** TEL  
**From:** SANTIAGO OR-E  
**Handling Restrictions:** n/a  
**Image Path:** -- N/A or Blank --  
**ISecure:** 1  
**Legacy Key:** link1978/newtext/t19781157/aaaabuje.tel  
**Line Count:** 70 Litigation Code IDs:  
**Litigation Codes:** -- N/A or Blank --  
**Litigation History:** -- N/A or Blank --  
**Locator:** TEXT ON-LINE, ON MICROFILM  
**Message ID:** 4436461f-c288-dd11-92da-001cc4696bcc  
**Office:** ACTION ARA  
**Original Classification:** LIMITED OFFICIAL USE  
**Original Handling Restrictions:** n/a  
**Original Previous Classification:** n/a  
**Original Previous Handling Restrictions:** n/a  
**Page Count:** 2  
**Previous Channel Indicators:** n/a  
**Previous Classification:** LIMITED OFFICIAL USE  
**Previous Handling Restrictions:** n/a  
**Reference:** n/a  
**Retention:** -- N/A or Blank --  
**Review Action:** RELEASED, APPROVED  
**Review Content Flags:** -- N/A or Blank --  
**Review Date:** 05 may 2005  
**Review Event:** -- N/A or Blank --  
**Review Exemptions:** n/a



**Review Media Identifier:** -- N/A or Blank --

**Review Release Date:** N/A

**Review Release Event:** n/a

**Review Transfer Date:** -- N/A or Blank --

**Review Withdrawn Fields:** n/a

**SAS ID:** 673815

**Secure:** OPEN

**Status:** NATIVE

**Subject:** AWARENESS GROWS OF POSSIBLE LABOR BOYCOTT OF CHILE

**TAGS:** ELAB, ECON, SHUM, EFIN, CI, EXXON, (FINLEY, JOHN)

**To:** STATE

**Type:** TE

**vdkgwkey:** odbc://SAS/SAS.dbo.SAS\_Docs/4436461f-c288-dd11-92da-001cc4696bcc

**Review Markings:** Sheryl P. Walter Declassified/Released US  
Department of State E0 Systematic Review 20 Mar 2014

**Markings:** Sheryl P. Walter Declassified/Released US Department of State  
E0 Systematic Review 20 Mar 2014 Sheryl P. Walter Declassified/Released  
US Department of State E0 Systematic Review 20 Mar 2014

THE COUNCIL FOR LATIN AMERICA, INC.

680 PARK AVENUE  
NEW YORK, NEW YORK 10021

(212) 628-3200

CABLE: COLATAM  
TELEX: 422547

THE CONTRIBUTIONS OF U.S. PRIVATE INVESTMENT TO LATIN AMERICA'S GROWTH

A Report by  
Herbert K. May

for  
The Council for Latin America, Inc.

SUMMARY

The Balance of Payments Effects

During the period 1965-68, U.S. private investment bolstered Latin America's balance of payments position by an average of \$8.55 billion a year. U.S. company affiliates earned the area some \$4.5 billion a year in foreign exchange through their exports and saved the area about \$4.79 billion a year in foreign exchange through import substitution. They invested an average of \$700 million a year and earned an average of \$1,440 million a year. All this means that the net positive contribution of U.S. investment to Latin America's balance of payments during 1965-68 was about \$8.55 billion annually.

In 1966 alone, the U.S. affiliates in Latin America exported about \$4,500 million of their products. This represented about 35 per cent of total Latin American exports of \$12,830 million that year. Exports by the U.S. manufacturing affiliates alone amounted to about \$668 million, or about 41 per cent of total Latin American exports of manufactured products in 1966 (\$1,613 million).

Rockefeller • Senior Vice Chairman: John F. Gallagher • President: William E. Barlow • Executive Vice President: Henry R. Gezzlin • Vice Chairman: Harold S. Ganeen-George S. Moore  
(Treasurer) • Other Executive Committee Members: Jose de Cuba - Harlow Gage - William M. Mickey (Secretary) - Donald Kendall - Antonio T. Knoppers - Augustine R. Marusi  
Ashan, Jr. - Donald E. Meads - Frank Milliken - J. Howard Ramblin - A. Thomas Taylor - Rawleigh Yarnes, Jr.  
bing, Staff Director - Dr. Esteban Ferrer, Deputy Staff Director - Ralf Brent, Assistant to the President - Sal C. Marzullo, Public Affairs Officer

## THE COUNCIL FOR LATIN AMERICA, INC.

680 Park Avenue  
New York, New York 10021

Phone (212) 628-8200

TELETYPE UNIT  
FLOOR 600

February 19, 1970

Mr. Robert C. Selander, Vice President  
IBEC Management Services, Inc.  
Paseo de la República 1440  
San Isidro, Lima  
Perú

Dear Bob:

Could I ask your help on a project which might be of considerable value to us all?

From January 26 to February 4, I attended the meeting of the Inter-American Economic and Social Council (IA-ECOSOC) in Caracas, at both the "expert" level the first week and the Ministerial level the second. I was a member of the U.S. delegation throughout the proceedings, while CIA President José de Cubas and Chase Manhattan's Bill Ogden attended the Ministerial level meeting as "special guests" of the OAS.

As you know, there was no agreement between the Latin American delegations--who in Caracas pretty well kept up the facade of Latin American unity conjured up by the Consensus of Viña del Mar--and the lone U.S. delegation on any IA-ECOSOC resolution on private enterprise or foreign investment. Toward the end of the meeting, there were five separate drafts, all of them terrible from our point of view. The three Latin American drafts all basically reflected Paragraph 33 of the Consensus, and the two U.S. drafts were sufficiently influenced by Paragraph 33 to be not much better. In the end, the U.S. delegation proposed that there be no resolution and the Chileans, the protagonists of the Consensus, for the only time during the sessions, rushed to agree with the U.S. Why? The Chilean representative said that the Latin American delegations had not had enough time to discuss private enterprise and foreign investment among themselves, but that they would do so at the next CECLA meeting in May. My interpretation: at the next CECLA session, the Chileans will do their skilful and probably successful best to sandbag the Latin American countries into a declaration heftily assaulting private enterprise and foreign investment.

Behind the scenes in Caracas, various Latin American delegations with whom we spoke indicated that they did not agree with the Chileans, but that they did not want to crack the facade of Latin American unity either. The Brazilians, for example, told us prior to the Caracas meeting, that

Chairman: David Rockefeller • Senior Vice Chairman: John F. Gallagher • President: José de Cubas • Executive Committee: William E. Barrow • Executive Vice President: Harry R. Geyelin • Vice Chairman: Harold S. Geneen—George S. Moore—John B. White (Secretary) • Other Executive Committee Members: John C. Duncan—Harold Sage—William W. Hickey (Secretary)—Donald Kendall—Antonie T. Kroppers—Augustine B. Marín—S. Maurice McArdle, Jr.—Donald E. Meade—Frank Millan—J. Howard Patton, Jr.—A. Thomas Taylor  
Staff: Enno Hobbing, Staff Director—Dr. Esteban Ferrer, Deputy Staff Director—Ralf Stern, Assistant to the President—Sam S. Marzullo, Public Affairs Officer

The truth is that torture is practised in Brazil and that the clergy do have a case. It is also true that torture is not a government policy, but because the government cannot control those who torture in its name, the government itself is debased. To a much greater extent the same was true of President Costa e Silva's administration. President Medici is imposing his will, but it is a difficult task.

I will ask my secretary to make a xerox copy of my latest activity report for January, which I am enclosing along with a clipping which I hope will give you a glimpse of developments here.

If we can arrange for you to be in Brazil at a time when President Medici could see you I think it would be most worth while. I am sure that Colonel Manso Neto would agree with that. Manso is most anxious to see you and said so. I would hope that you could telegraph the date that you might be able to come here, preferably after the CICYP meeting, so that we could "trabalhar com calma" after all the delegations and the Council for Latin America staff members have left town. That would be my preference. If you decide to come before the CICYP meeting, please telegraph me as soon as possible. Simply send a wire to COLATAM Rio de Janeiro and I will receive it.

It was delightful to hear from you. You are right, we do have a lot to talk about.

Sincerely,

*Jack*  
Jack E. Wyant

Encls: January 1970 Activity Report  
Clippings.

*P.S. Delfim stays on - does not go to S.P.  
to be Governor.*

ASSOCIATIONS  
Memberships - Council of the

Box 14

COLATAM DO BRASIL

AVENIDA RIO BRANCO, 123 Sala 1305  
RIO DE JANEIRO - ZC-21 - GB - BRASIL

Telefone : 231-1403

Telegramas : COLATAM

Rio de Janeiro,  
February 24th, 1970

Mr. Berent Friele  
Room 5600  
30 Rockefeller Plaza  
New York, N. Y.

Dear Berent,

Thank you for your very good letter. I had occasion to take it with me on a long visit with our friend in Brasília. I am sure you have already heard he has a new job. At any rate, a clipping about it is enclosed. This means that it will be much easier to work with him.

We can also expect to have a new Minister of Industry & Commerce appointed within the next few hours, since everyone expects Minister Yassuda to resign due to differences with the President over his staff.

I was told by Colonel Manso that in all probability the next Minister of Industry & Commerce will be Marcos Vinícius Pratini de Moraes, mentioned in the clipping, (named by the President February 24th) who has been named to an IBC directorship. I know Marcos quite well and, in fact, took him to his first football game in the Maracanã football stadium.

This past weekend has been exceptionally interesting and I would like to mention it to you because it illustrates what I consider to be a need for a visit by you to Brazil, with sufficient time to talk to the right people.

Friday evening I had dinner with Alcio Costa e Silva, a very bitter young man who believes sincerely that his father was wronged. Saturday morning I flew to Brasília and spent a good part of the day with Colonel Manso Neto, discussing many items including the IRI contract, which he promised to look into. Then on Saturday night I flew back and drove up to Petrópolis, where I had dinner with General Alfonso Albuquerque Lima. The general is a frustrated and confused man. I am certain that he means well for Brazil, but not at all certain that he knows exactly what he is doing.

Generally the climate here is good, except that there is insufficient dynamism or sense of urgency in some sectors, so that extremists of the right and of the left are able to demoralize the government in certain aspects of its conduct.

COLATAM DO BRASIL represents THE COUNCIL FOR LATIN AMERICA, INC.

Chairman David Rockefeller. Senior Vice Chairman John Gallagher. President José de Cubas. Executive Vice President Henry R. Geyelin Vice Chairmen H. W. Balgooyen, Harold S. Geneen, George S. Moore, John D. J. Moore, John R. White (Treasurer) William S. Youngman, Jr. Staff Director Enno Hobbing. Deputy Staff Director Esteban Ferrer. Brazil Country Director Jack E. Wyant

ASSOCIATIONS - Council of the Americas  
Memberships - I/4 N - Dec 1970.

November 9, 1970

Mr. Donald E. Meads, Chairman  
International Basic Economy Corp.  
30 Rockefeller Plaza-Room 5600  
New York, N. Y. 10020

Dear Don:

The attached letter to President Allende of Chile,  
signed by Mr. Jose de Cubas, was sent out today.

This letter is being circularized to the CoA Trustees  
and to the Steering Committee but is not being given  
wide distribution or released to the press at this  
time. Further action regarding possible additional  
distribution is being held in abeyance pending  
President Allende's reaction, if any.

We believe that this is a very firm but positive and  
constructive message and sincerely hope that it will  
elicit a favorable response for further dialogue be-  
tween the Chilean Government and Council Members.

Sincerely,

Henry R. Geyelin  
Executive Vice President

HRG:mc  
w/att.

cc: Mr. H. Schwartz ✓

R

H.E.

3

S

1st

e

f

B.E. Dr. S. Allende

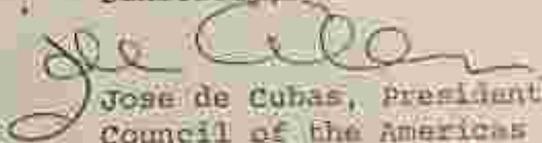
Nov. 5, 1970

Page - 4 -

has become both a dynamic and innovating force internationally and has acquired the techniques and the will for development -- at a time when, due to its responsiveness to what the market wants, it is becoming increasingly involved with the quality of life -- the U.S. private sector may be rejected by Chile in exchange for theories which once were new but which are no longer suitable to the pressing new needs of the year 2000.

The Council of the Americas earnestly desires to maintain the historic Chilean-U.S. cooperation. Council representatives are prepared to meet at any time, in any mutually acceptable place, with representatives of your government to work out ways and means of continuing this cooperation. Indeed, the Council and the forward-looking multinational corporations of which it is composed are eager to work with all who seek to build a peaceful, integrated, world-wide economy, devoted to rapid social development.

Sincerely,

  
Jose de Cubas, President  
Council of the Americas

H.E. Dr. S. Allende  
Nov. 5, 1970  
Page - 3 -

- 2) The multinational company is so complex that, to survive, it must be run by an efficient techno-structure with a forward-looking philosophy with regard to profits and their distribution. Being basically growth-oriented, it will generally re-invest a large percentage of its earnings.
- 3) The multinational company has prestige and power in its home country and can be the best ally, where it counts, to "sell" the need for overseas development.
- 4) The multinational company has the technological, financial and manpower resources and the organization needed for success. It operates by objectives, but it is generally still flexible enough to react with the required speed when considering the all important "time factor of development".
- 5) The multinational company is outward-looking and export-minded. Though it recognizes the value of intelligent import-substitution programs, it does not consider these as an end in themselves.
- 6) The multinational company is trying hard to learn to become a good corporate citizen throughout the world. Due to the dynamic competitive society which it supports, it knows that if it fails in this very important task, others are there to take its place. In addition, its fundamental belief in a competitive philosophy results in its accepting pluralistic situations in private/public economies without undue fear of being overwhelmed.

I reiterate, the Council of the Americas is deeply concerned about what may happen to Chilean-U.S. relations. It is concerned that many years of collaboration which, in our view, have been to the overall good of Chile and the U.S., will cease. We are, above all, concerned that -- at a time when the private sector in the U.S.

./.

ASSOCIATION  
of  
Honduras  
-  
COMMUNIST  
IN  
AMERICA  
1970

H.E. Dr. S. Allende  
Nov. 5, 1970  
Page - 2 -

markets to Chilean exports, and through import-substitution activities they have helped Chile to produce at home much of what it formerly needed to buy from abroad.

4. With regard to the future, and this is what is really important to Chile and to the U.S., I feel that the following statements represent the consensus of thinking in the forward-looking managements of most U.S. companies:

- a) Enlightened private enterprise working in close cooperation with an enlightened government is today the best ( I am tempted to say the only ) method for development. There are many examples around the world today to prove that this cooperative effort of private sector and government will be even more essential in the future.
- b) Nationalization of private economic enterprises, with subsequent ownership and management by the state, inevitably exacts a grievous social cost from people and their countries.

Hundreds of thousands of private savers, not only foreign but also Chilean, would be forcibly deprived of their investments in those enterprises slated for nationalization by your platform. There is no evidence that the incoming Chilean government will possess, or can acquire, the resources to afford these hundreds of thousands of private savers the prompt, adequate and effective compensation for nationalization which is specified under international law.

- c) Multinational companies are the most effective element for development today and will be even more so tomorrow, as:

- 1) The multinational company "goes international" primarily to serve or develop markets. Thus, it will prosper only if the host country prospers. It is committed to the host country's prosperity. It plans for the future.

./.

ASSOCIATION  
Nacionalista  
- Consejo de los Americanos

# COUNCIL OF THE AMERICAS

660 PARK AVENUE NEW YORK, NEW YORK 10021 • (212) 629-3200 • CABLE: OCLATAM

November 9, 1970

His Excellency Dr. Salvador Allende  
President of the Republic of Chile  
Palacio Presidencial La Moneda  
Santiago, Chile

My Dear Mr. President:

As President of the Council of the Americas, a group of 229 companies with some 2,000,000 Latin American executive, professional and technical personnel, employees and workers throughout Latin America, I am writing to you to follow up on my cable of November 3 and to express our grave concern regarding the future of relations between the productive and dynamic forces of Chile and of those of the United States, and to outline our position on questions which affect the foreign private sector.

1. We are concerned by your repeatedly-stated policy of nationalizing mining, banking, and other enterprises in Chile, because we earnestly feel that the implementation of this policy will be contrary to the interests of everybody concerned, the Chilean employees and their families; the enterprises in question; the Chilean and foreign investors in these enterprises; and the peoples of Chile and other countries who have mutually benefitted from the private management of these enterprises.

2. We are not worried about change as such. In fact, U.S. industry has prospered through the years because, above all, it is sensitive and responsive to change -- but we are concerned with change that does not reflect the realities of the future.

3. With regard to the past, let me stress that companies operating in Chile with U.S. capital have substantially promoted the human and economic development of the Chilean people and their country. Foreign-capitalized companies have enhanced the personal dignity and self-fulfillment of many thousands of Chileans and their families by providing them with modern skill-training and general education, rapid promotion to positions of high responsibility within these companies, such-increased income and constantly growing opportunities for service to their country. Specifically, U.S.-capitalized companies have opened rich world

./.

June 1970 name was changed to Council of the Americas.

Form 990

Return of Organization Exempt From Income Tax

OMB No 1545-0047

2014

Open to Public Inspection

Department of the Treasury Internal Revenue Service

Under section 501(c), 527, or 4947(a)(1) of the Internal Revenue Code (except private foundations)

Do not enter social security numbers on this form as it may be made public Information about Form 990 and its instructions is at www.IRS.gov/form990

A For the 2014 calendar year, or tax year beginning 01-01-2014, and ending 12-31-2014

- B Check if applicable: Address change, Name change, Initial return, Final return/terminated, Amended return, Application pending

C Name of organization: COUNCIL OF THE AMERICAS INC. Doing business as: Number and street (or P O box if mail is not delivered to street address): 680 PARK AVENUE. Room/suite: City or town, state or province, country, and ZIP or foreign postal code: NEW YORK, NY 10065

D Employer identification number: 53-0184107. E Telephone number: (212) 277-8320. G Gross receipts \$ 6,912,067

F Name and address of principal officer: SUSAN L SEGAL, 680 PARK AVENUE, NEW YORK, NY 10065

H(a) Is this a group return for subordinates? Yes No. H(b) Are all subordinates included? Yes No. If "No," attach a list (see instructions)

I Tax-exempt status: 501(c)(3) 501(c)(6) (insert no) 4947(a)(1) or 527

J Website: HTTP://WWW.AS-COA.ORG/

H(c) Group exemption number

K Form of organization: Corporation Trust Association Other

L Year of formation: 1958 M State of legal domicile: NY

Part I Summary

Table with 3 main sections: Activities & Governance (lines 1-6), Revenue (lines 8-12), and Expenses (lines 13-19). Includes a table for Net Assets or Fund Balances (lines 20-22) with columns for Prior Year and Current Year.

Part II Signature Block

Under penalties of perjury, I declare that I have examined this return, including my knowledge and belief, it is true, correct, and complete Declaration of preparer (other than the taxpayer) is based on all information of which preparer has any knowledge

Sign Here: Signature of officer: SUSAN L SEGAL, PRESIDENT & CEO

Paid Preparer Use Only: Print/Type preparer's name: GARRETT M HIGGINS. Preparer's signature: GARRETT M HIGGINS. Firm's name: O'CONNOR DAVIES LLP. Firm's address: 665 FIFTH AVENUE, NEW YORK, NY 10022

May the IRS discuss this return with the preparer shown above? (see instructions) For Paperwork Reduction Act Notice, see the separate instructions.



ANEXO V – FOTO David Rockefeller com Arturo Sarukhan, Malu Edwards e Maria Elena Lagomasino e Peter Johnson em festa de primavera da Americas Society



